

**CONGRESSO NACIONAL**

**ANAIIS DO SENADO FEDERAL**

ATAS DA 1ª À 7ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO  
LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 27 Nº 21  
1º JUL. A 9 JUL.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
**SUBSECRETARIA DE ANAIS**  
BRASÍLIA – BRASIL  
2003

## ÍNDICE TEMÁTICO

**Agradecimento**

Agradecimentos ao Senador Eduardo Suplicy pelo empenho e garantir uma nova reunião da bancada do PT no Senado, para discutir sobre a situação de S. Ex<sup>a</sup> como integrante daquele partido. Senadora Heloísa Helena. 119

**Agricultura**

Considerações sobre a prática da agricultura familiar. Senador Leonel Pavan. 016

**Agronegócio**

Considerações sobre o agronegócio e sua importância para o desenvolvimento regional brasileiro. Senador Íris de Araújo. 048

**ALCA**

Preocupação com as conseqüências para o Brasil em decorrência da formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Senador Hélio Costa. 224

Trata de assuntos importantes relacionados ao comércio como o Mercosul, a ALCA. Aparte ao Senador Hélio Costa. Senador Eduardo Suplicy. 226

Participação de S. Ex<sup>a</sup> na 14<sup>a</sup> reunião de Comitê de Negociação da Área de Livre Comércio das Américas, em El Salvador. Senador João Capiberibe. 341

**Amazônia**

Fala da relação existente entre democracia, meio ambiente e Amazônia. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcante. Senador Amir Lando. 350

**Artigo de Imprensa**

Considerações sobre artigo publicado no Correio Braziliense, edição de 27 de junho, do Diretor-Geral do Senado, Dr. Agaciel da Silva Maia, intitulado “O Ministro Joaquim Barbosa”; e sobre a matéria “Preconceito e fé: a imagem que mudou de cor”. Senador Paulo Pai. 093

Leitura do artigo do jornalista Otávio Frias Filho, da Folha de São Paulo, sobre postura do Presidente da República. Senador Arthur Virgílio. 219

Comenta reportagem da jornalista Sheila Raposo, do Correio Braziliense, intitulada “Agricultura salva a economia do País”. Senador Arthur Virgílio. 219

**Banco Popular**

Diz que o Banco Popular do Banco do Brasil não vai dar certo segundo sua opinião e experiência. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Mão Santa. 026

**Combustível**

Comentários sobre o seminário “Carvão Mineral e Combustível do Século XXI”. Senador José Jorge. 353

**Comentários**

Comentários ao pronunciamento do Sr. Arthur Virgílio. Senador Ney Suassuna.	048
Comentário sobre os artigos “A incoerência populista” e “A ousadia necessária”, dos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, respectivamente; e sobre as reportagens “Contrato recorde”, da revista IstoÉ e “O declínio da renda e do emprego”, do jornal O Estado de S. Paulo, respectivamente. Senador Teotônio Vilela.	275
<b>Comissão</b>	
Apelo para que se encontre uma alternativa que viabilize a audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com representante da Nova Parceria para Desenvolvimento da África –NEPAD, antes da viagem do Presidente Lula àquele continente. Senadora Ideli Salvatti.	237
<b>Condomínios Irregulares</b>	
Apresentação, oportunamente, de Projeto de Lei que altera os artigos da Lei nº 6.766/79, no sentido de desacelerar a proliferação de novos condomínios e loteamentos irregulares em áreas públicas. Senador Paulo Octávio.	151
<b>Convocação Extraordinária</b>	
Fala da decisão louvável do Senador Tião Viana , de convocar os Senadores para a sessão extraordinária e ao longo de todo exercício legislativo. Senador Arthur Virgílio.	311
Fala da convocação extraordinária, feita pelo Presidente da República, para o mês de Julho. Senador Tião Viana.	311
<b>Corrupção</b>	
Pedido de explicações ao governo a respeito de denúncias de corrupção no Ministério dos Transportes. Senador Jefferson Peres.	028
<b>CPI</b>	
Pede abertura de uma CPI. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Arthur Virgílio.	114
Solicita de pronto o conteúdo do requerimento de CPI que trata da questão da Reforma Agrária e dos conflitos do campo. Senador Eduardo Suplicy.	271
Apresentação do requerimento de criação de CPI com o objetivo de investigar invasões de terra praticadas pelo MST. Senador Arthur Virgílio.	219
Apresentação de requerimento de criação de CPI com o objetivo de investigar invasões de terras praticadas pelo MST. Senador Arthur Virgílio.	271
Comentários às afirmações do Senador Aluizio Mercadante, líder do governo do Senado, sobre a CPI da terra. Senador Arthur Virgílio.	404
<b>Crime Organizado</b>	
Ameaça do crime organizado ao estado de direito. Defesa da Cooperação das Forças Armadas no combate ao crime organizado. Senador César Borges.	417
Considerações a respeito do crime organizado e narcotráfico no Estado de Mato Grosso. Aparte ao Senador César Borges. Senadora Serys Slhessarenko.	419
<b>Criminalidade</b>	

Desmistificação da relação entre o aumento da compra de armas de fogo e o aumento da criminalidade. Senador Juvêncio da Fonseca.	242
<b>Crescimento Econômico</b>	
Necessidade de um crescimento econômico com inclusão e distribuição. Senadora Ideli Salvatti	030
<b>Cultura</b>	
Preocupação com a extinção do fundo à cultura , proposta preconizada com a reforma tributária. Senador Eduardo Azeredo.	402
<b>Cumprimento</b>	
Cumprimenta o Senador pela defesa da cidade de Brasília, criada por Juscelino. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador Hélio Costa.	057
<b>Data Comemorativa</b>	
Comemoração do Dia do Corpo de Bombeiros. Senador Augusto Botelho.	150
<b>Deficiência</b>	
Comentários sobre o seminário “A Empregabilidade da pessoa Portadora de Deficiência” realizado no Recife. Senador Paulo Paim.	020
<b>Democracia</b>	
Diz que no Partido dos Trabalhadores não há nada feito às escondidas e que é com democracia que o País Avançará. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senadora Serys Slhessarenko.	118
<b>Desarmamento</b>	
Faz reflexão sobre o desarmamento. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Juvêncio da Fonseca.	242
<b>Discriminação</b>	
Registra a entrega a ONU do relatório governamental brasileiro sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Senadora Patrícia Sabóia Gomes.	018
<b>Discussão de PLC</b>	
Discute a matéria sobre o Projeto de Lei Câmara nº 42 de 2003. Senadora Vânia Lúcia.	111
<b>Desemprego</b>	
Fala do Governo do Partido dos Trabalhadores e do desemprego no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Octávio. Senador Mão Santa.	057
Desemprego no Brasil. Senador Mão Santa.	337
Trata do desemprego e da reforma agrária, que é uma fonte inesgotável de emprego. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador João Capiberibe.	339
<b>Desvio de Verbas</b>	
Preocupação com a retirada de recursos destinados à educação e saúde. Voto de pesar pelo falecimento do Dr. Hélio de Brito. Senadora Lúcia Vânia.	135

## **Discurso**

Republicação do discurso do dia 23-06-2003, que trata da preocupação com a qualidade da produção do legislativo, para que neste constem as tabelas e os gráficos 1-A, 1-B e 1-C. Senador Geraldo Mesquita. 283

## **Economia**

Recessão econômica no Brasil. Senador Osmar Dias. 029

Análise da estagnação da economia brasileira e expectativas de seu crescimento. Senador Roberto Saturnino. 036

Comentários sobre os artigos dos jornais Folha de S. Paulo de 22 de junho passado e gazeta Mercantil de 23 de junho sobre o papel dos bancos no crescimento econômico e do comportamento autoritário do Governo Lula. Senador Antero.Paes de Barros. 067

Consolidação da política social econômica do Governo Federal. Senador Tião Viana. 336

## **Eco-turismo**

Necessidade do governo federal de investir no eco-turismo brasileiro. Senador Paulo Octávio. 054

## **Educação**

Agradecimentos ao Ministro Cristovam Buarque pela decisão de número diferenciado de vagas de professores na Amazônia. Assinatura, pelo Ministro Roberto Amaral, de convênio com a USP para fornecimento de bolsas para cursos de doutorado nas Universidades da Amazônia. Senador João Capiberibe. 035

Fala da atuação da Senadora na Comissão Assuntos Sociais, da importância do estágio e da educação que significa uma melhor condição na busca de empregos e melhor preparo contra a violência. Aparte à Senadora Vânia Lúcia. Senador Eduardo Azeredo. 137

## **Embrapa**

Dificuldades enfrentadas pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias –Embrapa. Senador Garibaldi Alves Filho. 243

Diz que o sucesso da Embrapa está expresso hoje na expansão das exportações brasileiras, mas é preciso melhorar o orçamento para esse órgão. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Tião Viana. 244

## **Emprego**

Alerta o Governo para a necessidade de acompanhar com muito cuidado o Programa Primeiro Emprego. Senador Eduardo Suplicy. 024

Fala do Projeto Primeiro Emprego, de sua autoria e com o aperfeiçoamento do Senador Eduardo Suplicy. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Osmar Dias. 026

## **Empresa Aérea**

Fala sobre a fusão das empresas aéreas: Varig e Tam. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Paulo Paim. 117

## **Energia Solar**

Fala do discurso de Valdir Raupp, sobretudo quando aponta a solução da energia solar para atender às pequenas comunidades isoladas do país. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Amir Lando.	345
<b>Esclarecimentos</b>	
Esclarecimentos ao pronunciamento do Sr. José Agripino. Senador Tião Viana.	096
<b>Estado da Bahia</b>	
Apelo ao Governo Federal para a liberação de recursos visando a conclusão do metrô de Salvador/BA. Senador César Borges.	092
Apelo para o governo Lula para liberação de recursos para metrô de Salvador/BA. Senador Antonio Carlos Magalhães.	096
<b>Estado de Roraima</b>	
Apelo para a constituição de comissão de Senadores para verificar a questão fundiária em Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.	335
<b>Estatuto do Idoso</b>	
Cumprimentos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter incluído na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional o projeto que institui o Estatuto do Idoso. Senador Paulo Paim.	238
<b>Exportação</b>	
Congratulação ao Governo Lula pela criação de fundo de compensação para estados exportadores. Senadora Ana Júlia Carepa.	052
<b>Êxodo Rural</b>	
Fala da preocupação com o êxodo rural devido à falta de investimentos no homem do campo. Aparte à Senadora Iris de Araújo. Senador Leonel Pavan.	051
<b>Desmatamento</b>	
Agravamento dos desmatamentos na Amazônia. Senador Jefferson Peres.	089
<b>Diplomacia</b>	
Cumprimento ao Ministro das Relações Exteriores pela viabilização de vinte bolsas-prêmio de vocação para diplomacia a candidatos de afro-descendentes interessados no acesso à carreira. Senador Paulo Paim.	410
<b>Energia</b>	
Diz que o carvão é fundamental como energia e que o seu tema de pronunciamento é a questão do desemprego e, para haver desenvolvimento tem-se que ter cada vez mais o potencial da energia. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Paulo Paim.	356
<b>Ferrovias</b>	
Anúncio da reestatização, pelo Estado de Mato Grosso do Sul, da antiga ferrovia Noroeste do Brasil, agora denominada Ferroeste. Senador Delcídio Amaral.	127
Comenta o desafio do Presidente Lula em recuperar as ferrovias que foi um dos setores que mais perdeu com as privatizações. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Tião Viana.	130

Comenta as privatizações das ferrovias e a utilização das ferrovias de Minas Gerais. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Eduardo Azeredo.	131
<b>Força Aérea</b>	
Saúda o Senador no que diz respeito à regulamentação da Lei do Abate. Aparte ao Senador César Borges. Senador Renan Calheiros.	420
<b>Forças Armadas</b>	
Fala das Forças Armadas do Brasil e da união dos Senadores na construção e no fortalecimento dos instrumentos que permitam a defesa mais estruturada do país. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador Tião Viana.	233
Ressalta a importância das Forças Armadas na defesa da integridade do território nacional, principalmente da Amazônia. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador Serys Slhessarenko.	233
Sensibilidade do Governo Lula com as necessidades das Forças Armadas Brasileiras. Senador Tião Viana.	409
<b>Fórum</b>	
Registro da Participação de S. Ex <sup>a</sup> em evento patrocinado pelo Fórum Econômico Mundial, realizado em São Paulo/SP. Senador Romero Jucá.	227
<b>Fronteiras Brasileiras</b>	
Fala das fronteiras do País que são completamente sem a presença adequada nem da Polícia Federal, nem das Forças Armadas. Aparte ao Senador César Borges. Senador Mozarildo Cavalcanti.	418
<b>Governador/DF</b>	
Leitura de nota da Comissão Executiva Nacional do PMDB refutando qualquer tentativa de afastar do cargo o Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. Senador Renan Calheiros.	121
<b>Governo</b>	
Pedido de cautela ao Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Senador Garibaldi Alves Filho.	059
Diz que o PMDB não deve se comportar como base e que o que se tem que fazer é melhorar a equipe do governo que está parada. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Mão Santa.	060
Importância de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveite a experiência partidária do PMDB no seu governo. Senador Mão Santa.	227
Registro de matérias “A bola está com Lula” e “Oposição que CPI contra invasões de terras”, do jornal Correio Braziliense; e dos artigos “O boné da insensatez”, do Senador Jorge Bornhausen e “Emprego para sobrinho” do jornalista Lucio Vaz. Senador Arthur Virgílio.	272
<b>Governo Federal</b>	
Considerações acerca da atuação do Governo Federal. Senador Arthur Virgílio.	066
<b>Homenagem</b>	
Homenagem pelo transcurso dos dias do Pescador e dos Caminhoneiros, comemorados dias 29 e 30 de junho, respectivamente. Senador Eduardo Soqueira Campos.	064

Transcurso dos 180 anos de independência da Bahia e dos 25 do Pólo Petroquímico de Camaçari. Senador Rodolpho Tourinho.	081
Homenagem pelos 180 anos de independência da Bahia. Senador Antonio Carlos Magalhães.	096
Homenagem pelos 40 anos de existência do Centro de Integração Empresa-Escola –CIEE. Senador Édison Lobão.	280
Homenagem pelo centenário de nascimento do escritor mineiro Pedro Nava. Senador Eduardo Azeredo.	402
Homenagem pelo transcurso de 80 anos de nascimento do ex-deputado Thales Ramalho. Senador Garibaldi Alves Filho.	413
Homenageia Tales Ramalho pelos 80 anos. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Eduardo Azeredo.	413
Associa-se a homenagem feita a Tales Ramalho pelos seus 80 anos. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Marco Maciel.	413
<b>Homenagem Póstuma</b>	
Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-ministro Carlos Sant’Anna. Apelo pela continuação das obras do Metrô de Salvador/BA. Senador Rodolpho Tourinho.	356
<b>Humanitismo</b>	
Registra com agrado a posição do Senador José Jorge, de democrata e de cidadão profundamente ligado no humanitismo. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Arthur Virgílio.	354
<b>Idoso</b>	
Ressalta a importância dos idosos na sociedade. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Tião Viana.	238
<b>Impostos</b>	
Sugestão de mudança no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições de Micro e pequenas Empresas (SIMPLES). Senador Osmar Dias.	029
Fala sobre a isenção de impostos de empresas e do capital de giro. Aparte à senadora Iris de Araújo. Senador Ney Suassuna.	049
<b>INPI</b>	
Apelo ao governo para fortalecimento do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual –INPI. Senador Marco Maciel.	405
<b>ISS</b>	
Defesa da exclusão da cobrança do ISS sobre as produções cinematográficas e direitos autorais. Senador Arthur Virgílio.	340
<b>Juros</b>	
Altos juros praticados pelo Governo Lula. Senador Arthur Virgílio.	138
Apresentação de proposta à Comissão de Assuntos Econômicos para diminuir as taxas de juros no Brasil. Senador Romero Jucá.	352



## **Manifesto**

Repúdio às manifestações do Presidente da República contra o Governador Joaquim Roriz e sua vice, Maria de Lourdes Abadia. Senador Arthur Virgílio. 046

## **Medicamentos**

Críticas a falta de Critérios no controle de medicamentos no país. Senador Papaléo Paes. 070

## **Mensagem**

Mensagem Nº 281, de 2003, informa que o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, em 20 de maio do corrente, a Resolução nº 1.484 (2003), que autoriza o envio de uma Força Multinacional de Emergência Provisória para a cidade de Bunia, província de Ituri –República Democrática do Congo, para contribuir para estabilização das condições de segurança e a melhora da situação humanitária naquela cidade, assegurar a proteção do aeroporto e das pessoas abrigadas em Bunia, e contribuir para a segurança da população civil e dos membros das Nações Unidas. 133

## **Modelo Fundiário**

Análise do modelo fundiário brasileiro. Senador Amir Lando. 360

## **MST**

Comentários à matéria publicada no jornal o Estado de S. Paulo da edição de 20 de junho do ano corrente sobre ocupação de terras pelo MST. Senadora Lúcia Vânia. 069

Apresentação de requerimentos para criação de comissão parlamentar de inquérito com a finalidade de averiguar a questão da tensão no campo. Tolerância do Presidente da República com o MST. Senador Arthur Virgílio. 089

Iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de receber representantes do MST, hoje, no Palácio do Planalto. Senador Eduardo Suplicy. 113

Fala do MST. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Arthur Virgílio. 114

Relações do Governo com o MST. Senador Tião Viana. 339

Comenta a repercussão do uso do boné do MST, pelo Presidente Lula e faz uma associação ao gesto de simbolismo e respeito à história tradicional dos povos indígenas do Dr. Ulisses Guimarães, ao colocar um cocar na cabeça, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Tião Viana. 364

Preocupação com o crescimento de famílias acampadas no Paraná aguardando serem assentadas. Senador Osmar Dias. 421

## **Municípios**

Importância do Programa de Desenvolvimento Energético dos Municípios – PRODEEM. Senador Valdir Raupp. 342

## **Narcotráfico**

Necessidade de intervenção das Forças Armadas no combate ao narcotráfico no Brasil. Senador Demóstenes Torres. 231

## **ONGs**

Atuação das Organizações não Governamentais no Brasil. Senador Mozarildo Cavalcanti. 347

Ressalta que atualmente muitas ONGs são criadas para mobilizar recursos do Governo e fala da relação existente entre as ONGs e o Governo Lula. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcante. Senador José Jorge. 349

### **Orçamento**

Denúncia relativa à execução orçamentária do Ministério da Saúde. Senador Demóstenes. 088

### **Palestra**

Comunica sua participação, como palestrante, no Congresso Brasileiro de Propriedade Intelectual, realizado em Recife, nos dias 3 e 4 deste mês. Senador Marco Maciel. 405

### **Paraolimpíadas**

Registra participação brasileira nos jogos Paraolímpicos, no próximo mês de setembro de 2004. Senador Romero Jucá. 065

### **Parecer**

Parecer Nº 712, de 2003, da Comissão de Justiça e Cidadania , sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (nº 1.083/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, que trata da Lei nº10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003. Senador Garibaldi Alves Filho. 002

Parecer Nº 712, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (nº 1.083/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, que trata da Lei nº10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003. Senador Garibaldi Alves Filho. 003

Parecer Nº 714, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas no prazo único, previsto no art. 122, II, b, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, perante a primeira Comissão a que foi despachado (CCJ). Senador Garibaldi Alves Filho. 004

Parecer Nº 715, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003 (nº 1.084, de 2003, na Casa de origem), de Iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. Senador Geraldo Mesquita Júnior. 006

Parecer Nº 716, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003 (nº 1.084, de 2003, na Casa de origem), de Iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. Senador Geraldo Mesquita Júnior. 007

Parecer Nº 717, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas nºs 1 e 2 apresentadas no prazo único, previsto no Art.122,II,b, combinado com o art. 375, I, do regimento Interno perante a primeira Comissão a qual foi despachado (CCJ). Senador Geraldo Mesquita Júnior. 009

Parecer Nº 718, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a mensagem nº 127, de 2003 (nº 248/2003, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retificação da Resolução nº 25/1997, referente a operação de crédito externo, de principal, contratada entre a República Federativa do Brasil e o Export-Import Bank of

Japan (Japan of Cooperation –JBIC), destinado a financiar, parcialmente, o Projeto do Trem Metropolitano de Fortaleza –METROFOR, a cargo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos –CBTU. Senador Luiz Otávio. 077

Parecer Nº 719, de 2003, de Plenário, sobre o PDL nº 382, de 2003. Senador Tião Viana. 134

Parecer Nº 720, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a Lei nº 9.504, de 1997, e a Lei nº 10.408, de 2002, para implantar o registro digital do voto. Senador Demóstenes Torres. 293

Parecer Nº 721, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2003 (nº1.910/6 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Carnavalesca 25 horas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa vista das Missões, Estado do Rio Grande do Sul. Senador João Ribeiro. 396

### **Partido dos Trabalhadores**

Fala da construção da unidade na diversidade do partido dos Trabalhadores a favor do Brasil. Senadora Ana Júlia Carepa. 118

### **Partido Político**

Considerações sobre a decisão do PT de afastar a Senadora Heloísa Helena. Senador Eduardo Suplicy. 113

Trata da iniciativa de uma reunião que busca a unidade do Partido dos Trabalhadores, em especial no que se refere à Reforma previdenciária. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Paulo Paim. 117

Comenta que é impossível as ações do PT ficarem apenas em suas instâncias e diz que o PT precisa dizer até aonde vai a elasticidade da tolerância da disciplinaridade. Senador Sibá Machado. 118

Descabimento da proposta do Ministro José Dirceu da criação de um novo partido político para abrigar parlamentares que se desfiliam da sua legenda. Senador José Jorge. 218

Diz que tem que haver a união do PMDB, PT e partidos aliados para oferecer propostas viáveis para que o País se transforme no país que queremos. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Íris de Araújo. 230

### **Petróleo**

Apelo à Ministra das Minas e Energia pela realização de estudos sobre a viabilidade de prospecção de Petróleo e Gás Natural na Bacia do rio São Francisco, em Minas Gerais. Senador Hélio Costa. 027

Apelo ao Governo federal para que reveja a decisão de reduzir os preços da gasolina e do gás de cozinha devido à greve de petroleiros na Nigéria. Senador Romero Jucá. 227

### **Pobreza**

Empobrecimento da classe média brasileira. Senador Renan Calheiros 034

### **Política**

Considerações sobre conjunto de projetos aprovados nesta casa, enviados a Câmara, que constituem a reforma dos sistemas eleitoral e político-partidário. Senador Jefferson Peres.	063
<b>Política Agrária</b>	
Considerações a respeito da política agrária do Governo Federal diante dos atos praticados pelo MST. Senador Leomar Quintanilha.	138
<b>Presidência</b>	
Uso do boné do MST, pela Presidência da República. Senador Paulo Paim.	363
<b>Presidente da República</b>	
Postura do Presidente da República, nos primeiros meses de governo. Senador Hélio Costa.	224
Defende Lula como pessoa e como presidente. Senador Eduardo Suplicy.	271
<b>Previdência</b>	
Sugestão para a contribuição de trabalhadores do setor informal de economia à Previdência Social. Senador Paulo Paim.	410
<b>Programa Primeiro Emprego</b>	
Comentários sobre o Programa Primeiro Emprego, lançado nesta semana pelo Governo Federal. Senadora Lúcia Vânia.	135
Importância do programa Primeiro Emprego. Senador Paulo Paim.	363
<b>Projeto de Decreto Legislativo</b>	
Projeto de Decreto Legislativo Nº 382, de 2003, que aprova a participação brasileira na Força Multinacional de Emergência Provisória , autorizada pelo conselho de segurança das Nações Unidas pela Resolução nº 1.484, de 2003, para a cidade de Bunia, província de Ituri –Republica Democrática do Congo.	134
<b>Projeto de Lei</b>	
Leitura do Projeto de Lei Nº 14, de 2003 –CN. Senador Rodolpho Tourinho.	154
Leitura do Projeto de Lei Nº 15, de 2003 –CN. Senador Rodolpho Tourinho.	159
Leitura do Projeto de Lei Nº 16, de 2003 –CN. Senador Rodolpho Tourinho.	167
Leitura do Projeto de Lei Nº 17, de 2003 –CN. Senador Rodolpho Tourinho.	171
Leitura do Projeto de Lei Nº 18, de 2003 –CN. Senador Rodolpho Tourinho.	211
<b>Projeto de Lei da Câmara</b>	
Projeto de Lei da Câmara Nº 46, de 2003, que faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.	212
Projeto de Lei da Câmara Nº 48, de 2003 (Nº 39/99, na Casa de Origem), que dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências.	390
Projeto de Lei da Câmara Nº 49, de 2003 (Nº 6.680/2002), que institui o Mapa de Exclusão Social, estabelecendo metas e normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado.	393

## **Projeto de Lei do Senado**

Projeto de Lei do Senado Nº 262, de 2003, que dispõe sobre a proibição do uso de métodos e recrutamento de pessoal que possam causar dano a honra e à dignidade do trabalhador. Senador Paulo Paim. 012

Projeto de Lei do Senado Nº 263, de 2003, que dispõe sobre a isenção de Imposto sobre os Produtos Industrializados na aquisição de equipamentos e materiais para o exercício de fotógrafo profissional. Senador José Agripino. 013

Projeto de Lei do Senado Nº 264, de 2003, que altera a redação dos arts. 50 e 52 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento urbano e dá outras providências. Senador Paulo Octávio. 099

Projeto de Lei do Senado Nº 265, de 2003, que altera o art. 49 da lei nº 8.171, de 17/01/1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombos. Senador Tasso Jereissati. 100

Projeto de Lei do Senado Nº 266, de 2003, que altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo de Garantia-Safra. Senador Tasso Jereissati. 103

Projeto de Lei do Senado Nº 267, de 2003, Autoriza o Poder Executivo a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), nos termos que especifica e dá outras providências. Senador Fernando Bezerra. 108

Projeto de Lei do Senado Nº 268, de 2003, que altera a redação dos artigos 6º e 49º da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e dá outras providências. Senador Rodolpho Tourinho. 214

## **Questão Agrária**

Preocupação com a questão agrária do País. Senador José Agripino. 045

## **Refinaria**

Comentário ao artigo do consultor Jean Paul Prates sobre a instalação de uma refinaria de petróleo no nordeste. Senador Garibaldi Alves Filho. 413

Fala da defesa feita pelo Senador Garibaldi Alves Filho em relação à polêmica da instalação de mais uma refinaria no país, na região nordeste e do combate às desigualdades regionais. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador César Borges. 415

Fala do nordeste que é onde se deve localizar a nova refinaria de petróleo, e da relação dessa refinaria com o Caribe e a Venezuela. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Rodolpho Tourinho. 415

## **Reforma Agrária**

Ressalta que o Governo está vivendo sua primeira grande crise e que não há como deixar de fazer a reforma agrária e por fim fala da relação de sustentação exercida pelo PMDB. Aparte ao Senador Amirlindo. Senador Renan Calheiros. 362

## **Reforma Judiciária**

Considerações a respeito da reforma do judiciário. Senador Papaléo Paes. 216

Ressalta a importância da Reforma do Judiciário. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador José Jorge. 217

Ressalta a importância da Reforma do Judiciário. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Paulo Paim.	218
Posicionamento contrário à votação da Reforma do Judiciário no período da convocação no Congresso Nacional. Senador José Jorge.	218
<b>Reforma Política</b>	
Defesa da inclusão da Reforma Política na convocação extraordinária do Congresso Nacional. Senador José Agripino.	095
<b>Reforma Tributária</b>	
Pressão dos Governadores pela retirada da obrigatoriedade dos estados aplicarem 20% da sua arrecadação oriunda do CPMF e da Cide nas áreas de educação e saúde, conforme prevê a proposta da Reforma Tributária. Senador Antonio Carlos Valadares.	084
Manifesta sua opinião sobre o discurso do senador Antonio Carlos Valadares a respeito da Reforma Tributária. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Ney Suassuna.	086
Fala da proposta de Desvinculação das Receitas dos Estados e diz que estas são passíveis de serem aceitas na Reforma Tributária. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares. Senadora Ideli Salvatti.	087
Análise da Proposta de Reforma Tributária encaminhada ao Congresso Nacional. Senador João Batista Motta.	121
Gestão do PFL para inclusão da Reforma Política na pauta de convocação extraordinária do Congresso Nacional. Senador José Jorge.	218
<b>Requerimento</b>	
Requerimento Nº 513, de 2003, que requer nos termos do art. 224 da Constituição Federal, combinado com os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que o projeto de Decreto Legislativo 223, de 2003, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Comunidade Cristã, para executar serviço de radiodifusão na cidade de Goiânia, Estado do Goiás”, seja submetido à apreciação do Conselho de Comunicação Social. Senadora Fátima Cleide.	060
Requerimento Nº 514, de 2003, que solicita informações ao Ministro da Casa Civil sobre a investigação do Ministério público no caso do jogo clandestino. Senador Arthur Virgílio.	061
Requerimento Nº 515, de 2003, que solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre a investigação do Ministério público no caso do jogo clandestino. Senador Arthur Virgílio.	061
Requerimento Nº 516, de 2003, que requer que a Mesa solicite algumas informações por escrito ao ministro-chefe da Casa Civil. Senador Arthur Virgílio.	062
Requerimento Nº 517, de 2003, que requer que seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do líder político goiano, o ex-prefeito de Goiânia e o ex-deputado estadual Hélio Seixo de Brito, apresentado condolências à Família. Senadora Íris de Araújo.	079
Requerimento Nº 518, de 2003, que requer homenagens pelo falecimento do Dr. Hélio Seixo de Brito, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás. Senador Leomar Quintanilha.	079
Requerimento Nº 519, de 2003, que requer informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil, sobre os estudos de Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,	

vinculado á Presidência da República, acerca do tratamento e controle de capitais de curto prazo aplicado ao Brasil. Senador Arthur Virgílio.	097
Requerimento Nº 520, de 2003, que requer a retirada do Projeto de Lei o Senado Nº 179, de 13-05-2003, de sua autoria. Senador Paulo Paim.	098
Requerimento Nº 521, de 2003, que requer voto de aplauso ao diretor-presidente do jornal “A Notícia”, de Joinville, o senhor Moacir Thomazi, ao jornalista Luiz Fernando Assunção e ao Fotógrafo Pena Filho, em função da série de reportagens que vem sendo publicadas sobre os mortos da ditadura militar em Santa Catarina. Senador Ideli Salvatti.	098
Requerimento Nº 522, de 2003, que requer a inserção em alta de voto de pesar pelo falecimento do Comunicador Hilton Lopes, ocorrido dia 28/06, na cidade de Aracaju/SE, para ser enviado à família enlutada e ao Sistema Atalaia de Comunicação. Senador Antonio Carlos Valadares.	098
Requerimento Nº 523, de 2003, que requer urgência para o PLS nº 161, de 1989, que “define os serviços de qualquer natureza sujeitos ao imposto de competência de qualquer município, previsto no inciso IV, do art. 156, da Constituição, e estabelece as suas alíquotas máximas”. Senador Romero Jucá.	127
Requerimento Nº 524, de 2003, que Apensamento do PLS nº 202, de 2003, aos apensados PLS nºs 386, 292 e 614, todos de 1999, por regularem sobre a mesma matéria. Senador Juvêncio da Fonseca.	127
Requerimento Nº 525, de 2003, que requer a tramitação em conjunto dos Projetos de Resolução nºs 65, de 1999, e 18, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria –indicação a outro poder. Senador César Borges.	127
Requerimento Nº 526, de 2003, que requer urgência, para o PDL nº 382, de 2003. Senador Tião Viana.	134
Requerimento Nº 527, de 2003, que requer que sejam encaminhados votos de Congratulações ao Comandante Geral da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, pelo transcurso, na data de hoje, do “Dia do Bombeiro”, bravos heróis que cotidianamente arriscam-se para salvar vidas pela integridade de nosso patrimônio. Senador Sérgio Zambiasi.	137
Requerimento Nº 528, de 2003, que requer a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de investigar as sucessivas e violentas invasões de terras, praticado pelo chamado Movimento dos Sem Terra –MST. Senador Garibaldi Alves Filho.	152
Requerimento nº 529, de 2003, que requer que seja criada a comissão temporária externa, composta de cinco Senadores, com a finalidade de ir a Roraima inteirase das questões fundiárias daquele estado. Senador Mozarildo Cavalcanti.	255
Requerimento Nº 530, de 2003, que requer que seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar de falecimento do General-de-Exército Adhemar da Costa Machado, apresentando condolências ao Comando do Exército e à família. Senadora Íris de Araújo.	270
Requerimento Nº 531, de 2003, que requer que seja designada comissão, composta de três Senadores, para averiguar as causas das crises de recursos por que passa a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –EMBRAPA, bem como propor soluções para referida crise. Senador Garibaldi Alves Filho.	271
Requerimento Nº 532, de 2003, que requer, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, algumas homenagens pelo falecimento do ex-deputado e Ministro da Saúde, Carlos Santana. Senador Arthur Virgílio.	346

## **Rodovias**

Comunica a realização da reunião da Comissão Franco-Brasileira, nos próximos dias 07 e 08, em Paris, que decidirá sobre o encaminhamento de obras na BR-156 e a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, que interligará o Brasil à Guiana Francesa. Senador João Capiberibe.	236
Defesa da construção rodovia que ligará o município de Envira/AM à cidade de Feijó, no Estado do Acre. Senador Arthur Virgílio.	371
<b>Segurança</b>	
Comentários à determinação de retirada de todos os portões e cabines de segurança dos condomínios do Rio de Janeiro. Senador Ney Suassuna.	087
<b>Setor Energético</b>	
Ressalta a competência e dedicação do setor energético. Aparte a Senador Valdir Raupp. Senador Mão Santa.	344
<b>Setor Ferroviário</b>	
Fala das privatizações do setor ferroviário. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Roberto Saturnino.	130
<b>Sistema Elétrico</b>	
Manifesta seu entusiasmo e o seu apoio aos estudos feitos para uma revisão completa das normas e do sistema elétrico brasileiro, para a formação de um novo modelo onde se deve inserir o carvão. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Rodolpho Tourinho.	356
<b>Sociedade</b>	
Constatação do pouco que se avançou no País na área social, nos últimos 10 anos. Senador Pedro Simon.	140
<b>Solidariedade</b>	
Apelo ao Presidente Lula para que faça um pedido de clemência em favor da cidadã nigeriana condenada à morte por ter tido um filho sem ter contraído o matrimônio. Senador Arthur Virgílio.	340
Declara a sua associação ao comitê que objetiva preservar a vida de Amina Lawal. Senador Amir Lando.	351
Manifestação de solidariedade do PMDB no sentido de pedir a absolvição da nigeriana e mulçumana Amina Lawal, condenada à morte naquele país. Senador Romero Jucá.	352
Informa que o Presidente Lula está sensibilizado com a situação da nigeriana e mulçumana Amina Lawal e confirma que reforçará o pedido e a determinação do Governo Brasileiro de solicitar asilo para a condenada, caso haja sensibilidade por parte do residente da Nigéria. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Tião Viana.	353
Solidariedade à nigeriana Amina Lawal, condenada à morte por apedrejamento por um tribunal religioso da Nigéria. Senador Paulo Paim.	363
Associação às manifestações de solidariedade à nigeriana Amina Lawal. Senador Renan Calheiros.	371
<b>Subcomissão de Turismo</b>	
Fala da importância da Subcomissão de Turismo para o Brasil. Aparte ao Senado Paulo Octávio. Senador Leonel Pavan.	058



## **Tecnologia**

Ressalta a importância da Ciência e da Tecnologia e diz que precisamos fazer satélites e colocá-los em órbita. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Ney Suassuna. 039

## **Terras**

Preocupação com a aquisição de terras no Brasil por fazendeiros norte-americanos. Senador Mozarildo Cavalcanti. 148

## **Transcrição**

Transcrição de artigos veiculados na imprensa a respeito da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o crescimento de invasões de terras no País. Senador Arthur Virgílio. 312

## **Transporte**

Fala da energia e do transporte rodoviário e ferroviário. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Mão Santa. 130

## **Transcrição**

Transcrição nos anais da Casa das reivindicações que constam no Manifesto do Esporte. Senador Paulo Paim. 021

Transcrição nos anais do Senado, de discurso proferido pelo Ministro Roberto Amaral, por decisão da posse de Celso Furtado na Academia Brasileira de Ciências. Senador Roberto Saturnino. 036

## **Turismo**

Falta de recursos para investimento no setor de turismo em Santa Catarina. Senador Leonel Pavan. 081

## **Vale o Rio Doce**

Atuação da Companhia Vale do Rio Doce. Senador Romero Jucá. 280

## **Violência**

Comenta a violência no Rio de Janeiro. Senador Eurípedes Camargo. 419

## **Votação de Requerimento**

Encaminha votação dos requerimentos N<sup>os</sup> 517 e 518, de 2003. Senadora Íris de Araújo. 079

Encaminha votação dos requerimentos N<sup>os</sup> 517 e 518, de 2003. Senador Antonio Carlos Valadares. 080

Encaminhamento de votação do requerimento n<sup>o</sup> 532, de 2003. Senador Arthur Virgílio. 346

Encaminhamento de votação do requerimento n<sup>o</sup> 532, de 2003. Senador Tião Viana. 346

# Ata da 1ª Sessão não Deliberativa, em 1º de julho de 2003

1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,  
Romeu Tuma e Augusto Botelho.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. Primeiro Secretário, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

## EXPEDIENTE

### OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 1.342/2003, de 26 do corrente, encaminhando ao Senado Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1999 (nº 2.741/2000, naquela Casa), que altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra policiais, membros do Ministério Público ou magistrados no exercício de suas funções ou em razão delas.

É a seguinte a emenda

### EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 1999 (Nº 2.741/2000, naquela Casa)

**“Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra policiais, mem-**

**bro do Ministério Público ou magistrados no exercício de suas funções ou em razão delas”.**

### Emenda

Suprima-se da alínea **m** do inciso II do art. 61 constante do art. 1º deste projeto a expressão “civil ou militar”.

PROJETO APROVADO PELO SENADO FEDERAL  
E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS  
PARA REVISÃO.

**Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra policiais, membros do Ministério Público ou magistrados no exercício de suas funções ou em razão delas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

“Art. 61 .....

“II – .....

“**m**) contra policial civil ou militar, membro do Ministério Público ou magistrado, no exercício da função ou em razão dela.” (AC) \*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 2.848,  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

**Código Penal**

CAPÍTULO III  
Da Aplicação da Pena

**Circunstâncias agravantes**

Art. 61 – São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-84)

I – a reincidência; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-84)

II – ter o agente cometido o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-84)

**a)** por motivo fútil ou torpe;

**b)** para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

**c)** à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;

**d)** com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;

**e)** contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

**f)** com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade;

**g)** com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

**h)** contra criança, velho, enfermo ou mulher grávida; (Redação dada pela Lei nº 9.318, de 5.12.96)

**i)** quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade;

**j)** em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido;

**l)** em estado de embriaguez preordenada.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PARECERES

**PARECERES NºS 712, 713 e 714, DE 2003**

**Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (nº 1.083/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003.**

**PARECER Nº 712, DE 2003, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

**I – Relatório**

Vem ao exame do Senado Federal, em regime de urgência constitucional, o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (nº 1.083, de 2003, na origem), de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003.

A proposição determina que as remunerações e os subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais ficam reajustadas em um por cento, a partir de 1º de janeiro de 2003.

Explicam os Senhores Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda na exposição de motivos que acompanha o projeto que ele dá cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, que regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição, e que, em relação ao percentual proposto, um por cento, é importante ressaltar que, além de atender ao princípio da equidade e ao conceito de linearidade, permitirá o estudo de medidas complementares que reduzam as disparidades remuneratórias hoje existentes.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem a proposição ao exame desta Casa, onde recebeu duas emendas.

A Emenda nº 1, de autoria do eminente Senador Antero Paes de Barros, determina que o reajuste dos servidores públicos corresponda à variação do Índice Nacional de Preços Amplo (IPCA), enquanto a de nº 2, da nobre Senadora Lúcia Vânia, estabelece esse mesmo reajuste em 4% (quatro por cento).

## II – Análise

A proposição atende ao pressuposto de constitucionalidade formal, tendo em vista tratar de matéria que deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do Presidente da República, na forma do que dispõe a alínea a do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição.

Da mesma forma, o projeto, não apresenta vícios de juridicidade e regimentalidade e vem vazado em boa técnica legislativa.

Com relação ao mérito, manifestamo-nos pela aprovação da proposta, que dá concretude, no ano de 2003, no âmbito da União, ao comando contido no art. X do art. 37 da Constituição, introduzido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, a chamada “Reforma Administrativa” e regulamentado pela Lei nº 10.331, de 2001.

Vale comentar que, conforme explicam os Ministros de Estado responsáveis pelas áreas pertinentes, a proposição pretende, tão-somente, atender a exigência constitucional da revisão anual dos estipêndios dos servidores públicos, no mês de janeiro, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões, não excluindo a adoção de ulteriores medidas que promovam ajustes pontuais na remuneração das carreiras e categorias funcionais do serviço público federal.

Com relação às emendas apresentadas, malgrado os seus eventuais méritos, elas não podem prosperar, por padecerem de vício de inconstitucionalidade formal.

Isso ocorre porque como a matéria objeto da proposição sob exame é de iniciativa privativa do Presidente da República e as emendas promovem aumento de despesa, a sua apresentação está vedada pelo disposto no inciso I do art. 63 da Constituição e na alínea a do inciso IV do art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal.

## III – Voto

Do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003, rejeitadas as emendas a ele apresentadas.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente – **Garibaldi Alves Filho**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Marcelo Crivella** – **José Maranhão** – **Juvêncio da Fonseca** – **Papaléo Paes** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **Arthur Virgílio** – **Tasso Jereissati** – **Antero Paes de Barros** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **João Capiberibe** – **Aelton Freitas** – **Paulo Octávio**.

## PARECER Nº 713, DE 2003, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

### I – Relatório

Veio a esta Comissão, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (Projeto de Lei nº 1.083, de 2003, na Casa de origem), que “dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003”.

O projeto de lei em tela, de iniciativa do Poder Executivo, reajusta em um por cento, retroativamente a 1º de janeiro de 2003, as remunerações e os subsídios dos servidores acima referidos e revoga o art. 3º da Lei nº 10.331, de 2001, que determina a dedução de eventuais reajustes, decorrentes de reorganização ou reestruturação de carreiras, do percentual de correção concedido, a título de revisão geral, às remunerações e aos subsídios dos servidores públicos federais.

A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados na forma em que foi encaminhada pelo Poder Executivo.

A matéria se encontra em análise simultânea, em regime de urgência, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e na Comissão de Assuntos Econômicos, podendo receber emendas somente perante a primeira. Foram apresentadas duas emendas, a saber:

Emenda nº 1-CCJ, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, determinando que o reajuste dos servidores públicos deverá corresponder à variação plena do IPCA; e

Emenda nº 2-CCJ, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que eleva para 4% o índice de reajuste dos servidores públicos.

### II – Análise

Cabe a esta Comissão opinar apenas sobre o aspecto econômico-financeiro da proposição, conforme o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal. Os demais aspectos da matéria, assim como as emendas apresentadas, serão apreciados pela CCJ.

De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial nº 146/2003-MP-MF, que acompanha a Mensagem nº 206, de 21 de maio de 2003, do Senhor Presidente da República, a despesa decorrente da proposição em tela será de R\$526,09 milhões, em 2003 e exercícios seguintes, e beneficiará 1.247.989 servidores públicos, ativos ou inativos.

Os dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), particularmente o disposto nos arts. 16 e 17, foram devidamente atendidos. Assim, as despesas relativas a 2003 foram incluídas na Lei Orçamentária Anual, em dotação específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e absorvidas pela margem líquida de expansão para as despesas de caráter continuado. Cabe informar também que, conforme os citados dispositivos da LRF, por se tratar de revisão geral da remuneração, nos termos do art. 37, X, da CF, a proposição não necessita ser instruída com a estimativa de seu impacto orçamentário-financeiro, nem demonstrar a origem de recursos para seu custeio.

Sobre o mérito do PLC nº 42, de 2003, cabe ressaltar que, embora sabidamente pequeno, o reajuste proposto pelo Poder Executivo é o único condizente com a atual situação econômico-financeira da União e os esforços do atual Governo em ajustar as finanças nacionais.

### III – Voto

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003, nos termos em que foi proposto.

Sala da Comissão, – **Paulo Octávio**, Presidente – **Garibaldi Alves Filho**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Antônio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Mão Santa** – **João Alberto Souza** – **Valdir Raupp** – **Efraim Moraes** – **Eduardo Azeredo** – **Patrícia Saboya Gomes** – **José Jorge** – **Arthur Virgílio** – **Lúcia Vânia**.

### PARECER Nº 714, DE 2003

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas nos 1 e 2, apresentadas no prazo único, previsto no art. 122, II, b, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, perante a primeira Comissão a que foi despachado (CCJ)**

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

### I – Relatório

Vem ao exame do Senado Federal, em regime de urgência constitucional, o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (nº 1.083, de 2003, na origem), de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003.

A proposição determina que as remunerações e os subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais ficam reajustadas em um por cento, a partir de 1º de janeiro de 2003.

Explicam os Senhores Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda na exposição de motivos que acompanha o projeto que ele dá cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, que regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição, e que, em relação ao percentual proposto, um por cento, é importante ressaltar que, além de atender ao princípio da equidade e ao conceito de linearidade, permitirá o estudo de medidas complementares que reduzam as disparidades remuneratórias hoje existentes.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem a proposição ao exame desta Casa, onde recebeu duas emendas.

A Emenda nº 1, de autoria do eminente Senador Antero Paes de Barros, determina que o reajuste dos servidores públicos corresponda à variação do Índice Nacional de Preços Amplo (IPCA), enquanto a de nº 2, da nobre Senadora Lúcia Vânia, estabelece esse mesmo reajuste em 4% (quatro por cento).

### II – Análise

A proposição atende ao pressuposto de constitucionalidade formal, tendo em vista tratar de matéria que deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do Presidente da República, na forma do que dispõe a alínea a, do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição.

Da mesma forma, o projeto não apresenta vícios de juridicidade e regimentalidade e vem vazado em boa técnica legislativa.

Com relação ao mérito, manifestamo-nos pela aprovação da proposta, que dá concretude, no ano de 2003, no âmbito da União, ao comando contido no art. X do art. 37 da Constituição, introduzido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, a chamada “Reforma Administrativa” e regulamentado pela Lei nº 10.331, de 2001.

Vale comentar que, conforme explicam os Ministros de Estado responsáveis pelas áreas pertinentes, a proposição pretende, tão-somente, atender a exigência constitucional da revisão anual dos estímulos dos servidores públicos, no mês de janeiro, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões, não excluindo a adoção de posteriores medidas que promovam ajustes pontuais na remuneração das carreiras e categorias funcionais do serviço público federal.

Com relação às emendas apresentadas, malgrado os seus eventuais méritos, elas não podem prosperar, por padecerem de vício de inconstitucionalidade formal.

Isso ocorre porque como a matéria objeto da proposição sob exame é de iniciativa privativa do Presidente da República e as emendas promovem aumento de despesa, a sua apresentação está vedada pelo disposto no inciso I do art. 63 da Constituição e na alínea a, do inciso IV do art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal.

### III – Voto

Do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003, rejeitadas as emendas a ele apresentadas.

Sala das Comissões, – **Paulo Octávio**, Presidente em Exercício – **Garibaldi Alves Filho**, Relator – **Antonio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Mão Santa** – **Valdir Raupp** – **Hélio Costa** – **Luiz Otávio** – **César Borges** – **Efraim Moraes** – **Rodolpho Tourinho** – **Sérgio Guerra** – **Eduardo Azevedo** – **Tasso Jereissati** – **Lúcia Vânia** – **Almeida Lima** – **Patrícia Saboya Gomes**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

(\*)Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

(\*)Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;” (Regulamento)

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19,  
DE 4 DE JUNHO DE 1998

**Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
DE 4 DE MAIO DE 2000

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

### Mensagem de veto

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do **caput** será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do **caput** constituem condição prévia para:

– empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

#### SUBSEÇÃO I

##### **Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado**

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o **caput** deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo au-

mento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

#### **PARECERES Nºs 715, 716 E 717, DE 2003**

**Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003 (nº 1.084/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.**

#### **PARECER Nº 715, DE 2003, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

Relator: Senador **Geraldo Mesquita Junior**

##### **I – Relatório**

É submetido a esta Comissão, em urgência constitucional, na forma do § 1º do art. 64 da Constituição, o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 1.084, de 2003, na origem), de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.

A proposta institui, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de

cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R\$59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

A vantagem acima referida será paga cumulativamente com as demais que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra, incidindo sobre ela as revisões gerais e anuais de remuneração dos servidores públicos federais.

Explicam os Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, na Exposição de Motivos MP/MF nº 145, de 2003, que capeia a proposição, que se trata de medida complementar à proposta de reajuste linear de um por cento, retroativo a janeiro do corrente ano, encaminhada ao Congresso Nacional na mesma data.

Informam, ainda, aquelas autoridades que a proposta visa a reduzir a distância entre os valores da menor e da maior remuneração, por intermédio da instituição de vantagem pecuniária individual (...) que, por ter o mesmo valor para todos os níveis, classes, padrões e categorias existentes, representará uma primeira aproximação entre esses valores, tendo como resultados ganhos inversamente proporcionais aos obtidos desde 1998.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem a proposição ao exame desta Casa, onde recebeu emendas duas emendas no prazo regimental. A de nº 1, do Senador Antero Paes de Barros, determina o pagamento da vantagem pecuniária aqui instituída a partir de 1º de janeiro de 2003, e a de nº 2, do Senador Eduardo Azeredo, prevê que a mesma parcela incorporar-se-á ao vencimento básico do servidor a partir de 1º de janeiro de 2004, o que implica que, dali adiante, passará a servir de base para o cálculo de diversas outras vantagens.

## II – Análise

O projeto é constitucional e vem veiculado pela espécie normativa própria, de iniciativa privativa do Presidente da República, **ex vi** da alínea **a** do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição. Ademais, é jurídico, atende as normas regimentais e vem vazado em boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, opinamos pela aprovação da matéria, que representa um passo fundamental na direção de melhoria dos vencimentos dos servidores públicos de menor remuneração que, nos últimos anos vinham sendo, sistematicamente, alijados das reestruturações de carreiras e tabelas promovidas pelo Governo Federal.

À guisa de exemplo, o abono proposto traduzir-se-á em aumento de cerca de dez por cento da remuneração dos servidores do nível auxiliar do Plano de Classificação de Cargos da Lei nº 5.465, de 1970 – exatamente aqueles que passaram os últimos oito anos quase sem qualquer reajuste –, enquanto representará menos de um por cento para os Auditores-Fiscais da Receita Federal, carreira que teve, nos últimos anos, reajustes significativos.

Ou seja, de fato, o projeto sob exame estará reduzindo as grandes disparidades remuneratórias no serviço público, contribuindo para fazer justiça aos servidores públicos.

A presente proposição, assim, inaugura uma nova fase na política remuneratória do Governo Federal, buscando a recomposição do poder de compra dos funcionários públicos mais humildes.

No tocante às emendas, ambas incorrem em de vício de inconstitucionalidade formal **ex vi** do disposto no inciso I do art. 63 da Constituição e na alínea **a** do inciso IV do art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal, que vedam a apresentação de emendas que aumentem a despesa prevista nos projeto de iniciativa privativa do Presidente da República, como é o caso sob exame.

## III – Voto

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003, rejeitadas as emendas nºs 1 e 2.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente – **Geraldo Mesquita Júnior**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Tião Viana** – **Antônio Carlos Valadares** – **Marcelo Crivella** – **Garibaldi Alves Filho** – **José Maranhão** – **Juvêncio da Fonseca** – **Papaléo Paes** – **Demóstenes Torres** – **Arthur Virgílio** – **Tasso Jereissati** – **João Capiberibe** – **Sérgio Cabral** – **Leonel Pavan** – **Almeida Lima**.

## PARECER Nº 716, DE 2003, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Relator: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**

## I – Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. O referido projeto tramita em regime de



urgência constitucional, conforme o disposto nos termos do § 1º, do art. 64, da Constituição Federal, disciplinado pelo art. 375 do Regimento Interno do Senado Federal, o que torna sua apreciação necessária em até quarenta e cinco dias, sob pena de ser sobrestada a pauta de votação do legislativo.

Deve-se também destacar o fato de o projeto em comento tramitar simultaneamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde serão apreciadas as emendas que porventura forem apresentadas. A esta Comissão cabe tão-somente apreciar as implicações financeiras e orçamentárias do aludido projeto.

Conforme dispõe o art. 1º, o projeto de lei em comento tem por objetivo conceder vantagem pecuniária individual aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R\$59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Destaque-se que a referida vantagem será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor, não podendo servir de base de cálculo para qualquer outra vantagem.

O art. 2º estabelece que todas as revisões gerais e anuais dos servidores públicos também incidirão sobre a vantagem individual ora criada.

Já o art. 3º estende a referida vantagem a todas as aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais.

Por último, o art. 4º determina que a lei entra em vigor na data de sua publicação, porém com efeitos financeiros retroativos a 1º de maio do corrente exercício fiscal.

## II – Análise

Passa-se, agora, a analisar a supracitada proposição legislativa. Inicialmente, deve-se destacar que o presente abono concedido aos servidores federais constitui-se em medida complementar à proposta de reajuste linear a ser implementada pela União. Por ser o mesmo valor para todos os servidores, busca-se reduzir a distância entre os valores da menor e da maior remuneração, representando uma primeira aproximação entre tais valores, tendo como resultados ganhos inversamente proporcionais aos obtidos desde 1998.

O custo da folha de pagamento no início da administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o menor desde 1995. De acordo com dados da Secretaria de Tesouro Nacional, a despesa com pessoal da União nos quatro primeiros meses de 2003 consumiu

27,3% da receita corrente líquida (arrecadação menos transferências a estados e municípios), o que se enquadra nos limites legais para gastos com pessoal.

A Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), constitui-se no diploma legal disciplinador do aumento de gastos da administração pública, em particular com as despesas de pessoal. O art. 16 da LRF determina, *in verbis*:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Já o art. 17 estabelece, *in verbis*:

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

O projeto significará um aumento da despesa federal em R\$675,82 milhões em 2003, assim como um aumento estimado de R\$992,92 milhões nos dois exercícios seguintes. A LRF está sendo respeitada, visto que as despesas relativas a 2003 foram incluídas na Lei Orçamentária Anual de 2003, sendo absorvidas pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado, conforme definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## III – Voto

Assim, do exposto, e tendo em vista não existirem óbices de natureza regimental, legal ou constitucional, votamos pela aprovação da matéria nos termos em que foi encaminhada pela Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2003. –  
**Paulo Octávio**, Presidente – **Geraldo Mesquita Júnior**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Antonio Carlos Valadares** – **Fernando Bezerra** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Pedro Simon** – **Efraim Moraes** – **Eduardo Azeredo** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Arthur Virgílio** – **Lúcia Vânia**.

**PARECER Nº 717 DE 2003**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas nos 1 e 2 apresentadas no prazo único, previsto no art. 122, II, b, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, perante a primeira Comissão a qual foi despachado (CCJ).**

Relator: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003 (nº 1.084 de 2003, na origem) de 2001, em urgência constitucional, na forma do parágrafo 1º do art. 64 da Constituição, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, recebeu as seguintes emendas no prazo regimental:

A de nº 1, do Senador Antero Paes de Barros, determina o pagamento da vantagem pecuniária instituída no projeto a partir de 1º de janeiro de 2003;

e a de nº 2, do Senador Eduardo Azeredo, prevê que a mesma parcela incorporar-se-á ao vencimento básico do servidor a partir de 1º de janeiro de 2004, o que implica que, dali adiante, passará a servir de base para o cálculo de diversas outras vantagens.

**II – Análise**

Ambas às emendas incorrem em vício de inconstitucionalidade formal **ex vi** do disposto no inciso I do art. 63 da Constituição Federal e na alínea **a** do inciso IV do art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal, que vedam a apresentação de emendas que aumentem a despesa prevista nos projetos de iniciativa privativa do Presidente da República, como é o caso sob exame.

**III – Voto**

Em razão do exposto, votamos pela rejeição das emendas nºs 1 e 2.

Sala da Comissão, – **Paulo Octávio**, Presidente em exercício – **Geraldo Mesquita Júnior**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Delcídio Amaral** – **Antonio Carlos Valadares** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **César Borges** – **Rodolpho Tourinho** – **Tasso**

**Jereissati – Almeida Lima – Patrícia Saboya Gomes – Hélio Costa – Luiz Otávio – Lúcia Vânia – Osmar Dias.**

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II – disponham sobre:

**a)** criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 1º O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

LEI Nº 5.645, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1970

**Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do serviço civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
DE 4 DE MAIO DE 2000

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

**Mensagem de veto**

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta lei complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente e, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do **caput** será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º As normas do **caput** constituem condição prévia para:

I – empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

SUBSEÇÃO I

**Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado**

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o **caput** deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofício do Sr. Juiz Federal Substituto da 12ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

## SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Ofício nº 447 /2003

Brasília/DF 02.06.2003

SENADO FEDERAL

À publicação,  
 Junte-se ao processado do  
 nº 928/2003, de 1999,  
 Em 01/07/2003.

Senhor Presidente,

Visando instruir os autos da Ação Penal nº 2000.024315-4, movida pelo Ministério Público Federal em desfavor de **PAULO CESAR XIMENES ALVES FERREIRA E OUTROS**, solicito a Vossa Senhoria que encaminhe a este Juízo os documentos abaixo relacionados:

1. cópia do **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro** e respectivos documentos:
  - a. Sumário Executivo do Caso Encol, em sete volumes, encaminhados pelo Banco do Brasil à CPI, contendo informações sobre as operações realizadas de 1995 em diante, bem como seus respectivos documentos ( contratos, escrituras, documentos, etc. );
  - b. relatório da Auditoria Interna do Banco do Brasil, com 13 volumes, relativos à apuração de irregularidades nas operações realizadas no período de 1993 a 1997;
  - c. relatórios encaminhados pelo Conselho Fiscal do Banco do Brasil;
  - d. documentos solicitados pela CPI, mediante requerimentos;
  - e. notas Taquigráficas relativas aos depoimentos das pessoas convocadas pela CPI e
  - f. documentos encaminhados aos Senadores participantes da CPI.

Atenciosamente,

**RONALDO DESTERRO**

Juiz Federal Substituto da 12ª Vara

Exmo. Sr.  
**PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**  
 Senado Federal  
 N E S T A

OF. SF Nº 928/2003

Brasília, 24 de junho de 2003

Ref.: Ofício nº 447/2003, da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF

Exmº Sr.

Dr. Ronaldo Desterro

Juiz Federal Substituto da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal

SAS Quadra 4, Lote 7, Bloco D, 2º andar

Meritíssimo Juiz,

Em resposta ao ofício em epígrafe, encaminho a V. Exª um exemplar do Relatório Final nº 4, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bancos ou do Sistema Financeiro, criada pelo Requerimento nº 127, de 1999, bem como cópias das notas taquigráficas relativas aos depoimentos das pessoas convocadas pela referida Comissão, em atendimento aos itens 1 e e.

Com referência aos itens **a, b, c, e d**, informo-lhe que, após diligências junto à Subsecretaria de Arquivo desta Casa, recebemos as informações constantes dos Ofícios nºs 87 e 89/2003-SSARQ (cópias anexas).

Assim sendo, sugiro a V. Exª credenciar servidor de sua confiança para manusear e coletar, junto àquela subsecretaria, a documentação solicitada.

Na oportunidade, apresento a V. Exª meus protestos de estima e consideração. – Senador **Romeu Tuma**, Primeiro Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 127, de 1999.

A solicitação foi atendida por meio do Ofício SF nº 928, de 24 de junho de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2003****Dispõe sobre a proibição do uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano a honra e a dignidade do trabalhador.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 443-A:

“Art. 443-A Ficará a cargo da empresa o procedimento a ser utilizado para o preenchimento da vaga, quando da contratação por processo seletivo.

§ 1º Fica proibida a utilização de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e à dignidade do trabalhador.

§ 2º Pelo efetivo dano à honra e à dignidade do trabalhador candidato a uma vaga no quadro de pessoal da empresa, nos termos do § 1º deste artigo, é devida uma indenização no valor de 10 (dez) a 50 (cinqüenta) vezes o salário estabelecido para o cargo, a ser paga pelo empregador ou pelo recrutador.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Tendo em vista as novas formas de administração empresarial voltadas para a alta competitividade exigidas hoje para os empreendimentos no contexto da interdependência socioeconômica mundial, também chamada de globalização, vemos, a cada dia, a implementação de novos métodos de recrutamento de pessoal.

Entre esses novos mecanismos, encontramos aqueles conhecidos como dinâmicas de grupo, pelas quais muitos candidatos a uma vaga na empresa são avaliados ao mesmo tempo.

Tais dinâmicas são atividades eficazes para se medir a capacidade de autocontrole, de criatividade, de iniciativa, de comando etc, características indispensáveis aos gerentes e aos executivos de empresas inseridas em mercados altamente competitivos.

Porém, de uns tempos para cá, esses métodos de recrutamento têm sido aplicados com algumas distorções, a ponto de provocar danos morais aos candi-

datos, que são obrigados a realizar atividades vexatórias e atentatórias à sua honra e dignidade.

O trabalhador candidato a uma vaga no quadro de pessoal da empresa por vezes é tratado, nessas dinâmicas de grupo, com desprezo e injúria ao ser submetido, por exemplo, a testes nos quais é obrigado a imitar o comportamento e a atitude de animais ou a realizar atividades infantis por meio de jogos conhecidos popularmente como cabra-cega, brincadeira de roda etc.

Essas atividades não levam em conta a idade, a religião, o sexo e a formação moral e intelectual das pessoas avaliadas, compelindo-as e arrastando-as ao desconforto e à humilhação perante os demais candidatos.

É inconcebível que numa sociedade voltada para a valorização dos direitos e garantias individuais se permita tal afronta à honra e à dignidade de um trabalhador que se candidate a uma vaga em uma empresa.

Esses direitos e garantias não devem ser submetidos à lógica dos mercados que comanda a tudo e a todos, independentemente da ética e da dignidade humana, a ponto de os trabalhadores serem tratados como simples peças de uma engrenagem empresarial, na medida em que são desprovidos de sentimentos e emoções.

Assim, com esse projeto temos a pretensão de salvaguardar a honra e a dignidade do trabalhador, direitos esses que merecem, como quaisquer outros, ser protegidos pela lei. Para isso, sugerimos acrescentar ao art. 443 da CLT um artigo 443-A, proibindo o uso de métodos de recrutamento que ofendam tais direitos dos trabalhadores.

Nas ações de dano moral, uma das maiores dificuldades do magistrado é encontrar um *quantum* indenizatório. Nesse sentido, propomos que ao trabalhador candidato a uma vaga no quadro de pessoal que sofrer ofensa a sua honra e dignidade, seja devida uma indenização no valor de 10 a 50 vezes o salário estabelecido para o cargo. Com esses limites, ficará mais fácil para o juiz fixar o valor da indenização que será paga pelo empregador ou pelo recrutador ao trabalhador ofendido.

Essas são as razões pelas quais contamos com o apoio dos ilustres pares na aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2003 – Senador **Paulo Paim**.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

**Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 443. O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.

§ 1º Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada. (Parágrafo único renumerado pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

§ 2º O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando:

(Parágrafo incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

**a)** de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; (Alínea incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

**b)** de atividades empresariais de caráter transitório; (Alínea incluída pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

**c)** de contrato de experiência. (Alínea incluída pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

(A Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2003**

**Dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de equipamentos e materiais para o exercício de fotógrafo profissional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes na importação de equipamentos e materiais adquiridos por fotógrafo profissional, desde que destinados a sua utilização exclusiva no exercício da profissão.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo não se aplica a produto importado que tenha similar nacional.

Art. 2º A isenção do IPI a que se refere o art. 1º estende-se aos equipamentos e materiais adquiridos diretamente de fabricante nacional.

Parágrafo único. É assegurada a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos no **caput**.

Art. 3º A isenção de que tratam os arts. 1º e 2º é condicionada ao prévio reconhecimento, pelo órgão competente para a administração dos tributos, de que o adquirente preenche os requisitos previstos nesta lei.

Parágrafo único. O direito à fruição do benefício fiscal dependerá:

I – da comprovação, pelo beneficiário:

**a)** da sua regularidade fiscal relativamente aos tributos e contribuições especiais de competência da União;

**b)** do exercício da profissão de fotógrafo, mediante inscrição no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) como contribuinte individual ou empregado com carteira profissional regularmente assinada, ou, se for o caso, como servidor público sujeito a regime próprio de previdência social;

II – da manifestação, pela repartição administrativa que o regulamento indicar, sobre a adequação, ao desenvolvimento do trabalho do profissional, dos equipamentos e materiais importados ou adquiridos no mercado interno, quanto a sua natureza, quantidade e qualidade.

Art. 4º Se aos bens objeto da isenção for atribuída destinação diversa da prevista no art. 1º, ficará o responsável pelo fato sujeito ao pagamento dos impostos dispensados e dos juros de mora, acrescidos, se for o caso, de multa de mora e de penalidades, nos termos da legislação tributária.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos bens cuja mudança de destinação se der após o decurso do prazo:

I – de cinco anos do desembaraço aduaneiro, se importados;

II – de três anos de sua aquisição, se nacionais.

Art. 5º Os benefícios fiscais previstos nesta lei aplicam-se a importações e aquisições no mercado interno, cujos fatos geradores ocorram até 31 de dezembro de 2008.

Art. 6º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 6º.

### Justificação

O fotógrafo profissional, em nosso País, para exercer sua atividade a contento, cada vez mais necessita de sofisticados equipamentos e materiais, geralmente importados, de elevado custo de aquisição.

Os impostos indiretos que incidem sobre esses bens, indispensáveis ao exercício da profissão de fotógrafo, constituem pesado gravame a sobrecarregar a vida esforçada desses denodados trabalhadores nacionais e de suas sacrificadas famílias, sobretudo, na atual conjuntura econômica, de abertura crescente nas economias domésticas.

O presente projeto de lei visa a isentar esses equipamentos e materiais, adquiridos por fotógrafo profissional e destinados a sua utilização exclusiva no exercício da profissão, dos impostos indiretos de competência da União, incidentes na importação sem similar nacional, ou na venda direta por fabricante no País (arts. 1º e 2º).

A isenção é de natureza temporária, aplicando-se a importações e aquisições no mercado interno, cujos fatos geradores ocorram até 31 de dezembro de 2008 (art. 5º).

O projeto adota as cautelas necessárias a evitar fraudes, por eventual desvirtuamento da destinação dos bens amparados pelo benefício fiscal, cujo reconhecimento prévio há de ser obtido junto ao órgão competente para a administração dos tributos (arts. 3º e 4º).

Por outro lado, a proposição ajusta-se às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, prevendo

a adoção das necessárias medidas tendentes a obviar a renúncia tributária envolvida (arts. 6º e 7º)

Contamos com a simpatia dos ilustres Pares, sempre sensíveis às dificuldades dos trabalhadores nacionais, para aprovação e, se possível, aprimoramento, desse projeto de lei que temos o ensejo de apresentar, sob convicção de sua legitimidade e razoabilidade.

Sala das Sessões, 1º de junho de 2003. – **José Agripino.**

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
DE 4 DE MAIO DE 2000

### Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

### Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º,

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

(À Comissão de Assuntos Econômico  
– decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – As proposições que acabam de ser lidas vão à publicação e terão a sua tramitação iniciada a 1º de agosto próximo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que, em virtude da convocação extraordinária do Congresso Nacional, no período de 1º a 31 de julho do corrente, os prazos das matérias constantes da pauta de convocação serão recontados, para fazer constar este período de trabalhos legislativos (Mensagem Presidencial nº 69, de 2003-CN).

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que os prazos para tramitação dos **Projetos de Lei nºs 8 a 13, de 2003-CN**, lidos na sessão de ontem, foram recontados em virtude da convocação extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho de 2003:

Até 05/7	– Publicação e distribuição de avulsos;
Até 13/7	– Prazo final para apresentação de emendas;
Até 18/7	– Publicação e distribuição de avulsos das emendas;
Até 28/7	– Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que, tendo em vista a convocação extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho de 2003, ficam alterados os prazos de funcionamento das Comissões criadas pelos **Requerimentos nºs 2 e 5, de 2003-CN**, a saber:

#### REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN

Prazo anterior no Congresso Nacional: 11-12-03;  
Novo prazo no Congresso Nacional: 10-11-03.

#### REQUERIMENTO Nº 5, DE 2003-CN

Prazo anterior no Congresso Nacional: 16-11-03;  
Novo prazo no Congresso Nacional: 16-10-03.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Osmar Dias, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Da mesma forma, Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Da mesma forma, Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex<sup>as</sup> serão atendidos, conforme o disposto no Regimento Interno.

Uma vez que não temos Ordem do Dia, intercalaremos as comunicações inadiáveis com a lista dos oradores.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiramente, gostaria de agradecer a presença, nesta Casa, de Anderson Luz dos Santos, o Vereador Batata, e da Assessoria Jurídica da Prefeitura de Indaial, que vêm buscar recursos para o seu Município e para Santa Catarina.

Subo à tribuna hoje para falar sobre a agricultura familiar. Ontem, esse tema foi amplamente debatido por diversos Senadores que se pronunciaram. Hoje eu gostaria de expressar a minha preocupação sobre os projetos e sobre a solicitação de recursos por parte de agricultores de Santa Catarina.

A agricultura familiar é uma das forças que movem o nosso País, mesmo não sendo devidamente valorizada. Um importante estudo estatístico sobre o tema foi realizado no ano de 2000 por meio do projeto de cooperação técnica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Esse estudo, baseando-se nos dados pesquisados pelo Censo Agropecuário do IBGE de 1995/1996, permitiu uma visão abrangente sobre a realidade diversificada da agricultura familiar em nosso País. Por meio dele, ficamos sabendo que, em 1996, dos cerca de 4.860.000 estabelecimentos rurais, a expressiva

quantidade de 4.139.000 correspondia aos estabelecimentos familiares. Tínhamos, assim, 85,2% dos estabelecimentos indicados à agricultura familiar, enquanto em 11,4% deles se praticava a agricultura patronal. Uma pequena porcentagem correspondia a estabelecimento de entidades públicas de instituições religiosas e outras.

Em relação à área, entretanto, esses percentuais mostram-se muito distintos: temos 67,9% das terras com a agricultura patronal, enquanto 30,5% pertencem aos estabelecimentos familiares. Existe aí um percentual bem superior, mais da metade das terras agrícolas na mão de patrões, de grandes empresas, contra 30% pertencentes a propriedades dirigidas por famílias.

Vejamos, agora, Sr. Presidente, dados relativos à produção desses dois amplos segmentos da agricultura brasileira. O Valor Bruto da Produção (VBP) da agricultura patronal é, sem dúvida, bem maior do que o da agricultura familiar. Naquela safra de uma produção de aproximadamente R\$47,8 bilhões, cerca de 61% foram de responsabilidade da agricultura patronal, enquanto 37,9% corresponderam à produção da agricultura familiar. Se levarmos em conta a área, no entanto, veremos que a produção da agricultura familiar, correspondente a 37,9% do valor bruto total, foi superior aos 30,5% das terras que lhe correspondem. Se considerarmos ainda, Sr. Presidente, que todo o financiamento concedido aos agricultores familiares, no período pesquisado, equivale a 25,3% do crédito rural total – quando sua produção ficou mais de 12 pontos percentuais acima –, concluiremos que a agricultura familiar mostra uma produção proporcionalmente muito maior que a agricultura patronal, tanto em relação à área do conjunto em estabelecimento quanto em relação ao crédito concedido.

Não bastasse a maior produção, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vemos que a agricultura familiar gera um número de postos de trabalho expressivamente superior à agricultura patronal. Mesmo contando com cerca de 30% da área total, os estabelecimentos familiares são responsáveis por 76,9% do pessoal ocupado no meio rural brasileiro, o que equivalia, em 1936, a 13.780 mil pessoas.

Esse rápido olhar sobre a situação da agricultura familiar brasileira, Sr. Presidente, já nos permite chegar a algumas conclusões. Vimos que, no período da pesquisa, a agricultura familiar era a mais produtiva e, ao mesmo tempo, a que contava com menos apoio em crédito rural. Vimos que ela ocupa o maior número de pessoas no meio rural, seja em termos ab-

solutos, seja, muito expressivamente, quando comparada com a área que ocupa.

Concluimos que foi importante a política empreendida nos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de promover, de modo ordeiro e pacífico, uma reforma agrária que assentou mais famílias do que já se havia assentado em toda a história brasileira. Embora faltem, freqüentemente, condições favoráveis à produção nas novas propriedades, sabemos que esse é o caminho correto, devendo ser incrementado e aperfeiçoado.

Ressaltemos, ainda, a importância da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que foi anunciado, acertadamente, pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como uma de suas prioridades.

É preciso, no entanto, Sr. Presidente, fazer bem mais, pois o potencial da agricultura familiar brasileira é muitíssimo maior do que a sua atual participação na economia brasileira, que já é expressiva. Para que o Governo possa estimular a capacidade de crescimento da agricultura familiar de modo consistente e sistemático, é necessário conhecer a sua realidade, que varia enormemente de acordo com a região e com outros fatores, apresentando grande diversidade de condições de produção e de rentabilidade.

Antes de tudo, é bem diferenciado o grau de participação da agricultura familiar em cada região do Brasil. Quanto ao número de estabelecimentos, ela se mostra fortemente predominante em todas as regiões, indo dos 66,8% dos estabelecimentos no Centro-Oeste aos 90,5% na região Sul. Quanto à área, a agricultura familiar mostra-se mais presente no Nordeste, com 43,5%, e, no Sul, com 44% da área, e sendo bem menor a do Centro-Oeste, com 12,6%.

Nas regiões Norte e Sul, o valor bruto da produção pela agricultura familiar é superior à metade de toda a produção agropecuária, com os índices respectivos de 58,3% e 57,1%. Em todas as regiões do Brasil, a produção familiar é superior ao crédito rural por ela recebido em relação aos respectivos totais.

Além da grande variação regional, os agricultores familiares apresentam condições muito diversas no que se refere às condições de produção, como área de cultivo, tecnologia e capacidade de investimento. Um estudo elaborado pelo Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO divide o conjunto dos agricultores familiares brasileiros em quatro grupos, de acordo com a renda total auferida em um cálculo que leva em conta o valor da diária média estadual, chegando a quatro tipos de agricultores com características bem diferenciadas.

Teríamos no tipo A, de maior renda, 8,4% dos estabelecimentos de agricultura familiar; 20,4% e 16,9% nas faixas intermediárias B e C; e 39,4% dos estabelecimentos no tipo D, de menor renda.

Desse alto percentual na faixa de renda, que perfaz mais de 1,9 milhão de estabelecimentos, mais da metade se encontra na região Nordeste.

Conclui-se, entretanto, pelo cruzamento com outros dados, que cerca de 16% desse número não seria constituído por agricultores pobres, mas por agricultores familiares capitalizados ou em processo de capitalização que estavam realizando novos investimentos ou apresentaram frustrações de safra ou de comercialização, no ano de levantamento das informações.

Enquanto os tipos C e D respondem por apenas 3,6% e 4,1%, respectivamente, do valor da produção, o tipo A, de maior renda e menor contingente de estabelecimentos, produz 19,2% do total. As regiões Sul, com 41%, e Sudeste, com 21%, são responsáveis por 62% dos agricultores familiares do tipo A no Brasil.

O estudo prossegue mostrando, sempre em relação às cinco regiões e aos quatro tipos de agricultores, dados relativos à área dos estabelecimentos, à condição do agricultor e do pessoal ocupado, à assistência técnica, tecnologia e associativismo, aos produtos explorados, ao grau de especialização e ao nível de investimento, entre vários outros.

Remeto às pessoas interessadas o **site** do Incra na Internet, onde poderão ter acesso ao referido levantamento estatístico em sua totalidade.

Sr. Presidente, o que salta aos olhos, mesmo em um exame mais superficial dos dados relativos à agricultura familiar no Brasil, pode ser resumido em duas noções: grande potencialidade e grande diversidade.

Mesmo que constatem as condições duras e adversas que cabem a boa parte dos agricultores familiares, predominantemente no Nordeste, mas, em algum grau, em todas as regiões do País, sabemos que sua situação é, via de regra, melhor do que a dos excluídos e marginalizados das grandes cidades. Diversos estudos indicam que o custo de gerar um emprego na agricultura familiar é pelo menos quatro vezes menor que o de qualquer outra alternativa. Por outro lado, mesmo em propriedades pequenas e desprovidas de recursos de várias ordens, uma ordem efetiva de crédito e de assistência técnica pode e deve melhorar as condições de produção, fazendo com que essa possa ir além da mera subsistência.

De outra parte, podemos atestar a pujança e o dinamismo de uma expressiva parcela dos agriculto-

res familiares do Brasil. Esses agricultores, Sr. Presidente, geram riquezas e empregos de modo o mais significativo, ainda mais se levada em conta a menor disponibilidade de terras e de crédito a seu favor, quando comparada a dos agricultores patronais.

Tenho a satisfação de observar que os agricultores familiares do Estado de Santa Catarina estão entre os que mais têm contribuído para o crescimento não só da produção, mas também da produtividade rural brasileira. Lá contamos com uma tradição já antiga de agricultura familiar, lado a lado com o empenho determinado pela modernização tecnológica e pelo dinamismo das atividades rurais.

Sr. Presidente, sabemos todos, de um modo geral, quais são as necessidades dos produtores rurais no Brasil. Os agricultores familiares, como todos os demais, necessitam de crédito em condições compatíveis com sua condição de produtor, necessitam de assistência técnica, acesso à tecnologia, à energia, facilidades para armazenagem e para comercialização dos seus produtos. Condições favoráveis ao associativismo constituem um item que diz respeito particularmente aos pequenos e médios produtores, entre os quais se destacam os que praticam a agricultura de caráter familiar.

Há um rol de medidas necessárias, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as quais já são conhecidas e discutidas há algum tempo, embora no seu detalhamento possam surgir novidades e inovações. Sabemos ainda que, sob os mais diversos pontos de vista, a agricultura familiar deve ser priorizada, tanto por razões de ordem econômica, como de ordem social e ambiental.

Particularmente neste momento em que se procura combater e até mesmo extinguir a realidade da fome no Brasil, a agricultura familiar não pode ser preterida, já que ela produz, de acordo com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

O que falta verdadeiramente é partir para a prática, é transformar em prioridade efetiva de governo o fortalecimento da agricultura familiar brasileira. As iniciativas tomadas no Governo Fernando Henrique Cardoso foram importantes, mas é necessário e inadiável que sejam ampliadas, intensificadas.

Nesse sentido, consideramos louvável a ação do Governo Lula de destinar R\$5,4 bilhões para a agricultura familiar no Plano Safra 2003/2004, lançado no último dia 24 de junho. Esse valor fica, entretanto, na média do que vem sendo destinado à agricultura familiar nas últimas safras. O fato realmente grave e inaceitável é que as exigências burocráticas fazem

com que só 60% desse montante seja efetivamente transformado em empréstimo.

Contamos com que o Governo Federal, associado aos governos estaduais e municipais, mostre uma verdadeira e indiscutível vontade de fortalecer a agricultura familiar brasileira, não se restringindo às declarações de intenção e a medidas que, por desconhecimento das reais condições de nossos agricultores, não têm as conseqüências desejadas.

É inquestionável, Sr. Presidente, que o País e a população brasileira muito vão ganhar quando nossa agricultura familiar puder desenvolver, com o apoio imprescindível, todo o seu potencial.

Assim, em que pese o lançamento pelo Governo Federal, no último dia 24 de junho, do Plano Safra para a Agricultura Familiar 2003/2004, ainda entendo que são necessárias medidas adicionais para fomentar e desburocratizar o Pronaf, como o fim das exigências e garantias para se ter acesso ao crédito, a correção da defasagem dos valores dos tetos de renda bruta anual e dos limites de crédito e a assistência técnica falha, entre outros problemas. Cabe lembrar que, para ter acesso ao crédito, os agricultores devem obedecer a alguns requisitos, de acordo com o grupo em que se enquadram, e devem seguir uma lista de exigências a serem cumpridas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, além da burocracia que leva a morosidade na liberação dos recursos e muitas exigências por parte dos bancos como aval, o penhor de safra, garantias reais como equipamentos e até a hipoteca de imóveis, alegando segurança, também entendemos que os tetos de renda e os limites de crédito, tanto para custeio da lavoura quanto para investimentos em bens duráveis são baixos e devem ser atualizados, uma vez que não são corrigidos há pelos menos três anos.

Vamos continuar apostando na agricultura familiar para transformar o Brasil no verdadeiro celeiro do mundo.

Fiz este pronunciamento para cumprimentar o Presidente Lula por esses empréstimos por meio do Pronaf, mas também para alertar o Governo Federal que a agricultura familiar não pode ficar nos meros empréstimos de R\$400,00 ou R\$600,00 por família. Precisamos, além disso, de outras atividades e outros investimentos para fortalecer esse importante segmento da economia brasileira gerador de empregos.

Muito obrigado.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE)** – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes, na condição de Líder, por 5 minutos, para uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, “a”, do Regimento Interno.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES** (PPS – CE. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em nome da Bancada feminina aqui presente, quero registrar o momento histórico que o dia de hoje, 1º de julho de 2003, representa para o Estado brasileiro e, em especial, para todas as mulheres e meninas do nosso País.

A delegação do Governo brasileiro, liderada pela ex-Senadora Emilia Fernandes, atualmente Ministra da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, encontra-se em Nova York para, no dia de hoje, apresentar ao Comitê das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW), em seu 29º período de sessões, o *Relatório Nacional Brasileiro relativo aos anos de 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001, nos termos do art. 18 da CEDAW – que é a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*.

Quero deixar registrada a importância da apresentação desse Relatório Governamental pelo Estado Brasileiro que, pela primeira vez, após quase vinte anos, presta contas à comunidade internacional sobre os compromissos legalmente assumidos desde 1984, em decorrência da ratificação da CEDAW.

O Relatório Governamental ao Comitê CEDAW da ONU apresenta um elenco extenso das medidas legislativas, judiciárias, administrativas e outras adotadas no decorrer das duas últimas décadas, para implementar os direitos consagrados pela Convenção, bem como aponta os fatores e as dificuldades enfrentadas para implementá-los.

A CEDAW é um tratado internacional das Nações Unidas de proteção específica aos direitos humanos das mulheres. Fundamenta-se na dupla obrigação de eliminar a discriminação e de assegurar a igualdade entre homens e mulheres. Para a CEDAW, a discriminação contra a mulher significa “*toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado impedir ou anular o reconhecimento, o pleno exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo*” (art. 1º). Na definição de discriminação contra a mulher, segundo a Recomendação Geral nº

19 do Comitê Cedaw, inclui-se também a violência baseada no sexo, que afeta milhares de mulheres e meninas brasileiras.

Ao ratificar a Cedaw, em 1984, o Brasil se comprometeu a tomar uma série de medidas apropriadas para garantir a igualdade e fazer valer o princípio da não-discriminação e da não-violência. Para garantir a igualdade entre os sexos, é bom destacar, não basta proibir a discriminação e a violência contra as mulheres e as meninas, mediante legislação e outras medidas repressivas. São também essenciais estratégias e ações capazes de incentivar a inserção e a inclusão social dessas mulheres e meninas, que hoje são a maioria da população brasileira e têm os seus direitos fundamentais violados cotidianamente.

A Convenção estabelece como um dos mecanismos de implementação dos direitos a elaboração de relatórios de maneira sistemática. Cabe, assim, ao Brasil, como Estado-Parte da Convenção, o dever de encaminhar documentos periódicos ao Comitê Cedaw. Nesses relatórios, o Estado deve esclarecer o modo pelo qual está colocando em prática os preceitos da Convenção.

O Brasil, desde que ratificou a Convenção, não tinha, até hoje, prestado contas ao Comitê Cedaw. Nesse contexto, o Relatório Governamental que o Estado brasileiro apresenta hoje consolida em um só documento o conteúdo do que deveria ter sido apresentado em cinco relatórios, desde que ratificou a Cedaw.

Para a elaboração da versão preliminar do Relatório Governamental, o Estado brasileiro contou com a colaboração de organizações da sociedade civil, por meio de consultoria prestada por um consórcio de organizações de mulheres. Por ocasião da apresentação do Relatório Governamental, o movimento de mulheres no Brasil também enviou sua própria contribuição ao Comitê Cedaw, na forma de Relatório Alternativo da sociedade civil.

O documento do movimento de mulheres pretende subsidiar o Comitê da Cedaw em sua análise do Relatório Governamental e também subsidiar o novo governo na abordagem dos temas prioritários que devem merecer a atenção do Estado no que se refere à melhoria da qualidade dos programas e ações governamentais para a erradicação da pobreza, da discriminação e da violência contra mulheres e meninas, bem como para a promoção da equidade e da justiça.

A elaboração do Relatório Alternativo envolveu a participação das mais significativas redes, organizações e movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos de mulheres e meninas no País. Essa arti-

culação resultou em documento que expressa a voz das mulheres brasileiras na sua diversidade e múltiplas necessidades.

Esse documento apresenta propostas e recomendações concretas ao Estado para a elaboração, a execução e o monitoramento de políticas de gênero que contemplem a universalidade dessas políticas e a diversidade das mulheres, orientando, portanto, as ações governamentais, em especial no que se refere a aspectos relacionados à cidadania, à saúde e à violência.

Um dos pontos de preocupação ressaltados no Relatório Alternativo é o tráfico de mulheres e meninas para fins de exploração sexual comercial e a exploração sexual de meninas em todas as regiões, o qual é hoje fenômeno em expansão em nosso País.

Pesquisa realizada pela ONG Cecria, em 2001 e 2002, desvendou 241 rotas de tráfico para a exploração sexual interna e para outros países e continentes. Esse problema afeta especialmente as mulheres e as meninas das Regiões Norte e Nordeste, onde os índices de pobreza são mais elevados, o que inclui as garotas indígenas e negras, brutalmente utilizadas nesse comércio, transformadas em “mercadoria exótica e erotizante”.

Conforme determina o art. 6º da Cedaw, o Estado brasileiro assumiu o compromisso legal de tomar “todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição da mulher”, o que, sem dúvida, alcança a exploração sexual de meninas e adolescentes brasileiras.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesse sentido, a apresentação do Relatório Governamental e do documento alternativo vem reforçar os esforços do Legislativo brasileiro ao instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista que trata da exploração sexual de crianças e adolescentes, a qual tenho a honra de presidir.

O momento histórico de apresentação e defesa desses relatórios perante o Comitê Cedaw, sem dúvida alguma, é uma oportunidade valiosa para exigir do Estado brasileiro o cumprimento de seus compromissos e obrigações legais, éticas e morais em relação aos direitos humanos das mulheres e das meninas.

Esperamos que o Comitê Cedaw possa contribuir com recomendações que orientem o Estado na adoção de medidas no âmbito das políticas públicas voltadas à prevenção, à punição e à eliminação da discriminação e violência em que se encontram milhares de mulheres e meninas em nosso País.

A Bancada Feminina do Congresso Nacional não poupará esforços, Sr. Presidente, para, no âmbito de suas atribuições, contribuir para a implementação da Cedaw, fazendo com que os direitos humanos consagrados na Convenção se tornem uma realidade para muito além dos textos legais e se façam refletir na vida concreta das mulheres e meninas brasileiras.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, a Presidência registra, com grande alegria, a visita de comitiva da cidade de Caxias do Sul, que certamente estará aqui para ouvir o pronunciamento de S. Ex<sup>a</sup>. A Presidência sente-se honrada com a presença de cidadãos ilustres de um Estado tão importante e, ao mesmo tempo, registra a presença do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, José Wagner Praxedes, que se encontra na tribuna. Inclusive aproveito para cumprimentar os telespectadores da **TV Senado**.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero, primeiro, registrar a minha alegria. Caxias do Sul – e não foi combinada a presença deles aqui – é a minha cidade natal, da qual estou afastado há cerca de vinte anos. Mas ela cumpriu um papel decisivo no processo da minha eleição. Sendo Caxias do Sul uma cidade com cerca de 220 mil eleitores, recebi mais de 100 mil votos ali, que foram decisivos para meu ingresso no Senado da República. Cumprimento a delegação e, por extensão, Caxias do Sul e toda a região.

Sr. Presidente, uso a palavra, neste momento, para deixar registrada a minha homenagem a todos os que trabalham para defender as pessoas que têm algum tipo de deficiência. Nesse sentido, registro que se realizou em Recife o seminário “A Empregabilidade da Pessoa Portadora de Deficiência”. Esclareço que, além do debate do emprego da pessoa portadora de deficiência, esse seminário discutiu também o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, que é de minha autoria. E aqui faço uma homenagem especial a um menino de 25 anos, cego, que é lá de Caí, região de Caxias do Sul, que se chama Santos Fagundes e que me representou nesse evento defendendo o projeto da pessoa portadora de deficiência.

Cumprimento, também, o Ministério do Trabalho, lá representado por suas delegacias regionais e os cerca de 220 estudiosos do assunto.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de sintetizar o meu pronunciamento, homenageando algumas pessoas que se deslocaram de outras regiões do País para ficar durante dois dias discutindo a importância de valorizar o cidadão que tem algum tipo de deficiência. Cumprimento os Srs. Antônio Muniz, da Coordenadoria da Pessoa com Deficiência, da Prefeitura de Recife; Manoel Aguiar, Superintendente Estadual de apoio à pessoa com deficiência; Antônio José Ferreira, Presidente da Associação Pernambucana de Cegos; Antônio Cardoso, Diretor do Escritório Estadual da Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo/PE. Aqui estão listados, Sr. Presidente, mais de trinta nomes de pessoas portadoras de deficiências que coordenaram esse evento, representando os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e outros.

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja publicado na íntegra.

Encaminho à Mesa outro pronunciamento, ainda dentro do meu tempo regimental: um manifesto do esporte. Na última quarta-feira, recebi em meu gabinete diversos profissionais dessa área, entre eles: Ademir Cruz de Almeida (futebol para amputados); Ana Beatriz Moser (vôlei); Anderson Lopes dos Santos (atletismo); Aurélio Miguel (judô); Bernard Rajzman (vôlei); Carlos Kirmayr (tênis); Cyro Marques Delgado (natação); Luiz Cláudio Alves Pereira (atletismo); Marcelo Vido (basquete); Marcos Vinícius Simões de Freire (vôlei); Maria Paula Gonçalves da Silva (vôlei); Mizael Conrado (futebol); Nelson Prudêncio (atletismo); Ricardo de Sousa, o Rico (surfe); Robson Caetano da Silva (atletismo); Suely Rodrigues Guimarães (atletismo); Zequinha Barbosa (atletismo); Victor Alves Teixeira (hipismo); Lars Schmidt Graef (vela – Presidente da Comissão); José Mário Tranquilini (judô); Rui Campos (vôlei) e Carla Ribeiro (caratê).

Sr. Presidente, não vou ler na íntegra o manifesto, de suma importância, em que os atletas demonstram que uma forma de combater a violência, de tirar os meninos e meninas da rua, é investir no esporte. Está comprovado que cada dólar investido no esporte traz uma economia, para o País, de algo em torno de sete dólares.

Por isso, Sr. Presidente, com o tempo terminado, encaminho à Mesa os dois documentos, o relativo à pessoa portadora de deficiência e o manifesto do esporte. Estamos capitaneando, em defesa da pessoa portadora de deficiência, uma frente parlamentar na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A pedido desses atletas, estamos também colaborando

para que se crie uma frente parlamentar em defesa do esporte nas duas Casas do Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na semana que passou, mais precisamente do dia 18 ao dia 21, foi realizado em Recife, no Hotel Manibu, o Seminário “A empregabilidade da pessoa portadora de deficiência” e a apresentação do Estatuto das Pessoas Portadoras de Deficiência.

Gostaria de destacar que diversas entidades, movimentos e pessoas ligadas aos portadores de deficiência, além do Ministério do Trabalho, por meio de suas delegacias regionais, estiveram neste evento, que reuniu cerca de 220 pessoas.

Durante o evento discutiu-se a Política Nacional do Trabalho, Emprego e Renda para as Pessoas Portadoras de Deficiência e também o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, de autoria deste senador.

Na ocasião, foi criado um grupo de trabalho da região nordeste para discutir e apresentar propostas para o estatuto, inclusive determinando o dia 21 de setembro – considerado o dia nacional de luta desse segmento – como data limite para a entrega das propostas.

Aproveito o tempo que disponho para saudar a iniciativa de pessoas que contribuíram para a realização deste seminário, e também para ressaltar a participação desse segmento na construção das políticas públicas de trabalho do governo federal e na elaboração e afirmação do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.

Em nome dessas pessoas, a seguir relacionadas, quero agradecer a todas as outras, que de uma forma ou de outra, contribuíram para que este encontro fosse realizado:

**Antônio Muniz** – coordenador da Coordenadoria da Pessoa com Deficiência da Prefeitura do Recife;

**Manoel Aguiar** – superintendente estadual de apoio à pessoa com deficiência;

**Antônio José Ferreira** – presidente da Associação Pernambucana de Cegos;

**Antônio Cardoso** – diretor do Escritório Estadual da Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo/PE;

**José Alves Feitosa** – presidente da Fraternidade Cristã dos Doentes e Deficientes/PE;

**Ricardo Tadeu** – procurador do Ministério Público do Trabalho em Campinas/SP;

**Romeu Sassack** – consultor de inclusão para os estados de Goiás e Paraná;

**Irmã Maria Gomes** – diretora do Instituto dos Cegos Antônio Pessoa de Queiroz;

**Luís Braga e Célia Braga** – Cooppa (Cooperativa das Pessoas Portadoras de Deficiência Mental – Porto Alegre/RS);

**Luís Augusto Jemelli** – diretor presidente da Faders (Fundação de Articulação e Desenvolvimento das Políticas Públicas para as Pessoas Portadoras de Deficiência/RS);

**Lenice Maria** – presidente da Associação de Cegos da cidade de Correntes/PE;

**Adriana Cecília Uchoa Carneiro Netto** – Coordenadora de Setor de Curso de Libras (Feneis / PE);

**Teresa Antunes** – Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Portadores da Síndrome de Dawn;

**Luzenira Silva** – APAE Recife;

**Maria Laise Rezende** – Centro Pró Cidadania e Arte – Integrarte;

**Lília Pinto Martins** – Centro de Vida Independente/RJ;

**Marcelo Batista** – Associação de Surdos de Pernambuco (ASP);

**Valéria Félix Campos** – Núcleo de Combate às Desigualdades de Oportunidades no Trabalho – DRT Maranhão; e

**Manoel Veras** – Núcleo contra a discriminação gêneros e raça – Ministério do Trabalho e Emprego.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta Casa teve a honra de receber na última quarta-feira os integrantes da Comissão Nacional de Atletas, composta por renomados nomes do nosso esporte, que aqui vieram fazer um apelo no sentido de que o Congresso Nacional providencie com a máxima urgência a aprovação de uma Lei de Incentivos Fiscais específica para o desporto nacional – a exemplo da legislação já existente para a área cultural.

A reivindicação da Comissão Nacional do Atletas procede. Se há um setor em nosso país que merece o apoio do poder público, até mesmo por meio de incentivos à iniciativa privada, sem dúvida alguma é o do esporte, praticado por abnegados atletas e geralmen-

te à custa de sacrifícios pessoais devido à falta de apoio às suas atividades.

Mais do que nunca se faz necessário apoiar as diferentes categorias do esporte amador, particularmente neste momento de proximidade dos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos de Atenas em 2004, da realização dos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan-Americanos em 2007, no Brasil, e a candidatura aos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos de 2012.

Nosso esporte amador tem uma história de conquistas em torneios internacionais que se perdem em nossa memória, mas que integram com orgulho o nosso patrimônio esportivo tanto quanto as vitórias no futebol. Apesar de condições costumeiramente adversas, nossos atletas já trouxeram para o país inúmeras medalhas de bronze, prata e ouro.

Desde a histórica conquista de Guilherme Paraense, o primeiro a trazer uma medalha para o Brasil – de ouro, conquistada nos Jogos Olímpicos de Antuérpia, na Bélgica, em 1920, competindo no tiro ao alvo, o esporte amador faz escola no Brasil com campeões como Adhemar Ferreira da Silva, Joaquim Cruz, João Carlos Oliveira – o João do Pulo, e tantos outros nomes que, com suas vitórias e medalhas, conquistadas individualmente ou em equipes, enchem de orgulho o desporto nacional.

Depois de Guilherme Paraense, o Brasil esperou 32 anos até conhecer um novo vencedor, Adhemar Ferreira da Silva, que com salto triplo conquistou medalha de ouro nas Olimpíadas de Helsinque, na Finlândia, em 1952, feito que seria repetido quatro anos depois, em Melbourne, na Austrália. Depois dele, mais 24 anos de espera até outro ouro (que veio em dose dupla, no iatismo) nos Jogos de Moscou, em 1980. Desde então, o Brasil nunca mais deixou de subir no degrau mais alto do pódio.

Todos esses feitos foram e continuam sendo conseguidos com muito sacrifício dos atletas e pouco patrocínio às suas modalidades esportivas. Podemos imaginar como poderiam ser multiplicadas essas vitórias do esporte brasileiro se ele não fosse apenas impulsionado pelos seus voluntariosos atletas.

Hoje existe um verdadeiro patrimônio do esporte nacional separada por um grande fosso da realidade do apoio que recebe. Essa lacuna poderá ser preenchida a partir do momento em que o empresariado nacional, a exemplo do que já ocorre com as atividades culturais, puder oferecer sua parcela de colaboração ao desenvolvimento do desporto.

Seguramente, a aprovação de uma Lei de Incentivos Fiscais para o Desporto Nacional pode

contribuir com esse objetivo. O incentivo ao esporte é importante em várias frentes: na formação da cidadania, no combate ao crime, na melhoria das condições de saúde, no aprimoramento dos estudos, na formação profissional.

Também consideramos da maior importância para a consecução desses objetivos a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa do Esporte, a ser composta por Deputados e Senadores. A exemplo de outras Frentes Parlamentares poderíamos com essa iniciativa juntar esforços para a elaboração de projetos que venham ao encontro das reivindicações dos atletas para que possamos contribuir para a dinamização e o crescimento do desporto nacional.

As reivindicações constam do **Manifesto do Esporte** que nos foi entregue pelos membros da Comissão Nacional de Atletas, durante a visita feita ao Senado, cujo texto com respectivos signatários faz parte integrante deste pronunciamento para que fique registrado nos Anais da Casa.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

**MANIFESTO DO ESPORTE**

O esporte é uma das traduções mais ricas da cultura brasileira. Na verdade, a história do esporte se confunde com a própria formação da identidade cultural do Brasil. A competição esportiva é um dos poucos fenômenos sociais capazes de produzir um dos maiores valores das sociedades democráticas, que é justamente a igualdade entre os indivíduos.

Pensando nisso, o legislador constituinte transformou o esporte em direito dos cidadãos e em obrigação do Estado. Logo, o Congresso Nacional é fundamental para que o esporte brasileiro alcance, de uma vez por todas, lugar de destaque no cenário internacional.

Uma lei de incentivos fiscais para o esporte é uma reivindicação histórica do desporto nacional, sendo uma prioridade da Comissão Nacional de Atletas, desde a sua criação oficial junto à Presidência da República em 14 de dezembro de 2000.

Isto posto e considerando que:

- Existem vários projetos de lei tramitando no Congresso Nacional sobre este tema;
- A existência de uma Lei de Incentivos Fiscais em favor da cultura e a inexistência de uma lei

no mesmo sentido para o esporte é um sintoma manifesto de iniquidade;

- A organização esportiva integra o patrimônio cultural brasileiro (Lei Pelé, art.4º, § 2º);
- Dados da Organização Mundial da Saúde demonstram que para cada dólar investido em esporte, são economizados em média 7 dólares em saúde pública;
- O esporte, por seu caráter multidisciplinar, envolve questões relacionadas às áreas da educação, saúde, meio ambiente, direitos humanos, justiça, cidadania, inclusão e inserção social, auto-estima, espírito cívico e patriótico, fundamentais na formação do cidadão; e
- A proximidade dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Atenas em 2004, a realização dos Jogos Panamericanos e Para-Panamericanos em 2007 no Brasil e a candidatura aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2012.

Os integrantes da Comissão Nacional de Atletas, por intermédio do presente Manifesto, vêm à presença de Vossa Excelência, reivindicar, com a máxima urgência, a aprovação de uma lei de Incentivos Fiscais específica para o desporto nacional.

Brasília, 25 de junho de 2003.

ADEMIR CRUZ DE ALMEIDA (Futebol p/ Amputados)  
 ANA BEATRIZ MOSER (Vôlei)  
 ANDERSON LOPES DOS SANTOS (Atletismo)  
 AURÉLIO MIGUEL (Judô)  
 BERNARD RAJSMAN (Vôlei)  
 CARLOS KIRMAYR (Tênis)  
 CYRO MARQUES DELGADO (Natação)  
 LUIZ CLÁUDIO ALVES PEREIRA (Atletismo)  
 MARCELO VIDO (Basquete)  
 MARCOS VINÍCIUS SIMÕES DE FREIRE (Vôlei)  
 MARIA PAULA GONÇALVES DA SILVA (Vôlei)  
 MIZUEL CONRADO (Futebol)  
 NELSON PRUDÊNCIO (Atletismo)  
 RICARDO DE SOUSA, o RICO (Surf)  
 ROBSON CAETANO DA SILVA (Atletismo)  
 SUELY RODRIGUES GUIMARÃES (Atletismo)  
 ZEQUINHA BARBOSA (Atletismo)  
 VITOR ALVES TEIXEIRA (Hipismo)  
 LARS SCHMIDT GRAEL (Vela – Presidente da Comissão)  
 JOSÉ MÁRIO TRANQUILINI (Judô)  
 RUI CAMPOS (Vôlei)  
 CARLA RIBEIRO (Karatê)



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa aguardará, nobre Senador Paulo Paim, o requerimento a ser formulado por V. Ex<sup>a</sup>, que será atendido na forma do Regimento Interno.

Aproveito para comunicar também ao Senador Pedro Simon que a Casa, com grande alegria, recebe hoje uma comitiva de Caxias do Sul, do Estado de S. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, do Estado de São Paulo. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, saúdo também os conterrâneos dos Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, de Caxias do Sul, que aqui nos visitam.

Inicialmente, Sr. Presidente, gostaria de saudar uma iniciativa do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente a maneira como resolveu apresentar ao Congresso Nacional o Programa Primeiro Emprego. Dessa vez, o Presidente apresentou um projeto de lei e não uma medida provisória. Trata-se de uma resposta a um apelo que muitas vezes nós mesmos, do PT, fizemos, para que o Governo confiasse mais no Congresso Nacional e apresentasse projetos de lei em vez de medidas provisórias, que limitam a possibilidade de cooperação efetiva do Congresso Nacional.

Considero que o Programa Primeiro Emprego tem méritos importantes, ainda que eu próprio tenha salientado alguns possíveis percalços na sua execução. A literatura econômica e a experiência dos inúmeros países denotam que devemos ter muita prudência com respeito a projetos de transferência de renda, quando dirigidos diretamente às empresas, pois isso pode acabar gerando alguns problemas sobre os quais gostaria de comentar também.

Louvo ainda outra decisão do Governo do Presidente Lula, que, ontem, na reunião com os 27 Governadores de Estado, resolveu anunciar que os programas de transferência de renda passarão a ser unificados, coordenados e racionalizados em direção de um único programa e que haverá também uma forma de cooperação da União, dos Estados e dos Municípios no financiamento desses programas – possivelmente uma participação da União da ordem de 60%; dos Governos de Estado, de 30%; e dos Governos municipais, também de 30%. Obviamente – acredito –, acabará havendo alguma consideração quanto à capacidade financeira tanto dos Estados quanto dos Municípios, na medida em que hoje há uma grande diferença entre a capacitação financeira de Municípios como

Guaribas e Acauã, no Piauí, onde se iniciou o Programa Fome Zero, e a de municípios de maior renda **per capita**, como São Paulo, Rio de Janeiro e a própria Capital Federal, Brasília.

É muito positivo que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha anunciado ontem, por intermédio do Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, as medidas que foram consenso entre os Governadores de Estado. Registro que isso é consistente com as recomendações do próprio programa de Governo do Presidente Lula e do relatório do Governo de transição, coordenado pelo Ministro Antônio Palocci.

Havia, ao final do Governo Fernando Henrique, inúmeros programas de transferência de renda, como os de renda mínima associados à educação e à saúde e os denominados Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação. Havia o Bolsa-Renda, o programa Agente Jovem, o programa Auxílio-Gás e programas de transferência de renda como o seguro-desemprego, o abono salarial para os que recebem o 14<sup>o</sup> salário, aqueles que estão integrados no PIS/Pasep, no mercado formal de trabalho. Há ainda o salário-família e outros programas de transferência de renda, inclusive os previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no sistema previdenciário.

Alguns desse programas passarão a ser unificados. Caberá ao Governo, a toda sociedade e, certamente, aos pesquisadores do Ipea, de todos os institutos de pesquisa e das universidades analisarem os efeitos desses inúmeros projetos.

Como esses diversos programas prevêm diferentes benefícios para famílias com diferentes rendimentos, é importante que caminhemos na direção da unificação e racionalização dos direitos de cada família brasileira; não faz sentido que famílias em Municípios diferentes, sendo todas brasileiras, tenham benefícios diferentes.

Tenho ressaltado, Sr. Presidente, a importância de caminharmos na direção de uma renda básica de cidadania. Claro que não se pode fazer isso do dia para a noite, mas é importante fazê-lo, seja por meio do cartão alimentação, que felizmente começa também a se expandir, seja por outros meios.

Ontem, o Ministro José Graziano da Silva e o seu Secretário Executivo, José Giacomo Baccarin, me informaram que o programa está começando a deslanchar: para outubro, já se prevê um milhão de famílias com o cartão de alimentação, o que significa R\$50 por mês para cada uma das famílias beneficiárias na região do semi-árido do Nordeste. Além disso, o programa vai ser expandido também para a Amazônia.

Acredito que esse programa estará entre aqueles que serão unificados e racionalizados para que, um dia, possamos falar numa renda básica de cidadania no Brasil. O Cartão-Alimentação, o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Bolsa-Renda, o Auxílio-Gás e o Agente Jovem são todos passos na direção de termos no Brasil uma renda básica de cidadania, o que significará o direito de todas as pessoas, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo condição socioeconômica, de participarem da riqueza nacional, tendo direito a uma modesta renda para si próprias e para todos os membros de suas famílias. Esse direito deverá ser como o direito de respirar. Inclusive nós, Senadores, que vivemos neste lugar que, dizem alguns, parece ser o céu.

É importante o grande entusiasmo manifestado ontem pelo presidente da Nestlé, Ivan Zurita. Como porta-voz dos empresários, mencionou que é com iniciativas construtivas como essa que o País vai crescer. S. S<sup>a</sup> demonstrou a boa vontade dos empresários.

É preciso assinalar também que Frei Betto e Oded Grajew têm realizado um esforço muito grande como catalisadores de ações de boa vontade por parte dos empresários para colaborarem com as iniciativas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Também quero ressaltar a importância dos depoimentos prestados ontem. A jovem Neuza Cristina Carval, beneficiária do programa Primeiro Emprego no Rio Grande do Sul, nos relatou como, tendo iniciado na empresa Estapar como estagiária-aprendiz, logo foi aprendendo uma série de atividades que lhe permitiram assumir postos de maior responsabilidade. Também o ator Lázaro Ramos, que atuou nos notáveis filmes “Madame Satã”, “Carandiru” e “O Homem que Copiava”, deu um comovente depoimento. Esse último filme trata da história de um jovem que enfrentava extraordinárias dificuldades na vida e trabalhava fazendo cópias mimeografadas em um pequeno estabelecimento comercial. Diante de problemas enfrentados por ele e sua família, acaba se decidindo pela trilha do crime e enfrentando outras extraordinárias dificuldades, como acontece com dezenas de outros jovens.

A justificativa para que o programa Primeiro Emprego venha a oferecer R\$200,00 por mês, por seis meses, às empresas que contratarem jovens de 16 a 24 anos, e R\$100,00 por mês, por seis meses, para as empresas médias e grandes – que faturem R\$1,2 milhão por ano ou mais – que venham a contratar jovens de 16 a 24 anos, é que a taxa de desemprego entre os jovens nessa faixa é praticamente duas vezes maior que a registrada para a economia em geral.

A justificativa teórica para isso eu mesmo mencionei na minha carta ao Presidente Lula quando Sua Excelência estava para anunciar esse programa. O economista da Universidade de Harvard Edmund Phelps, em **Remunerando o Trabalho (Rewarding Work)**, assinala que, como o benefício que advirá da contratação de uma pessoa é maior do que o custo privado para a empresa que a contrata – porque advêm benefícios para a sociedade do fato de se estar empregando uma pessoa, sobretudo um jovem, que passa a ter mais oportunidades, tem a sua auto-estima elevada e acaba contribuindo para o sustento de sua família –, seria justificável esse subsídio que agora acaba de ser concedido.

Entretanto, é preciso – e dirijo minhas ponderações particularmente ao Ministro do Trabalho e ao Secretário de Políticas Públicas de Emprego, Remígio Todeschini, responsável pela condução do programa Primeiro Emprego junto ao Ministro Jaques Wagner – que, de pronto, se inicie um acompanhamento para verificar se, realmente, todos os benefícios esperados desse programa estão sendo atingidos e se realmente esse caminho é o melhor possível. Conforme assinalei num pronunciamento feito aqui em abril último, nós precisamos examinar se a transferência de rendimentos diretamente às empresas irá ou não causar um processo de concentração de renda, de riqueza em mãos do capital. A experiência indica que se faz necessário tomar cuidados para evitar que as empresas que contratem jovens de 16 a 24 anos para obterem o benefício não acabem adotando a política de dispensar outros trabalhadores já empregados por elas que tenham maior idade.

Esses aspectos estão sendo levados em consideração na elaboração do projeto de lei e, certamente, nós aqui ainda poderemos aperfeiçoá-lo. De qualquer forma, ressalto que, na literatura econômica, há economistas, como Guy Standing, que acreditam que pode ocorrer o chamado “efeito peso morto”, isto é, haveria um efeito líquido relativamente pequeno caso as empresas beneficiárias resolvam demitir alguns para contratar esses novos.

**O Sr. Osmar Dias** (PDT – PR) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador?

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Concede-me também um aparte, Senador Suplicy?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Vou conceder o aparte tanto ao Senador Mão Santa quanto ao Senador Osmar Dias.

No entanto, Senador Mão Santa, dado que o Senador Osmar Dias solicitou antes e também pelo

fato de ter sido ele um dos autores de um projeto que visa estimular o emprego para os jovens no Brasil, que já foi votado no Senado e está na Câmara dos Deputados, gostaria de ouvir S. Ex<sup>a</sup> em primeiro lugar.

Tenho a honra de ouvir o Senador Osmar Dias.

**O Sr. Osmar Dias** (PDT – PR) – Senador Suplicy, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela deferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Osmar, permita-me apenas lembrar ao orador que restam apenas três minutos para o término do seu tempo, que os apartes não podem exceder dois minutos e que não pode haver concessão de aparte após o término do tempo do orador. Agradeço.

**O Sr. Osmar Dias** (PDT – PR) – Começando agora, falo um minuto, Sr. Presidente. Como V. Ex<sup>a</sup> foi Relator do projeto de minha autoria, propondo o primeiro emprego, inclusive aperfeiçoando-o, Senador Eduardo Suplicy, sugiro a V. Ex<sup>a</sup> que busque naquele projeto, que é nosso – de minha autoria, mas com o aperfeiçoamento de V. Ex<sup>a</sup> – algumas sugestões a dar ao Governo. Acredito que o nosso projeto está melhor do que a proposta que o Governo divulgou no dia de ontem. Esse é um apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup>, que pertence ao Partido do Presidente e que foi Relator do meu projeto. Outro ponto: comunico ao Palácio do Planalto que o nosso projeto é de 1995 e, portanto, tem muita precedência em relação a outros que foram homenageados, ontem, pelo próprio Presidente da República.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Nobre Senador Osmar Dias, há uma passagem no pronunciamento do Presidente Lula, ontem à tarde, onde Sua Excelência diz:

Não vamos, aqui, ficar preocupados em saber de quem foi a idéia; não vamos ficar preocupados em saber quem fez a proposta. Estamos fazendo um projeto de lei que pode ser discutido no Congresso. Um assunto dessa envergadura poderia ser tratado por medida provisória, mas, para permitir que haja um debate maior, vamos fazer um projeto de lei. E não interessa, amanhã ou depois, fazermos um exame de DNA para saber quem é o pai do primeiro emprego. O importante é que esse projeto seja filho de uma imensa coletividade, conseguindo produzir, sem nenhuma vaidade pessoal, sem nenhum interesse menor, sem nenhum interesse político-eleitoral, uma proposta que nos permita olhar os nossos filhos nos olhos, olhar as nossas crianças bem no fun-

do dos olhos e dizer para eles que estamos fazendo apenas a nossa obrigação, dando a oportunidade que nós, políticos, tivemos e que recebemos dos nossos pais.

Tenho certeza, no entanto, que poderá haver o apensamento dos projetos, inclusive o de V. Ex<sup>a</sup>, para que sejam examinados.

Ouçõ, neste momento, com muita honra, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, com toda a certeza, V. Ex<sup>a</sup> é o Senador mais virtuoso que por aqui já passou nos 180 anos de Parlamento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me deixa sem graça.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Há 800 anos, houve um São Francisco, que andou com uma bandeira que dizia: “Paz e Bem”. Penso que ele pode ter reencarnado em V. Ex<sup>a</sup>, que é puro e bondoso. Mas, sobre essa história de renda mínima, fico com o Apóstolo Paulo: quem não trabalha não merece ganhar para comer. E mais, como aliado do Governo Lula – e não confunda aliado com escravo, com subserviente –, quero dizer que o PT é inexperiente, pois governou poucas prefeituras, pouquíssimos Estados, tendo sido inclusive rejeitado, depois de seu governo, por algumas cidades. O PT ouviu o galo cantar, mas é inexperiente. Aliás, olhando para a Senadora Patrícia Saboya Gomes, lembro-me de Fortaleza. E ainda que o Presidente Lula represente a massa do povo brasileiro, Sua Excelência não é Deus, não é divino. Assim, embora esse projeto seja muito bom e esteja cheio de boas intenções, penso que o banco popular do Banco do Brasil não vai dar certo. Fui Prefeito e Governador; Luiz Inácio Lula da Silva é Presidente da República. Mas Sua Excelência nunca foi Prefeito nem Governador. E por que o banco popular do Banco do Brasil não vai dar certo? Em primeiro lugar, porque os juros são de 2% ao mês, quando o País está globalizado e os norte-americanos estão colocando 1% ao ano. Em segundo lugar, porque a rede privada que teria que colocar dinheiro, não o vai fazer, porque isso dá muito trabalho, porque seria necessário aumentar o número de funcionários e os banqueiros não querem ter prejuízo e nem trabalho; eles querem lucro fácil. Portanto, temos que ter humildade e copiar aquilo que deu certo. E quem diz isso não sou eu, mas o maior administrador da **General Electric Company**, Sr. Jacques-Arthur Weil. E Bill Clinton, sabido como é, ia jogar golfe com ele para aprender. Ele acreditava que deveria copiar, porque inventar era coisa para Einstein.

O que é difícil se copia. O modelo de banco do povo criado em Bangladesh, o Grameen Bank, do Prof. Muhammad Yunus, copiei quando fui Governador do Piauí e funcionou. Esse banco, sim, é popular, é do serviço social. Essa era a contribuição que gostaria de dar. E, se possível, pedindo apenas mais dez segundos, gostaria até de indicar o novo gerente do Banco do Povo do Brasil: o nosso experiente Senador Roberto Saturnino, grande líder e administrador, já tendo inclusive administrado o banco dos ricos, o BNDES. Quero dizer que não é feio copiar. A humildade leva a bons caminhos. Portanto, que copiemos o Grameen, do Prof. Yunus.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, com seu estilo aberto e transparente, V. Ex<sup>a</sup> faz uma sugestão ao Presidente Lula com a qual, inclusive, concordo. Penso até que se o Presidente Lula quiser convocar o Senador Roberto Saturnino para administrar um banco do povo semelhante ao Grameen do Prof. Mohammad Yunus, de Bangladesh, certamente seria a melhor escolha.

Mas gostaria de lembrar que os aspectos mais importantes do Programa Primeiro Emprego, anunciado no dia de ontem, são justamente as medidas relativas à economia solidária, aos aspectos de estímulo à criação de cooperativas, inclusive de crédito, e também às formas simples de as pessoas adquirirem somas módicas, emprestadas a taxas de juros bastante modestas em relação ao que existe hoje.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> precisa considerar que para uma pessoa obter um pequeno empréstimo, hoje, é submetida à força dos agiotas que cobram entre 200% e 300% ao ano. E embora 2% ao mês ainda seja muito, é bem menos do que é cobrado por agiotas.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Se V. Ex<sup>a</sup> me convidar, irei ensinar a equipe econômica como funciona um banco do povo, visto que no meu governo funcionou.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente. E, Senador Mão Santa, seguindo exatamente São Paulo na Segunda Epístola aos Coríntios, é que defendo essa proposta consistentemente, inclusive com a recomendação de Dom Luciano Mendes de Almeida, que me disse que não era necessário citar Karl Marx para defender a minha Proposta de Garantia de Renda Mínima, porque muito melhor defendida estava em São Paulo, quando ele observou que, para que haja justiça e para que haja igualdade, todo aquele que teve uma safra abundante não deve ter demais e todo aquele que teve uma safra pequena não deve ter de menos.

Portanto, seguindo São Paulo, vamos, um dia, assegurar que todos os brasileiros tenham o direito inalienável de participar da riqueza desta Nação com uma renda básica de cidadania.

Muito obrigado.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Bloco do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra em seguida ao Senador Hélio Costa.

A Mesa registra a presença ilustre dos Vereadores Rui Furtado Maciel e Agaildo Souza Santos, de Lajeado, Tocantins. É uma alegria para esta Presidência que membros do Legislativo municipal estejam presentes nesta sessão do Senado Federal.

A Mesa esclarece às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que o Senador Osmar Dias e o Senador João Capiberibe, nessa ordem, estão inscritos para comunicações inadiáveis.

De acordo com o Regimento Interno, o Líder tem prioridade no uso da palavra assim que a pede. Portanto, o Senador Hélio Costa, na condição de Vice-Líder, será o primeiro a usar da palavra, como Líder do Governo, seguido do Senador Jefferson Péres, como Líder do PDT. Logo em seguida, a Mesa intercalará os oradores regularmente inscritos com aqueles que pediram a palavra para uma comunicação inadiável.

Senador Hélio Costa, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Brasil é sempre citado como o País do futuro, o País das oportunidades. Historicamente, numa referência a Pero Vaz de Caminha, é sempre lembrado como o País onde se plantando tudo dá. Mas ainda existem, no meu Estado de Minas Gerais, regiões que precisam de uma oportunidade: a oportunidade do desenvolvimento, a oportunidade de se poder viver como em outras partes do nosso Estado e do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Hélio Costa, a Mesa faz uma correção, já que cometeu um erro: V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Perfeitamente, Sr. Presidente. eu iria, na verdade, gastar apenas cinco minutos.

É por essa razão que lembro que, todas as vezes que o Brasil investiu e quis realmente mostrar a sua capacidade, o País conseguiu. Foi assim que fizemos com o aço quando, na década de 40, começamos a investir na produção desse metal, e, hoje, somos um dos maiores produtores do melhor e mais barato aço do mundo. Hoje, somos um dos maiores exportadores de soja, depois dos Estados Unidos, certamente. Somos um dos maiores exportadores de suco de laranja. Somos grandes exportadores mundiais de calçados. Sempre que queremos investir em algum setor conseguimos a excelência naquele setor. Mas é preciso criar a oportunidade.

É por essa razão que, hoje, fiz questão de vir ao plenário do Senado da República para defender uma posição no meu Estado de Minas Gerais. O norte de Minas, onde estive neste final de semana, já foi o maior produtor de algodão do Brasil; hoje, lamentavelmente, estamos importando algodão do Paraná – para nós é uma honra muito grande porque é um Estado produtor. Por que Minas Gerais está importando algodão? Porque deixamos de produzir, não demos oportunidade para se continuar uma cultura tradicional na região.

Hoje, ao mandar um ofício a nossa Ministra de Minas e Energia e ao Presidente da Petrobras, faço um apelo, porque é do norte de Minas que vem a notícia de que temos possibilidade de encontrar petróleo na bacia do rio São Francisco. Na verdade, a Petrobras já fez um estudo na região, mas nunca revelou o que encontrou. Ela não disse se seu estudo foi ou não bem-sucedido, se devemos continuar com a esperança de, em algum dia, extrairmos petróleo ou até mesmo gás naquela região.

A verdade é que há determinadas regiões na bacia do São Francisco que ninguém arrisca acender um fósforo na água do rio, porque pega fogo. Há vários lugares em que não se pode furar um poço, porque sai gás. Isso precisa ser investigado. É preciso que a Petrobras assuma uma posição. É importante que o Ministério de Minas e Energia dê essa chance ao povo do norte de Minas, fazendo essa prospecção na bacia do São Francisco.

Precisamos investir? Devemos investir. Quem acabou esclarecendo o potencial que existe na região da bacia do São Francisco foi o pesquisador Nestor Malarde Filho, que afirma que a bacia possui o petróleo do tipo **brant**, com grande valor no mercado internacional. Ele sustenta que a jazida petrolífera é uma

das maiores do País e que há quatro empresas interessadas em começar a fazer prospecção para possível exploração.

Entretanto, segundo matéria publicada no mais importante jornal de Minas Gerais, o **Estado de Minas**, até agora a Petrobras não incluiu a bacia do São Francisco entre as suas áreas de prospecção e estudo para ver se há petróleo e gás.

Então, encaminhei esse ofício à nossa ilustre Ministra Dilma Rousseff e, também, ao Presidente da Petrobras, o ex-Senador José Eduardo Dutra, para que se faça esta prospecção na região, pois será muito importante para o povo de Minas Gerais.

Conforme eu disse, estive, neste fim de semana, na região de Montes Claros, no norte de Minas, e pudemos avaliar como seria extremamente importante para o Estado, para o norte de Minas, para todo o vale do Jequitinhonha, para região inteira na fronteira com a Bahia, se pudéssemos dizer que existe uma leve esperança de ali se encontrar petróleo ou gás, porque seria a redenção econômica da região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Hélio Costa, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Com a palavra o nobre Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, uma revista e um jornal de circulação nacional trazem matéria referente a fatos muito graves ocorridos na esfera do Ministério dos Transportes, com o próprio Ministro e um Diretor de Departamento, acusando-se mutuamente de corrupção.

A história toda é nebulosa e muito malcheirosa. Para a Diretoria de Finanças do Denit, que substituiu o DNER, um partido político indicou o nome de uma pessoa que teria sido vetada pela Casa Civil, quando se apurou que o indicado era ligado a uma empresa que prestava serviços ao Ministério dos Transportes. O Partido indicou outro nome em substituição. A pessoa foi nomeada, empossada e, depois, verificou-se que também era ligada a uma empresa que prestava serviços ao Denit. O primeiro nome foi vetado pela Casa Civil; o segundo, não. Como se não bastasse, o primeiro nome apontado e vetado, foi, no mesmo dia, nomeado, junto

com o Diretor, para o cargo de assessor no mesmo Denit. Portanto, ficaram os dois indicados.

Agora, o Diretor é demitido, e o Ministro declara que o demitiu porque ele teria achacado empresas e empreiteiras, para fazer-lhes o pagamento de dívidas pendentes no Ministério. O ex-Diretor replica e diz que corrupto é o Ministro, que teria favorecido, indevidamente, uma grande empreiteira nacional e teria furado o cronograma de pagamento do Ministério, aumentando a parcela que seria de R\$8 milhões para R\$38 milhões. Isso tudo teria ocorrido numa reunião, com a presença do Ministro, do ex-Diretor e de dois diretores da empresa, cujos nomes foram citados na matéria.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores o fato é gravíssimo, não é acusação de um jornalista, não é especulação. O Ministro acusa o ex-diretor; o ex-diretor replica acusando o Ministro, acusam-se ambos de corruptos, e o Ministro ainda joga para o Chefe da Casa Civil, Ministro José Dirceu, dizendo que o pagamento à empreiteira, a antecipação e o rompimento do cronograma foi por determinação do Ministro-Chefe da Casa Civil, que teria atendido um pedido do Governador de Pernambuco.

Sr. Presidente, não acuso ninguém. Alguém está mentido nesta história ou ambos estão falando a verdade. Espero que o Governo dê uma ampla explicação. Se não der, infelizmente não faço parte da Comissão de Fiscalização e Controle, mas faço um apelo ao meu colega, Senador Osmar Dias, que representa o PDT naquela Comissão, que convoque o Ministro dos Transportes, convide o Ministro-Chefe da Casa Civil e o ex-diretor, Sr. Pimentel, para prestar esclarecimento. Um caso desse não pode passar em branco. É incrível! Este País está ficando anestesiado. Um fato desse passado na cúpula, com um Ministro e um ex-Diretor se acusando mutuamente de corrupto e dando nome aos bois, falando até em quantias, e não se apura isso! O Governo não dá sequer uma nota! Isso merecia uma nota de esclarecimento na televisão, ou então um ato de demissão.

De forma que fica aqui o meu apelo ao Senador Osmar Dias para que convoque as autoridades citadas, a menos que o Governo dê uma explicação, até lá, cabal e convincente. Não estou fazendo prejulgamentos, mas isso não pode ficar sem apuração e sem explicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Senador Jefferson Péres, penso que, neste caso, a **notitia criminis** é muito clara.

Desculpe-me, estou como Presidente da Mesa...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Desculpe-me voltar à tribuna, Sr. Presidente. É muito clara a **notitia criminis**. E mais: se o Ministro tem razão, e o ex-diretor achacou, ele cometeu crime de extorsão. Não basta a demissão, não; é caso de instauração de processo penal.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Osmar Dias para uma comunicação inadiável, por cinco minutos. Em seguida, a Senadora Ideli Salvatti, como inscrita.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiro, quero dizer ao Senador Jefferson Péres que aceito o apelo que faz como Líder do meu Partido; portanto, farei o requerimento que solicita em relação ao caso do Ministério dos Transportes.

Pedi para fazer esta comunicação inadiável, Sr. Presidente, tendo em vista um assunto que considero importante. Nos últimos dias, os indicadores da recessão praticamente estão marcando o noticiário nacional. A renda do trabalhador caiu 14,7% no último ano; a produção industrial, 4,3%. Prevê-se a saída de US\$2 bilhões de investimentos estrangeiros neste ano de 2003; além disso, a previsão inicial de que haveria o ingresso de US\$13 bilhões foi revista para US\$10 bilhões, portanto, uma redução de US\$3 bilhões de investimento externo.

A economia está parada, e precisamos fazer alguma coisa de forma urgente. O anúncio que fez ontem o Presidente da República sobre o Primeiro Emprego é importante, mas esse programa não vai resolver todos os nossos problemas, ao contrário. Precisamos, daqui desta tribuna, interpretar os números divulgados, e posso citar alguns índices que revelam que realmente o Brasil está iniciando um processo de recessão. Por exemplo, houve uma queda de 11% de famílias que contratam o trabalhador doméstico em relação ao ano passado, o que significa 11% a menos de emprego nesse segmento; viagens ao exterior, 36% a menos; venda de veículos, 21% a menos; computador, 7,5% a menos; planos de saúde, Sr. Presidente, 41 milhões de brasileiros antes, 35 milhões de brasileiros hoje; escolas particulares, 15% a menos...

Senadora Ideli, quando V. Ex<sup>a</sup> estiver na tribuna, eu farei silêncio.

A inadimplência cresce, Sr. Presidente. Nas escolas, o índice já é de 8%; condomínios, 15%; cartão de crédito, 15%. Esses dados nos levam a olhar o au-

mento das tarifas. Vou dar apenas um exemplo: gás de cozinha, no plano real, 550%!

Eu recebi do Presidente da Associação Comercial e Industrial de Bandeirantes, cidade do interior do Paraná, uma sugestão, que vou apresentar como proposta nestes dois minutos que me restam. O Celso Silva, Presidente daquela Associação, solicitou-me que eu levasse ao Governo Lula essa proposta. O Simples – Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – foi instituído em 1997, classificando as empresas de pequeno porte e as empresas consideradas microempresas. De 1997 até 31/12/98, o limite de arrecadação era de R\$720 mil. Portanto, as empresas que tinham um faturamento bruto de até R\$720 mil por ano eram consideradas de pequeno porte e estavam, portanto, inseridas no Programa Simples.

No dia 1º de janeiro de 1999, o Governo anterior alterou os limites dessa arrecadação, passando para até R\$120 mil as microempresas e até R\$1,2 milhão as pequenas empresas. Aquelas que se enquadram nesses limites de faturamento, gozam, portanto, dos benefícios tributários do Simples.

Só que, de lá para cá, Sr. Presidente, o IGPM foi corrigido em 80% aproximadamente. Então, esses valores estão absolutamente defasados.

Se o Governo quer gerar empregos, se o Governo quer fazer com que a economia cresça e quer promover o desenvolvimento – aliás, o Presidente Lula já adiou aquele espetáculo do crescimento econômico para mais seis meses –, dá para fazer algo importante neste segmento que gera 60% dos empregos no País, as micro e pequenas empresas. Acredito que, se o Governo Federal corrigir, ao nível do IGPM, em 80%, portanto, de 1º de janeiro de 1999 até agora, estaríamos proporcionando que as micro e pequenas empresas pudessem crescer, sem a preocupação do limite de R\$1,2 milhão.

Portanto, Sr. Presidente, estou propondo que o Governo Federal corrija este limite, que hoje é de R\$1,2 milhão, para R\$2,160 milhões. Todas as empresas que tiverem esse faturamento serão consideradas de pequeno porte e serão tributadas segundo o Programa Simples. Do jeito que está, as microempresas e as empresas de pequeno porte estão sendo freadas no seu crescimento, e assim estamos estimulando a sonegação e a informalidade – e isso não combina com geração de emprego.

Para registrar mais trabalhadores, para haver mais trabalhadores com carteira de trabalho, Sr. Presidente, é preciso ampliar os limites do Simples e, dessa

forma, não cercear o crescimento das empresas e incluir mais gente no mercado formal de trabalho.

É a proposta que deixo ao Presidente Lula, que, acredito, pode ajudar neste momento de crise. Repetindo, recebi essa sugestão do Presidente da Associação Comercial e Industrial de Bandeirantes, Celso Silva, e transformei-a numa proposta que já encaminhei ao Presidente Lula.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Com a palavra a próxima oradora inscrita, Senadora Ideli Salvatti, por vinte minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente peço desculpas ao Senador Osmar Dias por talvez ter me excedido no tom. Mas quero deixar aqui registrado que a situação é muito complicada, porque nos inscrevemos para falar, cumprindo as regras, e, depois, começam as comunicações inadiáveis, que, de tantas, acabam não permitindo que os inscritos falem.

No início da sessão, como ontem, estavam alternando um Senador inscrito e uma comunicação inadiável, mas, por coincidência, quando chegou a minha vez, houve quatro comunicações inadiáveis na minha frente.

Era o registro que queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Senadora Ideli Salvatti, peço licença a V. Ex<sup>a</sup> para prestar um esclarecimento: essa intervenção inicial não será computada no tempo do seu pronunciamento.

Os Líderes têm precedência, em qualquer tempo. Estamos respeitando as comunicações inadiáveis, intercalando-as com os discursos. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser, posso repetir os nomes.

Eu sugeriria a V. Ex<sup>a</sup> que apresentasse um projeto de resolução para que não se permitissem mais comunicações inadiáveis ou manifestações de Liderança. Nesse caso, a decisão ficaria com o Plenário.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli Salvatti, para citar um exemplo, há poucas semanas, eu era o primeiro inscrito na lista de oradores e não falei até o final da sessão, tal o acúmulo de Líderes e de comunicações inadiáveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Considero importante que essa questão seja levantada, Senadora Ideli Salvatti.

Senador Roberto Saturnino, naquele dia, pedi desculpas, pois reconheci o que ocorreu a V. Ex<sup>a</sup>.

Creio que esse protesto vale a pena, para que todos se sensibilizem e passem a colaborar, e seja garantido o direito dos inscritos, que ficam aqui na ex-

pectativa de falar. Isso depende da consciência de cada um.

Espero que esse apelo de V. Ex<sup>as</sup>, Senadora Ideli Salvatti e Senador Roberto Saturnino, tenha repercussão entre os Srs. Senadores.

Continua com a palavra a Senadora Ideli Salvatti. Não serão descontados dois minutos do tempo de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Muito obrigada, Sr. Presidente, inclusive por não descontar no meu tempo.

Ontem, houve um debate a respeito de uma portaria do Ibama que acabou trazendo conseqüências para a pesca artesanal. E, lá em Santa Catarina, a repercussão é bastante grave junto aos nossos pescadores.

Amanhã, teremos uma audiência com o Presidente do Ibama, juntamente com o gerente regional do Ibama de Santa Catarina, e espero que possamos ver atendida a reivindicação dos pescadores artesanais do meu Estado e de todo o Brasil.

Na verdade, inscrevi-me para falar sobre o espetáculo do crescimento, expressão utilizada pelo Presidente Lula que revela desejo e anseio que não é apenas de Sua Excelência, mas, tenho certeza, de toda a população brasileira.

A palavra crescer tem um significado muito forte. Todos nós desejamos, obviamente, crescer, crescer e crescer. Entretanto, no nosso Brasil, esse crescer tem que vir, obrigatoriamente, acompanhado da distribuição e da inclusão, porque já aconteceu, inúmeras vezes, de este País crescer e não haver distribuição. Ou seja, o bolo cresce, mas não é dividido.

Creio que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem essa obsessão do crescimento, mas também a obsessão da inclusão. É por esse motivo que inúmeras ações do Governo têm esse viés. Ontem, desta tribuna, iniciei uma exposição, mas, infelizmente, não pude terminar de citar o leque de ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Governo com essa lógica da inclusão, da distribuição e, principalmente, da geração de oportunidades. Fiz também referência à agricultura familiar: a renegociação da dívida dos pequenos agricultores e, pela primeira vez, dos assentados da reforma agrária, a possibilidade de crédito, agora apresentada no Plano Safra, para a agricultura familiar, o que ampliou significativamente os recursos e simplifica o acesso dos agricultores a esse crédito, por meio do Cartão Pronaf, abrindo possibilidades para segmentos que sempre foram excluídos, como a mulher trabalhadora rural e o jovem trabalhador rural.

E outros projetos na linha da alocação de recursos para a inclusão, como o Programa Brasil Alfabeti-

zado, cujos recursos estão disponibilizados no Ministério da Educação e convênios estão com prazo prorrogado até o dia 15 de julho, para que sejam assinados e possam vir para os Estados e Municípios, a fim de possamos erradicar o analfabetismo.

Há ainda projetos como o Volta para Casa, do Ministério da Saúde, que aloca recursos para que pessoas com sofrimento mental, que estão praticamente abandonadas, jogadas, recebendo tratamento precário nos manicômios, nos hospitais psiquiátricos, possam ter a possibilidade de se incluir novamente na família. E há o Programa Primeiro Emprego, lançado ontem, a que o Senador Eduardo Suplicy se referiu aqui da tribuna; e o Projeto de Microcrédito, de Conta Fácil, de Cooperativa de Crédito, visando exatamente a dar oportunidade de crédito a algo em torno de 25 milhões de brasileiros, que nunca tiveram acesso a qualquer instituição financeira.

O viés de crescimento sob a ótica da distribuição e da inclusão é uma marca do Governo Lula. E é muito importante que nós tenhamos isso claro, na forma concreta das ações que vêm sendo desenvolvidas.

Quando se fala em crescer, crescer, crescer, há também a necessidade de que o crescimento seja sustentado, tenha sustentabilidade. Que não se trate apenas de bolhas de crescimento.

Quando o Presidente Lula fala em espetáculo do crescimento, eu, que gosto muito de música, de festa e de dançar, fico pensando que o espetáculo do crescimento não pode ser um samba de breque, Senador Roberto Saturnino. Não pode ser aquele bom samba de breque, que vai e pára, por melhor e mais bonito que seja. O espetáculo do crescimento tem que ser uma belíssima sinfonia, harmoniosa, tem que integrar todos os segmentos da orquestra, ter longa duração e não sofrer interrupções.

É esse espetáculo do crescimento, igual a uma sinfonia, que entendo o Governo Lula está se propondo a fazer: respeitoso, harmonioso, integrado e de longa duração.

Temos acompanhado o longo debate a respeito dos juros: "Os juros têm que cair!" É óbvio que é necessário que os juros caiam, baixem. O juro adequado tem a função do violino na orquestra da sinfonia: tem que fazer a sustentação de todo o andamento e de toda a harmonia musical. Só baixar os juros é insuficiente. Vou dar exemplo disso: se não houver sustentação na infra-estrutura não adianta baixar os juros. Tivemos exemplo concreto dessa situação recentemente. O nosso agronegócio tem crescido de quatro a cinco vezes o crescimento do PIB. No ano passado, chegou perto de 7%, quase quatro vezes o cresci-



mento do PIB nacional. O que acontece com o agonegócios? As estradas não comportam o escoamento da produção, porque 80% delas estão em estado precário. Elas não sustentam, não agüentam, não têm estrutura para o escoamento da safra.

Além disso, os portos também não comportam mais o volume da exportação. Há poucos dias, no Paraná, formou-se uma fila de caminhões, para entrada no porto de Paranaguá, a fim de se exportar a produção de grãos que chegava na periferia da Capital. Essa fila media algo em torno de 60Km a 70Km.

Se não houver investimentos em infra-estrutura, na melhoria das estradas, dos portos e das ferrovias, na integração e na intermodalidade de transportes no nosso País, juntamente com a queda dos juros, vai se formar um gargalo e não haverá como se escoar a produção crescente.

Segundo os dados, que são muito claros, para recuperarmos a malha viária deveríamos investir algo em torno de R\$7,5 bilhões anuais, a fim de recuperarmos o prejuízo dessas décadas em que toda a nossa infra-estrutura, a nossa malha rodoviária e ferroviária, foi absolutamente sucateada.

Estamos adotando algumas medidas de descontingenciamento, e os Ministérios dos Transportes e de Minas e Energia foram dos primeiros a serem beneficiados, exatamente para que esse segmento, fundamental para desafogar o gargalo do crescimento, pudesse ter acompanhamento harmonioso dentro da orquestra.

Sem investimento em energia, não adianta apenas se baixarem os juros, e quanto a isso temos experiência acumulada em período bem recente. A simples mudança na taxa cambial depois da reeleição do Fernando Henrique, em que o dólar e o real passaram a ter uma relação mais compatível com a realidade econômica do nosso País, deu margem a um crescimento que acabou por nos levar ao racionamento, ao "apagão". A infra-estrutura de energia instalada não foi suficiente para aquela pequena bolha de crescimento.

Portanto, baixar os juros sem que haja investimentos adequados em energia elétrica, em combustível e em toda a infra-estrutura necessária para sustentar o crescimento também não vai adiantar.

A competente Ministra Dilma Rousseff, que muito orgulha as mulheres brasileiras, está ultimando o plano de reestruturação do setor. Todos sabemos que o processo de privatização do setor elétrico foi um desastre e desestruturou totalmente esse segmento importante para o desenvolvimento brasileiro. Estamos buscando autonomia quanto ao petróleo, e a Ministra

Dilma Rousseff está trabalhando incansavelmente para obter a redução do preço do gás de cozinha, que é devastador para a economia das famílias de baixa renda. Tudo isso tem ligação com o desenvolvimento.

Os dados apresentados pela Confederação Nacional de Indústria indicam que o Brasil deveria estar investindo R\$50 bilhões anuais em energia elétrica, petróleo, gás, saneamento básico, ferrovias, hidrovias e portos. Esse seria o investimento mínimo para haver sustentabilidade no nosso processo de desenvolvimento e crescimento.

Além da infra-estrutura e da energia, para que essa orquestra funcione na sinfonia necessária para o espetáculo do crescimento, também é necessário haver crédito. O Brasil é um dos raros países onde o sistema financeiro oferta a bagatela de 20% a 25% de seus recursos. Em todos os outros países decentes, em desenvolvimento, a oferta de crédito chega quase à totalidade dos recursos do sistema financeiro. Assim, esse gargalo do crédito afeta gravemente toda a perspectiva de crescimento, que não pode ocorrer sem financiamento.

Sabemos que, infelizmente, pela estrutura econômica herdada, pela necessidade de rolar sistematicamente a dívida pública, o Governo acaba sendo o grande captador da poupança externa e que o sistema financeiro repassa para o próprio Governo o maior volume dos recursos disponíveis, sobrando muito pouco para financiamento e empréstimos para a iniciativa privada e para as pessoas físicas.

Precisamos sair desse gargalo, mas isso não acontece da noite para o dia, pois deve haver o equacionamento da rolagem da dívida, que não é algo simples de ser feito. No entanto, se isso não ocorrer, se a oferta de crédito não aumentar, não poderá haver crescimento sustentável.

Algumas medidas estão sendo tomadas, como o microcrédito, a abertura de empreendimentos para cooperativas de crédito e o aproveitamento de 2% do compulsório, obrigatoriamente, para o microcrédito, pois, caso contrário, o dinheiro deverá ser deixado no Banco Central. Todas as linhas de crédito abertas são revistas pelo BNDES, que mudou a sua postura e o seu objetivo, deixando de ser o banco que financiou a privatização e voltando a ser aquele que financia o desenvolvimento. Isso é importante, porque esses financiamentos estão sendo dirigidos exatamente para segmentos estratégicos da economia, para cadeias produtivas que tenham como viés a contratação de mão-de-obra.

Ações desencadeadas no último período pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica destinam-se a

provocar a baixa do **spread** e a abrir concorrência efetiva na oferta desse recurso para se poder financiar.

A Caixa Econômica está tomando algumas medidas para beneficiar a classe média, que, no ano passado, perdeu 15% da sua renda. São medidas como a redução das taxas de juros de várias operações de crédito que atendem, sobretudo, a classe média. Serão cortados os juros do penhor, pois 51% dos que utilizam essa linha ganham entre 5 e 20 salários mínimos por mês; dos financiamentos a aposentados; dos empréstimos a trabalhadores que pagam as prestações por meio das folhas de salários e dos créditos a micro e pequenos empreendimentos, de pessoas que ficaram desempregadas e abriram o próprio negócio. A Caixa Econômica entrou ofensivamente na linha de crédito para facilitar a vida da classe média, criando uma concorrência e uma situação obrigatória também para outros bancos, numa disputa entre a própria Caixa e o Banco do Brasil.

Conforme informações prestadas pelo nosso Ministro Antônio Palocci, que hoje esteve reunido com a Bancada governista, está sendo ultimado um procedimento para que, por intermédio das centrais sindicais, se permita o empréstimo com desconto em folha de maneira ampla e generalizada, aquele em que não há risco para o sistema financeiro e que permite aos que estão empregados sair do sufoco, com juros bastante reduzidos frente ao mercado.

Esses são, sob o meu ponto de vista, os condicionantes para o crescimento, para que a orquestra funcione, para que a sinfonia seja harmoniosa e realmente agrade aos ouvidos da maioria da população brasileira. Deve-se trabalhar para baixar os juros, sim, mas se investindo em infra-estrutura, em energia, em oferta de crédito e – como educadora, eu não poderia deixar de ressaltar – em educação, pois, com as taxas de escolaridade que possui, o Brasil não pode oferecer sustentação para o crescimento.

No meu Estado, houve situações que deram uma demonstração inequívoca de que a educação e o ensino profissionalizante, absolutamente sucateado, são determinantes para o crescimento.

Com a mudança no câmbio, o que permitiu que novamente as exportações crescessem – o setor têxtil foi um dos beneficiados, e Santa Catarina é um dos grandes exportadores nesse setor –, há até hoje déficit de mão-de-obra qualificada para dar conta do crescimento das indústrias têxteis em todo o vale do rio Itajaí. E esse é um problema que vamos ter em inúmeros outros setores na hora em que o espetáculo do crescimento vier a ocorrer. Vai faltar mão-de-obra qualifica-

da, faltarão pessoas com escolaridade à altura para desempenhar e tocar na orquestra do crescimento.

Quero terminar com alguns bons sinais, porque tem gente dizendo que o espetáculo do crescimento é só otimismo do Presidente, que não vai acontecer, que vai ser prorrogado, protelado, que ninguém sabe quando começa. Mas estão aí os bons sinais. Iniciamos a curva descendente dos juros, na última reunião do Copom, e a queda da inflação não sofreu modificação. Ou seja, essa inflexão dos juros faz com que não haja preocupação de continuidade porque a inflação continua respondendo na linha de cair. As projeções para o ano que vem, feitas por inúmeros estudiosos, inclusive pelo próprio setor empresarial do País, apontam a perspectiva concreta de termos uma inflação em torno de 4%, em vez da meta de 5,5%; portanto, uma projeção de inflação abaixo da meta estabelecida pelo Governo.

A outra questão é que, conforme veiculado pelo **Jornal do Brasil** de ontem, vários projetos de investimentos estão sendo retirados da gaveta, algo em torno de quase US\$12 bilhões. São projetos do tipo da Alcoa, para expansão, nova fábrica e geração de energia; da Aracruz, para construção de fábrica da Veracel, na Bahia, e compra da Riocell; da Arcelor, para ampliação de fábricas; da Petrobras, para expansão da malha de gasodutos; da Fiat, para a linha de caminhões pesados, ônibus e renovação da linha de automóveis; da Toyota, para o desenvolvimento de um novo modelo; da Iberostar, para empreendimento imobiliário na Bahia; da Peugeot, para investimentos gerais e novo modelo; da V&M do Brasil, para expansão; da Volvo, para expansão; da Yamaha, para nova linha de montagem; e outros mais, num total de US\$12 bilhões de investimentos em projetos que estavam na gaveta e começam a ser implementados. São os bons ventos, os bons sinais na perspectiva da volta do crescimento.

Quero aqui registrar que sou Palocci de carteirinha, em termos de política econômica. Está aí uma demonstração clara de que S. Ex<sup>a</sup> está correto, de que está promovendo as perspectivas seguras para que o Brasil retome o crescimento sem perda do controle da economia. O superávit tão rígido que se obteve no primeiro semestre – além inclusive do compromisso – vai permitir que, no segundo semestre, possamos ter um afrouxamento no superávit primário. Com isso, vamos poder ter desafogo, inclusive com a liberação de recursos para inúmeros Ministérios – o que para todos nós é muito importante – e para obras em todos os Estados e em todos os Municípios brasileiros. E há uma perspectiva de entrada na economia,

até o final do ano, de R\$20 bilhões, com os quais serão feitos desde o reajuste dos aposentados, com o IPC pleno de 19,71%, até a questão do pagamento das diferenças do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e a restituição do Imposto de Renda. Ou seja, R\$20 bilhões que entram na economia junto com o desafogo do superávit primário, muito arrojado no primeiro trimestre, mas que vai desafogar, com certeza, no segundo, darão plenas condições para que o espetáculo do crescimento seja efetivamente harmonioso e de longa duração, como nós todos queremos nesta sinfonia da reconstrução do Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros, como Líder do PMDB; em seguida, o Senador João Capiberibe.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por cinco minutos.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, exaltada como a base dos valores da sociedade moderna, sinalizadora da estabilidade das instituições democráticas, pela sua dimensão e importância, e núcleo maior da formação de opiniões e idéias em qualquer grupo social, a classe média não só está se proletarizando e se aviltando, como é hoje depositária da frustração de sonhos e de esperanças de boa parte da população brasileira.

Não há – e é importante fazer esta constatação – estabilidade das instituições democráticas, respeito à cidadania e desenvolvimento social equilibrado sem uma classe média forte. Talvez seja esse o principal segredo da sociedade norte-americana.

Há algumas décadas, o sonho de qualquer família da classe média brasileira, na busca de ascensão e reconhecimento social, era ver seus filhos escolherem carreiras que lhes dessem segurança, prestígio e boa remuneração. Durante o regime militar, a ampliação do papel do Estado e a modernização da economia favoreceram tremendamente o acesso de técnicos a postos de relevância bem remunerados na estrutura do governo e fora dele. A classe média viveu seu auge com a explosão de oportunidades e remunerações que não ficavam a dever às remunerações das nações desenvolvidas.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, programas governamentais dito populares, como os de habitação, favoreceram muito mais a classe média do que o proletariado. O final da década de sessenta e seus anos dourados – dos setenta – permitiram à classe média brasileira acesso a bens materiais e culturais que lhes garantiam uma vida

condigna e confortável. Com a crise da economia e do Estado, nos anos oitenta, com a falência do Sistema Financeiro de Habitação e com o rebaixamento dos salários no setor público, a classe média perdeu, sem dúvida, muito do poder de compra e passou a viver um amplo processo de aviltamento.

Nenhuma outra parcela da população foi tão afetada quanto a classe média, a camada social que se espreme entre os poucos que têm muito e a maioria que tem muito pouco, quase nada. Para ela, a perda chegou a mais de 30% do rendimento familiar nos últimos cinco anos. A classe média perdeu, sem dúvida nenhuma, referências. Foi afastada para a periferia das cidades. Tirou o filho da escola particular e passou a curtir a angústia de um orçamento cada dia mais estreito. O número de alunos em escolas particulares foi reduzido em 15%, desde 1997.

Marcada por um certo ressentimento diante de aposentadorias que se corroeram, do rigor do fisco, do acesso mais difícil a bens culturais e de um salário que humilha, a classe média, hoje, busca uma saída. A única alternativa viável tem sido aberta para aqueles que têm um potencial empreendedor e hoje se arriscam a abrir o seu próprio negócio. A renda média dos brasileiros vem baixando progressivamente. Caiu 14,7% do ano passado para cá.

De acordo com recente reportagem da revista **Veja**, embora represente 23% dos brasileiros, a classe média compra metade dos remédios vendidos em farmácia, 55% do volume comercializado nos supermercados e adquire 90% dos aparelhos de televisão comercializados no País. A venda de veículos, segundo Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, caiu 21% nos últimos seis anos. Esse mesmo movimento está acontecendo, por exemplo, com os planos de saúde. Entre 1999 e 2003, o número de usuários dos planos de saúde caiu de 41 milhões para 35 milhões de pessoas. É claro que isso afetou as empresas, que trataram de demitir.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por que algumas idéias não poderiam ser objeto de discussão, por parte do Governo, para suavizar a sua situação? Por que o imposto de renda da classe média não poderia acolher, como dedução, gastos com serviços domésticos, desde que trabalhadores domésticos tivessem regularizada a sua situação previdenciária? Por que o contribuinte previdenciário não poderia destacar da contribuição para o INSS algo como um percentual para que ele optasse pelo seguro de saúde privada? Calcula-se que mais de um milhão de empregados domésticos – um milhão e duzentos, um milhão e trezentos – não contribuam para a Previdên-

cia nem tenham sua situação regularizada pelos seus empregadores.

Por que, Sr. Presidente, não se amplia o crédito educativo para o ensino médio e se abre espaço à classe média? Por que não se restabelece um programa de financiamento aos recém-formados profissionais? Por que não se garante o acesso ao financiamento de salas, lojas e espaços para pequenas indústrias e outras atividades à classe média, em prazo semelhante ao financiamento da moradia?

Sr. Presidente, a classe média paga, sim, muito imposto. O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário realizou um recente estudo, mostrando que a carga de impostos sobre a população brasileira chegou a 41% do PIB, no primeiro trimestre de 2003. Dezoito anos atrás, pagavam-se 20% do PIB em impostos. Mas esses valores não contam toda a verdade. Desnecessário lembrar que os serviços oferecidos à sociedade – aí incluídos desde a prestação jurisdicional até a educação pública – são de qualidade insatisfatória. Quando se fez o aperto de consumo para salvar o balanço de pagamentos – como a redução nos prazos de financiamento de veículos – quem foi mais afetado? O pobre, que não compra de jeito nenhum? O rico, que paga à vista? A classe média, que está totalmente desassistida.

Além disso, apesar da privatização de empresas públicas, quem custeia hoje os investimentos em telefonia, siderurgia, mineração, bancos, eletricidade e pedágios é a população. Os impostos deveriam ter diminuído com as economias da venda das estatais, mas isso não aconteceu. Outro detalhe é que todo contribuinte de classe média tem de pagar, a cada ano, de 15% a 20% sobre a inflação real – não a medida pelos índices oficiais – que corrói seu poder de compra. E vale lembrar que desde 1994 não se corrige mais a Tabela do Imposto de Renda, apesar dos esforços que fizemos nesta Casa do Congresso Nacional.

Como a taxa da renda chegou ao limite do politicamente aceitável, estudiosos estão recomendando taxar o patrimônio da classe média via outro imposto. Sem falar que ninguém mais questiona os incessantes aumentos do IPTU, do IPVA e até da CPMF. E tem mais: embora dívidas do Governo não sejam consideradas impostos, elas são recursos que o Governo gasta hoje e que a sociedade terá de saldar amanhã, com impostos futuros. Essas dívidas aumentaram, nos últimos anos, entre 2% e 4% ao ano, segundo estimativas. Mais um caso comprovado de que quem paga é a classe média. Além dos impostos, a classe média teve de aprender a assumir os gastos com a saúde da família, educa-

ção, segurança pública e previdência privada – todas antes funções do Estado –, que, segundo o mesmo Instituto Tributário, aumentaram para 30% do PIB. Na Suécia, onde os impostos são elevados, o Governo devolve esse valor em serviços. Mas isso, no Brasil, é claro, não tem acontecido.

Essas, sem dúvida, são algumas reflexões que poderiam merecer análise e avaliação sobre a forma de viabilizar os anseios da classe média, sem doação ou postura paternalista por parte do Governo. Alguns Governos Estaduais estão isentando funcionários públicos do pagamento do IPTU. É uma forma de salário indireto que alivia o orçamento familiar. E se fosse reduzido, ou até isentado, por exemplo, o IPVA para um único carro da família, poderíamos, assim, melhorar um pouco mais a vida da desditosa classe média no Brasil.

Antes de encerrar, eu queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, por ocasião da reforma tributária, que brevemente chegará a esta Casa do Congresso Nacional, estamos estudando a possibilidade de propor uma emenda para que os aposentados por invalidez e por idade possam deduzir dos gastos, com amparo no seu imposto de renda, as despesas com remédio de uso continuado. Sem dúvida, seria uma grande contribuição que esta Casa do Congresso Nacional poderia dar a essa discussão, a essa reforma importante, cujo aspecto social precisa também ser ressaltado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador João Capiberibe, como último inscrito, para uma comunicação urgente.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar a presença entre nós do Prefeito Leopoldo Machado, do Município de Itaubal do Piriirim, que teve zero de mortalidade infantil no ano passado.

Sr. Presidente, investir na construção do conhecimento técnico-científico na Amazônia é uma questão de soberania nacional. Tenho dito que o que nos ameaça na Amazônia, 61% do território nacional, é a negligência em relação às políticas públicas nacionais para aquela região.

Ao longo da história, o Governo Federal tem governado de costas para a Amazônia. E neste Governo, muito recentemente, temos tido conquistas importantes que têm que ser destacadas. Conquistas no

que diz respeito às nossas universidades. Temos as universidades mais precárias do País na Amazônia. E a nossa luta, que reúne toda a Bancada de Senadores e Deputados da Amazônia, no sentido de se resolver o problema da universidade começa a frutificar.

Gostaríamos, neste momento, de agradecer ao Ministro Cristovam Buarque, que aquiesceu a uma solicitação para destinar um número de vagas diferenciado para as universidades do Amapá, de Roraima, de Rondônia e do Acre. Pela primeira vez, artifice, fez uma equação diferenciada, colocando os professores tão solicitados pelos nossos reitores. Gostaria de manifestar aqui a nossa alegria e satisfação em reconhecer em Cristovam Buarque um Ministro comprometido com a redução das desigualdades regionais, porque é na construção do conhecimento que vamos poder reduzir essas desigualdades e transformar ciência, conhecimento em tecnologia.

Gostaria também de agradecer uma outra ação fundamental, no mesmo sentido, que é a do Ministro Roberto Amaral, da Ciência e Tecnologia, que acaba de assinar com a USP um convênio para fornecer bolsas para que os doutorados, o aprimoramento, a qualificação, a especialização sejam feitos na Amazônia, para que possamos fazer os doutorados na região, nas nossas universidades, no Amapá, em Roraima, no Acre e em Rondônia.

Quero informar que no dia 10 de julho, lá em Rio Branco, teremos um encontro dessas universidades e o Ministério da Ciência e Tecnologia, com a presença do Ministro Roberto Amaral e de sua equipe, destinada a discutir a formação de grupos especializados em ciência e tecnologia em cada universidade, a fim de que possamos dividir a tarefa do desenvolvimento tecnológico na região. Esse foi apenas o início. Conquistar os professores necessários para que as universidades funcionem ainda este ano foi um passo adiante. É evidente que precisamos continuar diferenciando as regiões que padeceram, ao longo da história do País, de exclusão nas políticas do Governo Federal, principalmente no que diz respeito aos investimentos na área do conhecimento.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de manifestar a minha alegria e a de todos os membros da Bancada de Senadores e de Deputados que há um mês e meio estive com o Ministro Cristovam Buarque e com reitores, ocasião em que colocamos o pleito fundamental a fim de fazer funcionar as universidades ainda este ano, pois careciam de professores, fator fundamental que felizmente conquistamos.

Era a comunicação e o agradecimento que gostaria de fazer da tribuna do Senado Federal ao Ministro Cristovam Buarque e ao Ministro Roberto Amaral.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, escutei desta tribuna ainda hoje – e a isso se referiu o Senador Osmar Dias – que a economia brasileira está parada. Efetivamente está parada. E está parada porque foram tomadas decisões de natureza política, com a elevação da taxa de juros aos patamares estratosféricos em que se encontra, para frear a inflação e as importações, a fim de gerar saldos cambiais maiores. Foi uma política aplicada no primeiro semestre deliberadamente e que produziu os efeitos esperados. Não há nenhuma surpresa.

A partir do segundo semestre, Sr. Presidente, pelas indicações que se têm, pelas declarações dos responsáveis governamentais pela política econômica, mudam os ventos. É claro que mudam os ventos, mas os efeitos não aparecerão imediatamente, pois o processo econômico tem essa natureza. Custam a aparecer os efeitos, mas surgirão. O Brasil voltará a crescer e provavelmente ainda ao final deste segundo semestre.

O importante é observar que esse crescimento novo será de uma qualidade diferente da que estavam acostumados os brasileiros historicamente. Será um crescimento, primeiramente, autônomo, não dependente de variações ou julgamentos do mercado financeiro internacional a respeito da economia brasileira, e não dependerá das decisões espontâneas ou “livres” do mercado. Será um crescimento induzido por investimentos públicos, por ação estatal, por presença e decisão política do Estado brasileiro; e um crescimento autônomo, independente dos humores e dos julgamentos internacionais a respeito do Brasil.

Para isso, as medidas de contenção das importações e de estímulo às exportações foram tomadas. Nós tivemos, neste primeiro semestre, saldos comerciais que, há mais de 10 anos, o Brasil não conhecia. O Brasil já conheceu esses saldos, mas eles foram liquidados exatamente por uma política desastrosa ainda, mas muito louvada e sustentada pelo Governo passado, que foi o da âncora cambial, com a abertura indiscriminada da economia brasileira, que liquidou os saldos e criou déficits gigantescos que nos leva-

ram a essa situação de dependência, da qual só agora estamos começando a sair, porém com indícios muito auspiciosos de que essa saída é sólida e definitiva. Gerar um saldo comercial de US\$10 bilhões num semestre e fechar o semestre sem necessidade de um centavo de dólar de financiamento externo para saldar nossas contas é um feito que merece registro. É fruto de um sacrifício imposto ao consumo interno brasileiro. E estamos aqui exatamente para afirmar isto: foi deliberada a política de contenção da economia, por meio da elevação dos juros e da política fiscal rígida, para criar essa situação de autonomia.

Teremos crescimento induzido, não o crescimento esperado das decisões do mercado. Para isso a economia brasileira teria de ser generosa com o mercado para que este, então, resolvesse fazer investimentos produtivos no Brasil. Não é assim: os investimentos produtivos serão induzidos pelos investimentos públicos, em parceria com investimentos privados, é verdade, mas investimentos em infra-estrutura, investimentos impulsionadores da nossa economia.

Há uma segunda mudança de natureza da economia, que também não é fácil de ser compreendida por brasileiros que estiveram, há mais de 10 anos, submetidos a essa cantilena do pensamento único, segundo o qual aquela diretriz de política econômica era a única possível. A verdade é que não é. A segunda mudança de natureza da economia é a garantia da distribuição mais equitativa dos frutos do trabalho entre todos os brasileiros, isso é, a garantia da distribuição com crescimento.

Não quero referir-me só ao Programa Fome Zero, Sr. Presidente, ou ao Programa Primeiro Emprego. Creio que são programas importantes, mas desejo me referir a outras decisões que têm uma natureza mais estrutural: a de trazer à economia brasileira os seus excluídos. É preciso incluir uma grande parcela de brasileiros excluídos, microinvestidores e microconsumidores que estão à margem, sem qualquer possibilidade de participar da economia.

A Senadora Ideli Salvatti ressaltou bem que haverá um apoio mais decidido à agricultura familiar, à multiplicação dos instrumentos, dos institutos ligados ao microcrédito. Será dada a possibilidade de obtenção de crédito pelas pessoas sem praticamente nenhuma exigência, senão a apresentação da Carteira de Identidade. Enfim, a criação de microinvestimentos, estimulados por políticas governamentais estabelecidas para esse fim, vai multiplicar por mil – em uma estimativa que me ocorre pelos números que ouvi – o que se fazia em matéria de microcrédito neste País. Tudo isso vai associar à economia uma multi-

placado de 30 milhões de brasileiros que estavam excluídos, sem qualquer possibilidade de acesso a um banco, sem poderem entrar em um banco como pretendentes ao levantamento de uma pequena quantia.

Houve, então, a decisão de criar esse fundo de miniinvestidores, capitaneado pelo BNDES, isto é, de criar no mercado de capitais mesmo uma participação maior do cidadão que estava completamente excluído de qualquer tipo de participação de natureza econômica. Enfim, Sr. Presidente, são decisões que vão marcar uma nova qualidade da economia brasileira, mais acessível ao cidadão comum, que estava, como já disse, completamente excluído das regras de mercado.

A economia brasileira não será mais submetida à ditadura do mercado. Chega dessa subserviência de tudo fazer pelo mercado em matéria de concessão, de tudo conceder ao mercado, de as decisões mais fundamentais da nossa economia estarem à mercê do mercado, sem que o Governo tivesse nenhuma participação, porque era pecado mortal, de acordo com o chamado Consenso de Washington, que foi seguido pela política neoliberal. Tudo devia ser privatizado e passado ao mercado. Privatizações acabaram, e a ditadura do mercado acabou. Definitivamente, vamos ter crescimento induzido por investimentos do Estado, por decisão do Estado, da sociedade, por intermédio do Estado democrático, por políticas que vão sendo estabelecidas pelo Governo.

Nessa mesma lógica, Sr. Presidente, refiro-me agora a uma questão muito importante, que diz respeito ao setor de ciência e tecnologia, setor extremamente criativo de caminhos e rumos do processo de desenvolvimento de um país. Há alternativas e possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico que favoreçam, precipuamente, as grandes empresas, as corporações multinacionais e, paralelamente, as nacionais voltadas muito especialmente para a exportação, o que é, na realidade, um chamamento enorme, tendo em vista a necessidade de continuarmos produzindo saldos importantes na balança de pagamento.

Mas há um outro caminho, que é utilizar o desenvolvimento da ciência e tecnologia para, além de aumentar as exportações, enfrentar e resolver os problemas cruciais, básicos, fundamentais da vida da população brasileira, da população de um país. Até agora isso não foi feito, mas, de agora para frente, passará a ser feito, conforme declarações de representantes do Governo em geral e muito especialmente do Ministro de Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral.

Sr. Presidente, no meu pronunciamento, peço a transcrição na íntegra de um discurso muito importante feito pelo Ministro Roberto Amaral na reunião da Academia Brasileira de Ciências, em 04 de junho de 2003, por ocasião da posse do professor Celso Furtado naquela Academia. É um discurso importante e antológico, Sr. Presidente, razão por que peço a sua transcrição em Ata. É um discurso longo, e não daria tempo, de forma alguma, de lê-lo em sessão, mas lerei pequenos trechos em que o Ministro Roberto Amaral sugere a reflexão sobre a responsabilidade ética do pessoal que lida com ciência e tecnologia, dos cientistas e dos tecnólogos brasileiros diante do mundo e da realidade do País.

Diz o Ministro, textualmente:

Às vezes nos esquecemos de que, neste País de desigualdades, só estamos aqui – a minoria que somos – graças à grande massa que permanece lá fora.

Essa é a distinção entre incluídos e excluídos do processo.

Continua o Ministro:

São as grandes massas que estão financiando a universidade brasileira. Hoje os investimentos em educação, ciência e tecnologia são suportados pelo Poder Público em algo como 80%. E o Poder Público são os impostos pagos por aqueles que jamais entraram e entrarão em uma universidade e cujos filhos também jamais entrarão em uma universidade pública.

Trata-se dos impostos indiretos, que são pagos pela totalidade da população, que não são impostos progressivos e discriminados, que são indiscriminados e pagos por toda a massa de excluídos brasileiros para sustentar exatamente essas instituições a que o Ministro se refere.

Adiante, diz:

É a partir dessas reflexões que estamos pensando a ciência e a tecnologia da mudança. Queremos uma política de ciência e tecnologia a serviço do País.

O Ministro passa a expor cinco mudanças que norteiam a atual administração do Ministério. A primeira de todas é a mudança humanística, essencial, fundamental. Sobre ela, o Ministro diz:

Quero dizer que, para nós do Governo do Presidente Lula, a ciência e a tecnologia não são uma categoria per se, não se

auto-homologam, não se autolegitimam, mas se justificam, se legitimam quando podem responder a que vieram, a que e a quem servem, a que projeto de País, a que projeto de sociedade. Do nosso ponto de vista, ciência e tecnologia são o instrumento fundamental para a construção de uma nova sociedade, livre da concentração, da injustiça social e do autoritarismo e, evidentemente, da dependência externa.

Depois, o Sr. Ministro fala sobre a segunda mudança decorrente dessa visão ética e humanística, para que a tecnologia seja a transformação do projeto de exclusão num projeto de inclusão dessas enormes massas de brasileiros excluídos.

A terceira mudança é a desconcentração. Sabe-se que toda atividade de ciência e tecnologia hoje é extremamente concentrada no Centro-Sul, e a política do Governo é de desconcentrar. É importante ressaltar a diferença entre desconcentração e pulverização. Não se trata de pulverização, mas de desconcentração, isto é, de investimentos em pólos de criação de ciência e tecnologia que não se encontram no Centro-Sul, porém em locais onde haja uma agregação mínima de esforços, saber e experiências já realizadas.

O Ministro cita exemplos importantes: o Centro de Biotecnologia da Amazônia, em Manaus; o Instituto Internacional de Neurociências, em Natal; o Centro de Ciências Nucleares, em Recife, ampliado para exercer o papel de pólo de desenvolvimento científico de todo o Nordeste, em rede com as demais instituições da região; um Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada, Ceitec, que está sendo instalado em Porto Alegre, enquanto se discute com a Universidade do Ceará a possível instalação de um Centro de Farmacologia em Fortaleza, em rede com o Lika Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami; e o Instituto Nacional de Pesquisas do Semi-Árido, que será instalado ainda neste ano.

É preciso descentralização, mas não pulverização. É necessário, sim, um redirecionamento de esforços e de investimentos para iniciativas que já estão sendo tomadas e que agregam grande quantidade de esforços e de concentração de ciência e tecnologia já instalada.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna, para, depois, concluir o meu pronunciamento.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> está abordando um tema realmente vital para o Brasil. Hoje, quem dispõe de ciência e tecnologia não abre mão, e quem não tem precisa conquistar. O Brasil tem feito muita força para melhorar a tecnologia dos seus carros, dos seus tecidos, da sua indústria de sapatos e farmacêutica, apesar das dificuldades. Ainda hoje falávamos com V. Ex<sup>a</sup> da necessidade de passarmos a deter a tecnologia dos lançadores de satélites, pois, no mundo, tudo é monitorado por satélites, inclusive as comunicações. Quando o nosso poder nacional necessita de um satélite militar, não temos sequer um satélite brasileiro em condições, porque o que tínhamos vendemos para a Embratel, para os estrangeiros. Mesmo esse está com seu tempo vencido e deverá cair em poucos meses, mais tardar em um ano. Precisamos aprender não só a fazer os lançadores, mas também a colocar os nossos satélites em órbita, para fins de comunicação e visando segurança nacional. Esse é um item muito importante, mas não só ele nos preocupa. Temos uma indústria aeronáutica incrivelmente desenvolvida, mas incapaz de fabricar turbinas de aviões. Temos que comprá-las da **Rolls-Royce**, da **General Electric** ou da **Boeing**. A Ucrânia, embora pequena, é detentora dessas duas tecnologias de ponta e está disposta a celebrar uma parceria que permitirá a transferência dessa tecnologia para nosso País. Das seis parcerias, essa será a nossa última oportunidade. As outras cinco não foram concretizadas porque se esvaziaram ou cobraram muito caro. Para que V. Ex<sup>a</sup> tenha uma idéia, somente para colocar dois satélites em órbita, em substituição ao da Embratel, que está vencendo, pediram quinhentos milhões; quando temos condições de, com cento e poucos milhões de dólares, ter esse satélite brasileiro e, ainda, a Base de Alcântara desenvolvendo uma indústria de apoio ao lançamento aeroespacial e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma área do Nordeste. Isso sem mencionar a biotecnologia da germinação no espaço, dentre as muitas áreas importantes da biotecnologia. V. Ex<sup>a</sup> fala deste mundo, um mundo novo que, a cada dia, tem novos horizontes. Ai de nós se não seguirmos o que V. Ex<sup>a</sup> acabou de pregar. Ai de nós se não levarmos a sério e não aproveitarmos o dinheiro dos fundos. As verbas destinadas aos oito fundos aprovados pelo Congresso são razoavelmente grandes, mas estão contingenciadas – o que, pela lei, não deveria ocorrer. Não consigo enten-

der como um País de futuro, em pleno século XXI, está descartando essas possibilidades! Por isso, estou solidário com V. Ex<sup>a</sup>. Quem ouve este meu discurso não tem noção da importância da ciência e da tecnologia para um país moderno, mas nós, que aqui vemos os apertos diariamente, as dificuldades e a vulnerabilidade do nosso poder nacional, sabemos que esta é a única salvação. Parabéns! Solidarizo-me com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Senador Ney Suassuna, sou solidário com todas as ações que V. Ex<sup>a</sup> tem desenvolvido, pelas quais o parabênizo. Sei do seu empenho, da sua atuação dinâmica e eficiente no estabelecimento desse relacionamento do Brasil com a Ucrânia, para obtenção desta tecnologia, que é fundamental, essencial para nós, no estágio em que nos encontramos.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Os recursos dos fundos de ciência e tecnologia não podem ser contingenciados e, na última LDO, aprovamos a preservação desses fundos, tendo em vista evitar qualquer possibilidade de contingenciamento. Enfim, acolho o aparte de V. Ex<sup>a</sup> também com a manifestação da minha admiração por todo o esforço que tem despendido nesse sentido.

Concluo, Sr. Presidente, solicito à Mesa a transcrição do importante discurso do Ministro Roberto Amaral e ressalto aquilo que disse ao Ministro, isto é, que estamos agora, com a “mudança dos ventos”, iniciando um processo de crescimento que só vai manifestar-se concretamente daqui a uns quatro meses, pelo menos, mas que será um processo de crescimento qualitativo, com uma natureza diferente da que o Brasil até hoje conseguiu. Qual seja, um projeto com autonomia, com planejamento, com decisão política do Estado de promover e com uma redistribuição dos frutos do progresso com a inclusão de uma massa gigantesca de brasileiros que trabalham, mas que, até hoje, não usufruem dos frutos de um trabalho que deveria ser desfrutado por todos os brasileiros.

Reconheço que é difícil, para os brasileiros que ouviram a cantilena do pensamento único e acharam que só existia aquele caminho, compreender a mudança que está ocorrendo. E o duro sacrifício que foi imposto durante o primeiro semestre – que não foi compreendido inclusive por companheiros nossos do próprio PT – para gerar a semente da autonomia, da indução, por meio de investimento público e de in-



fra-estrutura, a semente do novo processo redistributivo dos frutos da economia nacional.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

**Posse dos novos membros da Academia  
Brasileira de Ciências – ABC**

**Roberto Amaral**

Ministro da Ciência e Tecnologia

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2003

Senhoras e senhores,

O imponderável existe – a ação das circunstâncias costurando acasos aparentes – mas nossa geração, em grande parte, quis fazer a própria hora. Estava ansiosa para fazer acontecer as mudanças. E é nessa condição, de participante da intervenção nos acontecimentos sociais – e pensávamos, naquela época que fazíamos ciência e preparávamos a revolução – que construímos esta história. Antigo militante do movimento social, encontro-me aqui, hoje, como Ministro de um longo processo de transformações, representando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República neste ato em que a Academia Brasileira de Ciências, que reverencio desde sempre, recebe seus novos membros titulares. E não podendo dirigir-me a todos individualizadamente, permitam-me que, de logo, saúde a todos, saudando o maior pensador brasileiro vivo, nosso maior humanista, nosso sempre professor Celso Furtado, professor de Brasil, paradigma de minha geração, que em sua obra encontrou caminho, luz e norte.

Obrigado, professor Celso Furtado pelo que fez pela nossa geração, pelo Brasil, pela nova maneira de ver, pela de nossa formação que ultrapassou fronteiras e fez o mundo ver nosso país com nossos olhos.

Senhor Presidente Eduardo Krieger.

Permita-me dizer-lhe que me sinto em casa. Logo após convidado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para este honroso posto de Ministro de Estado do governo popular e democrático de mudanças, foi esta Academia a primeira instituição que procurei, para aconselhar-me, para pedir diálogo e colaboração. E em seus quadros fui recolher meus principais colaboradores. Nada menos de 10 dirigentes do MCT são membros titulares da Academia Brasileira de Ciências.

Minhas senhoras, meus senhores, senhores e senhoras acadêmicos.

Peço licença para que minhas primeiras palavras sejam referidas à saga que domina minha gestão à Frente do Ministério da Ciência e Tecnologia: a necessidade de promover mudanças e as dificuldades, de toda ordem, interpostas a qualquer processo de mudança. Falo do nosso enfrentamento de todos os momentos, do dia a dia, do cotidiano, na atividade política e na atividade administrativa. Liderar mudanças é combater o Estado conservador, é ferir privilégios, travestidos de direitos. E nunca se trata de direitos populares. São sempre interesses dos donos do poder, em sociedade perversamente autoritária, Estado apropriado pelos interesses de suas elites, expropriadoras do público, donatárias do poder econômico.

Permitam-me um necessário registro de dor.

Porque não podemos, os combatentes da democracia, deixar de registrar, por lamentável oportunidade, a perda com que fomos atingidos com o silêncio de um dos mais notáveis intérpretes, não sei se diria da civilização brasileira, da história brasileira ou da tragédia brasileira. Refiro-me a Raymundo Faoro.

Aos que, pelas circunstâncias do tempo, foram poupados dos anos que minha geração teve de viver, e sofrer, eu diria que aprendemos a admirar Raymundo Faoro como uma espécie de cavalheiro andante da liberdade, percorrendo este País como louco e desatinado como são todos os revolucionários, aqueles que acreditam na utopia e forcejam por realizá-la. Sua utopia, nos anos de trevas, era a luz da liberdade, a redemocratização, a reconstitucionalização. Mas o permanente de sua obra será a revelação, desde as entranhas, do processo de apropriação do Estado pelas elites de sempre, da perversidade da elite brasileira, dona do poder. E foi para mudar esse processo de dominação e apropriação patrimonialista que a cidadania brasileira elegeu um homem do povo, operário metalúrgico a quem as circunstâncias negaram o direito à vida universitária, após lhe haverem imposto a migração, como alternativa para a sobrevivência.

Obedecendo a todas as regras constitucionais, no mais estrito e rigoroso respeito às regras do jogo, estamos implantando o processo de mudanças. Difícilimo, porque neste País qualquer mudança, não falo sequer em reforma, a mais insignificante, a mais irrelevante, atinge privilégios. São privilégios enraizados, que dominam a estrutura burocrática, que monopolizam as instituições do País. Porque a única mudança permitida é aquela sugerida pelo príncipe de Lampedusa: a mudança necessária para que tudo fique como está.

A resistência sobrevive mesmo na área acadêmica.

Quantas vezes nos julgamos donos da verdade, intérpretes dos interesses do País e, portanto, titulares de direitos que não são partilhados com o conjunto da sociedade? Mas, em regra, nosso discurso não tem correspondência em nossa prática. Movendo essa malha há algo mais resistente que as próprias estruturas. Todo dia e sistematicamente temos que repetir que a mudança é necessária, que a mudança é possível. Mas há uma força que domina e leva, mesmo o quadro de esquerda, a pensar de forma conservadora. Em determinados momentos parece que há uma força superior à força da concepção filosófica. Eu me refiro ao apelo corporativo que encontra na estrutura burocrática do Estado aliado extraordinário.

Faço essas observações para ressaltar que precisamos de apoio. As transformações, as mudanças necessárias não serão alcançadas se dependerem pura e exclusivamente do entendimento político-institucional. Essas mudanças dependem do pronunciamento, do apoio, da clareza da sociedade civil, da responsabilidade histórica da Universidade.

Quero sugerir a reflexão sobre nossa responsabilidade ética, pessoal e coletiva, diante do mundo e do País.

Às vezes nos esquecemos de que, neste país de desigualdades, só estamos aqui – a minoria que somos – graças à grande massa que permanece lá fora. São as grandes massas que estão financiando a Universidade brasileira. Hoje, os investimentos em educação, ciência e tecnologia são suportados pelo poder público em algo como 80%. E o poder público são os impostos pagos por aqueles que jamais entraram e entrarão em uma universidade e cujos filhos também jamais entrarão em uma universidade pública. Como esquecer que o Estado leva de 14 a 15 anos para formar um doutor? Que um doutor custa ao poder público algo como 250 mil dólares? Será que, depois de receber esse ensino, público, obtendo o direito ao acesso a informações, frequentando mestrado e doutorado e pós-doutorado, nós nos lembramos ainda de que estão lá fora e lá permanecerão aqueles que financiaram nossa formação? É a partir dessas reflexões que pensamos a ciência e a tecnologia da mudança. Queremos uma política de C&T a serviço do País.

Aproveito esta ocasião exemplar, em que tenho o privilégio de dirigir-me à sociedade científica brasileira no que ela tem de mais representativo, para expor-lhes as cinco mudanças que norteiam a atual administração do MCT.

A primeira de todas é a mudança ético-humanística.

Quero dizer que, para nós do governo do presidente Lula, a ciência e a tecnologia não são uma categoria per se, não se auto homologam, não se auto legitimam,

mas se justificam, se legitimam quando podem responder a que vieram, a que e a quem servem, a que projeto de País, a que projeto de sociedade. Do nosso ponto de vista, C&T são o instrumento fundamental para a construção de uma nova sociedade, livre da concentração, da injustiça social e do autoritarismo. Sociedade na qual o orgulho de sermos os maiores exportadores de grãos do mundo não seja anulado pelo fato de o nosso Presidente ser obrigado a eleger como projeto síntese de seu governo, o combate à fome.

Poderíamos, nos perguntar: quantos de nós, na Academia, na Universidade, nos institutos, vêm pensando a fome como problema brasileiro? Quantos de nós já pararam para pensar qual é a contribuição de cada um (cientistas, professores, pesquisadores, pensadores, filósofos e instituições) para a questão da fome no País, estudando, pesquisando e construindo alternativas?

A segunda mudança, decorrente desta visão ética, humanística, da ciência e da tecnologia, é a transformação do projeto de exclusão no projeto de inclusão.

A exclusão neste País atingiu parâmetros tais que ninguém mais pode pensar que seja obra do acaso ou das circunstâncias. Ela deriva do projeto de sociedade de nossas elites, apartadas da história do povo, dos interesses da nação. Elites que podem viver muito bem, ainda que o País vá mal.

A exclusão percorre todos os aspectos da vida nacional: exclusão social e econômica, exclusão da renda, do emprego, da saúde, da cidadania. E agora começamos a construir a pior delas, a mais perversa, porque alimentadora de todas as demais: a exclusão da informação, matéria-prima do conhecimento, o mais importante fator de produção da economia do terceiro milênio.

A terceira mudança é a desconcentração.

*“A desigualdade econômica, quando alcança certo ponto, se institucionaliza”.*

Leio texto de junho de 1959, escrito por Celso Furtado. Acrescenta o mestre:

*“Tal fato, que observamos nas sociedades humanas – a tendência das desigualdades a formar classes – também pode ocorrer entre as regiões do mesmo país. E quando um fenômeno dessa ordem obtém sanção institucional, uma reversão espontânea é praticamente impossível. Além disso, como os grupos economicamente mais poderosos são os que detêm o comando da política, a reversão mediante a atuação dos*

*órgãos políticos também se torna extremamente difícil.”*

Conclui Celso Furtado:

*“Se tal fenômeno vier a ocorrer no Brasil, país de grande extensão geográfica, a formação de grupos regionais antagônicos poderá ameaçar a maior conquista de nosso passado: a unidade nacional”.*

A formulação desses juízos, lamentavelmente quase proféticos, estava referida às disparidades entre os níveis de desenvolvimento do Centro-Sul e do Nordeste brasileiros. Na época, os valores numéricos dessas disparidades indicavam que a participação do Nordeste na formação do produto bruto da nossa economia fôra de 30% em 1939, mas se reduzira a 11% nos vinte anos seguintes.

Passados mais de 40 anos, as desigualdades sociais e regionais brasileiras alteraram-se em alguns aspectos quanto à forma, mas até se aprofundaram quanto à essência.

É insustentável, para o futuro do pacto federativo, a manutenção da atual distância entre o desenvolvimento do Sudeste e o do resto do País, fosse que tenderá ao alargamento se permitirmos o aprofundamento do apartheid tecnológico. E este será o último dos apartheid, tornando impossível, no horizonte de nossas gerações, a recomposição do País. O desafio é, ao tempo em que devemos garantir a imprescindível continuidade do desenvolvimento dos atuais centros de excelência, promover o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas.

A quarta mudança é pensar o Brasil de hoje.

Cabe-nos a árdua tarefa de, a um só tempo, promover o desenvolvimento científico e o desenvolvimento tecnológico, e ensinar a mais rápida introdução das inovações ao processo produtivo. Esta é tarefa de urgência. Porque aquele fosso antes denunciado, que está separando o Sudeste do restante do País, é a reprodução fractal do fosso que está separando nossos países do chamado primeiro mundo. Ou reunimos todas as nossas forças neste investimento – e nos cabe cobrar permanentemente a participação do empresário privado e da Universidade de um modo geral – ou, nós que já perdemos a revolução comercial e a revolução industrial, estaremos assumindo, por desídia coletiva, o papel de eternos coadjuvantes, de eternos reprodutores, realizando a sina, a má sina, de país reflexo, com ciência reflexa, tecnologia dependente.

E a quinta mudança é realmente pensar o futuro.

Enquanto trabalhamos para assegurar o desenvolvimento do país, temos que pensar lá na frente, do contrário estaremos uma vez mais aceitando o papel de correntes de transmissão das linhas de pensamento, de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico ditadas pelo primeiro mundo.

Precisamos saber hoje, que profissional, que doutor, que mestre, de que professor precisaremos daqui a 14, 15 anos. Cumpre-nos pensar hoje o que será o genoma dos anos 20 anos, o que será a nanotecnologia dos anos 20, para começarmos a formar, hoje, aquele profissional capaz de responder a estes desafios. Precisamos começar a formar, a partir de agora, aquele profissional capaz de enfrentar os desafios do Estado, da sociedade que queremos daqui a 20 anos.

Mudar é possível.

Como instrumento de indução ao reequilíbrio inter-regional dos investimentos em C&T, a implantação dos novos centros de pesquisa dependentes de recursos da União, sempre considerando o prêmio à excelência, já obedece a critérios de desconcentração da Ciência e Tecnologia: o Centro de Biotecnologia da Amazônia em Manaus; o Instituto Internacional de Neurociências, em Natal; o Centro de Ciências Nucleares, em Recife, ampliado para exercer o papel de pólo de desenvolvimento científico do Nordeste, em rede com as demais instituições da Região..

Um Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC está sendo instalado em Porto Alegre, enquanto se discute com a Universidade Federal do Ceará a possível implantação de um Centro de Farmacologia em Fortaleza, em rede com o Lika (Laboratório de Imuno-patologia Keizo Asami), do Recife. O Instituto Nacional de Pesquisas do Semi-árido será instalado ainda este ano.

Para o Presidente Lula, ciência é recursos humanos, recursos humanos e mais recursos humanos. Estamos estruturando o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, habilitando-o a desempenhar seu grande papel de formulador, e, em muitos casos, também executor, das grandes diretrizes para a atividade científica em todas as áreas e em todos os ministérios. A definição das grandes linhas de ação do MCT, porém, resultará da ampla participação da comunidade científica. O Plano Plurianual para 2004 e 2007 vem recebendo contribuições as mais significativas. Agradeço o empenho com que esta Academia Brasileira de Ciências vem discutindo nossas propostas.

Mantemos intenso diálogo com os governadores dos Estados, com as secretarias estaduais de C&T e com as Fundações de Amparo à Pesquisa,

com o objetivo de atuarmos de forma cooperativa, induzindo os estados a participar de forma a mais efetiva do esforço de ampliação dos investimentos em C&T.

O mesmo movimento está sendo feito em relação a inumeráveis municípios. Vários programas e editais serão lançados nos próximos meses como resultado deste esforço de cooperação, envolvendo por parte do MCT recursos, para os próximos três anos, da ordem de R\$ 140 milhões e que exigirão um acréscimo de no mínimo 50 % por parte das FAPs.

O apoio à pesquisa básica em todas as áreas do conhecimento é prioridade do governo do Presidente Lula. E repetamos mil vezes: rejeitamos a disjuntiva, pesquisa básica versus pesquisa aplicada. Há ciência, e tão-só ciência. Neste sentido, podemos hoje afirmar que, com os recursos descontingenciados na semana passada, o CNPq executará, pela primeira vez em muitos anos, o seu orçamento integral, que será de cerca de R\$ 600 milhões. Ampliamos em cerca de 10 % todas as modalidades de bolsas do CNPq. Introduzimos novos programas.

Destaco inicialmente o retorno às taxas de banca para os 6.400 bolsistas de doutorado do CNPq. Todos estes alunos estão recebendo, a partir deste mês, o equivalente a um terço de sua bolsa, para auxiliar no desenvolvimento do seu projeto de pesquisa. Este programa terá ainda o mérito de fazer com que desde cedo nossos pós-graduandos aprendam a administrar recursos, a tomar conhecimento do custos dos reagentes e as dificuldades em obtê-los.

Voltamos a contar com as taxas escolares, suspensas pelo CNPq em março de 2002, para os cursos de pós-graduação de boa qualidade mantidos por instituições privadas e que não cobram mensalidades de seus alunos de pós-graduação. Quero destacar ainda a introdução da bolsa prêmio, que concede recursos mensais de mil e trezentos reais para o auxílio à manutenção dos laboratórios onde trabalham os 1.040 pesquisadores de nível 1A do CNPq. Graças à compreensão que o governo tem tido com a área de C&T e a política que estamos executando, de priorizar todas as ações que levem a que os recursos cheguem aos grupos de pesquisa, estamos, neste momento, autorizando o CNPq a implementar, imediatamente, programa semelhante para os 870 pesquisadores de nível 1B.

Cabe ressaltar que apenas com estes programas o CNPq estará liberando para os grupos de pesquisa mais recursos dos que os previstos no edital universal. Prosseguiremos nesta política fazendo com que nos próximos anos todos os pesquisadores

e alunos de pós-graduação vinculados ao CNPq contem com recursos mínimos para manutenção de suas atividades básicas. O CNPq já saldou todas as dívidas do governo passado, inclusive antecipando as liberações referentes à última parcela do Programa de Núcleos de Excelência (PRONEX) de 2003.

Já autorizamos o CNPq, desta vez em cooperação com as Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados, a lançar novo edital do PRONEX, assegurando recursos da ordem de R\$ 75 milhões que se somarão a outros R\$ 75 milhões a serem alocados pelas FAPs, nos próximos três anos. O CNPq já dispõe das condições para liberação imediata dos recursos do edital universal, aguardando apenas o resultado do seu julgamento pelos comitês assessores.

Não poderia deixar de mencionar o novo programa de Iniciação Científica Junior, que conta com 3.000 bolsas para permitir estágios nos melhores laboratórios de pesquisa para alunos do nível médio das nossas escolas públicas. É o incentivo ao despertar da vocação científica dos nossos jovens.

A FINEP vive uma reforma estrutural necessária para que possa voltar a desempenhar seu importante papel no apoio às instituições de pesquisa. Seu insubstituível papel de apoio ao desenvolvimento e à inovação tecnológica será reforçado.

Foi necessário priorizar sua recapitalização, uma vez que a encontramos afetada seriamente nos últimos 10 anos por operações desastrosas. Estamos negociando um aporte de R\$ 80 milhões, para capital de giro, proveniente do BNDES, e um empréstimo de R\$ 200 milhões a ser tomado ao Fundo de Assistência ao Trabalhador – FAT.

Nos últimos 5 meses procedemos à reavaliação dos fundos setoriais, cuja importância é reconhecida por todos. Constituímos Grupo de Trabalho, que contou com a participação dos gestores do MCT, de membros da comunidade acadêmica, inclusive da representação desta Academia, de representantes do setor empresarial e dos trabalhadores, que analisou o funcionamento dos fundos e apresentou importante relatório contendo uma série de sugestões, as quais, adotadas, tornarão os fundos setoriais mais efetivos no apoio à atividade científica e tecnológica e à inovação.

Enquanto essa comissão realizava seu trabalho, o MCT e a FINEP analisaram a situação financeira de cada fundo. É importante que todos saibam que, para o corrente ano, contamos com recursos de cerca de R\$ 660 milhões. No entanto, somente as dívidas que herdamos, boa parte resultante do não pagamento de projetos em 2002, é da ordem de R\$ 454 milhões.

Restam pois cerca de R\$ 206 milhões para novas aplicações no corrente ano.

Os comitês gestores já estão se reunindo, e tenho o prazer de comunicar que o comitê gestor do fundo de infra-estrutura, reunido no último dia 3, em Brasília, decidiu abrir uma série de editais para apoio à infra-estrutura para jovens doutores, para a manutenção de equipamentos de grande porte, para a ampliação do portal CAPES e do programa de educação à distância do MEC, entre outros, destinando recursos da ordem de R\$ 30 milhões para liberação integral ainda no corrente ano. Enquanto isto, a FINEP vem trabalhando intensamente no sentido de honrar as dívidas do passado. Recursos de cerca de cerca de 200 milhões foram empenhados nestes 5 meses do novo governo.

Permitam-me destacar nossa firme defesa do papel da Universidade, relevante e insubstituível, de zelar pelo avanço da ciência, sem compromissos imediatistas. Cabe aos centros de pesquisa e desenvolvimento das empresas a responsabilidade maior pela inovação tecnológica.

Estas afirmativas, no entanto, não impedem que determinados setores da universidade façam inovação tecnológica ou que os centros de desenvolvimento das empresas façam pesquisa fundamental. Criaremos mecanismos que permitam às empresas brasileiras se engajarem de forma mais intensa com a inovação tecnológica, criar seus centros de pesquisa e desenvolvimento e reforçar seus quadros com os doutores que estamos formando em número crescente.

A nova política do governo do Presidente Lula contempla uma determinação vigorosa no sentido de dessacralização da C&T, mediante a implantação de mecanismos de difusão de informação, para que, no futuro próximo, a cada mudança significativa do paradigma tecnológico, cada cidadão comum tome conhecimento da influência que essa mudança terá sobre sua vida.

Para fins de realização de um dos braços dessa política, já temos formulado – em parceria com os governos estaduais -, um projeto de capacitação laboratorial de escolas públicas de nível médio, para que a juventude não só ganhe intimidade com o instrumental tecnológico, quanto ofereça a massa de talentos em meio à qual serão identificadas as novas vocações para a pesquisa.

As perspectivas de desenvolvimento nacional a longo prazo exigem a presença do Brasil na nova fronteira universal – o espaço – aberta à humanidade na segunda metade do século passado. Deste modo,

a busca da autonomia do Brasil no setor espacial é objetivo nacional. O ciclo completo da tecnologia aeroespacial brasileira envolve o desenvolvimento de satélites, a fabricação de veículos lançadores, a manutenção e operação de bases de lançamento – a começar e destacadamente pela consolidação da Base de Alcântara, inclusive com prestação de serviços de lançamento em caráter comercial, respaldados em acordos de salvaguarda.

Não podemos deixar em segundo plano a área nuclear. Reafirmando nossas convicções do uso pacífico da área nuclear, incentivamos o domínio do ciclo do combustível, fundamental para nossa autonomia energética, bem como a produção de radionuclídeos tão importantes na medicina, na agricultura e na indústria.

Todas essas linhas de atuação contemplam, na verdade, metas bem menos ambiciosas do que aparentam ter, mas necessitam de mecanismos de financiamento adequados aos objetivos.

Entretanto, as restrições de financiamento talvez não sejam os obstáculos maiores às mudanças favorecedoras do desenvolvimento científico e tecnológico do País.

A resistência à mudança, interposta por alguns agentes da própria comunidade científica – acomodados ao statu quo e beneficiários do modelo de desenvolvimento excludente, sob o qual formaram seus valores – impõe aos gestores da política de C&T um desperdício de tempo e energia tão grande que chega a inviabilizar políticas públicas e prejudicar substancialmente a população cliente das ações de C&T, que necessita e poderia melhor beneficiar-se do desempenho fluente desses gestores.

Finalmente, senhoras e senhores acadêmicos, desejo registrar que a administração da Política Nacional de Ciência e Tecnologia espera desta Academia e das mulheres e dos homens que a integram, o apoio que puderem propiciar a esta espécie de cruzada nacional, que é fazer deste País, com apoio no seu patrimônio de conhecimento e na capacidade de realização do seu povo, uma sociedade soberana e justa. Abro-me ao diálogo com a Academia, e dela espero sugestões e a vigilância crítica.

Quero, em nome de sua excelência o senhor Presidente da República, e em meu próprio, e em nome de todos os meus colaboradores, parabenizar um a um os novos acadêmicos. O ingresso nesta Academia representa a colheita do maior troféu a que pode aspirar um cientista: o reconhecimento dos seus pares pela contribuição dada às diferentes áreas do conhecimento.

Presidente Eduardo Krieger, professor Celso Furtado e demais acadêmicos hoje empossados, minhas senhoras, meus senhores.

Encerrando, formulo mais um apelo, aquele que me é mais grato. Encerro apelando para que todos nos comprometamos em promover uma grande discussão em nosso País em torno da necessidade da mudança. A mudança necessária não decorrerá pura e simplesmente de ato de poder. Ela depende da construção de um projeto nacional, nossa mais dramática carência. Carência cuja persistência poderá ser fatal aos nossos sonhos de futuro. Clamo por um projeto de nação construído pela nação, resultante do debate de toda a sociedade, que nos guie para além da sociedade política, para além dos limites do Estado, para além dos limites dos mandatos, mas que nos governe a todos, nos oriente a todos, governantes, empresários, cientistas, trabalhadores, para que nós, o povo brasileiro, estejamos unidos, para além de nossas eventuais divergências políticas, partidárias e mesmo filosóficas, em torno de um projeto nacional que encerre nossos sonhos, que revele o que queremos, que sociedade queremos para a civilização brasileira, e, acima de tudo significa um pacto, nosso compromisso, pela realização do sonho.

Muito obrigado pela honra de me haverem ouvido.

*Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peça a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Antes, solicitou o nobre Senador José Agripino. Em seguida, V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de usar este espaço de tempo dedicado à Liderança do meu Partido para manifestar uma imensa preocupação que, como brasileiro, hoje tenho diante de ações do Governo.

É evidente que tenho muita preocupação com a questão da segurança, haja vista a ocorrência da morte de seguranças do próprio filho do Presidente da República. Tenho preocupações com a questão social, o salário mínimo prometido pelo Presidente – prometeu dobrar em quatro anos, e aumentou em 1,85%. Tenho preocupação com a questão dos novos desempregados. A fila de garis no Rio de Janeiro é

uma manifestação clara de que o País está em recessão; o desemprego é uma questão muito aflitiva, a fila dos pretendentes ao cargo de gari na Comlurb, no Rio de Janeiro, é um emblema, um ícone desse fato. Mas a preocupação sobre a qual desejo falar é um fato que transborda a preocupação do plano nacional para o próprio plano internacional.

Eu imaginava, Sr. Presidente, que o Presidente Lula, pela sua origem, pela sua história e pelas suas relações com o Movimento dos Sem-Terra e com os sindicatos rurais do Brasil inteiro, eleito Presidente da República, solucionaria a questão da reforma agrária. Sempre tive dúvida com relação à ação de Governo de Sua Excelência, mas, quanto à solução definitiva da questão, sempre estive despreocupado. E por uma razão simples: o Presidente da República tem suas raízes no Movimento dos Sem-Terra, nos sindicatos rurais. Sua Excelência tem identidade e intimidade com as pessoas e com o problema.

Eu estava absolutamente consciente de que o Presidente Lula dispunha de todas as condições e, como declarara na campanha, estava determinado a resolver o problema da questão agrária. Sua Excelência tinha uma proposta madura de reforma agrária, e esse seria o primeiro grande gol do seu Governo.

Porém, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa é hoje a minha maior preocupação. Preocupo-me mais com essa situação do que com a segurança; com a questão social dos compromissos firmados e não cumpridos; com o trabalhador a quem o Presidente Lula prometeu um salário mínimo, mas não está cumprindo; com o servidor público a quem prometeu um reajuste de salário que não está dando; com o desemprego, que é um problema seriíssimo. No entanto, a questão dos sem-terra transborda os limites do País, porque a repercussão internacional é inevitável. Essa situação comprometerá a credibilidade do Governo no País e no exterior.

Ninguém esperava que o Presidente Lula assumisse a Presidência falando inglês, mas se esperava que Sua Excelência, no dia seguinte ao que assumiu o Governo, convidasse os movimentos de sem-terra para um pacto, a fim de solucionar definitivamente a questão da reforma agrária.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que se viu? Na semana que passou, viu-se a invasão de postos de pedágio por movimentos de sem-terra, para não falar da invasão de terras em todo o Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, e da explícita perda de controle em relação à reforma agrária por parte do Governo. Preocupo-me com o assunto e estou cada

vez mais consciente de que precisa ser levado na devida conta.

Tenho informações – carentes de confirmação, pois não gozo da intimidade do Governo – de que o diálogo com os movimentos de sindicatos rurais, com o MST, estaria sendo deslocado da competência do Ministro Miguel Rossetto, homem que conheci e de quem guardo a melhor impressão, para o Secretário-Chefe da Casa Civil da Presidência, José Dirceu, que é a última instância antes da questão chegar ao Presidente. Se for verdade, estamos muito próximo da perda do controle.

E aqui vai a palavra de um opositor que faz oposição ao Governo, mas não é inimigo do Brasil: os fatos mostram que o Governo está começando a perder o controle da situação no que diz respeito à questão da reforma agrária. Urge que o Presidente, que gosta de reuniões, faça um encontro de emergência para tratar da questão, enquanto é tempo, porque movimentos explodem todo o dia em toda a parte. A invasão de terras está evoluindo para invasão de postos de pedágio.

Quero dizer ao Presidente que Sua Excelência pode contar, para solução deste problema, com a colaboração do Partido da Frente Liberal. Nós nos sentaremos à mesa, se chamados, para discutir, para sugerir e para apoiar as medidas que esperamos. O que não é possível é ocorrer o que está ocorrendo. O Governo não tem plano para a reforma agrária! Que eu conheça, não tem! E porque não tem está perdendo o controle. Se precisar da colaboração, da parceria, do apoio e da ajuda de um Partido de Oposição para estudar um problema com uma gravidade dessa natureza, pode contar com o Partido da Frente Liberal. Mas, que faça reunião, que se debruce sobre o problema, antes que seja tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Líder José Agripino Maia foi sintético, preciso e abrangente, ao mesmo tempo, ao falar das dúvidas e equívocos de um Governo, que, aos seis meses, já mostrou o seu perfil, mesmo quando – eu me refiro ao administrativo – não demonstrou perfil algum, até porque não começou a operar, não começou a trabalhar, não começou a fazer, não começou a produzir.

Mas é inquietante que já tenha surgido a primeira dúvida ética. Quero aqui, reforçando o discurso dos

Senadores Jefferson Péres e Osmar Dias, dizer que ontem eu já havia tomado a providência de requerer os convites para que as autoridades implicadas nessa denúncia venham ao Senado Federal e aqui possam, de maneira muito expressiva, dirimir quaisquer dúvidas que possam pairar sobre as cabeças dos brasileiros.

O MST é um descalabro, uma ameaça, a médio prazo, à balança comercial brasileira. Uma ameaça, portanto, aos resultados que não têm sido fracassados, mas também não lograram êxito, da política macroeconômica do Governo Lula.

Amanhã, discutirei economia, depois de amanhã novamente economia, mas hoje quero usar o tempo que me resta desta comunicação de Liderança para, aos seis meses do Governo Lula, revelar a minha inquietação e a minha tristeza diante dos rumos autoritários que começam a ser manifestados pelo Governo.

Primeiro, essa forma inquisitorial, até cruel, com que o Partido dos Trabalhadores trata os seus dissidentes, cobrando deles fidelidade a uma postura assumida pelos maiorais do Governo há menos de um ano. Não se trata de uma decisão de Congresso, não se trata de nada antigo, trata-se da leviandade seguinte: “eu mudei, você trata de mudar o meu lado, senão é expulso do meu convívio”. Isso se espalha para outros segmentos da vida nacional, a partir de algo que defino como sendo o caráter autoritário de um Governo que é autoritário.

Ontem, a Governadora do Distrito Federal em exercício, Vice-Governadora que é, Maria de Lourdes Abadia, comparece, em lugar do Governador Joaquim Roriz à reunião dos Governadores. Depois, ao Palácio do Planalto, para uma solenidade presidida pelo Presidente Lula.

Lá havia, pelo o que as fotos mostram, dezenas de pessoas literalmente fantasiadas de estrelas, com roupas partidárias. E, até aí, a Constituição garante que cada um se vista, desde que se vista, pior seria a nudez. Desde que se vista, a Constituição garante que cada um ande com a roupa que melhor lhe convier.

Mas vaiaram a Governadora Maria de Lourdes Abadia ontem! Atitude covarde, porque ela não podia reagir. Algo antidemocrático, porque ela estava ali como representante oriunda das urnas, representante de um povo. Atitude que revela a vontade enorme que certas figuras desse governo teriam de sentir que não poderia haver quem a eles fizesse oposição. Vaiaram a Vice-Governadora, criando um constrangimento enorme!

É preciso que o Presidente Lula faça uma reflexão e parta para uma inflexão, para uma mudança de atitude. Porque não podemos viver submetidos, ao que me parece, a uma certa ética religiosa exacerbada, aquela do tipo: “Eu sou o bem; o meu adversário é o mal!”. Fundamentalista, do tipo: “Eu faço tudo o que precisar ser feito!” E tudo aquilo que fizer haverá de encontrar justificativa ética, porque, supostamente, “eu, do Governo, eu, do PT, estou acima do bem e do mal, sou melhor do que as demais pessoas!” E o resultado é que estamos vendo essa crise a ponto de, hoje, dizermos que eles, que falam de maneira tão apressada e, às vezes tão doidivas, sobre essa tal herança maldita que teriam recebido do governo passado, receberam foi uma herança bendita: oito anos de consolidação da democracia neste País! A fase mais conseqüente de liberdade democrática que já se viu neste País e mais duradoura começa a ser ameaçada seja pelo MST, que desafia a autoridade presidencial e a ordem em que está estabelecida e assentada a economia brasileira, a começar pela agricultura, a parte mais dinâmica da economia, passando pelas manifestações que demonstram intolerância e desrespeito.

O próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem dado mau exemplo, ao se dirigir ao candidato derrotado no Distrito Federal, Geraldo Magela, e dizer-lhe que será governador brevemente. Mas há uma decisão da Justiça que poderá cassar ou manter o mandato do Governador Joaquim Roriz. A Justiça agirá soberanamente, e o Presidente precisa aprender isso de uma vez por todas. Se a Justiça entender que deve cassar o mandato do Governador Joaquim Roriz, cassará. Se entender que deve manter, manterá. O Presidente da República não tem nada a ver com isso, não tem direito algum de meter a colher no episódio, não tem a menor possibilidade de imaginar que é – segundo a Presidente do Instituto Teotônio Vilela, a Deputada Yeda Crusius – uma versão neomoderna da Santíssima Trindade. Ao invés de Pai, Filho e Espírito Santo, Sua Excelência sendo o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário ao mesmo tempo. Manifestação autoritária devemos matar no nascedouro. Não podemos nos calar diante de manifestações autoritárias. Manifestação autoritária é para ser derrotada, como fizemos com a ditadura militar, com a cooperação de Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive.

Há uma frase de Bertolt Brecht que diz que quando os cidadãos se transformam em cordeiros, os governantes, necessariamente, se transformam em lobos. Conheci o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando era um cidadão que não admitia que o fizes-

sem de cordeiro. Bravo líder sindical, bravo resistente contra o regime de força, democrata que se afirmava na luta e no sofrimento. Não posso, de maneira alguma admitir, até por homenagem a Lula e ao seu passado, se ele não permitiu que a ditadura militar fizesse dele um cordeiro, não permitirei que ele sofra a outra parte da deformação, que ele, imaginando que somos uma nação de cordeiros, se transforme em lobo da opressão, da tirania, do pensamento único, da ditadura, do desrespeito à liberdade democrática que construímos com tanto afinco, com tanto risco neste País.

Discordar é mais que normal; combater um governo é o fato mais necessário para termos uma democracia sólida. O que não é possível é alguém imaginar que seu Governo paira acima do bem e do mal, principalmente quando sabemos que o Brasil vivencia um dos governos mais inoperantes da sua história, um governo que vive de bons resultados macroeconômicos que meramente repuseram o Brasil no terreno da normalidade que a candidatura de Lula e seu favoritismo haviam abalado a partir de maio, junho do ano de 2002.

De resto, estamos vendo os equívocos na forma de lidar com as agências. Iniciei meu mandato dizendo que, lidando mal do jeito que estão com as agências, iriam afugentar capitais do País. Pois estão mesmo afugentando capitais do País. Empresas estão fechando, empresas estão indo embora, o desemprego está ocorrendo também por isso. E o Brasil este ano talvez não receba R\$10 bilhões de investimentos estrangeiros diretos.

O MST desafia a autoridade do Presidente, e o Presidente permite que militantes seus afirmem sua vocação autoritária para cima da vice-Governadora do Distrito Federal, Maria Abadia, mulher sensível, desarmada, delicada.

Gostaria de mais energia em relação ao desafio à construção que o MST faz e gostaria de mais compreensão para com o pensamento dos outros. Digo isso como alguém que não admitiu que sua voz fosse calada em nenhum momento, seja na política regional, seja na política nacional, seja quando enfrentei a ditadura militar. Portando, não preciso de autorização de ninguém para fazer oposição no âmbito que eu quiser; quando eu quiser que ela seja quente, será quente, quando eu quiser que ela seja morna, será morna, quando eu quiser que ela seja gelada, será gelada; o dia que eu não quiser fazer, não faço, o dia que eu quiser, faço duas vezes. Simplesmente, essa escalada autoritária, essa vaia ao adversário no Palácio do Planalto, além de ser falta de educação, significa, sem dúvida alguma, a idéia de que no coração de



alguns pulsa a vontade de sufocar liberdades, pulsa a vontade de impor o pensamento e pulsa a vontade de transformar em cordeiros uma nação que passaria a ser governada por lobos. Esta Nação já mostrou, até pela coragem do Presidente Lula num passado recente que não é uma nação de cordeiros e, portanto, ela vai proibir S. Ex<sup>a</sup> e seus acordes, de tentarem, eles próprios, fazerem o papel do lobo a ameaçar as liberdades fundamentais do cidadão, a começar por esta de a governadora ser respeitada, de podermos fazer, de maneira bem livre e sem constrangimentos físicos ou psicológicos impostos de maneira ilegal, a Oposição que temos que fazer a um governo que abre, nos próximos meses, tendo cumprido seis meses de inércia, de mediocridade, de inoperância, seis meses de quase não fazer.

Até diria, encerrando, que discutir o macroeconômico não custa muito à honestidade intelectual que haverei de preservar, e o governo é aprovado aí. Discutir o microeconômico diria que é fácil também porque os erros são tão graves em relação à política para as agências, à política para julgar o instrumento regulador que por aí se começa a desenhar um certo desastre para a economia brasileira. Discutir o governo em si é difícil porque não tem governo para se discutir. É preciso que o Governo comece a governar, para que possamos até fazer críticas mais sólidas.

Por agora, digo que o Governo não opera o social, não opera o Programa Fome Zero; o Governo viaja, o Presidente sorri, abraça, beija, e seus militantes vão e ameaçam as pessoas que são contra o Governo. Essa dicotomia um dia será esclarecida, e que seja esclarecida pelo passado do Presidente Lula, não pelo futuro obscuro de uma nação de cordeiros governada por lobos. Sua Excelência precisa voltar a ser o amante da liberdade que sempre foi. Afirmaremos o tempo inteiro que não somos uma nação de cordeiros e, portanto, ai do lobo que imaginar que poderá fazer mal ao reinado da liberdade neste País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabo de ouvir o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, no seu legítimo papel de Líder da Oposição. S. Ex<sup>a</sup> reclama de atitudes, em relação à vaia, que não são do Presidente, mas de pessoas que realmente agiram

mal. S. Ex<sup>a</sup> também está na posição legítima de defender a Vice-Governadora. O Líder Arthur Virgílio diz que o Presidente tratou de governador futuro. Isso pode ser má interpretação da imprensa. Recuso-me a acreditar que o Presidente Lula, um democrata que lutou contra a opressão, que tem sido, todos sabem, um indivíduo que nos tem sensibilizado pela persuasão, pela determinação da busca do diálogo, tenha proferido tais palavras.

Sabemos que a eleição foi lícita e acaba de haver um julgamento no Supremo Tribunal Federal em que houve ganho de causa. São 30 ações, 24 das quais já foram vencidas, e hoje mais uma – essa que chegou ao Supremo – também foi vencida. Portanto, não culparia o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Partidários mais exacerbados não se conformam com a derrota e buscam toldar, inclusive, o ambiente de convivência que existe hoje entre o PMDB e o PT em termos nacionais. Por essa razão, tenho certeza de está havendo um mal-entendido em relação à imprensa que, provavelmente, citou alguma frase, como acontece no dia-a-dia em relação a nós.

Outro dia li uma notícia na qual afirmavam que eu teria dito que, como Deus, tínhamos trabalhado sete dias e descansado no oitavo. Ora, às vezes tentam nos fazer de simplórios.

Creio que é legítima a posição do Senador Arthur Virgílio. No entanto, como alguém que está apoiando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sei que deve ser um erro de abordagem.

Em relação ao Governador do Distrito Federal nós, do PMDB, o estamos apoiando. Hoje assinamos uma lista de apoio porque a democracia há de ser preservada. Se existe algo para ser discutido que o seja na Justiça, que é o fórum próprio para isso. O que for decidido pela Justiça nós acataremos, claro, quando chegar à última instância.

Entendemos que o Senador Arthur Virgílio está em seu legítimo papel de Líder da Oposição. Entretanto, cremos que a segunda posição – colocando frases da boca do Presidente – é um equívoco, um mal-entendido da imprensa.

Era o que eu gostaria de dizer como Vice-Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra a Senadora Iris de Araújo.

**A SRA IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho tratar, hoje, nesta tribuna, da recorrente questão dos desequilíbrios regionais e de como o incentivo ao agrone-

gócio pode representar uma solução consistente para a superação de tais desequilíbrios.

Entra ano, sai ano e os problemas econômicos e sociais brasileiros continuam os mesmos.

O setor público, sufocado por imensa dívida, não mais demonstra capacidade financeira para investir. O orçamento público, que foi, por décadas, o principal motor do desenvolvimento, deixou de sê-lo. Por sua vez, continuamos vulneráveis nas contas externas, e qualquer pequeno surto de crescimento, cada vez mais difícil de se obter, ameaça provocar crise no balanço de pagamentos. Da mesma forma, prosseguimos sem qualquer política orgânica para induzir o desenvolvimento nas regiões mais pobres e atrasadas, e as desigualdades regionais permanecem imensas.

Esse é um dos pontos centrais da crise brasileira e um verdadeiro desafio a ser vencido nessa nova etapa da vida nacional. As disparidades entre as regiões brasileiras criam um sistema dramático de relações sociais e econômicas. Os centros mais desenvolvidos, localizados no Sul-Sudeste, funcionaram, ao longo da história recente, como centro de atração de brasileiros famintos à procura de oportunidades. As conseqüências desse processo estão sendo literalmente explosivas. Elas contribuíram para formatar as metrópoles com suas graves e terríveis injustiças, que geram a fome, o desemprego, a violência, a criminalidade e a injustiça social.

Assim, o subinvestimento público e a ausência de políticas de desenvolvimento do interior brasileiro fazem com que persista o conhecido quadro de êxodo rural, de inchaço das grandes cidades, realimentando o círculo vicioso da miséria e da pobreza, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Sr. Presidente, falta realmente uma estratégia para impulsionar o desenvolvimento das regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Essa realidade torna-se ainda mais grave à medida que continua, pelo menos temporariamente, fechada a tradicional saída representada por investimentos públicos em grandes obras de infra-estrutura, como estradas, hidrelétricas e açudes. Diante dessa realidade de contenção quase absoluta dos recursos públicos em função da crise sem precedentes na economia, os Governadores vinham lançando mão de um dos poucos instrumentos eficazes para atrair investimentos privados para seus Estados: a concessão de incentivos fiscais.

A proposta de reforma tributária enviada pelo Poder Executivo à apreciação do Congresso Nacional tem como uma de suas metas justamente acabar com

a pouca margem de ação a que os Estados poderiam recorrer mediante a chamada guerra fiscal. Significa que, efetivamente, os métodos que vinham sendo utilizados para atração de empreendimentos industriais ficam tremendamente prejudicados, o que representa menos investimentos no interior brasileiro e, portanto, menos empregos e menos oportunidades.

Em face dessa realidade, Senador Ney Suassuna – a quem concederei com o maior prazer um aparte –, quero manifestar a angústia própria daqueles que habitam o interior brasileiro e hoje se encontram praticamente de mãos atadas diante da ausência de políticas realmente eficazes que nos conduzam à necessária e inadiável descentralização do crescimento econômico, justamente para impedir que continue a prosperar esse cenário de injustiças e desigualdades.

Por gentileza, Senador Ney Suassuna, eu gostaria de ouvi-lo.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senadora, V. Ex<sup>a</sup> aborda um problema que traz no bojo tanta irracionalidade que às vezes ficamos sem entendê-lo. Se não, vejamos: uma empresa que esteja operando em um Estado como Rio de Janeiro ou São Paulo, por exemplo, por ser antiga, não pode se beneficiar de nenhuma isenção tributária. Se ela é nova, negocia e consegue, porque a mesma arma usada pelos Estados do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte – dar isenção –, é usada pelos Estados do Sul. Por estar numa área urbana muito valorizada, o terreno dessa empresa representa um grande capital, mas, mesmo assim, ela enfrenta dificuldades porque não tem capital de giro.

Além de não obter isenção e não dispor de capital de giro, ela ainda convive com sindicatos extremamente atuantes, os quais cobram todas as benesses possíveis. Essa empresa sai de lá e vai para um Estado do Centro-Oeste, onde recebe isenção tributária e não sofre pressão do sindicato. Então ela se capitaliza. Como consegue isso? Ela vende aquela área urbana valorizada por um valor suficientemente alto para fazer capital de giro. Aí está a incongruência maior: após dez anos – normalmente esse é o prazo de isenção conseguido em outro Estado –, se aquela empresa retornar ao Estado de origem, conseguirá isenção, porque é uma empresa nova que está chegando. São coisas que não conseguimos entender. A verdade é que se o Governo tivesse um crédito fácil e um incentivo maior, se nós do Nordeste e do Centro-Oeste pudéssemos e soubéssemos usar mais o BNDES – isso passou a ser uma prerrogativa do Sudeste –, não haveria a migração de empresas, que passam dez anos num lugar e mudam para outro. Isso

em parte é bom porque qualifica essa nova mão-de-obra e capitaliza essas empresas como acabei de dizer, mas cria a situação injusta de a empresa estar “com a mala nas costas”, mudando de Estado para Estado. O ruim é que não conseguimos verbas em outro canto, e o empresariado fica entre a cruz e a espada. O que pode fazer para conseguir capital de giro? V. Ex<sup>a</sup> pode ver, apenas nessa pequena descrição – eu poderia aumentar o quadro, mostrando que existem muitas outras incongruências, nessa pequena mudança de um Estado para outro, que há muita injustiça, mas também muitas benesses podem ocorrer, como, por exemplo, a venda do imóvel. Isso permite a muitas empresas se capitalizarem, a se modernizarem e, então, concorrerem no mercado externo e trazerem divisas para o Brasil, uma vez que, com máquinas novas e modernas, o custo diminui, permitindo a concorrência com o exterior. Parabéns pelo discurso. Eu me solidarizo com V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA IRIS ARAÚJO** (PMDB – GO) – Nobre Senador Ney Suassuana, V. Ex<sup>a</sup> continua, como sempre, engrandecendo não só os discursos que pronunciamos, mas também os de outros Senadores. Tenho observado a presença de V. Ex<sup>a</sup> neste plenário. V. Ex<sup>a</sup> faz observações muito próprias no momento em que proferimos o discurso, mostrando que tem muito conhecimento. Por isso, peço à Mesa que seja incorporado ao meu pronunciamento o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é nesse contexto que se realça ainda mais a solução para os problemas de desenvolvimento regional, representada pelo agronegócio, que, neste plenário, tem sido tão debatido ou explicado, de forma muito positiva. Aí compreendida a agricultura, a pecuária e a transformação industrial que sofrem os produtos naturais dessas duas atividades primárias.

O agronegócio, há anos – eu ouço isso há bastante tempo, desde que Íris Rezende era Ministro da Agricultura –, é uma ilha de prosperidade contínua e sustentada no meio do mar de incertezas e de soluções de crescimento dos demais setores da economia nacional. Tal pujança do agronegócio – em expansão ano após ano, faz muito tempo, como eu acabei de dizer – demonstra que cada real aplicado no campo tem o potencial comprovado de se multiplicar e trazer resultados. Isso representa muito, em um momento em que o setor público tem muito pouco para investir e precisa, portanto, fazer render ao máximo os escassos reais de que dispõe, depois de pagas despesas como transferências constitucionais, pagamento de pessoal e pagamento do serviço da dívida pública.

Hoje, após tantos percalços vividos pela economia brasileira, afetada por seguidas crises internacionais na última década, o agronegócio segue seu caminho de sucesso. A agropecuária responde por mais de 7% do PIB nacional. Por sua vez, o agronegócio contribui com mais de 40% das exportações brasileiras, o que é um número eloqüente. Analisando somente as estatísticas dos dois últimos anos, verificamos que o saldo comercial do agronegócio tem ficado em torno de US\$20 bilhões. Como o saldo comercial dos demais setores da economia tem sido negativo, não fosse pelo superávit do agronegócio, teríamos tido déficit na balança comercial, em 2001 e 2002.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o investimento público direcionado para o interior brasileiro tem o poder de atacar todos os principais problemas nacionais, a começar pela fome e pela miséria, que nos preocupam imensamente a todos.

É da terra que vem o alimento que garante a vida. A terra é a mãe de todas as mães e devemos valorizá-la imensamente! Inadmissível não compreender determinadas essências de uma nação. Qualquer governante realmente voltado para a promoção da justiça social deve, primeiramente, atacar de maneira implacável o cenário das desigualdades. No caso brasileiro, elas residem basicamente nas gritantes disparidades regionais que superlotam as cidades do Sul-Sudeste. Este fenômeno urbano gera a violência cotidiana que se espalha como um rastilho de pólvora lá fora, vendendo a imagem de um Brasil cuja única lei que impera é a das armas dos bandidos.

Chega, Sr. Presidente! Está na hora de se promover uma positiva e decisiva volta às origens, volta ao interior, volta ao campo. Para isso, o Governo precisa dar a direção e as devidas motivações representadas por incentivos que, sem dúvida, vão multiplicar-se tremendamente.

Em primeiro lugar, o investimento no campo tem alto impacto de crescimento, como já está sobejamente demonstrado. Repito que, em época de poucos recursos públicos disponíveis para investimento, há necessidade de direcioná-los para as atividades com maior efeito multiplicador em termos de renda e de emprego. O imenso potencial ainda não explorado do setor agropecuário traz retorno garantido, como tem ocorrido continuamente nos últimos anos.

Em segundo lugar, pela força exportadora do campo, o investimento público direcionado para o agronegócio é importante também para diminuir a vulnerabilidade externa de nossa economia, Senador Leonel Pavan, vulnerabilidade que é entrave à capacidade de a economia brasileira crescer. Investimento

no agronegócio gera divisas, aumentando muito o saldo positivo da balança comercial.

E, em terceiro lugar, o mais importante: o investimento público direcionado ao agronegócio é direcionado também naturalmente para o interior brasileiro, para as regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Na total ausência de políticas públicas desenvolvimentistas voltadas à superação dos desequilíbrios regionais, tal investimento representaria um revigoramento, uma injeção de ânimo nas regiões mais atrasadas. Como conseqüência, o homem do campo teria estímulo para permanecer em seu lugar de origem, e as grandes cidades brasileiras, inchadas e desfiguradas pela miséria e pela violência, teriam menos um problema com que lidar, que é a migração do meio rural.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não vejo, no horizonte, solução mais óbvia, mais eficiente, mais rápida para os gravíssimos problemas econômicos e sociais por que passamos no momento!

O Brasil quer crescer? Invista-se no campo!

O Brasil quer fortalecer a Balança de Pagamentos? Invista-se no campo!

O Brasil quer proporcionar desenvolvimento mais equilibrado entre suas regiões e fixar o homem rural em sua comunidade de origem? Invista-se no campo!

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Ouço com muito prazer o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que sempre abrihanta os meus pronunciamentos.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Cumprimento a nobre Senadora por esta brilhante explanação, principalmente por sua preocupação com o êxodo rural devido à falta de investimento no homem do campo. Hoje mesmo fiz um pronunciamento para que os Governos Estaduais e o Federal olhassem com maior atenção a agricultura familiar, que mais gera empregos, mais produz e, no entanto, tem as menores áreas de terra. Hoje, infelizmente por falta de investimento, nobre Senadora Iris, por falta de infraestrutura no campo, por falta de incentivo, por falta de lazer e de incentivo à cultura, os filhos dos homens do campo estão procurando as capitais e os centros urbanos, na esperança de encontrar emprego. Por falta de universidades e, às vezes, de escolas com ensinamentos fundamentais e médio, por falta de saúde, habitação, incentivo, eles procuram os centros urbanos, iludidos pelo canto da sereia, na expectativa de encontrar emprego e ter uma vida fácil. Porém, como não têm uma

profissão definida, não são carpinteiros, pedreiros, costureiras, ou seja, não têm o conhecimento do **métier** das regiões urbanas – eles conhecem apenas a questão agrícola –, muitos ficam desempregados, sem casa e, às vezes, ingressam na marginalidade, criando um enorme problema social para o País. Em Santa Catarina, nobre Senadora, o Governador Luiz Henrique, do PMDB, Partido de V. Ex<sup>a</sup> – que apoiei –, criou o projeto de descentralização. Existem 29 subgovernadorias naquele Estado, a fim de que a comunidade fique mais próxima do Governo, para que se invista mais em turismo, educação, saúde, habitação, agricultura, cultura, lazer e para que o jovem tenha vontade e esperança de trabalhar na sua região, na sua cidade. Santa Catarina está implantando esse projeto, a exemplo do que já ocorre em países da Europa, como Holanda, Alemanha, Itália e outros. V. Ex<sup>a</sup> se preocupa com uma questão que abordei hoje em meu pronunciamento e que, ontem, alguns Senadores também descreveram. A nobre Senadora usa o microfone sempre preocupada com a área social, com a mulher, com a criança, com o agricultor. V. Ex<sup>a</sup> é a Senadora dos desassistidos do nosso Brasil, das camadas sociais mais prejudicadas. Os pronunciamentos que faz são fantásticos e mantêm abertos os olhos do Governo, para que trate com maior abrangência os problemas sociais. Por isso, quero cumprimentá-la. O Brasil sairá da crise no dia em que olharmos para os homens do campo, para a família do campo. Toda a população brasileira terá comida na mesa no dia em que o Governo começar a investir não nos latifundiários, nos grandes empresários do campo, mas no homem do campo e na sua família, no agricultor, naquele que trabalha 24 horas por dia, durante os 30 dias do mês. O agricultor precisa de incentivo, e não de um empréstimo de R\$400,00 ou R\$600,00, porque esse valor não paga sequer uma parcela de uma tobata. Ele precisa de incentivo, de educação e de saúde para que seu filho dê continuidade ao que iniciaram seus avós e seus pais há muitos anos. Senadora Iris de Araújo, parabéns V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que faz. Requisitarei cópia para encaminhar às famílias agrícolas, a fim de que conheçam o pensamento de uma Senadora de Goiás que se preocupa com todo o Brasil. Parabéns!

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Agradeço, nobre Senador Leonel Pavan, o aparte. Com muito prazer, enviarei a S. Ex<sup>a</sup> cópia do meu pronunciamento, desde que, em seu conteúdo, seja incorporado o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que muito contribui, pelo seu conhecimento, para meu discurso. A Mesa está me avisando que devo terminar. Certa-

mente, Senador, eu concordo quando V. Ex<sup>a</sup> aponta o êxodo rural como uma das causas da marginalidade e da violência em nosso País. Pessoas deixam sua comunidade no campo à procura de uma ilusão na cidade grande, ilusão essa que muitas vezes a televisão, inconscientemente, em seu afã de levar o lazer, oferece. Essas pessoas, em sua inseqüência, sem saber exatamente o que vão encontrar, dirigem-se para a cidade e acabam por ter grandes dificuldades em se adaptarem ao sistema urbano.

Assim, estamos criando talvez uma fábrica de marginais. Por isso temos procurado detectar o problema na origem, para combater com eficiência não só os efeitos, mas também as causas. E uma das causas é a que V. Ex<sup>a</sup> acabou de apontar. Por isso, faço este pronunciamento. Concluo agora.

O interior brasileiro tem sido responsável pelas boas notícias, bem raras, sobre a economia brasileira. Por que negligenciá-lo? Por que preteri-lo no momento em que se definem os investimentos públicos, em favor da indústria dos Estados mais ricos?

Tenho certeza de que, caso mude essa mentalidade urbana e pretensamente industrialista – digo pretensamente em razão do alto grau de tecnologia que hoje está inserido no agronegócio – assistiremos a uma verdadeira revolução no desenvolvimento e prosperidade do País!

É essa a mudança e a autêntica revolução que o povo brasileiro tanto espera.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Iris de Araújo, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa, por vinte minutos.

**A SRA ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, público que nos assiste, hoje quase todos os jornais trazem matéria sobre as decisões tomadas ontem, como as relativas aos Estados exportadores, que o Governo Lula vinha, há semanas, discutindo.

Os jornais divulgaram manchetes como: “Lula aceita compensar Estados exportadores”, “Lula deixa Governadores satisfeitos”, “Presidente garante a criação de um fundo para compensar perdas de arrecadação de ICMS dos Estados exportadores”.

Esse assunto, com certeza, já foi muito discutido e debatido pelo Congresso Nacional, pela sociedade, pelos diversos Governos, por empresários e por todos aqueles que têm interesse em que este País dê certo.

E esse não é um problema criado neste Governo, mas um problema que herdamos. O Governo Lula tem demonstrado, e ontem, na reunião dos Governadores, manifestou sua posição firme de que tem uma proposta de solução. O Pará é um dos Estados que mais sofreu com essa perda. Para se ter uma idéia, desde a aprovação da Lei Kandir, o Estado do Pará deixou de arrecadar cerca de R\$500 milhões de reais de ICMS.

Há cerca de 15 dias, eu trouxe a este Plenário duas propostas, entre as quais uma proposta de emenda constitucional que apresentei nesta Casa, juntamente com uma sugestão de emenda à reforma tributária. Entreguei as duas ao Relator da Reforma Tributária, Deputado Federal Virgílio Guimarães. Eu também as entreguei a técnicos do Ministério da Fazenda. Na verdade, a proposta de emenda constitucional resultou de um trabalho feito a partir de discussões desenvolvidas em vários setores da sociedade: setores técnicos, setores produtivos, juristas, especialistas na área. A minha alegria foi ver que o Governo Lula aproveitou praticamente tudo o que apresentamos na nossa proposta de emenda constitucional.

O fundo que existia e que, por vontade do Governo anterior teria terminado em 2000, acabou sendo prorrogado até 2002. E o atual Governo garantiu que o fundo será prorrogado até o ano de 2006.

O fundo não resolvia todos os problemas. O Governo e outros setores da sociedade se debruçaram sobre o assunto e nós trouxemos a proposta concreta de criar um fundo de compensação diferente dos moldes vigentes: um fundo que pode ressarcir os Estados apenas pelo volume exportado. De acordo com a nossa proposta, metade seria pelo volume, e metade pelo saldo positivo na balança comercial. Ou seja, beneficia principalmente os Estados que exportam mais do que importam.

Coincidentemente, o Governo apresenta a mesma proposta. Foi divulgada uma tabela pela imprensa contendo as novas regras. Há outra coincidência. O fundo por nós proposto é composto de dois impostos: o Imposto sobre o Produto Industrializado e o Imposto de Importação. Também a proposta do Governo retira recursos desses dois impostos. Portanto, Senador Mão Santa, eu me sinto particularmente contemplada e feliz por ter contribuído com a Reforma Tributária, mesmo que

ela esteja tramitando na Câmara dos Deputados, pois a nossa idéia foi absorvida e apresentada pelo próprio Governo como uma solução.

Apresentamos uma outra idéia ao Relator da Reforma Tributária. Além de contribuir especialmente com os Estados eminentemente exportadores mais do que importadores, além de diversificar recursos retirando-os também do Imposto de Importação, apresentamos um modo de pôr fim a um problema que vem como uma bola de neve e chega como uma bomba relógio contra cada Estado exportador. E é exatamente isso que o Governo está exigindo. Ele cria o Fundo, mas exige que os Estados compensem as empresas exportadoras. Hoje na prática isso pouco acontece. Muitos Estados ficam com os créditos das empresas nas Secretarias das Fazendas e, com isso, não há a desoneração.

A nossa proposta é de securitizar, de transformar esses créditos em títulos públicos, para que possam servir para pagamentos de tributos. Assim, a União pode compensar, descontando isso de cada Estado de acordo com o recolhimento de ICMS. Isso também constitui uma forma de desarmar a bomba relógio.

Portanto, quero elogiar o nosso Governo e todos aqueles que contribuíram para a proposta de emenda constitucional que fizemos e para a proposta de securitização de transformar em títulos públicos esses créditos de ICMS, que entregamos ao Relator e aos técnicos do Ministério da Fazenda.

Outro ponto que consideramos importante. Esse fundo não deve ser eterno, mas temporário. Com certeza, o Governo já colocou isso de forma muito clara. Esse fundo só tem razão de existir enquanto a cobrança do ICMS for feita na origem. A partir do momento em que ela for feita no destino, no consumo, perde sua razão de existir, porque, com certeza, os Estados exportadores não precisam mais desse fundo.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero dizer que hoje é um motivo de alegria para nós, por termos tido, pelo Governo Lula, solução concreta para um problema de tantos anos de Governo Fernando Henrique. Apresentei uma proposta que foi fruto de discussão por várias pessoas, por setores da sociedade, e fico feliz por ver que a nossa proposta foi, enfim, acatada e que o Governo aproveitou todas as nossas idéias, principalmente com relação a como se constituir o fundo.

O Governo não determinou se é 50%, por exemplo, segundo o volume de exportação e 50% segundo o saldo da balança comercial, o saldo positivo, ou seja, metade para aqueles Estados que exportam

mais do que importam. Ele diz que isso será determinado por lei complementar, que será por nós definida. E eu já estou aqui apresentando uma proposta que é para discussão do Congresso. É uma proposta de emenda constitucional que, com certeza, será alvo de debates. Espero que possamos fazer o melhor, já que, sem dúvida, os Estados exportadores contribuem para a balança comercial brasileira e, portanto, para o País inteiro, para diminuir o risco Brasil. Com isso, estamos contribuindo não só para aqueles Estados, mas principalmente para o País. Como disse o Relator da reforma tributária, Deputado Virgílio Guimarães, quando apresentamos a proposta, “o Pará já contribuiu muito com o Brasil; está no momento também de o Brasil contribuir com o Estado do Pará”. Era esse o registro positivo que eu gostaria de fazer.

Eu também pediria licença para fazer um registro muito importante do que ocorreu desde o meio da semana passada, sendo concluído na noite de sábado. Subi à tribuna na sexta-feira e pronunciei-me para o Brasil inteiro, fazendo um apelo à Companhia Vale do Rio Doce, ao Ministério da Justiça, para que se resolvesse, de forma pacífica, o impasse criado entre a comunidade indígena dos Parakategê, dos índios Gavião, e a Companhia Vale do Rio Doce. Os índios ocuparam a ferrovia e interromperam o tráfego para reivindicar o cumprimento de um compromisso assumido. A ata da reunião em que foi assumido esse compromisso encontra-se aqui conosco. A Companhia assumiu, por meio de seu representante, o compromisso, desde o dia 13 de agosto do ano passado, de reformar trinta casas da aldeia. Esse compromisso não havia sido cumprido até a semana passada, mais de dez meses depois de ter sido firmado não só diante da comunidade indígena, mas também dos representantes da Funai e do Ministério Público Federal.

Preocupada com essa situação de conflito, estive no Município de Marabá. Cheguei na sexta-feira à noite e participei de todo o processo de negociação. A comunidade indígena, de forma espontânea, retirou-se da ferrovia, aceitando negociar, como o fez a Companhia Vale do Rio Doce. Se chegássemos a bom termo, tudo bem; caso contrário – e essa era minha preocupação –, a comunidade afirmou que voltaria a ocupar a ferrovia.

É lógico que não podemos deixar de dizer que ocupar uma ferrovia é um ato legal. No entanto, não se pode dizer que a ação dos indígenas pode comparar-se a um ato criminoso. Quem está simplesmente reivindicando um compromisso assumido, inclusive perante o Ministério Público Federal, não tem nenhuma intenção criminosa, mas quer apenas chamar a

atenção, na tentativa de que essa solução chegue a melhor termo.

Queria dizer a todos que, graças a Deus e também ao esforço – necessário registrar – do Procurador da República Dr. Sidney Madruga, incansável em conduzir os entendimentos da melhor forma possível, as negociações, que duraram horas, dias, obtiveram êxito. Chegamos, ao final, a um termo de compromisso e assunção de responsabilidades em que a Companhia do Vale do Rio Doce assume o compromisso de, a partir do dia 15 de agosto, construir 15 novas casas e reformar as 32 existentes nessa comunidade indígena, comunidade que sofre hoje de uma grave doença, a tuberculose. Além disso, a Companhia Vale do Rio Doce assumiu o compromisso de repassar a essa comunidade uma parcela no valor de R\$250.000,00 e mais duas parcelas de R\$200.000,00, referentes aos meses de julho, agosto e setembro, até que a Comissão Multidisciplinar, formada a partir de um termo de referência criado pela Funai, possa estabelecer o valor correto que deve ser repassado para essa comunidade indígena.

É preciso que saibamos entender a realidade em que vivem os índios, os verdadeiros donos dessa terra. Aqui está a ata em que a Companhia Vale do Rio Doce, no dia 13 de agosto, compromete-se a construir as casas, o que não fez.

Chegamos a um final feliz, mas acompanharemos o cumprimento desse termo de compromisso. Estranhamente, a Companhia Vale do Rio Doce colocou uma nota na imprensa dizendo que seria um termo de entendimento. Eu estava lá e assinei o termo, que está aqui para todos verem. Trata-se de um termo de compromisso e assunção de obrigações, celebrado perante a Procuradoria da República em Marabá, no Estado do Pará, entre a Companhia Vale do Rio Doce e a comunidade indígena Parakategê. O termo de compromisso vem assinado pelo Procurador Dr. Sidney Madruga e por mim, Senadora Ana Júlia Carepa. Assinam ainda representantes da Funai nacional, da Funai em Marabá, da Companhia Vale do Rio Doce e da comunidade indígena.

Estamos todos de parabéns. Mas eu gostaria de fazer uma sugestão: que a Companhia Vale do Rio Doce se prepare melhor, inclusive com a contratação de pessoas que possam tratar com a comunidade indígena, com pessoas com a qual a Companhia tenha relacionamento, porque percebemos uma fragilidade na relação da Companhia com a sociedade civil, principalmente no Estado do Pará. É necessário que a Companhia respeite melhor a sociedade do Estado do Pará e não passe a imaginar que apenas com notas ela irá restabelecer esse respeito. Isso não é ver-

dadeiro, até porque parte dessas notas não corresponde à verdade.

Parabenizo o Procurador da República, parabenizo a postura pacífica dos índios, parabenizo a Funai (Fundação Nacional do Índio) e parabenizo, sim, ao final, a Companhia Vale do Rio Doce, porque aceitou negociar e também cedeu, em alguns momentos difíceis a que chegamos nessa negociação. Mas, como Senadora, irei acompanhar para que não ocorram mais situações como essa e para que possamos, ao final e ao cabo, respeitar aqueles que não pediram para a ferrovia passar nas suas terras. Nós é que fomos lá; nós é que levamos a eles, inclusive, outra realidade. Portanto, Senadores, é necessário que respeitemos aqueles que aqui estavam quando chegamos, como merecem.

Com certeza é também o momento de uma nova relação, que acredito que estamos tendo, até por conta do novo Governo. Chegaremos até mesmo a um projeto de desenvolvimento sustentável nessa comunidade indígena.

Como V. Exas podem ver, hoje é um dia feliz para nós, por termos conseguido perceber que o Governo assumiu a nossa proposta na Reforma Tributária e por termos chegado ao final de uma negociação muito tensa entre a comunidade indígena e a Companhia Vale do Rio Doce em paz e tranquilidade. Hoje, com certeza, é um dia de comemoração não só para nós, do Estado do Pará, mas para todos os brasileiros.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – Concedo a palavra ao Exmº Sr. Senador Paulo Octávio por 20 minutos.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É com muita honra que assomo a tribuna, no momento em que o ilustre Senador Augusto Botelho, representante de Roraima, preside esta primeira sessão não-deliberativa de julho de 2003.

Antes de mais nada, eu gostaria de registrar o meu descontentamento com o fato ocorrido ontem, no Palácio do Planalto. Sr. Presidente, acredito na democracia. Acredito que o Brasil avançou muito e que vivemos num País em que as instituições estão fortes e são respeitadas.

Na última sexta-feira, em pronunciamento infeliz, o Presidente da República manifestou o desejo de ver governando Brasília o candidato derrotado na eleição do ano passado. Isso motivou que o Governador eleito de Brasília, muito acertadamente, não estivesse presente na reunião com todos os Governadores,

promovida no Palácio pelo Presidente da República. Foi designada a Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Vice-Governadora, uma mulher de fibra, democrata, que pautou a sua vida lutando pelos mais necessitados e pelo social. Uma digna representante da mulher brasileira e do povo de Brasília.

E, para a nossa surpresa, a nossa Governadora, representando o povo da nossa cidade, representando dois milhões de brasileiros, dois milhões de brasilienses, foi vaiada no Palácio do Planalto, que tem de ser uma referência para o País. Aquele é um palácio onde todos os brasileiros, de todos os Partidos e ideologias, devem ser respeitados.

Moro em Brasília há quarenta e dois anos. Cheguei aqui menino, acompanhei o governo de vários Presidentes. Já estive no Palácio centenas de vezes; já assisti a todo tipo de cerimônia, mas nunca ouvi falar que um representante do povo brasileiro tivesse sido vaiado dentro do Palácio do Planalto.

É triste para Brasília, é triste para a democracia, é triste para as instituições. Preocupa-me muito o que ocorreu ontem. O respeito e a educação devem pautar as cerimônias oficiais.

Quero aqui registrar o pesar da população de Brasília, que foi ofendida, ontem, numa cerimônia oficial. Deixo os meus cumprimentos a Maria de Lourdes Abadia, pessoa que respeito e admiro, e que é a Vice-Governadora desta cidade. S. Ex<sup>a</sup> não merecia receber o que ocorreu ontem.

Sei que o Presidente, em um gesto carinhoso, abraçou-a e procurou resgatar a formalidade da cerimônia, mas o estrago foi feito. Cabe ao Palácio do Planalto impedir que manifestações dessa natureza voltem a ocorrer numa Casa que representa a República Brasileira, o Poder Público e o Presidente da República. Isso é muito sério. E entendo que fatos como esse não devem ocorrer mais no nosso País.

Mas, Sr. Presidente, vim aqui hoje falar sobre o turismo. O turismo, como o segmento econômico que mais gera empregos e que mais se desenvolverá no mundo, conforme dados da Organização Mundial de Turismo, exige dos cidadãos conscientes do assunto um verdadeiro "mutirão" no sentido exatamente de criar uma mentalidade de turismo em todos os brasileiros.

Precisamos realmente "fazer a cabeça" não somente dos profissionais que operam no setor – e são listadas 52 atividades profissionais envolvidas com o turismo –, desde o motorista de táxi, o garçom, os setores de transportes, alimentação, lazer e entretenimento, até as autoridades municipais, estaduais e federais, num trabalho de convencimento da sociedade

brasileira, para que considere o turismo um dos mais importantes alavancadores da nossa economia.

O saudoso Senador Mário Covas cunhou uma frase que traduz a vocação do Brasil para o turismo: "Há cinco séculos, o Brasil descobriu sua vocação: o turismo". É evidente que o Brasil foi descoberto para o turismo, mas ainda não se descobriu para o turismo, que precisa ser urgentemente resgatado como o nosso segmento econômico mais importante.

É chegada a hora de o Brasil aproveitar-se da situação mundial do turismo, que se encontra em grande mutação, em função dos atentados terroristas, principalmente os de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque, e os mais recentes, como os da casa noturna de Bali e o do teatro de Moscou.

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, muito sabiamente, chama-nos a atenção, em artigo publicado no **Jornal do Brasil**, sobre o fato de que está havendo um redirecionamento do turismo mundial, com o decréscimo do turismo nos países vítimas da violência e de atentados terroristas e o acréscimo significativo do número de turistas nos países menos afetados pelo perigo da guerra e do terrorismo, como é o caso da China, que tem tido um crescimento do turismo em torno de 13% ao ano.

Sabemos que o turismo tem registrado crescimento recorde nos últimos anos, superando, apesar da crise, a indústria automobilística do Japão, a agricultura nos Estados Unidos e os bancos na Suíça, respondendo por 10% do PIB mundial.

Apesar dos efeitos negativos dos atentados terroristas, 2002 pode ser considerado um dos melhores anos para o tráfego internacional de turistas. É que, pela primeira vez na história, foi ultrapassada a marca de 700 milhões de chegadas, mas com o registro da mudança do eixo: a América perdeu a hegemonia mundial do turismo, passando a Ásia e o pacífico para o primeiro e segundo patamares.

E sabemos mais que o turismo tem uma característica ímpar: ao contrário das indústrias de ponta, de alta tecnologia, o turismo é sempre fonte geradora de empregos, responsável pela absorção de 1 em cada 9 trabalhadores do planeta. O turismo é um forte elemento de indução de economias em desenvolvimento, como fonte geradora de empregos. O setor costuma listar 52 atividades e segmentos diferentes da economia, como já mencionei anteriormente.

Ocupando do 29º lugar no **ranking** da OMT, Organização Mundial de Turismo, como destino turístico mundial, o Brasil reúne as condições em potencial de se qualificar mais em termos de turismo.



Mas, enquanto a China registrou em 2000 um total de 75 milhões de turistas, apresentamos o pífio resultado de 5 milhões. É uma grande diferença, e tal fato exige de todos os envolvidos no setor um esforço redobrado para quebrar as barreiras, os preconceitos, o desconhecimento que o estrangeiro tem do nosso País.

É longo o caminho a ser percorrido. Precisamos agir em várias frentes, desde o treinamento de recursos humanos, área em que nos encontramos muito atrasados, passando por infra-estrutura de transportes, de estradas, de rede hoteleira, de restaurantes etc.

Por isso, damos um voto de confiança no novo Plano Nacional de Turismo, que tem como metas tornar o turismo o maior item de exportação do Brasil, com o ingresso de R\$8 bilhões até o ano de 2006, gerando 1,2 milhões de empregos diretos, que corresponde a mais de um décimo dos 10 milhões de postos de trabalho que o Presidente Lula anunciou como meta de seu Governo.

Outra meta do Plano é o aumento de 40 milhões para 60 milhões do número de chegadas aéreas internas, incrementando o turismo interno. Os destinos turísticos mais tradicionais do Brasil, como as lindas praias quentes do Nordeste, o Pantanal de Mato Grosso, a Amazônia, as Cataratas de Iguaçu, as belezas históricas de Minas, da Bahia e do Rio de Janeiro, todos esses destinos devem ser promovidos para atrair não só os estrangeiros como também os brasileiros. Sem falar de Brasília, que, por sua arquitetura e urbanismo ímpares, símbolo da criatividade e do arrojado do povo brasileiro, deve ser reverenciada pelos brasileiros, como os norte-americanos reverenciam Washington.

É necessário que o Governo desburocratize e agilize a aplicação dos financiamentos públicos destinados ao turismo, que o Presidente Lula anunciou terem sido disponibilizados em R\$1,8 bilhão. E que a segurança seja reforçada, ao mesmo tempo em que se combate o desemprego, grande indutor da criminalidade.

Só um verdadeiro mutirão nacional que una todos os segmentos empresariais e profissionais envolvidos com o turismo, um resgate da nossa auto-estima, tal qual ocorreu com a construção de Brasília, em que o "jeitinho brasileiro" não signifique quebra-galhos, não resulte em coisas malfeitas ou improvisadas, mas numa forma criativa de o povo brasileiro receber bem o turista, ser profissional, ser treinado, oferecer conforto, lazer, entretenimento, diversões, **shows** e alegrias. A intervenção do homem aqui funciona não como contraponto, mas como um complemento natural, uma harmonia do homem com essa

natureza esplendorosa, essa natureza sem desertos, sem tufões, sem vulcões, sem cataclismas nem quaisquer outros tipos de fenômenos prejudiciais ao ser humano.

O Brasil é uma dádiva divina em termos de natureza e de povo. Precisamos mostrar isso aos brasileiros e ao mundo. Recentemente, um grupo de Senadores membros da Subcomissão de Turismo, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, visitou a Estância Ecológica Sesc Pantanal, acompanhado dos Deputados Federais Ronaldo Vasconcelos, Presidente da Subcomissão de Turismo da Câmara, e Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar de Turismo. Esteve também conosco o ilustre Senador Mão Santa, presente neste momento, representando o povo piauiense. Fomos a convite da Confederação Nacional do Comércio, entidade que congrega o setor de comércio, serviços e turismo empresarial no Brasil e que gerencia as entidades Sesc e Senac.

O Hotel Sesc Porto Cerrado, entre os Municípios de Poconé e Barão de Melgaço, está situado numa das regiões mais privilegiadas pelas belezas naturais do pantanal norte e foi concebido com todos os cuidados ambientais. O hotel está apto a operar nos períodos de seca e cheia, como parte de uma infra-estrutura de lazer e hospedagem da Estância Ecológica Sesc Pantanal, que ocupa uma área de aproximadamente 110 mil hectares, maior, portanto, que alguns países do mundo.

Ali, os comerciários e seus dependentes desfrutam, a preços extremamente baixos, de todo um espaço de conforto, em meio a uma estrutura que reflete o sonho dos educadores ambientais na busca de uma consciência ecológica.

Podemos afirmar que conhecemos um hotel ecologicamente correto, onde tudo é pensado em termos de respeito e convívio harmônico com a natureza, com opções de passeios ecológicos, caminhadas rústicas, passeios de charrete, de bicicleta, de bonde, a cavalo e em barcos.

A Estância Ecológica Sesc Pantanal está, portanto, perfeitamente adequada à educação ambiental e à pesquisa científica, contempla a preservação e o uso sustentável de riquíssimos recursos naturais associados a programas recreativos, educativos e acadêmicos para públicos diversificados, inclusive turistas nacionais e estrangeiros. Por isso, é uma área legalmente considerada Reserva Particular do Patrimônio Natural, RPPN.

Tivemos oportunidade de conhecer turistas até de países que não imaginávamos, como a Eslovênia, recém-vinda de uma guerra civil.

Em meio à rica fauna, à flora, às águas dos rios Cuiabá e São Lourenço, conhecemos um Brasil que tem muito a oferecer ao mundo em termos de ecoturismo.

O mundo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, está ávido por ecoturismo, por conhecer naturezas preservadas, como a do Pantanal. E o Brasil é um dos poucos países do mundo que tem muito, tem tudo a oferecer nessa área. E a Estância Ecológica Sesc Pantanal, com cinco unidades operativas integradas por contingências geográficas e sociais, tem o Pantanal como seu vetor pedagógico. O Pantanal que verte e converte os homens a uma nova visão do mundo, por sediar uma das mais fantásticas âncoras da vida animal e vegetal do planeta; pela riqueza e beleza de sua biodiversidade; por ser ele, naturalmente, um revolvedor de mentes, que predispõe o ser humano a mudanças; por facilitar ao homem a compreensão do mundo fora dos espaços acadêmicos e urbanos, ali onde o homem é parte intrínseca da natureza.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Paulo Octávio, conceda-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Com o maior prazer, concedo o aparte ao ilustre membro da Subcomissão de Turismo, que participou conosco dessa aventura de conhecer o Sesc Pantanal, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Paulo Octávio, testemunho o apreço que V. Ex<sup>a</sup> consegue hoje em Brasília e no Brasil. V. Ex<sup>a</sup> é um político de perspectivas invejáveis, em Brasília e no Brasil. Em primeiro lugar, cumprimento-o pela coragem, porque o grande erro do PT é confundir democracia com anarquia. Nunca dantes, em 502 anos, foi relatada uma vaia a uma autoridade pública no Palácio da Presidência da República. Em segundo lugar, o Piauí já ensinou esta justiça: essa cassação é golpe. No Piauí, o povo cassou os cassadores. Nossos cumprimentos também por ter levantado essa importante bandeira de riqueza, de recurso, de emprego, pois a grande desgraça deste País é o desemprego. O Brasil aparecia como vice-campeão do desemprego, mas creio que agora passou a campeão. Estive em Cuiabá, a convite de V. Ex<sup>a</sup>, e, com a minha Adalgiza, fui à praça na manhã seguinte, depois da missa, e vi uma multidão numa fila. Havia uns cabeleireiros do Sesc pintando e penteando cabelos. Aproximei-me com Adalgiza, e perguntamos se a fila era para pintar o cabelo. E responderam que eram todos aprendizes. Cinco mil cuiabanos estavam se candidatando a um emprego oferecido pelo Sine local. Então, o turismo dá o emprego e mais, como dizia São Francisco: “onde hou-

ver tristeza, que eu leve a alegria”, traz a alegria e a felicidade que todos merecemos. Quero lhe dizer que ainda quero votar em V. Ex<sup>a</sup> para Presidente do Brasil. Meus cumprimentos.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> me comove e privilegia com seu aparte.

Quero dizer que é um privilégio para todos nós. Para mim, para o Senador Augusto Botelho, que preside esta sessão, para o Senador Hélio Costa e para todos os presentes, é uma satisfação conviver com a sabedoria que V. Ex<sup>a</sup> soube conquistar na sua vida pública, no seu constante contato com a população mais carente, na sua vida como médico. A convivência com V. Ex<sup>a</sup>, Senador, nos deixa, em todos momentos, prazerosos.

Nós, Membros da Subcomissão de Turismo, tivemos o privilégio – o Senador Leonel Pavan não pôde participar – de desfrutar da convivência com V. Ex<sup>a</sup> e sua esposa, D. Adalgiza, por alguns dias no Pantanal, quando pudemos colher tantas informações importantes da história política não só brasileira, mas mundial. V. Ex<sup>a</sup> nos passou tantos conhecimentos que quero registrar a gratidão de ter tido a oportunidade de tê-lo tido como companheiro nessa viagem.

Esperamos e aceitaremos, sim, o seu convite para visitar o Piauí. Lá quero estar ao lado do Senador Leonel Pavan, como Membro da Comissão de Turismo, visitando o seu Estado. Será um privilégio viver o Piauí ao seu lado, Senador!

**O Sr. Hélio Costa** (PDDB – MG) – Senador Paulo Octávio!

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Hélio Costa!

**O Sr. Hélio Costa** (PDDB – MG) – Gostaria, rapidamente, de cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela defesa, sempre tão bonita, da cidade de Brasília. Brasília, foi criada por um mineiro, o nosso querido Juscelino, e permanentemente defendida por V. Ex<sup>a</sup>. Também desejo lembrar que o Senador Paulo Octávio é um mineiro da nossa belíssima cidade de Lavras, lá na região das vertentes de Minas Gerais.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Onde V. Ex<sup>a</sup> é tão bem votado, Senador Hélio Costa.

**O Sr. Hélio Costa** (PDDB – MG) – Sempre, muito lembrado pelo queridíssimo povo de Lavras. Então, ficamos muito orgulhosos do trabalho que V. Ex<sup>a</sup> vem realizando, defendendo permanentemente a nossa querida Capital e, sobretudo, desta lembrança sempre presente: Brasília e Juscelino.

**O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF)** – Senador Hélio Costa, muito obrigado pelo aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. Fazenda soar a campainha) – Consulto o Plenário sobre a prorrogação da sessão por 10 minutos, para que o orador conclua sua oração e o Senador Garibaldi possa falar. (Pausa)

Não havendo objeção do Plenário, está prorrogada a sessão por 10 minutos.

**O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF)** – Sr. Presidente, não precisarei de mais do que três minutos para encerrar o meu pronunciamento.

Vimos, Sr. Presidente, que graças a uma nova mentalidade, muitos animais, antes ameaçados de extinção, estão superpovoando aquele espaço, como é o caso, inclusive, dos jacarés. Nunca vi uma população tão grande de jacarés como nessa viagem ao Pantanal. A quantidade de jacarés existente impressionou a todos e provocou, em quantos assistem àquele espetáculo do mundo animal, a perguntar se não é hora de os técnicos liberarem uma caçada controlada aos jacarés, de forma assistida e racional, para evitar uma superpopulação que, segundo os entendidos, pode prejudicar a população de peixes, vítimas predatórias dos jacarés.

As duas Subcomissões de Turismo do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e a Frente Parlamentar de Turismo assinaram um protocolo com a Confederação Nacional do Comércio visando o estabelecimento de uma parceria no sentido de unirmos esforços para o desenvolvimento do turismo nacional.

Ali em Porto Cercado, fizemos um planejamento estratégico para a atuação das Subcomissões de Turismo. Diversas ações já estão resultando em função dessa parceria. Dentro de alguns dias, iniciaremos um programa de TV de 30 minutos, quinzenal, a ser exibido por emissoras de todo o País.

Pretendemos reunir os governadores e secretários de turismo dos Estados em torno da conscientização da necessidade de aumentarmos os investimentos em turismo pelos Estados e no Orçamento da União. Para isso, os parlamentares ligados ao turismo vão manter um encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a fim de levar a nossa preocupação com a necessidade de alocação de mais recursos para o turismo. Certamente o Senador Hélio Costa vai nos acompanhar nesse encontro.

Vamos rever toda a legislação em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional sobre turismo, para estabelecermos prioridades e procurarmos agilizar as mais urgentes, como as mudanças na le-

gislação trabalhista relativa à contratação de trabalho temporário para o turismo.

Queremos, pois, cumprimentar o Presidente da CNC – Confederação Nacional do Comércio, Dr. Antônio de Oliveira Santos, pela lucidez em priorizar o turismo no âmbito de atuação daquela entidade que, através do Sesc, praticando o turismo social, e o Senac, treinando e qualificando mão-de-obra especializada para o turismo, dá sua contribuição para o desenvolvimento do turismo nacional.

O Sesc tem 3.348 pontos de atendimento localizados em todos os Estados do Brasil, oferecendo atividades e serviços dedicados ao bem-estar social dos comerciários. São centros de atividades, pousadas, clínicas médicas, bibliotecas, locais para esporte, teatro, restaurantes, cinemas, salas de aula e outros milhares de pólos irradiadores da melhoria do padrão de vida dos profissionais do comércio e seus familiares, atendendo a mais de dois milhões de brasileiros.

Não poderia terminar, Senador Garibaldi, sem ouvir o nosso ilustre Vice-Presidente da Subcomissão de Turismo, Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC)** – Tentarei falar resumidamente sobre o turismo, da importância da Subcomissão de Turismo para o Brasil e, principalmente, sobre o trabalho que V. Ex<sup>a</sup> vem desenvolvendo na Subcomissão. Aqui, ao meu lado, tenho o Deputado Federal Gervásio Silva, conhecedor do potencial catarinense, do que o Estado pode oferecer na área rural, agrícola, no litoral, nos centros históricos, na cultura, na região serrana, no meio oeste. Sei que terei, Senador, na Subcomissão, oportunidade de explicar melhor o nosso Estado, do que devemos fazer para incrementar ainda mais o turismo no Brasil. Aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo e justificar a minha ausência na viagem ao Pantanal. Tive compromisso inadiável em meu Estado. Com os tucanos do Planalto Central indo a Santa Catarina, com filiação de deputados, prefeitos e vereadores do PSDB, não pude me fazer presente. Mas tenho certeza de que a experiência lá obtida será muito útil para o turismo do Brasil, principalmente, para a nossa Subcomissão. Também quero endossar as palavras do nosso querido amigo, Senador Mão Santa, sobre a questão do PT e, principalmente, sobre o trabalho de V. Ex<sup>a</sup> no Senado Federal. Certamente, Brasília e o Brasil vão se orgulhar de tudo que Paulo Octávio está fazendo em benefício da nossa Nação. Parabéns.

**O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF)** – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. V. Ex<sup>a</sup>, o indutor da Subcomissão de Turismo, através de requerimento a CAE, sempre prestou um grande trabalho ao turismo

brasileiro. Conheci sua cidade, Senador, quando V. Ex<sup>a</sup> era prefeito, lutando pelo desenvolvimento de Camboriú. Tenho certeza de que para todos nós, Senadores e Senadoras, a contribuição do trabalho de V. Ex<sup>a</sup> e do Deputado Gervásio será sempre bem-vinda, porque sabemos que os que melhor conhecem turismo são os prefeitos e ex-prefeitos de cidades como Camboriú, que vive do turismo, uma cidade em que o País deve se espelhar.

Faltou, sim, a presença de V. Ex<sup>a</sup> nessa viagem ao Pantanal, mas, certamente, já que os tucanos saíram do Pantanal e voaram para Santa Catarina, no Piauí, estaremos juntos, Senador Pavan, na reunião que será promovida pelo nosso ilustre Senador Mão Santa.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero registrar que o Senac, que atua em todo o Brasil e tem levado a qualificação profissional, já preparou mais de 36 milhões de profissionais para o setor de comércio de bens e serviços, contribuindo para a valorização do trabalhador e para o desenvolvimento do País. São cursos de aprendizagem, de qualificação básica, no nível técnico, no nível tecnológico, e até de pós-graduação, atingindo os mais diferentes setores, beneficiando o turismo como um todo.

Estamos, pois, fazendo o nosso dever de casa e procurando dar a nossa contribuição para o desenvolvimento do turismo nacional. Nele acreditamos e por ele trabalhamos.

Muito obrigado pela tolerância, pela paciência e por V. Ex<sup>a</sup> estar presidindo esta sessão memorável na tarde de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – O tempo que resta da prorrogação desta sessão será utilizado pelo Senador Garibaldi Alves Filho.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 5 minutos, Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, evidentemente, meu discurso está prejudicado. Não estou fazendo uma queixa, mas um registro, porque não posso dedicar-me a uma análise de 180 dias de Governo de Luiz Inácio Lula da Silva em apenas 5 minutos. Certamente, cometeria uma injustiça, porque a pressa é inimiga da perfeição.

O que venho dizer hoje – e espero, na próxima quinta-feira, ter oportunidade de desenvolver melhor o meu raciocínio – é que o Governo precisa ter cuidado com relação às declarações de seus próprios auxiliares e de Parlamentares da sua base.

Em algumas ocasiões, diz-se que o Governo está saindo da UTI. Quem sai da UTI – e isso foi dito por um jornalista – não vai dançar samba logo depois. Em outras, diz-se que estamos vivendo um espetáculo ou que nos preparemos para viver o espetáculo do crescimento. É evidente que todos nós esperamos que o espetáculo do crescimento realmente aconteça, Sr. Presidente. No entanto, não será em um passe de mágica, do dia para a noite.

Este País é marcado por contradições em sua história, em sua vida política, em sua vida econômica e social. Não terá um governo o condão de modificar as coisas de repente, daí por que cautela não fará mal a ninguém.

Está falando aqui, Sr. Presidente, um representante da base do Governo. Hoje, como o Senador Mão Santa, pertenço à base governista pelo fato de o PMDB ter vindo ao seu encontro. Mas o que estou pedindo ao Governo é cautela, para que possamos doar esse espetáculo de crescimento; cautela, cuidado com as declarações, para que não gastemos com facilidade esse capital político de que dispõe o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Gostaria de me alongar, mas não é possível. Hoje, por incrível que pareça, estou numa tribuna, mas não é tempo de falar; é tempo de calar. Mas há algumas questões que comentarei.

Os indicadores econômicos indicam uma tendência declinante das exportações; por outro lado, se amanhã acontecer o pior não será por falta de aviso. Estão devagar, quase parando, os novos investimentos em geração de energia elétrica. São desafios que o Governo vai enfrentar – não com palavras e declarações – com decisões corajosas, audazes, decisões que venham devolver ao Governo a unidade que lhe é pertinente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o cenário atual recomenda certa cautela. Todos estamos empenhados em que o País dê certo e possa ser o País do futuro. Ainda ontem, ouvi isso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao lançar o Programa do Primeiro Emprego. Sua Excelência disse que estamos plantando hoje para colher no futuro. Precisamos construir esse futuro, mas em bases sólidas.

Agora mesmo estávamos empenhados – o Senador Mão Santa estava comigo – numa batalha inglória, aprovando o reajuste de 1% dado ao funcionalismo. Fui o Relator, assumi e dei um parecer favorável porque, na verdade, o Governo apenas cumpriu a disposição constitucional que diz que o aumento deve ser anual.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> foi tão gentil, não lhe quero causar constrangimento. Já estou sendo advertido pelos sinais vermelhos...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, com a aquiescência do ilustre Presidente, por um minuto?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Pois não, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves Filho, estou ouvindo seu pronunciamento atentamente, mas entendo que o PMDB não deve se comportar como base. A base do Governo é o PT. Somos aliados – e não vamos confundir aliado com subserviente ou escravo. A história grandiosa do PMDB, que fez renascer a democracia, as experiências vitoriosas em muitos Estados que governamos, prefeituras, ministérios e o exemplo de Ulysses Guimarães, de Teotônio Vilela e de Tancredo Neves fazem com que o nosso Partido, nessa conjuntura, passe a ser, como disse Cristo, a luz, o caminho e a verdade. E um quadro vale por dez mil palavras. Neste momento, o Presidente da República está na Casa, lançando um livro. Que Sua Excelência se inspire e faça a mudança. O técnico tem que mudar o time que não está andando, que não está fazendo gol. E a primeira mudança, na experiência de V. Ex<sup>a</sup>, que governou tão bem o Rio Grande do Norte, é melhorar a equipe do Governo, que está parada.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Mão Santa, como sempre, é muito bondoso, principalmente com relação a mim. Tenho uma dívida de gratidão muito grande com S. Ex<sup>a</sup>.

Claro que aprovaremos essas reformas, não tenho dúvida. Talvez tenhamos que modificá-las porque não podemos aceitar tudo que vem da parte do Governo, mas as reformas, como um conjunto de propostas que visam trazer maior equilíbrio à Previdência Social, e contemplar a situação tributária do País com a situação de equilíbrio e de justiça fiscal, haveremos de fazer a nossa parte. Estou fazendo a minha, Sr. Presidente; estou aqui como Parlamentar dizendo que precisamos colaborar com o Governo, mas pedindo uma certa cautela, uma certa prudência porque, na verdade, precisamos chegar a bom termo e este País espera muito de nós.

Sr. Presidente, lamento ter feito um discurso tão mal-arrumado, mas não quero, de maneira alguma, ferir nosso Regimento e trazer constrangimento para V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Pavan.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 513, DE 2003**

**Requeiro, nos termos do art. 224 da Constituição Federal, combinado com os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que o Projeto de Decreto Legislativo 223, de 2003, que “Aprova ato que outorga concessão à Fundação Comunidade Cristã, para executar serviço de radiodifusão na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”, seja submetido à apreciação do Conselho de Comunicação Social.**

#### **Justificação**

A presente consulta prende-se à necessidade de esclarecimentos por parte do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, para instruir a supracitada matéria em razão do aditamento, fato superveniente ao Aviso nº 196/2003/MC, datado do dia 20 de do mês de maio último, encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, tendo em vista que no dia 2 do mês em curso, o Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da União do Estado de Goiás, propôs Ação Civil Pública em face da União e da Fundação Ministério Comunidade Cristã.

Sala da Sessões, 1º de julho de 2003. – **Fátima Cleide.**

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – Com referência ao requerimento que acaba de ser lido, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

A Lei nº 8.389, de 1991, que instituiu o Conselho de Comunicação Social, em seu art. 2º, determina que a solicitação de estudos, pareceres e recomendações seja encaminhada ao Conselho pelo Congresso Nacional.

O Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, previsto no art. 3º da mesma Lei e aprovado pela Mesa do Senado Federal, estabelece, também em seu art. 20, que os estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações devem ser encaminhados ao Conselho pelo Congresso Nacional.

As quatro solicitações de parecer do Conselho recebidas, até hoje, pela Presidência do Senado, vieram de Comissões técnicas competentes para o exame da matéria, no caso, da Comissão de Educação; e, por uma interpretação sistemática (inciso VII do art.

71 da Constituição Federal), a Presidência as acolheu e encaminhou ao Conselho.

O requerimento que acaba de ser lido constitui o primeiro caso em que um Senador, individualmente, requer que o Conselho se pronuncie sobre proposição em tramitação no Senado Federal. Verifica-se, de início, que a matéria objeto do requerimento inclui-se entre aquelas previstas para manifestação do Conselho de Comunicação Social, conforme art. 2º, alínea I, da Lei nº 8.389, de 1991.

Contudo, faz-se necessário que o requerimento seja submetido ao Plenário, em observância às disposições legais e regimentais antes mencionadas, que prevêm o encaminhamento de matéria ao Conselho pelo Congresso Nacional (art. 44 da Constituição Federal).

Nessas condições, a Presidência recebe o requerimento e determina a sua inclusão em Ordem do Dia oportunamente, para deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Pavan.

São lidos os seguintes

#### **REQUERIMENTO Nº 514, DE 2003**

##### **Solicita informações ao Sr. Ministro da Casa Civil sobre a investigação do Ministério Público no caso do jogo clandestino.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro da Casa Civil sobre o esquema que dá sustentação política à máfia do jogo clandestino, conforme reportagem publicada na revista **ISTOÉ**, nº 1761, de 2-7-03:

1) Qual a situação atual das apurações de suposta participação no esquema de desvio de recursos de verbas publicitárias da Loterj, envolvendo o senhor Waldomiro Diniz, Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil?

2) Qual a participação do senhor Waldomiro Diniz na renovação de contrato entre a Caixa Econômica Federal e a empresa Gtech do Brasil?

#### **Justificação**

A revista **Istoé** de 2 de julho de 2003, publicou matéria sob o título: “Rede da Fortuna – Ministério Público aperta investigação sobre máquinas caça-níqueis e chega a políticos ligados o jogo

clandestino”, segundo a qual existe um esquema milionário que dá sustentação política ao braço da máfia do jogo clandestino e que envolveria assessor do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

As informações que ora requero são de fundamental importância ao cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2003 – Senador **Arthur Virgílio**.

(À Mesa para decisão.)

#### **REQUERIMENTO Nº 515, DE 2003**

##### **Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre a investigação do Ministério Público no caso do jogo clandestino.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre o esquema que dá sustentação política à máfia do jogo clandestino, conforme reportagem publicada na revista **Istoé**, nº 1761, de 2-7-03:

1) Qual a participação do senhor Waldomiro Diniz na renovação de contrato entre a Caixa Econômica Federal e a empresa Gtech do Brasil?

2) Cópia de inteiro teor do contrato citado acima e da sua respectiva renovação.

#### **Justificação**

A revista **IstoÉ** de 2 de julho 2003, publicou matéria sobre o título:

“Rede da Fortuna – Ministério Público aperta investigação sobre máquinas caça-níqueis e chega a políticos ligados o jogo clandestino”, segundo a qual existe um esquema milionário que dá sustentação política ao braço da máfia do jogo clandestino e que envolveria assessor do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

As informações que ora requero são de fundamental importância ao cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2003 – Senador **Arthur Virgílio**.

(À Mesa para decisão.)

**REQUERIMENTO Nº 516, DE 2003**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro que a Mesa solicite as seguintes informações, por escrito, ao ministro-chefe da Casa Civil:

1. As liberações de recursos do Ministério dos Transportes dependem de prévia autorização do ministro-chefe da Casa Civil?

2. Qual a força do seu pedido para que ele fosse atendido?

3. Quais os compromissos assumidos pela Casa-Civil com os governadores de Pernambuco e Amapá que, de tão relevantes, motivaram a quebra do princípio cronológico para pagamento do governo com as empreiteiras?

4. Qual a influência exercida por Vossa Excelência para que a Construtora Queiroz Galvão fosse diretamente beneficiada no processo de liberação de recursos?

5. Qual o valor total que foi liberado e qual o montante destinado à Construtora Queiroz Galvão?

6. O diretor do DNIT foi recentemente sabatinado e aprovado pelo Senado. Ao exonerar o diretor no último dia 11, por supostos vínculos excessivos com o setor da construção civil, o ministro dos Transportes afirmou que a falha na indicação foi da Casa Civil. Vossa Excelência confirma a afirmação do ministro?

**Justificação**

Em matéria publicada na Revista **ISTOÉ** nº 1761, de 2 de julho de 2003, é relatado um procedimento não convencional na Administração Pública para o processo de pagamentos de dívidas do governo no Ministério dos Transportes.

É evidente que esses pagamentos obedecem a uma ordem cronológica que deve ser respeitada. Ao informar que houve quebra dessa ordem por determinação do dirigente superior da instituição, e que resultou na demissão de um diretor do DNIT, recentemente sabatinado e aprovado pelo Senado da República, entendo que o ministro deva prestar os devidos esclarecimentos ao Congresso Nacional conforme estabelece a Constituição.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2003 – Senador **Arthur Virgílio Neto**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Pavan.

São lidos os seguintes

OF. GLPMDB Nº 310/2003

Brasília, 1º de julho de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 122, de 25-6-2003, que “dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

**Titulares**

Senador Romero Jucá  
Senador José Maranhão  
Senador Papaléo Paes

**Suplentes**

Senador João Alberto Souza  
Senador Luiz Otávio  
Senador Alberto Silva

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. - **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 311/2003

Brasília, 1º de julho de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 123, de 26-6-2003, que “define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

**Titulares**

Senador Papaléo Paes  
 Senador João Alberto Souza  
 Senador Juvêncio da Fonseca

**Suplentes**

Senador Mão Santa  
 Senador Romero Jucá  
 Senador José Maranhão

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 312/2003

Brasília, 1º de julho de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 121, de 25-6-2003, que “dispõe sobre a criação de subsidiárias integrais do Banco do Brasil S.A., para atuação no segmento de microfinanças e consórcios”, ficando a mesma assim constituída:

**Titulares**

Senador Garibaldi Alves Filho  
 Senador Gilberto Mestrinho  
 Senador Ney Suassuna

**Suplentes**

Senador Amir Lando  
 Senador Íris de Araújo  
 Senador Ramez Tebet

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – Seção feitas as substituições solicitadas.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Jefferson Péres, Eduardo Siqueira Campos, Romero Jucá, Arthur Virgílio, Antero Paes de Barros, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesta breve comunicação, gostaria de lembrar que, há mais de um ano, esta Casa votou e remeteu à Câmara dos Deputados um conjunto de projetos que configuram a reforma possível dos sistemas eleitoral e político-partidário. Naquela Casa, uma comissão especial aprecia essas proposições, que introduzem o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, acabam com as coligações partidárias em eleições proporcionais, adotam a representação proporcional com lista partidária fechada e esten-

dem o tempo mínimo de filiação partidária para que um militante se apresente como candidato a eleição.

Repito: trata-se da reforma possível, certamente muito aquém dos sonhos de vários políticos, juristas e cientistas políticos, que, há anos, advogam, por exemplo, a adoção do voto distrital. Diante das dificuldades de se traçarem e delimitarem distritos em um país de dimensões continentais como o Brasil. Mesmo assim, estou convicto de que as proposições que aqui votamos significam um avanço na luta pelo aperfeiçoamento das nossas instituições representativas.

O financiamento público, no mínimo, proporcionará alguma chance de competição a lideranças sociais reconhecidamente ativas e expressivas, porém desprovidas de recursos financeiros para fazer frente às enormes despesas exigidas por esta nossa era de palanques eletrônicos. Essa dificuldade acaba de ser, mais uma vez, enfrentada pela minha legenda, o PDT, no Distrito Federal. Sem as dezenas de milhares de reais necessárias para produzir uma mensagem televisiva dentro de padrões mínimos de qualidade técnica, os companheiros pedetistas do DF optaram por levar ao ar o mesmo comercial gravado e já apresentado no início deste ano.

O fim das coligações proporcionais acaba com uma prática eleitoreira desmoralizante e, no limite, perigosa para a governabilidade. Legendas sem a menor identidade programática entre si forjam coalizões às vésperas de um pleito apenas para desfazê-las ainda durante a contagem dos votos. O candidato a deputado federal, deputado estadual ou vereador que, quase sempre, se elege puxado pela onda de apoio popular à chapa majoritária vitoriosa, mal toma posse, já começa a fazer oposição ao novo executivo federal, estadual ou municipal. O parlamentar que defende essa lassidão de costumes políticos não tem o menor direito de reclamar do baixo conceito que a população atribui à classe política e ao poder legislativo.

Lista fechada e fidelidade partidária se complementam no esforço de racionalização e moralização do sistema político. Na realidade, a noção de que o candidato é dono absoluto do próprio mandato é uma miragem que obscurece o fato de que a quase totalidade dos deputados que conquistam cadeiras na Câmara chega lá graças aos votos acumulados pelas respectivas legendas.

Com a lista fechada, os candidatos terão um forte incentivo para abandonar o personalismo fratricida que envenena a vida partidária brasileira e passar a colaborar para o fortalecimento da sua agremiação em cada pleito. Com a fidelidade, indu-



zida pela exigência de prazo mais longo de filiação, poupa-se a opinião pública do indigno espetáculo de troca-troca de partido e adesismo fisiológico, invariavelmente denunciado pela mídia um ano antes de cada eleição, ou tão logo um novo partido ou coligação empalma o poder executivo. Fidelidade partidária é bom para a oposição, ameaçada pela sangria dos seus quadros, e é ótimo para a imagem do governo, que, assim, vê-se obrigado a abandonar táticas pouco transparentes e nada éticas como o rolo compressor nas votações do seu interesse e o aliciamento de políticos opositoristas sem convicção em troca de cargos e outros favores da máquina pública.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, considero que mais de uma década de debates, na academia, nas fundações partidárias de estudos políticos, na imprensa e, claro, nas duas casas do Congresso Nacional, produziu suficiente massa crítica de reflexões e propostas para que a Câmara dos Deputados tome afinal uma decisão e vote o conjunto de projetos da reforma política possível e necessária para o país. Lembro que esta não é a primeira comissão instaurada para este fim pelos Senhores Deputados. Longe de mim transmitir a impressão de estar sugerindo uma interdição do seu direito ao debate. Julgo apenas que o inimigo do bom é ótimo e que a miragem da reforma ideal não deveria impedir o parlamento de produzir, aqui e agora, os avanços que já se encontram ao nosso alcance.

Era o que tinha a comunicar, Sr. presidente.

Muito obrigado!

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao findar o mês de junho, comemoramos duas datas especialmente significativas para os trabalhadores do Brasil e, mais efetivamente, para aqueles de minha região. Trata-se do dia do Pescador, que se celebra no dia 29, e do dia do Caminhoneiro, que se celebra no dia 30, respectivamente. De um lado, o pescador de água doce de nossos caudalosos rios, que transforma seu ofício no ganha-pão honrado, digno de quem respeita a natureza e segue com equilíbrio o ciclo da cadeia ecológica; de outro, o caminhoneiro das estradas do Brasil Central, que percorre com coragem milhares de quilômetros, em busca do destino seguro para as indispensáveis mercadorias circulantes em nossa sociedade.

A cada um desses trabalhadores, minhas mais sinceras congratulações. Se me permitem, a cada

qual reservo agora algumas poucas, mas sinceras, palavras.

Não é novidade para ninguém que o dia de São Pedro, o apóstolo de Jesus, rende uma justa homenagem a todos os pescadores, a quem historicamente delegamos a missão, simbólica ou não, de prover alguns bens essenciais de nossa sobrevivência. Por isso, longe de ser confundido com aquele profissional que apenas se esmera em contar “causos”, o pescador ocupa lugar de destaque na história da humanidade, representando aquele trabalhador que intrepidamente avança sobre as águas para a conquista de sustento para si e para os seus.

Nessa perspectiva, apesar da abundância das águas, o pescador que vive de sua própria produção depende, fundamentalmente, da pesca ecologicamente equilibrada. No entanto, a pesca esportiva de pessoas sem licença e sem consciência ambiental lastimavelmente tem funcionado contra isso. Para além do volume de pescado em quantidade superior à permitida, tais depredadores contribuem, ainda que indiretamente, para a poluição das águas, comprometendo a vida dos peixes e a dos pescadores. Maiores e melhores sistemas de controle e vigilância deveriam ser acionados para garantir a sobrevivência tanto dos peixes quanto dos pescadores “artesaniais”.

Em todo caso, longe do que parece, o bom pescador não pode prescindir da aquisição de uma boa técnica de pescaria. A isca certa, a adequada escolha dos equipamentos, a habilidade no arremesso do anzol, os tipos de nós usados, os melhores locais e horários, enfim, tudo que diz respeito ao domínio da arte da pesca tem que ser devidamente apreendido pelo pescador, como modo ideal de exercer seu ofício com a máxima eficiência. Não trago em mente, de fato, a figura do pescador empresarial, mas, ao contrário, a do pescador artesanal, por quem os meios de produção ainda são inteiramente controlados. A propósito, vale a pena registrar, aqui, que, em 1996, a pesca extrativa continental no Brasil chegou a produzir mais de duzentas mil toneladas, conforme dados divulgados pelo IBGE.

Nesse contexto, não nos causa espanto ouvir do Presidente Lula declarações rasgadas em favor da pesca como alavanca do turismo brasileiro. Por isso, concordo com o Presidente quando se indigna ao saber que o Brasil, com oito mil quilômetros de costa marítima, produz menos pescado que o Peru! Bom, o País espera que a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca represente, para os brasileiros, muito mais

que uma mera reação a uma indignação repentina de nossas autoridades. Na verdade, a expectativa repousa na adoção de políticas que apóiem concretamente o exercício da profissão. Desse modo, é salutar o anúncio de um projeto de alfabetização direcionada aos pescadores.

Sr. Presidente, quanto ao dia do caminhoneiro, a saudação se dirige àqueles que arriscam a vida em nossas estradas, em troca da vigilância que exercem sobre as mercadorias que transportam. Todavia, em que pese a aura heróica e prazerosa que parece rondar os caminhoneiros, trata-se de motoristas profissionais, que enfrentam cotidianamente condições precárias de trabalho. Como se sabe, más condições de sinalização e do pavimento nas rodovias, insegurança generalizada e problemas na saúde do caminhoneiro constituem pontos cruciais na deterioração do exercício da profissão.

No entanto, graças a iniciativas pontuais de algumas concessionárias que atuam nas rodovias brasileiras, centrais de atendimento estão sendo instaladas ao longo das estradas, oferecendo gratuitamente exames clínicos e laboratoriais aos caminhoneiros. Ao lado disso, orientação para prevenir doenças e dicas sobre como lidar com o estresse compõem algumas das atividades positivas das mesmas centrais. Exames periódicos de saúde, como glicose, colesterol, pressão arterial e massa corporal, testes de visão, avaliação física e de flexibilidade, tudo deve ser rigorosamente seguido pelo caminhoneiro, desde que o Estado e as concessionárias concordem em proporcionar as condições mínimas ao atendimento de tais precauções.

Com efeito, o Ministério da Saúde, há alguns anos, vem tentando acompanhar, não com total êxito, o desempenho da saúde do caminhoneiro. Pelo menos desde 1998, campanhas institucionais têm sido lançadas nacionalmente, com o intuito de alertar os profissionais da estrada sobre os perigos das doenças sexualmente transmissíveis, sobre o problema do “sono e direção”, do álcool, da pressão alta, diabetes e outras. Sem dúvida, tais campanhas de prevenção funcionam como esforço coletivo no sentido de prevenir os caminhoneiros de tantos males, minimizando os riscos aos quais suas vidas estão necessariamente sujeitas trafegando nas estradas brasileiras.

No caso brasileiro, pesquisa recente revela que, de cada mil caminhoneiros, apenas três são

mulheres, evidenciando a permanência de um sexismo extremamente exagerado e extemporâneo no exercício dessa profissão. Ao contrário de outros países, o Brasil ainda concentra número muito elevado de homens na profissão. Por outro lado, a mesma pesquisa mostra, ainda, que 55% dos motoristas têm caminhões próprios, enquanto apenas 36% dos veículos pertencem a empresas. E tal autonomia de trabalho vai explicar, lá no fundo, o último dado que a pesquisa traz. Antes de tudo, aponta que o caminhoneiro é um homem solitário, pois 81% dos entrevistados afirmam que viajam predominantemente sozinhos.

E nem tudo são flores mesmo. Segundo o Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos do Estado de São Paulo, atualmente o caminhoneiro depara com dificuldades até para comer, já que há mais caminhão na praça do que frete. Mais que isso, denuncia que a combinação de fatores tais como frota envelhecida, estradas mal conservadas, policiamento falho, motoristas mal pagos e despreparados resulta em desfechos altamente aflitivos para os profissionais das estradas.

No mesmo diapasão, o Movimento União Brasil Caminhoneiro tem, nos últimos anos, reclamado da redução progressiva da carga transportada, o que se traduz, na linguagem econômica, em oferta maior de caminhão que de procura. Como se não bastasse, o valor do frete anda congelado por pelo menos quatro anos, embora o preço do diesel e do pedágio tenham incisivamente aumentado. Não por acaso, o caminhoneiro tem freqüentemente recorrido a pneus recauchutados e a peças de desmanches como alternativas para manutenção dos veículos.

Sr. Presidente, em qualquer país sério, a data não deveria ser marco de reclamações, mas, sim, de comemorações. Pudera o Brasil enfileirar-se entre aqueles! Não é o caso, ainda. No fundo, devemos todos exigir do Governo melhores condições de trabalho aos caminhoneiros, bem como melhores condições ambientais aos pescadores brasileiros, de sorte a proporcionar-lhes autêntico sentimento de orgulho pelo ofício honrosamente exercido, por toda a água e por todo vasto território nacionalmente constituído.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no mês de setembro de 2004, a Grécia

será sede de mais uma edição dos *Jogos Paraolímpicos*. Nosso País, por intermédio do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), estará presente em Atenas, garantindo a participação de atletas nacionais em diversas modalidades, o que certamente merecerá a atenção, o apoio e a torcida de todos nós.

Os *Jogos Paraolímpicos* contam com uma história de mais de meio século, que nos remete ao interior da Inglaterra, onde, em 1948, Sir Ludwig Guttmann organizou uma competição esportiva envolvendo os veteranos da Segunda Guerra Mundial portadores de deficiência física. Quatro anos mais tarde, competidores da Holanda passaram a integrar os jogos e o movimento internacional, atualmente conhecido como *Jogos Paraolímpicos*, teve efetivamente início. Contudo, as competições nos moldes olímpicos propriamente ditos foram organizadas pela primeira vez em 1960, na cidade de Roma.

Hoje, os *Jogos Paraolímpicos* transformaram-se em uma das mais importantes referências esportivas do planeta, tendo experimentado, ao longo dos anos, uma evolução excepcional, evidenciada na participação de 122 países nos Jogos de Sidney, na Austrália, em 2000, nos quais competiram quase quatro mil atletas.

Menciono todos esses dados e informações, Sr. Presidente, tendo em vista o grande comprometimento do Comitê Paraolímpico Brasileiro na preparação de nossos atletas para os *Jogos* do próximo ano. Ainda há poucas semanas, recebi em meu Gabinete o mais recente exemplar da publicação *Brasil Paraolímpico*, que atinge o seu sétimo ano de circulação e nos apresenta de maneira detalhada as estratégias adotadas para as competições, bem como consolida um abrangente e minucioso relato das disputas preparatórias realizadas em diversos países, de todos os continentes, com a participação dos atletas paraolímpicos brasileiros.

Importante ressaltar que toda a ação do nosso Comitê Paraolímpico está fundada no continuado trabalho em equipe, que assegura aos atletas, técnicos e treinadores a segurança e o suporte adequados em suas atividades preparatórias cotidianas. O CPB busca o constante aprimoramento dos atletas, com um programa de avaliação que atinge todas as modalidades, além de consolidar inúmeros projetos de capacitação de recursos humanos. Fora isso, o CPB tem investido no desenvolvimento de atividades ainda incipientes ou não implementadas no Brasil, como halte-

rofilismo, ciclismo, voleibol sentado, dança em cadeira de rodas e equitação.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sem dúvida temos enormes desafios a serem enfrentados por nossas equipes paraolímpicas, tanto nos campeonatos internacionais marcados ainda para o segundo semestre deste ano, em competições no Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, República Checa e Argentina, quanto nos *Jogos Paraolímpicos* do próximo ano.

É a determinação, a persistência, a coragem e a qualificação de nossos atletas que nos dão a certeza de que o Brasil, uma vez mais, marcará presença positiva nos *Jogos* de Atenas. Bem preparados e motivados, nossos atletas irão à Grécia com vontade de conquistar as cobiçadas medalhas de ouro, prata e bronze, dando-nos, dessa forma, um eloqüente e motivador testemunho da possibilidade concreta de superação das limitações que a vida eventualmente impõe.

Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os primeiros seis meses do Governo Lula teriam tudo para uma comemoração positiva. Isso se os resultados desses 180 dias não fossem negativos. Lula, infelizmente, ainda não conseguiu alavancar nem mesmo a parte social, anunciada como carro-chefe, puxado pelo chamado programa Fome Zero.

O que a Nação assiste, por enquanto, é apenas inanição em entremeio com querelas entre Ministros e muita “bateção” de cabeça, cada um querendo comprar brigas e questões a qualquer preço, menos em nome da realização de alguma coisa positiva para a Nação.

Nesse mês de junho, houve muito anúncio de programas novos, como o do microcrédito e o do primeiro emprego. Como o Fome Zero, tudo ainda está no papel, com previsão de efetivo funcionamento só daqui a seis ou mais meses.

Enquanto isso, ampliam-se as queixas e as angústias das camadas mais pobres da Nação e, já agora, também da classe média, esta atingida duramente pelas incertezas, pelos volteios e pela falta de ação prática do Governo Lula. As taxas de desemprego crescem assustadoramente, enquanto no meio rural as invasões dos chamados sem-terra atingem níveis alarmantes.

A revista **Veja**, em sua última edição, faz um levantamento completo da situação no campo, com o título "Rosseto todo feliz nos palácios... e os sem-terra botam para quebrar." Aonde vamos chegar, ninguém sabe, muito menos o Governo. A única coisa que se sabe é que não se vai chegar a um desfecho feliz.

Também em junho, foi a vez de a Igreja ir ao Palácio, para, em audiência com Lula, pedir ação urgente para a fome das parcelas cada vez mais numerosas de brasileiros excluídos.

Todos os esforços do atual Governo concentram-se nas duas propostas de reformas já em exame no Congresso Nacional. Só que, por conta disso, nada mais se faz e muita idéia boa é descartada, a pretexto de colidir com as duas decantadas reformas.

Não é preciso ir muito longe. Na última quinta-feira, neste mesmo plenário, o PT jogou ao léu uma muito boa idéia que o Senador Osmar Dias insistiu em ver aprovada, pelo que dela resultaria em favor da redução do custo de vida, principalmente para as categorias mais humildes, mas não só para elas.

Estava em jogo o preço do pão, o alimento nosso de cada dia, cada dia mais caro.

Estava na pauta de votação o projeto de lei, de autoria do Senador paranaense, que propõe a redução, de 12% em alguns Estados, de 17% em outros, para 4% em todos os Estados.

Como alegação para que a matéria fosse adiada, apontou-se um vício de inconstitucionalidade, contra o que o Senador sulista ponderou: "Mas como inconstitucional, se o Senado aprovou, em oportunidade anterior, a redução para 4% da alíquota para o queresone de aviação?"

A defesa feita por Osmar Dias é perfeita: Quando se fala em Programa Fome Zero, cobrar uma alíquota menor na transferência do trigo, de um Estado para outro, é proporcionar a redução do preço de um produto que está na mesa de todo cidadão em todas as refeições, no café da manhã, no almoço e no jantar.

Afinal, o Presidente Lula não tem insistido que sua meta é fazer com que todo brasileiro faça três refeições por dia?

E mais: o que o projeto refugado pelo PT pretende não é reduzir alíquotas de bebidas nem de cigarro. É do pão. O pão nosso de cada dia.

Mais ainda, a aprovação do projeto do Senador Osmar significaria dar uma oportunidade para o trigo brasileiro, em vez de privilegiar o trigo argentino. A preferência pelo trigo importado significa gerar emprego no exterior, em detrimento das lavouras brasileiras.

Aí está, em palavras claras, uma das causas do marasmo que se observa ano Governo Lula.

O PT deveria ter mais sensibilidade para perceber que não é necessário esperar pela reforma tributária para só então acolher o projeto do trigo. A fome é assunto urgente. Mas a urgência, lamentavelmente, parece passar bem longe das linhas de ação do Governo petista.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, neste momento, para fazer um comentário sobre a economia do país, com base no editorial do jornal **Folha de S.Paulo**, de 22 de junho do corrente ano.

O texto, que solicito seja inserido nos Anais do Senado pela sua atualidade, mostra a necessidade do sistema financeiro nacional oferecer crédito a taxas compatíveis a empresas e consumidores para dinamizar o crescimento econômico, já que, nos primeiros seis meses do governo Lula, o financiamento do investimento e do crescimento ainda não se mostraram presentes.

Há ainda, Sr. Presidente, um segundo assunto sobre o qual desejo tratar.

Trata-se da matéria intitulada "PT não pode temer o diálogo", publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, edição de 23 de junho do corrente, para denunciar o aprofundamento do comportamento autoritário do Governo Lula.

A matéria, que também solicito seja inserida nos Anais do Senado, trata do afastamento de deputado do PT da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a reforma da Previdência, com o objetivo de evitar o debate sobre a reforma.

São as seguintes as matérias que passo a ler, para que fiquem integrando este pronunciamento:

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

## O PAPEL DOS BANCOS

A DIMINUTA redução da taxa básica de juros anunciada pelo Banco Central em nada mudou o quadro econômico. Talvez a decisão tenha propiciado algum alívio político para o governo e atuado para tornar as expectativas um pouco menos sombrias — 0,5% menos sombrias, poder-se-ia dizer, com alguma ironia, em coerência com a nova taxa.

O fundamental, porém, permanece intocado: a economia vai mal, o BC continua emitindo sinais de excessivo conservadorismo, a taxa básica real (descontada a inflação) segue em alta e os valores praticados no “balcão” aos tomadores de empréstimos estão nos mesmos níveis, elevadíssimos, em que se encontravam antes da reunião do Copom.

Nesse contexto, continua em pauta o tema dos “spreads”, ou seja, da diferença entre as taxas pelas quais os bancos captam e aquelas que cobram nas linhas de crédito. Também aqui, essencialmente, nada mudou. A margem líquida dos bancos brasileiros está em patamares de 35%, contra 4,1% nos Estados Unidos.

Da parte das instituições financeiras, os argumentos que justificam os altos “spreads” permanecem: os riscos da inadimplência e das falências, a cunha fiscal e o aperto causado pelo nível dos depósitos compulsórios.

Dois importantes estudos, recentemente divulgados, tratam da questão. Num deles, produzido pela área de assuntos internacionais do Tesouro Americano, constata-se que no Brasil o “crédito permanece proibitivamente caro para a maioria das pequenas e médias empresas e mesmo para as grandes companhias”. Uma das conclusões é que a “intermediação financeira doméstica não

tem desempenhado o papel que deveria no financiamento do investimento e do crescimento”.

Na mesma direção vai o segundo documento, este do Fundo Monetário Internacional, divulgado pela Folha na quarta-feira: “A imagem que emerge do Brasil” — diz o texto do Fundo — “é de um sistema financeiro onde o papel tradicional do banco como intermediário de poupanças, coletando depósitos para estender o crédito, não predomina”. O motivo é conhecido. As instituições financeiras encontram oportunidades mais seguras e rentáveis para obter ganhos no mercado: “Investem em títulos como forma principal de negócio”, observa o texto.

Segundo o documento, embora os bancos brasileiros tenham um percentual de ativos totais em relação ao PIB muito próximo do norte-americano (72,1% contra 77,3%), a fatia destinada ao crédito é proporcionalmente muito menor. Enquanto nos Estados Unidos ela equivale a 45,3% do PIB, no Brasil é de apenas 24,8%.

O estudo do FMI vai além e toca num tema tabu: afirma que existem evidências “empíricas” de que “os bancos brasileiros se comportam de forma oligopolista”.

É indispensável que a economia brasileira conte com um sistema financeiro saudável e robusto. Isso está tão fora de questão quanto a necessidade de que esse sistema venha a desempenhar, de forma competitiva, o papel que, enfaticamente, a economia e o país precisam: o de oferecer crédito a taxas compatíveis a empresas e consumidores para dinamizar o crescimento econômico.

## “PT não pode temer o diálogo”

O deputado Ivan Valente (PT-SP) classificou como “violenta” a decisão pelo seu afastamento, posteriormente amenizado — será suplente —, da Comissão Especial da Câmara que analisa a reforma da Previdência. O parlamentar alega que faltou transparência na mudança da composição da comissão e aproveitou para reforçar suas críticas à proposta de reforma que, segundo ele, não resolve o problema do desequilíbrio nas contas da Previdência, penaliza os servidores e agrada o mercado financeiro.

Diante da postura do governo em evitar o debate fora das instâncias partidárias por temer que a oposição use os petistas questionadores como escudo para diminuir seu desgaste político e propagandear rachas dentro da base governista, Valente argu-

menta que o PT não pode temer o debate político.

“Talvez estejam com medo do debate que vamos fazer. Porque a posição do PT ainda não está fechada no diretório nacional, que só se reúne em 14 de julho. Até onde eu puder, vou fazer o debate. Depois que a questão estiver fechada, é outra coisa”, afirmou. Ao afirmar que a PEC 40 poderia ser modificada durante os debates e com a apresentação de emendas, ele disse não ter declarado que não votaria com o governo. Mas ponderou que sua posição é questão de foro íntimo.

O parlamentar considera que aprovar o texto da reforma que foi enviado ao Congresso é ruim para o PT. “A bancada do PT foi muito pouco consultada. A reforma que veio foi discutida entre ministros e governadores e quando chegou na Câmara houve

surpresas, como a cobrança dos ministros que não estava nas pretensões do governo”, criticou.

Tanto quanto o teor, também a decisão do Poder Executivo em apressar a votação da proposta de reforma da Previdência incomoda Valente. Em sua avaliação, a opção do governo em acelerar a tramitação da reforma compromete a qualidade do debate e do consenso.

“Acho que há uma visão de andar rápido que atropela o debate aberto e o consenso possível. Espero que a gente não erre (na gestão do País), como erraram outros partidos. Governar é difícil, exige critérios. Certamente o governo precisa viabilizar suas propostas. Quando o faz da forma articulada, mais democrática e abrindo as propostas, há condições de acertar com mais rigor”, concluiu.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, venho neste momento a esta tribuna para, novamente, destacar matérias que tratam da ocupação de terras pelo MST, desta vez nos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

As matérias – de extrema atualidade, pelo que entendo que sua inserção nos Anais do Senado é oportuna – foram publicadas no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 20 de junho do corrente e ressaltam, mais uma vez, a necessidade de que seja toma-

da uma providência por parte do governo Lula para evitar a situação de tensão permanente que permeia a questão agrária no Brasil.

Os textos, que passo a ler, para que fiquem integrando este pronunciamento, são os seguintes:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

	RÁDIOBRAS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A. Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica Presidência da República	DIA <b>20</b>	MÊS/ANO Junho/2003	EDITORIA <b>NACIONAL</b>	GOVERNO <b>A</b>
JORNAL <b>O ESTADO DE S. PAULO</b>					
QUESTÃO AGRÁRIA					
<h2 style="margin: 0;">Desapropriação instala clima de guerra no RS</h2>					
ELDER DOLLIARI					
<p><b>P</b>ORTO ALEGRE - Há um clima de guerra contra o Movimento dos Sem-Terra (MST) em São Gabriel, município da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, onde o governo federal conta desapropriar 13,2 mil hectares de cinco fazendas do agropesqueirista Alfredo Southall. Enquanto os fazendeiros preparam estratégias para evitar a marcha de 800 acampados, que pretendem chegar à cidade no final do mês, o comércio e as vitrines e anúncios fazem circular panfletos que incitam a população a exterminar os sem-terra.</p> <p>Indignado com um dos panfletos distribuído na semana, que pede aos gabriellenses que entreguem comida contaminada com veneno de rato aos sem-terra ou que pulverizem os acampamentos com gasolina para depois queimá-los, Germano Rigotto (PMDB) exigiu que a Secretaria de Justiça e Segurança identifique e puna os responsáveis pelo texto. O delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Jefferson Miola, solicitou à Polícia Federal e à Procuradoria-Geral da República no Estado que acompanhem o caso.</p> <p>Apesar da situação tensa, os sem-terra asseguraram que não desistem de ir a São Gabriel, embora ressalvem a intenção de não invadir terras ao final da marcha. "Vamos mostrar à sociedade a necessidade da reforma agrária", explica um dos coordenadores do movimento no Estado, Miguel Stédile.</p> <p>Prevenidos, os fazendeiros monitoram cada passo da cara-</p>	<p>vana e prometem cercá-los, sem impedir deslocamento por vias públicas, quando chegarem a São Gabriel. "Se estão tentando arremessar o movimento e impedir que a reforma agrária aconteça, não vão conseguir", rebate o deputado estadual Dionísio Marcon (PT), vinculado ao MST.</p> <p>Nota - Ao perceberem a gravidade da situação, o prefeito Rossano Dotto Gonçalves (PDT) e o presidente do Sindicato Rural, José Francisco Costa, também pediram em nota conjunta, nesta quinta-feira,</p>	<p>a localização do autor dos panfletos. Acreditam que, com isso, poderão se livrar de qualquer suspeita e, talvez mais, encontrar alguma surpresa.</p> <p>Costa chegou a dizer a uma rádio local que desconfia de armação dos sem-terra.</p> <p>O grupo de 800 sem-terra marcha até São Gabriel desde o dia 10, a partir de Pantano Grande, na Região Carbonífera. Eles vão percorrer, caminhando, 206 quilômetros.</p>			
<h2 style="margin: 0;">MST amplia área invadida e PR promete ação policial</h2>					
<p><b>C</b>URITIBA - O governo do Paraná anunciou que o pedido de reintegração de posse da Fazenda Laranjeira, em Rio Bonito do Iguaçu, na região sul do Paraná, será cumprido tão logo a Polícia Militar se organize para a execução da tarefa. A fazenda, de 550 alqueires, foi invadida na manhã de quarta-feira por cerca de mil integrantes do Movimento dos Sem-Terra. A área ocupada pelos invasores, que inicialmente estava restrita a 58 alqueires, ampliou-se ontem.</p> <p>O governo paranaense comprometeu-se a cumprir a reintegração de posse em nota divulgada na noite de antontem. Entre os 13 proprietários da fazenda está o prefeito do município, Sear Augusto Bortolo, do PMDB, mesmo partido do governador Roberto Requião. O prefeito diz que a invasão tem cunho político, em razão de ter vencido, nas últimas eleições, o candidato apoiado pelo MST. O movimento tem no município o maior as-</p>					
<p>sentamento da América Latina, com 1.641 famílias. Por receber ameaças, os proprietários já tinham conseguido, em fevereiro, um interdito proibitório, e agora estão com o mandado de reintegração em mãos.</p> <p>O MST alega que a propriedade é bem maior que o divulgado pelo prefeito e que apenas um terço seria área produtiva. Eles também argumentam que não há documentação e que estaria totalmente dentro da faixa de fronteira. Ontem pela manhã, em entrevista à Rádio CBN Curitiba, o vice-governador Orlando Pessuti (PMDB) voltou a pedir uma trégua ao MST "para dar tempo de equacionar o problema". Ele também fez um apelo para que os fazendeiros não tomassem nenhuma atitude de enfrentamento. Segundo ele, o governo estadual tem feito vários contatos com o governo federal com o objetivo de ter áreas liberadas para a reforma agrária. (Evandro Fadel)</p>					

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) anunciou, na última sexta-feira, após criterioso exame de amostras, que o lote 30400068, do medicamento Celobar, suspeito de ter causado a morte dolorosa de 22 pessoas no Brasil e de ter contaminado gravemente cerca de 60 pessoas que também tomaram o contraste, estava alterado em sua composição e não podia ter sido colocado no mercado pelo fabricante, o Laboratório Enila, sediado no Rio de Janeiro.

Produzido no último dia 16 de abril e usado para destacar determinados órgãos em exames radiológicos, o referido lote sob suspeita acusou elevada presença, em torno de 14%, de sais de bário tóxicos, entre eles o carbonato, substância utilizada para a fabricação de veneno contra ratos. De acordo com os especialistas laboratoriais, para a droga apresentar total segurança ao consumo, o correto seria que na sua composição estivesse presente apenas o sulfato de bário.

Na opinião da Fiocruz, o resultado do exame indica que o uso excessivo do carbonato não foi acidental, pois o índice aceitável para a hipótese de contaminação residual seria de 1% a 2%, no máximo.

Por outro lado, de acordo com as exigências da farmacopéia americana, que são inclusive seguidas no Brasil, qualquer medicamento que apresente contaminação superior a 0,001%, não pode ser vendido.

Apenas para termos um conhecimento superficial sobre os efeitos danosos desses componentes químicos no organismo humano, no caso de adulteração da fórmula ou ingestão de doses acima das medidas recomendadas, as conseqüências são devastadoras, como veremos a seguir.

No caso do sulfato de bário, por exemplo, dos males o menor. Suas moléculas são grandes e por isso não são absorvidas pelo intestino. A substância é ingerida em forma líquida, preenche os órgãos do aparelho digestivo e permite que as imagens do raio-X sejam mais precisas. A dosagem é medida de acordo com o peso do paciente. Normalmente, o recomendado é a ingestão de 200 ml a 375 ml, o que corresponde mais ou menos a um copo comum de contraste diluído em soro glicosado. Algumas horas após o exame, o sulfato de bário é totalmente eliminado do organismo junto com as fezes. Acima dessas medidas, logicamente, as conseqüências são imprevisíveis.

Já no caso do carbonato de bário, as reações orgânicas são bem diferentes. É importante destacar que o carbonato de bário é tóxico no organismo humano, porque se mistura ao ácido clorídrico do estômago, que ajuda a fazer a digestão dos alimentos. Aliás, a mistura dos dois origina o cloreto de bário, que é uma substância altamente nociva e letal. Apenas para termos uma idéia de sua força mortal, depo-

is de cerca de três horas da ingestão, aparecem os primeiros sintomas de envenenamento. Os sinais são: excesso de salivação, vômitos constantes, cólicas, diarreia, convulsão, tremores, arritmia cardíaca, aumento da pressão arterial, hemorragias internas do intestino e do fígado, paralisia muscular e, por fim, morte dolorosa depois de muita dor e agonia.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a tragédia provocada pela adulteração na fabricação criminosa do contraste Celobar me faz lembrar outros crimes ignominiosos que, infelizmente, não podemos esquecer e que ceifaram a vida de centenas de pessoas.

Quem não se lembra, por exemplo, do caso da Talidomida, medicamento indicado para conter enjoos de mulheres grávidas? Pois bem, no início dos anos 60, ele acabou provocando o nascimento de mais de dez mil crianças deformadas no mundo. No entanto, ainda hoje, continua sendo largamente utilizado no tratamento de cânceres, Aids e hanseníase.

Quem não se lembra do famoso caso Microvlar? O medicamento, distribuído às farmácias em 1998, era, na verdade, um lote de placebo para testes do anticoncepcional, um lote de farinha que não servia para nada e que provocou gravidez indesejada em dezenas de mulheres?

Quem não se lembra do descaso na fabricação do remédio Androcur, indicado para o tratamento de portadores de câncer de próstata? Em 1997, o lote 351 foi colocado no mercado sem o princípio ativo e provocou a morte de vários portadores da doença.

Para fechar, por enquanto, o ciclo do desrespeito à vida e à saúde das pessoas, que sempre se repete em nosso País, vale registrar que, em plena investigação sobre o rumoroso caso Celobar, cujas conclusões ainda não são definitivas, eis que surge um novo escândalo, mais uma vez, no Rio de Janeiro.

Dois colírios fabricados pelos laboratórios Lenssurgical Oftalmologia e Oftvision, situados no Rio de Janeiro, estão na mira da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), suspeitos de terem causado cegueira em pelo menos 13 pacientes de catarata, até agora. Segundo o noticiário, as vítimas entraram nas salas de cirurgia com a expectativa de, em cerca de uma hora, voltarem para casa com a visão perfeita. Lamentavelmente, 48 horas se passaram e 13 pacientes estavam cegos. Segundo as primeiras opiniões dos especialistas, os prováveis causadores dessa mais nova tragédia são os produtos chamados Methyl Lens Hypac 2%, do laboratório Lenssurgical Oftalmologia, e o Oftvisc, do laboratório Oftvision. Os dois medicamentos contêm metilcelulose, uma substância viscosa usada para proteger os olhos das pessoas após cirurgia. A suspeita é que os colírios estão contaminados por bactérias. Diante dessa lamentável ocorrência, a Anvisa já advertiu que, caso seja constata-

da a presença desses organismos nos medicamentos citados, os hospitais também serão responsabilizados.

Eminentes Senadoras e Senadores, certamente, esses dois escândalos vergonhosos já fazem parte das preocupações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; do Ministro da Saúde, Doutor Humberto Costa; e do Presidente da Anvisa, Doutor Cláudio Maierovitch. Aliás, no fim da semana passada, o Ministro da Saúde pediu ao Presidente da Anvisa pressa na elaboração de um relatório detalhado sobre a situação dos laboratórios envolvidos na fabricação desses dois colírios. Segundo fontes do Ministério da Saúde e da própria Anvisa, até o fim desta semana, o Ministro Humberto Costa deverá pronunciar-se sobre o assunto.

Com respeito às investigações sobre o caso Celobar, justiça seja feita, tanto o Ministro Humberto Costa como o Presidente da Anvisa estão totalmente empenhados em apurar as responsabilidades até as últimas conseqüências, doa a quem doer.

Nesse sentido, o Ministro Humberto Costa foi enfático e afirmou que o registro do laboratório Enila, fabricante do contraste Celobar, poderá ser cancelado, caso fique realmente comprovada a substituição irregular dos componentes da fórmula do medicamento.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apesar da indignação das famílias que perderam os seus entes queridos por causa de um descaso dos mais absurdos, e da nossa revolta como cidadãos, devemos continuar acreditando em um Brasil mais justo, mais digno e mais solidário, e na fiscalização exercida pela Anvisa sobre esses laboratórios mercenários. Infelizmente, sabemos que o Estado, diante das forças mais obscuras e venais que atuam no mercado, não tem condições de eliminar em 100% essas tristes ocorrências. Entretanto, o poder público e as autoridades constituídas têm a seu favor os mecanismos legais e a obrigação de apurar até as últimas conseqüências as responsabilidades desses atos criminosos e, se comprovados, punir os culpados de forma exemplar.

Na realidade, é isso que a sociedade e as famílias enlutadas esperam dos seus governantes, da justiça, da polícia, enfim, das instituições. Se isso não for feito, como diz o velho ditado, mais dia menos dia, correremos o risco de ver a ordem transformar-se no império da anarquia e da impunidade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

## ORDEM D O DIA (Às 15:30 horas)

### 1

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2003 (Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 9nº 1.083/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003, tendo

Pareceres (aguardando leitura),  
Relator: Senador Garibaldi Alves Filho:

– da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2; e

– da Comissão de Assuntos Econômicos, 1º Pronunciamento (sobre o Projeto): favorável; 2º Pronunciamento (sobre Emendas nºs 1 e 2): pela rejeição.

### 2

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2002 (Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição)

**Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003 (nº 1.084/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, tendo**

Pareceres (aguardando leitura),  
Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior:

– da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2; e

– da Comissão de Assuntos Econômicos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 e 2): pela rejeição

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho) – Pedindo a bênção de Deus para o povo desta minha terra querida, do meu Brasil, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 56 minutos.)



## Ata da 2ª Sessão Deliberativa Ordinária em 2 de julho de 2003

### 1ª Sessão Legislativa Extraordinária Da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma e Geraldo Mesquita Júnior*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,  
ACHAM-SE PRESENTES OS  
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Iris de Araujo – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suaesuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Renildo Santana – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Shessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 380, DE 2003

(Nº 2.383/2002, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga, permissão à Fundação Cidades Históricas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 186, de 19 de fevereiro de 2002, que outorga permissão à Fundação Cidades Históricas para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 256, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 562, de 18 de setembro de 2001 – Fundação Governador Manoel de Castro, na cidade de Morada Nova – CE;

2 – Portaria nº 563, de 18 de setembro de 2001 – Fundação Rádio FM Educadora Itaguary Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Curalinho – PA

3 – Portaria nº 584, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Educativa e Cultural de Virginópolis, na cidade de Virginópolis – MG;

4 – Portaria nº 586, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Carazinho – RS;

5 – Portaria nº 587, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Passo Fundo – RS;

6 – Portaria nº 588, de 10 de outubro de 2001 – Fundação Universidade de Passo Fundo, na cidade de Palmeira das Missões – RS;

7 – Portaria nº 742, de 6 de dezembro de 2001 – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, na cidade de Congonhas – MG;

8 – Portaria nº 129, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de Penedo – AL;

9 – Portaria nº 130, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de Palmeira dos Índios – AL;

10 – Portaria nº 132, de 5 de fevereiro de 2002 – Fundação Rádio FM Educadora Itagury Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Muaná – PA;

11 – Portaria nº 186, de 19 de fevereiro de 2002 – Fundação Cidades Históricas, na cidade de Paraíba do Sul – RJ;

12 – Portaria nº 188, de 19 de fevereiro de 2002 – Fundação Quilombo, na cidade de União dos Palmares – AL;

13 – Portaria nº 248, de 5 de março de 2002 – Fundação Claret, na cidade de Batatais – SP;

14 – Portaria nº 249, de 5 de março de 2002 – Fundação Cultural e Educativa Serro Azul, na cidade de Itabira – MG;

15 – Portaria nº 250, de 5 de março de 2002 – Fundação Universo, na cidade de Aparecida de Goiânia – GO;

16 – Portaria nº 414, de 20 de março de 2002 – Fundação Cândido Garcia, na cidade de Umuarama – PR; e

17 – Portaria nº 415, de 20 de março de 2002 – Fundação Educativa e Cultural Amazônia Viva, na cidade de Belém – PA.

Brasília, 11 de abril de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 241 EM

Brasília, 8 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Encaminho a Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.001926/2001, de interesse da Fundação Cidades Históricas, objeto de permis-

são para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paraíba do Sul Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido se encontra devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, o que me levou a outorgar a permissão, nos termos da inclusa Portaria.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo que deu origem.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

#### **PORTARIA Nº 186, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, coiisiderando o disposto no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.001926/2001, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Cidades Históricas para executar, pelo prazo de 10 anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Pimenta da Veiga**

**PARECER Nº 259/SEJUR/DRMC/RJ**

Rio de Janeiro 26 de setembro de 2001

**Assunto:** Outorga do Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos**Referência:** Processo nº 53.000.001.926/2001-78**Interessada:** Fundação Cidades Históricas**Localidade:** Paraíba do Sul/RJ**I – Dos fatos**

1. A Fundação Cidades Históricas, com sede na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, requer-lhe seja outorgada permissão para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

2. O Estatuto da entidade, registrado no Cartório do 6º Ofício de Petrópolis (Registro Civil de Pessoas Jurídicas), com suas respectivas alterações, preenche os requisitos do Código Civil e da legislação específica de radiodifusão.

3. De acordo com a cópia da ata da reunião da assembléia de constituição da Fundação (fls. 06/12), sua diretoria tem a seguinte composição:

Diretor Presidente: Sady Paulo Soares Kapps

Diretor Vice-Presidente: Cristina Bastos da Silva Leal

Diretor Secretário: Gil Mendes

Diretor Administrativo e Financeiro: Leida Corrêa Armond Tardelli

4. A documentação pertinente aos diretores foi devidamente anexada ao requerimento

**II – Do Mérito**

5. A outorga de permissão para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada com finalidade exclusivamente educativa está admitida na Constituição Federal (alínea **a** do inciso XII do Artigo 21).

6. O art. 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, dispensa a publicação de edital para outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, **verbis**:

“Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, no que e quando couber, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a exploração do serviço:

.....”

§ 2º. Não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão por pessoas jurídicas de direito público interno e por entidades da administração indireta, instituídas pelos Governos Estaduais e Municipais, nem a outorga para a execução do serviço com fins exclusivamente educativos.

.....”

7. Por sua vez, a Constituição Federal, em seu artigo 223, estabelece a competência do Poder Executivo para outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão e determina que o ato de outorga deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional e somente produzirá efeitos legais após sua deliberação.

8. A documentação referente à entidade e a seus diretores está completa e em ordem.

9. Entendemos ser dispensável, no momento, o pronunciamento da Fundação Roquette Pinto relativo à execução do serviço com finalidade exclusivamente educativa, tendo em vista que as atividades daquela Fundação estão sendo executadas presentemente pela Acerp, por força de convênio firmado com a Radiobrás e, segundo orientação da Coordenadoria Geral de Outorga, todos os processos deverão ser-lhe encaminhados para que aguardem definição sobre o assunto.

10. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, conforme declaração de fls. 17.

**III – Conclusão**

11. Diante do exposto, tendo em vista que este processo está devidamente instruído; em conformidade com os dispositivos legais que regem a matéria, opino pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados à Consultoria Jurídica que, se ratificar este parecer, deverá remeter o processo ao Departamento de Outorgas e Licenciamentos, para prosseguimento.

12. Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, para que seja apreciado o ato, conforme dispõe o art. 223 da Constituição Federal.

Submeto o Parecer à apreciação da Sra. Chefe do Serviço Jurídico.

Rio de Janeiro 21 de setembro de 2001. – **Eugenio Lins de Albuquerque**, Assistente Jurídico.

De acordo. Submeto o assunto ao Sr. Delegado Interino, opinando pelo deferimento do pedido e sugerindo o envio do presente à Consultoria Jurídica.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2001. – **Vânea Rabelo**, Chefe do Serviço Jurídico.

De acordo com o parecer acima.

À Consultoria Jurídica.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2001. – **Wilson Gomes de Farias**, Delegacia Regional do Ministério das Comunicações, Delegado Substituto.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 381, DE 2003

(Nº 3.261/2003, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Vicente Campello para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de outubro de 2002, que outorga concessão à Fundação Vicente Campello para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 959, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § V do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 28 de outubro de 2002, que “outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Fundação Vicente Campello, na cidade de Recife-PE; e

2 – Fundação Guilherme Muller, na cidade de Barueri-SP.

Brasília, 5 de novembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso**.

MC nº 1.355 EM

Brasília, 17 de outubro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da outorga de concessão às entidades abaixo relacionadas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- Fundação Vicente Campello, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco (Processo nº 53.103.000286/02);

- Fundação Guilherme Müller, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo (Processo nº 53000.005285/00).

De acordo com o artigo 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o 1º do artigo 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos se encontram devidamente instruídos, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuírem as entidades as qualificações exigidas para a execução do serviço.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado dos processos correspondentes.

Respeitosamente. – **Juarez Quadros do Nascimento**, Ministro de Estado das Comunicações.

### DECRETO DE 28 DE OUTUBRO DE 2002

**Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos:

I – Fundação Vicente Campello, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco (Processo nº 53103.000286/02);

II – Fundação Guilherme Muller, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo (Processo nº 53000.005285/00).

Parágrafo único. As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 2º, sob pena de tomarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de outubro de 2002: 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso**.

#### PARECER Nº 268, DE 2002

**Referência:** Processo nº 53103.000286/02

**Interessada:** Fundação Vicente Campello

**Assunto:** Outorga de serviço de radiodifusão.

**Ementa:** Indepe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fms exclusivamente educativos. Atendimento das exigências estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e na Portaria Interministerial nº 651/99.

**Conclusão:** Pelo deferimento

#### I – Os Fatos

A Fundação Vicente Campello, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, requer lhe seja outorgada concessão para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fms exclusivamente educativos, naquela cidade, mediante a utilização do canal 14 E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

2. Trata-se de fundação de direito privado, sem fms lucrativos, com autonomia patrimonial, adminis-

trativa e financeira, tendo como um de seus objetivos promover, mediante concessão ou permissão, programas informativos, culturais e recreativos por televisão, rádio e outros meios de comunicação.

3. Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

4. A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na cidade de Recife, Pernambuco, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

5. O cargo de Diretor Presidente da Fundação, está ocupado pelo Sr. Eduardo de Queiroz Monteiro, cabendo a ele a representação ativa e passiva da entidade, nos atos de sua administração.

6. Estão previstos também, os cargos de Diretor Técnico, ocupado pelo Sr. Domingos da Costa Azevedo Neto e de Diretor Administrativo e Financeiro, ocupado pelo Sr. José Américo Lopes Gois.

#### II – Do Mérito

7. A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está admitida na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea a).

8. É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência de outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço, ao tempo de condiciona a eficácia do correspondente ato à deliberação do Congresso Nacional.

9. O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no **DOU** de 26 subseqüente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fms exclusivamente educativos.

“Art. 13. ....  
(...)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos”.

10. A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no **DOU** de 19 de abril de 1999.

11. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-Lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declarações firmadas por eles e juntada às fls. 94, 96 e 98, dos presentes autos.

### III – Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados ao Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

O ato de outorga dar-se-á por decreto presidencial, em razão de se tratar do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme dispõe a legislação específica.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao

Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer “sub-censura”.

Brasília, 3 de outubro de 2002. – **Fernando Sampaio Neto**, Assessor Jurídico.

De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 3 de setembro de 2002. – **Napoleão Valadares**, Coordenador-Geral de Outorga.

À Consideração do Sr. Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 3 de outubro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Encaminhem-se os autos à douta Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 3 de outubro de 2002. – **Antonio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 380 e 381, de 2003**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de 45 dias, de acordo com o art. 223, §1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Ple-

nário em 25 de março último, os projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de 5 dias úteis, nos termos do art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

### PARECER Nº 718, DE 2003

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 127, de 2003 (nº 248/2003, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retificação da Resolução nº 25, de 1997, referente à operação de crédito externo, no valor de até JPY 30.820.000.000.00 (trinta bilhões e oitocentos e vinte milhões de ienes), equivalentes a até US\$ 268,000,000.00 (duzentos e sessenta e oito milhões de dólares norte-americanos), de principal, contratada entre a República Federativa do Brasil e o Export-Import Bank of Japan, atual Japan Bank for International Cooperation – JBIC, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto do Trem Metropolitano de Fortaleza – METROFOR, a cargo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.**

Relator: Senador **Luiz Otávio**

### I – Relatório

Com a Mensagem nº 127, de 2003, o Presidente da República solicita ao Senado Federal a retificação da Resolução nº 25, de 1997, referente à operação de crédito externo, no valor de até JPY 30.820.000.000.00 (trinta bilhões e oitocentos e vinte milhões de ienes), equivalentes a até US\$ 268,000,000.00 (duzentos e sessenta e oito milhões de dólares norte-americanos), de principal, contratada entre a República Federativa do Brasil e o Export-Import Bank of Japan, atual Japan Bank for International Cooperation – JBIC.

Os recursos da operação destinam-se a financiar, parcialmente, o Projeto do Trem Metropolitano de Fortaleza (METROFOR), a cargo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

Acompanham a Mensagem, a Exposição de Motivos nº 00095/2003 – MF, de 12 de maio de 2003, do Ministro da Fazenda; o Parecer nº PGFN/COF/nº 756/2003, de 8 de maio de 2003, da Procuradoria-Ge-

ral da Fazenda Nacional; o Parecer nº 69/STN/COREF, de 31 de março de 2003, da Secretaria do Tesouro Nacional; o Ofício CRT/0078-2003/P, de 11 de abril de 2003, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU; o Ofício Decec/Diope/Sucre-2003/107, de 28 de abril de 2003, do Banco Central do Brasil; o Parecer STN/COREF/DIREF nº 04, de 16 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional e cópia da Resolução nº 25, de 1997, do Senado Federal.

## II – Análise

Em 13 de março de 1997, mediante a Resolução nº 25, de 1997, o Senado Federal aprovou a mencionada operação de crédito entre a União e o Export-Import Bank of Japan – JEXIM, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Trem Metropolitano de Fortaleza (METROFOR).

Conforme esclarece o Sr. Ministro da Fazenda, o contrato relativo à operação de crédito em apreço “estabelece que cada desembolso deve ser pago em parcelas iguais, semestrais e consecutivas, com data inicial de amortização em 10 de junho de 2000 e, final, em 10 de dezembro de 2009. Estabelece, ainda, que a carência do empréstimo é de três anos.”

Destarte, a retificação solicitada diz respeito à “substituição, no item ‘condições de pagamento – do principal’ do texto “em vinte parcelas semestrais, consecutivas e iguais, vencendo-se a primeira três anos após cada desembolso” por “pagamento do principal em parcelas semestrais, consecutivas e proporcionais aos valores desembolsados, vencendo-se o primeiro pagamento em 10 de junho de 2000 e o último em 10 de dezembro de 2009” (cf. item 8 da Exposição de Motivos).

A citada Resolução do Senado Federal, como não poderia deixar de ser, autorizou as condições de pagamento do principal constantes do credenciamento do Banco Central, conforme Carta-Credenciamento Firce/Diaut/Sucre-96/626, de 20 de dezembro de 1996 e Parecer da STN nº STN/COREF/DIREF/nº 04, de 16 de janeiro de 1997. Assim, estabeleceu que o empréstimo seria pago em 20 parcelas semestrais, consecutivas e iguais, vencendo-se a primeira 3 anos após cada desembolso.

Ocorre que, conforme informa o acima citado parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (item 10), “a Empresa Brasileira de Trens Urbanos – CBTU solicitou ao Bacen a retificação do credenciamento (expediente CRT/0078-2003-P, de 11 de abril de 2003, fls 1571) no que se refere às condições de pagamento do principal da operação em tela, em virtude de discrepância entre o contrato e a Resolução nº 25, de 1997”.

Portanto, a retificação solicitada diz respeito tão-somente às condições de pagamento do principal, sem alterações do prazo inicial e final das amortizações, conforme os esclarecimentos do Ministro da Fazenda, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da STN e a devida retificação do credenciamento pelo Banco Central, mediante a Carta-Credenciamento Decec/Diope/Sucre-2003/107, de 28 de abril de 2003.

O Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 325, viabiliza, juridicamente, a correção de texto aprovado, mesmo quando já promulgado. A presente retificação não trará implicação sobre a observância e o cumprimento dos limites, condições e demais exigências estabelecidas pela Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal. Inexistem, em nosso entendimento, óbices jurídicos ou de ordem regimental para a retificação pleiteada.

## III – Voto

Em face do exposto, votamos favoravelmente à retificação do texto da Resolução nº 25, de 1997, conforme solicitado pelo Presidente da República, nos termos do seguinte:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28, DE 2003

#### Retifica a alínea i do art. 2º da Resolução nº 25, de 13 de março de 1997.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A alínea i do art. 2º da Resolução nº 25, de 13 de março de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

i – condições de pagamento:

do principal: em parcelas semestrais, consecutivas e proporcionais aos valores desembolsados, vencendo-se o primeiro pagamento em 10 de junho de 2000 e o último em 10 de dezembro de 2009;

.....(NR)”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões. – **Paulo Octávio**, Presidente em exercício – **Luiz Otávio**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Delcídio Amaral** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Mão santa** – **Gabaribaldi Alves Filho** – **Valdir Raupp** – **César Borges** – **Efraim Moraes** – **Rodolpho Tourinho** – **Sérgio Guerra** – **Tasso Jereissati** – **Almeida Lima** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Serys Shessarenko** – **Hélio Costa** – **Lúcia Vânia**.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O parecer que acaba de ser lido conclui pela apresentação do **Projeto de Resolução nº 28, de 2003** (MSF 127/2003), que *retifica a alínea “f” do art. 2º da Resolução nº 25, de 13 de março de 1997.*

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Requerimento nº 117, de 2003**, lido na Sessão do dia 18.03.2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senadores, ficou prejudicado, tendo em vista iniciativa da Presidência, na mesma sessão, de convocar a Sessão Especial objeto do requerimento, realizada no dia 27 de março de 2003, quando foi entregue o Diploma Mulher – Cidadã Bertha Lutz às cinco mulheres escolhidas pelo Conselho respectivo.

A Presidência declara prejudicado o **Requerimento nº 117, de 2003**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senadores, lido na Sessão do dia 18 de março último, tendo em vista que seu objetivo foi atendido com a realização da Sessão Especial objeto do requerimento no dia 27 de março de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 517, DE 2003**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do líder político goiano, o ex-prefeito de Goiânia e ex-deputado estadual Hélio Seixo de Brito, apresentando condolências à família.

#### **Justificação**

O ex-prefeito de Goiânia e ex-deputado estadual Hélio Seixo de Brito morreu ontem, às 18h45, no Hospital Anis Rassi, em Goiânia, de insuficiência cardíaca, aos 93 anos. Uma das personalidades mais importante de Goiás, médico, escritor, ensaísta, pesquisador, produtor cultural, administrador, cronista, contista. Um dos homens que ajudaram a escrever a história do Estado.

Hélio de Brito nasceu na cidade Goiás em 7 de novembro de 1909. Era filho de Amâncio Seixo de Brito e de Maria Bárbara do Couto Brito. Ele realizou os seus estudos de primeiro e segundo graus no Colégio Liceu de Goiás. No Rio de Janeiro, formou-se na

Escola de Medicina da Praia Vermelha, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Casado com Célia Seixo de Brito, morreu viúvo e deixa quatro filhos: o vereador por Goiânia Hélio de Brito, Regina Célia, Maria Alice e Ronaldo de Brito. Deixa ainda 15 netos e 18 bisnetos.

Em 1946 filiou-se à UDN. Eleito deputado estadual, foi um dos principais líderes e articuladores da legenda em Goiás. Presidiu a Arena por cinco anos. No período de 1961 a 1965 elegeu-se prefeito de Goiânia com mais de dois terços dos votos. Na administração da Capital goiana, elaborou o Código Tributário do Município. Secretário de Estado de Educação e Cultura na gestão do governador Coimbra Bueno, foi ainda superintendente da Osego no governo de Otávio Lage.

Exemplo para as gerações do presente e do futuro, o ex-prefeito de Goiânia Hélio Seixo de Brito deixa o legado da honestidade, do trabalho, da honradez, do amor ao próximo. Ele será para sempre lembrado como o homem que dignificou a vida pública em Goiás, um patriota justo e probo, um líder de grandes ideais e de grandes realizações.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2003. – Senadora **Íris de Araújo**.

#### **REQUERIMENTO Nº 518, DE 2003**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Dr. Hélio Seixo de Brito, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao município de Goiânia – GO.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2003. – **Leomar Quintanilha**.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Os requerimentos que acabam de ser lidos dependem de votação, podendo fazer uso da palavra para o respectivo encaminhamento de votação os eminentes Líderes que assim o desejarem.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra à nobre Senadora Iris de Araújo, por cinco minutos.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a nossa cultura cristã nos ensina a chorar os nossos mortos. Mas,



apesar da tristeza inegável que também sinto diante do desaparecimento de Hélio Seixo de Brito, um outro sentimento se impõe: o desejo de celebrar a vida desse singular intelectual e líder político goiano.

O Dr. Hélio teve o que se chama de “boa morte”, ou seja, o encerramento tranqüilo de um ciclo vital cheio de realizações, seja na vida pública, seja no círculo dos seus afetos. Hélio Seixo de Brito faleceu ontem, em Goiânia, aos 93 anos, cercado do carinho de familiares e de amigos. E permanecerá na nossa memória como um homem exemplar, um político cordial e correto, um administrador brilhante, intelectual de rara fertilidade, esposo amantíssimo da também já falecida Célia Coutinho Seixo de Brito, mãe de seus quatro filhos.

Hélio Seixo de Brito nasceu na Cidade de Goiás, antiga Capital do Estado. Médico por formação e político apaixonado, foi Deputado Estadual e Prefeito de Goiânia, a nova Capital de Goiás.

No breve tempo deste encaminhamento de votação, não há espaço para percorrer a longa e rica trajetória que foi a vida do Dr. Hélio, tradicional adversário do grupo político a que pertencço. Mas um adversário de tanta dignidade, que, em certos momentos, serviu até de inspiração para aqueles que a ele se opunham na vida pública. Por isso, quero saudar o administrador vanguardista, pioneiro da educação rural, inovador na área da saúde. Foi o décimo Prefeito eleito de Goiânia, mas o primeiro a conquistar para a nossa capital a autonomia administrativa e política.

Goiânia nasceu cidade planejada, obra de Pedro Ludovico. E a cidade já completara 28 anos quando Hélio Seixo de Brito foi eleito Prefeito, com dois terços dos votos. Mas, apesar de já contar a idade de uma balzaquiana, a cidade de Goiânia ainda era administrada como uma espécie de departamento do governo do Estado. O Dr. Hélio, que era adversário do então Governador Mauro Borges, mudou a situação. Negociou com serenidade e competência a autonomia da nova capital, alcançando seu objetivo junto ao Governador. Autônoma, independente, Goiânia não dispunha ainda de um orçamento que possibilitasse a afirmação concreta da autonomia.

Diante do impasse, o Prefeito Hélio Seixo de Brito percorreu todos os caminhos da burocracia, sem êxito. Mas não desistiu e, por intermédio de amigos políticos, foi recebido pelo Presidente do Banco do Estado de São Paulo. E, desse encontro, saiu vitorioso, levando para a Prefeitura um empréstimo financeiro salvador. Com um detalhe, Srs. Senadores, que faço questão de realçar: o empréstimo foi dado tendo a pessoa de Hélio Seixo de Brito como avalista. Por-

que, se a Prefeitura de Goiânia não reunia as condições necessárias para levantar o empréstimo, a honradez e credibilidade do seu Prefeito serviram como aval para a transação.

Garantido o dinheiro necessário para administrar Goiânia com autonomia em regime de urgência, o Dr. Hélio foi buscar a sustentabilidade das administrações futuras, com a criação do novo Código Tributário do Município.

*(O Sr. Presidente Paulo Paim faz soar a campanha.)*

Em meu nome e em nome do meu Partido, requeiro à Presidência desta Casa que envie um voto de pesar à família de Hélio Seixo de Brito. E, do fundo do meu coração, celebro a bela trajetória que foi essa vida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Por tratar de inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da mesma personalidade, coloco em votação ambos os Requerimentos.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, da mesma forma, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Srs. Senadores, este Presidente foi o primeiro a chegar no recinto e está automaticamente inscrito para fazer uma comunicação inadiável. V. Ex<sup>as</sup> falarão em segundo e terceiro lugares, respectivamente, Senadores Rodolpho Tourinho e César Borges.

A palavra está assegurada aos três Senadores que a solicitaram na prorrogação da Hora do Expediente, por cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 488, de 2003**, do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Antonio Góes, ocorrido em Aracaju, Sergipe.

Para encaminhamento da votação, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revi-

são do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no decorrer da semana passada apresentei este Requerimento de nº 488 para ser votado pela Casa. Entretanto, diante do acúmulo das matérias, em face das medidas provisórias que teriam que ser relatadas e aprovadas pelo Plenário, somente hoje este requerimento está sendo apreciado.

Trata-se da apresentação de um voto de pesar aos familiares do Desembargador Antonio Góes, falecido no último dia 21, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

O falecimento do Desembargador Antonio Góes, aos 60 anos de idade, ocorrido sábado passado, consternou a sociedade sergipana, que perde um filho notável.

Homem de conduta impoluta, opiniões seguras e atitudes corajosas, sempre mantendo o equilíbrio intelectual na luta, a firmeza nos reveses e a magnanimidade no triunfo, o ilustre Magistrado nasceu no Município de Frei Paulo. Iniciou sua brilhante carreira no ano de 1970, como Juiz da Comarca de Tobias Barreto, e, desde então, se destacou não apenas por seu inquestionável saber jurídico, mas também por sua honradez e grande capacidade de agremiar amigos e admiradores.

Como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, nobilitou o Poder Judiciário, impondo um trabalho vanguardeiro, sempre em defesa dos princípios democráticos e de uma justiça voltada para o social, o que ficou sobejamente evidenciado com a introdução da justiça volante no Estado, que em muito melhorou as condições de prestação de serviços à comunidade.

O Desembargador Antonio Góes também exerceu, na Universidade Federal de Sergipe e em cursos da iniciativa privada, a função de professor. Era um grande professor de Direito. Deixou milhares e milhares de jovens, no nosso Estado do Sergipe, saudosos, lembrando-se dos seus grandes ensinamentos e, acima de tudo, da sua cultura jurídica e da forma didática como transmitia tudo que sabia.

Faz uma grande falta à nossa sociedade sergipana o Desembargador Antonio Góes, desaparecido aos 60 anos de idade. Como eu disse, foi um presidente que honrou a Corte de Justiça do Estado de Sergipe, homem de granjear a simpatia não apenas pelo respeito que expressava nos seus atos, mas, acima de tudo, pela solidariedade que prestava, nos momentos difíceis, aos seus amigos, sem jamais confundir a sua atividade jurídica com outro qualquer interesse.

Sr. Presidente, os meus pêsames à família enlutada pelo desaparecimento de homem tão ilustre, como era o Desembargador Antonio Góes.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Senador Antonio Carlos Valadares, a Mesa tomará as providências requeridas por V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário. Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 690-L-PFL/03

Brasília, 10 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Marcos Abramo para integrar, como membro suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”, em vaga existente.

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiramente quero cumprimentar, aqui presentes, Noeli José Dal Magro, Prefeito de Lajeado Grande, e Clodemar Ferreira, Prefeito de Ponte Serrada – cidade em que vivi praticamente dezoito anos e onde comecei a minha atividade na política estudantil –, que vêm a Brasília em busca dos tão difíceis recursos para os seus Municípios.

Esse fato tem ocorrido todos os dias: vereadores e prefeitos batem à porta dos Senadores, dos Deputados Federais e dos Ministérios, porque já se passaram seis meses, a arrecadação aumentou em relação ao ano passado, houve novos empréstimos e não se gastaram sequer 2% do Orçamento nacional. O Governo Federal gastou até agora apenas 10% do que Fernando Henrique Cardoso gastou no ano passado até o mês de julho. Por isso a ansiedade e a preocupação de vereadores e prefeitos que buscam, todos os dias, recursos que lhes são de direito para investir em suas cidades, na maioria das vezes pobres,

pequenas, sem recursos e agora quase sem esperanças. Acreditamos até que estejam colocando o dinheiro em alguma caixa gigantesca, porque dizem que nos bancos ele não está. Onde está toda a arrecadação? Temos a preocupação de que isso futuramente venha a trazer aqueles benefícios para apadrinhados políticos e que atenda apenas aos que apóiam o Governo.

Eu comentava, há pouco, com o Presidente Romeu Tuma e com o nosso querido Senador Paulo Paim que está difícil trabalhar no Senado neste primeiro semestre, porque a ansiedade e a preocupação dos sindicalistas, dos professores e dos funcionários públicos é constante, em função da reforma que ainda não encontrou um caminho. O assunto está sendo discutido aqui dentro, mas não nas bases, nos Municípios e nos Estados, o que cria uma verdadeira correria das pessoas até Brasília.

Cheguei a ter que me esconder para tentar fazer o meu pronunciamento de hoje, sobre turismo, mas não consegui, das 11h30 até as 14h30, terminar de ler grande parte dele, em função das inúmeras pessoas que, por direito, procuravam-me para saber como está o Orçamento, como estão os recursos e as reformas. Essas pessoas não procuram apenas os Senadores dos seus Estados, mas também os de outras unidades da Federação, o que nos tem deixado ocupados. Além das reuniões de comissões, projetos e pronunciamentos a serem estudados, essa procura nos tem tomado um tempo imenso e não estamos conseguindo atender como deveríamos os Prefeitos e Vereadores que nos procuram.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, o assunto que me traz à tribuna neste momento é o turismo em Santa Catarina.

Santa Catarina, este pequeno Estado brasileiro, com pouco mais de 5 milhões de habitantes, reúne em seus singelos 95,4 mil km<sup>2</sup> uma diversidade tal de cenários e gente que deslumbra os que o visitam. Praias de areia branca, matas tropicais e serras nevadas. Pescadores açorianos, agricultores italianos e industriais alemães. Uma terra rica de todos os povos que compõem o mundo, uma terra de belos e definitivos contrastes, por isso mesmo tão fascinante.

A diversidade geográfica e humana de Santa Catarina é surpreendente para um território de apenas 95,4 mil km<sup>2</sup> – do tamanho aproximado de países como Áustria, Hungria, Irlanda ou Portugal. Uma viagem de poucas horas de carro é suficiente para experimentar mudanças radicais no clima, na paisagem, nos sotaques e culturas. Com atrativos diferenciados e de fácil acesso, o Estado tem vocação acentuada

para o turismo. Visitá-lo é um deleite, tanto para quem quer férias tranquilas, como para os que buscam a aventura de esportes ligados à natureza: vela, remo, surfe, canoagem, rapel, parapente, asa-delta, alpinismo e tantos outros. Há oito instâncias hidrominerais, 14 áreas federais e cinco estaduais de proteção ambiental, além de dezenas de parques ecológicos municipais.

Temos o turismo agrícola, o turismo rural, o de esportes radicais, o ecológico, o turismo noturno, o de compras, cidades alemãs, italianas, polonesas, austríacas, portuguesas, dentre tantas outras nacionalidades que fazem de Santa Catarina uma miniatura da Europa.

Temos também o turismo religioso, em Nova Trento, berço de Madre Paulina, o litorâneo, o histórico, como a cidade de Laguna, terra de Anita Garibaldi, onde foi desenvolvido o Projeto da Baleia Franca.

E agora, em janeiro, o aniversário de 500 anos da querida e uma das mais antigas cidades do Brasil, São Francisco do Sul, uma das mais tradicionais de Santa Catarina.

Temos praias, turismo rural, agroturismo, ecoturismo, turismo de inverno, turismo de compras, de eventos, dos esportes radicais – como já falei –, religioso, de águas termais, o fantástico Beto Carrero World – quinto maior parque temático do mundo –, turismo cultural, da pesca, e por aí vai.

Prova de que o turismo é mesmo uma fonte inesgotável de novas oportunidades de trabalho e renda é a recente iniciativa dos pequenos produtores de uva e vinho do Município de Tangará, no meio-oeste catarinense. Lá está sendo desenvolvido, de forma ampla, o enoturismo, atividade que se fundamenta na viagem motivada pela apreciação do sabor e aroma dos vinhos e das tradições e tipicidade das localidades que produzem a bebida.

Outro exemplo que ilustra essa diversidade: no Município de Concórdia, berço da empresa Sadia Alimentos, os produtores rurais do interior inauguraram, no final do ano passado, uma nova forma de fomentar o desenvolvimento no meio rural. Aos conceitos da agricultura familiar foram incorporadas práticas de turismo familiar, ancoradas na hospitalidade costumeira dos imigrantes alemães e italianos que colonizaram o Alto Uruguai Catarinense no início do século passado, assim como outras regiões catarinenses.

São iniciativas de caráter altamente social e econômico, pois geram emprego no interior, diminuindo o êxodo rural. Tanto que ontem comentamos com a Senadora Íris de Araújo o quanto é importante o in-

vestimento no meio rural, lá no campo, nos agricultores, para que possamos dar assistência aos agricultores, aos filhos dos agricultores, em todas as áreas, na infra-estrutura do campo e, principalmente, na atividade de lazer, na atividade do turismo, para que as pessoas permaneçam em suas regiões.

Em Balneário Camboriú, a minha terra, maior pólo turístico do sul e cidade que tive o prazer de governar por três vezes como Prefeito municipal – fui Vereador, fui três vezes Prefeito, Deputado Federal e agora, com muita honra, Senador –, o desenvolvimento e a profissionalização do potencial do turismo já é realidade há muito tempo, ao contrário de outros lugares do Brasil, que não têm a motivação e o profissionalismo do turismo, como Balneário Camboriú, onde o turismo é motivo de debate e pesquisa permanentemente. Fizemos, lá, do discurso a prática ao estimular e concretizar parcerias com a iniciativa privada para a instalação de modernos equipamentos, sem esquecer o investimento no desenvolvimento humano e social, bem como no esforço da infra-estrutura urbana e de saneamento básico, fatores que considero também indispensáveis para o crescimento do setor turístico.

Mesmo com as adversidades momentâneas em função da crise Argentina e dos atentados terroristas que mexeram com a economia global, os números mostram um sensível crescimento do setor turístico catarinense a cada ano.

Dizem que Balneário Camboriú é irmã gêmea de Copacabana. Porém, com permissão e com respeito ao Rio de Janeiro, é uma Copacabana sem violência ainda, em função da segurança, do trabalho que é feito com as crianças, com as mulheres, com os idosos, com a geração de empregos e, principalmente, com a alta parceria existente entre a iniciativa privada e o poder público.

Com projeto do poder público e, depois, da iniciativa privada, construímos lá o Cristo-Luz, idêntico ao Redentor, porém dele saem, do seu braço esquerdo, raios de luz que jogam a nove quilômetros 27 raios, constantemente em movimento, por toda a cidade, e mudam de cor a cada minuto. Embaixo do Cristo-Luz há um **shopping**, restaurantes, áreas de lazer, área cultural, enfim ele é altamente significativo e fica no morro mais alto de Balneário Camboriú.

Temos lá também o nosso teleférico, o bondinho aéreo. É o único, no mundo, que liga uma praia central a uma praia agreste. São 47 cabines climatizadas, de alta segurança, computadorizadas, com cabos da Suíça e tecnologia da Itália, enfim, é um dos mais perfeitos do mundo. Além de inúmeros hotéis, inúmeros in-

vestimentos no turismo, na qualificação da mão-de-obra, e da primeira Faculdade de Turismo e Hotelaria da América do Sul, que foi implantada em Balneário Camboriú, em 1991, quando eu era Prefeito pela primeira vez.

Existe lá um trabalho sério voltado ao turismo que, certamente, será debatido na Subcomissão de Turismo, no Senado, na Câmara dos Deputados e também no Ministério do Turismo, para que se implante em todo o Brasil. Quero aqui fazer justiça ao Ministério do Turismo, justiça ao Governo Lula pelo Ministro Walfrido, por sua equipe, pela competência e pela forma democrática como está olhando o turismo no Brasil.

Prova disso é o aumento progressivo da arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), setor onde se incluem as atividades turísticas. Nosso Estado já é o terceiro no Brasil em turismo de negócios e eventos. Santa Catarina é o terceiro Estado do Brasil em turismo de negócios.

Quero fazer um parêntese para dizer que Balneário Camboriú, que só tem 100 mil habitantes, tem 21 mil leitos – para comparar com o Rio de Janeiro, que tem seis milhões de habitantes e tem 22 mil leitos; e com Salvador, na Bahia, que tem três milhões de habitantes, e 21,5 mil leitos. A nossa cidade, com 100 mil habitantes, tem 21 mil leitos e recebe entre 1,5 milhão e 1,8 milhão de turistas em apenas três meses de temporada.

Por isso, hoje, Santa Catarina já é o terceiro Estado do Brasil em termos de negócios e eventos na área de turismo, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro.

Agora, a nossa estrutura turística tradicional está sendo reforçada com o agroturismo, explorado em pequenas propriedades do Vale do Itajaí, que já representa a terceira força nesse setor no território catarinense, segundo recente pesquisa do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola do Estado, o Icepta. Veja, Senadora Iris de Araújo, como é importante investir na agricultura.

Para aproveitar esse potencial rico e diversificado, estamos propondo ao Governo do Estado catarinense e a seus órgãos que administram o turismo e o lazer a criação e a divulgação de roteiros integrados de turismo, até pela proximidade das regiões, o que poderá servir de exemplo para outras regiões do Brasil.

Sou contrário a essa idéia de fatar turismo, principalmente em Estados pequenos como Santa Catarina, onde é possível sua integração. No mesmo dia, pode-se ir de manhã a uma praia; de tarde a uma fa-

zenda; no outro dia, pode-se visitar outra cidade, um porto, um centro cultural, uma praça esportiva, e fazer esporte radical. Então, não se pode fatiar o turismo.

Em Santa Catarina, estamos pedindo que o Governo agregue todos esses setores em um projeto único. Fui uma das pessoas que pediu ao Governador Luiz Henrique da Silveira para que criasse a Secretaria do Turismo, somente do turismo. S. Ex<sup>a</sup> criou a Secretaria do Lazer, que tem como Secretário o mais novo tucano, Deputado Estadual Gilmar Knaesel.

Registro ainda um pequeno trecho de um comentário do conhecido colunista, cronista, ilustrador carioca, Tutty Vasques, que passou quinze dias de férias em Santa Catarina e fez uma verdadeira apologia sobre o Estado, num artigo publicado em diversos jornais e na Internet sob um título que diz tudo: "Eu amo Santa Catarina". E ele falou isso em todos os lugares, para a imprensa, em função do que viu, da cultura da nossa gente, da recepção da nossa gente, da forma com que trabalhamos o turismo.

Santa Catarina é a nossa melhor hipótese de futuro; é um exemplo, principalmente agora em função do trabalho que está sendo implantando pelo atual Governo e pelo Secretário Gilmar Knaesel. Balneário Camboriú dá um exemplo ao Estado e ao Brasil, pela forma profissional com que lá se administra o turismo.

Ainda que geograficamente o Estado seja irreproduzível em outras regiões, destaco a forma como trabalhamos o turismo e os investimentos que queremos fazer nessa indústria – uma das maiores geradoras de emprego do mundo e que ainda no Brasil se encontra um pouco adormecida. O turismo precisa ser implantado já no 1º e no 2º Grau, não só no 3º Grau. Desde o início, a criança deve conhecer a importância de se preservar o meio ambiente, de tratar bem as pessoas, porque essa é uma indústria sem chaminés.

Em Balneário Camboriú, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nenhuma pessoa, nenhum ambulante consegue retirar um alvará sem antes mostrar um primeiro documento: o certificado do curso de Turismo. O Município patrocina oito horas de curso de Turismo. Taxistas, policiais, frentistas de postos de gasolina, cobradores de ônibus, motoristas, vendedores de pipoca, ambulantes, balconistas, camareiras, secretárias, proprietários de hotéis, proprietários de postos, empresários, todos têm cursos gratuitamente fornecidos pelo Município. Criamos, dentro de Balneário Camboriú, uma conscientização forte, que ainda, Sr. Presidente, está adormecida no Brasil. É necessário mostrar à população que a grande saída deste País ainda é o turismo.

*(O Sr. Presidente Romeu Tuma faz soar a campanha.)*

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu ainda falaria sobre as festas de outubro em Santa Catarina: a nossa **Oktoberfest**, do nosso Nerino Furlan, de Blumenau; a Fenarreco; a Marejada, a Fenachopp; a **Schützenfest**, em Jaraguá do Sul; a **Kegelfest**, Festa do Bolão, de Rio do Sul, entre tantas e tantas outras festas. Falaremos a esse respeito em outra oportunidade.

Para aqueles que não conhecem Santa Catarina, que não conhecem o Balneário de Camboriú, que não conhecem o nosso interior, fica registrado que lá estamos trabalhando para que o Estado e os Municípios sejam um exemplo para o Brasil.

Essa indústria precisa ser levada a sério. O Governo – Senadores e Deputados – precisam trabalhar 24 horas por dia, porque essa indústria gera empregos e não causa poluição.

*Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, segundo inscrito. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como sabemos, a Câmara dos Deputados está se debruçando sobre as reformas previdenciária e tributária.

A reforma tributária já se encontra em discussão na Comissão Especial e está recebendo sugestões não apenas dos Srs. Deputados como de outros segmentos, inclusive de Governadores estaduais. O Presidente da República recebeu os Governadores, que exerceram novas pressões no sentido de maior participação dos Estados no bolo tributário. S. Ex<sup>as</sup> querem maior participação nas contribuições, como a CPMF e a Cide, mas trazem também divergências profundas: uns querem a cobrança do imposto no destino; outros querem sua cobrança na origem.

Sr. Presidente, por último, os Governadores apresentaram ao Presidente da República uma proposta inusitada, no momento em que o Brasil se debate numa crise sem precedentes, qual seja a Desvinculação dos Recursos dos Estados, a chamada DRE. Essa desvinculação, Sr. Presidente, implica um prejuízo descomunal para a sociedade brasileira,

uma vez que os programas de educação e de saúde serão atingidos em cheio. Em cada R\$100,00 aplicados na educação ou na saúde, pelo menos 20%, ou seja, R\$20,00, serão desvinculados, isto é, não haverá nenhum comprometimento, nenhum compromisso dos governos estaduais em aplicar aquilo que está previsto na Constituição. Por exemplo, para a educação, 25%; para a saúde, até o ano de 2004, os Governadores serão obrigados a aplicar, sob pena de intervenção – como diz a PEC nº 29, aprovada pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados –, pelo menos 12% de seus recursos, de suas receitas líquidas.

Aqueles que estavam na Legislatura passada, como eu, e que acompanharam de perto a luta titânica travada pelo Congresso Nacional para aprovar a Emenda nº 29, sabem o sacrifício e a luta a que nos submetemos. Essa proposta passou nada menos do que sete anos na Câmara dos Deputados e, graças à luta que desenvolvemos aqui dentro do Senado – fui o Relator dessa proposta em defesa da saúde no Brasil –, conseguimos votá-la e ela foi aprovada quase que por unanimidade. Só dois Senadores – do Estado da Bahia – votaram contra, os outros votaram favoravelmente.

Ora, Sr. Presidente, como é que, depois de uma luta insana como essa, os governos estaduais querem anular 20% do que o Congresso aprovou? Lembro-me de que até D. Paulo Evaristo Arns veio falar com o Presidente do Congresso. Religiosos do Brasil inteiro foram mobilizados, todas as ONGs voltadas para a saúde vieram a Brasília, os Secretários de Saúde dos Estados e dos Municípios vieram pressionar o Senado e, finalmente, colocou-se a proposta em votação e ela foi aprovada.

Temos exemplos, Sr. Presidente, das maldades que hoje acontecem nos hospitais. Isso não se deve à maldade dos diretores, deve-se ao fato, simplesmente, de que os recursos não são devidamente aplicados – lembro que o governo passado também desvinculou 20% de todas as receitas da União, inclusive as destinadas à saúde. Quando não são barradas na porta, as pessoas chegam aos hospitais públicos e não encontram tratamento decente. Se conseguem entrar, ficam em cima de uma maca nos corredores, numa situação humilhante, degradante, numa situação que só vimos nos filmes de guerra, da Segunda Guerra Mundial, quando os feridos chegavam aos hospitais e eram atendidos na marra, de qualquer maneira, em cima da maca, no chão. É o que está acontecendo em muitos Estados do Brasil, Sr. Presidente.

E agora vêm os governadores propor ao Presidente Lula que desvincule 20% das receitas dos Estados para que possam fazer com esses 20% as

obras que, sabemos, serão obras de carregação, eleitoreiras, obras, muitas vezes, Sr. Presidente, que não condizem com os interesses e o ânimo da população, semelhantes às realizadas por ocasião da reeleição, que foi permitida por este Congresso Nacional. Com a aprovação da reeleição, eles venderam as estatais, ficaram sem freio e gastaram de forma irresponsável o dinheiro deste País em obras faraônicas, deixando os Estados como estão, quebrados, tendo que vir pedir ao Presidente da República um socorro para salvar a previdência deles, quando eles é que a deveriam ter salvo, por ocasião da venda de suas estatais, criando o tal fundo de previdência, que não foi criado. Apenas o Estado da Bahia – faço justiça –, cujo Governador, César Borges, é de um partido adversário nosso, o PFL, vendeu a sua estatal, mas criou um fundo de previdência para proteger os funcionários.

Não posso conceber, Sr. Presidente, que agora venham os Governadores pressionar o Presidente da República, para que este pressione o Congresso a desvincular 20% de suas receitas. Isso, Sr. Presidente, compromete não só a saúde e a educação, mas um programa que foi lançado ontem pelo Presidente Lula, o programa Primeiro Emprego. Como se pode colocar a juventude no mercado de trabalho – são 250 mil empregos que o Governo quer dar, e eu bato palmas para essa atitude do Presidente Lula –, se os programas nos Estados e Municípios serão prejudicados com a desvinculação? Senador Ney Suassuna, 20% é que os governadores querem tirar das áreas da educação e da saúde para fazerem o que bem quiserem.

Vou ler aqui, resumidamente, artigo da jornalista Miriam Leitão, de **O Globo** – não é a posição de Valadares –, sobre a reforma tributária, em que ela diz estar havendo no Congresso uma verdadeira babel tributária, e explica o porquê:

Os governadores querem aumentar sua participação nos impostos; os de estados exportadores querem maximizar a compensação pela isenção nas exportações; os do Sul-Sudeste gostam de uma legislação única do ICMS que impeça a guerra fiscal; os do Nordeste querem margens para conceder incentivos e aumentar a chance de atrair investimentos; a União quer reduzir a liberdade dos estados de legislar em matéria tributária; os estados querem manter a liberdade de criar ou aumentar impostos; os estados maiores querem ICMS na origem; os menores [que são os consumidores], no destino; o Rio quer que o petróleo fique na

origem como todos os outros produtos; os empresários querem pagar menos impostos; o governo não quer perder arrecadação; os industriais querem mais imposto sobre consumo e menos sobre a produção; os exportadores não querem pagar imposto algum; o varejo não quer imposto sobre vendas; atacadistas querem aumentar o imposto seletivo sobre telefonia, eletricidade, combustível e isenção na maior parte da sua lista de 40 mil produtos que distribuem pelo país inteiro; as concessionárias de telefonia dizem que não agüentam mais pagar tanto imposto [é por isso que estão arrojando o contribuinte]; o contribuinte pessoa física quer dedução de despesas e correção da tabela do Imposto de Renda e a Receita Federal quer acabar com deduções e jamais corrigir tabela alguma. Todos pedem uma reforma tributária ampla, mas o governo, para equilibrar-se no meio de tantos interesses conflitantes, entre a briga federativa e a pressão dos **lobbies**, tende a reduzir cada vez mais o alcance da reforma. É esta Babel tributária [termina a grande jornalista Mirian Leitão] que terá que ser unificada para que se faça uma reforma tributária este ano ainda.

Senador Ney Suassuna, com muito prazer, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador Antonio Carlos, V. Ex<sup>a</sup> fala, lamentavelmente, a verdade, como também a jornalista Miriam Leitão, que V. Ex<sup>a</sup> acaba de citar: todos querem a reforma, desde que não atinja o seu. Hoje, a República tira 76% da arrecadação, deixa 20% para os Estados e 4% para as prefeituras. Só que a República já criou n taxas e n impostos dissimulados em taxas que não entram na divisão para os Estados e Municípios. Realmente, cada um só olha a sua seara e quer ter os seus recursos aumentados e a sua responsabilidade diminuída. É difícil. E V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando fala dos Estados quebrados, pois estamos com dezesseis Estados em situação pré-falimentar. Na Comissão de Assuntos Econômicos, nobre Senador Antonio Carlos Valadares, pedimos uma subcomissão para tratar desse assunto. Já recebi informações sobre o endividamento de dezesseis Estados e pude constatar que a situação é calamitosa. Não sabemos realmente como fazer. As pessoas moram nas cidades, nos Estados; no entanto, esse monstro que chamamos de governo central consome cada dia mais recursos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Senador Ney Suassuna, reclamo pelo fato de que, nessa última investida, os governadores manifestaram que desejam a desvinculação de receita.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Eu ia falar nisso agora, nobre Senador Antonio Carlos Valadares. Se houver a desvinculação, acaba a obrigatoriedade para a saúde e educação, algo por que lutamos muito. E quem vai pagar é o pobre contribuinte que, no final, paga impostos a valer e não recebe benefícios em troca. Por isso me solidarizo com V. Ex<sup>a</sup> em relação ao que disse em seu discurso. Lamentavelmente, tudo o que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo é verdadeiro. Seria bom que não fosse e que pudéssemos dizer que V. Ex<sup>a</sup> está enganado. No entanto, isso não é possível e, mais uma vez, o contribuinte será sacrificado e receberá menos serviços. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo tema que aborda nesta tarde.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Incorporo as palavras de V. Ex<sup>a</sup> ao meu discurso. E digo mais, a carga tributária de nosso País se elevou substancialmente nos últimos anos, como nunca acontecera. Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o Governo, a carga tributária estava em torno de 25% do PIB; hoje, está em torno de 36% do PIB.

A reforma tributária, a meu ver, deveria ter uma perspectiva, tanto do lado dos empresários, quanto do lado da sociedade, no sentido de desonerar a produção, tornando o produto brasileiro mais competitivo no exterior. Além disso, também deveria haver uma isonomia tributária do nosso País em relação aos países que concorrem conosco. Isso porque, se temos um tributo semelhante ao que é cobrado, por exemplo, nos Estados Unidos, o nosso produto entra em pé de igualdade na concorrência internacional. Por outro lado, se o tributo que cobramos sobre um determinado produto é mais alto do que o de outro país, logicamente concorreremos em desigualdade, ou seja, em situação inferior no mercado internacional.

Creio que a carga tributária já chegou a um tamanho tal que não é de bom alvitre, não é aconselhável que governos estaduais venham a Brasília pressionar para que nós, neste Senado Federal, na Câmara dos Deputados, venhamos a aumentar essa carga, que já é tão monstruosa, que se equipara à dos países mais desenvolvidos do mundo.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Senador Antonio Carlos Valadares, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Antonio Carlos Valadares, desculpe-me, mas quero informar a V. Ex<sup>a</sup> que resta apenas mais um minuto e vinte e sete segundos para a conclusão do seu pronunciamento e a concessão de apartes. Faço este aviso porque depois de esgotado o seu tempo, V. Ex<sup>a</sup> não poderá mais conceder apartes.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Se V. Ex<sup>a</sup> for generoso comigo como foi com o orador anterior, Sr. Presidente, vai me conceder mais algum tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – V. Ex<sup>a</sup> terá tolerância no tempo, mas não poderá conceder aparte.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Mas não posso deixar de ouvir uma colega.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – V. Ex<sup>a</sup> pode conceder o aparte agora.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer, Senadora Ideli Salvatti.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Romeu Tuma pela observação e ao Senador Antonio Carlos Valadares por me permitir também falar durante o seu pronunciamento. Senador Valadares, há um posicionamento muito claro do Governo em não aceitar, em não avalizar essa proposta da Desvinculação das Receitas dos Estados (DRE) trazida pelos governadores. E penso que nós, do Congresso, tanto na Câmara como no Senado, também devemos ter uma posição muito firme em relação a isso, porque todos sabemos que a desvinculação desobriga das aplicações constitucionais na área da educação e da saúde, que são os setores fundamentais no atendimento da nossa população. Entretanto, ao mesmo tempo em que há uma sinalização contrária à desvinculação das receitas estaduais, há sinalizações positivas passíveis de serem aceitas na reforma tributária, como a instituição de um fundo para fazer as compensações da Lei Kandir, isto é, repartir a receita do ICMS da exportação, uma vez que os Estados exportadores acabam tendo prejuízo. Ou seja, os Estados poderiam ter uma compensação disso, instituída na Constituição. Há também uma sinalização positiva, dada pelo próprio Presidente da República, no sentido de que os Estados possam vir a ter uma parcela da Cide. Todas são sinalizações no sentido de recompensar os Estados, porque, no último período, tivemos não só um aumento da carga tributária, mas

uma reforma tributária invisível, visto que a criação de contribuições ao invés de impostos transferiu a maior parcela da arrecadação para a União. Creio que há sinalizações positivas para atender alguns dos pleitos justos dos governadores, mas não esse da desvinculação das receitas estaduais. Parabéns V. Ex<sup>a</sup> por trazer um assunto tão relevante aqui para o plenário do Senado Federal.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Senadora Ideli Salvatti, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu aparte.

Esperamos que a reforma tributária que está sendo discutida no âmbito do Congresso Nacional venha não em detrimento do contribuinte, mas em favor do Brasil. E que possa ofertar, tal como ofertam os grandes países da Europa e os Estados Unidos, os serviços reclamados pela sociedade. Na Suécia, por exemplo, os impostos são altos, atingindo cerca de 50% do PIB; na Dinamarca, também, mas os serviços prestados à sociedade são incomparavelmente superiores aos que são prestados pelo Brasil, que também tem uma carga tributária altíssima, de quase 40% do PIB.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela a palavra pela Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Pela Liderança, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, por cinco minutos, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, “a”, do Regimento Interno.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, mediante o discurso que acaba de proferir, o Senador Antonio Carlos mostrou que, às vezes, perdemos o foco, e que, de forma estranha, algumas autoridades buscam melhorar a sua fatia em detrimento do contribuinte.

Isso acontece em todas as áreas. Acabei de tomar conhecimento de uma medida que me deixou, por que não dizer, revoltado. V. Ex<sup>a</sup>, que já lidou com segurança, sabe o quanto está frágil a segurança em nosso País, o quanto a sociedade tem que fazer para se proteger. Além de pagar os impostos às polícias – federal, civil e militar –, ainda tem que pagar pela sua própria segurança. É assim que vive a sociedade hoje: pagando seguranças particulares que protegem as entradas das ruas onde moram. Trata-se, quase, de uma bitributação.

Pois bem, acabei de tomar conhecimento de que no Rio de Janeiro – e logo no Rio de Janeiro –, onde o cidadão tem um dos maiores índices de insegurança do País, uma autoridade resolveu tirar todos



os portões, todas as cabines de segurança, de todos os condomínios da cidade. Parece até um convênio com o crime organizado, ou com os bandidos em geral, para que tenham mais acesso às residências e, dessa forma, possam roubar mais. Os cidadãos fazem isso apenas como forma de proteção, pois a polícia não é capaz de lhe garantir segurança.

Chegou-se a ponto de os favelados da Favela do Morro do Banco, que passam por um dos portões de um condomínio da Barra, fazerem um abaixo-assinado pedindo à Prefeitura que não permita que o portão seja retirado, porque se retirarem-no, o tráfico, com certeza, irá tomar conta do morro e da favela deles. Quer dizer, o próprio cidadão carente está pedindo que não se retire a proteção.

Tenho certeza de que o Prefeito César Maia não está tomando conhecimento de uma medida como esta, que vem na contra-mão do desejo do cidadão de dar segurança à sua família e à sua residência.

Esse é o alerta que faço. Peço que não criemos mais dificuldades para aqueles que já têm muitas dificuldades, seja pelo problema econômico, seja pelo problema de segurança neste País.

Muito obrigado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PFL.

**O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma)** – Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, pela Liderança do PFL, pelo prazo de cinco minutos, de acordo com o Regimento.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Como Líder.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. Senadoras e Srs. Senadores, “estão indo ao inferno infinitas almas, das quais Deus há-de pedir conta de hoje em diante” (Padre Antônio Viera).

Fui procurado pelo Secretário de Saúde de Goiás, Dr. Fernando Cupertino, com a finalidade de dar conhecimento ao Brasil de fatos gravíssimos que estão ocorrendo com a execução orçamentária do Ministério da Saúde. Não se trata de nenhum fenômeno pertencente às fraudes de todo gênero, tão comuns neste País quando se adentra ao terreno da moralidade, mas de um fato que se caracteriza em mais um embuste do Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) constituiu um grupo de trabalho para acompanhar todas as questões relacionadas ao financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). As linhas de atuação traçadas passam, de uma maneira geral, pela execução orçamentária, a aferição dos limites fi-

nanceiros de cada Estado, com atenção aos recursos transferidos pelo Ministério nas áreas de Atenção Básica, procedimentos de Média e Alta Complexidade, Epidemiologia, Vigilância Sanitária, entre outros.

O grupo de trabalho também observa tecnicamente o comportamento orçamentário estadual, sempre tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os profissionais acabaram de elaborar nota técnica sobre o orçamento do Ministério da Saúde de 2003 e já se sabe que o Governo da União deixou de cumprir mandamento proposto e aprovado pelo Congresso Nacional na Lei Orçamentária.

Durante a elaboração do Orçamento deste ano, o Parlamento decidiu corrigir distorção na remuneração **per capita** dos serviços de saúde entre os Estados. A idéia era corrigir uma das mais salientes desigualdades regionais que fazem a diferença entre o Brasil tecnológico e o famélico, o pujante e o hipossuficiente. Justamente foram aquinhoadas com um adicional orçamentário as duas regiões mais pobres do País: Norte e Nordeste.

Os recursos previstos visam atender dois setores cruciais do sistema: o Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar em Regime de Gestão Plena e pela Rede Cadastrada. Traduzindo, trata-se de dinheiro extra para financiar serviços de média e alta complexidade, como a hemodiálise, as cirurgias de coração e a radioterapia, entre outros. Os procedimentos são remédios essenciais para as patologias que mais matam no Brasil, a exemplo do câncer e das doenças cardíacas.

Para se ter noção do alcance da emenda aprovada, basta dizer que os recursos somam pouco mais de R\$1,036 bilhão e representam um acréscimo de 3,5% no Orçamento Geral do Ministério da Saúde. Quando os números são olhados mais de perto, especialmente em relação aos Estados das regiões referidas, o valor adicionado é significativo. O Nordeste ficou com 44,2% da distribuição e o Norte com 27,90%, enquanto à minha região, o Centro-Oeste, coube 5% e, especificamente Goiás, 1,95%.

Portanto, não estou fazendo reclamação parouquiana ao afirmar que, passados cinco meses do Governo Lula, diversas Unidades da Federação, justamente as de menor capacidade econômica e com os piores indicadores sociais, não estão recebendo adequadamente os recursos adicionais destinados a dar equidade ao Sistema de Saúde. Pelo andar do andar, os Secretários de Saúde temem que será preciso chegar ao final do exercício orçamentário para se confirmar que os recursos não foram repassados.

Sr. Presidente, o Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro da Saúde, Humberto Costa, tem demonstrado espírito aguerrido. São notáveis as suas intervenções diretas em casos de grande comoção social, a exemplo da crise de leitos no Ceará, quando morreram dezenas de pacientes. Gostaria muito que o Ministro, um profissional brilhante e grande especialista em política de saúde pública, chamasse a sua assessoria competente para saber quem deu a ordem de sonegar dos Estados mais pobres da Federação recurso que financia tratamento de doente renal crônico e canceroso.

Tenho certeza de que o Dr. Humberto Costa vai corrigir a distorção a tempo e cumprir a Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional, salvando muitas vidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres pela Liderança e, em seguida, prorrogaremos a Hora do Expediente por 15 minutos para darmos a palavra aos inscritos para uma comunicação inadiável.

S. Ex<sup>a</sup> tem cinco minutos.

**O SR. JEFFERSON PERES** (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero apenas fazer um breve registro, porque passou em branco neste Senado o último dado apresentado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais a respeito de um fato alarmante: o aumento substancial dos desmatamentos na Amazônia no ano passado.

De 1997 a 2001, o desmatamento manteve-se num patamar em torno de 18 mil Km<sup>2</sup> por ano. No entanto, no ano passado, houve um súbito agravamento do desflorestamento, que passou para 25.500 Km<sup>2</sup>, uma área superior ao Estado de Sergipe.

Quando se pensava que o problema estava sob controle, ele se agrava. Nesse ritmo, Sr. Presidente, tendo em vista que grandes áreas, principalmente dos Estados de Rondônia, Pará e Roraima, já foram afetadas, dentro de algumas décadas não teremos mais aquilo que é considerado um patrimônio nacional pela Constituição – coisas inúteis que se colocam na Constituição, declarações de intenções para não serem cumpridas. A floresta amazônica é patrimônio nacional, como a mata atlântica e o cerrado, no entanto, permite-se que uma área do tamanho de Sergipe seja desmatada por ação de frentes agrícolas, pecuaristas, madeireiros, assentamentos do Incra, num ritmo insuportável em médio prazo – não diria nem em longo prazo. Veja o que está ocorrendo, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, V. Ex<sup>a</sup> que é paulista, mas

é um apaixonado pela região e tem tantas ligações com a nossa Amazônia.

Preocupei-me ainda mais, quando o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que esteve na semana passada no Amazonas para o Festival de Parintins, disse que, em nome da preservação, tem-se impedido o desenvolvimento da Amazônia. Essa frase pode dar lugar a duas leituras. A leitura boa seria que a preservação não deve impedir o desenvolvimento da Amazônia. A leitura ruim é achar que o desenvolvimento deve ser feito a qualquer custo, mesmo com devastação florestal. Se for isso que está na cabeça do Presidente da República, lamento que a Ministra Marina Silva, uma figura emblemática, esteja naquela Pasta e que tenha poucos meios para impedir a ação daqueles que pensam erradamente que desenvolver a Amazônia é adotar um modelo convencional de desenvolvimento, que esse modelo seja o caminho para a nossa região, porque não é.

Sempre tenho dito e repetido: ou o Brasil tem um projeto nacional para a Amazônia que contemple recursos permanentes, um planejamento global, zoneamento ecológico e econômico, ou deixem de conversa fiada, de bobagem, de ver fantasmas, de falar em internacionalização da Amazônia. A Amazônia não será internacionalizada coisa nenhuma, nem vamos perdê-la. O que ameaça a Amazônia não é a cobiça internacional, é a cupidez nacional, que está devastando a floresta em um ritmo alucinante, com a inação, com a inércia das autoridades federais, estaduais e municipais.

Sr. Presidente, fica aqui essa comunicação de Liderança como um alerta. Mas é claro que não bastam discursos, é preciso uma ação integrada de todos os Parlamentares da região, para que se ponha cobro a isso.

Era o que eu tinha a comunicar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Senador Jefferson Péres, estamos solidários com V. Ex<sup>a</sup> e sabemos que a Natureza não aceita desrespeito nem desafio.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por cinco minutos, para uma comunicação de Liderança.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estarei hoje dando entrada em um requerimento pedindo a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a tensão no campo brasileiro, ou seja, para investigar fazendeiro que se arma e, sem dúvida alguma, o MST, que agita desmesuradamente o quadro político deste País.

O requerimento está às ordens de Parlamentares da base governista, da base oposicionista e à disposição de todos os Srs. Senadores, para que possamos, o quanto antes, começar um trabalho em defesa da economia brasileira, porque, do jeito que a coisa vai, o MST, em pouco tempo, estará desestimulando novos investimentos na agricultura e complicando a vida do setor mais produtivo da nossa economia: a agricultura, que poderá, neste ano, significar um saldo na balança comercial de US\$ 21 bilhões a US\$ 22 bilhões. É a agricultura que tem sustentado o equilíbrio da nossa balança comercial de há bom tempo para cá.

Enfim, que essa iniciativa seja vista como algo de interesse do País, de interesse do Parlamento, portanto, de dever do Parlamento e, não, atitude da Oposição a ser boicotada pelo Governo, ou, se fosse o contrário, atitude do Governo a ser boicotada pela Oposição. É de interesse nacional e, portanto, seria muito bom se todos os Líderes, concordando com a iniciativa, assinassem de plano o pedido de constituição dessa comissão parlamentar de inquérito, que estudará a fundo a questão do campo brasileiro e a tensão que por aí está a se avolumar.

Vejo que o Governo do Presidente Lula da Silva tem sido muito flácido em relação ao MST; indulgente, concessivo, permissivo, flácido e tolerante ao extremo. A energia demonstrada por militantes do PT para vaiar a Vice-Governadora do Palácio do Planalto, numa desmesurada demonstração de falta de cortesia política, não é parecida com a flacidez em relação ao MST. A energia e o rigor demonstrados – e não quero me envolver em assuntos de economia interna de partido algum, apenas no que, eventualmente, puder atingir a questão democrática no País – em relação, por exemplo, à Senadora Heloísa Helena, que é tratada como se fosse um Trotsky, por uma visão stalinista – e aí eu diria que a Deputada Luciana Genro passa a ser um Kamenev e o outro Deputado passa a ser Zinoviev –, o que nós estamos vendo, sem dúvida alguma, é a perseguição de um certo aparelho de Estado, de um certo aparelho de partido a todo e qualquer segmento que pense de maneira divergente do chamado núcleo de poder. Isso se abateu recentemente sobre o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quase lhe foi negado o direito de opinar sobre o quadro econômico em que nós vivíamos. Foi necessária uma reação veemente e forte de amplo espectro de pessoas ligadas ou não à figura de S. Ex<sup>a</sup> para que se estabelecesse algo tão simples quanto a água deve ser clara, quanto a água deve ser transparente: que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem o

direito de falar, assim como a divergência não é um crime, assim como é doloso, sim, se vaiar, em uma cerimônia oficial, no Palácio do Planalto, a Vice-Governadora do Distrito Federal.

Eu vejo com muita energia e até como uma visão autoritária, em um Governo que começa a respingar, a sua volta, algum questionamento ético – e é tão cedo para isso – e, ao mesmo tempo, eu vejo o Governo, assinando, quem sabe, a sua própria sentença de morte, ao permitir a atuação do Movimento dos Sem-Terra, que, para mim, não é um movimento social e sim um movimento revolucionário de cortes zapatas, atrasado, delirante, disposto a enfrentar a Constituição e a desrespeitá-la, não é que sem querer o faça, propositadamente o faz, até porque o seu objetivo maior e delirante é precisamente desmontar a ordem estabelecida e substituí-la por outra que lembra, de fato, os tempos heróicos e inconseqüentes de Emiliano Zapata. O Governo está perdendo muito espaço político com isso. Eu sinto que a situação foge do controle. A atitude do Ministro Rossetto de entregar a máquina do Incra para o MST é deplorável. É uma atitude estulta, estúpida, sem lucidez, que corresponde a uma certa cor fisiológica. O Governo trata com fisiologia a quem quer, com violência a quem resiste aos seus **dictatis** e resolveu fazer fisiologia com o MST, ou seja, “se vierem para a máquina, quem sabe se acalmam os nossos companheiros do MST”, disseram eles. Mas não se acalmaram; ao contrário, estão usando a máquina oficial, o Incra, para, a partir dela, aparelhar uma luta que é de desorganização e de desmonte da agricultura brasileira, que é o pilar da economia deste País.

Portanto, o alerta está feito. Peço do Governo, e até exijo e lhe cobro, mais espírito democrático em relação a quem dele divirja. Peço respeito a quem tenha opinião diferente e, por outro lado, mais energia, mais vigor, mais coragem – o que está faltando – ao lidar com esse problema gravíssimo da terra, que pode desestabilizar um Governo, a agricultura e a economia do País, ao lidar equivocadamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O pedido de constituição da CPI já está correndo o plenário. Eu gostaria de vê-lo aprovado pela consciência dos meus pares, mas não com esse crivo de Oposição para um lado e Governo para outro, por entender que agricultura é problema do País inteiro; a estabilidade política é problema do País inteiro; a questão democrática é problema do País inteiro. Tenho certeza absoluta de que ninguém do PT ou de qualquer setor, de qualquer espectro, partidário ou ideológico, neste plenário se recusará a assinar a co-

missão parlamentar de inquérito que ora proponho, que será constituída para investigar essas atividades que, para mim, estão muito além do criminoso, essas atividades desestabilizadoras da economia e da política, hoje a pleno vapor exercidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores esta é uma semana de comemorações para o Estado da Bahia.

Primeiramente, registro que hoje, 2 de julho de 2003, comemoramos 180 anos de independência da Bahia. Trata-se de uma das maiores festas cívicas deste País, que para muitos representa a verdadeira independência do Brasil. Afinal, no dia 2 de julho de 1823, os baianos expulsaram definitivamente as tropas portuguesas que ocupavam Salvador e consolidaram, quase um ano depois o grito de independência ou morte proclamado por Dom Pedro I.

Desde então o povo baiano comemora a sua independência realizando, em todo dia 2 de julho, uma sempre entusiástica caminhada, em homenagem à entrada do Exército Brasileiro pela antiga Estrada das Boiadas, atual Liberdade, na velha cidade de Salvador.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de congratular o povo baiano neste dia e associar-me a essa demonstração de nacionalidade e orgulho pelo meu Estado.

Além disso, também para minha satisfação como parlamentar baiano, no domingo passado, dia 29 de junho, o Pólo Petroquímico de Camaçari completou 25 anos de operação.

Resultado de uma hábil condução política do hoje Senador Antonio Carlos Magalhães e da decisão pessoal do ex-Presidente Ernesto Geisel, visando, à época, reduzir as gritantes desigualdades regionais que ainda hoje persistem, o Pólo Petroquímico de Camaçari comemora um quarto de século. O uso intensivo do plástico no Brasil, que teve início na década de 50, gerou a necessidade de implantação de um parque industrial nacional.

Contando com a participação significativa da Petroquisa, subsidiária da Petrobras, o Pólo de Ca-

maçari iniciou suas atividades sob o modelo tripartite, isto é, sua composição acionária possuía capital estatal, capital externo e capital privado nacional.

Por tratar-se de um setor de capital intensivo, e pela incapacidade do Estado para tanto, a partir de 1992 iniciam-se as privatizações no setor petroquímico. A meu ver, a saída da Petrobras do setor, via privatizações, foi, além de lamentável, precipitada. A privatização no pólo baiano gerou uma pulverização de controle criando no setor uma intrincada...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio ao Plenário, por favor, pois há um orador na tribuna.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – (...) teia de participações cruzadas e interesses, o que resultou em certa desarticulação entre as cadeias produtivas de Camaçari.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a indústria petroquímica brasileira está situada entre as maiores do mundo e encontra-se com crescimento muito aquém de seu potencial. A cadeia petroquímica no Brasil representa cerca de 8% do PIB industrial nacional, com faturamento de US\$17 bilhões por ano. Na década de 90, as taxas médias de crescimento do setor eram três vezes a taxa do Produto Interno Bruto.

Vejam, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a importância desse setor para a economia da Bahia e do Brasil!

Afinal, em termos de produção, o pólo baiano responde por aproximadamente 50% da demanda nacional de produtos químicos e petroquímicos básicos, intermediários e finais. O pólo tem uma participação superior a 15% no PIB baiano e contribui com cerca de 15% da arrecadação de ICMS estadual.

Entretanto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de trazer à reflexão alguns pontos que considero de suma importância para o futuro do setor petroquímico brasileiro e que merecem atenção desta Casa e do Governo Federal:

1. A incapacidade da Petrobras em atender a demanda de nafta do setor petroquímico. Nenhum pólo pode depender da importação desse insumo.
2. A fixação de preços da nafta pela Petrobras, que tem levado em consideração, sobretudo, o seu preço no mercado externo, sem considerar sua implicação no desenvolvimento do País.
3. A utilização do gás natural como fonte alternativa de energia para o desenvolvimento da indústria petroquímica.
4. A falta de competitividade dos produtos petroquímicos nacionais no mercado internacional. Em parte pela dependência da nafta importada a pre-

ços elevados e, também, pela cumulatividade dos tributos incidentes no setor: a Cofins, a CPMF e até o ICMS.

5. A ausência da Petrobras no setor petroquímico. Seria muito positivo para o País que a Petrobras voltasse a participar diretamente desse processo produtivo. A Petrobras, no nosso entendimento, deve olhar sempre para todo setor da cadeia, inclusive preenchendo áreas como a de distribuição do GLP, o gás de cozinha, mais importante hoje, quando a Ultragás anuncia a compra da Shell no setor, ficando praticamente com um quarto da distribuição do produto no País.
6. O desenvolvimento de novas tecnologias para o setor – é preciso que se atente para isso. É injustificável, por exemplo, a inexistência de um fundo setorial para a indústria petroquímica.

Por essa razão, estou apresentando um projeto para reparar a ausência de investimentos no setor.

Para tornar-se mais competitivo no mercado internacional, é fundamental que o setor possua recursos para aplicar em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico.

Somente dessa forma poderemos comemorar, no futuro, mais 25 anos de operação do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador César Borges, para uma comunicação urgente, por cinco minutos.

Em seguida, terá assegurada a palavra o Senador Paulo Paim.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mais uma vez sinto necessidade de vir a esta tribuna para tentar sensibilizar o Governo Federal e os seus Líderes nesta Casa para o grave problema que a cidade de Salvador está sofrendo hoje devido à falta de liberação de recursos do Governo Federal para a construção do metrô.

Foi feito um contrato entre o Governo Federal, o Governo da Bahia e o Município de Salvador e essa parceria independe de quem esteja à frente do Governo. Trata-se de um compromisso com o povo da cidade de Salvador para a construção do sistema metropolitano.

Venho a esta tribuna por causa do ofício do Ministério das Cidades ao Sr. Prefeito Municipal da cidade de Salvador, Dr. Antônio Imbassahy, depois de um

longo tempo de silêncio, onde apresenta a verdade sobre o assunto. Diz o ofício:

Identificado o contrato, verificamos que não existe impedimento ao repasse de recursos a contratos firmados para obras civis. Entretanto, por ora estamos impossibilitados de atendê-lo, uma vez que permanece a restrição nos limites orçamentários e financeiros, imposta pelo contingenciamento a este Ministério, o que tem dificultado o fluxo normal de repasses de recursos, tanto do Bird como da contrapartida da União, à Companhia de Transportes Urbanos de Salvador – CTS.

Entretanto, estamos aguardando procedimento da área econômica para ampliação desses limites, visando a atender os projetos prioritários deste Ministério, especificamente na área de transporte.

Confessa o Ministério das Cidades que é o contingenciamento, a falta de liberação de recursos por parte do Ministério da Fazenda, da área econômica do Governo, que está impondo a paralisação da obra, o que trará um prejuízo imenso à população mais pobre de Salvador.

Esta é a terceira vez que venho à tribuna para abordar o assunto, esperando sensibilizar a Bancada da Maioria, os Líderes do Governo – e aqui está o Senador Tião Viana –, para a questão do metrô de Salvador. Inclusive o seu próprio Partido lá na Bahia se diz empenhado em resolver esse problema. O Líder do PT na Câmara dos Deputados disse que teria uma reunião com o Presidente Lula, com o Ministro Palocci, e que daria uma posição à cidade de Salvador sobre a liberação desses recursos. Além da não-liberação dos recursos, as obras estão sendo paralisadas e noticiam os jornais que mais de seis mil empregos diretos e indiretos serão perdidos, número maior do que o anunciado inicialmente pelo Ministro Jacques Wagner para iniciar o Programa Primeiro Emprego. Serão seis mil desempregados em função da paralisação dessa obra.

Agora, o Ministério das Cidades vem dizer, Senador Tião Viana, que está impossibilitado de liberar os recursos, depositados na agência do Banco do Brasil em Nova Iorque, porque permanece restrição nos limites orçamentários e financeiros, em decorrência do contingenciamento, para fazer face ao superávit primário de quase 7%, pago pela Nação brasileira, infelizmente, com a paralisação das principais obras de responsabilidade do Governo Federal.

Portanto, trata-se de uma realidade extremamente perniciosa, prejudicial, a essa obra, cuja paralisação acarretará custos adicionais de desmobilização e custos posteriores de mobilização. E quem será responsabilizado por esses custos adicionais, pagos com recursos públicos, recursos do Erário?

O Tribunal de Contas da União deve estar atento, porque a falta de ação do Governo Federal e de cumprimento do contrato existente com o Estado e com a Prefeitura vem acarretando esse prejuízo muito grande, em especial à população mais pobre e mais carente do meu Estado, que seria a primeira beneficiária da conclusão desse projeto.

Veja bem, Sr. Presidente, que, desde o início do ano, o Prefeito Antônio Imbassahy, as lideranças políticas da Bahia, os Deputados e os Senadores vêm trabalhando para a liberação desses recursos. Inclusive, as lideranças locais baianas do PT diziam que iam se associar a essa liberação, que, infelizmente, até hoje não aconteceu. É preciso que se tome uma providência urgentemente, para que essa importante obra não sofra solução de continuidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Pergunto ao Senador José Agripino se, como Líder, toleraria esperar por mais cinco minutos para fazer o seu pronunciamento, para que o Senador Paulo Paim pudesse se manifestar. (Pausa.)

Obrigado, Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na verdade, quero encaminhar à Mesa dois artigos. O primeiro deles, publicado no **Correio Braziliense**, conta a história bonita do Ministro Joaquim Barbosa, que foi funcionário desta Casa, escrita na visão da própria Direção do Senado. O outro, Sr. Presidente, leva o título “Preconceito e Fé: a história da imagem que mudou de cor”.

Sr. Presidente, na pequena Barra dos Coqueiros, na região de Encantado, a santa que leva o nome de Nossa Senhora de Loreto é negra e foi pintada de branco. No entanto, como o meu Rio Grande está avançando muito nessa luta contra os preconceitos, fez-se um grande movimento na comunidade. O artigo mostra, com muita competência, que a cidade mandou que novamente fosse reproduzida a cor original de Nossa Senhora de Loreto, que voltou a ser negra.

O artigo é muito claro, muito competente, escrito com muita qualidade, e, por isso, Sr. Presidente, peço que seja inserido nos Anais da Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância do Líder do PFL.

*SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a igualdade de todos perante a lei é um princípio fundamental da Constituição de 1988, que, inclusive, considerou o racismo como crime inafiançável e imprescritível (art. 5º, XLII). É fato também que a sociedade brasileira tem dado passos decisivos visando à inclusão da população afro-descendente em todos os níveis decisórios da Nação. É incontestável que as Cortes Supremas representem um espectro mais amplo da sociedade, sendo essa uma tendência mundial que já ocorre há mais de 30 anos.

Assim, saúdo com alegria, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a publicação no último dia 27 de junho, no **Correio Braziliense**, do artigo de autoria do Diretor-Geral desta Casa, Agaciel da Silva Maia, intitulado “O Ministro Joaquim Barbosa”. É digno de nota que, não obstante as pesadas responsabilidades inerentes ao seu cargo, o nosso Diretor tenha sido sensível ao fato histórico de que pela primeira vez em nossa história republicana um ministro negro tenha sido conduzido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para compor o colegiado de nossa mais elevada Corte de Magistratura, o Supremo Tribunal Federal.

Neste artigo, Agaciel Maia faz um brilhante resumo da trajetória política e social do Ministro Joaquim Barbosa que, ainda, nos anos de 1970, foi funcionário da Gráfica do Senado Federal por cerca de quatro anos e é detentor de um currículo, por todos os méritos, digno de louvor:

Sinto que esse texto, por sua importância histórica, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, merece constar dos anais desta Casa, uma vez que defende os postulados de um Brasil mais justo, fraterno, solidário e inclusivo.

Muito obrigado.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

#### **O MINISTRO JOAQUIM BARBOSA**

Agaciel da Silva Maia(\*)

A sociedade brasileira tem dado passos decisivos visando à inclusão da população afro-descendente em todos os níveis decisórios da nação. É fato in-

contestável que as cortes supremas representem um espectro mais amplo da sociedade, sendo essa uma tendência mundial que já ocorre há mais de 30 anos. A Suprema Corte dos Estados Unidos teve seu primeiro ministro negro em 1965. Em 1980 a primeira mulher foi nomeada um de seus membros. Várias outras cortes têm hoje essa diversidade na sua composição.

É promissor constatar que no Senado Federal um projeto de lei de autoria do presidente da Casa, o senador José Sarney, estabelece uma cota mínima de 20% para a população negra no acesso a cargos e empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Na Câmara dos Deputados, está em tramitação projeto do deputado Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, que objetiva criar um estatuto da igualdade racial, com medidas em diversas áreas, incluindo a fixação de cotas para negros nos setores público e privado, nas universidades públicas e privadas, e em programas televisivos, produções cinematográficas e peças publicitárias. No Judiciário, destacamos a ação do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, que aprovou a adoção do sistema de cotas para negros na contratação de serviços terceirizados para o STF, reservando para eles 20% das vagas.

O Senado Federal se sentiu duplamente gratificado com a indicação pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do jurista Joaquim Benedito Barbosa, para integrar a mais alta Corte de Justiça do país: por ser o primeiro ministro negro a ter assento no STF e por ter trabalhado nos anos de 1970 na Gráfica do Senado, hoje Secretaria Especial de Editoração e Publicações, tendo sido posteriormente oficial de chancelaria do Itamarati, assessor jurídico do Serpro e consultor jurídico do Ministério da Saúde.

O ministro Joaquim Benedito Barbosa, 48 anos, natural de Paracatu (MG), tem uma biografia luminosa. Ele fez mestrado em direito constitucional, direito administrativo e direito público comparado e tem doutorado em direito público pela Universidade de Paris-2. Ademais, é o mais renomado especialista no estudo de ações afirmativas, como o combate ao preconceito racial e contra minorias, sendo autor do livro *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade*. Sinto ser oportuno destacar dessa obra o pensamento perspicaz do ministro Barbosa, bem expresso no seguinte excerto: "O Brasil jamais empreendeu movimento sério no sentido de combater a discriminação racial e promover a integração dos negros na sociedade. As propostas até hoje não passam de artimanhas diversionistas..." É uma obra extremamente

pertinente a todos quantos trabalham pela eliminação do preconceito racial em nosso país.

O ministro Joaquim Barbosa foi também procurador da República no Rio de Janeiro e em Brasília, desde 1992. Deve-se destacar que o ministro tem lecionado como professor-adjunto do Departamento de Direito do Estado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e como professor visitante da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, Estados Unidos.

Com 11 membros, o STF julga causas de caráter constitucional, entre as quais figuram as reformas que o governo está propondo na Previdência e no sistema tributário. Além de temas como esses, o STF é responsável por julgar a constitucionalidade de leis e processos penais contra autoridades.

Saudamos com grande satisfação a longa e árdua caminhada dos afro-descendentes em busca de justiça e de inclusão. Afinal, é mais um dos desdobramentos da visão de três grandes ícones na luta contra a discriminação e o preconceito racial, luta essa que recebeu forte impulso internacional com a premiação de três líderes negros com o Prêmio Nobel da Paz: Albert Luthuli (1960), Martin Luther King (1964) e Desmond Tutu (1984). Todos eles deixaram evidente o óbvio: o racismo não é uma luta apenas das vítimas, mas de todos os cidadãos de boa vontade, não importando a cor da pele ou ascendência étnica.

(\*) Agacieli da Silva Maia, economista, é Diretor-Geral do Senado Federal e do Conselho Universitário da Universidade Católica de Brasília

## PRECONCEITO E FÉ: A HISTÓRIA DA IMAGEM QUE MUDOU DE COR

30-6-03

A fé que move uma comunidade inteira. Na pequena Barra do Coqueiro, município de Encantado, os moradores se unem nas orações a Nossa Senhora de Loreto: padroeira dos aviadores e dos doentes. Nem sempre foi assim...

Como reza a tradição, as imagens de Nossa Senhora de Loreto sempre são esculpidas em madeira escura. A da cidade foi trazida para o Brasil por imigrantes italianos em 1900. Mas quando chegou ali a Santa Negra não agradou a todos os fiéis.

Dona Elide de Lazari lembra as histórias contadas pelo pai: "Eles não admitiam ter a santa padroeira deles preta, queriam destruir a santa".

Para que a comunidade voltasse a conviver em paz, um padre da época tomou uma atitude radical. Com camadas de tinta branca escondeu o motivo da

discórdia. Dona Carolina Gianezini, de 93 anos, estava lá no dia em que Nossa Senhora foi pintada.

“Pintaram. Foi um padre. Pintaram de branco; ele gostava de branco”, lembra.

Foram 78 anos até que a santa mudasse de cor. E foi a curiosidade de Odacir Nonemacher que confirmou o que já tinha virado uma lenda: “Eu vi que tava pintada de branca, bem retinho, em cima era preto”.

Os moradores se reuniram e decidiram remover esse episódio da história da cidade. A imagem foi restaurada. A Santa voltou a ter a cor original e a comunidade, a fé no respeito às diferenças.

“A santa tem que ser santa, mesmo que seja pintada de qualquer jeito. Ela é bonita assim”, ensina Jenifer Rodrigues, de 9 anos.

Hoje, nem todas as imagens de Nossa Senhora de Loreto são escuras. A cor negra estava presente nas imagens originais da santa, feitas de cedro do Líbano.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Jose Agripino, como Líder do PFL, por cinco minutos. Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, queria fazer um registro que, na verdade, significa uma preocupação, uma indagação, uma dúvida que o Partido da Frente Liberal tem com relação à votação da reforma política, questão que reputo ser importantíssima.

Como é do conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>, a reforma política já foi, na sua essência, votada no Senado. Há bem mais de um ano, foram votados no Senado e entregues à Câmara temas importantes como as listas fechadas; o financiamento público de campanha, intrinsecamente ligado à eleição por listas partidárias fechadas; a fidelidade partidária, aprovada no Senado e entregue à Câmara por intermédio do dispositivo que estabelece a fidelidade partidária pela exigência de filiação partidária por quatro anos para registro de candidatura; e a cláusula de desempenho de Partido político, que é uma exigência fundamental para que o Partido político seja nacional e disponha de tempo de rádio e televisão e fundo partidário.

Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o PFL, quando convidado para uma hipotética reunião com Sua Excelência, o Presidente da República, para discutir a pauta da convocação extraordinária, teria uma única colocação e faria um único pedido ou uma única exigência, se lhe fosse dado ou permitido fazê-lo: a inclusão da

votação da reforma política na pauta da convocação extraordinária.

Infelizmente, o Congresso não foi chamado a opinar. Pelo contrário, foi apenas comunicado da decisão do Presidente de convocá-lo para uma pauta que Sua Excelência preestabeleceu. Pelo menos com o PFL, não se discutiu nada.

Posto isso, Sr. Presidente, desejo fazer uma revelação, uma constatação: qual é a do PT? Não estou entendendo. O PT foi nosso parceiro durante muito tempo, por ocasião da discussão das reformas políticas, abordando os temas que acabei de mencionar. Era nosso parceiro, discutiu e votou conosco, propôs, reformou, mas ao final votou, e a matéria, hoje, encontra-se na Câmara dos Deputados.

O PFL desejava que essa matéria constasse da pauta da convocação extraordinária. Não lhe foi dada a oportunidade de incluí-la porque o diálogo não foi aberto, mas, ontem, entre surpreendido e gratificado, eu vi, na última página do **Jornal da Câmara**, ocupando a página inteira ou quase duas folhas, um convite da Câmara dos Deputados, feito pelo Presidente da Câmara, o Deputado petista João Paulo, para o lançamento de um livro, denso, consistente, que reunia depoimentos e reflexões de estudiosos sobre a questão da reforma política. O livro trata, fundamentalmente, do tema reforma política. Para o lançamento do livro, que coincidia com o encerramento de um seminário sobre reforma política, convidava-se Sua Excelência, o Presidente Lula, para se fazer presente. E o Presidente veio.

Esses são fatos da maior importância, que colocam em relevo o tema reforma política: um seminário, o lançamento de um livro que traz estudos sobre a questão e a presença do Presidente da República.

O Presidente da República é do PT. O Presidente da Câmara é do PT. O livro – é claro – não é do PT, mas todas as iniciativas foram do PT. Pergunto: se a reforma política é um fato tão importante, ao qual se deu, ontem, tanta importância, por que ela não é votada?

Está correndo uma manifestação de Líderes, solicitando a inclusão da reforma política na pauta da convocação. Eu gostaria de ouvir uma manifestação do PT com relação à discussão da reforma política. Se o PT não quiser me responder ou ao Plenário, pura e simplesmente aponha a assinatura da sua Liderança para o encaminhamento, durante as discussões constantes da convocação extraordinária, da inclusão do tema reforma política. Do contrário, a Nação vai imaginar que estamos aqui – nós não, mas al-



guns – num jogo de “faz de conta” e que não é interessante a credibilidade da classe política.

Manifestando, portanto, a minha estranheza com o fato que aconteceu ontem, mas aplaudindo a essência do fato, eu gostaria de convocar a manifestação explícita do Partido dos Trabalhadores com relação à reforma política. Vamos fazer o que fizemos no passado. Vamos debater, discutir e aprimorar um dispositivo que é fundamental e interessante à condução daquilo que representa a sociedade brasileira, os Partidos políticos.

Se se quer, realmente, aprimorar, se se quer dar uma contribuição no sentido de que a sociedade possa ser corretamente interpretada – e por Partido político –, vamos votar o que o Senado já votou na Câmara dos Deputados e incluir, na pauta da convocação, o tema reforma política, para eliminar a dúvida que possa estar passando pela cabeça de quem quer que seja de que no Congresso se faz o jogo do “faz de conta”.

Com a palavra o Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Líder do Bloco, Senador Tião Viana, por cinco minutos.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, agradeço ao Senador José Agripino pela contribuição que traz ao Senado e ao Brasil expondo um tema vital para toda a sociedade brasileira, de modo muito distinto para a classe política. Entendo que, no mérito, o Senador José Agripino está coberto de razão. Impõe-se uma reforma política a este País que mostre a responsabilidade centrada de todos os partidos na construção da democracia e na afirmação das mudanças do Estado em favor da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, o Senador sabe das discussões que nós, Líderes, já tivemos sobre o tema. Foi um compromisso de posse do Presidente do Senado e do Congresso, Senador José Sarney, a responsabilidade de o Congresso fazer a sua parte no grande debate nacional e conduzir a reforma política. Entendemos, num diagnóstico dos Líderes, que essa matéria, hoje transferida para a Câmara dos Deputados, encontra barreira de evolução porque muitos Deputados entendem que uma decisão tomada agora pode prejudicar a sua próxima disputa eleitoral. Portanto, temos que achar uma saída honrosa para esses Deputados e lhes mostrar que o tema é necessário e superior ao pensamento individual.

A decisão sobre a convocação extraordinária foi partilhada entre o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, o Presidente da República e várias li-

deranças partidárias. Pessoalmente, entendo que foram ouvidas pelo Presidente João Paulo – pelo menos tenho informação de que S. Ex<sup>a</sup> ouviu – todas as lideranças partidárias para colher sugestões sobre as matérias que entrariam na pauta.

O meu entendimento, Senador, é de que podemos contribuir, porque não há divergência entre nós. Pessoalmente, penso que é fundamental e inadiável o encaminhamento da reforma do Judiciário neste momento e, paralelamente a ela, encaminharmos a reforma política. Sei que é uma matéria centrada em seus detalhes hoje legislativos na Câmara dos Deputados, mas podemos incluir no aditamento da convocação – que é permitido agora – a reforma política. Estou plenamente ao lado de V. Ex<sup>a</sup> no encaminhamento dessa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador Rodolpho Tourinho já tratou da data magna baiana, o 02 de julho. Eu optei por dividir o meu dia entre a passeata na Bahia, em comemoração aos heróis da independência verdadeira do Brasil, que se fez na Bahia, e esta sessão convocada por V. Ex<sup>a</sup>.

Gostaria de dizer que os baianos foram hoje, em multidão, para as ruas da cidade e, num gesto de generosidade, tão comum ao povo da Bahia, aplaudiram os seus líderes, inclusive o Senador que fala neste instante. Os aplausos foram de ponta a ponta, numa demonstração do quanto eu estava certo em defender o mandato do povo baiano nesta Casa. E como estava feliz o povo baiano de ter o seu Senador participando de sua festa magna!

Realmente, o 2 de julho é um dia singular na vida dos baianos. Ninguém anuncia, as televisões falam pouco sobre o que vai acontecer nesse dia, mas, na realidade, a população toda vai à rua para reverenciar os heróis dessa data, inclusive o trajeto que a cabocla, que tanto significado tem na vida da Bahia, faz durante a manhã e à tarde.

A Bahia realmente está de parabéns pelos 180 anos de sua independência política. Hoje, a sua luta é pela independência econômica, que deve ser também a luta de todo o Nordeste. É por isso que estou aqui, nesta hora, para dizer aos brasileiros que não se pode esquecer essa região e muito menos esse Estado, onde nasceu o Brasil e onde os acontecimentos cívicos mais importantes aconteceram.

Por isso, venho pedir ao Governo Federal, em particular ao Presidente da República, nesses 180 anos de independência do Brasil – porque foi feita na Bahia – e do sesquicentenário de Maria Quitéria, que fique mais atento aos problemas por que a Bahia atravessa. O seu Governador, que conosco desfilou hoje, Dr. Paulo Souto, assim como o Prefeito Imbassahy e os Secretários de Estado, todos eles estão dispostos a colaborar, mas não querem que a Bahia seja retaliada.

Hoje, dia da Bahia, é o dia em que vamos fazer um apelo ao Senhor Presidente da República, de que não permita que continue a sabotagem atualmente existente contra o metrô da Bahia. Se o Governo quiser, teremos, no próximo ano, o metrô pronto. Todos os metrôs do Brasil foram feitos com dinheiro federal. No caso do metrô da Bahia, o nosso Estado também participa diretamente com recursos próprios. No dia da independência da Bahia, não se podem separar os assuntos pendentes junto ao Governo Federal. E tenho a certeza de que os verdadeiros líderes do PT nesta e na outra Casa do Congresso não vão se furtar a ajudar – ao contrário do que dizem, que eles sabotam – para que essa realização se faça nessa comemoração da Bahia, pelo menos com o anúncio do Presidente da República ou da autoridade responsável.

Hoje é um dia feliz para todos os baianos, Sr. Presidente, mas é um dia também importante para o Brasil. Lá houve luta, houve derramamento de sangue. Não foi uma independência proclamada apenas por palavras, mas com luta, com sangue dos baianos. E é esse sangue dos baianos que represento neste instante para apelar ao Presidente da República para olhar mais para aquele Estado, que lhe deu, talvez, a mais importante votação no Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 519, DE 2003**

**Requer informações, ao Ministro-Chefe da Casa Civil, sobre os estudos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, vinculado à Presidência da República, acerca do tratamento e controle de capitais de curto prazo aplicados no Brasil.**

Requeiro, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, bem como para que sejam obtidos subsídios para o próximo exame, no Senado, da reforma tributária, no momento em tramitação na Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas ao senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Informações acerca de estudos que se desenvolvem no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em relação ao tratamento aos capitais de curto prazo aplicados no Brasil

#### **Justificação**

A Constituição Federal, no artigo 49, item X, atribui ao Congresso Nacional a função fiscalizadora e de controle dos atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta. Para o adequado cumprimento dessa prerrogativa, o Senado Federal necessita inteirar-se oficialmente acerca dos estudos que se processam no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, vinculado à Presidência da República quanto ao controle e tratamento ao capital de curto prazo que aplica no Brasil.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2003. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Senador João Batista Motta, estamos na leitura do expediente, mas concedo a V. Exª a palavra pela ordem.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PPS – ES) – Sr. Presidente, gostaria de fazer a minha inscrição, pela Liderança, para falar após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Será registrado o nome de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 520, DE 2003**

Com fundamento no disposto no art. 256, inciso I, do Regimento Interno da Casa, requeiro a retirada

do Projeto de Lei do Senado nº 179, de 13-5-2003, de minha autoria.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, 2 de julho 2003. – **Paulo Paim**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

##### REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Art. 256. A retirada de proposições em curso no Senado é permitida:

I – a de autoria de um ou mais Senadores, mediante requerimento do único signatário ou do primeiro deles;

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256, §2º, inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 521, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do **caput** do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao diretor-presidente do Jornal **A Notícia**, de Joinville, o Senhor Moacir Thomazi, ao jornalista Luis Fernando Assunção e ao fotógrafo Pena Filho, em função da série de reportagens que vem sendo publicadas sobre os mortos da ditadura militar em Santa Catarina.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2003. – Senadora, **Ideli Salvatti**.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 522, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no disposto na alínea **b**, do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pe-

sar pelo falecimento do Comunicador Hilton Lopes, ocorrido sábado, dia 28 de junho, na cidade de Aracaju-SE, para ser enviado à família enlutada e ao Sistema Atalaia de Comunicação.

#### Justificação

O falecimento de Hilton Lopes, aos 75 anos, ocorrido sábado, dia 28 de junho, em pleno exercício da profissão que mais o realizava, deixa uma grande lacuna no cenário artístico-cultural do nosso estado.

Homem simples, de espírito elevado, um verdadeiro mestre, Hilton Lopes contribuiu de forma resoluta para alavancar a cultura regional, sempre incentivando o carnaval de rua e os festejos juninos.

Responsável pelo grande sucesso do “Clube do Povo”, quando o carnaval na capital tinha como maior destaque a realização do reinado de Momo na Praça Fausto Cardoso, Hilton Lopes não se contentou, e tratou de engendrar uma nova estratégia para o carnaval sergipano, que consistiu em levar para os municípios praianos e ribeirinhos a alegria dessa festa, que hoje desfruta de grande prestígio e popularidade em Pirambu, Neópolis e outras cidades do interior sergipano.

Além disso, como multifacetado artista, atuou como baterista, compositor e cantor em diversas bandas e participou em 1969 do 1º Festival da canção realizado no Colégio Atheneu e promovido pela Rádio Atalaia.

Em decorrência do exposto, submeto à alta consideração dos demais Senhores Senadores o presente Requerimento de Pesar pelo falecimento do Comunicador Hilton Lopes, que ao longo do tempo proporcionou ao povo sergipano alegria e entretenimento.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2003. – **Antonio Carlos Valadares**.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito que V. Exª inscreva a Senadora Lúcia Vânia no tempo destinado à Liderança da Minoria, logo após a Ordem do Dia, em seguida ao orador já inscrito

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Será a segunda inscrita pela ordem de precedência.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, sou o terceiro orador inscrito no dia de hoje. Normalmente, pelo menos os três primeiros oradores inscritos costumam falar. Parece-me que o número de Líderes e pessoas inscritas vai-se estender de tal maneira que nem mesmo os três primeiros oradores vão conseguir falar. Peço a atenção de V. Ex<sup>a</sup> porque hoje, especialmente, tenho um pronunciamento muito relevante. Preciso fazer uma viagem às 18h e pediria a compreensão dos Líderes nesse sentido. Eu não serei tão longo no meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – V. Ex<sup>a</sup> colabora com a Mesa.

A Mesa vai intercalar as falas dos Srs. Senadores. Se os dois Senadores inscritos concordarem, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> será intercalado entre os dois. (Pausa.)

O Senador Eduardo Suplicy fará seu pronunciamento entre os dois Senadores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senador que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2003**

**Altera a redação dos arts. 50 e 52 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento urbano e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 50 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50. ....

.....  
Pena – Reclusão, de dois a oito anos, e multa.

Parágrafo único. ....

.....  
Pena – Reclusão, de quatro a dez anos, e multa.” (NR)

Art. 2º O art. 52 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52. ....

Pena – Reclusão, de quatro a dez anos e multa.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

A estagnação econômica e o aumento do desemprego são responsáveis diretos pela desenfreada ocupação irregular do solo urbano no País. O ponto mais visível dessa triste realidade é o crescimento das áreas favelizadas nas metrópoles.

Nas últimas décadas, a ocupação desvinculada da legalidade vem ganhando novos e preocupantes matizes. Em Brasília, por exemplo, é notória a existência de centenas de condomínios de classe média irregulares – estimam-se 300 deles –, localizados em terras públicas da União e do Distrito Federal.

O parcelamento do solo para fins urbanos é regulado pela Lei nº 6.766, de 1979, e por normas estaduais e municipais. Este diploma, além de estatuir os requisitos para a divisão e o uso das áreas urbanas, tipifica algumas condutas (arts. 50 e 52) como crimes contra a Administração Pública.

Julio Fabbrini Mirabete, consagrado penalista brasileiro, defende que, da origem até os dias atuais, “a pena sempre teve o caráter predominantemente de retribuição, de castigo, acrescentando-se a ela uma finalidade de prevenção e ressocialização do criminoso.

No caso específico da Lei nº 6.766, de 1979, percebe-se que a finalidade da prevenção não vem sendo alcançada pela norma, tendo em vista que, a despeito dos esforços das autoridades, a prática da ocupação irregular do solo urbano vem recrudescendo com o passar dos anos.

Nesse sentido, julgamos oportuno alterar a Lei nº 6.766, de 1979, aumentando as penas relativas aos tipos penais definidos nos arts. 50 e 52, de modo a efetivar o caráter preventivo da norma.

Importante ressaltar que as condutas tipificadas nos citados dispositivos são de difícil prova, requerendo esforço redobrado do Ministério Público, órgão responsável pela persecução penal. O aumento das penas cominadas dará mais tempo ao órgão ministerial para realizar seu trabalho, haja vista que a prescrição da pretensão punitiva será, em alguns casos, de até 16 anos, quando, atualmente, não ultrapassa os 12 anos.

Além disso, o projeto buscou agravar a pena do tipo penal descrito no art. 52, cujo sujeito ativo é o agente do Estado responsável pelo registro imobiliário.

rio. Pela redação vigente, pune-se com muito mais vigor quem loteou terrenos irregularmente do que a autoridade cartorial que perfez registro falso.

Entendemos que a conduta da autoridade, que exerce um múnus público, é mais reprovável do que a do cidadão comum. Com a finalidade de corrigir essa lacuna, o art. 2º da proposição confere ao agente público, responsável pelo registro de loteamento ou desmembramento irregular, pena idêntica àquele que vendeu ou prometeu vender lote não registrado.

Em face de todo o exposto e, especialmente, para resgatar a finalidade preventiva da norma penal, solicito o apoio dos ilustres Pares no Congresso Nacional, para o fim de ver aprovado o presente Projeto de Lei do Senado.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2003. – Senador **Paulo Octávio**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979

#### **Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.**

Art. 50. Constitui crime contra a Administração Pública:

I – dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta lei ou das normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios;

II – dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes do ato administrativo de licença;

III – fazer, ou veicular em proposta, contrato, prospecto ou comunicação ao público ou a interessados, afirmação falsa sobre a legalidade de loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, ou ocultar fraudulentamente fato a ele relativo.

Pena: Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Parágrafo único, O crime definido neste artigo é qualificado, se cometido:

I – por meio de venda, promessa de venda, reserva de lote ou quaisquer outros instrumentos que manifestem a intenção de vender lote em loteamento ou desmembramento não registrado no Registro de Imóveis competente;

II – com inexistência de título legítimo de propriedade do imóvel loteado ou desmembrado, ressalvado o disposto no art. 18, § 4º e 5º, desta lei, ou com omissão fraudulenta de fato a ele relativo, se o fato não constituir crime mais grave. (Redação dada pela Lei nº 9.785, 29-1-99).

Art. 52. Registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direitos, ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não registrado.

Pena: Detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2003**

**Altera o art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombolas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 49 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49. O crédito rural terá como beneficiários:

I – produtores rurais;

II – extrativistas não predatórios;

III – quilombolas e indígenas assistidos por instituições competentes;

IV – pessoas físicas que exerçam atividade rural por meio de arrendamento ou parceria, com contrato agrário formalizado, nos termos da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

V – consórcios e condomínios agrários de que trata o § 1º do art. 14, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964;

VI – pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como produtores rurais, se dediquem às seguintes atividades vinculadas ao setor:

a) produção de mudas ou sementes básicas, fiscalizadas ou certificadas;

- b) produção de sêmen para inseminação artificial e embriões;
- c) atividades de pesca artesanal e aqüicultura para fins comerciais;
- d) atividades florestais e pesqueiras. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O arrendamento e a parceria rural são formas contratuais bastante utilizadas em todo o mundo, que possibilitam o acesso à terra, até mesmo aos trabalhadores rurais mais pobres. No Brasil, os contratos agrários são regulamentados pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964).

Apesar de serem suficientemente regulamentados pela legislação brasileira, os contratos agrários não são tão populares, em comparação com países como Índia, Paquistão e Malásia. No Brasil, o excesso de contratos informais, reconhecidos como válidos pelo Estatuto da Terra, traz insegurança, tanto para os proprietários de terra como para os arrendadores.

Para os proprietários, há o risco de que os arrendatários venham pleitear junto à justiça o pagamento de direitos trabalhistas, e também o risco para a própria propriedade da terra, haja vista a grande pressão pela reforma agrária existente nas regiões tradicionais de arrendamento. Para os arrendatários, o risco se deve à possibilidade de descumprimento do contrato, graças ao poder político dos proprietários de terra.

Um avanço na legislação sobre contratos agrários foi instituído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 agosto de 2001, que modificou o art. 14 do Estatuto da Terra, criando, no Brasil, a instituição dos condomínios e dos consórcios agrários, formados por agrupamentos de pessoas físicas ou jurídicas, constituídos por sociedades por cotas, com o objetivo de exercer atividade agropecuária, extrativista vegetal, silvicultural, artesanal e agroindústria.

A vantagem dessa nova instituição jurídica é permitir, principalmente aos pequenos agricultores, a ampliação da escala de produção, o aumento do poder de barganha na compra de insumos agrícolas e na venda da produção, além da facilitação na obtenção de crédito rural.

Para reduzir a insegurança inerente aos arrendamentos e às parcerias, torna-se necessário a criação de mecanismos de incentivo à formalização dos contratos agrários. Um desses mecanismos seria justamente o reconhecimento dos arrendatários e parce-

iros que possuam contrato agrário formalizado, para serem beneficiários do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Aproveitando a oportunidade, como forma de fazer justiça às comunidades remanescentes de quilombos, propomos a inclusão dos quilombolas, ao lado dos indígenas, como beneficiários do crédito rural. Ressalte-se que resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) que regulamentam a matéria já os consideram como beneficiários. Entretanto, é importante que o legislador confira status de lei ordinária a essa determinação, fazendo constar da Lei Agrícola o reconhecimento, como beneficiários do crédito rural, a esses cidadãos brasileiros.

Nesse sentido, estamos apresentando o presente projeto de lei, que modifica a Lei nº 8.171, de 1991, com o objetivo de incluir, entre os beneficiários do crédito rural, os quilombolas, os arrendatários e os parceiros agrícolas, bem como os consórcios e condomínios, criados pela MPV nº 2.183-56, de 2001. Dessa forma, contamos com a colaboração dos nobres colegas para viabilizar o crédito rural aos detentores de contratos agrários formais e, conseqüentemente, incentivar essas formas alternativas de acesso a terra, contribuindo, assim, para a redução dos problemas fundiários brasileiros.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2003. **Tasso Jerissati.**

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.171. DE 17 DE JANEIRO DE 1991.

### Dispõe sobre a política agrícola.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

### Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º Esta lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.

.....

Art. 48. O crédito rural, instrumento de financiamento da atividade rural, será suprido por todos os agentes financeiros sem discriminação entre eles, mediante aplicação compulsória, recursos próprios livres, dotações das operações oficiais de crédito, fun-

dos e quaisquer outros recursos, com os seguintes objetivos:

I – estimular os investimentos rurais para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e instalação de agroindústria, sendo esta quando realizada por produtor rural ou suas formas associativas;

II – favorecer o custeio oportuno e adequado da produção, do extrativismo não predatório e da comercialização de produtos agropecuários;

III – incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada conservação do solo e preservação do meio ambiente;

IV – (Vetado)

V – propiciar, através de modalidade de crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais;

VI – desenvolver atividades florestais e pesqueiras.

Art. 49. O crédito rural terá como beneficiários produtores rurais extrativistas não predatórios e indígenas, assistidos por instituições competentes, pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como produtores rurais, se dediquem às seguintes atividades vinculadas ao setor:

I – produção de mudas ou sementes básicas, fiscalizadas ou certificadas;

II – produção de sêmen para inseminação artificial e embriões;

III – atividades de pesca artesanal e aqüicultura para fins comerciais;

IV – atividades florestais e pesqueiras.

Art. 107. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 108. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de janeiro de 1991; 170º da Independência e 103º da República. – **FERNANDO COLLOR – Antonio Cabrera Mano Filho.**

LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

**Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

## TÍTULO I

### Disposições Preliminares

#### CAPÍTULO I

#### Princípios e Definições

Art. 1º Esta lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

Art. 12. À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta lei.

Art. 13. O Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social.

Art. 14. O Poder Público facilitará e prestigiará a criação e a expansão de empresas rurais de pessoas físicas e jurídicas que tenham por finalidade o racional desenvolvimento extrativo agrícola, pecuário ou agro-industrial. Também promoverá a ampliação do sistema cooperativo e organização daquelas empresas, em companhias que objetivem a democratização do capital. (Vide Medida Provisória nº 2.183-56, de 24-8-2001)

Art. 128. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República. – **Humberto Castello Branco**, Presidente da República.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-56,  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

**Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 2º A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º .....

§ 1º Para os efeitos da Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra representará a União nos acordos, convênios ou contratos multilaterais referidos neste artigo.

§ 2º A União, mediante convênio, poderá delegar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o cadastramento, as vistorias e avaliações de propriedades rurais situadas no seu território, bem como outras atribuições relativas à execução do Programa Nacional de Reforma Agrária, observados os parâmetros e critérios estabelecidos nas leis e nos atos normativos federais.

§ 3º O convênio de que trata o **caput** será celebrado com os Estados, com o Distrito Federal e com os Municípios que tenham instituído órgão colegiado, com a participação das organizações dos agricultores familiares e trabalhadores rurais sem terra, mantida a paridade de representação entre o poder público e a sociedade civil organizada, com a finalidade de formular propostas para a adequada implementação da política agrária.

§ 4º Para a realização da vistoria e avaliação do imóvel rural para fins de reforma agrária, poderá o Estado utilizar-se de força policial.

§ 5º O convênio de que trata o **caput** deverá prever que a União poderá utilizar servidores integrantes dos quadros de pessoal dos órgãos e das entidades da Administração Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a execução das atividades referidas neste artigo.” (NR)

“Art. 14. O Poder Público facilitará e prestigiará a criação e a expansão de associações de pessoas físicas e jurídicas que tenham por finalidade o racional desenvolvimento extrativo agrícola, pecuário ou agro-industrial, e promoverá a ampliação do sistema cooperativo, bem como de outras modalidades associativas e societárias que objetivem a democratização do capital.

§ 1º para a implementação dos objetivos referidos neste artigo, os agricultores e trabalhadores rurais poderão constituir entidades societárias por cotas, em forma consorcial ou condominial, com a denominação de “consórcio” ou “condomínio”, nos termos dos arts. 3º e 6º desta lei.

§ 2º Os atos constitutivos dessas sociedades deverão ser arquivados na Junta Comercial, quando elas praticarem atos de comércio, e no Cartório de

Registro das Pessoas Jurídicas, quando não envolver essa atividade. (NR)

“Art. 95-A. Fica instituído o Programa de Arrendamento Rural, destinado ao atendimento complementar de acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais qualificados para participar do Programa Nacional de Reforma Agrária, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. Os imóveis que integrarem o Programa de Arrendamento Rural não serão objeto de desapropriação para fins de reforma agrária enquanto se mantiverem arrendados, desde que atendam aos requisitos estabelecidos em regulamento.” (NR)

Art. 8º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.183-55, de 27 de julho de 2001.

Art. 9º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 24 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – José Gregori – Pedro Malan – Francisco Dornelles – José Sarney Filho – Raul Belens Jungmann Pinto.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2003

**Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I, do art. 6º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º .....

I – a contribuição individual, por adesão, do agricultor familiar para o Fundo Garantia-Safra será de R\$6,00 (seis reais); devendo ser rateada com o parceiro outorgante, no caso de parceria agropecuária, na proporção definida no contrato formal, celebrado em conformidade com a legislação vigente, previsto no § 4º do art. 8º desta lei.

.....”(NR)

Art. 2º O art. 8º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:



“Art. 8º .....

.....  
 § 4º No caso da parceria agropecuária com agricultores familiares, fica assegurado o rateio da indenização paga pelo Fundo Garantia-Safra entre os parceiros outorgante e outorgado, na proporção de suas participações nos resultados da colheita, desde que estipulado em contrato formal, celebrado em conformidade com a legislação vigente. (NR)”

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 A adesão dos agricultores familiares e dos consórcios e condomínios de que trata o art. 14 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, ao Fundo Garantia-Safra será por adesão e observará as disposições do regulamento, observadas as seguintes condições:

.....  
 § 1º Para ter acesso ao benefício Garantia-Safra, os agricultores familiares são obrigados a participar de programas de capacitação, profissionalização e educação para convivência com o semi-árido.

§ 2º Para adesão dos consórcios e dos condomínios mencionados no **caput**, cada agricultor familiar não poderá deter, individualmente, a qualquer título, área superior ao limite de quatro módulos fiscais.

§ 3º Na contratação do benefício do Fundo Garantia-Safra, a participação dos consórcios e dos condomínios mencionados no **caput**, que incluam, também, agricultores familiares que detenham área superior a quatro módulos fiscais, fica restrita aos agricultores familiares que atendam ao limite de que trata o § 2º.

§ 4º Na ocorrência do previsto no § 3º, o pagamento de indenização somente beneficiará aqueles que atendam ao limite de posse de que trata o § 2º.

.....(NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## Justificação

A propriedade da terra tem se mostrado um valor indissociável da cultura da população rural, aí residindo o cerne dos conflitos agrários. Possuir um “pedaço de chão” configura, na visão da absoluta maioria dos trabalhadores rurais, a única forma de garantir o sustento de suas famílias e alcançar uma vida com o mínimo de dignidade. Tal entendimento gera um eterno clima de desconfiança mútua, entre proprietários e trabalhadores, criando obstáculo quase intransponível à parceria agrícola, que no nosso entendimento, além de valioso mecanismo de modernização das relações de produção, se revela poderoso instrumento na solução dos conflitos no campo.

Na linha dessa convicção, a parceria agropecuária vem eivada de grande insegurança, tanto para os proprietários de terra, quanto para os agricultores. Para os parceiros outorgantes, existe o risco de que os agricultores venham a pleitear na justiça o pagamento de direitos trabalhistas, e, também, de direitos sobre a posse da propriedade, haja vista a grande pressão pela reforma agrária existente nas regiões tradicionais de arrendamento. Por outro lado, para os parceiros outorgados, o risco se deve à possibilidade de descumprimento do contrato, muitas vezes informal, graças ao poder político dos proprietários de terra.

Preocupa-nos especialmente a situação dos “meeiros”, aqueles agricultores miseráveis, analfabetos em quase sua totalidade, que rogam ao proprietário da terra permissão para cultivar uma ínfima parte da propriedade, por sua conta e risco, esperando dali extrair algum proveito, contando com a sorte e fé em que a natureza e Deus lhes socorrerão. Na sua ignorância, muitas vezes se sujeitam a uma divisão nem sempre justa com o dono do sítio, quando não são simplesmente expulsos da terra, sem direito ao que foi acordado nem a qualquer forma de ressarcimento pelos gastos.

A socorrer tais situações, existe legislação que regula, extensivamente, a instituição dos contratos agrários, pois determina cláusulas obrigatórias e vedações, estipula prazos mínimos de contratação e estabelece condições especiais para a rescisão contratual. A insegurança jurídica dos contratos agrários se deve, entretanto, a razões sócio-culturais, como a baixa escolaridade dos arrendatários, além da existência de grande número de contratos informais, mesmo que tais acordos tenham sua validade reconhecida por lei e pela jurisprudência.

No intuito de fomentar uma nova cultura nas relações no campo, veio-nos a idéia de aproveitar um instituto de inquestionável sucesso no semi-árido nordestino, o Fundo Garantia Safra, em que os detentores de pequenas áreas, inclusive meeiros, têm sua produção garantida em caso de perda de 50% da safra. Em função da estrutura e abrangência deste vitorioso programa, a que mais de 270.000 agricultores já aderiram, vislumbramos oportunidade inigualável para iniciarmos a mudança de mentalidade que a atual situação exige.

Assim, o proprietário de área superior a 4 módulos fiscais, impedido portanto de participar de tal programa, se veria estimulado a adotar a parceria em suas terras, pois teria garantida sua parte no rateio do benefício. Por outra face, o estabelecimento da obrigatoriedade de contrato formal regulando a parceria, constitui instrumento assecuratório dos direitos do meeiro, dotando-o de documento hábil a fazer valer seus direitos na meação.

Na medida em que o parceiro outorgante faria jus à indenização, nada mais justo que fazê-lo participar também da contribuição individual por adesão. A forma desse rateio também obedeceria ao estabelecido no contrato, indispensável à parceria, para os fins desta lei.

Visa portanto este projeto a contribuir para o equacionamento desse grave problema, no âmbito da agricultura familiar, visando fomentar a celebração de contratos formais, por uma parte, e proporcionar garantia de rateio da indenização do Fundo Garantia-Safra, por outra, o que propomos no art. 1º do presente projeto de lei.

Na nossa visão estaríamos incentivando ambas partes a estabelecerem seus acordos por meio de contrato formal, proporcionando, assim, garantias ao parceiro outorgante de receber a parcela de indenização para qual participou do risco, e, também, garantia ao meeiro quanto aos seus direitos na parceria rural, como partilha dos frutos e prevenção ao despejo imotivado.

Em relação ao art. 2º, esclarecemos inicialmente que a Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001, alterou o Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, de 1964 – instituiu os condomínios e os consórcios agrários, que são agrupamentos de pessoas físicas ou jurídicas, constituídos por sociedades por cotas, com o objetivo de exercer atividade agropecuária, extrativista vegetal, silvicultura, artesanal e agroindustrial.

Esses novos instrumentos jurídicos permitem, sobretudo aos pequenos agricultores, a ampliação da escala de produção, o aumento do poder de barganha

na compra de insumos agrícolas e na venda da produção, além da fácil. Incluiu-se no § 1º do art. 10 da Lei, a obrigatoriedade de participação dos agricultores em programas de educação, haja vista a baixa instrução da quase totalidade daquelas pessoas.

Com a finalidade de garantir a esses agricultores organizados em consórcios e condomínios o direito de serem elegíveis para contratação do Fundo Garantia-Safra, propomos o art. 2º deste projeto.

E importante ressaltar que, prevalece a limitação de 4 módulos fiscais previstos na lei como condição para a adesão ao benefício, que se transfere às quotas de participação do condomínio, que nunca poderão exceder este limite.

Temos a certeza de que o atual projeto de lei, por um lado, incentivará a formalização dos contratos agrários de parceria, no âmbito da agricultura familiar, contribuindo, desse modo, para redução dos atritos no meio rural, e, por outro, dará oportunidade aos agricultores, organizados em consórcios e cooperativas, a se precaverem com o Fundo Garantia-Safra de perdas advindas de estado de calamidade pública ou situação de emergência em razão de estiagem. Para tanto, esperamos contar com o valioso apoio dos senhores parlamentares.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2003. – Senador **Tasso Jereissati**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002

**Cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da Região Nordeste, do semi-árido do Estado de Minas Gerais (norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha) e da região norte do Estado do Espírito Santo, definidos na Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998, nos Municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem.**

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É criado o Fundo Seguro-Safra, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e instituído o benefício Seguro-Safra com o objetivo de garantir renda mínima para os agricultores familiares da Região Nordeste, do semi-árido do Estado de Minas Gerais (norte de Minas e Vale do

Jequitinhonha) e da região norte do Estado do Espírito Santo, definidos na Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998, nos Municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem. (Vide Medida Provisória nº 117, de 3-4-2003).

.....  
Art. 6º O benefício Seguro-Safra será custeado com recursos do Fundo Seguro-Safra, os quais serão constituídos conforme dispuser a regulamentação prevista no art. 4º, observado o seguinte:

I – a contribuição individual, por adesão, do agricultor familiar para o Seguro-Safra será de R\$6,00 (seis reais);

II – a contribuição anual do Município será de até 3% (três por cento) do valor da previsão de benefícios anuais para o respectivo Município, conforme acordado entre o Estado e o Município;

III – a contribuição anual do Estado, a ser adicionada às contribuições do agricultor e do Município, deverá ser em montante suficiente para complementar a contribuição de 10% (dez por cento) do valor da previsão dos benefícios anuais, para o respectivo Estado;

IV – a União aportará anualmente, no mínimo, recursos equivalentes a 20% (vinte por cento) da previsão anual dos benefícios totais.

§ 1º No caso de ocorrência de frustração de safra, declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos pelo Poder Executivo Federal, sem que haja recursos suficientes no Fundo Seguro-Safra, a União antecipará os recursos necessários para o pagamento dos benefícios, limitado às suas disponibilidades orçamentárias, observado o valor máximo fixado por benefício, nos termos dos arts. 8º e 9º.

§ 2º Na ocorrência do previsto no § 1º, a União descontará, para a amortização das antecipações realizadas, até 50% (cinquenta por cento) das contribuições anuais futuras previstas no inciso IV.

§ 3º O aporte de recursos pela União de que trata o inciso IV somente será realizado após verificada a regularidade quanto ao recolhimento das contribuições individuais dos agricultores familiares, dos Municípios e dos Estados, previstas nos incisos I, II e III.

§ 4º No exercício de 2002, o aporte da União será viabilizado mediante a utilização de dotações orçamentárias consignadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

§ 5º As contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos agricultores familiares serão depositadas no Fundo Seguro-Safra.

Art. 7º As disponibilidades do Fundo Seguro-Safra serão mantidas em instituição financeira federal.

§ 1º A instituição financeira depositária remunerará as disponibilidades do Fundo pela taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic. (Vide Medida Provisória nº 117, de 3-4-2003).

§ 2º A remuneração da instituição financeira será definida pelo Poder Executivo Federal.

Art. 8º Farão jus ao benefício os agricultores familiares inscritos no Seguro-Safra que perderem pelo menos 60% (sessenta por cento) da produção de feijão, milho, arroz ou algodão, em razão da estiagem, devidamente comprovada na forma a ser estabelecida na regulamentação desta lei. (Vide Medida Provisória nº 117, de 3-4-2003)

§ 1º O benefício individual é fixado em até R\$600,00 (seiscentos reais) por família inscrita no Seguro-Safra, a ser repassado em até 6 (seis) parcelas mensais.

§ 2º É vedada a concessão do benefício de que trata este artigo aos agricultores que participem de programas similares de transferência de renda, que contem com recursos da União, destinados aos agricultores em razão de estiagem.

§ 3º Para o exercício de 2002, o valor de que trata o § 1º será estabelecido pelo Poder Executivo Federal em razão das disponibilidades orçamentárias, consignadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Art. 9º As contribuições de que trata o art. 62 e os benefícios previstos no art. 8º poderão ser alterados pelo Poder Executivo Federal, observada a existência de dotação orçamentária e o equilíbrio entre as contribuições e a previsão de desembolso a ser definido em regulamento.

Art. 10. A inscrição dos agricultores familiares no Seguro-Safra será por adesão e observará as disposições a serem estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, observadas as seguintes condições:

I – a adesão far-se-á anteriormente ao início do plantio, devendo constar do instrumento de adesão, dentre outras, a área a ser plantada com as culturas de feijão, milho, arroz ou algodão; (Vide Medida Provisória nº 117, de 3-4-2003)

II – o agricultor familiar não poderá ter renda familiar mensal superior a 1,5 (um e meio) salários mínimos;

III – a área plantada com as culturas mencionadas no inciso I poderá ser de até 10 (dez) hectares;

IV – o agricultor familiar não pode explorar área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, seja como proprietário, meeiro, posseiro, ou qualquer outra forma de posse de terra; e

V – a adesão ao programa é vedada ao agricultor cuja produção seja irrigada, conforme definido em regulamento.

Parágrafo único. Os agricultores familiares, a partir de sua adesão, são obrigados a participar de programas de educação e capacitação rural para terem acesso ao benefício previsto no art. 8º, para convivência com o semi-árido.

Art. 12. O Poder Executivo Federal regulamentará as disposições contidas nesta lei.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan.**

LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

**Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.**

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

**Disposições Preliminares**

CAPÍTULO I

**Princípios e Definições**

Art. 12. Esta lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

Seção II

**Das Terras Particulares**

Art. 12. À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta lei.

Art. 13. O Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social.

Art. 14. O Poder Público facilitará e prestigiará a criação e a expansão de empresas rurais de pessoas físicas e jurídicas que tenham por finalidade o racional desenvolvimento extrativo agrícola, pecuário ou agro-industrial. Também promoverá a ampliação do sistema cooperativo e organização daquelas empresas, em companhias que objetivem a democratização do capital. (Vide Medida Provisória nº 2.183-56, de 24-8-2001)

Art. 128. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República. – **H. Castello Branco,** Presidente da República.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-56  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

**Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 2º A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º .....

§ 1º Para os efeitos da Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA representará a União nos acordos, convênios ou contratos multilaterais referidos neste artigo.

§ 2º A União, mediante convênio, poderá delegar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o cadastramento, as vistorias e avaliações de propriedades rurais situadas no seu território, bem como outras atribuições relativas à execução do Programa Nacional de Reforma Agrária, observados os parâmetros e critérios estabelecidos nas leis e nos atos normativos federais.

§ 3º O convênio de que trata o **caput** será celebrado com os Estados, com o Distrito Federal e com os Municípios que tenham instituído órgão colegiado, com a participação das organizações dos agricultores familiares e trabalhadores rurais sem terra, mantida a paridade de representação entre o poder público e a sociedade civil organizada, com a finalidade de formular propostas para a adequada implementação da política agrária.

§ 4º Para a realização da vistoria e avaliação do imóvel rural para fins de reforma agrária, poderá o Estado utilizar-se de força policial.

§ 5º O convênio de que trata o **caput** deverá prever que a União poderá utilizar servidores integrantes dos quadros de pessoal dos órgãos e das entidades da Administração Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a execução das atividades referidas neste artigo.” (NR)

“Art. 14. O Poder Público facilitará e prestigiará a criação e a expansão de associações de pessoas físicas e jurídicas que tenham por finalidade o racional desenvolvimento extrativo agrícola, pecuário ou agroindustrial, e promoverá a ampliação do sistema cooperativo, bem como de outras modalidades associativas e societárias que objetivem a democratização do capital.

§ 1º Para a implementação dos objetivos referidos neste artigo, os agricultores e trabalhadores rurais poderão constituir entidades societárias por cotas, em forma consorcial ou condominial, com a denominação de “consórcio” ou “condomínio”, nos termos dos arts. 3º e 6º desta Lei.

§ 2º Os atos constitutivos dessas sociedades deverão ser arquivados na Junta Comercial, quando elas praticarem atos de comércio, e no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, quando não envolver essa atividade.” (NR)

“Art. 95-A. Fica instituído o Programa de Arrendamento Rural, destinado ao atendimento complementar de acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais qualificados para participar do Programa Nacional de Reforma Agrária, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. Os imóveis que integrarem o Programa de Arrendamento Rural não serão objeto de desapropriação para fins de reforma agrária enquanto se mantiverem arrendados, desde que atendam aos requisitos estabelecidos em regulamento.” (NR)

Art. 8º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.183-55, de 27 de julho de 2001.

Art. 9º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 24 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – José Gregori – Pedro Malan – Francisco Dornelles – José Sarney Filho – Raul Belens Jungmann Pinto**

.....  
(À Comissão de Assuntos Econômicos  
– decisão terminativa.)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 2003

**Autoriza o Poder Executivo a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), nos termos que especifica e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) para Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e da Chapada do Apodi (CODEVASF), passando os arts. 2º e 4º e os incisos II e III do art. 9º da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, com a redação dada pela Lei nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000, a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A Codevasf terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nos vales dos rios São Francisco, Parnaíba e na Chapada do Apodi, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Piauí, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte, podendo instalar e manter, no País, órgãos e setores de operação e representação. (NR)”

“Art. 4º A Codevasf tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba e da Chapada do Apodi, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, podendo, para esse efeito, coordenar, executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infra-estrutura, particularmente de captação de águas para fins de irrigação de canais primários ou secundários e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor, em articulação com os órgãos federais competentes. (NR)”

“Art. 9º .....

II – promover e divulgar, junto a entidades públicas e privadas, informações sobre recursos naturais e condições sociais, infra-estruturais e econômicas, visando à realização de empreendimentos nos vales dos rios

São Francisco e Parnaíba e na Chapada do Apodi;

III – elaborar, em colaboração com os demais órgãos públicos federais, estaduais ou municipais que atuem na área, os planos anuais e plurianuais de desenvolvimento integrado dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba e da Chapada do Apodi, indicando desde logo os programas e projetos prioritários, com relação às atividades previstas nesta Lei.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A Chapada do Apodi localiza-se entre os Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, sendo que a bacia hidrográfica do Apodi-Mossoró é a mais extensa do Rio Grande do Norte, abrangendo 52 municípios potiguares.

Entre os municípios situados na bacia hidrográfica do Apodi-Mossoró, nome dado ao curso inferior do Apodi, encontram-se Açu e Mossoró, que, graças a modernas técnicas de irrigação e a solos naturalmente férteis, tornaram-se pólo de produção irrigada de frutas tropicais (melão, melancia, banana, manga, goiaba, caju e outras), exportadas para os Estados Unidos e para a Comunidade Econômica Européia.

O Pólo Açu-Mossoró constitui ótimo exemplo do que investimentos em projetos de irrigação podem proporcionar em termos de aumento de produção e de produtividade e geração de emprego e renda. No entanto, na maior parte da Chapada do Apodi, ainda se pratica a agricultura tradicional de sequeiro, cujas culturas sofrem constantemente com a escassez de água e com o ataque de pragas, além de apresentarem métodos de produção baseados em técnicas arcaicas de cultivo e manejo do solo.

A conseqüência da falta de dinamismo econômico das áreas não contempladas com perímetros de irrigação é o aumento da migração e das desigualdades intra-regionais. Para reverter tal situação, é necessário que o poder público se faça mais presente e atuante, principalmente no que diz respeito aos órgãos e entidades federais.

Neste aspecto, destaca-se a atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), cuja missão é promover o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuá-

rios e agroindustriais dos recursos de água e solo. A Codevasf tem empenhado esforço considerável no desenvolvimento integrado das áreas em que atua, operando em conjunto com a iniciativa privada para a execução de obras de infra-estrutura, particularmente as relacionadas a projetos de irrigação, bem como oferecendo suporte técnico aos empreendedores.

Tendo em vista que a atuação da Codevasf tem sido fundamental para a melhoria das condições de vida das populações rurais e urbanas dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, contribuindo para o dinamismo de sua economia, a exemplo do pólo de Petrolina/Juazeiro e do norte de Minas Gerais e da Bahia, seria decisivo que a atuação da empresa fosse estendida ao Vale do Rio Apodi, cujas terras já são naturalmente férteis, mas que necessitam contar com o apoio do poder público para que seu potencial econômico possa ser devidamente aproveitado.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2003. – Senador **Fernando Bezerra**

### LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 6.088, DE 16 DE JULHO DE 1974

### Dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF – e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 9º Para a realização dos seus objetivos, poderá a Codevasf:

I – estimular e orientar a iniciativa privada, promover a organização e participar do capital de empresas de produção, beneficiamento e industrialização de produtos primários;

II – promover e divulgar, junto a entidades públicas e privadas informações sobre recursos naturais e condições sociais, infra-estruturais e econômicas, visando à realização de empreendimentos no Vale do São Francisco;

III – elaborar, em colaboração com os demais órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, que atuam na área, os planos anuais e plurianuais de desenvolvimento integrado do Vale do São Francisco, indicando desde logo os programas e projetos prioritários, com relação às atividades previstas na presente Lei;

IV – projetar, construir e operar obras e estruturas de barragem, canalização, bombeamento, adução e tratamento de águas, saneamento básico;

V – projetar, construir e operar projetos de irrigação, regularização, controle de enchentes, controle de poluição e combate à seca.

.....  
LEI Nº 9.954, DE 6 DE JANEIRO DE 2000

**Autoriza o Poder Executivo a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf, nos termos que especifica e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....  
*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Serviços de Infra-Estrutura, cabendo a última a decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

**Item 1:**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2003**

(Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (nº 1.083/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003, tendo*

Pareceres sob nºs 712, 713 e 714, de 2003, Relator: Garibaldi Alves Filho, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2; e

– de Assuntos Econômicos, 1º pronunciamento: (sobre o Projeto) favorável; 2º pronunciamento: (sobre as Emendas nº 1 e 2) pela rejeição.

A Presidência presta os seguintes esclarecimentos ao Plenário:

– a matéria tramita em regime de urgência constitucional, e foi despachada simultaneamente às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos;

– ao Projeto foram apresentadas duas emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, primeira comissão do despacho, no prazo único previsto no art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, as quais foram publicadas na forma regimental;

– sendo os pronunciamentos das Comissões sobre as emendas finais e definitivos e tendo sido contrários, as referidas emendas só serão submetidas ao Plenário mediante interposição de recurso por um décimo dos membros do Senado, nos termos no art. 124, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, recursos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

São lidos os seguintes

**RECURSO AO PLENÁRIO Nº 15, DE 2003**

Senhor Presidente,

Interpomos recurso, nos termos do art. 124, inciso III, do Regimento Interno, para que seja levada à apreciação do Plenário a Emenda nº 2, de minha autoria, oferecida ao PLC nº 42 de 2003.

Sala das Sessões, 1º julho de 2003. – Senadora **Lucia Vânia**. – **Tasso Jereissati** – **César Borges** – **Osmar Dias** – **Rodolpho Tourinho** – **Efraim Moraes** – **Sérgio Guerra** – **Almeida Lima** – **Arthur Virgílio** – **Leonel Pavan**.

**RECURSO AO PLENÁRIO Nº 16, DE 2003**

Senhor Presidente,

Interpomos recurso, nos termos do art. 124, inciso III, do Regimento Interno, para que seja levada à apreciação do Plenário a Emenda nº 1, de minha autoria, oferecida ao PLC nº 42 de 2003.

Sala das Sessões, 1º julho de 2003. – Senador **Antero Paes de Barros** **Tasso Jereisati** – **Sérgio Guerra** – **Retginaldo Duarte** – **Leonel Pavan** – **Efraim Moraes** – **Demóstenes Torres** – **Arthur Virgílio** – **Cesar Borges** – **José Agripino**.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Presidência defere os **Recursos nºs 15 e 16, de 2003**, esclarecendo ao Plenário que, nos termos do art. 124, III, do Regimento Interno, as Emendas nºs 1 e 2 serão submetidas ao Plenário sem discussão.

Passa-se à discussão do projeto em turno único. (Pausa.)

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar emenda de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – V. Ex<sup>a</sup> não pode encaminhar a emenda, mas pode falar sobre o projeto e referir-se à emenda, pois não cabe discussão sobre emendas.

Para discutir a matéria, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a minha proposta de elevar esse percentual para 4% no PLC nº 42, de 2003, corrobora com a preocupação do Exm<sup>o</sup> Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, e vai ao encontro das palavras proferidas recentemente pelo Exm<sup>o</sup> Ministro de Estado da Fazenda, de que “o País acaba de sair da UTI”.

Nesse contexto, venho reiterar a aprovação da emenda por mim apresentada, principalmente considerando o excesso de arrecadação de R\$5,5 bilhões, verificado quando da reestimativa da receita primária, objeto do Decreto nº 4.708, de 2003. Se considerarmos que o impacto de 1% de aumento linear representa cerca de R\$526,09 milhões/ano, estaríamos, aí, com condição folgada de cobertura, inclusive para pagar o valor fixo de R\$59,87 de vantagem pecuniária individual, também proposto pelo Governo Federal no PLC nº 44, de 2003, com impacto, em 2003, estimado em R\$ 675,82 milhões e de R\$ 992,92 milhões para os dois anos seguintes.

Portanto, a minha emenda visa especialmente melhorar o projeto do Governo, uma vez que há a receita já apontada com a reestimativa.

Peço que os Srs. Parlamentares analisem essa emenda, pois se trata de uma emenda responsável; não é uma proposta demagógica, aponta a fonte de recursos e, sem dúvida nenhuma, trará um benefício, embora pequeno, para o funcionário público, já afetado com a reforma da Previdência, quando se lhe nega o direito de usufruir da transição. Portanto, acredito

que será muito positivo esse aumento, embora pequeno.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Não havendo mais quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto, sem prejuízo das Emendas nºs 1 e 2.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação das Emendas nºs 1 e 2, nos termos dos Recursos nºs 15 e 16, de 2003, de pareceres contrários das Comissões.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à sanção.

São os seguintes o projeto aprovado e as emendas rejeitadas:

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2003**

(Nº 1.083/2003, na Casa de origem)

(De Iniciativa do Presidente da República)

(Em Regime de Urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

**Dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam reajustadas em um por cento, a partir de 1º de janeiro de 2003, as remunerações e os subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2003.

Art. 3º Revoga-se o art. 3º da Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001.

#### **EMENDA Nº 1**

O art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º O reajuste das remunerações e subsídios dos servidores públicos dos Poderes



res Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais deverá corresponder à variação plena do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)”

#### EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 42, de 2003 a seguinte redação.

“Art. 1º Ficam reajustados em 4 por cento, a partir de 1º de janeiro de 2003, as remunerações e os subsídios dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais.”

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – **Item 2:**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2003**

(Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003 (nº 1.084/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional*, tendo

Pareceres sob nºs 715, 716 e 717, de 2003, Relator: Geraldo Mesquita Júnior, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2; e

– de Assuntos Econômicos, 1º pronunciamento: (sobre o Projeto) favorável; 2º pronunciamento: (sobre as Emendas nº 1 e 2) pela rejeição.

A Presidência presta os seguintes esclarecimentos ao Plenário:

– a matéria tramita em regime de urgência constitucional, e foi despachada simultaneamente às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos;

– ao Projeto foram apresentadas duas emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, primeira comissão do despacho, no prazo único previsto no art. 122, II, **b**, combinado com o art.

375, I, Regimento Interno, as quais foram publicadas na forma regimental;

– sendo os pronunciamentos das Comissões sobre as emendas finais e definitivos e tendo sido contrários, as referidas emendas só serão submetidas ao Plenário mediante interposição de recurso por um décimo dos membros do Senado, nos termos do art. 124, III, Regimento Interno.

Sobre a mesa, recursos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

São lidos os seguintes

#### **RECURSO AO PLENÁRIO Nº 17, DE 2003**

Senhor Presidente,

Interpomos recurso, nos termos do art. 124, inciso III, do Regimento Interno, para que seja levada à apreciação do Plenário a emenda nº 1, de minha autoria, oferecida ao PLC nº 44 de 2003.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2003. – **Antero Paes de Barros – Tasso Jereissati – Sérgio Guerra – Reginaldo Duarte – Leonel Pavan – Efraim Moraes – Demóstenes Torres – Arthur Virgílio – César Borges – José Agripino.**

#### **RECURSO AO PLENÁRIO Nº 18, DE 2003**

Senhor Presidente,

Interpomos recurso, nos termos do art. 124, inciso III, do Regimento Interno, para que seja levada à apreciação do Plenário a emenda nº 2, de autoria do senador Eduardo Azeredo, oferecida ao PLC nº 44 de 2003.

Sala das Sessões, 2 julho de 2003. – **Senador Arthur Virgílio Neto – Leonel Pavan – Efraim Moraes – Demóstenes Torres – César Borges – José Agripino – Rodolfo Tourinho – Eduardo Azeredo – Tasso Jereissati.**

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Presidência defere os recursos que acabam de ser lidos. Passa-se à discussão do projeto, em turno único. Somente poderá ser discutida a matéria referente ao projeto. Não haverá discussão sobre as emendas rejeitadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação as emendas de parecer contrário.  
(Pausa.)

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que as aprovam  
queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à sanção.

São os seguintes o projeto aprovado e  
as emendas rejeitadas

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2003

(Nº 1.084/2003, na Casa de origem)  
(De Iniciativa do Presidente da República)  
(Em Regime de Urgência, nos termos  
do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

##### **Dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R\$59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

Parágrafo único. A vantagem de que trata o **caput** será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem.

Art. 2º Sobre a vantagem de que trata o art. 1º incidirão as revisões gerais e anuais de remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 3º Aplicam-se as disposições desta lei às aposentadorias e pensões.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2003.

#### EMENDA Nº 1

Dê-se aos arts. 1º e 4º a seguinte redação:

“Art 1º Fica instituída, a partir de 1º de janeiro de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de

R\$59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2003.”

#### EMENDA Nº 2

Dê-se ao parágrafo único do art. 1º do projeto a seguinte redação:

“Art. 1º .....

Parágrafo único. A vantagem de que trata o **caput**, até 31 de dezembro de 2003, será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem, devendo a partir de 1º de janeiro do 2004, ser incorporada ao vencimento básico dos respectivos servidores.”

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Voltamos à lista de oradores.

Tendo em vista a abertura concedida ao Senador Eduardo Suplicy pelos dois Líderes inscritos, passamos a palavra a S. Ex<sup>a</sup> para uso da tribuna.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero saudar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela iniciativa de realizar uma reunião, hoje, com 30 coordenadores, representantes nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pautada por um diálogo extremamente produtivo, com o objetivo de acelerar as medidas relativas à realização da reforma agrária, para que os assentamentos também sejam realizados da melhor maneira possível. Foi muito importante a forma como o Presidente recebeu João Pedro Stédile e os demais coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Gostaria de assinalar ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, que é oportuno o Senado Federal realizar Comissão Parlamentar de Inquérito a respeito da questão da realização da reforma agrária, do problema no campo. Não acredito que o MST – como S. Ex<sup>a</sup> induziu no seu pronunciamento – não tenha o legítimo caráter de um movimento social que esteja expressando a vontade de trabalhadores que até hoje não tiveram a oportunidade de lavrar a terra, que mui-

tas vezes foram também atingidos pelo desemprego, pela falta de oportunidade à educação e ao desenvolvimento pessoal, e que hoje lutam, como faziam aquelas pessoas descritas no **Êxodo**, no **Antigo Testamento**, pela terra prometida e por realização de justiça.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> me permite um breve aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Não é à toa que o MST, nos seus seminários, também lê sempre e reflete sobre a luta pela terra prometida do livro do **Êxodo**. Então, assim como o Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu o MST, mas não muitas vezes, o Presidente Lula resolveu recebê-lo, fazendo questão de assinalar que a reforma agrária, em seu Governo, será realizada com o maior empenho possível, de maneira pacífica, com maior observância das leis, mas com a compreensão de movimentos sociais. O Presidente Lula está procurando receber o MST, dialogar com ele e acelerar as medidas necessárias.

Ouç-o com muita honra, Senador Arthur Virgílio, antes de passar para outro tema, referente à importante decisão tomada, ontem, por nossa Bancada, que merece algumas reflexões.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço por este que será o mais breve aparte deste Senador. Gostaria de comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que teremos muito o que debater a respeito do MST daqui para a frente, porque acabei de entregar à Mesa, com 31 assinaturas, portanto com um número mais do que o suficiente, do ponto de vista do Regimento da Casa, o pedido de constituição da CPI, que será lido hoje. A CPI começará a funcionar em agosto; então teremos bastante tempo para discutir sobre o que se trata esse movimento, que V. Ex<sup>a</sup> vê de um jeito e eu, de outro. Mas, com certeza, a partir desse pedido, o Brasil terá uma definição muito clara sobre o que é bom ou ruim para a sua economia, para a sua estabilidade política e para o seu vigor constitucional. Obrigada, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, será a oportunidade de o Senado Federal ouvir os membros do MST, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, os proprietários de terra, os fazendeiros, os membros da Sociedade Rural Brasileira, que, inclusive, dialogaram inúmeras vezes com o MST – e eu acompanhei de perto. Algumas vezes, fui testemunha do diálogo, por exemplo, entre Luiz Marcos Suplicy Hafers, Presidente da

Sociedade Rural Brasileira, João Pedro Stédile e outros membros do MST.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de assinalar que foi realizada ontem uma reunião da Bancada do Partido dos Trabalhadores, convocada pelo Líder Tião Viana, em que este e o Líder do Governo Aloizio Mercadante observaram que deveríamos tomar uma decisão em relação à Senadora Heloísa Helena, que, em boa hora, acaba de chegar da Bahia.

A Bancada tomou uma decisão grave, de repercussão nacional, por oito votos a quatro, numa reunião em que não estavam presentes os quatorze membros, pois os Senadores Paulo Paim e Flávio Arns tinham outras atribuições naquele momento e não puderam comparecer. Eu até havia feito um apelo aos Senadores Tião Viana e Aloizio Mercadante a fim de que aguardassem a presença de todos, dada a gravidade da decisão. Por diversos motivos, entretanto, os Senadores avaliaram que seria importante decidir naquele momento. Fui um dos Senadores que avalei que seria muito importante apelar à Senadora Heloísa Helena, por um lado, no sentido de que mantenha atitude construtiva e respeitosa em relação ao Partido, aos colegas de Bancada, ao Presidente, aos Ministros. E esse apelo continuo a fazer carinhosamente, com muita amizade à Senadora Heloísa Helena. Mas, ao mesmo tempo, tendo em vista que o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores constituiu uma Comissão de Ética para analisar o procedimento da Senadora Heloísa Helena e dos Deputados João Batista Babá e Luciana Genro, parecia-me precipitada a decisão de estarmos eliminando-a, excluindo-a de nossa Bancada. Preferiria ter uma atitude, digamos, de maior construtividade, aconchego, solidariedade a pessoas que viveram conosco, que ajudaram a construir o nosso Partido e que, como todos sabem, têm hoje críticas a certos pontos que envolvem enorme polêmica na sociedade brasileira, sobretudo no que se refere à proposta de reforma previdenciária, não tanto sobre a proposta de reforma tributária, que não entrou até agora no centro dessa polêmica. Parece-me até se tratar de um ponto que poderá ser aceito por esses Parlamentares sem maior problema.

Tendo sido tomada a decisão, encaminhei uma breve mensagem ao meu querido colega e meu Líder Senador Tião Viana, em que escrevi: “Caro, Tião, estou saindo agora da reunião porque quero ir à missa de sétimo dia de morte do pai da Senadora Fátima Cleide”, infelizmente falecido na semana passada. Lamentavelmente, cheguei depois de concluída a missa, porque atrasamos com a reunião. Deixo o meu abraço à

Senadora Fátima Cleide por não ter estado presente. Mas transmiti ao Senador Tião Viana que estava triste com a decisão tomada e que não estava me sentindo bem de permanecer na Bancada antes que houvesse decisão do Diretório Nacional a respeito.

Ainda ontem à noite, recebi telefonema do Presidente do Partido, José Genoíno, e do Ministro Antonio Palocci, que, inclusive, me disse o quanto gostaria de contribuir para que houvesse um entendimento entre as partes. S. Ex<sup>a</sup> esteve aqui ontem, e achei muito importante esse telefonema. Também o Senador Aloizio Mercadante pediu-me para que eu considerasse muito a Bancada, pelo respeito que ela tem por mim. Dialoguei com a Senadora Heloísa Helena, hoje de manhã, que me havia telefonado, e recebi a visita, ao meio-dia e quinze, pontualmente, no meu gabinete, do Presidente Nacional do PT, José Genoíno, e do meu querido companheiro Tião Viana, por quem desenvolvi grande estima, desde o momento em que nos conhecemos. Em todo o nosso período nesta Casa, nunca tivemos qualquer ação que não fosse sempre de cooperação um com o outro.

José Genoíno e Tião Viana, então, falaram-me das dificuldades que estão tendo, nesses últimos meses, no que se refere à maneira de administrar as dissensões no Partido. Há os casos dos Deputados Federais, mas nos referimos mais à Senadora Heloísa Helena. Em algumas ocasiões, procuraram realizar um esforço para que S. Ex<sup>a</sup> se aproximasse mais. Relataram diversas ocasiões. No entanto, quero transmitir um apelo.

Sr. Presidente do PT, José Genoíno, Senador Tião Viana, tendo em vista que ontem só votaram doze dos quatorze Senadores do PT e que se trata de uma decisão tão importante para nós, gostaria sinceramente que tivéssemos uma nova oportunidade de reflexão, uma outra reunião na próxima semana, com a presença dos quatorze Senadores. Quero empenhar-me, como têm feito muitos companheiros – inclusive os que estão presentes e o próprio Presidente José Genoíno –, no sentido de que a Senadora Heloísa Helena tenha um procedimento diferente.

Querida Senadora Heloísa Helena – vou falar olho no olho – quero pedir-lhe que tenha, para com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e para com cada um de nossos Ministros, uma atitude sempre companheira. Como diversas vezes a ouvir falar e há poucos dias assisti a uma entrevista de V. Ex<sup>a</sup> na **TV Bandeirantes**, observei que V. Ex<sup>a</sup> falava do respeito que possui pelo Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua trajetória, de quanta esperança tem que seu Governo dê certo, da confiança que deposita em

Sua Excelência e de que as coisas poderão caminhar num rumo melhor.

Em algumas ocasiões, Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> usou alguns termos que poderiam significar tanto para os Ministros quanto para os nossos companheiros de Partido a sua confiança não total no Presidente, seja por críticas veementes ou qualificações.

Transmito o apelo que faço aos Líderes Tião Viana e Aloizio Mercadante no sentido de que possamos ter uma reunião de reconsideração. O Presidente Lula e o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, devem estar conscientes de minha real intenção.

Tenho confiança que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai acertar. Agora pela manhã, Sua Excelência dialogou com o representantes do MST. Desse encontro, saíram João Pedro Stedile e outros dizendo que a reunião tinha sido extremamente produtiva, proveitosa, que houve avanços. Não conheço todos os detalhes, mas o Deputado Adão Pretto, que conhece a situação, disse-me que a reunião foi produtiva – e S. Ex<sup>a</sup>, como um dos mais solidários Deputados Federais ao MST, está presente dando o seu testemunho.

Afirmo a minha confiança no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Confio que Sua Excelência vai acertar não apenas na estabilidade de preços, mas vai conseguir o crescimento acelerado da economia e das oportunidades de empregos.

Estou nesta Casa querendo colaborar sempre para que o Presidente acerte ao fazer os programas de transferência de renda da melhor maneira possível, caminhando numa direção de efetivamente conseguir erradicar a pobreza e a fome no País e melhorar a distribuição da renda. Vou-me empenhar ao máximo para que acerte.

Acredito hoje no Presidente mais ainda do que quando disputei as prévias do Partido, tanto que, depois que a perdi, saí pelo Brasil afora dizendo que queria que o Lula fosse nosso Presidente. Pois quero dizer, prezado Senador Tião, que tenho confiança em que o Presidente Lula vai acertar tão bem que provavelmente merecerá o apoio entusiástico da Base do Partido dos Trabalhadores e do povo brasileiro para novamente se candidatar, uma vez que existe o direito de reeleição. Como todos sabem, nem todos os membros do PT são a favor, mas, existindo essa vontade de Sua Excelência, desde já declaro que não serei pré-candidato e que apoiarei a candidatura do Presidente Lula.

Senador Pedro Simon, peço a V. Ex<sup>a</sup> um minuto. Também gostaria de assinalar o meu respeito à manifestação do Presidente José Genoíno e dos Líderes Tião Viana e Aloizio Mercadante, que atenderam meu apelo para realização de nova reunião na próxima semana. O Senador Tião Viana informou-me que irá acertar, de maneira que os 14 Senadores estejam presentes e possam reconsiderar, reavaliar a questão, inclusive à luz da possível atitude da Senadora Heloísa Helena.

Portanto, Senadora Heloísa Helena, peço a V. Ex<sup>a</sup> que também colabore, pois S. Ex<sup>as</sup> aceitaram realizar uma nova reunião, para que todos possam refletir a respeito.

Caro Senador Tião Viana, também faço um apelo a todos os filiados ao Partido dos Trabalhadores, seja do Acre, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Amapá, no sentido de que os seus Senadores que votaram a favor do desligamento da Senadora Heloísa Helena reflitam e reconsiderem, deixando-na continuar pertencendo à Bancada até que haja a decisão.

Hoje, falando à **Rádio CBN** e à **Rádio Carioca**, de seu Estado querido, Senador Roberto Saturnino, eu disse aos seus eleitores: “Falem com o Senador Roberto Saturnino para S. Ex<sup>a</sup> reconsiderar a decisão”. Portanto, quando nos próximos dias estiverem V. Exas nos seus respectivos Estados, se algum eleitor na rua lhes dizer: “Deixem a Heloísa Helena na Bancada”, eles estarão respondendo a um apelo, porque eu lhes pedi que dissessem o que pensam a cada um dos Senadores, Eurípedes Camargo, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ana Júlia Carepa, Serys Sihessarenko, o que acham dessa decisão tão séria – ao próprio Senador Tião Viana, aos Senadores Sibá Machado e Aloizio Mercadante.

Portanto, agradeço a atenção e a confiança do Senador Tião Viana ao promover uma nova reunião na próxima semana.

Senador Pedro Simon, com muita honra, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – O nome e a palavra de V. Ex<sup>a</sup> são respeitados nacionalmente. V. Ex<sup>a</sup> está desde o início no Partido, quando ninguém imaginava que ele um dia chegaria à Presidência da República. V. Ex<sup>a</sup> se candidatou em eleições majoritárias exclusivamente para ajudar o Partido. A palavra de V. Ex<sup>a</sup> sempre foi a do entendimento, de respeito, de luta, de garra. Ninguém mais do que V. Ex<sup>a</sup> defendeu os interesses do PT, mas sempre dentro do entendimento. V. Ex<sup>a</sup> disputou uma convenção porque achava que, democraticamente, essa disputa somava

para o Partido. Muitos do Partido que ganharam a convenção acharam um absurdo V. Ex<sup>a</sup> querer disputar com um mito – mas creio que V. Ex<sup>a</sup> estava certo. Agora, vem V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, mostrar seu estilo, sua maneira de ser. Essa é uma questão interna do PT, e temos de respeitá-la. Mas, com todo respeito ao PT, essa questão é nacional. É uma questão nacional e o Brasil inteiro está olhando para a Bancada do PT no Senado. O Brasil inteiro está acompanhando o que está acontecendo com Bancada do PT. O Brasil inteiro acompanhou a vitória do PT. O Brasil inteiro acompanhou a vitória do Lula. O Brasil inteiro torcia e torce para que o Lula dê certo. O Brasil inteiro está se interrogando: aonde vamos? Como é? Por que se está fazendo isso e aquilo? O Brasil inteiro se pergunta por que algumas questões pelas quais o PT lutou a vida inteira quando Oposição, hoje, no Governo, não está realizando? Essas são as questões que estão sendo levantadas e, em meio a elas, a Bancada se reúne e põe para fora, deixa de fora, suspende uma Senadora como a Heloísa Helena? Sinceramente! Felicito o Líder do PT por marcar uma nova reunião. Essa nova reunião faz mais o estilo do Líder do PT, a quem admiro e por quem tenho o maior respeito, a maior admiração e o maior carinho, por já demonstrar que nela ocorrerá a revisão. É claro que haverá revisão. A Senadora Heloísa tem o seu estilo, o seu jeito de ser. Até V. Ex<sup>a</sup>, da tribuna, apelou para S. Ex<sup>a</sup> – e eu o faço também aqui: Calma, Senadora Heloísa! É importante que S. Ex<sup>a</sup> entenda que há momentos em que é preciso ter calma. Há momentos em que é importante que o debate se dê dentro do Partido, internamente. Penso que o PT está necessitando de um debate interno. E esse entendimento não é só meu, mas do Brasil inteiro. Ele é necessário, assim como o entendimento da diferença entre “eu sou PT” e “eu sou Governo”. É importante entender que, em sendo PT, o Partido me obriga fazer e onde há a minha liberdade. Essas são questões muito sérias da democracia mundial. Em qualquer democracia, em qualquer momento, essa postura sempre foi discutida; mas que se discuta internamente, no PT, antes de se excluir uma companheira. Que se debata antes de agir. Felicito V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento e também ao Líder do PT, por recolocar a questão em debate. Em nome do Brasil, espero que com esse reexame, a decisão seja anulada e, assim, possamos ver o novo caminho desejado. Se torcêssemos para que as coisas dessem errado, estaríamos dizendo: “Muito bom! Que expulsem hoje a Senadora Heloísa Helena. Amanhã ou depois, o mesmo poderá acontecer com outros Parlamentares, que seja constituído um novo partido. Que

haja uma nova linha, um racha, isso pode ser bom para quem? Para o Brasil, não. Por isso acreditamos ser muito importante o discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Também muito importante é a humildade que o Presidente Lula venha a ter, talvez a mesma de ontem, apesar de ser Presidente da República, e entenda que esse é um assunto a ser decidido por Sua Excelência. Ninguém decide pelo Presidente, porque, o que ocorrer amanhã, seja de quem for a decisão, ela pertence ao Presidente Lula. Meus cumprimentos e a minha solidariedade ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. À Senadora Heloísa Helena, calma.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>. Ainda ontem, a propósito justamente desse assunto, eu dei o livro de Joseph Stiglitz – Prêmio Nobel de 2001 – ao Ministro Antônio Palocci. O referido escritor foi o economista-chefe do Banco Mundial e do Presidente Bill Clinton. Em seu livro, **A Globalização e Seus Malefícios** – os **Os Seus Descontentes**, em inglês – o escritor relata justamente o quão importante seria se o Banco Mundial, o FMI, ao invés de simplesmente ter um clima de concordância quanto às políticas recomendadas pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento, sobretudo – e que muitas vezes levaram a desastres –, tivesse dado maior guarida e espaço àqueles que chamavam atenção para as políticas que, muitas vezes, empobreceram países, causaram desemprego e má distribuição da renda. Também ressalta a importância do clima em cada instituição, em cada lugar, sobretudo em um partido de trabalhadores, que tem a tradição democrática do mais livre debate de idéias, que pudéssemos ter, portanto, o estímulo a que companheiros, por vezes, chamem a atenção de aspectos que são legítimos e que levam em consideração a aspiração, o anseio de tantas pessoas. Então, talvez a Senadora Heloísa Helena, o Deputado Babá, a Deputada Luciana Genro e o Deputado João Fontes estejam por vezes dizendo coisas que possam até o Presidente e seus Ministros pensar: “Puxa, essa doeu no fígado!”. Que a Senadora Heloísa Helena, às vezes, procure não dar golpes que possam ferir tão fortemente esta ou aquela pessoa do Governo.

Vamos ver se posso contribuir. Se um dia V. Ex<sup>a</sup>, Senadora, pensou que o Lula não disse a verdade em determinado momento ou discurso, então diga: “Creio que o Presidente cometeu um engano. Eu queria mostrar-lhe que, neste caso, foi assim ou assado”. Se V. Ex<sup>a</sup> tiver este procedimento, com carinho, quem sabe contribuirá para que o nosso Partido tenha maior unidade, pois, ainda na reunião de ontem, os nos-

sois Líderes disseram: “É preciso que nós, na Bancada, tenhamos muita unidade, porque, senão, como fazer com que toda a Base de Sustentação do Governo venha apoiar as medidas?” Ressalto o quão importante é isso.

Esse debate transbordou no seio da Nação – tem razão V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon. Agradeço-lhe sobremaneira as palavras, que são de quem tem experiência, conhecimento do Parlamento, da vida política e a sua recomendação, certamente, será ouvida por cada um dos nossos 14 Senadores.

Senador Paulo Paim, com muita honra.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, fiz questão de apartear-lo na intenção de mais uma vez cumprimentá-lo. V. Ex<sup>a</sup> vem à tribuna do Senado buscando construir, mais uma vez, o entendimento na Bancada do PT aqui no Senado e no Partido dos Trabalhadores. Quero apenas reafirmar o que V. Ex<sup>a</sup> disse. Ontem, juntamente com o Deputado Tarcisio Zimmermann, coordenador da Bancada gaúcha, exatamente às 16h30, eu estava conversando como Ministro da Defesa, José Viegas Filho, sobre a fusão Varig e Tam. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa de propor outra reunião. Conversei com a Senadora Heloísa Helena e com o Líder Tião Viana minutos atrás, que me confirmaram a realização da reunião semana que vem e com a presença dos 14 Senadores.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Inclusive da Senadora Heloísa Helena.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Com certeza. Tanto o Senador Flávio Arns quanto eu não nos encontrávamos na Casa por ocasião daquela outra reunião. Estou otimista, como V. Ex<sup>a</sup>, que haveremos, nas instâncias do Partido e na reunião da Bancada, de encontrar uma saída que signifique a unidade do Partido dos Trabalhadores. Ainda mais: estamos trabalhando muito para construir uma saída negociada, na própria reforma da Previdência, que nos permita votar a redação final harmonicamente. O meu aparte é especialmente para cumprimentá-lo pelo apelo generoso, humilde que faz, como um grande homem que é V. Ex<sup>a</sup>. Por isso, parabéns a V. Ex<sup>a</sup> na certeza que faremos uma bela reunião, semana que vem, na busca do entendimento.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> contribuirá, contribui sobremaneira porque inúmeras vezes formulou críticas à reforma da Previdência, mas tem procurado manter a unidade do Partido. Por isso, V. Ex<sup>a</sup> poderá também servir de uma extraordinária pon-

te para a manutenção da Senadora Heloísa Helena no seio do Partido que ela ajudou a construir.

Senadora Ana Júlia, por favor, com muita honra.

**A Srª Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Senador Eduardo Suplicy, quero também parabenizar V. Exª não só pelo que hoje diz na tribuna, mas pelo seu gesto, pela atitude ponderada feita nas duas direções. V. Exª somou bastante, ontem, ao ponderar – o que também fiz na reunião da nossa Bancada, para refletirmos melhor, construirmos pontes que nos unam e não edificarmos muros que possam nos separar. Ser Governo não é fácil. Digo isso por fazer parte do Governo há seis anos, representando o Município de Belém. Também tive divergências, mas não saí do Partido dos Trabalhadores; pelo contrário. Sempre tenho dito e repetido que a chance de o Brasil dar certo é agora. Todos nós temos essa compreensão. Este é o momento de fazermos aquilo que sempre foi a nossa marca: construir a unidade na diversidade, mas, certamente, com um debate respeitoso e carinhoso. Faço esse apelo a todos, por todo o carinho que tenho pela Senadora Heloísa Helena – S. Exª sabe disso –, a fim de que essa ponte seja realmente construída dos dois lados para nos encontrarmos no meio. Com certeza, faremos uma grande obra de engenharia e contribuiremos para o Brasil dar certo. Não tenho a menor dúvida de que a oportunidade deste País é grande, e a vontade política é imensa. E não será por pequenas diferenças que deixaremos de construir a unidade que sempre foi a nossa marca. Vários Deputados Federais vieram à Casa solidarizar-se com essa tentativa – tenho certeza de que dará certo – de construção da unidade com respeito. Podemos ter opiniões divergentes, mas devemos manifestá-las com o necessário respeito, tentando construir um consenso, principalmente internamente. Penso que a discussão fundamental não deveria ser pública. O debate das nossas diferenças deve ser feito privilegiadamente nos fóruns internos. Acredito ser esse o melhor caminho, o mais lúcido. Parabéns, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Agradeço à Senadora Ana Júlia Carepa o aparte. Como V. Exª pôde perceber, às vezes, o debate do PT, Partido do Governo, transcende nossas fronteiras e se torna um tema nacional. Daí porque, hoje, diversos Senadores de outros Partidos desejam partilhar das nossas preocupações.

**A Srª Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Senador Eduardo Suplicy, concede-me V. Exª um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora Serys Slhessarenko, mas peço que seja breve, pois já estou no limite do meu tempo e o Senador Sibá Machado também deseja fazer uma intervenção.

**A Srª Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Senador Eduardo Suplicy, além de elogiar a grandeza com que se porta V. Exª, devo dizer a todos os Srs. Senadores e Senadoras que me ouvem e ao Brasil que realmente escute o que diz o Senado Federal, que o Partido dos Trabalhadores funciona assim: não há nada feito às escondidas. É claro que, como V. Exª disse, e muito bem, transcende o debate. Também quero dizer ao Líder Tião Viana, da grandeza de, no momento em que V. Exª reivindicou a retomada da discussão, com a presença dos catorze Senadores, de pronto e de plano o nosso Líder acatou o pedido, e assim a discussão terá continuidade. É dessa maneira que avançaremos, é assim que a democracia neste País avançará. Não será com acordos, discussões ou negociatas, às vezes espúrias, sobre as divergências internas do Partido que as coisas se resolverão; é discutindo abertamente. A minha postura é clara para o Brasil inteiro: fui contra o afastamento da companheira Senadora Heloísa Helena, acredito que é um quadro da maior valia para o nosso Partido e para o País. Penso que é assim que construiremos a democracia: discutindo, aprofundando a discussão, fazendo com que as nossas diferenças diminuam. Dessa forma, conseguiremos a unidade para transformar este País naquele com que os trabalhadores sempre sonharam e que é, também, o sonho do Presidente Lula, com certeza. Muito obrigada e um abraço carinhoso. V. Exª, cada vez mais, transcende a grandeza de homem público.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senadora Serys Slhessarenko, pelo seu aparte.

Quero assinalar a presença dos Deputados Dr. Rosinha, Walter Pinheiro, Lindberg Farias, Tarcisio Zimmermann, João Alfredo, Chico Alencar, Ivan Valente, Ary Vanazzi, João Grandão, Orlando Desconsi, Paulo Rubens Santiago, João Batista – Babá –, Gilmar Machado, que dialogam amistosamente com o Senador Tião Viana. Isso demonstra que há um apelo desses Deputados que representam a base do PT a S. Exª e aos Senadores Delcídio Amaral e Sibá Machado no sentido de que revejam a decisão.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, muito obrigado por permitir que eu

participe desse pronunciamento. Também sou partidário do entendimento de que é impossível as ações do PT ficarem apenas em suas instâncias, tanto é que estamos aqui debatendo essa matéria. Quero agradecer ao Presidente José Sarney a complacência da Mesa ao permitir a elasticidade do tempo para que abordemos o assunto. Além de tudo o que já foi comentado, quero lembrar que nós, que estamos aqui e temos os nossos propósitos, individuais ou coletivos, não podemos discutir o mérito e o demérito da inteligência, da sapiência, da capacidade de atuação de cada um e da sua importância para o Brasil. Os oitenta e um Parlamentares desta Casa e os quinhentos e treze da Câmara, todos, com certeza, estão imbuídos da mais sincera disposição de trabalhar e dar de si o melhor para a construção do Brasil. Eu só queria lembrar que a instância que tomou tal decisão era verdadeira, legítima e tinha **quorum** para tal. O que discutimos é o aspecto político da nossa disciplinaridade e a elasticidade da tolerância. Portanto, a preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, lembrada naquele momento, de que precisava de catorze pessoas foi contemplada. Entendemos isso como mais um espaço da elasticidade da tolerância. Aqui não há intolerância alguma. O que houve foi uma decisão tomada na instância competente, com **quorum** para tal, que pode ser revista tanto por essa instância como por qualquer outra. Cabe-me, neste momento, parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, primeiro, por ser um dos fundadores do PT; segundo, por ser um dos iniciantes da experiência partidária do petismo nesta Casa; e, por último, pela sua tranquilidade de estar fora e acima das correntes internas do Partido dos Trabalhadores, portanto com autoridade absoluta para iniciar esse debate por quantas vezes se fizerem necessárias. Quero lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que, na reunião da semana que vem, deveremos chegar a um veredicto, pois temos instância para isso. O que o Partido precisa dizer é até aonde vai a elasticidade da tolerância da disciplinaridade. E isso não compete a A ou a B, mas somente aos membros do Partido. Para encerrar, quanto ao pensamento dos Líderes do nosso Partido, também quero manifestar-lhes a minha gratidão, o meu respeito pela capacidade de atuarem nesta Casa. V. Ex<sup>a</sup>, em todos os momentos, também se esforçou para que essa disciplinaridade fosse tratada coletivamente nos foros adequados. Era isso o que desejava dizer. Muito obrigado pela sua preocupação!

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado, pelo seu aparte. Gostaria de sugerir a V. Ex<sup>a</sup> e a todos os catorze Senadores que abram uma janela em seus respectivos **sites**, a fim de que os eleitores de todos os Esta-

dos avaliem essa situação e digam se devemos afastar a Senadora Heloísa Helena de nossa Bancada, ou se devemos dizer a S. Ex<sup>a</sup> que se aproxime de nós, fique conosco e procure proferir palavras mais construtivas a respeito do Presidente da República e de seus Ministros. Farei isso em meu **site** e consultarei meus eleitores. Sugiro que cada um de V. Ex<sup>as</sup> faça o mesmo até a reunião do próximo dia 14. Sugiro também que os diversos portais da **Folha de S. Paulo**, do **Terra**, de **O Estado de S. Paulo**, de **O Globo** e do **Jornal do Brasil** consultem os eleitores, a fim de que digam se a Senadora Heloísa Helena deve permanecer na Bancada do PT ou se já deveria ter sido afastada. Fazemos a consulta, nós que sempre demos tanta importância à opinião de nossa base.

Senadora Heloísa Helena, permita V. Ex<sup>a</sup> que conclua com um ponto de grande afinidade com o Líder do Governo, não tanto com o Presidente da República, que certamente estará torcendo pelo Santos hoje, pois afinal é o time brasileiro que está na final da Copa Libertadores da América. Eu inclusive vou precisar pedir-lhe licença, querida Senadora Heloísa Helena, porque preciso torcer pelo meu time, dar toda a força ao Robinho, ao Diego, ao Elano, ao Paulo, ao Ricardo, e com os torcedores do Santos cantar:

Agora quem dá bola é o Santos  
O Santos é o novo campeão  
Glorioso alvinegro praiano  
Campeão absoluto desse ano  
Santos, Santos sempre Santos  
Dentro ou fora do alçapão  
Jogue onde jogar  
És o leão do mar  
Salve o novo campeão

Essa é uma homenagem do Senado Federal ao Santos, que disputa hoje a Libertadores da América. (Palmas.)

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Geraldo Mesquita Júnior, 3º Secretário, e José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra Senadora Heloísa Helena. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da orado-



ra.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é evidente que todas as pessoas que têm acompanhado o meu mandato nesta Casa durante três anos reconhecem os meus defeitos e também os dos outros. Sei que as pessoas reconhecem o amor, o carinho, o coração generoso e valente que meu querido companheiro Eduardo Suplicy tem. Nós nos amamos tanto, gostamos tanto um do outro, nós nos respeitamos tanto que, certa vez, queridos companheiros Deputados que aqui se encontram, fui ao programa **Saia Justa**, e a Rita Lee, maravilhosa, propôs que eu namorasse o Suplicy. Para V. Ex<sup>as</sup> verem como nos amamos. Como sei que o seu coração já está devidamente ocupado, é evidente que não vou disputar esse latifúndio. Ocupo terras, sim, improdutivas para viabilizar a reforma agrária, mas respeito quem legitimamente de forma bela, maravilhosa, ocupou o coração desse homem maravilhoso, que é o meu querido Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Com muita prudência nesse assunto, Senadora Heloísa Helena, porque...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Não direi nada, absolutamente nada.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Esse é um assunto tão...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Eu sei, mas sabe o Senador Eduardo Suplicy que, aliás, as candidatas eram muitas, porque ele é uma pessoa maravilhosa. Fizemos um acordo, eu e a Senadora Marina Silva, para que tivesse que passar por nós.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Eu sempre as consultarei, vocês são meus anjos da guarda.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Só concluindo, Sr. Presidente, agradeço muito o empenho do Senador Eduardo Suplicy. Sei que na reunião da Bancada, tenho certeza que alguns dos Senadores que votaram pela minha suspensão, certamente, o fizeram também constrangidos, porque achavam que era a única possibilidade de solucionar o problema. Sabem, meu querido Senador Eduardo Suplicy e a bancada, por quem tenho muito respeito, que não fiz um recurso à Bancada a respeito da decisão tomada, porque o recurso que preparei foi à Executiva Nacional do meu partido, da qual faço parte; sabe o povo brasileiro que nós podemos ter muitas divergências, diferenças de projetos. Digo, sempre, que ninguém pode ser maior do que ninguém, nessa Casa, no PT ou em qualquer outra estrutura partidária,

de dizer que é mais patriota, quer mais construir o PT, quer fazer desse país maravilhoso uma nação justa, soberana, igualitária e fraterna. Partamos do pressuposto de que todos nós somos iguais, porque senão nós começamos a nos dividir entre aqueles que amam mais o PT, entre aqueles que amam mais o País, entre aqueles que fazem isso ou aquilo outro, o que, sem dúvida, não é bom para a democracia.

Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> pelo empenho gigantesco, meu querido companheiro, bem como à Bancada. Apenas para deixar absolutamente claro, não fiz o recurso à Bancada. O meu querido companheiro Senador Eduardo Suplicy, como sempre, porque é generoso – além de muito valente, é um homem muito generoso, de alma libertária, solidária –, faz um esforço gigantesco para que possamos fazer o bom debate.

Sr. Presidente, eu jamais traria esse assunto ao plenário do Senado, como nunca trouxe em outros momentos de debate partidário. Como o Senador Eduardo Suplicy mencionou, esse debate tornou-se público, obrigando-nos a fazer também o debate aqui no plenário da Casa.

O povo brasileiro sabe que foi instalada uma Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, de cuja instalação discutíamos a legitimidade estatutária, já que havia a política. A Comissão de Ética foi instalada e passamos a dar-lhe a legitimidade política. Os Parlamentares, os fundadores do PT passamos sábado e domingo, humildemente, fazendo o debate programado, ideologizado, o debate de idéias na Comissão de Ética, que, do ponto de vista estatutário, tinha de dar um resultado já agora. Fizemos um acordo para garantir que a reunião do Diretório Nacional dos dias 12 e 13 seja a do debate programado sobre as duas reformas encaminhadas pelo Governo. Poderia ser feita uma reunião do diretório para analisar isso ainda em agosto, ainda antes da data do dia 11 de setembro. Tenho certeza de que todos os militantes do PT, embora a reunião esteja marcada para o dia 11 de setembro, um dia muito doloroso para todos os pacifistas no mundo, faremos o debate programado de idéias.

Só para deixar claro: estou de consciência tranquila. Exageros, defeitos posso ter, mas estou tranquila com a tradição de democracia interna do meu partido, com a possibilidade estatutária de meu partido de fazer manifestações públicas sobre o debate programático, o debate de idéias. Conheço muito o estatuto do meu partido, como todos os companheiros desta Casa e muitos militantes anônimos por este País. Por isso, sei que pode até ser que alguns queiram a minha expulsão, mas independentemente da classificação entre moderados e radicais, muitos diri-

gentes, muitos Parlamentares e muitos militantes do Partido dos Trabalhadores estão fazendo um esforço gigantesco para impedir que sejamos submetidos a isso – não apenas os Deputados que estão na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar ou algum outro Deputado em função de qualquer decisão a ser tomada devido a uma reforma da Previdência, em relação à qual o partido ainda não fechou questão. Não sabemos ainda qual a proposta que será votada. O único apelo que fiz foi sempre este: pelo amor de Deus, só não me peça para ser cínica, dissimulada e dizer que votarei algo já que nem sei o que virá para ser votado na Casa, do jeito que está hoje. Estatutariamente é possível fazer isto: um apelo, um recurso, para a liberação de votos.

Senador Eduardo Suplicy, Deus proteja V. Ex<sup>a</sup>. A todos os Senadores que acataram a sugestão de V. Ex<sup>a</sup> o meu muito obrigada. Espero realmente que possamos preservar aquilo que nascemos, como partido político, construindo justamente a tradição da democracia interna, do debate qualificado, do debate de idéias.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela concessão do tempo. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros para uma comunicação de liderança.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, como Líder do PMDB, para fazer uma rápida e urgente, urgentíssima comunicação a esta Casa e ao País.

A Comissão Executiva Nacional do PMDB, hoje reunida em consequência de deliberação tomada no dia de ontem, 01/07/2003, em reunião realizada entre o Governador do Distrito Federal Joaquim Roriz, o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, o Presidente Nacional do PMDB, Deputado Michel Temer, o líder do PMDB no Senado Federal, Senador Renan Calheiros e o líder do PMDB na Câmara, Deputado Federal Eunício Oliveira, divulga a seguinte nota:

A Comissão Executiva do PMDB vem a público rejeitar toda e qualquer atitude política que vise a retirada do mandato do Governador Joaquim Roriz e da Vice-Governadora Maria de Lourdes Abadia, legitimamente eleitos no Distrito Federal, para o quadriênio 2003-2006.

Esclarece que, das 35 ações movidas contra o Governador, imotivadas juridicamente, 28 já foram jul-

gadas e consideradas improcedentes pelo Tribunal Regional Eleitoral por falta absoluta de provas.

O Supremo Tribunal Federal decidiu sustar o andamento do processo movido pelo PT, até que o mesmo venha a se pronunciar sobre os pleitos constitucionais questionados a saber: o que garante o julgamento por, pelo menos, duas instâncias e o que assegura a igualdade das partes em produzir contraprovas.

O PMDB lamenta e repudia a atitude do PT do Distrito Federal, cuja ação política põe em risco a aliança formalizada pelo Partido com o Governo Federal, podendo significar abalo à governabilidade do país.

Sr. Presidente, a nota é aprovada, unanimemente, e assinada por todos os membros da Comissão Executiva Nacional do PMDB.

Era o comunicado que tinha que fazer neste momento, como Líder, à Casa e ao País.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador João Batista Motta, pela Liderança do PPS.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PPS – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, parabênizo o Senador do PT pelo trabalho aglutinatório que realizou aqui esta tarde. A partir desta sessão, alguns dos problemas mais graves do País podem ser resolvidos. E que o Santos seja campeão.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil está vivenciando, nestes dias, um amplo debate em praticamente todos os setores da sociedade a respeito das imprescindíveis e inadiáveis reformas em torno de diferentes aspectos da vida nacional. Aplausos e louvores ao Governo de Luiz Inácio Lula da Silva por revelar interesse em mudar alguns dos mais complexos obstáculos ao desenvolvimento brasileiro e pela recente iniciativa de encaminhar à apreciação do Congresso projetos de emenda constitucional sobre as reformas da Previdência e tributária.

A Direção nacional do Partido Popular Socialista, que, com orgulho, representamos nesta Casa, em resolução aprovada no início do mês passado, disse do empenho das suas principais Lideranças e dos seus quadros, em todos os níveis, no sentido de, firme e decididamente, apoiar a administração Lula, mas sem jamais declinar da sua autonomia em manifestar-se criticamente sobre o que lhe parecer oportuno e conveniente.

Nossa intenção, neste discurso, é oferecer nossa contribuição ao debate que se vem travando de uma ponta a outra do País a respeito da Reforma Tri-

butária, na tentativa de encontrarmos as melhores propostas para questão tão delicada e tão decisiva para nosso futuro imediato e de longo prazo. E o faço escorado em diálogo que travei com o Dr. Guido Côrtes, um dos maiores tributaristas do Espírito Santo e do Brasil, no qual identifiquei convergência de idéias, posteriormente confirmada em nota que me foi enviada – a qual peço seja transcrita nos Anais do Senado Federal, como parte integrante deste pronunciamento.

Para começar nossa apreciação, partamos da Exposição de Motivos, que acompanhou a proposição encaminhada pelo Palácio do Planalto para constatar que, no essencial, ela expressa a plataforma apresentada na campanha eleitoral, nos seguintes termos:

O tema Reforma Tributária tem sido recorrente nos debates nacionais, do ponto de vista do plano político, econômico ou social brasileiro, sem, entretanto, lograr-se êxito na efetivação das mudanças almejadas para a simplificação e a racionalização do Sistema Tributário Nacional.

Todavia, está claro que o Brasil necessita dessa reforma estrutural para elevação de sua eficiência econômica, estimulando a produção, o investimento produtivo e a geração de emprego e renda.

Não obstante a fundamentação supra, ousou afirmar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a proposta enviada ao Congresso não será, nem de longe, capaz de gerar a necessária simplificação e racionalização do sistema tributário nacional. Não elevará a eficiência econômica brasileira e, por conseguinte, não permitirá estimular a produção, o investimento produtivo e a geração de emprego e renda. Enfim, não possibilitará a tão almejada inclusão socioeconômica de milhões brasileiros que hoje se encontram marginalizados.

Várias são as premissas que me fazem chegar a esta conclusão! Mas a decisiva é que a proposta é tímida para o atual estágio da economia brasileira. A análise do conteúdo da proposta indica que, na prática, a principal mudança de conteúdo se dá no âmbito dos Estados, no ICMS.

No que tange aos tributos federais, propõe-se que o Imposto Sobre Grandes Fortunas seja instituído por lei ordinária e não por lei complementar. Penso que essa mudança não será determinante para a criação do tributo. Na verdade, o Senado Federal há muito aprovou – e o fez no curto prazo de cinco meses – o Projeto de Lei Complementar do Senado nº 162/89,

de autoria do então Senador, Fernando Henrique Cardoso, o qual se encontra na Câmara dos Deputados – PLP nº 202/89.

Por seu turno, a transposição do ITR da União para os Estados é positiva, não sob o ponto de vista da arrecadação, mas por facilitar a fiscalização. Entretanto, parece-nos padecer de inconstitucionalidade a vedação de os Estados legislarem sobre a matéria, medida que, na prática, elimina a possibilidade de avaliação real da terra.

Quanto à CPMF, ao torná-la fonte permanente de recursos para financiar a seguridade social, com alíquota variável entre 0,08% e 0,38%, com autorização genérica de redução ou majoração pelo Poder Executivo, dentro da bitola constitucional, pretende-se conferir àquela contribuição, além da finalidade fiscal, a sua conversão em instrumento de intervenção econômica.

A despeito dessa finalidade acessória, por certo jamais a União abrirá mão da arrecadação decorrente dessa contribuição. Nesse passo, sendo uma agregação de fonte de recurso destinada ao financiamento da seguridade social e reconhecido o déficit de todos os entes federados nessa área, seria importante estabelecer critério de repartição dos recursos com os Estados e Municípios que, segundo consta, estão com situação muito mais crítica nesta área do que a própria União. Não se diga que isso acontecerá via SUS, porque tal não se verifica na prática.

No que concerne aos impostos estaduais, a PEC retira competência privativa do Senado para a fixação das alíquotas máximas, transferindo-a para a Lei Complementar e determina a progressividade do Imposto de Transmissão **Causa Mortis** e Doação de Bens e Direitos.

Não vejo eficácia na medida. O Constituinte originário, em diversas passagens relativas à fixação de alíquotas pelos Estados, atribuiu ao Senado Federal – representação da Federação – a determinação de limites, conferindo maior legitimidade e agilidade às decisões que adota com foco no equilíbrio federativo.

Em relação ao ICMS, a alteração proposta é substancial e tem como objetivo declarado a eliminação da denominada “Guerra Fiscal”. Ocorre que esse desiderato está contemplado no §6º do art. 150, que sujeita, em todo caso, à prévia aprovação do ato pelo Confaz, sem falar na limitação estabelecida no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, como bem lembra o Dr. Guido Côrtes em sua nota.

A despeito de ser necessário impor alguma uniformidade ao ICMS, penso que o Poder Executivo er-

rou na dose ao estabelecer a obrigatoriedade de alíquotas únicas e uniformes em todo o território nacional por produto, mercadoria e serviço. Melhor teria sido a determinação de cinco faixas de alíquotas, para que cada Estado, dentro da autonomia constitucional e considerada a sua peculiar situação, pudesse fixar aquela que melhor atenda à política fiscal e de desenvolvimento dentro da bitola preestabelecida, visto que a diversidade de situações socioeconômicas desautoriza o tratamento uniforme, rígido, que se pretende dar ao ICMS, notadamente pelo fato de constituir a principal fonte de receita dos Estados-membros.

A propalada simplificação – unificação – com certeza empurrará para cima as alíquotas, promovendo aumento da carga tributária que já se encontra em patamares estratosféricos para o padrão de renda nacional. É sabido que a carga tributária nacional, de 36,4% do PIB, superior à dos Estados Unidos (29% do PIB) e a do Canadá (31% do PIB), com crescimento em ritmo maior do que o da renda nacional, denota verdadeira espoliação dos setores produtivos e dos assalariados. Associada às elevadas taxas de juros praticadas, impede novos investimentos e o desenvolvimento nacional. Em outras palavras, condena o País à estagnação.

Diante, outrossim, da diversidade da relação entre a receita corrente líquida de cada ente da Federação e a respectiva dívida, há que se perguntar: assumir a União a responsabilidade pela manutenção do equilíbrio orçamentário e financeiro das unidades da Federação? Com certeza, os Estados e os Municípios debitarão à União a fatura por eventuais desequilíbrios. É isso o que queremos?

Ainda no item ICMS, há predeterminação constitucional de os gêneros alimentícios “de primeira necessidade” serem tributados mediante a alíquota mínima. Entendo que o justo seria a imunidade tributária dos gêneros alimentícios e do vestuário para os de baixa renda. Vou repetir, Sr. Presidente: entendo que o justo seria a imunidade tributária dos gêneros alimentícios e do vestuário para os de baixa renda, pois não é crível que o rico povo americano possa consumir carne brasileira isenta de tributo, enquanto que o pobre brasileiro deixe de comer carne porque o tributo – exclusivamente para o consumidor interno – a torna inacessível para a sua renda. Esse raciocínio vale para alimentos e outros gêneros de primeira necessidade. Esta é, sem dúvida, uma iniquidade com a população brasileira, sobretudo para os mais pobres, visto que estes gastam quase toda a sua renda com esses produtos. A imunidade, nesses casos, possibili-

taria aos pequenos produtores e aos desempregados produzirem e comercializarem seus produtos sem necessidade de passar pelas Juntas Comerciais e tantos outros órgãos que dificultam seu trabalho ou os impedem de trabalhar.

Outro ponto sensível das alterações propostas está na constitucionalização da desoneração das exportações, sem a contrapartida da compensação aos Estados exportadores, agravada pelo direito ao aproveitamento ou à manutenção do montante do imposto cobrado nas operações ou prestações anteriores, que geram créditos absurdos contra o Estado exportador, sem a contrapartida da arrecadação da arrecadação tributária, que é efetuada no Estado onde ocorreu a operação anterior.

Ora, é evidente que os créditos decorrentes da desoneração das exportações sejam lançados contra o Estado que efetivamente arrecadou o tributo, sob pena de sangria dos cofres públicos do Estado exportador, pois este passará a “pagar para exportar”.

Quanto aos tributos municipais, ressalta-se a possibilidade do ITBI progressivo, de acordo com o valor do imóvel e da adoção de alíquotas diferenciadas pela localização e uso do imóvel, que também implicará aumento da carga tributária. A alteração é aceitável somente pela ótica da adequação dessa exação à capacidade contributiva do agente passivo da obrigação tributária e por sua utilização como forma coercitiva da implantação da política urbana.

No que tange à repartição das receitas tributárias, a desconstitucionalização do critério de rateio da participação dos Municípios no produto da arrecadação do ICMS, remetendo-o à lei complementar, sem sequer fixar parâmetros mínimos a serem observados, como “parte mediante o valor adicionado e parte mediante critério estabelecido pelas Assembléias Legislativas de cada Estado”, poderá gerar imensas e intermináveis discussões no Congresso sobre as multifárias fórmulas possíveis, em prejuízo da instituição do novo ICMS, via emperramento do processo legislativo.

Já a destinação de mais 2% do produto da arrecadação do IPI e Imposto de Renda para um Fundo de Desenvolvimento Regional é medida salutar no financiamento de programas que minimizem a desigualdade regional, notadamente os destinados a bolsões de pobreza encontrados em todos os Estados brasileiros, sem exceção.

Por derradeiro, a prorrogação da desvinculação das receitas da União até o exercício financeiro de 2007 – medida que se iniciou com o então Fundo Social de Emergência, ainda no Governo Itamar Franco,

e que se dizia provisório – passa a abranger também os recursos da Cide.

Todavia, a desvinculação dos recursos da Cide não é possível. O art. 149 da Constituição permite “exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas”. Portanto, por definição, a liberdade pretendida pelo Governo não se coaduna com a natureza da contribuição. Especialmente na hipótese da Cide dos combustíveis, cuja destinação é constitucional – art. 177, § 4º, II. Aliás, ainda que assim não fosse, as péssimas condições das estradas não recomendariam a utilização desses recursos para outras áreas, pois têm reflexos diretos na redução do custo Brasil.

Pressupor que a simplificação tributária desejada pela sociedade decorre exclusivamente das normas dos Estados e do Distrito Federal sobre o ICMS, com pinceladas aqui e alhures em outros temas, é ignorar a realidade a que são submetidos os contribuintes pátrios, por meio de uma infinidade de obrigações tributárias principais e acessórias, dos custos com controle e livros impostos às empresas legalmente constituídas e outros que empurram para a informalidade os empreendedores.

Destarte, o que se vê é a usurpação de competência legislativa dos Estados no que tange ao ICMS, com evidente vulneração da autonomia desses entes federados e, conseqüentemente, do art. 18 da Constituição.

Com efeito, determinar que “a lei estadual se limitará a instituir o imposto”, no caso do ICMS, é “vedar a adoção de norma autônoma estadual” no ITR, excede o limite do Poder Constituinte Derivado, por afetar o equilíbrio federativo – art. 60, § 4º –, visto que concentra na esfera federal o poder normativo para tratar desses tributos estaduais.

Esses vícios não importam a inconstitucionalidade absoluta da matéria, pois podem ser corrigidos mediante emendas que, espero, sejam estruturadas na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tal como a Direção Nacional do PPS, creio que a equipe que elaborou a PEC nº 41 não compreendeu a necessidade estratégica de, por meio da reforma tributária, se criar condições efetivas para a construção de poupança interna, pública e privada, sem o que não nos libertaremos das peias externas e não retomaremos o caminho do desenvolvimento social e econômico. E sem este não avançaremos na superação de nossas abissais desigualdades sociais e regionais.

Sem ignorar algumas inovações importantes, o certo é que o Projeto de Reforma Tributária não ataca a complexidade do sistema nem redistribui melhor a carga tributária, incentivando o desenvolvimento e a geração de emprego e renda.

É preciso ter consciência, também, de que a excessiva rigidez do novo ICMS poderá gerar entraves na formulação da lei complementar indispensável à sua implementação, em face das realidades dos Estados, que se movimentarão, legitimamente, para fazer valer as condições que atendam às peculiaridades locais.

Por fim, Sr. Presidente, preocupa-nos participar de uma enorme mobilização de energias e esforços, sob imensa expectativa otimista dos brasileiros, para fazermos, no fim de contas, um simples ajuste fiscal.

É necessário um debate amplo, profundo e objetivo no Congresso, sem preconceitos e enquadramentos, para que frutifiquem alternativas melhores para o Brasil. E esse debate tem que estar submetido a um calendário que não exceda ao fim do ano.

Entendo também que devemos assumir nossa responsabilidade histórica de aproveitar esse momento singular em que toda a sociedade encontra-se mobilizada em torno da discussão de grandes metas para o País, a fim de inaugurarmos uma nova ordem tributária. Impõe-se adotar um sistema inovador, inteligente e compatível com a atual escala de desenvolvimento científico e tecnológico, para resgatar, de forma concreta, a esperança do povo brasileiro em dias melhores.

Era o que tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

**ANOTAÇÕES SOBRE A PROPOSTA  
DE REFORMA TRIBUTÁRIA**

A recente proposta de Emenda Constitucional apresentada ao Congresso Nacional, objetivando a reforma do Sistema Tributário Nacional é, infelizmente, tímida e ineficaz, além do que agride um dos princípios básicos de nosso ordenamento, que é o princípio do Estado Federal.

É importante constatar, inicialmente, que o enfoque principal da proposta está assentado no ICMS, imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal, que se pretende, de acordo com a proposta, ve-

nha a ser regido por lei federal, proibida expressamente a edição de norma estadual autônoma em sua regulamentação (nova redação dos incisos VIII e XI do Art. 153, § 2º).

Essa mesma preocupação de impedir o exercício da competência legislativa, por parte das unidades federadas, transparece com muita clareza no que diz respeito ao Imposto Territorial Rural, que se propõe seja transferido àquelas unidades, mas também a ser regido por lei federal e, mais ainda, também com a restrição de proibição de edição de norma estadual autônoma (§ 6º do art. 153).

Ao que se vê, portanto, a proposta parte de uma visão preconceituosa e até desrespeitosa em relação aos agentes políticos estaduais, que são encarados como irresponsáveis e necessitando de uma verdadeira tutela por parte do Poder Federal, que ficará incumbido de impedir que os Estados e o Distrito Federal pratiquem desatinos na instituição e administração dos impostos que lhes são reservados...

Essa visão, além de equivocada, implica em agressão evidente ao princípio federativo, na medida em que priva os Estados e o Distrito Federal de exercer, efetivamente, a competência impositiva que lhes é assegurada pelo texto constitucional originário.

O art. 18 da vigente Constituição Federal estabelece que "A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição".

Isto vem a significar que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu um modelo de Estado Federal, que é aquele previsto no seu texto original. Nesse modelo, sem dúvida alguma, o exercício da competência impositiva é um dos aspectos da maior importância, a tal ponto que, como é notório, costuma-se chamar o Texto Fundamental de "Carta de Competências".

E, realmente, o exercício das competências impositivas que assegura aos entes federados (Estados, Distrito Federal e também Municípios) a autonomia prevista no art. 18 da Constituição Federal, antes referido, permitindo-lhes adotar políticas próprias, adequadas às diferentes realidades regionais, no trato das questões tributárias, além de se assegurarem dos meios necessários à realização das receitas dos tributos que lhes foram reservados, também de acordo com suas peculiares condições e interesses específicos, nem sempre idênticos aos dos demais entes da Federação.

Ora, se é certo que o texto original da Constituição Federal não é imutável, não se pode esquecer

que nele existem as chamadas cláusulas pétreas, insusceptíveis de quaisquer alterações, conforme prescreve o art. 60, § 4º, destacadamente aquela referente ao Estado Federal (inciso I).

Não se faz, aqui, desde logo, uma averbação de inconstitucionalidade da proposta de emenda constitucional em exame: trata-se, por ora, de uma reflexão quanto à necessidade de maior cautela em sua análise, para que não se venha a incidir em vício insanável.

De qualquer modo, ainda que não venha a ser confirmada a suspeita de inconstitucionalidade, é preciso considerar que a proposta de abolição da competência legislativa dos Estados e do Distrito Federal no que respeita aos tributos de sua competência constitui inovação perigosa, que aumenta a dependência dessas unidades federativas em relação ao Poder Federal, situação de todo inconveniente e geradora de resultados indesejáveis.

Há que se examinar, ainda, a essência da pretendida unificação da lei de regência do tributo estadual (ICMS), como está na proposta de Emenda Constitucional.

Os argumentos que, há muito, são expostos, para sustentar essa proposição assentam-se, principalmente, em que:

1º) A manutenção da competência legislativa dos Estados e do Distrito Federal, como atualmente consagrado no Texto Fundamental, propicia a chamada "guerra fiscal", através da concessão de benefícios fiscais, objetivando a atração de investimentos, com a conseqüente diminuição da arrecadação do imposto e geração de dificuldades de caixa para os entes federados envolvidos.

2º) A multiplicidade de legislações estaduais, com normas diversas, implica na existência de tantos ICMS quantos sejam os entes federados competentes para legislar, criando dificuldades para as empresas, especialmente aquelas que possuem estabelecimentos em mais de um Estado.

Quanto ao primeiro argumento, é importante lembrar que o atual texto da Carta Fundamental já prevê restrições a essa prática, a começar pelo que dispõe, em seu art. 150, § 6º, **verbis**:

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições. só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou

contribuição, sem prejuízo do disposto do art. 155, § 2º, XII, **g**.

Ademais, por força do citado art. 155, § 2º, inciso XII, letra **g**, essas concessões ficam sujeitas à prévia aprovação por ato convencional celebrado pelos Secretários de Fazenda de todos os Estados da Federação e do Distrito Federal.

Além disso, o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabelece que:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Então, ao que se vê, já existem mecanismos, quer de ordem constitucional, quer de ordem infra-constitucional, que, se devidamente observados, são mais do que suficientes para inibir práticas contrárias ao interesse público, em tema dessa natureza.

Na verdade, impõe-se dizer que as normas já existentes nem sempre são observadas, em sua inteireza.

Bastaria, então, procurar fazer valer essas normas e já se teria equacionado solução mais razoável para o problema, sem qualquer agressão ao princípio federativo.

O outro argumento também não convence, porque não é somente o ICMS que é um imposto complexo e diferenciado, de acordo com os locais de sua exigência.

Complexo também é o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência municipal, de tal

sorte que cada um dos mais de 5.000 municípios brasileiros editam normas próprias sobre sua exigência.

É o caso de se perguntar se, a seguir, não se irá propor, também, a edição de uma lei federal sobre o Imposto Sobre Serviços...

Insistindo neste tema, é preciso refletir que o Brasil, pela sua própria diversidade, em termos econômicos, culturais, históricos, etc., não permite que imponha tratamento homogêneo, seja em matéria tributária, seja em qualquer outra matéria, a todas as suas regiões.

Preocupa a possibilidade de que se venha a editar uma lei do ICMS que prescreva tratamentos, obrigações formais, etc., da mesma natureza e com os mesmíssimos detalhes, tanto para a capital de São Paulo, uma das maiores metrópoles do mundo, quanto para uma pequena vila perdida na vastidão da selva amazônica.

Isto traz à tona, também, a questão da desoneração desse tributo quanto aos produtos da cesta básica: quem vai definir qual é a cesta de gêneros alimentícios de primeira necessidade?

Segundo o que está proposto na PEC agora submetida ao Congresso Nacional, essa definição constará da lei complementar federal, que vai regular, em termos nacionais, o ICMS.

Ora, e como se levará em consideração os hábitos e as carências alimentares das diversas regiões de nosso extenso e tão diferenciado País?

Teremos, então, uma só definição, válida para todo o território nacional, ou haverá, como se faz necessário, uma diversidade de cestas alimentares, de acordo com os hábitos alimentares de cada região?

Enfim, essa desejada harmonização do ICMS é questão que se revela, desde logo, bem mais complexa do que se vem expondo, até agora, devendo, por isto, merecer exame mais cuidadoso por parte do Congresso Nacional.

Ainda com relação ao ICMS, parece-me da maior importância refletir sobre os efeitos da regra inserida no art. 153, § 2º, inciso VI, letra e, que permite condicionar o aproveitamento do crédito fiscal ao efetivo pagamento do que for devido nas operações anteriores.

Com efeito, tal disposição, à toda evidência, não se coaduna com o anunciado propósito de simplificar a regulação desse tributo, pois, muito ao contrário, impõe ao contribuinte um ônus que implicará em necessidade de investigar todas as operações antecedentes, tarefa extremamente complexa e, em certos casos, até mesmo de impossível consecução.

Transforma-se o contribuinte em fiscal do imposto, o que, por certo, não se harmoniza com a dinâmica das atividades empresariais, além do que dele se exige, para atendimento dessa condição, a manutenção de uma estrutura administrativa cara e nem sempre acessível às pequenas e médias empresas. Além disso, impõe-se observar, também, que a proposta de emenda do Sistema Tributário se revela muito tímida, no trato de certas questões, além de se omitir em relação a outras.

Exemplo dessa timidez é a proposta no que se refere à contribuição social sobre o faturamento, que encerra apenas uma promessa de aplicação de efeito não cumulativo somente em relação a certos setores de atividades, quando todos os agentes econômicos anseiam pela extensão desse efeito a toda a cadeia de produção e comercialização, como imperativo para a redução do custo Brasil.

Não se pode deixar de anotar, também, com a maior ênfase e mesmo com surpresa, que a proposta da Presidência da República não estende a essa contribuição a regra de menor alíquota para os gêneros alimentícios de primeira necessidade, tal como estabelecida para o ICMS.

Por derradeiro, anote-se a ausência de qualquer proposta com relação ao Imposto de Renda das pessoas naturais, cuja sistemática de incidência, atualmente em vigor, penaliza os assalariados e a classe média baixa.

*Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 523, DE 2003**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989, que “define os serviços de qualquer natureza sujeitos ao imposto de competência dos municípios, previsto no inciso IV, do art. 156, da Constituição, e estabelece suas alíquotas máximas”.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2003. – **Romeiro Jucá – Renan Calheiros – Arthur Virgílio – Aloízio Mercadante. – Tião Viana.**

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente, quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 524, DE 2003**

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado, requeiro Apensamento do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2003, aos já apensados Projetos de Lei do Senado nºs 386, 292 e 614, todos de 1999, por regularem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2003. – **Juvêncio da Fonseca.**

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – O requerimento lido será publicado e, posteriormente, incluído na Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 8, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 525, DE 2003**

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Resolução nºs 65, de 1999, e 18, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria – indicação a outro Poder.

Sala das Sessões, 2 de junho de 2003. – **César Borges.**

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – o requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do regimentais.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – O próximo orador é o Senador Delcídio Amaral. Em seguida, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, pela Liderança da Minoria.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de registrar, mais uma vez, a “ditadura das lideranças”. Nós não conseguimos falar, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Aliás, eu estava lendo no Regimento, Senador Delcídio, e o item é muito claro: não se pode mudar o assunto a que se refere o pedido de uso da palavra. Então, as Lideranças têm que decidir se cumprem ou não o Regimento, e a Mesa fica sempre no constrangimento de ter que repetir o que regula o Regimento Interno do Senado Federal.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sei que V. Ex<sup>a</sup> sempre tem-se colocado claramente com relação a essa questão, Sr. Presidente.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, exatos sete anos depois de privatizada, uma ferrovia está voltando às mãos do poder público.

Numa “reestatização” inédita, cerca de 400 km entre Campo Grande e Corumbá sairão das mãos da **holding** Brasil Ferrovias para voltar à administração da União e do Estado de Mato Grosso do Sul, que pretendem implantar, até 2006, o “Trem do Pantanal”.

A empresa Novoeste devolve a concessão que lhe deu o direito de explorar a malha da antiga Noroeste do Brasil, nossa velha conhecida NOB. Mas devolve, com um custo altíssimo para os contribuintes e cofres públicos, porque a Novoeste simplesmente deixou que a ferrovia fosse sucateada.

O retorno do trem de passageiros através do Pantanal e a perspectiva de trazer ainda maior interesse turístico para a região, que já é atração internacional, deveriam ser motivo de comemoração.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não posso ver com entusiasmo essa “reestatização”. Em primeiro lugar, porque as perdas foram enormes. O custo do investimento para recuperar a ferrovia é da ordem de, no mínimo, R\$300 milhões, computada a reconstrução de 15 estações, mais vias de acesso, sem falar na reposição de trilhos, dormentes, vagões e locomotivas.

Maior seriedade e rigor no acompanhamento e no controle das privatizações poderiam ter evitado tanto desperdício de recursos públicos.

Estou convencido, e o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva também, de que o Estado não pode simplesmente se afastar e deixar que as grandes questões nacionais sejam resolvidas pelo jogo do mercado.

O Estado tem de estar presente na caminhada rumo ao crescimento, como elemento planejador e definidor de prioridades. E precisa ter ao seu lado, como parceira, a iniciativa privada.

Não tenho dúvida de que, a partir dessas parcerias – já batizadas como PPP – Parcerias Público-Privadas – serão estabelecidos marcos regulatórios permanentes, firmes, para que o País possa crescer de forma consistente.

A antiga Noroeste do Brasil era uma empresa que se aproximava muito do conceito da parceria PPP, que o Governo pretende adotar.

A Noroeste era uma empresa de capitais mistos, brasileiros e franco-belgas. A estrada de ferro começou a ser construída em 1905, na ponta de Bauru. No lado sul-mato-grossense, o trecho até Porto Esperança só teria condições de tráfego em 1914, e a ponte sobre o rio Paraná foi inaugurada na segunda metade da década de 20.

A decisão de construir a estrada, mais do que isso, a percepção de que era necessária uma ligação por terra com a região sul do antigo Mato Grosso, foi decorrência de planejamento estratégico. Um dos objetivos – e isso vinha desde o Império – era evitar que um território imenso e distante passasse a gravitar em torno dos círculos comerciais paraguaios, o que poderia trazer problemas para a própria unidade nacional. O acesso natural à antiga Província do Mato Grosso se fazia, então, pelo rio Prata e pelo rio Paraguai.

O livro de Fernando de Azevedo **Um Trem Corre para o Oeste** narra com detalhes o que foi a empreitada épica de se construir a estrada de ferro. Conta que foi do Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, que partiu o impulso decisivo.

Diz o autor de **Um Trem Corre para o Oeste**:

(...) foi considerado problema nacional inadiável a construção de um caminho de ferro que, partindo de São Paulo, transpondo o Paraná e o Urubupungá, se dirigisse a um ponto do rio Paraguai adequado a encaminhar para o Brasil o comércio do sudoeste boliviano e do norte paraguaio, permitindo ao mesmo tempo rápidas comunicações do litoral com o antigo Mato Grosso, independente do percurso em território estrangeiro.

Lendo o trabalho de Fernando de Azevedo, qualquer brasileiro sentirá orgulho daqueles pioneiros da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

A decisão de construir foi estrategicamente planejada pelas autoridades da época, analisados os interesses nacionais. Os capitais eram franco-belgas e do governo brasileiro.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos sabemos que a política de privatização, em alguns setores, não alcançou os resultados que a sociedade brasileira esperava.

Os investimentos para revitalização do setor de transportes precisam chegar aos R\$ 8 bilhões ao longo de um período de sete anos. Se isso não for feito, corremos o risco de um novo “apagão”, desta vez na logística dos transportes, com prejuízos incalculáveis para a economia do País.

Apenas um exemplo: todo o esforço empreendido na produção de soja, que levou o Brasil à condição de maior exportador do mundo, pode ser comprometido pela falta de transportes em condições e preços competitivos.

No último dia 28 de maio, em audiência pública na Câmara dos Deputados, o Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, anunciou o “Plano Nacional de Revitalização das Ferrovias”. Disse que o governo espera investir R\$1,3 bilhão até o próximo ano, com a participação de sete concessionárias.

Faz-se necessário, além do investimento por parte do Governo, a apuração de responsabilidade nas gestões dos contratos de concessão.

No caso da Novoeste, apesar da “reestatização” do trecho Campo Grande-Corumbá, a ferrovia continuará ativa no trecho Campo Grande-Bauru, como uma das empresas da **holding** Brasil Ferrovias.

A **holding** compreende, além da Novoeste, a Ferroban e a Ferronorte, um complexo de ferrovias cujos números, à primeira vista, impressionam. Os donos da **holding** são os fundos de pensão Previ e Funcef e, ainda, a JP Morgan/Shafe, o Latin American Infrastructure Fund, a Constran, o Bradesco e outros minoritários.

O “descarrilamento” do contrato de concessão com a Novoeste é evidente. A situação, em 1988, já era preocupante. O número de funcionários, de um quadro já enxugado para 1,8 mil, foi drasticamente reduzido a menos de 500. Isso gerou um acúmulo de trabalho para os empregados remanescentes e, obviamente, comprometeu os padrões mínimos de segurança da operação. Além disso, grande número de ferroviários desempregados estão vivendo precariamente com suas famílias nas estações e casas das vilas.

A velocidade da malha, que era de 40 km/h, reduziu-se para 25 km/h, contrariando dispositivo expresso na concessão. A meta, também assumida em contrato, de transportar um mínimo de 2,1 milhões de toneladas de carga foi ignorada.

Ao longo de tempo, trilhos, peças, vagões e locomotivas, estações ferroviárias inteiras foram simplesmente desaparecendo, levadas por ladrões ou corroídas pelo tempo e pelo descaso.

Convém lembrar que, na desestatização da malha ferroviária nacional, se estabeleceu o instituto do “arrendamento”. Conforme os contratos de concessão, trilhos, vagões e locomotivas continuavam e continuam a pertencer à União.

O **Correio do Estado**, jornal de maior circulação no meu Estado, de 29 de junho último, aborda o assunto denunciando que, enquanto o Estado do Mato Grosso do Sul procura reativar os 442 quilômetros do trem do Pantanal, no trecho Campo Grande-Corumbá, do outro lado da linha, os 342 quilômetros em direção a Ponta Porã estão sendo retirados e comercializados como ferro-velho no Estado de São Paulo. Vagões apodrecem, e as antigas estações da Noroeste do Brasil estão totalmente abandonadas desde a concessão ocorrida em 1996. Vale lembrar que muitos dos prédios em que funcionavam as antigas estações da Noroeste são construções de valor arquitetônico e cultural inestimável, estando hoje à mercê dos vândalos.

O sucateamento final deu-se em novembro do ano passado quando a malha foi definitivamente desativada pela Novoeste. O trecho de 150 quilômetros entre Maracaju e Campo Grande continua operando, mesmo em péssimas condições de manutenção.

A matéria registra, ainda, a denúncia do sindicalista Valdemir Vieira, dando conta de que, “das 88 máquinas que operavam com cargas, 30 foram desviadas para linhas paulistas, junto com dois mil vagões que estão mais bem conservados”. O sindicalista afirma: “Nós só temos agora 30 locomotivas e três mil vagões de carga, mesmo assim, quase 20 estão paradas, com problemas elétricos e mecânicos”. E conclui: “Estão levando tudo daqui”.

Concedo o aparte ao meu caro Líder, Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Meu caro Senador Delcídio, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, pois estamos diante de um momento bonito no Senado Federal, de um debate que parte de quem olha o Brasil com os olhos da contemporaneidade, da responsabilidade da gestão inteligente e com a clara visão do desenvolvimento dependente da infra-estrutura. Acredito que o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> demonstra a visão de um estadista, à altura do seu conteúdo e da sua formação e aponta o modelo geopolítico do seu Estado, Mato Grosso do Sul, como um modelo de análise perfeito

para muitas regiões do País. Essa defesa da recuperação das ferrovias é talvez o grande desafio do Presidente Lula, pois talvez tenha sido o setor mais violentado na política de privatizações do Governo e uma herança acumulada pela política da onda do petróleo que apenas se voltou para as rodovias. E o Brasil perdeu o que a Europa fez, o que os Estados Unidos fizeram, o que outros países com inteligência e visão longitudinal conseguiram fazer. Cumprimento-o pelo discurso. O Governo do nosso Presidente Lula tem a responsabilidade clara de recuperar essa grande dívida, de atualizar o Estado brasileiro em termos de infraestrutura e de olhar para esse setor com um olhar de dependência franca e de uma necessidade absoluta de mudança imediata. Quando olhamos para o setor naval, vemos que gastamos US\$6 bilhões todos os anos só no pagamento do transporte marítimo em entrada no País, o que demonstra uma outra fragilidade extraordinária herdada por equívocos de política anterior. O seu pronunciamento deve ser encaminhado, sem dúvida alguma, aos Ministérios das áreas fins, para que eles possam assumir com pronta sensibilidade a responsabilidade de levar adiante essa preocupação com o desenvolvimento atual para o Brasil.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Líder Tião Viana, muito obrigado pelas palavras. É uma honra para mim participar, fazer um discurso nesta Casa e debater com V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senador Delcídio Amaral, concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Concedo o aparte ao companheiro Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex<sup>a</sup>, com o seu discurso, traz ao conhecimento desta Casa algo que, lamentavelmente, não tem sido noticiado pelo menos com a ênfase e com o destaque que merecem os desastres ocorridos no setor elétrico e agora na telefonia, com os contratos lesivos que produzem esses aumentos de tarifa. Pouco se tem falado nas privatizações do setor ferroviário, que seguiram aquela mesma orientação de, no afã de privatizar a qualquer preço e de qualquer maneira, demonstrar ao mercado internacional que o Brasil estava no rumo da privatização. Fizeram contratos que acabaram resultando nessa situação. V. Ex<sup>a</sup> faz o retrato da velha Noroeste. Até acredito que seja, possivelmente, o mais grave caso, mas esse mesmo problema de sucateamento de um patrimônio que, afinal de contas, continua sendo público é geral. Tenho escutado comentários dos antigos enge-

nheiros da rede ferroviária, que nos alertam para um estrago gigantesco que está sendo feito nesse patrimônio sucateado, porque os contratos não foram balizados com o rigor que o trato do patrimônio público exige. Assim, foi mais um desastre que se efetivou neste País – como eu disse – no afã da privatização de qualquer maneira, da privatização rápida para demonstração internacional. O exemplo que V. Ex<sup>a</sup> traz alerta para esta Casa. O setor de infra-estrutura, de transportes, está sucateado e isso exigirá um investimento gigantesco: se somarmos ferrovias, rodovias, energia elétrica, isso consumirá algo como R\$40 bilhões ou R\$50 bilhões por ano de recomposição e de avanço, de novos investimentos. Trata-se de um desafio e de uma responsabilidade que teremos de enfrentar. Vamos enfrentar, mas alertando a Nação sobre todo o desastre cometido em nome de uma ruínosa política adotada no nosso País. Parabéns, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por estar trazendo à Casa de forma objetiva, clara e insofismável um caso da maior gravidade.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Delcídio Amaral, primeiro peço permissão para corrigir um equívoco do nosso grande Líder do PT, Senador Tião Viana. S. Ex<sup>a</sup> disse que o pronunciamento devia ser levado aos Ministros. Permita-me, Senador Tião Viana: o Senador Delcídio Amaral deve ser convocado pelo Presidente Lula, amanhã, para ser Ministro. Tenho acompanhado, e ninguém excede o Senador Delcídio Amaral na sua competência referente aos problemas energéticos do País – e digo isso até um pouco constrangido, porque tenho de dar medalha de ouro para S. Ex<sup>a</sup>, enquanto dou medalha de prata ao nosso Senador Rodolpho Tourinho. Não há ninguém melhor do que o Senador Delcídio Amaral, uma bênção para o seu Partido, que não tem sabido aproveitá-lo, pois o Governo está parado, e S. Ex<sup>a</sup> entende como ninguém de energia, de hidrelétrica, de energia térmica, eólica impulsionada. Agora, V. Ex<sup>a</sup> revive aqui o sonho de Juscelino sobre a energia e o transporte. Falando o fundamento, lembro que este País começou com a ferrovia. Foi Mauá, um empreendedor como V. Ex<sup>a</sup>, jovem, idealista, conhecedor, que deu início aos estaleiros, para impulsionar a navegação fluvial e marítima, e o transporte ferroviário. Um dos maiores estudiosos do Brasil, Eugênio Gudín, dizia que este País jamais pertenceria ao Primeiro Mundo; se quiser, terá de pagar, porque se equivocou: abandonou o transporte ferroviário, sete vezes mais barato, e o transporte hidroviário e marítimo, doze vezes

mais barato que o rodoviário. Aí estão as estradas esburacadas, acabadas. Aproveito para fazer um pedido ao Presidente Lula, em quem todos nós confiamos. Creio que o Senador Sebastião Viana acaba de ligar para o Presidente da República com essa sugestão, para que faça avançar este Governo. O Lula, nosso amigo, Presidente, afável, sincero, que tem bons propósitos, fala em Deus, mas não é divino. Até o filho de Deus, quando andou por este mundo, não ficou só no discurso, fez obras. Seguimos Cristo porque fez cego ver, aleijado andar, surdo falar e ouvir; limpou leprosos e retirou os demônios. Então, para que o Brasil acredite neste Governo, Sua Excelência deverá realizar obras, dentre elas, a primeira terá de ser o recrutamento de um homem como V. Ex<sup>a</sup> para ser Ministro. Muito obrigado.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelo seu aparte.

Ouçó o Senador Rodolpho Tourinho.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Senador Mão Santa, faço do Senador Delcídio Amaral a mesma avaliação de V. Ex<sup>a</sup> e também concordo com o seu diagnóstico absolutamente correto. No meu Estado, a privatização não resolveu nada em relação à questão ferroviária. Temos apenas uma linha ligando o Estado ao Sul do País, com um atendimento muito precário. Nada melhorou, e pior: no problema de transporte intermunicipal no entorno de Salvador, nos subúrbios, o serviço caiu a um nível baixíssimo. O atendimento é mais do que precário, talvez ridículo. Hoje representa um pequeno percentual do que é feito através de ônibus, algo incompreensível. E o agravante nessa situação é que não temos o trem suburbano, mas também estamos sem o metropolitano, cujas obras poderíamos estar terminando. E essas obras não estão terminadas porque faltam recursos a serem liberados pelo Governo Federal. Os recursos já foram colocados à disposição pelo Banco Mundial; quanto aos recursos do Estado da Bahia, assim como os do Município de Salvador, possivelmente por influência da política do Fundo Monetário Internacional, eles não são liberados. Então, em relação a essa privatização, a situação é pior ainda no Estado da Bahia. Peço até a interferência do nobre Senador Tião Viana, para que S. Ex<sup>a</sup> nos ajude na solução do problema, que, aliás, já foi tratado hoje pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e César Borges. Tratamos do assunto todos os dias, e não se resolve. Eu tenho uma afirmação de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Delcídio Amaral – que acredito seja muito importante – de que o Estado tem de estar presente, de alguma forma, em muitas áreas da economia. Eu concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Hoje, ci-

tei um aspecto que me parece muito importante: a presença da Petrobras – que já teve V. Ex<sup>a</sup> como seu competente diretor –, que não pode e não deve ser olhada como a continuidade do monopólio de certas áreas. Acredito que a empresa deve passar a entrar na área de distribuição do GLP, o chamado gás de cozinha, porque, do contrário, o controle de preço, que não deveria haver, será muito pior. Mas hoje piorou, pois a empresa Ultragás comprou a Shell Gás de distribuição de gás de cozinha e detém seguramente um quarto do mercado. Portanto, mais do que nunca, é necessária a presença da Petrobras no setor, como também acredito que ela deva estar presente na distribuição de combustíveis com postos próprios. A nossa luta para que a Petrobras tenha postos seus operando e, assim, haja preços de referência é antiga. Não contes- to a posição no que se refere ao fracasso da privatização nessa área, mas insisto no ponto de que o Estado tem de estar presente em muitas outras situações. Já que falamos da Petrobras – para não me estender –, em síntese, resalto que ela também não deveria ter saído da área petroquímica, para onde advogo a sua volta. Mas louvo muito a oportunidade e a clareza do seu pronunciamento, Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Concedo um aparte ao meu caro Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Senador Delcídio Amaral, desculpe-me interrompê-lo. É muito apaixonante o discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Quem não tem saudades do trem de ferro? Todos nós temos uma história dentro de um vagão, e quantas vezes fomos transportados por ele!

Mas, Senador, o tempo até o término da sessão é de V. Ex<sup>a</sup>. Apenas eu gostaria de dispor de alguns minutos, para não deixar de ceder a palavra à Senadora Lúcia Vânia. Ainda há matéria de urgência urgentíssima a ser apreciada, mas respeito o tempo integral de V. Ex<sup>a</sup>. Apenas peço a sua colaboração.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Delcídio Amaral, serei rápido, até atendendo às palavras do Presidente Romeu Tuma. Quero apenas lembrar que a área ferroviária viveu uma situação que comprovou evidente existência de déficit no sistema ferroviário brasileiro, o que provocou a criação do projeto de privatização. Mas, nem assim, vou concordar plenamente com essa privatização. Segundo as palavras do Senador Rodolpho Tourinho, eu considero que, no setor ferroviário, o resultado não foi de plena

satisfação, mas também não direi que foi um desastre. Temos algumas ferrovias, aquelas onde há tráfego de cargas, um fluxo maior – como no caso de Minas Gerais, onde operaram razoavelmente bem –, que são as ferrovias chamadas de desenvolvimento, ferrovias como a que vai de Minas Gerais até à Bahia, que foi suspensa. Em Minas Gerais, há cidades do norte que tinham o trem como transporte tradicional. Mas isso acabou e as cidades ficaram relegadas. Também quero declarar que sou um apaixonado por trens e considero que um País como o Brasil não poderia ter prescindido do transporte ferroviário. Como mencionou o Senador Mão Santa, Juscelino Kubitschek deu prioridade às rodovias – sou juscelinista –, mas exatamente para ganhar tempo – os famosos 50 anos em 5. Com isso, as ferrovias ficaram em segundo plano. Se tivéssemos retomado em 1965, no regime militar, talvez a realidade hoje fosse diferente. Até o Presidente Juscelino Kubitschek reconhecia que as ferrovias deveriam estar presentes em seu segundo mandato, como também a agricultura. Esses seriam os dois pontos enfatizados em seu segundo governo. Penso que o próprio Presidente Fernando Henrique – apesar de pertencer ao mesmo Partido – não foi muito feliz ao privatizar as ferrovias, mas não acho que ela tenha sido um desastre. Algumas coisas foram positivas. Também quero citar o transporte ferroviário urbano, os metrô, que precisa ser agilizado pelo Governo Lula. Já estamos no segundo semestre do Governo, e os metrô de Belo Horizonte, de Fortaleza, Porto Alegre, além dos do Rio de Janeiro e de São Paulo precisam da urgente atenção do Governo Federal, pois, sendo transporte de massa – pelo menos o da minha cidade, Belo Horizonte – carece de um investimento maior. Desculpe-me, Sr. Presidente, mas era importante que eu me manifestasse.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)**

– Muito obrigado, Sr. Senador Azeredo, pelo seu aparte.

Sr. Presidente, repito: o problema das concessões no setor de transporte ferroviário, sobretudo o contrato com a Novoeste, é crítico. A gravidade da situação é sobejamente conhecida e os responsáveis, tanto da parte da concessionária como do poder público, estão devidamente identificados. Tudo foi mapeado em duas CPIs, uma da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul e outra, mais recente, da Assembléia Legislativa de São Paulo, cujo relatório final foi apresentado em março deste ano.

Portanto, apesar de todos os absurdos aqui mencionados, não seria a melhor alternativa, a meu ver, propor uma nova CPI, dessa vez no âmbito do

Congresso Nacional. Os fatos já estão evidenciados em trabalhos legislativos responsáveis, levados a efeito em Assembléia estaduais.

Espero que as denúncias apresentadas levem à punição exemplar dos responsáveis. Entretanto, independentemente das medidas que serão tomadas como resultado dessas denúncias, o retorno do trem do Pantanal não pode mais esperar.

São inquestionáveis os benefícios que a volta do transporte ferroviário poderá trazer, a curto prazo, para a economia e para a população de Mato Grosso do Sul e de toda a sua região.

Existe vontade política para viabilizar uma rápida solução desse impasse, envolvendo agentes, concessionários e poder público. Resta encontrar uma fórmula eficaz de participação da sociedade, por meio das chamadas Parcerias Público Privadas.

Com esse objetivo, o Ministério do Planejamento já trabalha na criação de um fundo de investimentos que captará recursos privados para a aplicação em obras de infra-estrutura para o País, inclusive propondo as necessárias alterações na legislação vigente.

Governo e iniciativa privada devem somar esforços para concretizar a parceria. O desafio, agora, é encontrar um modelo que permita o equilíbrio: os investimentos realizados precisam trazer para os investidores o esperado retorno econômico e para a população, o desejado retorno social.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e aos Senadores presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Delcídio Amaral, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.**

A Presidência recebeu ofício do Presidente da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto de decreto legislativo que passo a ler.

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 382, DE 2003**

(Nº 493/2003, na Câmara dos deputados)

**Aprova a participação brasileira na Força Multinacional de Emergência Provisória, autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas pela Resolução nº 1.484, de 2003, para a cidade de Bunia, província de Ituri – República Democrática do Congo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a participação brasileira na Força Multinacional de Emergência Provisória, autori-

zada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas pela Resolução nº 1.484, de 2003, para a cidade de Bunia, província de Ituri – República Democrática do Congo.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida participação, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO ORIGINAL Nº 493, DE 2003**

**Aprova a participação brasileira na Força Multinacional de Emergência Provisória, autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas pela Resolução nº 1.484, de 2003, para a cidade de Bunia, província de Ituri – República Democrática do Congo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a participação brasileira na Força Multinacional de Emergência Provisória, autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas pela Resolução nº 1.484, de 2003, para a cidade de Bunia, província de Ituri – República Democrática do Congo.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida participação, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **MENSAGEM Nº 281, DE 2003**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Informo a Vossas Excelências de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, em 30 de maio do corrente, a Resolução nº 1.484 (2003), que *autoriza* o envio de uma Força Multinacional de Emergência Provisória para a cidade de Bunia, província de Ituri – República Democrática do Congo, para em estreita coordenação com a Missão da Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), em particular com o contingente atual-

mente desdobrado naquela cidade, contribuir para a estabilização das condições de segurança e a melhoria da situação humanitária naquela cidade, assegurar a proteção do aeroporto e das pessoas abrigadas em Bunia, e, se a situação requerer, contribuir para a segurança da população civil, dos membros das Nações Unidas e da presença humanitária na cidade.

O conflito civil na República Democrática do Congo (RDC) eclodiu após a deposição do ditador Mobuto Sese Seko, em 1997. Os confrontos envolvem diversos grupos armados que representam associações políticas, étnicas e, mesmo, exércitos vizinhos. Em 2002, sob os auspícios das Nações Unidas e da União Africana, foram assinados os mais recentes acordos de paz para o país, em Luanda e Pretória, os quais determinaram a retirada das tropas estrangeiras da RDC.

A província de Ituri, até novembro de 2002, estava ocupada por tropas de Uganda e Ruanda, em dezembro de 2002 o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) determinou, por meio da Resolução nº 1.445 (2002), a retirada das tropas de Uganda e Ruanda da região, o que foi feito prontamente, estabelecendo-se, porém, um vácuo de poder. A situação desencadeou a luta entre milícias das etnias hema e lendu pelo controle da cidade de Bunia.

As Nações Unidas conduzem, desde 1999, uma operação de paz no Congo, a MONUC. No âmbito desta missão, 712 militares uruguaiois foram deslocados para a cidade de Bunia, na província de Ituri, a fim de garantir a segurança das instalações das Nações Unidas e supervisionar a retirada de tropas ugandenses que haviam ingressado novamente na RDC. Com o reavivamento do conflito entre hemas e lendus no último mês, a MONUC encontra-se cercada em Bunia, tendo cerca de oito mil civis dependendo de sua proteção.

Em vista da situação desesperadora, o Secretário-Geral Kofi Annan consultou os membros do Conselho de Segurança sobre o envio de força multinacional para restabelecer a paz na região e garantir a segurança dos civis. A França ofereceu-se para enviar tropas, desde que com o consentimento do Governo congolês, ugandense e ruandense, com a participação de outros países e por prazo de três meses, até que a MONUC possa reforçar sua presença em Ituri, tendo o Secretariado das Nações Unidas informado do interesse do Governo francês na participação de dois aviões Hércules brasileiros para realizar transporte aéreo logístico da cidade de Entebbe, em Uganda, a qual foi definida como base de operações, para Bunia.

Esta missão tem base estritamente temporária, com previsão de encerramento no dia 1º de setembro de 2003, com a finalidade de permitir que o Secretário-Geral reforce a presença da MONUC naquela região.

Diante do exposto e da necessidade de pronta incorporação dos meios brasileiros à força multinacional, estou enviando duas aeronaves C-130 – Hércules – da Força Aérea Brasileira, com equipagens de voo e equipe de apoio, até um total de 50 militares, sujeito ao necessário aval do Congresso Nacional, nos termos da legislação em vigor, estando em fase final de elaboração o levantamento dos recursos necessários para custear a referida missão.

A cessão de tais meios é vista pelo Estado Brasileiro como uma ratificação da prioridade atribuída ao relacionamento do Brasil com os países africanos; uma demonstração da capacidade de mobilização do País para cooperar na solução de crises internacionais, evidenciando credenciais de legítimo candidato a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU; uma manifestação do apoio do Brasil às instituições multilaterais; e também um gesto de solidariedade com a Nação Uruguaia, cujas tropas estão sitiadas na Bunia.

Brasília, 27 de junho de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

É lido o seguinte:

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – O projeto lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 526, DE 2003**

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso I, do Regimento Interno, para o PDS nº 382, de 2003.

Sala das Sessões 2 de julho de 2003. – **Tião Viana – Ney Suassuna – Lucia Vânia – Patricia Saboya Gomes – Rodolpho Tourinho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Em votação o requerimento de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2003.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da matéria, nos termos do art. 340, inciso I, do Regimento Interno. (Pausa.)

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 382, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2003 (nº 493/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova a participação brasileira na Força Multinacional de Emergência Provisória, autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas pela Resolução nº 1.484, de 2003, para a cidade de Bunia, província de Ituri – República Democrática do Congo.

Dependendo de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana para proferir parecer sobre a matéria, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

#### **PARECER Nº 719, DE 2003 (De Plenário)**

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para proferir parecer. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trata-se de matéria que diz respeito à responsabilidade do Brasil, no plano internacional, na Aliança Internacional dos Países Membros da Organização das Nações Unidas, ou seja, diz respeito exatamente à presença de uma força internacional de paz no Congo, numa tentativa de cumprir as resoluções e as atribuições internacionais da Organização das Nações Unidas.

Como a matéria está afeta ao inciso I do art. 49 da Constituição Federal, envolve responsabilidade financeira do Estado brasileiro e precisa de aprovação do Congresso Nacional.

O parecer, pela relevância da matéria, é inteiramente favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – O parecer é favorável.

Em discussão o **Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2003**, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 382, DE 2003**

(Nº 493/2003, na Câmara dos Deputados)

**Aprova a participação brasileira na Força Multinacional de Emergência Provisória, autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas pela Resolução nº 1.484, de 2003, para a cidade de Bunia, província de Ituri – República Democrática do Congo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a participação brasileira na Força Multinacional de Emergência Provisória, autorizada pelo

Conselho de Segurança das Nações Unidas pela Resolução nº 1.484, de 2003, para a cidade de Bunia, província de Ituri – República Democrática do Congo.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida participação, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, como Líder. S. Exª disporá de até seis minutos.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Como Líder. Sem revisão do oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, marcando o início do semestre, foi lançado com pompa o programa Primeiro Emprego para a Juventude. Com mais de 1.000 convidados, entre Governadores, Ministros, Parlamentares e empresários, foi festa de gente grande, animada pela banda mirim do Olodum e com a participação da ONG Gente, estrela recém-criada em torno do programa oficial.

Ao que parece, na elaboração do programa não houve a participação dos próprios interessados, os jovens. O assunto sequer entrou em pauta nos fóruns e reuniões das entidades de protagonismo juvenil. Tampouco foram ouvidos os educadores sobre uma questão que afeta nossos cidadãos em desenvolvimento.

Mas o que chamou a atenção é o clima festivo em que o Governo lança a criação de 250 mil vagas para atender jovens de baixa renda e baixa escolaridade,

no momento em que o desemprego atinge os maiores índices dos últimos anos. Inicialmente serão beneficiados um em cada quinze dos jovens que se encontram fora do mercado de trabalho. A desocupação na faixa dos 16 aos 24 anos ultrapassa três milhões e seiscentos desempregados que fazem parte da População Economicamente Ativa. Esse contingente de jovens representa a metade dos desempregados brasileiros.

Ainda que se anuncie prioridade para os 250 mil já inscritos no Sine, será inevitável uma corrida aos postos de trabalho. Temos a lembrança dos últimos tumultos no Rio, onde 30 mil pessoas, muitas com curso superior, disputavam uma vaga de gari. Como selecionar rapazes e moças que tanto precisam de oportunidade sem cometer injustiças? E como atender as diferenças regionais? Certamente, onde há maior demanda não haverá empresas capazes de absorver a mão-de-obra.

O próprio Ministro Jaques Wagner, quando esteve no Senado, durante uma audiência pública na Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude, admitiu que o Governo “não quer gerar ilusão” e que somente o crescimento econômico seria capaz de gerar empregos.

Não se estaria contribuindo para gerar ilusão, lançando um programa tímido com tamanha pompa? Mais difícil do que gerar, é manter o emprego. Porque nossos jovens carentes estão despreparados para o mundo do trabalho.

Um levantamento do Unicef apontou que dos 21 milhões dos brasileiros de 12 a 17 anos, 8 milhões – 38% – vivem em áreas de risco, onde violência, desemprego, desestruturação familiar, gravidez precoce, uso de drogas e alcoolismo fazem parte da rotina.

Entre esses 8 milhões, 1,3 milhão são analfabetos ou semi-analfabetos; 3 milhões estão fora da escola; 2 milhões, na faixa etária de dez a quatorze anos, estudam e trabalham e 3,2 milhões, com idades entre quinze e dezessete anos, apenas trabalham.

Não há projeto de geração de emprego, por mais bem-intencionado que seja, capaz de enfrentar essa realidade. Na verdade, o trabalho assalariado não é um caminho natural para sua vida adulta. É um engano. Nós estamos em uma crise estrutural séria da economia e o emprego, torna-se, cada vez mais, escasso.

Se a questão é empregar, já se dispõe de uma lei – do Jovem Aprendiz – que determina cotas nas empresas para a contratação. Sem incentivos fiscais, nem repasses do Governo. A Lei nº 10.097, de 19 de



dezembro de 2000, que trata da aprendizagem dos maiores de quatorze anos e menores de dezoito, estimula iniciativas estaduais, municipais e de ONGs, de regulamentar o ingresso no mercado de trabalho.

Contudo, essa lei é pouco conhecida pelas empresas e não produz melhores resultados por conta da situação de escassez de empregos formais, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

Da mesma forma, temos programas interessantes de estímulo ao trabalho comunitário, como o Agente Jovem e o Universidade Solidária, mas falta uma cultura de valorização da responsabilidade social. Por suas ações, o próprio Governo exalta a lógica de que o econômico se coloca acima do social. É a educação que forma valores; a princípio, na família, depois, na escola e na comunidade.

É aprendendo a ser, a conviver, a fazer e a conhecer que se cria a base educacional capaz de estimular a autonomia, a capacidade de associar idéias, de se expressar e de trabalhar em equipe, respeitando divergências de opinião. Sem esses componentes, Sr. Presidente, o jovem pode até conseguir emprego, mas terá dificuldade em mantê-lo.

A valorização do ensino fundamental, nos últimos anos, aumentou a demanda pelo ensino médio, mas o trabalho não foi concluído, pois nem todos os Estados conseguiram aprimorar currículos. Faltam professores sintonizados com as demandas do mundo de hoje.

Apesar desse diagnóstico, o Ministério da Educação já manifestou a intenção de universalizar o ensino médio. É pena que essa ação não tenha sido feita concomitantemente ao lançamento do Primeiro Emprego. Transformar gradativamente o ensino médio em obrigatório para os que concluem a oitava série do ensino fundamental é importante para garantir educação de qualidade, com a possibilidade de inserção na vida social e produtiva.

Para combater a evasão, principalmente do período noturno, é preciso ampliar os programas de merenda, facilitar o transporte e garantir bolsas. Sem esquecer o investimento na busca de mais qualidade do ensino e no desafio da inclusão digital, para que seja um diferencial competitivo de mercado para os adolescentes e jovens.

Ideal seria a ampla interação entre educação e trabalho, com ações articuladas de promoção à saúde, esporte, lazer, cultura e, principalmente, garantias dos direitos.

Estamos, por exemplo, perdendo terreno no combate ao trabalho infantil, que volta nas regiões

mais pobres do Nordeste, devido ao descaso com o Peti, sem esquecer uma das formas mais dissimuladas do trabalho infantil: o doméstico, que emprega quase 500 mil meninas.

Além da educação e do emprego, seria preciso investir na prevenção da violência. Segundo estudo da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o custo médio para manter uma criança ou um adolescente infrator internado é de R\$4 mil, o que significa um desperdício de recursos, se considerarmos a taxa de reincidência. Essa é uma de nossas preocupações na Subcomissão da Juventude.

Desenvolver habilidades para o exercício de uma profissão digna que dê oportunidade de se realizar como cidadão é um direito de nossos jovens. Montar oficinas e laboratórios, garantir computadores e modernizar escolas exige investimento a longo prazo,...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. Fazendo soar a campainha.) – Consulto o Plenário sobre a prorrogação da sessão por dez minutos para que a Senadora Lúcia Vânia, que esperou tanto tempo, possa concluir seu pronunciamento. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, está prorrogada a sessão por dez minutos.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Muito obrigada, Sr. Presidente, pela gentileza.

Continuando: mas nada impede que o Sesi, o Sesc, o Senai e o Senar, que oferecem modalidades educativas em suas escolas, sejam desafiados a incluir currículos integrados, de modo a alternar períodos entre sala de aula no ensino médio e ambientes pedagógicos voltados para a profissionalização. Dessa forma, fortaleceriam, por um lado, as competências básicas do jovem e, de outro, as competências voltadas para o trabalho.

O Primeiro Emprego seria uma solução interessante, pois o mercado de trabalho receberia jovens com boa formação geral e com a prática adquirida em oficinas bem equipadas, principalmente se contassem com o apoio de empresas socialmente responsáveis, engajadas independentemente de receberem ou não algum tipo de incentivo.

Por outro lado, incentivar os programas de estágio diminuiria as resistências à alegada falta de experiência e excesso de encargos sociais para a entrada de jovens no mercado de trabalho. Para o Professor José Pastore, da USP, especialista em relações de trabalho, o estágio é uma realidade vitoriosa no Brasil. As empresas aprovam a parceria com as instituições que intermedeiam estagiários, como o Centro de Integração Empresa Escola. Vale destacar que 50% dos

estagiários acabam sendo contratados com vínculo empregatício.

Construir alternativas isoladas de ocupação, emprego e renda para determinada faixa etária, no momento em que o problema do desemprego é estrutural, não poderá resolver a questão da falta de oportunidade para o ingresso do jovem no mercado de trabalho, sob o risco de estimular a substituição da mão de obra por outra mais barata.

Apesar de meritória, a implementação pelo Governo do Primeiro Emprego impõe outras políticas públicas, principalmente na área educacional. Só assim, a juventude poderá buscar sua autonomia, contribuindo com o próprio protagonismo no processo de desenvolvimento do País.

Essa ação não pode ser aceita como resposta à necessidade de implantação de um conjunto de políticas públicas para uma população que urgentemente precisa fazer parte da agenda nacional. Caso contrário, governantes estarão correndo o risco de serem impelidos a construir cadeias, em vez de escolas.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senadora Lúcia Vânia, V. Ex<sup>a</sup> permite-me um aparte?

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Concedo um aparte ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senadora Lúcia Vânia, quero apenas cumprimentá-la pelo seu oportuno pronunciamento. A atuação de V. Ex<sup>a</sup> como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais já demonstra essa preocupação. É realmente fundamental que o Governo enfatize o estágio, pois é um tipo de primeiro emprego, digamos assim, e acaba sendo um preparo fundamental para a nossa juventude. Entretanto, quero manifestar aqui minha preocupação – pretendo abordar este assunto com mais tempo – com a redução do percentual de gasto com educação, que está sendo discutida. Com a chamada Lei Calmon, foi determinado que 25% do Orçamento dos Estados seriam destinados à educação, o que é fundamental para melhorar esse setor no Brasil. Vejo, com muita preocupação, que se discute agora, com o aceno favorável do Governo Federal, a redução desse percentual de maneira indireta, porque 20% do Orçamento dos Estados ficariam fora da distribuição, o que na prática significa reduzir 1/5 – de 25% para 20% – do que se gasta com educação. Isso contraria o que V. Ex<sup>a</sup> expõe aqui: a necessidade de que a educação seja aprimorada, no caso do ensino técnico, do ensino profissionalizante. Temos, em Belo Horizonte, um exemplo muito bonito da Associação dirigida pelo empresário Jairo de Azevedo, o projeto Cidade dos

Meninos, com um sucesso muito grande exatamente nessa linha de preparo profissionalizante, substituindo até a função do Governo. O empresário Jairo de Azevedo faz, por meio de seus colaboradores e várias empresas participantes do projeto, o preparo para o mercado de trabalho. Portanto, os meus cumprimentos pelo pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Deixo esta preocupação: não podemos permitir que haja redução de investimentos na educação; pelo contrário, devemos sempre buscar mais investimentos. Educação significa melhor condição para a busca de emprego, melhor preparo contra a violência. Não podemos concordar com essa discussão que começa hoje no País.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Azeredo. Quero dizer-lhe que a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> é também a minha, quando o Governo acena com a redução de 20% na vinculação dos recursos para as diversas áreas, incluindo as de educação e saúde. Tirar recursos do Fundef, uma grande conquista da sociedade brasileira, e desvincular os recursos vinculados pela Emenda nº 29 da Saúde seria reduzir todas as potencialidades do SUS e da área de saúde em todo o País.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Sr. Presidente, e para encerrar as minhas palavras, deixo registrado aqui o voto de pesar pelo falecimento de um grande homem no Estado de Goiás, o Dr. Hélio de Brito, que teve uma trajetória de vida honrada, um homem honesto, determinado, político exemplar, que marcou a história do nosso Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada pela paciência, pela tolerância e, principalmente, pela gentileza, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Obrigado. O assunto que V. Ex<sup>a</sup> trouxe à discussão é de vital importância e não pode esperar mais para ser resolvido.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 527, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Congratulações ao Comandante Geral da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, pelo transcurso, na data de hoje, do “Dia do Bombeiro”, bravos heróis que cotidianamente arriscam-se para salvar vidas e pela integridade de nosso patrimônio.

Ao Comandante Geral da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, Comandante Nelson

Pafiadache da Rocha, Rua dos Andrades, 522, CEP 90020-002, Porto Alegre (RS).

Sala das Sessões, 2 de julho de 2003. – **Sérgio Zambiasi**.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Presidência encaminhará os votos de congratulações.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Paulo Octávio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

### O ESPETÁCULO CORRE O RISCO DE ADIAMENTO

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em tempo de muitas promessas, que o Governo ecoa a bandeiras despregadas, o grave risco é apregoar por apregoar, isto é, sem um sólido fundamento como base. É o caso do chamado *espetáculo do desenvolvimento*, que o Presidente garantiu com começo e data certos, o mês de julho, que já vai correndo solto.

No mínimo, está faltando implementar a infra-estrutura sobre o qual deve trilhar o tão decantado, e necessário, crescimento. Por exemplo, os juros permanecem em patamar elevado e, segundo estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, divulgado hoje, “os juros reais ameaçam o espetáculo do crescimento esperado pelo Governo.”

Seria preferível que o Presidente Lula tivesse sido mais comedido, sem prejuízo, porém, de se manter otimista. É que, na verdade, a diferença entre a taxa Selic e a inflação projetada – que resulta na taxa real de juros – supera o rendimento médio anual que, como analisa o jornal **O Estado de S.Paulo**, tiveram os setores produtivos brasileiros desde 1995.

Como exemplo, o estudo, realizado pelo professor Celso Funcia Lemme, da UFRJ, adverte que o juro real supera os 17%, enquanto o maior retorno anual, o do setor farmacêutico, foi de 14%. Portanto, crescimento zero.

Também seria muito bom que o Presidente pudesse se orientar por estudos sérios, como esse, antes de fazer os anúncios de que tanto gosta. Os juros elevados, que vigoram hoje no País, representam um desestímulo ao investimento produtivo.

Por isso, o professor Lemme vem ao encontro do que já sustentei neste plenário: os juros altos afastam qualquer perspectiva de retomada do desenvolvimento. Com o risco agregado de aprofundamento da recessão.

Repito, usando palavras do professor da UFRJ, “os juros inviabilizam qualquer espetáculo”, mesmo que seja o do Presidente. Infelizmente, é a verdade.

Prossigo no assunto, para aqui mencionar também o artigo do jornalista Joelmir Betting, para quem, “com a perda de 14,2% na renda e de 12,8% no emprego, temos que o espetáculo do crescimento do governo Lula, promessa de batismo renovada na semana passada, vai ter de explicar-se na altura do Natal por um índice de crescimento real por habitante igual a zero.”

Aquele jornalista, especializado em economia, alerta que o País não vai conseguir sair da “retranca suicida em que se meteu, por sua própria conta e risco. Pelo menos, enquanto o governo Lula deixar-se ficar, também ele, refém de uma política monetarista equivocada, feita de overdose de arrocho monetário, convertido em mal necessário.”

Joelmir Betting cita também a recente projeção do Banco Central para o PIB 2003, com “um raquítico desempenho de 1,5%”. E sentencia:

“O primeiro ano do Governo Lula está literalmente queimado para a bandeira eleitoral do partido salvacionista. Agora, o governo do PT tem apenas três anos para arranjar 10 milhões de empregos novos (10 milhões e 600 mil, acrescento eu, se levarmos em conta o índice de desemprego), dobrar o valor real do salário mínimo, matar a fome de milhões de patrícios e encenar o *espetáculo do crescimento* duradouro – com austeridade fiscal e estabilidade monetária.”

Essa deveria ser a preocupação do governo. E o que temos visto não é nada disso. Preocupam-se os petistas em punir a brava senadora Heloísa Helena, tentando impor-lhe a mordada, e, enquanto isso, a tensão no meio rural continua crescendo. Entre os governistas, a indiferença marca os passos do governo Lula, que agora já até sonha alto com resultados positivos nas urnas das eleições municipais do próximo ano.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PFL – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago ao plenário do Senado Federal uma preocupação que tem causado muita inquietação no seio da sociedade brasileira. Refiro-me

aos recentes atos praticados pelo movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, cujas conseqüências têm sido absolutamente danosas para a condução da política agrária do governo federal.

Os jornais de hoje estampam em suas manchetes o acirramento dos ânimos no campo em virtude da intensificação das invasões e dos saques por parte do MST. Em Pernambuco, cerca de 90 lavradores ligados ao movimento sem-terra desviaram 4 caminhões de uma rodovia estadual, fizeram 4 reféns e saquearam pelo menos um dos veículos, que transportava biscoito e macarrão. Armados com foices e facões, os trabalhadores bloquearam a Rodovia PE-62 com troncos e obrigaram que os motoristas desviassem os veículos para uma estrada vicinal, onde eram vistoriados. Para libertar os reféns presos e impedir o saque de mercadorias, a Polícia Militar interveio, quando houve o disparo de tiros e muita confusão. Felizmente ninguém se feriu no incidente, que poderia ter atingido proporções de tragédia. Os trabalhadores alegaram que procederam dessa forma porque o governo não teria entregado 1500 cestas básicas prometidas às famílias, dentro do Programa Fome Zero.

Em Brasília, a apenas 40 km do Palácio do Planalto, no Núcleo Rural Lago Oeste, cerca de 200 famílias ligadas ao MST invadiram, há uma semana, a Fazenda Chapadinha, cujo proprietário teria reforçado a segurança da fazenda com 100 homens armados para expulsar os sem-terra do local. A Polícia de Brasília concentra agentes civis na área para tentar evitar o confronto entre sem-terra e jagunços.

Em razão desses episódios preocupantes, o Palácio do Planalto anunciou a antecipação para hoje da reunião do presidente da república com dirigentes do MST.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a situação no campo é gravíssima e requer a ação imediata dos poderes constituídos para se evitar que novas tragédias ocorram. É preciso se avaliar com urgência a eficácia da política fundiária do governo federal e propor ajustes para torná-la mais eficiente. A ilegalidade das ações praticadas pelos movimentos de trabalhadores sem-terra tem de ser apontada e os responsáveis têm de ser punidos.

Não se trata aqui de discutir a legitimidade do movimento dos trabalhadores sem-terra, pois num ambiente democrático como o nosso é natural que os diversos segmentos sociais se organizem e reivindicuem os seus direitos. Um País que tem as dimensões territoriais do Brasil e que possui extensas áreas aproveitáveis para a atividade agropecuária ainda inexploradas não deveria encontrar dificuldades para

implementar a sua política agrária. Entretanto, não é o que temos assistido. A situação no campo é delicada. Os ânimos estão exaltados e o governo federal é quase sempre refém da intransigência do movimento sem-terra.

A atividade agropecuária tem demonstrado seguidamente a sua alta potencialidade. O setor foi o responsável pelo modesto crescimento do PIB no último ano. É cristalina a vocação econômica do nosso País para o setor primário, que efetivamente reúne as condições de gerar os empregos necessários para ocupar os milhões de brasileiros atualmente sem trabalho. O incentivo à atividade agropecuária é também de fundamental importância para se conter o êxodo rural, cujos reflexos têm sido o aumento da miséria e da criminalidade nas grandes cidades brasileiras.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde 1964 já foram assentadas 853 mil famílias nos diversos programas do Governo Federal. Somente no período de 1995 a 2002, a quantidade de famílias assentadas em todo o País superou 635 mil. A região Norte, na qual se insere o meu Estado, o Tocantins, e onde se situa a maior disponibilidade de terras do País, concentrou o maior número de famílias assentadas, ou seja, mais de 354 mil. No Tocantins, foram quase 26 mil famílias assentadas no período de 1995 a 2002. Esses números revelam os esforços do governo federal em levar a efeito a sua política fundiária. No entanto, para se ter uma idéia da dimensão da questão agrária no nosso País, apesar de já termos tido quase um milhão de famílias assentadas desde 1964, cerca de 800 mil famílias já cadastradas ainda aguardam a sua oportunidade de serem assentadas.

Enquanto o processo de assentamento se desenvolve as invasões se multiplicam. Somente no período de 1996 a 2002 foram mais de 2.200 em todo o País. As mortes por conflito agrário crescem na mesma proporção. Foram cerca de 200 no período de 1996 a 2002. Esses números assustam e exigem a tomada de providências para devolver a paz ao campo.

É preciso apurar indícios de que pessoas estranhas ao meio rural estejam se infiltrado no movimento sem-terra com finalidades diversas do objetivo primordial da organização que é o de dar aos trabalhadores do campo a oportunidade de produzirem alimentos e garantir a subsistência de suas famílias. Não é possível que pessoas de caráter duvidoso, sem qualquer qualificação para o trabalho rural, estejam se aproveitando do movimento com interesses escusos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a solução para a grave questão agrária no Brasil requer o envol-

vimento de todos os Poderes – Executivo, legislativo e judiciário – na busca de alternativas para acelerar o processo de assentamento para as famílias que efetivamente desejam trabalhar na terra e dela tirar seu sustento. A lei, entretanto, tem de ser cumprida. Não se podem tolerar ações que agredem o direito à propriedade, consagrado pela Constituição Federal. A manutenção da ordem é dever do Estado, que tem à sua disposição instrumentos para garantir o respeito à lei. Espero, sinceramente, que a reunião do Presidente Lula com lideranças nacionais do movimento dos trabalhadores sem-terra sinalize a negociação de um pacto, capaz de garantir que o campo cumpra a sua função social, qual seja, a de produzir cada vez mais alimentos para matar a fome do nosso povo e melhorar o desempenho da nossa economia.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estive relendo recentemente alguns textos que escrevi em meados dos anos 90, textos que quase sempre serviram de base a pronunciamentos que fiz aqui desta tribuna ou que acabaram sendo publicados em jornais. Ao relê-los, notei que – na área social – avançamos pouco, muito pouco, nos últimos cinco ou dez anos. Percebi também que, em grande parte, esses textos eram voltados para a trágica situação que vivem os milhões de brasileiros que estão à margem do processo econômico e social.

Naquela época refleti muito e escrevi bastante sobre a extrema pobreza de uma importante parcela da população brasileira. Considerei então, e julgo ainda hoje, que a grande extensão do nosso País e o incessante movimento de idas e vindas das correntes migratórias acabam mascarando a dura realidade dos milhões de brasileiros que não têm condições mínimas de sobrevivência.

Escrevi, em meados dos anos 90, um parágrafo que talvez não tenha de ser retocado ainda hoje: “Sem terra, sem casa, sem emprego, sem comida, sem nada. Trata-se de um país oficial, com 42 milhões de habitantes, sem produto interno bruto, porque quase nada produz, sem arrecadação porque quase nada recebe, sem inflação porque quase nada come. Essa mesma população é lembrada, apenas, a cada quatro anos, porque dela se exige, unicamente, como documento de identificação o título de eleitor”.

Na minha opinião, a migração interna tem dimensões tais que o Brasil pode ser definido como “um país em movimento, de nômades”. São milhões de

pessoas que, o tempo todo, se movimentam ora em direção às áreas de expansão agrícola e de fronteiras, ora aos centros urbanos, principalmente às regiões metropolitanas.

A situação demográfica brasileira é explosiva. Em 1970, tínhamos noventa milhões de habitantes, como cantava aquela música que embalou a nossa seleção na conquista da Copa do México. Passados trinta anos somos 170 milhões de habitantes. Literalmente, em três décadas o Brasil incorporou uma população próxima da Alemanha, o país mais populoso da Europa Central.

O Brasil tinha, em 1960, menos da metade de sua população nas cidades. Dez anos depois, a percentagem de pessoas vivendo em centros urbanos subia a 56%. Crescendo sempre, a população urbana chega a 68%, em 1980; e atinge 75%, em 1990. “A população rural é, hoje, quantitativamente inferior à de 1960, enquanto as cidades se incharam em 80 milhões de brasileiros a mais do que naquela época”, anotei em um de meus textos.

Escrevi, nos anos noventa, que os nossos péssimos indicadores sociais configuravam, no Brasil, um verdadeiro **apartheid** social, onde só uma reduzida parcela da população usufrui dos benefícios da modernidade, enquanto a maioria ainda vive uma situação que pouco se diferencia da registrada na era da escravidão, no século XIX. Isso permanece inalterado.

Afirmar em meus textos que um dos problemas mais graves do Brasil e do mundo é o desemprego, pelo que gera de miséria e de desesperança em todos os países, mas especialmente nos mais pobres. No nosso País, o impacto da falta de oportunidades se agrava porque milhões de analfabetos tentam, sem sucesso, entrar em um mercado de trabalho que exige, cada vez mais, especialização e conhecimento. Passados tantos anos, agora, neste início do século XXI, esse panorama permanece igual, ou pior, como atestam as mais recentes pesquisas.

Também escrevi que, por mais bem intencionadas que fossem as campanhas de solidariedade e por mais competentes e éticos que sejam seus mentores, elas não são suficientes para provocar as transformações necessárias, no Brasil, para reverter esse estado de coisas. Afirmar, e reafirmo agora, que o Brasil tem de construir, com urgência, um amplo projeto nacional de desenvolvimento que contemple não apenas a área econômica, mas também, e principalmente, a área social.

As soluções que apresentei à época para resolver a grave crise nacional – social e econômica – se

mantêm. Acho que continuamos a esperar uma verdadeira reforma agrária, com assentamentos que se localizem próximos aos núcleos urbanos de origem das populações rurais expulsas para as cidades. Um outro caminho, que aponte em meus textos, seria o fortalecimento dos municípios de pequeno porte e das regiões consideradas deprimidas. Mas reconheci que essa é uma tarefa das mais árduas porque “os poucos recursos públicos tendem a se deslocar, com maior intensidade, para as regiões geradoras destes mesmos recursos, por apresentarem maiores possibilidades de retorno, em termos econômicos, e por concentrarem, quase sempre, lideranças políticas mais bem articuladas para a negociação de fatias mais suculentas dos orçamentos públicos”.

O que percebo, com o passar do tempo, é que no Brasil avançamos muito pouco no campo social. É bem verdade que a nossa economia cresce em um ritmo muito fraco há mais de vinte anos, e isso tem retardado, de certa forma, a solução dos problemas sociais.

Por tudo isso, Sr. Presidente, decidi pedir à Mesa que dê como lido esse pronunciamento que é um apanhado dos meus textos sobre a complexa realidade brasileira.

São os seguintes os textos

### **Reflexão sobre as lágrimas dos inocentes**

Nos termos de todos os versículos da Bíblia Sagrada. De todas as religiões e de todos os credos. Nos termos de todos os capítulos de todas as Constituições. De todos os países, de todos os povos. Nos termos de todos os regimentos, dispositivos e parágrafos, requeiro à humanidade uma ampla reflexão, a título de exame de consciência, para recapitular os princípios que nortearam a criação do universo, notadamente quanto à obra edificada no sexto dia.

Tal requerimento se justifica nos últimos acontecimentos veiculados pela imprensa mundial, que contrariam os fundamentos que nortearam a criação do homem, à imagem e semelhança do próprio Criador.

A total desintegração das relações humanas e a banalização da morte têm, hoje, seus versos mórbidos cantados em todas as línguas e transpõem fronteiras geográficas. São versos que rimam fome com genocídio, poder com bombardeio, miséria com massacre. As expressões de dor pelo irreparável unem o Líbano à Chechênia, o Haiti a Botswana, o Zaire à Bósnia, o Brasil ao resto do mundo. É a globalização da barbárie.

É por isso que, se todos os brasileiros elegerem seu próprio país como estudo de caso na reflexão proposta, não se limitarão a questões que se circunscrevem, apenas, a seus limites geográficos. Aqui, vivem milhões de miseráveis, cuja dor não difere da dos demais famintos do Zaire ou de Botswana. A dor da bala perdida, é a mesma da do artefato escondido. A dor do massacre, é a mesma da do bombardeio.

São todos seres humanos cuja identificação, na maioria das vezes, se reduz a um número. De que valem os nomes se a dor tem se circunscrito, cada vez mais, aos de mesmo sobrenome? Poderiam ser Pedros, Josés ou Severinos. Podem ter morrido de “emboscada antes dos vinte, ou de fome, um pouco por dia”. Ou, quem sabe, “de velhice, antes dos trinta”. São de Acará, ou de Vigário Geral. Ou, ainda, do Carandiru, da Candelária, de Corumbiara, de Caruaru ou de Curionópolis. Ou, talvez, de qualquer outro lugar onde se mira o alvo ou se atira a esmo.

São inúmeros os temas que poderiam ser privilegiados: o sentido da vida, o direito à cidadania, a luta desigual, a fome e a miséria, os resquícios do obscurantismo, a terra para poucos, a chacina de indefesos, o massacre de presos, de sem-terras e de menores abandonados, a corrupção, o uso político da pobreza, o descaso dos governantes, o abuso de poder, o discurso e a prática, entre outros.

Como orientação, de caráter geral, há que se refletir, em cada tema, sobre os instintos de bestialidade que têm marcado, ultimamente, as relações entre homens e povos, em nome do poder e da ganância, ou, até, em nome do nada. Há que se refletir, também, sobre as lágrimas dos inocentes, como que orvalho nas noites frias das periferias ao relento, verdadeiros corredores da morte, vítimas da miséria, das miras clandestinas e oficiais ou da necrose das feridas do descaso. Há que se refletir, ainda, sobre os que tombam sobre a terra “que queriam ver dividida”. Há que se evitar a reflexão estéril, o discurso vazio e as promessas vãs e demagógicas. Há que se propiciar liberdade de manifestação para todos os participantes, brancos, negros, pobres, abastados, migrantes, presos, analfabetos, doentes, brasileiros, enfim.

### **O pão já não é nosso**

O pão de cada dia já não é mais tão nosso. Porque o trigo é argentino, canadense, americano, alemão e, até, das Bermudas. Nos últimos dez anos, engatamos a contra-marcha da história. Não mais, como diz o poeta, recolhemos cada bago do trigo. Importamos. O alimento da oração que o Senhor nos ensinou se multiplica, cada vez mais, fora de nossos

campos. Em 1986, debulhávamos quase 6 milhões de toneladas de grãos de trigo. Hoje, mal passamos de 1,5 milhão. Há dez anos, produzíamos 80% de nosso consumo. Importávamos 20%. Em 1995, os percentuais são os mesmos. Invertidos. Isso significa que quatro em cada cinco pãezinhos da última forna-da foram assados com matéria-prima importada. O País se contentou com a casca e perdeu o miolo.

Nada mais constrangedor do que ter um quintal fértil e cultivar, apenas, o desejo pelo fruto do vizinho. O Rio Grande do Sul e o Paraná, por exemplo, que, em 1987, produziam, juntos, mais de 5 milhões de toneladas de trigo, nos últimos anos não atingiram metade do que o País importou somente da Argentina.

O Censo Agropecuário de 1985 mostra que, naquele ano, 91,3% dos estabelecimentos tritícolas pertenciam a grupos de área total abaixo de 100 ha e eram responsáveis por 53,1% da produção de trigo no País. Eram mais de 130 mil estabelecimentos, que ocupavam mais da metade dos 2,5 milhões de hectares plantados. Já em 1995, a área total de todos os estabelecimentos tritícolas no Brasil não passava de 1,0 milhão de hectares.

É evidente que muitos desses pequenos agricultores buscaram alternativas em outras atividades rurais. Mas, como as informações oficiais disponíveis sobre o algodão, a soja, o milho, o feijão e o arroz dão conta de que não houve evolução significativa, em termos de área cultivada, e que o valor bruto da produção desses mesmos produtos é decrescente, é de se imaginar que os pequenos triticultores fermentam os contingentes de migrantes que incham os grandes centros urbanos, à procura, ironicamente, de um pedaço de pão. E, na maior fatia das vezes, comendo o que o diabo amassou. Tudo porque, em dez anos, foram queimadas cerca de duzentas mil oportunidades de emprego, somente com a quase erradicação da lavoura tritícola. Não se trata de fatos isolados. Estima-se que o País terá que importar, neste ano, entre 11,5 e 14,3 milhões de toneladas de alimentos, além de devorar outros 5,5 milhões de seus estoques.

A verdadeira política parece ter sido a do "importar é o que importa". E os US\$250 milhões das importações de trigo de 1986 se transformaram nos US\$910 milhões do último ano. Importamos mais e pagamos idem. Se, em 1986, o trigo da França custava US\$90.70 a tonelada, em 1995, o mesmo "pão francês", nas padarias brasileiras, foi produzido com trigo argentino de US\$154.11, ou canadense de US\$177.65.

Se o País se dignar a faltar de pão os seus milhões de famintos e miseráveis, haverá de continuar a

recorrer a quintais alheios ou a se valer de um novo milagre da multiplicação. Porque não há alimento suficiente, por mais que a comunidade seja solidária. E, para produzir alimentos, parece não haver relevância, nem urgência, embora se teime em editar, para a agricultura, quase sempre, medidas de caráter provisório. O setor parece merecer prioridade somente quando a inadimplência do crédito rural ameaça a integridade do sistema financeiro. Ou quando ele deixa de se constituir no combustível que movimenta as contas bancárias dos grandes usineiros produtores de álcool.

Os defensores das teses liberalizantes deveriam exercitar a coerência de exigir que os recursos bilionários colocados à disposição do sistema financeiro e de outros segmentos privados da economia fossem alocados, pelo "Estado mínimo", em ações de educação, saúde, segurança e, principalmente, de alimentação da população brasileira.

### **Vítimas do descaso e do abandono**

Pés descalços. Rostos rudes e queimados pelo sol a sol. Mãos calejadas pelos guatambus na lida diária dos roçados. São os sem-terra, nos acostamentos das estradas da vida, a superpor rastros e a transpor placas indicativas de perímetro urbano.

Frio cortante das pontes e dos viadutos. Expressões assustadas com as incertezas da escuridão da noite. Barulho ensurdecido dos automóveis que tangenciam o meio-fio que lhes serve de soleira. São os sem-casa, despejados da construção civil, onde levantavam os edifícios, as mansões e os palacetes que, hoje, lhe servem, apenas, de sombra e de horizonte.

Filas intermináveis à procura das placas de "precisa-se". Feições desiludidas com os avisos de "não há vagas". São os sem-emprego, cujas carteiras de trabalho já não justificam a razão do nome.

Mãos estendidas nas esquinas. Estômagos vazios pela miséria. São os sem-nada, cidadãos de segunda classe, vítimas do descaso e do abandono.

Sem terra, sem casa, sem emprego, sem comida, sem nada. Trata-se de um país oficial, com 42 milhões de habitantes, sem produto interno bruto, porque quase nada produz; sem arrecadação porque quase nada recebe; sem inflação porque quase nada come. Essa mesma população é lembrada, apenas, a cada quatro anos, porque dela se exige, unicamente, como documento de identificação o título de eleitor.

Trata-se de uma verdadeira nação, que possui população mas que sugere não ter governo e que parece ter perdido o território. São comuns as origens. O

Brasil de 1940 mantinha 70% de seus habitantes no campo. O de 1950, 64%; o de 1960, 55%; o de 1970, 44%; o de 1980, 32%; o de 1990, 25%; o de hoje, pelo menos quatro em cada cinco pessoas já ultrapassaram a tal placa delimitadora de perímetros. Portanto, o território que falta a essa população nômade é o mesmo que se concentra sob domínio de um número cada vez menor de pessoas.

Os dados mais recentes, divulgados pela imprensa, indicam que 56,7% das terras brasileiras estão nas mãos de, apenas, 2,8% dos proprietários. Mais ainda: menos de 1% dos grandes proprietários detém 35,9% das terras.

A má distribuição fundiária brasileira não é um fato isolado. É parte de um modelo de desenvolvimento que coloca o País como o de mais alta concentração de renda do planeta, conforme dados contidos no último relatório do Banco Mundial. Aqui, os 10% mais ricos possuem 51,3% de toda a renda nacional ou os 20% mais opulentos abocanham nada menos que 67,5% de tudo o que é gerado no Brasil. Ou seja, mais de dois terços da renda produzida no País passa pelos bolsos ou pelas contas bancárias de, apenas, um em cada cinco brasileiros.

O país oficial tem consciência de que é impossível escamotear esse país real que tem invadido não apenas parte dos 62,4% das terras consideradas improdutivas e de que os conflitos não se limitam aos 585 casos detectados, ou às 85.097 famílias e 7,9 milhões de hectares envolvidos. Há o conflito latente, que extrapola os grandes centros urbanos e suas periferias e já se acumulam sob as janelas de todos os municípios brasileiros.

Se esse mesmo país oficial tivesse adotado políticas, nos últimos 20 anos, que procurassem, pelo menos, manter estável a sua taxa de urbanização, o que significaria manter no campo a população de origem rural, atingiria a totalidade de sua população hoje considerada abaixo da linha de pobreza e mais do que o dobro de sua população indigente, que poderia estar, agora, produzindo seus próprios alimentos e, mais do que isso, gerando excedentes que o País importa para controlar as taxas de inflação.

Nada mais paradoxal, portanto, que o País mantenha, de um lado, tantos pobres e indigentes, sem casa, sem emprego, sem comida, sem nada, em sua grande maioria de origem rural, e, de outro, mais de 300 milhões de hectares de terras agricultáveis, cercadas e guardadas como reservas de valor. Mais paradoxal, ainda, é que esses milhões de brasileiros patutaram toda sua experiência de vida em atividades tipicamente rurais e, hoje, à falta de terra, não lhes res-

tam alternativas a não ser a submissão às exigências de qualificação do trabalho urbano. Pior: as sucessivas crises econômicas, a adequação da indústria aos progressos tecnológicos e as políticas adotadas no sentido da estabilização da economia agravam, ainda mais, o quadro. Antes, o campo expulsava e a cidade, bem ou mal, absorvia. As populações que saíam do meio rural e das regiões mais pobres barateavam os salários urbanos. Hoje, o rural continua expulsando, mas o urbano, além de não absorver, também libera mão-de-obra. Somente na Grande São Paulo, já passam de 1,3 milhão os desempregados. Ao deixarem as fábricas, sem emprego, encontram-se com outros tantos que deixaram suas terras e formam, juntos, o maior foco de tensão social do País.

É pouco provável que a principal alternativa de absorção de mão-de-obra volte a ser a indústria. É tese comum que grande parte do desemprego industrial assume caráter estrutural, isto é, não será revertido, mesmo em situação de recuperação econômica. É a indústria brasileira acompanhando os ventos das novas tecnologias. Tem-se, ainda, o agravante de que os eventuais novos empregadores consideram “velhos” os maiores de 45 anos.

A economia informal já deu sinais mais do que evidentes de saturação. Camelôs disputam, acirradamente, cada pedaço de calçada, à busca de consumidores e sob fuga dos fiscais.

A agricultura se coloca, portanto, como a alternativa viável para a manutenção do emprego e para a absorção da grande massa de trabalhadores desempregados. Neste contexto, a questão da terra deixa de ser o grande obstáculo, como se tem colocado ao longo dos últimos tempos, e pode se transformar na grande solução para os problemas geradores de tensão social. Os tabus ideológicos sobre a questão agrária se transformam, portanto, na consciência de que existem outras colorações, que aquelas meramente políticas, no seu tratamento.

Entretanto, sabe-se que a mera distribuição de terras não viabiliza a reforma agrária. As últimas pesquisas demonstram que 22% das famílias abandonaram os assentamentos rurais, por inexistência de condições de se manterem em suas atividades. Por outro lado, a renda média familiar mensal, nos assentamentos bem sucedidos, alcança a 3,7 salários mínimos, valor igual aos vencimentos médios do trabalhador urbano, no País.

Portanto, se há uma população desempregada, mas, em parcela significativa, com larga experiência em atividades rurais, terras férteis e incidência de todos os microclimas existentes no planeta e, se o go-



verno atribuir prioridade efetiva à reforma agrária, a expectativa será otimista quanto à reincorporação de milhões de brasileiros a uma única nação, que produz, que gera renda e empregos e, principalmente, que se alimenta. Um país não se constrói fundamentado, eternamente, em concessões filantrópicas e solidárias. Há que se edificar uma nação de verdadeiros cidadãos, brasileiros que se identificam não apenas por nascerem sobre um mesmo chão, mas, essencialmente, porque dele se sustentam.

### Uma nação de migrantes

“Não é lícito utilizar-se do desamparo e do desespero do povo como armas políticas. Não é honesto criar perspectivas risosas, mas vãs e temerárias. Menos, ainda, quando se trata de classes desfavorecidas, que não devem ser enganadas com ilusórias esperanças”.

Tal frase não foi retirada de um discurso ao pé de um túmulo qualquer em Corumbiara ou em Eldorado de Carajás. Nem se trata da extensão do conteúdo de uma faixa de protesto de desempregados, na Praça dos Três Poderes. Embora se justificasse, perfeitamente, também não é parte da exposição que motivou a criação do Programa de Comunidade Solidária.

Ela ocupa espaço em uma das primeiras páginas da mensagem encaminhada ao Congresso Nacional, relativa à Lei nº 4.504, que instituiu o Estatuto da Terra.

Era o último dia de novembro de 1964, exatamente sete meses após aquela longa noite, cuja escuridão se estendeu por mais de vinte anos.

Isso mostra quão tendenciosos são os discursos, principalmente quando disparados contra a miséria de um povo. Foram mais de duas décadas em que a reforma agrária recebeu tratamento como questão de segurança nacional.

Em seu nome, transferiram-se os focos de tensão social, principalmente aqueles mais próximos de propagação nos grandes centros urbanos, para as regiões consideradas vazios econômicos e demográficos. Criaram-se grandes projetos de assentamento na Amazônia e o Incra passou a se constituir em órgão de colonização e quase nada de reforma agrária. Multidões se deslocaram em busca da terra prometida. A propaganda oficial cuidou de envolver corações e mentes na crença de que, mantidas a seca e a cerca, era possível “ocupar as terras sem homens, com homens sem terra”.

Construiu-se, a partir daí, um país em movimento, de nômades. Menos que um caminho, uma encruzilhada cujos pontos de chegada dividiam-se entre as áreas de expansão e de fronteira e os centros urbanos, principalmente as regiões metropolitanas.

O Brasil tinha, em 1960, menos da metade de sua população nas cidades. Em 1970, 56%; em 1980, 68%; em 1990, 75%. A população rural é, hoje, quantitativamente, inferior à de 1960, enquanto as cidades se incharam em 80 milhões de brasileiros a mais do que naquela época.

É como se, em menos de quatro décadas, as cidades brasileiras recebessem toda a população atual da Alemanha, ou mais de duas vezes a da Argentina, ou dezesseis vezes a do Paraguai, ou vinte e cinco vezes a do Uruguai, ou ainda, a da França, da Bélgica e da Holanda, juntas. Mais do que isso: esse país de migrantes tem a metade de sua população fora dos municípios de origem e uma em cada três famílias brasileiras já se deslocou, pelo menos, seis vezes dentro do seu próprio território.

Tão caudalosos quanto os fluxos migratórios que se cruzaram em todas as direções, nas estradas empoeiradas de Rondônia, do Acre e do Pará, ou nas gares frias de São Paulo e do Rio de Janeiro, são os rios de tinta que se gastaram em discursos, projetos e teses, no parlamento, nos gabinetes e nas universidades, sobre a reforma agrária. Discursos com esperanças vãs, projetos com perspectivas ilusórias e teses que se sustentam, quase sempre, no vácuo do contraditório.

Hoje, já se mostram insuficientes as propostas de soluções isoladas ou de transferências de focos de tensão social, porque eles espoucam, com a mesma intensidade, no Pará, em Rondônia, no Paraná, no Rio Grande do Sul, ou em São Paulo. Não são fatos localizados porque a concentração é parte de um modelo de desenvolvimento que coloca o País como o de mais alta concentração de renda de todo o planeta. No Brasil, os 10% mais ricos abocanham mais da metade de tudo o que é gerado. Apenas dois em cada dez brasileiros são donos de mais de dois terços da renda nacional. Embora todos os discursos, projetos e teses, 56,7% das terras brasileiras estão nas mãos de 2,8% dos grandes proprietários ou menos de 1% deles detêm 35,9% do nosso chão. Não é à toa, portanto, que se contabilizam, hoje, quase 600 casos de conflitos fundiários, envolvendo 85.000 famílias. São números, relativamente, irrisórios, se comparados com os conflitos latentes. Os sem-terra, os sem-emprego, os sem-casa e os sem-nada não se cruzam mais em direções opostas. Juntam-se. Nos roçados e nos andai-

mes, juntam-se, também, as frustrações e, com elas, a consciência política. Já não se contentam mais, apenas, com a terra prometida. Nem mesmo com a terra dada. Lutam pela terra que, na sua percepção, lhes é devida. Lutam contra a contradição de um país com quase 17 milhões de miseráveis fora da porteira dos 300 milhões de hectares de terras agricultáveis, cercadas e guardadas como reserva de valor, longe de cumprir a função social consagrada desde o Estatuto da Terra e ratificada na Constituição de 1988.

Já não são as mesmas as mentes que deixaram para trás o semi-árido e as viúvas da seca e baratearam os salários nos grandes centros urbanos. Nem as que se embrenharam na mata e incorporaram o seu trabalho para viabilizar grandes projetos agropecuários. Sem terra, sem emprego, sem casa, sem nada, mas com a consciência de que não são, mais, meros exércitos de reserva.

E, é assim que os movimentos que, hoje, juntam bandeiras devem ser encarados. É bem verdade que não se pode afirmar que a questão agrária no Brasil mantém-se como questão militar. O fato de o Ministério do Exército colocar à disposição os 6 milhões de hectares de sua propriedade para fins de reforma agrária, bem como os serviços necessários para sua demarcação, parece se constituir no atestado desta mudança de concepção. Mas, é um grave erro continuar a tratá-la como questão policial, mesmo com a triste constatação de que a comoção social tem sido passageira.

A reforma agrária coloca-se, portanto, como uma questão social, no seu sentido mais amplo. E a questão social, no Brasil, já está plena de discursos e de teses. Mas, falta-lhe, ainda, um grande projeto.

### O país dos clandestinos

Triste contradição. Uma caixa vazia de remédios embalava um bebê morto há sete dias. Ele havia sobrevivido fora do útero por, apenas, outros três dias. Naquele corpo materno, franzino e desnutrido, a placenta teria sido algo assim como uma mortalha

Não tinha nome. Poderia ser João, José, Pedro ou Jesus. Ou, quem sabe, Severino, aquele que, se tivesse “vingado”, morreria “de violência antes dos trinta, de emboscada antes do vinte ou de fome um pouco por dia”. Era mais um “zé-ninguém”. Aliás, oficialmente, ele nem chegou a existir. Seus pais nada tinham, nem para o sustento da vida, nem para o ritual da morte. Ele era mais um clandestino, como o cemitério que, hoje, lhe serve de abrigo.

Ninguém à volta daquela mesa de cozinha, a não ser a reportagem da **Folha de S.Paulo**. “Nenhum

padre. Nenhuma lágrima. Nenhuma vela. Só problemas e moscas”. Aliás, aquela mesa de cozinha parecia nunca ter assistido alguém à volta.

A cova rasa sob uma cruz torta, na metade daquele cemitério clandestino já ocupada por “anjinhos”, foi “trocada” por uma garrafa de cachaça. O que deveria ser o “consolo” à angústia do pai, se transformou no “agrado” à benevolência do coveiro informal, que teimava nos R\$10,00 para não deixar o bebê “em cima da terra”.

A matéria, publicada no último 17 de novembro, exala um cheiro típico de estado de decomposição. De uma sociedade que criou um país anexo, fora do principal. São 50 milhões de brasileiros clandestinos em seu próprio país. Não têm nome oficial. Não têm sobrenome. Não têm idade formal. Aparentam, mais ou menos. São filhos da miséria. Na manchete da **Folha**, “Ana é só Ana, supõe ter 66 anos”.

Sonham em migrar para o Brasil oficial. Querem, além de ter, ser. Mas, quase nunca, conseguem ultrapassar a barreira do desdém. São desiguais em tudo na vida. A mesma **Folha** já publicou matéria sobre a formação, no Brasil, de uma verdadeira sub-raça, fruto da desnutrição, com estatura que já se compara à dos pigmeus, com média abaixo dos 1,50 m. São os chamados “gabirus”. Um em cada cinco brasileiros possui altura que pode ser considerada como nanismo. A dimensão do cérebro, também abaixo das curvas de normalidade, pode acarretar uma diminuição da capacidade intelectual em, até, 40%.

O País oficial deve, urgentemente, caminhar além dos soluços das catástrofes, das comoções das desgraças e, até, do reconforto das orações. Há um massacre do Carandiru por dia nas clínicas geriátricas e nas maternidades impregnadas por bactérias assassinas. Há, no Brasil, uma chacina da Candelária por hora, cujos necrotérios podem ser, também, as mesas das cozinhas dos dezesseis milhões de miseráveis brasileiros.

O direito à cidadania não se resume à obrigação de votar. O título de eleitor não pode se constituir num passaporte para conterrâneos. A existência humana não se restringe, apenas, à conveniência das eleições. O título de cidadania há que ser hereditário. O direito à vida ultrapassa os limites das disciplinas do curso de Serviço Social. Algo assim como a Economia, que não se esgota no tratamento do sistema financeiro. A realidade estampada pela **Folha** exige uma leitura multidisciplinar, do ponto de vista dos assistentes sociais, dos economistas, dos profissionais

de saúde, dos educadores, dos sociólogos, dos antropólogos, do Presidente e da Primeira Dama.

Por mais necessárias e bem intencionadas que sejam as campanhas de solidariedade, por mais competentes e éticos que se mostrem os seus mentores, não são suficientes para provocar as transformações que a realidade está a impor. O País ainda espera que se derrube o muro que separa o seu lado principal e oficial da sua porção marginalizada e clandestina. E isso só será possível com um projeto de desenvolvimento que se coloque em patamares superiores aos das discussões sobre estabilização, privatização ou reeleição. Se o tal muro é rígido em demasia, porque sedimentado durante tantos anos de segregação política, cultural, econômica e social, que se abram passagens, em mão dupla. Que se abram frestas nas consciências, que se apurmem as cruces, que se aprofundem as covas, que se encham as caixas de remédios, que se alimentem as mães, que sejam vigorosos os filhos, que tenham nome e sobrenome, que sejam alguém, que a mesa seja de cozinha e que o ar seja impregnado pelo perfume da vida.

### **Da gênese do trabalho ao apocalipse do desemprego**

“Tu comerás o teu pão no suor do teu rosto”. A gênese do trabalho, na linguagem bíblica, parece atribuir ao labor o sentido de castigo, aplicado ao pecado da desobediência. Afinal, não fossem a serpente e a maçã, continuariam, hoje, todos os seres humanos sendo acordados ao som de trombetas celestiais, sem a obrigação de retirar “o sustento à força de trabalho”.

Se essa é uma visão ultrapassada, em tempos modernos, quando se procura desvincular o trabalho da maldição divina e se lhe embute valores humanos e papel fundamental na construção de um mundo mais justo, é bem verdade que o som de tais trombetas coletivas deu lugar ao despertador individual que interrompe a noite mal dormida pelo choro da criança faminta ou pelo temor do despejo iminente. Ou, quem sabe, já despejado, ao ronco do primeiro automóvel que mordisca, apressado, o meio fio, que já lhe serve de soleira. Expulso do trabalho, o homem já não pode mais comer o pão com “o suor de seu rosto”.

Se o trabalho é a continuidade da obra divina na terra, que pecado original teriam cometido, hoje, esses milhões de novos Adãos, Pedros, Evas, Antônioos, Marias ou Severinos que lhes nega, até, o suor e o relógio de ponto? Se o trabalho é o elo entre o homem e o mundo e se transforma na própria consistência do ser humano, como definir o desempregado e sua mis-

estão latente de construir e transformar este mesmo mundo?

O verdadeiro castigo parece ser, hoje, o desemprego. Já a obtenção de um trabalho, de um emprego, de um posto de trabalho é quase sinônimo de estar chegando ao paraíso possível.

No Brasil, já são milhões os que procuram pelo “precisa-se” e deparam com o “não há vagas”. Todos continuam com suas necessidades básicas diárias e constitucionais de “educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados”, mas não possuem mais, nem mesmo, o seu próprio dia de pagamento. Não é por acaso que os dados oficiais já apontam milhões de indigentes cuja alternativa ao relento, são as pontes e os viadutos, cada vez mais disputados, principalmente nas grandes cidades, que trocaram o crescimento pelo inchaço.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD iniciou a década enfatizando que o desemprego seria a “ameaça devastadora” dos anos 90. Passada a metade do período, o prognóstico tende a se confirmar. As inovações tecnológicas já adquirem feições de terceiro milênio, mas sem apagar os rastros descalços do segundo. Não se trata de negar a importância do desenvolvimento tecnológico, mas não se admite desconhecer que ele tem implicado exclusão social.

Um país cuja história reverencia a “lei dos sexagenários”, que tornou livres os escravos com idade superior a 65 anos, agora amarga a perversidade da sua “lei dos quadragenários”, que considera velhos para o trabalho os brasileiros maiores de 45 anos. Ou, ainda, “incapazes”, segundo pesquisa recente divulgada nos jornais, aqueles cuja carteira de trabalho não registra novo contrato nos últimos seis meses.

Por tudo isso é que já se observa, no Brasil, um verdadeiro **apartheid** social, onde uma parcela cada vez menor da população já usufrui da modernidade do século XXI, enquanto a grande maioria ainda arrasta grilhões aos moldes da escravidão do século XIX. O que se deve repensar, portanto, é, ainda, o país do século XX. O grande muro deste final de século é, sem dúvida, o desemprego, gerador da miséria e da desesperança. Há que se derrubá-lo, mesmo que para isso, sejam, também, demolidas discutíveis utopias chamadas neoliberais.

### **A opção preferencial pela amnésia**

A história de um país nunca prescreve. Queimem-se os livros e ela sobreviverá na memória de seu povo. Mas a esse mesmo povo nem sempre é

permitida a oportunidade de conhecer toda a história de seu País. Caso contrário, quedariam sem função os seus historiadores. Mas, pobres historiadores brasileiros! A pesquisa histórica, no Brasil, tem se tornado, cada vez mais, algo como um exercício de exumação, porque nossos principais documentos parecem se transformar em verdadeiros arquivos mortos.

Pelo menos, é este o quadro que resulta da matéria editada em reportagem especial deste jornal, no último dia 3 de setembro, sob o título “Memória do Brasil pode parar no lixo”. Ali, o que se mostra é a opção preferencial pela amnésia. Documentos importantes para o resgate da nossa história ao sabor de traças e cupins, ensopados pelas infiltrações de porões e garagens oficiais. Escritos que instigaram a população a ocupar as ruas de todo o País com seu brado pela ética na política e que propiciaram o **impeachment** de um Presidente da República e a cassação de mandatos parlamentares são tratados, hoje, como verdadeiros estorvos, ao desabrigo do descaso. Triste constatação. **Zero Hora** mostrou que nossa “Operação Mãos Limpas” resultou na aparência suja de um amontoado de lixo.

Que se espalhe, então, todo esse “lixo” pelos quintais de todos os brasileiros, não só daqueles que tiveram o privilégio de ler a matéria de **Zero Hora**. Quem sabe, daí, cada qual possa vassourar os fantasmas remanescentes dos esquemas de corrupção, que teimam em se locupletar com o sagrado dinheiro dos hospitais públicos, das escolas, das creches e da própria vida de milhões de brasileiros. Ou, então, que se reciclem todos os papéis utilizados nas investigações das CPIs do *Impeachment* do Orçamento para propiciar o relatório final da CPI dos Corruptores. O que se sabe é que ali se amontoam todos os elementos necessários ao complemento das investigações sobre os desvios de recursos e a dilapidação do patrimônio público. Ali também estão todas as informações que nortearam a aprovação de requerimento de minha autoria, durante a votação do relatório final da CPI do Orçamento, que recomenda a investigação, imediata, das ações dos agentes corruptores.

Em algum outro lugar, incerto e não sabido, segundo o próprio Ministério da Justiça, em resposta ao meu pedido de informações, dormitam outros documentos, agasalhados por outras caixas amontoadas, cuja poeira deve esconder as etiquetas indicativas dos trabalhos da Comissão Especial de Investigação – CEI, que, também, enumerou atos de corrupção na Administração Pública. Esta Comissão foi criada pelo ex-Presidente Itamar Franco, tão logo por mim pro-

posta, e fulminada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, já no 19º dia de seu mandato.

O meu requerimento de instalação da CPI dos Corruptores também foi encaminhado para o arquivo morto. Deve ser um desses papéis fotografados por **Zero Hora**. Igual destino deve merecer o meu projeto, aprovado pelo Senado Federal, que autoriza o Senhor Presidente a recriar a CEI. Como o título da matéria citada, eles se mantêm como “memória do Brasil”. Mas podem, também, “parar no lixo”.

A reportagem do jornal registra o flagrante do que deveria se constituir em crime correlato ao de queima de arquivo. As fotos não necessitariam de legenda. Porque, como que querendo estilhaçar as lentes do fotógrafo, elas significam o grito de dor da falta de hospitais, o silêncio ensurdecedor do analfabetismo, o tremor pelo frio e pelo medo no relento das pontes e dos viadutos e o reclamo profundo dos estômagos que se alimentam apenas da solidariedade de outrem. Por tudo isso, livro-me da penitência pelo pecado da omissão e da cumplicidade. A luta pelo melhor destino dos recursos públicos é cláusula pétrea da minha própria história. Estou encaminhando requerimento ao Sr. Presidente do Senado Federal para que sejam tomadas as providências cabíveis para o caso. Estou requerendo, também, informações aos Senhores Ministros responsáveis pelos documentos citados na matéria, no sentido de que sejam apuradas as responsabilidades e resgatadas as informações que ainda se teima em deletar.

Entretanto, ainda se pode extrair algo de positivo na matéria de **Zero Hora**: a importância fundamental da imprensa livre e democrática. Sem ela, certamente, não teria havido a CPI Collor/PC. Sem ela, dificilmente seria instalada a CPI do Orçamento. Com ela, quem sabe, a CPI dos Corruptores e as investigações da CEI renasçam do pó.

### Feliz Natal Novo

“Há um choro novo”. Esta expressão significa, principalmente no interior do país, o nascimento de uma criança. Não se conhece outro exemplo de sons, aparentemente tão contraditórios, constituírem-se no mais afinado coral: o choro tão esperado junta-se, como que em uma melodia, aos sorrisos incontidos da família. Tudo é festa. Não importa se há, naquele mesmo momento, do outro lado da rua, a partida de alguém muito próximo. Afinal, “são retratos da vida”, que se estampam em natais, paixões, mortes e ressurreições.

Mas, neste momento, há um choro novo no ar. Há que se procurar, ao redor de cada um, o que o motiva. Se a alegria da chegada ou se a dor da despedida. Há, certamente, ao redor de cada um, natais, paixões, mortes e ressurreições.

Mas, hoje é Natal. E as cascatas de luzes enchem os olhos. E a mesa farta enche os estômagos. Entretanto, não são todos os olhos que brilham e, para milhões de estômagos, não é Natal. É tempo de paixão e morte. Como que em um único retrato, em branco e preto.

O clima do Natal é contagiante. Pelo menos na imaginação, o nosso desejo é o de abraçar o mundo. De repente, parece que o melhor presente é estar presente, é viver. Mas, se a vida é, para nós, o melhor presente, por que não a envolvemos nos nossos mais belos laços e não doamos um pouco dela para quem, dela, pouco, ou nada, tem?

É Natal e Jesus nasceu, de novo. Mas, milhares de crianças que, como Ele, vieram ao mundo no outro Natal, não estão comemorando, hoje, o primeiro aniversário. Porque Herodes ordenou que fossem mortas todas as crianças menores de dois anos. Herodes que apresenta, hoje, a sua nova face, travestida na fome e na miséria. Tudo isto, também, bem próximo dos atuais Pôncios Pilatos, que insistem em continuar a lavar as mãos.

Quem sabe o próximo Natal seja diferente. Porque este está sendo igual aos anteriores. Pelo menos para os milhões de brasileiros, irmãos ao alcance do nosso abraço natalino, mas que não compareceram à nossa mesa, que não brindaram conosco, que continuam a ser os nossos verdadeiros "amigos ocultos". Quem sabe o próximo Natal, hoje cantado em todos os versos, em todas as prosas e em todas as línguas, seja saudado, no Brasil, em todos os sotaques. Porque, neste Natal, ainda somos a maior disparidade regional e pessoal de renda do mundo.

O próximo Natal há que ser melhor que este. Para isto, hoje e todos os próximos dias, têm que ser vésperas de Natal. Há que se preparar uma grande festa. Há que se plantar o arroz, o feijão, o milho, a mandioca, as frutas. Para isto, há que se ter terra. Há que se tecer a roupa, há que se armar a mesa e há que se construir o abrigo. Para isto, há que se ter trabalho e salário. Há que se ter escolas, hospitais e creches. Para tudo isto, há que se ter vontade e decisões políticas.

Ainda bem que, logo após cada Natal, há um ano novo. E que, ainda para muitos, cada dia do ano novo será, sempre, como que noite de Natal. A estes, como dizia o poeta, a bênção. A bênção todos os que se doam aos que nada têm além da esperança. A bênção homens públicos que não seguem o exemplo de Pilatos, mas que procuram manter as mãos limpas. A bênção à imprensa livre e democrática e à sua busca incessante da verdade. A bênção a todos os cidadãos, anônimos, nos andaimes da construção e no sol a sol do roçado. A bênção, enfim, a todos os que sonham com um país mais digno e que, ainda, mantêm a capacidade de indignar-se.

Hoje é Natal. E amanhã, também. Ao mesmo tempo em que festejo o dia de hoje, preparo melhor o dia de amanhã. Porque hoje, também, é véspera. É o dia anterior àquele que, espero, seja de mesa farta e, principalmente, ampla. O tempo é de choro novo. Se de alegria, compartilhada. Se de tristeza, solidária. Que a mesa seja, portanto, de comunhão e os novos tempos, de ressurreição!

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há tempos que o imperialismo norte-americano deixou de ser uma peça da ficção científica dos comunistas e se instaurou mais concretamente em nossa contemporaneidade, em nossa realidade territorial. Pelo menos, é assim que os brasileiros concebem essa nova sanha invasora dos Estados Unidos na agropecuária do País. Centenas de grandes produtores norte-americanos iniciaram recentemente movimento de compra de terras no Brasil.

Tal declaração foi feita pelo Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, depois de manter conversa com a Secretária de Agricultura do Senhor George W. Bush, durante reunião em Washington, conforme matéria publicada pela **Gazeta Mercantil** nos meados de maio último. Segundo a reportagem, a Secretária de Agricultura dos Estados Unidos estaria preocupada com a tendência atual de redução de renda dos agricultores do Primeiro Mundo, depois da paulatina queda do protecionismo no setor agrícola.

Isso, naturalmente, se deve ao processo irreversível da globalização econômica, que favorece, no final das contas, as transações externas dos países periféricos, cujo custo médio de produção, no que tange ao setor primário, é francamente mais barato. Sem dúvida, os investidores do Primeiro Mundo

acompanham, em geral, o grande aumento da demanda por alimentos nas próximas décadas.

Não nos espanta, portanto, o interesse dos agricultores norte-americanos na transferência de projetos de investimento para o Brasil. Estudos já apontam que, entre 1993 e 2020, a demanda por soja no planeta dobrará, assim como a demanda por carne expandirá na faixa dos 120%. Para se ter uma ligeira idéia do volume demandado, prevê-se que somente a China, até 2025, elevará sua taxa de consumo de alimentos em 204%. Ora, além do Brasil, restam pouquíssimos países em condições de atender a tão gigantesca demanda. Como é sabido, nosso País dispõe do maior potencial de crescimento em área e em produtividade agropecuária do planeta.

Do lado mais otimista da notícia, temos certeza de que implicará arrojadas inversões externas em tecnologia agropecuária, transportes, estradas, logística e armazenamento. De fato, além da ênfase na infra-estrutura, investimentos significativos serão destinados à criação de novas indústrias ligadas ao setor.

Nessa lógica, o Centro-Oeste brasileiro parece ter sido selecionado como espaço privilegiado de investimento. Mato Grosso, Tocantins e o oeste baiano compõem o perímetro dentro do qual os investidores norte-americanos pretendem instalar seus projetos de produção agrícola. Diante desse avanço, o Ministro Roberto Rodrigues parece não vislumbrar qualquer ameaça a nossa soberania. Pelo contrário, deixa transparecer certo anseio pela entrada de parceiros internacionais. De acordo com os dados do Ministério, trata-se de mais de 90 milhões de hectares de cerrado à espera de exploração econômica, sem derrubar sequer uma árvore da Floresta Amazônica.

Vale acrescentar que, ao lado dos Estados Unidos, também Inglaterra e Alemanha já demonstram interesse em ingressar capital na agricultura brasileira. Naturalmente, isso não é inédito em nossa história de ocupação e exploração de terras por estrangeiros. Há pelo menos um século que produtores europeus, norte-americanos e japoneses apostam suas fichas agrícolas em terras brasileiras, em função da mão-de-obra barata e das excelentes condições de produção, como clima, luminosidade, disponibilidade de água, qualidade de solo e grandes extensões de terra.

Do lado menos otimista dessa avalanche de fazendeiros norte-americanos no Brasil, permanecem velhas dúvidas sobre nosso real controle sobre as regras que determinam e garantem nosso conceito de soberania. Embora a legislação brasileira não preveja restrições mais rigorosas para aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no interior do País, o Decreto nº 74.965, de 1974, que regulamenta a Lei nº 5.709, de 1971, estabelece em seu artigo quinto que a soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não poderá ultrapassar um quarto da superfície dos Municípios onde se situem.

Mais que isso, o mesmo artigo, no parágrafo primeiro, reza que as pessoas de mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias, em cada Município, de mais de 40% do limite fixado no artigo. Bom, tudo isso seria muito operativo para a salvaguarda de nossa soberania se, lá pelo pé do mesmo artigo do decreto acima mencionado, não se estipulasse, no parágrafo terceiro, que “será autorizada por decreto, em cada caso, a aquisição além dos limites fixados neste artigo, quando se tratar de imóvel rural vinculado a projetos julgados prioritários em face dos planos de desenvolvimento do País”.

Dito isso, na história do Brasil, logicamente, não têm sido poucas as figuras emblemáticas do “estrangeiro”, sobre quem a memória nacional ainda não se cansou de remoer escandalosos comentários. Das “sagradas” propriedades do reverendo Moon aos tentáculos monopolistas da transgênica Monsanto, todos esses atores e suas negociações estão cercadas de enorme suspeita, naquilo que diz respeito às suas reais intenções exploratórias no Brasil.

No entanto, quando remontamos nossa memória um pouco mais atrás, o espanto ainda é maior. Refiro-me mais especificamente ao famigerado Projeto Jari, muito comentado nos anos setenta, que se prestava a devastar nossa Amazônia, em troca da industrialização do papel e da celulose. Considerado um dos maiores fracassos empresariais do século, o Jari foi fundado em 1967 pelo milionário norte-americano Daniel Keith Ludwig e deu prejuízos durante 32 anos. Mas, à época da negociação, estava sendo beneficiado pela alta do preço da celulose nos mercados internacionais.

Com isso em mente, não tenho interesse, evidentemente, em promover uma crítica ao ingresso dos fazendeiros norte-americanos no Brasil. Pelo

contrário, os investimentos de fora são sempre bem recebidos, dada nossa condição de país dependente de poupança externa. Com efeito, devemos encarar esse novo ciclo estrangeiro de exploração das terras brasileiras como mais um movimento do capital internacional em busca de investimentos altamente produtivos.

Nesse sentido, para concluir, reitero que, providenciadas todas as nossas precauções jurídicas em favor da salvaguarda de nossa soberania territorial, o Estado brasileiro deve receber com alvissareira disposição o interesse dos norte-americanos na agricultura brasileira. Em suma, por mais que tenhamos desconfiança das reais intenções dos agricultores estrangeiros, ainda não estamos na posição de recusar taxativamente investimentos cujo desdobramento, eventualmente, poderá significar subtração de terras das mãos de brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na data de hoje, quero prestar uma homenagem justa e necessária ao Corpo de Bombeiros, que hoje comemora mais um aniversário de existência. Criado no dia 2 de julho de 1856, pelo imperador D. Pedro II, através do Decreto n° 1775. O imperador decretou a criação do Corpo Provisório de Bombeiros da Corte e nomeou seu primeiro comandante, o Major do Corpo de Engenheiros do Exército, João Batista de Castro Moraes Antas, com a missão de comandar e organizar a corporação.

A instituição comemora, hoje, os seus 147 anos de existência, de bravura, de solidariedade, de missões consideradas, muitas vezes, impossíveis. Quero, nesta homenagem, ressaltar também os diversos papéis assumidos e desempenhados pelos soldados que integram a instituição. O Corpo de Bombeiros, pela sua conduta, nos transmite os princípios do respeito pela vida humana, da solidariedade entre indivíduos e os diversos povos do planeta. É esta corporação que, muitas vezes, desloca seus contingentes para controlar e minimizar as fúrias da natureza, sejam as inundações, incêndios, terremotos, furacões e outras manifestações incontroláveis das águas, da terra, do fogo e do ar.

As ações da instituição não se resumem às relacionadas acima, vão muito além. A história da defesa ambiental em nosso país se confunde com a história re-

cente do Corpo de Bombeiros. Estão presentes em todos os tipos de incêndios e desenvolveram tecnologias próprias para o combate ao fogo, principalmente, ao incêndio florestal que, em alguns momentos, transformaram nosso país em alvo de críticas internacionais.

Estão presentes na prevenção e combate aos acidentes residenciais, nas colisões de veículos, nos desastres aéreos, nos postos de salvamentos ao longo do litoral brasileiro, nas estações balneárias e em diversos outros locais que exigem a presença daqueles que dedicam suas vidas para o salvamentos de outras vidas. Eles são, assim, motivo de orgulho e respeito pela população brasileira.

Além destes feitos, a instituição mantém programas dignos de elogios e reconhecimento: O programa de coleta de leite materno mereceu a atenção da UNICEF que concedeu à Corporação o título de amigo da criança. Além disso, o Programa Amamentação tem recebido solicitações de ajuda para implantação de programas idênticos na maioria dos Estados brasileiros. A conseqüência, mais visível, tem sido sua contribuição para a diminuição da mortalidade infantil. Em Brasília, no ano de 1980, o índice de mortalidade infantil atingiu o percentual de 28,5%. Já no ano de 2000, o índice caiu para 8,4% no Distrito Federal. Sem dúvida alguma, o Programa Amamentação, teve relevante contribuição na significativa queda do índice de mortalidade infantil.

Outro programa digno de nota é o treinamento de crianças entre 7 e 14 anos, denominado “Pequenos Bombeiros”, com objetivo de capacitar as crianças para ações de primeiros socorros, de como agir em caso de incêndios residenciais e evitarem outros acidentes domiciliares. Na mesma linha de conduta, a instituição implantou o atendimento pré-hospitalar com a finalidade de prestar os primeiros cuidados para salvarem as vítimas de diversos tipos de acidentes.

Não posso esquecer de mencionar os inestimáveis serviços que a instituição tem prestado à população do meu querido estado de Roraima. Nas 15 brigadas de combate a incêndios, o Corpo de Bombeiros exerce liderança fundamental, sendo que 3 delas estão voltadas para o combate aos incêndios nas Unidades de Conservação; nas Estações Ecológicas de Caracará e Ilha de Maracá. Além do combate ao fogo, o Corpo de Bombeiros tem contribuído de diver-

sas outras formas para minimizar o sofrimento das várias etnias que habitam o meu estado.

A eles, o meu mais profundo respeito e admiração.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, no dia 26 de junho, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado realizou audiência pública, com a finalidade de discutir o problema da proliferação dos condomínios e loteamentos em terras públicas no Distrito Federal.

Na ocasião, diversas autoridades e representantes dos moradores reconheceram a complexidade do problema, que vem se arrastando há mais de duas décadas, e a necessidade de se buscar uma solução que, a um só tempo, proteja os adquirentes de boa-fé e não estimule novas ocupações irregulares, em detrimento do patrimônio público e do meio ambiente.

Segundo a maioria dos expositores, a regularização das áreas atualmente ocupadas passa, necessariamente, por alterações na legislação federal vigente. Importante ressaltar, também, que parte dos condomínios está localizado em áreas pertencentes à União Federal.

Em face disso, assumi o compromisso de apresentar, num futuro próximo, um projeto de lei que busque aliar a defesa do patrimônio público e a proteção ao meio ambiente, com os legítimos interesses dos ocupantes de boa-fé.

O problema da ocupação irregular de terras públicas no Distrito Federal é gravíssimo. Hoje, estima-se que cerca de 500 mil pessoas morem nesses condomínios, que continuam a se proliferar, apesar dos esforços das autoridades e, especialmente, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, em denunciar e punir os responsáveis pela venda dos loteamentos irregulares.

O representante do Ministério Público na audiência Pública, aliás, fez questão de frisar que a Lei nº 6.766, de 1979, que tipifica o crime de fracionamento irregular de terras urbanas, prevê penas muito brandas para grileiros e autoridades cartoriais envolvidas no processo de venda ilegal de terrenos.

Sr. Presidente, Julio Fabbrini Mirabete, consagrado penalista brasileiro, defende que, da origem até os dias atuais, “a pena sempre teve o caráter predominantemente de retribuição, de castigo, acrescentando-se a ela uma finalidade de prevenção e ressocialização do criminoso.”

No caso específico da Lei nº 6.766, de 1979, percebe-se que a finalidade da prevenção não vem sendo alcançada, tendo em vista que a prática da ocupação irregular do solo urbano vem recrudescendo com o passar dos anos.

Nesse sentido, julgamos oportuna a apresentação de proposição para alterar a Lei nº 6.766, de 1979, aumentando as penas relativas aos tipos penais definidos nos arts. 50 e 52, de modo efetivar o caráter preventivo da norma.

É relevante destacar que as condutas tipificadas nos citados dispositivos são de difícil prova em juízo, o que requer esforço redobrado do órgão responsável pela persecução penal. Vale dizer que o aumento das penas dará mais tempo ao órgão ministerial para realizar seu trabalho, porque a prescrição da pretensão punitiva também será ampliada, chegando, em alguns casos, a 16 anos, quando, atualmente, não ultrapassa os 12.

Além disso, o projeto buscou agravar a pena do tipo penal descrito no art. 52, cujo sujeito ativo é o agente do Estado responsável pelo registro imobiliário. Pela redação vigente, pune-se com muito mais vigor o que loteou terrenos irregularmente, do que a autoridade cartorial que fez registro falso.

Entendemos que a conduta do servidor, que exerce um múnus público, é mais reprovável do que a do cidadão comum que loteia indevidamente terreno próprio. Com a finalidade de corrigir essa lacuna, o art. 2º da proposição atribui ao titular de cartório imobiliário, responsável por registro de loteamento ou desmembramento irregular, pena idêntica àquele que vendeu ou prometeu vender lote não registrado.

Assim, para a resgatar a finalidade preventiva dos dispositivos de natureza penal da Lei nº 6.766, de 1979, no sentido de desacelerar a proliferação de novos condomínios e loteamentos irregulares em áreas públicas, fenômeno comum no Distrito Federal, conclamo os ilustres Senadores a apoiar o projeto que agrava as penas previstas nos arts. 50 e 52 desta lei.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 42 minutos.)*



## Ata da 3ª Sessão Não Deliberativa, em 3 de julho de 2003

### 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Rodolpho Tourinho, Papaléo Paes e Garibaldi Alves Filho*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 528, DE 2003**

**Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de investigar as sucessivas e violentas invasões de terras, praticadas pelo chamado Movimento dos Sem Terra – MST.**

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, combinado com o art. 145, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) senadores titulares e 6 (seis) suplentes, para investigar, no prazo de 180 dias, a questão da reforma agrária no Brasil, dos assentamentos e, especialmente, para investigar ações ilícitas, com sucessivas e violentas invasões de terras, praticadas pelo chamado Movimento dos Sem-Terra, conforme denúncias diárias da imprensa brasileira, expostas na justificativa desse requerimento, mas, principalmente o amplo noticiário estampado na edição do dia 2 de julho de 2003, pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, (cópia inclusa) alertando para os riscos a que se expõem a população brasileira e a economia da Nação diante do clima de inquietação que tais movimentos acarretam. A reportagem do jornal paulista ocupa várias páginas da edição indicada, sendo, ademais, a principal manchete de primeira página, incluindo ilustração, em que são relatados os atos de saques a caminhões particulares carregados de mantimentos, em Pernambuco. Na matéria, há informações anunciando que tais saques deverão continuar e até se intensificar por todo o País.

As despesas relativas ao funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito ficam orçadas em R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais).

#### **Justificação**

Se há algo por que deve o Brasil se bater, com muito denodo, por ser um setor que historicamente vem respondendo pelo contínuo fortalecimento da economia nacional, sem dúvida se trata da agricultura. Defendê-la, apoiá-la e buscar sua expansão, são ações que representam muito mais do que um simples dever. Atuar nessa direção é imperativo permanente. Isso se impõe. À agricultura se deve a parte positiva da virada da balança comercial brasileira. A agricultura se deve a grandiosidade da economia paulista e a sua industrialização, forjadas graças ao bom encaminhamento da cafeicultura naquele Estado.

Por mais evoluída, por mais industrializada que possa ser uma nação – e damos como exemplo o país mais poderoso do universo, os Estados Unidos – a agricultura, em qualquer parte do mundo, será sempre um dos mais fortes segmentos da economia.

No Brasil, dotado de terras de alta fertilidade, nossa agricultura responde generosamente à semente lançada nos campos, nos cerrados, em qualquer latitude, de Norte a Sul do País. A agricultura não apenas fez a pujança deste País admirável. Ela continua como o principal esteio de nossa economia. E temos visto, dia-a-dia, ano-a-ano, no permanente acompanhamento nas práticas agrárias, a evolução tecnológica dessa área, responsável pelo aumento da produtividade. A Embrapa, por exemplo, como centro de excelência em pesquisa agropecuária, tem sido, desde a sua criação, a responsável por significativa parcela da modernização desse setor.

A nossa agricultura, com sua faina por vezes heróica, com os desbravadores penetrando com perseverança nas chamadas frentes agrícolas, ainda tem muito espaço para crescimento e, conseqüentemente, com seu avanço, o próprio desenvolvimento do Brasil.

Contudo, essa potencialidade, que encanta o meio rural, com os campos cobertos pelo verde das plantações que produzem alimentos para todas as populações, vê-se agora diante de outro som. E o barulho ruidoso, intempestivo, desrespeitoso e antide-

mocrático de baderneiros, muitas vezes ali presentes a soldo de interessados na conturbação da ordem pública do País. Estamos nos referindo às já corriqueiras, porque consentidas, invasões de terras, comandadas pelo chamado Movimento dos Sem-Terra.

O que se assiste no Brasil de hoje é uma sinistra e perigosa escalada, que o governo tolera de maneira licenciosa, por vezes indecorosa. É a escalada da agressividade do Movimento dos Sem-Terra, que já não pode ser encarado como movimento social efetivo, mas, antes, como um partido político de caráter revolucionário zapatista, delirante e fadado ao fracasso, até porque comete o erro de repetir o zapatismo em pleno século XXI.

O risco de esse movimento irresponsável se tornar incontrolável está à vista e não têm sido poucas as advertências da imprensa brasileira e das pessoas de responsabilidade, ante a gravidade do quadro que se vai configurando no País. Nossos jornais lançam seguidos alertas, advertindo que “a América Latina não se pode dar ao luxo de contemporizar com projetos, que se vão tornando notórios, de desmantelamento da democracia.” As ações com tais objetivos são claras, como o lançamento pelo esbulhador José Rainha Júnior, de um chamado mega acampamento no Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo, para abrigar 5 mil famílias e, ninguém duvide, para se transformar numa espécie de Estado independente, para comandar e orientar ações irresponsáveis para orientar múltiplas invasões de terras.

A criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para atuar como a CPI da Terra, é uma resposta altiva, séria e responsável, para apresentar conseqüências. Será também a colaboração do Poder Legislativo para um basta às ações do MST, que, como adverte o jornal **O Estado de S. Paulo**, já virou guerrilha”.

Em manchete do **O Globo**, José Rainha Júnior diz abertamente: “Reforma, doa a quem doer,” o que se assemelha àquela história do “na lei ou na marra”, do tempo das reformas de base pretendidas por João Goulart; lembra também o radicalismo que não tinha pé na realidade de Francisco Julião.

A CPI ora proposta é, ademais, um alerta que chega em tempo. Se este Governo não coibir, não passar a encarar com absoluto critério e firmeza os passos ousados e irresponsáveis do Movimento dos Sem-Terra, daqui a pouco, investidores do setor agrícola começarão a fazer minguar os investimentos; haverá a repercussão disso na nossa balança comercial, no nível de emprego, em muitos momentos de frustração em relação a uma economia que poderia crescer, que poderia florescer, mas que começa a ser ameaçada porque uns poucos, avessos a um convívio civilizado e pacífico,

confundem com atividade democrática algo que é visivelmente um desrespeito à lei.

Como observa ainda o jornal **O Estado de S. Paulo**, “todos os órgãos do governo federal, direta ou indiretamente relacionados com a reforma agrária, foram preenchidos pelos chamados movimentos sociais”, encabeçados pelo MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). E, para se ter uma idéia de como anda a disposição do governo Lula, em dar combate a esse brutal desrespeito à lei e à ordem pública, basta atentar ao que disse o próprio ouvidor do Incra, que quase se tornou refém e sofreu a ameaça de ser amarrado: “há desrespeito aos direitos humanos e às pessoas; é o poderio econômico se sobrepondo aos excluídos da sociedade”. Quer dizer, o desrespeito aos direitos humanos, no caso, seria por parte do dono da usina que não oferece sua terra, benévolamente, aos invasores! Na mesma linha, o superintendente-regional do Incra, afirmou: “É uma situação difícil, que só se resolve quando se der a terra.”

Com igual apreensão, o importante jornal diz que, ao nomear Miguel Rosseto para o Ministério da Reforma Agrária, Lula semeou ventos. Agora colhe tempestade. Pior é que o povo também está sob a mesma tempestade.

Do jeito que vai o MST, a reação que começa a brotar no País é a de fazendeiros que procuram se armar, indo para o mesmo terreno da ilegalidade, mas tão-somente porque o MST está na ilegalidade. A prosseguir assim, logo o MST mergulhará ainda mais na ilegalidade, porque fazendeiros também estarão mergulhando na ilegalidade. Com isso, haverá, em vez de paz no campo, um clima de atrito, que não será bom do ponto de vista da estabilidade política e que, com toda a certeza, haverá de trazer repercussões econômicas negativas para o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem se pode dar todos os direitos, menos o de ser ingênuo diante do que seriam os objetivos verdadeiros do Movimento dos Sem-Terra.

Sala das Sessões, 2 de julho de 2003. – **Garibaldi Alves – César Borges – Arthur Virgílio – José Agripino – Antero P. Barros – Efraim Moraes – Lúcia Vânia – Demóstenes Torres – Garibaldi Alves – Romero Jucá – Papaléo Paes – Mozarildo Cavalcanti – Tasso Jereissati – Antonio Carlos – Rodolfo Tourinho – Eduardo Azeredo – Ney Suassuna – Mão Santa – Osmar Dias – Valdir Raupp – João Batista Motta – Luiz Otávio – Jefferson Peres – Reginaldo Duarte – Romeu Tuma – Sergio Cabral – Jonas Pinheiro – Reginaldo Santana – Iris de Araujo – João Ribeiro – José Jorge – Sérgio Guerra – Teotônio Vilela.**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para constituir a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nos termos do art. 145 do Regimento Interno, será publicado para que produza os devidos efeitos. Para a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída, a Presidência fará, oportunamente, as designações de acordo com as indicações que receber das Lideranças.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Logo que encerrar o Expediente, concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Rodolpho Tourinho.

São lidos os seguintes

### PROJETO DE LEI Nº 14, DE 2003 – CN

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$12.107.035,00, para reforçar dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**

**tar no valor global de R\$12.107.035,00, para reforçar dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$12.107.035,00 (doze milhões, cento e sete mil, trinta e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE  
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
<b>0750 APOIO ADMINISTRATIVO</b>										<b>2.930.527</b>
ATIVIDADES										
18 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							2.930.527	
18 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	F	3	2	90	0	134	2.930.527	
			F	4	2	90	0	134	330.000	
<b>0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO</b>										<b>254.173</b>
ATIVIDADES										
18 365	0791 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							15.100	
18 365	0791 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	134	15.100	
18 331	0791 2011	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							119.439	
18 331	0791 2011 0001	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	134	119.439	
18 306	0791 2012	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							119.634	
18 306	0791 2012 0001	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	134	119.634	
TOTAL - FISCAL										3.184.700
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										3.184.700

ORGÃO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE  
UNIDADE : 44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
<b>0750 APOIO ADMINISTRATIVO</b>										<b>3.408.357</b>
ATIVIDADES										
18 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							3.408.357	
18 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	3.408.357	
			F	3	2	90	0	174	815.000	
TOTAL - FISCAL										3.408.357
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										3.408.357

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0750 APOIO ADMINISTRATIVO 2.182.978									
			ATIVIDADES						
18 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							2.182.978
18 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL							2.182.978
			F	3	2	90	0	134	2.182.978
TOTAL - FISCAL 2.182.978									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 2.182.978									

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

UNIDADE : 53201 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0379 IRRIGACAO E DRENAGEM 3.331.000									
			PROJETOS						
20 607	0379 1854	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO							3.331.000
20 607	0379 1854 0101	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO JAIBA NO ESTADO DE MINAS GERAIS							3.331.000
			F	3	2	90	0	100	1.323.000
			F	4	2	90	0	100	2.008.000
TOTAL - FISCAL 3.331.000									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 3.331.000									

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0507 NOSSOS RIOS: SAO FRANCISCO 3.184.700									
			PROJETOS						
18 544	0507 5309	CONSERVACAO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO SAO FRANCISCO							3.184.700
18 544	0507 5309 0001	CONSERVACAO AMBIENTAL DA BACIA DO RIO SAO FRANCISCO - NACIONAL							3.184.700
			F	3	2	30	0	134	111.064
			F	3	2	50	0	134	254.173
			F	4	2	40	0	134	638.218
			F	4	2	90	0	134	2.181.245
TOTAL - FISCAL 3.184.700									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 3.184.700									

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE : 44201 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0499 PARQUES DO BRASIL									815.000
ATIVIDADES									
18 541	0499 2889	CONSERVACAO E MANEJO INTEGRADO DE ECOSISTEMAS							815.000
18 541	0499 2889 0001	CONSERVACAO E MANEJO INTEGRADO DE ECOSISTEMAS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	815.000
0501 QUALIDADE AMBIENTAL									1.133.043
ATIVIDADES									
18 542	0501 2944	FISCALIZACAO DA POLUICAO E DA DEGRADACAO AMBIENTAL							1.133.043
18 542	0501 2944 0001	FISCALIZACAO DA POLUICAO E DA DEGRADACAO AMBIENTAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	174	1.133.043
0511 GESTAO DA POLITICA DO MEIO AMBIENTE									1.460.314
PROJETOS									
18 541	0511 7597	MODERNIZACAO DO GERENCIAMENTO DESCENTRALIZADO DO IBAMA							1.460.314
18 541	0511 7597 0001	MODERNIZACAO DO GERENCIAMENTO DESCENTRALIZADO DO IBAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	174	1.200.000
			F	4	2	90	0	174	260.314
TOTAL - FISCAL									3.408.357
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.408.357

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

UNIDADE : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
8018 DESPOLUICAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS									2.182.978
ATIVIDADES									
18 544	8018 2905	REMOCAO DE CARGAS POLUIDORAS DE BACIAS HIDROGRAFICAS							2.182.978
18 544	8018 2905 0001	REMOCAO DE CARGAS POLUIDORAS DE BACIAS HIDROGRAFICAS - NACIONAL	F	3	2	90	0	134	2.182.978
TOTAL - FISCAL									2.182.978
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.182.978

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL  
 UNIDADE : 53201 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO FRANCISCO E DO PARNAIBA - CODEVASF

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0379		IRRIGACAO E DRENAGEM							3.131.000
		PROJETOS							
20 607	0379 1836	IMPLANTACAO DE PROJETOS DE IRRIGACAO							1.770.979
20 607	0379 1836 0097	IMPLANTACAO DE PROJETOS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO VALE DO IUIU	F	3	2	90	0	100	1.770.979
			F	4	2	90	0	100	200.000
									1.570.979
20 607	0379 1854	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO							1.360.021
20 607	0379 1854 0105	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO PIRAPORA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	3	2	90	0	100	8.757
20 607	0379 1854 0113	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO CERAIMA NO ESTADO DA BAHIA	F	3	2	90	0	100	8.757
									47.023
20 607	0379 1854 0115	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO ESTREITO 'III' NO ESTADO DA BAHIA	F	3	2	50	0	100	47.023
20 607	0379 1854 0115	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO ESTREITO 'III' NO ESTADO DA BAHIA	F	3	2	90	0	100	45.845
20 607	0379 1854 0117	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO ESTREITO 'IV' NO ESTADO DA BAHIA	F	3	2	90	0	100	45.845
									127.682
20 607	0379 1854 0119	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO CURACA NO ESTADO DA BAHIA	F	3	2	90	0	100	127.682
									108.683
20 607	0379 1854 0121	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO MANICOBA NO ESTADO DA BAHIA	F	3	2	90	0	130	108.683
									100.000
20 607	0379 1854 0129	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO SENADOR NILO COELHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO	F	3	2	90	0	100	100.000
									180.000
20 607	0379 1854 0131	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO BETUME NO ESTADO DE SERGIPE	F	4	2	90	0	100	180.000
									176.000
20 607	0379 1854 0133	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO COTINGUIBA/PINDOBA NO ESTADO DE SERGIPE	F	3	2	90	0	100	120.000
			F	4	2	90	0	100	56.000
									98.000
20 607	0379 1854 0135	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO BOACICA NO ESTADO DE ALAGOAS	F	3	2	90	0	100	70.000
			F	4	2	90	0	100	28.000
									113.031
20 607	0379 1854 0137	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO ITUBA NO ESTADO DE ALAGOAS	F	3	2	90	0	100	70.000
			F	4	2	90	0	100	43.031
									50.000
20 607	0379 1854 0163	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO SAO DESIDERIO/BARREIRAS SUL NO ESTADO DA BAHIA	F	3	2	90	0	100	50.000
									80.000
20 607	0379 1854 0169	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO PROPRIA NO ESTADO DO SERGIPE	F	3	2	90	0	100	80.000
									200.000
20 607	0379 1854 0173	EMANCIPACAO DE PERIMETROS DE IRRIGACAO - PERIMETRO DE IRRIGACAO LAGOA GRANDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	3	2	90	0	100	230.000
									25.000
0415		JOVEM EMPREENDEDOR							200.000
		PROJETOS							
20 607	0415 3839	IMPLEMENTACAO DO PROJETO AMANHA							200.000
20 607	0415 3839 0101	IMPLEMENTACAO DO PROJETO AMANHA - NO VALE DO RIO SAO FRANCISCO	F	3	2	90	0	100	200.000
		TOTAL - FISCAL							3.331.000
		TOTAL - SEGURDADE							0
		TOTAL - GERAL							3.331.000

Aviso nº 661 – Supar/C. Civil

Brasília, 30 de junho de 2003

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Romeu Tuma  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Projeto de Lei

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R\$12.107.035,00, para reforçar dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.640, DE 14 DE JANEIRO DE 2003

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003.**

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

DECRETO Nº 4.591,  
DE 10 DE FEVEREIRO DE 2003

**Dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2003, e dá outras providências.**

Art. 8º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda poderão, por meio de portaria interministerial, ajustar os Anexos II e VI deste Decreto em decorrência dos créditos adicionais que vierem a ser abertos no exercício de 2003 à conta das respectivas fontes de recursos, desde que não comprometam a obtenção do superávit primário estabelecido na Lei nº 10.524, de 2002.

DECRETO Nº 4.708, DE 28 DE MAIO DE 2003

**Altera os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, XII, XIII e XIV, e os arts. 1º e 7º do Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, que**

dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2003, e dá outras providências.

janeiro de 2003), em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$95.109.031,00 (noventa e cinco milhões, cento e nove mil, trinta e um reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

**PROJETO DE LEI Nº 15, DE 2003-CN**

**Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$95.109.031,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2002, no valor de R\$62.720.682,00 (sessenta e dois milhões, setecentos e vinte mil, seiscentos e oitenta e dois reais); e

II – anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei, sendo R\$4.319.470,00 (quatro milhões, trezentos e dezoito mil, quatrocentos e setenta reais) da Reserva de Contingência.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO  
 UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	EM F	EN D	RP	MO D	I U	FE	VALOR
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									1.500.000
OPERACOES ESPECIAIS									
04 212	0681 0011	CONTRIBUICAO AO GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY - GEF							1.201.000
04 212	0681 0011 0001	CONTRIBUICAO AO GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY - GEF - NACIONAL	F	3	2	80	0	100	1.201.000
04 212	0681 0349	CONTRIBUICAO AO INSTITUTO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE PLANIFICACAO ECONOMICA E SOCIAL - ILPES							299.000
04 212	0681 0349 0001	CONTRIBUICAO AO INSTITUTO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE PLANIFICACAO ECONOMICA E SOCIAL - ILPES - NACIONAL	F	3	2	80	0	100	299.000
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO									11.260.770
ATIVIDADES									
04 126	0791 4076	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS - SIAPE							11.260.770
04 126	0791 4076 0001	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS - SIAPE - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	11.260.770
0803 RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO									62.720.682
OPERACOES ESPECIAIS									
28 212	0803 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO ANDINA DE FOMENTO - CAF							21.969.948
28 212	0803 0001 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO ANDINA DE FOMENTO - CAF - NACIONAL	F	5	0	90	0	300	21.969.948
28 212	0803 0402	INTEGRALIZACAO DE COTAS AO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID							5.204.738
28 212	0803 0402 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS AO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID - NACIONAL	F	5	0	90	0	300	5.204.738
28 212	0803 0538	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO PARA OPERACOES ESPECIAIS - FOE							1.273.908
28 212	0803 0538 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO PARA OPERACOES ESPECIAIS - FOE - NACIONAL	F	5	0	90	0	300	1.273.908
28 212	0803 0539	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS - FUMIN							10.675.398
28 212	0803 0539 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS - FUMIN - NACIONAL	F	5	0	90	0	300	10.675.398
28 212	0803 0540	INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS - CII							12.964.455
28 212	0803 0540 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS - CII - NACIONAL	F	5	0	90	0	300	12.964.455
28 212	0803 0541	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO - FAD							5.278.472
28 212	0803 0541 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO - FAD - NACIONAL	F	5	0	90	0	300	5.278.472



28 212	0803 0542	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO - BAD									274.703
28 212	0803 0542 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO - BAD - NACIONAL									274.703
			F	5	0	90	0	300			274.703
28 212	0803 0543	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AGRICOLA - FIDA									5.079.060
28 212	0803 0543 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AGRICOLA - FIDA - NACIONAL									5.079.060
			F	5	0	90	0	300			5.079.060
TOTAL - FISCAL											75.481.452
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											75.481.452

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR								
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00								
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR		
0122 SANEAMENTO E VIDA			9.365.919								
PROJETOS											
17 512	0122 3955	ESTUDOS PARA MODERNIZACAO E REORDENAMENTO INSTITUCIONAL E OPERACIONAL DO SETOR SANEAMENTO - PMSS II	2.630.919								
17 512	0122 3955 0001	ESTUDOS PARA MODERNIZACAO E REORDENAMENTO INSTITUCIONAL E OPERACIONAL DO SETOR SANEAMENTO - PMSS II - NACIONAL	S	3	2	80	0	148	2.309.795		
			S	3	2	90	1	100	321.124		
17 512	0122 3970	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO (PASS/BID)	2.020.000								
17 512	0122 3970 0001	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO (PASS/BID) - NACIONAL	S	3	2	30	0	148	500.000		
			S	3	2	30	2	100	500.000		
			S	3	2	40	0	148	270.000		
			S	3	2	40	2	100	250.000		
			S	3	2	90	0	148	250.000		
			S	3	2	90	2	100	250.000		
17 512	0122 3980	PROJETOS DE SANEAMENTO BASICO INTEGRADO (PAT/PROSANEAR)	4.325.000								
17 512	0122 3980 0001	PROJETOS DE SANEAMENTO BASICO INTEGRADO (PAT/PROSANEAR) - NACIONAL	S	3	2	30	0	148	1.450.000		
			S	3	2	40	0	148	1.925.000		
			S	3	2	90	0	148	950.000		
17 512	0122 7355	IMPLANTACAO DE MODELOS ALTERNATIVOS DE GESTAO PARA RECURSOS MUNICIPAIS (PASS/BIRD - COMUNIDADE ATIVA)	390.000								
17 512	0122 7355 0001	IMPLANTACAO DE MODELOS ALTERNATIVOS DE GESTAO PARA RECURSOS MUNICIPAIS (PASS/BIRD - COMUNIDADE ATIVA) - NACIONAL	S	3	2	40	1	100	195.000		
			S	3	2	90	0	148	195.000		
TOTAL - FISCAL											0
TOTAL - SEGURIDADE											9.365.919
TOTAL - GERAL											9.365.919

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES  
 UNIDADE : 56202 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VA L O R	
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO										10.261.660
ATIVIDADES										
26 301	0791 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							1.946.740	
26 301	0791 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							1.946.740	
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)4390	S	3	2	90	0	111	1.946.740	
26 365	0791 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							448.580	
26 365	0791 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							448.580	
		CRIANCA DE 0 A 6 ANOS ATENDIDA (UNIDADE)343	F	3	2	90	0	111	448.580	
26 331	0791 2011	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							726.410	
26 331	0791 2011 0001	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							726.410	
			F	3	1	90	0	111	726.410	
26 306	0791 2012	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							7.139.930	
26 306	0791 2012 0001	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							7.139.930	
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE)1897	F	3	1	90	0	111	7.139.930	
TOTAL - FISCAL									8.314.920	
TOTAL - SEGURIDADE									1.946.740	
TOTAL - GERAL									10.261.660	

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO  
 UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VA L O R	
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO										7.691.300
PROJETOS										
04 126	0791 1771	IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS							7.691.300	
04 126	0791 1771 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS - NACIONAL							7.691.300	
			F	3	2	90	2	100	7.691.300	
0795 GESTAO DOS ORCAMENTOS DA UNIAO										750.000
PROJETOS										
04 126	0795 3189	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE DADOS ORCAMENTARIOS - SIDIOR							750.000	
04 126	0795 3189 0001	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE DADOS ORCAMENTARIOS - SIDIOR - NACIONAL							750.000	
			F	3	2	90	0	100	750.000	
TOTAL - FISCAL									8.441.300	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									8.441.300	



	URBANO SUSTENTAVEL - NACIONAL	F	3	2	40	0	100	993.530
TOTAL - FISCAL								993.530
TOTAL - SEGURIDADE								8.372.389
TOTAL - GERAL								9.365.919

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

UNIDADE : 56202 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0222 TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS 10.261.660									
OPERACOES ESPECIAIS									
26 783	0222 0362	CUMPRIMENTO DAS OBRIGACOES DECORRENTES DA TRANSFERENCIA DOS SISTEMAS DE TRANSPORTES FERROVIARIOS URBANOS E METROPOLITANOS DE PASSAGEIROS							10.261.660
26 783	0222 0362 0001	CUMPRIMENTO DAS OBRIGACOES DECORRENTES DA TRANSFERENCIA DOS SISTEMAS DE TRANSPORTES FERROVIARIOS URBANOS E METROPOLITANOS DE PASSAGEIROS - NACIONAL							10.261.660
TOTAL - FISCAL 10.261.660									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 10.261.660									

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA 4.319.470									
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							4.319.470
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL							4.319.470
TOTAL - FISCAL 4.319.470									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 4.319.470									

Aviso nº 662 – Supar/C. Civil

Brasília, 30 de junho de 2003

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Romeu Tuma  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Projeto de Lei.

Senhor Primeiro Secretário,  
Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R\$95.109.031,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.640, DE 14 DE JANEIRO DE 2003

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003.**

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no

**DO 3-6-1964)**

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964)**

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964)**

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964)**

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964)**

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964)**

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964)**

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964)**

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964)**

LEI Nº 10.524, DE 25 DE JULHO DE 2002

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2003 e dá outras providências.**

Art. 61. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual, encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, preferencialmente, nas primeiras quinzenas de maio e outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput** deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2003.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** deste artigo serão encaminhados de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária para 2003.

§ 3º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 4º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 5º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 6º Para fins do disposto no art. 165, § 8, da Constituição e do § 5º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 7º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 10, III, desta Lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias que tenham por fonte recursos de origem financeira deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 12. (VETADO)

§ 13. (VETADO)

§ 14. (VETADO)

DECRETO Nº 4.708, DE 28 DE MAIO DE 2003

Altera os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, XII, XIII e XIV, e os arts. 1º e 7º do Decreto no 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, que dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2003, e dá outras providências.

#### ANEXO X

#### RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL

#### E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2003

R\$ Bilhões

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Ago	Jan-Dez
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	<b>186,8</b>	<b>281,8</b>
1.1 Administrada pela SRF	162,8	247,1
1.2 Receitas Não Administradas	22,8	33,0
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,1	1,7
<b>2. TRANSF. A EST. E MUNIC.</b>	<b>39,7</b>	<b>58,1</b>
2.1 FPE/FPM/IPI Est. Exp.	31,4	46,2
2.2 Demais	8,2	11,9
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>147,1</b>	<b>223,6</b>
<b>4. DESPESAS</b>	<b>102,8</b>	<b>158,4</b>
4.1 Pessoal	50,8	78,5
4.2 Outras Correntes e de Capital	52,0	79,9
4.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,1	1,7
4.4 Não Discricionárias	16,2	26,8
4.5 Discricionárias -	1,8	2,7

LEJU + MPU		
4.6 Discricionárias - Poder Executivo	33,0	48,7
5. RESULTADO DO TESOURO	44,3	65,2
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA	-13,4	-25,7
6.1 Arrecadação Líquida do INSS	49,5	81,5
6.2 Benefícios da Previdência	62,9	107,2
7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-0,4	-0,4
8. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6+7)	30,5	39,1
9. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	5,3	11,2
10. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (8+9)	35,9	50,3

**PROJETO DE LEI Nº 16, DE 2003-CN**

**Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Assistência Social, crédito suplementar no valor global de R\$1.165.967.527,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de

2003), em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Assistência Social, crédito suplementar no valor global de R\$1.165.967.527,00 (um bilhão, cento e sessenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial da Reserva de Contingência, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO  
 UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	DZG	RP	MOD	IU	FTE	VALOR	
0100		ASSISTENCIA AO TRABALHADOR								451.418.072
		OPERACOES ESPECIAIS								
11 331	0100 0581	PAGAMENTO DO BENEFICIO ABONO SALARIAL							451.418.072	
11 331	0100 0581 0001	PAGAMENTO DO BENEFICIO ABONO SALARIAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	140	451.418.072	
0104		RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTAVEIS								27.871.672
		OPERACOES ESPECIAIS								
11 331	0104 0585	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL							27.871.672	
11 331	0104 0585 0001	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	140	27.871.672	
TOTAL - FISCAL									0	
TOTAL - SEGURIDADE									479.289.744	
TOTAL - GERAL									479.289.744	

ORGÃO : 55000 - MINISTERIO DA ASSISTENCIA SOCIAL  
 UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	DZG	RP	MOD	IU	FTE	VALOR	
0065		ATENCAO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA								411.605.003
		OPERACOES ESPECIAIS								
08 242	0065 0575	PAGAMENTO DE BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA - LOAS							411.605.003	
08 242	0065 0575 0001	PAGAMENTO DE BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA - LOAS - NACIONAL	S	3	1	90	0	153	411.605.003	
0066		VALORIZACAO E SAUDE DO IDOSO								275.072.780
		OPERACOES ESPECIAIS								
08 241	0066 0573	PAGAMENTO DE BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA - LOAS							275.072.780	
08 241	0066 0573 0001	PAGAMENTO DE BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA A PESSOA IDOSA - LOAS - NACIONAL	S	3	1	90	0	153	275.072.780	
TOTAL - FISCAL									0	
TOTAL - SEGURIDADE									686.677.783	
TOTAL - GERAL									686.677.783	



ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0999 RESERVA DE CONTINGENCIA</b> 479.289.744									
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							479.289.744
99 999	0999 0998 0143	RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS VINCULADOS AO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT							479.289.744
			S	9	0	99	0	140	479.289.744
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									479.289.744
TOTAL - GERAL									479.289.744

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0999 RESERVA DE CONTINGENCIA</b> 686.677.783									
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							686.677.783
99 999	0999 0998 0012	RESERVA DE CONTINGENCIA - RESERVA PARA DESPESAS COM REAJUSTE DO SALARIO MINIMO E GASTOS SOCIAIS							686.677.783
			S	9	2	90	0	153	686.677.783
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									686.677.783
TOTAL - GERAL									686.677.783

Aviso nº 663 – Supar/C. Civil.

Brasília, 30 de junho de 2003

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Romeu Tuma  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Assistência Social, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.165.967.527,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.640, DE 14 DE JANEIRO DE 2003

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003.**

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

**Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.**

LEI Nº 8.287, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1991

**Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso.**

LEI Nº 10.524, DE 25 DE JULHO DE 2002.

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2003 e dá outras providências.**

Art. 61. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual, encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, preferencialmente, nas primeiras quinze dias de maio e outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput** deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2003.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** deste artigo serão encaminhados de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária para 2003.

§ 3º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 4º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 5º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 6º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição e do § 5º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 7º Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 10, III, desta Lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto os recursos destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30

(trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias que tenham por fonte recursos de origem financeira deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 12. (Vetado)

§ 13. (Vetado)

§ 14. (Vetado)

DECRETO Nº 4.708, DE 28 DE MAIO DE 2003

**Altera os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, XII, XIII e XIV, e os arts. 1º e 7º do Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, que dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2003, e dá outras providências.**

**ANEXO X**  
RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL  
E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2003  
R\$ Bilhões

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Ago	Jan-Dez
<b>1. RECEITA TOTAL</b>	<b>186,8</b>	<b>281,8</b>
1.1 Administrada pela SRF	162,8	247,1
1.2 Receitas Não Administradas	22,8	33,0
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,1	1,7
<b>2. TRANSF. A EST. E MUNIC.</b>	<b>39,7</b>	<b>58,1</b>
2.1 FPE/FPM/IFI Est. Exp.	31,4	46,2
2.2 Demais	8,2	11,9
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>147,1</b>	<b>223,6</b>
<b>4. DESPESAS</b>	<b>102,8</b>	<b>158,4</b>
4.1 Pessoal	50,8	78,5
4.2 Outras Correntes e de Capital	52,0	79,9
4.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,1	1,7
4.4 Não Discricionárias	16,2	26,8
4.5 Discricionárias - LEJU + MPU	1,8	2,7
4.6 Discricionárias - Poder Executivo	33,0	48,7
<b>5. RESULTADO DO TESOUREIRO</b>	<b>44,3</b>	<b>65,2</b>
<b>6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA</b>	<b>-13,4</b>	<b>-25,7</b>
6.1 Arrecadação Líquida do INSS	49,5	81,5
6.2 Benefícios da Previdência	62,9	107,2
<b>7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,4</b>
<b>8. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6+7)</b>	<b>30,5</b>	<b>39,1</b>
<b>9. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS</b>	<b>5,3</b>	<b>11,2</b>
<b>10. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (8+9)</b>	<b>35,9</b>	<b>50,3</b>

**PROJETO DE LEI Nº 17, DE 2003-CN**

**Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de R\$ 24.770.920,00, para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor do Ministério das Cidades,

crédito especial no valor de R\$24.770.920,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e vinte reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO I			CREDITO ESPECIAL							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	FSE	DZQ	R	MOD	I	U	FTE	VALOR
<b>0122 SANEAMENTO E VIDA</b>										<b>8.958.470</b>
PROJETOS										
17 512	0122 3854	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - CONCLUSAO DE OBRAS								8.958.470
17 512	0122 3854 0010	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - CONCLUSAO DE OBRAS - NA REGIAO NORTE								2.758.000
17 512	0122 3854 0020	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - CONCLUSAO DE OBRAS - NA REGIAO NORDESTE	S	4	2	40	0	100		2.758.000
17 512	0122 3854 0030	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - CONCLUSAO DE OBRAS - NA REGIAO SUDESTE	S	4	2	40	0	179		2.134.868
17 512	0122 3854 0040	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - CONCLUSAO DE OBRAS - NA REGIAO SUL	S	4	2	40	0	100		716.200
										861.000
<b>0128 MORAR MELHOR</b>										<b>6.074.310</b>
PROJETOS										
16 482	0128 3852	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CONCLUSÃO DE OBRAS								6.074.310
16 482	0128 3852 0010	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CONCLUSÃO DE OBRAS - NA REGIAO NORTE								760.000
16 482	0128 3852 0030	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CONCLUSÃO DE OBRAS - NA REGIAO SUDESTE	F	4	2	40	0	100		760.000
16 482	0128 3852 0040	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CONCLUSÃO DE OBRAS - NA REGIAO SUL	F	4	2	40	0	179		5.246.670
										1.743.869
										67.640
<b>0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA</b>										<b>9.738.140</b>
PROJETOS										
15 451	0805 3858	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONCLUSAO DE OBRAS								9.738.140
15 451	0805 3858 0010	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONCLUSAO DE OBRAS - NA REGIAO NORTE								6.401.240
15 451	0805 3858 0020	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONCLUSAO DE OBRAS - NA REGIAO NORDESTE	F	4	2	40	0	100		6.401.240
15 451	0805 3858 0030	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONCLUSAO DE OBRAS - NA REGIAO SUDESTE	F	4	2	40	0	100		1.241.050
15 451	0805 3858 0040	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONCLUSAO DE OBRAS - NA REGIAO SUL	F	4	2	40	0	100		240.000
15 451	0805 3858 0050	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONCLUSAO DE OBRAS - NA REGIAO CENTRO-OESTE	F	4	2	40	0	100		1.355.850
										500.000
TOTAL - FISCAL										15.812.450
TOTAL - SEGURIDADE										8.958.470
TOTAL - GERAL										24.770.920

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES

UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO II			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0122 SANEAMENTO E VIDA			8.356.245						
PROJETOS									
17 512	0122 3179	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES							1.289.600
17 512	0122 3179 0002	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - CASTANHAL - PA	S	4	2	40	0	100	18.500
17 512	0122 3179 0022	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - GOVERNADOR VALADARES - MG	S	4	2	40	0	100	18.500
17 512	0122 3179 0024	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - CONTAGEM - MG	S	4	2	40	0	100	18.500
17 512	0122 3179 0026	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - MURIAE - MG	S	4	2	40	0	100	18.500
17 512	0122 3179 0036	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - PICOS - PI	S	4	2	40	0	100	90.000
17 512	0122 3179 0038	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - EL DORADO DO SUL - RS	S	4	2	40	0	100	18.500
17 512	0122 3179 0040	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM TABAJARA/AGUAZINHA - OLINDA - PE	S	4	2	40	0	100	18.500
17 512	0122 3179 0042	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - MOITA BONITA - SE	S	4	2	40	0	100	11.100
17 512	0122 3179 0050	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - RESENDE - RJ	S	4	2	40	0	100	2.500
17 512	0122 3179 0052	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - SAO JOAO DE MERITI - RJ	S	4	2	40	0	100	288.000
17 512	0122 3179 0062	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - BARRA MANSA - RJ	S	4	2	40	0	100	288.000
17 512	0122 3179 0064	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - ALTAMIRA - PA	S	4	2	40	0	100	18.500
17 512	0122 3179 0076	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL	S	4	2	40	0	100	50.000

17 512	0122 3179 0078	HABITANTES - IMPLANTACAO DE ESTACAO DE TRATAMENTO DE AGUA NO BAIRRO TANQUE - ATIBAIA - SP	S	4	2	40	0	100	18.500	18.500
17 512	0122 3179 0094	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - NITEROI - RJ	S	4	2	40	0	100	18.500	69.000
17 512	0122 3179 0100	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - SAO GONCALO - RJ	S	4	2	40	0	100	69.000	18.500
17 512	0122 3179 0110	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO - MAGE - RJ	S	4	2	40	0	100	18.500	2.500
17 512	0122 3179 0118	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO NO BAIRRO BOA FORTUNA - ITAPERUNA - RJ	S	4	2	40	0	100	2.500	37.500
17 512	0122 3179 0224	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM VISCONDE DE MAUA - RESENDE - RJ	S	4	2	40	0	100	37.500	84.000
17 512	0122 3179 0228	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 75 MIL HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - PORTO VELHO - RO	S	4	2	40	0	100	84.000	470.000
17 512	0122 3959	<b>IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA</b>	S	4	2	40	0	100	470.000	737.875
17 512	0122 3959 0014	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - MATA DE SAO JOAO - BA	S	4	2	40	0	100	50.000	50.000
17 512	0122 3959 0046	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - MERCEDES - PR	S	4	2	40	0	100	50.000	18.500
17 512	0122 3959 0052	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - SAO JOAO DO ARAGUAIA - PA	S	4	2	40	0	100	18.500	13.875
17 512	0122 3959 0054	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - SAO MIGUEL DO GUAMA - PA	S	4	2	40	0	100	13.875	18.500
17 512	0122 3959 0056	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - POCO REDONDO - SE	S	4	2	40	0	100	18.500	18.500
17 512	0122 3959 0058	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - ALDEIAS ALTAS - MA	S	4	2	40	0	100	18.500	35.000
17 512	0122 3959 0060	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - BURITI BRAVO - MA	S	4	2	40	0	100	35.000	35.000
17 512	0122 3959 0082	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - SAO JOAQUIM DA BARRA - SP	S	4	2	40	0	100	35.000	150.000
17 512	0122 3959 0088	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - IMPLANTACAO/AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO BAIRRO DE FERNAO VELHO/GOIABEIRA -	S	4	2	40	0	100	150.000	90.000



17 512	0122 3969 0036	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - CARAIBAS - BA	S	4	2	40	0	100	120.000 30.000
17 512	0122 3969 0038	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - GUARATINGA - BA	S	4	2	40	0	100	30.000 30.000
17 512	0122 3969 0042	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - IBOTIRAMA - BA	S	4	2	90	0	100	30.000 30.000
17 512	0122 3969 0044	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - LICINIO DE ALMEIDA - BA	S	4	2	40	0	100	30.000 30.000
17 512	0122 3969 0046	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - NOVA VICOSA - BA	S	4	2	40	0	100	30.000 30.000
17 512	0122 3969 0048	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - UTINGA - BA	S	4	2	40	0	100	30.000 30.000
17 512	0122 3969 0052	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - IBIRATAIA - BA	S	4	2	40	0	100	30.000 27.500
17 512	0122 3969 0054	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - PARACAMBI - RJ	S	4	2	40	0	100	27.500 2.500
17 512	0122 3969 0060	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - MATAO - SP	S	4	2	40	0	100	2.500 18.500
17 512	0122 3969 0066	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - GRACHO CARDOSO - SE	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	0122 3969 0068	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - NOSSA SENHORA DE LOURDES - SE	S	4	2	40	0	100	18.500 27.670
17 512	0122 3969 0070	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - NEOPOLIS - SE	S	4	2	40	0	100	27.670 18.500
17 512	0122 3969 0074	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - BOM JESUS DO GALHO - MG	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	0122 3969 0076	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - BOQUIRA - BA	S	4	2	40	0	100	18.500 304.000
17 512	0122 3969 0078	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - POCOES - BA	S	4	2	40	0	100	304.000 320.000
17 512	0122 3969 0080	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - ITABELA - BA	S	4	2	40	0	100	320.000 18.500
17 512	0122 3969 0082	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - BRASOPOLIS - MG	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	0122 3969 0086	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS	S	4	2	40	0	100	18.500 120.000



17 512	0122 3969 0100	COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - SILVA JARDIM - RJ	S	4	2	40	0	100	120.000 12.950
17 512	0122 3969 0112	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - SANTA ISABEL - SP	S	4	2	40	0	100	12.950 2.500
17 512	0122 3969 0118	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - JAGUARAO - RS	S	4	2	40	0	100	2.500 2.500
17 512	0122 3969 0130	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - CAPAO DO LEAO - RS	S	4	2	40	0	100	2.500 37.500
17 512	0122 3969 0134	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - PALMEIRA DO PIAUI - PI	S	4	2	40	0	100	37.500 37.500
17 512	0122 3969 0138	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - ELESBAO VELOSO - PI	S	4	2	40	0	100	37.500 37.500
17 512	0122 3969 0140	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - URUCUI - PI	S	4	2	40	0	100	37.500 37.500
17 512	0122 3969 0146	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - SAO JOAO - PE	S	4	2	40	0	100	37.500 18.500
17 512	0122 3969 0148	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - CANHOTINHO - PE	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	0122 3969 0150	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - ITAMBE - PE	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	0122 3969 0152	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - SALGUEIRO - PE	S	4	2	40	0	100	18.500 50.000
17 512	0122 3969 0154	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - BOM CONSELHO - PE	S	4	2	40	0	100	50.000 18.500
17 512	0122 3969 0156	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - ARACOIABA - PE	S	4	2	40	0	100	18.500 2.500
17 512	0122 3969 0158	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - BREJAO - PE	S	4	2	40	0	100	2.500 37.500
17 512	0122 3969 0160	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - CAETES - PE	S	4	2	40	0	100	37.500 18.500
17 512	0122 3969 0162	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	4	2	40	0	100	18.500 90.000
17 512	0122 3969 0164	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - CASTELO DO PIAUI - PI	S	4	2	40	0	100	90.000 35.000

17 512	0122 3969 0166	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - MANARI - PE	S	4	2	40	0	100	35.000 2.500
17 512	0122 3969 0168	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - SERTANIA - PE	S	4	2	40	0	100	2.500 18.500
17 512	0122 3969 0170	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - SIMOES - PI	S	4	2	40	0	100	18.500 30.000
17 512	0122 3969 0172	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - SANHARO - PE	S	4	2	40	0	100	30.000 2.500
17 512	0122 3969 0174	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - AMPARO DE SAO FRANCISCO - SE	S	4	2	40	0	100	2.500 2.500
17 512	0122 3969 0176	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - GROAIRAS - CE	S	4	2	40	0	100	2.500 18.500
17 512	0122 3969 0178	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - PIMENTEIRAS - PI	S	4	2	40	0	100	18.500 30.000
17 512	0122 3969 0180	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - ITABI - SE	S	4	2	40	0	100	30.000 18.500
17 512	0122 3969 0182	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - RIBEIRA DO PIAUI - PI	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	0122 3969 0184	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - PARAIPABA - CE	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	0122 3969 0186	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - JAPARATUBA - SE	S	4	2	40	0	100	18.500 32.500
17 512	0122 3969 0188	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - MALHADOR - SE	S	4	2	40	0	100	32.500 2.500
17 512	0122 3969 0190	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - AGUAS DE LINDOIA - SP	S	4	2	40	0	100	2.500 2.500
17 512	0122 3969 0196	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - LINDOIA - SP	S	4	2	40	0	100	2.500 2.500
17 512	0122 3969 0200	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - PEDRA LAVRADA - PB	S	4	2	40	0	100	2.500 18.500
17 512	0122 3969 0210	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - PIRAI - RJ	S	4	2	40	0	100	18.500 12.950
17 512	0122 3969 0216	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - SOLEDADE - RS	S	4	2	40	0	100	12.950 11.100
17 512	0122 3969 0222	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000	S	4	2	40	0	100	11.100 18.500

17 512	0122 3969 0224	HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - CACHOEIRAS DE MACACU - RJ	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	0122 3969 0230	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - PARAIBA DO SUL - RJ	S	4	2	40	0	100	18.500 90.000
17 512	0122 3969 0236	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - EM MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA	S	4	2	40	0	100	90.000 470.000
17 512	0122 3969 0238	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - EM MUNICIPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO	S	4	2	40	0	100	470.000 150.000
17 512	0122 3969 0246	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - LIVRAMENTO - PB	S	4	2	40	0	100	150.000 18.500
17 512	0122 3969 0248	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO NO POVOADO CHICO GOMES - AREIA BRANCA - SE	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	0122 3969 0250	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - SAO MIGUEL DO ALEIXO - SE	S	4	2	40	0	100	18.500 36.250
17 512	0122 3969 0252	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - ITAPORANGA D'AJUDA - SE	S	4	2	40	0	100	36.250 75.000
17 512	0122 3969 0254	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - POCO VERDE - SE	S	3	2	40	0	100	75.000 70.000
17 512	0122 3969 0256	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - PIATA - BA	S	4	2	40	0	100	70.000 285.000
17 512	0122 3969 0262	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - JOAO MONLEVADE - MG	S	4	2	40	0	100	285.000 2.500
17 512	0122 3969 0268	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - SUZANAPOLIS - SP	S	4	2	40	0	100	2.500 18.500
17 512	0122 3969 0270	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - MORRINHOS - GO	S	4	2	40	0	100	18.500 320.000
17 512	0122 3969 0276	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - CANINDE - CE	S	4	2	40	0	100	320.000 1.750
17 512	0122 3969 0278	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO NO LOT. LAURO ROCHA - SAO CRISTOVAO - SE	S	4	2	40	0	100	1.750 2.500
17 512	0122 3969 0280	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - ANHUMAS - SP	S	4	2	40	0	100	2.500 2.500
17 512	0122 3969 0282	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000	S	4	2	40	0	100	2.500 2.000

17 512	0122 3969 0284	HABITANTES - IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAJOBI - SP	S	3	2	40	0	100	2.000 11.100
17 512	0122 3969 0286	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARARAPES - SP	S	3	2	40	0	100	11.100 1.500
17 512	0122 3969 0288	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CASTILHO - SP	S	3	2	40	0	100	1.500 90.000
17 512	0122 3969 0290	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - REGENTE FEIJO - SP	S	4	2	40	0	100	90.000 11.100
17 512	0122 3969 0292	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MIRANDOPOLIS - SP	S	3	2	40	0	100	11.100 12.950
17 512	0122 3969 1598	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - TRES RIOS - RJ	S	3	2	40	0	100	12.950 2.500
17 512	0122 3969 1686	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - FAMA - MG	S	4	2	40	0	100	2.500 18.500
17 512	0122 3969 1750	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATE 75.000 HABITANTES - ACOES DE SANEAMENTO BASICO - RIO GRANDE DA SERRA - SP	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	0122 5876	<b>IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS</b>	S	4	2	40	0	100	18.500 <b>976.250</b>
17 512	0122 5876 0006	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - DUAS BARRAS - RJ	S	4	2	40	0	100	18.500 37.500
17 512	0122 5876 0008	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - CACHOEIRAS DE MACACU - RJ	S	4	2	40	0	100	37.500 75.000
17 512	0122 5876 0010	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - SAO FIDELIS - RJ	S	4	2	40	0	100	75.000 75.000
17 512	0122 5876 0012	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - ITAOCARA - RJ	S	4	2	40	0	100	75.000 37.500
17 512	0122 5876 0014	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - NATIVIDADE - RJ	S	4	2	40	0	100	37.500 50.000
17 512	0122 5876 0016	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ	S	4	2	40	0	100	50.000 18.500
17 512	0122 5876 0026	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS NO BAIRRO CENTRO/EMIL - PRUDENTE DE MORAIS - MG	S	4	2	40	0	100	18.500

17 512	0122 5876 0028	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS NA VILA MAGNOLIA - ARACUAÍ - MG	S	4	2	40	0	100	18.500
17 512	0122 5876 0030	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - MARTINS SOARES - MG	S	3	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	0122 5876 0032	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - SIMONESIA - MG	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	0122 5876 0034	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - CHAVANTES - SP	S	4	2	40	0	100	18.500 37.500
17 512	0122 5876 0038	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - ITAJU - SP	S	4	2	40	0	100	37.500 37.500
17 512	0122 5876 0040	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - MANTENOPOLIS - ES	S	4	2	40	0	100	37.500 18.500
17 512	0122 5876 0042	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - VASSOURAS - RJ	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	0122 5876 0044	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - CATALAO - GO	S	4	2	40	0	100	18.500 37.500
17 512	0122 5876 0048	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - ITATUBA - PB	S	4	2	40	0	100	37.500 18.500
17 512	0122 5876 0088	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - CUNHA - SP	S	4	2	40	0	100	18.500 150.000
17 512	0122 5876 0096	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - PONTAL - SP	S	4	2	40	0	100	150.000 50.000
17 512	0122 5876 0100	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - RIO REAL - BA	S	4	2	40	0	100	50.000 42.500
17 512	0122 5876 0102	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - COLATINA - ES	S	4	2	40	0	100	42.500 50.000
17 512	0122 5876 0104	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - VILA VELHA - ES	S	4	2	40	0	100	50.000 50.000
17 512	0122 5876 0110	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - ORLANDIA - SP	S	4	2	40	0	100	50.000 12.950
17 512	0122 5876 0116	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - BREJETUBA - ES	S	4	2	40	0	100	12.950 2.000
17 512	0122 5876 0118	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS - BOMBINHAS - SC	S	4	2	40	0	100	2.000 18.500
17 512	0122 5876 0120	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ESGOTOS -	S	4	2	40	0	100	18.500 50.000



		HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - LENÇÓIS - BA	F	4	2	40	0	179	14.400	14.400
16 482	0128 3958 0134	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - NOVA REDENÇÃO - BA	F	4	2	40	0	179	14.400	18.000
16 482	0128 3958 0136	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - UBATA - BA	F	4	2	40	0	179	18.000	5.805
16 482	0128 3958 0140	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES NO DISTRITO DE CASCAVEL - IBICOARA - BA	F	4	2	90	0	179	5.805	52.500
16 482	0128 3958 0154	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - TEREZÓPOLIS DE GOIÁS - GO	F	4	2	40	0	179	52.500	7.400
16 482	0128 3958 0156	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES - FLORIANÓPOLIS - SC	F	4	2	40	0	179	7.400	7.400
16 482	0128 3958 0176	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - SALDANHA MARINHO - RS	F	4	2	40	0	179	7.400	7.400
16 482	0128 3958 0178	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - RESTINGA SECA - RS	F	4	2	40	0	179	7.400	18.000
16 482	0128 3958 0186	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - SANTANA DO ARAGUÁIA - PA	F	4	2	40	0	179	18.000	37.500
16 482	0128 3958 0220	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - CAJUEIRO - AL	F	4	2	40	0	179	37.500	21.600
16 482	0128 3958 0222	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - CAPELA - AL	F	4	2	40	0	179	21.600	7.400
16 482	0128 3958 0224	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - CARNEIROS - AL	F	4	2	40	0	179	7.400	7.400
16 482	0128 3958 0226	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - JACARE DOS HOMENS - AL	F	4	2	40	0	179	7.400	7.400
16 482	0128 3958 0228	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - MONTEIROPÓLIS - AL	F	4	2	40	0	179	7.400	7.400
16 482	0128 3958 0230	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - MESSIAS - AL	F	4	2	40	0	179	7.400	7.400
16 482	0128 3958 0232	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - JACUIPE - AL	F	4	2	40	0	179	7.400	7.400
16 482	0128 3958 0234	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - RIO LARGO - AL	F	4	2	40	0	179	7.400	7.400
16 482	0128 3958 0236	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - OURO BRANCO - AL	F	4	2	40	0	179	7.400	7.400
16 482	0128 3958 0238	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - QUEBRANGULO - AL	F	4	2	40	0	179	7.400	5.065
16 482	0128 3958 0240	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - BARRA DE SÃO MIGUEL - AL	F	4	2	40	0	179	5.065	13.200
16 482	0128 3958 0244	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - CRAIBAS - AL	F	4	2	40	0	179	13.200	13.200
16 482	0128 3958 0246	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - PAO DE ACUCAR - AL	F	4	2	40	0	179	13.200	37.200
16 482	0128 3958 0248	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE	F	4	2	40	0	179	37.200	

		HABITACOES POPULARES - LIMOIRO DE ANADIA - AL	F	4	2	40	0	179	37.200
16 482	0128 3958 0250	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - POÇO DAS TRINCHEIRAS - AL							13.200
16 482	0128 3958 0252	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - NEOPOLIS - SE	F	4	2	40	0	179	13.200
									7.400
16 482	0128 3958 0254	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - SATUBA - AL	F	4	2	40	0	179	7.400
									13.200
16 482	0128 3958 0262	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - FELIZ DESERTO - AL	F	4	2	40	0	179	13.200
									67.500
16 482	0128 3958 0266	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - NOSSA SENHORA DE LOURDES - SE	F	4	2	40	0	179	67.500
									15.000
16 482	0128 3958 0268	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - NOSSA SENHORA DE LOURDES - SE	F	4	2	40	0	179	15.000
									15.000
16 482	0128 3958 0270	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - GRACHO CARDOSO - SE	F	4	2	40	0	179	15.000
									7.400
16 482	0128 3958 0272	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - GRACHO CARDOSO - SE	F	4	2	40	0	179	7.400
									7.400
16 482	0128 3958 0276	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - SAO MIGUEL DO ALEIXO - SE	F	4	2	40	0	179	7.400
									34.800
16 482	0128 3958 0278	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MACAMBIRA - SE	F	4	2	40	0	179	34.800
									30.465
16 482	0128 3958 0280	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MOITA BONITA - SE	F	4	2	40	0	179	30.465
									7.400
16 482	0128 3958 0282	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - ITABAIANINHA - SE	F	4	2	40	0	179	7.400
									19.865
16 482	0128 3958 0284	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - SANTA ROSA DE LIMA - SE	F	4	2	40	0	179	19.865
									42.000
16 482	0128 3958 0288	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - CANAPOLIS - MG	F	4	2	40	0	179	42.000
									24.000
16 482	0128 3958 0290	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - IPIACU - MG	F	4	2	40	0	179	24.000
									14.400
16 482	0128 3958 0292	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - CAPINOPOLIS - MG	F	4	2	40	0	179	14.400
									24.000
16 482	0128 3958 0296	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE NA VILA TRABALHADORES - ALTEROSA - MG	F	4	2	40	0	179	24.000
									7.400
16 482	0128 3958 0310	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - IACANGA - SP	F	4	2	40	0	179	7.400
									19.200
16 482	0128 3958 0314	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - BURITI ALEGRE - GO	F	4	2	40	0	179	19.200
									75.000
16 482	0128 3958 0318	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - FERNANDES PINHEIRO - PR	F	4	2	40	0	179	75.000
									14.400
16 482	0128 3958 0322	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CEU AZUL - PR	F	4	2	40	0	179	14.400
									13.200
			F	4	2	40	0	179	13.200



16 482	0128 3958 0324	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL									75.000
16 482	0128 3958 0332	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACÕES POPULARES - ARROIO GRANDE - RS	F	4	2	40	0	179			75.000 5.805
16 482	0128 3958 0340	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - SÃO JULIAO - PI	F	4	2	40	0	179			5.805 24.000
16 482	0128 3958 0342	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MONTE DO CARMO - TO	F	4	2	40	0	179			24.000 5.435
16 482	0128 3958 0344	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - PEDRO CANARIO - ES	F	4	2	40	0	179			5.435 7.400
16 482	0128 3958 0346	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MONTANHA - ES	F	4	2	40	0	179			7.400 6.847
16 482	0128 3958 0348	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - FATIMA - TO	F	4	2	40	0	179			6.847 5.435
16 482	0128 3958 0360	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - GAMELEIRA - PE	F	4	2	40	0	179			5.435 7.400
16 482	0128 3958 0364	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACÕES POPULARES - JUPI - PE	F	4	2	40	0	179			7.400 18.000
16 482	0128 3958 0366	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - JUREMA - PI	F	4	2	40	0	179			18.000 7.400
16 482	0128 3958 0368	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACÕES POPULARES - SÃO SIMÃO - GO	F	4	2	40	0	179			7.400 7.400
16 482	0128 3958 0370	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - GRACHO CARDOSO - SE	F	4	2	40	0	179			7.400 7.400
16 482	0128 3958 0374	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - SÃO JOÃO DO ARRAIAL - PI	F	4	2	40	0	179			31.400 31.400
16 482	0128 3958 0376	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	4	2	40	0	179			31.400 60.000
16 482	0128 3958 0378	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACÕES POPULARES - PARA DE MINAS - MG	F	4	2	40	0	179			60.000 7.400
16 482	0128 3958 0380	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MARCO - CE	F	4	2	90	0	179			7.400 13.200
16 482	0128 3958 0382	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - DEMERVAL LOBAO - PI	F	4	2	40	0	179			13.200 7.400
16 482	0128 3958 0384	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CRISTIANOPOLIS - GO	F	4	2	40	0	179			7.400 7.400
16 482	0128 3958 0386	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - TAMBORIL - CE	F	4	2	40	0	179			7.400 7.400
16 482	0128 3958 0388	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CRIXAS - GO	F	4	2	40	0	179			7.400 7.400
16 482	0128 3958 0392	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACÕES POPULARES - VICENTINA - MS	F	4	2	40	0	179			7.400 7.400
16 482	0128 3958 0394	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE	F	4	2	40	0	179			7.400 13.200

16 482	0128 3958 0396	HABILABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABILABILIDADE - CARIDADE - CE	F	4	2	40	0	179	13.200 7.400
16 482	0128 3958 0398	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - VICENTINOPOLIS - GO	F	4	2	40	0	179	7.400 7.400
16 482	0128 3958 0400	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - SIDROLANDIA - MS	F	4	2	40	0	179	7.400 7.400
16 482	0128 3958 0402	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES NO DISTRITO NILOPOLIS - CACHOEIRA DOURADA - GO	F	4	2	40	0	179	7.400 7.400
16 482	0128 3958 0406	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - ARAL MOREIRA - MS	F	4	2	40	0	179	7.400 7.400
16 482	0128 3958 0408	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - ANGELICA - MS	F	4	2	40	0	179	7.400 7.400
16 482	0128 3958 0410	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - BRASILANDIA - MS	F	4	2	40	0	179	7.400 7.400
16 482	0128 3958 0412	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - TURVELANDIA - GO	F	4	2	40	0	179	7.400 7.400
16 482	0128 3958 0414	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - SOLANEA - PB	F	4	2	40	0	179	7.400 24.000
16 482	0128 3958 0418	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - SAO DOMINGOS DO CARIRI - PB	F	4	2	40	0	179	24.000 7.400
16 482	0128 3958 0420	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - ACREUNA - GO	F	4	2	40	0	179	7.400 24.000
16 482	0128 3958 0430	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - RIACHAO - PB	F	4	2	40	0	179	24.000 7.400
16 482	0128 3958 0432	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - RIACHAO DO BACAMARTE - PB	F	4	2	40	0	179	7.400 7.400
16 482	0128 3958 0434	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE NO DISTRITO DE MATA REDONDA - ALHANDRA - PB	F	4	2	40	0	179	7.400 42.000
16 482	0128 3958 0438	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - COELHO NETO - MA	F	4	2	40	0	179	42.000 7.400
16 482	0128 3958 0440	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - CAJAZEIRINHAS - PB	F	4	2	40	0	179	7.400 17.520
16 482	0128 3958 0442	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - GURJAO - PB	F	4	2	40	0	179	17.520 36.000
16 482	0128 3958 0444	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - RESENDE - RJ	F	4	2	40	0	179	36.000 18.000
16 482	0128 3958 0466	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - GOIANIA - GO	F	4	2	40	0	179	18.000 37.500
16 482	0128 3958 0470	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - ATILIO VIVACQUA - ES	F	4	2	40	0	179	37.500 67.500
16 482	0128 3958 0472	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABILABILIDADE - NO ESTADO DA BAHIA	F	4	2	40	0	179	67.500

16 482	0128 3958 0474	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - LAGOA FORMOSA - MG.									7.400
16 482	0128 3958 0478	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - BARROLANDIA - TO	F	4	2	40	0	179			7.400 24.000
16 482	0128 3958 0500	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - TIO HUGO - RS	F	4	2	40	0	179			24.000 7.400
16 482	0128 3958 0518	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - SANTA TEREZA DO TOCANTINS - TO	F	4	2	40	0	179			7.400 7.400
16 482	0128 3958 0522	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - FARROUPILHA - RS	F	4	2	40	0	179			7.400 7.400
16 482	0128 3958 0552	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - SANTA RITA DO TOCANTINS - TO	F	4	2	40	0	179			7.400 5.435
16 482	0128 3958 0610	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - IGARASSU - PE	F	4	2	40	0	179			5.435 18.000
16 482	0128 3958 0648	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - PATOS DE MINAS - MG	F	4	2	40	0	179			18.000 24.000
16 482	0128 3958 0660	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - SANTA ROSA DA SERRA - MG	F	4	2	40	0	179			24.000 7.400
16 482	0128 3958 0684	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - FEIRA NOVA - PE	F	4	2	40	0	179			7.400 7.400
16 482	0128 3958 0692	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - NOVA ROSALANDIA - TO	F	4	2	40	0	179			7.400 5.435
16 482	0128 3958 0714	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - ARRAIAS - TO	F	4	2	40	0	179			5.435 7.400
16 482	0128 3958 0738	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES URBANAS E RURAIS PARA POPULAÇÕES CARENTES - NOVA VENEZIA - ES	F	4	2	40	0	179			7.400 24.000
16 482	0128 3958 0744	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - PANCAS - ES	F	4	2	40	0	179			24.000 7.400
16 482	0128 3958 0746	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE EM MORADIAS PRECARIAS - VILA VELHA - ES	F	4	2	40	0	179			7.400 18.000
16 482	0128 3958 0756	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MERUOCA - CE	F	4	2	40	0	179			18.000 16.800
16 482	0128 3958 0762	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - RIO DAS FLORES - RJ	F	4	2	40	0	179			16.800 24.000
16 482	0128 3958 0766	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - TABATINGA - AM	F	4	2	40	0	179			24.000 390.000
16 482	0128 3958 0770	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - EM MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA	F	4	2	40	0	179			390.000 24.000
16 482	0128 3958 0782	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - ITAGIMIRIM - BA	F	4	2	40	0	179			24.000 52.500
16 482	0128 3958 0802	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	F	4	2	40	0	179			24.000 91.000
16 482	0128 3958 0818	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE -	F	4	2	40	0	179			91.000 75.000

		CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES	F	4	2	40	0	179	75.000
16 482	0128 3958 0820	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - PEDRO CANARIO - ES							7.400
16 482	0128 3958 0830	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - RECONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - TEIXEIRA - PB	F	4	2	40	0	179	7.400
									18.000
16 482	0128 3958 0832	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES NO BAIRRO SANTA RITA/1. MAIO - VILA VELHA - ES	F	4	2	40	0	179	18.000
									34.500
16 482	0128 3958 0834	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - FORTALEZA - CE	F	4	2	40	0	179	34.500
									60.000
16 482	0128 3958 0836	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - BOA HORA - PI	F	4	2	30	0	179	60.000
									24.000
16 482	0128 3958 0846	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - JOAQUIM PIRES - PI	F	4	2	40	0	179	24.000
									18.000
16 482	0128 3958 0856	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - VARZEA GRANDE - PI	F	4	2	40	0	179	18.000
									7.400
16 482	0128 3958 0860	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CAJAZEIRAS DO PIAUI - PI	F	4	2	40	0	179	7.400
									7.400
16 482	0128 3958 0862	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - JULIO BORGES - PI	F	4	2	40	0	179	7.400
									18.000
16 482	0128 3958 0864	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - SANTA CRUZ - PB	F	4	2	40	0	179	18.000
									7.400
16 482	0128 3958 0884	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - PAULO JACINTO - AL	F	4	2	40	0	179	7.400
									7.400
16 482	0128 3958 0886	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - AQUIDABA - SE	F	4	2	40	0	179	7.400
									7.400
16 482	0128 3958 0888	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CARIRA - SE	F	4	2	40	0	179	7.400
									7.400
16 482	0128 3958 0890	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - LARANJEIRAS - SE	F	4	2	40	0	179	7.400
									14.400
16 482	0128 3958 0892	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - JEQUIA DA PRAIA - AL	F	4	2	40	0	179	14.400
									7.400
16 482	0128 3958 0894	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - PIRAMBU - SE	F	4	2	40	0	179	7.400
									5.805
16 482	0128 3958 0896	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUÇÃO DE HABITACOES POPULARES - MACAMBIRA - SE	F	4	2	40	0	179	5.805
									18.000
16 482	0128 3958 0898	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - POÇO VERDE - SE	F	4	2	40	0	179	18.000
									16.800
16 482	0128 3958 0902	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - NOSSA SENHORA DAS DORES - SE	F	4	2	40	0	179	16.800
									6.545
16 482	0128 3958 0904	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - ITAPORANGA D'AJUDA - SE	F	4	2	40	0	179	6.545
									75.000
16 482	0128 3958 0906	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - ITAMBE - BA	F	4	2	40	0	179	75.000
									45.000
			F	4	2	40	0	179	45.000

16 482	0128 3958 0908	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - ACOES DE URBANIZACAO EM FAVELAS - NITEROI - RJ	F	4	2	40	0	179	45.000
16 482	0128 3958 0910	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - POTIRAGUA - BA	F	4	2	40	0	179	45.000 24.000
16 482	0128 3958 0914	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - LUZ - MG	F	4	2	40	0	179	24.000 24.000
16 482	0128 3958 0938	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - FATIMA DO SUL - MS	F	4	2	40	0	179	24.000 24.000
16 482	0128 3958 0942	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - EM MUNICIPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	4	2	40	0	179	24.000 24.000
16 482	0128 3958 0948	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - ESPERANCA NOVA - PR	F	4	2	40	0	179	24.000 7.400
16 482	0128 3958 0950	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - SANTA MARIA - RS	F	4	2	40	0	179	7.400 75.000
16 482	0128 3958 0960	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - COLONIA DO GURGUEIA - PI	F	4	2	40	0	179	75.000 18.000
16 482	0128 3958 0962	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUCAO DE HABITACOES POPULARES - PRESIDENTE NEREU - SC	F	4	2	40	0	179	18.000 7.400
16 482	0128 3958 0964	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MANOEL EMIDIO - PI	F	4	2	40	0	179	7.400 18.000
16 482	0128 3958 0976	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUCAO DE HABITACOES POPULARES - UNIAO DOS PALMARES - AL	F	4	2	40	0	179	18.000 7.400
16 482	0128 3958 0978	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - CONSTRUCAO DE HABITACOES POPULARES - ARAPIRACA - AL	F	4	2	40	0	179	7.400 60.000
16 482	0128 3958 0982	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - SANTA ROSA DA SERRA - MG	F	4	2	40	0	179	60.000 5.805
16 482	0128 3958 0984	MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - MELHORIA DAS CONDICÕES DE HABITABILIDADE - VISCONDE DO RIO BRANCO - MG	F	4	2	40	0	179	5.805 18.000
			F	4	2	40	0	179	18.000

0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA

11.933.713

		PROJETOS							
15 451	0805 1920	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA							10.422.263
15 451	0805 1920 0004	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BIGUACU - SC	F	4	2	40	0	100	20.400
15 451	0805 1920 0008	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORTO UNIAO - SC	F	4	2	40	0	100	20.400 7.400
15 451	0805 1920 0010	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALTO PARAISO DE GOIAS - GO	F	4	2	40	0	100	7.400 60.000
15 451	0805 1920 0014	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MATA ROMA - MA	F	4	2	40	0	100	60.000 12.600
15 451	0805 1920 0026	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FLORIANO PEIXOTO - RS	F	4	2	40	0	100	12.600 6.660
			F	4	2	40	0	100	6.660

15 451	0805 1920 0028	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RONDINHA - RS									5.920
			F	4	2	40	0	100			5.920
15 451	0805 1920 0052	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CHA GRANDE - PE									7.400
			F	4	2	40	0	100			7.400
15 451	0805 1920 0078	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OBRAS DE CALCAMENTO - PALMEIRINA - PE									7.400
			F	4	2	40	0	100			7.400
15 451	0805 1920 0080	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PALMEIRINA - PE									7.400
			F	4	2	40	0	100			7.400
15 451	0805 1920 0092	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIBEIROPOLIS - SE									7.400
			F	4	2	40	0	100			5.550
15 451	0805 1920 0104	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - EM MUNICIPIOS DO ESTADO DA BAHIA									105.000
			F	4	2	99	0	100			105.000
15 451	0805 1920 0114	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM TAMBOR - VERTENTE DO LERIO - PE									7.400
			F	4	2	40	0	100			60.000
15 451	0805 1920 0116	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IATI - PE									60.000
			F	4	2	40	0	100			45.000
15 451	0805 1920 0118	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO GONCALO - RJ									45.000
			F	4	2	40	0	100			24.000
15 451	0805 1920 0120	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAPERUNA - RJ									24.000
			F	4	2	40	0	100			18.000
15 451	0805 1920 0124	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGUAU - BA									18.000
			F	4	2	40	0	100			7.400
15 451	0805 1920 0126	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONSTRUCAO DE PASSARELA NA AVENIDA EDUARDO FROES - FEIRA DE SANTANA - BA									7.400
			F	4	2	40	0	100			7.400
15 451	0805 1920 0130	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OLINDA - PE									7.400
			F	4	2	40	0	100			5.180
15 451	0805 1920 0132	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAPICURU - BA									5.180
			F	4	2	40	0	100			16.800
15 451	0805 1920 0136	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM B. OVIDIO TEIXEIRA- CAETITE - BA									16.800
			F	4	2	40	0	100			15.600
15 451	0805 1920 0138	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM NOVA CALIFORNIA - ITABUNA - BA									15.600
			F	4	2	40	0	100			14.400
15 451	0805 1920 0140	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JEQUIE - BA									14.400
			F	4	2	40	0	100			6.660
15 451	0805 1920 0142	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALAGOINHAS - BA									6.660
			F	4	2	40	0	100			7.400
15 451	0805 1920 0144	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO BONITO - RJ									7.400
			F	4	2	40	0	100			7.400
15 451	0805 1920 0172	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM M. SANTO ANTONIO - ANGRA DOS REIS - RJ									7.400
			F	4	2	40	0	100			7.400

15 451	0805 1920 0176	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LUZIANIA - GO	F	4	2	40	0	100	37.500
15 451	0805 1920 0182	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGUNA - SC	F	4	2	40	0	100	37.500 60.000
15 451	0805 1920 0184	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO MORRO DA CARIOCA - ANGRA DOS REIS - RJ	F	4	2	40	0	100	60.000 7.400
15 451	0805 1920 0186	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NILOPOLIS - RJ	F	4	2	40	0	100	7.400 14.800
15 451	0805 1920 0188	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAJAI - SC	F	4	2	40	0	100	14.800 67.400
15 451	0805 1920 0192	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BLUMENAU - SC	F	4	2	40	0	100	67.400 45.000
15 451	0805 1920 0194	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GASPAR - SC	F	4	2	40	0	100	45.000 14.400
15 451	0805 1920 0198	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAPITAO ANDRADE - MG	F	4	2	40	0	100	14.400 6.660
15 451	0805 1920 0200	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAPUTIRA - MG	F	4	2	40	0	100	6.660 6.660
15 451	0805 1920 0202	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CATAS ALTAS - MG	F	4	2	40	0	100	6.660 5.180
15 451	0805 1920 0206	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PECANHA - MG	F	4	2	40	0	100	5.180 6.660
15 451	0805 1920 0210	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PEDRA BONITA - MG	F	4	2	40	0	100	6.660 14.400
15 451	0805 1920 0216	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PINGO D'AGUA - MG	F	4	2	40	0	100	14.400 14.400
15 451	0805 1920 0218	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NO ESTADO DA BAHIA	F	4	2	40	0	100	14.400 175.000
15 451	0805 1920 0248	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INDAIAL - SC	F	4	2	40	0	100	175.000 42.000
15 451	0805 1920 0250	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DOURADOS - MS	F	4	2	40	0	100	42.000 75.000
15 451	0805 1920 0252	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - POMERODE - SC	F	4	2	40	0	100	75.000 7.400
15 451	0805 1920 0254	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - POMERODE - SC	F	4	2	40	0	100	7.400 7.400
15 451	0805 1920 0256	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TIMBO - SC	F	4	2	40	0	100	7.400 24.000
15 451	0805 1920 0266	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FATIMA - TO	F	4	2	40	0	100	24.000 75.000
15 451	0805 1920 0286	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-	F	4	2	40	0	100	75.000 108.500

			ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORTO NACIONAL - TO	F	4	2	40	0	100	108.500 24.000
15 451	0805 1920 0288		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TUCUMA - PA	F	4	2	40	0	100	24.000 18.000
15 451	0805 1920 0292		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTANA DO ARAGUAIA - PA	F	4	2	40	0	100	18.000 15.600
15 451	0805 1920 0296		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FARO - PA	F	4	2	40	0	100	15.600 349.500
15 451	0805 1920 0318		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - EM MUNICIPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	4	2	40	0	100	349.500 24.000
15 451	0805 1920 0320		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	4	2	40	0	100	24.000 157.500
15 451	0805 1920 0334		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARACAJU - SE	F	4	2	40	0	100	157.500 17.400
15 451	0805 1920 0336		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTACAO NO BAIRRO PARQUE VERDE - BELEM - PA	F	4	2	40	0	100	17.400 4.070
15 451	0805 1920 0338		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO PRATINHA - BELEM - PA	F	4	2	40	0	100	4.070 31.500
15 451	0805 1920 0342		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TERRAPLANAGEM DE RUAS DO BAIRRO DA PRATINHA - BELEM - PA	F	4	2	40	0	100	31.500 6.660
15 451	0805 1920 0346		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PAVIMENTACAO CAPA CELANTE DA RUA A DO CONJ. PEDRO TEIXEIRA II - BELEM - PA	F	4	2	40	0	100	6.660 6.438
15 451	0805 1920 0352		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DRENAGEM NA RUA CUSTODIO DE ALMEIDA NO BAIRRO PARQUE VERD - BELEM - PA	F	4	2	40	0	100	6.438 5.920
15 451	0805 1920 0368		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	F	4	2	40	0	100	5.920 7.400
15 451	0805 1920 0382		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CRAIBAS - AL	F	4	2	40	0	100	7.400 13.200
15 451	0805 1920 0384		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PAO DE ACUCAR - AL	F	4	2	40	0	100	13.200 13.200
15 451	0805 1920 0386		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LIMOEIRO DE ANADIA - AL	F	4	2	40	0	100	13.200 7.400
15 451	0805 1920 0388		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - POCO DAS TRINCHEIRAS - AL	F	4	2	40	0	100	7.400 13.200
15 451	0805 1920 0390		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SATUBA - AL	F	4	2	40	0	100	13.200 7.400
15 451	0805 1920 0404		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - UBAITABA - BA	F	4	2	40	0	100	7.400



15 451	0805 1920 0408	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA DOS COQUEIROS - SE									60.000
15 451	0805 1920 0412	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CACHOEIRA DOURADA - MG	F	4	2	40	0	100			60.000 5.920
15 451	0805 1920 0414	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAOBIM - MG	F	4	2	40	0	100			5.920 7.400
15 451	0805 1920 0416	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CENTRALINA - MG	F	4	2	40	0	100			7.400 69.000
15 451	0805 1920 0418	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAPAGIPE - MG	F	4	2	40	0	100			69.000 7.400
15 451	0805 1920 0424	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - EM MUNICIPOS DO ESTADO DA BAHIA	F	4	2	40	0	100			7.400 45.000
15 451	0805 1920 0430	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GURINHATA - MG	F	4	2	40	0	100			45.000 14.400
15 451	0805 1920 0432	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACAIACA - MG	F	4	2	40	0	100			14.400 7.400
15 451	0805 1920 0434	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TIMOTEO - MG	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 0436	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALVINOPOLIS - MG	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 0438	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARBONITA - MG	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 0440	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FORMIGA - MG	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 0442	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA ERA - MG	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 0444	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOM JESUS DO GALHO - MG	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 0446	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANDRADAS - MG	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 0448	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VILA VELHA - ES	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 0456	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIRAI - RJ	F	4	2	40	0	100			7.400 135.000
15 451	0805 1920 0458	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PAVIMENTACAO/ASFALTAMENTO EM PORTO DA ALDEIA - SAO PEDRO DA ALDEIA - RJ	F	4	2	40	0	100			135.000 75.000
15 451	0805 1920 0460	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA IGUACU - RJ	F	4	2	40	0	100			75.000 75.000
15 451	0805 1920 0466	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITUPEVA - SP	F	4	2	40	0	100			75.000 24.000

15 451	0805 1920 0468	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM JARDIM DAS FLORES - CANITAR - SP	F	4	2	40	0	100	24.000 5.920
15 451	0805 1920 0470	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM LAGOA DO BARREIRO - MAIRIPORA - SP	F	4	2	40	0	100	5.920 18.000
15 451	0805 1920 0474	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM PIMENTAS - GUARULHOS - SP	F	4	2	40	0	100	18.000 5.920
15 451	0805 1920 0476	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PINDORAMA - SP	F	4	2	40	0	100	5.920 7.400
15 451	0805 1920 0478	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FRANCO DA ROCHA - SP	F	4	2	40	0	100	7.400 24.000
15 451	0805 1920 0484	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS DO INTERIOR - NO ESTADO DE SAO PAULO	F	4	2	40	0	100	24.000 18.000
15 451	0805 1920 0488	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PAVIMENTACAO - ARARAQUARA - SP	F	4	2	40	0	100	18.000 24.000
15 451	0805 1920 0490	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MATAO - SP	F	4	2	40	0	100	24.000 45.000
15 451	0805 1920 0494	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO CARLOS - SP	F	4	2	40	0	100	45.000 5.180
15 451	0805 1920 0498	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CASTELANDIA - GO	F	4	2	40	0	100	5.180 60.000
15 451	0805 1920 0506	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NO ESTADO DE MATO GROSSO	F	4	2	40	0	100	60.000 24.000
15 451	0805 1920 0510	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BOM JESUS DE GOIAS - GO	F	4	2	40	0	100	24.000 140.000
15 451	0805 1920 0512	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INACIOLANDIA - GO	F	4	2	40	0	100	140.000 24.000
15 451	0805 1920 0538	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NO ESTADO DO PARANA	F	4	2	40	0	100	24.000 75.000
15 451	0805 1920 0542	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JOACABA - SC	F	4	2	40	0	100	75.000 5.550
15 451	0805 1920 0544	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FRAIBURGO - SC	F	4	2	40	0	100	5.550 4.070
15 451	0805 1920 0546	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PONTE SERRADA - SC	F	4	2	40	0	100	4.070 5.180
15 451	0805 1920 0552	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TREZE ILIAS - SC	F	4	2	40	0	100	5.180 5.920
15 451	0805 1920 0592	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CABIXI - RO	F	4	2	40	0	100	5.920 7.400

15 451	0805 1920 0602	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARAGOMINAS - TO	F	4	2	40	0	100	7.400 7.400
15 451	0805 1920 0604	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BANDEIRANTES DO TOCANTINS - TO	F	4	2	40	0	100	7.400 5.550
15 451	0805 1920 0606	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BABACULANDIA - TO	F	4	2	40	0	100	5.550 5.550
15 451	0805 1920 0608	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARROLANDIA - TO	F	4	2	40	0	100	5.550 7.400
15 451	0805 1920 0612	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA OLINDA - TO	F	4	2	40	0	100	7.400 7.400
15 451	0805 1920 0614	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - WANDERLANDIA - TO	F	4	2	40	0	100	7.400 5.550
15 451	0805 1920 0616	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CEREJEIRAS - RO	F	4	2	40	0	100	5.550 7.400
15 451	0805 1920 0620	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARAGUAINA - TO	F	4	2	40	0	100	7.400 67.500
15 451	0805 1920 0622	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DIVINOPOLIS DO TOCANTINS - TO	F	4	2	40	0	100	67.500 18.000
15 451	0805 1920 0624	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PORTO NACIONAL - TO	F	4	2	40	0	100	18.000 45.000
15 451	0805 1920 0626	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALIANCA DO TOCANTINS - TO	F	4	2	40	0	100	45.000 5.550
15 451	0805 1920 0628	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GURUPI - TO	F	4	2	40	0	100	5.550 24.000
15 451	0805 1920 0630	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANANAS - TO	F	4	2	40	0	100	24.000 5.550
15 451	0805 1920 0634	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO LUIZ - RR	F	4	2	40	0	100	5.550 71.250
15 451	0805 1920 0636	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PLACAS - PA	F	4	2	40	0	100	71.250 7.400
15 451	0805 1920 0640	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO DOMINGOS DO ARAGUAIÁ - PA	F	4	2	40	0	100	7.400 7.400
15 451	0805 1920 0644	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BREU BRANCO - PA	F	4	2	40	0	100	7.400 7.400
15 451	0805 1920 0648	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA PRACA DE VASSOURAS - VASSOURAS - RJ	F	4	2	40	0	100	7.400 7.400
15 451	0805 1920 0652	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PATOS DE MINAS - MG	F	4	2	40	0	100	7.400 120.000
15 451	0805 1920 0654	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU	F	4	2	40	0	100	120.000 5.550



			ESTRUTURA URBANA - NOVA ALVORADA DO SUL - MS	F	4	2	40	0	100	18.000
15 451	0805 1920 0708		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO BRILHANTE - MS	F	4	2	40	0	100	25.400
15 451	0805 1920 0710		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CASSILANDIA - MS	F	4	2	40	0	100	25.400
15 451	0805 1920 0714		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGUNA CARAPA - MS	F	4	2	40	0	100	18.000
15 451	0805 1920 0716		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PROPRIA - SE	F	4	2	40	0	100	14.800
15 451	0805 1920 0718		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM CAMPOS SALES - CE	F	4	2	40	0	100	18.000
15 451	0805 1920 0720		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TERENOS - MS	F	4	2	40	0	100	5.920
15 451	0805 1920 0722		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARACAJU - SE	F	4	2	40	0	100	18.000
15 451	0805 1920 0724		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NIQUELANDIA - GO	F	4	2	40	0	100	122.500
15 451	0805 1920 0726		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MIRANDA - MS	F	4	2	40	0	100	7.400
15 451	0805 1920 0728		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ORIZONA - GO	F	4	2	40	0	100	74.900
15 451	0805 1920 0730		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MOMBACA - CE	F	4	2	40	0	100	7.400
15 451	0805 1920 0734		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO LUIZ DO NORTE - GO	F	4	2	40	0	100	7.400
15 451	0805 1920 0736		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FATIMA DO SUL - MS	F	4	2	40	0	100	7.400
15 451	0805 1920 0738		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - COXIM - MS	F	4	2	40	0	100	24.200
15 451	0805 1920 0740		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BATAGUASSU - MS	F	4	2	40	0	100	70.500
15 451	0805 1920 0742		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANAURILANDIA - MS	F	4	2	40	0	100	7.400
15 451	0805 1920 0744		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO LOURENCO DA MATA - PE	F	4	2	40	0	100	18.000
15 451	0805 1920 0746		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPINA GRANDE - PB	F	4	2	40	0	100	91.875
15 451	0805 1920 0748		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MINACU - GO	F	4	2	40	0	100	57.000
				F	4	2	40	0	100	7.400

15 451	0805 1920 0750	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO DOMINGOS - GO									7.400
15 451	0805 1920 0752	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TEREZOPOLIS DE GOIAS - GO	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 0754	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NAVIRAI - MS	F	4	2	40	0	100			7.400 14.800
15 451	0805 1920 0756	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PAUDALHO - PE	F	4	2	40	0	100			14.800 45.000
15 451	0805 1920 0760	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MARACAJU - MS	F	4	2	40	0	100			45.000 59.800
15 451	0805 1920 0762	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AMAMBAI - MS	F	4	2	40	0	100			59.800 7.400
15 451	0805 1920 0766	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AQUIDAUANA - MS	F	4	2	40	0	100			7.400 25.400
15 451	0805 1920 0776	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SELVIRIA - MS	F	4	2	40	0	100			25.400 7.400
15 451	0805 1920 0784	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PONTA PORA - MS	F	4	2	40	0	100			7.400 24.000
15 451	0805 1920 0786	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CHAPADINHA - MA	F	4	2	40	0	100			24.000 16.800
15 451	0805 1920 0788	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CANDIDO MENDES - MA	F	4	2	40	0	100			16.800 16.800
15 451	0805 1920 0792	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO DA URCA - RIO DE JANEIRO - RJ	F	4	2	40	0	100			16.800 24.000
15 451	0805 1920 0794	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NO ESTADO DA BAHIA	F	4	2	40	0	100			24.000 300.000
15 451	0805 1920 0798	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO JOSE DE PIRANHAS - PB	F	4	2	30	0	100			300.000 4.440
15 451	0805 1920 0802	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - EM MUNICIPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	4	2	40	0	100			4.440 340.000
15 451	0805 1920 0806	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BELMONTE - BA	F	4	2	40	0	100			340.000 75.000
15 451	0805 1920 0812	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA ILHA DO FUNDAO - RIO DE JANEIRO - RJ	F	4	2	40	0	100			75.000 39.000
15 451	0805 1920 0834	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MANHUACU - MG	F	4	2	40	0	100			39.000 7.400
15 451	0805 1920 0842	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JANAUBA - MG	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 0844	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITURAMA - MG	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400

15 451	0805 1920 0854	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA LUZIA - MG	F	4	2	40	0	100	7.400 7.400
15 451	0805 1920 0870	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PEDRAS DE MARIA DA CRUZ - MG	F	4	2	40	0	100	7.400 7.400
15 451	0805 1920 0892	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SALVADOR - BA	F	4	2	40	0	100	7.400 99.000
15 451	0805 1920 0898	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALTO PARAISO DE GOIAS - GO	F	4	2	40	0	100	75.000 24.000 7.400
15 451	0805 1920 0904	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA, INTERLIGACOES DE AREAS URBANAS E DE ADEQUACAO DE VIAS - TUCURUT - PA	F	4	2	40	0	100	7.400 45.000
15 451	0805 1920 0922	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VALPARAISO DE GOIAS - GO	F	4	2	40	0	100	45.000 45.000
15 451	0805 1920 0926	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	4	2	40	0	100	45.000 18.000
15 451	0805 1920 0934	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAGOA FORMOSA - MG	F	4	2	40	0	100	18.000 7.400
15 451	0805 1920 0936	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTA BARBARA DO SUL - RS	F	4	2	40	0	100	7.400 5.920
15 451	0805 1920 1004	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA DO TURVO - SP	F	4	2	40	0	100	5.920 60.000
15 451	0805 1920 1018	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGARACU DO TIETE - SP	F	4	2	40	0	100	60.000 5.180
15 451	0805 1920 1028	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IARAS - SP	F	4	2	40	0	100	5.180 24.000
15 451	0805 1920 1060	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO	F	4	2	40	0	100	24.000 18.000
15 451	0805 1920 1068	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIRAPEMAS - MA	F	4	2	40	0	100	18.000 18.000
15 451	0805 1920 1076	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SERRA - ES	F	4	2	40	0	100	18.000 75.000
15 451	0805 1920 1080	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA-CALCAMENTO - MARACAS - BA	F	4	2	40	0	100	75.000 40.500
15 451	0805 1920 1082	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FREDERICO WESTPHALEN - RS	F	4	2	40	0	100	40.500 7.400
15 451	0805 1920 1092	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA-REFORMA DE PRACAS - NILOPOLIS - RJ	F	4	2	40	0	100	7.400 5.920
			F	4	2	40	0	100	5.920

15 451	0805 1920 1094	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VALE DO PARAISO - RO									7.400
15 451	0805 1920 1100	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - QUEIMADOS - RJ	F	4	2	40	0	100			7.400 140.000
15 451	0805 1920 1112	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CALCAMENTO DE DIVERSAS RUAS NA SEDE DO MUNICIPIO - AMELIA RODRIGUES - BA	F	4	2	40	0	100			140.000 61.500
15 451	0805 1920 1118	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OBRAS DE CALCAMENTO - ITAPEBI - BA	F	4	2	40	0	100			61.500 16.800
15 451	0805 1920 1122	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTOPOLIS DO AGUAPEI - SP	F	4	2	40	0	100			16.800 7.400
15 451	0805 1920 1124	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRETOS - SP	F	4	2	40	0	100			7.400 45.000
15 451	0805 1920 1126	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO DO TANQUE - ATIBAIA - SP	F	4	2	40	0	100			45.000 60.000
15 451	0805 1920 1130	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LOURDES - SP	F	4	2	40	0	100			60.000 5.180
15 451	0805 1920 1138	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MANGARATIBA - RJ	F	4	2	40	0	100			5.180 45.000
15 451	0805 1920 1184	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIACATU - SP	F	4	2	40	0	100			45.000 7.400
15 451	0805 1920 1194	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA VILA SANTO ANTONIO, RUA SANTO ANTONIO - RIO GRANDE DA SERRA - SP.	F	4	2	40	0	100			7.400 4.440
15 451	0805 1920 1196	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NA ESTRADA DO CONTORNO E NESTOR RIBEIRO FERREIRA-CONSERVATORIA - VALENCA - RJ	F	4	2	40	0	100			4.440 24.000
15 451	0805 1920 1204	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO NOVA COLONIA - PORTO REAL - RJ	F	4	2	40	0	100			24.000 7.400
15 451	0805 1920 1222	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CHAPADAO DO SUL - MS	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 1228	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AGUA CLARA - MS	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 1230	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JARDIM - MS	F	4	2	40	0	100			7.400 68.900
15 451	0805 1920 1232	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CORUMBA - MS	F	4	2	40	0	100			68.900 7.400
15 451	0805 1920 1236	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GLORIA DE DOURADOS - MS	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 1244	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALTINOPOLIS - SP	F	4	2	40	0	100			7.400 24.000
			F	4	2	40	0	100			24.000



15 451	0805 1920 1246	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIBAS DO RIO PARDO - MS									7.400
15 451	0805 1920 1248	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JAPORA - MS	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 1252	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAJATI - SP	F	4	2	40	0	100			7.400 60.000
15 451	0805 1920 1256	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PARANHOS - MS	F	4	2	40	0	100			60.000 7.400
15 451	0805 1920 1260	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JARAGUARI - MS	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 1266	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PAVIMENTACAO ASFALTICA - EM MUNICIPIOS DO ESTADO DE GOIAS	F	4	2	40	0	100			7.400 105.000
15 451	0805 1920 1268	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CARACARAI - RR	F	4	2	40	0	100			105.000 105.000
15 451	0805 1920 1270	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TRES LAGOAS - MS	F	4	2	40	0	100			105.000 18.000
15 451	0805 1920 1272	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ROCHEDO - MS	F	4	2	40	0	100			18.000 7.400
15 451	0805 1920 1278	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM VILA INDEPENDENCIA - BARRA MANSA - RJ	F	4	2	40	0	100			7.400 24.000
15 451	0805 1920 1284	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAARAPO - MS	F	4	2	40	0	100			24.000 7.400
15 451	0805 1920 1286	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LADARIO - MS	F	4	2	40	0	100			7.400 7.400
15 451	0805 1920 1288	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - EM MUNICIPIOS DO ESTADO DA PARAIBA	F	4	2	40	0	100			7.400 700.000
15 451	0805 1920 1324	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ANGELICA - MS	F	4	2	30	0	100			700.000 4.440
15 451	0805 1920 1330	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUARA - SP	F	4	2	40	0	100			4.440 24.000
15 451	0805 1920 1336	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IVINHEMA - MS	F	4	2	40	0	100			24.000 7.400
15 451	0805 1920 1342	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MACHADINHO D'OESTE - RO	F	4	2	40	0	100			7.400 24.000
15 451	0805 1920 1344	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VICENTINA - MS	F	4	2	40	0	100			24.000 7.400
15 451	0805 1920 1346	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IPUA - SP	F	4	2	40	0	100			7.400 33.000
15 451	0805 1920 1366	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM BAIROS DE POPULACAO CARENTE - MATAO - SP	F	4	2	40	0	100			33.000 45.000

15 451	0805 1920 1376	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JARAGUA DO SUL - SC	F	4	2	40	0	100	45.000	43.400
15 451	0805 1920 1388	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARARANGUA - SC	F	4	2	40	0	100	43.400	60.000
15 451	0805 1920 1396	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - RIO DO SUL - SC	F	4	2	40	0	100	60.000	7.400
15 451	0805 1920 1400	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AGROLANDIA - SC	F	4	2	40	0	100	7.400	24.000
15 451	0805 1920 1408	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO BENTO DO SUL - SC	F	4	2	40	0	100	24.000	38.400
15 451	0805 1920 1416	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MASSARANDUBA - SC	F	4	2	40	0	100	38.400	6.660
15 451	0805 1920 1420	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGARAPE-MIRI - PA	F	4	2	40	0	100	6.660	6.660
15 451	0805 1920 1442	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAITUBA - PA	F	4	2	40	0	100	6.660	60.000
15 451	0805 1920 1452	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ALVORADA - TO	F	4	2	40	0	100	60.000	175.000
15 451	0805 1920 1454	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AFONSO CLAUDIO - ES	F	4	2	40	0	100	175.000	7.400
15 451	0805 1920 1460	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MADEIRO - PI	F	4	2	40	0	100	7.400	24.000
15 451	0805 1920 1466	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OEIRAS - PI	F	4	2	40	0	100	24.000	18.000
15 451	0805 1920 1468	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS - PI	F	4	2	40	0	100	18.000	7.400
15 451	0805 1920 1470	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - JULIO BORGES - PI	F	4	2	40	0	100	7.400	18.000
15 451	0805 1920 1474	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAPIPOCA - CE	F	4	2	40	0	100	18.000	45.000
15 451	0805 1920 1476	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VARZEA GRANDE - PI	F	4	2	30	0	100	45.000	7.400
15 451	0805 1920 1478	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - VARZEA - PB	F	4	2	40	0	100	7.400	7.400
15 451	0805 1920 1482	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM DIVERSOS BAIRROS - CABEDELO - PB	F	4	2	40	0	100	7.400	7.400
15 451	0805 1920 1484	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PEDRA LAVRADA - PB	F	4	2	40	0	100	7.400	5.180
15 451	0805 1920 1498	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-	F	4	2	40	0	100	5.180	7.400

		ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAPOROROCA - PB	F	4	2	40	0	100	7.400
15 451	0805 1920 1500	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MASSARANDUBA - PB	F	4	2	40	0	100	7.400
15 451	0805 1920 1504	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CUITEGI - PB	F	4	2	40	0	100	7.400
15 451	0805 1920 1506	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AQUISICAO DE RETROESCAVADEIRA - GLORIA DO GOITA - PE	F	4	2	40	0	100	6.660
15 451	0805 1920 1510	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SOUSA - PB	F	4	2	40	0	100	18.000
15 451	0805 1920 1512	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OBRAS DE CONTENCAO DE ENCOSTAS - GAMELEIRA - PE	F	4	2	40	0	100	18.000
15 451	0805 1920 1516	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONSTRUCAO DE PARQUE MUNICIPAL - GLORIA DO GOITA - PE	F	4	2	40	0	100	60.000
15 451	0805 1920 1524	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - REVITALIZACAO DA PRACA MUNICIPAL BARROS GUIMARAES - GLORIA DO GOITA - PE	F	4	2	40	0	100	5.180
15 451	0805 1920 1530	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITAQUIRAI - MS	F	4	2	40	0	100	5.180
15 451	0805 1920 1534	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PAVIMENTACAO ASFALTICA - GLORIA DO GOITA - PE	F	4	2	40	0	100	45.000
15 451	0805 1920 1542	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO DE FERNAO VELHO E DE GOIABEIRA - MACEIO - AL	F	4	2	40	0	100	45.000
15 451	0805 1920 1544	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GAMELEIRA - PE	F	4	2	40	0	100	4.440
15 451	0805 1920 1556	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO POVOADO DE TABULEIRO GRANDE - ANADIA - AL	F	4	2	40	0	100	4.440
15 451	0805 1920 1586	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SANTALUZ - BA	F	4	2	40	0	100	7.400
15 451	0805 1920 1592	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA/PAVIMENTACAO DE VIAS PUBLICAS - SAO PEDRO DA ALDEIA - RJ	F	4	2	40	0	100	7.400
15 451	0805 1920 1596	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES PARA REVITALIZACAO E MELHORIA DAS CONDICAOES DE HABITABILIDADE DO CENTRO URBANO DE NITEROI - NITEROI - RJ	F	4	2	40	0	100	220.000
15 451	0805 1920 1606	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUANAMBI - BA	F	4	2	40	0	100	220.000
15 451	0805 1920 1612	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAETITE - BA	F	4	2	40	0	100	220.000
15 451	0805 1920 1616	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARARUAMA - RJ	F	4	2	40	0	100	24.000
			F	4	2	40	0	100	7.400

15 451	0805 1920 1648	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SEBASTIAO LARANJEIRAS - BA								24.000
15 451	0805 1920 1652	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MATIPO - MG	F	4	2	40	0	100		24.000 4.440
15 451	0805 1920 1654	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MANHUACU - MG	F	4	2	40	0	100		4.440 24.000
15 451	0805 1920 1656	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DIONISIO - MG	F	4	2	40	0	100		24.000 7.400
15 451	0805 1920 1660	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SIMONESIA - MG	F	4	2	40	0	100		7.400 4.440
15 451	0805 1920 1666	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	F	4	2	40	0	100		4.440 175.000
15 451	0805 1920 1670	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ASFALTAMENTO E/OU CALCAMENTO DE VIAS PUBLICAS - SAO GONCALO DO PARA - MG	F	4	2	40	0	100		175.000 175.000
15 451	0805 1920 1672	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ITACARAMBI - MG	F	4	2	40	0	100		175.000 7.400
15 451	0805 1920 1682	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MONTE MOR - SP	F	4	2	40	0	100		7.400 37.500
15 451	0805 1920 1684	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - LAJINHA - MG	F	4	2	40	0	100		37.500 4.440
15 451	0805 1920 1686	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CORREGO DANTA - MG	F	4	2	40	0	100		4.440 5.920
15 451	0805 1920 1688	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CONSELHEIRO PENNA - MG	F	4	2	40	0	100		5.920 4.440
15 451	0805 1920 1698	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DRENAGEM/PAVIMENTACAO - SAO JOSE DA LAPA - MG	F	4	2	40	0	100		4.440 45.000
15 451	0805 1920 1712	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PITANGUI - MG	F	4	2	40	0	100		45.000 24.000
15 451	0805 1920 1734	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO IBIUNA GARD - IBIUNA - SP	F	4	2	40	0	100		24.000 14.400
15 451	0805 1920 1736	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PEREIRA BARRETO - SP	F	4	2	40	0	100		14.400 7.400
15 451	0805 1920 1740	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GUAIRA - SP	F	4	2	40	0	100		7.400 7.400
15 451	0805 1920 1764	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA - JOAQUIM PIRES - PI	F	4	2	40	0	100		7.400 18.000
15 451	0805 1920 1830	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA - PIMENTA BUENO - RO	F	4	2	40	0	100		18.000 60.000
15 451	0805 1920 1832	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA	F	4	2	40	0	100		60.000 24.000

			URBANA - ESPIGAO D'OESTE - RO	F	4	2	40	0	100	24.000
15 451	0805 1920 1900		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AVARE - SP	F	4	2	40	0	100	16.800
15 451	0805 1920 1914		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CRAVINHOS - SP	F	4	2	40	0	100	16.800
15 451	0805 1920 1986		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA - BARRA VELHA - SC	F	4	2	40	0	100	18.000
15 451	0805 1920 2054		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - INFRA-ESTRUTURA URBANA - MORRO DO CHAPEU DO PIAUI - PI	F	4	2	40	0	100	5.920
15 451	0805 1920 2084		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MACEDONIA - SP	F	4	2	40	0	100	37.500
15 451	0805 1920 2098		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO VILA LAVAL - IBIUNA - SP	F	4	2	40	0	100	5.550
15 451	0805 1920 2106		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO ROSARIAL - IBIUNA - SP	F	4	2	40	0	100	24.000
15 451	0805 1920 2116		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO DA PONTE SECA - JABOTICABAL - SP	F	4	2	40	0	100	24.000
15 451	0805 1920 2120		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - IGARAPAVA - SP	F	4	2	40	0	100	18.000
15 451	0805 1920 2132		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO RESIDENCIAL EUROPA - IBIUNA - SP	F	4	2	40	0	100	4.440
15 451	0805 1920 2142		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO RESSACA - IBIUNA - SP	F	4	2	40	0	100	24.000
15 451	0805 1920 2148		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO BAIRRO DO PIAI - IBIUNA - SP	F	4	2	40	0	100	24.000
15 451	0805 1920 2168		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SAO GABRIEL DO OESTE - MS	F	4	2	40	0	100	24.000
15 451	0805 1920 2230		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SIDROLANDIA - MS	F	4	2	40	0	100	7.400
15 451	0805 1920 2232		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - NOVA ANDRADINA - MS	F	4	2	40	0	100	55.500
15 451	0805 1920 2234		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DEODAPOLIS - MS	F	4	2	40	0	100	37.500
15 451	0805 1920 2236		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BITURUNA - PR	F	4	2	40	0	100	7.400
15 451	0805 1920 2246		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - DOIS IRMAOS DO BURITI - MS	F	4	2	40	0	100	57.000
15 451	0805 1920 2252		IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SONORA - MS	F	4	2	40	0	100	7.400

15 451	0805 1920 2260	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NO POVOADO DE QUATRO BOCAS - ANGELIM - PE	F	4	2	40	0	100	67.500 7.400
15 451	0805 1920 2266	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - BAGE - RS	F	4	2	40	0	100	7.400 60.000
15 451	0805 1920 2274	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - SALOA - PE	F	4	2	40	0	100	60.000 7.400
15 451	0805 1920 2276	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OBRAS DE CALCAMENTO - PICOS - PI	F	4	2	40	0	100	7.400 45.000
15 451	0805 1920 2278	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - AGRICOLANDIA - PI	F	4	2	40	0	100	45.000 24.000
15 451	0805 1920 2282	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPOS SALES - CE	F	4	2	40	0	100	24.000 4.440
15 451	0805 1920 2284	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - PACATUBA - CE	F	4	2	40	0	100	4.440 4.440
15 451	0805 1920 2290	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - GARUVA - SC	F	4	2	40	0	100	4.440 7.400
15 451	0805 1920 2292	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARMAZEM - SC	F	4	2	40	0	100	7.400 5.180
15 451	0805 1920 2294	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - MAFRA - SC	F	4	2	40	0	100	5.180 7.400
15 451	0805 1920 2296	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ARAQUARI - SC	F	4	2	40	0	100	7.400 5.180
15 451	0805 1920 2298	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TUBARAO - SC	F	4	2	40	0	100	5.180 6.660
15 451	0805 1920 2300	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OBRAS DE CALCAMENTO - COLONIA DE GURGUEIA - PI	F	4	2	40	0	100	6.660 7.400
15 451	0805 1920 2302	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA NOS BAIROS JARDIM ESPERANCA E PLANALTO - CONCHAL - SP	F	4	2	40	0	100	7.400 7.400
15 451	0805 1920 2304	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - OBRAS DE CALCAMENTO - MANOEL EMIDIO - PI	F	4	2	40	0	100	7.400 7.400
15 451	0805 1920 2306	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CANOINHAS - SC	F	4	2	40	0	100	7.400 14.400
15 451	0805 1920 2316	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - TRES BARRAS - SC	F	4	2	40	0	100	14.400 7.400
15 451	0805 1920 2322	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - FRANCISCO MORA TO - SP	F	4	2	40	0	100	7.400 14.400
15 451	0805 1920 2364	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ	F	4	2	40	0	100	14.400 7.400
15 451	0805 1920 2378	IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA - ACOES DE INFRA-	F	4	2	40	0	100	7.400 24.000







17 512	8007 5005 0008	ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - POUSO ALEGRE - MG	S	4	2	40	0	100	96.000 14.245
17 512	8007 5005 0012	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - CONCEICAO DOS OUROS - MG	S	4	2	40	0	100	14.245 40.000
17 512	8007 5005 0014	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - DIVISOPOLIS - MG	S	4	2	40	0	100	40.000 14.245
17 512	8007 5005 0016	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - CONCEICAO DO MATO DENTRO - MG	S	4	2	40	0	100	14.245 14.245
17 512	8007 5005 0018	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO - MG	S	4	2	40	0	100	14.245 14.245
17 512	8007 5005 0022	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - SANTA BARBARA DO TUGURIO - MG	S	4	2	40	0	100	14.245 14.245
17 512	8007 5005 0028	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - SAO JOSE DA BOA VISTA - PR	S	4	2	40	0	100	14.245 30.000
17 512	8007 5005 0032	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - SIMAO DIAS - SE	S	4	2	40	0	100	30.000 18.500
17 512	8007 5005 0036	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - TIMOTEO - MG	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	8007 5005 0042	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - MINAS NOVAS - MG	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500
17 512	8007 5005 0044	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA,	S	4	2	40	0	100	18.500 18.500

		DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - ITAMARANDIBA - MG	S	4	2	40	0	100	18.500
17 512	8007 5005 0056	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - PRACUBA - AP	S	4	2	40	0	100	75.000
17 512	8007 5005 0060	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SIST. DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - NO ESTADO DA BAHIA	S	4	2	40	0	100	75.000
17 512	8007 5005 0132	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - GOIANIA - GO	S	4	2	40	0	100	90.000
17 512	8007 5005 0136	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - ATERRO SANIT. DO CONS. DE DESENV. INTERM. DA AREA METROPOLITANA DE JOAO PESSOA, CONDIAM/PB - JOAO PESSOA - PB	S	4	2	30	0	100	18.500
17 512	8007 5005 0138	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - IMPLANTACAO/AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - NITEROI - RJ	S	4	2	90	0	100	18.500
17 512	8007 5005 0140	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - IMPLANTACAO/AMPLIACAO SISTEMAS DE COLETA/TRATAMENTO/DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - CAMPESTRE DE GOIAS - GO	S	4	2	40	0	100	50.000
17 512	8007 5005 0142	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS SOLIDOS - ARACU - GO	S	4	2	40	0	100	12.950
17 512	8007 5005 0148	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - AQUISAO DE VEICULO COLETOR DE LIXO DE RESIDUOS SOLIDOS PARA A PREF. ALVARES FLORENCE-SP - ALVARES FLORENCE - SP	S	4	2	40	0	100	11.100
17 512	8007 5005 0150	IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PUBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSICAO FINAL E TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS - AQUISICAO DE VEICULO COLETOR DE LIXO DE RESIDUOS SOLIDOS PARA A PREFEITURA - RUBIACEA - SP	S	4	2	40	0	100	12.950
			S	4	2	40	0	100	2.000
TOTAL - FISCAL									15.812.450
TOTAL - SEGURIDADE									8.958.470
TOTAL - GERAL									24.770.920

Aviso nº 664 – Supar/C. Civil

Brasília, 30 de junho de 2003

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Romeu Tuma  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Projeto de Lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de R\$24.770.920,00, para os fins que especifica”.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 10.640, DE 14 DE JANEIRO DE 2003

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003.**

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos

adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

DECRETO Nº 4.526,  
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002

**Dispõe sobre o cancelamento dos Restos a Pagar inscritos em 31 de dezembro de 2001 e em exercícios anteriores, e dá outras providências.**

Art. 3º O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

DECRETO Nº 4.591,  
DE 10 DE FEVEREIRO DE 2003

**Dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2003, e dá outras providências.**

Art. 8º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda poderão, por meio de portaria interministerial, ajustar os Anexos II e VI deste decreto em decorrência dos créditos adicionais que vierem a ser abertos no exercício de 2003 à conta das respectivas fontes de recursos, desde que não comprometam a obtenção do superávit primário estabelecido na Lei nº 10.524, de 2002.

DECRETO Nº 4.708, DE 28 DE MAIO DE 2003

Altera os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, XII, XIII e XIV, e os arts. 1º e 7º do Decreto no 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, que dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2003, e dá outras providências.

**Emprego, crédito especial no valor de R\$139.900.000,00, para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de R\$139.900.000,00 (cento e trinta e nove milhões e novecentos mil reais), para atender às programações constantes do anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da utilização do superávit financeiro do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI Nº 18, DE 2003-CN**

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Trabalho e**

ORGÃO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	IU	FT	VALOR
<b>0103 GERACAO DE EMPREGO E RENDA</b>			<b>139.900.000</b>						
OPERACOES ESPECIAIS									
11 334	0103 0472	<b>ESTIMULO FINANCEIRO AO EMPREGADOR PARA A GERACAO DO PRIMEIRO EMPREGO DESTINADO A JOVENS</b>							<b>78.000.000</b>
11 334	0103 0472 0001	<b>ESTIMULO FINANCEIRO AO EMPREGADOR PARA A GERACAO DO PRIMEIRO EMPREGO DESTINADO A JOVENS - NACIONAL</b>	F	3	2	90	0	300	78.000.000
ATIVIDADES									
11 333	0103 2260	<b>QUALIFICACAO DE JOVENS PARA O SERVICO VOLUNTARIO</b>							<b>24.400.000</b>
11 333	0103 2260 0001	<b>QUALIFICACAO DE JOVENS PARA O SERVICO VOLUNTARIO - NACIONAL JOVEM QUALIFICADO (UNIDADE)26.700</b>	F	3	2	90	0	300	24.400.000
11 333	0103 2262	<b>CONCESSAO DE AUXILIO FINANCEIRO A JOVENS HABILITADOS AO PRIMEIRO EMPREGO INSERIDOS NO SERVICO VOLUNTARIO</b>							<b>24.000.000</b>
11 333	0103 2262 0001	<b>CONCESSAO DE AUXILIO FINANCEIRO A JOVENS HABILITADOS AO PRIMEIRO EMPREGO INSERIDOS NO SERVICO VOLUNTARIO - NACIONAL JOVEM BENEFICIADO (UNIDADE) 26700</b>	F	3	2	90	0	300	24.000.000
11 333	0103 2268	<b>QUALIFICACAO E ASSISTENCIA TECNICA AO JOVEM PARA O EMPREENDEDORISMO</b>							<b>13.500.000</b>
11 333	0103 2268 0001	<b>QUALIFICACAO E ASSISTENCIA TECNICA AO JOVEM PARA O EMPREENDEDORISMO - NACIONAL JOVEM BENEFICIADO (UNIDADE)15000</b>	F	3	2	90	0	300	13.500.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>			<b>139.900.000</b>						
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>			<b>0</b>						
<b>TOTAL - GERAL</b>			<b>139.900.000</b>						

Aviso nº 665 – Supar/C. Civil

Em 30 de junho de 2003

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Romeu Tuma  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de R\$139.900.000,00, para os fins que especifica.”

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

#### **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**).

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**).

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

LEI Nº 10.640, DE 14 DE JANEIRO DE 2003

#### **Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003.**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 08/07 - Publicação e distribuição de avulsos;

Até 16/07 - Prazo final para apresentação de emendas;

Até 21/07 - Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 31/07 - Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projeto de lei recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2003** (Nº 1.550/96, na Casa de origem)

#### **Faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, que institui o número único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 3ºA, 3ºB e 3ºC:

“Art. 3ºA O Registro de Identidade Civil conterà o tipo e o fator sangüíneos.”

“Art. 3ºB Poderá, a pedido do titular, ser afixado na cédula de identidade carimbo comprobatório de deficiência física, desde

que devidamente atestada pela autoridade de saúde competente.”

“Art. 3º C À medida que forem sendo adquiridos, o Cadastro da Pessoa Física – CPF, a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, a Carteira Nacional de Habilitação – CNH, o passaporte e quaisquer outros documentos necessários ao cidadão terão o mesmo número do Registro de Identidade Civil.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.550, DE 1996

**Altera a Lei nº 9.049, de 18 de maio de 1995, que faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Suprime-se o item 3 do art. 1º da Lei 9.049 de 18 de maio de 1995.

Art. 2º Acrescente-se à referida lei, os seguintes artigos, renumerando-se os demais:

“Art. 1º As Cédulas de Identidade, serão expedidas em modelo nacional, com um sistema único de numeração progressiva e distribuídas pelas Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal.

Parágrafo único. No caso de morte, o cartório expedidor da certidão de óbito é obrigado a comunicar ao órgão expedidor da Cédula de Identidade, a baixa do número.”

“Art. 2º É obrigatório o registro do Cartão de Identificação do Contribuinte do Imposto de Renda na Cédula de Identidade.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor 180 dias após a sua promulgação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

A presente proposta tem toda a sua razão de ser quando tenta obviar fraudes na expedição de várias identidades em mais de um Estado da Federação.

Fácil é lembrar de casos em que uma pessoa fazendo expedir nova cédula de identificação, por exemplo, pratica a bigamia casando em diferentes Unidades da Federação, burlando a legislação penal e civil (prati-

cando estelionato com identidades falsas) e, também, dos casos de criminosos que, condenados pela justiça em um Estado, fogem para outro, tirando uma nova documentação por falta de um registro único.

Este tipo de procedimento pode evitar, inclusive, fraudes contra a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, por exemplo, no caso do Sistema Único de Saúde - SUS. É muito comum hospitais e clínicas se utilizarem de nomes para preenchimento de guias de internações, exames, cirurgias etc., sem que o cidadão tenha sequer ficado doente, possibilitando, assim, o cruzamento, através da Receita Federal e Previdência Social, qualquer tentativa de estelionato ou fraudes contra SUS.

A expedição da identidade por um único órgão, que teria validade em todo o território nacional e com um único arquivo geral, por sistema de computação, traria inumeráveis benefícios, além dos casos acima expostos.

Por tais razões espero contar com o beneplácito dos meus ilustres pares nesta Casa Congressual para a transformação de nossa proposta em lei.

Sala das Sessões, de de 1996. – Deputado **Celso Russomanno**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.454, DE 7 DE ABRIL DE 1997

**Institui o número único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências.**

Art. 3º O Poder Executivo definirá a entidade que centralizará as atividades de implementação, coordenação e controle do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, que se constituirá em órgão central do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Uma vez que o Projeto não faz parte da pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional, a matéria será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde iniciará sua tramitação no dia 1º de agosto vindouro.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Rodolpho Tourinho.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2003

##### **Altera a redação dos artigos 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Os artigos 6º e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º .....

.....

XXIV — indústria petroquímica de primeira e segunda geração: conjunto de indústrias que fornecem produtos petroquímicos básicos, a exemplo do eteno, do propeno e das resinas termoplásticas”(NR).

“Art. 49. ....

.....

I – .....

.....

**d)** vinte e cinco por cento ao Ministério de Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo e à indústria petroquímica de primeira e segunda geração”(NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, conhecida como Lei do Petróleo, dispõe sobre a política energética nacional, que entre os seus principais objetivos estabelece a promoção do desenvolvimento e a ampliação da competitividade do País no mercado internacional.

A referida norma determina, em seu artigo 49, que parcela dos **royalties** provenientes da produção de petróleo e gás natural será destinada ao Ministério de Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo a pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo.

Para organizar a aplicação desses recursos foi criado o “Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor Petróleo e Gás Natural – CTPETRO”, hoje conhecido como o Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural.

O objetivo deste projeto é incluir entre as modalidades de aplicação dos recursos do CTPETRO a indústria petroquímica de primeira e segunda geração, que foi definida na proposição como o conjunto de indústrias que fornecem produtos petroquímicos básicos, tais como o eteno, o propeno e as resinas termoplásticas.

É fundamental que o setor petroquímico brasileiro eleve seu grau de inovação tecnológica de forma a aumentar sua capacidade de produzir bens diferenciados, de maior valor agregado, diminuindo nossas importações e aumentando as exportações.

O incentivo à pesquisa e tecnologia é a forma mais adequada de tornar o setor petroquímico nacional mais competitivo no mercado externo.

Com relação à disponibilidade dos recursos do CTPETRO, em setembro de 2002 foi lido na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7.188, de 2002, de autoria do Poder Executivo, que desvincula, parcialmente, nos exercícios deste ano e dos anos subsequentes, a aplicação dos recursos definidos pelo artigo 49 da Lei do Petróleo.

Na Exposição de Motivos de número 295, de 22 de agosto de 2002, o então Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão argumentava que a arrecadação com os **royalties** do petróleo é elevada e excede as necessidades dos órgãos a que são destinadas as cotas-partes. Cumpre registrar que, ao longo dos últimos três anos, a aplicação dos recursos do CTPETRO, pelo Poder Executivo, vem sendo consideravelmente aquém de sua arrecadação.

Aliás, é importante frisar, a situação das universidades e dos institutos oficiais de pesquisa tem demonstrando o contrário. Existe um clamor dessas instituições e de praticamente toda comunidade científica nacional por recursos para o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia.

Por sua vez, o setor petroquímico, especialmente o de primeira e segunda geração, possui inter-relação plena com a indústria do petróleo. Inclusive, quando da implantação do parque industrial petroquímico nacional, na década de 70, a Petrobrás, na figura de uma subsidiária, era a principal acionista do setor.

Desta forma, considerando a motivação que criou o CTPETRO, qual seja estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico do setor petróleo, a disponibilidade de recursos existentes e a interface com a indústria petroquímica, o objetivo deste projeto coaduna perfeitamente com os interesses do referido fundo.

Do exposto, pedimos a aprovação do mesmo nos termos em que se apresenta.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2003. – **Rodolpho Tourinho.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

**Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.**

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 6º Para os fins desta Lei e de sua regulamentação, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I – Petróleo: todo e qualquer hidrocarboneto líquido em seu estado natural, a exemplo do óleo cru e condensado;

XXIII – Estocagem de Gás Natural: armazenamento de gás natural em reservatórios próprios, formações naturais ou artificiais.

Art. 49. A parcela do valor do royalty que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição:

I – quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

d) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo;

*(Às Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos, cabendo à cabendo à última a decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A proposição de V. Ex<sup>a</sup> vai à publicação e terá tramitação iniciada a partir de 1º de agosto próximo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 21, de 2003** (nº 96/2003, na origem), de 1º do corrente, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

encaminhando, para conhecimento, o Relatório sobre a Balança Comercial – 1º Semestre de 2003, referente às exportações brasileiras.

O expediente vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

OF/CAB/I/Nº 213-PDT

Brasília, 1º de julho de 2003

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Reginaldo Lopes do Partido dos Trabalhadores - PT para integrar na condição de Suplente a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil” em vaga cedida pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Neiva Moreira**, Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Presidência designa o Sr. Deputado Reginaldo Lopes, como suplente, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, de acordo com o expediente que acaba de ser lido.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me inscrevesse para uma comunicação de urgência de interesse partidário.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – V. Ex<sup>a</sup> terá direito a falar para uma comunicação inadiável, junto com este Senador. V. Ex<sup>a</sup> em primeiro, e eu em segundo lugar.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Fico muito feliz com isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Mesa esclarece que, como hoje a sessão é não deliberativa, o orador inscrito poderá se manifestar por vinte minutos e, em seguida, um Senador, no caso V. Ex<sup>a</sup>, falará para comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.



Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o País vive o clima das reformas. Sabemos que são reformas necessárias para a redefinição do projeto de desenvolvimento nacional, embora polêmicas, em face do previsível impacto que terão no cotidiano dos contribuintes e da classe trabalhadora, razão pela qual a sociedade deve ser ouvida.

Em que pese a importância dessas proposições, quero agora evidenciar uma outra reforma que é aguardada pelo povo brasileiro. Trata-se da reforma do Judiciário, que já está em curso nas Casas que compõem o Congresso Nacional, onde vem sendo discutida há nada menos que 11 anos. Trata-se, na verdade, de uma proposta que visa ao atendimento do clamor popular por uma Justiça eficiente, rápida e efetivamente democrática.

Eis aí, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a explicação para a abordagem que ora faço perante este egrégio Parlamento: o empenho que devemos ter na apreciação das reformas recentemente encaminhadas pelo Poder Executivo não pode implicar o arrefecimento ou o esquecimento do outro compromisso que temos para com o povo brasileiro – o de buscar a urgente renovação do sistema de prestação jurisdicional, que hoje é criticado pelo povo, por advogados, pelos membros do Ministério Público, por Juízes e até mesmo por Ministros de Tribunais Superiores.

A morosidade da Justiça, como se sabe, é um entrave às relações sociais e institucionais, e não seria exagero afirmar que põe em risco a normalidade da vida democrática. O sempre festejado Rui Barbosa, que por tanto tempo pontificou nesta Casa, repetia à exaustão: “A justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”.

A sentença pode também se aplicar à atividade legislativa, Sr. Presidente, em vez de se conter nos limites da prestação jurisdicional, porque quanto mais rápido aprovarmos a reforma em tela, mais rapidamente se beneficiarão os usuários do sistema judiciário. E a morosidade da Justiça, embora não sendo o único, é de longe o motivo do maior número de queixas dos jurisdicionados.

Numerosas causas, estruturais ou circunstanciais, concorrem para essa exasperante lentidão, mas destacaria, de pronto, um sistema recursal falho, o qual freqüentemente permite a apresentação de recursos meramente protelatórios; e também a excessiva litigiosidade do aparelho estatal, a qual foi definida

pelo Ministro Costa Leite, quando Presidente do Superior Tribunal de Justiça, como um “desvio ético”.

Aqui, abro parêntese para citar apenas um de numerosíssimos casos conhecidos em que o Estado exerceu verdadeira opressão sobre a outra parte, e que reflete bem essa deformidade. Refiro-me à ação trabalhista contra a Rede Ferroviária Federal S/A, em 1978, por 432 ferroviários goianos, os quais, até recentemente, não haviam sido indenizados, embora seus direitos tivessem sido reconhecidos em todas as instâncias. Vale lembrar que a autarquia, perdendo a causa sucessivamente, apelou até ao Supremo Tribunal Federal – mera tentativa de execrável procrastinação, pois que aquela instância máxima do Poder Judiciário, não reconhecendo ali a existência de matéria constitucional, rejeitou o recurso. Entretanto, Sr. Presidente, ao longo de todos esses anos, quase a metade dos autores da ação veio a falecer, sem que tenha se beneficiado do que lhe era devido para aplicar em saúde e em educação para os familiares.

A elaboração e a votação das leis requerem o exame acurado e sereno dos legisladores, mas sua apreciação, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por mais cuidadosa que seja, pressupõe um prazo, sem o qual todas as iniciativas cairiam no vazio.

A reforma do Judiciário tramita no Congresso, como já disse, há onze anos. A Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, a qual aguarda designação do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tem sua origem na PEC nº 96, de 1992, de autoria do Deputado Hélio Bicudo. O que não pode ocorrer agora é voltarmos nossas atenções para as reformas encaminhadas pelo Governo Lula e esquecermos a reforma do Judiciário, o que teria consequências danosas para o conjunto da sociedade brasileira.

A demorada tramitação dessa matéria, aliada à natureza polêmica de vários de seus aspectos, enseja uma desconfiança e, em certo ponto, até uma repulsa popular pelo tratamento que ela vem merecendo nesta Casa, o que se pôde comprovar em recente enquête conduzida pela Ordem dos Advogados do Brasil. À indagação sobre se a reforma judiciária deveria começar do zero, 1.408 de um total de 1.851 visitantes da página da OAB na Internet responderam afirmativamente.

É compreensível que a grande maioria dos internautas tenha feito essa opção. Nós, entretanto, na condição de legisladores, sabemos o quão complexa é a apreciação de uma proposta dessa natureza e de tamanha amplitude, o que não justifica qualquer acomodamento. Assim, acredito, como muitos de nós, que a melhor opção não é desprezar esses onze anos de tramitação da reforma, com intermináveis audiências pú-

blicas, análises e negociações, para chegarmos onde chegamos, e sim dar continuidade à apreciação da reforma, buscando consolidar seus pontos positivos e aperfeiçoar aqueles que não se revelarem adequados.

Nessa tarefa, temos contado com a colaboração de juristas renomados e entidades do mais elevado conceito. Gostaria de salientar, particularmente, a notável contribuição da Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal na busca de instrumentos que, reestruturando os mecanismos e as instituições judiciárias, visam a aproximar a Justiça e a população.

Um exemplo é a histórica luta da OAB para instituição de um órgão de controle externo do Judiciário, com a presença majoritária de pessoas não integrantes daquele Poder, de forma a evitar a prevalência do corporativismo. Por isso, defende, com absoluta razão, que sejam reincluídos, na composição do Conselho encarregado desse controle, os membros do Ministério Público, conforme previa o relatório aprovado na Câmara dos Deputados. A OAB vai além, propondo a inclusão também de outros operadores do Direito, como, por exemplo, os defensores públicos.

Não é de se estranhar que essa entidade tenha apoiado, igualmente, a proposta de se impor aos magistrados que se afastam de suas funções uma quarentena, período durante o qual se absteriam de praticar a advocacia; e, da mesma forma, uma quarentena de três anos para ocupantes de altos cargos no Poder Executivo, bem como para conselheiros da própria OAB que venham a ser nomeados para exercer função judiciária. Assim se evitaria, por exemplo, que o chefe do Poder Executivo nomeasse pessoas que fazem parte de seu Governo para apreciar questões de sua própria administração. Essa proposta, vale lembrar, foi aprovada pela CCJ, embora restrita ao âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Visando ainda ao que chama de “oxigenação do Poder Judiciário”, a OAB defende a participação de advogados e membros do Ministério Público nos tribunais, proposta que ficou conhecida como “quinto constitucional”. Infelizmente, a proposta aprovada na Câmara dos Deputados para que as listas visando ao preenchimento do “quinto” fossem indicadas pela representação dos advogados foi derrubada na CCJ, que manteve o sistema previsto na Constituição.

É importante, Sr. Presidente, destacar a preocupação da OAB e de outras entidades em relação ao cidadão comum. Aqui se insere a questão dos precatórios, uma verdadeira injustiça que vem se perpetuando em nosso País. Enquanto o cidadão comum se vê coagido pela Justiça a pagar seus débitos em execução ju-

dicial no prazo de 24 horas, esse prazo pode estender-se por anos a fio se a parte condenada for o Estado.

A CCJ, infelizmente, rejeitou a proposta do relator, que previa o pagamento dos “títulos sentenciados” em dez parcelas mensais e a partir do exercício seguinte ao de sua emissão. Trata-se de um equívoco – um grande equívoco, aliás –, o qual, entretanto, ainda pode ser corrigido na apreciação das emendas apresentadas a esse respeito.

Na apreciação da PEC nº 29, deveremos estar atentos, ainda, para algumas distorções que podem vir a comprometer o bom funcionamento do sistema judiciário. O tema mais polêmico, aqui, se refere à adoção da súmula vinculante. A OAB entende que essa proposta, se aprovada, viria a “engessar” o Direito, impedindo que a interpretação das leis se dê já no primeiro grau da jurisdição. No entanto, Sr. Presidente, essa posição não é exclusiva daquela entidade. Numerosos juristas têm se manifestado contrariamente à adoção da súmula vinculante, por entenderem que esse instrumento enfraqueceria a função dos juízes na especificidade de cada situação julgada. Cabe ao Judiciário aplicar a Lei em situações de fato, e não em tese, o que se aproximaria da função legislativa, que é prerrogativa nossa, dos Parlamentares.

O acúmulo de processos nas várias instâncias deve ser evitado com a reestruturação do Judiciário, com a extinção de infindáveis recursos, com as brechas que propiciam protelar as sentenças, e não com a adoção de uma norma que centralizaria as decisões e afetaria a independência dos magistrados nas instâncias inferiores.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP) – Pois não.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Papaléo, eu gostaria de me congratular com V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que faz a respeito da reforma do Judiciário. Há cerca de duas semanas, fui designado, pelo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator do Projeto de Reforma Constitucional nº 29, aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação nesta Casa. Portanto, fico feliz ao ouvir V. Ex<sup>a</sup> tratar desse assunto. Evidentemente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no plenário ou em qualquer lugar, eu, como Relator, coloco-me à disposição de V. Ex<sup>a</sup>, não só para analisar esse seu pronunciamento, como também todos os outros aspectos desse assunto com os quais V. Ex<sup>a</sup>

queira colaborar. Essa emenda constitucional vai tramitar, a partir de agora, no Senado, então V. Ex<sup>a</sup> terá oportunidade de fazer todas as sugestões que hoje coloca. Muito obrigado.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP) – Obrigado, Senador José Jorge. Creio que a Casa soube escolher muito bem o Relator para tal matéria.

Da mesma forma, devemos rejeitar um resquício do regime autoritário, que sobrevive na forma da advocatária. Esse instrumento, como se recorda, foi criado em plena ditadura militar, como parte do tristemente famoso “Pacote de Abril”. Ao permitir que o STF avocasse qualquer causa que se relacionasse com matéria constitucional, esse mecanismo permitia paralisar quaisquer demandas até que a Suprema Corte se pronunciasse. Suprimido na Câmara dos Deputados, esse mecanismo ressurgiu na CCJ sob o eufemismo de “incidente de legalidade” e restrito ao âmbito do STJ. Cabe a nós, Senadores, corrigirmos essa distorção e removermos esse entulho, que não se coaduna com a expectativa de renovação em que vive a Nação brasileira.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, a reforma do Judiciário é por demais extensa e complexa para se abordar num simples pronunciamento. Não é, e não poderia ser, minha intenção exaurir o exame dessas questões neste breve pronunciamento. Entretanto, quando todas as atenções se voltam para outras propostas que o Congresso acaba de receber, julguei de todo conveniente recordar aos nobres Colegas que temos um compromisso em curso, um compromisso que, aliás, vem de longa data e que, tal como ocorre com as propostas oriundas do Executivo, é ansiosamente aguardado por boa parte da população brasileira.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, no momento adequado, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP) – Pois não, Senador Paulo Paim, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que faz sobre a reforma do Judiciário. Não sou advogado, mas, como dizia outro dia na tribuna, recebo em torno de 800 correspondências por dia no meu gabinete. Não daria para relatar o número de cartas e de **e-mails** que recebo falando da morosidade do Judiciário. Vou comentar hoje na tribuna o caso de um cidadão que não é do meu Estado, é de Recife. Ele completa amanhã 100 anos de idade – vou citar o nome dele depois. Ele está esperando o resultado de um processo por ele instaurado há mais de cinco anos e que lhe trará um benefício. Ele apela para que eu interceda junto

ao Judiciário no sentido de que, independente do resultado, seja votado o seu processo, antes naturalmente que ele, queiramos ou não – ele escreve na carta –, mude desta vida para a outra, antes que ele venha a falecer. É urgente que se faça a reforma do Judiciário por uma série de motivos, mas friso esse, que tem um cunho social, porque as pessoas ficam na expectativa de receber seus direitos, mas, infelizmente, vêem os anos se acumulando e não têm sequer a resposta se vão ou não recebê-los. E há aqueles inúmeros casos em que a decisão só vem depois que a pessoa faleceu, ficando, enfim, para a família decidir o que fazer com o resultado da ação. Por isso, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e o Relator da matéria, Senador José Jorge, com quem eu questionava sobre esse assunto, que naturalmente será debatido na reforma do Judiciário. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, que vem enriquecer a intenção do nosso discurso.

Neste momento histórico em que o País procura novos caminhos para crescer e reduzir as desigualdades, promovendo a inclusão dos marginalizados, é fundamental lembrar que o melhor instrumento de resgate social e de promoção da cidadania continua sendo um sistema judiciário eficaz, ágil e acessível a toda a comunidade. Esse é um compromisso fundamental para todos nós, e o caminho mais curto para torná-lo realidade é a reestruturação de um sistema judiciário voltado para os interesses maiores da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de aproveitar esses cinco minutos desta comunicação inadiável para falar sobre a reforma política.

Como todos sabemos, há um profundo interesse em todo País no sentido de que a reforma política seja votada no Congresso Nacional para viabilizar a governabilidade do Brasil.

Há cerca de 15 anos, com a Constituição de 1998, foi implantada no Brasil uma democracia que

tem funcionado bem do ponto de vista eleitoral. Os Presidentes têm sido eleitos e assumido de maneira tranqüila, têm governado e o Congresso tem funcionado. Agora, além da democracia, temos que ter a governabilidade, que, no Brasil, ainda é muito precária. É que, na realidade, não temos instituições partidárias fortes. Por quê? Porque o nosso sistema partidário, até agora, tem fortalecido mais o político como indivíduo do que o partido como um todo. Verificamos, no próprio processo eleitoral, que esse sistema proporcional, na realidade, não é mais utilizado quase por nenhum outro país do mundo, pelo menos na forma como está aqui empregado.

Os sistemas que estão por aí, na Espanha, em Portugal, na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra, em todos os países, principalmente países desenvolvidos do primeiro mundo, ou são proporcionais com listas partidárias ou são distritais ou são sistemas mistos, quer dizer, que juntam o sistema proporcional por lista e o sistema distrital. Esse sistema proporcional em que a lista é feita pela votação individual de cada Deputado é antiquado e gera esse individualismo exacerbado que desprestigia, fundamentalmente, as estruturas partidárias.

Considerando que essa reforma política deveria ser priorizada, nessa última semana, verificamos dois fatos que considero de muita gravidade. Em primeiro lugar, o fato de a reforma política não ter sido incluída na agenda da convocação extraordinária. Essa reforma tem projetos que já foram aprovados pelo Senado, que estão na Câmara e que poderiam ser votados tranqüilamente durante essa convocação.

Em segundo lugar, em relação à reforma do Judiciário, para a qual fui designado Relator há duas semanas, estou iniciando os estudos sobre o tema. Portanto, não há possibilidade de ela ser votada durante esta Convocação Extraordinária. Existe a possibilidade de ela ser discutida, faremos convocações e a estudaremos, mas não de ser votada. No entanto, a reforma do Judiciário foi incluída na pauta de convocação, enquanto a reforma política não o foi. Nós, do PFL, estamos fazendo um requerimento para que se inclua essa reforma na Convocação Extraordinária.

Mais grave foi a reunião que o Ministro José Dirceu realizou ontem na casa do Deputado João Paulo. Homem de passado partidário, foi Presidente do PT – um dos seus criadores – durante anos trabalhou no sentido de montar esse Partido, que começou pequeno e pouco a pouco foi crescendo, até assumir algumas prefeituras, alguns governos estaduais e, finalmente, a Presidência da República, como, aliás, outros partidos, como o PSDB e o PFL, o Ministro José

Dirceu levou para essa reunião uma proposta que considero, no mínimo, indecorosa. Prontamente, rejeitada pelos demais líderes partidários, a proposição simplesmente cria um novo partido para incluir os adesistas e as pessoas que querem apoiar o Governo, saíram de outros partidos e não querem ir para nenhum dos atuais. Esses Parlamentares iriam para esse novo partido. Até aí tudo bem. A lei eleitoral permite a fundação de vários partidos, mas a proposta é de que cada Deputado, quando fosse para o partido, levasse o seu tempo de televisão e sua participação na receita do fundo partidário.

Ora, meus amigos, essa proposta implica um retrocesso inacreditável!

E o que ocorreu, na prática, na reunião? Os Líderes dos partidos atuais rejeitaram a proposta, como o Deputado Roberto Jefferson\*, Líder do PTB; o Deputado Valdemar Costa Neto\*, Líder do PL; e o Líder do PSB. Enfim, todos os Líderes tiveram que rejeitá-la, porque, na realidade, é uma proposta que caminha no sentido contrário ao da reforma partidária ou da reforma política, que visa fortalecer os partidos.

Se, por um lado, o Governo não coloca na pauta de votação da convocação extraordinária os projetos já aprovados no Senado, que estão na linha de fortalecer os partidos, e, por outro lado, faz uma proposta dessa dimensão, que é quase um retrocesso ao tempo da ditadura militar, do casuísmo, creio que temos de ficar preocupados com essa reforma política.

Penso que nós, do Congresso, temos de tomar a iniciativa de voltar a discutir a reforma política, para que seja aprovada de uma maneira positiva, no sentido de fortalecer os partidos. Se formos esperar o Executivo, temo que as propostas venham para desmoralizar e enfraquecer os partidos políticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Rodolfo Tourinho, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder, por cinco minutos para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, leio trecho de artigo do jornalista Otavio Frias Filho, que peço seja transcrito nos Anais da Casa.

(...) Lula foi, sem dúvida, vítima de preconceito. A noção de que alguém sem diploma universitário não poderia ocupar a Presidência revela uma percepção estreita, beletista e obsoleta sobre o exercício do poder. Demorou para que a maioria do eleitorado se convencesse disso. E, quando essa mudança ocorreu, demos mais um passo para ampliar a democracia.

Então o preconceito passou a operar com sinal invertido.

Diante da iminência de sua vitória, Lula encarnou o malandro da literatura popular, mais esperto que os espertos, capaz de dar nó nos figurões da alta roda. O mesmo sentimento que repudiava por ser “povo” passou a enaltecê-lo por ser vitorioso, numa versão sutil, inconsciente, da “lei de Gérson”.

A lacuna escolar é uma adversidade que Lula venceu por seus méritos, que são muitos. Mas é evidente que não pode ser convertida em virtude, sob pena de dizermos às crianças: estudar é ruim, conhecer é um defeito, saber mais nos torna impuros ou corrompidos. Lula poderia ter se preparado nos últimos 20 anos, quando teve tempo e condições para tanto, mas não o fez.

Do primeiro líder popular a atingir o Planalto, esperava-se que reconhecesse tais limitações, não que as transformasse em apanágio. Esperava-se também que não se deixasse deslumbrar por jóias ou manicures, e que o êxito – fugaz como todo sucesso – não lhe subisse à cabeça. Algum outro poderia ser uma espécie de Figueiredo, mas que Lula esteja a caminho disso é mais uma ironia e mais uma decepção.

Como segundo tópico deste pronunciamento, Sr. Presidente, resumiria aqui discurso que peço seja transcrito na sua integralidade nos Anais da Casa a respeito da agricultura brasileira.

A jornalista Sheila Raposo, do jornal **Correio Braziliense**, assinou belíssima reportagem intitulada “Agricultura Salva Economia do País”, destacando a tenacidade e a pujança essenciais à nossa economia e até à nossa vida social, mas não credita méritos ao Governo atual. Até porque, se ele é muito jovem para ser criticado, é muito jovem, com toda a certeza, para ter feito tanta coisa, a ponto de produzir uma safra recorde de 114 milhões de toneladas de grãos neste ano. E a jornalista, Sr. Presidente, mostra a evolução da agricultura brasileira nos últimos dez anos e fornece dados sobre o agro-

negócio: exportações atingiram o maior valor dos últimos quinze anos – US\$8,189 bilhões – agora neste ano, e geraram um superávit comercial, neste início de Governo Lula, de US\$6,634 bilhões. O agronegócio responde, hoje, por 27% do Produto Interno Bruto, gera 40% dos empregos e responde por 40% das exportações. Entre maio do ano passado e abril do corrente ano, apresentou superávit de US\$22,200 bilhões.

Sr. Presidente, por essa razão, fui o primeiro signatário da CPI, já lida e a ser instalada em agosto, destinada a investigar as atividades ilegais e atentatórias à democracia brasileira, praticadas pelo chamado Movimento dos Sem-Terra. Se é verdade que a ação supostamente revolucionária traz intranquilidade ao campo e vira um problema de efetiva segurança nacional, é verdade também que há razões econômicas muito fortes para agir da maneira que agi: a balança comercial brasileira é posta em xeque na medida em que continua a desordem no campo. E o Governo Lula é flácido, chegando a ser absolutamente leniente, permissivo, em relação às atividades do MST. O símbolo foi o bonezinho de ontem; aquilo, longe de parecer espírito democrático, demonstrou fraqueza, falta de senso, de colocação de um Presidente da República, que tem de desempenhar um papel sóbrio na maior parte do tempo. Eventualmente, pode até brincar, mas não brincar o tempo inteiro. Aquilo foi o retrato da impotência do Governo diante de um MST que lhe desafia todos os dias a autoridade.

Por isso, Sr. Presidente, antes de finalizar este pronunciamento, peço que seja dado como lida a parte restante, que contém dados muito honestos da jornalista Sheila Raposo. Ela põe o dedo na ferida: a safra 2002/03 foi plantada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e está sendo colhida pelo Presidente Lula – safra brilhante, colheita que, sem dúvida alguma, espero brilhante também. Não é possível que se queira pregar mais esta “peta” na consciência dos brasileiros, de imaginar que chegou alguém milagroso, salvador da Pátria, aquele que põe boné, tira boné e, nas horas vagas, planta, colhendo meses depois – planta em janeiro e colhe em março uma safra grandiosa como essa!

Encerro, dizendo, ainda, que tenho visto com preocupação essa escalada de factóides, de gestos que o Presidente faz, com certeza, muito bem orientado por marqueteiros, mas que começam a causar certo cansaço à Nação; a mim, pessoalmente, tem causado certo cansaço, sim, e eu costumo tratar o Presidente com muita simpatia pessoal. Sua Excelência tem encenado vários tipos: às vezes, é o indignado – anda de um lado para o outro, como se fosse um pastor em pregação num púlpito; outras vezes, é o

bem-humorado – sempre uma piada para o interlocutor, sempre um gesto simpático, na linha do “Lulinha, paz e amor”, de tanto êxito na campanha eleitoral; em outros momentos, é o símbolo – se gaúchos vão lá, veste-se de gaúcho; se vai o MST, para mostrar que consegue levar todas as pessoas na sua boa conversa, faz aquele símbolo de submissão ao MST colocando o tal boné. Não adianta disfarçar, pois eles saíram da reunião dizendo que vão continuar as invasões.

Faço hoje uma proposta ao Presidente. Sua Excelência já tem encenado tantos tipos; vou-lhe pedir que encene mais um. Já fez o mal-humorado; o “Lulinha paz e amor”; o militante do MST; o amigo da Febraban – todos os tipos. Peço-lhe que encene mais um tipo: que, desta vez, encene o Presidente sóbrio, o Presidente que senta para assinar, para despachar; o Presidente que senta para ouvir os seus Ministros; o Presidente que procura evitar tudo que é demasiado, nos gestos – até porque os gestos do Presidente de uma grande República como a brasileira devem ser naturalmente comedidos, naturalmente conscientes e prudentes, capazes de revelar que o homem que os adota é experimentado a ponto de ter sido votado para Presidente de uma das Repúblicas mais importante do mundo. Que Sua Excelência faça isso, seja pela beleza do espetáculo eleitoral que protagonizamos aqui, pela consolidação da nossa democracia, seja porque somos uma democracia grande, de 170 milhões brasileiros, seja porque somos uma grande democracia, aquela pela qual tanto lutamos, pela qual o Presidente Lula tanto lutou, e que não deve ser empanada pelo gesto teatral, que não é sequer de grande alcance, pelo brilhareco, pela pantomima, pela encenação. Mas, a encenar algum tipo a mais, que não seja nada mais parecido com as aparições performáticas de até aqui. Daqui para frente, se Deus quiser, até o final do seu mandato, que encene o Presidente sóbrio, que encene o presidente comedido, que encene o presidente prudente e que encene o presidente capaz de ouvir mais do que falar e decidir por aquilo que é realmente melhor para o Brasil e não pensando em publicações nas páginas do dia seguinte.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a falta de argumentos consistentes para justificar sua inépcia, o Governo Lula tem-se esmerado em repetir, indefinidamente, antigas e desgastadas críticas à administra-

ção anterior, do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa fórmula, tão desgastada quanto inconvincente, já não surtia efeito junto às pessoas minimamente informadas no começo da atual gestão. Agora, não ilude o mais desavisado dos brasileiros, eis que a realidade cotidiana dos fatos desmente, categoricamente, o mais disciplinado dos porta-vozes.

É o que observo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em recente reportagem do jornal **Correio Braziliense**, que tenho em mãos, assinada pela jornalista Sheila Raposo. A reportagem, intitulada Agricultura salva a economia do País, destaca, como se pode esperar, a tenacidade e a pujança essenciais à nossa economia e até nossa vida social, mas não credita qualquer mérito ao Governo Lula. Pelo contrário, esmera-se em destacar os feitos do setor agrícola nos governos anteriores, e, embora não faça referência nominal aos chefes de Governo, fica claro que a Administração Fernando Henrique foi considerada extremamente profícua para a agroindústria brasileira.

A jornalista observa, logo no início de sua matéria, que o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, citou a prosperidade do setor agrícola para garantir que o País não está em recessão”.

O Ministro, cuja serenidade e competência tenho louvado, não teve a humildade, Sras. e Srs. Senadores, de admitir que essa prosperidade foi obtida em governos anteriores aos quais o seu partido fazia sistemática oposição e para os quais reservava as mais contundentes críticas. No entanto, a jornalista mostrou ter espírito crítico, como se pode depreender do seguinte comentário: “Ele (o Ministro) errou em relação a situação econômica do País – que, de fato, segue rumo a mais um período de retração do Produto Interno Bruto. Mas acertou em cheio ao dizer que a atividade agropecuária brasileira cresce de forma espetacular”.

Há anos, Sr. Presidente, o agronegócio vem proporcionando as melhores notícias dos cadernos e suplementos de economia. Aliás, esse setor tem papel histórico na economia brasileira, garantindo o crescimento ou, no mínimo, impedindo o agravamento das recessões econômicas quando a indústria e o setor de serviços apresentam desempenho deficitário.

Além de a agropecuária ter participação expressiva na formação do nosso PIB, seu desempenho se reflete em toda a cadeia produtiva, em efeito cascata. Os números do agronegócio relativos ao primeiro quadrimestre deste ano são eloqüentes: as exportações do setor atingiram o maior valor dos 15 anos – 8 bilhões e 189 milhões de dólares – e geraram um superávit comercial de 6 bilhões e 634 milhões de dólares. O agronegócio responde por 27% do Produto

Interno Bruto, gera 40% dos empregos e responde por 40% das exportações. Entre maio do ano passado e abril do corrente, apresentou superávit de 22 bilhões e 200 milhões de dólares.

Agora, Sr. Presidente, o setor agrícola nos brinda, mais uma vez, com uma safra recorde, estimada pelo IBGE em 116 milhões de toneladas de grãos.”

As boas notícias não param por aí, diz a jornalista Sheila Raposo: “Nos últimos 13 anos, a área plantada no Brasil cresceu 12% enquanto a produção teve aumento de 99%. A média da produtividade por área, nesse período, subiu 74%, conforme revelou o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues”.

Nesse ponto, quero destacar a declaração feita à jornalista pelo Ministro Roberto Rodrigues: “Nenhum país agrícola importante do mundo teve desempenho que permitisse tamanha exploração de crescimento”.

Obviamente, esse desempenho não pode ser creditado ao Governo Lula, que ainda não mostrou a que veio. Em seis meses, a administração Lula encontra-se absolutamente paralisada. Suas ações mais marcantes tem sido manter os juros em patamares elevadíssimos de repetir incansavelmente a desgastada cantilena de que encontrou o País em situação ruim.

É de se perguntar o que tem de prático, de concreto, o Governo Lula pela agricultura. Aliás, é de se perguntar o que tem feito o Governo Lula no apenas no que respeita a agricultura, mas no fomento a toda atividade produtiva e no desenvolvimento de projetos sociais!

O partido do atual Presidente da República critica, por exemplo, a política de Reforma Agrária do Governo Fernando Henrique Cardoso. Concedamos que, dadas as dificuldades de toda ordem, a reforma agrária tenha atendido, plenamente, os anseios da população do campo e os objetivos governamentais, na administração anterior. Entretanto, foram assentadas 600 mil famílias, o que enseja uma indagação perturbadora: como vão os assentamentos no Governo Lula?

O mesmo ocorre quando se trata da atividade produtiva em geral. Admitamos que os juros pudessem estar asfixiantes. Tendo assumido o Governo, a equipe do Presidente Lula pode, sem sustos, reduzir as taxas, mas reluta em fazê-lo. Essa contradição revela o mais deslavado estelionato eleitoral ou o mais absoluto despreparo para governar.

O bom desempenho do setor agrícola nos últimos anos pode ser constatado também pelos relatórios do próprio Ministro da Agricultura. Em relação a safra de grãos, por exemplo, pode-se verificar que a colheita na safra 1990/91 foi de 57 milhões, 800 mil toneladas; na safra 1995/96, no início do Governo Fernan-

do Henrique, foram colhidas 73 milhões e 800 mil toneladas; na safra 2000/2001, a produção alcançaria o patamar de 100 milhões e 300 mil toneladas, e a presente safra, como corolário de tudo o que se fez pela agricultura nos anos anteriores, deve ficar, conforme já salientei, acima de 116 milhões de toneladas.

A estimativa da safra 2002/2003 apresenta números invejáveis em praticamente todas as culturas. O algodão (em pluma) deverá ter colheita de 829 mil toneladas; o trigo, de 4 milhões 514 mil toneladas; o arroz, de 10 milhões 616 toneladas; o milho, considerada apenas a primeira safra, 33 milhões 696 toneladas; e a soja, nada menos que 50 milhões de toneladas.

A produtividade, no Governo Fernando Henrique, também deu saltos invejáveis, com uma variação positiva de 25% no cultivo da soja; 27% no do arroz; 33% no caso do trigo; 35% no do milho; 54% na produção do feijão e do amendoim; e 137% na colheita do algodão.

Somente no segundo período Governo Fernando Henrique, as exportações agrícolas cresceram 15%; a redução das importações de produtos agrícolas foi de 46%; e o aumento do saldo comercial do setor ficou em 52%.

Nesse mesmo período, a exportação de açúcar aumentou 8%; a de carnes, dobrou: 101%; e a de pescados extrapolou: nada menos que 228%. Além disso, passamos da condição de importadores para a de exportadores no caso do milho e do algodão.

Isso não se consegue com palavras vazias ou com “bravatas”. O Ministro Patine de Moraes preocupou-se em abrir novos mercados, por exemplo, para o setor de carnes, destacando-se o programa Brazilian Beef, para a carne bovina, a expansão da venda de suínos para a Rússia e a ampliada exportação de frangos para Europa e Oriente Médio.

Além disso, obtivemos vitória no contencioso com o Canadá, referente suposta contaminação da carne brasileira pela encefalite espongiiforme bovina, a doença da “vacca louca”. Outras medidas tomadas na administração passada, altamente meritórias, foram a regulamentada Lei de Agrotóxicos; a Certificação de Origem para a cachaça; a ampliação da Zona Livre de Febre Aftosa, com vacinação de 120 milhões de bovinos; o estabelecimento de Zona Livre de Peste Suína Clássica; a implantação do Sistema de Rastreamento de Bovinos e Bubalinos; a institucionalização do Programa Nacional de Erradicação da Brucelose e da Tuberculose; a ampliação da habilitada para exportação de carne de aves para a União Européia.

No que se relaciona à política agrícola, é mister lembrar a renegociadas das dívidas, num total de 25 bilhões de reais, beneficiando mais de um milhão de produtores rurais; o estabelecimento de juros decrescentes e prefixados para o crédito rural; o aumento dos recursos destinados ao Plano Agrícola e Pecuário, num total de 108% em apenas três anos; a entrada em vigor das novas leis de Armazenagem e de Classificação de Produtos Vegetais; a redução das alíquotas do Seguro Rural; a implementação do Plano Agrícola e Pecuário, contemplando atividades como a fruticultura, a aquicultura, a produção de borracha, a recuperação de pastagens, a floricultura e muitas outras.

Enquanto certos adversários nossos deblateravam, nós, da administração e da sustentação política do Presidente Fernando Henrique, trabalhamos. O resultado, Senhor Presidente, está aí, refletido no imenso salto que deu a agroindústria brasileira nos últimos oito anos, a exemplo de outros setores cujo desempenho os opositoristas de então procuraram encobrir. Mas, ao fim e ao cabo, a verdade ressurgiu, e a verdade que o Governo Fernando Henrique fomentou com êxito a atividade agropecuária, que pode agora contribuir para desencadear o Programa Fome Zero, antes que o próprio programa morra de inanição.

Ao trazer para os nobres Colegas alguns dados que confirmam o da administração Fernando Henrique também no setor agrícola, espero que a equipe do Presidente Lula possa neles inspirar-se para falar menos e agir mais, de forma a reduzir a crescente insatisfação de milhões de brasileiros que se sentem ludibriados por tantas – e vãs – promessas de campanha.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

**Otavio Frias Filho**

**PRESIDENTE DESLUMBRADO**

Quando o general João Baptista Figueiredo foi indicado para a sucessão do general Geisel na Presidência da República, deflagrou-se uma intensa campanha de propaganda destinada a tornar o “candidato” conhecido e popular. A eleição era indireta, mas o clima de abertura política recomendava o esforço para seduzir uma opinião pública cada vez mais indócil.

Ora, o general Figueiredo era pessoa pouco indicada para exercer a função. Somente o desejo de Geisel e de Golbery de tutelar o sucessor explica que

a escolha tenha recaído sobre ele, que passou longos anos no Planalto sem aprender (nem esquecer...) quase nada. Figueiredo era inepto, inábil, bronco e boçal. Essas qualidades, na alquimia publicitária, foram convertidas em “franqueza” e “simplicidade”.

Infelizmente, a conduta pessoal do presidente Lula traz ecos daquele seu antecessor. Na hipnose coletiva que se seguiu à eleição e que tolheu todo espírito de crítica, Lula foi apresentado como autêntico líder popular, como figura histórica que, respaldada num partido de massas organizado, romperia o círculo de ferro das “elites”, como dizia Collor, em torno do poder.

Tudo isso é verdade, mas nem toda a verdade. O fato de Lula ser um caso raríssimo de político de extração popular que se manteve fiel à origem e a um partido programático não o torna imune à crítica. Sobre tudo por parte da imprensa, cuja função de utilidade pública é problematizar, interpelar, incomodar os governantes, em especial enquanto são populares.

Lula foi, sem dúvida, vítima de preconceito. A noção de que alguém sem diploma universitário não poderia ocupar a Presidência revela uma percepção estreita, beletista e obsoleta sobre o exercício do poder. Demorou para que a maioria do eleitorado se convencesse disso. E, quando essa mudança ocorreu, demos mais um passo para ampliar a democracia.

Então o preconceito passou a operar com sinal invertido. Diante da iminência de sua vitória, Lula encarnou o malandro da literatura popular, mais esperto que os espertos, capaz de dar um nó nos figurões da alta roda. O mesmo sentimento que o repudiava por ser “povo” passou a enaltecê-lo por ser vitorioso, numa versão sutil, inconsciente, da “lei de Gérson”.

A lacuna escolar é uma adversidade que Lula venceu por seus méritos, que são muitos. Mas é evidente que não pode ser convertida em virtude, sob pena de dizermos às crianças: estudar é ruim, conhecer é um defeito, saber mais nos torna impuros ou corrompidos. Lula poderia ter se preparado nos últimos 20 anos, quando teve tempo e condições para tanto, mas não o fez.

Do primeiro líder popular a atingir o Planalto, esperava-se que reconhecesse tais limitações, não que as transformasse em apanágio. Esperava-se também que não se deixasse deslumbrar por jóias ou manicures, e que o êxito -fugaz como todo sucesso- não lhe subisse à cabeça. Algum outro poderia ser uma espécie de Figueiredo, mas que Lula esteja a caminho disso é mais uma ironia e mais uma decepção.

*Otavio Frias Filho escreve às quintas-feiras nesta coluna.*



**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para requerer a minha inscrição, como terceiro inscrito, para uma comunicação inadiável assim que for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, que terá vinte minutos assegurados para o seu pronunciamento.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de fazer uma pequena reflexão sobre o cargo de Presidente da República. Vi, historicamente, presidentes que assumiram o cargo na juventude de seus quarenta, quarenta e cinco anos, e, ao término de quatro anos, estavam com seus cabelos brancos. Lamentavelmente, no Brasil, só tivemos uma experiência em que o presidente pôde, depois de quatro anos do exercício do cargo, com a reeleição, melhorar consideravelmente a sua **performance** e, em algumas oportunidades, como no caso do Brasil, até piorar.

A experiência dos primeiros anos é fundamental, e é pensando nisso que faço esta reflexão. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com apenas cinco meses de mandato, tem se esforçado, tem procurado, de todas as formas, representar a massa de eleitores brasileiros, homens e mulheres de todas as regiões do Brasil que depositaram tanta confiança na sua eleição para presidente da República.

Entendemos algumas situações – algumas reprovadas, outras comentadas, outras que poderiam ter sido evitadas –, mas tenho absoluta certeza e a convicção de que esses primeiros meses, também para um presidente, como o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, são meses de aprendizado. Vamos partir para uma fase muito mais objetiva, muito mais clara, agora que a economia está chegando no seu lugar, que as coisas estão se acertando, que o governo começa a dar sinais de que temos, sim, luz no fundo do túnel. Tenho a certeza absoluta de que estamos no caminho certo.

Quero, Sr. Presidente, falar neste meu pronunciamento de hoje à tarde sobre um dos assuntos que mais preocupam, preocupam o governo, as lideranças políticas e empresariais e, sobretudo, preocupa-me como Senador representante do Estado de Minas Gerais, que é um dos mais importantes Estados exportadores do Brasil. Minas exporta automóveis, exporta têxteis, exporta produtos agrícolas, minério

de ferro, aço. O nosso Estado é um Estado exportador. E sempre que se fala em Alca, na Associação de Livre Comércio das Américas, nós, mineiros, ficamos preocupados, porque, da maneira como a questão da Alca está sendo conduzida, ficamos sem saber se o que virá será bom ou ruim para o Brasil.

Há algum tempo, termos e expressões que dizem respeito a experiências de integração regional, tais como a União Européia, a própria Alca e o Mercosul desceram do pedestal acadêmico e das altas rodas diplomáticas para fazerem parte do cotidiano do cidadão comum, do estudante universitário, do profissional liberal, do motorista de táxi, do funcionário público, de todos nós. Ao abrirmos qualquer jornal, revista semanal ou publicação especializada, invariavelmente, nós nos deparamos com prognósticos otimistas ou ameaças catastróficas na hipótese de o Brasil aderir a este ou àquele modelo de integração econômica. A exposição que o fenômeno das integrações regionais apresenta hoje na mídia está plenamente justificada pela abrangência e pela e pela complexidade das negociações.

A hipótese, Sr. Presidente, de criação da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, tem uma dimensão significativa, pois é difícil conceber que algum setor da economia passará incólume nesse processo. Em verdade, a Alca traz consigo, simultaneamente, muitas oportunidades e muitos riscos para o nosso País. O Brasil não será o mesmo depois da implantação da Alca. Não será o mesmo do ponto de vista econômico, não será o mesmo do ponto de vista social. Certamente serão afetadas as nossas relações de serviço com os demais países do hemisfério e certamente as nossas relações diplomáticas.

Um estudo recente da Associação Latino-Americana de Integração, a Aladi, analisa potenciais vantagens e desvantagens que teria o Brasil caso aderisse à Alca.

Esse estudo, Sr. Presidente, identificou 38 setores e 176 produtos brasileiros ameaçados pela concorrência adicional que a abertura comercial do Mercosul aos demais países da Alca representaria. Esses produtos englobam 10% das exportações totais e mais da metade das exportações para a região. A maior concentração está em setores da atividade industrial, tais como máquinas, equipamentos de transporte, papel, manufatura de borracha e de plástico.

E neste ponto é importante lembrar a relação que existe nas trocas comerciais entre o Brasil e o principal parceiro da Alca, que serão os Estados Unidos.

Hoje, os dez produtos que nós, brasileiros, exportamos mais freqüentemente para os Estados Uni-

dos são taxados, ao chegarem em território americano, em cerca de 40%, enquanto que os dez produtos americanos que nós mais importamos, de que nós mais necessitamos, chegam aqui e são taxados em aproximadamente 14%. Vejam bem: exportamos e nos cobram 40%; importamos e cobramos apenas 14%. Essa é a diferença.

Esse estudo recente da Associação Latino-Americana de Integração analisa essas lamentáveis dificuldades que temos.

Por outro lado, pelo lado das oportunidades, o estudo da Aladi aponta 35 setores e 79 produtos que poderiam encontrar na Alca um ambiente favorável para a expansão das exportações brasileiras. Esses setores, entre os quais se encontram os alimentos, as bebidas, a mineração, metalurgia e calçados respondem atualmente por cerca de dois terços das exportações do País e por uma variada gama de produtos.

Mas o problema, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é que encontramos sempre as chamadas barreiras alfandegárias e, nesse particular, temos que ter muito cuidado nas negociações que vamos fazer para a entrada do Brasil no contexto da Alca.

O Brasil hoje é um excepcional produtor de aço. Produzimos o melhor e mais barato aço, que concorre e tem mercado dentro dos Estados Unidos por ser bom e barato. Os nossos têxteis já ganharam o mercado americano e europeu. Temos qualidade na produção que fazemos.

O que não pode acontecer, Sr. Presidente, é sermos submetidos novamente ao que aconteceu há dois anos por ocasião da disputa entre a Embraer e a Bombardier canadense – aquela faz aviões no mesmo modelo e estilo desta. Ao chegar ao Canadá e ao mercado americano e europeu e tomar conta desses mercados, a nossa empresa foi criticada pelo governo canadense, que estava naquele instante tentando recuperar uma empresa falida, a Bombardier, criando para nós uma situação absurda, quantas e quantas vezes comentada nesta tribuna, na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, ao insinuar pelo mundo inteiro que o rebanho bovino brasileiro estava infectado com a “vaca louca”, ignorando, inclusive, que a “vaca louca” é uma doença transmitida pela proteína animal. O gado que come farinha de osso, por exemplo, pode contrair a “vaca louca”, mas o que come apenas vegetação, capim, este não vai, definitivamente, contrair a “vaca louca”.

Até isso fizeram com o Brasil para poder prejudicar as relações entre o Brasil e o resto do mundo, por assim dizer, porque conseguimos superar a indústria canadense, e até mesmo a indústria americana, na-

quele tipo de avião, de até 30 passageiros, que a Embraer estava fabricando e vendendo para vários países, como faz até hoje. Com que orgulho chegamos a uma exposição internacional como a de Le Bourget, que ocorre de dois em dois anos, a 40 km de Paris, e vemos o estande da Embraer mostrando o produto nacional, ou então olhamos para o alto, em qualquer país na Europa, e vemos, sim, um avião brasileiro cruzando os céus.

É nesse aspecto que temos que ter cuidado com a implantação da Alca, porque estaremos, na realidade, competindo em desvantagem. Não em desvantagem porque não sabemos produzir, pois sabemos e temos competência para tal, mas a questão das barreiras alfandegárias, das barreiras fitossanitárias que são colocadas aos nossos produtos agrícolas é algo que tem que ser amplamente conversado, discutido e acertado antes que o Brasil possa se comprometer a assinar um documento que o obrigue a cumprir as determinações de um Acordo de Livre Comércio das Américas.

A Alca não é, intrinsecamente, boa ou má para o Brasil. Mas uma questão é certa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: a Alca será tanto melhor quanto maior for o número de interlocutores hábeis a identificar os pontos fortes e as fragilidades que caracterizam o mercado nacional, e, nesse sentido, estamos convencidos de que o Parlamento tem um papel fundamental a cumprir, razão do discurso que faço nesta tarde, Sr. Presidente, porque, neste momento, na Comissão de Relações Exteriores do Senado da República, tão bem presidida pelo Senador Eduardo Suplicy, estamos iniciando as discussões que poderão, semanalmente, trazer para os Senadores daquela comissão a questão da Alca.

A proteção que o Brasil precisa tem que partir dos entendimentos, das discussões que serão feitas no Senado da República, na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional. Esta manhã, o Presidente Eduardo Suplicy, que se encontra presente, acertou os detalhes para que, a partir da semana que vem ou, no mais tardar, depois desta convocação extraordinária, possamos entrar nas discussões da questão da Alca, a fim de que o Brasil esteja preparado para assumir um compromisso. Na verdade, impuseram uma data, de 2005, para a participação do Brasil e dos outros países na Alca. Não sei e não posso afirmar, Sr. Presidente, se estamos em condições de participar desse livre comércio das Américas, com todas as barreiras que ainda são impostas aos produtos brasileiros.

Sei que está sendo apresentado um requerimento no sentido de se criar uma subcomissão de as-

suntos relacionados com a Alca para que os problemas sejam discutidos dentro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Posteriormente, talvez possamos unir Senadores e Deputados e produzir um documento capaz de assegurar ao Brasil a participação na Área de Livre Comércio das Américas, mas de uma forma que não prejudique os interesses do País, notadamente no setor de serviços, porque não adianta imporem condições e imporem data para que o Brasil entre em um mercado no qual nos estão sendo impostos todos os tipos de barreiras.

Queremos a abertura do mercado, sim, mas uma abertura de mercado que não prejudique os projetos em andamento no nosso País, notadamente na questão dos serviços.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Ouço o Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Quero saudar a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e a sua preocupação, bem como do Senador João Capiberibe e dos membros da Comissão de Relações Exteriores. Observamos a importância de o Senado Federal estar acompanhando de perto as negociações do Governo brasileiro relacionadas à formação, ao fortalecimento e ao aprofundamento do Mercosul e também em relação à entrada do Brasil na Alca, a partir de 2005, conforme declaração conjunta dos Presidentes do Brasil e dos Estados Unidos. Consideramos da maior relevância que o Senado Federal solicite ao Ministro Celso Amorim, conforme assinalou V. Ex<sup>a</sup>, informações precisas sobre entendimentos efetivos, se estão ou não acontecendo, e qual a natureza desses entendimentos, pois é importante que o povo brasileiro, os empresários, os trabalhadores e nós, do Congresso Nacional, possamos acompanhar de perto as negociações que estão sendo feitas. Inclusive porque o Ministro Celso Amorim tem ressaltado que os Estados Unidos, em diversas ocasiões, têm colocado à Organização Mundial do Comércio aspectos da negociação que seriam mais de interesse deles do que do Brasil, dificultando o que seria efetivamente de maior interesse do Brasil. Portanto, é muito importante que a Comissão de Relações Exteriores, conforme decidimos hoje, solicite que o Ministro das Relações Exteriores, em audiência, no mês de agosto, traga-nos todos os termos do acordo bem detalhados: quais as ofertas dos Estados Unidos? Quais os termos daquilo que os Estados Unidos têm proposto para o Brasil? O que o Brasil tem proposto? E se foi aceito ou não? Em que áreas iniciaremos? Na área de livre comércio? Se

vai ser algo de interesse apenas do capital, daqueles que desejam transferir fluxos de capital além das fronteiras das Américas? Se vai ser possível participar de licitações públicas municipais, estaduais e da União em igualdade de condições? Ou se o interesse é apenas o de transferir mercadorias e serviços, além das fronteiras, sem quaisquer barreiras? E quais seriam essas mercadorias e serviços? Aquelas em que os Estados Unidos têm dificuldade de competição? Em que medida essa integração levará em conta o ser humano e a possibilidade dos seres humanos estarem indo daqui para lá e de lá para cá? Ainda hoje, V. Ex<sup>a</sup>, eu e outros membros da Comissão de Relações Exteriores assinamos um ofício à Embaixadora Donna Hrinack e ao Embaixador Rubens Barbosa, sobre mais um brasileiro que está doente e detido na fronteira do México com os Estados Unidos, em condições totalmente desumanas. Esse assunto também tem que merecer o melhor esclarecimento possível. Estamos solicitando atenção imediata para esta situação de emergência. A Senadora Íris de Araújo acaba de me informar que foi marcada uma audiência com a Embaixadora Donna Hrinack, às 16 horas de segunda-feira, para tratarmos deste assunto, e enviaremos a carta sobre o rapaz detido. Ouviremos o Ministro Celso Amorim sobre todos esses temas, iniciando uma discussão organizada acerca dessas negociações, com um acompanhamento muito melhor do Senado Federal, a partir das próximas semanas.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Sr. Presidente, tenho mais um minuto e gostaria de acentuar que, nesta semana, a União Européia deu os primeiros passos para corrigirmos algumas distorções fundamentais no futuro entendimento entre o Brasil e os países que vão compor a Associação de Livre Comércio das Américas, porque na Europa já foi estabelecida a redução gradativa dos subsídios agrícolas.

É importante lembrar que, só no ano passado, os subsídios agrícolas americanos foram da ordem de US\$43 bilhões, e os subsídios entre os países da Comunidade Européia chegaram a 40 bilhões de euros. Como vamos competir? Somos os maiores produtores de suco de laranja, somos o segundo maior exportador de soja do mundo, temos uma agricultura e uma pecuária capazes, temos uma agroindústria extraordinariamente competente, mas de que maneira vamos competir, tanto no mercado americano quanto no europeu, na medida em que os subsídios para os produtores desses países chegam a algo em

torno de US\$40 bilhões a 50 bilhões anuais? Não temos como competir!

Por essa razão, estamos preocupados com todas as negociações que precisam ser feitas antes de assumirmos o compromisso de participar diretamente deste grande mercado comum que existirá nas Américas. Entendo que ele é inevitável e espero que aconteça também, como disse o Senador Eduardo Suplicy, na área de serviços e até mesmo, no futuro, abrindo as fronteiras. Já que nossos produtos circularão livremente entre fronteiras, que o povo também possa circular livremente. Não adianta um produto de outro país entrar e não ser barrado na fronteira e ocorrer casos como o do brasileiro que pretendia chegar aos Estados Unidos nesta semana. O jovem teve que se reportar às autoridades policiais e acabou sendo levado para o hospital em estado grave, porque tentou atravessar a fronteira americana.

Sr. Presidente, encerrando minhas palavras, faço um apelo para que o Brasil e o Congresso Nacional discutam amplamente a Alca nestes próximos meses, tão importantes, que antecedem a tomada de posição do Governo brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer dois registros.

O primeiro é um apelo ao Governo Federal. Durante esta semana, foi anunciado, pela Ministra Dilma Rousseff e pela Petrobras, que haveria um corte nos preços do combustível e do botijão de gás de cozinha, por conta da diminuição dos preços do dólar e do barril de petróleo no mercado internacional.

Ficamos muito felizes com isso, porque, ao longo do último mês, neste plenário, temos defendido a redução dos preços dos combustíveis.

Hoje, fomos surpreendidos com a decisão de que o Governo brasileiro e a Petrobras estariam adiando a queda de preços do combustível e do gás de cozinha devido a uma greve na Nigéria.

Ora, Sr. Presidente, apesar de a Nigéria fornecer uma parte do combustível brasileiro, não é possível que uma greve naquele país impeça a diminuição da inflação no Brasil e a melhora da condição do povo brasileiro. Se a Nigéria está em greve há três dias e não tem condição efetiva de entregar algum tipo de

combustível, o Governo brasileiro tem outros grandes parceiros que poderão fazer isso, como a Venezuela, que, há alguns dias, foi socorrida pelo Presidente Lula, quando enfrentava uma crise de falta de combustível. Por isso o nosso apelo ao Ministério das Minas e Energia.

Nós apoiamos a luta do atual Governo para baixar os preços administrados e para enfrentar o reajuste das telecomunicações, pois é um absurdo, na realidade salarial e econômica brasileira, até para o próprio funcionamento do mercado, um aumento de 40% nas tarifas telefônicas. Quanto às tarifas telefônicas, os preços são administrados, o Governo tem um contrato pactuado e legalmente não pode interferir. Mesmo assim, o Governo está atuando para baixar esse reajuste.

No caso da Petrobras, trata-se também de preços administrados, mas que não tem contrato, e o Governo pode atuar para reduzir os preços. Já demonstramos aqui que o preço do botijão de gás pode cair R\$12,00, a nível real do consumidor, se houver uma diminuição de R\$6,00 do lado da Petrobras, diminuindo o lucro, e de R\$6,00 do lado da distribuidora.

Portanto, apelo ao Governo, à Ministra Dilma Rousseff, para que, ao lutar contra o reajuste do setor de telefonia, o Governo também aja como majoritário e baixe os preços do combustível e do gás de cozinha.

Aproveito a oportunidade para registrar que participei do Fórum Econômico Mundial, que ocorreu em São Paulo, nessa última semana, onde foram discutidas questões importantes da macroeconomia brasileira e dos programas sociais. O evento foi realizado pelo Fórum Econômico Mundial e pelo Brazil Connection.

Fui convidado para debater no painel sobre os programas sociais do atual Governo e de que forma devemos enfrentar o desafio social do Brasil. Foi um debate bastante profícuo.

O Fórum Econômico Mundial é o mesmo que participa do Encontro de Davos.

Registro os meus agradecimentos pelo convite, pois tive a honra de ser o único membro do Parlamento brasileiro – do Senado e da Câmara juntos – convidado para esse debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Voltamos à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Senador Papaléo Paes, do PMDB do Amapá, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que nos ouvem pela televisão ou pela Rádio Senado, venho a esta tribuna como Senador do PMDB, que dá o apoio de seu voto neste Legislativo.

Mas entendo que as nossas lideranças estão encaminhando mal o nosso Partido. O PMDB é o maior Partido do Brasil, quantitativa e qualitativamente. Um quadro vale por dez mil palavras: quem está presidindo a sessão é o Senador Papaléo, do PMDB, substituindo o líder maior desta Casa, Senador José Sarney, do PMDB, que é maioria aqui. Então, o PMDB é essa história que fez renascer a democracia neste País, história que só a mitologia pode explicar, por meio de Ulisses, encantado no mar. Tancredo, com a força do povo, fazendo voltar a democracia; e Teotônio Vilela, mártir, doente, pregando a redemocratização. E como está no livro de Deus que “a árvore boa dá bons frutos”, há um filho aqui que devia inscrever-se no PMDB.

No meu entendimento, esse Partido não deve ser a base, mas a luz, como disse Cristo: “A luz, o caminho e a verdade”. Pela experiência de ter governado milhares de Municípios brasileiros, dezenas e dezenas de Estados, e por termos sido muitos reeleitos. E essa experiência eu trago aqui, Senador Sebastião Viana: um quadro vale por dez mil palavras. É um Partido de futuro. A experiência é necessária. Shakespeare afirmou que sabedoria é unir, é somar a experiência dos mais velhos com a ousadia dos mais novos: a experiência do PMDB – do MDB de guerra – com a ousadia dos mais novos do PT, de Sebastião Viana. E sábio é o nosso Senador Juvêncio da Fonseca, que representa a ética.

Mas essa experiência não está sendo aproveitada. E, Sebastião Viana, eu quero dizer que o Presidente Lula – todos nós sabemos – é uma figura mais vitoriosa do que a de Abraham Lincoln, decantada pelos americanos. Pela sua trajetória. Porque é afável, é sincero, é honesto, tem bons propósitos. Mas ele não está sabendo aproveitar o PMDB.

E quero dizer ao Suplicy, aqui presente, que esse negócio do Banco do Brasil criar banco popular para pessoas de baixa renda não vai dar certo. Quem diz isso é o Senador Mão Santa, que foi prefeito, governador duas vezes e que instituiu e fez funcionar o Banco do Povo. Isso não dá certo. Essa idéia existe por causa da inexperiência.

Atentai bem, Senadores Suplicy e Sebastião Viana, a nossa matemática é pouca. É igual à do Ministro Palocci. É de médico. Só sabemos mesmo o 12 por 8 da pressão; que quando o termômetro marca 42,

quebra; que a glicemia, com 150, induz o paciente ao coma. A nossa matemática é igual à do Ministro da Fazenda, como também está confirmando, com um sorriso, o médico que preside esta sessão, Senador Papaléo Paes.

Ora, diz-se aqui que o juro vai ser de 2% ao mês. Como é que pode dar certo se estamos vivendo na etapa da globalização, se estamos pregados? Agora há pouco, o Líder do PMDB, que é o Vice-Líder do Governo no sistema bicameral do Congresso, falou em globalização e Alca. Se o mundo está globalizado e o juro americano caiu para 1% ao ano, como pode aqui ser de 2% ao mês? Os mesmos produtos que serão fabricados por esses bem-intencionados – a camisa, o lápis, o sapato – vão competir com os de quem usou o capital de 1% ao ano.

Nobre Senador Sebastião Viana, companheiro médico e Senador, isso não dá certo. A intenção do Presidente Lula é nota dez, mas da intenção não vem a realização. E quero explicar o porquê: com a criação do banco popular, o Ministro Palocci forçaria os bancos privados a acompanharem a linha do juro baixo, de 2% – que, na realidade, é muito alto, mas baixo relativamente.

Nobre Senador Eurípedes, essa idéia não dá certo, porque o banco privado não vai cair nessa. Ele está acostumado aos lucros excessivos. E só ele está ganhando dinheiro. Quando não ganha, há o milagre do Proer. Não vai dar certo, porque o pessoal pequeno é justamente o que vai ter mais trabalho, o que precisará, para fazer a conta, do aumento do número de funcionários: demorará mais a fazer o cadastro, a entender as regras bancárias, as exigências. Não vamos ver banco privado aumentar seu quadro funcional para servir os mais pobres. Isso é uma hipótese vaga.

Então, eu queria trazer aqui a experiência dos Senadores do meu Partido. Temos que cumprir o nosso dever de despertar esse Governo. Copiar não é feio, e quem disse isso foi o maior administrador da história do mundo moderno, Jack Welch, um americano que tornou a GE a mais poderosa e moderna multinacional. Há dois livros publicados sobre ele, Senador Juvêncio, um de um jornalista e o outro dele, que se intitula **Jack Definitivo**. Esse livro vendeu mais do que o do Papa – e foram lançados na mesma época. E a imprensa, Senador Papaléo, ao entrevistar Jack Welch, perguntou-lhe como é que o seu livro teve uma vendagem superior à do do Santo Papa. E ele respondeu: “Bem, o Papa é realmente uma figura santa, mas acontece que o empresário sou eu. Se o Papa me entregar o livro dele, faço ele ser o mais vendido do mundo”. Isso é um fato.

Bill Clinton, cuja inteligência todos nós conhecemos, quando jogava golfe – aquele jogo em que cada partida demora quatro horas –, convidava Jack Welch para jogar, a fim de, entre uma jogada e outra, aprender administração. Então, Jack Welch ensinava que temos que copiar. Dizia ele: “Os executivos das minhas empresas viajam pelo mundo para descobrir o que há de bom. Eles me contam, e eu aplico”. Inventar é para Einstein. É difícil, Senador Papaléo Paes. Assim, o Governo brasileiro tem que copiar. Já houve Banco do Povo, que copiei no Piauí. Mário Covas, que foi Governador de São Paulo na mesma época em que fui Governador do Piauí, determinou ao seu Secretário do Trabalho, Walter Barelli, que o fizesse. Eu fiz o Banco do Povo, que funcionou e bem. É simples e funciona.

O Professor Muhammad Yunus estudou nos Estados Unidos, voltou para a Índia, e a sua região se libertou, transformando-se em Bangladesh. Ele criou, naquele povoado atrasado, o primeiro Banco do Povo.

O segredo é o seguinte: a primeira clientela são as mulheres, que representam quase 90%. Elas são mais corretas, mais decentes, mais honestas. Em toda a história da humanidade, Senador Juvêncio da Fonseca, assim é traduzido o comportamento das mulheres. Senadora Iris de Araújo, ao refletir sobre o maior drama da humanidade, que foi, sem dúvida alguma, a crucifixão de Cristo, vemos que todos os homens falharam: Anãs; Caifás; Pilatos; o pai de Cristo, José; e Pedro. Todos falharam, mas as mulheres, não. Estava lá a mulher de Pilatos dizendo que ele era justo, estava lá Verônica, como estão aqui, agora, as Senadoras Iris de Araújo, Serys Slhessarenko e Heloisa Helena. Naquela hora, estavam presentes as três Marias, como estão aqui as três mulheres.

O professor e economista Yunus – cujo livro, Senador Eduardo Suplicy, já li umas três vezes; e já assisti ao vídeo umas quatro vezes – dava preferência a fazer empréstimo para a mulher, para o lar. O pobre não tem o que o banco privado quer, Senador Papaléo Paes: um imóvel ou um patrimônio para hipotecar. Então, eles montavam grupos de amigos, e o empréstimo era feito para esses grupos seletivos. Isso funciona. Fizemos isso no Piauí, Senadora Iris de Araújo.

Podem alegar que, na Índia, só há pobres. Os Estados Unidos, Senador Papaléo Paes, também têm seus dramas de pobreza. O ex-Presidente Bill Clinton lançou um programa de combate à pobreza. E a esposa dele, que hoje é Senadora, Hillary Clinton, soube desse projeto e mandou chamar o Professor Muhammad Yunus, que, de repente, estava com o Presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, que ouviu a sua idéia

e a colocou em funcionamento. Como nós não podemos fazê-lo no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva?

Bill Clinton, inteligentemente — porque a formação cultural do norte-americano não iria permitir que expusesse no Congresso, na prestação de contas —, chamou a esposa e mandou que ela e o Secretário adotassem o programa, instalando agências no mesmo sistema do Banco Grameen, do Professor Yunus.

Hoje, esse banco funciona em cem países. Em São Paulo, não faliu – 50% dos Prefeitos mudaram e continuaram. No Piauí, fiz funcionar o Banco do Povo. E como funciona isso? Um quadro vale por dez mil palavras. Funcionava no serviço social, que era dirigido por minha esposa.

O Banco do Estado, depois dessa política do Governo passado, foi obrigado a federalizar um pequeno capital. O fundamento disso é a existência de um serviço social muito atuante, para conhecer as aptidões e a seriedade dos que querem trabalhar. Mas eu lhe daria um exemplo, o mais comum no Piauí: aos vendedores de pipocas, de cachorro-quente, de churros, entregamos centenas de carrinhos. Adalgisa e eu fizemos isso no serviço social. Era um empréstimo de R\$300,00. Qual é a política do banco? Juros altos e espaço pequeno. A política do Professor Yunus é alargar o prazo com prestações pequenas. Em Bangladesh, ele cobrava semanalmente; no Piauí, adotei o pagamento mensal. E quero lhes dizer: que povo honrado e correto é o pobre! Quem não tem mesmo vergonha é o rico. O Senador Papaléo Paes, como médico, sabe disso. Eu operava uma pessoa pobre na Santa Casa de Misericórdia, e, depois, ela trazia um galinha, um capote, para me pagar. O branco é que dá calote. Esses grandes caloteiros é que fizeram nascer o Proer. O pobre é honrado, o pobre tem vergonha, ele luta. Foi por isso que Deus mandou que Cristo nascesse entre os pobres, porque eles têm mais vergonha e dignidade.

Na prática, funcionava assim no Piauí, Senador Demóstenes Torres: para que um vendedor comprasse um carrinho de pipoca, era lhe concedido um empréstimo de R\$300,00. Acompanhei esse processo. Eles ganhavam dois salários mínimos. Eu conversava e acompanhava, para ter essa experiência. E, hoje, posso dizer ao PT que o PMDB está aqui para ser a luz desses Partidos coligados. E, por esse empréstimo, eles pagavam R\$10,00 por mês. Se ganhavam o equivalente a dois salários mínimos, R\$280,00, eles pagavam posteriormente. Praticamente não houve inadimplência. Eles têm vergonha. E assim pode funcionar.

Então, fica, aqui, registrada a nossa sugestão, a nossa colaboração, fruto da nossa luta, da nossa experiência, que é tão grande.

Concedo um aparte à Senadora Iris de Araújo, que possui uma experiência extraordinária em sistemas habitacionais, que ninguém possui mais do que o grupo do PMDB em Goiás. Homens e mulheres agradecidos falam que, em um dia só, o Governo do PMDB de Goiás, liderado pelo grande Iris Rezende, entregou mil casas aos sem-teto do Estado.

Ouço, com prazer, a Senadora Iris de Araújo.

**A Srª Iris de Araújo** (PMDB – GO) – Ouvindo V. Exª, fui obrigada a meditar, Senador Mão Santa. A primeira vez que ouvi seu apelido, que se tornou a sua marca, fiquei curiosa para saber quem era esse homem que tinha o nome tão expressivo de Mão Santa. Ovi, no Piauí, durante a campanha presidencial, o relato de várias pessoas que se referiam a V. Exª com o maior respeito, com a maior admiração. Ao vê-lo nessa tribuna fazendo-nos refletir sobre o momento que estamos vivendo no País; o momento depois das eleições, o momento em que este País foi balançado, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, pelos ventos da esperança de um Governo que se elegia sob a égide da mudança e da transformação daqueles que esperavam – e tenho a certeza que ainda esperam – que haja uma transformação. O nobre Senador nos expõe o seu pensamento de maneira clara, competente e prática, que considero a solução que este País espera. Senador Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, desculpem-me se estou tomando um pouco do tempo, mas devo dizer que, neste momento, o PMDB, o PT e os partidos aliados devem se unir para oferecermos propostas viáveis, a fim de este País realmente saia da condição subalterna em que viveu até agora e se transforme no País que queremos. A esperança ainda persiste, Senador Mão Santa, mas é preciso que os olhos e os ouvidos se abram e percebam que todas as linguagens, principalmente a que está sendo manifestada aqui, no Senado, por intermédio das Lideranças de todos os partidos, sejam entendidas como projetos que digam respeito ao bem deste grande País. São essas as minhas palavras ao ouvi-lo, Senador Mão Santa. Conheço a boa intenção de V. Exª ao assomar à tribuna, ao se colocar como um peemedebista que conhece os problemas e que sabe como fazer. A voz de V. Exª faz parte do coro que quer o bem do País. Congratulo-me com V. Exª e junto a minha voz à dos bem-intencionados, à dos que amam o País e que torcem para que o melhor aconteça, aprovando todas as propostas, todos os projetos que são viáveis.

Peço a Deus que o Senhor Presidente da República também nos ouça de onde estiver.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Mão Santa, V. Exª já ultrapassou 15% do seu tempo. Peço a sua compreensão.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço.

Estou vendo agora que os médicos estão evoluindo na matemática. O Ministro da Fazenda é médico; o Senador Papaléo Paes agora fez uma prova dos noves, ao fazer referência aos 15%. Mas eu pediria a aquiescência da Presidência porque a importância do tema é muito grande.

A Senadora Heloísa Helena está ao telefone, mas eu queria dizer a S. Exª, que é enfermeira, que só é chamada na hora da dor, da dificuldade, do sofrimento, que não sei como um Partido desse pode ameaçar uma figura generosa como essa! Não posso dizer que é um D. Quixote, porque é muito feminina, mas é uma figura simbólica para os humildes.

Mas é justamente o banco do povo que vai dar emprego. O BNDES empresta para os grandes grupos, que dão poucos empregos com grandes salários, porque a maquinaria moderna desemprega. São os pequenos que possibilitam a cura – e falo como médico – da maior doença deste País, que é o desemprego.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Quero lembrar que V. Exª ultrapassou em 25% o seu tempo. Portanto, não pode conceder apartes, pois seu tempo já se esgotou.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Quero dizer que o coração de V. Exª é maior do que a Senadora Heloísa Helena disse que era o coração do Senador Eduardo Suplicy.

Agradeço a intenção...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – O Regimento é maior do que o coração.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Segundo Rui Barbosa, só tem um caminho: a Lei e o Direito.

Vamos encerrar as nossas palavras agradecendo as boas intenções dos grandes Líderes que queriam usar da palavra. Em respeito à lei, cedemos.

Sabemos que são os cirineus que querem carregar a cruz de Luiz Inácio Lula da Silva de governar este País. Agradeço. Estão aqui os três cirineus, os verdadeiros homens que ajudaram na dificuldade de Cristo: o Eduardo Suplicy; o nosso Juvêncio, que se

igual a Rui Barbosa; e o nosso Delcídio, que seria, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, o transformador de um time que está aí, e que nos lembra as peladas de sábado, na seleção de ouro do Brasil de 1958.

São essas as nossas palavras e o nosso agradecimento a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, pela grandeza do seu coração, por nos permitir ultrapassar o tempo – e não é sem razão, porque V. Ex<sup>a</sup> é cardiologista.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, por cessão do nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

Lembro a S. Ex<sup>a</sup> que tem assegurados 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. Senadoras, Srs. Senadores,

Se lembra quando toda modinha falava de amor, pois hoje só dá erva daninha no chão que ele pisou. (Chico Buarque)

Quando o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo deixou o poder, em março de 1985, e encerrou o ciclo dos governos militares, rogou ao povo brasileiro que o esquecesse. As palavras do último general foram interpretadas à época como mais uma indelicadeza de quem administrou o Brasil por seis anos, lançando mãos do linguajar da cavalaria, mas, no fundo, o Presidente Figueiredo reconhecia a antipatia que a sociedade alimentava pelos militares. Também pudera, o golpe de 64, que viera para trazer progresso, manter a ordem no capital e trabalho, salvar o País dos títeres de Moscou e acabar com a corrupção, terminou em estertor.

A inflação fechou, em 1984, segundo o IBGE, em 223,9%. A economia planificada e reclusa evidenciava o exaurimento do modelo estatizante. A rejeição às eleições diretas reforçou a repulsa política ao regime de farda, enquanto a vilania dos aparelhos de fabricar dor e morte nos quartéis, embora desativados, corroíam as Forças Armadas por dentro.

Quanto à corrupção, o mal da rapinagem ingressou nas vísceras do regime por intermédio da tortura e não foram poucos os espetáculos vexaminosos que produziram escândalos do tamanho dos golpes hodiernos contra a temperança da viúva, como o da Mandioca, das Polonetas e o da Coroa – Brastel, entre outros. O período de exceção, com certeza, fez avançar o setor de infra-estrutura do Brasil, mas a um custo político que atrasou a Nação em duas décadas. Felizmente, o País soube realizar a transição democrática sobejamente negociada, praticamente imune aos tra-

umas e fantasmas que até hoje atormentam os vizinhos Argentina e Chile. Gostaria de reconhecer o quanto, na minha juventude, injustamente excomuniquei o Governo José Sarney. A paciência e a tolerância que imaginava serem atos de pusilanimidade do ex-Presidente, hoje compreendo como o comportamento altivo de quem tinha o delicado dever de dar livre trânsito à consolidação da democracia.

A doutrina do Brasil “ame-o ou deixe-o” foi suplantada pelo “braço forte e mão amiga”, ou seja, a inserção incondicional das forças militares num único propósito: o de servir o Brasil. Desde que deixaram o poder, as três Armas, hoje sob o comando do Ministério da Defesa, contribuíram muito para a grandeza do País e, junto com a Igreja, são uma das poucas instituições que passaram pela prova do Estado de Direito sem experimentar os apupos da opinião pública.

Observem, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o Estado democrático e a liberdade de expressão abriram as entranhas de praticamente todas as instâncias dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do alto comando do Executivo. A Nação pintou a cara, desfez-se de um Presidente malandro e seguiu adiante sem a menor sombra de regresso conservador. Acredito que, ao lado do Ministério Público, as Forças Armadas foram as únicas organizações estatais preservadas do achinçalhe. Por essa razão, gozam da majoritária credibilidade popular e devem dar sua contribuição à faxina.

De acordo com o instituto de pesquisa Ibope, a aprovação da conduta dos militares supera a casa dos 80%. Não é sem motivo que, ante de um quadro de extrema insegurança pública e inferioridade do Estado no embate com o crime organizado e a violência, sejam eles os “desejados”, como o mito de Dom Sebastião, perdido no “areal” do devaneio lusitano.

É compreensível que a mesma sociedade que empresta a mais cara confiança às Forças Armadas entenda que chegou a hora de os militares arrumarem o quepe e virem às ruas garantir a tranqüilidade pública. Alerto, Sr. Presidente, que a providência é necessária, mas a paixão é má conselheira quando se trata de questão de extrema complexidade. É uma inominada tolice considerar que os órgãos circunscritos ao Ministério da Defesa têm missão messiânica. Acredito que as instituições militares possuem um papel a desempenhar no conjunto de tarefas que compõem o serviço de segurança pública, mas advirto que o desenvolvimento da atividade não pode ser feito a varejo e muito menos de forma atabalhoada e demagógica.



Já tive a oportunidade de argumentar, nesta Tribuna, ser curial a redefinição do perfil constitucional das Forças Armadas para incluir no rol de sua competência, além da tarefa de defesa, a de segurança pública. Não imagino uma dupla de jovens de dezoito anos, recrutados para servir o País, em uma viatura, fazendo policiamento ostensivo isolado ou trocando tiros com delinqüentes pé-de-chinelos. Tenho a convicção de que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica têm função relevante e imprescindível, especialmente no controle e na fiscalização das fronteiras secas, dos portos e dos aeroportos, em conjunto com a Polícia Federal. O objetivo primeiro dessa atuação deve ser a interceptação do narcotráfico e do comércio ilegal de armamentos. A idéia esposada na Subcomissão Permanente de Segurança Pública desta Casa é de, tão-somente, empregar as Forças Armadas no combate ao crime organizado.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as três Armas podem fornecer extraordinário apoio logístico às ações de segurança, atuar diretamente em operações excepcionais que demandam esforço militar para o enfrentamento de um inimigo bem armado e emprestar a capacidade de seu aparato de informação, com a finalidade de subsidiar o trabalho de inteligência policial. Observem que já foi realizada intervenção nesse sentido com êxito, por exemplo, no suposto envolvimento do Secretário de Esportes do Rio de Janeiro com narcotraficantes.

Ao mesmo tempo em que o Brasil precisa alterar o modelo de definição constitucional do papel das Forças Armadas, conferir-lhes poder de polícia e capacitá-las ao desempenho da função, é inoxidável criar-se mecanismo em lei ordinária para salvaguardar da competência da Justiça comum os atos praticados pelos seus agentes em missão de segurança pública. Não se trata de criar escusas para a não-punição, mas de manter sob a jurisdição militar a apreciação das responsabilidades das ações geradas durante as atividades, a serem definidas, de combate ao crime organizado. Com muita razão, há uma preocupação dos comandos das três Armas em irem às ruas sem a devida proteção legal, como aconteceu durante o período de carnaval, no Rio de Janeiro, quando um cidadão foi alvejado e morto ao desobedecer a ordem de parada em uma barreira militar. Ora, não fosse o depoimento da mulher da vítima, certamente o militar estaria em maus lençóis.

O Brasil não pode prescindir das Forças Armadas neste momento em que a soberania do País está ameaçada pelas "narcoquadrilhas" internacionais. De acordo com pesquisa da Organização das Nações

Unidas, o Brasil, no cenário do continente sul-americano, é hoje o segundo maior consumidor de maconha e o nono de cocaína e se tornou o principal corredor de exportação da droga produzida nos países andinos. Aproximadamente 70% dos narcóticos processados na Colômbia, no Peru e na Bolívia passam pela Amazônia brasileira. A facilidade de se utilizar o território nacional como base da transação de entorpecentes se deve à vulnerabilidade da fronteira com os países produtores e à nossa incapacidade material de monitorar a Amazônia, da mesma forma em relação à fiscalização da costa brasileira, quando se argumentam as facilidades operacionais do tráfico de armamentos.

Ora, a Polícia Federal possui efetivo de aproximadamente seis mil homens e pode até parecer extremamente significativo o argumento do Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro da Justiça de que irá aumentar em 70% o número de policiais federais. Ainda assim, continuarão a descoberto os 14 mil km de fronteira seca e os 8 mil km de faixa costeira.

O Brasil já podia estar executando tarefa de interceptação e abate das aeronaves que transportam droga na Amazônia caso o Governo Federal, especialmente o Presidente da República, tivesse regulamentado a lei que trata da excepcionalidade da medida. De acordo com informações do Comando da Aeronáutica, os narcotraficantes chegam a debochar dos pilotos que executam patrulhamento aéreo da região, pois sabem que estão garantidos pela impunidade.

Conforme dados do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), cerca de três mil e quinhentas aeronaves trafegam por ano, clandestinamente, pelo espaço aéreo da mata equatorial transportando entorpecentes. Vale dizer que, após a implantação do Sivam, esse número baixou para mil e quinhentas aeronaves.

Sr. Presidente, as Forças Armadas possuem uma carga de atribuições bastante abrangente, mas, infelizmente, desde 1995, recebem tratamento de segunda classe quando são comparadas as dotações orçamentárias com as atribuições institucionais. O resultado não poderia ser outro a não ser a obsolescência material e operacional, a falta de motivação e uma profunda dúvida sobre as garantias de que o Brasil terá possibilidade de sustentar a própria soberania. Há um equívoco recorrente de que é desnecessária uma estratégia de defesa nacional, uma vez que reina a paz no continente americano. Ao mesmo tempo, conforme entendimento do próprio Excelentíssimo Senhor Presidente da República, imagina-se que o

Brasil exerça liderança natural no Cone Sul e, por essa razão, jamais seria molestado.

Em que pese à abnegação das três Forças, é preciso reconhecer que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica estão sendo submetidos a tamanha inanição orçamentária que não seria arriscado afirmar que, daqui a pouco, os recrutas terão de ser enquadrados no Programa Fome Zero. No ano passado, quarenta e quatro mil conscritos foram dispensados.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Demóstenes Torres?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Com muito prazer, Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Demóstenes, estou acompanhando o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> a favor da soberania brasileira, da defesa nacional e do fortalecimento das nossas Forças Armadas, e acredito que a sua intenção é a melhor possível. Devemos estar unidos na construção e no fortalecimento dos instrumentos que permitam a defesa mais estruturada do nosso País. Temos um parque de aviação poderoso e uma estrutura militar elevada, no Exército, mas vivemos uma crise orçamentária e estrutural crônica. V. Ex<sup>a</sup> é sabedor das dificuldades e dos momentos de asfixia e verdadeiro estado de coma por que passaram setores das Forças Armadas brasileiras, em relação à sua manutenção até o Governo anterior. Nós, do atual Governo, podemos trazer otimismo e esperança, mesmo reconhecendo as dificuldades que ainda viveremos nos próximos meses, ao dizermos que aprovamos na LDO as regras orçamentárias para o exercício de 2004, que serão votadas em 2003, segundo as quais os recursos referentes às Forças Armadas aprovados na Comissão de Orçamento não mais sofrerão contingenciamento. Essa é uma homenagem que o nosso Governo traz ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e um alento, entendendo que a defesa política de segurança alimentar, educação, saúde e ciência e tecnologia neste País não sofrerá mais os famigerados e negativos instrumentos do contingenciamento que tanto ocorreram em governos anteriores.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – V. Ex<sup>a</sup> usou da palavra com muita sabedoria, Senador Tião Viana. Realmente, tanto a educação quanto a saúde, no Brasil, têm a sua verba vinculada. Querendo ou não, 25% do Orçamento no final do ano, por imposição legal, têm que ser aplicados em saúde e educação. Mas as Forças Armadas e o Ministério da Justiça, que hoje também aplicam recursos em segurança pública, têm o seu orçamento contingenciado.

Essa aprovação referida por V. Ex<sup>a</sup> chegou às Forças Armadas – eu estava lá em Tabatinga nessa operação – e foi muito comemorada. Na ocasião eu lhes prometi apresentar um projeto para que isso se tornasse cotidiano, ou seja, que tanto os recursos orçamentários das Forças Armadas como os do Ministério da Justiça não sofressem contingenciamento a partir de então, não só na Lei Orçamentária aprovada, o que já é um avanço extraordinário. Inclusive quero contar com a simpatia de V. Ex<sup>a</sup> para a aprovação desse projeto de lei.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Serys Slhessarenko.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Senador Demóstenes Torres, eu deveria ter ido a Tabatinga junto com V. Ex<sup>a</sup>; infelizmente, não foi possível. Mas, no mês de maio estivemos na Cabeça do Cachorro, na reserva lanomâmi, nos Araweté e em São Gabriel da Cachoeira, onde tivemos uma visão bastante consistente, vamos dizer assim, da importância das Forças Armadas na defesa da integridade do território nacional, em especial da nossa Amazônia. Quanto mais conheço a questão da Amazônia, quanto mais lá estou, quanto mais ouço pronunciamentos como os de V. Ex<sup>a</sup>, quanto mais leio, quanto mais procuro entender a Amazônia, mais convicta estou no sentido de tomarmos uma atitude de governo séria com relação à preservação da integridade do território, a questão da soberania nacional, porque estamos totalmente ameaçados até de sermos arrancados de lá. Não é tratar a questão com radicalismo. Tomar providências significa, imediatamente, reforçar a situação dos povos indígenas, dos ribeirinhos, enfim, de todo o povo que vive na Amazônia, que tem condições de fazer a sua defesa juntamente com as Forças Armadas. Daí a importância do fortalecimento das Forças Armadas, especialmente na região Amazônica. Está aí a questão gravíssima da biopirataria, e outras situações mais. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. Estamos juntos nessa luta. Não me canso de repetir sempre, como trato da questão das estradas permanentemente na tribuna do Senado, a questão da Amazônia é tão grave quanto, aliás, é mais grave, porque as estradas nós as recuperamos com o tempo e a Amazônia, se nos descuidarmos, na hora de tentarmos recuperar, poderá ser tarde. Portanto, reforço às Forças Armadas. A fala do nosso Líder Tião Viana foi muito importante nesse sentido. Não só é preciso determinação política, mas recursos assegu-

rados também, senão não vai. Mas o nosso Líder já se pronunciou a esse respeito, e creio que as condições serão dadas com a devida e merecida seriedade. Muito obrigado.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Muito obrigado, Senadora. V. Ex<sup>a</sup> tem feito um trabalho extraordinário na Subcomissão Permanente de Segurança Pública, entre outros trabalhos de muita relevância aqui no Senado.

No ano passado, 44 mil conscritos foram dispensados no meio do ano por falta de recursos para custear a alimentação. Hoje, apenas 6% dos alistados servem às Forças Armadas por falta absoluta de recursos. Mas há faltas mais comprometedoras no seio das corporações.

Hoje, não se fala mais em modernização das Forças, mas de correr atrás do tempo perdido. Pelos critérios do Produto Interno Bruto, da população e do território, o Brasil investe em defesa menos do que o Equador, Colômbia, Venezuela e Chile. Ou seja, nem de longe as Forças Armadas expressam a estatura global do País.

As dificuldades são imensuráveis e já não podem mais ser ocultadas, porque beiram o colapso. Das setecentas aeronaves da Força Aérea Brasileira, quatrocentas estão em solo por falta de combustível e manutenção dos equipamentos. A frota de veículos do Exército ultrapassa os 30 anos de idade média de uso e está, naturalmente, sucateada. O comandante da Marinha, recentemente, admitiu que a arma é incapaz de mobilizar tropas em situação de emergência.

Quando são relacionados os projetos estratégicos de Defesa Nacional, a situação torna-se um pouco mais grave, pois as perdas são de tempo e capacidade. Por exemplo, por falta de recursos a construção do submarino nuclear brasileiro, antes prevista para 2011, com muita bondade, no ritmo atual, a conclusão não acontecerá antes de 2018. A Corveta Barroso, outro projeto nacional estratégico, está no estaleiro há tanto tempo que o casco da embarcação está sendo corroído pela maresia. O Exército possui uma série de projetos literalmente parados, a exemplo da criação da Brigada de Operações Especiais. Há mais de um ano deveria ser transferida do Rio de Janeiro para Goiana, mas nada aconteceu por falta de recursos. Em relação ao Sivam, a situação é semelhante: são necessários R\$375 milhões para concluir o projeto. Neste ano, estão previstos R\$66 milhões, mas só ingressaram R\$48 milhões para custear os investimentos. O Programa de Reaparelhamento da Força Aérea demanda R\$1,3 bilhão, contingenciados em

R\$529 milhões, embora o Ministério da Defesa saiba que só serão liberados R\$200 milhões.

O Orçamento de 2003, só para concluir, Sr. Presidente, previu ao Exército para custeio e investimento R\$1,279 bilhão, mas foram autorizados R\$978 milhões, aplicando-se a correção do IGP-DI/Fundação Getúlio Vargas, seriam necessários, para se manter o mesmo padrão de investimento, R\$2,468 bilhões. A situação é lastimável. Hoje, o Ministério da Defesa conta, na Lei Orçamentária, com R\$4,600 bilhões, mas somente para manter o nível atual de aparelhamento e operação das Forças seria razoável pelo menos o dobro do montante alocado.

Sr. Presidente, tive a oportunidade de participar do encerramento da Operação Timbó, realizada na Amazônia Ocidental, em conjunto, pelas três Forças, mais a Polícia Federal, o Ibama, a Funai e a Receita Federal, e pude testemunhar o alto nível de preparação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, a despeito dos problemas que relacionei e que hoje estão muito bem comandados pelo Ministro da Defesa, o Embaixador José Viegas.

O Brasil, neste momento de extrema comoção, não pode prescindir dessa força que muito colaborou para a construção da grandeza do País, e, tenho certeza, está pronta para devolver a tranquilidade da pessoa de bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para registrar que gostaria de usar da palavra em nome da liderança do PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Em seguida ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que já havia solicitado a palavra.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PMDB – MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma questão de ordem a V. Ex<sup>a</sup>. Sou vice-líder do PMDB e, por diversas vezes, inscrevi-me normalmente. No entanto, há pedidos para falar em nome da liderança, sem ser em nome do partido, em que são abordados assuntos que não são realmente da liderança. Gostaria, se o assunto do nobre Senador não for partidário, de me inscrever também em seguida, como vice-líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – A concessão é feita exatamente para o líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário. E a Mesa tem solicitado que o Regimento seja cumprido. Peço aos presentes que possamos cumpri-lo, para que a Casa tenha, logicamente, em suas sessões, um bom andamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Com a palavra, por cinco minutos, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, peço que desligue a luzinha, porque dá a impressão de que meu tempo já se esgotou.

O assunto que eu iria abordar inicialmente era relativo aos dados publicados sobre a educação no País, o que é de interesse não só do PPS, como de todos os Partidos nesta Casa. No entanto, falarei hoje de um assunto de interesse do PPS de Roraima e que, portanto, também se relaciona com todos os Partidos que têm assento nesta Casa. Trata-se do problema aflitivo que o nosso Estado está passando.

Graças à ação do Presidente Lula, foi enviado a Roraima o Ministro da Justiça, para ouvir toda a sociedade, os índios, aqueles que são favoráveis e aqueles que são contrários – a maioria – à tese do Conselho Indigenista Missionário, Cimi, além de outros segmentos da sociedade, como os produtores – pecuaristas e agricultores. O objetivo foi resolver a questão indígena do Estado, que vem, de um lado, atendendo mal aos próprios índios e, de outro lado, criando um impasse para Roraima.

Mas, além dessa questão fundiária indígena, estamos vivendo hoje uma questão fundiária promovida pelo próprio INCRA, que realizou vários projetos de assentamento em diversos Municípios de Roraima e deixou os assentados sem nenhuma assistência, sem financiamento, sem sequer fiscalização, de forma que esses pais de família – muitos deles – se viram obrigados a vender seus lotes, como uma forma de escapar, de sobreviver. E aqueles que compraram – e o fizeram de boa-fé – investiram na pecuária ou na agricultura e agora estão – e são muitos, Sr. Presidente – na iminência de perder essas terras, porque, segundo as normas do Incra, agora levantadas, inclusive judicialmente, eles terão de devolvê-las.

Estamos vivendo um verdadeiro conflito no Estado de Roraima no que se refere à questão fundiária. Além da questão fundiária indígena e da questão fundiária propriamente dita, provocada pelo Incra, há

ainda um fato inusitado. Roraima era um Território Federal e passou a Estado, assim como o Amapá, e, até hoje, do ponto de vista legal, as terras não pertencem ao Estado. Embora o artigo da Constituição que fala da transformação dos territórios em Estado reze que o Estado terá o contorno, os limites do ex-territórios, na prática as terras são da União. Então, o Estado não pode, legitimamente, titular as terras, não pode ter um plano de desenvolvimento adequado, sequer o Zoneamento Econômico Ecológico, que foi aprovado, terá validade, porque o Estado estaria, em tese, legislando sobre terras federais.

Esses assuntos já foram encaminhados ao Ministro da Justiça e ao Ministro José Dirceu. Na próxima semana, toda a Bancada do Estado vai ao Ministro. Hoje, inclusive, dei entrada, na Secretaria-Geral da Mesa, com um pedido para a criação de uma comissão temporária de Senadores para ir a Roraima, com a finalidade de trazer para o Senado, a Casa que representa a Federação, que representa, portanto, os Estados, esse problema, para não ser apenas um problema da Bancada de Roraima e restrito a questões que podem ser consideradas provincianas. Na verdade, deve ser considerado como uma questão importante até do ponto de vista da segurança nacional, já que Roraima faz fronteira com países como a Guiana e com a Venezuela, que são fronteiras completamente desguarnecidas, por onde entram e saem todo tipo de contravenção, como o contrabando e o tráfico de mulheres, como já foi comprovado.

Precisamos, Sr. Presidente, trazer esse problema de uma Unidade da Federação que muitos confundem com o Estado de Rondônia, embora já tenhamos mudado o nome. Quando éramos Território de Rio Branco, mudamos para Roraima para não nos confundirem com a capital do Acre. Infelizmente muitos brasileiros confundem ainda o Estado de Roraima com o Estado de Rondônia. Então, é preciso que o Brasil passe efetivamente a conhecer os seus Estados, as suas Unidades da Federação, e, principalmente, o Senado tem de cuidar de cada uma das suas Unidades da Federação.

Por isso, espero, mesmo que estejamos num período excepcional de convocação extraordinária, que possamos aprovar esse requerimento e constituir o mais rápido possível essa comissão, que já tem inclusive a concordância do Presidente José Sarney.

Faço este registro hoje até para tranquilizar o povo do meu Estado, que hoje não consegue – pecuaristas, agricultores e índios –, dormir em paz.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe, como Líder do PSB, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de mais nada, manifesto a minha satisfação de tê-lo, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, dirigindo a Mesa de trabalho desta Casa. É uma alegria e uma satisfação por ser um Senador do meu Estado, um Senador querido e respeitado por todos nós!

Comunico a esta Casa que, nos dias 7 e 8 deste mês, ocorrerá, em Paris, uma reunião da Comissão Geral Franco-Brasileira, que trata da cooperação entre os dois países. Certamente, na mesa de discussão, deve constar a BR-156 e a ponte sobre o rio Oiapoque, que nos interligará com a região francesa da Guiana e com todos os países do hemisfério Norte.

Essa reunião certamente contará com a presença de representantes do Itamaraty e do Governo brasileiro, que levarão os encaminhamentos que estamos dando para essa integração fundamental.

Em função disso, gostaria também de prestar informações a esta Casa sobre algumas notícias veiculadas na semana passada, atribuindo uma certa desconfiança ao Ministro do Transporte com relação à liberação de recursos fora da cronologia estabelecida. Não é verdade! O Sr. Ministro procedeu corretamente! E falo isso porque fiz um pleito há dois meses por uma liberação extracronologia para o meu Estado, em função da calamidade pública decretada pelo Governo e homologada pela Defesa Civil nacional. Solicitei ao Ministro do Transporte e ao Ministro da Casa Civil, José Dirceu, que alterassem a cronologia do pagamento, o que penso ser justo, para as obras delegadas, e, assim mesmo, o Ministro manteve a cronologia. Portanto, não pode haver suspeita alguma em relação à liberação de recursos para Pernambuco, pois a matéria estava na ordem, e era o momento de aquele Estado receber o que lhe era devido. Portanto, não paira nenhuma dúvida a respeito da conduta do Ministro dos Transportes.

No entanto, gostaria de reiterar o pleito ao Sr. Ministro Anderson Adauto a fim de que sejam liberados os recursos restantes da BR-156 até o dia 15 de julho. Digo até o dia 15 de julho porque é a data limite para reiniciarmos as obras da BR-156. Do contrário, não haverá tempo. O Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, sabe perfeitamente que, com o início das chuvas em nossa região, não há como trabalhar com ter-

raplenagem. Se não reiniciarmos as obras até o dia 15 de julho, certamente perderemos, pelo segundo ano consecutivo, os trabalhos na estrada que vai interligar o Brasil com os países do platô da Guiana e com o hemisfério Norte.

É o apelo que faço ao Ministro Anderson Adauto, reconhecendo o trabalho que realiza, apesar das dificuldades conjunturais por que passa à frente do Ministério dos Transportes.

Destaco também alguns problemas que vivemos no Governo passado. Várias obras, realizadas com empréstimos externos, foram paralisadas. O Líder Tião Viana está presente e pode ajudar-nos nesse sentido. As obras, às vezes, eram paralisadas porque o Governo Federal não contava com contrapartida. Nesse momento, passamos por situação semelhante a que vivemos repetidamente no passado. Trata-se, mais especificamente, das obras dos metrô de Salvador, Belo Horizonte e Recife, que aguardam que o Ministro Olívio Dutra conceda a contrapartida, para que o dinheiro, que já está depositado na conta do Banco do Brasil em Nova York seja liberado e essas obras não sofram paralisação.

Esse é meu apelo. Creio que são questões típicas de início de Governo e as dificuldades são enormes, mas as contrapartidas do Governo Federal precisam ser mais eficientes. Daí o meu apelo para que sejam agilizadas, para que essas obras não sejam paralisadas, pois esse meio de transporte é fundamental às grandes cidades. É do nosso conhecimento que em várias delas algumas etapas já estão concluídas, mas não é esse o caso de Salvador, onde as obras continuam.

Os metrô das grandes cidades precisam dessa contrapartida, desses recursos, e sabemos que, neste momento, eles não são proibitivos, apenas necessitam de agilização junto ao Ministro Palocci, para que seja liberada e repassada ao Ministro Olívio Dutra essa fatia de recurso tão necessário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Também agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador, por ter cumprido rigorosamente seu tempo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca, como Líder, mas gostaria de lembrá-lo que, usando a palavra como Líder, V. Ex<sup>a</sup> terá seu nome excluído da lista de oradores inscritos.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PMDB – MS) – Sr. Presidente, minha intervenção anterior foi justamente em razão da preocupação de que, falando como Líder, disporia de vinte minutos. No entanto,

como as duas Lideranças que se pronunciaram usaram a palavra regimentalmente bem, retiro meu requerimento, porque, pela lista de inscrição, serei o segundo orador neste plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – O nome de V. Ex<sup>a</sup> retorna à lista de oradores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art 14, inciso VII, do Regimento Interno. Em seguida, falará o próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim. Logo após, usará a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, utilizo a tribuna no dia de hoje para fazer um apelo.

Na semana que antecedeu o período extraordinário, a Comissão de Relações Exteriores, atendendo a requerimento que apresentei, aprovou a realização de uma audiência para que ouvíssemos representantes do **Nepad (The New Partnership for Africa's Development)**, do Ministério das Relações Exteriores e diversos organismos brasileiros que buscam estreitar as relações com países africanos.

Solicitamos essa audiência tendo em vista que, agora, no início de agosto, o Presidente Lula visitará inúmeros países da África, dentre eles São Tomé e Príncipe, Moçambique, África do Sul, Namíbia e Angola, onde há grande expectativa dos integrantes do **Nepad**, cujo objetivos centrais são: promover o crescimento acelerado e o desenvolvimento sustentável, erradicar a vasta e severa pobreza existente naquele continente, e impedir a marginalização da África no processo de globalização.

Essa expectativa dá-se porque o Brasil tem ligações – até diria – geológicas com o continente africano, tendo em vista que há muitos milhões de anos fazíamos parte de uma única placa geológica, depois separada; também somos a segunda maior população afro-descendente do planeta, só perdemos para a Nigéria. Portanto, essas relações geológicas, populacionais, culturais deveriam apontar para a aproximação do Brasil com o continente africano. Mas, infelizmente, não é essa a realidade.

O Brasil desenvolveu muito poucas relações com os países africanos. Os Embaixadores dos países africanos, sediados em Brasília, estão numa grande expectativa não só nos países que serão visitados, mas em todos os países da África, com nosso novo Governo, com essa disposição já manifesta do Presidente

Lula de estreitar relações comerciais, culturais, científicas e tecnológicas com os países africanos.

Sendo assim, o objetivo dessa audiência seria potencializar todo esse debate, trazê-lo para o Senado Federal, Casa Legislativa que tem como prerrogativa fundamental tratar das relações internacionais do nosso País. Mas, infelizmente, hoje pela manhã, foi comunicada que a audiência, por não estar na pauta, não poderá ser realizada. E não há tempo hábil para que ela ocorra antes da viagem do Presidente Lula, marcada para os primeiros dias de agosto.

Como não haverá reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional antes da viagem do Presidente, a não ser que encontremos uma alternativa, faço um apelo no sentido de que busquemos um dispositivo que possibilite a realização dessa audiência.

Foi esse o pedido do Embaixador da República de Camarões, quando participando de almoço em minha homenagem estive na residência de S. Ex<sup>a</sup>. Todos os Embaixadores africanos estão na expectativa desse debate e gostariam muito que o Senado da República o promovesse, a fim de que tenhamos um aprofundamento maior, um estreitamento de relações, pois a vitória do Presidente Lula foi saudada, em todo o continente africano, como novos ares, como novas perspectivas de relações.

Estou trazendo essa preocupação para o Plenário porque gostaria – já que sou recém-chegada e aqui temos Senadores experientes – que buscássemos uma alternativa para que essa audiência ocorra durante o recesso, já que estava agendada para o dia 17 de julho. Também estou sensibilizada com a necessidade de aprofundarmos tal relacionamento. Portanto, creio que o Senado não pode se omitir.

Outro dia, o Senador Rodolpho Tourinho fez um brilhante discurso sobre a Comissão Mista do Mercosul, que está caminhando mais devagar do que todas as outras iniciativas do processo de articulação do Mercosul. Creio que o Senado deveria aproveitar – e temos como – bem este período de recesso para potencializar a discussão de um assunto dessa magnitude, dessa importância.

Senador Eduardo Suplicy, aproveite a oportunidade para solicitar a V. Ex<sup>a</sup> auxílio no sentido de encontrarmos uma saída. Essa audiência é necessária para que o estreitamento das relações do Brasil com os países africanos possa ocorrer ainda durante o recesso.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim. Garanti-

mos ao Senador vinte minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna no dia de hoje é o Estatuto do Idoso.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer à Senadora Heloísa Helena, que me cedeu o seu espaço, para que eu possa, neste momento, usar a tribuna. Também agradeço publicamente ao Senador Tião Viana e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, pois ambos intercederam junto ao Presidente da República para que o estatuto do idoso, de minha autoria, que se encontra na Câmara dos Deputados, fosse posto na pauta da convocação extraordinária.

Sr. Presidente, desejo cumprimentar o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que, sensível a esse assunto que somente nesta década vai atingir cerca de 30 milhões de idosos, o inseriu na convocação extraordinária, aprovado por unanimidade na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Ainda falando sobre o mesmo assunto que venho tratando há dez anos – pois há cinco anos está em debate na Câmara dos Deputados – e que agora no mês de julho deverá vir ao Senado, desejo ainda agradecer a quase totalidade dos municípios deste País. Mas, simbolicamente, quero homenagear a Câmara Municipal de Pato Branco, no Paraná – embora eu seja do Rio Grande do Sul –, que encaminhou a esta Casa – :

Sr. Senador,

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, atendendo proposição dos Vereadores Dirceu Dimas Pereira, PPS, e Wilson Dala Costa, PMDB – não conheço nenhum deles; apenas me refiro ao fato, com muita satisfação –, encaminha o abaixo-assinado contendo 2.154 assinaturas, solicitando a aprovação, por parte da Câmara e do Senado Federal, do projeto de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre o estatuto do idoso, conforme acordado na sessão especial realizada pelo Poder Legislativo do Município de Pato Branco, no dia 02 de abril de 2003, que abordou o tema da Campanha da Fraternidade 2003, Vida Digna e Esperança, com o lema Fraternidade e Pessoa Idosa.

Ênio Ruaro. – Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco.

Sr. Presidente, nessas quase três mil assinaturas, percebo que as pessoas fizeram questão de colocar o nome, o número do documento de identidade e a assinatura, demonstrando, com esse ato, o quanto é importante a aprovação desse projeto. Entendo que o Presidente Lula, sensível a essa campanha nacional e aos interesses dos idosos, agiu de forma correta, adequada e, como diz a campanha, fraternal, atendendo a essa solicitação. Estou convicto de que ainda este ano haveremos de sancionar o estatuto, pela sua abrangência.

Não poderia deixar, de imediato, de conceder um aparte ao meu Líder, Senador Tião Viana, um estudioso do assunto não só por ser médico, mas também pela sua sensibilidade com a questão da terceira idade.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, cumprimento-o pela manifestação de V. Ex<sup>a</sup> em plenário, que é mais uma representação da sua história de vida a favor das pessoas da terceira idade. Seu mandato tem sido missionário: a favor do salário mínimo, do trabalhador brasileiro e das pessoas da terceira idade, dentre tantas outras coisas boas que apregoa. Gostaria apenas de contribuir com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> lembrando que, neste momento, devemos também agradecer ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha. Após uma solicitação de V. Ex<sup>a</sup> a todos os Senadores do Bloco de apoio ao Governo, nós enviamos um ofício a S. Ex<sup>a</sup>, educadamente, sem interferir na autoridade da Câmara dos Deputados de gerir seu próprio processo legislativo, e fizemos um apelo para que S. Ex<sup>a</sup> pudesse inserir, como um ato de prioridade de entrada em plenário para votação, o estatuto do idoso, de autoria de V. Ex<sup>a</sup>, que vem tramitando desde meados dos anos 90. O Deputado João Paulo Cunha mandou-me um ofício dizendo que estava prontamente atendendo à solicitação – já enviei cópia ao gabinete de V. Ex<sup>a</sup> – e reconhecendo a importância do assunto. É uma homenagem a V. Ex<sup>a</sup>, que merece a votação dessa matéria no plenário da Câmara dos Deputados. Penso que com isso estamos demonstrando a importância que V. Ex<sup>a</sup>, em seu mandato, atribui ao idoso no Brasil. De fato, hoje são 13 milhões de idosos. Serão 32 milhões de idosos no ano de 2025; hoje, dispomos apenas de 400 médicos geriatras para cuidar de toda essa população de idosos. Atualmente, não existe qualquer análise ou intervenção dos aparelhos formadores para garantir a formação de profissionais capazes de acolher e tratar melhor os idosos brasileiros. Penso que é um tema dentre tantos outros que V. Ex<sup>a</sup> tenta proteger – o idoso

brasileiro. Parabéns e o desejo do mais elevado êxito ao seu projeto.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Líder Tião Viana que, neste breve aparte, mostra conhecimento profundo do assunto, oferecendo dados, números que coincidem exatamente com os meus. Hoje são 13 milhões – casualmente está aqui no discurso por escrito –, mas caminha rapidamente, numa projeção feita, exatamente para 30 milhões de idosos.

A referência feita por V. Ex<sup>a</sup> ao Presidente da Câmara, Deputado João Paulo, é mais do que justa. V. Ex<sup>a</sup> vai além: lembra a este orador que, além de V. Ex<sup>a</sup> ser o primeiro signatário, como Líder do PT, buscou a assinatura de todos os Senadores do Bloco de apoio ao Governo. A idéia de enviar ofício ao Presidente da Câmara foi de V. Ex<sup>a</sup> – atendendo a um pedido meu –, que também o encaminhou a todos os Senadores do Bloco para que a matéria entrasse na pauta, o que felizmente ocorre.

Desejo não só falar do estatuto, mas dizer do maior carinho e respeito por todos os Senadores e Deputados que apresentaram outras propostas, visando melhorar a vida do cidadão da terceira idade. Aqui mesmo no Senado há um estatuto do Idoso. Penso que todas as matérias serão apensadas a um único projeto. Vamos construir um substitutivo que represente o que entendo ser o que todos nós e a sociedade pensa em relação a uma política para o idoso.

Cumprimento o Senador Demóstenes Torres, Relator da matéria, que está estudando inúmeras propostas e está disposto também a colaborar para que esse processo se dê o mais rapidamente possível.

Aproveito a oportunidade não só para dizer que o estatuto do idoso trata da saúde, do transporte, da habitação, do lazer, mas também para dizer que devemos agilizar os processos do idoso junto à Justiça. O projeto se refere também à cultura, à importância do Ministério Público.

Sr. Presidente, desejo agora me referir a uma carta que recebi – eu inclusive a comentava aqui – de um cidadão do Nordeste. Eu a insiro no meu pronunciamento, dizendo que não raro os idosos, para ter seus direitos atendidos, os aposentados brasileiros são forçados a ingressar na instância do Judiciário. Podia citar muitos casos, mas vou ficar no exemplo do Sr. Moisés Pinto Meirelles, que mora em Recife – não é do meu Estado. Depois de amanhã, Moisés vai completar 100 anos. Ele gostaria de ser presenteado em seu centésimo aniversário com uma decisão favorável da

Justiça ao seu pleito para recuperar as perdas inflacionárias que o INSS não lhe pagou nos últimos oito anos.

É fundamental que a reforma do Poder Judiciário, a qual se encontra na pauta da convocação – V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, hoje falou sobre isso – seja acelerada e que as ações na Justiça possuam um trâmite mais rápido, para permitir que esse cidadão, por exemplo, com mais de cem anos, veja solucionado seu problema.

Sr. Presidente, registro, ainda, que o estatuto do idoso e também o estatuto da pessoa portadora de deficiência, de que sou autor, têm para a sociedade a mesma importância do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Temos certeza de que o estatuto do idoso, o estatuto da pessoa portadora de deficiência e o estatuto da igualdade racial e social podem, sim, ser aprovados na Câmara e no Senado ainda este ano – eu não diria no mês de julho, pois isso seria uma ilusão. Torcerei muito para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, este ano, possa sancionar essas leis.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que principalmente o estatuto da pessoa portadora de deficiência – esse é um dado que considero muito rico – está sendo melhorado pelas entidades representativas das pessoas portadoras de deficiência, principalmente por dois rapazes cegos. Eles estão fazendo um trabalho excelente. E, na próxima semana, estarão aqui para dialogar com os Senadores e apresentarem sugestões ao estatuto por nós apresentado, até porque, como reza o estatuto, teremos de aprender a conviver com as diferenças. Esta semana, um desses meninos, que é cego e se chama Santos Fagundes – digo menino, mas ele tem 26 ou 27 anos e é uma grande cabeça –, entregou-me uma poesia e me disse o seguinte “Senador, essa poesia é muito bonita. Não posso lê-la, mas a minha esposa a leu para mim”.

A poesia possui quatro laudas. Como não lerei toda ela, vou sintetizá-la. Um casal tinha um filho, e o avô paterno morava com eles. Certo dia, a esposa disse ao marido: “Olha, está difícil conviver com o vô, com teu pai. Ele está quebrando todas as louças. Já está com quase 90 anos, quando vai se alimentar, ele derruba a louça no chão”. O homem, muito triste, disse-lhe: “O que vou fazer? É meu pai”. Ela, então, propôs-lhe discutir o assunto em família. Reuniram-se e chegaram à seguinte conclusão: dar ao vô um prato de madeira, um garfo de madeira, uma faca de madeira, uma colher de madeira, porque quando ele derrubá-los no chão não vão quebrar. O homem ficou um pouco chateado, mas acabou concordando com a de-



cisão da família. Pois bem! No outro dia, quando chegou em casa viu seu filho, de oito anos, com uma faca esculpindo um prato de madeira. Então ele disse ao filho: "Meu filho, você vai ser um grande escultor. Você vai ser um artista". E o filho, com oito anos, respondeu: "Não, pai, eu não vou ser artista. Você também vai ficar velho um dia; por isso já estou preparando o seu prato de madeira, porque é nele que você vai comer."

Estou resumindo a poesia, que nos dá uma lição de vida; no futuro, seremos tratados como hoje os idosos são tratados pelos mais jovens. O menino de oito anos deu uma lição ao pai. Ele voltou atrás e mudou o seu posicionamento.

Por que esse rapaz, que é cego, recomendou que eu lesse a poesia? Porque ela diz que vamos envelhecer e também teremos deficiência no futuro: nossa visão vai diminuir, vamos caminhar mais devagar, vamos ter dificuldade para nos alimentar. Esta é a mensagem do poeta: precisamos tratar com muito carinho os idosos, assim como as pessoas portadoras de deficiência. Precisamos respeitar as diferenças, respeitar o cidadão cuja idade avança. Quem de nós, eu diria, não sonha ficar velho e ter uma vida digna?

No projeto do estatuto do idoso, um artigo diz que a família que mantiver o idoso no seu convívio, que não colocá-lo no asilo, poderá inclusive descontar certa quantia do Imposto de Renda. É um incentivo para que a família conviva com a chamada pessoa da terceira idade. Quanto mais trabalho com os idosos, com as pessoas portadoras de deficiência e com todo aquele cidadão discriminado, seja homem ou mulher, mais aprendo, mais me apaixono, mais me empolgo e me animo a passar, humildemente, uma mensagem como esta: é fundamental combatermos todo tipo de discriminação.

Meu sonho é que ainda este ano seja aprovado o estatuto do idoso e possamos responder a poesia que agora resumi em poucas palavras com outra – eu que gosto de escrever poesias –, em que os velhos estejam batendo palmas para os mais jovens pela forma generosa, solidária e equilibrada como estão sendo tratados.

Numa das poesias que escrevi, encerrando, digo: "Idosos e rebeldes, com muito orgulho sim, senhor!"

Toda essa geração que está envelhecendo está mostrando esse novo sinal, porque quem escreveu essa poesia foi um cidadão idoso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca por cessão do Senador Mão Santa.

S. Ex<sup>a</sup> tem assegurados 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, V. Ex.<sup>as</sup> perceberam que hoje eu estava ansioso por usar da palavra desta tribuna do Senado Federal, para tratar de um assunto momentoso e importante que aflige muitas famílias, a família brasileira.

Refiro-me aos projetos em andamento nesta Casa que versam sobre armas, principalmente armas de fogo, e que tratam do porte, do registro e da condução da arma no meio da sociedade. Eu estava ansioso para fazer esse pronunciamento, porque a sociedade sul-mato-grossense está a exigir a nossa atitude diante desses projetos que tramitam no Senado Federal. A população exige uma postura dos Parlamentares, pois o assunto é importantíssimo para a segurança da família brasileira.

Muitos me disseram que, se eu defender a posse de arma para a família, para o homem de bem, alguns dirão que faço parte do **lobby** da indústria das armas no País.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, realmente faço parte de um **lobby** importantíssimo, que tem ressonância em todo o território nacional: estou atendendo ao grande **lobby** da família brasileira, que se sente insegura diante da ausência do Estado na repressão do crime.

Sr. Presidente, é evidente que o crime está crescendo assustadoramente e que a impunidade grassa no País. Já existe no Brasil território que é do bandido e não do Estado; e armas controladas pelos bandidos e não pelo Estado.

Nesta Casa, há projeto visando desarmar a família, o homem de bem, o homem honesto que tem uma arma em casa para a proteção da sua vida e do seu patrimônio.

Um dos grandes equívocos das propostas expostas publicamente, de maneira errônea, e alardeada pela imprensa, é a afirmação de que o aumento da venda de armas é diretamente proporcional ao aumento da criminalidade no território nacional. Isso não é verdade. A venda legal de armas no Brasil está declinando faz tempo, e o crime cresce a cada dia. A cada dia a família brasileira tem maior desassossego; a cada dia parece que a impunidade cresce, principal-

mente para aqueles que praticam os crimes mais hediondos.

Eu gostaria de desmistificar a questão da relação criminalidade crescente com a crescente venda de armas. Tenho em mão um quadro feito pela polícia do Estado de São Paulo com referência à emissão de portes de arma naquela capital. Em 1994, foram expedidos 69.136 portes de arma. Em 2002, 3.900. Veja, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a relação é completamente inversa. Registro de arma é diferente de porte; em 1994 foram 42.090, já em 2002, 10.066. Temos números completamente declinantes. Inverso ao crescimento do crime no País. E quando falo em registro de arma, falo do número de armas vendidas legalmente no País, porque uma arma é vendida legalmente junto com seu registro. E vejam V. Ex<sup>as</sup> os dados relativos às armas de fogo apreendidas no Estado de São Paulo – e quando se apreende a arma por ser ela ilegal está-se tirando tal arma de circulação. Se entraram, em 1994, 42.000 armas registradas, em 1996 foram apreendidas 29.366; em 2002, se foram registradas, compradas, 10.000 armas, foram apreendidas 37.900, ou seja, foram tiradas de circulação no Estado de São Paulo milhares de armas.

Outro dado importantíssimo da correlação equivocada entre arma e crime é que o Rio Grande do Sul tem três vezes mais armas que o Rio de Janeiro e quatro vezes menos homicídios. O Rio Grande do Sul tem dez milhões de habitantes, mais ou menos, e tem 937 mil armas legais em estoque, enquanto o Rio de Janeiro tem quatorze. São Paulo tem 36 milhões de habitantes e só tem 495 mil armas em estoque.

Vejam que essa relação entre criminalidade e venda legal de armas no País não é verdadeira. A justificativas dos projetos nesse sentido são fora da realidade, é utopia estatística, são estatísticas que não existem.

Eu daria ainda mais alguns dados. Em 1980, houve 10 mil homicídios no Brasil, enquanto foram vendidas 51 mil e 945 armas. Em 2001 os homicídios, de dez mil, foram para 41.176, enquanto as armas vendidas baixaram para 36 mil.

Vejam V. Ex<sup>as</sup>, mais uma vez, como as informações públicas que estão ao conhecimento do brasileiro, principalmente através da imprensa escrita, falada e televisada, não correspondem à realidade do Brasil. E querem de qualquer maneira desarmar o homem honesto, a família brasileira, o homem de bem, como se ele estivesse praticando o crime na rua, como se ele fosse o autor de todos esses homicídios que grassam neste País. Homicídios que, na sua maioria, são

produtos do crime que está na rua, do crime que grassa no território nacional com a ausência efetiva, eficiente do Estado.

Ficamos apreensivos, na nossa casa, tentando, de qualquer maneira, proteger a nossa família, o nosso patrimônio e até a nossa vida. Enquanto isso, estão querendo tomar da nossa mão a arma, como se ela fosse um produto ilícito, muito embora a Constituição dê a cada brasileiro o direito à legítima defesa, com o uso dos instrumentos necessários para essa legítima defesa que quase sempre é a arma de fogo.

Tenho mais dados, Srs. Senadores. No Brasil, 62,7% dos homicídios que ocorrem são com arma de fogo, o que é um índice altíssimo. E é por ser esse índice muito alto que tínhamos que coibir, de uma vez por todas, efetivamente, o contrabando das armas que entram, principalmente, pelas fronteiras do Centro-Oeste, sem qualquer controle.

A eficiente Polícia Federal, a competente Polícia Federal, está procurando agora se preparar para um grande trabalho de contenção desse contrabando nas fronteiras, mas nem isso existe atualmente. Mas a culpa dos homicídios, do uso da arma de fogo, é da família, é do homem honesto; não é do contrabando, do narcotráfico ou das quadrilhas, mas sim do homem honesto. Com isso não podemos concordar!

Mas observem V. Ex<sup>as</sup> que, nessa estatística do Brasil, 62,7% dos homicídios são por arma de fogo. Vamos comparar com o Japão. No Japão, apenas 3,1% são com arma de fogo. Mas, com objeto cortante ou penetrante, no Brasil, é 11,8%; no Japão são 37,3%. Então, temos que tomar as facas também. Breve ficaremos apenas com a borduna indígena como a grande ferramenta de defesa. Vamos voltar à selva!

Veja, no Japão também: enforcamento e estrangulamento, 24%; no Brasil, 0,9%, não dá 1% por estrangulamento e enforcamento.

Força corporal, no Japão, 14,2%; no Brasil, 0,4%.

E, se compararmos com a Alemanha, com a Holanda, com a Austrália e com outros países, veremos que a situação é quase a mesma. Aqui há uma preferência para arma de fogo. Temos que coibir isso! Mas não significa que a família tem que ser desarmada.

Existe uma legislação muito importante a que gostaria de me referir, uma legislação que, por si só, pode coibir a prática. Se for realmente cumprida, se o seu cumprimento for objeto do trabalho da Polícia e se houver a ação fiscalizadora do Poder Público, é

certo que se trata de uma das legislações mais perfeitas do País.

É possível para o homem comum possuir registro e porte de arma – são duas coisas distintas. No ato da compra, a pessoa recebe o certificado de registro de arma, fornecido pela Polícia Civil dos Estados, com autorização do Sinarm – Sistema Nacional de Armas e Munição, de gestão da Polícia Federal. O porte de arma é concedido pela Polícia Federal.

Ora, são duas fontes. Antes de registrar a arma, de acordo com a legislação, deverá ser averiguado se há contra o interessado ocorrência policial ou antecedentes criminais que o descredenciem a possuir arma de fogo. Se houver, será indeferido o registro. Obrigação do proprietário da arma: guardar a arma de fogo com a devida cautela, evitando que fique ao alcance de terceiros, principalmente menores. Já o porte de arma conta com várias outras exigências: capacidade técnica no manuseio da arma, capacidade psicológica, exercício de atividade produtiva, condições pessoais. E essas mesmas condições já estão sendo exigidas pelas Polícias estaduais para o registro da arma. Quando é concedido o registro da arma, o cidadão pode tê-la em casa – não pode sair com ela – ou empresa, desde que seja o seu titular.

Ora, por que, então, vamos tirar o porte de arma da família brasileira? Para coibir o crescimento da criminalidade? Para evitar que o crime aconteça? Para fazer com que haja um freio nas mortes ocorridas no País?

Mas não temos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, segurança para sair à noite. Já se fala, na minha cidade, em Lei Seca, e que todo e qualquer estabelecimento deve ser fechado às 10 horas, ou às 11 horas, ou à meia-noite, para evitar que aconteçam os crimes. Mas as famílias devem fechar as portas de suas casas talvez mais cedo, para evitar arrombamento, invasão, crime que podem acontecer contra suas famílias.

Neste momento em que estamos trabalhando a legislação em tramitação sobre porte de arma, já que algumas das propostas falam em proibição de porte e outras, mais radicais e absurdas, proíbem a fabricação e venda de armas de fogo neste País – essa é a mais absurda delas –, eu diria que a proposta de bom senso é a que faz prevalecer o registro da arma e o porte de arma, desde que analisado com cuidado. Portar uma arma em lugares públicos talvez não seja adequado a qualquer hora, mas ter o registro da arma e poder tê-la em casa para defesa de sua família, ou na empresa, para defesa própria e proteção da em-

presa. Isso eu creio que seja imprescindível para o exercício da cidadania.

Concedo o aparte ao Senador Augusto Botelho.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – Senador Juvêncio da Fonseca, gostaria de fazer uma pergunta: hoje, o crime invade a nossa casa, invade o condomínio, invade tudo, sabendo que pode haver uma arma dentro. O que farão os criminosos quando tiverem certeza de que não haverá nenhuma arma dentro de nossa casa? Como ficará?

**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA** (PMDB – MS) – A pergunta de V. Ex<sup>a</sup> foi o que ouvi de mais inspirado hoje, nesta Casa, Senador Augusto Botelho. Tem uma significação importante. É como se dissesse: “Senador Juvêncio, V. Ex<sup>a</sup> se esqueceu de dizer isso”. É fundamental, porque, tirando a arma da mão da família, tira-se dela a proteção. Se o bandido está lá fora, agora será encorajado a invadir a residência. Se for aprovada a lei que desejam para este País, de desarmamento dos homens honestos, será tirado das mãos da família justamente o instrumento de defesa legitimamente previsto na Constituição Federal. Pode-se, sim, usar uma arma, qualquer instrumento, para repelir uma injusta agressão, seja à sua casa, seja ao seu patrimônio, seja à sua vida.

Obrigado, Senador Augusto Botelho, seu aparte foi providencial.

Desejo agora complementar um pouco mais a minha explanação, aproveitando meus últimos dois minutos. Parece-me que se está se formando uma Comissão para analisar todos os três ou quatro projetos que estão sendo trazidos a esta Casa, a fim de se fazer uma emenda substitutiva única e submetê-la, ainda neste recesso, à apreciação desta Casa e da Câmara Federal. Eu diria que o Sistema Nacional das Armas e Munição, juntamente com a questão do registro e do porte, deveriam ser centralizados na Polícia Federal. A Polícia Federal tem credibilidade – não digo que tenha estrutura hoje, mas poderá ter em breve – para cadastrar, fazer o registro e acompanhar o destino dessas armas, expedir os certificados de registro de armas, fazendo, assim, um trabalho nacional unificado, diferente do trabalho realizado hoje pela própria Polícia Federal e por todas as Polícias Cíveis do País.

Talvez a falta de centralização esteja acarretando hoje as dificuldades de disciplinar o porte e o registro de armas, porque o Estado, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, precisa ter esse controle e saber quantas foram vendidas, quantos registros e quantos portes existem. E

isso tem que ser feito por um órgão único. E vou tentar propor, no substitutivo, justamente isso.

A segunda parte do assunto que gostaria de abordar é que cada cidadão, pela legislação atual, pode ter até seis armas de fogo – o que acho muito: duas curtas, duas longas com raia, e duas de alma lisa (cano liso). Penso que podemos restringi-las, passando para: uma curta, uma longa com raia, outra de cano liso. É importante restringir o número de armas registrado.

Em relação aos colecionadores, é importante que exista coleção de armas em qualquer País, pois resguarda a história das armas. Entretanto, essas armas precisam ser muito fiscalizadas, já que há colecionadores com verdadeiros arsenais em casa.

Proporei um dispositivo de lacre para armas de coleção, para que não possam ser detonadas. Serão manuseadas por quem quer que seja, estarão expostas na coleção, mas não poderão ser utilizadas mecanicamente para disparo.

Penso que são de grande importância essas três observações. Lutemos por isso agora, na Comissão que fará o substitutivo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cumpro minha tarefa de expor o meu ponto de vista para o País, principalmente para o meu Estado, o querido Mato Grosso do Sul, onde há uma preocupação muito grande, na cidade e no campo, de proteção da família, em especial na fronteira Brasil/Paraguai, na fronteira Brasil/Bolívia, na fronteira do Centro-Oeste, onde o contrabando de arma não é, de forma nenhuma, identificado, controlado ou fiscalizado por qualquer Polícia. Todos estão armados: os homens de bem e os bandidos.

Vamos propor à Nação, então, desarmar os bandidos e armar o homem sério e honesto na sua casa, para defesa do seu patrimônio, da sua vida e de seus filhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, por cessão do Senador Demóstenes Torres.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, eu deveria estar nesta tribuna hoje falando somente das conquistas, que foram muitas, durante os 30 anos de existência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa.

Fundada em 26 de abril de 1973, com os objetivos de incrementar as pesquisas agropecuárias desenvolvidas no Brasil e influenciar decisivamente no aumento da produtividade e da qualidade da agricultura brasileira, a empresa, posso dizer, foi plenamente bem-sucedida em seus intentos.

Dispomos, hoje, de pesquisa agropecuária das melhores do mundo. A Embrapa tornou-se centro de excelência reconhecido internacionalmente, produzindo pesquisa agropecuária de qualidade igual ou superior àquela realizada nos países mais desenvolvidos do mundo.

Além disso, a agricultura brasileira, graças, em grande parte, a esse esforço empreendido pela empresa, passou por uma revolução silenciosa. Da antiga imagem de atraso e baixa produtividade, hoje o campo brasileiro é visto, internacionalmente, como um dos de melhor qualidade, competindo em pé de igualdade com grandes países produtores, a exemplo dos Estados Unidos, Canadá e Austrália.

Basta dizer, Sr. Presidente, que, enquanto, nos Estados Unidos, a produção de soja é de 2.700 quilos por hectare, no Brasil ela é de 3 mil quilos por hectare.

Um dos resultados desse aumento da produtividade é que a produção brasileira de grãos dobrou nos últimos 30 anos, sem quem tenhamos promovido nenhum sensível aumento da área plantada.

Como bem observou o Presidente da Embrapa, Clayton Campanhola, “hoje dominamos com sucesso a tecnologia agropecuária tropical e o Brasil é referência para outros países”.

Essas conquistas foram alcançadas, sobretudo, graças à qualidade do corpo técnico daquele órgão. São 2.600 pesquisadores, dos quais mais da metade são possuidores de títulos de doutorado. Além disso, são 40 unidades espalhadas por todo o Brasil.

Culturas que antes só eram vistas em climas temperados, tais como a soja, o trigo e o girassol, hoje podem ser largamente encontradas em nosso cerrado. Esse, aliás, era visto, há 30 ou 40 anos, apenas como um deserto sem maiores utilidades. Hoje, está transformado no grande celeiro agrícola do terceiro milênio.

O depoimento que me sinto no dever de dar desta tribuna é a respeito do trabalho que a Embrapa desenvolveu no semi-árido durante esses 30 anos. Uma coisa é pesquisar para produzir numa área fértil, outra é pesquisar para produzir numa área do semi-árido, como é o Nordeste brasileiro.

É com muito orgulho que podemos ver técnicas de manejo e irrigação, transformando aquela re-

gião em um pólo produtor e exportador de algumas das melhores frutas tropicais do mundo. Mas o que estou frisando são técnicas irrigadas. O que quero dizer a respeito da Embrapa no Nordeste é que ela conseguiu progressos, desdobramentos, avanços numa região onde antes só se produziam alimentos de subsistência ou só se criava com grandes dificuldades e não se fazia despontar a criação, por exemplo, de caprinos e ovinos, o que se tornou uma grande conquista da nossa região nos últimos anos. Hoje, temos o maior rebanho bovino do mundo e produzimos carnes da melhor qualidade.

É bem verdade que, se não fossem determinadas medidas governamentais, não chegaríamos a isso. Por exemplo, no nosso Estado, foi preciso que se criasse um Programa do Leite, com a distribuição de milhares de litros de leite para crianças e gestantes, para que pudéssemos ter a produção de leite avançada, passando a ter uma produção aumentada em até dez vezes. Produzíamos apenas 80 mil litros de leite, e hoje chegamos a produzir quase 600 mil litros de leite.

Pois é essa empresa, que já foi objeto, aqui, de preocupação pelo Senador Arthur Virgílio, que já produziu resultados notáveis na criação de suínos com baixo teor de gordura, na produção de novas variedades de café, na descoberta de variedades de banana resistente às terríveis doenças e pragas, na produção de algodão colorido irrigado e na elaboração de sistemas de produção de cabras. Como já disse, é essa empresa que nos leva hoje a uma reflexão que precisa ser entendida e assimilada por este Plenário, para que o Congresso Nacional não permita o que está acontecendo com ela.

Não vamos ficar aqui naquele jogo de acusações, dizendo que o que está acontecendo hoje, no atual Governo, não aconteceu no Governo passado. Aconteceu, acontece, mas não deveria ter acontecido e não deverá acontecer jamais.

Sr. Presidente, a Embrapa, uma empresa desse porte, uma empresa dessa importância, uma empresa dessa credibilidade passar o que está passando hoje, com os funcionários fazendo “vaquinha”... Pensei que “vaquinha” na Embrapa fosse vaca mesmo. Mas o que existe hoje são “vaquinhas” que os funcionários fazem para que não se corte o fornecimento de água e de energia elétrica das unidades da Embrapa. Isso foi noticiado em matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo** no domingo. Mas, Sr. Presidente, como diria o apresentador – não me assiste outra conclusão que não a de Boris Casoy –, “isso é uma vergonha!”.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu não sei o que dizer diante de tudo isso, porque esses fatos se colocam diante de nossos olhos diariamente, e parece que estamos anestesiados. É como se diz costumeiramente: o brasileiro anda meio anestesiado.

Senador Tião Viana, não é para provocar V. Ex<sup>a</sup>, que é Líder do Bloco, mas a nossa capacidade de indignação devia ser acionada para que uma empresa como a Embrapa não pudesse passar por momentos como esses.

Ela já vem assim há muito tempo. Creio que esse não é um problema do Presidente Lula nem do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas um problema do Brasil. O País é que não pode permitir que uma empresa feita com o seu suor e com o seu sacrifício atravessasse essa situação.

Por isso, finalizo o meu pronunciamento, Sr. Presidente, bastante triste. Não tenho outro sentimento, senão o de tristeza, para dizer a V. Ex<sup>as</sup> que, se providências não forem tomadas para fomentar uma empresa que está sendo sucateada como essa, não sei onde isso vai parar. Como poderemos sustentar essa produção de grãos que existe hoje? Pode ser que não haja dependência direta, mas indireta sempre haverá. Uma empresa de pesquisas como a nossa Embrapa já contribui enormemente com o País, mas poderia fazer muito mais.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância e compreensão. Na verdade, se não fossem os convênios assinados com organizações não-governamentais, a Embrapa não sobreviveria.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, eminente Senador Garibaldi Alves Filho?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Pois não, Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Dada a relevância do assunto que V. Ex<sup>a</sup> traz a debate no plenário do Senado e, em face de sua experiência de homem público, de Governador, sua trajetória política que tem envolvimento com a produção neste País, com a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, gostaria de emitir uma modesta opinião sobre o tema. A Embrapa é um patrimônio da inteligência brasileira, vinculada diretamente à otimização da produção, à melhoria da rentabilidade do setor produtivo rural, e o resultado da sua história está expresso hoje na expansão das exportações brasileiras. Como V. Ex<sup>a</sup>, eu entendo a importância vital e estratégica desse órgão para a sociedade brasileira. Eu gostaria apenas de tentar refletir com V. Ex<sup>a</sup>. É verdade que devemos me-

lhorar o orçamento para esse órgão; é verdade que existe uma estrutura montada que precisa expandir-se para dar resposta aos novos desafios da produção rural brasileira. A China tem 10 vezes menos terras agricultáveis do que o Brasil, produz quatro vezes mais grãos e produtos agrícolas do que o Brasil, e temos que aprender com isso. Indago a V. Exª se não seria a hora de pensarmos também, além do engrandecimento orçamentário, em uma melhor resposta a uma parceria do setor produtivo brasileiro no financiamento da inteligência e da pesquisa pela Embrapa. Talvez isso trouxesse um novo momento para o País. Todos os países desenvolvidos têm consolidado – os americanos são grande exemplo disso – a inteligência das universidades e dos órgãos de Governo com a parceria do setor privado. Se nós incrementássemos essa medida, seria consolidada uma etapa a mais de aceleração da pesquisa brasileira no setor agropecuário. Sem dúvida alguma, o resultado seria bom para a estrutura funcional, para ampliação da pesquisa do Brasil na área e para a produção nacional, o que significa balança comercial, produto interno bruto, tudo que V. Exª defende. Então, essa é a modesta contribuição que quero dar. No mais estou plenamente solidário à manifestação de V. Exª.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Agradeço-lhe, Senador Tião Viana. Realmente V. Exª colocou o dedo na ferida. O problema é ampliar essa parceria com a iniciativa privada, com os setores produtivos, porque ela já existe.

Veja bem, todo o meu pronunciamento está fundamentado no fato de que nós não estamos tendo a capacidade de lidar com o dia-a-dia da empresa de modo que ela não sofra tais contingenciamentos. As despesas mínimas de custeio não estão sendo pagas. Os convênios não podem pagá-las, porque são dedicados à pesquisa.

Está faltando algo. Talvez seja problema de calendário ou de contingenciamento, e o problema me estarrece.

Não sei se V. Exª teve oportunidade de ler toda essa matéria do jornal **Folha de S.Paulo**, a respeito de funcionários fazerem “vaquinhas” para financiar essas despesas de custeio. Eu dizia que pensei que na Embrapa só houvesse vaquinha no curral, para servir de experimento, de pesquisa, mas existe outro tipo de “vaquinha”.

Caro Senador Tião Viana, está faltando alguma coisa. A sensibilidade do Governo precisa voltar-se para esse assunto. Eu disse – fazendo justiça sem exceder-me – que o Governo atual está apenas diante de uma realidade já enfrentada por outros no passa-

do. O sucateamento que isso causa à Embrapa já vem acontecendo, principalmente nos dois últimos anos, levando dois Governos a se verem diante de uma mesma situação.

Era preciso um diagnóstico muito acurado para que não tivéssemos problemas dessa ordem, que desacreditam e levam a situação vexatória uma empresa do porte da Embrapa, que contribui para o crescimento do nosso Produto Interno Bruto e das nossas exportações.

Agradeço a V. Exª. Sei que V. Exª, com sua influência como Líder do Bloco, certamente contribuirá para que tenhamos melhor visibilidade dessa situação.

Sei que V. Exª se preocupa com o crescimento e com as perspectivas dessa empresa, motivo de orgulho para todos nós. Muito obrigado, Senador Tião Viana.

Na minha opinião, a Embrapa deveria estar no mesmo patamar da Embraer, empresa que possui tecnologias mais avançadas, tecnologia de ponta. Porém, não há dúvida de que cada empresa faz a sua parte.

Senador Tião Viana, agradeço a V. Exª o aparte. A sua vinda ao plenário foi providencial, mas não sei quem trouxe V. Exª. Se não foi alguém diretamente, fico certo de que foi Deus – o Senador Mão Santa não está presente para corroborar essa afirmativa – quem o trouxe ao plenário, para que possamos ver a Embrapa com olhos do futuro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – De acordo com o art. 17, § 1º, “o Senador só poderá usar da palavra mais de duas vezes por semana se não houver outro orador inscrito que pretenda ocupar a tribuna”.

Como não há mais oradores, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, que dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, Presidente em exercício nesta sessão, trago à tribuna notícias de uma decisão tomada hoje pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em virtude de um ofício recebido pela Senadora Iris de Araújo, relatando o drama sofrido pelo pai do Sr. Jorge Geraldo de Assunção. Esse rapaz escreveu de uma prisão nos Estados Unidos, na fronteira com o México, onde se encontra detido e numa situação que merece, de pronto, uma providência de nossa parte.

Jorge Assunção Pinto encaminhou a seguinte carta à Senadora Iris de Araújo:

Estou recorrendo a V. Ex<sup>a</sup> para que possa auxiliar-me com um problema que está afligindo toda a minha família.

Trata-se de meu filho, Jorge Geraldo de Assunção Pinto, de 23 anos, que, induzido por uma agência de viagens de São Paulo, tentou, assim como tantos outros jovens dessa faixa etária, ir tentar a vida nos Estados Unidos.

A tentativa teve início no México, através dos agenciadores mexicanos denominados “coiotes”. Durante os preparativos para a travessia da fronteira, ele e outros desafortunados sofreram todo tipo de maus-tratos e privações desses pseudo-agenciadores, ficando sem alimentação e água por cinco dias.

Após ameaças de morte feitas por esses “coiotes”, conseguiram fugir e entraram ilegalmente nos Estados Unidos no dia 08 de maio do corrente ano. Já bastante debilitado, procurou a polícia de imigração daquele país e entregou-se, sendo conduzido, então, para um presídio só de imigrantes denominado CSC, Frio Detention Center, em Pearsall, Texas.

Com esses esclarecimentos, Sr<sup>a</sup> Senadora, venho apelar para seu alto espírito humanitário no sentido de que, através da Comissão de Relações Exteriores do Senado, possa me ajudar a retirar meu querido filho daquele presídio, trazê-lo de volta ao nosso País e ao convívio de nossa família.

Sr. Presidente, esse Sr. Jorge Geraldo de Assunção, no dia 11 de maio de 2003, escreveu uma carta de que vou ler apenas um trecho, mas peço que seja inteiramente transcrita:

Bença paizinho, bença mãezinha, minha querida irmã que não é só uma irmã e sim uma mãe. Deus te abençoe, meu querido afilhado. Meu querido cunhado que tanto admiro, minha querida Lucinete (trocinho) que tanto amo e todos os meus familiares e amigos que torcem por mim, eu vou contar para vocês um pouco do que eu passei desde o dia em que deixei a minha maior riqueza, que é vocês todos. E hoje estou sofrendo muito, por isso sofri muito, quando vi todos vocês chorando por mim, principalmente meu paizinho, que nunca o vi chorando. Nesse dia, eu o vi chorando, mas torcendo para que tudo desse certo.

Saimos no dia 02 de maio e chegamos na City México no dia 03 de maio, entramos em uma carreta, debaixo do banco, viaja-

mos dezesseis horas, sem comer e sem beber, chegamos na fronteira na City Nueva Laredo, fomos entregues a quatro coiotes e aí começamos a sofrer.

Levou-nos para o mato, deixou-nos lá, eu e dois amigos de São Paulo, dois irmãos gêmeos, passando cinco dias, sem comer, sem beber água e também dormimos no mato, no chão, sem nada.

No terceiro dia no mato, sem comer e sem beber, desmaiei duas vezes, e um dos dois irmãos saiu correndo, procurando água para mim. Depois de alguns minutos, ele chegou com a água e deram para mim e voltei ao normal. No quinto dia, chegou um coiote e disse: “vamos atravessar as fronteiras hoje às três da manhã”. Ficamos acordados até as três da manhã, saímos para a fronteira, andamos duas horas a pé e o coiote deu um tapa na minha orelha e disse para nós que não bebêssemos água do rio porque ela iria nos matar. E ele mandou que esperássemos por ele debaixo de uma torre de que estávamos perto que ele ia buscar uma pistola para nos matar. Então, falamos para ele que fosse. Ele foi buscar a pistola, esperamos dez minutos e saímos correndo sem destino. Andamos mais três horas e chegamos num rio que não sabíamos qual era. Então eu disse para os dois irmãos: “vamos deixar a nossa roupa deste lado do rio e vamos atravessar o rio nadando, que lá encontraremos roupas e a solução”.

Demoramos trinta minutos para atravessar o rio nadando, chegamos do outro lado só de cueca, tênis e camiseta. Achei uma bermuda, que serviu para mim porque emagreci dezessete quilos, e aí para a cidade fomos procurar um telefone para ligar. Quando estávamos andando pela rua, todos sujos e todos rasgados, os policiais nos viram e nos perguntaram aonde estávamos indo. Aí disse que estávamos procurando um telefone e ele perguntou de onde éramos. Dissemos “somos do Brasil e estamos morrendo de fome e sede”. Ele falou para nós “Vamos. Arrumamos tudo para vocês”. Eles passaram no supermercado, compraram algo para comermos, bebermos e depois fomos para a polícia da imigração. Fomos lá com todos os documentos e levaram-nos para um presídio só de imigrantes, onde estamos até hoje, mas agora estamos comendo, bebendo e dormindo em uma cama com cobertor. Estamos numa cela com vinte e quatro imigrantes brasileiros, mexicanos, co-

lombianos, de El Salvador, de Honduras, da Costa Rica.

Eu vou pedir do fundo do meu coração para todos vocês que não me abandonem, que não me deixem sozinho, porque eu preciso muito de todos vocês, principalmente que rezem por mim, porque só Deus e vocês para me darem forças para agüentar o que eu estou agüentando, porque se não tiver muita fé em Deus a gente não agüenta. Aqui eu só fico pensando coisas, de tantas saudades de vocês, de estar junto com vocês todos, de poder dizer de todos os momentos de alegria e de tristeza. Mas eu estou tão sozinho porque não tem ninguém de vocês ao meu redor para eu poder dizer dessa imensa tristeza que jamais pensei que iria passar, mas com certeza eu digo, se Deus quiser, vou sair dessa e vou ficar o tempo que precisar para acertar as minhas dívidas que fiz para eu voltar para o meu cantinho que Deus me deu e de onde nunca mais vou sair. Só a morte vai me separar de vocês, de meus pais que tanto amo, de minha irmã que não é só uma irmã, é uma segunda mãe para mim, de meu afilhado, que é para mim um filho.

Sr. Presidente, a carta prossegue, é longa. É mais um exemplo de que as pessoas têm morrido ou quase ao tentarem atravessar a fronteira americana que, há pouco mais de dez anos, não apresentava tanta dificuldade.

Ora, o Governo dos Estados Unidos da América pede urgência na instituição da Área de Livre Comércio das Américas, para que haja a total liberdade de fluxo de capitais, a fim de que não apenas os capitais, mas também os bens e os serviços possam atravessar as fronteiras das Américas sem quaisquer barreiras. Entretanto, não franqueando a brasileiros, latino-americanos e norte-americanos, o mais importante: a livre circulação de seres humanos.

Se de fato quisermos a integração das Américas, precisamos pensar, primeiro, no ser humano para, só depois, o que o ser humano pode deter: a propriedade do capital, os serviços, os bens que produzem e assim por diante.

Em virtude do drama narrado nesta carta enviada pela Senadora Iris de Araújo, nós resolvemos, em decisão apoiada e assinada por todas as Senadoras e todos os Senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, encaminhar o seguinte ofício à Digníssima Embaixadora dos Estados Unidos da América:

Vimos pela presente, altamente sensibilizados pelo drama humano vivido pelo ci-

dadão brasileiro Jorge Geraldo de Assunção, detido por tentativa de imigração ilegal no Estado do Texas, USA, no **CSC Detention Center 410 S Cedan-Street**, na cidade de Persall, solicitar os seus elevados préstimos, no sentido de viabilizar a volta do jovem e inofensivo imigrante, ao convívio de seus familiares no Brasil.

Trata-se de dever humanitário que a todos nos obriga, na relevância das funções públicas que exercemos, abreviando uma aflição penal que a ninguém interessa, agravada pela desproporção entre a eventual violação imigratória perpetrada e a rigor e crueldade da medida carcerária adotada, em descompasso com os valores mínimos do direito penal humanitário.

Contando com sua alta sensibilidade para compreender a natureza de nosso pleito, e sabedores de sua solicitude no trato de questões como a que aqui suscitamos, colocamo-nos à inteira disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos, renovando votos de elevada estima e distinta consideração.

Senador Tião Viana, a Senadora Iris de Araújo marcou o encontro com a Embaixadora Donna Hrinak para segunda-feira, às 16 horas, para o qual gostaria de convidá-lo, se V. Ex<sup>a</sup> desejar nos acompanhar. Na ocasião, entregaremos o ofício à Sr<sup>a</sup> Donna Hrinak.

Estou enviando ofício semelhante ao Embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Rubens Barbosa.

Quero agradecer, Senador Tião Viana, mais uma vez, o cavalheirismo, o companheirismo com que V. Ex<sup>a</sup> vem tratando do assunto que suscitei no dia de ontem, no sentido de podermos ter na próxima semana a reunião da Bancada, com a presença dos 14 Senadores, para que reexaminemos a decisão tomada. Sei perfeitamente a convicção de V. Ex<sup>a</sup> sobre essa decisão e que também conhece as razões que me levaram a solicitar essa reconsideração. Conforme esclarecimento de V. Ex<sup>a</sup> será importante, no início da semana, perguntar a todos os Senadores qual o horário comum, para que todos estejam presentes.

Esse assunto gerou muitas manifestações do Brasil inteiro. Como sugeri a todos, disponibilizei meu **site** – quem sabe a Liderança, o gabinete de V. Ex<sup>a</sup> possa fazer o mesmo – para conhecer a opinião popular. Se me permitem, posso passar o resultado dessa pesquisa, cuja pergunta foi: “A Sr<sup>a</sup> Senadora Heloísa Helena deve ser desligada da Bancada do PT do Senado antes da decisão do Diretório Nacional?” Do final da manhã até agora, 78 pessoas responderam “não” e “sim”; ou seja, 98,73% responderam “não”, e



1,27% responderam "sim". Sei que se trata apenas de um dado, mas precisamos fazer com que todos saibam as razões – é um indicador importante.

Tenho certeza de que todos os Senadores estarão, nos próximos dias, refletindo com muita atenção. Como V. Ex<sup>a</sup>, ontem, dialogou comigo na companhia do nosso Presidente José Genuíno, quero dizer que iniciei o meu compromisso assumido perante V. Ex<sup>a</sup> e perante nosso Presidente, no sentido de solicitar à Senadora Heloísa Helena que também dê um sinal no sentido de contribuir para o fortalecimento de nosso

Partido, de respeito ao Presidente, aos Ministros e a todos os companheiros da direção.

Aguardaremos, com serenidade, a nossa reunião. Mais uma vez, meus cumprimentos.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL


Brasília-DF, 03 de Julho de 2003.

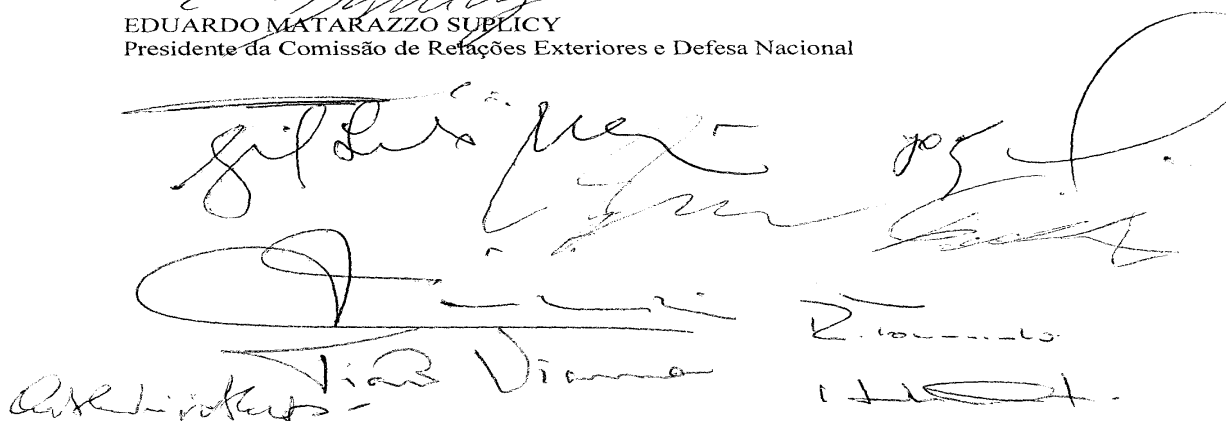
Exma. Senhora  
Embaixadora Donna J. Hrinak  
Digníssima Embaixadora dos Estados Unidos da América

Vimos pela presente, altamente sensibilizados pelo drama humano vivido pelo cidadão brasileiro Jorge Geraldo de Assunção, detido por tentativa de imigração ilegal no Estado do Texas, USA, no CSC Detention Center 410 S Cedar-Street, na cidade de Persall, solicitar os seus elevados préstimos, no sentido de viabilizar a volta do jovem e inofensivo imigrante, ao convívio de seus familiares no Brasil.

Trata-se de dever humanitário que a todos nos obriga, na relevância das funções públicas que exercemos, abreviando uma aflição penal que a ninguém interessa, agravada pela desproporção entre a eventual violação imigratória perpetrada e a rigor e crueldade da medida carcerária adotada, em descompasso com os valores mínimos do direito penal humanitário.

Contando com sua alta sensibilidade para compreender a natureza de nosso pleito, e sabedores de sua solicitude no trato de questões como a que aqui suscitamos, colocamo-nos a inteira disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos, renovando votos de elevada estima e distinta consideração.

  
EDUARDO MATARAZZO SUPPLY  
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Brasília-DF, 03 de Julho de 2003.

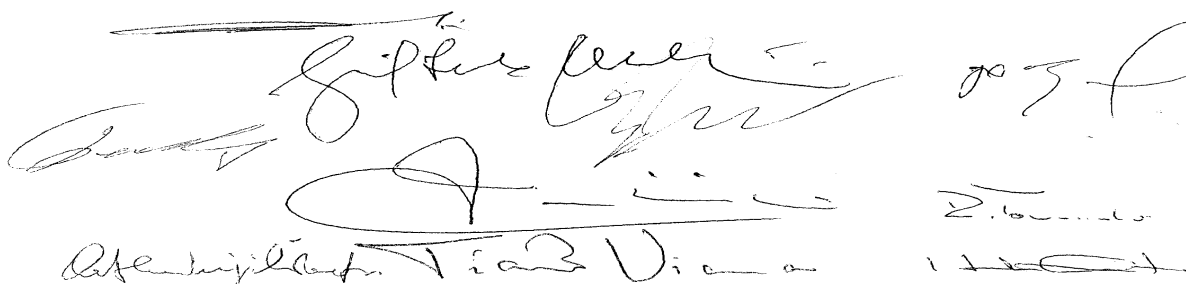
Exmo. Senhor  
Rubens Barbosa  
Digníssimo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América

Vimos pela presente, altamente sensibilizados pelo drama humano vivido pelo cidadão brasileiro Jorge Geraldo de Assunção, detido por tentativa de imigração ilegal no Estado do Texas, USA, no CSC Detention Center 410 S Cedar-Street, na cidade de Persall, solicitar os seus elevados préstimos, no sentido de viabilizar a volta do jovem e inofensivo imigrante, ao convívio de seus familiares no Brasil.

Trata-se de dever humanitário que a todos nos obriga, na relevância das funções públicas que exercemos, abreviando uma aflição penal que a ninguém interessa, agravada pela desproporção entre a eventual violação imigratória perpetrada e a rigor e crueldade da medida carcerária adotada, em descompasso com os valores mínimos do direito penal humanitário.

Contando com sua alta sensibilidade para compreender a natureza de nosso pleito, e sabedores de sua solicitude no trato de questões como a que aqui suscitamos, colocamo-nos a inteira disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos, renovando votos de elevada estima e distinta consideração.

  
EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y  
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



OF. GSIA Nº 00255/2003

Brasília (DF), 1º de julho de 2003

Brasília, 1º de julho de 2003

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Eduardo Suplicy  
DD. Presidente da  
Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal  
Nesta

Senhor Presidente,

A par de cumprimentá-lo cordialmente, passo às mãos de Vossa Excelência a correspondência anexa, de interesse do jovem George Geraldo de Assunção Pinto, rogando sua valiosa atenção e as providências que se fizerem necessárias para o caso no âmbito da Comissão de Relações Exteriores desta Casa.

Agradecendo antecipadamente pela atenção que vier dispensar ao pleito em tela, aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente, – Senadora **Íris de Araújo**.

Exmo. Sr..  
Senador Eduardo Suplicy  
Presidente da Comissão de Relações  
Exteriores do Senado Federal

Estou recorrendo a Vossa Excelência para que possa auxiliar-me em um problema que está afligindo toda minha família.

Trata-se de meu filho George Geraldo de Assunção Pinto, de 23 anos, que, induzido por uma agência de viagens de São Paulo, tentou, assim como tantos outros jovens dessa faixa etária, ir tentar a vida nos Estados Unidos.

A tentativa teve início pelo México, através dos agenciadores mexicanos denominados "coyotes". Durante os preparativos para a travessia da fronteira, ele e outros desafortunados sofreram todo tipo de maus-tratos e privações desses pseudo agenciadores, ficando sem alimentação e água por 5 dias.

Após ameaças de morte feitas por esses coyotes, conseguiram fugir e entraram ilegalmente nos Estados Unidos no dia 8 de maio do corrente ano. Já bastante debilitado, procurou a Polícia de Imigração daquele país e entregou-se, sendo conduzido então para um Presídio só de imigrantes, denominado CSC – Frio Detention Center, em Pearsall, Texas.

Com esses esclarecimentos, Sr. Senador, venho apelar para seu alto espírito humanitário, no sentido de que, através da Comissão de Relações Exteriores do Senado, possa me ajudar a retirar o meu querido filho daquele presídio e trazê-lo de volta ao nosso País e ao convívio com sua família.

Com o meu mais profundo agradecimento, –  
**Jorge Assunção Pinto.**

Frio Presidium - Imigração do Texas E.U.A 21/05/00

Querido Paizinho, Querida Mãezinha, Minha querida irmã que mãe é só se  
irmã é sem uma mãe, Deus te abençoe meu querido afilhado, Meu querido  
Cunhado que tanto o admira, Minha querida Lucinete (Cunhado) que tanto  
amo, e todos os meus familiares e amigos que torcem por mim, eu vou contar  
para vocês um pouco que passei desde o dia que deixei a minha mãe e  
pai que a vocês todos e hoje estou sofrendo muito por isso depois muito que  
vi todos vocês chorando por mim principalmente meu paizinho que nunca o  
deixando em dia eu o vi chorando mas sempre que tudo dia certo; Saímos  
2 de maio e chegamos na CYT MEXICO dia 3 maio entramos em uma  
carrota de plástico do banco, viajamos 16 horas sem comer e sem beber, che-  
gamos na fronteira na CYT NUEVA LAREDO, fomos entregues a guarda costeira  
e aí começamos a sofrer, levou nós para o matão deixei nós lá eu  
deixei amigos de São Paulo dois irmãos gêmeos, passamos 5 dias sem com-  
er e sem beber água e também dormimos no matão no chão sem nada,  
3º dia meu matão sem comer e sem beber eu ~~desmaiei~~ desmaiei 2 vezes eu  
um dos irmãos saiu chorando procurando água para mim, depois de alguns  
minutos ele chegou com a água e trouxe para mim e voltei e morri, no 5  
dia chegou um coitado e disse, vamos atravessar a fronteira hoje 3º dia manhã.  
Ficamos acordados até as 3 da manhã e saímos para a fronteira, andamos 2  
horas e aí o coitado deu um tapa na minha orelha e disse para nós que  
mãe vamos beber da água do rio, porque ele ia nos matar e ele mor-  
reu que nós esperamos ele debaixo de uma árvore que estiveramos perto, que ele  
ia buscar uma pistola para nos matar, então falamos para ele que seria se-  
ria, e ele foi buscar a pistola, esperamos 10 minutos e saímos correndo  
sem destino andamos mais 3 horas e chegamos em um rio que nós não  
sabíamos que rio seria, então eu disse para os dois irmãos, vamos descer  
a nossa roupa sobre tudo do rio e vamos atravessar o rio macilando.

8 de lá encontramos roupa e a salvação, demoramos 30 minutos para chegar  
 machados, chegamos do outro lado do rio de cima, tirar o caminhão, e lá  
 um barmão e disse para eu em meu porquê eu emagreci 17 kg, e eu  
 para a cidade, procurar um telefone para ligar, quando estamos  
 andando pela rua todo sujo e todo resgado, os policiais vão e me  
 perguntar para onde estamos indo aí nós disse que estamos  
 procurando um telefone, eles perguntar de onde somos, dissemos  
 de nós de Brasil e estamos morando de fome e sede e aí  
 falou para nós vamos com nós que encontramos tudo para vocês, ele  
 falou em um Supermercado e comprar algo para nós comer,  
 depois fomos para a Polícia da imigração, fomos lá prece  
 todos os documentos e levaram nos para um presídio do imigre  
 e aí onde estamos ali hoje, mas ~~o~~ agora estamos comendo, bebendo  
 e dormindo em uma cama com um cobertor, estamos em uma cela  
 24 imigrantes brasileiros, Mexicanos, colombianos, El Salvador, Honduras, Cox  
 rica, Eu vou pedir do fundo do meu coração para todos vocês que me abraçam  
 mas me diga rezando porque eu preciso muito de todos vocês principalmente  
 que rezem por mim porque só Deus e vocês para me dar forças para  
 aguentar o que eu estou aguentando porque se não tiver muito fé em  
 Deus aguenta mas aguenta, porque aqui eu só fui pensando como eu  
 de tanta saudades de vocês de estar junto com vocês todos, falar de  
 todos os momentos de alegria e tristeza, mas eu estou tão sozinha  
 que não tenho ninguém de vocês ao meu redor para eu poder dizer  
 essa imensa tristeza que jamais pensei que iria passar, mas em  
 certeza eu espero se Deus quiser vou sair dessa e vou ficar  
 tempo que precisares para acatar as minhas orações que firo para  
 e vou voltar para o meu conforto que Deus me deu e nunca me  
 vou sair, só a morte vai me separar de vocês, de meus pais que  
 tanto os amo, de minha irmã que não é só uma irmã e sim  
 uma 2ª mãe para mim, de meu afilhado que é para mim um filho

que Deus não me deu ali agora, mas se Deus quiser, um dia vou ter a filha que tanto quero, oh meu coração que se quase um pai fazer o da minha mãe, porque eu tanto amo e espero que ela me espere voltar para nós sermos muito felizes e construir uma grande família e todos os meus familiares que gostam de mim e meus amigos e amigas.

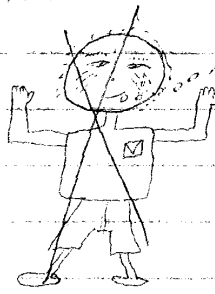
Eu fiz duas promessas se Deus achar que eu mereço não dar o mais rápido possível que me tem, mas se eu não me e estou que passar por um mais tempo que Deus me dar fora porque eu quase não tem mais forças. E o mais agora estou bem assim comendo, bebendo e dormindo, mas preso e sofrendo muito, se quiser saber o quanto estou sofrendo você já pensa e pode multiplicar isso que pensar quantas vezes quiser que não chega nem na metade do que estou sofrendo, mas tudo isso foi eu que escolhi isso, mas a máquina não me dá que vai a afadar e que vai me tirar daqui o mais rápido possível, mas da para o meu coração que para tudo que puder e que não se para me tirar mais rápido de lá, porque só Deus paga tudo o que o meu coração e todas as coisas estão fazendo por mim eu nunca vou esquecer e nunca vou dar conta de pagar só Deus pagará isso para você em dobro, mas estou falando em dinheiro porque dinheiro se Deus me dar forças para trabalhar aqui no Brasil eu vou pagar eu estou falando de fazer um favor para um ser humano que agora depende tudo de você, igual um bebê que depende de seus pais e familiares para sobreviver, mas com certeza todas as coisas vão me escolher como se fosse um filho de você que nunca lhe fez mal, se fez mal a um de você que me desculpe,

~~Eu~~ ~~me~~ ~~perdoi~~ ~~de~~ ~~le~~ ~~corações~~, porque eu <sup>SR 273/8</sup> ~~me~~ ~~me~~  
 Tenho mais lágrimas, por chorar mais de tanto sofrer e  
 de tanta saudade de vocês, e também pelo a voz que reza por  
 porque eu precisava de vocês, agora eu preciso do céu  
 de vocês eu estou rezando todo dia e peço a vocês "cada um  
 lado" rezem um pai morto e uma mãe viva, quantos ~~paes~~  
 pai morto e quanto, mãe viva não dorme.

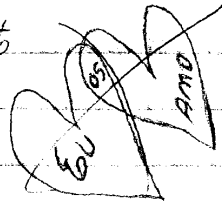
Oração que mostra esta carta para todos que goste o  
 mim, para meus pais, minha irmã e meu cunhado, minha  
 mamãe e eu estar falando minha mamãe porque ela  
 me dói que iria me esperar e eu confio muito nela porque eu  
 tenho um futuro todo para nós dois mãe e Tracinho, para meus  
 familiares, meus amigos e amigas, para ~~o~~ vó e para vó  
 Carolela e o mais muito obrigado por tudo que tenha feito,  
 amin e me desculpa se estou fazendo vocês sofrer, mas tenho  
 fé em Deus que nunca mais tem fazer vocês sofrer.

Bença Maizinha, Bença Raizinha, Deus te abençoe duon. Espec  
 Fique com Deus minha querida irmã, ~~paes~~ Fique com Deus  
 meu querido cunhado, Fique com Deus minha querida  
 Tracinho (Tracinho), e até ~~o~~ breve, breve estarei com vocês  
 se Deus quiser, breve assim depois de arrumar as  
 minhas dividas que firo para vir para uma viagem de  
 1 que isso é viagens... TENHA... TENHA... TENHA... TENHA

sempre me alegrava  
 mais por mim  
 mas não posso  
 nem mais e mais  
 amigos e familiares

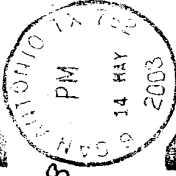


me dai forças Senhor meu Deus e  
 me dai o conforto do espírito  
 santo de vós.



Prisão Karawa County Correctional Center  
 faciliate M.E.K.C. 100.26.281 TX  
 Porto Antonio

GEORGE BERARDO DE ASSUNÇÃO PINTO (97393040) WA1-03  
 CSC FRID DETENTION CENTER  
 410 S. CEDAR STREET  
 PEARSALL, TEXAS  
 78.061



THIS LETTER IS BEING SENT  
 FROM A CORRECTIONAL FACILITY

JOIRBE DE ASSUNÇÃO PINTO  
 RUA: CLESTO GOMES, 331  
 BAIRRO = CENTRO  
 JARAGUA - EC

00116/0000

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 529, DE 2003**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 74, II e artigos seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada comissão temporária externa, composta de 5

(cinco) senadores, com a finalidade de ir a Roraima intertir-se das questões fundiárias daquele estado.

Essa indicação reveste-se de fundamental importância tendo em vista a necessidade urgente da Sociedade, especialmente do Senado Federal, tomar conhecimento e acompanhar de perto questões fundiárias polêmicas e atuais naquela Unidade da Federação, com vistas à discussão nesta Casa e a busca de soluções dos conflitos.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2003. – **Moza-rildo Cavalcanti.**

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

*Ofício "5" 18, de 2003*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA ARBITRAL DO MERCOSUL.  
SEDE – BRASIL**

Excelentíssimo Senhor. Presidente do Congresso Nacional Senador José Sarney.

**ASSUNTO: XEROX ESTATUTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA ARBITRAL DO MERCOSUL. SEDE – BRASIL**

A Fundação do Tribunal acima mencionado, em consonância com a Lei 9307 sancionada em 23.09.96, pelo Presidente da República Federativa do Brasil Fernando Henrique Cardoso; com amparo no Decreto Legislativo 483/2001, e sancionada pelo Congresso Nacional, pela sua Comissão Parlamentar conjunta do MERCOSUL, temos a honra de informar a fundação do Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul, tendo como Representantes o Sr. CELSO DIAS NEVES, EMPOSSADO presidente, o Sr. Armindo Klein – Secretário e como Tesoureiro do Dr. Mauro Godoy, aclamados em Assembléia Geral, tal atitude se dá ao fato da moralização dos Juizes Arbitrais, difamados pelas pseudo-s entidades que são criadas somente pela venda de "carteiras", não preparando os nomeados para exercício do cargo, com o novo Tribunal evitando-se, assim que movas falcatruas venham a ser praticada.

Temos, assim, interesse na moralização da classe, pelo que entendemos ser este Órgão ora Fundado, com interesse Internacional e principalmente Nacional, nota-se no Art. 19 deste Tribunal que tem em si o Tribunal de Ética e Disciplina em seu Regimento interno, que lhes será remetido oportunamente para conhecimento e Registro.

Para que não se alegues desconhecimento, juntamos "xerox" dos estatutos que serão efetivados junto aos Órgãos Competentes, bem como ao Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral da República, que entendemos como Órgãos soberanos da Justiça Brasileira.

Brasília. 25 de junho de 2003.

  
Celso Dias Neves  
Presidente.

Sede Provisória Rua Antonio Garcia da Cunha nº 167 Parque São Rafael São Paulo Brasil.





**Art. 1º.**

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA ARBITRAL DO MERCOSUL criado sob a égide da Lei Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996, sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Republica Federativa do Brasil Fernando Henrique Cardoso em 23 de setembro de 1996, e com amparo legal do Decreto Legislativo n.º 483/2001 referendado e sancionada pelo Congresso Nacional pela Comissão Parlamentar conjunta do Mercosul, Tratado de Assunção, subscrito em 26 de março de 1991, entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, e o Protocolo de Ouro Preto, subscrito em 17 de dezembro de 1994, entre os mesmos Estados; Acordo de Complementação Econômica Nº 36 subscrito entre o MERCOSUL e a República da Bolívia; o Acordo de Complementação Econômica Nº 35 subscrito entre o MERCOSUL e a República do Chile e as Decisões do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL Nº 14/96 "Participação de Terceiros Países Associados em Reuniões do MERCOSUL" e Nº 12/97 "Participação do Chile em Reuniões do MERCOSUL"; REAFIRMANDO a vontade das Partes Contratantes de pactuar soluções jurídicas comuns para o fortalecimento do processo de integração regional; CONVENCIDOS da necessidade de uniformizar a organização e o funcionamento da arbitragem internacional para contribuir para a expansão do comércio regional e internacional; DESEJOSOS de promover e incentivar a solução extrajudicial de controvérsias privadas por meio da arbitragem, prática conforme com as peculiaridades das transações internacionais; tendo em conta a Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional, de 30 de janeiro de 1975, concluída na cidade de Panamá, a Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros, de 08 de maio de 1979, concluída em Montevideu e as Leis Modelo sobre Arbitragem Comercial Internacional da Comissão das Nações Unidas o Direito Mercantil Internacional, de 21 de junho de 1985.**

**"O Brasil é signatário da Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional, elaborada no âmbito da Organização dos Estados Americanos - OEA, firmada no Panamá em 1975. A Convenção do Panamá foi devidamente ratificada com a publicação no D.O.U. do Decreto Legislativo nº 1.902/96."**

**ACORDAM:****DECRETO LEGISLATIVO Nº 483/2001****ACORDO SOBRE ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL****Artigo 2.o.****Objetivo**

**O presente Acordo tem por objetivo regular a arbitragem como meio alternativo privado de solução de controvérsias surgidas de contratos comerciais Internacionais entre pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.**

**Artigo 3º.****Definições**

**Para fins de aplicação do presente Acordo, entender-se-á por:**

- a) "ARBITRAGEM": meio privado - institucional ou 'AD DOC' - para a solução controvérsias;**
- b) "arbitragem internacional": meio privado para a solução de controvérsias relativas a Contratos Comerciais Internacionais entre particulares, pessoas físicas ou jurídicas;**

**Assinada pelos representantes dos seguintes Países signatários:**

***Pela República Argentina.  
Guido di Tella***

***Pela República da Bolívia  
Javier Murillo de la Rocha***

*Pela República Federativa do Brasil*  
*Luiz Felipe Lampreia*

*Pela República do Chile*  
*José Miguel Insulza*

*Pela República do Paraguai*  
*Rubén Melgarejo*

*Pela República Oriental do Uruguai*  
*Didier Operti*

Com sede provisória à Rua Antonio Garcia da Cunha n.o. 167, Parque São Rafael São Paulo Brasil, com sede e fórum na Cidade de São Paulo, é pessoa jurídica de direito privado sob a forma de sociedade civil, com fins lucrativos, instituída com fulcro na Constituição da Republica Federativa do Brasil e demais Leis Civis e Trabalhistas e Comerciais, notadamente na Lei n.o. 9.307 de 23 de setembro de 1996 na melhor forma de direito.

#### DO TRIBUNAL ARBITRAL.

##### **Art. 4º.**

A sociedade tem como objetivo fundamental e permanente praticar e prestar serviços de conciliação, mediação e arbitragem e conflitos entre pessoas físicas e jurídicas, que versarem sobre direitos patrimoniais disponíveis, em conformidade com a Lei 9.307 de 23/9/96, oriundos do território nacional, assim como dos internacionais; Desde que com o devido embasamento legal, todos enfim de qualquer natureza com o amparo no ordenamento jurídico existente e no repertorio jurisprudencial dos Egrégios Tribunais Superiores, perseguindo ainda os ditames do Excelso Supremo Tribunal Federal da Republica Federativa do Brasil e dos demais Superiores Tribunais

dos Países do Mercosul com as suas deliberações.

**Art. 5.o O prazo da duração da sociedade é por tempo indeterminado.**

**Parágrafo Primeiro: O Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul será composto de:**

**Parágrafo Segundo-Turmas;**

**1.a - Turma TJAM-SP, - 2.a. TJAMRJ, - 3.a Turma TJAMMG, -4.a Turma TJAMES, - 5.a - Turma TJAMBA, 6.a - Turma TJAMPR, -7.a Turma TJAMSC,- 8.a Turma TJAMRS, -9.a Turma TJAMMT, - 10.a Turma TJAMMS,- 11.a Turma TJAMDF, - 12.a Turma TJAMGO, -13.a Turma TJAMTO, - 14.a Turma TJAMSE, 15.a - Turma TJAMAL, 16.a - Turma TJAMPE, -17.a Turma TJAMM, 18.a Turma TJAMC, - 19.a Turma TJAMA, - 20.a Turma TJAMP,- 21.a Turma TJAMRN, - 22.a Turma TJAMA, - 23.a Turma TJAMAM, - 24.a Turma TJAMP, 25.a Turma TJAMPB, - 26.a Turma TJAMA, - 27.a Turma TJAMR, - 28.a Turma TJAMRO.**

**Parágrafo Terceiro - TRIBUNAL PLENO.**

As **TURMAS** serão compostas de Juizes Arbitrais, escolhidos por sua intectualidade, sua capacidade técnica e de reputação ilibada.

O **TRIBUNAL PLENO** é composto por todos os Juizes Arbitrais Titulares e é o órgão revisional, isto é, a segunda Instância. Isso significa que se qualquer das partes, discordar da Sentença da Turma Arbitral, pode recorrer ao **TRIBUNAL PLENO**, respeitadas as limitações de admissibilidade, reduzindo-se com isso a procrastinação.

**Parágrafo Quarto** - Fica desde já instituído o **Supremo Tribunal de Justiça Arbitral**, cuja sigla é **STJA** que serão compostos por Juizes Arbitrais dos demais Tribunais Arbitrais do Brasil e do Mercosul que indicarão seus pares para composição da Suprema Corte. Sendo que serão em número de 3 (três) sendo que um será sempre **membro efetivo** desta **Suprema Corte** e terá poderes sobre todo o Território Nacional quando solicitados pelos litigantes e nos demais Países integrantes do Mercosul, os Tribunais indicação também seus pares, sendo a criação do **STJA** comunicada à ONU aos integrantes da **Arbitragem Comercial Internacional da Comissão das Nações Unidas** e

**STJA** comunicada à **ONU** aos integrantes da **Arbitragem Comercial Internacional da Comissão das Nações Unidas e Direito Mercantil Internacional, instituída em de 21 de junho de 1985 e Tribunal de HAIA.**

## **CAPITULO II** **DA ADMINISTRAÇÃO E DA COMPOSIÇÃO.**

### **Art. 6º.**

**A Administração do Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul será exercida pela diretoria através dos votos dos sócios, por maioria simples, cujo mandato será por prazo indeterminado, a critério do sócio Presidente.**

### **Art.7º.**

**O Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul será composto de dois órgãos DIRETORIA e SECRETARIAS (com ou sem franquias) no Território Nacional se sub dividindo em Secretarias, a saber: TJAMSP - Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul de São Paulo – TJAMRJ Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Rio de Janeiro, TJAMMG Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul de Minas Gerais, TJAMES Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Espírito Santo, TJAMBA Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul da Bahia, TJAMPR Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Paraná, TJAMSC Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul DE Santa Catarina, TJAMRS Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Rio Grande do Sul, TJAMMT Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Mato Grosso, TJAMMS Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Mato Grosso do Sul, TJAMDF Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Distrito Federal, TJAMGO Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul de Goiás, TJAMTO Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul de Tocantins, TJAMSE Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul de Sergipe, TJAMAL Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul de Alagoas, TJAMPE Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul de Pernambuco, TJAMM Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Maranhão, TJAMC Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Ceará, TJAMA Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Amapá, TJAMP Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Piauí, TJAMRN**

**TJAMA** Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Amapá, **TJAMAM** Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Amazonas, **TJAMP** Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Pará, **TJAMPB** Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul da Paraíba, **TJAMA** Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul do Acre, **TJAMR** Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul de Rondônia, **TJAMRO** Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul de Roraima.

### **DA DIRETORIA.**

#### **Art. 8º.**

O Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul, será administrado por uma Diretoria composta de um Presidente, um Secretário Geral e Tesoureiro.

#### **Art.9º.**

#### **DIRETORIA E SUAS ATRIBUIÇÕES.**

- 1- Cumprir e fazer cumprir as deliberações determinadas nas reuniões de diretoria;
- 2- Nomear e exonerar os árbitros (pessoas físicas) que comporão o quadro de árbitros do Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul sigla TJAM;
- 3- Criar Secretarias com aval dos sócios;
- 4- Gerir o patrimônio social, garantindo a sua utilização para o cumprimento das deliberações;
- 5- Estabelecer um Contador legalmente habilitado;
- 6- Ao termino de cada semestre, apresentar relatório de atividades de programas de trabalho;
- 7- Poderá ter cargo acumulado, no Maximo 2 (dois).

Único As Secretarias Estaduais do Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul deverão mensalmente emitir relatório a diretoria, não o fazendo sofrerá intervenção da Diretoria Nacional que nomeara o interventor, comunicando tal ato ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado sob intervenção.

#### **Art. 10º.**

#### **DO PRESIDENTE COMPETE:**

- 1- Representar o Tribunal em Juízo e fora dele.
- 2- Velar pela dignidade, independência, imparcialidade, competência, diligencia e discricão dos participantes do Tribunal;

- 3- **Dirigir as atividades do Tribunal.**
- 4- **Dar posse e exonerar os árbitros nomeados pela diretoria;**
- 5- **Nomear os Secretários de cada Secretaria Estadual, após a deliberação da diretoria e dos sócios;**
- 6- **Supervisionar o funcionamento e os serviços das secretarias no cumprimento do presente estatuto;**
- 7- **Convocar e presidir as reuniões de diretoria;**
- 8- **Assinar procuração, outorgando poderes para o foro em geral e os especiais de que trata a Lei de Processo Civil.**
- 9- **Assinar cheques e todos documentos indispensáveis à contabilidade da sociedade e instituição financeira;**
- 10- **Assinar a correspondência da sociedade;**
- 11- **Nomear prepostos para representá-lo administrativamente e judicialmente;**
- 12- **Nomear os funcionários e fixar seus vencimentos, consoante com as necessidades dos serviços;**
- 13- **Será exercido por tempo indeterminado, enquanto cumprir as disposições deste estatuto, não praticar infrações e não transgredir preceitos da ética profissional, os árbitros que não poderão se passar por JUIZES de Tribunais concursados, se o fizerem responderá administrativamente, após termino do (A)Inquérito Administrativo será encaminhado ao Ministério Público para as devidas providencias penais.**

**Art. 11º.**

**Compete ao Secretario Geral.**

- 1- **Cumprir e fazer cumprir as deliberações determinadas pela Presidência e nas reuniões de diretoria do TJAM Ltda;**
- 2- **Dirigir as atividades da secretaria;**
- 3- **Manter sob sua guarda processos, fichários, arquivos, documentos e correspondência do Tribunal;**
- 4- **Manter os registros do TJAM; rigorosamente em dia.**
- 5- **Preparar as correspondências do Tribunal assiná-la em conjunto com o Presidente, se for o caso;**
- 6- **Secretariar os árbitros e as reuniões de diretoria quando convocada;**
- 7- **Preparar relatórios mensais e anuais do TJAM;**
- 8- **Atender as partes interessadas em submeter o conflito de interesses de conciliação, mediação ou arbitragem;**
- 9- **Receber, protocolar o Compromisso Arbitral;**



- 8- Atender as partes interessadas em submeter o conflito de interesses de conciliação, mediação ou arbitragem;
- 9- Receber, protocolar o Compromisso Arbitral;
- 10- Encaminhar o compromisso Arbitral para o arbitro escolhido a fim de prestar o compromisso;
- 11- Fazer os devidos comunicados às partes e informar o procedimento arbitral;
- 12- Receber os honorários fixados no compromisso arbitral e repassá-los ao Tesoureiro;
- 13- Informar as partes sobre o procedimento Arbitral;
- 14- Numerar os processos em ordem cronológica e crescente, Ano após Ano, sendo o ano após o numero do processo.

Único: Os números de processos arbitrais das Secretarias Estaduais serão emitidos pela Diretoria Nacional, ficando os respectivos números sob guarda e responsabilidade das Secretarias estaduais;

### **CAPITULO III** **DAS SECRETARIAS ESTADUAIS.**

#### **Art. 12º.**

Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul, a critério de melhor expandir seus objetivos de propósitos, poderá criar e instalar Secretarias com ou sem franquias em todo o Território Nacional e nos Países Signatários de acordo com o Decreto Legislativo 483/2001 referendado pelo Congresso Nacional, obedecendo as Leis vigentes dos países signatários, principalmente as normas jurídicas das respectivas Supremas Cortes dos Países participantes do MERCOSUL, sendo que estas serão regidas pelo presente estatuto e pelo (RI) Regimento Interno. Sendo que no regimento interno. Desde que autorizado pela Diretoria poderá sofrer alterações de localidade onde funcionará a eventual Secretaria.

#### **Art. 13º.**

**Único A diretoria do Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul nomeará um segundo secretario para substituir o secretario nas ausências e impedimentos legais.**

**Art. 14º.**

**COMPETE AOS SECRETARIOS ESTADUAIS.**

- 1- Cumprir e fazer cumprir as deliberações determinadas pela Presidência e nas reuniões de Diretoria do Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul;**
- 2- Dirigir as atividades da Secretaria;**
- 3- Manter sob sua guarda os processos, fichários, documentos e correspondências do Tribunal;**
- 4- Secretariar as reuniões de diretoria quando for convocada;**
- 5- Preparar a correspondência do Tribunal e assiná-la em conjunto com o Presidente se for o caso;**
- 6- Secretariar as reuniões de Diretoria quando for convocada;**
- 7- Preparar relatórios mensais e anuais de sua SECRETARIA e remetê-los para a Presidência;**
- 8- Atender as partes interessadas em submeter o conflito de interesses à conciliação, mediação ou arbitragem;**
- 9- Receber e protocolar o compromisso arbitral;**
- 10- Encaminhar o Compromisso Arbitral para o arbitro escolhido a fim de prestar o compromisso;**
- 11- Arquivar o Compromisso Arbitral em pasta própria;**
- 12- Fazer os devidos comunicados as partes;**
- 13- Informar as partes sobre o procedimento arbitral;**
- 14- Secretariar os Árbitros no que for necessário;**
- 15- Receber os honorários fixados no compromisso arbitral e repassá-los ao Tesoureiro mediante registro;**
- 16- Numerar os processos em ordem cronológica e crescente, de acordo com a distribuição;**
- 17- Atribuir somente os números aos processos encaminhados pela Diretoria Nacional na forma estabelecida no inciso 16.**

**CAPITULO IV**  
**DOS FUNCIONARIOS JUIZES ARBITRAIS E DESLIGAMENTO.**

**Art. 15º.**

**Os funcionários administrativos de qualquer espécie e Juízes Arbitrais que forem admitidos para laborarem no tribunal ora constituído serão formalizados de acordo com a legislação trabalhista e previdência existente, e no que concerne aos juizes arbitrais, estes exercerão seu labor sem vínculo empregatício, percebendo honorários pré-estabelecidos por contrato entre os árbitros e o Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul - TJAM.**

***Primeiro* - O desligamento a pedido do Interessado, por escrito, cujas justificativas serão apreciadas pela diretoria em assembléia.**

***Segundo* - Uma vez cessado o motivo que causou seu desligamento ou renúncia, mediante solicitação do interessado com apreciação da diretoria poderá ser reintegrado ao Tribunal.**

#### **CAPITULO V** **DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE.**

**Art. 16º.**

**A morte, interdição legal ou inabilitação de qualquer dos sócios, não acarretará a dissolução da sociedade.**

**Único Só poderá dissolver em assembléia geral, especialmente convocada para este fim, desde que os associados, não se dispunham a assegurar sua continuidade.**

#### **CAPITULO VI** **CAPITAL SOCIAL.**

**Art. 17º.**

**O Capital Social será dividido em quotas-parte cujo valor unitário de R\$ 1,00 (Um Real) subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.**

**Único-É vedado ceder quotas-parte a pessoas estranhas ao quadro social.**

#### **CAPITULO VII** **PATRIMÔNIO.**

**Art. 18º.**

**Constituem patrimônio do Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul quaisquer bens, imóveis, que forem adquiridos por compra ou doação, os quais serão legalmente registrados em nome do Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul, bem como depósitos bancários e receitas;**

**Parágrafo - Primeiro - Os bens patrimoniais do Tribunal somente poderão ser vendidos ou alienados com autorização da assembléia.**

**Parágrafo - Segundo - Os bens serão administrados pela diretoria sob a direção do Presidente que tudo fará no sentido de melhor empregar estes recursos.**

**ASSEMBLEIAS GERAIS.****Art. 19º.**

**As Assembléias Gerais competem resolver todos os assuntos do Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul, serão realizadas mensalmente e, quando se fizer necessário e deliberará sobre forma de eleição, prestação de contas e outros assuntos EXTRAORDINÁRIOS, quando se fizer necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse do Tribunal.**

**CAPITULO VIII**  
**DO TRIBUNAL INTERNO DE ÉTICA E DISCIPLINA.****Art. 20º.**

O Tribunal de Ética e Disciplina do Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul, será composto de 11 juizes arbitrais, para julgamento de casos que venham a denegrir a imagem dos juizes arbitrais à moral aos bons costumes, ou que os Juizes Arbitrais que venham a cometer crime previstos em Leis vigentes em nosso País, reunidos em SESSÃO SECRETA podendo, o Juiz Arbitral que estiver sendo julgado terá um defensor que apresentará procuração e defesa, se, sentenciado pelo Tribunal de Ética o membro será expulso do Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul, sendo a R. Sentença encaminhada ao Ministério Público Federal e Estadual para as providencias jurídicas legais e cabíveis.

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO.

##### **Art. 21º.**

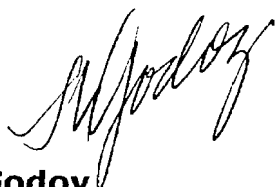
Os sócios declaram que não estão incursos em qualquer penalidade de lei que os impeçam de exercer a atividade a que se propõem e se destinam.

Único – Os Juizes Arbitrais que solicitarem sua filiação junto ao Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul terão que apresentar Certidões Negativas do Fórum Federal e Estadual de sua Comarca, bem como xerox de todos os documentos, comprovante de residência e estarem quites com a Justiça Eleitoral.

#### DO IMPOSTO DE RENDA.

##### **Art. 22º.**

O Imposto de Renda oriundo dos honorários das arbitragens, deverão ser recolhidos por guia competente junto ao Banco do Brasil, de cada Juiz Arbitral, sendo, que se houver restituição à própria Receita Federal, fará a devida restituição.



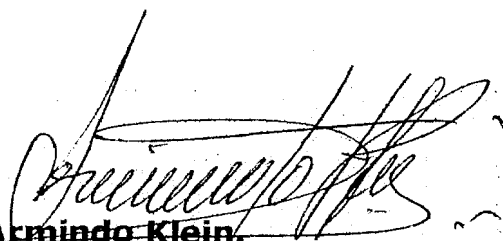
**Mauro Godoy**

**Tesoureiro.**

**RG. 2.617.600 SSP/SP CPF: 068.937.408-91**

**OAB. 51.159/SP**

**Rua Antonio José Marques nº 222 São Bernardo do Campo - SP  
Brasil**



**Armindo Klein.**

**Secretario.**

**Presidente.**

**RG. 3/R 335950 /SC. CPF: 289.449.920-53**

**Rua Monte Castelo nº 19 Bairro São Vicente  
Itajaí - Santa Catarina - Brasil**

**Empossada a Diretoria o Presidente abriu a palavra a quem quisesse fazer uso, ninguém se manifestando, foi solicitado do Secretario que transcrevesse a presente ATA para Registro em Cartório das Pessoas Jurídicas, para que se produzam os efeitos Legais.**

**São Paulo - Brasil, treze de junho de 2003, Eu Mauro Godoy**  **transcrevi a presente Ata.**

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – O expediente lido vai à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

### **REQUERIMENTO Nº 530, DE 2003**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do General-de-Exército Adhemar da Costa Machado, apresentando condolências ao Comando do Exército Brasileiro e à família.

#### **Justificação**

Nascido em Sertãozinho, Estado de São Paulo, o ilustre general comandou algumas de nossas mais importantes campanhas militares, tanto lutas e revoluções internas, quanto combates travados em cenário internacional, caso da Segunda Guerra Mundial, quando exerceu o comando do Pelotão de Destacamento Olivier da Força Expedicionária Brasileira – FEB.

Em todas as suas vitoriosas missões, colocou seu empenho a favor da unidade nacional. Exerceu vários comandos, dentre eles destacamos o Comando do Batalhão da Guarda Presidencial, o Batalhão Duque de Caxias, o Comando Militar do Planalto, Comando Militar da Amazônia e a Chefia do Departamento de Ensino e Pesquisa. O Exército Brasileiro reconheceu os serviços prestados à Nação brasileira, ao condecorá-lo com várias medalhas, sendo a mais importante a Medalha de Guerra.

Exemplo para as gerações do presente e do futuro, o General Adhemar da Costa Machado deixa o legado da honestidade, do trabalho, da honradez, do amor ao próximo. Ele será para sempre lembrado como o homem que dignificou o Brasil, um grande patriota.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2003. – **Iris de Araújo.**

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, apenas desejo fazer uma indagação de ordem regimental a V. Ex<sup>a</sup>. Gostaria de ter o esclarecimento da Mesa do seguinte: após o pronunciamento de um Senador em plenário, um outro Senador que reivindique as notas taquigráficas desse Senador teria direito de receber essas informações pela Taquigrafia ou pela Mesa? Gostaria de um esclarecimento regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – O Senador poderá receber as notas taquigráficas, sem a revisão do orador.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Pois é, Sr. Presidente, solicitei-as há mais de 2 horas e a informação que – com muito boa vontade, é bom que se registre – os funcionários do setor da Taquigrafia e de Apoio à Mesa me deram é que, não havendo autorização do Senador autor do pronunciamento, que pedia um período para revisão, não me poderia ser fornecido o discurso, mesmo sem a revisão do orador.

Portanto, fica o meu registro como uma manifestação crítica, construtiva, procurando compreender que foi por desatenção regimental que ocorreu esse episódio no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Senador Tião Viana, é evidente que não houve desatenção a um Senador como V. Ex<sup>a</sup>, com suas qualidades, mas o que está sendo esclarecido, neste momento, é que quem tem o direito de revisar, de conseguir as notas taquigráficas é o Senador orador, não o Senador aparteante.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, no meu caso, pedi apenas o pronunciamento efetuado da tribuna do Senado Federal para que eu pudesse observar a manifestação proferida pelo Senador, mesmo sem a revisão, e, entendendo-a, fizesse um pronunciamento com minha resposta. Quando o autor do pronunciamento estava falando, eu estava saindo de uma reunião e tentando chegar ao plenário. Por essa razão, creio que houve uma desatenção ao Regimento por parte de servidores da Casa.

Quero expressar o meu mais alto respeito pelos servidores que deram a resposta, tendo em vista que não dispunham, naquele momento, do conteúdo regimental que tem o nosso Secretário-Geral da Mesa, que nunca falharia em uma resposta como essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Peço a atenção do Senador Tião Viana. V. Ex<sup>a</sup> vai receber as notas taquigráficas com a tarja “Sem revisão do orador”.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, refiro-me ao mesmo assunto.

Como o Senador Arthur Virgílio encaminhou hoje requerimento de CPI sobre a questão da reforma agrária e dos conflitos no campo, gostaria de solicitar, de pronto, o conteúdo do requerimento. Tendo S. Ex<sup>a</sup> afirmado que obteve o número necessário de assinaturas – ontem ele mencionou que já havia trinta e uma assinaturas –, avalio, inclusive, que seja interessante que possamos discutir o tema da reforma agrária, os movimentos sociais decorrentes da altíssima concentração de renda que ainda perdura no País, as preocupações dos proprietários de terra, relativamente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e demais movimentos sociais. Acredito que podemos organizar um debate que vai catalisar o desejo do Governo de um entendimento entre trabalhadores interessados na reforma agrária e os fazendeiros, proprietários de terra e demais interessados.

Transmito um apelo ao Senador Arthur Virgílio, que não nos mostrou o teor completo desse requerimento, que eu possa ter de imediato a cópia do requerimento e que S. Ex<sup>a</sup> possa também autorizar de pronto, seja revisado ou não, o teor completo do seu pronunciamento ao Senador Tião Viana, o nosso Líder.

Quero apenas dizer uma palavra sobre o que ouvi do seu pronunciamento hoje. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda que não tenha tido a oportunidade de obter um curso superior, diferentemente do que S. Ex<sup>a</sup> disse, é uma das pessoas que conheço no Brasil que melhor se preparou para exercer a alta função que hoje ocupa, a de Presidente da República, porque sou testemunha dos diálogos que Lula manteve seja com economistas, seja com cientistas sociais, antropólogos ou geógrafos. Vou dar o exemplo de Aziz Ab'Saber, que, por exemplo, acompanhou Lula nas diversas caravanas ao Norte, à Amazônia e ao Nordeste. Também o acompanhei. Aquelas caravanas eram verdadeiros e fantásticos cursos do mais alto nível. Não apenas Aziz Ab'Saber, um professor emérito, que estava, com a maior boa vontade, transmitindo a Lula, a mim e aos outros que participavam, mas tantos outros cientistas e economistas, ao longo das últimas décadas, resolveram transmitir ao Lula o mais profundo conhecimento.

Lula é uma pessoa que valoriza muito o conhecimento. Inclusive, tantas vezes, tem dito o quanto considera importante que seus filhos tenham formação superior. Sua Excelência tem valorizado muito a educação superior.

Como fez uma avaliação crítica desse aspecto em relação a Lula, gostaria de manifestar que o Presidente Lula, primeiro, esmerou-se para exercer a mais alta função do País, ainda que não tivesse o diploma e a oportunidade de cursar uma faculdade. Como tantos outros, o jornalista Cláudio Abramo nunca chegou à universidade, mas era um autodidata tão excepcional, considerado um dos mais cultos jornalistas da história do País. Abraham Lincoln é outro exemplo. Agora o Presidente Lula é uma pessoa que está sempre aprendendo e, por essa razão, tem sido respeitado e admirado em todo o mundo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – A seguir responderei à consulta do Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Senador Tião Viana, volto a esclarecer a V. Ex<sup>a</sup> que as notas taquigráficas serão entregues com a tarja de que não houve revisão por parte do orador. Agora, é preciso que V. Ex<sup>a</sup> compreenda que não pode fazer revisão no discurso do orador sem o consentimento dele.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Não foi a minha intenção. Eu apenas queria ter a informação sobre o teor do pronunciamento do orador para pedir um tempo de Liderança e dar a resposta, em nome do meu Partido, às críticas feitas ao Presidente da República. É apenas isso. Queria ter acesso ao pronunciamento feito pelo orador, para respondê-lo, na minha condição de Líder. Foi apenas por essa razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> terá conhecimento da íntegra do requerimento do Senador Arthur Virgílio, cuja entrega a Mesa já está providenciando.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 531, DE 2003**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 74, I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja designada comissão, composta de 3 (três) Senadores, para averiguar as causas da crise de recursos por que passa a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, bem como propor soluções para a referida crise.



### Justificação

Assaz conhecida é a importância da pesquisa para o desenvolvimento nacional. Sabido de todos é o importantíssimo papel da Embrapa no universo da pesquisa em nosso País. Mais que sabida é a participação do setor agropecuário no PIB brasileiro.

Nenhuma perspectiva de crescimento, em qualquer setor da economia, se sustenta sem que haja um constante aprimoramento tecnológico.

Vivemos, precisamente agora, dias de derrubada de mitos. Um desses mitos, que rui a cada dia, é o de que nossa produção agropecuária atingiu o limite, em termos de capacidade de exportação e de absorção pelo mercado interno. Temos, ainda, muito chão para percorrer, no que tange ao incremento da agroindústria. Tudo o que crescemos nesse campo se deve, primordialmente, à pesquisa. Portanto, deve-se à Embrapa. Estacionar, a qualquer tempo, seria abrir nosso flanco aos competidores, tanto os desenvolvidos quanto os emergentes. Ou sustentamos a Embrapa e, com ela, a pesquisa agropecuária, ou estaremos sepultando o nosso maior talento.

Essa, a razão desse requerimento, para o qual espero contar com a aprovação desta Casa.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2003. – **Garibaldi Alves Filho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Essa matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Teotônio Vilela Filho, Romero Jucá e Edison Lobão enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o cotidiano do Brasil está repleto de fatos preocupantes, bastando a leitura dos jornais diários para uma constatação da nossa realidade. São fatos da ordem política, da ordem econômica e da ordem moral.

Ainda ontem, e diante da inquietação e das incertezas que fazem parte desse cotidiano, formalizei requerimento pedindo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para investigar a tensão no meio rural, decorrente das invasões de fazendas produtivas e saques de cargas de caminhões, pelos membros do chamado *Sem-Terra*.

Em menos de uma hora, o requerimento recebeu assinaturas dos ilustres Senadores, numa demonstra-

ção de que esta Casa está em perfeita sintonia com as preocupações da sociedade civil brasileira.

Ao fazer este breve registro, estou anexando o noticiário do **Correio Braziliense** a respeito desses fatos. A seguir, também para que passe a integrar os Anais do Senado Federal, junto outra notícia do mesmo jornal, relativa a pleito que o Ministro Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, encaminhou ao Presidente da Câmara, Deputado João Paulo.

Pela credibilidade do importante jornal brasileiro, as notícias merecem a reflexão dos brasileiros, bem como para servir de subsídios ao historiador do futuro, já que os Anais do Senado sempre representaram uma rica fonte de dados sobre o Brasil como um todo. Incluo, ainda, artigo sobre o movimento dos Sem Terra escrito pelo Senador Jorge Bornhausen, publicado hoje no jornal **Folha de S. Paulo**.

*Os documentos são os seguintes:*

### Tema do Dia – Reforma agrária

#### A BOLA ESTÁ COM LULA

*Líderes do MST só ouviram promessas no encontro com o Presidente, mas deram voto de confiança ao governo*

**Adriano Ceolin e Rodrigo Range**

Da equipe do **Correio**

Lula recebeu uma bola e um bondinho MST e foi escalado como “centroavante dos sem-terra”. Ruralistas e oposingostaram

O centroavante do time da reforma agrária já está escalado. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) escolheu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a posição, reforçando a confiança do antigo companheiro que tomou posse há seis meses. Cerca de 30 líderes nacionais do movimento estiveram no Palácio do Planalto ontem para uma conversa com o presidente e uma dezena de ministros. Ouviram mais promessas que realizações. Mesmo assim, decidiram dar um voto de confiança ao presidente. “Este governo e o presidente Lula ainda são nossos aliados”, resumiu Gilmar Mauro, um dos coordenadores do MST em São Paulo.

Não houve promessa de trégua. Segundo os sem-terra e o governo, o assunto não foi sequer discutido na reunião. Para ambos, os últimos conflitos foram casos isolados. “Foram problemas localizados. Este governo não tutela movimento sociais”, disse o ministro Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrá-

rio. Porém, ele condenou os saques realizados ontem em Pernambuco. “Não há justificativa para saques”, disparou.

Gilmar Mauro esclareceu que a liderança do movimento não deu “orientação política” para realização de saques. “E nem dará. No entanto, quando há problema generalizado de fome, os trabalhadores têm direito fazer isso (saquear)”, justificou. Segundo Mauro, os incidentes de Pernambuco aconteceram porque havia apenas 2 mil cestas básicas para 16 mil famílias.

Ontem foi a primeira vez que governo e o MST sentaram à mesa. A conversa começou com descontração. Os sem-terra presentearam Lula com uma bola, um boné e uma cesta com produtos agrícolas dos assentamentos. Ao entregar o presente diante das câmeras, o líder sem-terra Ênio Bohemberger brincou. “Temos de aproveitar esse momento para escalar o time da reforma agrária. Pela esquerda, o ministro do Desenvolvimento Agrário. Mas não sei se pelo aspecto político, pela direita, o ministro Antônio Palocci, da Fazenda”, disse.

Todos riram. Em seguida, o presidente perguntou onde ficaria o ministro José Dirceu, da Casa Civil. Bohemberger disse que ele seria escalado na meia-esquerda. A brincadeira serviu de introdução para governo e o MST afinarem o discurso. As lideranças do sem-terra trouxeram uma pauta de reivindicações formada basicamente por quatro exigências. Entre elas, o compromisso de elaboração de um Plano Nacional de Reforma Agrária que tenha como meta assentar um milhão de famílias até o fim de 2006.

Aí reside a primeira dissonância com o governo. O ministro Rosseto pretende fazer um plano de reforma agrária para os próximos três anos e meio. Porém, prefere não discutir metas por enquanto. “Vamos debater um plano com toda sociedade, por isso ainda é imprudente estabelecer metas”, disse. Apesar disso, o ministro prometeu que a reforma agrária será prioridade do governo neste segundo semestre. “Os assentamentos serão ampliados em quantidade e qualidade”, afirmou.

Rosseto contou que, em 30 dias, o governo deverá finalizar um levantamento das terras que podem ser utilizadas para reforma agrária. Na mira, estão áreas griladas e que pertencem a proprietários devedores ao Instituto Nacional do Serviço Social e aos bancos estatais. Essa medida atende a uma das reivindicações da pauta do MST. O movimento deseja também medidas que reduzam a burocracia para se fazer desapropriações. O governo concorda. Por isso, Rosseto comprometeu-se a diminuir os prazos de

nove para seis meses. Segundo ele, o governo dispõe este ano de R\$ 162 milhões para a reforma agrária. Já foram gastos 50%.

O que foi conversado	
Principais reivindicações do MST	Principais promessas do governo
Imediato assentamento das 120 mil famílias acampadas	Elaborar Plano de Reforma Agrária se fixar meta até 2006
Fortalecimento do Inera com recursos financeiros e humanos	Reduzir de 9 para 6 meses o processo de desapropriação de terras
Desapropriação de terras de proprietários que devem ao INSS	Verificar em 30 dias terras griladas e de proprietários devedores à União
Evitar conflitos e provocações em áreas com maior tensão	Combater a formação de milícias por parte de fazendeiros

### Se o governo perder o pulso no campo vai perder também aqui dentro do Congresso

*Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP), um dos líderes da bancada ruralista*

### Lula dá sinais de fraqueza ao receber os representantes do movimento que anuncia que vai fazer reforma na marra

*Antonio Nabhan Garcia, presidente da União Democrática Ruralista (UDR)*

### Oposição quer CPI contra invasões de terra

As invasões de terra praticadas pelo MST viraram motivo de CPI no Senado. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem pedido de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as “ações ilícitas, com sucessivas e violentas invasões de terras”. Como já tem 34 assinaturas, sete a mais que o mínimo exigido, o requerimento de criação da CPI será lido hoje no plenário da Casa.

A instalação, porém, não está garantida. Os líderes governistas podem evitar o funcionamento da comissão ao deixar de indicar os integrantes. “Se este governo não coibir, não passar a encarar com absoluto critério e firmeza os passos ousados e irresponsáveis do MST, daqui a pouco investidores do setor agrícola começarão a fazer minguar os investimentos”, argumentou Virgílio.

O deputado Nelson Markezelli (PTB-SP), um dos líderes da bancada ruralista na Câmara, afirmou que Lula errou ao não pedir uma trégua nas invasões

de terra. “Eu vejo com muita apreensão. Se o governo perder o pulso no campo vai perder também aqui dentro do Congresso”, afirmou o deputado.

“No momento em que o MST declara ter uma aliança no Planalto e que o presidente coloca na cabeça o boné de um movimento que descumpra a lei, se acha no direito de invadir e saquear sem ser punido, isso leva a população a um estado de perplexidade”, afirmou o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), um dos líderes da bancada ruralista. O líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), disse que Lula se portou como “um presidente do MST” ao colocar o boné do movimento.

Em Curitiba, o Sindicato Nacional dos Produtores prepara ações cíveis e criminais contra Lula e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

## TENDÊNCIAS/DEBATES

### O boné da insensatez

**Jorge Bornhausen**

Antes que se completassem 24 horas, o mesmo boné que aparecia na cabeça de um homem preso na zona da mata de Pernambuco por saquear um caminhão de cargas apareceu na cabeça do presidente da República.

Se essa coincidência não representar identidade entre os que usam o mesmo boné, a lógica dos símbolos, que tanto facilita a compreensão do mundo, precisa ser imediatamente revista.

Mas, se valem as fotos nas primeiras páginas dos jornais de ontem e anteontem, o presidente da República e o MST assumem a causa comum, ou seja, estão embarcados na mesma nau insensata que inquieta a nação. O presidente da República, no mínimo, contemporizou com os saques e desordens assumidamente realizados pelo MST, por pessoas usando o boné comum. Ou há outra forma de interpretar a foto do presidente Lula com o boné do MST?

De todas as temeridades -e bote temeridade nisso- que o presidente Lula está cometendo, dia após dia, com seus discursos estapafúrdios, que já ultrapassaram o anedotário, nenhuma pode ser considerada mais grave que essa foto com o boné do MST.

Principalmente quando é público que o presidente foi forçado a antecipar em cinco dias a audiência, já agendada e anunciada para 7 de julho, devido à explosão de invasões, saques e desordens que o MST fazia pipocar no país inteiro. Ou seja, submetendo-se à chantagem da ameaça representada pela escalada de ações do MST, o presidente alterou sua agenda e recebeu apressadamente os dirigentes da

organização, submetendo-se à cena de confraternização. Ou, em vez de confraternização, foi uma cena de constrangimento, típica da síndrome de Estocolmo, o fenômeno psicológico de dependência eufórica que submete os reféns aos seus sequestradores?

Ora, todo mundo está cansado de saber que o MST não tem nada a ver com os sem-terra e a reforma agrária.

Todos sabemos que o MST é um movimento político revolucionário que apenas usa a grave questão camponesa para efeito de propaganda e, principalmente, de financiamento, pois recolhe uma porcentagem considerável de todo o dinheiro que o governo repassa aos assentados; que o MST tornou-se até massa de manobra de aluguel, usada por grupos que precisam de equipes táticas treinadas em sabotagens, como se viu na semana passada, no Paraná; que o MST ameaça provocar uma nova guerra de Canudos (a loucura cruelíssima que há um século explodiu no sertão da Bahia) no Pontal do Paranapanema, em São Paulo; que o MST tende a se ampliar, agregando o que, na linguagem da própria esquerda radical, chamam de lumpen urbano, com toda a carga de risco que tal mobilização representa para um país sem meios, como está sentindo o próprio governo do PT, para implementar programas sociais compensatórios pela desigualdade de renda.

### ***O Presidente da República, no mínimo, contemporizou com os saques e desordens realizados pelo MST.***

Como se explica, então, que o presidente da República apareça em público com o boné do MST?

Minha responsabilidade de liderar um partido de oposição -oposição responsável e democrática, como a que fazemos no PFL, que não grita “Fora Lula!”, mas que aposta na resposta eleitoral sensata à absoluta incompetência do governo petista- obriga-me a um protesto sério contra esse ato simbólico e temerário do presidente da República.

É verdade que essa cumplicidade do governo com o MST não se revelou apenas na foto do boné. Apesar do axioma que diz que “uma imagem vale mil palavras”, é bom não esquecer que o MST tem a boa vontade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, além do Incra (cujos dirigentes foram indicados ou apoiados diretamente pelo sr. Stedile), tem as verbas da agricultura familiar, um dos maiores investimentos públicos atuais da República.

Moral da história (ou imoralidade da situação?): estamos diante de um daqueles episódios fortuitos em que estadistas, por inexperiência ou pura inadver-

tência, subvertem a própria ordem legal que os elegeram e sustenta, condenando-se a ocassos melancólicos, porque o mesmo voto popular que o elegeram em 2002 pode condená-lo em 2006. Quem sabe, já nas eleições municipais de 2004, como começam a indicar as pesquisas, não teremos uma resposta a desatinos como esse uso do boné da insensatez?

Quem lembrará ao presidente da República que ele não chegou ao poder levado por barricadas, invasões ou desordens, mas pelo voto legítimo da sociedade, que ele amealhou numa consagrada campanha eleitoral, prometendo manter as instituições democráticas, que o MST chama de “democracia burguesa”?

**Jorge Bornhausen**, 65, senador pelo PFL-SC, é o presidente nacional do partido.

### EMPREGO PARA SOBRINHO

*Além de contratar Fernando Furlan como seu chefe de gabinete, ministro do Desenvolvimento queria colocá-lo em cargo na Câmara*

**Lucio Vaz, do Estado de Minas**

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, encaminhou ofício ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), pedindo a criação de vagas na Casa que viabilizariam a contratação do seu sobrinho e chefe de gabinete no ministério, Fernando de Magalhães Furlan. Ele não obteve classificação no último concurso para o cargo de consultor legislativo da Câmara. O pedido foi negado e os cargos, com salário de R\$10,5 mil, não foram criados.

O concurso previa apenas duas vagas na área de relações internacionais, mas o sobrinho do ministro ficou em 20º lugar, apesar de ser aprovado. Furlan recomendou, então, que o presidente da Câmara aproveitasse os 22 aprovados em outros departamentos técnicos da Casa, como a Comissão de Relações Exteriores. O Estado de Minas teve acesso ao pedido de Furlan.

A assessoria técnica da Câmara opinou que a efetivação dos 22 candidatos não classificados seria irregular, porque eles seriam contratados em cargos inexistentes. Para o presidente do Sindicato dos Servidores da Câmara e do Tribunal de Contas da União (SINDILEGIS), Ezequiel Nascimento, “o ministro pediu para o presidente da Câmara cometer um crime”.

O ministro afirmou, por meio da sua assessoria de imprensa, que sugeriu o aproveitamento dos 22 aprovados no concurso “com o interesse em melhorar a assessoria técnica” da Câmara na área internacio-

nal. Fernando, por sua vez, informou que fez o concurso antes de ser convidado para o cargo de chefe de gabinete do ministro.

### AÇÕES DO GOVERNO LULA

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, neste momento, para um breve comentário a respeito da nossa economia, baseado nos artigos anexos intitulados “A incoerência populista”, de autoria do Senador Arthur Virgílio (PSDB – AM), e “A ousadia necessária”, de autoria do Senador Tasso Jereissati (PSDB – CE), publicados na revista **Época**, edições de 2 de junho e 16 de junho do corrente ano, que anexo ao presente discurso para que conste dos Anais do Senado Federal.

Desejo, ainda, abordar um outro assunto.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, destaco a reportagem da revista **IstoÉ**, de 18 de junho do corrente, que trata do contrato de US\$3 bilhões entre a Embraer e a companhia aérea americana JetBlue, prevendo o fornecimento de 100 jatos EMB 190 e dando opção preferencial para outros 100 jatos e outros US\$3 bilhões.

Ao considerar oportuna a inserção do artigo nos anais do Senado, peço ao Presidente Lula que, ao invés de prestigiar empresas aéreas como a Boeing, passe a lembrar da empresa brasileira que atualmente ocupa o quarto lugar no **ranking** dos fabricantes de aeronaves civis, a Embraer.

Finalizando meu pronunciamento, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desejo fazer um breve comentário a respeito da nossa economia, com base na matéria intitulada “O declínio da renda e do emprego”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 24 de junho do corrente ano.

O artigo é de extrema atualidade, pelo que entendo que sua inserção nos anais do Senado é oportuna e serve para destacar que o Governo Lula, que veio para se traduzir em emprego, na verdade apresenta uma incontestável paralisia administrativa, com a falência das políticas sociais e o desemprego mais cruel de todos os tempos.

São as seguintes as matérias que passo a ler para que fiquem integrando este pronunciamento:

### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

## ARTIGO

# A incoerência populista

*Governo Lula só acerta na cópia a Pedro Malan*

ARTHUR VIRGÍLIO NETO

O governo Lula é contraditório. Acerta, em linhas gerais, no macroeconômico, até porque repete e aprofunda Pedro Malan, e se equivoca quando, por falta de autoconfiança, deixa de reduzir juros e permite o agravamento da crise.

Bem no macroeconômico, é desastrado no micro, produzindo sandices sobre as agências reguladoras, não compreendendo que elas são o Estado – que nem sempre tem objetivos iguais aos do governo – e afugentando investidores essenciais para a retomada do crescimento.

Ora, se a lógica das reformas remete à lógica das agências e Lula demonstra haver compreendido a importância de uma agenda que já era do PSDB há mais de uma década, espero, de repente, um *fiat lux* em relação à necessidade do marco regulatório.

No administrativo, a ação governamental é inexistente. Não é ação, porém inação. Inchoou a máquina: hoje são 35 entidades com status de ministério, empregando políticos, amigos do poder, derrotados nas urnas e sem metas específicas e claras a cumprir. Não consegue fazer do Fome Zero, segundo o ministro Ciro Gomes, mais que um gesto conjuntural de "caridade". Não consegue sequer repassar o dinheiro às crianças beneficiárias do bolsa-escola. Demorou 60 dias para incorporar reajuste de 1% – na campanha prometeu 72% – aos servidores federais. Não consegue governar o país.

No tocante às reformas, é sempre bom poder saudar a adesão do PT ao campo da lucidez. Foram longos anos de espera. Anos em que o apoio do PT – às vezes até a singela não-obstrução – teria evitado o atraso.

No genérico, estamos, claro, com as reformas que foram combatidas e obstaculizadas, pelo corpora-

tivismo aliado aos interesses econômicos. No específico, vamos sugerir emendas para transformar a derrama tributária proposta pelo PT em instrumento a serviço do Brasil.

Eles querem, basicamente, fazer caixa. Nós queremos alterações estruturais, de amplo impacto e longa duração.

Queremos mais que o remendo acanhado do ICMS. "Ambiciosa" a idéia do governo, quando pereniza a CPMF e brinda a ele próprio, com R\$ 20 bilhões de aumento de carga tributária. "Ambiciosa", outra vez, quando, ao proibir a concessão de isenções de ICMS pelos Estados, reonerando os preços da cesta básica, de remédios essenciais, de assistência hospitalar, garantindo mais R\$ 10 bilhões, que sairão do bolso do contribuinte mais pobre. Dúbio, quando ameaça o Pólo Industrial de Manaus. Iníqua, quando não define a compensação aos Estados exportadores, pela incorporação à Constituição, dos termos da Lei Kandir.

E a Previdência? Abandonam o PL-09, que dará aos Estados e ao país um horizonte de longo prazo de equilíbrio fiscal. Não respeita, ao contrário de Fernando Henrique, os direitos adquiridos e a expectativa de direitos. Não enfrenta os desequilíbrios estruturais.

O princípio norteador é o "caixa" imediato. Daí esse presente de grego que é o teto de R\$ 2.400 para os trabalhadores do setor privado inscritos no INSS. Parece medida simpática, não fosse pelo fato de que o pagamento desse valor ficará somente para quem se aposentar não agora, mas muito tempo depois.

Vamos ao debate, pois. Vamos à luta por verdadeiras e profundas reformas. Não temos compromisso com o governo Lula. Temos compromisso com a nação.

Arthur Virgílio  
é senador pelo PSDB do  
Amazonas e líder do partido  
no Senado

“Eles querem  
fazer caixa.  
Nós queremos  
mudanças  
estruturais”

## ARTIGO

# A ousadia necessária

## *A reforma tributária do PT pode ser frustrante*

TASSO JEREISSATI

**V**em de longa data o esforço desenvolvido pelos governos federal e estadual, e, sobretudo, pelo Congresso Nacional, na costura de uma reforma tributária consistente para o país. No dia 30 de abril, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou ao Congresso uma Proposta de Emenda que altera o Sistema Tributário.

Seria desnecessária a defesa de uma reforma no sistema de tributação em um país onde a carga de impostos e contribuições atingiu, no primeiro trimestre deste ano, cerca de 41,23% do PIB. E, mais grave do que isso, um sistema que induz à informalidade e, por consequência, à ineficiência crônica da economia. No modelo atual, há estímulo para evasão e elisão fiscais, baixa qualidade de tributos, excessiva regressividade e complexidade do sistema, entre outros. Esses elementos não são apenas perversos ao desenvolvimento econômico-social, mas, sobretudo, à inserção internacional do país. Tais características inibem investimentos, promovem distorções setoriais e regionais na economia, além de diminuir a oferta de bens e serviços públicos à população.

Entretanto, a proposta de reforma tributária apresentada pelo governo poderá gerar uma enorme frustração ao não eliminar as distorções provocadas pelo atual sistema. O fato é que a proposta necessita de ousadia e criatividade, o que, aliás, já afirmei em meu primeiro discurso no Senado, em março, quando me referi à atual condução da política econômica do país.

Um ponto que chama a atenção na proposta é a aparente manutenção e provável elevação da carga tributária. Isso deverá ocorrer por que muito dificilmente as alíquotas do ICMS, uma vez uniformizadas, deixarão de ser niveladas por cima. Outro destaque é que na maioria dos pontos não há consenso nem técnico, nem político.

Há muitos aspectos polêmicos que afetam significativamente os interesses dos Estados, como o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento Regional e a constitucionalização da desoneração do ICMS sobre exportações. Há outros aspectos que não têm quase nenhuma relevância para melhorar o sistema: o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), pela subjetividade e pela falta de clareza quanto a sua deferência em relação aos impostos sobre patrimônio e renda; e a mudança na cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), cuja receita e cujos efeitos sobre a economia são irrisórios.

Existem, ainda, pontos que não estão tecnicamente bem formulados, nem oferecem chances de aprovação sem desgaste político no Congresso. Por exemplo, as regras do ICMS sobre transações interestaduais e o funcionamento de um órgão colegiado a ser criado por lei complementar, similar ao Confaz – que teria atribuições que usurpam as do Senado Federal.

A reforma de diversos aspectos do sistema tributário brasileiro deveria ter como objetivo reduzir entraves hoje existentes ao investimento, à expansão do crédito e à retomada do crescimento. A reforma tributária também deveria permitir o financiamento dos gastos públicos com menor indução à informalidade. Na verdade, não se vê que existe no governo uma preocupação exclusivamente arrecadadora, sem intuito de

fazer uma reforma verdadeira, na qual o sistema tributário, pelo menos, deixe de ser um obstáculo à eficiência e ao crescimento da economia. Isso é perigoso. A miopia do governo pode levar a uma frustração da sociedade, que, diante de uma reforma "vazia", sentirá na pele que nada mudou. E o que é mais grave: verá que o governo fez uma reforma de objetivos de curtíssimo prazo e de abrangência menor ainda.

Tasso Jereissati  
é senador pelo Ceará (PSDB)

“A sociedade sentirá na pele que nada mudou. É a miopia do governo”

## ECONOMIA &amp; NEGÓCIOS

## AVIAÇÃO

**CONTRATO RECORDE**

Embraer assina acordo para fornecer 100 aeronaves para a americana JetBlue

**HÉLIO CONTREIRAS**

**A** Embraer assinou na terça-feira 10 um contrato de US\$ 3 bilhões com a companhia aérea americana JetBlue. A negociação deixa a fabricante brasileira, que atualmente ocupa o quarto lugar no ranking dos fabricantes de aeronaves civis, mais próxima de sua concorrente direta, a canadense Bombardier. O acordo, firmado em Nova York pelos

A negociação com a JetBlue ocorre duas semanas depois de a Embraer anunciar a instalação de uma fábrica para defesa em Jacksonville, na Flórida. O fato é considerado o primeiro passo da empresa em busca do objetivo de concorrer, em melhores condições, a projetos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. A última tentativa, na década de 90, de fornecer aviões de treinamento ao Departamento de Defesa

executivos David Neeleman (JetBlue) e Frederico Curado (Embraer), prevê o fornecimento de 100 jatos EMB 190 e dá opção preferencial para outros 100 (e outros US\$ 3 bilhões). O modelo negociado tem dois motores GE instalados sobre as asas da aeronave e outros componentes produzidos por empresas americanas. A encomenda dos novos jatos, que podem transportar de 98 a 106 pessoas, vai começar a ser entregue em 2005.


americano não foi bem-sucedida. Depois de vender aviões de vigilância aérea e reconhecimento para a Força Aérea Brasileira, o México e a Grécia, a Embraer já se considerava habilitada a produzir aeronaves para países desenvolvidos.

A fábrica de Jacksonville vai ser instalada em uma área de 70 mil metros quadrados, terreno anteriormente ocupado por uma base naval fechada em 1999. Das 1.519 aeronaves negociadas pela

companhia para vários países, 780 foram destinadas ao mercado do Tio Sam. Ao contrário de outros produtos, não há barreiras para os aviões da Embraer em solo ianque. Antes de decidir instalar uma fábrica nos Estados Unidos, a empresa brasileira assinou um acordo com a chinesa Avic-II para a produção de aviões na China, que é um mercado expressivo para as aeronaves regionais.

A notícia do contrato com a JetBlue alivia um ano que não havia começado muito bem para a Embraer. A Swiss reduziu as encomendas de 60 para 30 aviões. Depois, a americana Expressjet alongou o prazo de entrega de aeronaves já negociadas. A situação começou a mudar quando a US Airways assinou, em maio, contrato para receber 85 aviões, dos modelos 170 e 190. O contrato é de US\$ 2,1 bilhões, valor que pode dobrar se as opções de compras futuras forem exercidas. As negociações ocorrem no momento em que o mercado internacional da aviação começa a se recuperar, depois da longa baixa iniciada com os atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova York e em Washington. A empresa encerrou o primeiro trimestre do ano com lucro líquido de R\$ 197 milhões. A receita líquida foi de R\$ 1,7 bilhão, 27% superior à do primeiro trimestre do ano passado. Dependendo do mercado internacional, ainda cauteloso, novas negociações poderão ser feitas no segundo semestre.

As últimas negociações da Embraer tornam, historicamente, ainda mais inconsistente a avaliação feita em 1965 pelo então ministro Roberto Campos, a respeito do plano para a criação de uma fábrica brasileira de aviões. Campos, ao tomar conhecimento dos investimentos que seriam feitos em uma empresa brasileira, indagou a oficiais da Aeronáutica: "Para que fazer aviões se é mais fácil e barato comprar de fabricantes já tradicionais? Vocês querem inventar a roda?" Quatro anos depois surgia a Embraer, estatal, que em 1994 seria privatizada e decolaria definitivamente. ■

 <b>RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.</b> Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica Presidência da República					
JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
<b>O ESTADO DE S. PAULO</b>	<b>24</b>	<b>Junho/2003</b>	<b>Economia</b>	<b>B</b>	<b>20/3</b>

## O declínio da renda e do emprego

A queda nas contratações e na renda dos trabalhadores foi constatada, de novo em abril, na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Embora os dados sejam de dois meses atrás, o fato é que não houve sinais, em maio e junho, de reversão da tendência de declínio do ritmo de atividade econômica.

O nível de emprego industrial apresentou queda de 0,2%, nos primeiros quatro meses do ano, em comparação com igual período do ano passado, e de 0,3%, no cotejo dos últimos 12 meses com o mesmo período anterior. A situação se agravou em abril: houve variação negativa no emprego de 1,01% em relação a abril de 2002, mês em que já havia sido observada queda de 1,42% em relação a abril de 2001.

A deterioração dos indicadores é generalizada, sendo observada em nove das 14 áreas pesquisadas pelo IBGE, e em 10 dos 18 ramos industriais analisados. Juros elevados e retração do mercado explicam a queda, segundo os técnicos do IBGE.

O declínio do emprego foi mais forte nos Estados de São Paulo (-2,5%) e no Rio de Janeiro (-3,3%), o que não se deve estra-

nhar, pois o início das fases de desaceleração econômica é mais notado nas regiões mais industrializadas, que também são as primeiras a se recuperar, quando a economia retoma o dinamismo.

A queda foi liderada, em São Paulo, pelos setores de máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações, e, no Rio, por papel e gráfica.

Os dados sobre a evolução da renda real dos trabalhadores na indústria, avaliados pela variação da folha de pagamento, são ainda mais dramáticos. A diminuição da renda vem sendo uma constante nos últimos 16 meses. Entre os meses de abril de 2002 e de 2003 houve queda de 7,5% nos rendimentos (no mesmo mês, entre 2001 e 2002, tinha ocorrido queda de 2,14%). O número de horas pagas também está declinando, o que revela a maior dificuldade de os trabalhadores melhorarem seus rendimentos fazendo hora extra.

Os números confirmam que a evolução satisfatória do agronegócio e das atividades relacionadas com a exportação não estão sendo suficientes para preservar o emprego e a renda real dos trabalhadores, como já havia sido demonstrado pela queda de 4,2% na produção, em abril.



**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna hoje para, com satisfação, discorrer sobre a atuação da Companhia Vale do Rio Doce, refletida no seu Balanço do ano passado, quando completou 60 anos, sendo, hoje, considerada a maior produtora mundial de minério de ferro.

É digno de nota, Sr. Presidente, o fato de que, mesmo num ano marcado por lento crescimento da economia mundial, pela inviabilidade dos mercados financeiros internacionais e pela volatilidade da economia brasileira, como foi 2002, a Vale tenha conseguido um dos três maiores lucros de sua história, no valor de R\$2,043 bilhões

E mais: a Companhia consolidou sua posição de líder mundial no mercado transoceânico de minério de ferro, com vendas recordes de 164 milhões de toneladas, o que equivale a 29,4 % do mercado global, alcançando, também, o topo nas vendas de alumina, potássio e nos serviços de logística para carga geral.

O ano de 2002, marcou o encerramento do processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, iniciado em 1997. Em março, o Tesouro Nacional e o BNDES alienaram cerca de 33 % das ações da empresa. Com essa democratização do seu capital, investidores de 17 países e quase 600 mil trabalhadores brasileiros tornaram-se seus acionistas.

Além do mais, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi implementado o novo modelo de governança corporativa da Vale e a reformulação dos papéis do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, bem como concluído o primeiro ciclo de planejamento estratégico da Companhia, que poderá agregar aquisições alinhadas ao foco de mineração e concretizar sua saída do setor de papel e celulose.

Basta dizer que a empresa adquiriu, dentro dessa estratégia, a Socoimex, a Samitri e a Ferteco, além de 50 % do capital da Caemi.

Paralelamente, foi reestruturada a sua participação na área de manganês e ferroligas, tendo sido adquiridas, também, a Rio Doce Manganês Europe, a Elkem Rana e a Mineração Vera Cruz (alumínio).

A Vale associou-se à Nucor, americana, visando à instalação de unidade de produção de ferro-gusa no Norte do País. E propôs adquirir as ações detidas pela Acesita / Aços Planos do Sul na Companhia Siderúrgica de Tubarão, com vistas a preservar o valor e a liquidez de sua participação naquela empresa.

Está prevista, ainda, a construção do seu terceiro alto-forno, o que representará demanda adicional de 4 milhões de toneladas anuais de minério de ferro.

Por oportuno, faz-se mister registrar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que, nos últimos seis anos, os investimentos da Vale superaram os U\$\$ 5 bilhões, e estão sendo gastos U\$\$ 37 milhões na remodelagem da sua plataforma tecnológica.

Concomitantemente a esse sucesso empresarial, a Vale é cônica de sua responsabilidade social, destacando, sob esse aspecto, a geração de oportunidades para a superação da pobreza e a proteção do meio ambiente.

Assim, Sr. Presidente, quero ressaltar a importância dessa empresa nacional, e levar a toda a diretoria, à frente o Dr. Roger Agnelli, e principalmente, aos seus empregados, cuja competência e dedicação têm sido imprescindíveis, meus votos de congratulações pelo sucesso alcançado, tanto no cenário interno, como no internacional.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em abril deste ano, o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE completou 40 anos de existência, desenvolvendo uma atuação que, embora de excepcional mérito, não é conhecida na sua inteireza pelos brasileiros.

Trata-se de uma instituição privada, mantida por empresários, cujo principal objetivo é o de integrar jovens ao mercado de trabalho pelos estágios.

Vê-se que seus propósitos, que se agilizam há quarenta anos, muito se assemelham ao programa do primeiro emprego, agora criado pelo atual governo sob os aplausos da opinião pública.

O Centro de Integração Empresa-Escola recebe e cadastra os jovens que o procuram, a partir de 16 anos de idade, avalia suas possíveis vocações e incumbe-se de colocá-los em estágios nas empresas que desenvolvem serviços concernentes às aspirações do candidato. Nos dias atuais, o CIEE ampliou seu trabalho também para estudantes menos jovens, tendo inclusive criado postos em campus universitários, e facilitando assim os contatos, com o intuito de conseguir estágios para os que cursam o ensino superior.

O Centro, além dessa atividade, oferece cursos gratuitos – alfabetização de adultos, informática, workshops – e assistência de professores para ampliar a qualificação de estudantes.

Os estagiários, conforme o nível das empresas que lhes proporcionam o aprendizado profissional, a elas ligam-se por determinado período, e delas geral-

mente recebem bolsas auxílio para a sua manutenção, podendo ou não ser aproveitados, após o estágio, segundo a conveniência da empresa ou dos próprios estagiários.

Recentemente, uma pesquisa da agência especializada InterScience, avaliando o período de 1991 a 2001, demonstrou que 49% dos estudantes foram contratados nas empresas em que fizeram estágio, sem incluir os 7,65% que receberam, de outras empresas, propostas de trabalho melhores do que naquela onde fizeram estágio.

O sucesso dessa experiência, portanto, tem sido relevante, com o detalhe de que é 'custo zero' para os cofres públicos.

Nesses 40 anos de funcionamento do CIEE, mais de 4 milhões de estudantes obtiveram oportunidades de estágio, sendo-lhes concedidas mais de 18 milhões de bolsas auxílio.

No meu Estado do Maranhão, o Centro de Integração Empresa-Escola atua desde 1984 em treze municípios – São Luís, Imperatriz, Bacabau, Caxias, Codó, Barra do Corda, Pinheiro, Santa Inês, Pedreiras, Timon, Balsas, Açailândia e Chapadinha –, já tendo beneficiado com seus programas mais de 20 mil jovens. E outros 1.064 estudantes maranhenses estagiam atualmente pelo Programa mantido pelo CIEE.

Neste ponto, Sr. Presidente, permito-me ressaltar a colaboração que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal oferecem a tais programas de estágio, pois em cidades do interior, nas quais a atividade empresarial não é grande, são essas instituições estatais as que oferecem as oportunidades de estágio tão ansiosamente procuradas por nossos jovens patricios.

O meu objetivo hoje nesta tribuna, Sr. Presidente, a par dos aplausos bem merecidos pela idéia do "Programa do Primeiro Emprego" – que vem em boa hora graças à criatividade e ao dinamismo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva –, é o de ressaltar de igual modo a atuação patriótica do empresariado brasileiro, graças ao qual nasceu o Centro de Integração Empresa-Escola, cuja colaboração tem sido notável no esforço de qualificação e de introdução no mercado de trabalho dos tantos jovens que aspiram por uma oportunidade profissional.

Os dirigentes do Centro de Integração Empresa-Escola, na pessoa do seu Presidente Paulo Nathanael Pereira de Souza, merecem os melhores cumprimentos pela obra que têm realizado. Que lhe dêem

plena continuidade, assim contribuindo para o desenvolvimento de nossa Nação.

Peço, Sr. Presidente, que seja incluída como parte integrante deste discurso o ofício que recebi do Sr. José Thadeu Mascarenhas Menck, Gerente Executivo do CIEE.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR EDISON LOBÃO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

(Ofício recebido do CIEE)

Brasília, 25 de junho de 2003

Excelentíssimo Sr.  
Dr. Edison Lobão  
DD. Senador da República  
Senado Federal  
Brasília-DF

Excelentíssimo Sr. Senador

Ref.: Projeto de Lei SF PLS 00202/2002 de  
07-08-2002

É com imensa honra que o cumprimos. O Centro de Integração Empresa Escola, CIEE Nacional, é uma organização sem fins lucrativos, de educação e assistência social, tendo como objetivo principal a integração ao mercado de trabalho de estudantes através do estágio. Presente em todo o país, é composto por oito CIEE estaduais autônomos. Todos os seus membros são organizações declaradas de Utilidade Pública Federal e têm o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Ao longo da existência do Sistema Nacional CIEE, que agora em abril completou 40 anos, mais de 4 milhões de estudantes obtiveram oportunidade de estágio, sendo que a estes foram concedidas mais de 18 milhões de bolsas auxílio.

No Estado do Maranhão, o CIEE está presente, desde maio de 1984, nas cidades de São Luís, Imperatriz, Bacabal, Caxias, Codó, Barra do Corda, pinheiro, Santa Inês, Pedreiras, Timon, Balsas, Açailândia e Chapadinha. Atualmente, no estado, há 1.064 estudantes estagiando pelo Programa de Estágios dessa organização. Ao longo desses 19 anos, mais de

20.000 jovens foram beneficiados com o programa no Maranhão.

No ano passado, visando identificar os resultados do Programa de Estágios do CIEE na vida profissional de ex-estagiários, foi realizada uma pesquisa pela empresa especializada InterScience, através de entrevistas de pessoas que realizaram estágio entre os anos de 1991 a 2001, e de professores de escolas públicas e privadas, em 13 estados brasileiros, inclusive no Maranhão. Essa pesquisa constatou que:

- o programa de estágio do CIEE é uma ação de integração a mercado de trabalho, pois abre as portas para o jovem trabalhar, alia a prática à teoria, traz experiência e auxilia o aluno;
- ao término do estágio, 35% dos estudantes foram contratados nas empresas onde fizeram o estágio, sendo que, se descontando os que fizeram estágio em órgãos públicos (onde não pode haver contratação), este percentual sobe para 49%, sem incluir os 7,65% que receberam proposta de trabalho melhor do que na empresa onde fizeram o estágio;
- mesmo anos após o estágio, para a maioria dos entrevistados, esta prática ajudou na contratação atual e
- o estágio proporciona melhor aproveitamento e desempenho escolar.

Em razão dessas informações positivas sobre o estágio de estudantes nas empresas revelados pela pesquisa citada, que encaminhamos em anexo, e de nossa experiência com este instituto do estágio, tomamos a liberdade de registrar algumas contribuições para o Projeto de Lei do Senado de nº 00202/2002, de autoria V.Exa., e que trata sobre o Instituto do Estágio de Estudantes.

Esse projeto altera a Lei Federal do Estágio de Estudantes, concedendo “o direito a férias de quinze dias após cada período de seis meses nas empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista ou entes da administração direta, autárquica e fundacional”, sendo que “sempre que possível, o período de férias do estagiário coincidirá com o período de férias escolares”.

Na justificativa do referido projeto há algumas afirmações que divergem da conclusão da pesquisa sobre o estágio e da nossa experiência de trabalho:

- o estágio não é trabalho, não tem relações trabalhistas e não é exploração de trabalho, pois constitui mecanismo essencial

para a formação do estudante, onde este tem a oportunidade de aprender fazendo e conhecer o mundo do trabalho (noções de relacionamento profissional, hierarquia, responsabilidade etc). O instituto do estágio abre oportunidade de contratação onde o estudante fez o estágio, ou em outros lugares. Na pesquisa realizada sobre o estágio, 99% dos ex-estagiários e 100% dos professores entrevistados, recomendam o estágio a todos os estudantes.

- A justificativa do projeto, nas suas considerações, afirma que “a concessão de férias aos estudantes permitirá que milhares de postos de trabalho atualmente vagos, sejam ocupados por jovens que, sem o direito a férias, simplesmente desistem de estagiar”. Na realidade, para cada estudante em estágio, há um número de 4 a 5 outros jovens ansiosos por uma oportunidade de estágio. O número de estagiários em todo o país não ultrapassa o volume de 4% do total de estudantes. No estado do Maranhão, há quase 11 mil estudantes inscritos no CIEE esperando oportunidade de estágio.

Trata-se de uma nobre tentativa de assegurar um benefício ao estudante estagiário, mas que pode prejudicar a oferta de estágios, já muito limitada. Isso porque nem sempre o período de férias dos estudantes coincide com a época apropriada na qual a instituição pública ou privada pode conceder o estágio. Além disso, com muita frequência, é justamente no período de férias escolares que o estudante se encontra em melhores condições de procurar um estágio ou, caso já o tenha obtido, de se dedicar com maior afinco às atividades de aprendizagem profissional que desenvolve.

Por outro lado, importa lembrar que nem todas as instituições que oferecem estágios podem arcar com a exigência de férias remuneradas aos estagiários. Caso a medida seja aprovada, muitas deixariam de oferecer vagas, o que afetaria o propósito de fazer do estágio uma oportunidade efetiva de aprendizagem profissional para os estudantes.

Por todas essas razões, tomamos a liberdade de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> a alteração do relatório do projeto em epígrafe, para que se possa estimular a abertura de milhares de novas oportunidades de estágio em todo o Brasil, em especial, no Maranhão.

Atenciosamente, **José Tadeu Mascarenhas Menck**, Gerente Executivo.

Anexo:

Pesquisa Eficácia sobre o Estágio

Balanço anual do CIEE

Revista Agitação

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando uma sessão para amanhã, às 9 horas, dentro da convocação extraordinária do Poder Legislativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 20 minutos.)*

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR, NA SESSÃO NÃO DELIBERATIVA DE 23-6-2003 (DSF 24-6-2003), QUE SE REPUBLICA PARA DELE CONSTEM AS TABELAS 1-A, 1-B, 1-C E OS GRÁFICOS 1-A, 1-B E 1-C.**

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Bloco/PSB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em meu último pronunciamento, abordei o papel da representação política em nosso país, lamentando não termos tirado das urnas as úteis e proveitosas lições proporcionadas pelos eleitores, nos últimos 50 conturbados anos de nossa história política. O fato de termos ignorado, reiteradas e sucessivas manifestações dos cidadãos, tem afetado não só a popularidade, mas também a credibilidade de nosso desempenho, como indicam reiteradas pesquisas e sondagens de opinião.

Prova disso é o julgamento emitido no final do ano passado por um dos mais lúcidos analistas de nossa realidade, o historiador José Murilo de Carvalho que sintetiza, com razoável fidelidade, o que boa parte dos intelectuais brasileiros pensam a nosso respeito. São suas palavras: “Dezessete anos após o final da ditadura, persiste no país sensação generalizada de frustração ou, pelo menos, de desconforto, diante dos poucos frutos sociais gerados pela introdução da democracia política. A insatisfação refere-se sobretudo ao funcionamento da representação política exercida via Poder Legislativo, instituição acusada de vassalagem diante do Poder Executivo e de práticas clientelísticas”.

Afirmações como essa que podem soar aos nossos ouvidos como sentenças condenatórias injus-

tas, nada mais são que o resultado de como boa parte da opinião pública nos vê, nos julga e avalia nossa atuação. As evidências empíricas das manifestações eleitorais a esse respeito parecem-me incontestáveis e podem ser medidas pelo comportamento de milhões de eleitores brasileiros, como procurei mostrar alguns dias atrás.

Nossa postura ante as críticas não pode, sem grave prejuízo para o poder a que pertencemos, ser a mesma do panglossiano distanciamento, adotado ante os sucessivos veredictos das urnas aqui já referidos. O juízo emitido pelo historiador José Murilo de Carvalho encontra-se em *A democracia e os três poderes no Brasil*, trabalho organizado pelo prof. Luiz Werneck Viana, professor titular, pesquisador do IUPERJ e coordenador do Instituto virtual que leva o mesmo título do livro. Trata-se de obra coletiva publicada pela Editora da Universidade Federal de Minas Gerais e pelo IUPERJ, com a colaboração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro. Nela podem ser encontradas pesquisas e análises que honram a cultura e a capacidade crítica dos cientistas sociais brasileiros, além de serem extremamente úteis às instituições políticas do país.

No texto que mais de perto nos diz respeito, “*A Produção Legislativa do Congresso — Entre a Paróquia e a Nação*”, os autores, Octavio Amorim Neto e Fabiano Santos, começam escrevendo: “O Congresso é uma instituição impopular. Severamente criticado pela imprensa, é extremamente malvisto também pela população em geral, como atestam as pesquisas de opinião”. Ressalvam, porém, que “a desconfiança que paira sobre o Congresso, contudo, não nasceu sob a Nova República, com sua política de distribuição de emissoras de rádio e freqüentes escândalos de corrupção. A visão negativa a respeito do Poder Legislativo já era evidente no final do período democrático de 1946-1964”. Em relação a este tópico, parece-me que a afirmação não encontra respaldo nos resultados eleitorais desse período. A pergunta que mais deveria nos interessar, porém, vem em seguida, feita pelos próprios autores: “Afim de contas, o que fez o Congresso para que sua imagem chegasse a um nível tão baixo? Isto tem a ver com a má figura dos políticos em geral ou com o que faz o Legislativo em particular?” E eles mesmos indagam: “Mas o que faz o Legislativo em particular?” “Esta é uma questão crucial, para a qual há várias respostas”, dizem os autores. Algumas delas estão no ensaio e as conclusões a que chegam, nem sempre coincidem com as de ou-

tros analistas que os precederam na produção da variada bibliografia dedicada ao Congresso nos últimos anos.

Resumidamente, eles começam sua análise valendo-se de dado a meu ver não muito relevante, o da origem ou autoria da produção legislativa, no período pré e pós 64, enfoque já abordado por outros autores. Mostram que, de 1945 a 1964, a média da iniciativa parlamentar na produção legislativa foi de 57%<sup>1</sup>, em contraste com o período de 1989 e 1998, em que apenas 14% das leis aprovadas foram de autoria de parlamentares ou de comissões do Congresso<sup>2</sup>. Refiro-me à relevância relativa desse aspecto de nosso trabalho, na medida em que a mudança dependeu menos de nossa vontade do que do modelo institucional adotado depois do regime militar, agravado durante a transição democrática, com a Constituição de 1988. Tão grave quanto seria a recepção do instituto legal do decreto-lei pelo novo texto constitucional, foi a sua substituição por outro já em decadência até mesmo em sua origem, o das medidas provisórias.

Além de ser uma tendência bastante generalizada em boa parte dos modelos políticos contemporâneos, o desafio do Legislativo não se centra na origem ou autoria, mas na utilidade e na eficácia das leis. Este, sim, a meu ver, o debate substantivo, a questão crucial que deveria ser sujeito de nossas preocupações e objeto de nossa permanente avaliação. Em qualquer dos muitos dicionários de citações que proliferam no mundo, o verbete “lei” está tão presente quanto a palavra “justiça”. Na realidade brasileira, no entanto, os dois conceitos nunca andaram tão distantes. Talvez por isso sejam tão antigas, freqüentes, persistentes, reiteradas e contundentes as observações da maior parte de nossos analistas, quanto à ingênua persistência em nossa cultura, da crença de ter a lei o condão de mudar a realidade. O Brasil, Sr. Presidente, tem sido, em todos esses anos, como o Purgatório de Dante, onde “As leis existem, mas não quem as execute”. A corrupção não grassa no país pela quantidade de leis. Mas temos que convir que a quantidade, a variedade e a inutilidade de algumas delas ajudam a corrupção”. Afinal, quantas delas não criam dificuldades, para vender facilidades?

<sup>1</sup> Cf. PESSANHA, Charles. (1997). *Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no Brasil: 1964-1994*. Tese de doutorado, USP, SP.

<sup>2</sup> Cf. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.

O mal, Sr. Presidente, há muito está identificado. Mesmo não concordando com todas as observações do pensador cearense Farias Brito, quem ousaria contestar a objurgatória com que, em seu *Panfleto*, de 1916, nos acusava de sermos “país de impostores, odientos e cínicos, algumas vezes perversos; país de exploradores políticos; país de falsos legisladores – eis o que somos. Também as leis se fabricam aqui com a mesma facilidade com que se fabrica manteiga ou sabão”.

Acusando como males a instabilidade e a incerteza jurídicas, Farias Brito ainda sentenciava: “É por isso que as leis em nosso país se fazem e desfazem com tanta facilidade. Tudo se reforma, tudo se modifica a todo momento e cada governo que vem quer ter, em todos os ramos da administração, um sistema todo novo de leis”. E acrescentou: “Aqui os governos (...) acreditam dar uma idéia muito alta da justiça, multiplicando as leis. É assim que temos leis aos milhares, muitas extemporâneas, extravagantes, ridículas, quase todas falsas, importadas do estrangeiro, sem nenhuma ligação com o nosso meio, sem nenhuma relação com os hábitos tradicionais e as tendências próprias da Nação”. Penso, Sr. Presidente, no que diria hoje o filósofo cearense, deparando-se com uma Constituição que, antes de completar 15 anos de vigência, já foi vitimada por 45 emendas, um caso sem paralelo no mundo!

Mas não foi só Farias Brito. Bem antes dele, Joaquim Nabuco já tinha criticado o que ele mesmo chamou de “política silogística” com que ironizou os “legisladores que, entre nós, fazem do grave problema da organização política do Brasil, uma pura arte da construção no vácuo”. “A base, escreveu ele, são as teses, e não os fatos; o material, idéias e não os homens; a situação, o mundo, e não o país; os habitantes, as gerações futuras e não as atuais”. Tratando do que chamou de “Tecnologia das reformas”, Oliveira Viana, mesmo com o seu pensamento ultraconservador, não pode deixar de ter razão quando criticou o apego com que os governos que se sucedem no país, apelam sempre às reformas, como se, partindo do Estado, elas fossem capazes de mudar a estrutura, o comportamento e até os valores da sociedade. Não sei o que ele pensaria da reforma trabalhista feita no governo passado, ao se acrescentar à tradicional designação de Ministério do Trabalho, a palavra emprego, iniciativa cujo único resultado foi o de aumentar o desemprego...

Ninguém ousará acusar de conservadorismo, como acabo de fazer com Oliveira Viana, nem de radicalismo, como muitos fizeram com Farias Brito,

essa outra grande expressão do pensamento e da ação política que foi Nabuco. E qual o seu julgamento sobre nossa representação política? Sempre vale a pena ouvi-lo: “O sistema representativo é, assim, um enxerto de formas parlamentares num governo patriarcal e senadores e deputados só tomam a sério o papel que lhes cabe nesta paródia da democracia, pelas vantagens que auferem. Suprima-se o subsídio, forcem-nos a não se servirem de sua posição para fins pessoais e de família – e nenhum homem que tenha o que fazer se prestará a perder seu tempo com tais skiamaxiai\*, em combates com sombras, para tomar uma comparação de Cícero”. Artur Ramos, Sr. Presidente, não foi menos irônico quando acusou o parlamento de ser “um viveiro de portentosa verbiagem”, onde muito se fala e pouco se faz.

Mas o que têm tantas críticas a ver com o descrédito da representação política do país? Porque tantos milhões de brasileiros, a cada eleição, têm deixado de exercer o direito de voto, quando se trata de escolher os mandatários que devem representá-los na Câmara? Não vou deter-me na prática já costumeira de demitir-se de seus deveres a que se tem se entregado o Congresso nos últimos anos, pois essa questão será objeto de intervenção que desde já reservo para o futuro. O que me pergunto é, em que medida o nosso desempenho na função precípua de legislar tem afetado a legitimidade, a credibilidade e por conseqüência a popularidade do Legislativo entre nós? Uma das respostas plausíveis, na qual nunca nos detivemos, pode ser encontrada no exame não da quantidade, mas da qualidade, da utilidade e da serventia das leis que aqui aprovamos. Servem elas à sociedade e ao cidadão? Atendem suas expectativas? Melhoram a vida de todos? Ampliam os direitos individuais? Garantem os direitos sociais dos brasileiros, promovem por acaso sua prosperidade econômica?

Perdoem-me V. Exas. a crueza do veredicto que não é só meu, mas de muitos outros cidadãos. O problema é que temos legislado de costas para a população, exatamente como a maioria dos que dirigem os destinos do país têm governado de costas para a sociedade, e tal como os tribunais que dirimem nossas querelas jurídicas têm prolatado suas sentenças de costas para os cidadãos. Somos devotos do Estado, dos que o governam e do poder que eles detêm. Estamos sempre atentos e somos pressurosos com a tutela de seus interesses. Acudimos e suprimos suas necessidades, por mais funestas que possam ser para a maioria dos brasileiros. Somos fiéis servidores do Estado e dele nos servimos para a promoção de nossos próprios interesses.

Sras. e Srs Senadores, votemos todas as leis que nos peçam, façamos todas as reformas que nos proponham, aprovemos todos os projetos que nos sejam submetidos, destinemos todos os recursos de que carece o Estado. Mas tenhamos a mesma postura, na proteção e na promoção dos direitos, das prerrogativas e das faculdades de todos os cidadãos. Se olharmos para trás, corremos o risco de ter o mesmo destino da mulher de Lot. Todos os planos econômicos sem exceção, grande parte das reformas, e não poucas das leis por nós aprovadas, provocaram conflitos, abarrotam ainda hoje os tribunais de reclamações e promovem enxurradas de ações que os cidadãos são obrigados a ajuizar na defesa de direitos que lhes negamos, dos muitos que lhes retiramos e de tantos que lhes prometemos, nunca lhes demos e sempre lhes so-negamos.

A cada nova Constituição, criamos mais tribunais, instituímos novos juizados, multiplicamos o número de varas cada vez mais especializadas. E nada disso resolve o problema da justiça em nosso país. Acusamos o Judiciário, criticamos os juizes, mas as leis que poderiam modernizar a justiça, acelerar seus procedimentos, simplificar sua atuação, tornar esse poder mais ágil e eficiente, dormem nos desvãos e nas gavetas do Congresso. A crise, Sr. Presidente, não está neste ou naquele Poder do Estado. Nós todos que os integramos é que somos a crise. Nós a promovemos, nós a toleramos, nós a alimentamos, não a combatemos e nem sequer fazemos por onde atenuá-la.

Quem ousará exigir que qualquer cidadão brasileiro, por mais culto que seja, por mais erudito, por mais educado, por mais especializado, cumpra o preceito da lei de introdução ao Código Civil, segundo o qual ninguém pode alegar ignorância da lei para deixar de cumpri-la? Essa plethora de leis, decretos, regulamentos, regimentos, circulares, portarias e tudo mais que a imaginação criadora da burocracia é capaz de inventar, em sua quase totalidade não serve à sociedade, mas tem a virtude de atormentar o cidadão. Perdermos a conta de quantas delas votamos reduzindo direitos dos cidadãos. Cultivamos a estatolatria, e quase sempre esquecemos a cidadania. Quando não blasonamos, jactamo-nos de nossa democracia. Mas quase nunca lembramos que até meados da década de 50 ainda éramos a democracia das minorias, pois o eleitorado ainda era constituído por uma quantidade de votos menor do que aquela parcela da população que desse direito estava excluída. Também não podemos esquecer que só universalizamos o voto em 1986, há menos de duas décadas, portanto, quando a emenda constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, restaurou o voto dos analfabetos que a República extinguiu.

\* Palavra grega que significa “luta simbólica”.

Um só exemplo seria, a meu ver, suficiente para provar o quanto temos sido incapazes de tornar efetivos os direitos mais elementares dos brasileiros. Joaquim Nabuco conta, na monumental biografia do pai que tanto ilustrou esta Casa, ser uma das frustrações da vida pública de Nabuco de Araújo, o tempo que levavam suas propostas para se concretizar. E apontava o exemplo da Portaria baixada por ele como ministro da Justiça, proibindo provisoriamente a abertura de novos seminários. Provisória permaneceu, até o fim do Império. Hoje, as medidas que interessam ao cidadão e à sociedade, não levam trinta, nem quarenta, mas cinquenta e até mais de cem anos, sem que sejam cumpridas ou materializadas. Não me refiro só às leis, tomadas em seu sentido formal, mas também às prescrições constitucionais. E, para tanto, lembro o preceito estipulando a gratuidade do casamento civil, instituído por decreto do governo provisório republicano e acolhido como § 4o do art. 72 que contém a declaração de direitos na Constituição de 1891. Trata-se de dispositivo constante de todos os textos constitucionais brasileiros, inclusive o atual, com exceção apenas da carta fascista de 37. Entre 1996 e 1997, nada menos de quatro leis foram aprovadas, sem lograr o que exige a Constituição. Há poucas semanas aprovamos aqui, de autoria do senador Pedro Simon, proposta de emenda constitucional que tenta vencer as resistências dos cartórios para cumprirem o que determina, desde 1988, a Constituição.

Um Estado que não se mostra capaz de garantir gratuitamente a seus cidadãos duas simples declarações, o registro de nascimento e a certidão de óbito e que privatizou a instituição do registro civil que a República tornou oficial e de natureza pública, seguramente vive há mais de cem anos de costas para a Nação! Mas esta não é a única nem a melhor evidência do pecado de que somos todos culpados. A prova incontestável de que governamos, legislamos e julgamos de costas para o povo e a sociedade, encontra-se na forma e nos recursos como todos os governos promovem e protegem seus próprios interesses, defendem os da sociedade e protegem o dos cidadãos. Para garantir os seus próprios interesses, a União dispõe de mais de 6.000 advogados. Para representar e defender os da sociedade, o Ministério Público Federal conta com apenas 10% desse total, 600 procuradores. E para assegurar os direitos da maior parte de todos os brasileiros, aqueles que a nada têm acesso, a Defensoria Pública Federal tem menos

de 2% dos que defendem o Estado, 110 membros, em todo o país! No meu Estado, Sr. Presidente há apenas uma Defensora em atuação, atualmente pleiteando remoção.

Esgota-se o meu tempo, e vejo-me forçado a concluir, mas não a desistir. Por isso, pretendo voltar ao assunto, abordando outra demonstração evidente da diferença que separa a tutela dos interesses do Estado e dos cidadãos, representada pela inércia do Congresso em adotar medidas que coloquem ao alcance dos brasileiros os instrumentos qualificados para a defesa de seus direitos, garantias e prerrogativas.

Antes, porém, mais uma vez invoco o ultra-conservador Oliveira Viana que tanto criticou o idealismo das nossas Constituições e que tão corrosivamente, mas com tanta razão, condenou nossa alienação: “A impressão que me dão esses construtores de Constituições é a de uma congregação de *logiciens*, que raciocinam sobre expressões técnicas do Direito Público como matemáticos sobre sinais algébricos. Com estas expressões genéricas – vazias de conteúdo objetivo e jogando com elas à maneira das letras, siglas e chaves dos calculistas – eles armam equações a uma, a duas, a várias incógnitas e concluem *in abstracto* – como os matemáticos ao desenvolverem uma série funcional ou ao exponenciarem uma equação. O que lhes importa é unicamente a *norma legal*, na sua exclusiva formulação verbal, na abstração do seu conteúdo; a norma legal, ontologicamente considerada; o texto da lei, em suma, na sua pura expressão gramatical e com a sua *mens legis* hermeneuticamente determinada, de acordo com as regras clássicas. Só isto e nada mais. Pode-se dizer que têm uma mentalidade kelseniana, sem terem lido Kelsen”.

Os Poderes do Estado no Brasil padecem desse mal, Sr. Presidente. Têm conseguido, quase todos, sem exceção, ser mais conservadores que o ultra conservador Oliveira Viana. Nós inclusive. É por isso que assim nos julgam os intelectuais e em última análise, os brasileiros, abandonados à sua própria sorte, órfãos porque não encontram quem proteja e promova seus direitos com a mesma eficiência com que fazem em causa própria os que os governam, aqueles que essa figura ilustre e exemplar de intelectual e cidadão, recentemente falecido, Raimundo Faoro chamou, com tanta propriedade de “os donos do poder” no Brasil.

TABELA 1 - A

Leis Aprovadas no Brasil por Autoria de Iniciativa (1946-1963)

Anos	Executivo		Legislativo		Judiciário		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1946	5	41,66	6	50,00	1	8,33	12
1947	126	63,95	66	33,50	5	2,53	197
1948	228	56,71	147	36,56	27	6,71	402
1949	182	40,80	228	51,12	36	8,07	446
1950	75	27,88	194	72,11	0	0,00	269
1951	108	42,18	147	57,42	1	0,39	256
1952	127	42,33	152	50,66	21	7,00	300
1953	128	35,95	214	60,11	14	3,03	356
1954	102	44,45	127	54,97	2	0,96	231
1955	159	49,53	154	47,97	8	2,49	321
1956	147	37,59	221	56,52	23	5,80	391
1957	71	25,72	189	68,47	16	5,79	276
1958	50	32,25	94	60,64	11	7,09	155
1959	58	28,29	127	61,95	20	9,75	205
1960	50	33,78	89	60,13	9	6,00	148
1961	64	34,59	105	56,75	16	8,64	185
1962	73	46,49	75	47,77	9	5,73	157
1963	51	41,46	68	55,28	4	3,25	123
Sub-total (Média)	100,22	40,31	133,50	54,55	12,39	5,09	246,11

FONTE: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. MG/RJ. Ed. UFMJ e IUPERJ. 2002.

GRÁFICO 1-A

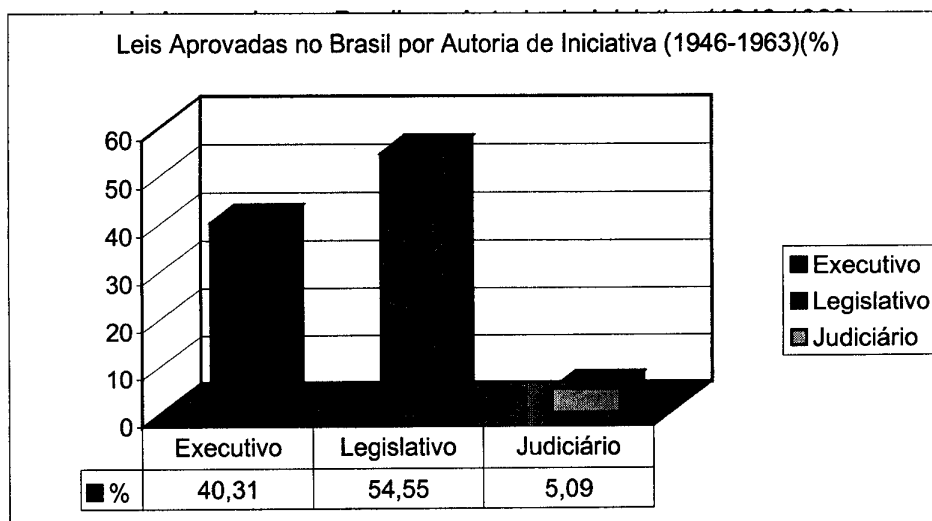




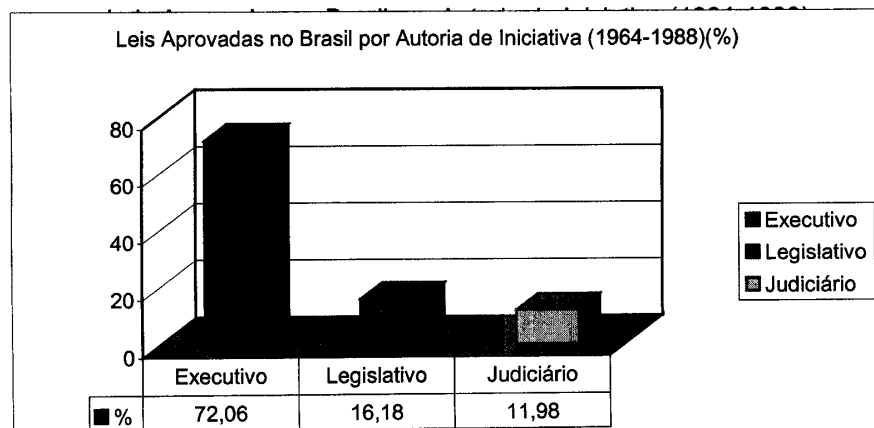
TABELA 1 - B

Leis Aprovadas no Brasil por Autoria de Iniciativa (1964-1988)

Anos	Executivo		Legislativo		Judiciário		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1964	212	76,25	50	17,98	16	5,75	278
1965	264	79,27	58	17,41	11	3,30	333
1966	212	77,94	54	19,85	6	2,20	272
1967	145	86,57	27	9,54	11	3,88	183
1968	142	75,53	24	12,76	22	11,70	188
1969	3	27,27	2	18,18	6	54,54	11
1970	52	67,53	13	16,88	12	15,58	77
1971	96	78,04	11	8,94	16	13,00	123
1972	71	76,34	12	12,90	10	10,75	93
1973	121	81,29	18	12,08	10	6,71	149
1974	156	86,18	15	8,28	10	5,52	181
1975	85	70,83	22	18,33	13	10,83	120
1976	57	65,51	18	20,68	12	13,79	87
1977	85	77,27	16	14,54	9	8,18	110
1978	88	83,01	12	11,32	17	11,56	106
1979	91	61,90	39	26,53	17	11,56	147
1980	91	71,65	20	15,74	16	12,59	127
1981	62	75,60	13	15,85	7	8,53	82
1982	83	76,14	14	12,84	12	11,00	109
1983	64	68,08	14	14,89	16	17,02	94
1984	78	66,66	24	20,51	15	12,82	117
1985	83	53,20	46	29,48	27	17,30	156
1986	84	66,14	30	23,62	13	10,23	127
1987	50	76,92	7	10,76	8	12,30	65
1988	52	76,47	10	14,70	6	8,82	68
Sub-total (Média)	101,08	72,06	22,76	16,18	12,72	11,98	136,12

FONTE: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. MG/RJ. Ed. UFMJ e IUPERJ. 2002.

GRÁFICO 1-B

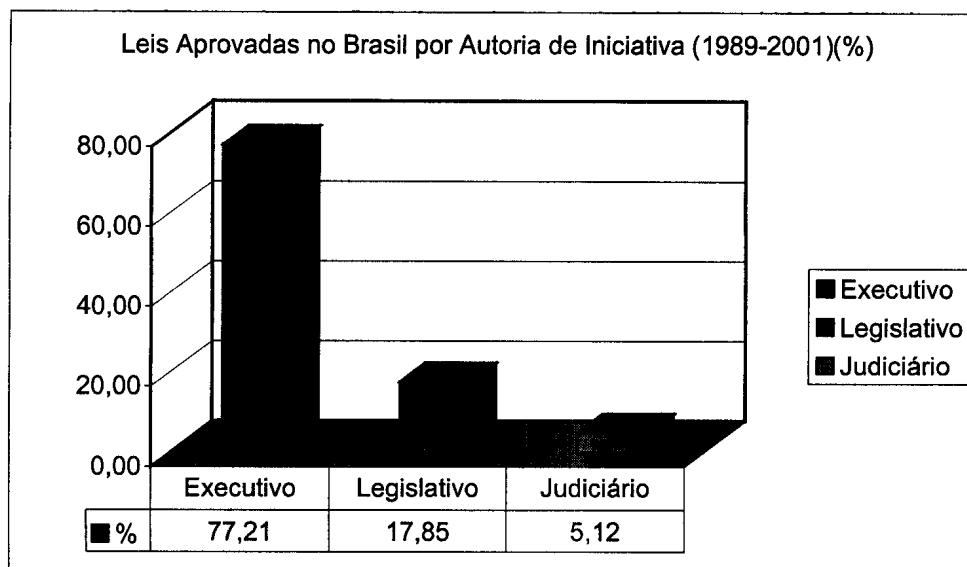


**TABELA 1 - C**

Leis Aprovadas no Brasil por Autoria de Iniciativa (1989-2001)

Anos	Executivo		Legislativo		Judiciário		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1989	176	70,11	46	18,32	29	11,53	251
1990	103	82,40	19	15,20	3	0,00	125
1991	181	80,08	19	8,40	26	11,50	226
1992	162	75,00	21	9,72	33	15,27	216
1993	166	79,04	34	16,19	10	4,76	210
1994	69	58,47	42	35,59	7	5,93	118
1995	200	79,90	57	21,34	10	3,74	267
1996	142	80,68	31	17,61	3	1,70	176
1997	143	84,61	25	14,79	1	0,59	169
1998	141	79,21	27	15,16	10	5,61	178
1999	138	77,96	37	20,90	2	1,12	177
2000	185	81,85	35	15,48	6	2,65	226
2001	172	74,45	54	23,37	5	2,16	231
Sub-total (Média)	152,15	77,21	34,38	17,85	11,15	5,12	197,69

FONTE: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. MG/RJ. Ed. UFMJ e IUPERJ. 2002.

**GRÁFICO 1-C**

**ATA DA 85ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA  
EM 26 DE JUNHO DE 2003**

**(Publicada no Diário do Senado Federal nº 090, de 27 de junho de 2003)**

**RETIFICAÇÕES**

- 1) No trecho da ata, entre as páginas 16404 e 16405, referente a Proposta de Emenda à Constituição Nº 53, de 2003, de autoria do Senador Almeida Lima, por motivo de omissão, inclua-se a página 43 da PEC 53/2003, referente ao Art.134.

**Matéria em anexo para publicação**

-----

- 2) À página 16421, 1ª coluna, *faltou o despacho* referente ao REQUERIMENTO Nº 502, DE 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio,

.....

**“(À mesa para Decisão.)”**

# Ata da 4ª Sessão Não-Deliberativa em 4 de julho de 2003

## 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Mozarildo Cavalcanti e Mão Santa*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa o Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

#### MENSAGEM

#### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 139, de 2003 (nº 301/2003, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Câmara nº 11, de 2003 (nº 2.681/96, na Casa de Origem) de iniciativa do Presidente da República, que altera e acresce parágrafo ao art. 184 e dá nova redação ao art. 186 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, alterado pelas Leis nºs 6.895, de 17 de dezembro de 1980, e 8.635, de 16 de março de 1993, revoga o art. 185 do Decreto-Lei 2.848, de 1949, e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei 3.689, de 3 de 1941 – Código de Processo Penal, sancionado e transformado na Lei nº 10.695, de 1º de julho de 2003.

#### OFÍCIO

#### DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 1.537/2003, de 30 de junho último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2002 (Nº 7.131/2002, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública, que dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 30-6-2003)

#### PROJETO RECEBIDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2003 – COMPLEMENTAR

(Nº 58/2003-Complementar, na Casa de origem)

#### Institui o Cadastro Nacional Centralizado de Correntistas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições financeiras ficam obrigadas a comunicar ao Banco Central do Brasil a listagem nominal de sua clientela, para a formação do Cadastro Nacional Centralizado de Correntistas.

§ 1º A comunicação deverá conter o nome completo da pessoa física ou jurídica titular e procuradores, o número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e a data de abertura da conta, e de encerramento, se já encerrada.

§ 2º O Banco Central do Brasil deverá editar circular, no prazo de noventa dias da publicação desta lei, estabelecendo os procedimentos operacionais para a constituição e manutenção do cadastro instituído por esta lei, inclusive a forma e periodicidade das comunicações, integrando-o, no que couber, com as demais obrigações de informação já existentes, por parte das instituições financeiras.

§ 3º o descumprimento das determinações desta lei sujeitará a instituição financeira às penalidades previstas no art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR ORIGINAL Nº 58, DE 2003

#### Institui o Cadastro Nacional de Contas no Banco Central do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Instituições Financeiras ficam obrigadas a comunicar ao Banco Central do Brasil a listagem nominal de sua clientela.

Parágrafo Único – No relatório comunicativo ao Banco Central constará do nome completo e data de abertura e/ou fechamento da respectiva conta.

Art. 2º Deve ser comunicado ao Banco Central do Brasil o cadastro geral de correntistas-clientes de qualquer natureza.

Parágrafo único. O prazo para a informação de alteração de clientes será de quarenta e oito horas a partir da inclusão como cliente novo ou modificação de conta.

Art. 4º As penalidades no não cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei são de multas expressas em real ou moeda brasileira em vigor equivalente.

§ 1º Fica estabelecido uma multa de R\$ 200.000,00 a ser paga pela instituição quando não cumprir as normas estabelecidas nesta lei.

§ 2º Na reincidência do fato, a instituição pagará uma multa de R\$ 600.000,00, podendo perder seus direitos de funcionamento se persistir o descumprimento do estabelecido.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

A unificação do cadastro geral de correntista de cada instituição financeira no Banco Central do Brasil, facilitará uma ação investigatória judicial de qualquer natureza, num prazo bem mais curto do que nos tempos atuais.

O sigilo e a privacidade da pessoa física e jurídica será preservado, uma vez que só será comunicado ao Banco Central, o nome do cliente e as datas de abertura e/ou fechamento da conta movimentada.

Sala das Sessões, 8 de agosto 2003. – **Robson Tuma**

#### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

#### Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

.....  
O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta

Art. 44. As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes, às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

- I – Advertência.
- II – Multa pecuniária variável.
- III – Suspensão do exercício de cargos.

IV – Inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras.

V – Cassação da autorização de funcionamento das instituições financeiras públicas, exceto as federais, ou privadas.

VI – Detenção, nos termos do § 7º, deste artigo.

VII – Reclusão, nos termos dos artigos 34 e 38, desta lei.

§ 1º A pena de advertência será aplicada pela inobservância das disposições constantes da legislação em vigor, ressalvadas as sanções nela previstas, sendo cabível também nos casos de fornecimento de informações inexatas, de escrituração mantida em atraso ou processada em desacordo com as normas expedidas de conformidade com o art. 4º inciso XII, desta lei.

§ 2º As multas serão aplicadas até 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, sempre que as instituições financeiras, por negligência ou dolo:

a) advertidas por irregularidades que tenham sido praticadas, deixarem de saná-las no prazo que lhes for assinalado pelo Banco Central da República do Brasil;

b) infringirem as disposições desta lei relativas ao capital, fundos de reserva, encaixe, recolhimentos compulsórios, taxa de fiscalização, serviços e operações, não atendimento ao disposto nos arts. 27 e 33, inclusive as vedadas nos arts. 34 (incisos II a V), 35 a 40 desta lei, e abusos de concorrência (art. 18, § 2º);

c) opuserem embaraço à fiscalização do Banco Central da República do Brasil.

§ 3º As multas cominadas neste artigo serão pagas mediante recolhimento ao Banco Central da República do Brasil, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da respectiva notificação, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo e serão cobradas judicialmente, com o acréscimo da mora de 1% (um por cento) ao mês, contada da data da aplicação da multa, quando não forem liquidadas naquele prazo;

§ 4º As penas referidas nos incisos III e IV, deste artigo, serão aplicadas quando forem verificadas infrações graves na condução dos interesses da instituição financeira ou quando dá reincidência específica, devidamente caracterizada em transgressões anteriormente punidas com multa.

§ 5º As penas referidas nos incisos II, III e IV deste artigo serão aplicadas pelo Banco Central da República do Brasil admitido recurso, com efeito suspensivo, ao

Conselho Monetário Nacional, interposto dentro de 15 dias, contados do recebimento da notificação.

§ 6º É vedada qualquer participação em multas, as quais serão recolhidas integralmente ao Banco Central da República do Brasil.

§ 7º Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que atuem como instituição financeira, sem estar devidamente autorizadas pelo Banco Central da República do Brasil, ficam sujeitas à multa referida neste artigo e detenção de 1 a 2 anos, ficando a esta sujeitos, quando pessoa jurídica, seus diretores e administradores.

§ 8º No exercício da fiscalização prevista no art. 10, inciso VIII, desta lei, o Banco Central da República do Brasil poderá exigir das instituições financeiras ou das pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as referidas no parágrafo anterior, a exibição a funcionários seus, expressamente credenciados, de documentos, papéis e livros de escrituração, considerando-se a negativa de atendimento como embaraço à fiscalização sujeito à pena de multa, prevista no § 2º deste artigo, sem prejuízo de outras medidas e sanções cabíveis.

§ 9º A pena de cassação, referida no inciso V, deste artigo, será aplicada pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Banco Central da República do Brasil, nos casos de reincidência específica de infrações anteriormente punidas com as penas previstas nos incisos III e IV deste artigo.

.....  
(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.*)

*Uma vez que o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2003 \_ complementar não faz parte da pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional, a matéria será despachada às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos, onde iniciará sua tramitação no dia 1º de agosto vindouro.*

#### **PARECER Nº 720, DE 2003**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azevedo, que altera a Lei nº 9.504, de 1997, e a Lei nº 10.408, de 2002, para implantar o registro digital do voto.**

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

#### **I – Relatório**

A Lei nº 9.504, de 1997, que regula as eleições, trata, no Título “Do Sistema Eletrônico de Votação e da Totalização dos Votos” (arts. 59 a 62), bem como no art. 66, pertencente ao Título “Da Fiscalização das Eleições”, do uso da tecnologia informática nos processos eleitorais em nosso país. A Lei nº 10.408, de 2002, alterou a regulação mencionada acima no sentido de determinar a obrigatoriedade do registro impresso do voto. Para torná-lo exequível e condizente com outras exigências legais, a Lei nº 10.408 fixou ainda uma série de comandos ancilares àquela determinação principal.

O “voto impresso”, como veio a ser conhecido o instituto criado pela Lei nº 10.408, de 2002, muito embora tenha sua finalidade amplamente reconhecida como legítima, gerou problemas e, previsivelmente, continuará a gerá-los, ao ver do autor do projeto de lei em tela. Os problemas, bastante significativos, por sinal, são, em síntese, os seguintes: os custos da implantação nacional do voto impresso são muito altos (montando a cerca de seiscentos milhões de reais, na avaliação do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral); a natureza mecânica do processo de impressão ocasiona grande número de falhas, impedindo assim o transcurso fluente dos trabalhos das Seções Eleitorais; o desconhecimento, por parte de eleitores e de mesários, do novo mecanismo, também veio a dificultar os trabalhos de votação. Esses problemas, como veio a ser do conhecimento público, ocorreram em praticamente todos os locais onde foram testadas as umas eletrônicas que já dispunham de equipamento (impressora) para o registro mecânico do voto.

A tecnologia de “chaves assimétricas” (ou “Infra-estrutura de Chaves Públicas”) é apresentada, pelo autor do projeto de lei em exame, como solução melhor em todos os aspectos: permite o mesmo controle almejado pelo voto impresso, com o conseqüente ganho em legitimidade do processo; e muito mais barata; não demanda treinamento, nem de eleitores, nem de mesários; e, por fim, permite que se conheça melhor a manifestação do eleitorado, ao mesmo tempo em que preserva o sigilo da manifestação do eleitor.

O projeto de lei também suprime o art. 61-A da Lei nº 9.504, de 1997, acrescido a esta pela Lei nº 10.408, de 2002. O art. 61-A, que determina a sustação da divulgação de resultados até que se tenha procedido às verificações ensejadas pelo voto impresso, perde a razão de ser com a pretendida volta da Justiça Eleitoral à trilha da tecnologia de ponta.

Outrossim, quanto à alteração proposta para o art. 66, trata-se da transparência dos instrumentos de

votação eletrônica. A Lei nº 9.504, de 1997 (com as alterações trazidas pela Lei nº 10.408, de 2002), regulou de modo inadequado, segundo veio a mostrar a experiência, o acesso dos atores políticos aos elementos sigilosos da tecnologia informática para as eleições. A natureza desta tecnologia exige que se acompanhe o desenvolvimento, e não apenas o produto final, para que se a conheça de modo adequado à finalidade de fiscalização. Assim, em não se tendo acesso ao desenvolvimento dos programas, o prazo de análise do produto final, tal como previsto pela forma atual do art. 66 da Lei nº 9.504, de 1997, tem parecido, aos agentes políticos e partidários interessados, irremediavelmente exíguo, o que tem gerado conflitos e desgastes entre tais agentes e a Justiça Eleitoral. Estes conflitos e desgastes, tomados públicos, podem vir a macular a legitimidade dos processos eleitorais.

As propostas apresentadas destinam-se a sanar os dois problemas relatados, a saber, as dificuldades com o registro impresso do voto e com as condições adequadas para a fiscalização dos processos eleitorais realizados com forte apoio na tecnologia da informática.

## II – Análise

O registro digital do voto parece-me substituir, com vantagens em todos os campos, o registro impresso do mesmo. Comparado com este último, o registro digital é impressionantemente mais barato, menos trabalhoso quanto ao treinamento, mais seguro contra fraudes e problemas técnicos, evita a perda de fluência e ocorrência de tumultos nas Seções Eleitorais e ainda permite que se conheça melhor, em termos científicos, o processo eleitoral. Isso implica somar um ganho qualitativo àqueles quantitativos, mencionados no início deste parágrafo.

A supressão do art. 61-A é decorrência lógica da vigência dos novos termos do art. 59 da Lei nº 9.504, de 1997. Como se pode depreender daqueles termos, toma-se desnecessária a conferência dos votos impressos e, portanto, resta sem sentido o retardo previsto no art. 61-A.

Quanto às alterações do art. 66, seu mérito é o de adequar a lei à natureza da realidade que ela procura regular. Assim sendo, a idéia central do novo § 1º é bastante pertinente: conhecer, para fins de fiscalização, um programa de computador, demanda, em praticamente todos os casos, que se tenha conhecimento do processo de desenvolvimento do mesmo. Tal processo ocorre em etapas, que são como sedimentos; a aposição de um novo sedimento encobre, total ou parcialmente, o sedimento inferior. Assim, para um conhecimento do programa que não se limite à sua

“superfície”, ou ao “sedimento superior”, e imprescindível o acompanhamento do processo de desenvolvimento do mesmo, em todas as suas etapas. E é isso que determinam os termos propostos para o § 1º do art. 66 da Lei nº 9.504, de 2002.

O novo § 2º (que, na emenda de redação sugerida ao final deste relatório, transforma-se em § 3º), proposto para o mesmo artigo da mesma lei, não é senão uma aplicação, em casos imprevistos, do princípio da transparência estabelecido pela proposta de novo § 1º, conforme vimos acima.

Outrossim, observe-se que a matéria proposta não fere a Constituição Federal ou qualquer princípio de direito, apresentando pois os necessários atributos de constitucionalidade e de juridicidade.

## III – Voto

Em razão do exposto, manifestamo-nos favoravelmente ci aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2003, nos termos da seguinte emenda de redação:

### EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se aos arts 1º e 2º do PLS nº 172, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º O art 59 e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 66 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59 .....

§ 4º A uma eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto e a identificação da uma em que foi registrado, resguardado o anonimato do eleitor.

§ 5º Caberá à Justiça Eleitoral definir a chave de segurança e identificação da urna eletrônica de que trata o parágrafo anterior.

§ 6º Ao final da eleição, a urna eletrônica procederá à assinatura digital do arquivo de votos, com aplicação do registro de horário e do arquivo do boletim de uma, de maneira a impedir a substituição de votos e alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

§ 7º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores umas eletrônicas destinadas a treinamento. (NR)”

“Art. 66 .....

§ 1º Todos os programas de computador de propriedade do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvidos por ele ou sob sua encomenda, utilizados nas urnas eletrônicas para os processos de votação, apuração e totalização, poderão ter suas fases de especificação e de desenvolvimento acompanhadas por técnicos indicados pelos partidos políticos, Ordem dos Advogados do Brasil e Ministério Público, até seis meses antes das eleições.

§ 2º Uma vez concluídos os programas a que se refere o parágrafo anterior, serão eles apresentados, para análise, aos representantes credenciados dos partidos e coligações, até vinte dias antes das eleições, nas dependências do Tribunal Superior Eleitoral, na forma de programas-fonte e de programas executáveis, inclusive os sistemas aplicativo e de segurança e as bibliotecas especiais, sendo que as chaves eletrônicas privadas e senhas eletrônicas de acesso manter-se-ão no sigilo da Justiça Eleitoral. Após a apresentação e conferência, serão lacradas cópias dos programas-fonte e dos programas compilados.

§ 3º No prazo de cinco dias, a contar da data da apresentação referida no parágrafo anterior, o partido e a coligação poderão apresentar impugnação fundamentada à Justiça Eleitoral.

§ 4º Havendo a necessidade de qualquer alteração nos programas, após a apresentação de que trata o parágrafo anterior, dar-se-á conhecimento do fato aos representantes dos partidos políticos e das coligações, para que sejam novamente analisados e lacrados.

.....(NR)''

Art. 2º Ficam revogados os arts. 61-A, da Lei nº 9.504, de 1997, e 40, da Lei nº 10.408, de 2002.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003, – Presidente: (ilegível) – Relator: **Demóstenes Torres – Serys Silhessarenko – Aloízio Mercadante – Tião Viana – Antônio Carlos Valadares – Marcelo Crivella – Garibaldi Alves Filho – Juvêncio da Fonseca – Papaléo Paes – César Borges – Arthur Virgílio – Tasso Jereissati – Antero Paes de Barros – João Capiberibe – Sérgio Cabral – Almeida Lima**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 173 DE 2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SILHESSARENKO	X				1 - EDUARDO SUPLICY				
ALOÍZIO MERCADANTE	X				2 - ANA JÚLIA CAREPA				
TIÃO VIANA	X				3 - SIBÁ MACHADO				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				4 - DUCIOMAR COSTA				
MAGNO MALTA					5 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR				
FERNANDO BEZERRA					6 - JOÃO CAPIBERIBE	X			
MARCELO CRIVELLA	X				7 - AELTON FREITAS				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMR LANDO					1 - ROMERO IUCA				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO					3 - RAMEZ TEBET				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				4 - JOÃO ALBERTO SOUZA				
PAPALÉO PAES	X				5 - IRIS DE ARAÚJO				
PEDRO SIMON					6 - SÉRGIO CABRAL	X			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES					1 - PAULO OCTAVIO				
CÉSAR BORGES	X				2 - JOAO RIBEIRO				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JORGE BORNHAUSEN				
EDISON LOBÃO					4 - REMILDO SANTANA				
JOSÉ JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARTHUR VIRGÍLIO	X				1 - (VAGO)				
TASSO JEREISSATI	X				2 - TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS	X				3 - LEONEL PAVAN				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PÉRES					1 - ALMEIDA LIMA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO BATISTA MÓTTA					1 - MOZARILDO CAVALCANTI				

TOTAL: 17 SIM: 15 NÃO: 01 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 21

SALA DAS REUNIÕES, EM 25 / 06 / 2003

Senador EDISON LOBÃO  
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§ 8º, art. 132, do RISF)  
UFCV.2003/Votacao nominal.doc (atualizado em 10/06/2003)



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

*Emenda nº 1-CCJ 40*  
**PROPOSIÇÃO: PLS Nº 172, DE 2003**

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESSARENKO	X				1 - EDUARDO SUPLICY				
ALOIZIO MERCADANTE	X				2 - ANA JULIA CAREPA				
TIÃO VIANA	X				3 - SIBA MACHADO				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				4 - DUCIOMAR COSTA				
MAGNO MALTA					5 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR				
FERNANDO BEZERRA					6 - JOÃO CAPIBERIBE	X			
MARCELO CRIVELLA	X				7 - AELTON FREITAS				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					1 - ROMERO JUCA				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				2 - LUIZ OTAVIO				
JOSE MARANHÃO					3 - RAMEZ TEBET				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				4 - JOÃO ALBERTO SOUZA				
PAPALÉO PAES	X				5 - IRIS DE ARAÚJO				
PEDRO SIMON					6 - SÉRGIO CABRAL	X			
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES					1 - PAULO OCTAVIO				
CÉSAR BORGES	X				2 - JOÃO RIBEIRO				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JORGE BORNHAUSEN				
EDISON LOBÃO					4 - RENILDO SANTANA				
JOSE JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARTHUR VIRGÍLIO	X				1 - (VAGO)				
TASSO JEREISSATI	X				2 - TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS	X				3 - LEONEL PAVAN				
TITULAR - PDT					TITULAR - PDT				
JEFFERSON PÉRES					1 - ALMEIDA LIMA		X		
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO BATISTA MOTTA					1 - MOZARIL DO CAVALCANTI				

TOTAL: 17 SIM: 15 NÃO: 01 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/06/2003

  
 Senador EDISON LOBÃO

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§ 8º, art. 132, do RISF)  
 H:\CC-12003\Votacao nominal.doc (atualizado em 10/06/2003)

TEXTO FINAL

**DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172,  
DE 2003, NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA**

**“Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e a Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002 para implantar o registro digital do voto.”**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 59 e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 66 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 59 .....

§ 4º A uma eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto e a identificação da uma em que foi registrado, resguardado o anonimato do eleitor.

§ 5º Caberá à Justiça Eleitoral definir a chave de segurança e identificação da uma eletrônica de que trata o parágrafo anterior.

§ 6º Ao final da eleição, a urna eletrônica procederá à assinatura digital do arquivo de votos, com aplicação do registro de horário e do arquivo do boletim de urna, de maneira a impedir a substituição de votos e alteração dos registros dos termos de início e término da votação.

§ 7º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento. (NR)”

“Art. 66. ....

§ 1º Todos os programas de computador de propriedade do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvidos por ele ou sob sua encomenda, utilizados nas urnas eletrônicas para os processos de votação, apuração e totalização, poderão ter suas fases de especificação e de desenvolvimento acompanhadas por técnicos indicados pelos partidos políticos, Ordem dos Advogados do Brasil e Ministério Público, até seis meses antes das eleições.

§ 2º Uma vez concluídos os programas a que se refere o parágrafo anterior, serão eles apresentados, para análise, aos repre-

sentantes credenciados dos partidos e coligações, até vinte dias antes das eleições, nas dependências do Tribunal Superior Eleitoral, na forma de programas-fonte e de programas executáveis, inclusive os sistemas aplicativo e de segurança e as bibliotecas especiais, sendo que as chaves eletrônicas privadas e senhas eletrônicas de acesso manter-se-ão no sigilo da Justiça Eleitoral. Após a apresentação e conferência, serão lacradas cópias dos programas-fonte e dos programas compilados.

§ 3º No prazo de cinco dias, a contar da data da apresentação referida no parágrafo anterior, o partido e a coligação poderão apresentar impugnação fundamentada à Justiça Eleitoral.

§ 4º Havendo a necessidade de qualquer alteração nos programas, após a apresentação de que trata o parágrafo anterior, dar-se-á conhecimento do fato aos representantes dos partidos políticos e das coligações, para que sejam novamente analisados e lacrados.

.....(NR)”

Art. 2º Ficam revogados os arts. 61-A, da Lei nº 9.504, de 1997, e 40, da Lei nº 10.408, de 2002.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 4 de 1993.

Sala da Comissão, 25 de junho de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.504. DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

**Estabelece normas para as eleições.**

.....  
Do Sistema Eletrônico de Votação e da Totalização dos Votos

Art. 59. A votação e a totalização dos votos serão feitas por sistema eletrônico, podendo o Tribunal Superior Eleitoral autorizar, em caráter excepcional, a aplicação das regras fixadas nos arts. 83 a 89.

§ 1º A votação eletrônica será feita no número do candidato ou da legenda partidária, devendo o nome e fotografia do candidato e o nome do partido ou a legenda partidária aparecer no painel da urna eletrônica, com a expressão designadora do

cargo disputado no masculino ou feminino, conforme o caso.

§ 2º Na votação para as eleições proporcionais, serão computados para a legenda partidária os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.

§ 3º A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias.

§ 4º A urna eletrônica disporá de mecanismo que permita a impressão do voto, sua conferência visual e depósito automático, sem contato manual, em local previamente lacrado, após conferência pelo eleitor. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 5º Se, ao conferir o voto impresso, o eleitor não concordar com os dados nele registrados, poderá cancelá-lo e repetir a votação pelo sistema eletrônico. Caso reitere a discordância entre os dados da tela da urna eletrônica e o voto impresso, seu voto será colhido em separado e apurado na forma que for regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral, observado, no que couber, o disposto no art. 8º desta Lei. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 6º Na véspera do dia da votação, o juiz eleitoral, em audiência pública, sorteará três por cento das urnas de cada zona eleitoral, respeitado o limite mínimo de três urnas por Município, que deverão ter seus votos impressos contados e conferidos com os resultados apresentados pelo respectivo boletim de urna. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 7º A diferença entre o resultado apresentado no boletim de urna e o da contagem dos votos impressos será resolvida pelo juiz eleitoral, que também decidirá sobre a conferência de outras urnas. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 8º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

Art. 60. No sistema eletrônico de votação considerará-se o voto de legenda quando o eleitor assinalar o número do partido no momento de votar para determinado cargo e somente para este será computado.

Art. 61. A urna eletrônica contabilizará cada voto, assegurando-lhe o sigilo e inviolabilidade, garantida

aos partidos políticos, coligações e candidatos ampla fiscalização.

Art. 61A. Os tribunais eleitorais somente proclamarão o resultado das eleições depois de procedida a conferência a que se referem os §§ 6º e 7º do art. 59. (Artigo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

Art. 62. Nas Seções em que for adotada a urna eletrônica, somente poderão votar eleitores cujos nomes estiverem nas respectivas folhas de votação, não se aplicando a ressalva a que se refere o art. 148, § 1º, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral disciplinará a hipótese de falha na urna eletrônica que prejudique o regular processo de votação.

Art. 66. Os partidos e coligações poderão fiscalizar todas as fases do processo de votação e apuração das eleições e o processamento eletrônico da totalização dos resultados. (Redação dada pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 1º Todos os programas de computador de propriedade do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvidos por si ou sob encomenda, utilizados nas urnas eletrônicas para o processo de votação e apuração, serão apresentados para análise dos partidos e coligações, na forma de programas-fonte e programas-executáveis, inclusive os sistemas aplicativo e de segurança e as bibliotecas especiais, sendo que as chaves eletrônicas privadas e senhas eletrônicas de acesso se manterão no sigilo da Justiça Eleitoral. (Redação dada pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 2º A compilação dos programas das urnas eletrônicas, referidos no § 1º, será feita em sessão pública, com prévia convocação dos fiscais dos partidos e coligações, após o que serão lacradas cópias dos programas-fonte e dos programas compilados. (Redação dada pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 3º No prazo de cinco dias, a contar da sessão referida no § 2º, o partido ou coligação poderá apresentar impugnação fundamentada à Justiça Eleitoral. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 4º Havendo necessidade de modificação dos programas, a sessão referida no § 32 realizar-se-á, novamente, para este efeito. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 5º A carga ou preparação das urnas eletrônicas será feita em sessão pública, com prévia convocação dos fiscais dos partidos e coligações para a assistirem e procederem aos atos de fiscalização, inclusive para verificarem se os programas carregados nas urnas são idênticos aos que foram lacrados na sessão referida no § 2º deste artigo, após o que as urnas serão lacradas. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 6º No dia da eleição, será realizada, por amostragem, auditoria de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, através de votação paralela, na presença dos fiscais dos partidos e coligações, nos moldes fixados em resolução do Tribunal Superior Eleitoral. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

§ 7º Os partidos concorrentes ao pleito poderão constituir sistema próprio de fiscalização, apuração e totalização dos resultados contratando, inclusive, empresas de auditoria de sistemas, que, credenciadas junto à Justiça Eleitoral, receberão, previamente, os programas de computador e os mesmos dados aumentadores do sistema oficial de apuração e totalização. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10-1-2002)

Art. 67. Os órgãos encarregados do processamento eletrônico de dados são obrigados a fornecer aos partidos ou coligações, no momento da entrega ao Juiz Encarregado, cópias dos dados do processamento parcial de cada dia, contidos em meio magnético.

LEI Nº 10.408, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

**Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico.**

Art. 4º O Tribunal Superior Eleitoral definirá as regras de implantação progressiva do sistema de impressão do voto, inclusive para as eleições de 2002, obedecidas suas possibilidades orçamentárias.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que passo a ler.

É lido o seguinte

Ofício nº 29/03–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 25 de junho de 2003.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e a Lei nº 10.408, de 10 de janeiro de 2002 para implantar o registro digital do voto.”

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Com referência ao ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2003, seja apreciado pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE LEI Nº 19, DE 2003-CN

**Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, crédito suplementar no valor global de R\$54.028.297,00, em favor da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor global de R\$ 54.028.297,00 (cinquenta e quatro milhões, vinte e oito mil, duzentos e noventa e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 12 decorrerão de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Empresa Brasileira de Comunicações S.A. – Radiobrás de 2002, no valor de R\$ 321.600,00 (trezentos e vinte e um mil e seiscentos reais);

II – excesso de arrecadação de receitas próprias não-financeiras, no valor de R\$ 611.000,00 (seiscentos e onze mil reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 53.095.697,00 (cinquenta e três milhões, noventa e cinco mil, seiscentos e noventa e sete reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20101 - GABINETE DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
<b>0252 CAPTACAO E DIFUSAO DE NOTICIAS 16.040.000</b>									
ATIVIDADES									
24 722	0252 2670	SERVICOS DE RADIODIFUSAO DE PROGRAMAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS (CONTRATO DE GESTAO)							
24 722	0252 2670 0001	SERVICOS DE RADIODIFUSAO DE PROGRAMAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS (CONTRATO DE GESTAO) - NACIONAL	F	3	2	50	0	100	16.040.000
<b>0496 PROTECAO DA AMAZONIA 6.300.000</b>									
ATIVIDADES									
05 126	0496 6323	MANUTENCAO E OPERACAO DO SISTEMA DE PROTECAO DA AMAZONIA - SIPAM							
05 126	0496 6323 0001	MANUTENCAO E OPERACAO DO SISTEMA DE PROTECAO DA AMAZONIA - SIPAM - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	1.800.000
			F	4	2	90	0	100	4.500.000
<b>0750 APOIO ADMINISTRATIVO 10.441.697</b>									
ATIVIDADES									
04 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							
04 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	7.631.697
			F	4	2	90	0	100	2.810.000
<b>0782 GESTAO DA POLITICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL 7.666.000</b>									
ATIVIDADES									
04 124	0782 2073	AVALIACAO DA EXECUCAO DAS ACOES INTEGRANTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS							
04 124	0782 2073 0001	AVALIACAO DA EXECUCAO DAS ACOES INTEGRANTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	4.500.000
04 124	0782 2080	SISTEMA INFORMATIZADO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE							
04 124	0782 2080 0001	SISTEMA INFORMATIZADO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	340.000
			F	4	2	90	0	100	2.826.000
<b>0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO 1.034.000</b>									
ATIVIDADES									
04 128	0791 4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO							
04 128	0791 4572 0001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	1.034.000
<b>TOTAL - FISCAL 41.481.697</b>									
<b>TOTAL - SEGURIDADE 0</b>									
<b>TOTAL - GERAL 41.481.697</b>									

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO - AGU

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0580 DEFESA JURIDICA DA UNIAO</b>									<b>2.300.000</b>
ATIVIDADES									
03 062	0580 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							1.376.081
03 062	0580 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL							1.376.081
			F	3	2	90	0	100	1.152.572
			F	4	2	90	0	100	223.509
03 092	0580 2672	CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURIDICO AO PODER EXECUTIVO							179.000
03 092	0580 2672 0001	CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURIDICO AO PODER EXECUTIVO - NACIONAL							179.000
			F	3	2	90	0	100	79.000
			F	4	2	90	0	100	100.000
03 092	0580 2673	CORREICOES NOS ORGAOS JURIDICOS DA AGU E VINCULADOS							75.500
03 092	0580 2673 0001	CORREICOES NOS ORGAOS JURIDICOS DA AGU E VINCULADOS - NACIONAL							75.500
			F	3	2	90	0	100	75.500
03 092	0580 2674	REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIAO							669.419
03 092	0580 2674 0001	REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIAO - NACIONAL							669.419
			F	3	2	50	0	100	103.500
			F	3	2	90	0	100	565.919
<b>0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO</b>									<b>4.000.000</b>
ATIVIDADES									
03 301	0791 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							1.422.000
03 301	0791 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							1.422.000
			S	3	2	50	0	100	1.422.000
03 365	0791 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							847.000
03 365	0791 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							847.000
			F	3	2	90	0	100	847.000
03 331	0791 2011	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							656.000
03 331	0791 2011 0001	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							656.000
			F	3	1	90	0	100	656.000
03 306	0791 2012	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							1.075.000
03 306	0791 2012 0001	AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							1.075.000
			F	3	1	90	0	100	1.075.000
TOTAL - FISCAL									4.878.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.422.000
TOTAL - GERAL									6.300.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20118 - AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ABIN

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0641 INTELIGENCIA NACIONAL									280.000
		ATIVIDADES							
05 183	0641 2188	DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTOS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS ESTRATEGICOS NA AREA DE SEGURANCA DA INFORMACAO E DA COMUNICACAO							280.000
05 183	0641 2188 0001	DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTOS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS ESTRATEGICOS NA AREA DE SEGURANCA DA INFORMACAO E DA COMUNICACAO - NACIONAL							280.000
			F	3	2	90	0	100	280.000
TOTAL - FISCAL									280.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									280.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20124 - SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									59.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
20 212	0681 0291	CONTRIBUICAO AO SERVICO DE INFORMACAO DE CORRENTES PARA A PRODUCAO PESQUEIRA NA AMERICA LATINA E CARIBE - INFOPECA/FAO							59.000
20 212	0681 0291 0001	CONTRIBUICAO AO SERVICO DE INFORMACAO DE CORRENTES PARA A PRODUCAO PESQUEIRA NA AMERICA LATINA E CARIBE - INFOPECA/FAO - NACIONAL							59.000
			F	3	2	80	0	100	59.000
TOTAL - FISCAL									59.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									59.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
 UNIDADE : 20224 - AGENCIA NACIONAL DO CINEMA

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VA L O R
0169		CINEMA, SOM E VIDEO						636.000	
ATIVIDADES									
22 662	0169 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE						636.000	
22 662	0169 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	636.000
TOTAL - FISCAL								636.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								636.000	

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
 UNIDADE : 20401 - RADIOBRAS - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO S. A.

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VA L O R
0252		CAPTACAO E DIFUSAO DE NOTICIAS						611.000	
ATIVIDADES									
24 122	0252 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE						400.000	
24 122	0252 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	F	3	2	90	0	250	400.000
24 722	0252 2675	COBERTURA JORNALISTICA DO GOVERNO FEDERAL						211.000	
24 722	0252 2675 0001	COBERTURA JORNALISTICA DO GOVERNO FEDERAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	250	211.000
0791		VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO						321.600	
ATIVIDADES									
24 301	0791 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES						321.600	
24 301	0791 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL	S	3	2	90	0	650	321.600
PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE)288								321.600	
TOTAL - FISCAL								611.000	
TOTAL - SEGURIDADE								321.600	
TOTAL - GERAL								932.600	



ORGAO : 35000 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

UNIDADE : 35101 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0684 COOPERACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA INTERNACIONAL</b>									<b>4.000.000</b>
		ATIVIDADES							
07 211	0684 2532	COOPERACAO COM PAISES DE LINGUA OFICIAL PORTUGUESA							4.000.000
07 211	0684 2532 0001	COOPERACAO COM PAISES DE LINGUA OFICIAL PORTUGUESA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	4.000.000
<b>0685 ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMATICO</b>									<b>339.000</b>
		ATIVIDADES							
07 128	0685 2534	CURSOS DE FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE DIPLOMATAS							339.000
07 128	0685 2534 0001	CURSOS DE FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE DIPLOMATAS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	339.000
TOTAL - FISCAL									4.339.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.339.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20118 - AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ABIN

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0641 INTELIGENCIA NACIONAL</b>									<b>280.000</b>
		ATIVIDADES							
05 183	0641 2671	OPERACIONALIZACAO DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICACOES E TRANSMISSAO DE DADOS							280.000
05 183	0641 2671 0001	OPERACIONALIZACAO DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICACOES E TRANSMISSAO DE DADOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	280.000
TOTAL - FISCAL									280.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									280.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20121 - SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R	
0152		<b>REINSERCAO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI</b>								<b>2.460.000</b>
		<b>PROJETOS</b>								
14 422	0152 1722	CONSTRUCAO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI							1.300.000	
14 422	0152 1722 0001	CONSTRUCAO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI - NACIONAL	S	4	2	30	0	100	1.000.000	
14 422	0152 1722 0291	CONSTRUCAO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI - EM REGIOES METROPOLITANAS - PNSP (PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA)	S	4	2	99	0	100	600.000 400.000 300.000	
14 421	0152 1782	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE ATENDIMENTO A ADOLESCENTES COM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NAO PRIVATIVAS DE LIBERDADE							1.000.000	
14 421	0152 1782 0001	IMPLANTACAO DE SERVICOS DE ATENDIMENTO A ADOLESCENTES COM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NAO PRIVATIVAS DE LIBERDADE - NACIONAL	S	3	2	50	0	100	1.000.000	
14 422	0152 1829	MODERNIZACAO DAS UNIDADES DO SISTEMA DE JUSTICA, SEGURANCA E ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI							160.000	
14 422	0152 1829 0001	MODERNIZACAO DAS UNIDADES DO SISTEMA DE JUSTICA, SEGURANCA E ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - NACIONAL	S	4	2	99	0	100	160.000	
0153		<b>DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE</b>								<b>1.192.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>								
14 422	0153 2717	MANUTENCAO DE UNIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE							1.192.000	
14 422	0153 2717 0001	MANUTENCAO DE UNIDADES DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE - NACIONAL	S	3	2	50	0	100	1.192.000	
0154		<b>DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS</b>								<b>160.000</b>
		<b>PROJETOS</b>								
14 128	0154 3811	CAPACITACAO E ESPECIALIZACAO DE PROFISSIONAIS E LIDERANCAS COMUNITARIAS EM DIREITOS HUMANOS							160.000	
14 128	0154 3811 0001	CAPACITACAO E ESPECIALIZACAO DE PROFISSIONAIS E LIDERANCAS COMUNITARIAS EM DIREITOS HUMANOS - NACIONAL	F	3	2	50	0	100	160.000	
0668		<b>PAZ NAS ESCOLAS</b>								<b>1.000.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>								
06 243	0668 4272	APOIO A IMPLANTACAO E EXECUCAO DE PROJETOS POR INSTITUICOES NAO-GOVERNAMENTAIS QUE DESENVOLVAM ACOES COMPLEMENTARES DE COMBATE A VIOLENCIA NAS ESCOLAS							1.000.000	
06 243	0668 4272 0001	APOIO A IMPLANTACAO E EXECUCAO DE PROJETOS POR INSTITUICOES NAO-GOVERNAMENTAIS QUE DESENVOLVAM ACOES COMPLEMENTARES DE COMBATE A VIOLENCIA NAS ESCOLAS - NACIONAL	F	3	2	50	0	100	1.000.000	
TOTAL - FISCAL									1.160.000	
TOTAL - SEGURIDADE									3.652.000	
TOTAL - GERAL									4.812.000	

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20122 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
<b>0156 COMBATE A VIOLENCIA CONTRA A MULHER 2.699.697</b>									
ATIVIDADES									
14 422	0156 2053	APOIO A IMPLANTACAO DE ACOES E PROGRAMAS INTERSETORIAIS PARA MULHERES							1.500.000
14 422	0156 2053 0002	APOIO A IMPLANTACAO DE ACOES E PROGRAMAS INTERSETORIAIS PARA MULHERES - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	1.500.000
14 422	0156 2056	GERENCIAMENTO DE PROJETOS DESTINADOS AS POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES							1.199.697
14 422	0156 2056 0002	GERENCIAMENTO DE PROJETOS DESTINADOS AS POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	1.199.697
TOTAL - FISCAL 2.699.697									
TOTAL - SEGURIDADE 0									
TOTAL - GERAL 2.699.697									

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20124 - SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
<b>0370 DESENVOLVIMENTO DA PESCA 1.209.000</b>									
PROJETOS									
20 602	0370 5520	IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO PARA REGISTRO DA ATIVIDADE PESQUEIRA							59.000
20 602	0370 5520 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA INFORMATIZADO PARA REGISTRO DA ATIVIDADE PESQUEIRA - NACIONAL	F	3	2	30	0	100	59.000
20 602	0370 7481	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA							1.150.000
20 602	0370 7481 0014	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - CONSTRUCAO DE ATRACADOURO PARA BARCOS DE PESCADORES ARTESANAIS - BIGUACU - SC (PRAIA JOAO ROSA)	F	4	2	40	0	100	150.000
20 602	0370 7481 0016	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - CONSTRUCAO DE ATRACADOURO PARA BARCOS DE PESCADORES ARTESANAIS - FLORIANOPOLIS - SC (BAIRRO DO ABRAAO)	F	4	2	40	0	100	50.000
20 602	0370 7481 0018	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - APOIO A MARICULTURA - ANGRA DOS REIS - RJ	F	4	2	40	0	100	100.000
20 602	0370 7481 0020	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - CONSTRUCAO DE FABRICA DE GELO PARA CONSERVACAO E COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DA PESCA - MANCIO LIMA - AC	F	4	2	40	0	100	80.000

20 602	0370 7481 0022	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - CONSTRUCAO DE FABRICA DE GELO PARA CONSERVACAO E COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DA PESCA - PLACIDO DE CASTRO - AC	F	4	2	40	0	100	80.000
									80.000
20 602	0370 7481 0024	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - CONSTRUCAO DE FABRICA DE GELO PARA CONSERVACAO E COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DA PESCA - RODRIGUES ALVES - AC	F	4	2	40	0	100	80.000
									80.000
20 602	0370 7481 0026	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - CONSTRUCAO DE FABRICA DE GELO PARA CONSERVACAO E COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DA PESCA - TARAUACA - AC	F	4	2	40	0	100	80.000
									80.000
20 602	0370 7481 0028	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - CONSTRUCAO DE FABRICA DE GELO PARA CONSERVACAO E COMERCIALIZACAO DE PROD. DA PESCA - MARECHAL THAUMATURGO - AC	F	4	2	40	0	100	80.000
									80.000
20 602	0370 7481 0030	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - CONSTRUCAO DE FABRICA DE GELO PARA CONSERVACAO E COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DA PESCA - PORTO WALTER - AC	F	4	2	40	0	100	80.000
									80.000
20 602	0370 7481 0032	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - ADAPTACAO DE REPRESAS PARA DESENVOLVIMENTO DA PISCICULTURA - VOLTA REDONDA - RJ	F	4	2	40	0	100	80.000
									120.000
20 602	0370 7481 0034	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA E PISCICULTURA - SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO - RJ	F	4	2	40	0	100	120.000
									50.000
20 602	0370 7481 0036	ESTIMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - DESENVOLVIMENTO DA PESCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA - CARACARAI - RR	F	4	2	40	0	100	50.000
									200.000

**0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA**

**1.780.000**

		PROJETOS							
20 602	0372 1685	<b>IMPLANTACAO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE CULTIVO E PROCESSAMENTO DE PRODUCAO AQUICOLA</b>							<b>1.580.000</b>
20 602	0372 1685 0001	IMPLANTACAO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS DE CULTIVO E PROCESSAMENTO DE PRODUCAO AQUICOLA - NACIONAL	F	4	2	30	0	100	980.000
			F	4	2	40	0	100	600.000
20 602	0372 7901	<b>ESTUDOS SOCIO-ECONOMICOS PARA DESENVOLVIMENTO DE CADEIAS AQUICOLAS</b>							<b>200.000</b>
20 602	0372 7901 0001	ESTUDOS SOCIO-ECONOMICOS PARA DESENVOLVIMENTO DE CADEIAS AQUICOLAS - NACIONAL	F	3	2	30	0	100	200.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>2.989.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>2.989.000</b>

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

UNIDADE : 20224 - AGENCIA NACIONAL DO CINEMA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0169		CINEMA, SOM E VIDEO							636.000
ATIVIDADES									
22 661	0169 2535	FOMENTO A INDUSTRIA CINEMATOGRAFICA E VIDEOFONOGRAFICA							636.000
22 661	0169 2535 0001	FOMENTO A INDUSTRIA CINEMATOGRAFICA E VIDEOFONOGRAFICA - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	636.000
TOTAL - FISCAL									636.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									636.000

ORGÃO : 35000 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

UNIDADE : 35101 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0682		DIVULGACAO DO BRASIL NO EXTERIOR							4.000.000
ATIVIDADES									
07 392	0682 2530	DIFUSAO DA LINGUA PORTUGUESA E DA CULTURA BRASILEIRA NO EXTERIOR							4.000.000
07 392	0682 2530 0001	DIFUSAO DA LINGUA PORTUGUESA E DA CULTURA BRASILEIRA NO EXTERIOR - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	4.000.000
0683		GESTAO DA POLITICA EXTERNA							339.000
OPERACOES ESPECIAIS									
07 392	0683 0537	CONTRIBUICAO AO CENTRO BRASILEIRO DE RELACOES INTERNACIONAIS							339.000
07 392	0683 0537 0001	CONTRIBUICAO AO CENTRO BRASILEIRO DE RELACOES INTERNACIONAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	339.000
TOTAL - FISCAL									4.339.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.339.000

ORGÃO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0999		RESERVA DE CONTINGENCIA							37.340.000
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							37.340.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	0	99	0	100	37.340.000
TOTAL - FISCAL									37.340.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									37.340.000

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 10.640, DE 14 DE JANEIRO DE 2003

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003.**

LEI Nº 10.524, DE 25 DE JULHO DE 2002

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2003 e dá outras providências.****SEÇÃO IV****Das Alterações da Lei Orçamentária e da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária**

Art. 61. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual, encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, preferencialmente, nas primeiras quinzenas de maio e outubro.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 10, III, desta lei.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias que tenham por fonte recursos de origem financeira deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

DECRETO Nº 4.591,  
DE 10 DE FEVEREIRO DE 2003

**Dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2003, e dá outras providências.**

Art. 8º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

DECRETO Nº 4.708, DE 28 DE MAIO DE 2003

**Altera os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, XII, XIII e XIV, e os arts. 1º e 7º do Decreto no 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, que dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2003, e dá outras providências.**

ANEXO X  
RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS  
FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL  
E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS – 2003

R\$ Bilhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN-AGO	JAN-DEZ
<b>1. Receita Total</b>	186,8	281,8
1.11 Administrada pela SRF	162,8	247,1
1.2 Receitas Não Administradas	22,8	33,0
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,1	1,7
<b>2. Transf. a Est. e Munic.</b>	39,7	58,1
2.1 FPE/FPM/IFI Est. Exp.	31,4	46,2
2.2 Demais	8,2	11,9
<b>3. Receita Líquida (I-II)</b>	147,1	223,6
<b>4. Despesas</b>	102,8	158,4
4.1 Pessoal	50,8	78,5
4.2 Outras Correntes e de Capital	52,0	79,9
4.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,1	1,7
4.4 Não Discricionárias	16,2	26,8
4.5 Discricionárias – LEJU + MPU	1,8	2,7
4.6 Discricionárias – Poder Executivo	33,0	48,7
<b>5. Resultado do Tesouro</b>	44,3	65,2
<b>6. Resultado da Previdência</b>	-13,4	-25,7
6.1 Arrecadação Líquida do INSS	49,5	81,5
6.2 Benefícios da Previdência	62,9	107,2
<b>7. Discrepância Estatística</b>	-0,4	-0,4
<b>8. Resultado Primário do OF e do OSS (5+6+7)</b>	30,5	39,1
<b>9. Resultado Primário das Empresas Estatais Federais</b>	5,3	11,2
<b>10. Resultado Primário do Governo Federal (8-9)</b>	35,9	50,3

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

**Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.**

**TÍTULO V**

**Dos Créditos Adicionais**

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)

*(À Comissão Mistas de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalizações)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do Projeto:

Até 9/7	– Publicação e distribuição de avulsos;
Até 17/7	– Prazo final para apresentação de emendas;
Até 22/7	– Publicação e distribuição de avulsos das emendas;
Até 1º/8	– Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes Avisos Tribunal de Contas da União:

– **Aviso nº 33, de 2003-CN** (nº 950-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 130, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento do relatório de gestão fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal do 2º quadrimestre de 2002 relativamente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

– **Aviso nº 34, de 2003-CN** (nº 1.132-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 727, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Decisão que o fundamentam, referente à auditoria realizada na construção da adutora do Italuís, no Estado do Maranhão (TC nº 004.920/2001-9);

– **Aviso nº 35, de 2003-CN** (nº 1.286-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 751, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à inspeção realizada junto ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS nas obras de construção e recuperação de infra-estrutura hídrica da Adutora do Oeste, no estado de Pernambuco (TC nº 008.072/2003-0);

– **Aviso nº 36, de 2003-CN** (nº 1.287-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 752, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção do Terminal de Contêineres no Cais do Caju (RJ) (TC nº 004.417/2003-2);

– **Aviso nº 37, de 2003-CN** (nº 1.294-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 753, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, relativo à auditoria realizada nas obras de implantação do sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte/MG, referente à Linha 1 do metrô, trecho São Gabriel – Via Norte (TC nº 004.630/2003-5);

– **Aviso nº 38, de 2003-CN** (nº 1.302-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 762, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins, compreendendo a execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, obras de artes correntes e especiais e serviços complementares na BR-080/GO, trecho Padre Bernardo – Uruaçu – São Miguel do Araguaia – Luiz Alves (TC nº 006.378/2002-3); e

– **Aviso nº 39, de 2003-CN** (nº 1.320-SGS-TCU/2003, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 757, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras relativas à Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado do Mato Grosso/Diamantino/Sapezal/Comodoro (TC nº 006.530/2003-9).

Os expedientes lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou tomando conhecimento da decisão louvável do Líder Tião Viana de convocar os Senadores, porque a presença é necessária e decorosa nessa fase de convocação extraordinária, como também o é ao longo do exercício legislativo todo.

Talvez seja uma hora boa para discutirmos o Regimento, o qual estabelece que um vigésimo dos Senadores abre a sessão. Uma interpretação benevolente contra o trabalho diz que são necessários quatro Senadores, três no plenário e um na Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – São necessários quatro Senadores no plenário e um na Mesa.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Uma interpretação a favor do trabalho significaria o Presidente e quatro Senadores no plenário, ou seja, arredondaríamos o número para cima, para cinco, a fim de exigirmos mais presença, ao invés de menos.

É despiendo, é inútil discutirmos isso e não pretendo levantar a sessão, pois aqui estamos, os Senadores Capiberibe, Tião Viana, Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> e eu próprio. No entanto, deveríamos jurisprudenciar para que não se abrisse a sessão com quatro Senadores, mas com cinco, porque quatro ponto alguma coisa levam a esse valor, já que não se pode esquartejar Senador. Assim, faríamos o arredondamento a favor do trabalho, ou seja, mais Senadores presentes nos obrigariam a respeitar cada vez mais a imagem que esta Casa deve ter perante as pessoas lá fora.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Senador Arthur Virgílio, a Mesa entende o seu apelo a toda a Casa, mas a tradição do Senado é iniciar a sessão com, no mínimo, quatro Senadores no plenário.

Não faço contradição ao apelo de V. Ex<sup>a</sup> para que mais Senadores estejam na Casa e que o arredondamento sempre deva ser para mais, pois entendo que esse é mais um chamamento aos Senadores para que estejam aqui.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Exatamente, e firmar que o arredondamento é para cima e não para baixo por ser a favor do trabalho, do decoro e do prestígio da nossa Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Com certeza. Sempre foi e o será. A sua recomendação sempre é bem vinda.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, do mesmo modo que o Senador Arthur Virgílio, quero testemunhar que a Mesa, dentro de suas responsabilidades e atribuições, tem sido uma presença permanente nas dependências do Senado Federal, em todas as atividades da Casa. V. Ex<sup>a</sup>, o Presidente Sarney ou os membros da Mesa do Senado estão sempre presentes nos momentos importantes da Casa e têm mostrado preocupação com o bom andamento das atividades parlamentares.

Fomos convocados pelo Presidente da República, com a anuência dos Presidentes do Senado e da Câmara, para o período de convocação extraordinária no mês de julho. Nos primeiros quatro dias de funcionamento do Senado, houve uma sessão deliberativa. Sei que existe um momento preparatório da agenda deliberativa, conforme acordo do Governo e do



Parlamento, para colocarmos em pauta matérias relevantes. Assumimos o compromisso formal com a reforma do Judiciário, e a Câmara, com as reformas tributária e da Previdência.

Sr. Presidente, a sociedade pode acompanhar em tempo real as atividades do Senado Federal e sei que V. Ex<sup>a</sup> se preocupa com esse assunto, pois já apresentou uma emenda, como Senador da República, tentando acabar com o recesso do mês de julho. Em 1997, o Senador Jader Barbalho apresentou matéria semelhante, que foi arquivada.

Chegou a hora de darmos uma resposta que signifique o que somos. Eu sou daqueles que acham que os Parlamentares trabalham muito. Todos os Senadores trabalham muito. Eu, pelo menos, trabalho no mínimo dez horas por dia nesta Casa. Nos finais de semana, quando vou ao meu Estado, estou em atividade de trabalho, assim como no mês de recesso.

Não quero denegrir a imagem de nenhum Parlamentar, mas o exemplo da presença em plenário, no mês de julho, é uma resposta à expectativa da sociedade de que venhamos, nesta Legislatura, nesta geração de políticos, a consolidar uma imagem positiva do Parlamento brasileiro.

Faço esta tentativa de contribuir com a Mesa, para que se possa chamar a atenção de todos os Senadores, a fim de que estejam presentes durante o período de convocação. Como Líder de um Bloco, já enviei manifestação a cada Senador pedindo atenção para essa prerrogativa e essa responsabilidade.

Esta não é uma crítica à Mesa, apenas uma contribuição, para que não sejamos alvo de uma decepção a mais da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Líder Tião Viana, esta Presidência entende que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo um chamamento a todos os Líderes para que também façam um chamamento aos seus comandados, para que eles estejam aqui de segunda a sexta-feira, como nós, normalmente.

A Mesa ainda informa que houve sessões não deliberativas nesta semana porque as matérias em pauta, conforme orientação do Presidente da República, estão ainda nas comissões.

Temos que manter sessões no plenário e também fazemos um apelo para que as comissões agilizem o seu procedimento e coloquem as matérias em plenário.

A Presidência e a Mesa entendem que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo um chamamento a todos os Senado-

res para que estejam aqui de segunda a sexta, de preferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Antes, porém, passo a palavra ao nobre Líder Arthur Virgílio, por cinco minutos, para uma comunicação, como Líder, de interesse partidário.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta é a **Mídia Impressa**, o boletim, distribuído a Senadores e Deputados, condensando as principais notícias daqueles que a Radiobrás considera os principais jornais do País.

Apresentei requerimento, ao lado de mais trinta e três Srs. Senadores, constituindo a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará a tensão no campo e, portanto, a ação – que, para mim, resvala para o criminoso – do chamado movimento dos sem-terra.

Discutiu-se se isso seria necessário ou não, critiquei bastante o que me pareceu uma permissividade contra o próprio Governo do Presidente Lula, com aquela simbologia, que considerei infeliz, do boné e trago já não mais a minha opinião, mas a dos jornais que a Radiobrás, como notei, situa como os principais do País.

Primeira página do jornal **O Globo**: “Governo agora ameaça força para pacificar o campo”, ou seja, acordou, já não é mais o bonezinho, é defender a lei e, por isso, louvo o Governo.

Editorial do jornal **O Globo**: “Desserviço”. Diz a matéria: “Ao curvar-se ao MST (não sou eu quem diz isso) Lula trabalhou contra o Governo.”

Primeira página da **Folha de S. Paulo** e segunda notícia mais importante: “PM reintegra a posse de área invadida há sete anos em Pernambuco.”

Em seguida: “Produtores reagirão a invasores, diz ruralista.”

Sr. Presidente, peço a inscrição de tudo isso nos Anais.

Há várias frases. Na **Folha de S. Paulo**: “Só Deus pára a reforma agrária, afirma o dirigente dos sem-terra”, quando ela já é feita há muito tempo, neste País, e tenho certeza de que o Presidente Lula quer lhe dar continuidade. Esse messianismo é o que aduba o comportamento ilegal, a menos que haja também financiamento dos que tenham interesse na atividade ilegal do MST, para paralisar os resultados da economia brasileira, a mal – não a bem – do próprio Governo Lula, que precisa de saldo de balança comercial para tocar os seus projetos econômicos.

Já o **Jornal do Brasil** traz, na primeira página: “Governo tem terras para assentar 400 mil famílias”. Subtítulo: “Senado aprova CPI para investigar MST com apoio de parlamentares da Base governista”.

Se há terras, creio que temos que acelerar os trabalhos, porque, segundo o próprio **Jornal do Brasil**, no seu editorial “Olho do furacão”, temos um quadro que não permite mais delongas.

O jornal **O Estado de S. Paulo** não traz como principal manchete a deflação em São Paulo, que nos permite exigir mais e mais a redução dos juros básicos da economia. Desta vez, a principal manchete é: “CPI do Senado vai investigar MST”.

Outras manchetes: “O Ministro da Justiça diz que será punido quem infringir a lei”; e “O Governo reage à repercussão do uso de boné do MST por Lula”. O Governo não pode reagir. As manifestações são legítimas, democráticas, da sociedade.

Ainda em **O Estado de S. Paulo**, João Mellão Neto diz, em sua coluna “Por causa de um boné”: “O Presidente afronta toda a população pacífica e cumpridora das leis neste País”. E Alckmin: “O boné que devemos vestir é o do Brasil”. Nessa notícia: “Senado aprova CPI para investigar MST”. E uma notícia muito boa e não inesperada – na verdade, esperada por mim: “Segundo o Líder Tião Viana, Governo não vai tentar barrar comissão”.

Novamente, em **O Estado de S. Paulo**: “Para líder rural, diálogo com Presidente está comprometido”. E ainda: “Procurador-Geral diz que invasão é crime intolerável. Recém-empossado, Fontelles diz que, assim agindo, MST perde legitimidade”.

No **Correio Braziliense**, Sr. Presidente, temos, como segunda nota principal, na primeira página: “Boné do MST ainda rende ataques ao Presidente”.

O **Valor Econômico** publicou, na primeira página, em uma de suas notas: “CPI dos sem-terra. A Mesa diretora do Senado aceitou o pedido de abertura de CPI para investigar as atividades do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, apresentado pelo PSDB”. Ainda na primeira página: “Investidor teme CPI do Banestado e MST”. O artigo é da jornalista Cláudia Safatle, e peço também que seja transcrito nos anais da Casa, junto com todas as matérias por mim aqui arroladas.

No jornal **Gazeta Mercantil**, temos a seguinte manchete: “Ministro Bastos adverte o MST e proprietários”, ou seja, a alegria do bonezinho foi substituída pelo sabor, talvez amargo, porém realista, da realidade, e a Oposição sente-se orgulhosa de ter chamado o Governo e o Presidente Lula a aterrissa-

rem, quem sabe, para o sabor amargo da realidade, mas, sem dúvida, para longe do reino fantasmagórico da fantasia.

No jornal **Zero Hora**, do Rio Grande do Sul, a primeira página diz que o Inter é bi-campeão gaúcho e, também, como matéria principal: “Senado aprova CPI para investigar MST”. Ainda no mesmo jornal: “As balizas da legalidade. Só a observância plena da lei pode dissipar as tensões no campo e reações pelo temor de descontrole”.

No jornal **Estado de Minas**: “Governo fala em usar força contra o MST”.

No **Diário de S. Paulo**: “Governo ameaça jogar duro com o MST e fazendeiros”.

A retórica do boné, que era realista e fantasiosa, deu lugar à retórica da realidade. Era isto que a Oposição queria, em defesa da economia brasileira, em defesa das exportações, em defesa da agricultura, em defesa dos saldos da balança comercial, em defesa da lei, em defesa da Constituição e em defesa da ordem.

Vem o jornal **Correio da Bahia**: “Ministro promete punir toda a violência no campo”.

Portanto, Sr. Presidente – sei que já estou entrando no meu tempo vermelho – agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela compreensão de sempre.

Não é do feito do PSDB apresentar pedidos de CPI por pedi-la, pura e simplesmente. Convencido de que devia instalar a CPI do Banestado, o PSDB virou um cricri, interpellando a Mesa sobre se haveria mesmo ou não reunião, pedindo aos Líderes para não deixarmos, de jeito algum, de instalar a CPI do Banestado naquele dia. E ela está funcionando. Se Deus quiser, vai funcionar bem. Se houver inocente, será apontado; se houver ladrão, será apanhado pela gola. Esta é uma das destinações que as pessoas de espírito republicano devem ter.

Por outro lado, a CPI de iniciativa do PSDB, essa do MST, não foi apresentada em vão. Apresentou-a responsabilmente, e, como se vê agora, respaldado na repercussão que a imprensa vem publicando, respaldado por toda a opinião pública nacional. Ou seja, o Brasil quer, exige, espera uma ampla investigação em cima de uma entidade que pode estar sendo financiada de fora para dentro com o fim de desestabilizar a nossa agricultura, que pode aqui dentro estar insistindo numa pregação delirantemente revolucionária de modo a complicar a governabilidade do próprio Presidente Lula. E todos temos interesse em garantir a governabilidade para o Presidente que foi eleito e, sem dúvida alguma, queremos o primado da Constituição, o primado do respeito à lei, o primado da ordem acima de quaisquer outras injunções.

Por isso, de consciência tranqüila, o PSDB aguarda aquilo que é o normal, que os líderes, em agosto, imediatamente cedam os nomes do seu partido para integrarem uma comissão que deve começar a funcionar imediatamente, a bem do Brasil. Não a bem da Oposição nem a bem do Governo, exclusivamente. A bem do Brasil, da sua economia, da sua construção e da sua lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.  
Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PROFESSORES PODE SER MANTIDA • PAGINA 10

**O GLOBO**

Fundador: IRINEU MARINHO

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2003 • ANO LXXVIII • Nº 25.534 • www.oglobo.com.br

Presidente: ROBERTO MARINHO

## Governo agora ameaça usar força para pacificar o campo

CPI investigará violência de sem-terra; Ciro diz que nem Lula controla MST

• Após a descontraída audiência do presidente Lula com líderes do MST, o governo anunciou ontem que poderá recorrer à força para conter ações de sem-terra e fazendeiros. "Para coibir invasões, se for preciso, o Estado fará uso de seu monopólio (da força)", disse o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça). José Dirceu reforçou: "Governo que aceita desrespeito à lei não é governo." O Senado instalou a CPI do MST, que poderá quebrar o sigilo de seus dirigentes. O ministro Ciro Gomes disse que ninguém controla o MST. Nem Lula. Páginas 3 a 8, Miriam Leitão e editorial "Desserviço"

### Só dá para 6 mil

• O governo só tem dinheiro para assentar seis mil famílias, apesar de prometer 60 mil e o MST pedir 120 mil. Página 5

## OPINIÃO

*Desserviço*

**L**uiz Inácio Lula da Silva dedicou-se, na quarta-feira, a trabalhar contra o próprio governo. Ao colocar o chapéu do MST na cabeça, despiu-se da faixa presidencial e voltou a subir no palanque da campanha eleitoral.

O mesmo movimento que, nos últimos dias, promoveu saques no Nordeste, acendeu o rastilho de um conflito armado no Sul e amplificou as tensões no interior de São Paulo, foi recebido no Palácio do Planalto com pompa e gentilezas, dessas que se fazem só a grandes amigos. No momento em que Lula adoçava a boca de companheiros do MST com biscoitos caseiros, o mesmo MST incorria em capítulos do Código Penal e atropelava a Constituição.

Assim como é compreensível vir a opinião pública a concluir que Lula rendeu-se ao movimento — não bastasse já ter entregue aos sem-terra o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra — também é fácil prever que os líderes do movimento usarão da mesma estratégia para continuar a conquistar favores do governo. Para ser recebido por um presidente afável e generoso, deflagrem-se saques e invasões pelo

país afora. Um tapete vermelho será estendido em Brasília.

Ao abrir mão do papel de mediador no conflito agrário, Lula recolocou alguns pontos de interrogação sobre o futuro do governo, que ele e sua equipe haviam conseguido afastar com o sensato discurso da profissão de fé no cumprimento dos contratos. Cumprir contratos não é apenas evitar calotes nas dívidas interna

e externa — como querem frações de sua base aliada. Também significa cumprir a lei.

A reforma agrária é um projeto do país. Mais de uma geração a defendeu. Muito já foi feito e, como sempre no Brasil, muito ainda é preciso fazer. Mas com respeito à Constituição.

Lula investiu contra o próprio governo

também por semear incertezas diante do setor mais dinâmico da economia hoje: a agricultura moderna, declarada inimiga pelos companheiros que o visitaram alegremente na quarta-feira. O presidente Lula errou, como erraria se tivesse feito o mesmo com a UDR.

Ele não deveria se esquecer — como já fez questão de enfatizar — que é presidente de todos os brasileiros.

**Ao curvar-se  
ao MST, Lula  
trabalhou  
contra o  
governo**



# FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, sexta-feira, 4 de julho de 2003

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO \* \* \* UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL \* ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 425 \* ANO 83 \* Nº 27.110 \* R\$ 2,20

## PM reintegra posse de área invadida há 7 anos em PE

A Polícia Militar de Pernambuco usou 385 homens para despejar os 1.500 sem-terra que invadiram há sete anos o engenho Prado, em Tracunhaém. Não houve confronto, mas três lavradores foram presos, dois deles acusados de porte ilegal de armas.

Na propriedade, os sem-terra, ligados à Comissão Pastoral da Terra, construíram 180 barracos e quatro igrejas e cultivavam lavouras e pomares.

O pedido de reintegração de posse foi feito em 1997, mas a liminar só foi concedida pela Justiça na terça-feira. **Pág. A6**

A oposição conseguiu assinaturas para instaurar CPI no Senado para investigar ações do MST. **Pág. A5**

# Produtores reagirão a invasores, diz ruralista

DA AGÊNCIA FOLHA

O presidente do Sinapro (Sindicato Nacional dos Produtores), Narciso Rocha Clara, 47, desafiou ontem o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a cumprir determinações judiciais de reintegração de posse, em vez “de pensar que pode desarmar os proprietários rurais”.

Segundo o presidente do Sinapro, o governo federal, por meio da Polícia Federal, não tem “aparato físico ou operacional para desarmar os proprietários rurais, em todo o território nacional, que irão reagir aos invasores criminosos dos sem-terra”.

Rocha Clara disse que existem 338 mandados de reintegração de posse em 22 Estados, que não são cumpridos “porque os governadores estão seguindo o presidente Lula e afrontando o Judiciário”.

Para Clara, que anunciou o pro-

cesso de organização do Partido Ruralista Brasileiro na última semana, o governo federal fala em desarmar os fazendeiros, “mas não busca as armas que existem nos acampamentos do MST, em um protecionismo amplo e explícito aos criminosos invasores”.

Clara aproveitou para criticar líderes ruralistas como Antônio Ernesto de Salvo, 69, presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), seu desafeto, que afirmou anteontem à Agência Folha ter ficado frustrado com a recepção “amistosa” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao MST em Brasília.

“Acho estranho que políticos e pseudolideranças rurais tenham se surpreendido com o fato de o presidente colocar o boné do MST. Será que eles não sabem que Lula é o mais importante militante do MST?”

(JOSÉ MASCHIO)

# “Só Deus pára a reforma agrária”, afirma dirigente dos sem-terra

RUBENS VALENTE

DA REPORTAGEM LOCAL

Parafrazeando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, João Paulo Rodrigues, 23, da direção nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), disse ontem que a reforma agrária só será impedida por força divina. “Como diz Lula, só Deus para parar um programa de reforma agrária sério no país”, disse Rodrigues.

O líder do MST se referia às denúncias de formação de milícias armadas por fazendeiros em diversos Estados. “Não tem conflito que possa parar a reforma agrária no Brasil, não tem latifúndio que possa tentar impedir.”

Segundo Rodrigues, os líderes do MST pediram ao presidente Lula, no encontro de anteontem no Palácio do Planalto, que determinasse à Polícia Federal uma investigação sobre milícias e uso de armas contrabandeadas pelas fazendas. “A polícia já está acompanhando [o assunto]”, afirmou Rodrigues.

O líder do MST demonstrou otimismo em relação ao governo federal: “A conjuntura é muito favorável à reforma agrária. O lati-

fúndio já percebeu que está isolado”. Para ele, essa confiança em Lula também permanece entre os trabalhadores rurais sem terra que estão acampados. “De um modo geral, o povo ainda está na linha da confiança”.

Rodrigues ressaltou, no entanto, que “não se pode abusar da paciência, há medidas que devem ser tomadas imediatamente”. O líder do MST disse que a expectativa do grupo é que o governo Lula “deva fazer vários assentamentos no segundo semestre”.

O líder do MST disse ser de 90 mil o número de famílias acampadas em todo o país. Dessas, 30 mil teriam aderido ao grupo a partir da posse de Lula, e o restante vive “há mais de dois anos” nos acampamentos. Indagado sobre o número de assentamentos reivin-

dicados pelo MST para 2003, Rodrigues explicou: “Qualquer número que seja próximo disso [90 mil]. Esse é o mínimo. Mas nós não vamos bater em números agora, nós queremos que sejam assentadas as famílias acampadas, o que é um compromisso de campanha de Lula”.

Rodrigues afirmou que “não é papel de um movimento social” apontar de onde sairá o dinheiro para a realização dos assentamentos. “É questão de [o governo] estabelecer prioridades”. Mas apontou suposta falta de recursos em 2003: “Neste ano o governo está sem orçamento. Mas nós estamos confiantes de que a economia vá crescer no segundo semestre e, assim, poderemos ter recursos disponíveis para fazer a reforma agrária com tranquilidade”.

# JORNAL DO BRASIL

www.jb.com.br

ANO 113 N° 87

RIO DE JANEIRO ☆ SEXTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2003

## Governo tem terras para assentar 400 mil famílias

Senado aprova CPI para investigar MST com apoio de parlamentares da base governista

As terras da União são suficientes para 400 mil famílias, ou mais de três vezes o número dos sem-terra acampados à espera de certidões de posse. As terras atenderiam a 40% da demanda. A estimativa é da ouvidora agrária Maria Oliveira. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Maria garantiu que só em Mato Grosso o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem 1 milhão de hectares registrados no nome do órgão e prontos para utilização. Outras terras estão sendo mapeadas para desapropriação.

— Essas terras podem ser usadas imediatamente para assentamentos. Mas estão ocupadas por grandes fazendeiros que detêm o poder no Estado — acredita Maria.

O Senado decidiu criar uma CPI para investigar as invasões do MST e de que modo o movimento é financiado. A decisão atendeu a um pedido do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, e teve o apoio de parlamentares governistas. PÁGS. A3 E A4



## SEM-TERRA

# Olho do Furacão

**E**nquanto dirigentes do Movimento dos Sem Terra eram recebidos pelo presidente da República, em diferentes pontos do país aceleravam-se os saques e invasões de repartições públicas. A tolerância do Palácio do Planalto e as cenas de violência por conta do MST, porém, não se harmonizaram. O governo entendeu que receber dirigentes rurais não cria compromisso, mas não evita julgamento severo e apreensões.

Lula não pediu trégua nas invasões mas lembrou que o desrespeito à lei não serve ao governo nem à reforma agrária.

– Ao governo cabe fazer cumprir as leis e as regras –, sentenciou Miguel Rossetto, ministro Desenvolvimento Agrário. Gilmar Mauro (MST) confirmou que não foi cogitada a trégua nas invasões e o governo comprometeu-se com a reforma agrária.

Cresce dentro do governo o

temor pelos 30 mil recrutados que estão fora de controle do movimento. As áreas de risco estão em Alagoas, Pernambuco, Pará e Paraná. João Pedro Stédile garante que os saques vão continuar. São problemas localizados.

A temperatura política elevada ericou os temores rurais no interior do país. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, protocolou pedido com 35 assinaturas para a criação de CPI sobre invasões de propriedades. E o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, anunciou a posição do governo: “Qualquer ato que infrinja ou transgrida as leis brasileiras será punido fortemente”, sejam fazendeiros ou sem-terra.

Se esta é realmente a decisão do governo, tudo passa a depender da aplicação. Pelo dito e ouvido, não faltará oportunidade. Os dirigentes do MST saíram do planalto e avisaram que as invasões vão continuar.

SP, RJ, MG, PR e SC:  
R\$ 2,20  
Demais Estados: ver  
tabela na página A4  
★ Edição em 21h,35

# O ESTADO DE S. PAULO

RUY MESQUITA  
Diretor-responsável

Julio Mesquita (1891-1927) Julio de Mesquita Filho (1927-1969) ANO 128 SEXTA-FEIRA Nº 40071 SÃO PAULO, 4 DE JULHO DE 2003 Francisco Mesquita (1927-1969) Julio de Mesquita Neto (1969-1994)

## CPI do Senado vai investigar MST

■ *Governo reage à repercussão do uso de boné do MST por Lula*

■ *Ministro da Justiça diz que "será punido" quem infringir a lei*

■ *Dirceu garante que o governo será rigoroso em caso de conflitos*

O Senado criou ontem uma CPI para investigar, em até 180 dias, "as sucessivas e violentas invasões e os saques do MST". O próximo passo é a indicação dos nomes dos integrantes; os trabalhos só devem começar em agosto. O líder do governo, Tião Viana (PT-AC), garantiu que o Planalto não tentará barrar o trabalho da CPI, embora diga que o MST não precisa de investigação. O governo reagiu à repercussão negativa criada pela cordialidade na reunião de anteontem do presidente Luís Inácio Lula da Silva com dirigentes do MST. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse que "será punido" quem infringir a lei, referindo-se a invasões e possíveis reações de fazendeiros. José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil, disse que o governo será rigoroso. José Rainha, líder do MST, passou ontem a defender diálogo com o governo e fazendeiros. **Págs. A4 a A7**



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.  
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica  
Presidência da República

JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	04	Julho/2003	ESPAÇO ABERTO	A	2

## JOÃO MELLÃO NETO

### Por causa de um boné

Só há uma maneira de não contrariar um tigre. É deixar-se devorar.

“Por falta de um prego, perdeu-se uma ferradura. Por falta de uma ferradura, perdeu-se um cavalo. Por falta de um cavalo, perdeu-se um cavaleiro. Por falta de um cavaleiro, per-

**O presidente afronta toda a população pacífica e cumpridora das leis deste país**

deu-se uma mensagem. Por falta de uma mensagem, perdeu-se uma batalha. Por falta de uma batalha, perdeu-se um reino. Tudo por falta de um prego.” Esse poema, *O Prego*, fez grande sucesso no século 17. Procurava mostrar como pequenos detalhes podem ser decisivos na história dos povos. Nos dias de hoje, no Brasil, ele bem poderia ser adaptado, substituindo o prego por um boné.

O presidente Lula, em palácio, numa audiência formal, esqueceu-se de sua condição de supremo magistrado da Nação e, sem a menor cerimônia, vestiu o boné do MST. Talvez ele não se tenha dado conta da gravidade e das previsíveis consequências do seu ato. O que, para ele, não foi mais do que um gesto fortuito e espontâneo, na verdade chocou profundamente a sociedade brasileira. Lula parece que, por vezes, se esquece de que não é mais o bravateiro militante das oposições; de que hoje ele é o governante de 170 milhões de brasileiros; de que esse povo presta cuidadosa atenção a todos os seus gestos e palavras; e de que o seu maior compromisso, dia após dia reiterado, é com o império da lei e da ordem.

Lei e ordem? Que bobagem, dirão alguns. Isso não passa de um slogan direitista.

Não é. Não há poder, não há governo, na história universal, que não tenha alicerçado a sua autoridade sobre esses dois princípios. O desprezo pelas leis, a promoção da desordem podem ser eficientes instrumen-

tos para a derrubada de um governo e para a tomada do poder. Uma vez conseguido isso, mesmo o mais rebelde e revolucionário dos governantes, no ato seguinte, tratou de consolidar a sua conquista pela imposição de leis e pela mais restrita obediência à ordem. Aqueles que ignoraram tais imperativos tiveram vida curta. Acabaram devorados pelos próprios monstros que criaram. Se “lei e ordem” valem até para as mais ferozes ditaduras, de esquerda ou de direita, de maior importância se revestem quando o que se pretende é um governo democrático. A anomia, a ausência total de regras ou de autoridade, é a ante-sala do caos social. A liberdade não se firma sem que haja um prévio ordenamento. A paz e a segurança não se estabelecem sem que haja um mínimo de autoridade. Isso vale para qualquer regime. Menos, talvez, ao que o senhor Lula preconiza. Ou, pelo menos, sinaliza ao vestir, despuadoradamente, o tal do boné.

Não se trata de um boné qualquer. Ele é vermelho, como o sangue, e traz em sua frente as insígnias do famigerado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Não

são poucos os brasileiros que tiveram a triste oportunidade de saber o que ele significa. Significa invasões de propriedades, depredações, esbulhos, saques, cárceres privados, enfim, nada que guarde a menor relação com os princípios da lei e da ordem. É Lula, aquele que deveria ser o primeiro guardião desses postulados, sem mais nem menos, consente em vestir o seu boné. Qual é a mensagem explicitada por tal gesto? A de que ele concorda com as atitudes do MST. Vestir o boné, entre outras coisas, quer dizer: “Vejam! Eu sou um de vocês!”

Talvez o Lula do ano passado pense realmente assim. Mas o Lula de 2003 não pode fazê-lo. Já no dia 1.º de janeiro ele jurou solenemente cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis do nosso país, condição primeira para que pudesse, a seguir, assumir a Presidência da República. Ora, o MST desobedece à Constituição e agride frontalmente as leis. O Lula de ontem, cidadão comum, podia dar-se ao luxo de ser amigo do MST. Já o Lula de hoje, que preside todos – sim, todos – os brasileiros, não tem esse direito.

A sua esperada isenção já foi comprometida ao nomear o senhor Miguel Rosseto, notório simpatizante do MST, para dirigir o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Teria sido mais digno se não tomasse partido, indicando alguém neutro para a pasta. Qual não foi o espanto quando o senhor Rosseto, sem o menor prurido, tratou de indicar lideranças emessetistas para dirigir as sedes regionais do Incra. Lula, o supramo magistrado, silenciou ante tamanho despautério. O MST retribuiu a sua infantil gentileza promovendo as maiores invasões e tumultos de toda a sua história.

Como não há mais, no Brasil, latifúndios improdutivos para invadir nem sem-terra genuínos para aliciar, o movimento mudou a sua prática e o seu discurso. Invade e depreda propriedades produtivas, promove aruaças e saques nas áreas urbanas e alicia quadros nas periferias das cidades, transformando em sem-terra pessoas que jamais tiveram contato com a terra. No que tange ao discurso, não se fala mais em combater os latifúndios improdutivos, mas tão simplesmente em combater os latifúndios, independentemente do fato de serem produtivos ou não. E isso não basta. O MST, agora, deseja terras em regiões ricas, onde os atuais proprietários lograram, durante décadas e a muito custo, construir uma infra-estrutura de primeira linha.

Os assentamentos já realizados vão de mal a pior. São, em boa parte, verdadeiras favelas rurais, onde a fonte principal de alimento continua a ser a cesta básica doada pelo governo. Mas isso não tem importância. Diversificam-se os objetivos. Agora se criam tumultos por causa do preço do pedágio e também se destroem lavouras transgênicas. O show tem de continuar.

Quanto ao presidente Lula, este nada faz. Pior: com a maior desfaçatez, ainda consente em vestir o boné do MST, afrontando toda a população pacífica e cumpridora das leis deste país.

Lula, ingenuamente, acredita que, ao jogar bifés aos tigres, eles se tornarão vegetarianos. Bobagem. Devoraram os bifés, as leis e, por fim, a própria legitimidade do presidente.

■ João Mellão Neto é jornalista  
E-mail: j.mellao@uol.com.br  
Site: www.mellao.com.br



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.  
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica  
Presidência da República

JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	04	Julho/2003	NOTAS E INFORMAÇÕES	A	3

## Rendição incondicional

O presidente Lula pode ter ficado com o boné do MST na cabeça por não mais do que alguns segundos, ao receber no Planalto os 27 coordenadores nacionais da organização, na quarta-feira. Se continuasse com ele durante as duas horas inteiras da reunião, não faria a menor diferença. O gesto apenas condensou, no plano simbólico, uma realidade impossível de encobrir e cujos desdobramentos potencialmente desastrosos também é impossível exagerar. A realidade é a rendição incondicional do governo a um movimento que, sob a inspiração de um guevarismo exumado, pretende revolucionar – o verbo é esse, no sentido mais pleno – a economia rural brasileira, ponto de partida de um projeto de transformação radical do sistema de propriedade do País.

Pouco importa que os fins do MST configurem um caso clínico de patologia política. O mesmo não se pode dizer de seus meios – que, para todos os efeitos práticos, o presidente avalizou, ao não se dar conta de que está querendo acabar com um incêndio lançando gasolina sobre as chamas. Para os líderes dessa organização que espertamente se recusa a adquirir personalidade jurídica, a fim de não ter de responder por suas violências, a intensidade cada vez maior das labaredas é o resultado esperado e bem-vindo de uma estratégia racional. Já o governo age na contramão do que ele próprio reconhece existir – as tensões prontas a rebentar no campo, em lugares tão diversos do território como Pará e Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, Pernambuco e São Paulo, onde não falta praticamente nada para o derramamento de sangue que o MST tanto almeja.

A incoerência literalmente letal, ao que tudo indica, do Planalto é clara como o dia. De um lado, ao confraternizar, negociar e temporizar com a direção desse autêntico partido revolucionário, o presidente, querendo ou não, concedeu-lhe, mais do que legitimidade, um salvo-conduto para a baderna. De outro, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, ao desmentir a intenção de pedir uma “trégua” ao MST, observou, que, no estado de direito, em vez de tutelar os movimentos civis, “ao governo cabe fazer cumprir a lei e as regras”. O comentário é tão irrepreensível como inequívoco é o fato de que o seu autor é nada menos do que o cavalo de Tróia do

MST no governo, tendo transformado o Incruma numa sucursal desse “movimento civil”.

O instituto transformou em letra morta a única tentativa substancial do governo Fernando Henrique de afrontar os emesetistas – a lei que exclui da eventual desapropriação pa-

ra fins de reforma agrária as terras invadidas. O antecessor de Lula, é bom que se diga, também cedeu sistematicamente ao MST. A única diferença de lá para cá está na atitude da organização diante do Executivo. Antes, o presidente era um inimigo, e as ocupações de propriedades, que culminaram com a humilhante tomada de uma fazenda de que é sócio em Minas Gerais, também se destinavam

confessadamente a infernizar-lhe o mandato. Agora, o presidente é um “companheiro”, e as invasões – como afirma d. Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra – têm o propósito igualmente assumido de ajudá-lo a resolver os problemas no campo, isto é, levá-lo a adotar as políticas para o setor rural do agrado do MST.

Às vezes, mas não sempre, Lula transmite a impressão de saber que não há nenhum “problema no campo” de natureza econômica. O agronegócio brasileiro é um sucesso reconhecido no mundo. A sua modernização, nos últimos 30 anos, foi de tirar o fôlego. Graças a isso, o preço dos alimentos caiu em termos reais a tal ponto que poupou da fome “africana” a parcela da população que figura nas estatísticas como vivendo abaixo da linha da pobreza. Nessa perspectiva, a reforma agrária é um falso problema e um fundamento falso para a retórica dos Stédiles e Rainhas. O problema verdadeiro no mundo rural do Brasil é exclusivamente social, e em nenhuma hipótese poderá ser resolvido da forma que o MST apregoa e o presidente da República implicitamente endossa.

A única certeza é a escalada da violência, prometida pelo “filósofo” do emesetismo, João Pedro Stédile, ao festejar o sucesso do encontro que ia “brindar com cachaça de Minas”. Dada a omissão do go-

**Na prática, a  
mais alta  
autoridade do  
País avalizou  
as ações  
ilegais do MST**



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.  
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica  
Presidência da República

JORNAL

**O ESTADO DE S. PAULO**

DIA

**04**

MÊS/ANO

**Julho/2003**

EDITORIA

NOTAS E INFORMAÇÕES

CADERNO

**A**

PÁGINA

**3-A**

verno federal em face dos saques e invasões – que equivale a uma licença para delinquir –, fazem o que lhes faculta a lei civil os produtores rurais que contratam seguranças particulares para defender as suas propriedades ameaçadas. Eles agem exatamente como os cidadãos que podem pagar a empresas do ramo por aquilo que o Estado deixou de prover – a proteção dos seus bens e dos seus familiares contra o banditismo desabrido. Com a agravante de que, no campo, o governo não poderá fugir à responsabilidade pela tragédia que se anuncia.

## A ofensiva andina

**D**urante a solenidade de abertura da 14.ª Reunião de Cúpula da Comunidade Andina de Nações, realizada na Colômbia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente convidado para o encontro, anunciou que pretende estabelecer uma zona de livre comércio entre o bloco andino e o Mercosul até o final do ano. Trata-se de uma meta ambiciosa, pois as negociações entre os dois blocos se arrastam há anos e pelo menos três países andinos – Colômbia, Equador e Venezuela – enfrentam crises internas graves que podem retardar tanto a assinatura do tratado de livre comércio como a sua implementação. Mas, se a meta é ambiciosa, é também essencial para que se cumpra o projeto brasileiro de transformar a América do Sul numa grande área de livre comércio e, mais importante que isso, numa voz única nas conversações para a criação da Alca.

Para cumprir o cronograma estabelecido pelo presidente Lula, os diplomatas brasileiros terão de acelerar as tratativas – emperradas principalmente pelas dificuldades de definir as listas de preferências tarifárias e suas exceções –, antes convencendo as chancelarias dos paí-

ses andinos de que a integração renderá mais dividendos políticos se for feita agora. Deverá ajudar, nessa tarefa de convencimento, o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter esclarecido os presidentes andinos de que o governo brasileiro não obstruirá os trabalhos da Alca, ainda que tenha ressalvado que as negociações poderão chegar a um impasse, se os Estados Unidos “não se mostram dispostos a abrir seu mercado a produtos de interesse do Brasil e de seus sócios”.

Os países andinos têm na criação da Alca um interesse maior que o demonstrado pelo Brasil. Os chamados países caleros recebem de Washington um tratamento tarifário especial, como parte da ajuda para o combate ao narcotráfico. Mas essas preferências têm de ser renovadas periodicamente e o Congresso norte-americano tem demonstrado uma má vontade crescente em favorecer o comércio com a região. Os países andinos creem que a criação da Alca produziria, para eles, os mesmos efeitos práticos das preferências renováveis anualmente, sem os inconvenientes de complicadas negociações no Capitólio, sobre as quais pouco podem influir.

Dos cinco países da região, é com a Venezuela que estão mais adiantadas as conversações. Há dois anos, diante da desaceleração das negociações, chegou-se a cogitar da assinatura de um acordo entre o Mercosul e a Venezuela, ficando para a segunda etapa a Bolívia, Equador, Colômbia e Peru. Na reunião de cúpula de Carmen del Viboral, o presidente Lula lembrou que nos próximos dias representantes do Brasil e da Venezuela discutirão projetos comuns de infra-estrutura e, em agosto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) realizará um seminário para discutir o financiamento desses projetos.


O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretendeu, com isso, demonstrar que seu compromisso com a integração física da América do Sul não é apenas retórico. Em entrevista publicada domingo no Estado, seu assessor especial para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, salientou que “o BNDES está fazendo o possível e o impossível para im-

plementar a política externa”, certamente querendo dizer que o banco de fomento está apoiando o trabalho do Itamaraty. Além dos projetos com a Venezuela, o BNDES estuda a concessão de financiamentos para obras de infra-estrutura no Peru e na Bolívia. O problema é que o orçamento do banco não suporta, além das demandas domésticas, o financiamento de lances de política externa.

Por enquanto, parte da política regional do presidente Lula tem

se baseado em promessas de ajuda concreta a países vizinhos. Mas a influência do Brasil não se limita ao tamanho do cofre do BNDES. Os formuladores da política externa precisam se lembrar que o prestígio e a liderança até agora acumulados são de natureza política – e isso deve ser preservado. Afinal, não foi pelo montante da ajuda brasileira ao exterior, e sim pelo reconhecimento implícito do papel de liderança que o Brasil exerce sobre seus vizinhos que o presidente Bush recebeu Lula na Casa Branca.

**Os países andinos têm mais interesse na formação da Alca do que o Brasil**

 <b>RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.</b> Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica Presidência da República					
JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
<b>O ESTADO DE S. PAULO</b>	<b>04</b>	<b>Julho/2003</b>	<b>NACIONAL</b>	<b>A</b>	<b>115/6</b>

QUESTÃO AGRÁRIA

## Alckmin: 'O boné que devemos vestir é o do Brasil'

ALEXANDRA PENHALVER  
e ANA PAULA SCINOCCA

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou ontem que o Brasil precisa usar o "boné do desenvolvimento". Foi uma reação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que anteontem colocou o boné vermelho do Movimento dos Sem-Terra (MST) durante encontro com 27 líderes, em Brasília.

"O boné que todos devemos vestir é o do Brasil, que significa desenvolvimento. E não há desenvolvimento se não tivermos paz no campo", reforçou. O governador evitou, porém, se estender sobre a atitude do presidente: "Ele é quem deve responder sobre o que o motivou."

O governador ressaltou que não aceitará invasões, saques nem atos violentos. "Isso é inaceitável. Temos de viver no País da legalidade." Para ele, é preciso paz no campo para que as regiões agrícolas possam se desenvolver e gerar empregos. "Não há hipótese de ser tolerada violência: nem do MST, nem dos produtores rurais."

Alckmin garantiu que o Pontal do Paranapanema tem segurança reforçada e a polícia vai se concentrar na apreensão de armas ilegais. O Estado revelou ontem que fazendeiros organizaram milícias fortemente armadas para proteger suas propriedades. Algumas usam armas de uso restrito das Forças Armadas, como o fuzil AR-15.

Alckmin reforçou ainda pedido para que o Ministério Público Estadual instaure inquéritos e apure a incitação à violência e ocupação de áreas públicas no Pontal. O secretário da Justiça, Alexandre de Moraes, denunciou que pessoas estranhas aos movimentos sociais estariam estimulando as ocupações na região do Pontal, oferecendo cesta básica e até dinheiro para as famílias que aderirem às invasões de terras.

**Convênio** - O governador anunciou que na próxima semana assinará convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a liberação de R\$ 36 milhões, a serem usados na reforma agrária no Estado.

QUESTÃO AGRÁRIA

## Senado aprova CPI para investigar MST

*Segundo o líder Tião Viana, governo não vai tentar barrar comissão*

ROSA COSTA

**B**RASÍLIA - O líder do bloco governista no Senado, Tião Viana (PT-AC), garantiu ontem que o governo não tentará impedir a criação, no Senado, de uma CPI para investigar supostas irregularidades e abusos do Movimento dos Sem-Terra (MST) nas ocupações de terras no País. Embora diga que o MST precisa "é de diálogo e de ajuste e não de investigação", o líder petista comprometeu-se a indicar na semana que vem os senadores que representarão o PT na CPI proposta pelo líder tucano senador Arthur Virgílio (AM).

O requerimento de criação da CPI do MST, apoiado por 34 senadores, foi lido ontem no plenário.

Mesmo garantindo que petistas e governo não vão tentar boicotar a nova CPI, o líder Tião Viana não disfar-

çou sua insatisfação e insinuou estar diante de uma saída encontrada pelos tucanos em represália à CPI do Banestado. "O PFL e o PSDB ainda não encontraram o eixo para fazer oposição", alega.

**Próximo passo** - A leitura do requerimento da CPI significa, na prática, que a comissão já está criada. O próximo passo depende de os líderes indicarem o nome do 11 titulares e dos 6 suplentes que, no prazo de 180 dias, investigarão, entre outras coisas, "as sucessivas e violentas invasões e os saques do MST". Como não está prevista na lista de matérias da convocação extraordinária, a comissão só será instalada em agosto.

Até já, o senador Arthur Virgílio acredita que os senadores terão relacionados os principais pontos que deverão ser levantados e questionados na CPI sobre as atividades do MST. Cita, entre eles, a origem dos recursos utilizados pelo movimento em suas ações por todo País, além dos estragos feitos em

áreas produtivas do País.

O líder do bloco governista no Senado prevê que a quebra do sigilo bancário dos dirigentes e da entidade responderá a uma série de indagações sobre o seu funcionamento. Ele adiantou que não se deterá diante de eventuais pedidos de investigações de fatos ocorridos no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. "Eu serei o primeiro a assinar", garantiu.

"O governo precisa ter em mente que essa CPI não quer prejudicar ninguém e, sim, descobrir dados que intrigam a todo o País", afirmou.

Ele disse que conversou com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e que ele não se manifestou contrário à iniciativa. Sobre a possibilidade do governo obrigar seus aliados do PMDB a retirar as assinaturas de apoio, alega que somente o apoio de seu partido e o PFL são suficientes para levar a iniciativa adiante.

**Assinaturas** - O líder do PMDB, Renan Calheiros



RÁDIOBRAS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.  
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica  
Presidência da República

JORNAL

O ESTADO DE S. PAULO

DIA

04

MÊS/ANO

Julho/2003

EDITORIA

NACIONAL

CADERNO

A

PÁGINA

43

## Para líder rural, diálogo com presidente está comprometido

*Presidente da SRB diz que encontro Lula-MST provocou 'frustração e raiva'*

ROLDÃO ARRUDA

**T**odo o esforço que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez para aproximar-se dos grandes proprietários rurais, durante a campanha para a Presidência e nos primeiros meses de governo, ruíu quase inteiramente após a reunião com as lideranças do MST, na quarta-feira. Quem o diz é o presidente de uma das mais tradicionais entidades do setor, a Sociedade Rural Brasileira, para quem as imagens mostrando a intimidade de Lula com os líderes dos sem terra tiveram um enorme impacto negativo.

"Nas conversas que tive com proprietários rurais de várias partes do País só ouvi manifestações de preocupação, de frustração e de raiva", disse João Sampaio. "A impressão é de que Lula se comportou mais como o antigo líder sindi-

cal do que como presidente."

Na conflituosa região do Pontal do Paranapanema, interior de São Paulo, o presidente do Sindicato Rural de Presidente Venceslau, Almir Soriano, deu a entender que antigos temores dos proprietários em relação ao presidente foram reavivados: "Lula foi autêntico no encontro. Mostrou que faz parte da cozinha do MST, um movimento abertamente revolucionário e de esquerda."

Em Campo Grande, na sede do Movimento Nacional dos Produtores (MNP), braço da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) na área fundiária, o líder ruralista João Bosco Leal disse que a impressão reinante é a de que Lula fez a opção por um setor da sociedade em detrimento de outro. "O setor produtivo se sentiu desrespeitado ao ver a confraternização do presidente da República com represen-


tantes de uma organização criminosa que organiza invasões e saques."

**Intimidade** - Na opinião do presidente da Rural, o fato de o presidente ter usado o boné do MST não foi a questão mais relevante. Afinal, Lula já envergou coletes, chapéus e outros adereços de organizações ruralistas em feiras e exposições agropecuárias. O problema foi a intimidade que demonstrou com os sem-terra, ignorando o destaque que eles têm tido no noticiário como responsáveis por ações ilegais. "Ele deveria ter sido no mínimo mais formal, ter tido mais compostura."

Sampaio lembrou que, semanas atrás, ao receber um grupo de usineiros

que insistiam em elevar os preços do álcool e do açúcar, o presidente não brincou e mostrou firmeza. Com o MST, no entanto, deu a impressão de que irá atender às suas reivindicações, o que é impossível, segundo o ruralista. "Ao dar esperança a essa gente, sem ter condições de cumpri-las, ele só contribuiu para piorar a situação."

**LULA**  
**'MOSTROU SER**  
**DA COZINHA**  
**DO MST'**

 <b>RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.</b> Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica Presidência da República						
JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA	
<b>O ESTADO DE S. PAULO</b>	<b>04</b>	<b>Julho/2003</b>	<b>NACIONAL</b>	<b>A</b>	<b>42</b>	

## Procurador-geral diz que invasão é crime intolerável

*Recém-empossado, Fonteles diz que assim agindo MST 'perde legitimidade'*

MARIÂNGELA GALLUCCI

**B**RASÍLIA – Três dias após ter sido empossado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como chefe do Ministério Público Federal, o novo procurador-geral da República, Cláudio Lemos Fonteles, condenou as invasões a órgãos públicos e fazendas produtivas por integrantes do MST.

Especializado na área penal, Fonteles disse ontem que esse tipo de procedimento é intolerável e criminoso.

“É crime invadir prédios públicos, residências, beber uísque e ver televisão”, disse Fonteles, numa referência a episódios ocorridos quando um grupo de sem-terra ocupou a fazenda da família do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis (MG). “É danificar propriedade alheia, seja ela privada ou pública. Aí, perde-se a seriedade e a legitimidade.” Ligado à Igreja católica, o franciscano Fonteles

afirmou que o movimento de luta pela terra ganha legitimidade à medida que assume seus atos “de forma ordeira, responsável e correta”. Ele ressaltou que, em regiões onde há latifúndios e a terra é usada para especulação, as invasões são legítimas e legais: “A Constituição diz isso. O papa diz, em documentos, que pesa uma hipoteca social.”

**Não à repressão** – Em artigo redigido recentemente sob o título “A fome não faz de famintos, criminosos”, Fonteles afirmou que não está na repressão a solução para os saques de alimentos ocorridos em regiões onde não há o que comer – como nas áreas secas do Nordeste: “Só o absolutamente insensível, o perenemente espoliador, o ser absolutizado no egoísmo avassalador e total indica a solução repressivo-penal para tal quadro.” A repressão policial, segundo o artigo assinado por Fonteles, não resolve o problema nem mesmo quando há vinculação dos invasores ao MST.

O procurador-geral conclui que o problema não será resolvido com a repressão, “mas no desafio de quebrar seculares estruturas regionais de gritante injustiça social”. Dentre as iniciativas sugeridas por Fonteles, estão a reforma agrária com a desapropriação de latifúndios improdutivos, a instituição de planos de educação e saúde nessas áreas e a implantação de sistemas de irrigação.



SEXTA-FEIRA  
Brasília, Distrito Federal,  
4 de julho de 2003  
www.correiobraziliense.com.br

# CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE  
Número 14.656  
R\$ 1,70 - 78 páginas

LONDREZ, 1988. REVOLUTO JOSÉ DA COSTA BRASILEIA, PROGRESSO OAVTALUBAIND

**SEM-TERRA**

## Boné do MST ainda rende ataques ao presidente

Líderes do PSDB e do PFL aumentam ataques ao presidente por causa do encontro de Lula com integrantes do MST no Palácio do Planalto. Ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, classifica reação da oposição como um "exagero".

PÁGINA 4

Sexta-feira e fim de semana, 4, 5 e 6 de julho de 2003 | Ano 4 | Número 793 | R\$ 2,50\*

Fusões e aquisições  
pãram de crescer no país  
no primeiro semestre B2OMC caminha para a  
polêmica liberalização  
dos serviços de educação  
EU& Fim de Semana

www.valoronline.com.br



# Valor

ECONÔMICO

## CPI dos sem-terra

A Mesa Diretora do Senado aceitou pedido de abertura de CPI para investigar as atividades do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Apresentada pelo líder do PSDB na Casa, a CPI pode ser instalada em agosto. **Página A6**

A2 | Valor | Sexta-feira e fim de semana, 4, 5 e 6 de julho de 2003

## Brasil

Grifes internacionais, como Armani e Louis Vuitton, abrem novas lojas na capital federal **Página B3**União Européia abre o caminho para a liberação de alimentos transgênicos **Página B8**

## Governo vai ao Supremo pedir a constitucionalidade de contribuição

Rihamar Oliveira  
De Brasília

O governo deve entrar nos próximos dias com uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que os ministros declarem que a cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) dos combustíveis é juridicamente válida. Com a decisão favorável do STF, o governo espera acabar com a indústria de liminares que está esvaziando a arrecadação desse tributo.

Em maio, a arrecadação da Cide dos combustíveis apresentou queda de 43,09% em relação ao mesmo mês do ano passado, medido pelo IGP-DI. Se o índice de preços utilizado for o IPCA, a queda real foi de 36,88%. De janeiro a maio, a arrecadação deste tributo ficou em R\$ 2,849 bilhões, contra R\$ 2,907 bilhões no

mesmo período do ano passado — uma queda nominal de 2%.

O mais grave é que a arrecadação relativa a 2002 refere-se a apenas quatro meses e a de 2003 a cinco meses. No ano passado, não houve arrecadação em janeiro. A Secretaria da Receita Federal (SRF) estima perda nos primeiros cinco meses deste ano de R\$ 860 milhões somente por conta das liminares concedidas pelos juízes de primeira instância.

A Ação Declaratória de Constitucionalidade está sendo preparada pela Advocacia Geral da União (AGU) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A Receita Federal já foi ouvida e manifestou sua concordância com a medida.

A segurança do governo para propor a ADC resulta do fato de que, em segunda instância, a PGFN vem derrubando todas as liminares. O problema, explica a área técnica, é que quando a limi-

nar é derrubada, a empresa que deixou de pagar a Cide dos combustíveis não mais existe.

A avaliação da área técnica é que se a indústria das liminares não for contida, o governo será obrigado a conter gastos em outras áreas para compensar a perda de receita da Cide dos combustíveis, ou, na melhor das hipóteses, terá menos recursos para liberar no segundo semestre.

Estão chegando ao governo notícias de que sindicatos estaduais de postos de gasolina estão cogitando em pedir liminares nos próximos dias para suspender a cobrança completa em vários Estados. Há informações dando conta também que entidades representativas do setor de transporte planejam ingressar no STF com Ação Direta de Inconstitucionalidade (adin), revoltadas com o fato de o dinheiro arrecadado pela Cide dos combustíveis não estar sendo gasto na área.

As ações que estão sendo aco-  
lhidas pelos juízes estão baseadas em dois argumentos principais. O primeiro deles é que a emenda constitucional 33, que permitiu a cobrança da Cide dos combustíveis, não foi regulamentada por lei complementar. O segundo argumento é que os recursos do tributo estão sendo desviados pelo governo.

A emenda constitucional 33 prevê uma vinculação dos recursos da Cide dos combustíveis ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes, ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás e ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo. As entidades dos transportes alegam que o governo está utilizando os recursos até mesmo para pagar servidores inativos.

## Investidor teme CPI do Banestado e MST

Nas últimas semanas, diversos grupos de investidores externos, analistas de mercado, dirigentes de hedge funds estrangeiros que estiveram com altos funcionários da área econômica do governo deixaram explícitas duas preocupações. A maior é com a CPI do Banestado, que pretende investigar remessas supostamente ilegais de cerca de US\$ 30 bilhões para o exterior. O que esses investidores temem, segundo relato de uma fonte qualificada da área econômica, é que a CPI não só paralise a tramitação das reformas, mas que passe a investigar e colocar sob suspeita todo o fluxo de capitais do país nos últimos sete anos e não apenas as operações de CC-5 feitas desde 1997 através da agência do Banestado, em Foz de Iguaçu.

Já em relação ao Movimento dos Sem-Terra, a preocupação é com a possibilidade deste se transformar em algo semelhante à guerrilha colombiana, Farc, ou peruana, Sendero Luminoso. A foto do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nos jornais, com o boné do MST, fez engordar a lista de telefonemas DDI para membros da equipe econômica, ontem.

Essas são duas razões novas que se alinham ao já conhecido imbróglio regulatório nos setores de energia elétrica e telecomunicações e colocam mais dificuldades nas decisões de investimentos no país, assim como na queda do risco Brasil, assinala a mesma fonte do governo.

O que deixa mais apreensivos os investidores estrangeiros são as dúvidas em relação à "solidez das normas jurídicas do país", diz o alto funcionário da área econômica. Embora essas dúvidas se apliquem a todos os casos, a tensão maior está relacionada à CPI do Banestado que pode, até involuntariamente, envolvê-los. Por exemplo, não sabem se estão ou não sujeitos a uma convocação para depoimento, na condição de investigados, mesmo tendo feito operações absolutamente legais de remessa pela conta CC-5. E quanto ao funcionamento de CPIs não há ninguém no governo em condições de lhes dar qualquer garantia.

## Alcance da investigação sobre capitais preocupa

mesmo tendo feito operações absolutamente legais de remessa pela conta CC-5. E quanto ao funcionamento de CPIs não há ninguém no governo em condições de lhes dar qualquer garantia.



# GAZETA MERCANTIL

■ SÃO PAULO ■ RIO DE JANEIRO ■ BRASÍLIA ■ CAMPO GRANDE ■ RECIFE ■ FORTALEZA ■ CUIABÁ ■ PORTO ALEGRE ■ BELO HORIZONTE ■ SALVADOR ■ BELEM ■ MANAUS

Levy (1911-2002)

NO LXXXIII - Nº 22.615 - SEXTA-FEIRA, 4, E FIM DE SEMANA, 5 E 6 DE JULHO DE 2003

Director - Responsável: Luiz Fernando Ferreira Levy

IMPRESSO EM SÃO PAULO - R\$ 2,50

## Ministro Bastos adverte o MST e proprietários

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirmou ontem que o governo está pronto a usar a força caso haja alguma situação de tensão no campo que escape ao controle. A declaração veio como resposta do ministro à repercussão sobre o encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na terça-feira, com representantes do Movimento dos Sem Terra (MST). O gesto de Lula de colocar na cabeça o boné do MST, foi mal recebido por proprietários rurais, adversários políticos e até alguns aliados do governo. O Senado aprovou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar invasões de terras, mas, como o Congresso está trabalhando em regime de convocação extraordinária, a comissão não poderá ser instalada em agosto.

Página A-8

zh.clerbs.com.br

# ZERO HORA

ANO 40 - Nº 13.831

PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2003

SC/PR  
R\$ 1,50RS  
R\$ 1,25

## Senado aprova CPI para investigar MST

Estimulado pelo fato de o presidente Lula ter usado um boné do MST, o senador tucano Arthur Virgílio (AM) coletou ontem 34 assinaturas para criar uma CPI que irá investigar "ações ilícitas, com sucessivas e violentas invasões de terras" praticadas pelo movimento, como justificou o parlamentar. **Páginas 4 e 5**

### As balizas da legalidade

**P**reocupado com a repercussão do episódio protagonizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vestiu o boné do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) na audiência concedida a líderes da organização, o governo colocou ontem em ação alguns de seus mais influentes representantes do primeiro escalão e líderes da base aliada. O objetivo foi desfazer o mal-estar provocado pela intimidade do encontro entre integrantes do governo e representantes de um segmento que, em nenhum momento, admite fazer qualquer concessão numa estratégia de ação pautada por atos violentos como invasões e saques. Por isso, é positivo que o governo tenha se dado conta da sensação de insegurança transmitida a uma sociedade pressionada por um grupo de aspirantes a terra dispostos a tudo de um lado e por produtores determinados a defender suas propriedades de outro. Sentimentos como esses só podem ser dissipados com a reafirmação clara de manutenção da ordem por parte do poder público.

Ainda nas primeiras horas da manhã de ontem, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, já se preocupava em ratificar que a reforma do campo será feita "dentro da lei" e que o Executivo irá se definir sobre o assunto neste segundo semestre. A manifestação mais enfática, porém, partiu do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para quem o governo não permitirá nem que os sem-terra, nem que proprietários de áreas rurais atuem "fora das balizas da legalidade". E mais: "Qualquer ato que infrinja, que transgrida as leis penais bra-

sileiras será punido fortemente".

De um governo que se elegeu com o compromisso de enfrentar as desigualdades sociais, mas dentro da lei e de um clima de concórdia, não se poderia esperar outro tipo de manifestação. A própria decisão do presidente da República de antecipar a convocação de representantes dos sem-terra ocorreu num momento em que as tensões no campo atingiam o auge, com o recrudescimento de invasões, saques e atos de vandalismo contra propriedades rurais. Simultaneamente, integrantes do movimento insistem em marchas como a que vem sendo promovida no Estado em direção a São Gabriel, ao mesmo tempo em que produtores intensificam a contratação de milícias armadas pelo país. Nesse clima, só a observância plena da lei pode dissipar as tensões no campo e reações políticas fomentadas pelo temor de descontrole.

Ao mesmo tempo em que não conseguiu demover líderes do MST da opção pelo confronto, o clima amistoso da reunião no Planalto serviu para reforçar a oposição, que conseguiu aprovar ontem uma **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)** para investigar a atuação do movimento no Senado. Ainda que a luta pela terra seja uma causa legítima, não é justo que um país diante de tantas demandas seja forçado a atender prioritariamente quem insiste em demonstrar maior poder de força. O governo, que se comprometeu com a reforma agrária, não pode implementá-la em prejuízo de outras igualmente importantes e que interessam a toda a sociedade, como a tributária e a previdenciária.

*Só a observância plena da lei pode dissipar as tensões no campo e reações pelo temor de descontrole*

# ESTADO DE MINAS

BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2003

## Convênio

Febraban aceita baratear  
crédito ao trabalhador. PÁGINA 13

Fundado em 7 de março de 1928. Nº 22.667

PAISAGENS MINEIRAS: PRAÇA LEONILZA SOUZA LUIZ, EM AGUAS VERMELHAS (PÁGINA 24)

MG, SP, RJ, ES, DF e Goiás: R\$ 2,00. Outros estados: R\$ 3,80

## ■ TENSÃO

### Governo fala em usar força contra o MST

O governo está pronto para usar de força e intervir caso o clima de tensão no campo saia de controle. Ontem, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, avisou que o MST e fazendeiros não estão acima da lei. O Senado abriu CPI para investigar as recentes invasões promovidas pelo movimento dos sem-terra. Sua instalação deverá ocorrer somente em agosto, quando os partidos indicarão os integrantes.

PÁGINA 5

Exemplar do Brasil

# CORREIO DA BAHIA

Ano XXIV - 7600

Salvador, sexta-feira, 04 de Julho de 2003

Capital: R\$1,50 / Interior: R\$1,50 / Outros estados: R\$3,00

## Ministro promete punir toda violência no campo

Ao mesmo tempo em que o governo federal prometeu firmeza, e até o uso da força contra violência no campo, com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirmando que punirá fortemente quem transgredir a lei nos conflitos rurais, o Senado decidiu ontem abrir uma CPI para investigar as ações do

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em Salvador, cerca de 300 sem-terra voltaram a ocupar a sede do Incra, reivindicando a legalização da posse das propriedades da Fazenda Açú da Capivara, em Camaçari.

Brasil, página 1, c  
Aqui Salvador, páginas 1 e 2

PÁG. 1 • CAPA • EDIÇÃO: 4/07/2003 • 2ª Ed. 64  
DATA DE FIM: 3/07/2003 -- 13.70% AZUL - MAGENTA -

PRETO



# DIÁRIO DE S. PAULO

ANO 119 • Nº 39.576 • SÃO PAULO • SEXTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2003 • R\$ 1,30

## Governo

### • ameaça jogar duro com MST e fazendeiros

- O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, prometeu ontem jogar duro contra os sem-terra e fazendeiros e usar a força para manter a ordem no campo. Já no Senado, foi criada uma CPI para investigar as invasões de terra. **PÁGINAS A11 • A13**



**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> será atendido, nos termos do §2º do art. 210 do Regimento Interno, que trata do limite de páginas a serem publicadas.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Concedo a palavra, como Líder do Bloco de apoio ao Governo, ao nobre Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no debate democrático, vejo com absoluta naturalidade que representantes da Oposição estejam olhando o Brasil com apreensão, com preocupação e com um sentimento até negativo em relação ao horizonte da gestão pública do atual Governo. Esse tipo de procedimento é natural, sem dúvida alguma, pois é o papel próprio da Oposição em muitos momentos. A Oposição mostra a sua ótica, a sua impressão, a sua análise de realidade. Prefiro olhar com os olhos do otimismo, da confiança no futuro do nosso País, na certeza absoluta de que, como Governo, estamos no caminho certo.

Nesta semana mesmo, o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, visitou-nos. Foi uma visita que nos honrou muito. S. Ex<sup>a</sup> e nós, do Bloco de apoio ao Governo, conversamos por mais de duas horas, em franco debate democrático. O Ministro, com toda a clareza, mostrou o que tem significado para o Governo o sacrifício da chamada transição, uma transição que começou num tom conciliador, num ambiente pacífico e construtivo, com a gestão política do Governo anterior. É uma transição que vem se consolidando por acertos do atual Governo.

O Ministro deixou claro que a relação dívida/PIB, que era da ordem de 63%, caiu para 52,5%. Hoje, podemos, no Brasil, apontar uma tendência real e sustentada de queda da taxa de juros. Ao mesmo tempo, S. Ex<sup>a</sup> mostrou o horizonte de abertura de créditos para a sociedade brasileira. Apenas a Caixa Econômica Federal está abrindo em torno de 10 mil créditos para cidadãos que nunca tiveram acesso a recursos financeiros nos bancos formais deste País. Diariamente, há uma capacidade de expansão de crédito para 1,8 milhão de pessoas, sem contar a intenção do Banco do Brasil de expandir a política de microcrédito. O BNDES está abrindo mais de um milhão de financiamentos, de microcréditos, para o cidadão brasileiro, com mais de R\$1 bilhão, numa tentativa de fazer compreender o acesso ao recurso do pequeno trabalhador brasileiro, porque esse é capaz de

gerar uma aceleração da política econômica e da retomada do crescimento deste País. Essa é uma inovação corajosa e ousada do Governo atual, que não segue aquele rito tradicional de emprestar apenas aos grandes, mas que compreende as responsabilidades atuais.

As outras áreas de infra-estrutura também estão dando seus passos. Foi feita uma análise real de que a área energética deste País viveu, talvez, a maior crise da história, nos últimos quatro anos. Sem querer olhar para trás ou ficar preocupado com os erros e acertos do passado, temos o dever de fazer avançar este País. Então, olhando para a expectativa da expansão do acesso ao crédito, da retomada do crescimento, do acesso ao setor produtivo rural – R\$32 bilhões estão sendo encaminhados para fortalecer o setor rural, hoje peça fundamental na alavancagem das exportações brasileiras. E 45% desses indicadores estão entre os pequenos produtores rurais, da agricultura familiar, olhando com olhos de acesso e proteção ao seguro safra, da ordem de R\$5 bilhões.

É um país que olha com otimismo, é uma sociedade que olha com preocupação a crise de que estamos saindo, mas segura dos passos de transformação e acerto na caminhada para transformar o Brasil.

Quanto à questão agrária, colocada pela Oposição de maneira sensata e responsável, uma preocupação legítima, o nosso entendimento é de que não poderíamos ter no encontro formal do Presidente da República com representantes do MST a chegada do aparato repressor ou ameaçador. O melhor caminho para todos os conflitos é, sem dúvida alguma, buscar soluções, e nada melhor do que a cordialidade, a mão estendida ao diálogo e a apresentação do ordenamento jurídico como peça imprescindível à relação que se vai estabelecer entre as partes.

O mesmo respeito que o Presidente da República externa aos trabalhadores rurais, muitos deles hoje organizados dentro do MST, Sua Excelência expressa aos produtores rurais, que têm suas propriedades, suas mãos calejadas, o crédito acessado e que procuram contribuir com o enriquecimento do País. Na condição de democrata e estadista, o Presidente precisa olhar para esse setor legitimamente reconhecido pela sociedade, que espelha uma aflição e uma angústia de 500 anos de dívida das elites com a reforma agrária deste País. Este é o País mais injusto quanto à concentração de terras do Planeta, e não poderia o Governo entrar com descortesia ou com aparato intimidador em relação ao Movimento dos Sem-Terra.

Entendo que o caminho do diálogo, o gesto de respeito à história desse movimento, foi o melhor caminho para abreviarmos a solução que todos querem, o Presidente da República, o setor lúcido do MST e o setor produtivo rural – que não quer milícia armada para substituir a lei e, sim, o ordenamento jurídico cumprido, assegurado e a responsabilidade na condução deste País dividida entre todos.

Penso que o Presidente Lula caminha com a mais absoluta tranqüilidade, como demonstrou muito bem no dia de ontem, no grande debate sobre desenvolvimento que ocorreu no Estado de Minas Gerais, quando afirmou que, na política externa, está consolidado o sucesso deste Governo nos primeiros meses, assim como no setor produtivo rural; na área de desenvolvimento, caminhamos com expectativa muito favorável; olhamos para as agências de financiamento com otimismo; e temos na política de juros uma tendência de queda sustentada, que vem assegurar um horizonte melhor para a sociedade brasileira. É hora de retomada de crescimento, e não queremos olhar para os 12 milhões de desempregados herdados pela atual gestão, nem para o sacrifício orçamentário. Agora, o Presidente nos dá a boa nova, com a LDO, num acatamento partilhado entre Governo e Parlamento: não vamos mais contingenciar no Orçamento da União recursos da saúde, da educação, da política de segurança alimentar, da política de defesa do Brasil, da política de ciência e tecnologia.

Sr. Presidente, são avanços concretos e substanciais, que mostram que estamos no caminho correto. Vejo com otimismo e muito entusiasmo o horizonte social, político e econômico do nosso País, e tenho certeza de que assim pensa a sociedade brasileira. Estamos saindo da crise, considerada um quadro de coma pelo Ministro Palocci, e estamos entrando num desafio, como S. Ex<sup>a</sup> muito bem disse em todos os meios de comunicação hoje. É hora de pensar apenas em uma palavra para este País: crescimento, crescimento e crescimento!

Por essa razão, invoco a Oposição a pensar de maneira partilhada a crise estrutural do Estado brasileiro, procurando proposições melhores do que as que estamos apresentando para o grande debate pre-valecter.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

A não ser que a Presidência se engane, o nobre Senador João Capiberibe também está inscrito para as comunicações inadiáveis? (Pausa.)

Está garantida a sua inscrição.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, por até 20 minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que assistem a esta sessão pela televisão e pelo rádio, ouvimos atentamente o Líder da Oposição, Senador Arthur Virgílio, e esse extraordinário jovem Líder desse jovem Partido, que é o PT, o médico Sebastião Viana, de perspectivas invejáveis na política do Acre e do Brasil.

Aproveito a mensagem otimista do Líder Tião Viana para lembrar – sem dúvida, S. Ex<sup>a</sup> se tornou médico por isso – o modelo em quem nos inspiramos. Senador Paulo Paim, diz a Psicologia que sempre buscamos um modelo. Se alguém quer ser cantor, um Roberto Carlos; jogador de futebol, um Pelé ou um Ronaldinho. E a modelagem que impulsionou todos esses médicos de nossa geração em direção à política, sem dúvida alguma, foi Juscelino Kubitschek, médico e político.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Che Guevara.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Juscelino Kubitschek é mais meu modelo, e Che Guevara, o do Senador Tião Viana, como cantou ali S. Ex<sup>a</sup>. Nasci aqui e vi a liderança forte do Rio Grande do Sul, do estadista Getúlio Vargas. Neste momento, esta Casa está sendo presidida pelo também grande gaúcho Paulo Paim.

Na minha adolescência, o modelo era Juscelino: médico, como eu; cirurgião, como eu, da Santa Casa de Misericórdia; com passagem pelo Exército, como também eu sou oficial da reserva; foi prefeito e governador. Sorridente e alegre, como nós, disse aquilo que o nosso Senador Tião Viana quis passar aqui: otimismo – uma inspiração que está no seu subconsciente muito mais impregnada do que as idéias de guerrilha de Che Guevara, porque S. Ex<sup>a</sup> é um democrata. Disse Juscelino que é melhor sermos otimistas. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando. Quis Deus que estivesse aqui o Senador Tião Viana para lembrar ao Presidente da República a sua missão histórica. O nosso Presidente tem de entender que não é Deus; que é bonito buscar Deus; que ele pode errar, pois não somos divinos, somos filhos de Deus. E tem de entender a sua missão histórica.

Um filósofo, Ortega y Gasset, disse que o homem é o homem e suas circunstâncias. Tivemos mui-

tos governantes e, para entender a história de cada um, devemos considerar sua história e suas circunstâncias. D. João VI, temendo Napoleão Bonaparte, passou uma boa temporada aqui. Trouxe muitos avanços, principalmente na burocracia que aqui instalou. Pedro I: sua missão era tornar o Brasil um país independente de Portugal. A missão de seu filho, Pedro II, foi garantir a unidade deste País na língua e nas terras. Os militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto fizeram nascer aqui o governo do povo, pelo povo e para o povo: a democracia, a república. Getúlio Vargas deu o toque de nacionalismo neste País.

Entendo ter sido Getúlio o que mais trabalhou, o maior estadista de todos os presidentes. No tempo de Getúlio, os grandes líderes mundiais vinham aqui beber a sabedoria, o espírito público, o estoicismo de Vargas. Franklin Delano Roosevelt veio aqui, não foi Getúlio que foi lá não. Franklin Delano Roosevelt veio aqui ver as idéias de um estadista sem o qual este não seria um grande país.

Senador Paulo Paim, eu li o diário de Getúlio. Eu sou entusiasmado por Juscelino, pelo fato de ter sido médico, cirurgião. Outro dia, um companheiro do Piauí, Reginaldo Furtado, ex-presidente da OAB, citando Juscelino, disse: Getúlio era melhor. Fiquei perplexo e fui me debruçar, Capibaribe, sobre tudo o que há acerca de Getúlio. Chamou-me a atenção, sobretudo, o seu diário.

Que homem trabalhador ele foi! Esse deve ser exemplo para todos os presidentes. Lendo seu diário, percebemos que Getúlio trabalhava nas tardes de domingo – o Brasil no Maracanã, e ele trabalhando, lendo os processos. No 7 de setembro, depois do desfile, Getúlio trabalhava. Era um obstinado – só no dicionário o sucesso vem antes do trabalho. Foi o trabalho de Getúlio que fez a grandeza deste País.

Queremos dizer, então, que ele cumpriu a sua missão: devemos a ele a existência da previdência social. “O homem e as suas circunstâncias”: generoso e bondoso, foi o pai do trabalhador. Getúlio estava à frente deste País quando havia uma guerra, ele entrou conquistando o governo em guerra; depois, os paulistas quiseram derrubá-lo, e ele teve que fazer outra guerra. Mas nós devemos a previdência que hoje queremos reformar a Getúlio. E a sua volta democrática se deu porque ele era forte.

Depois de Getúlio, veio o Dutra, que abriu o País para os poderosos Estados Unidos. Fiz parte da geração de garotos mais felizes, porque tudo o que era brinquedo era americano: ioiô, boliche etc. A dívida do Brasil começou ali. Quando Getúlio voltou, ele não resistiu a esse poder americano, a esse poder perverso

do capitalismo. De qualquer forma, ele teve a sua missão e a cumpriu.

Washington Luís: o problema era estrada, ele disse que governar era fazer estrada. E assim é. Juscelino: cinqüenta anos em cinco, o desenvolvimento, a integração deste País com a construção de Brasília em seu centro, dando o otimismo da industrialização e não se esquecendo do Nordeste e seus desníveis sociais – criou a hoje extinta Sudene.

A missão de Fernando Henrique já ficou registrada na história: o controle da inflação, nociva para todos.

E o nosso Presidente Lula tem que se inspirar no grande Presidente José Sarney, o mais generoso deles. Senador Paulo Paim, Deus me permitiu governar como prefeito durante o governo dos presidentes José Sarney, Fernando Collor e, depois, Itamar Franco; como governador do Piauí, estive sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. Quero afirmar aqui que o mais generoso, o de maior sensibilidade política de todos eles foi o Presidente José Sarney. A época era difícil: voltar à democracia. Ele viu que a sua missão era consolidar a democracia em que vivemos. E a consolidou. Para combater a inflação havia tempo – ele lutou, mas não conseguiu.

E a missão do presidente da República de hoje é uma, é clara, Senador Tião Viana, é uma só e é aquela que Deus deixou escrita: “Comerás o pão com o suor do teu rosto” – citada pelo apóstolo Paulo. Não é como propugna o nosso Senador Suplicy – dar dinheiro, renda mínima –, sou eu pelo apóstolo Paulo: quem não trabalha não merece ganhar para comer. Qualquer pesquisa mostra que a doença – eu, como médico, busco a causa, a etiologia e a patologia – é o desemprego. Isso temos que combater.

E quero dizer que tenho experiência. O PMDB está aqui, Senador Paulo Paim, Senador Tião Viana, mas não vamos ser base não, esse negócio de base lembra pedra, sem vida. Temos vida, temos a história do PMDB, que redemocratizou este País, que preside esta Casa, que tem experiência administrativa em milhares de prefeituras e dezenas de governadores exitosos.

Temos que mostrar o problema ao Presidente Lula e sermos a sua luz, temos que lhe dizer que abraça a sua missão: criar empregos, buscar emprego – e se busca.

Senador Paulo Paim, estou ansioso para ouvi-lo, porque V. Ex<sup>a</sup> simboliza o estado que tanta grandeza trouxe para este País – eu relembro Getúlio... E o nosso partido é também engrandecido por

um gaúcho que é símbolo de todas as virtudes nesta Casa e no Brasil: Pedro Simon.

Concedo a palavra a outro grandioso gaúcho, àquele que é, talvez, o maior líder do PT hoje, porque defende o salário dos pobres, defende os aposentados.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, tenho a ousadia de fazer um aparte ao seu brilhante pronunciamento por entender que V. Ex<sup>a</sup> traz ao debate aquilo que é a maior preocupação de todo o povo brasileiro: a questão do desemprego e do investimento social. V. Ex<sup>a</sup> lembra Getúlio Vargas, gaúcho que foi presidente deste País e que marcou a sua atuação, principalmente no campo das leis, na área do trabalho. Senador Mão Santa, gostaria de enfatizar que o Presidente Lula, pela forma como está encaminhando este País, pela sua história, pelo seu programa de governo... Como disse ontem o Ministro Palocci – e isto foi aqui reafirmado pelo Líder Tião Viana –, a casa está em dia interna e externamente, mas agora é a hora de crescer. E crescer para mim significa investir mais na produção, no campo e também na cidade. Isso vai resultar em novos empregos. Recebi essa notícia com alegria. E a política do primeiro emprego, anunciada pelo Presidente Lula e pelo Ministro Jaques Wagner, vai ser instrumento do meu pronunciamento. A questão do primeiro emprego é muito importante, mas também vou enfatizar a importância do emprego para o cidadão com uma idade um pouco mais avançada, com mais de 45 anos, por exemplo. Quero, portanto, cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento, pois ele é importante para chacoalhar um pouco mais este nosso Congresso com o enfoque do social, do desemprego. Tenho certeza também de que esse é o compromisso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e incorporo ao meu pronunciamento essas palavras que não são só do Rio Grande do Sul, mas de todos os trabalhadores do Brasil, cuja voz, hoje, não é mais de Getúlio, mas de Paulo Paim.

Ouvi atentamente o Senador Arthur Virgílio. Mas quero dizer que me orgulho por ter dado terras muito boas, urbanas e rurais, na minha cidade, Parnaíba, em Teresina, no Estado do Piauí. Mas o problema, Senador Arthur Virgílio, não é a falta de terra, mas de emprego. Este Brasil é muito grande, tem muita terra. E entendo que a terra é de quem nela mora, de quem nela trabalha, de quem nela nasceu. Mas as reações não são apenas dos sem-terra, mas também, e principalmente, dos sem-emprego. A história da civilização se repete. O Brasil está se civilizando. E

como isso começou? Com os escravos. E não havia somente o racismo contra preto, para o qual não vejo motivo porque não tenho. Mas na própria história européia havia os escravos brancos. Os donos da terra – a Igreja, os lordes, os barões, os duques – exploravam os escravos brancos, que ficavam apenas com um décimo da produção. E por causa dessa exploração, fugiam das terras dos poderosos e iam se juntando em grupos. Daí nasceram as cidades do mundo. O povo quer liberdade para exercer o seu trabalho e a profissão.

Também quero dizer que fiquei muito satisfeito com a conversa que tive com o Senador João Capiberibe, homem de luta e muita coragem e que conhece o mundo. Eu lhe disse que poderia ser fonte de inspiração para o Governo Lula porque tenho experiência, a do PMDB, que governou o Rio Grande do Sul com Pedro Simon; que governa Santa Catarina, também, com Luiz Henrique; o Paraná, com Roberto Requião; o Amazonas, com Gilberto Mestrinho. E quando governei o Piauí, Senador Tião Viana, havia desemprego, mas V. Ex<sup>a</sup> pode verificar em pesquisas daquela época que o desemprego no meu Estado não chegava a 1%, o menor do País, resultado do esforço que fizemos de manter o emprego.

Vou citar um quadro – e um quadro vale por dez mil palavras – que mostra por que o PT venceu. Senador Tião Viana, quero convidá-lo para visitar o litoral do Piauí, com 66 quilômetros, o menor do Brasil, mas como perfume francês: o menor, mas o mais disputado.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco/PSB – AP) – Senador Mão Santa, permite-me um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Com todo prazer, concedo-lhe o aparte, Senador João Capiberibe, que também conhece o fundamento do nosso problema, o banqueiro dos pobres, o banco do povo.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco/PSB – AP) – Senador Mão Santa, antes de V. Ex<sup>a</sup> entrar no tema que estávamos discutindo antes, o microcrédito, o banco do povo, que V. Ex<sup>a</sup> conhece como ninguém, queria tratar do desemprego e, sobretudo, da reforma agrária, que me parece uma fonte geradora e inesgotável de emprego e que o nosso País, infelizmente, ao longo de sua história, não lançou mão dessa possibilidade geradora de emprego. E, se não me engano, Senador Mão Santa, no Brasil, a estrutura fundiária do século XXI assemelha-se muito à do século XVI, tempo das Sesmarias e das terras distribuídas entre poucas famílias. E até hoje não tivemos como modificar essa estrutura de concentração fundiária, que perdura até os dias de hoje. Tivemos uma fuga do campo, não

pela falta de terras, mas pela falta de infra-estrutura para a produção agrícola. E o Brasil se especializou, nesses últimos 30, 40 anos, adotando a dita "Revolução Verde" como modelo e abandonando um setor fundamental da agricultura brasileira, que é a familiar. Só muito recentemente começamos a descobrir as vantagens da agricultura familiar, não só do ponto de vista social, mas do ponto de vista ambiental. Em alguns momentos da história – V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem esse fato, porque seu Estado é vizinho do Maranhão, que está já na Amazônia Legal –, na impossibilidade política ou na falta de iniciativa política para fazer reforma agrária no centro-sul, tentou-se transportar famílias, contingentes imensos para a Amazônia, no intuito de desviar da reforma agrária a atenção da sociedade brasileira. A realidade é que precisamos, sim, da reforma agrária como fonte geradora de empregos. Concordo plenamente que o microcrédito a que V. Ex<sup>a</sup> vem se referindo é uma fonte geradora de empregos, porque os pequenos nunca tiveram crédito no País – não têm nem conta corrente. Assim, quando se abre a possibilidade de um pequeno empréstimo, cada um desses empréstimos é gerador de emprego, mas cada homem assentado no campo é gerador de um ou vários empregos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço a participação do Líder João Capiberibe. E quero dizer que fiz a reforma agrária no meu Estado, pois entendo que a terra é de quem nela nasce, trabalha, mora e produz. Tive o privilégio de entregar mais de dez mil títulos de terra, no Piauí. Talvez seja o Estado que tenha menos problemas de conflito.

Sr. Presidente, Mozarildo Cavalcanti, hoje, como a civilização e as populações são urbanas, o problema mais importante é o desemprego. Houve uma luz e uma solução. É uma realidade. Um economista, na Índia, que estudou nos Estados Unidos, professor Muhammad Yunus, lançou um livro, que já li quatro vezes, e sugiro que esta Casa instale uma comissão para estudarmos, em Bangladesh, o **Grameen Bank**. Fiz funcionar um banco do povo no Piauí e esta é a solução, pois a que o governo apresentou não vai dar certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Mão Santa, eventualmente exercendo a Presidência, quero solicitar a V. Ex<sup>a</sup>, em atendimento ao que foi acordado pela Mesa, que finalize seu pronunciamento, uma vez que V. Ex<sup>a</sup> ultrapassou em mais de quatro minutos o seu tempo e há vários oradores inscritos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, concluiremos rapidamente, dizendo apenas que o Banco do Povo é diferente dos outros bancos, mesmo os

estatais, como o Banco do Brasil. É uma instituição para o pobre. Cem países já o adotam. Os Estados Unidos, na época de Bill Clinton, receberam o Professor Muhammad Yunus. Oficialmente, Bill Clinton não lançou o banco porque seria uma ofensa aos poderosos bancos mundiais, como o BID e o Bird, mas mandou que o seu secretariado selecionasse as regiões pobres dos Estados Unidos para que nelas fosse adotado o banco dos pobres nos moldes do Grameen Bank.

No Piauí, fiz funcionar um Banco do Povo, o banco do pobre. O grande Mário Covas, no seu governo, mandou Walter Barelli também fazer essa programação.

Eram essas as nossas sugestões. É essa a inspiração que o PMDB traz, sendo a luz deste Governo.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Bloco da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pela Liderança do Bloco da Minoria e, em seguida, ao Senador João Capiberibe para uma comunicação inadiável.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, a indústria cinematográfica corre o risco de ser duramente penalizada devido a sua inclusão na lista de produtos que poderão ser tributados pelo ISS, nos termos do projeto de lei nº 161/89, em tramitação nesta Casa.

O ISS, por ser um imposto cumulativo, ou seja, incide sobre a totalidade do faturamento, nos permite afirmar que ele é maléfico a Cultura, pois onera, desnecessariamente, o produto final.

Nossa afirmativa se fundamenta no fato de que, para se produzir um filme, várias fases devem ser ultrapassadas e sobre cada uma delas incide, de forma autônoma, o ISS.

Na mesma linha da indústria cinematográfica encontram-se os direitos autorais, que também poderão ser igualmente penalizados.

Conforme entendimento doutrinário, direito autoral não é uma prestação de serviços. Dessa forma, jamais poderia ser fato gerador do ISS.

Sem fugir dessa absurda linha de raciocínio resta-nos ressaltar que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que, por se tratar de locação

de bens móveis, a mesma não está qualificada como serviço, assim sendo, não há que se falar na incidência do ISS.

Locação de bens móveis representa uma obrigação de dar e não uma obrigação de fazer (ou permitir a utilização de um determinado bem), dessa forma não há que se falar em prestação de serviços (se serviço algum foi prestado).

O entendimento acima apresentado está em perfeita harmonia com a moderna jurisprudência e com a doutrina que rege a matéria.

Por fim, resta-me solicitar ao nobre relator, senador Romero Jucá, que atenda aos pleitos desses importantes segmentos, e faça a exclusão dos mesmos da categoria de serviços que poderão ser tributados pelo ISS.

Sr. Presidente, tenho um segundo assunto a tratar, que inspira enorme sensibilidade, e com ele se pôs de acordo o Senador Tião Viana, Líder do PT.

Uma cidadã nigeriana chamada Amina Lawal, foi condenada, algum tempo atrás, à morte pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria. Ela que, na verdade, foi estuprada por um tio, é condenada pela moral islâmica por ter tido um filho sem ter contraído o matrimônio.

Vários estadistas do mundo inteiro, à época, mobilizaram-se a favor de Amina, entre os quais o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso que, modestia à parte, foi instado por advertência minha. Fiz essa advertência na qualidade de seu Líder e de Parlamentar - qualquer um poderia tê-la feito. Houve ampla repercussão entre os meus colegas da Câmara dos Deputados, à época.

A pena de morte foi sobrestada, a condenação fatal, portanto, foi adiada. Agora, volta o assunto à baila. Já tem data marcada para a execução de Amina Lawal.

Democratas, movimentos de mulheres do mundo inteiro têm escrito ao Presidente da Nigéria pedindo-lhe que extinga a pena. Percebo que S. Ex<sup>a</sup> se sente meio peado - pois é um democrata e acredito que pretenda mudar a Nigéria - por uma ordem que, secularmente, está acima dele.

O Brasil, pelo Itamaraty, na gestão do ex-Presidente Fernando Henrique, ofereceu asilo político a Amina Lawal.

Na Comissão de Relações Exteriores, a Senadora Heloisa Helena tomou a iniciativa de aprovar uma oportuna manifestação da Comissão, que já está na Embaixada da Nigéria.

O apelo que faço hoje - e isso, com certeza, será reforçado por todos os Senadores e pelo Líder da Maioria Tião Viana - é no sentido de que o Presidente Lula telefone para o Presidente da Nigéria e peça pela vida de Amina Lawal por duas razões: pela vida da cidadã injustiçada e violentada duas vezes, uma vez quando foi estuprada e outra quando tem a sua vida ameaçada e transformada numa morte lenta, sempre esperando o momento da condenação fatal, e pela ameaça que sofreu como mulher, porque o homem que a estuprou está solto. Parece-me que ele tem o direito de fazê-lo, e a mulher estuprada tem o direito sinistro de morrer.

Sr. Presidente, vou dizer, como se daria, se acontecesse de fato, a execução de Amina Lawal. Ela seria enterrada até o pescoço e apedrejada pelos homens que, pela moral islâmica - não contesto religião, mas contesto o machismo -, se sentissem ultrajados pelo crime que ela não cometeu. Ser mãe não é crime. Ser estuprada significa que ela é vítima. Se alguém tivesse que ser condenado à morte - sou contra a pena de morte no Brasil - seria o tio dela, o estuprador.

Amina Lawal tem que ser resgatada naquilo que lhe possa restar de vida útil. Ela tem o direito de criar o seu filho ou filha - não sei o sexo do bebê - no Brasil, que já lhe ofereceu asilo político. A condenação à morte e a execução dessa senhora causa-nos repulsa e transforma-nos em seres menos humanos se nos omitirmos diante de uma brutalidade inominável, que não condiz com o Brasil democrático que construímos.

Portanto, o apelo que faço é no sentido de que o Presidente Lula telefone imediatamente ao Presidente da Nigéria e lhe peça, em nome das boas relações do Brasil com aquele país, que suspenda a condenação à morte de Amina Lawal e conceda-lhe o direito de vir para o Brasil como asilada política. Ela não cometeu crime algum e tem o direito primário à vida.

Fica o apelo ao Presidente Lula, e agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, pela condescendência com este Líder.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) - Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe por cinco minutos.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB - AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, devo uma explicação a esta Casa, porque, na próxima semana, estarei ausente acompanhando a 14<sup>a</sup> Reunião

do Comitê de Negociação da Alca, que será realizada em El Salvador.

Essa é a primeira oportunidade que o Parlamento terá de acompanhar as negociações comerciais do comitê executivo da Alca. Estaremos presentes, eu e o Senador Eduardo Azeredo, além de representantes da sociedade civil. É inédito o acompanhamento do Parlamento e da sociedade civil nas discussões do Comitê de Negociação Comercial. O Parlamento brasileiro acompanhou pouco, ao longo destes últimos doze anos, o ajuste estrutural imposto à sociedade brasileira pelo consenso de Washington, o ajuste estrutural que levou às privatizações, que levou ao endividamento interno e externo e ao desemprego.

Essa é uma decisão do Presidente Lula, que resolveu mudar a metodologia de negociação com os países, na tentativa de construir esse grande Bloco das Américas. Nessa nova metodologia, foi introduzida já no Comitê Executivo de Negociação Comercial a presença do Parlamento e também da sociedade civil. A decisão do Governo é negociar os interesses do conjunto do Mercosul.

Faço esta comunicação porque estarei ausente ao longo da semana, mas, no meu retorno, farei um relatório de toda a discussão no Comitê de Negociação Comercial.

E queria me juntar ao Senador Arthur Virgílio no apelo ao Presidente Lula para que Sua Excelência telefone ao Presidente da Nigéria pedindo clemência para essa mulher que foi condenada à morte por um crime que não cometeu. Portanto, junto a minha voz nessa grande corrente de luta pela libertação de uma vítima de estupro. Duplamente vítima, porque está sendo condenada à morte.

Gostaria, aqui, de manifestar a minha solidariedade, o meu desejo de que o Presidente Lula faça esse apelo ao Presidente da Nigéria.

Queria também lembrar que temos a possibilidade, com a instalação da CPI que investigará o MST, de conhecer não apenas as ações políticas do MST, mas também as atividades das cooperativas, dos assentamentos de reforma agrária, e os produtos incentivados pelo movimento. Entendo que caberia aqui, no Parlamento, uma grande exposição dos produtos das cooperativas organizadas pelo MST, desse lado positivo, que é o lado econômico das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores sem terra, que, quando são assentados, não só geram empregos como geram atividade econômica. Parece-me muito importante para todos medir-se a importância econômica da ação do MST. Assim, todos nós teremos um

conhecimento profundo das atividades políticas e econômicas do MST.

Acredito que essa será uma oportunidade para o Parlamento, para o Senado, de analisar a estrutura fundiária injusta deste País, que, repito, vem do século XVI, das capitâneas hereditárias. Essa estrutura não mudou no País. É por isso que o Brasil é um país injusto, concentrador de renda, concentrador da propriedade da terra. Então, a nossa ação, neste momento, além, evidentemente, de estimular e de promover o desenvolvimento econômico, o crescimento econômico, mais do que nunca tem que ser de promover também a distribuição da riqueza neste País, e a reforma agrária é um instrumento poderoso de distribuição de riqueza.

Portanto, Sr. Presidente, muito obrigado. No meu retorno, estarei aqui, fazendo um relatório completo das negociações do Brasil com os demais países da América, para que possamos tomar decisões, no Senado, conscientes e com conhecimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos, Senador.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para defender a retomada do Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (Prodeem), criado por decreto presidencial, em 27 de dezembro de 1994, com diretrizes sociais das mais importantes. Basta dizer que o programa tem como objetivo possibilitar o suprimento de energia elétrica às populações mais carentes, nos locais mais isolados do nosso extenso território. Dessa maneira, escolas, postos de saúde, centros comunitários, igrejas, reservatórios d'água, lavanderias, hortas comunitárias, iluminação pública, postos de comunicação e até pequenos centros de atendimento médico têm recebido apoio do Prodeem.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em plena Semana Nacional de Defesa do Meio Ambiente, convém lembrar que o Prodeem executa os seus projetos em perfeita integração com a natureza e respeito aos recursos existentes. Assim, quase todas as suas iniciativas procuram viabilizar fontes locais de energia renovável, sobretudo as não poluentes, ou seja, fonte solar, eólica, hidráulica e de biomassa, em perfeita harmonia com o equilíbrio ecológico existente nas áreas dos projetos.

Em 1999, o Ministério de Minas e Energia (MME) assinou convênio de cooperação técnica e financeira com a empresa Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte) para assessorar o Prodeem na execução dos seus projetos nos Estados da Região Norte.

Em se tratando de ações das mais relevantes para melhorar a vida das comunidades carentes daquelas áreas situadas em pleno interior da Floresta Amazônica, a grande preocupação que trago hoje a este Plenário é que o atual convênio se encontra com seu prazo de vigência esgotado. Diante dessa situação, a qualquer momento os projetos de instalação de sistemas de geração de energia, que estão em fase de execução, poderão ser paralisados, porque terão de aguardar a assinatura de um novo protocolo.

Aproveito a oportunidade deste pronunciamento para informar aos nobres Senadores e Senadoras que, atualmente, encontram-se instalados no Estado de Rondônia 160 sistemas de geração fotovoltaica, energia de fonte solar, atendendo a 83 comunidades, em 20 Municípios do Estado. Gostaria de citar algumas localidades e comunidades atendidas satisfatoriamente em Rondônia, graças às ações empreendidas pelo Prodeem.

No Município de Campo Novo, na comunidade chamada Vila Rio Branco, temos um posto de saúde atendido. No Município de Corumbiara, na comunidade P. A. Adriana, encontramos a escola e o centro comunitário local. No Município de Costa Marques, na comunidade denominada São Virgílio, existe uma escola e o posto de saúde. No Município de Cujubim, na comunidade conhecida como Linha B90, há uma escola atendida pelo programa. No Município de Governador Jorge Teixeira, na comunidade de Colina Verde, existe o projeto executado na Associação dos Produtores Rurais e em uma escola do lugar. O mesmo acontece nos Municípios de Guajará-Mirim, na comunidade de Cachoeirinha; em Machadinho D'Oeste, na comunidade de Santa Maria; em Nova Mamoré, na comunidade 4ª Linha do Ribeirão; em São Miguel do Guaporé, na comunidade Linha 98; no Município de Theobroma, na comunidade Vila Palmares, Assentamento Santa Catarina, e no Município de Vilhena, na comunidade Linha 145.

É importante salientar que o trabalho do Prodeem não pára por aí. Convém assinalar que, até o final deste ano, caso não se verifique qualquer interrupção em seus trabalhos por falta de assinatura de novo convênio, há um cronograma que prevê a instalação de mais 300 sistemas de geração de energia solar em nosso Estado.

Como acabamos de verificar, a presença do Prodeem é fundamental para o desenvolvimento do Estado de Rondônia e de outras regiões do País. Todos esses equipamentos de interesse público que foram atendidos pelo programa – postos de saúde, escolas, centros comunitários e igrejas – passaram a responder de maneira bem mais eficiente às demandas dos seus usuários.

Por outro lado, merece igual destaque o potencial de crescimento do Prodeem daqui para frente. Nesse sentido, espera-se que o programa consiga dimensionar os seus investimentos nos próximos anos. Segundo seus coordenadores, as necessidades são da ordem de US\$150 milhões, em médio prazo, que seriam destinados à compra de novos equipamentos de energia solar. No ano passado, por exemplo, o Governo Federal investiu US\$30 milhões na compra de nove mil sistemas de geração de energia solar.

É importante não esquecer que todo o esforço feito até agora para manter o programa em funcionamento só tem trazido benefícios ao País. É evidente que, em grande parte, os resultados positivos alcançados pelo programa foram facilitados pela extraordinária capacidade energética solar do Brasil. Aliás, tal nível de insolação, por si só, pode muito bem alimentar cerca de quatro milhões de propriedades rurais em todo o território nacional, onde vivem cerca de vinte milhões de pessoas que ainda sofrem com a falta de eletricidade.

Com menos de nove anos de existência, o Prodeem apresenta, de maneira notável, um excelente resultado. Em seu primeiro ano de funcionamento, foram desenvolvidos nove projetos pólos, por intermédio da Petrobras. Em 1996, foram destinados sistemas para 116 comunidades, beneficiando diretamente uma população de 34 mil pessoas. Em 1997, o programa beneficiou 200 comunidades, contemplando 68 mil pessoas. Em 1998, com a piora da seca no Nordeste, o Prodeem tomou a iniciativa de abrir uma frente adicional para o abastecimento de água, e, numa ação de emergência, foram adquiridos 800 sistemas de bombeamento. Assim, o esforço do Prodeem conseguiu beneficiar 1.322 comunidades atingidas pela estiagem, quase 350 mil pessoas no total. Em 1999, o programa adquiriu 1.660 sistemas energéticos e 1.240 sistemas de bombeamento. Parte desses sistemas foram instalados durante os exercícios de 1999 e de 2000, e a outra parte, em 2001. Em dezembro de 2001, o programa adquiriu três mil sistemas em regime **turn-key**, ou seja “chave na mão”.

Finalmente, em 2002, após essa primeira etapa de intensa atuação, o Ministério das Minas e Energia



resolveu reestruturar a atuação do Prodeem. Com esse objetivo, Sr. Presidente, foi elaborado um documento intitulado Plano de Ação, que prevê sua implementação com recursos do Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID – e do próprio Ministério das Minas e Energia.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de terminar este pronunciamento dizendo que me tornarei, daqui para frente, nesta Casa, um defensor do Prodeem.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, gostaria de participar do seu pronunciamento.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Com imenso prazer, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Queria dar meu testemunho a esta Casa e ao Brasil da sua competência e dedicação no setor energético. Recordo-me do dia em que V. Ex<sup>a</sup> visitou o Piauí e em que tive o privilégio de lhe conceder a maior honraria do Estado, a Grã-Cruz da Ordem Estadual do Mérito Renascença. V. Ex<sup>a</sup> é um exemplo de político do meu Partido. Mas, por questão de justiça, lembro que essa iniciativa partiu de um líder eletricista, líder do sindicato, Paulo Chagas. O trabalho de desenvolvimento energético no seu Governo, no Estado de Rondônia, atingiu até o Piauí. V. Ex<sup>a</sup> foi reconhecido quando visitou Teresina, e tive o privilégio de lhe levar a ver os encantos do nosso delta e do nosso litoral. Sou testemunha do prestígio de V. Ex<sup>a</sup>, eleito para o Senado, e de sua esposa, eleita para a Câmara Federal. V. Ex<sup>a</sup> fez renascer o sonho de Juscelino: energia e transporte. V. Ex<sup>a</sup> também é conhecido lá como o homem que mais fez estradas no seu Estado. Quis Deus que estivesse presente aqui o Senador Tião Viana, Líder dessa ampla coligação, que dá sustentação e luz ao Governo Lula. Está aí um bom nome para ser o primeiro Ministro do PMDB: Senador Valdir Raupp. Isso se daria graças à sua dedicação aos principais caminhos do desenvolvimento: energia e transporte.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Obrigada, Senador Mão Santa, pelo seu aparte, que enriquecerá meu pronunciamento, com certeza.

Quando eu era Governador de Rondônia, trocamos experiência com o Piauí tanto na área de transporte quanto na área de energia elétrica. V. Ex<sup>a</sup> fez um grande trabalho no Piauí, no qual nos espelhamos.

Quanto à sugestão para ocupar o cargo de Ministro, creio que, dentro do meu Partido, o PMDB, com certeza, há nomes mais experientes do que o meu para assumir Ministérios, se for o caso.

Continuando, Sr. Presidente, quero dizer que são inúmeros os motivos que me levam a assumir essa posição. Os mais importantes são os objetivos que o caracterizam e os resultados que tem apresentado em benefício de milhares de brasileiros que habitam as regiões mais afastadas do País. Assim, peço ao Governo Federal que assegure os recursos orçamentários de que o Prodeem necessita, para poder continuar trabalhando em benefício de tantas comunidades que carecem de energia, um bem considerado banal nos grandes centros do País.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria ainda de falar sobre as linhas de transmissão de que o meu Estado necessita.

O Prodeem foi e será ainda importante nas comunidades isoladas, as quais nem mesmo as próximas linhas de transmissão a serem construídas no meu Estado poderão alcançar.

Há a linha que liga Ji-Paraná, no centro do Estado de Rondônia, a Costa Marques, uma das regiões mais distantes, mais isoladas, já na divisa da Bolívia. Essa linha passará por Alvorada, São Miguel, Seringueiras e São Francisco, atendendo a uma população de mais de 80 mil habitantes ao longo da BR-429.

Há a interligação ainda da vizinha Bolívia. Podemos estender uma linha. Já que há hoje uma certa sobra de energia, com a construção da termoelétrica a gás natural na bacia do Amazonas, de Urucum, poderemos vender energia à Bolívia. Já que o Brasil está comprando gás da Bolívia, por que não vender um pouco de energia àquele país?

Essa linha de transmissão certamente irá estreitar também os laços entre o Brasil, o meu Estado de Rondônia e o país vizinho, a Bolívia, principalmente com o Departamento de Beni, que carece de energia elétrica, trabalha ainda hoje com energia gerada a motores e a óleo diesel e está precisando dessa energia do Brasil.

Há ainda a interligação nacional do sistema, que vai de Vilhena, puxando da subestação de Ji-Paraná, até Jauru, uma cidade no Mato Grosso, uma linha tão importante para a interligação do sistema. Sabemos que, até 2010, todos os sistemas isolados estarão interligados ao sistema nacional. Trata-se de uma obra muito importante também.

Há ainda a linha que vai de Jaru a Machadinho, uma cidade distante, a 150 quilômetros do eixo do leito da BR-364, e da linha de transmissão, que passa também pelas cidades de Theobroma e Anari, atendendo a inúmeras localidades ao longo desses 150 quilômetros. Mais ainda: um linhão, que vai de Porto

Velho, passando por Jaci-Paraná, Abuna, Mutum, Nova Califórnia, até Extrema, na divisa do Estado do Acre, que ainda não tem o rebaixamento da linha de transmissão Porto Velho/Rio Branco, a qual o Senador Tião Viana conhece muito bem, pois se trata de uma obra fantástica! Ocorre que esse rebaixamento teria que seguir uma linha desde Porto Velho, passando por todas essas comunidades, pois certamente existem algumas localidades no Estado do Acre que precisam também desse rebaixamento, porque, nem sempre uma linha de transmissão é rebaixada em todas as comunidades por onde passa, sendo preciso construir uma linha auxiliar, separada da linha-mestra de transmissão.

Sr. Presidente, no pouco tempo que me resta, quero falar dos projetos fantásticos das usinas do rio Madeira. Trata-se da construção de duas usinas, a de Santo Antônio e a de Giral, que vão gerar sete mil megawatts de energia para abastecer todo o Norte e o Centro-Oeste, e, talvez, ainda sobre energia para abastecer outras localidades do Brasil. Sr. Presidente, essas obras vão gerar mais de vinte mil empregos diretos, além de ICMS, após a geração de energia, aumentando, assim, a receita do Estado de Rondônia, o que gerará renda e riqueza para o povo do meu Estado.

Sr. Presidente, rapidamente, quero ainda falar a respeito de um encontro que se dará no Peru, na cidade de Trujillo, nos dias 6, 7 e 8.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Pois não, Senador Amir Lando, com o maior prazer.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Senador Valdir Raupp, V. Ex<sup>a</sup> brinda o Senado com uma discussão sobre a questão energética do Estado de Rondônia, que, poderíamos dizer, é também de interesse nacional, sobretudo quando aponta a solução da energia solar para atender às pequenas comunidades isoladas deste País. E não só Rondônia, o Acre, o Amazonas, o Amapá, Roraima, o Pará, mas também, com absoluta certeza, várias comunidades do Nordeste e do Centro-Oeste também necessitam dessa fonte de energia tão importante, principalmente quando a luz solar é tão abundante neste País. Na verdade, temos que explorar mais essa forma de obter energia, que é tão necessária ao desenvolvimento, ao progresso, ao bem-estar das nossas populações. Mas V. Ex<sup>a</sup>, ao abordar essas questões, passando em revista os problemas de Rondônia, realça a questão das hidrelétricas do rio Madeira, projetos de interesse nacional. O Presidente Lula, em Rio Branco, Capital

do Acre, afirmou, com todas as letras, a importância desses programas. Também a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, tem sido veemente nas suas declarações sobre a importância dessas obras e a celeridade que S. Ex<sup>a</sup> quer dar a projetos dessa natureza, ou seja, que vêm aumentar o potencial energético nacional. Nobre Senador, trata-se de energia limpa, não poluente, principalmente porque a relação ambiental dessas barragens é a melhor possível, índices muito pequenos afetam a natureza. Isso significa que elas têm preferência neste momento, por isso, estamos engajados nessa luta. Quero, neste momento, afirmar a minha adesão a esses projetos. V. Ex<sup>a</sup> mencionou, de relance, também o gasoduto. É um absurdo que, hoje, estejamos esperando uma solução judicial a respeito de um tema que ofende o bom senso. As ações propostas pelo Ministério Público não têm a mínima razão de ser. Vamos prejudicar, na construção do gasoduto, cerca de mil e oitocentos hectares de florestas, que serão imediatamente recuperados, reflorestados, e, se não o reflorestássemos, V. Ex<sup>a</sup> bem sabe que a natureza se recompõe com muita agilidade, com muita pressa, com a voracidade amazônica, com a voracidade tropical. Enquanto isso, atrasamos meses, anos, porque se estabelece uma querela indevida, imprópria e inconcebível. Sabemos que, a cada dia, são queimados, em Rondônia, um milhão e cinqüenta mil litros de óleo diesel para geração de energia apenas na usina de Porto Velho. Isso é uma afronta e uma agressão ao meio ambiente, à economia e aos cofres da Nação! E quem paga é o Brasil inteiro, porque sabemos que há um subsídio nacional do sistema, o CCC, com o qual todos contribuem para o consumo da energia na Amazônia. Parabéns V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que faz. Precisamos ter bom senso no trato de questões tão importantes para o Brasil. Preservar o meio ambiente é, sobretudo neste momento, produzir energia limpa, a energia do gás de urucum ou a energia da água abundante do rio Madeira, e essas duas hidrelétricas são um imperativo nacional.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Nobre Senador Amir Lando, V. Ex<sup>a</sup>, que conhece bem os problemas do nosso Estado, inclusive já os vivenciou nas crises de energia elétrica, também já contribuiu muito, e, agora, como Líder do Governo Lula no Congresso Nacional, poderá contribuir mais ainda para que essas obras, tão importantes para o Norte e para todo o Brasil, possam ser concretizadas, concluídas.

Sr. Presidente, falava eu da interligação ou da integração dos corredores de transporte do Brasil com o Peru e com os demais países andinos. Por isso, quero

informar a V. Ex<sup>as</sup> que acontecerá, em Trujillo, no Peru, nos dias 6, 7 e 8, um encontro de quatro países, Brasil, Colômbia, Equador e Peru, para discutirem, os respectivos Ministros de Transportes e os Parlamentos dos países envolvidos, esses corredores de integração com o nosso País, para, de uma vez por todas, fazermos essa ligação, essa aproximação com os países vizinhos, há muitos anos almejada.

Era o que tinha para o momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Valdir Rapp, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 532, DE 2003**

**Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do**

Ex Deputado e Ministro da Saúde, Carlos Santana, brilhante e honesto homem público.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2003. – **Arthur Virgílio, Tião Viana.**

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio e, em seguida, o Senador Tião Viana, ambos subscritores do requerimento que acaba de ser lido.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um breve, lamentável e triste registro: acaba de falecer, na manhã de hoje, o ex-Ministro Carlos Sant’Anna.

Ele foi Deputado Federal pela Bahia, foi Ministro da Saúde, no Governo Sarney, e chegou a ser Líder de Partido. Um homem íntegro – que teve um final de vida sofrido –, um homem honrado, um homem que morreu nos limites da pobreza honrada que a sua vida pública lhe podia conferir. Por isso, Sr. Presidente, oralmente, tomado de emoção, colega dele que fui, amigo dele que tive a honra de também ser, amigo de sua família, peço à Casa um voto de pesar. E mais

ainda: que isso também seja comunicado à viúva, aos filhos e aos seus familiares.

Sr. Presidente, por ser uma perda muito grande para a vida pública, temos que criar nesta Casa, cada vez com mais força, a idéia de que não somos utilitaristas, que sabemos homenagear as pessoas que já foram e não apenas as que são. Aquelas que já foram, as pessoas inativas na vida pública, são pessoas de mérito, de valor, e que fazem falta. Ele, que estava ausente, até pelo aconselhamento que jamais negaria a nenhum de nós, sábio como era, culto como era, honrado como sempre foi o Ministro Carlos Sant’Anna, deixa em todos os seus companheiros e ex-colegas um travo de enorme amargura, de enorme tristeza com a notícia de sua morte, provocada por diabetes, hipertensão e problemas cardiovasculares.

Em 1985, foi Ministro da Saúde do Governo Sarney. Em 1988, durante a Assembléia Nacional Constituinte, foi Líder do Governo Sarney. No ano seguinte, ocupou novamente a Pasta da Saúde. Um grande homem, portanto, que o Congresso Nacional perdeu! Um grande homem que o Brasil deve prantear!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Líder do PT, Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito breve. Desejo apenas pedir permissão ao nobre Senador Arthur Virgílio para associar a minha assinatura à dele nesse requerimento de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Santana. Todos os Senadores do Bloco de Apoio ao Governo expressam o seu sentimento nessa assinatura e, ao mesmo tempo, respeitam a biografia política, a história e o exemplo dado pela figura política do ex-Ministro Carlos Sant’Anna. A homenagem do Senado Federal é justa e o lamento, necessário, neste momento de perda de homem público no Brasil.

Sr. Presidente, também gostaria de expressar o posicionamento do Governo, no plenário do Senado Federal, quanto a Amina Lawal, condenada pelo tribunal islâmico de Funtua, na Nigéria, fato que gerou resistência na comunidade internacional que defende os direitos humanos.

O Senador Arthur Virgílio citou o exemplo do ex-Presidente Fernando Henrique, que, com a preocupação e a responsabilidade de um homem com interesse num mundo melhor e na preservação dos direitos humanos na comunidade internacional, teve a grandeza de ligar para o Presidente da Nigéria e pe-

dir-lhe uma reflexão maior sobre essa sentença, conseguindo o adiamento da condenação.

Esse bom exemplo deve ser seguido pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Espero que Sua Excelência também ligue e faça a sua manifestação ponderada, dentro dos limites do respeito à soberania e à autodeterminação dos povos, para que o Presidente da Nigéria reflita mais a respeito dessa eventual condenação, influenciado também pela política de direitos humanos que paira em todo o Planeta.

V. Ex<sup>a</sup>, que preside a sessão, é um homem estu-  
dioso do cristianismo. Assim deixo-lhe o exemplo de São Paulo, um dos mais fortes algozes do apedrejamento de Estevão, que defendia apenas o cristianismo e idéias de um mundo religioso diferente daquele em que vivia a comunidade de Cristo. Paulo, após esse fato, passou por um processo profundo e radical de conversão, afirmando-se como o maior defensor do cristianismo.

Esse tipo de condenação feita na Nigéria termina com a pessoa soterrada viva, com exceção apenas da cabeça, recebendo pedradas. Isso fere a dignidade humana e qualquer princípio de paz e defesa dos direitos humanos.

Portanto, assumo o compromisso de conversar com o Líder Mercadante para que façamos gestão junto ao Presidente, a fim de que Sua Excelência também tente conseguir uma reflexão a mais do Presidente da Nigéria sobre esse episódio.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa)** – A Casa enviará o voto de pesar, ao qual a Mesa também se associa por ver na figura do ex-Ministro Carlos Sant’Anna um dos maiores valores da ciência médica, que fez dela a mais humana das ciências. Ele, como médico, foi um grande benfeitor da Humanidade e, nesta solenidade, coincidentemente, estão presentes três médicos: o Senador Tião Viana, o Senador Mozarildo e eu, que presido a sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa)** – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, do PPS de Roraima.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, V. Ex<sup>a</sup> observou que se encontram no plenário três médicos: o Presidente da sessão, eu, na tribuna, e o Senador Tião Viana, no plenário.

Na minha formação médica, aprendi que toda posição deve ser tomada precedida de exames depois da feitura de um diagnóstico adequado, portanto nunca por uma impressão diagnóstica, nunca apenas por se achar

que é ou por adivinhação. Por isso mesmo, Sr. Presidente, desde que assumi o mandato nesta Casa, e mesmo anteriormente, quando Deputado Federal, tenho tido a curiosidade de fazer o diagnóstico da atuação das ONGs no Brasil. No entanto, não gosto de generalizações. Quando se encontra uma dessas organizações praticando atos ilícitos, não se pode dizer que todas agem do mesmo jeito, assim como, porque algumas delas são verdadeiros exemplo para o Brasil, não se deve concluir que todas são sacrossantas.

Portanto, no meio dessas quase duzentas e cinquenta mil organizações não-governamentais que existem no Brasil, de fato muitas são sérias, e podemos citar várias: o Instituto Ayrton Senna, o Viva Cazuza e as Apaes. Várias delas, realmente, são muito importantes.

Eu requeri a constituição de uma CPI para investigar essas organizações não governamentais e fui seu Presidente. Embora tenhamos atravessado um período de turbulência no Senado, com cassação de Senadores e outras CPI relevantes sob o ponto de vista do interesse público imediato, como as CPIs do Futebol e do Roubo de Cargas, além de outras, conseguimos conduzir nossos trabalhos sem a preocupação de estar na imprensa fazendo declarações, sob os holofotes, embora tenhamos sido procurados por alguns órgãos da imprensa.

Assim, nos Anais da Casa, essa CPI registrou a conclusão de que pelo menos dez dessas ONGs estavam, claramente, praticando atos ilícitos e nocivos não só a determinados setores da sociedade ou da economia, mas ao próprio Brasil. Um exemplo delas é a Focus on Sabatical, uma ONG com sede no Canadá e nos Estados Unidos, cuja ação era convencer os produtores de soja brasileiros a não produzirem, oferecendo-lhes, caso não plantassem o produto, o pagamento do que lucrariam com ele. Veja que tentação, Sr. Presidente: se a pessoa plantasse, teria todo aquele cuidado de adubar, colher e vender para obter uma faixa de lucro, enquanto essa ONG patrocinava os produtores para não fazê-lo.

Como somos o primeiro produtor mundial de soja, o seu objetivo era impedir que competíssemos, no mercado internacional, com os Estados Unidos e o Canadá. Para eles, cujo interesse principal sempre foi o comercial, isso era muito nocivo. Assim, utilizaram-se de uma ONG para fazer um tipo de trabalho que não poderia ser realizado formalmente, por intermédio do Governo. O fato representa uma agressão à nossa economia e à soberania nacional, já que influi na nossa balança comercial e no mercado interno, pois se a produção de soja cair o produto encarecerá internamente e isso desempregará muita gente no

campo, mas esse é apenas um exemplo das dez organizações que foram indicadas pela Comissão.

Sr. Presidente, essas ONGs realmente são muito poderosas e ouvi isso pelo menos de dois Presidentes.

Quando o ex-Presidente Collor assumiu, S. Ex<sup>a</sup> desfez um ato do ex-Presidente José Sarney a respeito da demarcação da área indígena dos ianomâmis, em Roraima e no Amazonas. O Presidente José Sarney, depois de consultar todos os setores, homologou um decreto que criava a reserva de maneira descontínua, colocando no meio dela uma floresta nacional. Portanto, de qualquer forma, não poderia haver a utilização pura e simples daquela área. E o que fez o Presidente Collor? Veio em seguida, pressionado justamente por essas ONGs, que estão associadas, infelizmente, ao Banco Mundial, ao BID e ao FMI, e impuseram uma revogação do decreto do Presidente Sarney e S. Ex<sup>a</sup> então demarcou toda uma área que representa, Sr. Presidente, mais de 9 milhões de hectares para cerca de 4 mil índios. Isso foi feito exatamente por pressão.

E ouvi, lá no Estado do Acre, numa reunião, o Presidente Lula preocupado com a questão indígena, de uma área do meu Estado, Raposa Serra do Sol, apelar para o Governador e para o Ministro da Justiça no sentido de resolverem logo essa questão, encontrando uma solução pacífica, porque Sua Excelência não agüentava mais as pressões das ONGs européias.

Ora, Sr. Presidente, esse chamado terceiro setor chegou a um nível que exige realmente uma reflexão. É importante ter o terceiro setor voltado para a solidariedade, para o voluntariado, para a prestação da ação no campo social, mas quando se faz uma análise, mesmo superficial, observa-se que o grande foco dessas ONGs é a questão ambientalista e indigenista. Não por acaso, porque é justamente nessa questão, por exemplo, na minha Amazônia, que estão as grandes riquezas. Não vou nem citar, Sr. Presidente, os minerais, a biodiversidade, representada pela fauna, pela flora, basta citar um elemento na Amazônia que já justificaria o grande interesse pelas ONGs: a água. Na Amazônia está um quinto da água doce do mundo. E, hoje, já existem locais no mundo em que está se brigando por água. O Canadá já está vendendo água. Então, na verdade, a água é o grande mineral, se assim podemos dizer, do futuro, é a grande importância que todo país desenvolvido está de olho.

Mas, é lógico, além da água, temos bastante minerais. Não só os comuns, como o ouro, o diamante, mas principalmente os de terceira geração, como nióbio, titânio, urânio, que realmente são os minerais que

interessam às grandes potências. Fora, evidentemente, a riqueza da nossa biodiversidade que interessa à indústria farmacêutica, os princípios ativos da nossa fauna, que nós não conhecemos, mas que eles já têm inclusive patenteado. Os princípios ativos, também, da nossa fauna, porque sabemos que até alguns insetos, alguns sapos, algumas cobras têm substâncias que são utilizadas para produzir remédios.

Tudo isso nos leva, Sr. Presidente, como brasileiros, a pensar de maneira isenta, sem fundamentalismos.

Não posso admitir quando algumas pessoas, ao se falar em ONG, não aceitam qualquer questionamento a respeito, como se elas fossem perfeitas: elas não podem ser sequer supervisionadas, não devem prestar contas do dinheiro que recebem. Hoje, inclusive, a maioria delas vive de recursos públicos. Portanto, nem poderiam ser chamadas de Organizações Não-Governamentais, porque estão sendo financiadas com recursos públicos, do contribuinte que paga imposto.

Trago hoje para análise justamente um novo problema envolvendo de novo uma ONG, que está traçando – traçando, Sr. Presidente! –, um plano para o Governo Federal.

O Jornal **O Estado de S.Paulo**, do dia 1º de julho, traz uma matéria que diz o seguinte:

“Ambiente. Ministra recebe propostas para barrar desmatamento na Amazônia. Documento foi elaborado pelo Museu Emílio Goeldi [do Pará] e a ONG Conservation International do Brasil”.

Ora, Sr. Presidente, será que não temos técnicos? Será que o correto não seria os Governadores da Amazônia, os Parlamentares da Amazônia sentarem-se à mesa para discutir, para elaborar um plano inteligente que pudesse, de maneira racional, tratar dessa questão do desmatamento da Amazônia? Até porque também essa questão é tratada de maneira emocional, visando um **marketing** negativo para a Amazônia. Fala-se em desmatamento como se a Amazônia tivesse a metade de sua área desmatada, quando se sabe que nem 12% da Amazônia foi tocado pelo homem. Então, há uma série de falsos documentos científicos que embargam essas mentiras que são permanentemente repetidas, e já se sabe que uma mentira repetida muitas vezes termina se tornando ou sendo ouvida como verdade.

Não posso entender certas condutas. Faço até um apelo à Ministra Marina Silva, que sei que é uma nacionalista, uma brasileira que nasceu num Estado pobre da Amazônia, no sentido de desmistificarmos

algumas questões a respeito da Amazônia. A Amazônia, por exemplo, não é como é o Estado do Acre; só. Não é como é o Estado do Amazonas. Ela tem vários ecossistemas. No meu Estado temos três ecossistemas diferentes: temos a mata clássica da Amazônia, temos os lavrados de Roraima que equivalem mais ou menos aos cerrados do Centro Oeste e temos a região de montanhas que faz fronteira com a Guiana e com a Venezuela. São realidades completamente diferentes, no entanto, para a grande mídia nacional e internacional, a Amazônia é só floresta, o que não é verdade.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR) – Com muito prazer, logo em seguida, Senador José Jorge.

Mas, ainda assim, vamos ver como está a legislação hoje.

E qual é a proposta dessa ONG e do Museu Emílio Goeldi? Proibir, simplesmente, por quatro anos, qualquer tipo de derrubada de uma mata, para qualquer finalidade. Mas hoje, na Amazônia, o que escapar de reserva ambiental, ou unidade de conservação ambiental, que tem vários rótulos: parques nacionais, reservas ecológicas e tantos outros, o certo é que temos hoje 8% do território nacional, quase todo na Amazônia, destinado a reservas ambientais. E temos 12% do território nacional já demarcados para reservas indígenas. Portanto, 20% do território nacional já estão reservados para isso. Agora, na Amazônia, onde se concentra a maioria dessas reservas, o que escapa daí, ou é terra devoluta, uma questão também muito complexa e indefinida, ou é propriedade particular. Pela legislação atual, Sr. Presidente, na propriedade particular, o proprietário só pode desmatar 20%, ou seja, só pode utilizar 20% da sua área; se tiver mata, porque se estiver no lavrado de Roraima não tem mata para desmatar. Inclusive ele precisa fazer um trabalho sério, verdadeiro, para não enganar, por exemplo, o brasileiro que não saiu do Sul ou do Sudeste e que tem uma imagem diferente da Amazônia.

Fico realmente perplexo quando vejo um museu, com todo respeito – conheço o Museu Emílio Goeldi, formei-me em Belém – um museu e uma ONG apresentarem para a Ministra um trabalho para suspensão do desmatamento na Amazônia por quatro anos.

Minha sugestão é que esse tema tenha uma discussão aberta, antes de vir como uma proposta, como uma lei do Governo, seja previamente debatido

com as lideranças dos partidos, principalmente as lideranças no Senado que representam os Estados.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – O nobre orador me permite um aparte?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR) – Logo em seguida, Senador Amir Lando.

No fim, as vítimas dessa política são os Estados. A palavra final, real, é que as terras são confiscadas pelo Governo Federal, que não dá nenhuma contrapartida. Por exemplo, quando tira de uma área que é confiscada para ser uma reserva indígena ou uma reserva ecológica, não se indeniza o proprietário que estava lá. No meu Estado, há uma fila de pessoas que foram tiradas das ditas reservas indígenas. Em apenas duas décadas e meia, o número desses casos aumentou mil por cento, enquanto a população indígena não aumentou nem trinta por cento.

Na verdade, temos que abrir essa caixa-preta. Até repetindo o que disse recentemente o Presidente Lula, temos que abrir essa caixa-preta e nacionalizar esse problema, tirar esse debate de meia dúzia de tecnocratas e de ONGs, trazendo-o para o Congresso Nacional, para o Senado, para que possamos ter clareza do que realmente está sendo feito. Se não estamos sendo vendidos por pessoas que financiam alguns pesquisadores, por empresas multinacionais que financiam algumas ONGs. Basta dizer que o nome dessa ONG é Conservation International do Brasil.

Mas quero conceder o aparte inicialmente ao Senador José Jorge, que me pediu primeiro, e, em seguida, ao Senador Amir Lando, com muito prazer.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Mozarildo Cavalcanti, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento, principalmente quanto à preocupação já demonstrada anteriormente sobre a atuação das ONGs, internacionais e brasileiras, que atuam aqui no nosso País. A criação desse novo setor, o das ONGs, é uma coisa bastante meritória, mas atualmente muitas ONGs são criadas basicamente para mobilizar recursos do Governo. Hoje em dia, o Governo faz uma série de restrições de natureza legal para contratar, pagar, fazer licitação etc., e, no Governo Presidente Lula, do PT, ainda em maior quantidade, as ONGs estão fazendo trabalhos que efetivamente deveriam ser feitos pelo Governo, sendo remuneradas com recursos federais. Então, isso não é ONG, que significa organização não governamental. Essa seria organização governamental privada; seria a privatização das ações do Governo, o que o PT sempre combateu. Esperamos que não só no caso específico do Ministé-

rio do Meio Ambiente, mas em todos os ministérios, seja realmente verificado o que o Governo deve fazer. Quando o trabalho for feito por uma ONG, que seja feito por meio de um contrato de prestação de serviço, como se ela fosse uma empresa. Se a ONG está sendo remunerada, tem de atuar como uma empresa. Creio que a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> com relação a isso é muito importante.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** – Agradeço muito o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Jorge. Em meu Estado, duas ONGs que tratam da saúde indígena recebem para atender – veja bem – menos de vinte mil índios, mais do que todas as prefeituras do interior, que atendem mais de trezentos mil habitantes! Portanto, alguma coisa está errada nessa história. Vamos investigar, vamos esclarecer, vamos dar transparência ao trabalho das ONGs. Aliás, há uma ONG que tem o nome de transparência. No entanto, elas não querem prestar contas.

Há um projeto que saiu da CPI das ONGs e que visa justamente fazer com que as ONGs, como qualquer instituição, como qualquer fundação, se submetam a um cadastro, prestando contas das atividades para cuja finalidade foram criadas e prestando conta dos recursos que recebem do Poder Público, principalmente, e também de particulares. Se devesse ser diferente, não teríamos por que intervir no futebol e criar uma legislação que colocou ordem nessa bagunça da cartolagem. Quem paga ingresso para assistir aos jogos de futebol é o cidadão comum. Mesmo assim, essa organização, que capta tantos recursos, deve prestar satisfação das suas contas.

É necessário, portanto, aprovar esse projeto, que estava aqui e teve seu retorno pedido para a CCJ, a fim de que comecemos a organizar o chamado terceiro setor. Se ele é, como procura colocar-se, algo muito sério e que só age corretamente, por que tem medo de prestar contas? Por que tem medo de se submeter à fiscalização do Poder Público? Por que tem medo, por exemplo, de publicar o seu balanço e dizer claramente a origem dos seus recursos?

Concedo o aparte ao ilustre Senador Amir Lando.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> mais uma vez traz ao Senado da República assunto de extrema relevância, sobretudo para nós, amazônidas. Quero fazer coro com V. Ex<sup>a</sup> para dizer, principalmente em nome das populações dos nossos Estados, particularmente do Estado de Rondônia, que não podemos ficar alheios à discussão democrática deste tema. As soluções para a Amazônia devem ser retiradas daquilo que seja o consenso, o entendimento médio dos povos da

Amazônia. Não podemos abrir mão da discussão em busca do melhor caminho. Afinal, o nosso rumo, o nosso destino, sobretudo na democracia, tem de respeitar a vontade das gentes, e as nossas gentes têm que falar, têm que dizer como proceder. É claro que todos queremos defender o meio ambiente. Não serão medidas extremas no papel que vão resolver os fatos. Os fatos fazem as leis, e não as leis fazem os fatos. Esta é a realidade a que temos de nos curvar. Não há como inventar, enganar a si mesmo, enganar sobretudo a opinião pública. Queremos estabelecer a discussão democrática. É o mínimo que a Amazônia exige, reclama, postula e do que não abre mão.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR) – Agradeço, Senador Amir Lando, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, um amazônida, homem que conhece muito bem essa questão, tendo sido Relator de uma emenda constitucional que visa trazer para o Senado a apreciação da criação de reservas ambientais e reservas indígenas, não no sentido de impedir a criação de reservas indígenas ou ambientais, mas para submeter à apreciação dos Estados, aqui representados igualmente, esse verdadeiro confisco de terra dos Estados.

Sr. Presidente, farei um ofício à Ministra Marina Silva – eu poderia fazer um requerimento formal para que a Mesa encaminhasse um pedido de informações sobre esse tema, mas vou fazer um ofício. Há poucos dias, fiz um requerimento formal de pedido de informações, e a Ministra me respondeu informalmente, o que me sensibilizou bastante. Foi a primeira vez que vi um Ministro cumprir o prazo para responder e fazê-lo de maneira informal, respondendo diretamente ao Senador. Fiquei sensibilizado e admirado com esse gesto da Senadora Marina Silva, hoje Ministra do Meio Ambiente e por isso não vou fazer um requerimento de informações, mas um ofício pedindo que S. Ex<sup>a</sup> me informe, abrindo essa discussão, no mínimo para o Senado. Nós, da Amazônia – o ideal é que fosse todo o Congresso – não podemos permitir que a MP chegue pronta e acabada, sem que possamos modificar quase nada.

Farei esse apelo, e espero contar com o apoio do Senador Tião Viana – que é um amazônida, homem consciente da realidade da Amazônia – e de todos os demais Senadores.

Sr. Presidente, não há – até pela minha formação, repito, de médico – precipitação em concluir o diagnóstico, nem em indicar um tratamento. Desde que concluímos o trabalho da CPI, pretendemos aprovar as sugestões da CPI, inclusive o projeto que regulamenta a ação das ONGs. Surpreendentemente, houve pedido para o projeto voltar para a CCJ. Não enten-

do o porquê, mas voltou. Espero que seja rapidamente aprovado naquela Comissão, discutido e aprovado pelo Plenário, porque não se está fazendo nada demais, a não ser pedir que as ONGs sejam fiscalizadas, observadas, e que prestem conta à sociedade do que fazem.

Portanto – repito –, enviarei esse ofício à Ministra, pedindo as informações e, pelo fato de ser uma Parlamentar, que S. Ex<sup>a</sup> nos encaminhe a matéria antes, para discutirmos este chamado projeto de suspensão do desmatamento da Amazônia. Ninguém desmata a Amazônia por desmatar, só para ver o lugar sem mata. E ninguém desmata também só para fazer pastagem, o que seria uma utilidade. Desmata-se para fazer agricultura. Os índios fazem isto: desmatam para fazer suas roças e construir suas casas.

Aliás, também nesse jornal, no meio da notícia, há outra inverdade: “As terras indígenas impedem a devastação”. Não é verdade. A prática dos índios é exatamente desmatar e plantar; quando se esgota essa terra, eles vão para outro lugar, desmatam e plantam; e fazem isso todo o tempo. Em Roraima, conheço vários casos de reservas indígenas que não têm mais madeira e vão pedir, ao proprietário vizinho, permissão para tirar madeira para construir as suas palhoças, as suas casinhas.

Encerro, Sr. Presidente, somando-me ao apelo feito aqui pelos Senadores Arthur Virgílio e Tião Viana para que o Governo brasileiro faça um pedido de clemência em favor de Amina Lawal, porque não podemos, no mundo civilizado em que estamos vivendo, ainda aceitar, pacificamente, a pena de morte, principalmente para quem, sabidamente, é inocente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – A Presidência quer informar que o Senador Mozarildo Cavalcanti ultrapassou em cinco minutos e vinte e cinco segundos o seu tempo no seu sábio pronunciamento. A nossa tolerância foi em homenagem a Santo Estevão, que foi apedrejado e que foi o orador bíblico que mais demorava em seus sermões.

A história da humanidade se repete quando, nestes tempos de globalização, não se ouvem as palavras de Cristo: “Amai-vos uns aos outros. Não matais”. Um país do mundo, a Nigéria, condena uma mulher à morte, a pedradas, como Santo Estevão morreu. Esqueceram-se também destas palavras de Cristo: “Atire a primeira pedra quem não tiver pecado”.

Queremos nos associar às manifestações em defesa de Amina Lawal, às manifestações do Líder do PT, Senador Tião Viana, da Liderança do PSDB, na voz do Senador Arthur Virgílio, e do Senador Mozaril-

do Cavalcanti, que interpretam todo o sentimento e a sensibilidade do povo da República brasileira e também a nossa preocupação.

Temos certeza de que esta Casa, com 180 anos de lutas, onde ultimamente tenho presenciado a coragem de nos pronunciarmos contra o poderoso Presidente dos Estados Unidos, de nos posicionarmos contra o ditador Fidel Castro, não se esquivará de seu dever. Agora o pedido é a favor do amor, da clemência.

Inspiramo-nos no ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, nesse caso, transmitiu o sentimento deste País da paz e do amor e conseguiu que essa pena fosse adiada. Pediu ele, ainda, permissão para que a condenada se exilasse em nosso País.

Temos certeza de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com seus propósitos e a sua personalidade cristã, que tem se saído tão bem em todas as suas incursões pela paz e pelo desenvolvimento do mundo, haverá de conseguir que o mundo se liberte de um fato como esse. Que volte a pedir ao Presidente da Nigéria clemência e ofereça o nosso País para asilar aquela nossa irmã, filha de Deus, condenada.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela Liderança do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Amir Lando, Líder do Governo no Congresso Nacional.

Logo em seguida, pela Liderança do PMDB, ao Senador Romero Jucá.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é só para me associar ao comitê de clemência hoje anunciado nesta Casa, comitê que objetiva preservar a vida de Amina Lawal.

A Nigéria não pode continuar na barbárie. O Presidente Lula envidará todos os esforços no sentido, se não da extinção, ao menos da suspensão da pena. Certamente oferecerá à condenada aquilo que o Brasil já ofereceu no Governo Fernando Henrique: o asilo político.

Sr. Presidente, quero dizer que o Presidente Lula vai tomar todas essas providências. A sua sensibilidade não lhe permitiria agir diferentemente diante do ato extremamente desprezível que é o apedrejamento de um ser humano. A humanidade se comove e os brasileiros também pulsam no sentido de buscar a clemência.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra, como Líder do PMDB, ao Senador Romero Jucá, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

Em seguida, ouviremos o orador inscrito, o Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, serei rápido. Quero fazer apenas duas colocações.

A primeira delas é pela Liderança do PMDB: quero juntar-me e juntar a voz do PMDB às vozes que aqui solicitaram ao Presidente Lula que atue de forma firme e consistente para ajudar Amina Lawal, cidadã condenada na Nigéria pelo motivo que todos nós aqui conhecemos. Que ela possa ter o perdão da sua condenação e que, se necessário e se essa for a vontade da Nigéria, seja recebida no Brasil. O que aqui foi colocado pelo Líder Arthur Virgílio e pelos Senadores Tião Viana, Amir Lando e Mozarildo Cavalcanti é, também, uma posição do PMDB e nós queremos aqui explicitar essa posição.

A segunda questão que gostaria de registrar e sobre a qual gostaria de falar: na próxima semana estarei apresentado uma proposta à Comissão de Assuntos Econômicos para que criemos um grupo de trabalho naquela comissão para discutir ações concretas que ajudem a redução das taxas de juros no Brasil.

Por que isso, Sr. Presidente? Eu anuncio aqui com satisfação e quero também aplaudir, em nome do PMDB, o seguinte: o Governo, a Febraban e as centrais sindicais assinaram um protocolo de intenções para tentar baixar o **spread** bancário que hoje é cobrado no Brasil.

Todos nós sabemos que a taxa de juros real cobrada do cidadão é fruto de uma série de somas. Ela é fruto da taxa Selic, somada ao risco de emprestar recursos e ao risco de resgatá-los por cobranças judiciais. Enfim, além da taxa Selic, uma série de componentes efetivamente encarecem o dinheiro brasileiro. Hoje estamos cobrando hiperjuros no Brasil – no cheque especial, no cartão de crédito –, juros extorsivos, que precisam ser baixados com consistência.

A proposta é que, na Comissão de Assuntos Econômicos, analisemos todos os entraves, em conjunto com o Banco Central e com os maiores bancos brasileiros, para aprovarmos leis que facilitem a cobrança da dívida, o resgate de bens, enfim, leis que façam que o risco de emprestar recursos seja menor e mais barato. Se isso ocorrer, estaremos beneficiando o cidadão que

paga em dia e que hoje é obrigado a pagar juros altos, porque há pessoas que atrasam o pagamento, pessoas que, escudadas nas sistemáticas da lei, evitam o pagamento ou a devolução do bem.

Estamos num momento importante: a Fipe registrou uma deflação de 0,16% no mês de junho. Temos, então, todas as condições – inflação caindo, trabalho conjunto do Congresso, mudança de leis e de regulamentos – que podem fazer com que os juros baixem no Brasil.

Vou apresentar, na Comissão de Assuntos Econômicos, na próxima semana, essa proposta. Espero contar com o apoio de todos os partidos para, rapidamente, assim como vamos fazer na questão da segurança e do porte de armas, podermos analisar e propor ações concretas que mudem a regulamentação e a lei para possibilitar também a queda dos juros, além da diminuição da própria taxa Selic.

Peço a transcrição das matérias que registrei e agradeço a oportunidade.

Muito obrigado

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

**Governo, Febraban e centrais sindicais assinam protocolo de intenção para baixar spread bancário**

Brasília – O Governo assinou nesta quinta-feira um protocolo de intenções com representantes da Federação Brasileira de Associações de Bancos (FEBRABAN) e das centrais sindicais para criar um grupo de trabalho com o objetivo de reduzir os juros cobrados pelas instituições financeiras dos trabalhadores.

Para promover essa queda, os bancos teriam como garantia o pagamento de seus empréstimos descontado dos salários dos funcionários.

O Governo vai estudar mudanças na legislação para permitir que os trabalhadores do setor formal da economia possam tomar empréstimos nos bancos e dar como garantia uma parte de sua folha de pagamento. Segundo o secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, essas alterações devem vir sob a forma de lei ou Medida Provisória. Atualmente, o decreto nº 3.297 já permite que isso seja feito com servidores públicos, que, por este motivo, têm acesso a linhas de crédito com taxas de juros entre 30% e 3,9% ao mês. As taxas do mercado hoje variam entre 9% e 10% ao mês.

Appy afirmou que ainda não é possível saber para quanto esses juros podem cair, mas a tendência é que haja uma redução significativa. Segundo ele, o governo não vai interferir nesta negociação.

– A taxa vai ser definida nas negociações entre as centrais e os bancos. O mercado vai levá-la para um nível mais baixo. A tendência é que haja uma redução significativa, mas quem vai definir isso é a concorrência entre as instituições - disse Appy.

O secretário lembrou que o papel do governo neste processo será o de definir o marco regulatório para estas operações, além de tornar público e estimular este mecanismo.

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, disse que a minuta do projeto de lei será discutida pelos sindicatos. Ele defendeu a inclusão na lei de um percentual máximo para o comprometimento salarial com o empréstimo - não deve ultrapassar 25% em sua opinião. Ele acha também que a medida deve ser estendida aos aposentados.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, afirmou que os bancos poderão reduzir os juros cobrados no cheque especial, por exemplo, hoje entre 9% e 10% ao mês, para algo abaixo de 3%.

– Acima de 3% é uma taxa muito alta para a liquidez que os bancos terão de abater da folha de pagamento. Já fomos procurados por instituições financeiras interessadas no acordo e que ofereceram taxas mais baixas do que 3%. É possível - disse Marinho.

As instituições financeiras, contudo, acham difícil uma queda desta natureza nos juros cobrados em seus empréstimos em função do risco oferecido pelos trabalhadores e pelas empresas em que eles trabalham. Segundo o diretor da Febraban e vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Fernando da Costa, atualmente este tipo de empréstimo só pode ser concedido a funcionários públicos. Os juros para estas linhas variam entre 30% e 3,9% ao mês.

– A diferença é que os servidores públicos têm estabilidade de emprego. Ainda não está decidido qual seria a taxa cobrada - disse o diretor da Febraban.

Appy disse que o setor formal da economia poderá receber muito bilhões de reais se o acordo entre as centrais sindicais e os bancos for mesmo assinado. Ainda não há um prazo para que isso aconteça.

– Estamos falando de vários bilhões de reais se esse processo for aprovado. A idéia é que entre em prática o mais rápido possível. Mas isso ainda depende das negociações das centrais com os bancos - disse o secretário.

### **Fipe registrou deflação de 0,16% em junho**

RIO – O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) registrou deflação de 0,16% em junho. Os técnicos da Fipe já esperavam deflação, mas menor. Na terceira prévia de junho, o índice registrara alta de 0,09%. Em maio, a inflação apurada pela Fipe foi de 0,31%.

A última baixa verificada pela Fipe no IPC foi em novembro de 2000, quando o índice fechou com declínio de 0,05%. Dessa forma, a deflação de 0,16% em junho divulgada nesta manhã rompe uma tendência longa de indicadores positivos. Mas uma deflação maior, de 0,23%, havia sido apurada em fevereiro de 2000.

Dois grupos do IPC tiveram queda de preço no mês passado; alimentação (-1,35) e transportes (-0,95). O grupo habitação subiu 0,47%; despesas pessoais, 0,23%; saúde, 0,81%; vestuário, 1,09%; e educação, 0,22%.

A Fipe calcula a cada semana as variações quadrissemanais (de 30 dias) do IPC para a faixa de renda familiar entre 1 e 20 salários mínimos no município de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Senador Romero Jucá, V. Ex<sup>a</sup> será atendido de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de aproveitar a oportunidade, já que estou na tribuna, para manifestar a minha solidariedade à nigeriana Amina Lawal, que foi condenada à morte por razões absolutamente injustas e da qual ela foi vítima.

O Presidente Fernando Henrique já havia conseguido adiar a execução da pena de morte e, agora, estamos solicitando que o Presidente Lula também interfira. Inclusive, o nosso Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Amir Lando, já disse que o Presidente Lula vai interferir. Portanto, gostaria de manifestar a nossa solidariedade, não só em nome do nosso Partido, o PFL, como também em nome dos demais líderes que estão aqui presentes.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, gostaria de informar ao Plenário do Sena-

do Federal que conversei há poucos minutos, atendendo à sugestão do Senador Arthur Virgílio, com o Chefe de Gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, que demonstrou a mais absoluta e pronta sensibilidade ao tema e às sugestões apresentadas por todos nós, Senadores, dos diversos partidos, em relação à solidariedade imediata que o Brasil deve reforçar a Amina Lawal. Ele também disse que o Presidente Lula já estava sensibilizado em relação à matéria e que, seguramente, ele levaria o encaminhamento sugerido por nós ao Presidente, para que este pudesse intervir no caso e dialogar com o Presidente da Nigéria a favor de um adiamento e de uma condição outra para a condenação de Amina Lawal. E confirmou, inclusive, que reforçará o pedido e a determinação do Governo brasileiro de solicitar o asilo para essa condenada, caso haja uma sensibilidade por parte do Presidente da Nigéria. Transmito, então, com muita alegria, a decisão do Presidente Lula a favor dos direitos humanos, como ocorreu na gestão anterior do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Tião Viana. Foi ótima a notícia dada por V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador José Jorge, permite-me também um aparte?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Concedo um aparte ao Líder Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador José Jorge, de maneira bastante telegráfica, registro com agrado, o que não é surpresa: a sua posição de democrata e de cidadão profundamente ligado ao humanismo. E aproveito o seu discurso para solicitar ao Líder Tião Viana que transmita ao Presidente Lula, neste episódio, o meu mais afetuoso abraço em função do gesto – o qual não tenho nenhuma dúvida de que tomará, pois é do seu passado fazê-lo – de pedir a extinção da pena e reafirmar o asilo que já havia sido oferecido pelo Presidente Fernando Henrique à Amina Lawal. É preciso oferecer à Nigéria essa saída, e seria extremamente honroso para o Brasil se nas nossas fronteiras ela fosse cumprida. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> e ao Presidente Lula pelo gesto que anuncia que tomará. Muito obrigado, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Senadores Arthur Virgílio e Tião Viana. Essa é uma questão que foi bastante tratada aqui no Senado e será resolvida a contento pelo Poder Executivo, através do Presidente Lula.

Mas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, voltando ao tema que me trouxe à tribuna, no final de maio próximo

passado, realizou-se, na Câmara dos Deputados, o Seminário “Carvão Mineral – O Combustível do Século XXI”. Oportuníssima iniciativa, Sr. Presidente, pois devemos manter sempre sob o foco de nossas atenções os fatos básicos seguintes: a) o Brasil possui importantes jazidas de carvão mineral; b) precisamos desenvolver um amplo programa de construção de usinas térmicas, nos próximos anos e décadas, a fim de complementar, otimizar e dar segurança ao nosso parque de usinas hidrelétricas, fonte principal da energia elétrica que move o País; c) o carvão mineral é uma excelente alternativa como combustível para acionar usinas termelétricas.

Sr. Presidente, há fortes razões, econômicas e estratégicas, para que, com maior intensidade do que atualmente, recorramos ao carvão mineral como opção de energia primária para nossas térmicas. Temos em operação alguns bons projetos que, no entanto, totalizam apenas 1.414 megawatts, produzindo algo como 2% de energia elétrica gerada no País. É pouco. Alguns dos principais países do mundo apóiam-se fortemente no carvão mineral para obterem energia elétrica. Em comparação com os nossos 2%, a Austrália apresenta 85% da energia gerada através de carvão mineral; a China, 70%; a Dinamarca, 67%; os Estados Unidos, 57%; e a Alemanha, 52%.

Nesses e em outros países, o carvão é a fonte principal da energia elétrica, e o será por muitas décadas ainda, segundo recentes projeções, pois as reservas mundiais de carvão são abundantes. Enquanto petróleo e gás se esgotarão, algumas pessoas dizem, em cerca de 50 a 100 anos, o carvão durará séculos.

A utilização do carvão com tecnologias tradicionais, inadequadas e ultrapassadas estigmatizou-o como vilão da poluição e de problemas ambientais. Sempre associamos a imagem de usinas térmicas a carvão a um meio ambiente devastado. Mas a atual realidade é outra. Nas últimas décadas, tecnologias de combustão limpa reduziram de muito as emissões poluentes das térmicas a carvão. Hoje em dia, há usinas térmicas a carvão operando dentro de cidades como Berlim e Washington, capitais da Alemanha e Estados Unidos, respectivamente. No Brasil, nossos projetos mais modernos já satisfazem a legislação ambiental e podemos melhorar ainda mais esse desempenho em projetos futuros.

As jazidas de carvão mineral são nossa maior reserva de energia. Mais do que petróleo ou gás. E são fontes custeadas em moeda nacional, sem o ônus cambial do gás natural importado, por exemplo, da Bolívia. Pelo carvão energético, pagamos em real. E temos carvão, Sr. Presidente. Nossas reservas so-

mam 32 bilhões de toneladas. Mesmo que multiplicássemos por 10 o uso que fazemos do carvão como fonte de energia elétrica, ainda assim as reservas durariam por mais 100 ou 150 anos.

Refiro-me a reservas conhecidas e medidas, 89% delas no Rio Grande do Sul, 10% em Santa Catarina e 1% no Paraná. Justamente os Estados onde estão as térmicas a carvão em operação, como as usinas de Jorge Lacerda, Presidente Médici e Candiota. Mas é possível que o Brasil tenha mais carvão, ainda não descoberto. Precisamos pesquisar e analisar melhor, por exemplo, as bacias sedimentares do Acre, do Amazonas, junto à fronteira com a Colômbia, de Roraima e a bacia do Parnaíba.

Espero, Sr. Presidente, que o atual Governo dê seqüência, e até maior dinâmica, ao que se fez em matéria de térmicas a carvão, nos anos 70, 80 e 90. Há, hoje, projetos pendentes que aguardam a definição em detalhes do modelo do setor elétrico.

Cabe, a propósito, lembrar que, em 31 de março de 2000, decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu um programa de incentivo à utilização do carvão mineral nos Estados do Sul, com o objetivo de aumentar a participação do carvão na matriz energética, via geração competitiva de energia elétrica. O programa previa a recuperação ambiental das áreas carboníferas degradadas.

Vale também mencionar a Lei nº 10.438, publicada em 29 de abril de 2002, elaborada em sua redação inicial pelo Ministério de Minas e Energia ao tempo em que fui titular daquela Pasta e que teve como Relatores, no Congresso, o então Senador Geraldo Althoff, no Senado Federal, e o Deputado José Carlos Aleluia, na Câmara dos Deputados, ambos do PFL. Essa lei criou a Conta de Desenvolvimento Energético e instituiu incentivos para o carvão mineral, visando, em princípio, à duplicação da produção de carvão no Brasil.

Sr. Presidente é preciso que o Brasil não esqueça, por um só momento, dos benefícios que pode trazer o seu potencial carbonífero. E não é só pelo seu uso principal, a geração de energia elétrica, nem somente pelo importante impacto positivo que a extração e utilização do carvão traz aos Municípios e regiões em que se dão essas atividades. O carvão tem o dom de estender seus bons feitos econômicos e de criação de empregos a diversos setores. Para cada emprego na mina, muitos outros são criados em outras atividades, principalmente industriais. Estudo da Fundação Getúlio Vargas dá esse efeito multiplicador de empregos como sendo de 8,39, isto é, para cada emprego na mina, temos mais de oito empregos fora da mina.

O carvão mineral é usado como fonte de calor em diversos setores industriais. Os seus subprodutos de queima nas usinas térmicas são utilizados em importantes atividades. O sulfato de amônia é insumo agrícola, na forma de fertilizante. A cinza leve é usada na indústria cerâmica. O calor e o vapor podem ser insumos de indústrias que se instalem na vizinhança da usina.

Especialmente atraente é a idéia de formar complexos extrativos, energéticos e industriais concentrados em torno das minas. Alguns países já fazem isso. A localização natural da usina é junto à mina, para evitar o custo do transporte. Se a isso se agrega, planejadamente, a instalação das adequadas indústrias, cria-se uma grande sinergia. Essa aglomeração em complexos industriais também facilita e melhora o tratamento dos problemas ambientais.

O conceito de planejamento no carvão energético deve, também, estender-se à indústria pesada fornecedora de equipamentos. Se um conjunto de usinas a carvão é planejado com a devida antecedência e a necessária coordenação, a indústria de equipamentos pode preparar-se para atender ao programa. Diga-se de passagem que, atualmente, o índice de nacionalização de equipamentos para usinas a carvão é maior do que para usinas a gás.

Em suma, o carvão mineral é recurso a ser considerado, e altamente considerado. O que deve orientar nossas escolhas é a diversificação de fontes, para que não fiquemos na dependência de uma única solução. Na energia elétrica, é fundamental que assim seja, e esta Casa tema a responsabilidade de alterar o Executivo para a necessidade de dinamizar-se o setor.

Tudo indica que o carvão mineral ingressa no século XXI como uma fonte de combustível confiável, de baixo custo, ambientalmente segura e largamente disponível em escala mundial.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador José Jorge?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Em seguida, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

E não podemos jamais esquecer que o Brasil tem carvão em proporções capazes de impactar positivamente a economia nacional, especialmente no que tange à produção de energia elétrica.

Toda essa potencialidade da utilização do carvão mineral como fonte energética foi contemplada na Lei nº 10.438, de 2002, a que me referi anteriormente, por meio da criação da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, elaborada pelo Governo Fernando Henrique e aprovada pelo Congresso.

A CDE criou incentivos que viabilizam os empreendimentos do setor e previa o prazo de março de 2003 para entrar em vigor. O atual Governo, por sucessivos decretos, vem postergando sua implementação, sendo que o último deles, simplesmente deixa de estabelecer prazo. Vejam, um decreto ignora uma lei aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional.

Concedo o aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Senador José Jorge, considero muito oportuno o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo no momento em que são feitos estudos para uma revisão completa das normas do sistema elétrico brasileiro, para formação de um novo modelo, onde, não tenho dúvida, deve-se inserir o carvão. Portanto, manifesto também o meu entusiasmo e o meu apoio a essa questão. Aliás, como Ministro de Minas e Energia, o meu primeiro ato foi descer numa mina de carvão, em Criciúma, Santa Catarina. Reconhecemos explicitamente a importância da termoelectricidade, fundamental para a segurança do sistema, como V. Ex<sup>a</sup> afirmou muito apropriadamente. Entendo que é preciso que se apóie tudo o que for possível nessa área. Inclusive, em relação à conta do desenvolvimento energético, o Governo Federal deve auxiliar no desenvolvimento dessa nova tecnologia, que já está em andamento. O nosso carvão, como bem assinalou V. Ex<sup>a</sup>, tem uma série de problemas: possui alta quantidade de enxofre, é poluente, é pouco eficiente. No entanto, já existe uma tecnologia nova para se evitar esse tipo de problema. Porém, é preciso que haja efetivamente um apoio do Governo Federal, por meio não só da CDE, mas de outras ações, no sentido de que isso venha a ser explorado de forma sistemática. É importante, sobretudo para o Rio Grande do Sul e para Santa Catarina, a exploração do carvão. Devemos buscar qualquer tipo de incentivo para inserir, cada vez mais, o carvão na matriz energética brasileira. Louvo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não, vou apenas responder ao Senador Rodolpho Tourinho.

Senador, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte. Realmente, no período em que V. Ex<sup>a</sup> foi Ministro de Minas e Energia, foi muito analisada a questão do carvão. Temos uma grande reserva desse minério, que pode gerar uma energia elétrica de custo razoável - não é a mais barata -, e pode cumprir um papel importante na segurança do sistema. O carvão, diferentemente do gás, não tem a cláusula **take or pay** no seu contrato,

quer dizer, o cidadão não é obrigado a pagar sem usá-lo. Portanto, seu uso deve ser incentivado.

Cada uma das fontes básicas de energia elétrica tem características próprias, virtudes e defeitos.

Concedo aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, estava representando o Presidente José Sarney, no exercício da Presidência, mas fiz questão de chegar ao plenário em tempo para cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> por trazer o tema da energia vinculada ao carvão. O Senador Rodolpho Tourinho disse muito bem que o uso do carvão é fundamental para o Rio Grande do Sul, além de ser uma questão social, pois poderá gerar milhares e milhares de empregos nas regiões de Candiota, Charqueadas, Triunfo, que não têm muitas opções de desenvolvimento. Infelizmente, Candiota I, Candiota II e Candiota III não estão hoje com o potencial que gostaríamos. O carvão, em primeiro lugar, é fundamental como energia. O tema do meu pronunciamento de hoje é a questão do desemprego e, para haver o desenvolvimento, temos que ter, cada vez mais, o potencial da energia. O carvão, no Rio Grande do Sul, é encontrado em enorme quantidade, um grande potencial que tem que ser mais bem-utilizado. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo seu discurso que trata de um assunto nacional, mas me sinto contemplado – e muito – neste momento, devido, principalmente, ao potencial da usina de carvão, minério que está hoje em grande parte depositado no subsolo da Região Sul.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Senador Paulo Paim, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela sua participação, pois é um dos mais importantes representantes do Rio Grande do Sul, Estado que tem o maior potencial de carvão mineral, contando com mais de 80% das reservas brasileiras, como já afirmei no meu discurso. As demais reservas estão em Santa Catarina e no Paraná. É muito importante que todos nós estejamos juntos nesta luta. Meu Estado, Pernambuco, não tem carvão mineral, mas mesmo assim fiz este pronunciamento que, na verdade, é de interesse nacional. É importante para o Brasil que o carvão entre na matriz energética.

Sr. Presidente, para encerrar esta parte do meu pronunciamento – depois, gostaria de fazer uma pequena comunicação -, solicito ao Governo Federal que restabeleça imediatamente o prazo para que o carvão volte a ser utilizado na matriz energética brasileira.

Como já falei aqui antes, existe uma portaria do Ministério de Minas e Energia (\*) adiando a entrada desses incentivos para o carvão. Antigamente, havia uma previsão para março de 2003, que foi adiada,

tendo sido marcados novos prazos. E, agora, houve um novo adiamento, sem que nenhum prazo fosse marcado. Então, é necessário que lutemos a fim de conseguir que seja marcado um prazo e que, efetivamente, essa conta do desenvolvimento energético comece a funcionar. Tenho certeza de que o Senador Paulo Paim vai ajudar nesse trabalho.

Portanto, Sr. Presidente, era o que eu gostaria de falar sobre o carvão. Vou aproveitar os últimos segundos que ainda me restam, se V. Ex<sup>a</sup> concordar, para falar um pouco sobre a questão dos sem-terra no meu Estado de Pernambuco.

O meu Estado é o que mais tem sido violentado por essas invasões. Mais de oitenta propriedades foram invadidas, e a violência está aumentando a cada dia. São assaltos a caminhões, etc. Outro dia, falei desta tribuna que eles destruíram a casa de um empregado dos próprios engenhos. Trata-se de uma violência que não tem amparo em nenhuma lei; não há lei alguma que autorize essas ações.

Venho aqui falar em nome de dezenas, de centenas de pessoas do meu Estado que me procuraram e me pediram para que eu protestasse pela atitude do Presidente Lula. Sua Excelência, que representa o Estado, não representa mais o PT, não representa mais uma facção política e sim o Estado brasileiro, tem um grau de intimidade tão grande com esses líderes do MST a ponto de dar biscoito na boca de um, colocar o gorro na cabeça de outro e andar com uma bola com o nome do MST. Essas atitudes tiveram um efeito muito negativo para Pernambuco. Isso não constrói, isso vai aumentar a violência e levar insegurança ao nosso campo, à nossa agricultura, que é um dos pontos altos do nosso País e que terá uma grande safra este ano.

Como pernambucano e sendo Pernambuco um dos Estados mais violentado por essas invasões, não poderia deixar de dar a minha palavra de protesto, pois entendo que o Presidente, que deveria ser de todos os brasileiros, está se associando a essas manifestações ilegais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ JORGE.**

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, no final de maio próximo passado, realizou-se na Câmara dos Deputados o Seminário “Carvão Mineral – O Combustível do Século XXI”. Oportuníssima iniciativa, Sr. Presidente, pois devemos manter sempre sob o foco

de nossa atenção os fatos básicos seguintes: a) o Brasil possui importantes jazidas de carvão mineral; b) precisamos desenvolver um amplo programa de construção de usinas térmicas, nos próximos anos e décadas, a fim de complementar, otimizar e dar segurança ao nosso parque de usinas hidrelétricas, fonte principal da energia elétrica que move o País; c) o carvão mineral é uma excelente alternativa como combustível para acionar usinas termelétricas.

Sr. Presidente, há fortes razões, econômicas e estratégicas, para que, com maior intensidade do que atualmente, recorramos ao carvão mineral como opção de energia primária para nossas térmicas. Temos em operação alguns bons projetos que, no entanto, totalizam apenas 1.414 megawatts, produzindo algo como 2% da energia elétrica gerada no País. É pouco. Alguns dos principais países do mundo apóiam-se fortemente no carvão mineral para obterem energia elétrica. Em comparação com os nossos 2%, a Austrália apresenta seus 85%; a China 70%; a Dinamarca, 67%; os Estados Unidos, 57%; e a Alemanha, 52%.

Nesses e em outros países, o carvão é a fonte principal da energia elétrica, e o será por muitas décadas ainda, segundo recentes projeções, pois as reservas mundiais de carvão são abundantes. Enquanto petróleo e gás se esgotarão em cerca de 50 anos, o carvão durará séculos.

A utilização do carvão com tecnologias tradicionais, inadequadas e ultrapassadas estigmatizou-o como vilão da poluição e de problemas ambientais. Sempre associamos a imagem de usinas térmicas a carvão a um meio-ambiente devastado. Mas a atual realidade é outra. Nas últimas décadas, tecnologias de combustão limpa reduziram de muito as emissões poluentes das térmicas a carvão. Hoje em dia, há usinas térmicas a carvão operando dentro de cidades como Berlim e Washington. No Brasil, nossos projetos mais modernos já satisfazem a legislação ambiental, e podemos melhorar ainda mais esse desempenho em projetos futuros.

As jazidas de carvão mineral são nossa maior reserva de energia. Mais do que petróleo ou gás. E são fontes custeadas em moeda nacional, sem o ônus cambial do gás natural importado, por exemplo. Pelo carvão energético pagamos em real. E temos carvão, Sr. Presidente. Nossas reservas somam 32 bilhões de toneladas. Mesmo que multiplicássemos por 10 o uso que fazemos do carvão como fonte de energia elétrica, ainda assim as reservas durariam por mais 100 ou 150 anos.

Refiro-me a reservas conhecidas e medidas, 89% delas no Rio Grande do Sul, 10% em Santa Ca-

tarina e 1% no Paraná. Justamente os Estados onde estão as térmicas a carvão em operação, como as usinas de Jorge Lacerda, Presidente Médici e Candiota. Mas é possível que o Brasil tenha mais carvão, ainda não descoberto. Precisamos pesquisar e analisar melhor, por exemplo, as bacias sedimentares do Acre, do Amazonas, junto à fronteira com a Colômbia, de Roraima, e a bacia do Parnaíba.

Espero, Sr. Presidente, que o atual governo dê seqüência, e até maior dinâmica, ao que se fez em matéria de térmicas a carvão, nos anos 70, 80 e 90. Há, hoje, projetos pendentes que aguardam a definição em detalhes do modelo do setor elétrico.

Cabe, a propósito, lembrar que, em 31 de março de 2000, decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu um programa de incentivo à utilização do carvão mineral nos Estados do Sul, com o objetivo de aumentar a participação do carvão na matriz energética, via geração competitiva de energia elétrica. O programa previa a recuperação ambiental das áreas carboníferas degradadas.

Vale também mencionar a Lei nº 10.438, publicada em 29 de abril de 2002, elaborada em sua redação inicial pelo Ministério de Minas e Energia ao tempo em que fui titular daquela pasta e que teve como relatores no Congresso o então Senador Geraldo Althoff e o Deputado José Carlos Aleluia, ambos do PFL. Essa lei criou a Conta de Desenvolvimento Energético e instituiu incentivos para o carvão mineral, visando, em princípio, à duplicação da produção de carvão no País.

Sr. Presidente, é preciso que o Brasil não esqueça por um só momento dos benefícios que pode trazer o seu potencial carbonífero. E não é só pelo seu uso principal, a geração de energia elétrica. Nem somente pelo importante impacto positivo que a extração e utilização do carvão traz aos Municípios e regiões em que se dão essas atividades. O carvão tem o dom de estender seus bons efeitos econômicos e de criação de empregos a diversos setores. Para cada emprego na mina, muitos outros são criados em outras atividades, principalmente industriais. Estudo da Fundação Getúlio Vargas dá esse efeito multiplicador de empregos como sendo de 8,39!

O carvão mineral é usado como fonte de calor em diversos setores industriais. Os seus subprodutos de queima nas usinas térmicas são utilizados em importantes atividades. O sulfato de amônia é insumo agrícola, na forma de fertilizante. A cinza leve é usada na indústria cerâmica. O calor e o vapor podem ser insumos de indústrias que se instalem na vizinhança da usina.

Especialmente atraente é a idéia de formar complexos extrativos, energéticos e industriais concentrados em torno das minas. Alguns países já fazem isso. A localização natural da usina é junto à mina, para evitar o custo do transporte. Se a isso se agrega, planejadamente, a instalação das adequadas indústrias, cria-se uma grande sinergia. Essa aglomeração em complexos industriais também facilita e melhora o tratamento dos problemas ambientais.

O conceito de planejamento, no carvão energético, deve, também, estender-se à indústria pesada fornecedora de equipamentos. Se um conjunto de usinas a carvão é planejado com a devida antecedência e a necessária coordenação, a indústria de equipamentos pode preparar-se para atender ao programa. Diga-se de passagem que, já atualmente, o índice de nacionalização de equipamentos para usinas a carvão é maior do que para usinas a gás.

Em suma, o carvão mineral é recurso a ser considerado, e altamente considerado. O que deve orientar nossas escolhas é a diversificação de fontes, para que não fiquemos na dependência de uma única solução. Na energia elétrica, é fundamental que assim seja, e esta Casa tem a responsabilidade de alertar o Executivo para a necessidade de dinamizar-se o setor.

Tudo indica que o carvão mineral ingressa no século XXI como uma fonte de combustível confiável, de baixo custo, ambientalmente segura e largamente disponível em escala mundial. E, jamais esquecer, o Brasil tem carvão em proporções capazes de impactar positivamente a economia nacional, especialmente no que tange à produção de energia elétrica.

Toda esta potencialidade da utilização do carvão mineral como fonte energética foi contemplada na Lei nº 10.438 de 2002, a que me referi anteriormente, através da criação da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE elaborada pelo Governo Fernando Henrique e aprovada pelo Congresso. A CDE criou incentivos que viabilizam os empreendimentos do setor e previa o prazo de março de 2003 para entrar em vigor. O atual Governo, através de sucessivos decretos, vem postergando sua implementação, sendo que o último deles, simplesmente deixa de estabelecer prazo. Vejam, um decreto ignora uma lei aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, concluo este pronunciamento solicitando que o Governo Federal estabeleça, imediatamente, o prazo para que o carvão volte a ser utilizado na matriz energética brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria, inicialmente, de associar-me ao requerimento de voto de pesar, apresentado pelo Senador Arthur Virgílio, pelo falecimento do ilustre baiano Carlos Sant’Anna.

Ex-Ministro da Saúde e da Educação no Governo Sarney, também ex-Deputado Federal pela Bahia, Sant’Anna foi Líder do Governo na Câmara durante a Assembléia Nacional Constituinte.

Homem público íntegro, que, ao longo de sua vida, sempre trabalhou pela Nação. Morreu há pouco, aqui em Brasília, aos 72 anos, no Hospital Santa Luzia, em conseqüência de problemas cardiovasculares e complicações por diabetes e hipertensão.

Apresento minhas condolências a sua família, em meu nome e em nome do meu Partido, o PFL, reconhecendo que a Bahia perdeu um de seus filhos que muito trabalharam pelo desenvolvimento do Estado.

Quero também tratar de um assunto de extrema importância para a população da cidade de Salvador. No dia 2 de julho, data magna da independência da Bahia, o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador César Borges e eu tratamos aqui de um problema muito grande que aflige a cidade de Salvador: a possível paralisação das obras do metrô, o metropolitano de Salvador, ameaçado, agora, por falta de verbas.

A primeira etapa desse sistema viário, o metrô de Salvador, que compreende a ligação da estação de Pirajá com a estação da Lapa – vai do centro para uma periferia onde se concentra uma população grande de baixa renda –, está ameaçada de paralisação. Essa ligação, que é a primeira de quatro etapas do metropolitano de Salvador, deverá atender cerca de 200 mil passageiros por dia, beneficiando uma população de cerca de 1,2 milhão de pessoas. Trata-se de uma população que sofre diariamente com a falta desse sistema de transporte e que anseia pela continuidade das obras e pela inauguração do metrô.

O metropolitano de Salvador é um empreendimento conjunto do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Salvador com o Governo Federal e o Banco Mundial. A União, juntamente com recursos do Banco Mundial, deverá entrar com US\$150 milhões; a União, com recursos próprios, em contrapartida desse financiamento do Banco Mundial, com US\$40 milhões; o Governo do Estado da Bahia e a

Prefeitura Municipal de Salvador, com US\$64 milhões; e a iniciativa privada, com cerca de US\$53 milhões.

Convém ressaltar aqui que a participação do Governo do Estado e da Prefeitura é a maior entre todos os projetos de metropolitano que estão sendo efetuados no Brasil atualmente. Os de Recife e de Belo Horizonte, por exemplo, têm 100% de participação do Governo Federal, ou seja, têm uma participação integral. Aliás, considero extremamente importante que assim seja, porque esse problema é, sobretudo, do Governo Federal. No metropolitano de Fortaleza, exceto a primeira etapa, a participação do Governo Federal também será integral. No caso de Salvador, considerando as participações diretas e indiretas do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Salvador, atingiremos 30%.

Creio que, até pela razão de ter a maior participação de um Governo estadual e municipal, esse projeto deveria ser tratado de forma diferenciada pelo Governo Federal. Mas não é isso que está acontecendo. E a razão de termos entrado com um percentual tão alto era, no nosso entendimento, acreditar que isso viria facilitar e acelerar todo o processo, buscando reduzir o sofrimento dessa enorme população que depende do sistema de transporte. Repito que, apesar dessa grande participação do Governo do Estado e da Prefeitura, não temos tido um tratamento diferenciado por parte do Governo Federal.

Do Orçamento Federal de 2002, que ficaram em restos a pagar, cerca de R\$19 milhões, só foram liberados este ano cerca de R\$3 milhões. No Orçamento de 2003, de R\$63 milhões, nada foi liberado; nada, absolutamente nada foi liberado até o presente momento. No entanto, o Governo do Estado e a Prefeitura de Salvador cumpriram a sua parte: já liberaram cerca de 20% do Orçamento e já estão em processo de liberação de outras parcelas. Foi essa liberação do Estado, conjuntamente com a liberação da Prefeitura, que permitiu que a obra não fosse paralisada.

Vejam bem, gerando, direta e indiretamente, cerca de cinco mil empregos, é fácil verificar o que a paralisação completa de uma obra pode acarretar. Vamos ter desemprego em massa de operários, que não têm outra opção de emprego; vamos ter famílias passando necessidade, sem que haja razão para isso; sem que haja razão, repito, porque basta o Governo Federal cumprir sua parte para que esse mal seja evitado. É bom lembrar também que uma paralisação de obra, além do grave problema do desemprego, traz outras conseqüências, como, sobretudo, a de tornar a obra mais cara, o que só virá agravar o pro-



blema da necessidade de recursos futuros para completar o fluxo do empreendimento.

Queria repetir o apelo que fiz ontem aos Líderes Tião Viana e Aloizio Mercadante, no sentido de atuarem junto ao Governo Federal e aos Ministérios envolvidos para buscarem a solução.

A pior coisa que poderá acontecer, volto a repetir, é a paralisação da obra.

A solicitação que fiz aos Líderes Aloizio Mercadante e Tião Viana dirijo, agora, ao Presidente Lula: Presidente, a população da cidade de Salvador realiza diariamente cerca de dois milhões de viagens no sistema de ônibus, em cerca de dois mil e duzentos veículos, utilizando um sistema viário já limitado pelo próprio crescimento da população. Nos horários de picos existem enormes congestionamentos e um enorme desconforto a toda a população.

Presidente, a cidade onde Vossa Excelência teve possivelmente uma das mais expressivas vitórias, aliás até com o apoio do nosso Partido, o PFL, pede-lhe atenção, pede-lhe que verifique exatamente o que está acontecendo, pede a sua interferência para evitar que as obras sejam paralisadas e que haja demissão em massa de operários. É fácil, basta que sejam liberados recursos já comprometidos, já acertados no cronograma, sendo que parte deles, inclusive, já está depositado na conta do Governo brasileiro em Nova Iorque.

É esse o apelo que, no dia de hoje, queria fazer desta tribuna, de uma forma muito clara e objetiva, pedindo a solução desse problema.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando, do PMDB de Rondônia, Líder do Governo no Congresso Nacional.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, Platão nos traz um diálogo muito interessante entre Theuth e o rei Thamus. Theuth, segundo a lenda, teria sido um deus egípcio a quem fora consagrado o pássaro Íbis. E, também, segundo a lenda, teria sido o inventor dos números, da Geometria, da Astrologia, dos jogos de azar e do alfabeto. Tendo feito isso, levou o seu conhecimento ao Rei Thamus, que lhe perguntou de que serviria, qual a vantagem de ter descoberto ou inventado o alfabeto. E Theuth respondeu: “Serve para despertar a memória”. Ao que replicou o rei Thamus: “Pois para mim me parece justamente o contrário, porque os homens, servindo-se desses caracteres, colocarão tudo no papel e não conservarão nada na memória”.

Sr. Presidente, parece-me atual esse diálogo, se é que existiu, e revela bem o momento que vivemos. Estamos perdendo a memória. Tudo está no papel, ou na imagem, mais do que no papel. Esquecemo-nos de qual foi a conduta presidencial ao longo desse seis meses de Governo, sobretudo com relação à questão fundiária, à questão da terra, da agricultura, da reforma agrária. O Presidente compareceu a diversos eventos, a diversas feiras agropecuárias e ali festejou a produção da grande propriedade, a produção agrícola, a produção pecuária, montou em trator e teve vários gestos de simpatia, afetuosidade e cordialidade. Sempre afável, recebeu presentes, lembranças e a imprensa brasileira registrou tudo, está no papel.

Mas isso não conta, não dá a dimensão de que o Presidente tem sido o mediador dessa questão agrária brasileira, onde, de um lado, está o latifúndio, a grande propriedade, a propriedade produtiva saudada pela Nação, pelo Presidente Lula, e, do outro, os sem-terra.

É uma matéria antiga, que perpassa a história brasileira, Sr. Presidente, a matriz latifundiária do Brasil, que tem origem nas donatarias, do regime sesmarial. É um tema que plasmou a tessitura fundiária do Brasil, a sua forma de ocupação, à margem ou dentro da lei, segundo o que era, num primeiro momento, um direito reinol e, em seguida, o regimento geral, as cartas de doação das capitâncias hereditárias, que embasaram a formação territorial do Brasil.

Não há dúvidas de que sempre foi a grande propriedade que realizou, em grande parte, a ocupação do Brasil. Assim foi o período do ciclo do açúcar, onde as sesmarias deram origem à formação dos engenhos. Enfim, o ciclo da pecuária, do gado avançou pelas Minas Gerais, porque o gado avançou carregando a si mesmo e trazendo a si mesmo de volta à civilização, ao mercado de consumo.

Enfim, não venho aqui, Sr. Presidente, para mostrar como aconteceu esse processo de ocupação do solo pátrio, mas para dizer que a Lei nº 601 também consagrou o regime da grande propriedade na legitimação e no reconhecimento do domínio privado das terras públicas. Porque sabemos que as terras nasceram públicas e, com o ato de conquista de Cabral, passaram à Coroa Portuguesa. E, em seguida, começaram exatamente os destaques do patrimônio público, como falei, do sistema sesmarial.

Sr. Presidente, esse é um processo de ocupação que já conhecemos muito. Por isso, neste Brasil, depois de cinco séculos de latifúndio, reclama-se a reforma agrária, consagrada, sobretudo, no Estatuto da Terra, que é a Lei nº 4.504, de 1964. Nesse ponto,

nesse imperativo da reforma agrária, eu, antes de ser parlamentar, quando advogado do Incra, em 1977, perante a Câmara dos Deputados, na CPI instalada para tratar de atividades ligadas ao Sistema Fundiário Nacional, compareci e falei que tínhamos um modelo latifundiário que desafiava a Nação há mais de quatro séculos.

Portanto, o Sistema Fundiário brasileiro, calcado no modelo latifundiário, atravessa, por mais de quatro séculos, desde a sua gênese no sistema das donatarias. Em seguida, falava que seriam mais de 9 milhões de brasileiros do outro lado dos cercados e dos limites das propriedades, com fome de latifúndio para saciar aquilo que era a esperança de ter o que comer, de ter onde morar, de ter dignidade e cidadania.

Sr. Presidente, este tema foi esquecido por longo tempo. Talvez eu tenha sido um dos Parlamentares que mais produziu documentos e pronunciamentos nesse sentido. Evoco essa primazia não por qualquer veleidade pessoal, mas porque isso tem sido a pedra de toque, tem sido a minha participação, até diria, repetitiva, neste Congresso e sobretudo no Senado da República. Tenho mostrado a importância de distribuição da terra como um princípio da justiça social. Mas, na hora em que se fala em reforma agrária, aqueles que escamoteiam as suas verdadeiras intenções aí encontram um pretexto insignificante, não para atacar pessoas, mas para atacar o programa da reforma agrária. Esta é a realidade, Sr. Presidente!

E nós, que vimos o Presidente da República, em diversas manifestações, aplaudir a propriedade produtiva, entendemos absolutamente normal essa atitude, e temos que saudar os produtores da riqueza nacional, sobretudo os produtores rurais, sejam pequenos, grandes ou médios, enfim, de todos os tamanhos, todos eles são bem-vindos na produção agrícola do País. Mas quando o Presidente veste o boné, é um símbolo, é algo menor, é uma forma de um diálogo cordial – volto a dizer –, afetuoso, um diálogo que se estabelece com um movimento que existe, e quem não sabe que existe esse movimento está ignorando a realidade socioeconômica e política brasileira. Esse movimento completa vinte anos. Esse movimento, que deve seguir a lei, e se às vezes a extrapola todos condenamos, porque a democracia é o governo das leis, não é governo das pessoas. A democracia é sobretudo o império da lei. “Fora da lei, não há salvação”, disse Rui, e nós todos repetimos. O Presidente da República é o chefe do Poder Executivo, submisso às leis. Ninguém duvida da sinceridade e da autenticidade democrática do Presidente Lula. Essa profissão de fé na democracia Sua Excelência o fez desde o

discurso de posse, e tem repetido por diversas vezes. E é isto que temos que entender: esse gesto do boné não é um gesto a favor de ilegalidades, mas é um gesto a favor do diálogo, do entendimento e do consenso, e não do confronto! Não podemos incitar a sociedade a um confronto com o MST. Queremos que o MST pague sua conduta e suas ações dentro da lei. Toda ilegalidade será repudiada. Disso ninguém duvida. Isso o Governo tem claro como missão de executor e cumpridor da lei.

Mas a intolerância, às vezes, excede-se a si mesmo. Como disse Baltasar Gracián – e V. Ex<sup>a</sup> conhece o texto da **A Arte da Prudência** –: “Os sábios são os menos tolerantes, já que muita ciência adquirida lhes diminui a paciência”. Ora, Sr. Presidente, a outra regra que Gracián também lembra, de Epíteto, que é a regra mais importante da vida, consiste em saber tolerar as coisas. E aí digo eu: quem não tolera os outros talvez não tolere a si mesmo. E é esta até uma questão psicológica da crítica que, não tendo um motivo maior, uma razão de conteúdo, uma razão de substância, se apega a um gesto do boné, que é um gesto afável, amistoso, amigável, um gesto de quem quer conversar, de quem quer entendimento, de quem quer um canal do diálogo. E nesse ponto se coloca toda a intolerância, não contra o Presidente, talvez contra o tema reforma agrária.

Que a reforma agrária será realizada, disso eu não tenho nenhuma dúvida! É a causa da minha vida. Desde a minha tenra juventude dediquei-me a este processo, no qual acredito, porque é a forma de realizar a função social da propriedade. É a função social da propriedade que está em jogo, e a propriedade tem que realizar a função de ser um bem de produção, um bem de geração de recursos, de riqueza, de renda e de felicidade para a gente brasileira, neste País continental. Há terra. Há tanta terra de boa qualidade. Há terra para todos. Há terra sobretudo para realizarmos uma reforma agrária justa, ordeira, dentro da lei. E vamos realizá-la! Vamos buscar os recursos, engenho e arte, porque o Governo está empenhado em realizar a reforma agrária.

Mas, Sr. Presidente, será que nos esquecemos das atitudes do Presidente Lula ao longo desses seis meses?! Por diversas vezes Sua Excelência mostrou um gesto amistoso para com toda a classe produtora na área rural. E mostrou, com toda grandeza d’alma, por intermédio do diálogo – inclusive é isso que o Presidente quer que continue com a classe ruralista, aliás, Sua Excelência até já marcou um encontro para ouvir ambas as partes. O Presidente quer ser o mediador para realizar o desenvolvimento econômico e

social; e a reforma agrária é um pressuposto do desenvolvimento econômico e social. Os países desenvolvidos passaram por um processo de reforma agrária. O que não podemos é continuar com essa concentração brutal de renda, Sr. Presidente! Aqui os números são cada vez piores! Hoje, 10% detêm 90% do território nacional, e 90% detêm apenas 10% das terras agrícolas. Nós temos que inverter esse quadro! Mas quando se fala, porque se veste o boné, é um gesto, mas não um gesto de ilegalidade, é um gesto de concórdia, de entendimento. Não podemos ir para o confronto. O confronto é o caos social, é a sublevação de um setor da sociedade contra o outro, é uma guerra fratricida. Não queremos milícias, nem invasões! Não queremos nada mais do que a ocupação ordeira e conduzida pelo Poder Público. O Governo está concluindo um plano nacional de reforma agrária, e este plano há de nortear os passos do desenvolvimento no campo. O Governo, nesse primeiro momento, preocupou-se fundamentalmente em oferecer o crédito fácil para a propriedade familiar, o crédito familiar para o produtor agrícola, a fim de que ele pudesse ultrapassar as barreiras da burocracia e ter acesso ao crédito para garantir o seu assentamento. Porque não adianta assentar novas famílias se as atuais são despejadas por força das circunstâncias, pela miséria, pelas dificuldades de permanência no campo!

Ora, o que se vê hoje é que não há um argumento material de conteúdo para criticar o Presidente. O gesto do boné! Um gesto singelo, um gesto simples, um gesto humanitário, um gesto de companheirismo, um gesto que não ofende, de maneira nenhuma, a grandeza nacional. Mas os sábios são intolerantes e não querem que um Presidente da estrutura popular de Lula governe a sua maneira, a sua semelhança, com simplicidade, com aquilo que é o próprio carisma do entendimento com o povo brasileiro. É a forma, é o estilo, e não é um estilo ilegal.

Não podemos transformar o Presidente da República numa estátua de mármore fria, sem vida, sem sentimentos e sem senso. Pelo contrário, o Presidente da República é essa figura esculpida no seio do povo brasileiro, que veio governar o Brasil e o faz dentro da lei e da ordem. O Presidente teve a oportunidade de afirmar essa posição no controle que o Governo tem da economia. Os índices eram alarmantes e, hoje, a inflação e o câmbio estão sob controle. E o que queremos? Criticar o Presidente pelo gesto do boné.

Ora, Sr. Presidente, o Brasil merece uma discussão mais séria. Vamos trazer à baila o conteúdo da reforma agrária, vamos ver até onde o Congresso está disposto a inovar, dar celeridade e aprovar documen-

tos legislativos que dêem a ela uma viabilidade rápida, justa e correta. Que a reforma agrária seja massiva, ampla e geral, do tamanho da necessidade do Brasil. A contribuição do Congresso está em buscar a construção desse diálogo, nessa tarefa tão difícil de dividir terras.

Não vou trazer, Sr. Presidente, o histórico da reforma agrária. Não quero me referir aos irmãos Gracos, que morreram pela condenação de sábios como Cícero, um latifundiário e defensor dos interesses dos grandes proprietários na Roma antiga.

**O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO)** – Ouço V. Ex<sup>a</sup>, meu Líder Renan Calheiros, com muito prazer.

**O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL)** – O assunto que V. Ex<sup>a</sup> aborda é fundamental e absolutamente contemporâneo. Senador Amir Lando, o Governo começa a viver a sua primeira grande crise, pois não há como, efetivamente, deixar de fazer a reforma agrária. Mais do que qualquer outro, esse Governo tem que agilizá-la. Não dá para pedir mais trégua e dizer que não há dinheiro, porque essa demanda continua reprimida e não pode continuar assim, V. Ex<sup>a</sup> já o disse muito bem. Tenho muita preocupação com os desdobramentos desse assunto, pois é preciso que a reforma agrária seja feita de acordo com a lei e a ordem. Fico preocupado quando ouço o Ministro do Desenvolvimento Agrário dizer que reforma agrária é muito mais do que distribuição de terras. Todos sabemos disso, mas S. Ex<sup>a</sup> precisa, primeiramente, distribuir terras, para poder dizer o que complementaria o seu projeto de reforma agrária. Não há como o Congresso Nacional ficar fora desse assunto. Há pouco, eu comentava com o Líder Arthur Virgílio que se ficar demonstrado que a CPI vai colaborar para a restauração da paz no campo, ajudando a implementar a reforma agrária e votando, emergencialmente, recursos para que isso seja feito, talvez se retire do noticiário essa coisa ridícula que são as cenas de milícias privadas armadas praticando tiro ao alvo, ou de trabalhador sem terra invadindo propriedade produtiva. Isso põe em risco o Estado democrático de direito e expõe as nossas melhores instituições. Assim, V. Ex<sup>a</sup> traz ao debate um assunto urgentíssimo e atual. Parabéns por isso e gostaria de lhe dizer que, como Líder do PMDB, quero, efetivamente, colaborar com a solução desse assunto. Aliás, Senador Amir Lando, o PMDB está no Governo para isso. O PMDB não quer ser parte desse exército de painel, mas ajudar na governabilidade. O PMDB é um grande Partido, porque tem propostas, projetos e idéias, e quer submetê-las

ao Governo. O PMDB não pode ter, na sustentação, o seu papel diminuído, reduzido. Isso não tem sentido. Não foi para isso que entramos na sustentação. Se há um grande problema ou uma grande crise, que chamem o PMDB, porque talvez ele possa contribuir com a experiência dos seus quadros e ajudar o País. Mais do que nunca o Brasil precisa de ajuda. Esse episódio do boné é irrelevante, V. Ex<sup>a</sup> tem razão, mas o Governo não pode perder a isenção, senão, mais adiante, terá que colocar o boné da UDR e dar biscoitinho para o Caiado, o que seria também muito ruim para as nossas instituições.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – O Governo dará, com certeza, um almoço para toda a UDR, ou para a Bancada ruralista, para ser mais correto e justo. Não é nenhuma ofensa a alguém o fato de ser tratado com afetuosidade e com gestos do diálogo, como o sorriso e a mão estendida, e o Presidente da República, temos que dizer a toda a Nação, felizmente, tem diálogo com esse setor da sociedade, com esse estamento, se quiserem, da sociedade organizada, que está aí a exigir uma postura firme com relação à reforma agrária.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Senador Amir Lando, lamento informar-lhe que o seu tempo está esgotado. No entanto, gostaria de lhe dizer que existe um livro que Antonio Carlos Magalhães fez com os melhores pronunciamentos, convertido em disco. Já li Demóstenes, Cícero e Quintiliano.

É muito oportuno o seu pronunciamento. Aqui estão presentes as maiores inteligências do PT, como os Senadores Paim e Tião, que, juntamente com o País, estão vendo o que é o PMDB, a sua grandeza, tão bem representada por V. Ex<sup>a</sup> nesse pronunciamento, que também foi enriquecido pelo nosso Líder.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, farei todo o esforço para concluir, embora o tema me exigisse um tempo maior.

Para dizer a V. Ex<sup>a</sup> e ao meu Líder, Senador Renan Calheiros, que S. Ex<sup>a</sup>, como eu, integra a base do Governo, e o PMDB tem dado uma colaboração decisiva na aprovação dos projetos de interesse nacional que o Governo patrocina no Senado e na Câmara. Isso continuará e será parte, também, da discussão da reforma agrária brasileira, que deve ser realizada pois é um imperativo nacional no qual o Governo está empenhado. Não será a simples falta de recursos que impedirá a realização da reforma agrária. Se, neste ano, o processo não for feito no ritmo desejado, possivelmente será acelerado no próximo ano. Recebemos um orçamento garroteado por poucos recursos para o

campo da reforma agrária, mas vamos ampliá-lo, talvez agregando recursos adicionais aos atuais, para realizar mais do que eles permitem hoje.

Sr. Presidente, peço de V. Ex<sup>a</sup> a complacência, sobretudo quando se trata de um interesse palpitante, cujo caminho o País vai, por certo, trilhar com muita reflexão, muito diálogo e, sobretudo, com ponderação.

Eu não posso deixar de ouvir o Líder do PT, que cuida das questões do Governo nesta Casa, porque a sua palavra é muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Senador Amir Lando, V. Ex<sup>a</sup> simboliza Rui Barbosa, que repetiu que só na lei e na justiça há salvação, mas, infelizmente, o Regimento diz que o seu tempo está esgotado.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Devo concluir, Sr. Presidente, sem ouvir vozes tão importantes para esse tema, que é um estrépito e do qual a Nação inteira participa.

A política, como disse Max Weber, é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira, e isso é o que o Presidente Lula tem feito. Um esforço dessa natureza exige, a um tempo, paixão e senso de proporções. E é perfeitamente exato dizer, com toda a experiência histórica – isso é confirmado ao longo do tempo –, que não se teria jamais conseguido o possível, se não se houvesse tentado o impossível. E tentaremos o possível e o impossível, porque a reforma agrária é o imperativo que vai realizar a paz, a concórdia, a felicidade e a cidadania no campo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedemos, com muita honra, a palavra ao Senador Paulo Paim, que preside o Congresso na ausência do Presidente José Sarney.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, confesso que não pretendia falar sobre esse assunto do chapéu ou da bola de futebol, até porque tenho o maior carinho pela bola de futebol, que simboliza um esporte que, eu diria, une a maioria do povo brasileiro.

Sinceramente, Sr. Presidente, considero um exagero fazer uma tempestade em uma situação como essa. Se estivéssemos discutindo a reforma agrária e as formas de implementá-la de maneira pacífica e tranqüila, como têm orientado o Presidente Lula e também o Ministro Miguel Rossetto, faríamos um bom debate. Mas a história do boné e da bola não dá um bom debate. Eu diria, inclusive, que o tempo na tribuna do Senado é gasto de forma inadequada.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, desejo cumprimentá-lo pela tolerância em trazer, de fato, essa matéria à tribuna do Senado. É uma atitude necessária. Existe um debate tão intenso sobre o boné que o Presidente Lula colocou, como um gesto carinhoso, de respeito a um movimento social, que já estou pensando até em enviar-lhe uma coleção de bonés, porque talvez dilua o debate a respeito desse tema. Gostaria de demonstrar também a minha preocupação, pois deveríamos estar travando um amplo debate sobre a crise estrutural do Estado brasileiro, e, no caso, a Oposição deveria estar apontando alternativas que significassem mudanças para melhor em relação ao que o Governo está fazendo. Ao mesmo tempo, a Oposição deveria estar fazendo críticas do ponto de vista estrutural. Penso que estão trocando, ou tentando trocar, com atitudes, o conteúdo pela forma. Em vez de discutirmos o problema estrutural do Brasil, há preocupações de ordem cosmética. Creio que isso não leva a avanço algum. Quanto à ponderação equilibrada e também muito prudente do Senador Renan Calheiros, gostaria de agradecer a sua presença madura e firme, como um homem que apóia o Governo do Presidente Lula, apóia o nosso projeto de sociedade no Brasil hoje, como um homem que constrói um fortalecimento da base de apoio ao Governo, consolidando a unidade do PMDB a favor do Governo do Presidente Lula. Mas trago à lembrança, quando S. Ex<sup>a</sup> fez essa referência crítica, o grande personagem da história da redemocratização do Brasil, o Dr. Ulysses Guimarães, que foi Presidente da Câmara dos Deputados, uma instituição da política brasileira, foi Presidente Nacional do PMDB quando vivíamos um momento de conflito efetivo entre a sociedade e os povos indígenas, os nossos irmãos indígenas. O cacique Raoni agia além de um limite de conceito de normalidade. Havia violência no campo e conflito nas relações entre fazendeiros e povos indígenas. Naquele momento, o Dr. Ulysses Guimarães, num gesto de simbolismo e respeito à história tradicional dos povos indígenas, coloca um cocar na cabeça, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados. É uma lembrança que demonstra o respeito à sociedade, à Nação brasileira. Um gesto de carinho ou de consideração histórica em relação a um determinado segmento social não pode ser considerado de maneira crítica. Associo-me a V. Ex<sup>a</sup> no pronunciamento que faz.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Líder Tião Viana, pela felicidade desse exemplo. Inúmeros líderes deste País, de forma respeitosa, usaram símbolos que tem tudo a ver com uma etnia, com uma raça ou até com um movimento. V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz ao relembrar essa história do cocar que foi utilizado por Ulysses Guimarães. Meus cumprimentos.

Eu iria um pouco além. O Presidente Lula, com a maior tranquilidade, hoje, discute a Alca, discute com o FMI. Recentemente, vi o Presidente Lula em uma grande fazenda, em cima de uma grande colheitadeira, a mais moderna, acredito, existente no País, que deveria ser de um grande latifundiário, pois não podia ser de um sem-terra. Nessa ocasião, ninguém o criticou; nem mesmo os sem-terra o criticaram. Na campanha, lembro-me de que Sua Excelência dizia: “Tenho condições de implementar a reforma agrária de maneira pacífica, ordeira, negociando com os ruralistas e com os sem-terra”.

Como o Movimento dos Sem-Terra, na visão do Presidente, estava num movimento forte, o que faz o Presidente Lula? Convoca os líderes dos sem-terra para uma rodada de entendimento, de negociação, demonstrando sua capacidade de dialogar, quando faz um gesto de carinho: o do boné, o da bola ou o do biscoito. No outro dia, Sua Excelência, desarmado, faz um convite a toda a bancada ruralista, como aqui foi dito pelo Líder do Governo no Congresso, Senador Amir Lando, e não fez nenhuma discriminação.

Conheço bem a Bancada de Deputados Federais da Câmara, onde está a UDR, sim, e a respeito. Posso dela discordar, mas a respeito. Tenho uma simpatia maior, não nego, pela CUT e pelo próprio MST, mas respeito a UDR. É claro que a respeito! É o direito de se organizar. Agora mesmo, na sala da Presidência, eu, que tenho identidade com a CUT, Senador Arthur Virgílio, recebi a nova central, que ora se forma, dos servidores públicos, que, na verdade, estão rachando com a central de que fui um dos fundadores. Mas considero legítimo o direito de setores da sociedade se organizarem e irem à busca do que entendem correto para um País melhor, cada um na sua visão.

É claro que todos entendemos que a reforma agrária deve ser pacífica, ordeira, que essa reforma deve ser feita, como disse muito bem o Ministro da Justiça, nos limites da lei, seja para o MST, seja para a UDR. E aqui endossamos essa posição com muita tranquilidade.

Tenho percebido também, embora não seja esse o teor do meu discurso, que há uma crítica contundente ao Ministro Miguel Rossetto. S. Ex<sup>a</sup> foi

Vice-Governador no Governo do companheiro Olívio Dutra, Governador do Rio Grande do Sul. Num primeiro momento, também no meu Estado, a sociedade meio que estigmava o Vice-Governador Miguel Rossetto como um homem extremado, sectário. Hoje, se fizermos uma pesquisa no Rio Grande do Sul, entrevistando os empresários, os representantes da Fiergs, os fazendeiros e os trabalhadores, veremos que o Sr. Miguel Rossetto, na verdade, é um conciliador, é um homem muito preparado, competente, qualificado. Tenho certeza de que S. Ex<sup>a</sup> conseguirá fazer essa mediação – eu diria até de forma simbólica – entre a UDR e o MST, na busca da reforma agrária.

Era só essa a introdução que eu queria fazer. Todos sabem que a minha forma de atuar é muito mais numa linha propositiva. Por isso, reafirmo que a reforma agrária é muito importante. Todos aprendemos que uma das melhores formas de combater o desemprego – e este era o tema do meu discurso – é fazendo com que a reforma agrária aconteça, repito, com diálogo, com negociação, com indenização, sem violência e nos marcos da lei. Por isso, torço para que a reforma agrária aconteça.

Lembro-me de que, há alguns anos, nos meus discursos, para defender a reforma agrária, eu dizia que não conhecia um país do mundo, capitalista, socialista, socialdemocrata, que não tivesse feito a reforma agrária. O Brasil não teve reforma agrária. Numa retrospectiva história, nos Estados Unidos também houve um tipo de reforma agrária que aprendemos a ver nos filmes. Ora, aqui no Brasil, infelizmente, a reforma agrária não acontece e não pode ser um tabu; não pode ser proibido falar em reforma agrária, e tenho certeza de que ela vai acontecer.

Quando o Ministro Miguel Rossetto fala que não é a sua terra, quer dizer que temos de trabalhar com política agrícola, até mesmo com subsídio, para que o homem, efetivamente, fique no campo, produzindo até mesmo alimento mais barato para nós todos que vivemos na área urbana.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, meu discurso ia muito mais na linha de falar sobre a importância do lançamento do programa Primeiro Emprego. Eu, que tanto falo sobre o desemprego, quero dizer que é uma iniciativa que entendo corajosa e positiva do Presidente Lula e também do Ministro Jaques Wagner. Ora, por que acredito nessa proposta? Sua raiz vem também do meu Rio Grande do Sul. No Governo de Olívio Dutra, implementamos lá o Primeiro Emprego. A proposta ora apresentada pelo Presidente Lula e por Jaques Wagner vai garantir, para cada empresa que conceder mais um posto de trabalho para

o nosso jovem de 16 a 24 anos, o correspondente a R\$200,00. Quer dizer, a União vai aportar R\$200,00 para a empresa, que pagará somente R\$40,00.

Nos primeiros seis meses, a previsão é atender 250 mil jovens de forma gradual, fazendo-se o pagamento de bolsa para 61.140 jovens em situação de risco. Essa proposta dá esperança aos vários jovens que se apresentam todos os anos – de um milhão e meio a dois milhões, segundo os dados que recebemos e que não são precisos – aptos a entrarem no mercado de trabalho.

Por isso, defendo o investimento no chamado ensino profissional, o incentivo ao primeiro emprego e o incentivo também a uma política para as empresas que, efetivamente, contratem pessoas com mais de 45 anos, sem demitir os atuais trabalhadores. Por quê? Recebi inúmeras cartas em meu gabinete, de pais de família preocupados com o Primeiro Emprego. Saliem a importância do programa, mas lembram que pessoas de 45, 50 anos, como eles, são discriminados no mercado de trabalho.

Portanto, entendo que temos de trabalhar por duas vias: a do primeiro emprego e – não diria do último emprego – também do emprego para pessoas de mais de 45 anos.

Ao mesmo tempo em que cumprimento essa medida, positiva para a nossa juventude, chamo a atenção da Casa para um projeto que tive a ousadia de apresentar, e que alguém poderá dizer que se trata de um projeto muito bom para as empreiteiras e construtoras. De que trata o meu projeto, que já está na Comissão de Assuntos Econômicos? Proponho que todo o rendimento da poupança ou a maior parte dele, pelo menos, como já foi no passado, seja destinado à construção de casas próprias, principalmente para os trabalhadores de baixa renda. Hoje, o dinheiro entra na poupança e vai para a especulação. Queremos que os bancos não possam usar o dinheiro da poupança para especulação financeira; ou seja, quem aplica na poupança ganha o correspondente a 1%, e o banqueiro, na sua aplicação, ganha de 10% a 15% ao mês – mais ou menos os juros do cheque especial. Agora, se o dinheiro da poupança for investido na construção de casas para o trabalhador de baixa renda, com certeza, poderíamos estar gerando – podemos até exagerar, sem chegar aos 10 milhões que prometeu o Governo Lula, que pretende conseguir isso ao longo da caminhada –, de imediato, de 1 a 2 milhões de novos empregos, como se fazia na fórmula original. É a isso que o meu projeto remete, a investimentos para a construção de casas para trabalhadores considerados de baixa renda.

Sr. Presidente, ao concluir o meu pronunciamento, gostaria de me somar às manifestações neste plenário do Líder Tião Viana, do Líder Arthur Virgílio, e, diria, de quase a totalidade dos Senadores que usaram a palavra no dia hoje, manifestando a minha solidariedade à nigeriana Amina Lawal, condenada à morte por apedrejamento, cuja execução é iminente. Esse assunto foi trazido pelo Líder Arthur Virgílio e me interessei pelo assunto; na verdade, refere-se a um país que tem tudo a ver com as minhas raízes, a Nigéria. O Presidente Fernando Henrique conseguiu o adiamento da execução, mas, agora, de novo, ela está no corredor da morte para ser executada.

Aqui faço o mesmo apelo que os Líderes de todos os partidos já fizeram: que o Presidente Lula faça contato com o Presidente da Nigéria, por telefone, carta, telegrama, **e-mail**, pedindo que esse ato contra a humanidade seja revisto. A companheira Amina Lawal foi inclusive estuprada, conforme o relatório que ouvi aqui dos Líderes, e agora está para ser executada. Fica aqui este apelo, de público.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa – acompanhei também o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> –, temos certeza de que deveríamos fazer aqui um grande debate, quem sabe uma audiência pública, aqui neste plenário, sobre a questão do desemprego, que está, de fato, assustador. Os dados do Dieese divulgados ontem mostram que o desemprego aumentou nesse mês de junho em relação aos meses de maio e abril. Eu tomaria a liberdade de dizer que é difícil encontrar-se uma família neste País que não tenha alguém desempregado. É triste, é assustador, porque sabemos que o próprio desemprego acaba sendo um componente que, infelizmente, contribui para o aumento da violência. Tomo a liberdade de deixar essa matéria para debate. Deveríamos fazer uma audiência pública no plenário do Senado, chamando os Ministros das áreas correspondentes e as centrais sindicais, para debatermos o desemprego.

Creio que todos aqui entendemos que a taxa de juros tem de diminuir; que é importante a reforma agrária; que queremos mais investimento na produção, com certeza absoluta; que devemos incentivar a política de exportação, mas numa ótica de que estejamos contribuindo, aqui no Poder Legislativo, com o próprio Presidente da República, em políticas que, efetivamente, ajudem o crescimento. Assim, poderemos sinalizar para milhões de brasileiros, que estão a olhar para o poder central, com respostas para o desemprego.

Termino dizendo, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a principal meta do nosso Governo, neste momento, deve ser o combate ao desemprego.

Era isso o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Srs. e Sr<sup>as</sup> Senadores, confirmando a fidelidade que sempre manteve com as suas origens e os compromissos assumidos durante a vitoriosa campanha que o conduziu ao Palácio do Planalto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou no meio desta semana o Programa Primeiro Emprego - que tem por objetivo criar postos de trabalho para os jovens brasileiros na faixa dos 16 aos 24 anos de idade.

Além de manter-se fiel às suas origens e aos compromissos de campanha, o Presidente Lula fez também profissão de fé na democracia ao submeter o Programa à apreciação do Congresso Nacional, em forma de projeto de lei. Poderia o Presidente tê-lo criado por meio de Medida Provisória, mas o respeito que tem a esta Casa fez com que enviasse a proposta para que aqui seja analisada e se for o caso até mesmo aperfeiçoá-la.

O lançamento do Programa coincidiu com a divulgação, pelo DIEESE, da taxa de desemprego apurada em maio na Grande São Paulo que ficou em 20,6% da População Economicamente Ativa (PEA). É a maior taxa desde 1985, quando o estudo começou a ser feito, batendo o recorde pelo segundo mês consecutivo. Esse percentual significa um contingente de 1,959 milhão de desempregados na região - 18 mil a mais do que em abril. Frente a maio de 2002, são 104 mil desempregados a mais.

Diante desses números, muita gente se perguntará por que o governo está preocupado em criar empregos para jovens quando há tantos pais de famílias desempregados. A resposta pode ser extraída do pronunciamento do Presidente Lula por ocasião do lançamento do Programa. Ele disse que o foco no primeiro emprego é porque a juventude brasileira vive hoje o maior momento de angústia e incerteza de todos os tempos.

A meninada de hoje tem menos oportunidade do que eu tive há 45 anos. A juventude é um ajuntamento de pessoas que não vêem perspectiva, que não acreditam em sindicato, religião ou partido político - disse o presidente.

Segundo os dados do governo, é na faixa de idade abrangida pelo Programa que se encontra a maior parte da população carcerária e também de desempregados. Ao contrário do que se diz, isso mostra que o governo está de olho nos elevados índices de desemprego e violência.

O Programa traz em seu bojo uma grande novidade, com a marca característica de um governo do Partido dos Trabalhadores: para evitar que haja desvios em um programa governamental para o qual serão concedidos incentivos fiscais, o Primeiro Emprego proíbe a contratação de jovens que sejam parentes de empregados ou de sócios de empresas ou ainda de dirigentes de entidades que aderirem ao programa.

Tem por alvo jovens de 16 a 24 anos de baixa renda das dez maiores capitais do país e o aspecto positivo de quebrar o círculo vicioso para o jovem que não consegue emprego porque não tem experiência e, exatamente por isso, nunca consegue tê-la. O governo vai repassar R\$ 200 mensais às empresas para pagar o salário dos contratados. O empregador adicionará R\$ 40 e vai arcar com os encargos trabalhistas.

Nos primeiros seis meses, a previsão é atender 250 mil jovens de forma gradual e o pagamento de uma bolsa para 61.140 jovens em situação de risco. A prioridade será para os negros, mulheres e egressos de Febens e de presídios, entre os quais há as maiores taxas de desemprego juvenil.

Outra característica do Programa é que ele não saiu de uma cartola qualquer do Executivo Federal. Sua primeira versão foi discutida com os secretários estaduais do Trabalho e no dia do seu lançamento foi apresentado pelo ministro Jaques Wagner aos governadores que compareceram ao Palácio do Planalto para uma reunião com o Presidente Lula.

O ministro do Trabalho informou que o governo já recebeu a adesão de várias empresas privadas, que se comprometeram a empregar seis mil jovens, sem contrapartida do governo federal.

Mas apesar dos cuidados que o próprio Programa se reveste, precisamos estar atentos para que o uso indevido do incentivo fiscal que estará sendo concedido para a solução de um problema, venha de fato provocar outro, que seria a substituição de trabalhadores experientes, chefes de família, por jovens que estão em busca de sua primeira oportunidade de trabalho.

Em entrevista à rádio CBN, um dirigente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) admitiu que o perfil de contratação da indústria deverá mudar: as empresas deixarão de contratar

profissionais experientes para contratar iniciantes, por causa do subsídio governamental.

Diante dessa manifestação, está clara a necessidade de monitoramento do Programa para que não ocorra o chamado "efeito de substituição", com a troca de um empregado adulto por um jovem, pago com subsídio governamental.

Para impedir que isso ocorra, o Ministério do Trabalho e os sindicatos devem estar atentos, fiscalizar, denunciar e punir quem fizer uso indevido dos recursos. Se esse acompanhamento for feito com cuidado, podemos evitar que a criação do primeiro emprego para o jovem acabe se tornando no último emprego para os trabalhadores mais experientes.

Aliás, nesse sentido tenho manifestado minha preocupação. E da mesma forma que o governo propõe agora incentivos para o primeiro emprego, por meio do Estatuto do Idoso - projeto de nossa autoria quando Deputado Federal que se encontra na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados pronto para votação, uma vez que foi incluído na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional - temos uma proposta estabelecendo uma cota de 20% do total de empregos de uma empresa para trabalhadores com idade superior a 45 anos.

O Programa Primeiro Emprego é mais um esforço do governo, que eu classificaria de muito positivo, para a abertura de novos postos de trabalho, mas todos nós sabemos que só a retomada do crescimento da economia do país permitirá também a recuperação dos milhões de empregos que foram destruídos na última década.

Esses novos empregos só começarão a ser gerados quando começar o espetáculo do crescimento anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para o primeiro ato, os passos iniciais já foram dados, com o controle da inflação, a flexibilização das metas de inflação, a recuperação do chamado Risco Brasil e o início da redução das taxas de juros.

"Gerar empregos para todo o povo brasileiro é um sonho, uma obsessão e uma determinação do meu Governo", afirmou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no seu discurso de lançamento do Programa Primeiro Emprego. Nós acreditamos piamente na sinceridade dessas palavras e na fidelidade do Presidente com os trabalhadores brasileiros e por isso aguardamos ansiosos a abertura das cortinas para aplaudir esse espetáculo com o qual todos nós sonhamos.



Antes de concluir gostaria de apresentar uma síntese do Programa Primeiro Emprego e solicitar a inclusão, como parte integrante desse pronunciamento, do discurso proferido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião do lançamento do Programa.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

**PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO**

Voltado para jovens desempregados ou que buscam o primeiro emprego, entre 16 e 24 anos, de baixa escolaridade e baixa renda (renda familiar **per capita** de até meio salário-mínimo mensal). Numa primeira etapa, serão atendidos os jovens que já se inscreveram nos Sines há seis meses.

**Incentivos:** Transferência para empregadores: As empresas com faturamento anual igual ou inferior a R\$ 1,2 milhão vão receber por mês R\$ 200 para cada jovem contratado, durante seis meses. Para as empresas com faturamento superior a R\$ 1,2 milhão por ano, o repasse será de cem reais. Em contrapartida, essas empresas terão que manter o jovem empregado por mais seis meses, inteirar o que falta para completar o salário-mínimo e pagar os encargos sociais. Elas também não poderão reduzir o quadro de pessoal. Ou seja, se a empresa demitir terá que contratar outro para a vaga e ainda terá que exigir frequência escolar dos novos contratados. A meta do governo é empregar 260 mil jovens em um ano. Para isso, o Tesouro Nacional vai liberar R\$ 234 milhões até junho de 2004. Só este ano, serão liberados R\$ 139 milhões.

**Trabalho Comunitário:** O governo vai dar uma bolsa no valor de R\$ 150, durante seis meses, para os jovens em situação de risco que queiram desenvolver trabalho comunitário, por meio expediente. A intermediação será feita por organizações não-governamentais (ONGs), e o repasse será feito diretamente aos jovens. O objetivo é oferecer capacitação a esses jovens. Para isso, eles terão que estudar e fazer curso de qualificação. A meta do governo é atender a 50 mil jovens. Os recursos também virão do Tesouro e serão da ordem de R\$ 90,7 milhões (até junho de 2004), abrangendo o custo do treinamento, que será de R\$ 915 por cada jovem.

**Jovem Empreendedor:** Aqueles que quiserem montar um negócio próprio, na forma individual ou coletiva terão ajuda do governo, tanto no acesso ao crédito, quanto na qualificação e assistência técnica. Para qualificação, o governo vai repassar às entidades conveniadas ao Ministério do Trabalho R\$ 27 milhões do Tesouro Nacional, até junho do ano que vem. Também será criada uma linha especial do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que pode chegar a R\$ 170 milhões. Os limites de empréstimos por pessoa vão variar de acordo com o ramo e a natureza do jurídica do negócio. A taxa será a TJLP (12%), mais juros entre 2% e 3% ao mês. Haverá prazo de carência e não será necessário apresentar garantia às instituições financeiras. Os detalhes da linha de financiamento estão sendo negociados com o FAT. A meta do governo é realizar 30 mil operações neste ano.

**Estímulo à Responsabilidade Social:** As empresas que participarem do programa, sob a ótica da responsabilidade social, ou seja, sem a contrapartida do governo, vão receber um certificado.

**ÍNTEGRA DO DISCURSO DO PRESIDENTE  
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA:**

“Excelentíssimo Senhor Senador José Sarney,  
Presidente do Congresso Nacional,

Excelentíssimo Senhor Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados,

Companheiros e companheiras Ministros e Ministras aqui presentes,

Companheiros Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas,

Governadores e Governadoras,

Aliás, quero registrar, aqui, mais uma excepcional reunião de que os Governadores participaram, me proporcionando a certeza de que a democracia vai de vento em popa no nosso país.

Quero agradecer a presença de todos os Governadores, no ato de agora e na reunião que fizemos pela manhã. Quero, sobretudo, dizer que o Jaques Wagner tem alguma coisa a mais, porque conseguiu trazer, praticamente, todos os Ministros e ainda conseguiu fazer o Palocci abrir o caixa.

Companheiro José Dirceu,

Minha querida companheira Marisa,

Meu querido companheiro Jaques Wagner,  
Dona Maria de Fátima, sua esposa,

Wagner, quero começar lhe dando os parabéns. O Wagner trabalhou praticamente cinco meses e meio nesse programa. Ouviu vários setores da sociedade, conversou com muitos empresários, conversou

com muitos Governadores, com Prefeitos de cidades importantes deste país.

Esse Programa nós iríamos lançá-lo no mês passado e, por exigência do companheiro Wagner, nós esperamos para lançá-lo hoje, para poder aperfeiçoar ainda mais o trabalho que a sua equipe tinha feito.

Eu diria que, hoje, nós estamos dando um passo excepcional, para resolver um dos problemas mais graves que o Brasil vive hoje. E a verdade é que não é um compromisso só do Presidente da República ou do Ministro do Trabalho, ou, individualmente, de qualquer pessoa. Gerar empregos passa a ser uma responsabilidade coletiva. E gerar empregos para jovens é mais do que uma responsabilidade coletiva: é a gente plantar, hoje, o futuro que precisamos colher amanhã.

Se nós analisarmos quanto custa um adolescente, numa dessas instituições de recuperação que existem nos Estados, como a FEBEM lá em São Paulo ou em outro Estado; se nós analisarmos quanto custa cuidar de um preso no Brasil, hoje, nós vamos perceber que estaremos investindo muito pouco, por mais que tenhamos e que venhamos a investir dinheiro, será muito pouco, diante do resultado que poderemos colher com a geração de empregos para a juventude.

E por que geração de empregos para a juventude e não geração de empregos como um todo? Gerar empregos para todo o povo brasileiro é um sonho, uma obsessão e uma determinação do meu Governo. E eu não tenho dúvida de que é também dos Governos estaduais todos, dos Prefeitos, todos, dos Deputados e Senadores todos, dos Ministros todos e de todas as pessoas que têm responsabilidade no nosso país.

Por que, então, priorizar com o nome Primeiro Emprego o lançamento de hoje? É porque a juventude brasileira vive, possivelmente, o maior momento de incerteza e de angústia que a juventude brasileira já viveu. Nós temos a responsabilidade, enquanto governantes, mas, também, eu diria, toda sociedade civil brasileira, de não permitir que o narcotráfico e que o crime organizado possam conquistar um jovem ao invés de o Estado conquistá-lo.

E todas as pesquisas e estudos científicos já demonstraram que grande parte da juventude, por falta de políticas públicas, cai na criminalidade; é exatamente a constatação de que essas pessoas não tiveram oportunidade de estudar, de que o Estado não lhes ofereceu escola, não ofereceu creche, não ofereceu área de lazer e tampouco lhe

ofereceu oportunidade de trabalhar e de aprender uma profissão.

Por isso, qualquer recurso que nós gastarmos para gerar emprego para um jovem ainda será barato até diante do custo de um emprego hoje no Brasil. Dependendo da indústria, o emprego saía muito caro ao país. E mesmo assim, nós achamos que é vantajoso e precisamos incentivar que mais indústrias possam gerar mais empregos.

Por isso quero começar agradecendo, também, às empresas que já acordaram com o companheiro Wagner e ele já anunciou aqui, de imediato, 6 mil empregos já contratados com empresas que fizeram convênios com o Ministério do Trabalho.

Seis mil empregos, de começo, podem ser pouco, mas eu não tenho dúvida nenhuma de que muitos empresários brasileiros vão assinar acordo com o Ministério do Trabalho. Como eu não tenho dúvida, Wagner, de que muitas Prefeituras no Brasil vão fazer acordo com o Ministério do Trabalho. Até porque quando a gente pensa no emprego para o jovem, a gente pensa na obrigatoriedade deste jovem trabalhar, mas não parar de estudar, porque o objetivo é garantir que ele continue estudando.

Segundo, é que o emprego para esse jovem pressupõe que ele aprenda uma profissão. Pressupõe que quem o contratar tenha como compromisso, também, não apenas pagar o pequeno salário, mas também formá-lo profissionalmente. Ou seja, na verdade, é dar a oportunidade a todo ser humano para vencer na vida. Quem de nós aqui não teve uma oportunidade? Quem de nós aqui não teve a primeira chance? Quem de nós aqui não poderia servir de exemplo para milhões e milhões de jovens que estão pela periferia dos grandes centros urbanos à procura de uma oportunidade que hoje não tem, porque uma jovem ou um jovem, quando sai para procurar emprego, hoje a primeira pergunta que lhe fazem é se tem experiência.

Mas, se nunca trabalhou, como é que pode ter experiência? A segunda pergunta que fazem é se tem o segundo grau completo. Se não tiver, não tem chance. Então, nós precisamos profissionalizá-los para garantir que essas pessoas tenham uma profissão e possam arrumar emprego em qualquer lugar do Brasil em que quiserem trabalhar.

O Primeiro Emprego é, na verdade, a primeira possibilidade que a gente tem de dar oportunidade de as pessoas conquistarem a sua cidadania. Até porque está muito mais difícil do que no nosso tempo, ou do que no meu tempo de jovem. Muito mais complica-

do. Eu diria que a meninada de hoje tem menos possibilidade do que eu tive, 45 anos atrás.

E cabe a nós, Estado brasileiro; cabe a nós, empresários brasileiros, cabe a todos nós, políticos brasileiros, criarmos as condições para que as oportunidades possam se apresentar diante dos olhos das nossas meninas e dos nossos meninos.

E se nós estamos lançando o Primeiro Emprego hoje, uma proposta condensada com números, uma proposta trabalhada com muita gente, é porque temos a certeza de que essa proposta será capaz de sensibilizar a sociedade brasileira para o tema da geração de empregos.

Essa menina que prestou depoimento aqui, do Rio Grande do Sul, e outros milhares que, por outros Estados, como os do Maranhão, que me entregaram os documentos aqui, são pessoas que alguém conseguiu tirar do caminho da criminalidade, do caminho do narcotráfico ou do caminho do desespero, pois é o desespero que leva uma criança a fazer coisas que não gostaria de fazer. Desespero levado pelo desemprego da mãe, desespero levado pelo desemprego do pai; desespero porque, depois de fazer o segundo grau, não tem dinheiro para pagar uma faculdade particular; desespero por chegar no final de semana e não ter um centavo para poder participar de uma festa, para ir num cinema, para ter uma atividade cultural. E tudo isso é um acúmulo de problemas que vai levando o jovem ao desespero.

Eu digo isso porque quem já ficou desempregado, neste país, sabe que o desemprego é como uma das doenças crônicas do ser humano. Não tem nada que possa dar maior prazer a um ser humano do que trabalhar, no final do mês receber o seu salário e poder gastar o seu dinheirinho, ajudando a família ou ajudando a si próprio.

E até porque, hoje, as nossas meninas e os nossos meninos, muitas vezes, não gostam nem de pedir dinheiro para o pai ou para a mãe, porque antes de receber o dinheiro recebem um discurso, que o pai e mãe não têm dinheiro. Então, isso, às vezes, deixa a pessoa ainda... A Mariana riu, é porque deve acontecer com o Jaques Wagner.

A verdade é que isso vai deixando a juventude sem nenhuma condição de acreditar que alguém vai fazer alguma coisa por ela. Muitos jovens não acreditam, hoje, em política, não acreditam em sindicato, não acreditam em religião. Ou seja, é um ajuntamento de pessoas que não vêem perspectivas.

E essa proposta de Primeiro Emprego vem dar, para essa juventude, a certeza de que nós começa-

mos a trilhar um caminho. E que, se estamos começando com 250 mil, é plenamente possível chegar a 500 mil ou a muito mais. Vai depender, Wagner, da nossa capacidade de convencimento da sociedade, vai depender da sensibilidade dos Governadores, da sensibilidade dos Prefeitos, da sensibilidade dos empresários. E da nossa sensibilidade de entender que essa tarefa é uma tarefa prioritária, que deve permear o comportamento de cada Ministro deste Governo.

Nas mais diferentes áreas do Governo, cada ação do Ministério tem que ser pensada sempre na possibilidade de gerar uma oportunidade de trabalho para uma menina ou para um menino.

E eu acho que, se nós levarmos isso a sério, como estou percebendo na fisionomia de cada um de vocês, certamente nós estaremos dando, para as futuras gerações, a certeza de que em algum dia, neste país, a gente fez uma opção de preferir investir na educação ou no emprego do que em construir prisões por este país. O Ministro da Justiça sabe a quantidade de reivindicações que existem hoje no Brasil para a gente construir prisões. E cada vez mais as prisões exigidas são prisões de segurança máxima, portanto, cada vez mais se gasta para punir os criminosos deste país.

Se este programa for executado com carinho, como eu sonho que ele deva ser executado, e se nós investirmos na educação como estamos pensando em investir, inclusive com convênios com empresários para a política da alfabetização, nós vamos apenas constatar o óbvio daqui a alguns anos: que era muito mais barato a gente investir na educação e no emprego do que investir nas prisões que tanto a sociedade reivindica que a gente invista.

Eu acho, meus companheiros e companheiras, que o Wagner disse uma frase muito importante, com que eu quero terminar. Não vamos aqui ficar preocupados com "de quem é a idéia". Não vamos ficar preocupados com "quem foi que fez a proposta". Nós estamos fazendo um projeto de lei que pode ser discutido no Congresso Nacional. Um assunto dessa envergadura poderia ser tratado por uma medida provisória, mas, até para permitir que haja um debate maior, vamos fazer um projeto de lei e vamos debater. A nós não interessa amanhã ou depois de amanhã fazermos DNA para saber quem é o pai do Primeiro Emprego. Se eu pudesse pedir a Deus, eu pediria que este seja o filho de uma imensa coletividade que conseguiu produzir sem nenhuma vaidade pessoal, sem nenhum interesse menor, sem nenhum interesse político-eleitoral, uma proposta que nos permitisse olhar os nossos filhos nos olhos, olhar nossas crianças

bem no fundo dos olhos e dizer para eles: estamos apenas fazendo a nossa obrigação, dando a vocês a oportunidade que nós, políticos, tivemos, que nós recebemos de nossos pais. Isso é o mínimo que nós poderemos fazer pela juventude brasileira. Portanto, é nossa obrigação estarmos preocupados com vocês para que vocês possam se preocupar com aqueles que virão depois, depois e depois.

Por isso, meu querido Jaques Wagner, que já foi sindicalista, ainda é sindicalista não-militante porque é Ministro e não pode militar no sindicato, agora; que já foi lutador das boas causas democráticas deste país, que já foi Deputado e que agora virou Ministro do Trabalho, você está conseguindo colocar em prática o sonho que você alimentou toda a sua vida política e um sonho dos discursos que você fazia no movimento sindical: "porque o Governo tem que fazer isto, porque o Governo tem que fazer aquilo". Pois bem, agora você é Governo, a bola está com você, "divirta-se" e gere os empregos que este país precisa que sejam criados.

Meus parabéns, Jaques Wagner."

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Os cinco minutos, Sr. Presidente, não serão necessários. Gostaria apenas de me associar, me incorporar à preocupação defendida e esposada aqui por muitos Líderes com relação à nigeriana Amina Lawal, cujo caso voltou à baila. É um absurdo! O mundo todo entende dessa forma. Da mesma maneira que os outros Líderes também já o fizeram, gostaria de encarecer ao Presidente Lula que intercedesse junto ao governo nigeriano a favor de Amina Lawal. Há pouco o Senador Tião Viana me dizia que também já demonstrou a sua preocupação e está disposto a fazer qualquer gesto para que se repita o que o governo anterior fez em defesa da nigeriana condenada. Se for o caso, deve-se telefonar mesmo e colocar, de novo, o Brasil como alternativa de asilo político. Esse crime e essa pena devem ser contestados, deve-se demonstrar o que o País pensa exatamente como pensa o Congresso Nacional, que hoje já marcou sua posição.

Era, em síntese, a minha preocupação e a razão da intervenção que acabo de fazer.

*Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da*

*presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O Sr. Senador Arthur Virgílio enviou discurso à Mesa para que fosse publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, transmito hoje ao Ministro dos Transportes, Anderson Adauto Pereira, apelo que ouvi, em recente viagem ao Amazonas, do Prefeito Rômulo Barbosa Mattos, e da Vereadora Nilde Clementino de Araújo, Presidente da Câmara Municipal, ambos de Envira, localizado nas proximidades da divisa do meu Estado com o Acre.

O apelo me foi feito em documento que traz também a assinatura dos Vereadores de Envira, José Adalberto Souza da Silva (vice-presidente), Raimundo Teixeira de França (1º secretário), Erotildes Pereira de Souza (2ª secretária), Davi Cláudio da Silva, Ilma Maria F. de Lima, Maria Olinda Gurgel, Sebastião Ferreira de Lima e Valdeusmar Farias de Lima.

O pedido refere-se à possibilidade de construção de uma rodovia para ligar Envira, no Amazonas, a Feijó, no Acre, numa extensão de 96 quilômetros. A postulação sensibilizou-me profundamente, sobretudo por um fato: Envira e Feijó são interligados atualmente apenas por via fluvial, num percurso demorado e que encarece o frete para o transporte de mercadorias entre os dois municípios.

Ademais, Senhor Presidente, a atual ligação, fluvial, entre Envira e Feijó só é viável em alguns meses do ano. Nos demais, isto é, na estação das cheias, a ligação de Feijó alcança apenas até o município de Eirunepé, não sendo necessário ressaltar os transtornos que isso traz às populações daquela área.

Envira é um importante centro produtor agrícola do Amazonas e está localizado na área da chamada Zona Franca Verde, ressentindo-se de uma rede de vias de transporte compatível com o nível da economia local.

Endosso o pedido de Envira. É um pedido justo. De um município que produz riquezas. E que anseia por meios para o escoamento de sua produção.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 31 minutos.)*

## Ata da 5ª Sessão não Deliberativa em 7 de julho de 2003

### 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,  
da Sra. Serys Slhessarenko e do Sr. Mão Santa*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de decreto legislativo que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2003**

(Nº 1.060/2001, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto do Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul, concluído no Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1998.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul, concluído no Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1998.

§ 1º Na aplicação do texto do referido Acordo pela República Federativa do Brasil, especialmente o artigo V, cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar a extradição solicitada por Estado estrangeiro, bem como apreciar o caráter da infração, conforme suas regras e procedimentos internos de decisão e sua interpretação dos fatos que fundamentam o pedido de extradição, nos termos da legislação brasileira.

§ 2º Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **ACORDO DE EXTRADIÇÃO ENTRE OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL**

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados “Estados Partes”;

Considerando o Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991 entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai e o Protocolo de Ouro Preto, sobre a estrutura institucional do Mercosul, assinado em 17 de dezembro de 1994 por esses mesmos Estados Partes;

Recordando que os instrumentos fundacionais do Mercosul estabelecem o compromisso pelos Estados Partes de harmonizarem suas legislações;

Reafirmando o desejo dos Estados Partes do Mercosul de acordar soluções jurídicas comuns com vistas ao fortalecimento do processo de integração;

Destacando a importância de contemplar tais soluções em instrumentos jurídicos de cooperação em áreas de interesse comum como a cooperação jurídica e a extradição;

Convencidos da necessidade de simplificar e agilizar a cooperação internacional para possibilitar a harmonização e a compatibilização das normas que regulam o exercício da função jurisdicional dos Estados Partes;

Tendo em conta a evolução dos Estados democráticos, tendente à eliminação gradual dos delitos de natureza política como exceção à extradição;

Resolvem celebrar um Acordo de Extradicação nos termos que se seguem:

#### **CAPÍTULO I**

#### **Princípios Gerais**

#### **ARTIGO 1**

#### **Da Obrigação de Conceder a Extradicação**

Os Estados Partes obrigam-se a entregar, reciprocamente, segundo as regras e as condições estabelecidas no presente Acordo, as pessoas que se en-

contrem em seus respectivos territórios e que sejam procuradas pelas autoridades Competentes de outro Estado Parte, para serem processadas pela prática presumida de algum delito, que respondam a processo já em curso ou para a execução de uma pena privativa de liberdade.

#### ARTIGO 2

##### Delitos que Dão Causa à Extradicação

1. Darão causa à extradicação os atos tipificados como delito segundo as leis do Estado Parte requerente e do Estado Parte requerido, independentemente da denominação dada ao crime, os quais sejam puníveis em ambos os Estados com pena privativa de liberdade de duração máxima não inferior a dois anos.

2. Se a extradicação for requerida para a execução de uma sentença exige-se, ademais, que a parte da pena ainda por cumprir não seja inferior a seis meses.

3. Se a extradicação requerida por um dos Estados Partes referir-se a delitos diversos e conexos, respeitado o princípio da dupla incriminação para cada um deles, bastará que apenas um satisfaça às exigências previstas no presente Artigo para que a extradicação possa ser concedida, inclusive com respeito aos demais delitos.

4. Procederá igualmente à extradicação com base nos delitos previstos em acordos multilaterais vigentes entre o Estado Parte requerente e o Estado Parte requerido.

5. Qualquer delito que não esteja expressamente previsto nas exceções do Capítulo III do presente Acordo, ensejará a extradicação sempre que cumpra os requisitos estabelecidos no Artigo 3.

#### CAPÍTULO II

##### Da Procedência da Extradicação

#### ARTIGO 3

##### Da Jurisdição, Dupla incriminação e Apenamento

Para que a extradicação seja julgada procedente é necessário:

**a)** que o Estado Parte requerente tenha jurisdição para conhecer dos atos que fundamentam o pedido, salvo quando o Estado Parte requerido tenha jurisdição para conhecer da causa; e

**b)** que, no momento em que se solicita a extradicação, os atos que fundamentam o pedido satisfaçam às exigências do Artigo 2 do presente Acordo.

#### CAPÍTULO III

##### Da improcedência da Extradicação

#### ARTIGO 4

##### Modificação da Qualificação do Delito

Se a qualificação do fato constitutivo do delito que motivou a extradicação for posteriormente modificada no curso do processo no Estado Parte requerente, a ação não poderá prosseguir, a não ser que a nova qualificação permita a extradicação.

#### ARTIGO 5

##### Dos Delitos Políticos

1. Não se concederá a extradicação por delitos que o Estado Parte requerido considere serem políticos ou relacionados a outros delitos de natureza política. A mera alegação de um fim ou motivo político não implicará que o delito deva necessariamente ser qualificado como tal.

2. Para os fins do presente Acordo, não serão considerados delitos políticos, em nenhuma circunstância:

**a)** atentar contra a vida ou causar a morte de um Chefe de Estado ou de Governo ou de outras autoridades nacionais ou locais ou de seus familiares;

**b)** genocídio, crimes de guerra ou delitos contra a humanidade, em violação às normas do Direito internacional;

**c)** atos de natureza terrorista que, a título exemplificativo, impliquem algumas das seguintes condutas:

**i)** atentado contra a vida, a integridade física ou a liberdade de pessoas que tenham direito à **proteção** internacional, aí incluídos os agentes diplomáticos;

**ii)** tomada de reféns ou seqüestro de pessoas;

**iii)** atentado contra pessoas ou bens envolvendo o uso de bombas, granadas, rjões, minas, armas de fogo, cartas ou pacotes contendo explosivos ou outros dispositivos capazes de causar perigo comum ou comoção pública;

**iv)** atos de captura ilícita de embarcações ou aeronaves;

**v)** em geral, qualquer ato não compreendido nos itens anteriores, cometido com o propósito de atemorizar uma população, classes ou setores da mesma, de atentar contra a economia de um país, seu patrimônio cultural

ou ecológico, ou de realizar represálias de caráter político, racial ou religioso;

vi) a tentativa de qualquer dos delitos previstos neste Artigo.

#### ARTIGO 6

##### **Dos Delitos Militares**

Não se concederá a extradição por delitos de natureza exclusivamente militar.

#### ARTIGO 7

##### **Da Coisa Julgada, Indulto, Anistia e Graça**

Não se concederá a extradição de pessoa reclamada caso já tenha sido julgada, indultada, beneficiada por anistia ou obtido graça pelo Estado Parte requerido com respeito ao ato ou aos atos que fundamentam o pedido de extradição.

#### ARTIGO 8

##### **Dos Tribunais de Exceção ou ad hoc**

Não se concederá a extradição da pessoa reclamada caso esta tenha sido condenada ou deva ser julgada no Estado Parte requerente por um Tribunal de Exceção ou **ad hoc**.

#### ARTIGO 9

##### **Da Prescrição**

Não se concederá a extradição quando a ação ou a pena estiverem prescritas conforme a legislação do Estado Parte requerente ou do Estado Parte requerido.

#### ARTIGO 10

##### **Dos Menores**

1. Não se concederá a extradição quando a pessoa reclamada for menor de dezoito anos na época da prática do fato ou dos fatos pelos quais a pessoa é reclamada

2. Nesse caso, o Estado Parte requerido tomará as medidas corretivas que, de acordo com o seu ordenamento jurídico, seriam aplicáveis caso os fatos houvessem sido praticados em seu território por um menor inimputável.

#### CAPÍTULO IV

##### **Denegação Facultativa da Extradição**

#### ARTIGO 11

##### **Da Nacionalidade**

1. A nacionalidade da pessoa reclamada não poderá ser invocada para denegar a extradição, salvo disposição constitucional em contrário.

2. Os Estados Partes que não contemplem disposição de natureza igual à prevista no parágrafo anterior poderão denegar-lhe a extradição de seus nacionais.

3. Nas hipóteses dos parágrafos anteriores, o Estado Parte que denegar a extradição deverá promover o julgamento do indivíduo, mantendo o outro Estado Parte informado do andamento do processo, devendo ainda remeter, finalizado o juízo, cópia da sentença.

4. Para os efeitos deste Artigo, a condição de nacional será determinada pela legislação do Estado Parte requerido, apreciada quando do momento da apresentação do pedido de extradição, e sempre que a nacionalidade não tenha sido adquirida com o propósito fraudulento de impedi-la.

#### ARTIGO 12

##### **Das Ações em Curso pelos Mesmos Delitos**

Poder-se-á denegar a extradição caso a pessoa reclamada esteja sendo julgada no território do Estado Parte requerido em função do fato ou dos fatos que fundamentam o pedido.

#### CAPÍTULO V

##### **Dos Limites à Extradição**

#### ARTIGO 13

##### **Da Pena de Morte ou Pena Perpétua Privativa de Liberdade**

1. O Estado Parte requerente não aplicará ao extraditado, em nenhum caso, a pena de morte ou de pena perpétua privativa de liberdade.

2. Quando os fatos que fundamentam o pedido de extradição forem passíveis de punição, no Estado Parte requerente, com a pena de morte ou pena perpétua privativa de liberdade, a extradição somente será admitida se a pena a ser aplicada não for superior à pena máxima admitida na lei penal do Estado Parte requerido.

#### ARTIGO 14

##### **Do Princípio da Especialidade**

1. A pessoa entregue não será detida, julgada nem condenada, no território do Estado Parte requerente, por outros delitos cometidos previamente à data de solicitação da extradição, e não contidos nesta, salvo nos seguintes casos:

a) quando a pessoa extraditada, podendo abandonar o território do Estado Parte ao qual foi entregue, nele permanecer voluntariamente por mais de 45 dias corridos

após sua libertação definitiva ou a ele regressar depois de tê-lo abandonado;

b) quando as autoridades competentes do Estado Parte requerido consentirem na extensão da extradição para fins de detenção, julgamento ou condenação da referida pessoa em função de qualquer outro delito.

2. Para tal efeito, o Estado Parte requerente deverá encaminhar ao Estado Parte requerido pedido formal de extensão da extradição, cabendo ao Estado Parte requerido decidir se a concede. O referido pedido deverá ser acompanhado dos documentos previstos no parágrafo 4 do Artigo 18 deste Acordo e de declaração judicial sobre os fatos que motivaram o pedido de extensão, prestada pelo extraditado com a devida assistência jurídica.

#### Artigo 15

##### **Da Reextradição a um Terceiro Estado**

A pessoa entregue somente poderá ser reextraditada a um terceiro Estado com o consentimento do Estado Parte que tenha concedido a extradição, salvo o caso previsto na alínea a do Artigo 14 deste Acordo. O consentimento deverá ser solicitado por meio dos procedimentos estabelecidos na parte final do mencionado Artigo.

#### CAPÍTULO VI

##### **Do Direito de Defesa e da Detração**

#### ARTIGO 16

##### **Do Direito de Defesa**

A pessoa reclamada gozará, no Estado Parte requerido, de todos os direitos e garantias que concede a legislação desse Estado. Deverá ser assistida por um defensor, e se necessário, por intérprete.

#### ARTIGO 17

##### **Da Detração**

O período de detenção cumprido pela pessoa extraditada no Estado Parte requerido, em virtude do processo de extradição, será computado na pena a ser cumprida no Estado Parte requerente.

#### CAPÍTULO VII

##### **Do Procedimento**

#### ARTIGO 18

##### **Do Pedido**

1. O pedido de extradição será encaminhado por via diplomática. Seu diligenciamento será regulado pela legislação do Estado Parte requerido.

2. Quando se tratar de indivíduo não condenado, o pedido de extradição deverá ser acompanhado de original ou cópia do mandado de prisão ou de ato de processo criminal equivalente, conforme a legislação do Estado Parte requerido, emanado de autoridade competente.

3. Quando se tratar de indivíduo condenado, o pedido de extradição deverá ser acompanhado de original ou cópia da sentença condenatória e certidão de que a mesma não foi totalmente cumprida e do tempo que faltou para seu cumprimento.

4. Nas hipóteses referidas nos parágrafos 2 e 3, deverão, ainda, acompanhar o pedido:

i) descrição dos fatos pelos quais se requer a extradição, indicando-se o lugar e a data de sua ocorrência, sua qualificação legal e fazendo-se referência as disposições legais aplicáveis;

ii) todos os dados conhecidos quanto à identidade, nacionalidade, domicílio ou residência da pessoa reclamada e, se possível, fotografia, impressões digitais e outros meios que permitam sua identificação; e,

iii) cópia ou transcrição autêntica dos textos legais que tipificam e sancionam o delito, identificando a pena aplicável, os textos que estabelecem a jurisdição do Estado Parte requerente para deles tomar conhecimento, assim como uma declaração de que a ação e a pena não estejam prescritas de acordo com sua legislação.

5. No caso previsto no Artigo 13, incluir-se-á declaração pela qual o Estado Parte requerente assumirá o compromisso de não aplicar a pena de morte ou a pena perpétua privativa de liberdade, obrigando-se, ademais, a aplicar, como pena máxima, a maior pena admitida pela legislação penal do Estado Parte requerido.

#### ARTIGO 19

##### **Da Dispensa de Legalização**

O pedido de extradição, assim como os documentos que o acompanhem por força da aplicação dos dispositivos do presente Acordo, estarão isentos de legalização ou formalidade semelhante. Caso apresentem-se cópias de documentos, estas deverão estar autenticadas por autoridade competente.



**ARTIGO 20****Do Idioma**

O pedido de extradição e os documentos que o acompanham serão acompanhados de tradução na língua do Estado Parte requerido.

**ARTIGO 21****Da Informação Complementar**

1. Se os dados ou documentos enviados juntamente ao pedido de extradição forem insuficientes ou defeituosos, o Estado Parte requerido comunicará esse fato sem demora, por via diplomática, ao Estado Parte requerente, que terá o prazo de 45 dias corridos, contados da data do recebimento da comunicação, para corrigir tais defeitos ou omissões.

2. Se por circunstâncias especiais devidamente fundamentadas, o Estado Parte requerente não puder cumprir com o disposto no parágrafo anterior dentro do prazo consignado, poderá solicitar ao Estado Parte requerido a prorrogação do referido prazo por mais 20 dias corridos.

3. O descumprimento do disposto nos parágrafos anteriores será considerado como desistência do pedido de extradição.

**ARTIGO 22****Decisão e Entrega**

1. O Estado Parte requerido comunicará, sem demora, ao Estado Parte requerente, por via diplomática, sua decisão com respeito à extradição.

2. Qualquer decisão denegatória, total ou parcial, com respeito ao pedido de extradição, deverá ser fundamentada.

3. Quando a extradição for concedida, o Estado Parte requerente será informado do lugar e da data de entrega, bem como da duração da detenção cumprida pela pessoa reclamada para efeito de extradição.

4. Se no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de notificação, o Estado Parte requerente não retirar a pessoa reclamada, esta será posta em liberdade, podendo o Estado Parte requerido denegar posteriormente a extradição pelos mesmos fatos.

5. Em caso de força maior ou de enfermidade grave, devidamente comprovada que impeça ou seja obstáculo à entrega ou à recepção da pessoa reclamada, tal circunstância será informada ao outro Estado Parte, antes do vencimento do prazo previsto no

parágrafo anterior, podendo-se acordar uma nova data para a entrega e recepção.

6. Quando da entrega da pessoa reclamada, ou tão logo isso seja possível; entregar-se-á ao Estado Parte requerente a documentação, os bens e os demais pertences que, igualmente, lhe devam ser colocados à disposição, conforme o previsto no presente Acordo.

7. O Estado Parte requerente poderá enviar ao Estado Parte requerido, com a anuência deste último, agentes devidamente autorizados que auxiliarão no reconhecimento do extraditado e na condução deste ao território do Estado Parte requerente os quais, em sua atividade estarão subordinados às autoridades do Estado Parte requerido.

**ARTIGO 23****Do Diferimento**

1. Quando a pessoa cuja extradição se requer estiver sujeita a processo ou cumprindo sentença no Estado Parte requerido por delito distinto daquele que motiva a extradição, caberá a este igualmente resolver sobre o pedido de extradição e notificar o Estado Parte requerente quanto à sua decisão.

2. Se a decisão for favorável, o Estado Parte requerido poderá diferir o prazo de entrega respeitando a conclusão do processo penal, ou até que se tenha cumprido a pena. Não obstante, se o Estado Parte requerido sancionar o delito que fundamenta o diferimento com uma pena cuja duração seja inferior àquela estabelecida no parágrafo 1 do Artigo 2 deste Acordo, proceder-se-á à entrega sem demora.

3. As responsabilidades civis derivadas do delito ou qualquer processo civil a que esteja sujeita a pessoa reclamada não poderão impedir ou retardar a entrega.

4. O adiamento da entrega suspenderá o cômputo do prazo de prescrição das ações judiciais que tiverem lugar no Estado Parte requerente pelos fatos que motivam o pedido de extradição.

**ARTIGO 24****Da Entrega dos Bens**

1. Caso se conceda a extradição, os bens que se encontrem no Estado Parte requerido e que sejam produto do delito ou que possam servir de prova serão entregues ao Estado Parte requerente, se este o solicitar. A entrega dos referidos bens estará subordinada à lei do Estado Parte requerido e aos direitos de terceiras partes porventura afetadas.

2 Sem prejuízo do disposto no parágrafo I deste Artigo, tais bens serão entregues ao Estado Parte requerente, se este o solicitar, mesmo em caso de não se poder levar a efeito a extradição em consequência de morte ou fuga da pessoa reclamada.

3. Quando tais bens forem suscetíveis de embargo ou confisco no território do Estado Parte requerido, este poderá, por efeito de um processo penal em curso, conservá-los temporariamente ou entregá-los sob condição de sua restituição futura

4. Quando a lei do Estado Parte requerido ou o direito de terceiras partes afetadas assim o exigirem, os bens serão devolvidos sem qualquer ônus, ao Estado Parte requerido.

#### ARTIGO 25

##### **Dos Pedidos Concorrentes**

1. No caso de pedidos de extradição concorrentes, referentes a uma mesma pessoa, o Estado Parte requerido determinará a qual dos referidos Estados se haverá de conceder a extradição, e notificará de sua decisão aos Estados— Partes requerentes.

2. Quando os pedidos referirem-se a um mesmo delito, o Estado Parte requerido deverá dar preferência na seguinte ordem:

- a) ao Estado em cujo território se houver cometido o delito;
- b) ao Estado em cujo território tenha residência habitual a pessoa reclamada;
- c) ao Estado que primeiro apresentou o pedido.

3. Quando os pedidos se referirem a delitos distintos, o Estado Parte requerido, segundo sua legislação, dará preferência ao Estado que tenha jurisdição relativamente ao delito mais grave. Havendo igual gravidade, dar-se-á preferência ao Estado que primeiro apresentou o pedido.

#### ARTIGO 26

##### **Trânsito da Pessoa Extraditada**

1. Os Estados Parte cooperarão entre si visando facilitar o trânsito por seu território de pessoas extraditadas. Para este fim, o trânsito pelo território de um dos Estados Partes exigirá — sempre que não se oponham motivos de ordem pública — a apresentação prévia de uma solicitação por via diplomática acompanhada de cópias do pedido original de extradição e da comunicação que a autoriza.

2. Caberá às autoridades do Estado Parte de trânsito a custódia do reclamado. O Estado Parte

requerente reembolsará o Estado Parte de trânsito os gastos contraídos no cumprimento de tal obrigação.

3. Não será necessário solicitar a extradição em trânsito quando forem utilizados meios de transporte aéreo sem previsão de aterrissagem no território do Estado Parte de trânsito.

#### ARTIGO 27

##### **Da Extradição Simplificada ou Voluntária**

O Estado Parte requerido poderá conceder a extradição se a pessoa reclamada, com a devida assistência jurídica e perante a autoridade judicial do Estado Parte requerido, declarar sua expressa anuência em se entregar ao Estado Parte requerente, depois de haver sido informada de seu direito a um procedimento formal de extradição e da proteção que tal direito encerra.

#### ARTIGO 28

##### **Das Despesas**

1. O Estado Parte requerido arcará com o custeio das despesas ocasionadas em seu território em consequência da detenção da pessoa cuja extradição se pede. Despesas contraídas no traslado e no trânsito da pessoa reclamada para fora do território do Estado Parte requerido estarão a cargo do Estado Parte requerente.

2. O Estado Parte requerente arcará com as despesas de transporte ao Estado Parte requerido da pessoa extraditada que tenha sido absolvida ou considerada inocente.

#### CAPÍTULO VIII

##### **Da Prisão Preventiva para fins de Extradição**

#### ARTIGO 29

##### **Da Prisão Preventiva**

1. As autoridades competentes do Estado Parte requerente poderão solicitar a prisão preventiva para assegurar o procedimento de extradição da pessoa reclamada, a qual será cumprida com a máxima urgência pelo Estado Parte requerido de acordo com a sua legislação.

2. O pedido de prisão preventiva deverá indicar que tal pessoa responde a um processo ou é sujeito de uma sentença condenatória ou ordem de detenção judicial, e deverá consignar a data e os atos que motivem o pedido, bem como o tempo e o local de sua ocorrência, além de dados de filiação e outros que permitam a identificação da pessoa cuja prisão se requer. Também deverá constar do pedido

a intenção de se proceder a um pedido formal de extradição.

3. O pedido de prisão preventiva poderá ser apresentado pelas autoridades competentes do Estado Parte requerente por via diplomática ou pela Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), devendo ser transmitido por correio, fax ou qualquer outro meio que permita a comunicação por escrito.

4. A pessoa presa em virtude do referido pedido de prisão preventiva será imediatamente posta em liberdade se ao cabo de 40 dias corridos, a contar da data de notificação de sua prisão ao Estado Parte requerente, este não houver formalizado um pedido de extradição perante o Ministério das Relações Exteriores do Estado Parte requerido.

5. Se a pessoa reclamada vier a ser posta em liberdade em virtude do disposto no parágrafo anterior, o Estado Parte requerente somente poderá solicitar nova prisão da pessoa reclamada mediante pedido formal de extradição.

#### CAPÍTULO IX Da Segurança, Ordem Pública e Outros Interesses Essenciais

##### ARTIGO 30

Da Segurança, Ordem Pública e Outros Interesses Essenciais Excepcionalmente, e com a devida fundamentação, o Estado Parte requerido poderá denegar o pedido de extradição quando o seu cumprimento for contrário à segurança, à ordem pública ou a outros interesses essenciais do Estado Parte requerido.

#### CAPÍTULO X Das Disposições Finais

##### ARTIGO 31

1. O presente Acordo entrará em vigor, com relação aos dois primeiros Estados Partes que o ratificarem, no prazo de trinta dias a contar da data em que o segundo país deposite seus instrumentos de ratificação. Para os demais Estados Partes que o ratificarem, entrará em vigor no trigésimo dia a contar do depósito de seu respectivo instrumento de ratificação.

2. A República do Paraguai será depositária do Presente Acordo e dos instrumentos de ratificação e enviará cópias devidamente autenticadas aos demais Estados Partes.

3. A República do Paraguai notificará os demais Estados Partes da data de entrada em vigor do presente Acordo e da data de depósito dos instrumentos de ratificação.

Firmado no Rio de Janeiro, aos 10 dias do mês de dezembro de 1998, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos textos igualmente autênticos.



#### MENSAGEM Nº 681, DE 1999

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul concluído no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1998.

Brasília, 26 de maio de 1999. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 156/MRE

Brasília, 20 de maio de 1999

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de encaminhar à consideração de Vossa Excelência, em anexo, a versão em português do texto do Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, firmado na cidade do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1998, pelos Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai.

2. A negociação do referido instrumento internacional foi proposta pela delegação brasileira durante o 38º Encontro da Comissão Técnica da Reunião de Ministros da Justiça do Mercosul, realizada em Brasília, nos dias 9 e 10 de setembro de 1998. O texto final

foi aprovado pelos países signatários por ocasião da X Reunião de Ministros da Justiça do Mercosul, ocorrida também em Brasília em 20 de novembro do ano passado.

3. Tal proposta teve origem no ensejo do governo brasileiro de fomentar a cooperação internacional na área jurídica e, em especial, no tocante aos processos de extradição, temas que têm tido participação crescente na agenda externa do País.

4. O processo negociador foi dirigido pelo Ministério da Justiça, em colaboração com o Departamento de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior do Ministério das Relações Exteriores. Os entendimentos a respeito visaram a simplificar e agilizar a cooperação internacional quanto à extradição, atentando sempre para a necessidade de compatibilizar o Projeto de Acordo com a legislação brasileira sobre o assunto.

5. Como resultado, os dispositivos do texto acordado contemplam, entre outros temas, o respeito às disposições constitucionais referentes à nacionalidade da pessoa reclamada, o princípio da especialidade, a não aplicação da pena de morte ou da pena perpétua privativa de liberdade, o consentimento prévio à reextradição para terceiros países por parte do Estado que a concede, o encaminhamento por via diplomática dos pedidos, a dispensa da legalização dos documentos e a alternativa da apresentação do pedido de prisão preventiva por via diplomática ou pela Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL).

6. Permito-me assinalar a Vossa Excelência que, ao acordar soluções jurídicas comuns quanto ao trâmite ágil e eficaz dos processos de extradição no âmbito dos países do Mercosul, buscou-se em última instância, acompanhar a evolução da legislação internacional a respeito, em benefício do fortalecimento do processo de integração regional.

7. Uma vez que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre Acordos, nos termos do inciso I do Artigo 49 da Constituição Federal, submeto à Vossa Excelência, igualmente em anexo, o projeto de Mensagem presidencial, para que Vossa Excelência, caso esteja de acordo, encaminhe o referido instrumento à apreciação do Poder Legislativo.

Respeitosamente, – **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

## COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA

### MENSAGEM Nº 681, DE 1999

#### Relatório Preliminar de Apreciação

##### I – Relatório

Por meio da presente Mensagem, o Exmo Sr. Presidente da República encaminhou para consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Extradição entre os Estados Partes do Mercosul, concluído no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1998.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1996, do Congresso Nacional, cabe à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul elaborar relatório preliminar sobre toda matéria de interesse do Mercosul que venha a tramitar no Legislativo.

Na exposição de motivos que acompanha a Mensagem em apreço, o Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores informa que a negociação do referido Acordo de Extradição constituiu proposta brasileira com o objetivo de fomentar a cooperação internacional na área jurídica, especialmente no tocante aos processos de extradição.

O Acordo de Extradição que passamos a relatar contém 31 artigos que estabelecem as regras e as condições para a concessão da extradição pelos Estados Partes. Abre o texto do Acordo a obrigação genérica dos Estados Partes de conceder a extradição, sendo depois definidas as exceções, os procedimentos para sua concessão, as informações que devem constar do pedido, a forma de entrega da pessoa reclamada, entre outros aspectos que perpassam um processo de extradição.

Dão causa à extradição, segundo o texto, os atos tipificados como delito segundo as leis do Estado requerente, bem como as do Estado requerido.

A extradição pode ser considerada improcedente nos seguintes casos: quando a qualificação do fato constitutivo do delito que motivou a extradição for modificada no curso do processo, o que deverá interromper a ação; quando o Estado requerido considerar que os delitos são políticos ou relacionados a delitos de natureza política; quando constituírem delitos de natureza exclusivamente militar; quando a pessoa já tenha sido julgada, indultada, beneficiada por anistia ou obtido graça pelo Estado Parte requerido com respeito ao ato em questão; quando a pessoa reclamada tenha sido condenada ou deva ser julgada por um tribunal de exceção; quando a ação ou a pena estiverem prescritas conforme legislação do Estado reque-

rente ou do requerido; quando a pessoa reclamada for menor de 18 anos na época da prática do fato.

Será facultativa a denegação da extradição dos seus nacionais quando esta for uma disposição constitucional do Estado requerido, devendo este promover o julgamento do indivíduo. Também poderá haver denegação da extradição quando a pessoa reclamada esteja sendo julgada no Estado requerido em função dos mesmos fatos que fundamentam o pedido.

Dispõe ainda o Acordo que a pessoa reclamada gozará de todos os direitos e garantias concedidas pela legislação do Estado requerido, devendo ser assistida por um defensor e, se necessário, por intérprete.

## II – Apreciação do Relator

Como mais um passo na consolidação do Mercosul, os Estados Partes concluíram o presente Acordo de Extradição, avançando no processo de harmonização das regras jurídicas aplicáveis aos membros do bloco.

Na medida em que avança o intercâmbio e a integração regional, cresce o fluxo de pessoas entre as fronteiras nacionais dos países membros do Mercosul, ocorrendo também a fuga, do território de um Estado para outro país membro do bloco, de pessoas envolvidas em delitos. Para facilitar a ação da justiça de cada país e impedir a impunidade, o acordo em tela estabelece regras comuns para garantir a extradição, intensificando a cooperação no combate à criminalidade na região envolvida.

Os termos acordados seguem basicamente os mesmos princípios que já se encontram inscritos na legislação brasileira que trata da extradição – a lei nº 6.815, de 19-8-80, conhecida como Estatuto do Estrangeiro que dispõe sobre o tema no título IX, artigos 76 a 94.

Entretanto, registramos uma diferença importante no tratamento do assunto: a caracterização de crime político, um dos casos em que pode haver denegação da extradição. Em primeiro lugar, é disposição constitucional: “não será concedida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião” (artigo 5º, LII, no título dos direitos e garantias fundamentais).

Pela legislação brasileira em vigor, cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar a extradição solicitada por Estado estrangeiro (CF, art. 102, I, g), apreciar o caráter da infração (Lei nº 6.815/80, art. 77, § 2º) e, portanto, caracterizar um ato imputado à pessoa reclamada como crime político. Diz a referida lei que

não será concedida a extradição quando o fato constituir crime político (art.77, VII) e que o STF

**“poderá deixar de considerar crimes políticos os atentados contra Chefes de Estado ou quaisquer autoridades, bem assim os atos de anarquismo, terrorismo, sabotagem, seqüestro de pessoas, ou que importem propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social” (art. 77 § 3º).**

Ou seja, o Supremo vai analisar tais atos e, dependendo das circunstâncias em que ocorreram, definirá se são ou não crimes políticos. Diferentemente do que propugna a lei brasileira, o Acordo em tela dispõe categoricamente, em seu artigo 5º, que

**“não serão considerados delitos políticos, em nenhuma circunstância:**

**a) atentar contra a vida ou causar a morte de um Chefe de Estado** ou de Governo ou de outras autoridades nacionais ou locais ou de seus familiares;

**b) genocídio, crimes de guerra ou delitos contra a humanidade, em violação às normas do Direito Internacional;**

**c) atos de natureza terrorista que, a título exemplificativo, impliquem algumas das seguintes condutas:**

**i) atentado contra a vida, a integridade física ou a liberdade de pessoas que tenham direito à proteção internacional, aí incluído os agentes diplomáticos;**

**ii) tomada de reféns ou seqüestro de pessoas;**

**iii) atentado contra pessoas ou bens envolvendo o uso de bombas, granadas, rojões, minas, armas de fogo, cartas ou pacotes contendo explosivos ou outros dispositivos capazes de causar perigo comum ou comoção pública;**

**iv) atos de captura ilícita de embarcações ou aeronaves;**

**v) em geral, qualquer ato não compreendido nos itens anteriores, cometido com o propósito de atemorizar uma população, classes ou setores da mesma, de atentar contra a economia de um país, seu patrimônio cultural ou ecológico, ou de**

**realizar represálias de caráter político, racial ou religioso;**

**vi)** a tentativa de qualquer dos delitos previstos neste Artigo." (grifos nossos)

Da maneira como esse dispositivo do Acordo foi colocado, a margem de manifestação do STF ficará extremamente reduzida, tendo sido já definidos, **a priori**, uma série de atos que não podem ser enquadrados na categoria crime político", independentemente das circunstâncias particulares que devem ser consideradas em cada caso.

Como elemento para reflexão, lembramos que o direito à rebelião contra a tirania é aceito na cena internacional, a exemplo do reconhecimento da legitimidade das guerras de libertação nacional pelas Nações Unidas. No acordo em tela, alguns dos atos excluídos da caracterização de crime político são extremamente amplos, deixando difícil se entrever o que restará para ser considerado um crime político que impeça a extradição da pessoa requerida.

Feita a observação acima, reafirmamos a opinião de que a assinatura do presente texto pelos países do Mercosul constitui um passo significativo na consolidação do bloco regional, harmonizando um importante aspecto da legislação dos países membros. Por esta razão, recomendamos que o Congresso Nacional dê sua aprovação ao texto do Acordo de Extradição entre os Estados Partes do Mercosul, concluído no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1998.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2000. – Deputado **Germano Rigotto**, Relator.

#### **Parecer da Comissão**

A Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta, em reunião ordinária realizada hoje. Aprovou, unanimemente, o Relatório favorável do Deputado Germano Rigotto oferecido à Mensagem nº 681/99. que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Extradição entre os Estados Partes do Mercosul, concluído no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1998".

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares: Deputados: Júlio Redecker, Presidente; Feu Rosa, Secretário-Geral-Adjunto; Nelson Marchezan, titular, Luciano Pizzatto, Marisa Serrano, João Herrmann Neto e Celso Russomanno, suplentes. Senadores: Geraldo Althoff, Henrique Loyola e Roberto Requião, titulares.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2000. – Deputado **Júlio Redecker**, Presidente.

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

**Nº 384, DE 2003**

(Nº 951/2001, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto do XXI Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, celebrado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, e o Governo da República do Chile, assinado em 19 de outubro de 1999.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do XXI Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, celebrado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, e o Governo da República do Chile, assinado em 19 de outubro de 1999.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA  
Nº 35 CELEBRADO ENTRE OS GOVERNOS  
DOS ESTADOS PARTE DO MERCOSUL  
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE**

#### **Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional**

#### **REGIME DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

Os Plenipotenciários da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, em sua condição de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), por um lado, e da República do Chile, por outro, acreditados por seus respectivos Governos segundo poderes que foram outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação.

Considerando que, segundo o estabelecido no mencionado artigo 22 do ACE Nº 35 Mercosul-Chile, as Partes concluíram as negociações necessárias para definir e acordar um procedimento arbitral.

Concordam:

Artigo 1º Aprovar o “Regime sobre Solução de Controvérsias” que figura como Anexo ao presente Protocolo e forma parte do mesmo.

Artigo 2º O presente Protocolo entrará em vigência na data em que a Secretaria-Geral da ALADI comunique às Partes o recebimento da última notificação relativa ao cumprimento das disposições legais internas para sua entrada em vigor.

A Secretaria-Geral da Associação será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos signatários.

Em Fé do Que, os respectivos Plenipotenciários subscrevem o presente Protocolo na cidade de Montevideu, aos dezanove dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e nove, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Argentina:

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

Pelo Governo da República do Paraguai: **José**

**Artur Denot Medeiros** – Pelo Governo da República do Uruguai: **Efraín Dario Centurión** – Pelo Governo do Chile: **Jorge Rodolfo Tálce** – **Augusto Bermúdez Arancibia**; **Juan F. Rojas Penso**, Embaixador, Secretário General.

## ANEXO

### REGIME DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

#### CAPÍTULO I

#### Partes e Âmbito de Aplicação

##### ARTIGO 1

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a República do Chile serão denominadas Partes Signatárias. As Partes Contratantes do presente Protocolo serão o Mercosul e a República do Chile.

##### ARTIGO 2

As controvérsias que surjam com relação à interpretação, aplicação ou descumprimento das disposições contidas no Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº 35 celebrado entre o Mercosul e a República do Chile – ACE Nº35 -, doravante denominado “Acordo” e dos protocolos e instrumentos celebrados ou que se celebrem no âmbito do mesmo, serão submetidas ao procedimento de solução estabelecido no presente Protocolo.

Não obstante, as controvérsias que surjam com relação à interpretação, aplicação ou descumprimento do artigo 15, Título V do “Acordo”, poderão ser submetidas, se as Partes assim o acordarem durante a etapa de negociação direta, ao procedimento estabelecido neste Protocolo Adicional ou ao previsto no Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos pelos quais se rege a Solução de Diferenças que forma parte do Acordo sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Não existindo acordo entre as Partes, a decisão será tomada pela reclamante, no entendimento de que uma vez iniciada a ação, o foro selecionado será excluyente e definitivo.

##### ARTIGO 3

Para os fins do presente Protocolo, poderão ser Partes na controvérsia, doravante denominadas “Partes”, ambas Partes Contratantes, ou seja, o Mercosul e a República do Chile, assim como um ou mais Estados Partes do Mercosul e a República do Chile.

#### CAPÍTULO II

#### Negociações Diretas

##### ARTIGO 4

As Partes procurarão resolver as controvérsias a que faz referência o artigo 2 mediante a realização de negociações diretas que permitam chegar a uma solução mutuamente satisfatória.

As negociações diretas serão conduzidas, no caso do Mercosul, pela Presidência Pro Tempore ou pelos Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum, conforme for, e no caso da República do Chile, pela Direção-Geral de Relações Econômicas Internacionais do Ministério de Relações Exteriores, doravante denominado “DIRECON”.

As negociações diretas poderão ser precedidas por consultas recíprocas entre as Partes.

##### ARTIGO 5

Para iniciar o procedimento, qualquer das Partes solicitará, por escrito, à outra Parte, a realização de negociações diretas, especificando seus motivos, e o comunicará às Partes Signatárias, à Presidência Pro Tempore e à Direcon.

##### ARTIGO 6

A Parte que receba solicitação para celebrar negociações diretas deverá responder dentro de dez (10) dias posteriores à data de seu recebimento.

As Partes intercambiarão informações necessárias para facilitar as negociações diretas e lhes darão tratamento reservado.

Estas negociações não se poderão prolongar por mais de trinta (30) dias, contados a partir da data de recebimento da solicitação formal de as iniciar, salvo que as Partes acordem estender este prazo por no máximo quinze (15) dias adicionais.

### CAPÍTULO III

#### Intervenção da Comissão Administradora

##### ARTIGO 7

Se, no prazo indicado no artigo 6, não se chegar a solução mutuamente satisfatória ou a controvérsia se resolver parcialmente, qualquer das Partes poderá solicitar, por escrito, que se reúna a Comissão Administradora, doravante denominada "Comissão", Apenas para tratar desse assunto.

Esta solicitação deverá conter os elementos factuais e os fundamentos jurídico relacionados à controvérsia, indicando os dispositivos do Acordo, Protocolos Adicionais e instrumentos celebrados no âmbito do mesmo.

##### ARTIGO 8

A Comissão deverá se reunir dentro de trinta (30) dias, contados a partir do recebimento por todas as Partes Signatárias da solicitação a que se refere o artigo anterior.

Para efeitos de cálculo do prazo mencionado no parágrafo anterior, as Partes Signatárias devem acusar, imediatamente, o recebimento da mencionada solicitação.

##### ARTIGO 9

A Comissão poderá, por consenso, processar simultaneamente dois ou mais procedimentos relacionados aos casos que examine quando, por sua natureza ou eventual vinculação temática, considere conveniente examiná-los conjuntamente.

##### ARTIGO 10

A Comissão analisará a controvérsia e dará oportunidade às Partes para que exponham suas posições e, caso necessário, apresentem informação adicional com vistas a chegar a uma solução mutuamente satisfatória.

A Comissão formulará as recomendações que estime pertinentes num prazo de trinta (30) dias contados a partir da data de sua primeira reunião.

Quando a Comissão estime necessária a assessoria de especialistas para formular, suas recomendações, ou assim o solicite qualquer das Partes, ordenará, dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, a formação de um Grupo de Especialistas, doravante denominado "Grupo", de acordo com o disposto no artigo 13, aplicando-se, em tal caso o procedimento previsto no artigo 16.

##### ARTIGO 11

Para os fins previstos no inciso final do artigo 10, cada uma das Partes Signatárias comunicará à Comissão uma lista de dez especialistas, quatro dos quais não deverão ser nacionais de nenhuma das Partes Signatárias, no prazo de trinta (30) dias a partir da entrada em vigor deste Protocolo.

A Lista estará integrada por pessoas de reconhecida competência nas matérias relacionadas com o Acordo.

##### ARTIGO 12

A Comissão elaborará uma lista de especialistas, com base nas designações das Partes Signatárias, mediante comunicações mútuas. A lista e suas modificações serão notificadas à Secretaria-Geral da ALADI, para fins de depósito.

##### ARTIGO 13

O Grupo será constituído da seguinte maneira:

**a)** Dentro de dez (10) dias posteriores à solicitação de conformação do Grupo, cada Parte designará um especialista da lista a que refere o artigo anterior.

**b)** Dentro do mesmo prazo as Partes designarão, de comum acordo, um terceiro especialista dos que integram a mencionada lista, o qual não deverá ser nacional de nenhuma das Partes Signatárias e coordenará as atividades do Grupo.

**c)** Se as designações a que referem os itens anteriores não se realizarem dentro do prazo previsto, estas serão realizadas por sorteio pela Secretaria-Geral da Aladi, a pedido de qualquer das Partes, dentre os especialistas que integram a lista mencionada no artigo anterior.

**d)** As designações previstas nas letras **a)**, **b)** e **c)** do presente artigo serão comunicadas às Partes Contratantes.



## ARTIGO 14

Não poderão atuar como especialistas pessoas que tenham participado, sob qualquer forma, nas etapas anteriores do procedimento, ou que não tiverem a necessária independência em relação às posições das Partes.

No exercício de suas funções, os especialistas deverão atuar com independência técnica e imparcialidade.

## ARTIGO 15

Os gastos decorrentes da atuação do Grupo serão custeados em partes iguais pelas Partes.

Tais gastos compreendem a compensação pecuniária por sua atuação e gastos de passagem, custos de traslado, diárias e outros gastos que requeira seu trabalho.

A compensação pecuniária a que se refere o parágrafo anterior será acordada pelas Partes e acertada com os especialistas num prazo que não poderá superar 5 (cinco) dias posteriores a suas designações.

## ARTIGO 16

Num prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da comunicação da designação do terceiro especialista, o Grupo deverá enviar à Comissão seu relatório conjunto ou as conclusões de seus integrantes, quando não houver unanimidade para emitir seu relatório.

O relatório do Grupo ou as conclusões dos especialistas deverão ser encaminhados à Comissão na forma prevista no artigo 37, a qual contará com um prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do dia seguinte ao de seu recebimento, para emitir suas recomendações.

## ARTIGO 17

A Comissão fixará um prazo não superior a 15 (quinze) dias a fim de que as Partes avaliem o resultado do relatório ou as conclusões do Grupo e as recomendações da Comissão a que se referem os artigos 10 ou 16, conforme for, com o objetivo de chegar a um acordo.

Se as Partes não chegarem a uma solução mutuamente satisfatória dentro do prazo anteriormente mencionado, dar-se-á imediatamente por terminada a etapa do procedimento prevista no presente Capítulo.

## CAPÍTULO IV

## Procedimento Arbitral

## ARTIGO 18

Quando não houver sido possível solucionar a controvérsia mediante a aplicação dos procedimen-

tos previstos nos Capítulos II e III, não se hajam exercido os direitos previstos em favor das Partes, ou hajam vencido os prazos previstos em tais capítulos sem que tenham sido cumpridos os trâmites correspondentes, qualquer das Partes poderá decidir submetê-la ao procedimento arbitral previsto no presente capítulo, para o que comunicará sua decisão à outra Parte, à Comissão e à Secretaria-Geral da ALADI.

## ARTIGO 19

As Partes Signatárias declaram que reconhecem como obrigatória, **ipso facto** e sem necessidade de acordo especial, a jurisdição do Tribunal Arbitral que, em cada caso, se constitua para examinar e resolver as controvérsias a que se refere o presente Protocolo.

## ARTIGO 20

Num prazo de 30 (trinta) dias a partir da entrada em vigor deste Protocolo cada uma das Partes Signatárias designará 12 (doze) árbitros, quatro dos quais não deverão ser nacionais de nenhuma das Partes Signatárias, para integrar a lista de árbitros. Esta lista e suas sucessivas modificações deverão ser comunicadas às demais Partes Signatárias e à Secretaria-Geral da ALADI, para fins de seu depósito.

Os árbitros que integrem a lista a que se refere o parágrafo anterior deverão ser juristas de reconhecida competência nas matérias que possam ser objeto de controvérsia.

A partir do momento em que uma Parte tenha comunicado a outra Parte sua intenção de recorrer ao Tribunal Arbitral conforme o disposto no artigo 18 do presente Protocolo, não poderá modificar para esse caso a lista a que se refere o parágrafo primeiro deste artigo.

## ARTIGO 21

O Tribunal Arbitral perante o qual se substanciará o procedimento será composto por 3 (três) árbitros que integrem a lista a que se refere o artigo 20.

O Tribunal Arbitral será constituído da seguinte maneira:

**a)** dentro de 20 (vinte) dias posteriores à comunicação à outra Parte a que se refere o artigo 18, cada Parte designará um árbitro, e seu suplente, da lista mencionada no artigo 20;

**b)** dentro do mesmo prazo as Partes designarão, de comum acordo, um terceiro árbitro, e seu suplente, da referida lista do artigo

20, o qual presidirá o Tribunal Arbitral. Esta designação deverá recair em pessoas que não sejam nacionais das Partes Signatárias;

c) se as designações a que se referem os itens anteriores não se realizarem dentro do prazo previsto, estas serão efetuadas por sorteio pela Secretaria-Geral da ALADI a pedido de qualquer das Partes dentre os árbitros que integram a mencionada lista;

d) as designações previstas nos itens **a, b e c** do presente artigo deverão ser comunicadas às Partes Contratantes.

Os membros suplentes substituirão o titular em caso de incapacidade ou impedimento deste para formar o Tribunal Arbitral, seja no momento de sua instalação ou no curso do procedimento.

#### ARTIGO 22

Não poderão atuar como árbitros pessoas que tenham participado, sob qualquer forma, nas fases anteriores do procedimento – ou que não tiverem a necessária independência em relação aos Governos das Partes.

#### ARTIGO 23

No caso em que se decida a acumulação. nos termos previstos no artigo 10, caso venham a participar na controvérsia outras Partes Signatárias, estas deverão unificar sua representação perante o Tribunal Arbitral e, portanto, designarão um único árbitro, de comum acordo, no prazo estabelecido no artigo 21, parágrafo 2, item **a**.

#### ARTIGO 24

O Tribunal Arbitral fixará sua sede, em cada caso, no território de algumas das Partes Signatárias.

O Tribunal deverá adotar seu próprio regulamento com base em parâmetros gerais que aprove a Comissão na primeira reunião seguinte à entrada em vigor do presente Protocolo.

Tais regras e parâmetros gerais garantirão que cada uma das Partes tenha plena oportunidade de ser ouvida e de apresentar suas provas e argumentos e também assegurarão que os processos se realizem de forma expedita.

#### ARTIGO 25

As Partes designarão seus representantes perante o Tribunal Arbitral e poderão nomear assessor-pare a defesa de seus direitos.

Todas as notificações que o Tribunal Arbitral efetue às Partes serão dirigidas aos representantes de-

signados. Até que as Partes designem seus representantes perante o Tribunal, as notificações realizar-se-ão na forma prevista no artigo 37.

#### ARTIGO 26

As Partes informarão o Tribunal Arbitral sobre as instâncias cumpridas anteriormente ao procedimento arbitral, e apresentarão os fundamentos de fato e de direito de suas respectivas posições.

#### ARTIGO 27

Por solicitação de uma das Partes, e na medida em que existam presunções fundadas de que a manutenção da situação ocasionaria danos graves e irreparáveis a uma das Partes o Tribunal Arbitral poderá dispor as medidas provisórias que considere apropriadas, segundo as circunstâncias e nas condições que o próprio Tribunal estabeleça, para prevenir tais danos.

As Partes cumprirão imediatamente, ou no prazo que o Tribunal Arbitral determine, qualquer medida provisória, a qual se estenderá até que se dite o laudo a que se refere o artigo 30.

#### ARTIGO 28

O Tribunal Arbitral decidirá sobre a controvérsia com base nas disposições do Acordo, Protocolos Adicionais e instrumentos celebrados no âmbito do mesmo e nos princípios e disposições do direito internacional aplicáveis à matéria.

O estabelecido no presente artigo não restringe a faculdade do Tribunal Arbitral de decidir a controvérsia **ex aequo et bono**, se as Partes assim o convierem.

#### ARTIGO 29

O Tribunal Arbitral levará em consideração os argumentos apresentados pelas Partes, as provas produzidas e os relatórios recebidos, sem prejuízo de outros elementos que considere pertinentes.

#### ARTIGO 30

O Tribunal Arbitral emitirá seu laudo por escrito num prazo de 60 (sessenta) dias, a partir de sua constituição, a qual se formalizará aos 15 (quinze) dias da aceitação pelo Presidente de sua designação.

O prazo anteriormente indicado poderá ser prorrogado por no máximo 30 (trinta) dias, o que será notificado às Partes.

O laudo arbitral será adotado por maioria, será fundamentado e firmado pelos membros do Tribunal.

Estes não poderão fundamentar votos dissidentes e deverão manter a confidencialidade da votação.

#### ARTIGO 31

O laudo arbitral deverá conter, necessariamente, os seguintes elementos, sem prejuízo de outros que o Tribunal Arbitral considere conveniente incluir:

- I – indicação das Partes na controvérsia;
- II – nome e nacionalidade de cada um dos membros do Tribunal Arbitral e a data de sua conformação;
- III – nomes dos representantes das Partes;
- IV – objeto da controvérsia;
- V – relato do desenrolar do procedimento arbitral, incluindo resumo dos atos praticados e das alegações de cada uma das Partes;
- VI – a decisão alcançada com relação à controvérsia, consignando os fundamentos de fato e direito;
- VII – a proporção dos custos do procedimento arbitral que corresponderá a cada Parte;
- VIII – a data e o lugar em que foi emitido; e
- IX – a assinatura de todos os membros do Tribunal Arbitral.

#### ARTIGO 32

Os laudos arbitrais são inapeláveis, obrigatórios para as Partes a partir do recebimento da respectiva notificação e terão relativamente a elas força de coisa julgada.

Os laudos deverão ser cumpridos num prazo de (trinta) 30 dias, a menos que o Tribunal Arbitral fixe outro prazo.

#### ARTIGO 33

Qualquer Parte poderá solicitar, dentro de (quinze) 15 dias seguintes à notificação do laudo, esclarecimento do mesmo ou interpretação sobre a forma em que deverá ser cumprido.

O Tribunal Arbitral pronunciar-se-á nos (quinze) 15 dias subseqüentes.

Se o Tribunal Arbitral considerar que as circunstâncias assim o exigam, poderá suspender o cumprimento do laudo até que decida sobre a solicitação apresentada.

#### ARTIGO 34

Se no prazo estabelecido no artigo 32 não houver sido cumprido o laudo arbitral ou se o houver sido apenas parcialmente, a Parte reclamante poderá comunicar às demais Partes signatárias por escrito, sua decisão de suspender, temporariamente, con-

cessões ou outras obrigações equivalentes em favor da Parte reclamada, tendente a obter o cumprimento do laudo.

A Parte reclamante tentará, em primeiro lugar, suspender as concessões ou outras obrigações relacionadas ao mesmo setor ou setores afetados. Se a Parte reclamante considerar impraticável ou ineficaz a aplicação de tais medidas, poderá suspender outras concessões ou obrigações, devendo indicar as razões em que se baseia nas comunicações em que anuncie sua decisão de efetuar a suspensão.

No caso em que a Parte reclamada considere excessiva a suspensão de concessões ou obrigações adotadas pela Parte reclamante, poderá solicitar ao Tribunal Arbitral que emitiu o laudo que se pronuncie a respeito de se a medida adotada é equivalente ao grau de prejuízo sofrido, dispondo para tal de prazo de (trinta) 30 dias contados a partir de sua reconstituição.

A Parte reclamada comunicara suas objeções à outra Parte e à Comissão.

#### ARTIGO 35

No caso de se produzirem as situações a que se referem os artigos 33 e 34, estas deverão ser resolvidas pelo mesmo Tribunal Arbitral que ditou o laudo.

Quando o Tribunal Arbitral não puder reconstituir-se com os membros originais, titulares e suplentes, para complementar sua composição aplicar-se-á o procedimento previsto no artigo 21.

#### ARTIGO 36

Os gastos do Tribunal Arbitral compreendem a compensação pecuniária ao Presidente e aos demais árbitros, assim como os gastos de passagem, custos de translados, diárias, notificações e demais despesas que requeira a arbitragem.

A compensação pecuniária do Presidente do Tribunal Arbitral, assim como a que corresponde a cada um dos demais árbitros, será acordada pelas Partes e acertada com os árbitros num prazo que não poderá superar os (cinco) 5 dias seguintes à designação do Presidente do Tribunal.

Cada Parte custeará os gastos decorrentes da atividade do árbitro por ela designado. A compensação pecuniária que corresponda ao Presidente do Tribunal e os demais gastos que requeira a arbitragem serão custeados em partes iguais pelas Partes, a menos que o Tribunal decida distribuí-los em distinta proporção.

## CAPÍTULO V

## Disposições Gerais

## ARTIGO 37

As comunicações que se realizem entre o Mercosul ou seus Estados Partes e a República do Chile deverão ser transmitidas, no caso do Mercosul, à Presidência *Pro Tempore* ou aos Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum, conforme for, e no caso da República do Chile, à Direção Geral de Relações Econômicas Internacionais do Ministério de Relações Exteriores.

## ARTIGO 38

As referências feitas no presente Protocolo às comunicações dirigidas a Comissão implicam comunicações a todas as Partes Signatárias.

## ARTIGO 39

Os prazos aos quais se faz referência neste Protocolo são expressos em dias corridos e contar-se-ão a partir do dia seguinte ao ato ou fato a que se refere. Quando o prazo se inicie ou vença num sábado ou domingo, se iniciará ou vencerá na segunda-feira seguinte.

## ARTIGO 40

Os integrantes do Grupo e do Tribunal Arbitral, ao aceitarem suas designações, assumirão por escrito o compromisso de atuar conforme as disposições deste Protocolo e, em especial, os artigos 14 e 22 do mesmo, respectivamente. Este compromisso escrito estará dirigido à Secretaria-Geral da ALADI.

A Comissão, na primeira reunião após a entrada em vigor do presente Protocolo, elaborará os textos das declarações de compromisso a que se refere o parágrafo anterior.

## ARTIGO 41

Toda a documentação e as providências relativas ao procedimento estabelecido neste Protocolo, assim como as sessões do Tribunal Arbitral, terão caráter reservado, exceto os laudos do Tribunal Arbitral.

## ARTIGO 42

Em qualquer etapa do procedimento, a Parte que apresentou a reclamação poderá dela desistir, ou poderão as Partes chegar a um entendimento, dando-se por concluída a controvérsia em ambos os casos. As desistências ou os entendimentos deverão ser comunicados à Comissão ou ao Tribunal Arbitral, conforme for, a fim de que se adotem as medidas cabíveis necessárias.

## ARTIGO 43

O presente Protocolo entrará em vigência na data em que a Secretaria-Geral da ALADI comunique às Partes o recebimento da última notificação relativa ao cumprimento das disposições legais internas para sua entrada em vigor.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submeto a elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do XXI Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE 35), celebrado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Governo da República do Chile, assinado em 19 de outubro de 1999.

Brasília, 9 de maio de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

Em nº 116/MRE

Brasília, 26 de abril de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência o vigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE 35), entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul e o Governo da República do Chile, assinado em 19 de outubro de 1999, de conformidade com o Tratado de Montevidéu de 1980

2. O referido Protocolo Adicional cria o novo Regime de Solução de Controvérsias do ACE 35, que inclui procedimento arbitral com laudo vinculante. A adoção de procedimento arbitral estava expressamente prevista no artigo 22 do Acordo.

3. O novo regime prevê três fases para a solução de controvérsias que surgirem entre as Partes sobre a interpretação, aplicação ou descumprimento das disposições contidas no Acordo de Complementação Econômica nº 35 e nos protocolos e instrumentos celebrados ou que se celebrem no âmbito do mesmo: negociações diretas; intervenção da Comissão Administradora e Procedimento Arbitral.

4. Tendo presentes as razões acima expostas, e com vistas ao encaminhamento do Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Poder Legislativo, elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional. – Respeitosamente, **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

### I – Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 661, de 2000, acompanhada de exposição de motivos firmada pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do XXI Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, celebrado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Governo da República do Chile, assinado em 19 de outubro de 1999.

A Mensagem nº 661/2000, que encaminha ao Congresso Nacional o XXI Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, foi recebida pela Câmara dos Deputados e, por se tratar de assunto atinente ao Mercosul, foi inicialmente distribuída à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em aplicação ao disposto no artigo 2º, inciso I e §§ 1º e 2º da Resolução nº 1 de 1996-CN.

O instrumento internacional que ora apreciamos tem por finalidade estabelecer um novo regime de solução de controvérsias destinado à interpretação, aplicação ou descumprimento das disposições contidas no Acordo de Complementação Econômica nº 35, celebrado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Governo da República do Chile.

### II – Voto do Relator

O Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre o Mercosul e o Chile previu, em seu artigo 22, a futura criação de um procedimento arbitral destinado a dirimir as controvérsias quanto à interpretação, aplicação ou descumprimento das disposições contidas no referido acordo.

O Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional, que ora apreciamos, foi firmado em Montevideu, em 19 de outubro de 1999. Ele aprova, em seu artigo 1º, o “Regime sobre Solução de Controvérsias”, o qual figura como anexo ao protocolo.

De acordo com esse regime, as controvérsias que eventualmente surgirem com relação à interpretação, aplicação ou descumprimento das disposições contidas no Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº 35, ACE nº 35, celebrado entre o Mercosul e o Chile, serão submetidas ao procedimento de solução arbitral estabelecido pelo protocolo adicional. Assim, segundo o artigo 3º do referido

anexo, poderão ser Partes em uma controvérsia, o Chile, o Mercosul, ou cada unidade seus Estados Partes, isoladamente.

O “Regime sobre Solução de Controvérsias” prevê três etapas sucessivas para que as Partes busquem a solução de uma controvérsia nascida. Em primeiro lugar, as Partes deverão buscar resolver suas diferenças quanto à interpretação, aplicação ou descumprimento das disposições contidas no ACE nº 35 por meio de negociações diretas, observados os procedimentos previstos nos artigos 4º, 5º e 6º do anexo ao protocolo adicional.

Caso as partes da controvérsia não consigam chegar a uma solução no prazo de trinta dias, prorrogável por elas mesmas, por mais quinze dias, desde a solicitação formal de negociação, qualquer uma das partes poderá solicitar que se reúna a Comissão Administradora para que essa trate do assunto.

A Comissão Administradora receberá as razões das partes e, após, analisará a controvérsia, formulando, a final, as recomendações que achar pertinentes para a solução do caso, tudo no prazo de trinta dias, contados da data de sua primeira reunião. Caso estime necessária a participação de especialistas para formular suas recomendações, ela ordenará a formação de um “Grupo de Especialistas”, o qual será convocado no âmbito dos quadros compostos pelas Listas de Especialistas designadas pelas Partes Contratantes.

Uma vez emitido o parecer da Comissão Administradora e, ainda assim, persistir a divergência entre as partes, qualquer uma delas poderá recorrer ao Procedimento Arbitral previsto pelo próprio Anexo, segundo a normas contida nos seus artigos 18 a 36.

Nesse contexto, as partes contratantes, nos termos do artigo 19, declaram que reconhecem como obrigatória, **ipso facto** e sem necessidade de acordo especial, a jurisdição do Tribunal Arbitral que, em cada caso, se constitua para examinar e resolver as controvérsias.

Assim, o anexo ao protocolo contém as normas para a constituição dos Tribunais Arbitrais (artigos 20 e 21); os impedimentos à nomeação de árbitro (artigos 22 e 23); à sede do Tribunal Arbitral (artigo 24); à nomeação de representantes e assessores das partes envolvidas na controvérsia (artigo 25).

Além dessas normas procedimentais, o anexo contém outras normas adjetivas, quanto à decisão em si. Segundo o artigo 28, o Tribunal Arbitral decidirá sobre a controvérsia com base nas disposições dos Acordo, dos Protocolos Adicionais e dos instrumentos celebrados no âmbito do mesmo e dos princípios e dis-

posições de direito internacional aplicáveis à matéria, e ainda, fundando-se no princípio da equidade. Já, o artigo 29 estabelece que o Tribunal Arbitral deverá levar em consideração os argumentos apresentados pelas partes, as provas produzidas, os relatórios recebidos e outros elementos que considerar pertinentes.

O artigo 30 estabelece o prazo para a emissão do laudo pelo Tribunal Arbitral, sendo que o mesmo deverá conter determinados requisitos formais, os quais encontram-se elencados pelo artigo 31.

Cumpra destacar a disposição contida no artigo 32, a qual reputa inapeláveis os laudos arbitrais, ao mesmo tempo em que determina que esses possuem força de coisa julgada para as partes, devendo ser cumpridos no prazo de 30 (trinta) dias, a menos que o Tribunal fixe outro prazo.

Quanto ao descumprimento, total ou parcial, do laudo arbitral, o protocolo prevê a possibilidade de que a Parte Reclamante, nesses casos, possa adotar certas medidas, ou seja, mediante comunicação às demais partes signatária do protocolo, poderá suspender, temporariamente, concessões ou outras obrigações equivalentes em favor da Parte Reclamada, com vistas a obter o cumprimento do laudo.

Estes são, segundo nosso parecer, os aspectos principais do Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, destinado à solução de controvérsias entre os Estados Partes do Mercosul e o Chile. Sua estrutura jurídica, suas condições e termos atendem à política de integração da mesma forma que os demais instrumentos internacionais concluídos no âmbito do Mercosul relativamente à solução de controvérsias nascidas entre os Estados Partes, entre particulares, ou entre particulares e Estados Partes.

Por essa razão não vemos óbice a sua aprovação pelo Congresso Nacional, antes, entendemos que a Representação Brasileira na CPC deve recomendar a sua aprovação pelo Poder Legislativo, se possível, com celeridade, de modo a permitir que o protocolo entre logo em vigor e possibilitar assim, que ele venha a dar sua contribuição para o bom andamento do processo de integração entre o Mercosul e o Chile.

Ante o exposto, nosso parecer é favorável à aprovação, pelo Congresso Nacional, do texto do XXI Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, celebrado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Governo da República do Chile, assinado em 19 de outubro de 1999.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2000. – Deputado **Feu Rosa**, Relator.

### Parecer da Comissão

A Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, unanimemente, o Relatório favorável do Deputado Feu Rosa oferecido à Mensagem nº 661/00, que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do XXI Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, celebrado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Governo da República do Chile, assinado em 19 de outubro de 1999”.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares: Deputados: Júlio Redecker, Presidente; Feu Rosa, Secretário – Geral Adjunto; Deputado Nelson Marchezan, titular, Deputados: Luciano Pizzatto, Mansa Serrano, João Herrmann Neto e Celso Russomanno, suplentes. Senadores: Geraldo Althoff, Henrique Loyola e Roberto Requião, titulares.

Sala da Comissão, 22 de novembro de 2000. – Deputado **Júlio Redecker**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Os Projetos de Decreto Legislativo nº 383 e 384, de 2003, vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno, terão o prazo de cinco dias úteis para o recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência recebeu mensagens do Presidente da República restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados,

Nº 140, de 2003 (nº 303/2003, na origem), de 2 do corrente, ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (nº 1.083/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, sancionado e transformado na Lei nº 10.697, de 2 de julho de 2003;

Nº 141, de 2003 (nº 304/2003, na origem), de iniciativa do Presidente da República, de 2 do corrente, ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003 (nº 1.084/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, sancionado e transformado na Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – As mensagens lidas vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, projetos de lei recebidos da Câmara que passo a ler.

São lidos os seguintes

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003**

(Nº 39/99, na Casa de origem)

**Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a profissão do Agente de Segurança Privada, estabelece os requisitos para o exercício da atividade profissional e determina o registro em órgão competente.

Art. 2º É livre o exercício da atividade profissional desde que atendidas as qualificações e exigências estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. É vedado o exercício da atividade de segurança privada por cooperativa.

Art. 3º Para os fins desta Lei considera-se Agente de Segurança Privada o trabalhador da iniciativa privada devidamente preparado e autorizado a desenvolver atividades de segurança privada, vigilância, proteção, fiscalização e controle para garantir a incolumidade das pessoas e a inviolabilidade do patrimônio público ou privado.

Art. 4º São requisitos para o exercício da atividade de Agente de Segurança Privada:

I – ser brasileiro;

II – ter idade mínima de dezoito anos;

III – ter certificado de conclusão da 8ª série do ensino fundamental;

IV – ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da lei;

V – ter sido aprovado em exames físicos e psicotécnicos;

VI – não possuir antecedentes criminais;

VII – estar quite com as obrigações eleitorais e militares;

VIII – ter registro profissional em segurança privada no órgão competente definido por lei.

Parágrafo único. Excetuam-se das exigências contidas nos incisos II e III deste artigo os profissionais que já estiverem exercendo as atividades previstas nesta Lei, ao tempo de sua entrada em vigor.

Art. 5º São deveres do Agente de Segurança Privada:

I – ter comportamento irrepreensível como cidadão e profissional;

II – submeter-se, a cada dois anos, a exame psicotécnico e de saúde física e mental;

III – manter-se adequadamente preparado para o exercício da atividade profissional, por meio de curso de reciclagem a cada dois anos.

Art. 6º É vedado ao Agente de Segurança Privada:

I – o uso do uniforme e armamento fora de serviço;

II – comparecer uniformizado a manifestações de caráter político-partidário exceto quando no exercício da profissão;

III – utilizar qualquer outro tipo de armamento fora das especificações estabelecidas;

IV – adotar atitude, postura ou comportamento não condizente com o decoro de sua profissão.

Art. 7º São assegurados ao Agente de Segurança Privada os seguintes direitos:

I – piso salarial profissional fixado em instrumento normativo de trabalho;

II – jornada de trabalho compatível com a especificidade e complexidade da função;

III – fornecimento de equipamento de proteção para sua segurança e incolumidade física;

IV – indenização por acidente de trabalho;

V – uniforme e armamento adequados ao exercício da função, fornecidos pelo empregador;

VI – seguro de vida em grupo;

VII – assistência jurídica e prisão em separado de outros detentos, por atos praticados no exercício da função;

VIII – participar perante os órgãos públicos em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação, e também em conjunto com os empregadores, em órgão colegiado, com forma de constituição e funcionamento a serem estabelecidos no Decreto de regulamentação desta Lei.

Art. 8º Os responsáveis pelos contratos de prestação de serviços celebrados com os Agentes de Segurança Privada são obrigados a adotar, com recursos próprios, exames físicos e psicotécnicos, procedimento visando a incolumidade física, assistência jurídica, capacitação profissional e seguro de vida em grupo de seus empregados durante a vigência do contrato de trabalho.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 39, DE 1999**

**Dispõe sobre a atividade do Profissional em Segurança Privada e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É livre o exercício da atividade do Profissional em Segurança Privada, atendidas as qualificações estabelecidas nesta lei.

Art. 2º Profissional em Segurança Privada, para os efeitos desta lei, é o trabalhador que presta serviços de segurança de bens e pessoas, mediante contrato com empresas especializadas em segurança privada ou que mantenham serviços de vigilância organizadas.

Art. 3º Ao Profissional em Segurança Privada compete efetuar e/ou garantir;

I – segurança pessoal privada de pessoas físicas;

II – vigilância patrimonial, ostensiva, de pessoas físicas ou jurídicas;

III – ronda e vigilância de prédios e áreas condominiais com a finalidade de prevenção de incêndios, ações criminosas, entrada de pessoas não autorizadas e quaisquer anormalidades que ponham em risco o patrimônio sob proteção;

IV – escolta armada;

V – transporte de valores;

VI – transporte de qualquer tipo de carga;

VII – segurança, sob guarnição, na condição de condutor inclusive, dos carros de transporte de valores;

VIII – segurança de eventos.

Parágrafo único. Será considerado Profissional em Segurança Privada o trabalhador que desempenhar as funções discriminadas neste, artigo, independente da denominação atribuída ao cargo.

Art. 4º São requisitos para o exercício da atividade do Profissional em Segurança Privada:

I – ter idade mínima de 21 anos;

II – ter certificado de aprovação do conclusão do 1º Grau;

III – ter certificado de aprovação em curso próprio de formação técnico-profissional;

IV – ter atestado de aprovação em exame psicotécnico e de saúde física e mental;

V – não ter antecedentes criminais.

VI – ter registro de Profissional em Segurança Privada, procedido, diretamente ou por delegado de poderes, pela Confederação Nacional dos Vigilantes, Empregados em Empresas da Segurança, Vigilância e Transporte de Valores e dos Trabalhadores em Serviço de Segurança, Vigilância Pessoal, Cursos de Formação e Especializado de Vigilantes, Prestação

de Serviços, Similares e seus Anexos e Afins – CNTV-PS.

§ 1º O Profissional em Segurança Privada, para operar as atividades prevista nos itens I, IV, V e VII do art. 3º desta lei, deverá fazer curso de extensão pertinente.

§ 2º Excetuam-se das exigências contidas nos itens, II, III e § 1º deste artigo os profissionais que já estiverem exercendo as atividade previstas nesta lei, ao tempo de sua entrada em vigor.

Art. 5º É dever do Profissional em Segurança Privada:

I – ter comportamento social e funcional irrepreensível, especialmente para operar as atividades previstas no itens I, IV, V e VII do art. 3º desta lei;

II – submeter-se, anualmente, a exame psicotécnico e de saúde física e mental;

III – manter-se adequadamente preparado para o exercício da atividade social por meio de cursos anuais de reciclagem, com certificado do aproveitamento pertinente.

Parágrafo único. O disposto nos itens II e III deste artigo constitui ônus do empregador.

Art. 6º São assegurados ao Profissional em Segurança Privada, os seguintes direitos e vantagens:

I – piso salarial equivalente a 800 (oitocentas) UFIR – Unidade Fiscal de Referência;

II – jornada diária de seis horas de trabalho ou jornada compensatória de doze horas trabalho por trinta e seis de descanso;

III – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de fornecimento de equipamento de proteção individual ou coletiva;

IV – adicional de remuneração de 30% (trinta por cento), atividade risco de vida, com registro na Carteira do Trabalho e Previdência Social – CTPS;

V – indenização por acidente de trabalho quando caracterizado dolo ou culpa do empregador;

VI – uso de uniforme especial, quando em serviço, às expensas do Empregador;

VII – porte de arma, quando em serviço, nos termos da norma regulamentar;

VIII – assistência jurídica e prisão especial decorrente de ato em serviço;

IX – seguro de vida em grupo, disciplinado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, às expensas do empregador.

Art. 7º As umas destinadas ao uso, quando em serviço, do Profissional em Segurança Privada serão



de propriedade e responsabilidade da empresa empregadora ou tomadora de serviços.

Art. 8º As Empresas de Segurança Privada cujos empregados estejam empenhados diretamente em serviço de segurança, vigilância e transporte de valores deverão adotar procedimentos de segurança e incolumidade físicas desses profissionais.

Parágrafo único. Os procedimentos de segurança e incolumidade

físicas a que se refere o **caput** deste Artigo, sem prejuízo da adoção de outros, são:

- a) aprendizagem das tarefas da profissão a que estão empenhados, nos cursos próprios de formação e extensão;
- b) treinamento permanente dos procedimentos da prática de tiro e defesa pessoal;
- c) fornecimento de materiais e equipamentos em perfeito estado de funcionamento e conservação, incluindo, quando for o caso, sistema de rádio, uniformes adequados às tarefas e às condições climáticas, coletes à prova de bala, armas e munições.

Art. 9º A Empresa que prestar serviços de vigilância em indústrias, usinas, portos, aeroportos, navios fundeados em águas nacionais e em outro qualquer ambiente que imponha riscos à segurança e incolumidade físicas de seus Profissionais em Segurança Privada deverá adotar indispensáveis à observância das regras de segurança do serviço a ser executado.

Art. 10. É assegurada a participação das entidades de classe do Profissional em Segurança Privada nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objetos de discussão deliberatória.

Art. 11. As entidades sindicais representativas do Profissional em Segurança Privada terão acesso assegurado às instalações das empresas de cursos próprios de formação técnicos-profissional, extensão e reciclagem, podendo participar, na condição de observadoras, dos exames finais e solenidades de formatura, bem como formular, quando for o caso, denúncias de irregularidades às autoridades competentes.

Art. 12. A Empresa tomadora de serviços de segurança privada responderá solidariamente pelas obrigações decorrentes do contrato de trabalho que a Empresa empregadora celebrar com o Profissional em Segurança Privada.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias, a contar da data de publicação.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

O Projeto de lei em tela constitui imperativo da realidade nacional, na atualidade, diante da insuficiência e ineficiência da segurança pública, aliadas ao alarmante índice de criminalidade.

O conteúdo deste projeto foi apresentado pelo Nobre Deputado Chico Vigilante, sob o nº 3.742/1997. Embora não tenha sido reeleito para esta Legislatura, a importância da questão continua a exigir regulamentação, razão pela qual estou reapresentando o tema.

Problemas que envolvem a segurança da população, o exercício da cidadania e o respeito aos direitos humanos fundamentais estão ganhando espaço de debate, a ponto de o governo federal estar propondo a alteração do art. 144 da Constituição Federal, com objetivos de assumir o controle das polícias civis e militares, em todo o País, e de promover a criação da Secretaria de Modernização das Polícias, como Órgão da estrutura do Ministério da Justiça, a qual terá, entre suas atribuições, o controle da segurança privada. E isto porque a segurança privada, nesse contexto, é um dos principais pontos a considerar quando se trata de criar mecanismos democráticos de segurança da sociedade, também eficientes à inibição ou impedimento da ação criminosa.

Vale, portanto, considerar que o trabalhador exercente da atividade de segurança privada deve estar capacitado – moral, psicológica e profissionalmente – para o desempenho dessa função e, mais, a fim de não colocar em risco a integridade física das pessoas e dos respectivos patrimônios sob sua proteção, tudo no resguardo maior do interesse público, inclusive.

Nesse sentido, o exercício clandestino e ilegal da segurança privada tem sido alvo da preocupação de todos os setores organizados da sociedade, dos parlamentares, de agentes do Poder Executivo e das próprias entidades sindicais das categorias econômicas ou profissionais, como nos dá notícia a “Campanha Nacional dos Vigilantes Contra a Clandestinidade e pela Vida”, iniciada em agosto de 1996.

Há necessidade premente de regulamentar o exercício dessa atividade profissional, máxime diante do conhecimento de que os diplomas legais que disciplina a segurança privada, todos ancorados na Lei nº

7.102, de 20 de junho de 1983, e alterações posteriores, estão direcionados para a segurança das instituições bancárias e para os requisitos de funcionamento das Empresas especializadas nesse serviços, ainda que contendo algumas preocupações, incipientes, com a segurança a outros setores e com a atividade do profissional. Nem mesmo os vários projetos de lei atualmente em tramitação no Congresso traduzem preocupação específica com o exercício profissional.

A Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, que introduz alterações na Lei nº 7.102/83, não produziu os efeitos esperados porque hoje não há consenso, dentro dos Ministérios do Trabalho e da Justiça, sobre a quem compete fiscalizar o exercício profissional. Aspectos da atividade e do conceito de vigilante, não consensuais, por exemplo, favorecem a clandestinidade e a ilegalidade referidas, bem como não asseguram a proteção dos direitos trabalhistas dos profissionais que a exercem.

Reafirmando os princípios contidos nos Art. 5º, inciso XIII, e 8º, **caput**, da Constituição Federal, o no art. 511, § 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, acreditamos que a definitiva regulamentação do exercício profissional contribuirá decisivamente para a solução dos problemas que envolvem a segurança privada, ao menos quanto ao enfoque dos trabalhadores que, afinal, terminaram por nos transmitir os conhecimentos e as precauções decorrentes do convívio diário e do contato epidêmico com a matéria, tudo constituindo fonte a elaboração do presente projeto que se propõe a disciplinar o exercício da atividade da atividade do profissional em segurança privada, a dispor sobre os requisitos para o seu exercício, seus direitos, obrigações e suas limitações dentro do enfoque de segurança privada.

O projeto contém, de conseqüência, disciplinamentos novos e necessários e concorre para apresentação de um trabalho onde a legislação específica se sobrepõe à genérica.

De ver, conclusivamente, que o conceito e a nomenclatura, agora adotados, de profissional em segurança privada (denominação bem mais abrangente que a de vigilante) terminam por superar a celeuma pertinente à distinção entre vigia e vigilante, já que ambos passarão a ser espécies de um gênero maior.

Espero, pois contar com o apoio e a sensibilidade dos demais Congressistas, para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, Deputado **Paulo Rocha**.

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2003

(Nº 6.680/2002, na Casa de origem)

### **Institui o Mapa de Exclusão social, estabelecendo metas e normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Mapa de Exclusão Social consistirá num diagnóstico anual, por região e estado, da exclusão social no País com base em indicadores sociais referentes à expectativa de vida, renda, desemprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação, população em situação de risco nas ruas, reforma agrária, segurança, relativos ao ano referência da prestação de contas governamental e ao ano imediatamente anterior para fins de comparação.

Art. 2º Os indicadores sociais e respectivas fontes a serem utilizados na edição do Mapa de Exclusão Social são:

I – expectativa de vida em anos ao nascer, a partir de informações da pesquisa Tábua de Vida da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com periodicidade anual;

II – renda, incluindo o Produto Interno Bruto – PIB, **per capita** ajustado ao custo de vida, concentração de renda, número de pessoas abaixo da linha de pobreza, a partir de informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, com periodicidade anual;

III – emprego, incluindo taxa de desemprego em relação à População Economicamente Ativa, a partir da Pesquisa Mensal de Emprego da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com periodicidade mensal;

IV – educação, incluindo média entre a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior, a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com periodicidade anual;

V – saúde, incluindo número de postos de saúde, de leitos hospitalares, de agentes comunitários de saúde em relação ao número de habitantes, de equipes do Programa Saúde na Família, de mortalidade infantil, a partir do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde – SIH/SUS, e do Sistema de Informações sobre Atenção Básica do Ministério da Saúde, com periodicidade anual;

VI – saneamento básico, incluindo percentual de domicílios com água tratada, coleta e tratamento de esgoto, a partir de informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, do Ministério das Cidades, com periodicidade anual;

VII – reforma agrária, incluindo o número de famílias assentadas em relação à demanda por assentamentos, a partir de informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com periodicidade anual;

VIII – segurança, incluindo o número de registro de ocorrências, a partir dos Indicadores de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, com a seguinte classificação de delitos:

a) hediondos, incluindo homicídio doloso, latrocínio, extorsão mediante seqüestro, estupro e atentado violento ao pudor;

b) comuns, incluindo lesões corporais, furtos e roubos;

IX – Habitação, incluindo o **déficit** habitacional e das pessoas que vivem em loteamentos irregulares e população sem teto.

§ 1º O primeiro Mapa de Exclusão Social será editado, na forma do art. 1º desta lei, no ano de 2005, contendo as informações aferidas pelos institutos de que trata este artigo, por amostragem, referentes ao ano de 2004.

§ 2º O Censo Demográfico de 2010 deverá incluir os indicadores previstos nesta lei.

§ 3º O Poder Executivo, na forma do art. 84 da Constituição Federal, poderá incluir novos indicadores ou aperfeiçoar aqueles previstos neste artigo.

Art. 3º O Mapa de Exclusão Social, o Plano de Ajuste Social e a prestação de contas serão encaminhados, anualmente, ao Congresso Nacional, conforme o disposto no art. 165, inciso II e § 1º, da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Plano de Ajuste Social deverá conter as metas de melhoria dos indicadores sociais de que dispõe esta lei, bem como as medidas a serem adotadas para seu atingimento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.680, DE 2002

##### **Estabelece normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Presidente da República encaminhará anualmente ao Congresso

Nacional, como parte integrante da Prestação de Contas de que trata o inciso

XXIV do artigo 84 da Constituição Federal, o Mapa da Exclusão Social.

Art. 2º O Mapa da Exclusão Social consiste num diagnóstico anual, por Região e Estado, da exclusão social no País com base em indicadores sociais referentes à expectativa de vida, renda, desemprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação, população em situação de risco nas ruas, reforma agrária, segurança, relativos ao ano referência da prestação de contas governamental e ao ano imediatamente anterior para fins de comparação.

Art. 3º Os indicadores sociais a serem utilizados na construção do Mapa da Exclusão Social são:

I – Expectativa de vida: Expectativa de vida em anos ao nascer

II – Renda: PIB **per capita** ajustado ao custo de vida do país, indicadores de concentração de renda, número de pessoas abaixo da linha da pobreza;

III – Desemprego: Percentual médio de população economicamente ativa desempregada;

IV – Educação: Média entre a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior;

V – Saúde: Número de postos de saúde, de leitos hospitalares, de agentes comunitários de saúde em relação ao número de habitantes, de equipes do Programa Saúde na Família, de mortalidade infantil;

VI – Saneamento básico: percentual de domicílios com água tratada, coleta e tratamento de esgoto e coleta de lixo;

VII – Habitação: Déficit habitacional medido através do número de pessoas que vivem em loteamentos irregulares destacando as áreas de risco;

VIII – População em Situação de Risco nas Ruas: Número de pessoas em situação de risco nas ruas;

IX – Reforma Agrária: número de famílias assentadas em relação à demanda por assentamentos;

X – Segurança: Número de ocorrências policiais por classificação de delito:

a) crimes hediondos – artigo 1º, da Lei nº 8.072, de 25-7-90);

b) crimes comuns – artigos 121 (homicídio), 129 (lesão corporal), 155 (furto), § 3º do artigo 157 (latrocínio) e 159 (extorsão mediante seqüestro), do Decreto-Lei nº 2.848, de 7-12-40 (Código Penal)

Art. 4º A lei que aprovar o Plano Plurianual previsto no inciso I do artigo 165 da Constituição Federal disporá de um Plano de Ajuste Social que deverá conter as metas de melhoria dos indicadores sociais contidos no Mapa da Exclusão Social, bem como sobre a estratégia que será adotada para seu atingimento durante o período de sua vigência.

Art. 5º Integrará o projeto de lei orçamentária anual o Plano de Ajuste Social que conterà as metas de melhoria dos indicadores sociais contidos no Mapa da Exclusão Social a serem atingidas no próximo ano, bem como a discriminação das ações a serem desenvolvidas para tanto, quantificadas financeira e fisicamente sempre que possível.

Parágrafo único. O Plano de Ajuste Social conterá, ainda, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

Art. 6º O não cumprimento no disposto nesta lei caracteriza crime de responsabilidade previsto no artigo 85 da Constituição Federal.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

O Brasil, hoje, está inserido entre as dez maiores economias do mundo, situação, porém, que não se traduz em qualidade de vida da população, pois não há distribuição de renda equitativa, haja vista que a proporção de pobres em relação à população total é de 60% e a de indigentes é de 32%. Ou seja, cerca de 50 milhões de brasileiros vivem na miséria, consideradas aquelas pessoas que vivem com menos de R\$80,00 (oitenta reais) por mês. Isto comprova a grave concentração de renda existente no País, aparecendo um Sul-Sudeste mais rico e a miséria e a pobreza concentrando-se nas Regiões Norte e Nordeste.

Alguns dados divulgados soam como um alerta urgente para toda a sociedade, a exemplo do IBGE que constatou que, em 1999, 39% da população brasileira com seis anos ou menos vivia em famílias cujo rendimento **per capita** chegava no máximo a meio salário mínimo. A superação da pobreza é apontada por relatório da Unicef sobre a situação da infância brasileira como o principal desafio do desenvolvimento infantil o que, conseqüentemente, reduzirá os problemas sociais do futuro próximo do País.

Pelos dados do Censo 2000, verifica-se que em termos regionais a desigualdade entre os rendimentos médios no Sudeste e Nordeste é gritante. Pois, enquanto no Sudeste esse rendimento médio é de R\$945,00 no Nordeste é de R\$448,00, ou seja, menos da metade. No tocante ao esgotamento sanitário, constata-se que na região Sudeste 82,3% dos domicílios têm cobertura da rede geral de esgotos ou fossa

séptica, enquanto no Nordeste apenas 37,9% têm essa cobertura, e no Norte, 35,6%. Estes são apenas alguns dos indicativos da grave desigualdade social do nosso País e que precisamos enfrentar a partir da entrada neste novo milênio.

Segundo o **ranking** da ONU, o Brasil tem a quarta pior distribuição de renda do mundo em 162 países, e a segunda da América Latina, só ultrapassado pela Nicarágua.

O índice Gini para a concentração de renda mede uma redução muito lenta da desigualdade no Brasil. Entre 1991 e 2000, o índice passou de 0,637 para 0,609. Considerando-se que o índice zero seria o da igualdade total e o índice 1 seria a desigualdade absoluta, o avanço foi pequeno nesta década. O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso reconhece essa cruel concentração de renda quando afirma que o Brasil não é um país pobre, é um país desigual.

Diante de tudo isto evidencia-se que as políticas públicas nacionais adotadas até agora para o enfrentamento dessa questão têm deixado muito a desejar. Os gastos sociais, deduz-se, não são direcionados às parcelas mais miseráveis da população. Os programas de distribuição de renda, hoje em vigor, devem ser considerados apenas como medidas emergenciais do Governo, pois não substituem a formulação de uma política de desenvolvimento soberana, que gere mais empregos e riquezas para o país, e de medidas que levem a uma democratização dessas riquezas.

Por outro lado, a política neoliberal adotada se reveste de um profundo ajuste fiscal que tem sido priorizado para cumprimento de obrigações com as dívidas interna e externa em detrimento aos gastos sociais. Tanto é que até empréstimos obtidos pelo País junto ao BIRD, organismo que deveria financiar projetos na área social, foram desviados de sua finalidade para serem utilizados no pagamento de juros da dívida externa, conforme constatado, ainda no exercício de 1999, com um empréstimo no valor de R\$252,5 milhões contraído pelo País junto àquela instituição financeira.

A prática neoliberal representada pelo Consenso de Washington, que prega a desregulamentação completa da economia e a diminuição do papel do Estado nos países do Sul, tem sido objeto de profundos questionamentos. Os países que adotaram esse modelo, certos de que teriam maior crescimento econômico e diminuição da pobreza, verificam hoje que não tiveram atingidos esses objetivos. A Argentina é o mais recente exemplo do fracasso daquelas medidas.

No bojo dessa política neoliberal, foi aprovada no Brasil a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/99) que criou mecanismos de controle de receitas, despesas e endividamento público,

com o objetivo da formação de superávits primários e garantia do pagamento da dívida pública.

Vale porém destacar que, apesar da ênfase aos controles fiscais dos entes federados e com objetivos claros de se atingir metas financeiras, não se pode negar da importância da Lei de Responsabilidade Fiscal como um instrumento de gestão pública que fixou metas e determinou a transparência dos gastos públicos pelos dirigentes da nação, estados e municípios. Entretanto, o exame das contas da gestão pública deve ir além dos aspectos financeiros e orçamentários, buscando-se identificar os resultados alcançados em benefício da população.

Vivemos hoje um momento especial da história de nosso País. Não é mais possível conviver com a omissão, com a falta de ética, com a falta de compromisso social. Se o Brasil concluiu o século XX reforçando o paradigma do equilíbrio das contas públicas e a responsabilização de seus gestores, não podemos esperar pelo final do século XXI para resgatar o valor da estabilidade e do equilíbrio social.

Faz-se necessário conhecer a fundo essa realidade da exclusão social no Brasil, a fim de definirmos um planejamento estratégico, metas, projetos e ações para solução desse problema. Não existe, ainda, fontes oficiais que publiquem informações e estatísticas sobre nossa realidade social.

Alguns estados já vêm adotando mecanismos para resgatar a cidadania com projetos sobre responsabilidade social, a exemplo do Rio Grande do Sul, mecanismos esses que precisam ser ampliados a todos os demais entes federados.

Assim sendo, no cumprimento de nossa missão institucional, procuramos complementar o outro lado da Lei de Responsabilidade Fiscal com o presente projeto de Lei de Responsabilidade Social, pois entendemos que uma ação governamental só tem sentido se realizada com base nas demandas concretas da população, por saúde, educação, segurança, emprego, saneamento básico, meio ambiente, etc. buscando-se, permanentemente, a solução dos problemas cuja satisfação vai se traduzir em melhoria da qualidade de vida do cidadão. É primordial estabelecer-se uma nova política que contemple o social, como centro das propostas de governo.

Por tudo isso, contamos com o indispensável apoio dos nobres Parlamentares à aprovação desta proposição, certos de estarmos contribuindo para minimizar as desigualdades sociais do Brasil e na busca de meios que melhorem a qualidade de vida da população.

Sala das Sessões, 7 de maio de 2002. – Deputado **Eduardo Campos**, PSDB/PE.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....  
Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

.....  
II – as diretrizes orçamentárias;

.....  
§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.  
.....

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Os Projetos de Lei da Câmara nºs 48 e 49, de 2003, que acabam de ser lidos, vão à Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte

**PARECER Nº 721, DE 2003**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2003 (nº 1.910/6 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Carnavalesca 25 Horas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.**

Relator: Senador **João Ribeiro**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2003 (nº 1.910, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Carnavalesca 25 Horas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 680, de 14 de novem-

bro de 2001, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições. Ainda, de acordo com a decisão do Plenário desta Casa, cabe a esta Comissão decisão terminativa sobre a matéria.

Os serviços de radiodifusão são disciplinados pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações, pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e pela legislação superveniente. No âmbito do Poder Executivo, a matéria é normatizada pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores. O serviço de radiodifusão comunitária, contudo, encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

No Senado Federal, o exame dos atos de outorga de concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, realizado pela Comissão de Educação, é disciplinado pela Resolução nº 39, de 1º de julho de 1992 (RSF nº 39/92). Em função da disciplina própria da radiodifusão comunitária, entretanto, vigora o entendimento de que a RSF nº 39/92 não se aplica aos atos de outorga desse serviço.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à com-

petência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Também sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 44, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste se fará, ao final deste, por meio de emenda de redação.

## III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 44, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Sociedade Carnavalesca 25 Horas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

### EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 44, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 680, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Sociedade Carnavalesca 25 Horas, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Boa Vista das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala de Reunião, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **João Ribeiro**, Relator – **Flávio Arns** – **Aelton Freitas** – **Íris de Araújo** – **Gerson Camata** – **Sérgio Cabral** – **Demóstenes Torres** – **Jorge Bornhausen** – **José Jorge** – **Renildo Santana** – **Marco Maciel** – **Eduardo Azevedo** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima**.

(*Procede-se a Votação.*)

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 044 / 2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE-PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE-PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVAITI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE					PAPALEO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
<b>TITULARES - PMDB</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTE - PMDB</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
<b>TITULARES - PFL</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTE - PFL</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
DEMOSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO	X			
<b>TITULARES - PSDB</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTE - PSDB</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
<b>TITULAR - PDT</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>		<b>SUPLENTE-PDT</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				ALVARO DIAS				
<b>TITULAR - PPS</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>		<b>SUPLENTE-PPS</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: \_\_\_\_\_ ABS: \_\_\_\_\_ AUTOR: \_\_\_\_\_ PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

SENADOR OSMAR DIAS  
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA AO PDS 044/2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIAO VIANA				
FLAVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					EURÍPEDES CAMARGO				
JOÃO CAPIBERIBE	X				PAPALEO PAES				
DUCIOMAR COSTA	X				SIBÁ MACHADO				
AELTON FREITAS	X				MARCELO CRIVELLA				
VALMIR AMARAL					VAGO				
HELOÍSA HELENA					VAGO				
<b>TITULARES - PMDB</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTE - PMDB</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
HELIO COSTA					MÃO SANTA				
ÍRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL	X				VAGO				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
<b>TITULARES - PFL</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTE - PFL</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA	X				PAULO OCTÁVIO	X			
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
<b>TITULARES - PSDB</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>	<b>SUPLENTE - PSDB</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGILIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
<b>TITULAR - PDT</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>		<b>SUPLENTE - PDT</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				ÁLVARO DIAS				
<b>TITULAR - PPS</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>		<b>SUPLENTE - PPS</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ABSTENÇÃO</b>
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 27/05/2003

  
 SENADOR OSMAR DIAS  
 Presidente da Comissão de Educação



## TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO  
SENADO Nº 44, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Sociedade Carnavalesca 25 Horas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 680, de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Sociedade Carnavalesca 25 Horas, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Boa Vista das Missões, Estado do Rio

Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de maio de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **João Ribeiro**, Relator.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

## SEÇÃO II

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V  
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

**Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.**

DECRETO-LEI Nº 236,  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (\*), de 27 de agosto de 1962.**

DECRETO Nº 52.795,  
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

**Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-02)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

**Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.**

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º .....

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.”(NR)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Educação que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº CE/34/2003

Brasília, 25 de junho de 2003

Senhora Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia 27 de maio de 2003, o Projeto de Decreto Legislativo nº 44 de 2003, que “aprova o ato que autoriza a Sociedade Carnavalesca 25 Horas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista das Missões, Estado do Rio Grande do Sul”.

Atenciosamente, – Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento

Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para a interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2002, (nº 2.089/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a concessão à Elo Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

O projeto lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

Ofício nº 777/03

Brasília, 3 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista – PP, o Deputado Enivaldo Ribeiro, como titular, e o Deputado Augusto Nardes, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 122, de 25 de junho de 2003, que “dispõe sobre o direcionamento de depósito à vista captados pelas instituições financeiras para microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS, e dá outras providências”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 778/03

Brasília, 3 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista – PP, o Deputado Valdenor Guedes, como titular, e o Deputado Sandes Júnior, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 121, de 25 de junho de 2003, que “dispõe sobre a criação de subsidiárias integrais do Banco do Brasil – S.A., para atuação no segmento de microfinanças e consórcios”.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Henry**, Líder.

Ofício nº 779/03

Brasília, 1º de julho de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista – PP, o Deputado Dr. Benedito Dias, como titular, e o Deputado Nilton Baiano, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 123, de 26 de junho de 2003, que “define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências”.

Cordialmente, **Pedro Henry**, Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, concedo a palavra ao Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª fará uso da palavra, Senador Paulo Paim, de forma alternada com os oradores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, por permuta com o Senador Marco Maciel e por cessão do Senador Teotônio Vilela Filho.

Senador Eduardo Azeredo, V. Exª dispõe de até vinte minutos.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesta rápida comunicação desejo fazer um registro que cala especialmente na alma de Minas, terra que aqui represento, mas, igualmente, fala ao espírito de todos os brasileiros que cultivam nossa literatura.

É com grande alegria que tomo conhecimento de que entidades literárias de todo o Brasil deram início, agora em junho, às comemorações do centenário de nascimento do notável escritor Pedro Nava.

No Rio, em São Paulo e em Belo Horizonte, principalmente, estão programados diversos eventos destinados a esmiuçar a impressionante obra literária

de Pedro Nava e a divulgar a rica biografia desse autor singular da língua portuguesa.

Pedro Nava, Sr. Presidente, nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 5 de junho de 1903. Formou-se em Medicina e, por mais de cinco décadas, dedicou-se, com visão de cientista, à sua clínica de reumatologia no Rio de Janeiro.

Foi, na sua especialidade, um médico exponencial, como afirmam os estudiosos desta faceta do homem Pedro Nava.

No entanto, a literatura tornou-se o seu grande amor. É através dela que o nome de Pedro Nava resplandecerá para sempre em nosso País.

Dissemos que Nava é um autor singular. Com efeito, Srs. Senadores, Pedro Nava, embora desde sempre ligado à cultura, tendo como companheiros de mocidade os poetas Carlos Drummond de Andrade e Abgar Renault, só publicou o primeiro de seus livros aos 70 anos de idade!

O Brasil inteiro saudou o aparecimento de **Baú de Ossos**, livro que revolucionou a maneira de como fazer literatura memorialística. De como contar o que se passou com uma pessoa. Daquilo que chamamos autobiografia.

Depois do sucesso estrondoso de **Baú de Ossos**, Pedro Nava lapidou mais cinco jóias da literatura: **Balão Cativo**, **Chão de Ferro**, **Beira Mar**, **Galo das Trevas** e **O Círio Perfeito**. Todos esses livros eram avidamente aguardados por milhares de leitores que se encantaram com a narrativa do autor.

Nava foi comparado a Proust. Ele não só contou a sua fecunda vida, desde a infância, como recompôs a de seus pais, avós, bisavós, tetravós. Nas páginas de seus livros, fazemos uma viagem de magia e encantamento, do Rio de Janeiro para Minas, e de lá para o Maranhão e o Ceará de seus avoengos.

Ao compor essas páginas de memórias, Nava ergueu um precioso mural da sociedade brasileira desde o Primeiro Império. Um colorido mural em que entram sociologia, psicologia, política, cultura, antropologia, folclore, enfim, todas as formas do pensamento e da ação humanas. Em sua busca do tempo perdido, na verdade, Pedro Nava encontrou a alma do povo brasileiro.

Não há, Sr. Presidente, no idioma português, obra memorialística mais notável do que a deixada pelo escritor mineiro Pedro Nava.

Ao lado da atividade literária propriamente dita, o médico Pedro Nava, formado pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais, em 1927, publicou cerca de trezentos estudos médicos. Cultor do idioma, es-

crevia com tanta naturalidade que esses trabalhos científicos tornam-se amena leitura para os leigos.

Pedro da Silva Nava morreu no dia 13 de maio de 1984, no Rio de Janeiro, aos 81 anos de idade, deixando incompleto o sétimo volume de sua monumental obra literária, intitulado **Cera das Almas**.

Morreu de modo trágico, pondo ele mesmo um ponto final em sua luminosa existência. O que, de certo modo, contraria a grande felicidade que emana de seus escritos, como notou um amigo de Nava, o escritor mineiro Vivaldi Moreira, Presidente perpétuo da Academia Mineira de Letras.

Seja como for, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que permanece para a eternidade, sem qualquer ato que possa contrariar, é a grandiosidade da obra memorialística desse escritor. Ele cumpriu o famoso enunciado russo, segundo o qual quem escreve sobre sua aldeia escreve sobre o mundo. Por isso, o que mais orgulha aos mineiros que admiram a obra de Pedro Nava é reconhecê-lo escritor universal.

O Senado Federal, vigilante da memória de nossos grandes homens de espírito, associa-se às entidades culturais divulgadoras do centenário de Pedro Nava. Entre elas destaco as do meu Estado, como a Biblioteca Pública de Minas Gerais, a Academia Mineira de Letras e o Centro de História da Faculdade de Medicina da Universidade Federal.

Ao relembrar no Senado o nome de Pedro Nava, evoco também grandes companheiros dele. Neste Plenário, assentaram-se alguns dos melhores amigos de Nava. Eram seus contemporâneos naquela Belo Horizonte dos anos de 1920. Refiro-me aos Senadores Milton Campos, Afonso Arinos, Gustavo Capanema e Juscelino Kubitschek, este seu colega na Faculdade de Medicina.

São excelsas figuras que enobreceram a atividade política em uma geração, que, na literatura, nos deu o grande escritor Pedro Nava.

Lembrando-o, nesta tarde aqui no Senado, nestas breves palavras, o faço com saudade e, sobretudo, como homenagem à cultura de meu Estado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Pedro Nava é um dos principais nomes da cultura brasileira, e antes de concluir esta homenagem pelo seu centenário, sou impelido a voltar ao tema das leis estaduais de cultura, assunto que já abordei desta tribuna.

Volto agora com a preocupação redobrada. As leis estaduais de incentivo à cultura baseiam-se no ICMS e existem hoje em treze Estados e estão em fase de implantação em outros três. Por meio delas, milhões de reais já foram captados da iniciativa priva-

da para produção e exposições culturais. São livros, filmes, **shows**, espetáculos teatrais, pesquisas históricas, projetos de restauração e preservação da memória, e tantos outros eventos de valorização de nossas raízes. Apenas no meu Estado, Minas Gerais, onde tive a iniciativa de criar esse importante incentivo durante o meu período de Governo, foram aplicados, até 2002, R\$61 milhões.

Ora, o percentual máximo de arrecadação anual de ICMS passível de compensação pela Lei da Cultura é de apenas 0,3%. Não é possível que 0,3% não possa ser preservado.

Na proposta de reforma tributária, o Governo Federal propõe o fim dos incentivos, acabando com as leis estaduais de cultura. A princípio, julguei ser apenas uma omissão, na ânsia de o Governo de apresentar uma proposta que extingue os incentivos gerais para enfrentar a guerra fiscal entre os Estados. Entretanto, pelas últimas informações, inclusive de reunião realizada na última semana no Ministério da Cultura, verifica-se que o fim das leis estaduais de incentivo à cultura é intencional. O Governo Federal, dirigido pelo Presidente Lula, quer acabar com este importante apoio à cultura brasileira.

Conclamo aqui os artistas, muitos dos quais emprestaram suas imagens públicas para ajudar a buscar votos para o PT, que se unam a todos aqueles que valorizam a cultura brasileira, para resistirmos.

São milhares de empregos ameaçados!

A cultura brasileira não pode abrir mão dessa conquista, voltando a depender de Fundos Orçamentários que ficarão à mercê da boa vontade de governantes do momento.

Se encerrarmos as leis estaduais de incentivo à cultura, teremos os produtores culturais à porta dos gabinetes, pedindo favores políticos para que possam ter a aprovação dos seus projetos.

A Lei Rouanet é uma lei importante, mas ela se complementou com as leis estaduais de incentivo.

As leis de incentivo à cultura são democráticas e não podem ser extintas. Precisam, ao contrário, ser expandidas e aprimoradas!

Trago aqui, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, portanto, esse alerta, essa denúncia, de que a proposta de reforma tributária apresentada pelo Governo Federal acaba com as leis de incentivo à cultura. Não podemos aceitar que isso vá acontecer, sob pena de estarmos deixando de lado a memória brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, “a”, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, “a”, do Regimento Interno.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Líder do Governo no Senado, Senador Aloizio Mercadante, segundo notícia a imprensa brasileira, pretende impedir o funcionamento da CPI da Terra. A alegação é a de que de o justo passaria pela investigação tanto do MST quanto da corrida armamentista que tem sido levada a efeito pelos produtores rurais. Se é esse o motivo – e S. Ex<sup>a</sup> é sempre sincero – pode, desde já, começar a escolher os nomes dos liderados que compõem a CPI que, a meu ver, é irreversível pela própria dinâmica dos acontecimentos no campo.

Lerei o que escrevi:

Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores titulares e 6 (seis) suplentes, para investigar, no prazo de 180 dias, a questão da reforma agrária no Brasil, dos assentamentos e, especialmente, para investigar ações ilícitas, com sucessivas e violentas invasões de terras, praticadas pelo chamado Movimentos dos Sem-Terra, conforme denúncias diárias da imprensa brasileira.

Sr. Presidente, o foco, o fato específico é o pretexto, a razão oferecida pelo MST, mas a abrangência está garantida. S. Ex<sup>a</sup> já me tranquiliza sabendo eu que, daqui a pouco, indicará os nomes provenientes do Partido dos Trabalhadores para comporem essa necessária e irreversível Comissão Parlamentar de Inquérito.

S. Ex<sup>a</sup> precisa compreender que está na hora de o Governo Lula agir. As CPIs nascem quando falecem as ações do Governo. Citarei um depoimento colhido da revista **Veja**:

O Presidente não deveria usar o prestígio do cargo avalizando um grupo que afronta a lei. O MST viola as leis do País. Invade a propriedade privada, depreda e sa-

queia, tudo em nome de uma Bandeira social. Nessa situação, o Presidente não deveria cancelar um grupo que se tornou conhecido pela contínua agressão às instituições do País e à legalidade.

Está na ordem do dia, faz parte da preocupação nacional. Não podemos dizer que o tema não é relevante. Ontem, por exemplo, na **Folha de S. Paulo**, o jornalista Elio Gaspari aconselhou o Presidente Lula a copiar o ex-Presidente Fernando Henrique. Certa vez, João Pedro Stedile esteve no gabinete do Presidente Fernando Henrique e propôs, diante da imprensa, que estendessem a bandeira do MST. Lembra Elio Gaspari que Fernando Henrique disse: “Não, João Pedro. Aqui só se estende a bandeira brasileira, e quando eu autorizo”.

Não podemos dizer que se trata de um tema irrelevante, Sr. Presidente. Ontem, o jornalista Augusto Nunes, conhecido articulista do **Jornal do Brasil**, denominou de “ridícula” a cena vivida no Palácio do Planalto. Mostrou toda a sua preocupação – por meio da página que possui no **Jornal do Brasil** aos domingos – com o MST.

Não dá para dizer que não é relevante, Sr. Presidente, quando a Ouvidora do Inkra, Maria de Oliveira, diz que este Governo é lento, é mais lento que o anterior, faz propaganda muito bem e age menos do que outro, que não sabia fazer propaganda e agia melhor; e diz que há terras e que se há terras, se há vontade política e se há dinheiro – até pelo excesso de superávit –, não vejo por que não se exercitar a vontade política que tantos votos rendeu ao Presidente Lula, envolvendo a questão agrária, fundiária.

Não dá para dizer que não é importante, Sr. Presidente, porque o jornal **Folha de S. Paulo** mostra o ruralista e Presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan Garcia, já em posição de confronto também, dizendo que teme conflagração no campo e que MST quer o poder.

Não dá, Sr. Presidente, para ignorar a opinião do ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, alertando que a continuidade do tensionamento no campo pode afugentar capitais estrangeiros tão necessários para se gerar empregos no País.

Não dá, Sr. Presidente, para ignorar a opinião do ilustre industrial, Antonio Ermírio de Moraes, quando diz que o Governo está colhendo o que plantou, segundo ele, o MST é o principal problema de Lula e pode provocar, no País, clima de revolução; e diz mais: não existe regra do jogo que possa suportar um movimento que vai lá diz o desaforo e o Governo aceita.

Não dá, Sr. Presidente, para fingirmos nós todos, ou para fingir o Governo ou para fingir quem quer que seja. Não tenho vocação para Maria Antonieta, tenho vocação para pisar o chão duro da realidade, Maria Antonieta não, brioches e bolos para mim têm uma diferença muito sutil. Quero encaminhar soluções efetivas para os problemas que afligem o nosso povo e que possam significar desestabilização da nossa economia e da nossa ordem jurídico-constitucional.

Voltando ao jornal **Folha de S. Paulo**: isso é grave; isso é motivo para CPI sim. O acreditado jornalista Josias de Souza diz que o problema do MST não está no boné, mas no bolso e fala de irregularidade e corrupção.

Sr. Presidente, as denúncias que chegam ao meu gabinete me mostram indícios de extorsão a assentados. Tenho enorme curiosidade em saber que objetivos têm eventuais financiadores internacionais do MST: se é meramente a filantropia ou se pretendem desestabilizar a agricultura brasileira, que nos sustenta e tem garantido a estabilidade econômica do País.

Sr. Presidente, alguém pode chegar à tribuna e dizer por todas as razões, até porque deseja proteger o MST, que não quer a apuração dos fatos. Dizer que não é importante é falacioso. Fingir que o País não está mobilizado em torno desse tema é mais falacioso ainda. Portanto, conhecendo a tradição de luta e a seriedade intelectual do Líder Aloizio Mercadante, não tenho dúvida alguma de que S. Ex.<sup>a</sup>, tranquilizado pelo fato de que se o que querem é uma abrangência maior da CPI, a qual garante também a abrangência para investigar violência de fazendeiro e do MST, haverá de, imediatamente, reunir sua Bancada e, daqui a pouco, dar-nos os nomes dos Senadores que irão compor a Comissão Parlamentar de Inquérito. Repito: não adianta bancar Maria Antonieta, nem aconselhar o povo, já que não tem pão, a comer brioche. Essa CPI é irreversível e será instalada nesta Casa, até pela pressão dos fatos e pelo senso de realidade que está acometendo, de maneira muito aguda, o sentimento político do povo brasileiro de norte a sul do País, com ênfase para os Estados onde o agronegócio tem sido razão de prosperidade e vem sendo o garantidor do crescimento do nosso PIB e dos saldos consideráveis obtidos em nossa balança comercial de 2002 para cá.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, do PFL do Estado de Pernambuco. V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, realizou-se no Recife, nos dias 3 e 4 do corrente mês, o Congresso Brasileiro de Propriedade Intelectual, promovido pela Associação Nordestina de Propriedade Intelectual, cuja diretoria tem a seguinte composição: Dr.<sup>a</sup> Mônica Lustosa, presidente; Dr.<sup>a</sup> Elza Mendonça, 1.<sup>a</sup> vice-presidente; Dr. Renato Velozzo, 2.<sup>o</sup> vice-presidente; Dr.<sup>a</sup> Cláudia de Mesquita, diretora secretária; Dr.<sup>a</sup> Paula De Biase, diretora tesoureira.

O evento serviu para que especialistas, empresários, advogados e autoridades debatessem questões relativas a bens intelectuais, tais como marcas, patentes, desenho industrial, programas de computador etc., como instrumento para gerar negócios.

Tive oportunidade, Sr. Presidente, como palestrante, de elogiar o fato de tal encontro efetuar-se no Nordeste, região que busca participar mais ativamente dessas discussões.

À sessão de abertura estavam presentes, entre outras, as seguintes pessoas: o Dr. Sérgio Barcelos Theotônio, representando o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi); o Dr. José Antônio Faria Corrêa, Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual; o Dr. Ricardo Vieira de Melo, representando a Associação Brasileira dos Agentes de Propriedade Industrial; o Dr. José Carlos Cavalcanti, representando o Secretário de Ciência e Tecnologia Cláudio Marinho do Governo Jarbas Vasconcelos; e o Dr. José Carlos Tinoco Soares, representando a Associação Paulista da Propriedade Intelectual – Aspi.

Como se sabe, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a inserção competitiva e eficaz do Brasil na economia globalizada mediante um projeto de desenvolvimento que estimule novas oportunidades de criação de riqueza e, ao mesmo tempo, beneficie amplas parcelas do povo ainda marginalizadas da participação da cidadania, sem sacrificar os valores mais caros da nossa identidade, requer a existência de mecanismos e instituições capazes de proteger os frutos do trabalho intelectual, científico-tecnológico e cultural-artístico, pois neles residem – como todos nós sa-

bemos – notável fonte de riqueza e bem-estar na sociedade do conhecimento da informação que estamos vivendo em nossos dias.

Agora mesmo, no coração dessa nova economia, inclusive na indústria, no desenvolvimento e na comercialização de programas de informática, o Brasil passa por uma revolução silenciosa, mas, saliente-se, profunda e altamente promissora.

Daí considerar também fundamental a crescente integração do Brasil à economia mundial em todos os níveis: no plano regional, com o Mercosul; no plano continental, via fortalecimento dos nossos vínculos comerciais, financeiros e de infra-estrutura com os demais países da América do Sul; no campo hemisférico, participando das negociações para a construção da Alca, esse polêmico e controvertido projeto de iniciativa do Governo dos Estados Unidos da América do Norte; no campo transcontinental, mediante acordo entre o Mercosul e a União Européia, cujas negociações transcorrem de forma muito positiva; no plano multilateral, contribuindo para o avanço da rodada de Doha, no Catar, no âmbito das negociações da Organização Mundial do Comércio – OMC. Vale destacar que o Brasil é, como se sabe, membro fundador dessa instituição mundial de comércio, que substituiu o GATT e se constitui talvez na mais ousada iniciativa de tentar estabelecer regras ecumênicas e universais do comércio internacional.

Sr. Presidente, quem fizer uma análise econômica da situação do País verificará que sua força reside no aproveitamento de nossas vantagens comparativas, que, felizmente, são muitas e não se limitam à exportação de produtos primários, agrícolas ou proveniente da mineração. O Brasil é um País dotado de enormes potencialidades também nas áreas industriais e de serviços que incluem setores de ponta de desenvolvimento de tecnologia. De fato, se há uma característica marcante do mercado mundial nos dias de hoje, ela diz respeito à importância crescente do fator tecnológico nas trocas internacionais. A cada ano cresce o peso da tecnologia nos balanços de transações correntes das diferentes nações.

Dentro desse quadro, Sr. Presidente, impõe-se formular e encaminhar soluções duradouras para as atuais lacunas e imperfeições no arcabouço técnico, institucional e legal de proteção à propriedade intelectual em nosso País.

É oportuno também considerar que se o Brasil pretende ser participante ativo no mercado mundial

de tecnologia, isso nos leva necessariamente à conclusão de que não nos interessa uma posição leniente quanto à violação da propriedade intelectual, ou seja, a prática lesiva da pirataria; pelo contrário, o que devemos fazer é antes combater o emprego indébito do conhecimento alheio. Isso porque, fato como esse, uma vez chegado ao conhecimento dos mercados internacionais, entre outras razões, repercute negativamente na imagem do País. E os prejuízos podem se fazer sentir, de maneira imediata, na forma de boicotes a produtos brasileiros, ou na criação de barreiras alfandegárias e não alfandegárias, ou ainda na forma de medidas mais duras autorizadas pela Organização Mundial de Comércio.

Ademais, é relevante assinalar termos em conta o fato de que o País subscreveu, na década passada, o Trips – Acordo Internacional sobre Direito de Propriedade, proposto pelo antigo GATT, hoje transformado em OMC.

Há países, Sr. Presidente, que parecem estar fazendo grande sucesso com a pirataria de marcas famosas, inclusive padrões de moda e de produtos culturais, como obras de arte, discos, fitas etc. Estima-se, por exemplo, que o mercado pirata de discos compactos seja, no Brasil e no mundo, da mesma grandeza que o mercado legal, ou seja, um em cada dois discos adquiridos no mundo seria pirateado. Faz-se necessária também, a meu ver, uma política de promoção do desenvolvimento tecnológico de registro de patentes por parte de empresas, indivíduos e instituições nacionais, para que o Brasil possa entrar na globalização como comprador e, ao mesmo tempo, como vendedor de conhecimento e de criatividade, pois nós somos sabidamente um povo com enorme capacidade de conceber, de formular e, portanto, de contribuir para melhorar os níveis de criação nesse complexo e sofisticado terreno da atividade humana.

O Brasil, Sr. Presidente, nasceu precisamente do processo de globalização que se iniciava na era das grandes navegações portuguesas, que coincidiu, aliás, com o período do renascimento. É assim difícil compreender uma posição isolacionista e refratária às trocas internacionais, conquanto consideramos ser assimétrico – como lembrava com propriedade o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – o processo de mundialização da economia, concorrendo muitas vezes para agravar as disparidades entre as nações.

O Brasil, além disso – friso assinou o Tríplice e possui hoje os mais modernos instrumentos legais do mundo sobre marcas e patentes, destacando-se, pela importância a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Contudo, é bom lembrar que precisamos desenvolver uma cultura voltada para a valorização da propriedade intelectual. O Brasil, como afirma a Presidente da Anepi, Dr<sup>a</sup> Mônica Lustosa, tem um povo extremamente criativo, mas ainda não dispõe de uma política voltada para esse setor. Ademais, a demanda pela proteção jurídica dos bens intangíveis é insignificante. A consequência disso é que, muitas vezes, os empresários pagam **royalties** a empresa sediada no exterior para usar tecnologia gerada no País, mas patenteada por empresa estrangeira.

Por outro lado, a marca da empresa nacional que geralmente se quer registrada não consegue conquistar fatia considerável do mercado externo, inviabilizando, assim, a entrada de divisas em nosso País.

Por isso, precisamos disseminar no Brasil a cultura de proteção de nossos ativos econômicos intangíveis, sem a qual não será possível colhermos os frutos de nossa criatividade.

Convém também, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, advertir o Poder Executivo Federal para apetrechar administrativamente e apoiar financeiramente o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, o INPI. A propósito, desejo referir-me a recente matéria publicada no jornal **Valor Econômico**, edição de 24 de junho passado, que, entre outras observações, informa passar o INPI por graves crises administrativas financeiras.

Leio, Sr. Presidente, alguns trechos da referida notícia, publicada no **Valor Econômico**:

A crise financeira vivida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI – se agravou fortemente nos últimos meses e deixou à beira da ruína o escritório responsável pelo registro de marcas e patentes, considerado peça chave para disseminação de novas tecnologias. O assunto tem sido tratado com relativo descaso pelo Governo, que até agora sequer nomeou o presidente para o órgão. A crise não é nova, mas a dose extra de aperto traz consequências práticas que abalam ainda mais a credibilidade do órgão, subordinado ao Ministério do Desenvolvimento. Uma montanha de pedidos para registro de marca aumenta dia a

dia e já ultrapassa a trezentas mil solicitações. O sistema informatizado de busca de patentes utilizados pelos examinadores, com uma semana fora do ar, no fim de maio, e o instituto acumula uma dívida de R\$800 mil com a Embratel. Esse atraso nos pagamentos da operadora telefônica gerou uma situação calamitosa para as nove unidades regionais do INPI, que são unidades distribuídas em diferentes Estados da Federação brasileira.

Com tantos problemas, o maior prejudicado é o usuário. O registro de uma marca leva três anos em média, e a concessão de uma patente pode demorar até sete anos em setores de tecnologias mais complexas como eletroeletrônicos e químico-farmacêuticos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aproveito, pois, o ensejo e que se registre nos Anais desta Casa o evento, ocorrido no Recife, para apelar ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Ministro Luiz Fernando Furlan no sentido de adotar as providências necessárias ao fortalecimento do INPI.

Antes de encerrar, solicito a Mesa fazer integrar em meu pronunciamento oportuno artigo do Dr. José Antônio BL Faria Correa, Presidente da ABPI, intitulado “Pobre INPI, pobre Brasil” publicado na edição do jornal **O Globo** de hoje.

Por fim, Sr. Presidente, estou certo de que a comunidade de profissionais brasileiros que atua no setor de propriedade intelectual compareceu ao Recife atenta a essas questões. Personalidades de notório saber do meio jurídico, acadêmico, empresarial e governamental discutiram questões relevantes que desafiam o estratégico setor da propriedade intelectual.

Creio, porém, que o fruto mais importante do encontro tenha sido o reconhecimento da necessidade de se desenvolver ações rigorosas para uma adequada política para o setor, mobilizando a opinião pública e ensejando adoção de oportunas decisões governamentais. Para esse fim, sei contar com o apoio imprescindível desta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a concessão da palavra.

**DOCUMENTO A QUE REFERE O SR.  
SENADOR MARCO MACIEL EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno)*



# Pobre Inpi, pobre Brasil

JOSÉ ANTONIO FÁRIA CORREA

**N**oticiase que o Inpi — Instituto Nacional da Propriedade — será obrigado a dispensar centenas de funcionários terceirizados. A primeira vítima, e para aqueles que não conhecem o pano de fundo da questão, poder-se-ia imaginar que se trata de medida saudável ao saneamento de uma instituição pública, em benefício do contribuinte.

Nada mais errado. Essa imagem evapora quando se examina de perto a questão. O Inpi, na realidade, é uma autarquia pública destinada antes de tudo a prestar um serviço à comunidade e especificamente ao empresário: registra marcas, conferindo-lhe garantia de exclusividade sobre os seus sinais e municiando-o, desta forma, com os remédios jurídicos cabíveis contra o seu uso indevido; concede patentes sobre criações industriais, assegurando ao inventor um direito de exclusividade temporária que lhe dê o conforto necessário para investir no que criou.

Para esses serviços, o Inpi cobra e

recebe. Sim, o Inpi cobra e recebe, mas o empresário, que contratou o serviço só obtém o registro de sua marca após muitos anos, quando diversos concorrentes já a usaram e auferiram benefícios indevidos; só consegue a sua patente depois de muitos e muitos anos de incerteza quanto à possibilidade de punir contratadores, muitos dos quais, no litígio, até já desapareceram sem deixar rastro, desprezando as notificações que recebem.

E isso ocorre por um fato perverso: embora o Inpi tenha receita própria, decorrente da retribuição que cobra das empresas interessadas em registrar suas marcas e obter garantia de exclusividade temporária para suas criações industriais, o que recebe é captado pelo Tesouro e o que retorna, quando retorna, é insuficiente para atender às suas necessidades operacionais, além de sofrer de forma hiperpática, sem permitir ao órgão um planejamento financeiro. Para agravar o quadro, vem sendo impedido de contratar pessoal especializado e quando realiza concurso, é para pagar salário indigno de comentarista.

de marca demora mais de quatro anos para ser examinado; por que não se consegue obter uma fotocópia; por que uma petição faz uma via-critica para ser anexada a um processo.

Nosso país deveria delimitar o que realmente quer. Se quer um ambiente de segurança jurídica para o investimento em marcas e em

criações industriais; se quer ser visto na comunidade internacional como um país que estimula a inovação e o lançamento de marcas; que impulsionam o comércio; se quer respeitar o compromisso que assumiu com seus parceiros ao promulgar o Acordo TRIPS; então, se quer realmente progredir, competir e

igual para igual com os países mais desenvolvidos, deve reaparelhar o Inpi já, começando pela solução do problema mais simples: a confirmação de um presidente para o órgão.

Ninguém pense que esta situação de marasmo do Inpi é preluçial ape-

nas às empresas estrangeiras. Ao contrário: as grandes empresas estrangeiras, apesar de sofrerem as mesmas agruras, ainda têm, ao menos, a opção de investir em outros países e uma estrutura mais sólida, que lhes oferece melhores condições de enfrentar as intempéries.

Alingido frontalmente e o empresário nacional, que navega na incerteza de ter ou não um direito de exclusividade para o que cria. Muitos empresários, com mais ambição e realismo, simplesmente deixam o país e vão contribuir para o enriquecimento de outras nações, que tentam por eles mais respeito e consideração. É assim que o país já perdeu grandes biólogos, engenheiros, físicos, designers, cientistas e contadores, a perder, como perde grandes músicos, compositores, bailarinos, todos exaustos com a falta de correspondência entre a retórica e a realidade.

JOSÉ ANTONIO FÁRIA CORREA

presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador Marco Maciel, pela solicitação que fez à Mesa, V. Ex<sup>a</sup> será atendido de acordo com o disposto no Regimento Interno.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, solicito a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Tião Viana, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tivemos a oportunidade de assistir, na semana passada, às manifestações de Parlamentares, abordando preocupações e fazendo críticas quanto à manutenção e ao estímulo das atividades da defesa brasileira, especificamente das Forças Armadas.

Naquele momento, externei uma opinião distinta das críticas que estavam sendo feitas por Parlamentares de Oposição e, ao mesmo tempo, tive a grata satisfação de receber a visita de pessoas ligadas às Forças Armadas, que apresentaram solidariedade à minha manifestação. Pediram, também, que eu externasse a confiança absoluta que as Forças Armadas têm hoje na condução do Governo, no tratamento e na sensibilidade com as ações de defesa do País e no investimento efetivo e necessário que devemos ter para recuperar a enorme dívida orçamentária, deixada ao longo dos últimos anos, em relação ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica, ou seja, à defesa com um todo. Também tive acesso a documentos relevantes, que considero essencial apresentar à sociedade brasileira. Em primeiro lugar, transmito a boa notícia de que a Presidência da República, em documento datado de 26 de junho de 2003, abriu ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Defesa e da Justiça, crédito suplementar no valor de R\$190.557.415,00, dividido entre áreas prioritárias e fundamentais, da seguinte forma: Ministério da Defesa, R\$165 milhões; Comando da Aeronáutica, para tecnologia de uso aeroespacial, R\$90 milhões; reaparelhamento e adequação da Força Aérea, R\$47 milhões; adestramento e operações militares da Aeronáutica, R\$42 milhões; para o Comando do Exército, R\$67.854 milhões; para adestramento e operações militares do Exército, R\$3 milhões; e para o reaparelhamento e adequação do Exército brasileiro, R\$64 milhões.

Tal medida demonstra a inequívoca sensibilidade do atual Governo, mesmo numa hora difícil, de he-

rança orçamentária, para com algo imprescindível: a manutenção do aparato de proteção do Estado brasileiro e de defesa da Nação, constitucionalmente protegida pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas.

Outra grande conquista do debate sobre o Orçamento do ano de 2003 – asseguro que conhecemos perfeitamente o andamento do assunto na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – é a presença de decisões, no que diz respeito ao Orçamento da União, que asseguram o fim do contingenciamento de atividades consideradas fundamentais para as áreas de educação, segurança alimentar, ciência e tecnologia e saúde.

Em relação à área de defesa, no Substitutivo ao PL nº 2, de 2003, fica dito o seguinte:

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004 e dá outras providências.

Art. 71. Ficam ressalvadas de limitações de empenho, conforme art. 9.º, § 2.º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, as despesas relacionadas ao Anexo IV desta Lei.

Quais são essas despesas, Sr. Presidente? Despesas a que deve ser dada ênfase: despesas com ações nos fundos que interessam à defesa nacional; despesas financiadas por fontes oriundas de operações de crédito; alimentação de pessoal; atendimento médico-hospitalar/fator custo; manutenção dos serviços médico-hospitalares do Hospital das Forças Armadas; manutenção dos serviços médico-hospitalares e odontológico a cargo da Aeronáutica; manutenção dos serviços médico-hospitalares e odontológico a cargo do Exército; manutenção dos serviços médico-hospitalares a cargo da Marinha; manutenção e suprimento de fardamento; ensino preparatório para formação de oficiais; ensino fundamental nos colégios militares; ensino médio nos colégios militares; ensino fundamental na Fundação Osório e ensino médio na Fundação Osório. Todas essas matérias são da maior relevância para a manutenção de atividades julgadas importantes pela Defesa Nacional e a que o Governo demonstra pronta sensibilidade. Acredito que são matérias que, de modo inequívoco, afirmam a responsabilidade, presteza e solidariedade que reinam hoje entre a Presidência da República e o comando do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e o Ministério da Defesa.

Mais ainda, Sr. Presidente:

Mensagem 277, de 2003.

Órgão de origem: Presidência da República.

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$59.653.549,00, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente.

Trata-se de matérias aqui também colocadas, claramente, para o Ministério da Defesa, envolvendo o Comando do Exército e o Comando da Marinha, em que R\$38 milhões ficam para o Ministério da Defesa; R\$18,784 milhões para o Comando do Exército e R\$18,378 milhões para o Comando da Marinha.

Penso que isso dá um basta a qualquer especulação crítica sobre uma eventual falta de sensibilidade do atual Governo com as Forças Armadas, com os Comandos da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e com o Ministério da Defesa, e afirma o contrário.

No passado, testemunhamos aqui e lamentamos tantas vezes, expressamos a aflição e a angústia que os membros das Forças Armadas viviam com a manutenção da sua logística, com suas atividades de financiamento de atividades julgadas estratégicas. Mas, hoje, começamos a ver, num período hábil, uma sensibilidade pronta do Governo Federal e um estímulo para que possamos ter a melhor das relações e o melhor dos resultados no cumprimento das metas e das decisões de execução orçamentária por esses membros do Ministério da Defesa.

Gostaria que isso servisse como um estímulo, um gesto de co-responsabilidade e, sobretudo, o pronto cumprimento dos compromissos assumidos em campanha pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no que diz respeito a atividades fundamentais da defesa brasileira e desses comandos militares que acabei de mencionar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Rio Grande do Sul, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cumprimento o Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, pela forma que tem defendido as ações afirmativas via Instituto Rio Branco.

Sr. Presidente, cerca de 1,7 mil candidatos concorrem, neste momento, à primeira etapa de seleção em que 20 deles serão contemplados com bolsas-prêmios. São os candidatos oriundos da comunidade negra, de afro-brasileiros, que agora poderão encaminhar-se para a carreira diplomática.

Não nego, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que tenho uma grande esperança em que o Presidente Lula que indicou, e esta Casa naturalmente aprovou a indicação, via sabatina e votação, do primeiro negro para o Supremo Tribunal Federal. E espero que também seja, no Governo Lula, que vejamos o primeiro Embaixador negro da história deste País.

Ficam aqui os meus cumprimentos ao Itamaraty, ao Ministro Celso Amorim, pelo brilhante trabalho que está fazendo nessa área, incentivando que os afro-brasileiros também estejam no Instituto Rio Branco, caminhando, assim, para a construção dessa proposta de, rapidamente, termos também embaixadores negros.

Por outro lado, Sr. Presidente, aproveito este meu tempo para dizer à Casa que, a exemplo do Ministério da Previdência, que está formulando um projeto nesse sentido, também estou muito preocupado com os mais de 40 milhões de trabalhadores que estão na informalidade.

Sr. Presidente, além de analisar a força-tarefa desse potencial enorme de 40 milhões de trabalhadores, que poderiam estar produzindo, trabalhando, recebendo, consumindo e contribuindo para a Previdência, apontamos alguns caminhos que poderiam contribuir para que eles estivessem no mercado formal, contribuindo para a Previdência, para a nossa seguridade.

Aqui, Sr. Presidente, deixo como contribuição uma proposta: que os trabalhadores do mercado informal paguem para a Previdência 50% do que paga o autônomo. Ora, pagariam, dentro das suas possibilidades, sobre um salário mínimo, ou sobre dois, se assim pudessem. Mas a regra seria pagar 50% do que for pago pelo profissional autônomo regulamentado e apto para fazer a sua contribuição.

Vamos mais além, Sr. Presidente. Tenho defendido, há muito tempo, a importância da contribuição sobre o faturamento, como o aporte de recursos para a Previdência, diminuindo os encargos sobre a folha de pagamento. Além de manter essa posição, em que estaríamos formando uma grande poupança interna que atenderia aos 40 milhões de brasileiros no que tange principalmente à Previdência, também proponho que os grupos de pensão privados, principalmente aqueles

em que o cidadão receberá uma aposentadoria privada acima de dez salários mínimos, por opção, possam aportar um percentual dos recursos para, de forma solidária, contribuir com os 40 milhões que não tem condições de pagar um percentual maior.

E vamos além, Sr. Presidente. Sabemos que há no País uma tendência à regulamentação de jogos das mais variadas formas nos Municípios, nos Estados e até na União. A partir da aprovação da lei que todo jogo que for regulamentado, que um percentual também desses novos jogos seja destinado a esse grande fundo que teria aporte de recursos da Previdência privada, desses jogos, como também do faturamento desse grande fundo.

São algumas contribuições, Sr. Presidente, que encaminho ao Governo e à Mesa, na forma de pronunciamento, explicando detalhadamente a origem das contribuições que permitirão que 40 milhões de brasileiros que estão no mercado informal passem a pagar, respeitando suas limitações, uma contribuição, por menor que seja, para a Previdência.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que, se nada for feito, essas pessoas, homens e mulheres, quando chegarem aos 65 anos – e pautando aqui já o Estatuto do Idoso –, se provarem que não têm nenhuma fonte de recursos, passarão a ter direito a um salário mínimo, que terá de sair de uma poupança interna do Governo, da LOAS, ou mesmo da Previdência.

Com essa nossa proposta, além desse cidadão poder se aposentar com um salário maior do que o mínimo, ele estará contribuindo de forma solidária: quem ganha menos paga menos; quem ganha bem mais e que pode ter um fundo de pensão privado além do fundo público, que já é a ele assegurado no limite que for proposto pela PEC em debate na Casa, pela PEC nº 40, esse paga mais. Assim, estaríamos encaminhando a inclusão desse verdadeiro exército de brasileiros que estão na informalidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM**

**AÇÃO AFIRMATIVA NO ITAMARATY**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero fazer referência hoje ao programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, já em seu segundo ano. O Programa viabiliza vinte bolsas-prêmio de Vocação para a Diplomacia a candidatos afro-descendentes interessados no acesso à carreira diplomática.

É um programa de ação afirmativa porque tem o objetivo de concretizar a igualdade definida no texto constitucional, que sem iniciativas como essa não passa de uma ficção.

Os candidatos afro-descendentes que querem ter acesso à carreira diplomática, com o apoio do programa, têm maiores possibilidades de preparação, podem superar as desvantagens históricas decorrentes da discriminação racial.

O Programa do Ministério das Relações Exteriores é um exemplo bem-sucedido de política pública que visa solucionar os problemas decorrentes da marginalização social e econômica do negro em nossa sociedade.

O processo de seleção de 2003 está em curso e um teste de pré-seleção foi aplicado em 11 cidades brasileiras, definindo os primeiros 70 candidatos. O impacto positivo do programa já teve o efeito de multiplicar o interesse, dentro da comunidade negra, pela carreira diplomática. Mil e setecentos candidatos concorreram na primeira etapa de seleção.

Dos 70 candidatos da primeira fase, pelo menos 20 serão escolhidos para receber as “Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia”, podendo o número crescer na medida em que se aporte maior volume de recursos.

Os recursos destinam-se a garantir, durante 10 meses, a preparação dos candidatos afro-descendentes, com monitoramento do CNPq.

Senhor Presidente, o Ministério das Relações Exteriores, já tornou pública sua avaliação de que o ideal seria conceder o dobro ou o triplo do número de bolsas. Há interesse na comunidade e precisaríamos sensibilizar mais os ministérios para que contribuíssem com o programa.

Trata-se, afinal, do único programa de ação afirmativa do Governo Federal na área de formação ou treinamento da administração direta.

Uma experiência inédita, que precisa do apoio de todos. Chamo aqui a atenção do Presidente Lula para a possibilidade de fortalecer e ampliar o excelente programa do Ministério das Relações Exteriores.

**PRONUNCIAMENTO QUE ABORDA A QUESTÃO DOS “SEM-PENSÃO”, OS MAIS DE 40 MILHÕES DE TRABALHADORES BRASILEIROS QUE VIVEM SEM COBERTURA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho dito que o maior

problema que a Previdência Social enfrenta hoje é a exclusão de mais de 40 milhões de trabalhadores da sua cobertura. Qualquer reforma do sistema previdenciário terá que levar em consideração essa questão. Ou não será reforma. Afinal, a Previdência Social foi imaginada por Bismark, no século 19, e implantada no Brasil no século passado para garantir aos trabalhadores uma renda para o seu sustento quando o avanço da idade lhes roubar as forças para trabalhar.

É este o sentido maior da Previdência. Esta sua finalidade maior, de garantir uma velhice digna aos cidadãos, não pode ser relegada a um segundo plano – a despeito da necessidade de qualquer sistema previdenciário exigir uma sustentação atuarial.

Chegamos a esta situação devido à terrível combinação dos elevados encargos trabalhistas sobre a folha de salários – que faz com que a tributação sobre a folha de pagamento das empresas aqui no Brasil seja maior que a dos países de nível de desenvolvimento semelhante da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) – com a abertura comercial iniciada no final da década de 1980 e que expôs a economia brasileira a uma maior competitividade.

E na hora de ganhar competitividade, o que fizeram os empresários? Cortaram da parte mais fraca e mais fácil da cadeia de produção, o salário do trabalhador. Além de cortar no salário, suprimiram os seus direitos, o que contribuiu para aviltar ainda mais o valor da sua força de trabalho. Na verdade, os empresários se aproveitaram da abertura comercial para modificar as relações de trabalho no Brasil.

Essa situação evoluiu de tal forma que em 1982 os trabalhadores com carteira assinada, quero dizer os que estavam na plenitude dos seus direitos trabalhistas, representavam 57% do total da população ocupada. Em 2001 – ou seja, em pouco mais de uma década – este número caiu para 31,4%. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2001, dos 75,5 milhões de pessoas ocupadas, 40,7 milhões estavam sem nenhuma cobertura. Com o aumento do desemprego e da informalidade de lá para cá, este número hoje está substancialmente maior.

No Brasil, a alíquota previdenciária paga pelos empresários, que era de 3,5% em 1938, subiu ao longo dos anos para os atuais 20%. Além disso, a folha de salários ganhou gordura com os chamados encargos trabalhistas não previdenciários – os destinados ao Sistema “S”, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e ao salário-educação. Esses encargos, embora não aumentem o valor do salário, pressionam os custos de contratação.

A evolução da carga tributária sobre a folha de salários teve guarida no Brasil quando a política de substituição de importações deu margem ao fechamento da economia brasileira, organizada em oligopólios, sem preocupação com a concorrência e portanto com facilidade para repassar aumentos de custos, inclusive de mão-de-obra, para o preço dos produtos. A abertura da economia forçou a concorrência e obrigou as empresas a saírem em busca de ganhos de produtividade.

Esses ganhos vieram pelo caminho mais fácil, do arrocho salarial e da supressão dos direitos trabalhistas via propostas de flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho. Quando essas propostas não conseguiram progredir, a demissão e a contratação informal cuidaram de fazer o seu papel. De tal forma que para cada trabalhador com carteira assinada hoje no País, temos quase dois na informalidade.

Como a economia brasileira não está em condições de absorver ao menos o contingente dos novos trabalhadores que ingressam no mercado a cada ano, a tendência é o quadro da informalidade se agravar cada vez mais. Se não se consegue oferecer direitos trabalhistas a esses trabalhadores, precisamos ao menos lhes estender a cobertura previdenciária.

Deixamos a bola de neve crescer tanto que esse problema hoje não é dos que estão sem cobertura e estarão no futuro sem direito a uma aposentadoria ou seus familiares sem pensão. Tornou-se um problema de segurança nacional.

Se a Previdência Social, hoje, reduziu em 30% os brasileiros que poderiam estar vivendo em situação de miséria, com seus 14 milhões de beneficiários que recebem um salário mínimo por mês, que situação estará reservada a esses mais de 40 milhões de trabalhadores informais e seus familiares daqui a 20 ou 30 anos? Quando a impossibilidade de trabalho, a velhice, bater à sua porta e não tiverem mais condições de subsistência, como irão sobreviver?

Essa pergunta precisa de resposta imediata. A sociedade brasileira não pode esperar defrontar-se com a anunciada situação de penúria dessa parcela considerável da sua população, para só então buscar a sua solução.

Por isso, no momento em que tramitam no Congresso Nacional as propostas de emenda constitucional que tratam das reformas da Previdência Social e do Sistema Tributário Nacional, nada mais oportuno de atacar a questão que se apresenta com duas faces, e uma grave conseqüência: o problema da competitividade da empresa brasileira, expressa na carga tributária e nos encargos sobre a folha de salários, e que tem no desemprego e na informalidade o seu pior resultado.

Diante da situação, entendo ser razoável propor duas saídas para o enfrentamento do problema:

- 1) Transferir da folha de salários para o faturamento ou para o lucro líquido das empresas a contribuição patronal para a Previdência Social;
- 2) Instituir uma contribuição previdenciária para os trabalhadores que se encontram na informalidade, equivalente a 50% da contribuição dos trabalhadores autônomos;

A adoção dessas medidas sem dúvida contribuiria de um lado para estimular a redução da informalidade, e de outro para garantir uma aposentadoria, ainda que modesta, àqueles trabalhadores que não conseguem uma relação formal de trabalho.

Ao participar da formação da Previdência dessa grande massa de trabalhadores informais, o governo estará fazendo um grande investimento para o futuro, qual seja o de evitar que esses trabalhadores venham a se transformar em grandes contingentes de miseráveis que certamente obrigará a sociedade a despendere gastos até maiores para a sua manutenção.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, venho inicialmente prestar uma homenagem a um homem público que está completando hoje 80 anos, cercado do carinho e do apreço de seus conterrâneos, de seus amigos, certo de que a história lhe fará justiça. O seu nome é Tales Ramalho, o grande articulador, o grande artífice, o homem que nunca se negou e que sempre esteve na linha de frente para reconstrução da democracia em nosso País.

Foi um daqueles homens que, com sua coragem, com sua sensibilidade, construiu uma página nova na História Política do Brasil.

Daí por que, Sr. Presidente, venho exaltar Tales Ramalho, que hoje já não participa mais da vida pública, da vida política, quando, acredito, deveria ser ouvido ainda. Um homem como ele não pode deixar de ser ouvido em qualquer circunstância da vida nacional.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Garibaldi, quero apenas me somar às suas palavras de saudação a este grande homem público brasileiro que é Tales Ramalho. Tales Ramalho completa 80 anos hoje, como V. Ex<sup>a</sup> lembrou, cercado pela sua família e pelos seus amigos na cidade de Recife,

onde hoje vive. Conheci Tales Ramalho aqui em Brasília, naquele período difícil realmente em que se discutia a volta da democracia ao Brasil. E Tales Ramalho, junto a Tancredo Neves, junto ao meu pai, Renato Azeredo, mostrava os caminhos da conciliação, os caminhos da busca de uma saída democrática para o Brasil. Tales Ramalho é um homem extremamente habilidoso, inteligente, arguto, e, sem dúvida, sua presença na vida pública é fundamental. É evidente que ele hoje já se afastou da política do dia a dia, mas, tem uma sabedoria, tem toda uma memória do que foi a política brasileira, naqueles momentos difíceis do início da década de 80, em especial. Quero, então, trazer aqui também meu grande abraço a esse grande homem público que é Tales Ramalho e cumprimentar o Senador Garibaldi Alves pela lembrança importante que aqui faz, nesta data, sobre a presença de Tales Ramalho na política brasileira.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo e gostaria de dizer que Tales Ramalho se identificou com o Rio Grande do Norte, com Pernambuco e foi alargando fronteiras, de modo a conquistar uma posição invejável na vida política do Brasil.

Quem leu as páginas, as colunas de Carlos Castello Branco, quem já leu as colunas de Villas-Bôas Corrêa, de um destes grandes jornalistas do Brasil sabe exatamente quem foi a figura de Tales Ramalho.

Daí por que, Sr. Presidente, novamente estou aqui para dizer da nossa homenagem, da homenagem de todos do Senado Federal – desculpe-me se não tenho autorização formal, mas acredito que V. Ex<sup>a</sup> não me desautorizará de dizer hoje ao Brasil inteiro que foi graças a Tales Ramalho que este País encontrou o momento certo da sua redemocratização.

Sr. Presidente, venho hoje também a esta tribuna para...

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Senador Garibaldi Alves Filho, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Fique à vontade, Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Senador Garibaldi Alves Filho, eu gostaria de interromper o seu discurso para associar-me à merecida homenagem que V. Ex<sup>a</sup> presta ao ex-Deputado Federal e grande formulador da política brasileira, seu conterrâneo e posso dizer também meu conterrâneo, posto que tem uma longa vida política em Pernambuco, Tales Ramalho. Eu diria, concordando com V. Ex<sup>a</sup>, que, ao completar os seus 80 anos, Tales Ramalho merece uma homenagem muito especial pela contribuição que deu ao País e às suas instituições, mormente no que diz respeito ao aperfeiçoamento institucional do País. Como recordou com propriedade V. Ex<sup>a</sup>, o Deputado Tales Ramalho, naquela ocasião um dos próceres do MDB,

posteriormente PMDB, muito concorreu para o processo de abertura política, para a reinserção do País no Estado de direito e, de modo especial, para que pudéssemos dar uma contribuição maior ao processo democrático por meio da Constituinte. Por isso, quero cumprimentá-lo e dizer que em boa hora V. Ex<sup>a</sup> lembra essa figura referencial da política brasileira, que também tanto marcou com sua presença o Congresso Nacional dos nossos dias. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Nada como um depoimento de V. Ex<sup>a</sup> a respeito da figura de Tales Ramalho para que possamos conhecê-lo melhor.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Presidente, estou aqui para trazer à consideração dos Srs. Senadores e para pedir a transcrição nos Anais da Casa de um artigo intitulado “Refinaria: uma pretensão justa (I)”, de autoria do consultor técnico Jean-Paul Prates, economista, advogado e mestre em gestão energética. Ele defende o que a Ministra Dilma Rousseff defendeu aqui: que se possa ter critérios técnicos que embasariam, depois, critérios de natureza política para a definição do grande empreendimento que é uma refinaria, como sabem os Senadores César Borges Rodolpho Tourinho, que já dispõem de uma refinaria no Estado da Bahia.

O que o consultor técnico diz no artigo, depois de uma série de considerações a respeito do déficit na capacidade de processamento brasileira, é que Agência Nacional de Petróleo revelou a possibilidade de déficit da produção nacional de derivados em 2010 da ordem de 240-860 mil barris/dia, a depender do cenário considerado.

Diz o consultor: “Acreditamos que o montante realista de capacidade de refino necessário a expandir seria de cerca de 300 a 400 mil barris/dia para o Brasil como um todo”. No caso do Nordeste há uma projeção, para a região, de um déficit de produção de derivados da ordem de 170 mil barris/dia de capacidade. “Na nossa concepção, este déficit encontra-se localizado principalmente na sub-região do Nordeste Setentrional, que se compõe dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, uma vez que Bahia, Sergipe e Alagoas, como sub-região, têm produção e consumo mais ou menos equilibrados. Consideradas as possibilidades de exportação de derivados produzidos por uma nova refinaria localizada no Nordeste Setentrional, tanto para outros Estados quanto para o exterior, a capacidade de refino dessa sub-região poderia atingir 200 mil barris/dia. Portanto, a capacidade ideal dessa nova unidade poderia estar entre 150 mil e 200 mil barris por dia”.

Sr. Presidente, o autor da matéria, Sr. Jean-Paul Prates – técnico, advogado, economista e mestre em gestão de política energética – “o que é preciso mostrar é que a necessidade de cada uma das regiões em aumentar a sua capacidade de refino tem natureza diferente: no Nordeste, a preocupação é agregar valor à produção local e suprir um déficit projetado para o atendimento do mercado regional. No Sudeste, a preocupação é prover capacidade e qualidade de refino compatíveis com a produção crescente de óleo pesado na Bacia de Campos.

Tanto isso é verdade que, hoje, o maior competidor da instalação de uma refinaria no Rio de Janeiro é a construção (já anunciada pela Petrobras) de um duto entre Cabiúnas, no Rio de Janeiro, e Paulínia, em São Paulo, onde a refinaria local (a maior e mais sofisticada do Brasil) receberia investimentos para incrementar a sua capacidade de (...) refino para processá-la localmente. Isso ocorre exatamente na sub-região do Nordeste Setentrional e mais particularmente no Rio Grande do Norte (...), Estado onde praticamente todo o petróleo desta sub-região é produzido e que se encontra exatamente em situação equidistante aos maiores mercados consumidores regionais. Ou seja, embora seja isso muito importante, não é apenas por ser produtor que ele é o melhor candidato para a instalação de nova capacidade, mas também porque está a meio caminho de todos os mercados importantes a suprir na região e tem situação privilegiada em relação ao despacho de produtos para o exterior, se necessário.

A competição para atrair uma nova refinaria para o Nordeste tem três candidatos que se destacam – Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco – e outros quatro que estão entrando nesse cenário – Maranhão, Piauí, Paraíba e Sergipe. “Maranhão, Piauí e Paraíba, reconhecidamente, têm limitações consideráveis, principalmente relacionadas com o suprimento de petróleo e a logística de escoamento dos derivados.”

Na verdade, só estou lendo isso sobre o Piauí porque o Senador Mão Santa não está presente, senão isso provocaria um protesto da parte de S. Ex<sup>a</sup>, o que iria tumultuar toda a discussão.

“Por outro lado, instalar uma refinaria em Sergipe ou Alagoas, praticamente ao lado da existente Refinaria de Mataripe, seria inteiramente contra-sensual em relação aos objetivos de polarização do abastecimento regional”. Restam, então, Ceará e Pernambuco. Inegavelmente, os dois têm um peso político maior que o Rio Grande do Norte. Por isso, quanto mais política for a decisão, mais o Rio Grande do Norte terá de ter dificuldades.

Ainda alega o articulista: “Apesar de Pernambuco e Ceará alegarem ter consumo maior, o argumento de equidistância do Rio Grande do Norte deveria se

sobrepor nesta questão, pois, se a refinaria for no Ceará, ela terá que suprir Pernambuco e vice-versa. No Rio Grande do Norte, atingem-se os dois mercados com o mesmo esforço médio, além de se estar próximo à produção, o que é uma vantagem inigualável. Quanto à propalada infra-estrutura portuária, é só ver quantas refinarias brasileiras estão localizadas em portos para se ver a relatividade deste argumento. As principais (Duque de Caxias, Paulínia, Betim, Araucária, Canoas) não dispõem de facilidade portuária. Mesmo a de Salvador está a 90 quilômetros do porto mais próximo. Ceará e Pernambuco enfatizam este argumento à exaustão exatamente porque terão de importar o petróleo do Rio Grande do Norte para viabilizar seus projetos. É aí que entra o importante argumento da proximidade da produção potiguar. Claro que não se deve desprezar a capacidade de escoamento portuária num projeto como este. Mas resolvendo o abastecimento de petróleo já se tem meio caminho andado. E não se deve desprezar a capacidade atual e potencial das instalações portuárias do eixo Natal-Guamaré-Areia Branca, que foram recentemente visitada pela Ministra Dilma Rousseff.

Portanto, Sr. Presidente, aqui está uma contribuição serena...

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Pois não, Senador César Borges.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Senador Garibaldi Alves, como grande representante do Rio Grande do Norte e do Nordeste, V. Ex<sup>a</sup> faz uma defesa em relação a essa polêmica questão da instalação de mais uma refinaria em nosso País. Sem sombra de dúvida, quero me associar ao seu pronunciamento e ao que está escrito pelo autor do artigo, Jean-Paul Prates, no sentido de que o Nordeste reúne todas as condições de receber essa nova refinaria, tão necessária ao desenvolvimento do País. V. Ex<sup>a</sup> se antecipa ao problema do déficit existente na produção de derivados de petróleo, que se encontra basicamente no Nordeste. Então, lá estão atendidas as condições mínimas necessárias relacionadas pela Ministra Dilma Rousseff para a instalação dessa refinaria. Há um déficit sem sombra de dúvida. Ou seja, há mercado consumidor no Nordeste para uma nova refinaria. O Estado de V. Ex<sup>a</sup>, assim como o Nordeste de modo geral, também produz petróleo e possui grandes perspectivas de ampliar essa produção. Nós temos portos de águas profundas. Essas foram as três condições técnicas exigidas pela Ministra, que, a meu ver, estão plenamente atendidas para um projeto com ampla viabilidade econômico-financeira implantado no Nordeste brasileiro. Somado a isso, Senador Garibaldi Alves Filho, não podemos deixar de lado, em momen-

to algum, o compromisso deste Governo em combater as desigualdades regionais, assumido publicamente pelo Senhor Presidente da República. Esse componente não é tangível, não pode ser traduzido nos frios números de uma análise técnico-econômica, mas é real, efetivo, para combater a desigualdade regional, porque, ao combatê-la, estaremos combatendo as desigualdades sociais que se concentram basicamente no Nordeste brasileiro, que tem sido penalizado pelas políticas públicas deste País, que, geralmente, quando estão tratando desiguais como iguais, terminam beneficiando aqueles que são mais ricos e prejudicando os mais pobres que estão no Nordeste brasileiro. Portanto, esse componente precisa ser levado em conta. Recentemente, V. Ex<sup>a</sup> soube, como eu, de uma reunião do Presidente Lula com a Bancada de Deputados Federais do Nordeste, onde Sua Excelência assumiu publicamente o compromisso de fazer a refinaria no Nordeste. E digo isso com muita tranquilidade. Represento o Estado da Bahia, que tem uma refinaria – e V. Ex<sup>a</sup> falou muito bem – que foi fundamental na virada de uma página histórica na economia do nosso Estado, que era eminentemente agrícola e que se industrializou não totalmente ainda, como desejamos, mas com grandes avanços, principalmente em relação ao Nordeste do Brasil. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> tem o meu total apoio. Acredito que V. Ex<sup>a</sup> trouxe números que demonstram amplamente que essa refinaria terá de ser no Nordeste brasileiro. Se o País necessitar de uma segunda refinaria, que possa ser escolhida outra região, mas o Nordeste tem todas as condições para abrigar a primeira refinaria que a Petrobrás fizer no País. Assim, acredito que qualquer Estado nordestino possa disputar, mas creio também que o Estado de V. Ex<sup>a</sup> possua amplas condições de sediar essa refinaria. Quero me solidarizar, como nordestino, a essa luta de toda a nossa Região. Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. E ouço, em seguida, o Senador Rodolpho Tourinho. E peço ao Presidente uma tolerância de mais dois minutos, para finalizar o meu pronunciamento.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Senador Garibaldi Alves Filho, serei breve. Quero apenas acrescentar mais algumas ponderações às palavras do Senador César Borges em relação à localização no Nordeste. Primeiramente, trata-se do local onde acredito que deve localizar-se a nova refinaria. Há a necessidade dela, não há dúvida nenhuma, e é difícil imaginar que possam ser feitas duas. Quando eu era titular do Ministério das Minas e Energia, já naquele tempo, tentamos de todas as formas buscar sócios para a Petrobras, porque ela não podia fazer a refinaria sozinha, e não se conseguiu até hoje. Mas existe um outro ponto que, desde aquela época, era regis-



trado como uma situação importante, que é a localização do Nordeste em relação ao Caribe, sobretudo a Venezuela. Então, é difícil que venhamos a fazer a PetroAméricas, um sonho do Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, mas, seguramente, poderemos ampliar muito as trocas entre a Petrobras e a empresa da Venezuela, e a posição da refinaria do Nordeste seria absolutamente fundamental nesse sentido. Era o que eu gostaria de acrescentar. Louvo também a sua posição de defesa da nossa Região, Senador.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)** – Agradeço aos Senadores César Borges e Rodolpho Tourinho por terem trazido novos argumentos no sentido de que possamos sediar a refinaria no Nordeste. Evidentemente, os dois não se posicionam a favor do Rio Grande do Norte como me posiciono.

Contudo, além de a situação da nossa Região não ser tão diferente das outras, há que se ponderar o aspecto do desenvolvimento regional.

Concluo meu pronunciamento lembrando ao Presidente José Sarney que tive oportunidade, no início da minha participação na tribuna, de prestar homenagem ao ex-Deputado Tales Ramalho, que completa hoje 80 anos, falando da sua contribuição para o processo de redemocratização do País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

## Refinaria: uma pretensão justa (I)

Jean-Paul Prates

ECONOMISTA, ADVOGADO E MESTRE EM GESTÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA

A recente retomada das discussões em torno da construção de uma refinaria no Nordeste teve início no final do ano passado com publicação, pela Agência Nacional do Petróleo, de um estudo projetando déficit na capacidade e processamento brasileira. A ANP revelou a possibilidade de déficit da produção nacional de derivados em 2010 da ordem de 240-860 mil barris/dia, a depender do cenário considerado.

Acreditamos que o montante realista de capacidade de refino necessário a expandir seria de cerca de 300 a 400 mil barris/dia para o Brasil como um todo. O caso do Nordeste tem evidência específica no estudo da ANP, que projeta para a região um déficit de produção de derivados da ordem de 170 mil barris/dia de capacidade. Na nossa concepção, este déficit encontra-se localizado principalmente na sub-região do Nordeste Setentrional, que se compõe dos estados de PE, PB, RN, CE, PI e MA uma vez que BA, SE e AL, como sub-região, têm produção e consumo mais ou menos equilibrados. Consideradas as possibilidades de exportação de derivados produzidos por uma nova refinaria localizada no Nordeste Setentrional, tanto para outros estados quanto para o exterior, a capacidade de refino desta sub-região poderia atingir 200 mil barris/dia. Portanto, a capacidade ideal desta nova unidade poderia estar entre 150 mil e 200 mil barris por dia.

Temos defendido que o Nordeste não deveria entrar na onda de "brigar" com o Rio ou qualquer outro Estado do Sudeste em relação à refinaria. O que é preciso mostrar é que a necessidade de cada uma das regiões em aumentar a sua capacidade de refino tem natureza diferente: no NE, a preocupação é agregar valor à produção local e suprir um

déficit projetado para o atendimento do mercado regional. No SE, a preocupação é prover capacidade e qualidade de refino compatíveis com a produção crescente de óleo pesado na Bacia de Campos.

Tanto isso é verdade que, hoje, o maior competidor da instalação de uma refinaria no Rio de Janeiro é a construção (já anunciada pela Petrobras) de um duto entre Cabiúnas (RJ) e Paulínia (SP) onde a refinaria local (a maior e mais sofisticada do Brasil) receberia investimentos para incrementar a sua capacidade de processamento para o óleo pesado. Os outros estados da disputa meridional (ES, SC e MG) são coadjuvantes e deverão ter poucas chances nesta disputa.

O caso do Nordeste é diferente: a necessidade de nova capacidade de processamento tem origem no fato de haver produção local sem contrapartida de capacidade de refino para processá-la localmente. Isto ocorre exatamente na sub-região do Nordeste Setentrional e mais particularmente no RN que é obrigado exportar o petróleo e importar os derivados que consome tanto quanto seus vizinhos não-produtores. Esta situação é particularmente ingrata com o Rio Grande do Norte pois se trata do estado onde praticamente todo o petróleo desta sub-região é produzido, e que se encontra exatamente em situação equidistante aos maiores mercados consumidores regionais. Ou seja, embora isso seja muito importante, não é apenas por ser produtor que ele é o melhor candidato para a instalação de nova capacidade, mas também porque está a meio-caminho de todos os mercados importantes a suprir na região e tem situação privilegiada em relação ao despacho de produtos para o exterior, se necessário.

Abriga por atrair uma nova refinaria para o Nordeste tem três fortes candidatos (RN, CE e PE) e quatro coadjuvantes (MA, PI, PB e SE). Maranhão, Piauí e Paraíba reconhecidamente têm limitações consideráveis, principalmente relacionadas com o

suprimento de petróleo e a logística de escoamento dos derivados. Por outro lado, instalar uma refinaria em Sergipe ou Alagoas, praticamente ao lado da existente Refinaria de Mataripe seria inteiramente contrasensual em relação aos objetivos de polarização do abastecimento regional. Restam então os grandes contendores. Ceará e Pernambuco inegavelmente têm um peso político maior que o RN. Por isso, quanto mais política e "governamental" for a decisão, pior será para o Estado. Apesar de PE e CE alegarem ter consumo maior, o argumento de equidistância do RN deveria se sobrepor nesta questão, pois se a refinaria for no Ceará, ela terá que suprir Pernambuco e vice-versa. No RN, se atingem os dois mercados com o mesmo esforço médio, além de se estar próximo à produção que é uma vantagem inigualável. Quanto à propalada infra-estrutura portuária, é só ver quantas refinarias brasileiras estão localizadas em portos para se ver a relatividade deste argumento. Os principais (Duque de Caxias, Paulínia, Betim, Aracá, Canoas) não dispõem de facilidade portuária. Mesmo a de Salvador está a 90 km do porto mais próximo. Ceará e Pernambuco enfatizam este argumento à exaustão exatamente porque terão que importar o petróleo do Rio Grande do Norte para viabilizar seus projetos. É aí que entra o importante argumento da proximidade da produção potiguar. Claro que não se deve desprezar a capacidade de escoamento portuária num projeto como este. Mas resolvendo o abastecimento de petróleo, já se tem meio caminho andado. E não se deve desprezar a capacidade atual e potencial das instalações portuárias do eixo Natal-Guamaré-Areia Branca, que podem ser organizadas de forma a servir perfeitamente aos propósitos de uma refinaria no Estado. Na continuação deste artigo, trataremos especificamente da disputa regional pela localização da nova refinaria e dos reais efeitos deste entendimento na economia local de um Estado.

*Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Bloco/PSB – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias e, posteriormente, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª a minha inscrição, quando for possível, para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Senador Osmar Dias, V. Exª está inscrito.

Nas sessões deliberativas, a sistemática da Mesa tem sido intercalar um orador inscrito com uma comunicação inadiável por cinco minutos. Falará V. Exª em seguida.

Ouço o nobre Senador Geraldo Mesquita.

**O SR. GILBERTO MESQUITA JÚNIOR** (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, a minha solicitação é a mesma. Solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – V. Exª falará em terceiro lugar.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges. Em seguida, falará o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na passagem de 2002 para 2003, o Rio de Janeiro testemunhou quando traficantes de drogas comemoraram de forma desinibida a chegada do ano-novo, usando, no lugar dos fogos de artifícios, um tipo de munição especial, chamada de bala traçante, que deixa um rastro luminoso nos céus e que foi usado, por exemplo, na Guerra do Golfo.

Infelizmente, não tivemos, naquele momento, a percepção real de que aquela comemoração sinalizava que o crime, definitivamente, havia perdido todos os temores e entrava no estágio de completa desinibição moral.

Desde então, os ataques a população, destinados a estabelecer o medo, bem como as ações ofensivas contra o poder público e seus agentes, demarcaram um novo patamar na expressão do crime organizado em nosso País.

Parece claro que as organizações criminosas passaram a trabalhar com a lógica do terror e da propaganda psicológica, dirigida não apenas a uma autoridade em particular, mas à população brasileira em geral. Houve ataques a sedes do governo, a símbolos turísticos como o Corcovado, toques de recolher no carnaval e até mesmo a descoberta de um levantamento minucioso da rotina do Governador do Estado de São Paulo, Sr. Geraldo Alckmin.

Chegamos ao paroxismo em março, quando foram assassinados os Juízes Corregedores Antônio José Machado Dias, em Presidente Prudente, São Paulo, e, logo depois, Alexandre Martins de Castro Filho, em Vitória, Espírito Santo.

Ainda ontem, a população brasileira foi obrigada, mais uma vez, a servir de platéia para o espetáculo da violência que assola os lares das famílias de bem desta Nação. Redes de televisão noticiaram a tentativa de resgate, com uso de um helicóptero, de um detento do presídio de Guarulhos, em São Paulo. O fato ocorrido na tarde de ontem apenas comprova como a audácia dos criminosos aumenta a cada investida e como eles se utilizam de mais recursos para intimidar a população.

Além disso, no Rio de Janeiro, foram utilizadas granadas pelo crime organizado contra a instalação de batalhão da Polícia Militar em morros cariocas. É claro que os bandidos não iriam tão longe sozinhos. Ao longo desses seis meses, constatamos que o crime organizado havia dobrado magistrados e ministros de tribunal, flagrados na facilitação de **habeas corpus** para grandes traficantes, para não falar em diretores de prisão, dirigentes públicos, oficiais militares, advogados, parlamentares, enfim, toda uma elite a serviço do crime. É bem verdade que são exceções, uma minoria, mas estão sendo cooptados pelo crime.

Vários Senadores já estiveram nesta tribuna para falar sobre este assunto que tanto preocupa a Nação brasileira – os Senadores Antonio Carlos Magalhães, Demóstenes Torres, Magno Malta e tantos outros – e para dizer que não é preciso esperar mais nem ter pudores para assumir que o crime organizado hoje é uma ameaça ao Estado de direito e como tal deve ser tratado.

O governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Plano de Segurança Nacional, que foi uma primeira reação aos desafios lançados pelo

crime. Alguns resultados foram alcançados, como o reequipamento das polícias estaduais. Entretanto, isso não foi suficiente.

Hoje, o crime afronta o direito de ir e vir e afeta direitos constitucionais básicos da população. As famílias brasileiras não saem mais à noite e muitas deixaram até de visitar seus vizinhos e parentes, porque vigoram, nas cidades, verdadeiros toques de recolher nos bairros mais violentos de algumas metrópoles do nosso País, de modo que o cidadão se transformou num preso em sua própria residência. Infelizmente, esse fato ocorre em todo o Brasil.

O atual Governo, por sua vez, lançou o Sistema Único de Segurança Pública, por meio do qual pretende unificar ações entre os Estados, buscando a racionalização e integração dos objetivos. Entretanto, o País não pode esperar até que esse Sistema Único de Segurança Pública colha seus resultados em médio e longo prazo. A questão é de curto prazo. Já estamos pagando pesado ônus pelo tempo que o Governo Federal tratou a segurança pública como problema exclusivo dos Estados, negligenciando o combate direto ao crime organizado. Somente no ano 2000, viemos a ter o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública! Até aí, o Governo Federal se omitia inteiramente nessa questão.

Há diversas medidas a serem tomadas imediatamente, diante de consensos já instaurados na sociedade. Sabemos que o crime organizado se alimenta das drogas e das armas pesadas traficadas de países vizinhos, que têm conexões também com organizações criminosas do nosso País, como a de roubo de carros, roubo de cargas e da lavagem de dinheiro.

A incapacidade do Governo brasileiro em fechar as fronteiras contra o tráfico de armas e de drogas é um fato histórico. Todos os dias, a televisão noticia como as nossas fronteiras são utilizadas para o tráfico livre de drogas e de armas, que estão intimamente associados. A sofisticação do crime, no seu financiamento e no seu armamento, aproveitou-se e aproveitou-se dessa fragilidade e, assim, vai-se fortalecendo.

Estimativa da Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos, da Polícia Civil carioca, informa a existência de 47 mil armas em poder dos soldados da droga, sendo 30% delas armas militares. Esse exército paralelo significa o poder militar de duas ou três brigadas das nossas infantarias regulares! Como podem ver, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, existe total desproporcionalidade em relação aos recursos das nossas polícias estaduais.

Fui Governador, como muitos dos Srs. Senadores que aqui estão, e tive que enfrentar o crime orga-

nizado somente com recursos do Estado. Não entendia a omissão do Governo Federal, responsável, em última análise, pelo poderio dessas organizações, quando fracassa na ação de impedir o acesso das quadrilhas às armas e às drogas. Vários Senadores desta Casa que governaram seus Estados conhecem essa situação e sabem exatamente do que estou falando.

Diante desse grave quadro e convencido de que a participação das Forças Armadas é fundamental no combate ao crime organizado, apresentei projeto de lei propondo a alteração da Lei Complementar nº 97, de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das forças militares.

O próprio Exército admite a existência de homens prontos para uma ação contra o crime organizado, quando for necessário.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR)** – Senador César Borges, V. Ex<sup>a</sup> toca, em seu pronunciamento, num ponto que venho realmente batendo há muito tempo, que é a questão de nossas fronteiras. As imensas fronteiras do Brasil, principalmente na região amazônica, são completamente desguarnecidas, sem a presença adequada nem da Polícia Federal nem das Forças Armadas. Os que lá estão são mal-aparelhados, vivendo realmente em condições subumanas. Se isso não mudar, estaremos combatendo apenas os sintomas do crime organizado no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outros Estados, quando, na verdade, a grande porta de entrada, o grande nascedouro está justamente nas nossas fronteiras amazônicas. Basta lembrar que o grande traficante deste País, Fernandinho Beiramar, foi preso na Colômbia. Então, não precisaríamos nem de suspeitas. Já existe um diagnóstico feito pela presença física do maior narcotraficante do Brasil naquele país vizinho. Assim, enquanto não houver por parte do Poder Público, do Governo Federal um resguardo, uma vigilância completa sobre as nossas fronteiras, estaremos apenas sintomaticamente combatendo o crime organizado.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Eu agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mozarildo, e digo que este é o momento dessa intervenção. É agora. As nossas Forças Armadas, patrióticas que são, têm que cooperar no trabalho de guarnecer nossas fronteiras, nossos portos e nosso espaço aéreo. Esses espaços são utilizados para a entrada ilegal da droga e, junto com ela, das armas.

É preciso que o Ministro da Defesa, o Embaixador José Viegas Filho, incorpore-se a esta discussão, ativando um diálogo com o Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, visando uma estratégia comum de atuação conjunta para todas as Pastas envolvidas com a questão.

Existem várias lacunas a serem preenchidas pela atuação militar. No caso da Marinha, é preciso que atue no combate ao tráfico e ao contrabando, agindo nos navios por meio da Capitania dos Portos, que presentemente funciona apenas como fiscal de equipamentos e documentação de barcos.

A Aeronáutica também precisa encontrar seu papel. Se há temeridade na derrubada de aparelhos clandestinos, que se persiga o avião enquanto estiver no nosso espaço aéreo, até sua fuga ou sua aterrissagem, quando poderia ser capturado numa operação conjunta com a Polícia Federal, por exemplo.

Há, inclusive, a Lei 9.614/98, aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei do Abate, que até hoje não foi regulamentada. Hoje, por exemplo, a **Folha de S. Paulo** traz um artigo do jornalista Fernando Rodrigues, "Lei do abate e o PT", em que trata da necessidade de o PT colocar essa lei em vigor. Existe essa lei de 1998, e o tráfico está usando livremente o nosso espaço aéreo.

Temos ainda informação do relatório da Polícia Federal, segundo o qual 70% das armas ilegais chegam ao País por terra, na altura dos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná, vindas do Paraguai, facilidade encontrada também nas fronteiras colombiana e boliviana, como disse o Senador Mozarildo Cavalcanti, nesse caso para o trânsito da cocaína.

Concedo o aparte ao Senador Eurípedes Camargo e, em seguida, à Senadora Serys Slhessarenko.

**O Sr. Eurípedes Camargo** (Bloco/PT – DF) – Senador César Borges, V. Ex<sup>a</sup> traz um tema muito importante para discussão sobre as providências a serem tomadas. Nesse final de semana, estive no Rio de Janeiro, visitando as usinas nucleares. Numa de nossas idas e vindas entre a empresa e as usinas pela avenida Brasil, devido a ocorrência de um tiroteio na favela do João, foi interditado todo aquele trânsito, e houve quilômetros de engarrafamento. Portanto, várias questões, como V. Ex<sup>a</sup> bem disse, implicam a violência. Acredito que esse discurso de V. Ex<sup>a</sup> traga à luz esse tema que está no dia-a-dia. É fundamental que encontremos uma saída, nesse grande mutirão cívico, patriótico e social, para podermos dirimir todas as dúvidas, inclusive sobre o preconceito gerado pela questão da segurança e pelas questões sociais. Por-

tanto, V. Ex<sup>a</sup> traz um importante assunto que está na ordem do dia. Parabéns-o. Com certeza, as saídas serão encontradas a partir de um mutirão em que todos estaremos envolvidos!

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Senador.

É exatamente a cidadania que está sendo colocada em xeque, é o direito de ir e vir do cidadão, de transitar livremente. Já se usou muito neste País a palavra cidadania como figura de retórica. Cidadania é o direito que tem o cidadão de livremente poder circular, de poder, com a sua família, exercer o direito de viver, de conviver, de progredir, de olhar para o futuro com confiança. Esse é um direito que o cidadão brasileiro está perdendo, porque o crime organizado, de um lado, e a violência, de outro, estão espremendo-o, esmagando-o.

Concedo o aparte à Senadora Serys Slhessarenko.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Senador César Borges, nós que somos membros da Subcomissão de Segurança sabemos o trabalho que estamos tendo, gigantesco, hercúleo. Mas, quando V. Ex<sup>a</sup> fala dessa questão de fronteiras, como Senadora do Estado de Mato Grosso, sei muito bem o que significam, para o meu Estado, por exemplo, os 700 quilômetros de fronteira seca. Por ali, entra tudo. Como costume dizer, apesar da fronteira seca, também há os rios. A droga entra em Mato Grosso pelo ar, pela terra e pelas águas. O tráfico de drogas e o crime organizado estão extremamente correlacionados. Senador César Borges, precisamos ter as funções muito claramente definidas. Quando presidi a CPI do Narcotráfico em Mato Grosso, percorremos toda a fronteira, os 700 quilômetros, e encontramos dezenas de pistas clandestinas. Existem formas de controlá-las, mas é preciso uma atuação conjunta. Penso que, numa atuação emergencial, é necessária a intervenção das Forças Armadas. Mas, no estado de normalidade, devemos fortalecer as instituições competentes para tal fim, pois, se assim não procedermos, continuaremos a fazer remendos. As próprias Forças Armadas atualmente contam com poucas condições de manter, por exemplo, a integridade da Amazônia e a soberania do País. As Forças Armadas passam por graves dificuldades econômicas para cumprir suas funções e, para que assumam tarefas que dizem respeito à segurança, deverão passar por um novo preparo, um preparo diferenciado. É essencial, necessário e vital que se fortaleçam as polícias. Em Mato Grosso, por exemplo, os Ministérios Públicos Federal e Estadual e as Polícias Federal e Estadual estão fazendo um grande tra-

balho em termos de crime organizado. Basta ver o que está ocorrendo em Mato Grosso com relação ao crime organizado: está ficando desorganizado, porque os Ministérios Públicos Federal e Estadual e as polícias estão tendo uma atuação muito contundente. Agora, com relação a, em determinados momentos, haver uma atuação emergencial e nos socorrermos das Forças Armadas, concordo. Mas só em situações emergenciais. Inclusive temos de discutir a Lei do Abate, uma questão complexa, difícil, mas que está na pauta do dia. Há pessoas reivindicando sua aprovação, e temos de abrir uma ampla discussão. Muito obrigada, Senador.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Pois não, Senadora. Mas a Lei do Abate foi aprovada pelo Congresso Nacional. Ela existe, já foi discutida. É a Lei nº 9.614, de 5 de março de 1998. Ela só precisa ser regulamentada. E a situação efetivamente é de emergência.

**A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT)** – Solicito apenas um segundo. Equivoquei-me. Em vez de dizer regulamentação, eu disse aprovação.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Então, por que não utilizar o Exército na fiscalização efetiva das fronteiras? Hoje há uma presença quase virtual das tropas, voltadas somente para as atividades da rotina militar e de preparação para uma defesa do País baseada em doutrina superada pela nova geopolítica mundial. A palavra-chave dessa proposta é cooperação.

Não estamos defendendo uma participação que afaste as Forças Armadas de sua destinação constitucional. O crime organizado é hoje uma ameaça à soberania nacional, tendo-se tornado um fator de instabilidade para o Estado de Direito, no momento em que age inclusive como um grupamento terrorista. Essa é a verdade.

Concedo o aparte ao nobre Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros.

**O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL)** – Senador César Borges, parabéns V. Exª pela lucidez com que aborda esse assunto que é urgentíssimo, especialmente quando trata da necessidade de regulamentarmos a Lei do Abate. Não vamos, sem dúvida alguma, cuidar do nosso espaço aéreo se não tivermos uma lei que nos permita abater em casos extremos aviões invasores. Muitos não querem isso. E dou um testemunho: quando Ministro da Justiça, desenvolvemos uma ampla negociação com todos os comandos militares, fizemos uma minuta de regulamentação e mandamos para o Palácio do Planalto, mas infeliz-

mente ela não evoluiu. Mas precisamos evoluir. Sempre que tratamos, por exemplo, da necessidade de restringirmos o uso das armas, como todo o mundo faz, as pessoas argumentam que não cuidamos de nossas fronteiras e que as armas e as drogas entram clandestinamente no País. Somente teremos uma resposta eficaz, definitiva quando regulamentarmos a Lei do Abate, que foi um grande avanço deste Congresso Nacional. Parabéns-o pela oportunidade do assunto e pela lucidez com que o aborda.

**O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA)** – Agradeço, nobre Líder.

Realmente, a regulamentação é de responsabilidade do Governo Federal. Não depende mais do Congresso Nacional. Basta uma vontade de soberania nacional, de vontade política. E se há objeções dos Estados Unidos, pelo que dizem, que se negocie com eles uma forma de o Brasil poder efetivamente exercer sua soberania sobre seu espaço aéreo. É isso que exigimos hoje do Governo Federal, e pretendemos seja feita o mais rapidamente possível essa regulamentação. Que as Forças Armadas possam vir ao encontro desse anseio nacional. Não se pretende que as Forças Armadas se desvirtuem dos seus objetivos constitucionais, porque o que está em jogo é a soberania nacional, contra o crime organizado.

Sr. Presidente, ainda gostaria de falar do crime organizado, da violência social, de entrar no palpitante assunto – motivo inclusive da convocação extraordinária deste Senado – do controle, porte e comercialização de armas, que conta com tantos projetos na pauta da convocação especial; mas, em obediência ao tempo e ao Regimento, deixarei esse tema para uma futura oportunidade.

Sr. Presidente, esse assunto é de real interesse, inclusive motivou a criação de comissão especial com participação de Senadores e Deputados Federais. O objetivo dessa comissão é sistematizar a questão, para que haja, efetivamente, ao final desta convocação extraordinária, um avanço no controle de armas neste País, cujo significado maior, sem sobra de dúvida, será a diminuição da violência.

Hoje, jovens de 16 a 24 anos se matam porque é possível usar, livre e indiscriminadamente, armas de pequeno porte. Nesse caso específico, é importante destacar que não são se trata apenas da arma ilegal, contrabandeada, mas de armas de pequeno porte que favorecem a criminalidade, aumentam a violência urbana e que, apesar de entrar ilegalmente, estão sendo comercializadas livremente neste País.

No Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, há propostas que, agilizadas, implementadas, podem combater efetivamente a grande violência que ceifa a vida de milhares de jovens baianos.

Todavia, Sr. Presidente, desse tema tratarei em outra oportunidade.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, no meu Estado e também no Brasil, o sinal amarelo está aceso, motivo do meu alerta no dia de hoje.

A situação retratada pela imprensa no final de semana está longe de refletir o temor que, neste momento, toma conta das mentes dos paranaenses que vivem no meio rural e daqueles que, da cidade, acompanham o que está ocorrendo.

No começo do ano, eram 4 mil famílias acampadas. Hoje, são 13,1 mil famílias. Os dados no restante do Brasil não são diferentes: o aumento de 60 para 150 mil famílias acampadas embaixo de lonas ou em barracas – aguardando o que foi prometido, não por este Governo, mas historicamente – é espantoso.

Aqueles que acompanham esse movimento sabem que, tecnicamente, será impossível o Governo cumprir as metas estabelecidas e, ainda mais, atender à reivindicação do MST, quando em reunião com o Presidente: 1 milhão de famílias assentadas até 2006 e 120 mil, até o final deste ano.

À esperança criada, somamos o discurso pouco claro e irresponsável de alguns integrantes do Governo e a confusão está criada.

Refiro-me às declarações infelizes do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto ao afirmar: “Vamos assentar todas as famílias acampadas até o final do Governo”. Como consequência, novas famílias foram atraídas para os acampamentos. Em uma segunda declaração, disse S. Ex<sup>a</sup>: “São bandoleiros aqueles que estão defendendo suas propriedades”.

Não quero discutir se há razão ou não para a compra de armas, mas acredito que não é esse o caminho.

No entanto, é preciso reconhecer que, no meu Estado, a Justiça já determinou a reintegração de posse a dezenas de proprietários, mas não houve nenhuma providência nesse sentido.

Caso recente ocorreu em uma pequena fazenda de 170 alqueires, em Ramilândia, no oeste do Paraná, uma das terras mais férteis do País, que foi invadida. A proprietária, além de produzir soja, milho e trigo – uma viúva se não me engano –, possui 600 cabeças de gado. Se calcularmos, utilizando todos os índices técnicos – índices que estão equivocados e precisam ser revistos –, vamos verificar que a proprietária está enquadrada, integralmente, no conceito de propriedade produtiva e de função social da propriedade. No entanto, ela ainda não teve o direito de retomar a posse de sua propriedade, invadida, e continuar produzindo. O gado está confinado, havendo inclusive ameaça de ser vendido.

Quanto aos postos de pedágio em meu Estado, creio que o preço por eles praticados é absurdo, mas não podemos permitir que a solução do problema seja encontrada pelo caminho criminoso da invasão; esse é um caminho criminoso.

Neste momento, dezenas de propriedades estão improdutivas, não têm como cumprir a sua função social porque foram invadidas.

O Estado de Direito, Sr. Presidente, precisa ser recuperado, preservado, precisa ser garantia de quem, ao longo dos anos, tem contribuído para a estabilidade da moeda brasileira, para que haja geração de empregos, porque este, sem dúvida nenhuma, é o setor que mais emprega no País. Mas com medo, ninguém produz; com medo, ninguém emprega; com medo, haverá ainda mais dificuldades, e a situação poderá ser irreversível.

Portanto, fiz essa comunicação porque penso que é inadiável que o Governo Federal assuma o comando da questão agrária no País, como também os Governos Estaduais, que precisam cumprir a legislação: promover a reintegração de posse determinada pela Justiça. Do contrário, com bagunça, Sr. Presidente, não há produção, não há emprego.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra como Líder.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, uma das mais significativas conquistas da cidadania, no Brasil, nos últimos 15 anos, ocorreu no campo das relações de consumo.

A Constituição de 1988 inseriu a defesa do consumidor entre os direitos e garantias individuais, com **status** de cláusula pétrea. Em 1990, como consequência da Constituição, foi editada a Lei de Defesa

do Consumidor, destinada a reduzir a disparidade de poder entre fornecedores e consumidores.

Chamo a atenção das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores para o fato de que, na próxima quarta-feira, 9 de julho, a Lei nº 10.504, que instituiu o dia 15 de março como o Dia Nacional do Consumidor, completa um ano de vigência.

Apesar dos avanços, no entanto, o consumidor continua vulnerável, sendo lesado em aspectos importantes, especialmente no direito sagrado de ter informações claras e precisas do preço do produto ou de serviços que deseja adquirir ou contratar.

Sr. Presidente, quando fui Ministro da Justiça, identifiquei e combati vários constrangimentos ao consumidor, dentre eles, as discrepâncias existentes entre os preços exibidos nas prateleiras e aqueles efetivamente cobrados na boca do caixa – em média, 15% –, diferença essa sempre em detrimento do consumidor.

Tal prática destoa do art. 31 do Código de Defesa do Consumidor, que garante, na oferta e apresentação de produtos ou serviços, informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre características, qualidades, quantidades, composição, preço, garantia, prazo de validade e origem, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos consumidores.

Para fazer valer o direito à informação correta, clara, precisa e ostensiva sobre o preço dos produtos, editamos a Portaria nº 14, de 22 de junho de 1998, determinando o cumprimento do art. 31 do Código de Defesa do Consumidor. Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Constituição, a lei e a portaria editadas não bastaram. Continuamos enfrentando a resistência das grandes redes de supermercado em esclarecer o consumidor sobre o preço da venda do produto.

A entidade representativa do setor de supermercados argumentava que o código de barras e algumas poucas máquinas de leitura ótica seriam suficientes, considerando o direito de expor o preço diretamente no produto um retrocesso tecnológico. Não é verdade, Sr. Presidente. Aliás, demonstramos justamente o contrário. Nos países mais avançados, o código de barras coexiste pacificamente com o preço no produto, muitas vezes no mesmo selo. É assim, para citar apenas alguns exemplos, nos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Espanha, Portugal. São nações evidentemente que nada têm de atrasadas.

Ninguém, Sr. Presidente, é contra o código de barras. Pelo contrário, todos nós defendemos as vantagens da automação para o nosso dia-a-dia. O que

não se pode aceitar é que tais avanços sirvam para mascarar práticas que subestimam a inteligência e atentam contra a dignidade das pessoas.

Os conceitos de preço claro, exposto no produto, e do código de barras não se excluem mutuamente. Com o uso de código de barras, o fornecedor e o consumidor têm maior conforto. O procedimento garante agilidade nas demandas comerciais e comodidade, diminuindo as cansativas filas que se formam nos caixas dos supermercados, além de apressar o controle e conseqüente reposição automática dos estoques.

Colocando o preço no produto, cumpre-se a lei, tratando com dignidade e respeito o consumidor. Este saberá, sem dúvida, de imediato, com maior precisão, o valor do produto oferecido, podendo dimensionar a compra de acordo com o seu bolso, com as suas possibilidades, sem correr o risco de passar pela humilhação de muitas vezes devolver a mercadoria no caixa.

O bom-senso, o respeito à Lei e ao cidadão mandam que o produto saia da indústria já com o preço impresso no rótulo, absolutamente legível e viável numa economia estável como a nossa. Existem, também, os carimbos e as etiquetas, todos de baixíssimo custo. Só para se ter uma idéia, mil etiquetas colocadas não ultrapassam o valor de R\$1,50, já incluídos impostos e mão-de-obra. O cumprimento à lei é imprescindível, mas o essencial é que o consumidor encontre o preço claro e preciso, diretamente no produto.

Uma pesquisa que realizamos no Ministério da Justiça demonstrou que 96% da população é favorável à exposição do preço no produto e 85% defenderam punição severa aos que teimam em descumprir a lei. Na oportunidade, multamos supermercados, fizemos blitz, onde constatamos, Sr. Presidente, com muita freqüência, diferenças gritantes entre os preços exibidos nas gôndolas e os efetivamente cobrados no caixa, que muitas vezes chegaram a 182%. Não é mais possível conviver com esse absurdo.

A injustificada resistência ao cumprimento da lei acabou levando o caso ao Poder Judiciário, onde acionamos a Advocacia-Geral da União e derrubamos 17 liminares em 17 Estados diferentes, concedidas em favor de supermercados, permitindo a não-colocação do preço no produto. O problema, Sr. Presidente, chegou ao Superior Tribunal de Justiça que, em 1999, firmou jurisprudência no sentido de que, para atender o Estatuto do Consumidor, além do código de barras, devem os supermercados colocar o preço em cada produto.

Em fevereiro de 2000, fiz um pronunciamento aqui mesmo desta tribuna, divulgando a pacificação

da matéria e pedindo providências aos órgãos públicos de defesa do consumidor para fazer valer o direito reconhecido pela Justiça, em decisão definitiva, sob pena da desmoralização do Código do Consumidor e de todo o sistema. Mas a triste realidade é que, ainda hoje, 07 de julho de 2003, convivemos com a mesma prática. As informações permanecem imprecisas. Os produtos continuam sem os preços e os consumidores continuam perdendo.

O setor de supermercados é grande, organizado, conta com o faturamento de aproximadamente R\$50 bilhões anuais, e tem um **lobby** poderosíssimo. Antes do pronunciamento final do Poder Judiciário, os grandes grupos fizeram de tudo para fugir ao fiel cumprimento da lei. Até mesmo, Sr. Presidente, cartas foram escritas ao Presidente da República.

Agora, vencidos em todas as instâncias, os grupos recalcitrantes mantêm o desprezo pela lei. Se dermos uma volta pelos grandes supermercados, uma vez que os pequenos estabelecimentos, porque não têm automação, já exibem o preço no produto, observaremos que os consumidores ainda convivem com os mesmos constrangimentos e prejuízos de antes.

Não podemos ser indulgentes com o descumprimento da lei e das decisões judiciais, em desprestígio do Código e das instituições, reduzindo ao nada o Estado de direito e as conquistas alcançadas, com muito custo, no campo da cidadania.

O Código de Defesa do Consumidor que editamos é um grande instrumento de cidadania, Sr. Presidente, uma referência na defesa do consumidor no mundo todo. Já foi copiado em vários países e serve de exemplo para aqueles que não dispõem dessa legislação.

É preciso, sem dúvida, fiscalizar e punir, se isso for necessário para fazer valer a lei, já que a lógica do seu cumprimento espontâneo por todos infelizmente não tem prevalecido. Temos os meios legais para impor a lei. As sanções previstas no Código do Consumidor vão de multas, que passam de R\$3 milhões, até a intervenção, passando pela apreensão de produtos, suspensão da atividade e interdição, conforme o caso.

O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, integrado pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, e pelos órgãos correlatos, federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, bem como as entidades civis de defesa do consumidor, não podem ficar alheios à situação.

Diante desse quadro, estou apresentando à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa requeri-

mento convocando o Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, para esclarecer e informar quais medidas estão sendo efetivamente adotadas em defesa do consumidor, especialmente no que diz respeito ao artigo 31 da Lei da Proteção do Consumidor.

Finalizando, Sr. Presidente, este pronunciamento, registro a minha confiança na lei e nas instituições democráticas, acreditando que a luta em prol do consumidor é também uma luta pela cidadania e, em nenhuma circunstância, podemos abandoná-la ou retroceder nas nossas convicções.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, para uma comunicação inadiável.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Bloco/PSB – AC. Para uma comunicação inadiável.) – Venho à tribuna no dia de hoje para comunicar a esta Casa que, no último final de semana, exatamente no dia três de julho, estive em Brasiléia, município acreano na fronteira do Brasil com a Bolívia.

Acompanhado do Governador Jorge Viana, de Deputados Federais e Estaduais, além das lideranças locais, participamos das comemorações dos 93 anos de fundação daquele Município, desbravado em 1910 pelo médico Luiz Barreto de Menezes, liderando um sem número de pioneiros que, poucos anos após a batalha vencida por Plácido de Castro contra a Bolívia, já buscavam restabelecer as relações e a integração com os irmãos bolivianos.

Pois, Sr. Presidente, o sonho da integração começou a se materializar 93 anos depois, quando o Governador Jorge Viana entregou ao alcaide de Cobja, Jorge Rojas, a maquete de uma ponte que será construída pelo Governo brasileiro, com ajuda do Governo do meu Estado, sobre o rio Acre e que vai ligar Brasiléia a Cobja, a capital boliviana do Departamento de Pando. A ligação ainda é feita por meio de catraias, pequenos barcos comuns na Amazônia, mas, em doze meses, lá mesmo no porto onde estão as catraias, surgirá uma ponte de moderna tecnologia e que será erguida a um custo de R\$7 milhões. Os recursos são oriundos da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Suframa, com contrapartida de 20% do Governo do Acre.

A construção de uma ponte na região obedece a uma ousada estratégia econômica do Governo do Acre. Depois de ter, com ajuda do Governo Federal na gestão do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso – e é bom que se diga isso sempre –, conseguido pavimentar os 110km da chamada Estrada do Pacífico,



que liga o Município de Basiléia a Assis Brasil, na fronteira com o Peru, o Governo do competente e dedicado Governador Jorge Viana quer ir mais longe, quer atrair investimentos da Bolívia e do Peru, além de melhorar as relações comerciais e de turismo para uma região que foi secularmente esquecida e marginalizada.

Não preciso aqui dizer, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que estou falando de uma região emocionalmente bela. Bela pelo seu povo, que é humilde, mas determinado; bela pela pujança de sua fauna e de sua flora. Bela porque, se para alguns ali é o fim do Brasil, para nós, é o começo da nossa pátria, berço dos nossos ideais, catedral dos nossos sonhos. Enfim, bela porque o abandono e a falta de perspectivas de Governos que não olharam para dentro do Brasil não tiraram aquilo que o nosso povo tem também de mais belo: a esperança.

Os dias melhores tão longamente esperados estão chegando a bordo de muito trabalho e de muita dedicação de um Governo que tem pressa porque longo foi o tempo perdido. O companheiro Jorge Viana e sua equipe, com a ajuda determinada da bancada aqui no Congresso Nacional e a permanente ajuda da bancada aliada na Assembléia Legislativa, tem conseguido fazer muito mais que obras físicas no meu querido Estado do Acre. Tem reacendido a chama da esperança, a crença de que melhores dias virão e também tem recapturado a auto-estima que o nosso povo corria o risco de perder em função de governos estaduais, ajudados pela irresponsabilidade de outros governos federais que muito mais que desviar recursos públicos e deixar de realizar obras imprescindíveis fizeram com que boa parte do nosso povo perdesse a crença em si mesmo.

Esse tempo de desesperança já vai longe. O Acre se prepara para viver uma nova história. Fazer história numa região de fronteira é abrir os braços para os irmãos estrangeiros que vivem separados por linhas imaginárias ou físicas, como é o caso do rio Acre em relação à Bolívia e ao Peru, mas uma linha física que será transposta, que será superada em nome da solidariedade que deveria ser o lema e a busca de todos nós que integramos essa fascinante América Latina.

Era o que tinha a comunicar, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – É com grande satisfação e honra que concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney, em permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Permita-me V. Ex<sup>a</sup> um comentário. Queria estar neste momento com o livro **A Arte da Prudência**, de Baltasar Gracián, intelectual como V. Ex<sup>a</sup>. Parece que ele estava descrevendo o Presidente José Sarney. “Ser elegante no falar e no agir. Com isso se abre caminhos em todos os lugares e se ganha respeito de antemão. Influi em tudo: no conversar, no falar em público, no querer e até no andar e no olhar. É uma grande vitória saber cativar os corações. A elegância não nasce da tola ousadia, mas está, sim, na digna autoridade de um caráter superior e em seus méritos.”

V. Ex<sup>a</sup> fará uso da palavra, que todos aguardam com muita expectativa.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, pela generosidade de suas palavras, querendo descobrir no meu agir as virtudes da prudência.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, certa vez, num aeroporto do interior do Brasil, fui abordado por uma senhora paulista que me disse: “Senador José Sarney, temos em São Paulo um Município em sua homenagem”. Perguntei: Qual é, minha senhora? E ela: “Presidente Prudente”. Eu disse: “Olha, a senhora está se referindo ao Presidente Prudente de Moraes. Teria em São Paulo um Município em minha homenagem se dissesse Presidente Paciente”.

V. Ex<sup>a</sup> está me chamando de Presidente prudente e eu quero lhe dizer que melhor seria se dissesse Presidente paciente. Mas muito obrigado pela generosidade de suas palavras.

Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti a bondade de permutar comigo a sua inscrição de orador nesta tarde.

Minhas caras Colegas Senadoras e meus Colegas Senadores, venho tratar de um assunto que tantas vezes tem sido motivo de preocupação de todos nós nesta Casa, sobretudo das bancadas do Norte e do Nordeste do País.

Há muito tempo, desde que comecei minha vida no Parlamento – são mais de 40 anos –, preocupo-me com a dimensão do desequilíbrio regional, sempre protestando e chamando a atenção do País para o problema da discriminação contra o Nordeste e o Norte por parte significativa da elite brasileira.

Hoje, estou nesta tribuna para congratular-me com o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Sil-

va pela volta da Sudene e da Sudam, compromissos que Sua Excelência assumiu em campanha e que agora estão sendo realizados, com o comando do Ministro Ciro Gomes.

Protestei contra a extinção da Sudene e da Sudam que era, de certo modo, uma farsa, um pretexto, sob a alegação de que se combatia a imoralidade. Cometia-se, então, um grande equívoco. Na minha experiência de homem público, eu sabia do preconceito que havia em relação àqueles Órgãos, sempre tidos como se recebessem incentivos indevidos do País.

Recordo-me de que, quando Presidente da República, tiveram a ousadia de – posso dizer assim –, numa minuta de decreto visando reestruturar a economia, inserir um dispositivo que extinguiu os incentivos para o Nordeste e o Norte. Essa era uma idéia sempre propagada por setores das elites econômicas e financeiras: que devíamos acabar com os incentivos do Nordeste e do Norte. Entretanto, as pessoas não se lembravam de que incentivos como esses também são concedidos para o reflorestamento, para o turismo, para o esporte, para a pesquisa científica, e com os mesmos males, as mesmas distorções encontradas na Sudene e na Sudam.

Em vez de se corrigirem as distorções relacionadas àqueles regiões, tomou-se uma providência drástica: por causa dos abusos existentes naqueles dois órgãos - realmente requeriam providências - extinguiram os Órgãos. Era necessária a apuração de fraudes, desvios e apropriações criminosas, a avaliação do modelo e o exame de toda a legislação. Mas isso não significava, de nenhuma maneira, que havia necessidade de extinguir os Órgãos. Foi, sem dúvida, um gesto ao longo do tempo acumulado no subconsciente de alguns setores do País, o de encontrarem esse momento de extinguir a Sudam e a Sudene.

É em boa hora, portanto, que o Presidente Lula restaura esses dois organismos, dentro de um novo panorama, dentro de uma nova realidade, com condições de evitarmos tudo o que ocorreu, fruto da irresponsabilidade dos que ali colocaram homens que se conduziram mal à frente daqueles organismos.

Repito o que escrevi há muitos anos e, infelizmente, continua muito atual: o País sempre encarou os problemas do Nordeste e da Amazônia como problemas regionais, quando são problemas nacionais. O segredo, por exemplo, do desenvolvimento dos Estados Unidos foi a consciência que tiveram, desde o início de sua formação, da necessidade da incorporação de áreas pobres dentro do contexto do desenvolvimento. Daí a corrida para o oeste, a corrida para o sul, a ocupação do Vale do Colorado e do Vale do

Mississippi, que podemos tomar como exemplos. A Califórnia, tão árida quanto o Nordeste, transformou-se no maior estado americano, um exemplo de riqueza e de desenvolvimento para o mundo inteiro.

Aqui, quando se fala em criar pólos de desenvolvimento fora da Região Centro-Sul, realmente a reação é brutal. Basta constatarmos que até hoje não conseguimos descentralizar o desenvolvimento. Há sempre um processo, que não se reverte, de concentração, talvez um dos males constantes da nossa economia: a concentração espacial do desenvolvimento e de renda em nível de pessoas e de grupos.

Dou um exemplo. Quando pensei a Norte/Sul, todos lembram a reação que se abateu neste País, o fogo cruzado do País inteiro. Desejávamos fazer uma estrada de integração nacional que há mais de cem anos havia sido pensada e concebida e que não pôde de nenhuma maneira ter organizada a sua construção, dada a reação brutal e generalizada.

Acredito que, se tivéssemos construído a Norte/Sul, se ela hoje fosse uma realidade, o Brasil seria outro, porque teríamos desvendado essa grande, essa extraordinária região do Brasil central, em condições de produção agrícola. Hoje, o Cerrado, a região de Brasília e Goiás, se transformou num grande celeiro de produção de grãos, com mais de oito milhões de toneladas de grãos produzidos.

Devo lembrar também que eu era Deputado Federal quando Juscelino Kubitschek, Presidente da República, anunciou a Belém/Brasília. E o que se fez no Brasil? Uma gritaria extraordinária. Era uma estrada muito simples, uma estrada de terra ligando o Norte ao Sul, e todo mundo dizia que era a "estrada das onças", que se estava fazendo o impossível, ligando o nada a coisa nenhuma. A visão que se teve sempre no Sul foi uma visão deturpada de que o Norte e o Nordeste significam coisa nenhuma. Era esta a expressão: ligando o nada a coisa nenhuma.

O projeto do Juscelino Kubitschek foi combatido, para não falarmos do meu projeto. Vemos também agora, com a necessidade da energia por meio de gás. Todos os gasodutos construídos convergem em uma direção inversa à da pobreza. Todos convergem para a região Centro-Sul.

Neste Brasil, há um exemplo de conduta diferente – eu era Presidente e disse isto em Petrolina: o exemplo que devemos seguir é o do rio São Francisco, que é o único que nasce em uma região rica e sai para uma região pobre. É um grande exemplo nacional. Infelizmente, toda vez que falamos que se deve fazer esse curso nas obras de infra-estrutura

do Brasil, a reação é muito grande e se faz exatamente o contrário, o inverso do rio São Francisco. Corre-se sempre do lado mais pobre para o lado mais rico. Esse é exemplo dos gasodutos.

Antes de serem extintas, a Sudene e a Sudam estavam realmente em deplorável estado de marginalização. Colocadas à parte, pouco a pouco, ao longo dos anos, vinham sendo submetidas a um regime de fome, de segregação, de tal modo que chegou o momento em que, por inanição e sob o pretexto de alguns processos tomados como danosos, matou-se a Sudene e a Sudam.

O crescimento da área, que algumas vezes se diz pequeno crescimento, não significa desenvolvimento. Celso Furtado, o grande mestre, aquele que criou a consciência da existência de um Nordeste com identidade própria, já falava da atenção para o perigo, quando afirmava que “a civilização industrial é elitista”. Nunca os seus benefícios, a sua qualidade de vida, estarão à disposição das massas que habitam essas regiões pobres.

A idéia de Nordeste e Norte como problemas, no passado e no presente, esteve sempre associada no pensamento nacional à visão de espaços economicamente caracterizados pelos seus índices de pobreza, sem condições de acolher uma agricultura com níveis de produtividade competitiva.

Devo lembrar, por exemplo, a Comissão Mista Brasil/Estados Unidos no tempo do governo de Getúlio Vargas. Encarregada de estudar soluções para o País, recomendou a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, que se tornou um núcleo de ações que construíram a base do que viria a ser o desenvolvimento no tempo do Presidente Juscelino Kubitschek.

O BNDE gerou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico. Nas recomendações daquele órgão sobre as ações que o Governo devia tomar, o Nordeste passava palidamente, e o Norte também, como se não estivessem incluídos dentro do panorama de desenvolvimento geral do País. Apenas se pedia que fosse feito um estudo restrito sobre a seca do Nordeste. Era o que se falava naquele documento.

Aconteceu então a grande seca de 1958, que colocou aos olhos do país problemas sociais muito mais sérios. A seca não era só um problema climático. Havia algo de diferente. No Saara não chove e não existe ali o que existe no Nordeste: o homem. O relatório Ramagem, do nome do general encarrega-

do de levantar a tragédia daqueles anos, era um relato objetivo e chocante. O sofrimento milenar da gente permanecia o mesmo e o Brasil não tomava conhecimento dessa desigualdade. Juscelino, que até então não colocara o Nordeste entre suas preocupações de governo, despertou para o assunto e, em 1959, já no fim, criava a Operação Nordeste. Na Câmara dos Deputados, um grupo de jovens parlamentares, entre os quais eu me encontrava, clamava dia e noite para que o governo visse o Nordeste, abandonado e sem fazer parte do planejamento nacional. Foi, então, que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, já nos extertores do último ano JK, recomendava a criação de um órgão que veio a ser a Sudene. Por trás de tudo estava a figura do paraibano Celso Furtado que, membro do estafe do BNDE – hoje BNDES –, juntamente com o maranhense Inácio Rangel, tinha idéias claras sobre o tema. Dessas idéias nasceu a visão do Nordeste, não a região das secas, o “polígono das secas”, mas o Nordeste, essa área de abandono e que podia e pode ameaçar a integridade nacional.

Basicamente, com racionalidade e objetividade, propunham-se algumas diretrizes. Uma delas era ampliar a frente agrícola da parte do Nordeste, incorporando a parte setentrional do Maranhão à concepção de um Nordeste integrado, para que os retirantes da seca não demandassem para o Sul, mas para as áreas úmidas, os vales férteis daquela região, onde a terra era devoluta, onde não havia uma estratificação ainda de domínio territorial mais antigo. E era possível a essas populações não virem para o Sul, mas caminharem para aquelas regiões. É possível que muitos desses problemas perderam o enfoque que lhes era dado em face do crescimento nacional, da globalização, de um Brasil que mudou. Mas não mudou a injustiça da concentração de renda a nível espacial e individual.

Criava-se, assim, o que naquela época se chamou uma oficina compensatória de sonhos. No Sul, surgiam as indústrias e as fábricas, a indústria automobilística, a construção naval, todo aquele parque de desenvolvimento. Mas o que se pensava para o Nordeste? No Nordeste semeávamos apenas uma bandeira de esperança, bandeira de esperança essa que até hoje está desfraldada nas nossas mãos sem que tivéssemos, real e objetivamente, uma oportunidade de vê-la concretizada.

Já então eu era Governador do Maranhão quando foi feita a Operação Amazônia. Promoveu-se, para dar mais um charme à concepção, um

encontro no navio Rosa da Fonseca, onde os grandes técnicos nacionais se reuniram com os Governadores da Região. Subimos o Rio Amazonas pensando a Amazônia, e daí saíram a Zona Franca de Manaus e a Sudam. Eu estava naquele grupo, até fiz uma conferência, e aproximei-me dos problemas globais da região, a que procuro me dedicar hoje, como representante do Amapá.

Foi um período em que semeamos esses sonhos todos.

Não quero me alongar. Quero dizer que, quando já temos alguns anos, começamos a reviver os tempos vividos e passados e verificar que muitas das coisas foram tão passadas que continuam tão presentes, como dizia o velho Camões: “e minhas coisas ausentes / se fizeram tão presentes / como se nunca passaram”. Ele diz isso nos versos das Redondilhas.

É o que vemos. Neste momento os Senhores dizem: mas o Senhor foi Presidente da República! Fui. Tive onze Ministros do Nordeste. Lutamos terrivelmente para colocar recursos naquela Região e na Região Amazônica. Era uma luta permanente, porque há realmente, não podemos deixar de dizer, uma certa discriminação, um pensamento de que as questões daquela Região devem ser postergadas.

Agora, temos um Presidente daquela região seca do Nordeste. O Presidente Lula é de Caruaru, bem perto de onde nasceu minha mãe, que foi retirante da seca de 1921 e foi para o Maranhão. Este País é um País extraordinário, de uma mobilidade social de tal natureza que é possível dizer que fui Presidente da República, filho de uma retirante que foi para o Maranhão, e ver o Luiz Inácio Lula da Silva também ser Presidente, filho de uma outra retirante que foi para São Paulo.

Naquela época começamos a hidrelétrica de Xingó, terminamos a hidrelétrica Luiz Gonzaga, ligamos Tucuruí à Chesf, para que os sistemas energéticos se interligassem, e fizemos um grande programa de irrigação. Mas o governo que me sucedeu a primeira coisa que fez foi extinguir o programa de irrigação nacional e o Dnocs.

Assim as coisas começaram a minguar de tal maneira que agora chegamos ao fundo do poço — e foi isso que motivou o meu discurso, quando outro dia estava lendo e verifiquei o fluxo de recursos que foram para as diversas regiões. Quero dar apenas um exemplo, Senadores do Nordeste e da Amazônia que aqui estão, para enfatizar a diferença de tra-

tamento entre os diversos fundos de desenvolvimento, apesar do artigo 159 da Constituição Federal ter reservado 3% da arrecadação ao desenvolvimento regional, a serem repartidos, pela lei 7827/89, em três partes para o Nordeste, uma para o Norte e uma para o Centro-Oeste.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Ministério de Integração Nacional aplicaram: em 2002, sabem quanto foi para o Nordeste? Foram 254 milhões de reais. Sabem quanto foi para o Fundo do Centro-Oeste? Um bilhão, 439 milhões de reais. Foram aplicados os recursos repassados para o Centro-Oeste, mas, no Nordeste, a quota foi de apenas 14% dos repasses autorizados, o resto dos recursos ficou para fazer saldo do Tesouro Nacional; neste ano que estamos, no Nordeste só foram aplicados 43 milhões de reais, quase nada, uma coisa ínfima, menos de um décimo do valor dos repasses autorizados.

No caso da Amazônia, neste ano, não foi autorizado ainda nenhum repasse. Como se pode dizer que os industriais daquela área, que todos os projetos que existem foram feitos por pessoas que não aplicaram devidamente, se nem os recursos foram enviados para aquela região?

É preciso que lutemos e tenhamos oportunidade de colocar problemas dessa natureza para que não nos esqueçamos de que o Brasil tem ainda como seu maior problema o desnível das regiões pobres, como o Nordeste e a Amazônia.

Continuo, através dos últimos anos, afirmando que é preciso repensar o Nordeste e o Norte. A Sude e a Sudam devem ser retomadas agora com uma face nova. O Brasil mudou, mudaram as visões mundiais.

Assim, quero terminar estas palavras, dizendo que as histórias do Nordeste e do Norte são histórias de coragem, de luta, de tenacidade, de determinação, de sonho e de construção. E é nesse sentido que vejo a iniciativa do Governo do Presidente Lula, com a execução do Ministro Ciro Gomes, de restaurar a Sude e a Sudam, adaptadas a uma nova realidade, mas sem perder o idealismo e a necessidade de assistir às regiões pobres do Brasil. Daí o meu aplauso e, ao mesmo tempo, o alerta para que se retome o fluxo de recursos, fundos constitucionais para a região, a fim de que ela pelo menos receba o mínimo a que tem direito.

Muito obrigado.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PPS – RR) – Permite, Senador José Sarney, um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP) – Com muita honra, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PPS – RR) – Senador José Sarney, quero dizer da minha dupla honra, primeiramente de ouvir o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, com sua experiência de ex-Presidente da República, de Presidente do Senado e, ao mesmo tempo, homem do Norte e do Nordeste, já que o Estado que V. Ex<sup>a</sup> já representou, o Maranhão, é Nordeste e Norte ao mesmo tempo, sendo que hoje V. Ex<sup>a</sup> representa o Estado do Amapá, que é da Região Norte. Também tenho a felicidade de ver o depoimento de uma pessoa com a experiência de V. Ex<sup>a</sup>, que retratou, como bem disse, casos tão antigos, mas que continuam tão atuais, porque as desigualdades regionais não vêm sendo eliminadas como manda a nossa Constituição; pelo contrário, até pelos números que V. Ex<sup>a</sup> mencionou, vêm sendo aprofundadas, porque os investimentos são cada vez mais feitos no Sul e no Sudeste, inclusive pelo BNDES...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Senador Mozarildo Cavalcanti, lamento ter de interromper V. Ex<sup>a</sup>, mas todo o Brasil sabe que acima do homem, do cidadão, do Senador José Sarney, só há a lei e a justiça, simbolizada por Rui Barbosa. O tempo de S. Ex<sup>a</sup> terminou. Quero, também, comunicar aos Senadores, Serys Slhessarenko e Tião Viana, que o aparte é de acordo com o Regimento, com a lei, com a justiça, que são o caminho e a salvação. Só eles são superiores ao Senador José Sarney. Vou conceder os minutos finais para que S. Ex<sup>a</sup> encerre seu pronunciamento.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PPS – RR) – Eu gostaria de concluir. Quero homenagear o Presidente José Sarney, porque quando S. Ex<sup>a</sup> foi Presidente da República fez duas coisas importantes para dois Estados do Norte: criou a Universidade Federal do Estado de Roraima e a Universidade do Amapá. Eram leis autorizativas, S. Ex<sup>a</sup> poderia fazer ou não, mas fez. Portanto, meus parabéns!

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex<sup>a</sup> sabe que o Maranhão é um Estado Amazônico. Uma parte incorporou-se ao Nordeste com a intenção de Celso Furtado de ampliar a concepção geográfica do Nordeste até o Meio-Norte para que as áreas úmidas participassem de um projeto comum ao País, à Região.

Quero, sobretudo, chamar a atenção do País para os problemas da região, que são graves e continuam esperando por uma solução. Saiba V. Ex<sup>a</sup> que, como Presidente, visitei dezessete vezes a Amazônia. Percorri toda aquela Região. Prorroguei a Zona Franca de Manaus. Como V. Ex<sup>a</sup> disse, a criação do Projeto Calha Norte foi um despertar para a Região.

A essa altura, quero registrar que o Amapá, Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, com sua posição geográfica ao extremo norte do País, até por ser um Estado recente, necessita de um programa de desenvolvimento sustentável à altura da complexidade da Região. E por isso continuarei lutando.

Creio que a Amazônia está pronta, esperando o momento em que poderemos ter um desenvolvimento sustentável que a preserve. A Amazônia é patrimônio do Brasil, dos brasileiros. É um patrimônio que temos, até hoje, e que devemos apresentar à humanidade.

Terminarei, Sr. Presidente, com sua tolerância, contando a minha concepção sobre a Amazônia. O Presidente Bush, durante uma reunião que tivemos, me falou sobre as queimadas na Amazônia, preocupado com o fato. Então tive oportunidade de dizer-lhe: se os senhores hoje se preocupam com a Amazônia é porque nós brasileiros a preservamos para o mundo até hoje. No passado, no Século XIX, criaram-se as companhias de exploração e de colonização, dentre elas a Amazon River Corporation, que se destinava a ocupar a Amazônia como havia feito com as florestas da Ásia e da África, devastando-as. Mas, quando elas tentaram entrar com seus navios no Amazonas, levando seus primeiros contingentes, o povo de Belém do Pará não deixou, o povo recusou aquela entrada e não permitiu que essas companhias colonizadoras destruíssem a Amazônia.

Por isso, temos a Amazônia até hoje, para o mundo preocupar-se com ela, preservada, construída pelos brasileiros. Também por isso temos responsabilidade sobre ela; e uma dessas responsabilidades é justamente dar recursos, assegurar seu desenvolvimento sustentável, para que ela possa, realmente preservada, servir ao Brasil e ao povo que lá habita há tantos anos.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Sr. Presidente Sarney, V. Ex<sup>a</sup> terminou falando sobre a natu-

reza. Gostaria de dizer algumas palavras à altura de um homem de sua estirpe.

Declarou o filósofo Sófocles que muitas são as maravilhas de natureza, mas nenhuma mais maravilhosa do que o ser humano. E nenhum homem simboliza mais a maravilha humana do que o homem do Nordeste, que V. Ex<sup>a</sup> simboliza com toda a grandeza moral e intelectual. Já foi dito em **Os Sertões**, de Euclides da Cunha: o sertanejo é, sobretudo, um bravo. Essas são nossas palavras.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP) – E essa maravilha é a bondade, inclusive a de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, do PPS do Estado de Roraima.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, há poucos dias, antes de entrarmos na convocação extraordinária, estava na pauta do Senado a proposta de emenda à Constituição, de minha autoria, que visa a disciplinar as demarcações de áreas indígenas e reservas ambientais no Brasil; disciplinar as demarcações que hoje, na prática, são exclusividade do Ibama, no que tange às reservas ambientais, e da Funai, no que tange às reservas indígenas. Esses órgãos fazem os levantamentos, concluem o processo administrativo e o levam aos Ministros do Meio Ambiente e da Justiça. O Ministro os encaminha, por meio de uma portaria, ao Presidente da República, que homologa o decreto. A partir desse ato, as terras que pertenciam a um Estado da Federação passam a ser do Governo Federal, da União.

Na singeleza do ato, na prática ocorre o confisco de terras dos Estados para a União. Se o objetivo é nobre, como no caso de áreas consideradas de interesse para a preservação ecológica e para a população indígena, o procedimento não está correto, porque se exclui a apreciação dos atos pelo Congresso Nacional, ou – eu diria – pelo menos pelo Senado Federal, já que esta Casa representa os Estados, representa a Federação.

Proponho no item nº 1 justamente que todos esses procedimentos sejam analisados pelo Senado Federal, de forma a que todos os Estados aqui representados possam analisar cada um dos processos.

Essa proposta, Sr<sup>a</sup> Presidente, apresentada em 1999 – portanto há cinco anos – chegou ao Plenário para ser votada depois de passar pelas cinco

sessões de discussão, ter sido aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois de ter passado por vários recursos apresentados para que ela fosse apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais – e não que cabe uma proposta de emenda constitucional seja apreciada por outra Comissão que não a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pois bem, aqui chegando houve de repente uma verdadeira guerra, promovida pelas organizações não-governamentais ligadas ao meio ambiente e ligadas à questão indígena.

Surpreendeu-me, Sr<sup>a</sup> Presidente a quantidade de manifestações, por **e-mails**, telegramas e cartas, contrárias a essa proposta de emenda à Constituição. Então, perguntei-me, lembrando aquele velho ditado popular que “quando a esmola é grande o santo desconfia”. Trata-se de uma emenda constitucional que apenas dispõe que esses procedimentos devam ser examinados pelo Senado. Se esses procedimentos são corretos – e creio que devam ser –, se estão de acordo com a lei, se todos os cuidados técnicos e burocráticos foram tomados, por que o Senado Federal não pode apreciá-los? Apreciamos aqui concessão de rádio e televisão, apreciamos escolha de embaixadores, apreciamos escolha de diretores do Banco Central, das agências reguladoras, discutimos e aprovamos ou não empréstimos para os municípios, para os Estados e para o próprio Governo Federal, para a própria União e não querem que apreciemos atos que, na prática, representam o confisco de terras dos Estados para a União Federal.

Causou-me uma dúvida enorme: de que esses procedimentos talvez não estejam sendo feitos com seriedade. Se estivessem sendo feitos com seriedade, de maneira justa, não entendo porque o Senado não poderia apreciá-los. O Senado não iria agir contra esses procedimentos, se eles estiverem corretos.

De qualquer forma, a matéria em si não foi discutida no Plenário. Passaram-se cinco sessões de discussão no Plenário e eu não vi ninguém se levantar para apresentar argumentos contra esse procedimento. Há um outro item na proposta que limita em 50% a área de cada Estado que pode ser utilizada para reservas ecológicas e ambientais federais – o que não impede que existam reservas estaduais e municipais, como, aliás, existem em muitos Estados. A minha Emenda Constitucional está muito claramente tratando de reservas federais.

Muito bem, discutiu-se esse percentual. E o Brasil hoje tem mais de 12% do seu território demarcado para reservas indígenas, enquanto a nossa população indígena não ultrapassa 0,5% da população nacional. Então, não há correlação entre índio e espaço dedicado a índios.

Mas, Sr. Presidente, o assunto não estaria ligado à extensão territorial, se estivesse sendo levada em conta a realidade do índio no Brasil. Em recente artigo de um jornal paulista, publicou-se que a maior aldeia indígena do País está localizada na cidade de São Paulo. Lá há índios estudando, trabalhando ou em busca de trabalho. Em apenas um conjunto residencial habitam várias centenas de índios.

E a situação não é diferente em vários outros locais do Brasil. Aqui mesmo, na Capital Federal, existe permanentemente um grupo de índios em pensões que são pagas pela Funai. Eles vêm para tratamento médico ou para assuntos outros, mas que estão aqui constantemente. Não é muito difícil ver, de vez em quando, inúmeros índios transitando pelos corredores do Senado ou da Câmara.

Na verdade, por que eles saem das suas aldeias? Porque lá não têm recebido do órgão encarregado, a Funai, portanto do Governo Federal, assistência médica, assistência à educação, à produção. E os índios, na verdade, são colocados perante a opinião pública como se todos estivessem no mesmo estágio antropológico. Não se distingue, por exemplo, um índio que é funcionário graduado da Funai, em Brasília, que possui até curso superior, de um índio que está em uma comunidade indígena no Amazonas ou no Acre e que não teve oportunidade de estudar.

No entanto, a par dessa desigualdade antropológica, do estágio de aculturação de cada índio, também não se leva em consideração como eles vivem. No meu Estado, por exemplo, os maiores produtores de hortifrutigranjeiros das proximidades da capital são índios, que toda semana pegam o caminhão, dado pelo Governo do Estado – porque a Funai não dá –, levam seus produtos para vender na feira e voltam para sua aldeia com as compras feitas na cidade.

Então, essa realidade é mascarada, escondida e prega-se a mentira, cada vez mais difundida, como li recentemente num jornal, de que o índio é o maior preservador da natureza, e não é. Na prática, o costume milenar do índio é de derrubar uma mata, queimar, plantar a sua roça para sobreviver. No ou-

tro ano, ele derruba mais uma parte. Esse é o costume do índio brasileiro em todos os lugares do Brasil. Por que ele faz isso? Porque aprendeu com os seus ancestrais. Ele somente sai de lá quando, por exemplo, o Governo lhe dá condições de mecanizar a lavoura, como ocorreu no meu Estado, nas regiões de lavrado, que corresponde ao cerrado daqui.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de chamar a atenção para a discussão desta Emenda Constitucional, que retornou para a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, atendendo a apelo de vários Srs. Senadores. Houve uma renovação significativa do Senado; cerca de 50% dos Srs. Senadores estão em seu primeiro mandato. Até em homenagem a S. Ex<sup>as</sup>, eu, num gesto de buscar realmente um consenso, conversei com os Srs. Líderes e conseguimos a assinatura de todos, inclusive a do Líder do Bloco de apoio ao Governo, a fim de que façamos uma discussão do problema isenta e desapaixonada, observando o Brasil como um todo, porque, repito: 12% da nossa área territorial já estão demarcados para reservas indígenas. Nenhum país do mundo possui essa quantidade de área territorial destinada à reserva indígena. Quase 10% dela já estão destinados para reservas ou para unidades de conservação ambiental.

Na verdade, é preciso que não partamos para um fundamentalismo ambiental ou para um fundamentalismo indigenista, esquecendo-nos da pessoa do índio. Hoje, a grande preocupação da política indigenista conduzida pelas organizações não-governamentais é com a terra. E que benefício o índio está obtendo com isso? Basta verificar o índice de mortalidade, a situação em que se encontram os índios nas periferias das grandes cidades, com as índias se prostituindo, ou em subempregos, e com os índios fazendo trabalhos de menor valor, ganhando até menos de um salário mínimo.

Desejo que, na CCJ, façamos um debate, uma discussão desapaixonada, sem se ideologizar o problema, buscando a realidade. E espero que pelo menos um dos três pontos que há na minha emenda constitucional seja preservado: o exame desses atos pelo Senado. Não é possível que, de repente, com apenas uma canetada do Presidente, sem que a Casa tome conhecimento, uma área seja tirada de um Estado e transformada num parque nacional, como aconteceu, no apagar das luzes do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Parque do Tumucumaque, no Amapá, foi transformado em parque nacional sem que o Governador

do Estado sequer tenha sido consultado. Considero isso uma ação autoritária.

Se a iniciativa é certa, não há necessidade de se agir dessa forma, autoritária, ao arrepio da discussão dos representantes dos Estados no Congresso Nacional.

Portanto, apelo, não só para os membros da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, mas para todos os Srs. Senadores, no sentido de abrimos esta questão para o País, porque, na verdade, o que é veiculado pela grande imprensa é só o aspecto fundamentalista, quase talibânico, do problema. Se se questiona isso, está-se a serviço de se exterminarem os índios, de se acabar com a floresta, de se desmatar, de se devastar.

Vemos agora, como há poucos dias falei desta tribuna, uma ONG internacional apresentar à Ministra Marina Silva o estudo de um plano para a Amazônia que, entre outros pontos, proíbe o desmatamento durante quatro anos. Ora, o desmatamento na Amazônia já está proibido. Na verdade, não se pode desmatar área indígena, mas os índios desmatam. É proibido desmatar área de preservação ambiental. E o proprietário só pode desmatar 20% da área da sua propriedade. Ele paga imposto sobre 100% da sua área, mas só usa 20%, de acordo com a lei. Então, não se trata de problema de legislação. E agora uma ONG, a **Conservation International do Brasil**, apresentou à Ministra um plano de desenvolvimento da Amazônia que inclui a proibição de desmatamento desses 20% que restam permitidos ao proprietário.

É preciso, até na esteira do discurso do Presidente Sarney, que pensemos na Amazônia não como um problema para o Brasil, mas como detentora de riquezas muito cobiçadas. Talvez isso explique esse interesse exagerado de ONGs na questão ambiental e na questão indigenista. Cheguei a constatar, como Presidente da CPI das ONGs, que há uma ONG para cerca de mil índios. Então, é muita coisa, é aquela história da esmola grande. Fico pensando por que não há essa preocupação toda com as crianças de rua, com essa quantidade de idosos que estão aí desamparados.

Encerro o meu pronunciamento fazendo este apelo a todos os Líderes partidários, a todos os Senadores: que analisemos essa questão de maneira desapassionada, para que pensemos que, se as atitudes não estão sendo corretas nesse setor e há uma reação para que o Senado não examine a questão, algo está errado. É preciso que o Senado

assuma a responsabilidade de ter, entre suas competências privativas, o exame da criação dessas reservas. Quem tiver o cuidado de olhar o mapa do Brasil verá que essas áreas estão proliferando-se na faixa de fronteira, ou melhor, na linha de fronteira. Talvez estejamos, até inocentemente, pensando estar ajudando, tornando ainda mais vulnerável a nossa soberania. Chega-se a ponto de, no meu Estado, haver um movimento, comandado por uma ONG, para proibir a construção do quartel do Exército na área de fronteira do Brasil com dois países, a Guiana e a Venezuela, uma área sensível, de tráfico de drogas, de contrabando de armas. Houve um movimento fortíssimo, surpreendentemente com o apoio do próprio Ministério Público Federal, para impedir a construção do quartel do Exército naquela região.

É preciso analisarmos a questão com um olhar brasileiro, com um olhar realmente nacionalista, para, antes de pensarmos, como eles querem, que a Amazônia é um patrimônio da humanidade, saber que ela é um patrimônio do Brasil, um patrimônio nosso, a nosso serviço, e também, obviamente, a serviço da humanidade. No entanto, não se deve inverter essa ordem de ser, primeiramente, patrimônio da humanidade, senão, no futuro, os brasileiros não terão sequer acesso às riquezas da Amazônia, como já está ocorrendo. Estão patenteando nossas riquezas, como fez uma empresa japonesa que patenteou o cupuaçu. Daqui a pouco, pagaremos **royalties** se quisermos utilizar qualquer produto do cupuaçu.

Essa situação ocorre com vários outros produtos farmacêuticos, o que tem sido constantemente denunciado. Fazemos de conta de que não estamos ouvindo nem vendo o que acontece, portanto não tomamos nenhuma providência.

Por isso, apelo para que essa emenda constitucional seja aprovada. O Senado precisa ter autoridade sobre as terras dos Estados, discutindo a conveniência ou a inconveniência da criação dessas reservas que, se estiverem sendo demarcadas de maneira correta, serão aprovadas, como são aprovados os empréstimos, os nomes de autoridades e tantas outras matérias. Esta Casa não pode abrir mão do controle da proliferação de reservas indígenas e ecológicas no País, notadamente na imensa fronteira da Amazônia, hoje desguarnecida e desprotegida e, há muito tempo, alvo da cobiça internacional como todos sabem.

Finalizo meu pronunciamento, reiterando o pedido de apoio à aprovação dessa emenda constitui-



onal, que, surpreendentemente, desagrada tanto às organizações não-governamentais que, se estiverem agindo seriamente, certamente concordarão comigo.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa por permuta com o Senador Amir Lando.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente Senadora Serys Slhessarenko, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que acompanham esta sessão pela TV Senado ou pela Rádio Senado, venho a esta tribuna reviver um assunto muito importante para o País: em feliz hora, o Senador Paulo Octávio criou uma Comissão de Turismo no Senado Federal.

O Brasil é belo. Deus fez a natureza.

Temos dificuldades em relação ao turismo internacional, principalmente em razão da violência que vivemos.

Precisamos distinguir os dois “brasis” que temos: o do Sul e o do Norte/Nordeste. E uma das maneiras de reduzir as diferenças existentes está na vocação de turismo do Nordeste que, sem dúvida alguma, teve início e fortaleceu-se na Bahia, com vários pólos turísticos, e veio descendo Sergipe, Alagoas, com as belas praias de Maceió, Recife, com sua história, seu carnaval, a Paraíba, com suas festas juninas, Natal, o Ceará, com sua encantadora capital, Fortaleza, o Piauí e o Maranhão. O fato é que houve um grande desenvolvimento de turismo na Região Nordeste, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

O Governo passado foi feliz quando criou um instrumento para esse desenvolvimento, o Prodetur, Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo. E realmente, nesta década, o turismo cresceu muito. Todos nós vivemos no passado o que era o carnaval do Rio de Janeiro. Tive a oportunidade, na década de 60, de estudar no Rio de Janeiro, e nas décadas de 70 e 80 era impossível visitar o Rio de Janeiro sem fazer antes uma reserva. Agora, diante dessa violência, das balas perdidas, dos cadáveres encontrados, é possível visitá-lo em uma terça-feira

de carnaval que mais da metade da rede hoteleira estará franqueada.

Esse desenvolvimento do Nordeste, sem dúvida nenhuma, foi capitaneado pela Bahia. Em Salvador, hoje, discute-se qual é o melhor carnaval. O fato é que está lá numa demonstração. E há ainda as festas religiosas. Então, Salvador puxou e vem puxando essa bandeira do Nordeste, graças a grandes equipes que governaram aquele Estado, desde o Senador Antonio Carlos Magalhães, que transformou Salvador numa das mais encantadoras cidades do mundo e transformou o próprio Estado em um País.

Eu daria um testemunho sobre Porto Seguro. Coube ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, homem de invejável cultura, comemorar os 500 anos do descobrimento do Brasil. A comemoração iniciou-se no Piauí, na Serra da Capivara. Uma estudiva com cursos em Sorbonne comprovou, por meio de inscrições rupestres, que o homem primitivo da América lá existiu há mais de quarenta mil anos.

Sou testemunha da história de que a comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil começou em São Raimundo Nonato o Bird conseguiu recursos para ali instalar um museu do homem americano.– e terminou em Porto Seguro. Aqui está presente o Senador César Borges, que dirigia aquele Estado com muita competência. S. Ex<sup>a</sup> transformou aquilo que Deus criou que encantou os portugueses em um verdadeiro monumento do turismo brasileiro, com uma das festas mais belas da história dos 500 anos do Brasil. S. Ex<sup>a</sup> teve a ousadia de construir uma caravela semelhante às três primeiras que aportaram no Brasil. Mas isso tudo teve largas passadas pelo mecanismo de que o Governo anterior se utilizou, o Prodetur. Cada Governador utilizou esses recursos de acordo com as suas necessidades. Uns construíram aeroportos, fizeram saneamento, colocaram águas potáveis na rua turística; eu, no Piauí, utilizei todos os recursos em estradas, de tal maneira que o turismo hoje é intenso no Estado do Piauí.

Primeiro, o Nordeste todo, como José de Alencar decantava nos seus romances: “Verdes mares bravios, brancas dunas, vento que nos acaricia, sol que nos tosta o ano todo!” E, lá no nosso Piauí, rio que nos abraça!

O litoral, que é um pólo turístico do Piauí, tem apenas 66 km. Esse litoral, no começo da história, era

pertencente ao Ceará. Houve uma permuta, em que o Piauí entregou a cidade de Crateús e recebeu o litoral piauiense, que era a cidade antiga de Luís Correia. São 66 km. E o Rio Parnaíba? São 1.458 km. E não digo que eles nos separam, mas que nos unem ao Estado do Maranhão. O Piauí tem também fronteira de 22 km com o Tocantins, 760 km com a Bahia, ao sul, 240 km com Pernambuco e 560 km com o Ceará. E a extensão de suas praias é de 66 km.

Diferentemente da maioria dos rios, que se lançam, como o Amazonas, unos no mar, o rio Parnaíba se abre, lembrando a letra grega delta. Daí a se chamar delta do rio Parnaíba, onde está localizada a cidade de Parnaíba. Deus quis fazer apenas três grandiosos deltas no mundo: o do rio Nilo, no Egito; o do rio Mekong, na Ásia, cheio de guerras; o do rio Parnaíba, no Piauí, cheio de amor.

Não sabemos grego, mas diria que o rio Parnaíba se abre em cinco rios, lembrando uma mão, com certeza santa, que criou os cinco rios. Suas sinuosidades fizeram nascer 78 ilhas! Senador César Borges, Fernando de Noronha, que é uma beleza da natureza, é um arquipélago de 18 ilhas. O delta do rio Parnaíba possui 78 ilhas. A mais profunda é a Ilha do Caju, que pertence ao vizinho Estado do Maranhão. E seus donatários são uma importante família inglesa, os Clarks. Um de seus descendentes foi embaixador e, pela tradição de sua família, viveu em Paris. Ele conheceu o Governo de De Gaulle e, com esse relacionamento, teve grande influência no Itamaraty, porque vivia em Paris, na época a capital do mundo. Nesse tempo, Oswaldo Aranha era Ministro de Getúlio Vargas. O Embaixador Clark, piauiense, descendente de inglês, foi o mais jovem que entrou no Itamaraty e, por essa influência, só permaneceu em grandes cidades do mundo: Londres, Buenos Aires, Tóquio. E terminou sua vida no Vaticano, quando teve um câncer. Voltou ao Piauí no fim de sua vida e escreveu um livro. Nesse livro, ele diz: "As cidades mais belas do mundo começam com a letra 'p': Paris e Parnaíba". O Embaixador Clark escreveu isso nas suas memórias.

Sr<sup>a</sup> Presidente, quero contar também que houve um Ministro parnaibano que ninguém o excedeu em inteligência, em honradez e honestidade e que foi o guia, a luz do regime ditatorial: João Paulo dos Reis Veloso. Pois bem, Senador César Borges, no início dos anos 70, Reis Veloso, Ministro durante a Revolução de 1964, a luz que guiou o regime revolucionário, estava na nossa cidade, quando eu, muito novo, inaugurava um prédio do correio. Ele foi e fez

um selo comemorativo de uma das nossas praias, onde nasceu Alberto Silva, da Ilha Grande de Santa Isabel, onde nasceu o maior jurista da história deste País, igualando-se a Ruy Barbosa: Evandro Lins e Silva, que teve a coragem de banhar este País com justiça, enfrentando a ditadura. Assim, a praia de Pedra do Sal foi estampada em um selo. E, no instante daquela inauguração e quando se lançava o selo, o Ministro Reis Veloso dizia que ali seria o terceiro pólo turístico do Brasil. Isso faz mais de 30 anos. Era no começo dos anos 70. Eu estava com um copo de uísque na mão e, muito jovem, recém-chegado do Rio de Janeiro, onde me havia formado cirurgião, balancei o uísque e disse assim, do meu jeito: "O Ministro está delirando". Ele não estava delirando. Eu é que era ignorante, e ele era o estadista. Ele via o desenvolvimento que estamos alcançando, o desenvolvimento turístico do Nordeste. E agora chegou a vez do Piauí, chegou o nosso tempo.

Então, é este o convite que quero fazer ao Brasil: visitem Teresina neste fim de semana, em seu carnaval fora de época, com os trios elétricos da Bahia. O Ricardo Chaves, todos eles estarão lá. Serão 50 mil pessoas numa capital que é diferente, a primeira capital planejada deste País, contando 150 anos. É debutante, avançada em todos os sentidos. Coloco só um quadro: primeiro, ela foi criada pela inteligência do baiano Conselheiro Saraiva, que veio de Sergipe, passou lá, criou Teresina, foi para São Paulo, foi 1º Ministro, Senador e 1º Ministro da Guerra do Paraguai. Foi ele que localizou a Teresina mesopotâmica, entre dois rios no coração do Estado.

Concedo a palavra, que está sendo solicitada, ao Senador César Borges, um dos artífices desse desenvolvimento turístico no Nordeste.

**O Sr. César Borges (PFL – BA)** – Prezados Senador Mão Santa, inicialmente, agradeço as palavras carinhosas que V. Ex<sup>a</sup> destina ao meu querido Estado da Bahia, em especial à minha pessoa e à participação que tive no processo que o nosso Estado tem usufruído de continuidade administrativa e de transformação do turismo em grande segmento econômico, gerador de emprego e de renda para o povo do nosso Estado. Não há mágica alguma na Bahia. É claro que há a mágica baiana do nosso Estado, que é natural, que Deus nos deu e que o homem ajudou com a sua miscigenação racial tão completa existente no nosso Estado, mas a mágica maior foi o entendimento dos homens públicos baianos de que o turismo, sem sombra de dúvida, é

aquele indústria sem chaminés, é a geração do emprego e renda. E essa política foi traçada e é seguida com determinação, com coerência, com investimentos públicos, que se multiplicam com os investimentos privados. Para cada dólar investido no setor público, no turismo, há US\$3,00 investidos no setor privado. O Senador Antonio Carlos Magalhães iniciou esse processo, o atual Governador Paulo Souto, que já foi Governador do Estado da Bahia, deu continuidade. Quando fui Governador da Bahia, também tive o mesmo entendimento, e, por isso, a Bahia avançou. O Estado da Bahia é um exemplo para todo o País e para o Nordeste na área turística, e, sem sombra de dúvida, o Nordeste brasileiro tem imenso potencial. V. Ex<sup>a</sup> descreve as belezas do Piauí, que tive a oportunidade de conhecer ao visitar a sua capital, Teresina, estando lá durante o Governo de V. Ex<sup>a</sup>, e sei das belezas do Delta do Parnaíba, descrito tantas vezes por V. Ex<sup>a</sup> em prosas, versos e discursos. Todos os Estados do Nordeste têm capacidade de avançar na área de turismo. No entanto, apesar de todos os esforços feitos pelos Governos Estaduais, é necessário que haja uma política por parte do Governo Federal que transforme o turismo nordestino numa questão de desenvolvimento regional, num instrumento de combate às desigualdades regionais. V. Ex<sup>a</sup> falou a respeito do Prodetur, que foi um grande programa. Foi concebido no Governo passado e destinou US\$400 milhões para os Estados nordestinos desenvolverem sua infra-estrutura. Sem infra-estrutura não há turismo. Sem praias despoluídas, sem estradas, sem saneamento básico não há turismo. Tudo isso foi feito, infelizmente, Senador Mão Santa, seguindo uma visão de que ao Nordeste estavam destinados setores específicos como turismos e agricultura irrigada. As indústrias não estavam destinadas ao Nordeste brasileiro. Combatemos essa visão e tivemos vitórias, como a conquista da Ford.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Fizemos a guerra santa, a guerra fiscal. Levamos a Ford e mais 178 indústrias para o Piauí.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Queremos desenvolvimento para todos os setores econômicos: na agricultura, em serviços, no turismo e na industrialização. No setor de turismo temos um projeto inacabado, Senador Mão Santa. O Governo Federal comprometeu-se com um Prodetur II para o turismo nordestino. São mais US\$400 milhões. O Prodetur II, que iria dar seqüência à infra-estrutura, está paralisado. Infelizmente, o Governo Federal já tem a assi-

natura desse contrato de US\$400 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a participação do Banco do Nordeste. Os Estados nordestinos apresentaram os projetos, que já estão aprovados, e a estratégia para o emprego desses recursos já está delineada por cada Estado brasileiro, mas, infelizmente, por conta das exigências do FMI acerca de superávit primário, até hoje não foi efetivado o ingresso desses recursos e dado o início, pelo menos o pontapé inicial, para a sua aplicação. Nós, Senadores que representamos o povo do Nordeste, temos de nos unir, como V. Ex<sup>a</sup> está fazendo, por meio do seu discurso, para exigir do Governo que o Prodetur II se transforme, o mais rapidamente possível, numa realidade. Isso vai significar, por um lado, mais emprego e mais renda e, por outro, a melhoria da qualidade de vida do nosso povo, porque, quando se faz estrada, saneamento básico, esgotamento sanitário, abastecimento de água, estamos tratando dessa melhoria da qualidade de vida do povo. Portanto, Senador Mão Santa, parabeno-o pelo seu discurso e pela defesa intransigente do Nordeste. Admiro também a defesa que V. Ex<sup>a</sup> faz do seu Estado. Sempre o vi assim, qualquer que seja o fórum, na Sudene, no seu Estado ou em qualquer outro Estado, está V. Ex<sup>a</sup> desfraldando a bandeira do Piauí. Só posso aplaudi-lo por esse amor e por essa admiração que tem por seu Estado, por seu povo. Muito obrigado, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradecemos as palavras, incorporando-as ao nosso pronunciamento. Reconhecemos a liderança da Bahia no desenvolvimento de todo nosso Nordeste.

A Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys, já está olhando para o relógio. Então, vai diretamente para V. Ex<sup>a</sup>, Sr<sup>a</sup> Presidente, o nosso recado, já que é do Bloco de sustentação do Governo. Quero justamente associar as minhas palavras às de todos os outros nordestinos: que saia o Prodetur e que o Governo comece a ver resultados. O povo brasileiro quer resultados. Cristo tem essa liderança na história do mundo, nesses 2000 anos, porque, além de palavras e discursos, fez obras, os milagres. O Prodetur vai fazer continuar o progresso do turismo no Nordeste, trazendo riqueza, trabalho e felicidade para todo o Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Mas, Sr<sup>a</sup> Presidente, desejo dizer a V. Ex<sup>a</sup> e ao Plenário que, na quinta e na sexta-feira, tive a oportunidade de ir ao Estado de V. Ex<sup>a</sup>, Mato Grosso, a Cuiabá, para uma reunião partidária, e, em seguida, a Dourados, para uma outra reunião partidária. Devo

dizer a V. Ex<sup>a</sup>, havia tempos que não ia a Cuiabá e fiquei positivamente surpreso com o que vi por lá: uma explosão de desenvolvimento e de pujança. Parabênico, na pessoa de V. Ex<sup>a</sup> e do Senador Jonas Pinheiro, que nos recebeu em Cuiabá, em nome do meu Partido, o crescimento econômico dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, produto do crescimento da agricultura, principalmente da soja, do milho, do algodão, do arroz, além da pecuária; daquilo que, em última análise, significa o acontecimento mais importante na economia do País que é a geração de superávits na balança comercial, a partir, fundamentalmente, da produção agrícola, responsável por milhares de empregos. Vi no Estado de V. Ex<sup>a</sup> uma cidade moderna, de avenidas largas, de prédios bem cuidados e um povo que me pareceu com aspecto bom, porque empregado.

Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que tudo aquilo que vi e me causou muito orgulho preocupou-me quando na reunião, lá na Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso, com grandes, médios e pequenos agricultores – assim como o fizemos em Dourados –, observei que eles estavam impactados com o fato ocorrido dois dias antes e que os preocupava sobremaneira: a reunião do Presidente Lula com o MST, que presenteou Sua Excelência com a bola e o boné. O Presidente, em um gesto de cavalheirismo, pelo fato de entender – penso eu – que estava em uma reunião de companheiros, colocou o boné na cabeça e fez embaixadas com a bola. Mas esse episódio passou para a sociedade, para os agricultores a mensagem de tolerância com os fatos registrados pela imprensa na semana que havia passado, ou seja: a invasão de postos de pedágio, de prédios públicos, os saques em caminhões que carregavam alimentos, a obstrução de estradas, etc. Portanto, atitudes ilícitas estavam sendo anistiadas pelo Presidente.

Na nossa reunião do PFL com os pequenos, médios e grandes agricultores veio à tona a grande preocupação com o fato ocorrido no Palácio do Planalto, porque o Presidente da República – único, diga-se de passagem, na História do Brasil, saído da classe operária –, tem uma imagem simpática, fraterna, agradável e de quem os brasileiros, principalmente os que nele votaram, não esperam talvez a solução do problema econômico, da educação e da saúde, mas em quem tinham e têm a crença de que irá solucionar – aí o compromisso maior de Sua Excelência – o problema social: o emprego e a reforma agrária. Talvez seja esse o motivo de o encontro do Presidente com o MST ter ocorrido em um clima tão descontraí-

do, a ponto de o dirigente do MST, João Pedro Stédile, ao sair, ter declarado que a “parada estava ganha”.

A preocupação dos agricultores do Estado de V. Ex<sup>a</sup> somada às matérias veiculadas principalmente nas televisões e também registradas pelos jornais no final de semana, redobram o meu receio, porque vi – assisti até com áudio e imagem – o alistamento de moradores de cidades do interior que possuem casa – no caso, o Pontal do Paranapanema – em assentamentos.

Depreendo, Sr<sup>a</sup> Presidente e Srs. Senadores, um fato que a mim preocupa muito: da reunião ocorrida com o Presidente, que ficou conhecida pelo boné e pela embaixada com a bola, o dirigente do MST, João Pedro Stédile, saiu dizendo que “a parada estava ganha”. Saiu feliz da vida e, no dia seguinte, começou a convocação de novos alistados para os assentamentos.

Não houve nenhuma informação oficial sobre a conversa entre os sem-terra e o Presidente, mas sim a manifestação de alegria, após a reunião, e os alistamentos novos. Será que lhes comunicaram sobre o espetáculo do desenvolvimento e nós ainda não sabemos? Será que o espetáculo da retomada do crescimento foi anunciado e nós ainda não temos conhecimento? Será que lhes comunicaram que vai sair a reforma agrária e nós não tomamos conhecimento?

Sr<sup>a</sup> Presidente, se o Presidente tem soluções, o número de assentados pode ser aumentado até por desempregados, pois é compromisso do Presidente gerar dez milhões de empregos. Agora já são dez milhões e seiscentos mil, porque os números cresceram nos seis primeiros meses do Governo Lula. Admito que Sua Excelência tenha fórmula e solução para atender à questão do desemprego.

*(A Sr<sup>a</sup> Presidente Serys Slhessarenko faz soar a campanha.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Já encerro, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Preocupa-me muito, pois, como as coisas foram apresentadas, com o fato da reunião do boné, estabeleceu-se – e a imprensa registrou – um fato perigosíssimo e incontestável: agricultores se armando, por um lado, e manifestações agressivas dos sem-terra, pelo outro. O Brasil não aceita atos como esse. O Brasil deseja a lei. O País demorou muito até chegar ao Estado de direito, no qual as instituições são fortes.

Então, Sr<sup>a</sup> Presidente, espero que o Presidente tenha as soluções e que as tenha adiantado aos sem-terra, na reunião do Palácio do Planalto – o que ensejou novos alistamentos e a manifestação de João Pedro Stédile de que iriam “ganhar a parada”.

Mas, também espero e desejo que a declaração não seja um segredo guardado entre os sem-terra e Sua Excelência. A Nação precisa conhecer a proposta de solução; do contrário, não teremos alternativa senão a instalação da CPI que investigará fatos para inibir a prática do ilícito, porque essa será a nossa obrigação.

Com a palavra, portanto, Sua Excelência, o Presidente Lula, para anunciar o teor da conversa com os sem-terra. Deus queira que o Presidente tenha anunciado o esperado milagre da retomada do crescimento.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, por cessão do Senador Amir Lando.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Sr<sup>a</sup> Presidente, eu peço a V. Ex<sup>a</sup> que me conceda a palavra, como Líder do PT.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) – Senador Roberto Saturnino, tão logo o Senador Valdir Raupp conclua seu pronunciamento, a palavra ser-lhe-á concedida, pela Liderança do PT.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto à tribuna desta Casa para tecer considerações sobre a situação atual observada na estrutura administrativa do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, causada pela implantação de uma nova organização aprovada pelo Decreto nº 4.660, de 2 de abril de 2003, na qual foram reduzidas unidades, cargos e funções na entidade, principalmente em suas representações estaduais e agências, com reflexos sensíveis no seu funcionamento e graves prejuízos para o atendimento e para os serviços prestados aos cidadãos, seus usuários.

Desde 1992, o INSS vem sendo vítima de alarmante enxugamento da sua máquina administrativa, em face das constantes alterações da sua estrutura, tendo como conseqüência o agravamento dos problemas existentes e que se refletem no atendimento e serviços prestados aos trabalhadores pela Previdência Social. Já a demanda aumentou para 21 milhões de aposentadorias e pensões.

A situação é drástica, baseada em dados do próprio Ministério da Previdência Social, os quais revelam que, nos últimos oito anos, o INSS sofreu uma redução de 12 mil servidores, cerca de 20% da força de trabalho, sem qualquer reposição. No mesmo período, cresceram significativamente os benefícios concedidos de aposentadorias e pensões, com o correspondente acréscimo na carga de trabalho dos servidores previdenciários.

Aliás, esses servidores, que respondem pelo funcionamento da máquina arrecadadora e prestadora de benefícios previdenciários aos trabalhadores brasileiros, estão enquadrados em diversos cargos efetivos, numa carreira previdenciária fragmentada e desestruturada, recebendo remunerações das mais baixas atribuídas pelo Governo Federal, sem qualquer perspectiva de melhoria e com um crescente e gigantesco aumento de carga de trabalho.

Sr<sup>a</sup> Presidente, o cenário a que me refiro é ainda mais preocupante nesta nova estrutura do INSS, aprovada pelo Decreto 4.660, de 2003, a qual, segundo estudos da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social, provoca a redução em quase mil unidades do sistema, sendo 90% desse enxugamento em nível estadual, inclusive com a extinção de treze Gerências-Executivas Regionais.

O enxugamento ocorre quase somente nos diversos Estados brasileiros, pois a estrutura da Diretoria Colegiada do INSS, em Brasília, manteve-se inalterada, nos termos do mesmo decreto.

Por outro lado, enquanto o INSS é reduzido, o Ministério da Previdência Social cresce cada vez mais, tendo sido recentemente acrescentados vinte novos cargos de DAS, sendo seis DAS-5 e catorze DAS-4, em decorrência da aprovação de uma nova estrutura, pelo Decreto nº 4.687, no dia 29 de abril passado.

Trata-se de uma clara distorção que privilegia uma elite burocrática em detrimento da estrutura funcional do órgão e das unidades responsáveis pelo atendimento e serviços prestados da Previdência Social para o trabalhador brasileiro.

Para que se tenha uma idéia, no meu Estado de Rondônia, a estrutura do INSS, depois de modificada pelo citado decreto, está absolutamente insuficiente para o atendimento à população do Estado, com as graves conseqüências decorrentes dessa situação.

Igualmente, os zelosos e denodados servidores do Instituto, em Porto Velho, capital do meu Estado, e demais cidades de Rondônia, sentem-se desprestigiados e carentes de infra-estrutura para prestação desse que é um dos mais relevantes compromissos sociais do Estado e que tem sido considerado emblemático pelo atual Governo.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos em plena discussão de uma reforma previdenciária, e a questão de sua operacionalização não pode e não deve ser esquecida, pois todas as decisões que o Congresso Nacional irá produzir durante o ano em curso até a aprovação da Emenda Constitucional só se materializ-

zarão quando o INSS tiver condições de trabalhar eficientemente, de acordo com o novo previdenciário pretendido.

Sr<sup>a</sup> Presidente, para concluir este tema, ressalto que as unidades descentralizadas do INSS deverão ser fortalecidas em seus recursos humanos e instrumentalizadas, para que as ações operacionais do Instituto sejam ágeis e destinadas a refletir a legislação e a subsidiar a população com todas as informações necessárias à implantação e manutenção de um sistema efetivamente comprometido com a sociedade brasileira.

Sr<sup>a</sup> Presidente, usando parte do tempo que ainda me resta, abordarei um tema que hoje está sendo muito debatido no País: a questão da Amazônia e do meio ambiente do Brasil e do mundo que considero necessário para a sobrevivência da espécie humana e de outras espécies.

O desmatamento nos Estados da região Norte ainda não atingiu 30% da área territorial. No Estado do Amazonas, que representa quase um terço do território nacional, foram desmatados apenas 2% até o presente momento. Portanto, 98% do território amazônico estão intactos. Nenhum país possui um Estado de dimensão igual ao do Amazonas; pelo contrário, o Estado do Amazonas é maior do que muitos países do mundo e possui uma área equivalente à quase metade da Europa, que abrange mais de 30 países. Portanto, neste momento, não podemos ser os vilões do meio ambiente mundial.

No meu Estado, Rondônia, que tem duzentos e quarenta e dois mil quilômetros quadrados, até o momento, foram desmatados apenas 24%.

Há trinta anos, propaganda do governo do meu Estado e do Governo Federal, que, à época, era militar, incentivou o assentamento de pequenos produtores. Convidaram pessoas de outros Estados para ocupar a Amazônia e Rondônia. Tenho certeza, Sra. Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, que, no Mato Grosso, também houve esse chamamento: vamos integrar para não entregar. Nessa época, talvez o medo fosse o mesmo de hoje: a internacionalização da Amazônia. Já se discute nas escolas americanas e em outros países do mundo a internacionalização da Amazônia, fato que não podemos aceitar.

Assentaram em Rondônia, Srs. Senadores, noventa mil produtores rurais. Talvez, desse número, oitenta mil sejam pequenos produtores que ocuparam 21 alqueires de terra, somando cinquenta hectares, ou cinquenta alqueires, somando cem hectares. Atualmente, ou seja, trinta anos depois, não há apenas uma família nesse lote, mas três ou quatro, pois os fi-

lhos dos produtores se casaram, constituíram novas famílias e ocuparam parte dessa terra.

Queremos, sim, a preservação da Amazônia. Rondônia tem um zoneamento agroecológico e socioeconômico que prevê, depois de delimitado, a preservação de 70% do território do Estado. E vamos usar apenas 30% para explorar a terra, gerar riqueza, receita para o nosso povo, para essas famílias que lá foram assentadas há 30, 40 anos.

Não pode, de um momento para outro, o Governo passado se render a pressões de organizações não-governamentais, principalmente estrangeiras, e baixar medidas provisórias, como a Medida Provisória n<sup>o</sup> 2.180, depois, MP 2.166, estabelecendo que essas famílias que receberam um lote do Incra para desmatar 50%, o que era autorizado por aquele órgão, não possam mais usar aquele percentual mas apenas 20% das propriedades e deixar 80% para preservação.

Além disso, quem derrubou além dos 20% vai ter que reflorestar, e dizem que o Basa vai emprestar o dinheiro. Eu quero ver para crer o Basa emprestando dinheiro para 80, 90 mil pequenos produtores reflorestarem o que já foi derrubado com permissão da lei. Se hoje ainda estão desmatando em Rondônia e em outros Estados da Amazônia, e se estão desmatando ilegalmente – quero crer que todo desmatamento seja legal, que o Ibama e as secretarias de Estado estejam autorizando com a licença ambiental, de quem é a culpa? Se não estiver sendo desmatado legalmente, com autorização do Ibama e das secretarias de meio ambiente dos Estados, de quem é a culpa? É do próprio Ibama, do próprio Governo, que não está fiscalizando a contento.

Então, não podemos hoje ser tachados de vilões das queimadas, do desmatamento. Vem agora, recentemente, mais uma organização, Conservation International, que nem sei de onde é, nem quem são seus dirigentes, pedindo à Ministra do Meio Ambiente e ao Governo Lula que decretem que, durante quatro anos, não se derrube mais uma árvore na Amazônia, no Brasil.

Meu Deus! Quem vai ditar as regras do uso da terra neste País? Serão as organizações não-governamentais, principalmente essa, com alta influência de outros países? Por que o Governo americano não assinou o Protocolo de Kyoto para não poluir a atmosfera, para diminuir a emissão de gás carbônico? Não o assinou e não vai assiná-lo tão cedo, porque o seu país é o que mais polui, é o mais industrializado e o mais rico do mundo. Quinze milhões de americanos detêm o capital correspondente ao de dois bilhões de

peças do globo terrestre, Senador Mão Santa. Apenas quinze milhões de americanos, têm mais renda, têm mais riqueza do que dois bilhões de habitantes da Terra. Em nosso País há quarenta milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza e vão dizer que não podemos mais usar as nossas terras para o sustento das nossas famílias?

Fica aqui esse apelo ao Governo brasileiro e à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para que não deixemos, mais uma vez, os estrangeiros ditarem as regras em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, pela liderança do PT, por cinco minutos, para comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há pouco, o Senador José Agripino, falando pela Oposição, manifestou a sua preocupação com a tensão que observou em reuniões havidas em Cuiabá, terra tão bem representada pela Senadora Serys Slhessarenko, clima esse retratado nos noticiários ultimamente veiculados pela imprensa, e também em alguns episódios que ocorrem no território nacional, que refletem certo recrudescimento de tensão, há muito existente no campo.

A tensão no campo do Brasil existe há algumas décadas. Desde o Governo João Goulart, deposto para a instauração do regime militar, já se observava a reivindicação da reforma agrária como uma das fontes geradoras de tensão social e política no País. É longa essa história de atraso da sociedade e da economia brasileira em relação ao tema fundamental da distribuição desse patrimônio gigantesco, que é a terra brasileira. Trata-se de uma das distribuições mais concentradas do mundo atual, e precisa ser desconcentrada por meio das ações da reforma agrária. Essa é uma reivindicação de décadas, que gera tensão quase permanente no campo e que atingiu paroxismos muito preocupantes, não apenas hoje, quando há certo recrudescimento na tensão no campo. Em tempos passados, houve manifestações explosivas de tensão no campo, que chegou à realização de massacres que tanto denegriram a imagem brasileira perante o mundo e tanto pessimismo

instauraram na sociedade brasileira quanto à possibilidade de solução desse problema.

Quer dizer, a tensão que hoje observamos é o início de retomada de um fenômeno que, há décadas, se observa no Brasil, com maior ou menor intensidade, conforme se avança no atendimento dessa reivindicação fundamental, que é a reforma agrária.

Com a eleição do Presidente Lula, obviamente essa tensão histórica no campo reduziu e por uma razão muito simples: havia um compromisso e a confiança dos trabalhadores que querem terra para cultivar em benefício próprio e de suas famílias. Havia a confiança dos trabalhadores nos compromissos historicamente assumidos pelo Presidente Lula e pelo Partido de S. Exª, o Partido dos Trabalhadores, e por toda a Coligação que sustentou essa campanha. Então, nada mais natural também do que certo arrefecimento da tensão em manifestação de confiança nos compromissos assumido pelo Presidente Lula.

Passaram-se seis meses. O Governo teve de enfrentar uma situação extremamente grave na área econômica, com um risco de desestabilização, que efetivamente ocorreu. Para superar esse risco, adotou uma política monetária e fiscal muito restritiva e, é claro, não foi possível atender, no ritmo das expectativas geradas, ao avanço da reforma agrária, conforme os trabalhadores sem terra esperavam, dada a confiança que tinham no Presidente e em seu Partido.

É claro que com o descompasso entre a expectativa e a possibilidade de atendimento nesses primeiros seis meses de grave restrição financeira, fiscal e monetária, a tensão voltou a crescer. E o que fez o Presidente? Chamou os líderes do MST para uma explicação. Nada mais natural, nada mais construtivo e nada melhor para diminuir a tensão, que corria risco de agravar-se. Agiu o Presidente de forma absolutamente responsável, reconhecendo que havia motivos para o recrudescimento da questão. Chamou os líderes e explicou-lhes a situação do País, mostrando-lhes que os compromissos estavam de pé, mas que, nos seis primeiros meses, dadas as restrições econômicas que encontrara, não tinha sido possível atendê-los no ritmo esperado.

Dessa forma, o Presidente não fez mais do que produzir a distensão. E fez muito bem! Ao produzir a distensão, foi absolutamente enfático em, mais de uma oportunidade, afirmar o seu respeito à lei, isto é, repetidas vezes, Sua Excelência e seus auxiliares

disseram que tudo será feito dentro da lei. Fora da lei, nada poderá ser feito de construtivo e o Governo não tolerará qualquer ação desse tipo. Isso foi dito de forma absolutamente clara para a população.

É claro que especulações aparecem aqui e ali sobre o que teria sido dito, mas, concreta e objetivamente, o fato foi este: o Presidente convocou os líderes tendo em vista o recrudescimento da tensão; convocou-os para dar-lhes uma explicação e amainar os ânimos, para que a reforma agrária possa, enfim, ganhar novo ritmo a partir do segundo semestre, com a melhoria da situação econômica.

O que houve foi precisamente isso, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, e esta é a razão da minha intervenção hoje.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr<sup>a</sup> Presidente, gostaria de usar da palavra, como vice-Líder do Bloco da Minoria, pelo prazo de cinco minutos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) – Como vice-Líder do Bloco da Minoria, concedo a palavra ao Senador César Borges, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na verdade, o País inteiro, hoje, está devidamente preocupado com a questão no campo, a qual foi elevada a um nível insuportável pelo MST. E por mais que se esforce o nobre Senador Roberto Saturnino em dizer que o Presidente da República procurou o diálogo para amainar essas tensões, isso não foi transformado num fato que desse à Nação esse tipo de tranqüilidade, porque a conversa do Presidente da República com as lideranças do MST não foi explícita, não foi transformada em acordos e compromissos, em que o MST assumisse, doravante, não continuar as suas ações que contrariam a lei, que efetivamente são ao arpejo do Estado de direito que vivemos. Essa é a realidade.

O que se noticiou ao País inteiro foi o Presidente da República ter usado o boné do MST e dado uma bolacha na boca de um dos dirigentes. O resultado da reunião, se houve acordos ou compromissos, não foi explicitado. Toda a Nação brasileira está extremamente preocupada e insegura com essa situação, a ponto de hoje lermos as seguintes declarações, feitas no jornal **O Glo-**

**bo** por um Senador que foi Presidente desta Casa e que compõe a base do Governo, o Senador Ramez Tebet. Inicia ele o artigo da seguinte forma:

O país está na iminência de acender a maior fogueira de sua história contemporânea: a dos conflitos no campo, cuja lenha está sendo empilhada, a cada dia, por trabalhadores sem terra, instrumentalizados por lideranças sem compromissos com a normalidade democrática e por fazendeiros que já começam a formar e a desenvolver milícias com a finalidade de enfrentar as constantes invasões de suas propriedades.

A crise no campo se adensa, tanto pelo fato de que o Governo quer evitar o enfrentamento direto com as forças do MST, já em intenso processo de mobilização em mais de 10 unidades federativas, como pela maneira negligente com que as autoridades estaduais estão encarando os mandados judiciais de desocupação das terras. (...)

O Governo está totalmente inerte em relação à questão do campo. Não percebe que, se não cuidar do problema imediatamente, estará matando a galinha dos ovos de ouro da economia brasileira. Permanece no terreno estéril de discussões inconseqüentes. E perde a hora de transformar o debate em ações concretas. (...)

O triste de todo esse episódio é verificar que a idéia da reforma agrária, semeada como matriz de desenvolvimento com justiça social, está se transformando em caso de polícia, escapando ao controle do Estado e projetando conseqüências nebulosas sobre a paz e a produtividade do campo.

Essa é a realidade, Senador Roberto Saturnino, dita por um membro da base do seu Governo, Senador Ramez Tebet, do PMDB, que incorporamos inteiramente, pela justeza de suas palavras colocadas nesse artigo, publicado hoje, no jornal **O Globo**.

Um Governo que se diz primado pelo social, que tem o social como instância maior, que prepara uma reforma agrária porque criticava a reforma agrária feita pelo Governo passado – que, bem ou mal, assentou milhares de brasileiros; um Governo que, em 6 meses, assentou apenas 4 mil, promete para o 2º semestre 60 mil assentamentos, que todos sabemos



inexeqüível, pois faltam recursos orçamentários. Isso é falta de ação concreta. Não adianta receber no Palácio do Planalto o MST, que está contrariando o regime de direito, invadindo as terras e trazendo intranquilidade. Seria produtivo se Sua Excelência tivesse uma pauta, uma agenda de compromissos, o MST cumprisse as leis existentes e o Governo cumprisse a sua parte fazendo a reforma agrária, tão necessária para a camada social mais pobre da nossa população. Apenas com pirotecnia, não chegaremos à desejada paz no campo.

Hoje a realidade é essa. O nobre Líder do PFL, Senador José Agripino Maia, trouxe a esta Casa essa preocupação. Sem sombra de dúvida, este será não um assunto seriíssimo, mas um assunto gravíssimo para todo o País, se efetivamente o Governo não cuidar de cumprir a lei, de não exigir do MST o cumprimento dos princípios democráticos, do respeito à legislação existente em todas as Unidades Federativas.

Hoje todos estão preocupados com essa grave questão. Os Senadores têm o direito e, mais do que o direito, o dever de vir a esta Casa denunciar esse estado que hoje, infelizmente, está sofrendo a população em todo o País.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup>. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) – No tempo que nos resta da sessão, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, testemunhei, hoje pela manhã, o extraordinário embate no Comitê Olímpico Brasileiro entre a Prefeita Marta Suplicy, o Governador Geraldo Alckmin, o Secretário Jorge Wilhelm, o Secretário da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo, Lars Grael, o Secretário de Esportes da Prefeitura, o Prefeito César Maia, a Governadora Rosinha Matheus e seus respectivos Secretários. Não pude assistir a todas as exposições, simplesmente brilhantes, porque nós, representantes de São Paulo, tivemos que nos manter ausentes durante a exposição do Prefeito César Maia e da Governadora Rosinha Matheus.

Foi do mais alto nível o embate entre as duas maiores cidade brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, que disputaram à candidatura à sede dos Jogos Olímpicos

de 2012. Votaram 34 representantes – 23 votos para o Rio de Janeiro e 10 para São Paulo –, houve uma abstenção, tendo vencido a cidade do Rio de Janeiro, conhecida por ser efetivamente maravilhosa.

Quero aqui afirmar é que não foi fácil para São Paulo tentar vencer, ainda mais na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, mas é claro que aqui temos que respeitar a decisão do Comitê Olímpico Brasileiro.

Quase que me senti, Senador Roberto Saturnino Braga, numa situação de ser tão difícil para São Paulo vencer como para o Santos vencer o Boca Júniors no Bocanera, tamanho era o clima no Rio de Janeiro a favor da cidade maravilhosa. Tomada a decisão, agora o espírito olímpico deve presidir.

Creio que é importante a união de todos nós brasileiros, inclusive paulistanos e paulistas, para dar toda força à cidade do Rio do Janeiro na disputa com as outras cidades que irão também concorrer proximamente. São cidades com enormes recursos, inclusive na área esportiva, como Nova Iorque, Londres, Paris, Moscou, Madri, Leipzig, Istambul e Havana e ainda cidades do Canadá.

O Secretário da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo, Lars Grael, e a Secretária de Esporte e Lazer da Prefeitura de São Paulo, Nádia Campeão, fizeram apresentações brilhantes, tecnicamente muito bem feitas, defendendo a candidatura da cidade como sede dos jogos olímpicos de 2.012. Aproveito a oportunidade para cumprimentar a coordenação e união da Prefeita Marta Suplicy e do Governador Geraldo Alckmin, em que pese estarem prestes a uma disputa no ano que vem. No entanto, neste caso, uniram-se para defender a candidatura da capital do Estado. Esse fato valoriza ainda mais a escolha do Rio de Janeiro, essa linda cidade, que por certo merecerá o apoio de todos nessa disputa. Cumprimento o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, pela forma como tudo foi conduzido, e também o Ministro de Esportes Agnelo Queiroz.

Também acho muito importante que o Presidente Lula e o Ministro Agnelo Queiroz venham dar apoio, como já vêm dando, efetivamente, para que o Brasil seja a sede das Olimpíadas de 2012.

Aproveito a oportunidade para fazer uma consideração a respeito do embate desta tarde, diante dos pronunciamentos dos Senadores José Agripino e César Borges e que mereceram a reflexão do Se-

nador Roberto Saturnino sobre o MST, a reforma agrária e o episódio em que o Presidente da República recebeu João Pedro Stédile, Gilmar Mauro e os outros coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Desde 1984, tenho acompanhado de perto...

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) – Um instante, por favor, Senador Eduardo Suplicy. Concedo a V. Ex<sup>a</sup> mais três minutos para o término de seu pronunciamento.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

Tenho acompanhado de perto o nascimento, o fortalecimento e a importância desse movimento social, que foi já qualificado por Celso Furtado como um dos movimentos sociais mais importantes da História do Brasil. Inclusive, Celso Furtado muitas vezes ressaltou como era bom para o Brasil que houvesse um número tão grande de pessoas querendo trabalhar na terra, participando dessa batalha pela terra prometida, como ali no **Livro do Êxodo**, também uma batalha por justiça.

O fato de o Presidente tê-los recebido com simpatia, inclusive com a bola de futebol, brincando com a mesa, e colocando o chapéu do MST, deve ser visto como um ato de boa-vontade. Lembremo-nos de que o Presidente Lula esteve em lugares como a Confederação Nacional da Indústria, esteve na Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), esteve na sede da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), nos centros maiores do capitalismo, nos centros da elite brasileira; esteve, na semana passada, por ocasião da distribuição dos prêmios da revista **Exame** aos principais empresários brasileiros. Ali abraçou aquele que é considerado o maior empresário brasileiro, vencedor de alguns dos prêmios da revista **Exame**, Antonio Ermírio de Moraes; teve a oportunidade de cumprimentar os vencedores da Mahle Metal Leve SA., que foi considerada a empresa mais significativa, que teve o melhor desempenho no ano passado. Em todas essas oportunidades, o Presidente foi extremamente afável e amável com empresários. O fato de Sua Excelência ser amável com trabalhadores rurais significa a compreensão pelo Presidente Lula da importância deste movimento, não significa necessariamente que esteja a aplaudir este ou aquele exagero do MST. Portanto, significa a vontade do Presidente de estar dialogando com os trabalhadores, inclusive, de colocar num lado da mesa

o MST e, de outro lado os proprietários, os fazendeiros. Inclusive, eu gostaria de ressaltar que nós, do Partido dos Trabalhadores, gostaríamos também que o Senado Federal venha a ser um dos pontos de diálogo, de catalisação de uma reforma agrária pacífica e adequada. Isso poderá ser feito se esta comissão parlamentar de inquérito proposta pelo Líder Arthur Virgílio, que já obteve 34 assinaturas, tiver um caráter que não seja simplesmente o de demonização do MST, mas de um exame da estrutura fundiária tão concentrada no Brasil.

Lembremo-nos que se nosso coeficiente Gini de desigualdade se aproxima de 0,60 – um dos maiores do mundo – uma das razões para isso é justamente a desigualdade da propriedade da terra no Brasil, cujo índice se aproxima de 0,80.

Portanto, se quisermos modificar esse quadro precisamos efetivamente realizar a reforma agrária como um dos instrumentos principais de realização de justiça em nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente Serys Slhessarenko.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valdir Raupp.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 533, DE 2003**

**Requer voto de aplauso aos grupos folclóricos caprichoso e Garantido, pela notável participação no Festival de Parintins, do Amazonas.**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso pela deslumbrante exibição dos grupos folclóricos Caprichoso, classificado em primeiro lugar, e Garantido, no 38º Festival Folclórico de Parintins, no Amazonas. Requeiro mais, que o Voto de Aplauso seja comunicado aos dirigentes e artistas dos grupos, ao Prefeito Municipal de Parintins e ao Governo do Estado do Amazonas.

#### **Justificação**

As homenagens que ora formulamos justificam-se pelo significado do Festival Folclórico de Parintins, que este ano realizou sua 38ª apresentação. Por ser uma

das mais representativas manifestações da arte popular do País, na área do folclore e de exaltação às tradições populares nacionais, o Festival de Parintins vem atuando sobretudo em favor da cultura brasileira.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valdir Raupp.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 534, DE 2003**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada do PLS de minha autoria nº 202, de 2002, que altera a Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, para dispor sobre o direito dos estagiários a férias e dá outras providências.

Atendo, assim, aos apelos de instituições de entidades vinculadas a estágios de estudantes, que argumentam ser a proposição prejudicial aos programas gratuitos que já se desenvolvem nessa área.

Sala das Sessões, 7 de junho de 2003 – Senador **Edison Lobão**.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia, oportunamente nos termos do art. 256, § 2º, inciso II, alínea **b** do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valdir Raupp.

São lidos os seguintes

#### **REQUERIMENTO Nº 535, DE 2003**

##### **Requer informações ao Ministro da Saúde acerca das estatísticas oficiais de incidência do Mal de Hansen no Brasil.**

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Saúde informações acerca do total, na população brasileira, dos portadores do Mal de Hansen, esclarecendo principalmente:

1 – Causas do crescimento do número de pessoas com a doença;

2 – Providências para o combate ao Mal de Hansen, principalmente diante de estatísticas da OMS, segundo as quais o percentual, no Brasil, é de 4,1 casos para cada grupo de 10 mil habitantes.

#### **Justificação**

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. No caso em questão, estou solicitando esclarecimentos diante da divulgação de estatísticas da Organização Mundial de Saúde, indicando que o Brasil se transformou no País com o maior prevalência do Mal de Hansen no mundo. O interesse do Senado é o de se informar com segurança a respeito de questões como a que é objeto desse Requerimento.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

#### **REQUERIMENTO Nº 536, DE 2003**

##### **Requer informações ao Ministro da Justiça acerca das reuniões da Comissão de Anistiados Políticos, desse Ministério.**

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Justiça informações sobre o calendário de reuniões da Comissão de Anistiados Políticos, esclarecendo principalmente:

1 – Quantas reuniões realizou a Comissão no mês de junho do corrente ano;

2 – Quantas reuniões estão programadas para o mês de julho corrente e em agosto de 2003;

3 – Se é verdadeira a denúncia veiculada pela coluna **Boechat**, do **Jornal do Brasil**, edição de 6 de julho de 2003, segundo a qual a Comissão não tem realizado reuniões.

#### **Justificação**

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerro-

gativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta. No caso em questão, estou solicitando esclarecimentos diante da denúncia veiculada pela coluna **Boe-chat**, na edição de 6 de julho de 2003 do Jornal do Brasil. O interesse do Senado é o de se informar com segurança a respeito de questões como a que é objeto desse Requerimento, sobretudo por se tratar de assunto de relevante interesse, cujo retardamento ocasiona prejuízos e angústia aos anistiados políticos.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

#### REQUERIMENTO Nº 537, DE 2003

##### **Requer informações ao Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União acerca dos resultados do Programa de Fiscalização.**

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Exmo. Senhor Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União informações sobre o número de municípios sorteados para inspeções, até esta data, quais foram esses municípios e os resultados das investigações.

##### **Justificação**

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em questão, estou solicitando esclarecimentos sobre o total de municípios já sorteados pelo Programa Fiscalização, da CGU. O interesse do Senado é o de se informar com segurança a respeito de questões como a que é objeto desse Requerimento, sobretudo por se tratar de assunto de relevante interesse para as atividades parlamentares.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2003. – Senador **Arthur Virgílio** Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216, do Regimento Interno.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, qualquer breve leitura dos jornais diários, dos noticiosos da televisão e das matérias das revistas semanais bastam para aferir a péssima impressão que o Presidente Lula vai disseminando na Nação, com sua maneira informal de se conduzir. Informal demais para quem é detentor do mais alto cargo da República.

A grotesca cena do boné, por exemplo, só não foi exprobrada pelo círculo íntimo do Presidente, alguns de seus Ministros e alguns dos parlamentares da sua base de apoio.

Na imprensa, a recriminação foi unânime. Leio, ao fim deste pronunciamento, para exemplo, a coluna da jornalista especializada em economia, Miriam Leitão, de **O Globo**, cujo teor solicito que passe a integrar este pronunciamento, para que conste dos Anais do Senado Federal.

Também desejo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, registrar o artigo intitulado “O unilateralismo global”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Brasileiro**, edição de 6 de julho do corrente ano.

Ao mesmo tempo em que solicito que a matéria, de extrema atualidade seja inserida nos Anais do Senado, aproveito para destacar o raciocínio sobre o novo realismo existente nas relações internacionais e a necessidade de uma maior cooperação internacional para a construção de uma ordem mundial mais legítima.

Os artigos que passo a ler para que fiquem integrando este pronunciamento, são os seguintes:

##### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

## PANORAMA ECONÔMICO

MIRIAM LEITÃO

### Receber e concordar

• O ministro José Dirceu disse ontem que há "hipótese zero de o governo ser conivente com qualquer violência", ao se referir ao MST. Naturalmente, é isto que se espera. Mas gestos e palavras do governo têm confundido o país. O MST, que tem violado a lei sistematicamente, foi recebido em festa no Palácio e não se comprometeu com nada, nem mesmo com a redução das invasões.

O ministro disse que "o governo não aceita que se desrespeite a lei" porque "governo que faz isso deixa de ser governo". Este é um ponto fundamental: as autoridades constituídas devem mesmo zelar pelo respeito à lei e à ordem democrática. Não podem passar a idéia de que são coniventes com o MST e seus métodos agressivos, ou com fazendeiros que mobilizam capangas.

O MST fechou rodovias. Isso é desrespeito ao direito de ir e vir. O MST queimou tratores, saqueou caminhões. Invadiu fazendas produtivas, isso é contra o direito de propriedade. O MST invadiu órgãos públicos, tomou pessoas como reféns, destruiu experimentos agrícolas. Escalou seus atos hostis exatamente nos seis meses em que o Brasil é governado por um presidente que não poupa esforços em demonstrar que está aberto ao diálogo. Não ajuda o Brasil estigmatizar o MST. Ele tem sua luta, tem seus métodos. É melhor ter um movimento assim, legalizado, público, atuando abertamente, dialogando com a sociedade que outras situações que encontramos em outros países". Diz o ministro José Dirceu. Tem razão: é preferível ter um movimento legalizado, mas é fundamental que ele respeite as leis do país; do contrário, será um movimento legalizado que comete ilegalidades.

O governo está se atrapalhando em alguns conceitos e não tem entendido a força dos símbolos na comunicação. As imagens das brincadeiras, festas do presidente, diante de um movimento que acaba de escalar o conflito, têm um forte valor simbólico. Eles estão se sentindo autorizados a continuar fazendo o que fizeram. Até porque o governo nada pediu em troca. Eles saíram do Planalto dizendo que não darão trégua. Faz sentido "não dar trégua" a um governo que está ostensivamente ao lado deles?

O Brasil precisa de reforma agrária. Deveria tê-la feito no século XIX, porque essa é uma exigência pré-capitalista. Desse atraso histórico, evidentemente, não tem culpa o atual governo e é fundamental que isso esteja na agenda dos atuais mandatários, como esteve na do governo passado. Não se discute que mais velocidade, agilidade e recursos são necessários para não termos que esperar mais um século para enfrentar o problema. Quem discorda dos métodos do MST não está contra a reforma agrária necessariamente. A maioria do país é a favor da reforma agrária, mas contra fazê-la na marra.

Os líderes do MST têm dito à imprensa que não controlam o movimento e, portanto, não podem promover a diminuição dos atos violentos. Só o atendimento às reivindicações é que, segundo eles, vai

naturalmente reduzindo a tensão e as invasões. Se fosse assim, as invasões não teriam diminuído estrategicamente durante o período eleitoral. E se eles não controlam o movimento, se não podem impedir invasões nem outros atos hostis, se são líderes que não lideram, por que recebê-los? O fato é: não se trata de um movimento social espontâneo, anárquico, sem interlocutores. Cada invasão, ou ato de protesto, tem sido um evento precedido de planejamento logístico, fornecimento de meios de transporte, mobilização e recrutamento de participantes. Eles não são famintos tangidos pela fome que, sem outra alternativa, saqueiam para sobreviver. São pobres produzidos pelas mazelas sociais brasileiras que estão sendo articulados por lideranças com objetivos ideológicos.

Cabe lembrar aqui uma velha lição da luta contra leis ilegítimas. Num dos seus discursos, Martin Luther King usou uma imagem muito usada nas décadas seguintes: que os sinais de trânsito existem para organizar a circulação de pessoas e veículos pelas vias públicas, mas, se há uma pessoa morrendo, você pode e deve desrespeitar o sinal e salvar a vida.

Foi assim na ditadura, quando o hoje ministro José Dirceu, o hoje presidente do PT, José Genoino, e tantos outros membros do atual governo, e milhões de outros cidadãos brasileiros enfrentaram a ditadura e as leis em vigor. Era um governo ilegítimo, uma ordem discricionária, uma emergência. Diante disso, brasileiros usaram os métodos de resistência possíveis.

Atualmente o que se tem é uma democracia consolidada, uma Constituição democrática, instituições funcionantes e um presidente eleito pelo voto popular. Não há motivos para que um movimento social infrinja as leis para demonstrar seu descontentamento ou aspirações. Toda a eloquência pode ser exibida dentro da lei.

Governos democráticos são sensíveis à pressão dos movimentos sociais, mas não podem abrir mão de sua autoridade. O governo pode dar razão à luta do MST, mas não pode ser conivente com seus atos. Tem que desarmar os fazendeiros que assustam a todos com seus capangas e armarmentos pesados, mas não como um aliado do MST e sim por ser a autoridade constituída. Tem que mediar os conflitos, não acirrál-os. O presidente é de todos os brasileiros e pode receber quem quiser, mas não pode desconhecer o conteúdo simbólico das imagens. "Receber não é concordar", explicou José Dirceu. Os gestos de carinho do presidente a um grupo que, ao sair do encontro, avisou que não haverá trégua misturaram receber com concordar.

# O unilateralismo global

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Ex-presidente da República, é sociólogo

A guerra do Iraque, como toda guerra, feitas as contas das vítimas, causou horror. Vítimas humanas e vítimas no sentido figurativo: ela matou a crença na eventualidade de o governo americano ajudar na construção de uma ordem mundial mais legítima. Essas consequências negativas começam a aparecer com maior nitidez. Eu não ponho em dúvida as convicções dos que, a despeito da pouca evidência de conexões do governo iraquiano com o Al-Qaeda e de sua incapacidade para utilizar ofensivamente as armas de destruição em massa aca-so existentes, lançaram-se à guerra. É que eles estavam agindo mais como cruzados do que como homens de Estado. A motivação era salvacionista. É comum verem-se os países cujos Estados surgiram das grandes revoluções contemporâneas (a americana, a francesa e a russa) desejarem que os demais povos gozem dos benefícios que, segundo sua ótica, seus respectivos sistemas políticos oferecem. Napoleão invadiu meio mundo para impor sua visão salvacionista.

Outra coisa não fizeram os soviéticos. Por que não agiram assim os americanos? Mas há diferenças. A revolução americana fez-se com o credo da liberdade, do respeito aos direitos individuais e das leis, e com o apreço constante ao pluralismo. Por isso é chocante ver a atitude de prepotência que encarna a missão "civilizadora" e universalista da cultura americana, como se fosse um legado divino do céu ou morre. Essa disposição imperial de assumir a responsabilidade de definir o que é bom para cada país e para o mundo tem sido apresentada de forma errada tanto na vida política como na Academia. Nada mais direto e elucidativo a esse respeito do que o discurso recente de Condoleezza Rice na Inglaterra. Existe uma nova ordem mundial baseada na decisão unilateral da potência hegemônica. Esta velará por nós. Havendo risco de algum Estado-

de armas de destruição em massa ou de constituir-se campo de abrigo e treinamento de terroristas, será castigado.

Há, claro, espaço para os aliados: é só desejarem ajudar os Estados Unidos a cumprirem sua missão salvadora que serão bem-vindos e mimados. Para exemplificar a assimilação da nova doutrina por setores da Academia, basta ler o número de maio-junho da prestigiosa revista *Foreign Affairs*. Em alentado ensaio, Michael Glennon explica por que o Conselho de Segurança falhou e mostra como fracassou o grande objetivo de submeter o uso da força à lei (to the rule of law). O que mais chama a atenção no artigo de Glennon, além da aceitação indulgente da premissa da falência do Conselho de Segurança, é o esforço para fundamentar na melhor tradição política americana o dilema: por que o poderoso — o hegemônico — deveria obedecer à lei?

Madison se atormentou para conciliar o princípio da igualdade com a regra do mais forte. Se todos são iguais perante a lei, o forte, eventualmente terá de subordinar-se ao fraco. O argumento de Madison para justificar uma regra legal válida para todos subsiste: quem é forte hoje pode ser fraco amanhã, logo é melhor definir regras do jogo válidas para todos para evitar surpresas futuras. Glennon deixa de lado Madison e opina: qualquer sistema dominado por um "superpoder" terá enormes dificuldades para manter uma ordem baseada autenticamente nas regras da lei. Gostemos ou não, diz ele, prevalece o velho sistema Westfaliano e os Estados não são fiéis a leis com as quais não concordam. Tudo bem. Um pouco de realismo ajuda a entender qualquer política. O grave é que, ao assim afirmar, torna-se claro que os Estados Unidos não concordam mais em fa-

zer de conta que são iguais. Ora, como esse princípio fundamenta todo o arcabouço político-jurídico das instituições criadas pelos vencedores da Segunda Grande Guerra, resta proclamar sua inutilidade e não só a do Conselho de Segurança. Ouvindo novamente Madison, Glennon propõe que, tomando em conta a eventualidade de outra potência hegemônica no futuro, os Estados Unidos construam uma nova estrutura mundial mais realista e, portanto, capaz de lidar com os desafios contemporâneos para substituir a ordem atual, senão eliminando, atenuando os ímpetos idealistas advindos da idéia de igualdade. A partir dessa ótica, faz sentido que Condoleezza Rice tenha começado a dizer quais são as novas regras. E os incomodados que se mudem, pois força não terão para contestar a vontade hegemônica.

O raciocínio peca, entretanto, por não tomar em consideração

as mudanças já ocorridas no mundo. O impulso tecnológico que sustenta a globalização econômico-financeira e que dá decisiva vantagem militar aos Estados Unidos cria o gérmen de uma "sociedade global" com uma opinião pública ativa e organizações não governamentais importantes. Por certo, enquanto essa opinião não atingir o público americano (com todas as consequências eleitorais, pois, diga-se o que se quiser, a revolução americana fincou a democracia no Norte) seu efeito será mais simbólico do que efetivo. Mas, cedo ou tarde, a América se reencontrará com consigo mesma. Convém considerar também que o sistema westfaliano operava a guerra e a paz entre nações-estado recém formadas, baseadas em exércitos pouco "nacionais".

Hoje a guerra é outra. Além da tecnológica, existe a do terror. Essa nova guerra opera por redes, não se baseia em exércitos e não necessariamente em Estados nacionais. Não precisa de alta tecnologia para destruir e matar: convoca iluminados e crentes que se dispõem a morrer e dispensam quartéis. Nesse contexto, quando e como pode o hegemônico cantar vitória e, à moda de Clausewitz, sujeitar o inimigo a sua vontade? Contra o terror, que parece ser o real inimigo da paz e da democracia, de que adianta o "unilateralismo global" dos americanos, como o qualifica o responsável pela segurança e pelas relações internacionais da União Européia, Javier Solana?

O novo realismo nas relações internacionais talvez peque por ser mais ingênuo do que parece. É certo que se precisa de mais determinação no sistema mundial para lutar contra o terrorismo e pelos direitos humanos. Mas, sem maior cooperação internacional, sem um grau maior de consentimento das pessoas e de adesão efetiva dos Estados à nova ordem, os dilemas continuarão. E certamente, sem maior apelo à igualdade, qualquer ordem que se queira nova será apenas um ditado do poder hegemônico, ou seja, "unilateralismo global".

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, na tarde de hoje, para comentar a matéria intitulada “Indústria recua no Rio, SP e Minas”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 18 de junho do corrente.

A matéria, que solicito seja incluída nos Anais do Senado Federal, destaca que, segundo recente pesquisa do IBGE, foram registradas quedas na produção industrial em 9 das 12 regiões brasileiras pes-

quisadas pelo Instituto, indicando uma forte retração do mercado interno.

A matéria, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é a seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

 <b>RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.</b> Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica Presidência da República						
JORNAL	<b>O GLOBO</b>	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
		<b>18</b>	junho de 2003	<b>ECONOMIA</b>	<b>12</b>	<b>213</b>

## Indústria recua no Rio, SP e Minas

Retração do mercado interno afetou 9 das 12 regiões pesquisadas pelo IBGE

**Luciana Rodrigues**

• A retração do mercado doméstico se acentuou em abril e nove das 12 regiões brasileiras pesquisadas pelo IBGE registraram queda na produção industrial. Em março, a situação era inversa: oito regiões haviam crescido. O desempenho só foi positivo nos estados em que há produção voltada para o mercado externo, extração de petróleo ou fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura. Segundo a Pesquisa Industrial Regional do IBGE, divulgada ontem, no Estado do Rio houve retração de 0,2%, em relação a abril do ano passado, depois três meses consecutivos de alta.

**Em SC, o pior resultado; no Espírito Santo, o melhor**

Em São Paulo, pela primeira vez desde outubro, o resultado foi negativo. A produção da indústria paulista caiu 5,3%, queda maior do que a registrada na média nacional (-4,2%). Afetada pelo desempenho de setores ligados ao mercado interno, a indústria de Santa Catarina despencou 10%, a maior queda desde março de 1996. A produção catarinense de vestuário e calçados caiu 38,9%. Nos materiais plásticos, a queda foi de 41,4% e no setor têxtil, de 16,7%.

— Em comparação aos meses anteriores, houve uma maior quantidade de regiões e de setores com queda na produção industrial — afirmou An-

dré Macedo, técnico do Departamento de Indústria do IBGE.

Segundo Macedo, as exceções foram os setores voltados para exportação, extração de petróleo ou agronegócios. No Espírito Santo, a indústria cresceu pelo décimo-terceiro mês consecutivo. A expansão, de 17,8%, foi graças ao bom desempenho da extrativa mineral, com alta de 40,3%, e do setor de papel e papelão, com vendas destinadas principalmente ao mercado externo e cuja produção aumentou 48,6%.

No Rio Grande do Sul, que também teve resultado positivo, o que sustentou a indústria foi a produção de colheitas agrícolas. Com isso, o

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) –  
Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko) –  
Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 39 minutos.)*

**ATA DA 87ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,  
EM 30 DE JUNHO DE 2003**

**(Publicada no Diário do Senado Federal nº 092, de 1º de julho de 2003)**

**RETIFICAÇÃO**

À página 16608, 2ª coluna, na leitura de mensagem do Presidente da República que submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Paulo Dyrceu Pinheiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe,

**Onde se lê:**

MENSAGEM Nº 282

**Leia-se:**

MENSAGEM Nº 138, DE 2003  
(Nº 282/2003, na origem)



## Ata da 6ª Sessão Não Deliberativa em 8 de julho de 2003

### 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,  
Romeu Tuma, Heráclito Fortes e Papaléo Paes*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª tem a palavra.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

**O SR. EURÍPEDES CAMARGO** (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. EURÍPEDES CAMARGO** (Bloco/PT – DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, no momento em que V. Exª entender conveniente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Lúcia Vânia e Senadores Eurípedes Camargo e Mão Santa, V. Exªs serão atendidos de acordo com o critério da Mesa de alternar entre os oradores inscritos e as comunicações inadiáveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Por permuta, concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul.

V. Exª dispõe de até 20 minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje a Organização das Nações Unidas divulga o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) relativo ao ano de 2001, no qual o Brasil aparece como o país que mais avançou, ganhando 16 posições desde que o índice foi criado, em 1975.

Na primeira edição do IDH, o Brasil recebeu índice de 0,643, o equivalente, hoje, ao padrão de desenvolvimento da Nicarágua e pouco melhor que o de países africanos pobres, como Botsuana e Namíbia.

No relatório relativo a 2001, o índice brasileiro é de 0,777, o que nos dá a 65ª posição nesse **ranking** de desenvolvimento humano da ONU.

Em termos de América Latina, isso nos coloca acima da Venezuela (0,775), mas algumas posições abaixo da Colômbia, Panamá, México, Cuba, Trinidad e Tobago, Chile, Uruguai, Argentina.

Compõem o IDH indicadores como expectativa de vida ao nascer, analfabetismo adulto, taxa de escolaridade e renda **per capita**.

Os itens que mais contribuíram para o avanço do País foram longevidade e educação. Desde 1975, a expectativa de vida do brasileiro aumentou oito anos – de 59,5 anos, em média, para 67,8.

Quanto à educação, entre 1990 e 2001, a taxa de matrícula no ensino fundamental (crianças de 7 a 14 anos) saltou de 86% para 97% e a de alfabetização de adultos (pessoas com 15 anos ou mais) subiu de 82% para 87,3%.

Mas, Srªs e Srs. Senadores, é na distribuição de renda que o IDH do Brasil é puxado para baixo. De acordo com o relatório da ONU, o aumento médio anual de rendimento **per capita** no País foi de 0,8%, entre 1975 e 2001, percentual inferior ao mundial (1,2%,) e ao dos países em desenvolvimento (2,3%).

Segundo a ONU, 10% da população brasileira têm renda setenta vezes maior que os 10% mais po-

bres. No norte do País, a pobreza chegou a aumentar nos últimos anos.

Portanto, esse relatório das Nações Unidas nos remete diretamente para o nosso maior problema: a concentração de renda e o desemprego. Se analisarmos os últimos dados – e aí recorro ao Dieese –, vamos ver que a massa salarial, na última década no Brasil, diminuiu em torno de 12%.

Quanto ao desemprego, é lamentável vermos o que aconteceu recentemente no Rio de Janeiro e em Curitiba, em que pessoas, em uma fila, estavam à procura de emprego. No Rio de Janeiro, pessoas disputavam uma vaga de gari. Na antiga capital do nosso País, para concorrer a um total de 1,5 mil vagas para gari, inscreveram-se 130 mil candidatos. Em Curitiba, cerca de 30 mil inscritos disputarão 18 vagas para cozeiro.

É importante frisar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que, quando trazemos esses dados, vinculados aos dados da ONU, mais uma vez queremos destacar, embora pelo lado negativo, a questão do desemprego e do baixo salário do povo brasileiro.

A relação entre o número de candidatos e as vagas oferecidas é tão desproporcional, que, para a função de gari, por exemplo, se está exigindo que o candidato tenha o 1º Grau. Olhando por esse ângulo, se para obter uma vaga de gari é preciso ter o 1º Grau, quem não o tem está destinado a fazer o quê? Eis a pergunta que fica. Esse pré-requisito para a função, que não exige qualquer qualificação, tende a discriminar pessoas com menor grau de instrução, que acabam sem qualquer chance de encontrar uma ocupação.

Sr. Presidente, no Rio de Janeiro foram tantos os candidatos, que houve tumulto, inclusive com a intervenção da tropa de choque da Polícia Militar, que teve que usar bomba de gás lacrimogêneo, causando ferimentos e, conseqüentemente, gerando violência. Na verdade, 90% não conseguiram o chamado posto de trabalho para gari.

Todos sabemos, segundo a violência retratada naquele episódio, que, na realidade, o desemprego contribui para que a violência aumente na mesma proporção em cada bairro, em cada vila, em cada cidade, pela situação desesperadora da população.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, eu gostaria de participar do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, sempre é uma satisfação e até um orgulho para este Senador receber um aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> aborda, em seu pronunciamento, dados divulgados pela ONU relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é calculado com base nos fatores educação, saúde, longevidade e riqueza. O economista, para sofisticar, não afeita notas de zero a dez – como faríamos nós, cidadãos comuns –, mas, sim, de zero a um: na faixa de 0,0 a 0,4, estão os povos com péssimas condições de vida; na de 0,4 a 0,8, os que detêm medianas condições de vida; na de 0,8 a 1,0, o primeiro mundo. Quanto assumi o Governo do Piauí, aquele Estado estava em péssimas condições. Eu o coloquei em medianas condições de vida. E quero testemunhar a importância e o exemplo do Piauí hoje. No jornal **Folha de S.Paulo**, em um caderno que trata de qualidade de vida, há um artigo que mostra o exemplo que o Piauí dá ao Brasil e ao Governo Luiz Inácio Lula da Silva, que diz o seguinte: “No tema desigualdade, o Piauí é citado como exemplo na distribuição de terra para pequenos agricultores. Segundo o relatório deste ano, a reforma agrária no Estado ajudou a diminuir a pobreza e a desigualdade de renda na região, além de ter aumentado o número de terra plantada”. É o que sempre afirmei: entendemos que a terra é de quem nela nasce, planta, trabalha, colhe e vive. Portanto, o Piauí ajudou na elevação do IDH do Brasil.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, que traz para o debate a questão da reforma agrária. Todos sabemos que o eixo hoje, no Brasil, no debate da conjuntura, é a questão do crescimento no campo e na cidade. Um dia desses, um Ministro comentou que, se pudesse dizer três palavras, diria: crescimento, crescimento e crescimento. Concordo, mas eu diria mais: combate ao desemprego, ao desemprego e ao desemprego; políticas de emprego, de emprego e de emprego.

V. Ex<sup>a</sup> fala da reforma agrária e eu aproveito para reafirmar uma posição, que é defendida pela Contag e por todos os movimentos que atuam na área dos trabalhadores rurais: se a reforma agrária acontecesse, efetivamente, no País, poderia gerar cerca de 10 milhões de novos empregos. Vi, por exemplo, nesta semana, que representantes dos trabalhadores organizados – se não me engano, do MST – estão cadastrando os desempregados, e já se fala num acampamento com cerca de 50 mil desempregados. É claro que se trata de um movimento de pressão para que a reforma agrária efetivamente aconteça. A reforma agrária tem que acontecer, porque é um dos meios para colocarmos o nosso povo e não vermos uma situação desesperadora como esta

– insisto nisso porque é um exemplo simbólico, mas importante: 130 mil pessoas concorrendo para o emprego de gari no Rio de Janeiro, em busca de algumas centenas de vagas; ou, no caso de Curitiba: 30 mil pessoas disputando 18 vagas para cozeiro.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Pois não, nobre Senador Ney Suassuna. Não há como não conceder, de imediato, o aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Por isso, interrompo o meu pronunciamento para ouvir V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Agradeço muitíssimo a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Paulo Paim. Sou admirador de V. Ex<sup>a</sup>, pela sinceridade e pela persistência com que defende os seus pontos de vista, e solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>, pelo que acabou de dizer. Realmente, causou-me espécie ver 130 mil pessoas em busca de um emprego de R\$400,00, para o qual só havia 900 vagas. E, mais ainda, esse segundo fato sobre o qual V. Ex<sup>a</sup> acaba de falar: milhares de pessoas disputando, se não me engano, três vagas para cozeiro no interior. Isso mostra como estamos realmente vendo mal o problema dos brasileiros. No caso do Rio, muita gente diz que eles não gostam de trabalhar. O que eles não têm é trabalho. Algumas pessoas chegaram de madrugada para se inscreverem e só foram atendidas lá pelas 16 horas. Solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>, e digo mais: sou a favor da reforma agrária e a quero rápido. Fui um dos que subscreveram a CPI, mas com o objetivo de acelerar. Temos que acelerar. Não sei se é uma solução, porque ainda não vi nenhum desses lotes inteiramente com sucesso. O Governo não pode só dar a terra, tem que dar treinamento, tem que fazer a comercialização. Enfim, são tantas as coisas, mas penso ser legítimo alguém procurar alguma coisa para fazer, inclusive um lote de terra. Isso é melhor do que ficar ingressando em uma outra senda que termina mal, que é a da bandidagem. O Brasil precisa urgentemente de empregos, e sei o quanto V. Ex<sup>a</sup> luta não só pelos empregos, mas também pela remuneração. Daí a minha admiração e solidariedade.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Obrigada, Senador Ney Suassuna. Quero apenas dizer da nossa alegria de ver a sua posição muito firme e muito clara. V. Ex<sup>a</sup> também falou da tribuna, numa outra oportunidade, sobre esse exemplo do Rio de Janeiro, que continua a repercutir agora com o que aconteceu em Curitiba. Isso demonstra que não se trata de uma situação isolada, uma situação do Rio, de Curitiba ou de Brasília.

**O Sr. Eurípedes Camargo** (Bloco/PT – DF) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Concedo, em seguida, o aparte ao Senador Eurípedes Camargo.

Quero apenas dizer que as cidades satélites de Brasília têm o mais alto índice de desemprego do Brasil, chegando a 33%.

**O Sr. Eurípedes Camargo** (Bloco/PT – DF) – Essa é uma realidade que, infelizmente, está registrada, uma realidade crua que representa um fato nacional. Quanto à questão da terra, quero citar um exemplo. Em Rubiataba, onde nasci, uma região de pequenos agricultores, foi criada uma colonização com pequenos proprietários, que realizaram, ao longo dos 60 anos de existência da região, uma cooperativa de crédito agrícola. Essa cooperativa dinamizou a região, criando possibilidades e trazendo prosperidade. Lá, não há desemprego hoje. O exemplo das cooperativas, que o Presidente da República propõe para restabelecer o crédito e colocar a possibilidade do acesso das pessoas aos recursos, acredito que seja uma preocupação. É claro que várias outras medidas deverão ser tomadas, e V. Ex<sup>a</sup>, com sua preocupação, tem o respaldo de todos os brasileiros que se preocupam com a questão social, que V. Ex<sup>a</sup> tão bem defende nesta Casa.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Eurípedes Camargo, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte. Citarei um exemplo rápido do meu gabinete. Como sou autor do Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial e da Pessoa Portadora de Deficiência, resolvi contratar duas pessoas cegas para o meu gabinete aqui em Brasília, porque já tenho duas pessoas deficientes no meu gabinete no Rio Grande do Sul – uma cega e a outra deficiente, mas não visual –, que fazem um excelente trabalho. Portanto, em vista dessa experiência muito positiva, resolvi fazer o mesmo aqui em Brasília, e fiquei impressionado com o número de pessoas que mandaram currículo para trabalhar no gabinete, com um salário considerado pequeno. Emocionado e movido pela situação, contratei dois senhores, que começam a trabalhar em meu gabinete a partir desta semana.

Mas não estou aqui dando o meu exemplo de forma demagógica ou a me auto-elogiar. Quero apenas dizer que os contratei porque fiquei impressionado com a produção dos dois que contratei no Rio Grande do Sul, que produzem muito mais do que muita gente que tem visão perfeita e nenhuma deficiência. Portanto, estou sendo prático, objetivo. Entendo

que esses companheiros e companheiras podem ocupar um espaço de destaque se abrimos as portas para que possam desenvolver todo o seu potencial, toda a sua capacidade. Mas o fato é que fiquei impressionado com o número de pessoas que se apresentaram. Ver tanta gente desesperada à procura de um emprego mexe, é claro, com as nossas emoções.

Mais uma vez, para encerrar, informo que entrei com um pedido de criação de uma comissão geral para debater aqui, no plenário do Senado, a questão do desemprego. Chamaremos empresários, trabalhadores, Ministros, para fazermos um debate tranquilo, solidário, fraternal e generoso. Pode ser que, desse grande debate, consigamos extrair propostas que venham na linha de gerar mais empregos.

Tenho uma proposta que parece estar sendo bombardeada pelos banqueiros. Mas, no dia em que eu apresentar uma proposta aqui e os banqueiros baterem palmas, é porque não é boa. Trata-se de uma proposta simples, pela qual o dinheiro da poupança deveria ser destinado à construção de casas para a população, e não, como fazem os banqueiros, à especulação. Como o dinheiro deles não vai para a construção, não há geração de emprego; conseqüentemente, a população continua não tendo onde morar. Vou insistir nesse projeto, apesar do bombardeio dos banqueiros. Antigamente, como eu disse outro dia, a maior parte do dinheiro da poupança era destinada à construção de casas, principalmente para a população de baixa renda. Sei que há um bombardeio na comissão correspondente para que esse projeto não seja aprovado, mas vou insistir. Já estou conversando com outros Senadores no sentido de que façamos aqui essa frente em defesa do emprego. Devemos debater essa a proposta por mim levantada – que não é a única, mas que pretende gerar mais emprego para toda nossa gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Dando início à lista dos oradores inscritos para comunicações inadiáveis, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás, por cinco minutos, e, em seguida, ao Senador Rodolpho Tourinho, do PFL do Estado da Bahia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>rs</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, solidarizo-me com o Senador Paulo Paim, quando analisa o relatório da ONU e destaca a concentração de renda como grande entrave do desenvolvimento brasileiro. Ao mesmo tempo, cumprimento o Senador Mão Santa, que aponta o lado positivo do re-

latório e destaca o Estado do Piauí e as ações sociais que lá implementou durante sua gestão, ações que resultaram na notícia boa que pretendo dar desta tribuna.

Embora reconhecendo que o relatório está longe daquilo que desejamos, quero ser portadora da boa notícia divulgada hoje por meio desse relatório.

O PNUD divulga o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003 e aponta que o Brasil melhorou em relação ao último relatório. Segundo o estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, houve avanços no número de matrículas em todos os níveis de ensino e na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e no aumento da expectativa de vida.

Em relação ao IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, que mede a longevidade, educação e renda de 175 países, subimos quatro pontos. É uma subida modesta, ainda estamos em posição desfavorável, desconfortável, que nos coloca na 65ª posição. É evidente que só o crescimento econômico, como bem disse o Senador Paulo Paim, poderá melhorar significativamente a nossa classificação. Mas é fato que as ações adotadas pelo Governo nos últimos anos em muito contribuíram para o avanço social.

E houve avanços no sentido de universalizar a educação e a saúde, com reconhecimento internacional. Os que apenas criticam eventuais desacertos do passado, próprio do processo inovador que se instalou na área social, com a divisão de responsabilidades entre Estado, União e Município, tentam ocultar que o País mudou.

Relembro aqui algumas questões positivas em relação aos programas sociais do Governo Fernando Henrique. Incorporamos a compreensão da sociedade de que havia necessidade de mudanças profundas na gestão pública. E um dos grandes avanços foi tirar a assistência social do favor e da caridade e lhe garantir o **status** de política pública.

Reconhecemos a necessidade de aperfeiçoar programas e projetos. Se houve naturais atropelos e equívocos em cadastros e seleção dos atendidos, que sejam feitas retificações. Mas tenho convicção de que o próprio sistema vai fazendo as correções quando há boa fé e rigor técnico.

Lutamos e muito para superar os desafios de um Estado pesado e fragmentado, onde a política social era feita na base do favor. Os ministérios sociais deixaram de ser balcões de troca entre políticos e os que ocupavam cargos públicos.

A adoção de princípios modernos de gerenciamento, focado na descentralização, passou a articular as três esferas do Governo, evitando paralelismo de ação, maximizando orçamentos, valorizando a responsabilidade fiscal. Foi preparado assim o ambiente para o avanço social.

Muitos ainda devem lamentar o fim do balcão de trocas que colocava Parlamentares e políticos como benfeitores de cada ação implementada. Mas não se pode retroceder na descentralização administrativa nem na parceria com as três esferas de governo e, também, com a sociedade civil. São avanços na reforma do Estado e na sua própria concepção que hoje se traduzem na mobilidade desses índices. Aliado a isso, o equilíbrio das contas públicas e a responsabilidade fiscal permitiram que esses gastos pudessem ser feitos de forma universal.

O País hoje adota nova concepção de orçamento. A criação do Fundef representou, sem dúvida nenhuma, um grande passo no sentido de utilizar, da melhor forma possível, os recursos públicos e de racionalizar os gastos na educação. Outro ponto a destacar foi a PEC nº 29, que vinculou os recursos da União, Estados e Municípios, maximizando os orçamentos da saúde.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Já concluo, Sr. Presidente.

Passamos a gastar melhor e contamos com mecanismos de fiscalização mais eficientes.

Ainda em relação à saúde, adotamos princípios de atendimento universal. O Governo passou a olhar de forma especial para determinadas fases e públicos: a infância, as mulheres, a família e os idosos. Aliás, pela primeira vez, essa faixa da população foi atendida por políticas públicas específicas que contribuem para a longevidade: cobertura assistencial para pessoas com mais de 70 anos, acompanhamento domiciliar por agentes de saúde, investimento na prevenção de doenças como diabetes e hipertensão, mutirões de cirurgia de catarata, campanha nacional de vacinação para terceira idade. Sem aparelhamento, nem troca de votos.

Falta agora complementar o aparato legal que permitiu a criação desse novo estado, com responsabilidade fiscal e atendimento social universalizado. É preciso cumprir uma nova etapa, votando uma lei de responsabilidade social que já tramita nesta Casa. É um projeto de minha autoria que permitirá estabelecer metas e monitorar resultados. Dessa forma, essa

mobilidade de índices poderia ser mais rápida e mais eficiente.

Nos Estados onde o PSDB é governo, estamos aperfeiçoando os critérios técnicos para balizar a ação social, convocando a fiscalização da sociedade por meio de observatórios. Trabalhamos com seriedade para aperfeiçoar as metas sociais e adotar indicadores eficientes para orientar as políticas de inclusão. Temos resultados a mostrar, como a redução da gravidez precoce em São Paulo.

Essas ações foram capazes de permitir a mobilidade num país onde a concentração de renda é um entrave ao desenvolvimento. Tivemos coragem de mudar. Os que não perceberam essa mudança estão sendo atropelados pela própria história, impedidos de prosseguir no que representa avanços e sem condições de corrigir rumos quando necessário.

Não se pode correr o risco de reinventar as políticas a cada governo, com prejuízo das populações atendidas. Índices sociais, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, não se alteram por decreto, nem por discurso recheado de boas intenções.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Rodolpho Tourinho, acaba de chegar um requerimento à Mesa, comunicando o falecimento de uma figura de relevância nacional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 538, DE 2003**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido hoje, 8 de julho de 2003, em São Paulo, do ex-Deputado Federal e ex-Governador da Paraíba, Tarcísio Burity, bem como a apresentação de condolências à família e ao Estado.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2003. – **Ney Suassuna** (PMDB-PB) – **José Maranhão** (PMDB – PB) – **Efraim Morais** (PFL – PB).

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra as Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que o desejarem.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o requerimento apresentado pela Bancada da Paraíba no Senado Federal, de autoria dos Srs. Senadores José Maranhão, Ney Suassuna, contando com a nossa assinatura, pede inserção em ata do voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador da Paraíba e ex-Deputado Federal, Tarcísio Burity.

Entre as homenagens, Sr. Presidente, que podemos prestar a homens e mulheres ilustres que serviram a este País, está o requerimento de voto de pesar para ser inserido em ata. Para que mereça tal honraria, o homenageado precisa, entre outras condições, ter sido membro do Congresso Nacional ou Governador do seu Estado.

O ex-Governador Tarcísio Burity, que nasceu em 1938, ao longo de sua profícua carreira política como jurista, sociólogo, acadêmico, Governador por duas vezes e Deputado Federal, deu a este País, em alguns dos momentos mais difíceis da nossa História, um exemplo de dignidade, honradez e espírito público incontestes. Seu falecimento, hoje, em decorrência de complicações cardíacas que o levaram a uma cirurgia de emergência, entristece todo o Estado da Paraíba, o Brasil e, principalmente, o Congresso Nacional, do qual o homenageado fez parte como Deputado Federal. Foi, inclusive, o Deputado Federal mais votado da história política da Paraíba.

Sua vocação pública manifestou-se desde a escolha profissional e acadêmica. Graduado em Direito, em 1961, logo iniciou o exercício da profissão como promotor público, de 1962 a 1963. No prosseguimento de seus estudos, formou-se em Sociologia, na França, em 1964, e doutorou-se em Ciência Política, na Suíça, em 1967. De sua experiência como dirigente universitário, reitor e diretor da faculdade, partiu logo para o reconhecimento, para uma carreira pública a serviço de seu Estado, tendo sido Secretário Estadual de Educação e, posteriormente, Governador no período de 1979 a 1982; Deputado Federal, de 1983 a 1987; e novamente Governador, de 1987 a 1991.

Suas posições políticas de vanguarda em relação ao seu tempo levaram-no, simultaneamente, à rejeição dos que não se coadunavam com a democratização do País e ao reconhecimento público de seus eleitores. Defendeu a redemocratização, a concessão

da anistia, a emenda das Diretas Já, a Constituinte e um sem número de bandeiras democráticas e de extensão das liberdades políticas e dos direitos cívicos.

Ao registrar em seus Anais o voto de pesar – repito, de autoria dos Senadores José Maranhão e Ney Suassuna e de nossa autoria –, o Senado Federal não faz mais do que reconhecer a grande figura que ele representou e representa para a comunidade nacional.

Oportunamente, espero que, juntos, os Senadores da Bancada da Paraíba no Senado Federal, possamos prestar-lhe uma homenagem condizente com a contribuição que deu ao País e ao nosso Estado.

Era o que tinha a dizer no momento, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

*Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra para encaminhar o requerimento ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para nós, paraibanos, hoje é um dia de pesar, exatamente pela perda irreparável de Tarcísio Burity. Ele foi Governador duas vezes e iniciou sua vida como seminarista – talvez daí o jeito pacato de sempre nos atender coloquialmente, com aquela conversa, vamos dizer assim, até sacerdotal. Brilhante, mestre, doutor... Tive de enfrentá-lo numa eleição. Foi meu concorrente, meu adversário na campanha que me trouxe a esta Casa. Essa foi uma campanha muito dura, pois ele tinha 43% e eu, apenas 3%. Terminei ganhando, numa campanha limpa, ética, tão ética, tão sem uso de artifícios baixos que, após a eleição, fiz questão de visitá-lo. E a sua cordialidade foi tamanha, que a nossa amizade aí surgiu. E, até o seu passamento, eu o considerava no rol de amigos e tenho certeza de que ele fazia o mesmo.

É uma pena que a Paraíba tenha perdido essa experiência e é uma pena para as artes, para a cultura.

O ex-Governador Tarcísio Burity era tão amante da música que chegou a compor muitas partituras de música clássica. Não assinava Tarcísio Burity, mas, sim, com o nome de T. Virgilius.

Ele deixa, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, D<sup>a</sup> Glauce Maria Navarro Burity como viúva e quatro filhos: Tarcísio, Maurício, Leonardo e André Luiz.

Lamento enormemente e não poderei, amanhã, deixar de estar presente ao seu sepultamento, porque é a homenagem que podemos fazer a um grande paraibano e a um grande brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador José Maranhão. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos. Esse é o único requerimento em que o Regimento permite apartes.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Paraíba, de fato, está muito triste com a morte do ex-Governador Tarcísio de Miranda Burity. Burity deixou um legado político e um legado administrativo que lhe valeu o reconhecimento da opinião do Estado quando se sagrou o mais votado deputado federal da história política da Paraíba até hoje.

Não era propriamente um político profissional no sentido restrito da palavra. Burity era sobretudo um intelectual, um teórico do Direito, mas a sua gestão como Governador do Estado o fez superar, junto às grandes massas populares, quaisquer limitações políticas. O fato de ter-se sagrado o deputado federal mais votado em toda a história da Paraíba comprova inteiramente o acerto de sua administração e sobretudo a sua grande empatia com o povo.

Conheci-o de perto como amigo pessoal que sempre fui, companheiro da turma de 1961 da Faculdade de Direito do Estado da Paraíba. Todos os colegas o admiravam, sobretudo pelo equilíbrio e pelo caráter de verdadeiro conciliador.

Burity era um homem de paz, governou a Paraíba com o coração. Ainda me recordo de seu primeiro mandato. A Paraíba atravessou uma seca sem precedentes na sua história, e àquela época o governo da República, talvez por ser um governo militar, não tinha a necessária sensibilidade humana para os problemas dos mais pobres e dos mais humildes e exigia que as frentes de emergência obrigassem as mulheres trabalhadoras a deixar seus lares, muitas vezes a quilômetros de distância, para carregar pedras nas frentes de trabalho. Burity, que era Governador do Estado, deu um murro na mesa, como se diz, e afirmou: “Aqui na Paraíba não se fará isso. As paraibanas pobres não serão humilhadas nem sacrificadas com essa medida”. De fato, as mulheres, a partir desse gesto de Burity, que não concordou com o governo central, passaram a trabalhar em seus próprios lares, o que já era bastante para uma mulher do campo.

Esse fato marcou a história de Burity como administrador sensível e humano de tal forma que, decorridos trinta anos, o seu nome ainda é lembrado com respeito, com admiração e sobretudo com gratidão pelas populações pobres e humildes da Paraíba.

Em 1986, Burity ingressou no PMDB, e até há bem poucos dias, permanecia integrando os quadros do nosso partido, sem dúvida nenhuma, oferecendo o contributo do seu grande prestígio junto às massas populares. A sua produção científica, a sua produção intelectual como escritor, principalmente como teórico do Direito, é reconhecida em todo o País, mas sobretudo a sua obra social no Estado da Paraíba será sempre lembrada pelas pessoas mais pobres e mais humildes.

Uma das provas maiores da grandeza desse homem foi a sua reação pacífica, ainda no leito do hospital, depois de ter sido vítima da agressão do então governador à época, Senador Ronaldo Cunha Lima: ele fez um bilhete aos seus filhos, pedindo que não cultivassem o sentimento da vingança se viesse porventura a perecer. Isso mostra o caráter pacífico e cristão desse homem extraordinário que a Paraíba perde hoje e que o Brasil lamenta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza.

**O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA** (PMDB – MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero levar minha solidariedade à Bancada da Paraíba, representada por Efraim Morais, Ney Suassuna e José Maranhão, que hoje apresentaram esse requerimento pelo falecimento de Tarcísio Burity.

Fui seu colega na Câmara Federal e, justamente na época em que ele governava o Estado da Paraíba, fui governador do Estado do Maranhão. Admirava-o pela sua firmeza de caráter e pelas suas firmes posições. Conheci Tarcísio Burity em vários embates; sempre se mostrou competente, trabalhador, um excelente orador e, acima de tudo, conhecedor dos problemas não só da Paraíba como do Nordeste e do Brasil.

Ao chegar a esta Casa, tomei conhecimento de seu falecimento. Eu digo que não é a Paraíba que está de luto, mas todos os seus amigos e os seus antigos companheiros estão de luto. É o caminho de todos nós. Burity vai a nossa frente, mas deixa uma lacuna no meio político e a saudade de todos os seus amigos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, o Rio Grande do Norte não poderia deixar de se manifestar numa hora como esta, quando a Paraíba chora. Eu diria até que o Rio Grande do Norte e a Paraíba são tão identificados, são tão amigos e tão fraternalmente ligados que, na hora em que um chora, o outro tem que chorar por um dever de solidariedade. E aqui estou eu, Sr. Presidente, chorando por um homem público que militou na política da Paraíba.

Burity começou essa militância de uma forma que levou muitos a não lhe prognosticarem um grande futuro político, porque ele começou sendo nomeado governador. Foi governador indireto da Paraíba, mas depois foi um dos governadores mais votados do Estado, uma maioria estrondosa, como nós, políticos, dizemos e o povo diz melhor do que nós.

O Governador Tarcísio Burity continuou na vida política, como já foi dito, e foi deputado federal. Não chegou a esta Casa, mas a sua obra administrativa o credenciava a galgar os mais altos cargos da Paraíba.

Por tudo isso, Sr. Presidente, estou aqui para dizer aos paraibanos que a obra de Tarcísio Burity transcendeu as fronteiras de seu Estado.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Pois não, Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Senador Garibaldi Alves, quero associar-me às palavras de V. Ex<sup>a</sup> pelo falecimento do ilustre ex-governador, ex-deputado federal e professor universitário Tarcísio Burity. Sei que outras pessoas aqui já se manifestaram – o Líder da minoria nesta Casa, o Senador Efraim Morais, ex-presidente da Câmara dos Deputados, e também o atual senador e ex-governador José Maranhão. Agora V. Ex<sup>a</sup> também expressa seu pesar, que eu diria ser o sentimento não apenas da Paraíba, mas – por que não dizer? – de todo o Nordeste do País. De fato, Tarcísio Burity, antes de ser um político, foi um pensador, um intelectual na acepção do termo, e nas diferentes funções que exerceu, sempre agiu com muita lisura, competência e espírito público. Por outro lado, tinha uma característica que eu muito admirava: era simples, humilde até, não podíamos perceber, com toda a intensidade, o seu mérito, o seu valor, a sua cultura. O ex-Governador Burity tinha uma percepção muito aguda dos problemas do Nordeste e, nas dife-

rentes oportunidades em que se expressou, situou bem as questões da Região, apontando solução adequada. Por fim, mas não menos importante, como professor universitário, Tarcísio Burity foi um excelente especialista em Direito Internacional Público. Fez curso no exterior e, se não estou equivocado, morou na Suíça. Ele dominava bem essa matéria ainda em formação, que alguns a chamam de sobredireito, porque ainda não há um reconhecimento generalizado das regras do Direito Internacional Público. Tarcísio Burity foi um grande doutrinador nesse campo, professor que formou várias gerações. Portanto, merece, sob esse aspecto, nosso reconhecimento. Por intermédio de V. Ex<sup>a</sup>, a exemplo do que já disseram o Senador Efraim Morais e outros oradores, quero dizer que Pernambuco, pela minha voz, se junta ao pesar dos paraibanos pelo falecimento de Tarcísio Burity. Geralmente, quando falece alguém, a sensação que temos não é somente de um vazio, mas, sobretudo, o exemplo que deixou. Creio que os paraibanos, especialmente a viúva Dona Glauce e filhos, aos quais apresentamos os pêsames, poderão continuar espelhar-se no seu exemplo. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup> acaba de traçar um perfil do ex-Governador Tarcísio Burity, um perfil do político, do intelectual, daquele que, ao longo da sua vida pública, fez com que a Paraíba tivesse orgulho da sua passagem pelo Governo e da sua obra como professor de Direito.

Sr. Presidente, infelizmente, venho a esta tribuna, novamente, após dez anos, para lamentar a morte de um grande paraibano. Quando fui Senador pela primeira vez, tive a triste incumbência, a triste missão, o dever de falar sobre a morte de Antonio Mariz. Assim, vejo que a Paraíba vai perdendo os seus grandes valores, o que aumenta a responsabilidade daqueles que aqui permanecem, como os Senadores Efraim Morais, José Maranhão e Ney Suassuna.

Recebam os paraibanos o meu abraço, na certeza de que valeu a pena ter confiado tanto em Tarcísio Burity!

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Antes de submeter a voto o requerimento, quero associar-me às diversas manifestações de pesar feitas por diversos Senadores pelo falecimento do ex-Governador e companheiro de Congresso Tarcísio Burity.

Perdem a Paraíba e o Brasil um grande político, que se destacou no Governo do Estado e nacionalmente. Devo recordar a sua posição de liderança ao tempo da formação da Aliança Democrática, que levou à eleição de Tancredo Neves. Era um político com



espírito público, que prestou grandes serviços à Paraíba nas duas vezes em que ocupou o Governo, em que exerceu o Poder Executivo daquele Estado.

Mas quero ressaltar também que, dentro do político, havia o intelectual, o homem dedicado à literatura, o estudioso, o ensaísta, que deixou muitos trabalhos publicados – destaque entre eles o exame da obra de José Américo de Almeida. Foi um professor marcante na Paraíba, pois participou da organização, consolidação e projeção da universidade da Paraíba no Nordeste.

Assim, a Paraíba perde um grande filho, um grande político, um homem que se destacou como um importante servidor do seu Estado e do País.

As homenagens do Senado Federal são mais do que justas. Elas expressam o sentimento de todos nós que o conhecemos, convivemos com ele e sabemos do seu trabalho.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Rodolpho Tourinho, peço ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura do expediente que existe sobre a mesa.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2003**

**Define os direitos das vítimas de ações criminosas e regulamenta o art. 245 da Constituição Federal, para criar o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (FUNAV), além de outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

#### **SEÇÃO I**

##### **Disposição Preliminar**

Art. 1º Esta lei dispõe sobre os direitos assegurados às vítimas de ações criminosas e estabelece as hipóteses, forma e condições para a assistência que lhes será prestada em cumprimento ao previsto no art. 245 da Constituição Federal.

#### **SEÇÃO II**

##### **Dos Direitos das Vítimas de Ações Criminosas**

Art. 2º São direitos assegurados à vítima:

I – receber tratamento digno e compatível com a sua condição por parte dos órgãos e autoridades públicas;

II – ser informada sobre os principais atos do inquérito policial e do processo judicial referentes à apuração do crime, bem como obter cópias das peças de seu interesse;

III – ser orientada quanto ao exercício oportuno do direito de queixa, de representação, de ação penal subsidiária e de ação civil por danos materiais e morais;

IV – prestar declarações perante a autoridade policial ou judicial em dia diverso do estipulado para a oitiva do suposto autor do crime, podendo ajustar dia e hora para o seu comparecimento;

V – peticionar às autoridades públicas para manifestar sua opinião e preocupações quanto ao andamento e deslinde do processo;

VI – obter rapidamente a restituição dos seus objetos e pertences pessoais apreendidos pela autoridade policial;

VII – intervir na ação penal pública como assistente do Ministério Público;

VIII – receber especial proteção do Estado quando, em razão de sua colaboração com a investigação ou processo criminal, sofrer coação ou ameaça à sua integridade física, psicológica ou patrimonial, estendendo-se as medidas de proteção ao cônjuge ou companheiro, filhos, familiares e afins, se necessário for;

IX – obter do autor do crime a reparação dos danos causados, por meio de procedimentos judiciais simplificados e de fácil acesso;

X – obter assistência financeira do Estado, conforme as hipóteses, forma e condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. É dever de todos observar e fazer observar os direitos previstos na presente Seção, especialmente dos órgãos que integram o sistema de segurança pública e das autoridades governamentais e judiciárias competentes.

##### **Vítima**

Art. 3º Considera-se vítima, para os efeitos desta lei, a pessoa que suporta direta ou indiretamente os efeitos da ação criminosa consumada ou tentada, vindo a sofrer danos físicos, psicológicos, morais ou patrimoniais, ou quaisquer outras violações dos seus direitos fundamentais, bem como os familiares próximos.

## SEÇÃO III

**Da Assistência Financeira às Vítimas de Crimes Violentos**

Art. 4º A União dará assistência financeira às vítimas ou herdeiros e dependentes carentes quando verificada a prática, no território nacional, dos crimes dolosos:

I – de homicídio (art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal);

II – de lesão corporal de natureza grave de que resulta debilidade permanente de membro, sentido ou função, incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função (art. 129, § 1º, III e § 2º, I, II e III, do Código Penal);

III – contra a liberdade sexual cometido mediante violência ou grave ameaça (arts. 213 e 214 do Código Penal);

IV – de homicídio ou lesão corporal de natureza grave provocados por projétil de arma de fogo, quando ignorado o autor e as circunstâncias do disparo, ainda que inexista dolo.

Parágrafo único. A assistência de que trata o **caput** consistirá no pagamento de quantia única à vítima ou a seus herdeiros e dependentes carentes, dispensando-se, para esse fim, a comprovação da autoria do crime ou o pronunciamento final das instâncias de persecução criminal.

**Destinação**

Art. 5º A quantia repassada a título de assistência às vítimas de crimes violentos é impenhorável e destinar-se-á ao custeio dos gastos funerários, tratamento e despesas médicas, alimentação ou outras despesas essenciais à manutenção da saúde e do bem-estar.

**Exclusão do benefício**

Art. 6º Não farão jus à assistência de que trata o art. 4º:

I – as vítimas que, por seu comportamento anterior, de forma reprovável, contribuíram para a ocorrência do crime ou o agravamento de suas consequências;

II – as vítimas amparadas por planos de seguro privado cuja apólice contemple, expressa ou tacitamente, os atos criminosos enumerados no art. 4º, bem como os herdeiros ou dependentes com direito à respectiva indenização;

III – as vítimas cujos danos pessoais foram causados por veículos automotores, aplicando-se-lhes as regras do Seguro Obrigatório (Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974).

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos I, II e III, a exclusão do benefício estende-se aos herdeiros e dependentes.

**Sub-rogação**

Art. 7º A União fica sub-rogada no direito de indenização da vítima ou dos herdeiros e dependentes carentes contra o autor do crime, até o montante da assistência financeira prestada, independentemente da celebração de acordo judicial ou extrajudicial entre as partes.

Parágrafo único. A sentença penal condenatória transitada em julgado constitui, em favor da União, título a ser executado perante a Vara das Execuções Fiscais, nos termos da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública.

**Restituição**

Art. 8º A União poderá exigir a restituição do benefício nos seguintes casos:

I – simulação de fatos, falsidade de informações ou de documentos juntados ao pedido de concessão da assistência financeira;

II – utilização da assistência financeira para fins diversos dos estipulados no art. 5º;

III – sentença penal absolutória que reconheça a inexistência do fato (art. 386, **caput**, I, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal).

**Simulação, informações ou documentos falsos**

Parágrafo único. Constitui crime, punido com a pena de reclusão de dois a quatro anos e multa, simular fatos, prestar informações ou juntar documentos que sabe falsos com o fim de obter indevidamente a assistência financeira de que trata o art. 4º

## SEÇÃO IV

**Do Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos**

Art. 9º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (FUNAV), com a finalidade de proporcionar recursos e meios para a prestação de assistência financeira às vítimas de crimes violentos ou a seus herdeiros e dependentes carentes, conforme as hipóteses e condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. Constituem recursos do Funav:

I – dotações orçamentárias da União;

II – doações, auxílios, subvenções ou transferências voluntárias de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas;

III – os decorrentes de empréstimos junto às agências ou bancos nacionais e internacionais de desenvolvimento;

IV – multas decorrentes de sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado no âmbito da Justiça Federal;

V – fianças quebradas ou perdidas nos termos da legislação processual penal;

VI – as receitas decorrentes das aplicações e rendimentos financeiros de seus recursos orçamentários e extra-orçamentários;

VII – os valores repostos a título de sub-rogação no direito de indenização da vítima ou herdeiros e dependentes carentes contra o autor do crime, nos termos do art. 7º;

VIII – os valores restituídos de acordo com as hipóteses do art. 8º;

IX – outras receitas.

Parágrafo único. Os Estados ou Municípios que efetuarem doações ou transferências voluntárias ao Funav poderão condicionar a aplicação desses recursos no respectivo território.

Art. 11. Os recursos do Funav serão aplicados exclusivamente na concessão da assistência financeira de que trata o art. 4º

Art. 12. O Funav será administrado conforme regulamentação do Poder Executivo.

## SEÇÃO V

### Do Direito de Petição

Art. 13. Toda pessoa vítima dos crimes descritos no art. 4º ou seus herdeiros e dependentes carentes poderão requerer a concessão de assistência financeira nos termos da presente Lei.

§ 1º A petição será encaminhada ao Ministério da Justiça ou órgão competente e deverá conter:

I – quando formulada pela vítima:

- a) a própria qualificação;
- b) exposição detalhada do crime, indicando, se possível, as testemunhas e outros elementos de prova admitidos em direito;
- c) comunicação do fato à autoridade policial;
- d) laudo médico ou exame de corpo de delito, nos casos do art. 4º II e III;
- e) compromisso de utilização dos recursos segundo a destinação fixada nesta Lei.

II – quando formulada por herdeiros ou dependentes carentes, a petição deverá conter, além das informações das alíneas **a**, **b**, **c** e **e** do inciso I do § 1º, as seguintes:

a) certidão de óbito e laudo de necropsia da pessoa vitimada;

b) declaração de carência;

c) declaração de que a vítima não recebeu o benefício em vida;

d) declaração dos desistentes, quando o pedido não for encaminhado por todos os herdeiros ou dependentes carentes.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se herdeiros somente os necessários, assim definidos no art. 1.845 do Código Civil, limitados os ascendentes ou descendentes até o segundo grau.

§ 3º O recebimento do benefício pela vítima em vida afasta a pretensão de seus herdeiros ou dependentes carentes.

### Impugnação

§ 4º Qualquer pessoa tem legitimidade para apresentar impugnação no processo administrativo de concessão do benefício, respondendo civil e penalmente pela má-fé.

### Decadência

§ 5º Ocorrerá decadência do direito de petição se a vítima ou seu representante legal não exercê-lo no prazo de seis meses, contado do dia da consumação do crime; quanto aos herdeiros e dependentes carentes, da data do falecimento da vítima.

### Informações e diligências

§ 6º Sempre que necessário, o órgão competente poderá solicitar informações às autoridades públicas, bem como realizar diligências para a comprovação do direito da vítima ou dos herdeiros e dependentes carentes.

### Suspensão do processo administrativo

§ 7º Se persistirem dúvidas sobre o direito da vítima ou dos herdeiros e dependentes carentes à assistência financeira, o processo administrativo poderá ficar suspenso até a decisão da justiça criminal.

### Valor do benefício

Art. 14. Os parâmetros mínimo e máximo do valor do benefício serão fixados pelo Poder Executivo, levando-se em conta a gravidade e as conseqüências do crime.

## SEÇÃO VI

### Disposições Finais

Art. 15. O **caput** do art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49. A pena de multa consiste no pagamento a fundo orçamentário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

..... (NR)

Art. 16. O parágrafo único do art. 201 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 201 .....

Parágrafo único. O ofendido não poderá eximir-se do dever de prestar declarações, sendo-lhe facultado ajustar o dia e a hora de seu comparecimento sem a presença do réu. (NR)

Art. 17. Ficam revogados os incisos V e VI do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994.

Art. 18. Esta lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a sua publicação.

### Justificação

O ordenamento jurídico brasileiro ressent-se de um diploma que reúna, de forma clara e objetiva, os direitos das vítimas da violência e da criminalidade. A presente proposição pretende preencher essa lacuna, seja oferecendo tratamento sistemático ao tema, seja inovando o conjunto de direitos das vítimas. Para tanto, busca inspiração nos diversos documentos internacionais, especialmente na Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder (Adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, Resolução nº 40/34, de 29 de novembro de 1985).

Por princípio de justiça social, entendemos que o Estado deve expressar concretamente sua solidariedade para com as vítimas de crimes violentos. É indiscutível que a sociedade convive com um enorme déficit de segurança pública. Esse quadro atingiu proporções alarmantes, colocando em causa a própria autoridade do Estado e sua capacidade de intervir no problema. Seja como for, o debate público sobre a segurança pública tem omitido a questão da assistência financeira às vítimas da violência, preferindo refugiar-se nas tradicionais estratégias de repressão policial. Se essas medidas tornaram-se necessárias, certamente são insuficientes.

O Parlamento e o Poder Executivo não podem mais se descurar da pessoa que suporta os efeitos

concretos da violência. Nas palavras de Antônio Garcia-Pablos de Molina, “a vítima do delito experimentou um secular e deliberado abandono. Desfrutou do máximo protagonismo – sua idade de ouro – durante a época da justiça privada, sendo depois drasticamente neutralizada pelo sistema legal moderno. Talvez porque ninguém quer se identificar com o perdedor, a vítima suporta os efeitos do crime (físicos, psíquicos, econômicos, sociais, etc.), assim como a insensibilidade do sistema legal, o rechaço e a insolidariedade da comunidade e a indiferença dos poderes públicos. No denominado Estado Social de Direito, ainda que pareça paradoxal, as atitudes reais em favor da vítima do delito oscilam entre a compaixão e a demagogia, entre a beneficência e a manipulação.” (Criminologia. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2000. p. 73).

Não podemos ignorar o preceito do art. 245 da Constituição Federal, que declara expressamente: “A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o poder público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito.” Aí está o princípio ordenador da presente proposição legislativa, isto é, fazer com que o poder público saia do silêncio confortável, demonstrando, em termos objetivos, sua solidariedade para com as reais personagens do conflito. Desse modo, esperamos contribuir com uma agenda positiva para o tema da segurança pública, partindo das seguintes premissas: **a)** a segurança dos cidadãos é, como nunca, uma questão central da vida política brasileira; **b)** a vítima merece a solidariedade do Estado, não a sua piedade ou comiseração; **c)** os gastos orçamentários com segurança pública devem contemplar, de forma crescente, a assistência às vítimas de crimes violentos ou herdeiros e dependentes carentes.

A proposta, convém esclarecer, não fixa responsabilidade objetiva do Estado, que pressupõe ação ou omissão danosa. Ao invés, cuida de um novo modelo de assistência financeira, baseado em princípios de solidariedade social, ficando a União sub-rogada no direito de indenização da vítima contra o autor do crime, até o montante da quantia repassada. O que existirá, portanto, é uma ajuda para minimizar as consequências gravosas do crime. Ainda que modesta, essa ajuda concorrerá para a efetiva divisão social dos custos da violência. No Brasil, os dados sobre homicídios dolosos nas capitais são preocupantes, chegando a 13.675 casos em 2001, conforme dados consolidados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.

Esse modelo assistencial foi implantado, de maneira bem-sucedida, em diversos países, como Portugal (Decreto-Lei nº 423, de 30 de outubro de 1991, que criou o sistema de indenização às Vítimas de Crimes Violentos), Espanha (Lei nº 35, de 11 de dezembro de 1995, que trata do Sistema de Ayudas y Asistencia a las Víctimas de Delitos Violentos y Contra la Libertad Sexual), Reino Unido (Criminal Injuries Compensation Act, de 8 de novembro de 1995, que estabelece um esquema de compensação de lesões decorrentes de crimes – Scheme for Compensation for Criminal Injuries), Povo Rico (Lei nº 183, de 29 de julho de 1998, que criou a Oficina de Compensación a Víctimas de Delito), Austrália (Victims of Crime Bill, de 15 de novembro de 2001), entre outros.

Estes países entenderam que o combate ao crime se faz, igualmente, pelo combate aos seus efeitos concretos sobre as vítimas. Daí a necessidade de criação, entre nós, de um Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos – FUNAV, o qual contaria com receitas ordinárias e, também, com receitas vinculadas (multas decorrentes de sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado no âmbito da Justiça Federal e fianças quebradas ou perdidas nos termos da legislação processual penal). As últimas deixariam de integrar o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN (Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 – lei ordinária no seu aspecto material), até porque representam menos de 0,25% das receitas deste fundo, conforme consignado na Lei Orçamentária de 2003.

Nada mais razoável que destinar as receitas provenientes das multas e fianças para as vítimas de crimes violentos, seus herdeiros e dependentes carentes. Em última análise, a previsão dessas receitas vinculadas conferirá estabilidade ao Funav, mesmo que insuficientes para custear todos os benefícios. Ao mesmo tempo, por dever de responsabilidade, procuramos limitar ao máximo o conjunto de beneficiários (vítimas “ou” herdeiros e dependentes carentes de determinados crimes), justamente para viabilizar a proposta do ponto de vista orçamentário. Contemplou-se, ainda, de forma totalmente inovadora, o auxílio do Estado às famílias das vítimas de “bala perdida”, conforme descrição do art. 4º, IV, deste projeto de lei. Pela primeira vez, esse triste fenômeno é descrito num ato normativo, dada a necessidade de imediata resposta estatal.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2003. – Senador **José Sarney**.

## LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

### Código Penal

.....  
Art. 49. A pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984.)

§ 1º O valor do dia-multa será fixado pelo juiz não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário.

(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

§ 2º – O valor da multa será atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1 984)

.....

### Homicídio simples

Art. 121 – Matar alguém:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.

### Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

### Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II – por motivo fútil;

III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

### Homicídio culposo

§ 3º Se o homicídio é culposo:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

**Aumento de pena**

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de um terço, se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos. (Redação dada pela Lei nº 8.069, de 13-7-1990)

§ 5º – Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977)

.....

**Lesão corporal**

Art. 129 – Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

**Lesão corporal de natureza grave**

§ 1º Se resulta:

I – incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 (trinta) dias;

II – perigo de vida;

III – debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV – aceleração de parto:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

§ 2º Se resulta:

I – incapacidade permanente para o trabalho;

II – enfermidade incurável;

III – perda ou inutilização de membro, sentido ou função;

IV – deformidade permanente;

V – aborto:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

**Lesão corporal seguida de morte**

§ 3º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

**Diminuição de pena**

§ 4º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o do-

mínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

**Substituição da pena**

§ 5º O juiz, não sendo graves as lesões, pode ainda substituir a pena de detenção pela de multa:

I – se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior;

II – se as lesões são recíprocas.

**Lesão corporal culposa**

§ 6º Se a lesão é culposa:

Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano.

**Aumento de pena**

§ 7º Aumenta-se a pena de um terço, se ocorrer qualquer das hipóteses do art. 121, § 4º. (Redação dada pela Lei nº 8.069, de 13-7-1990)

§ 8º Aplica-se à lesão culposa o disposto no § 5º do art. 121.

(Parágrafo acrescentado pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977 e alterado pela Lei nº 8.069, de 13-7-1990)

**Estupro**

Art. 213. Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25-7-1990)

Parágrafo único – Parágrafo acrescentado pela Lei nº 8.069, de 13-7-1990 e revogado pela Lei nº 9.281, de 4-6-1996:

Texto original: Se a ofendida é menor de quatorze anos:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) meses a 10 (dez) anos.

**Atentado violento ao pudor**

Art 214. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal: Vide Lei nº 8.072, de 25-7-90

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. (Redação dada pela Lei nº 8.072, de 25-7-1990)

Parágrafo único. Parágrafo acrescentado pela Lei nº 8.069, de 13-7-1990 e revogado pela Lei nº 9.281, de 4-6-1996:

Texto original: Se o ofendido é menor da quatorze anos:

Pena – reclusão três a nove anos.

.....

LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974

**Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.**

DECRETO-LEI Nº 3.689,  
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

**Código de Processo Penal.**

Art. 201. Sempre que possível, o ofendido será qualificado e perguntado sobre as circunstâncias da infração, quem seja ou presuma ser o seu autor, as provas que possa indicar, tomando-se por termo as suas declarações.

Parágrafo único. Se, intimado para esse fim, deixar de comparecer sem motivo justo, o ofendido poderá ser conduzido à presença da autoridade.

Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:

I – estar provada a inexistência do fato;

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

**Institui o Código Civil.**

Art. 1.845. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.

LEI COMPLEMENTAR Nº 79,  
DE 7 DE JANEIRO DE 1994

**Cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, e dá outras providências.**

Art. 2º Constituirão recursos do Funpen:

I – dotações orçamentárias da União;

II – doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

III – recursos provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

IV – recursos confiscados ou provenientes da alienação dos bens perdidos em favor da União Fede-

ral, nos termos da legislação penal ou processual penal,

excluindo-se aqueles já destinados ao Fundo de que trata a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986;

V – multas decorrentes de sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado;

VI – fianças quebradas ou perdidas, em conformidade com o disposto na lei processual penal;

VII – cinquenta por cento do montante total das custas judiciais recolhidas em favor da União Federal, relativas aos seus serviços forenses;

VIII – três por cento do montante arrecadado dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias, no âmbito do Governo Federal;

IX – rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes de aplicação do patrimônio do Funpen;

X – outros recursos que lhe forem destinados por lei.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 270, DE 2003**

**Altera o § 6º do art. 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 6º do art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, introduzido pela Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

§ 6º A exigência para aquisição de automóveis movidos a combustível de origem renovável ou sistema reversível de combustão não se aplica aos portadores de deficiência de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo.(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A Lei nº 10.690, de 2003, ampliou o leque de beneficiados com a isenção do JPI na compra de veículos especiais. Além dos portadores de deficiência física, já contemplados na legislação precedente, foram

agora incluídos os portadores de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas.

Sem dúvida, foi um avanço, inclusive ao determinar que o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República terão papel relevante na fixação dos conceitos e parâmetros para a avaliação dos pretendentes enquadrados nas novas categorias.

Aliás, a própria lei já delinea critérios de avaliação para o caso dos deficientes físicos e visuais. Estas disposições tiram a matéria do campo simplesmente da autoridade tributária, que tem a discricionariedade diminuída em favor dos beneficiários.

Entretanto, por um erro de avaliação, foi cometido um engano lamentável, que acaba por tornar letra morta o benefício para cerca de oitenta por cento dos deficientes físicos, que dependem de automóvel dotado de câmbio automático.

Acontece que a indústria nacional não oferece, ainda, veículos dotados de câmbio automático e que sejam movidos por combustível de fonte renovável, ou dotados de sistema reversível.

Pode-se até supor que, em algum momento, isso irá ocorrer. Entretanto, não há qualquer perspectiva concreta para o lançamento de tais veículos. E ocorre que a isenção é temporária, vigorando apenas por mais três anos.

Essa conjugação de fatores poderá fazer com que o dispositivo isencional se torne inócuo, em flagrante contra-senso jurídico e absurda injustiça para com os portadores de deficiência.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2003. – **Arthur Virgílio.**

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA  
SUBSECRETARIA DE ATA*

LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995

**Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências.**

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 856, de 1995, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto

no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 2º A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI de que trata o art. 1º somente poderá ser utilizada uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos. (Redação dada pela Lei nº 10.690, de 16-6-03)

LEI Nº 10.690, DE 16 DE JUNHO DE 2003

**Mensagem de veto**

**Reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 271, DE 2003**

**Acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para estipular multa no caso de descumprimento pelo fornecedor da data fixada para o cumprimento de sua obrigação.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 39. ....

§ 2º Caso não seja estipulado o prazo previsto no inciso XII e não se tratando de produto ou serviço de pronta entrega ou pronta prestação, presume-se que a obrigação do fornecedor deva ser cumprida no dia útil seguinte à contratação, sem prejuízo das penalidades pela prática abusiva.

§ 3º Se o fornecedor não cumprir a obrigação no prazo, ficará sujeito a multa de, no mínimo, dois por cento sobre o valor contratado, aplicável independen-



temente da indenização por perdas e danos e sem prejuízo da possibilidade de o consumidor exigir, a seu critério, a devolução da quantia paga. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O Código de Defesa do Consumidor, no inciso XII de seu art. 39, já prevê como prática abusiva e vedada aos fornecedores de produtos e serviços deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar afixação do termo inicial a seu exclusivo critério.

Não há, contudo, sanção de natureza civil para a conduta vedada pela lei, já que inexistente previsão legal de multa para o atraso na entrega do produto ou do serviço pactuado. Tal situação acarreta desequilíbrio na relação de consumo, pois fixa-se comumente penalidade contratual para o atraso no pagamento por parte dos consumidores, enquanto os fornecedores, que elaboram unilateralmente os contratos, não prevêem sanções para sua própria impontualidade.

A defesa do consumidor é obrigação do Estado e princípio geral da atividade econômica, por disposição expressa dos artigos 52, XXXII, e 170, V, da Constituição. Assim, além da ação governamental dirigida à Política Nacional das Relações de Consumo, também ao Poder Legislativo cabe editar leis que promovam a proteção dos interesses dos consumidores, cuja vulnerabilidade é reconhecida.

O art. 6º do Código de Defesa do Consumidor (CDC) já estabelece como direito básico a manutenção do equilíbrio das partes na relação de consumo. É necessário, contudo, tornar mais concreta essa proteção dada ao consumidor face aos eventuais atrasos do fornecedor. Propõe-se, assim, a fixação de um mínimo legal de dois por cento sobre o valor da contratação para a multa aplicável aos atrasos na entrega de produtos ou na prestação de serviços, equivalente à multa que o art. 53, § 1º, do CDC permite impor aos consumidores. Os contratos podem prever multas maiores, mas, caso não prevejam multa alguma, aplica-se o mínimo legal de dois por cento.

Ressalte-se que a multa deve ser aplicada independentemente da indenização por perdas e danos e da possibilidade de o consumidor desistir do contrato e exigir a devolução dos valores pagos, pois o prejuízo causado pelo atraso pode ser muito superior a dois por cento do valor contratado e, nesse caso, a fixação da multa meramente no mínimo legal seria incompatível com a proteção do consumidor.

Para implementar a proposta, é preciso, além de fixar a multa mínima por atraso, prever prazo legal para a entrega do produto ou prestação do serviço, a fim de evitar que a falta de fixação contratual do prazo prejudique a aplicação da multa. Assim, propõe-se que, salvo se o produto ou serviço for de pronta entrega, presuma-se que a obrigação do fornecedor deva ser cumprida no dia útil seguinte à contratação. Embora possa parecer exíguo, convém repetir que o contrato poderá estipular prazo mais dilatado. Ademais, não se pode esquecer que a não-fixação do prazo é considerada prática abusiva e, portanto, não deve contar com a condescendência da lei.

Desse modo, contamos com o apoio dos nobres parlamentares a aprovação do projeto, que tem por objetivo amparar o consumidor vulnerável e hipossuficiente, robustecendo sua proteção para garantir o equilíbrio das relações de consumo e desestimular atrasos no cumprimento das obrigações dos fornecedores.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2003. – **Rodolpho Tourinho.**

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

#### **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....  
 .....

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

(Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

I – condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III – enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV – prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V – exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII – repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII – colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO;

IX – recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais; (Redação dada Dela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

X – elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. (Inciso acrescentado pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

XI – Dispositivo incorporado pela MPV nº 1.890-67, de 22-10-1999, transformado em inciso XIII, quando da conversão na Lei nº 9.870, de 23-11-1999

XII – deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério (Inciso acrescentado pela Lei nº 9.008, de 21-3-1995)

XIII – aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido. (Inciso acrescentado pela Lei nº 9.870, de 23-11-1999)

Parágrafo único. Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amstras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.

VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII – repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII – colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade

credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

IX – recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais; (Redacão dada pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

X – elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. (Inciso acrescentado Dela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

XI – Dispositivo incorporado pela MPV nº 1.890-67, de 22-10-1999, transformado em inciso XIII, quando da converso na Lei nº 9.870, de 23-11-1999.

XII – deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério.(Inciso acrescentado vela Lei nº 9.008, de 21-3-1995)

XIII – aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido. (Inciso acrescentado pela Lei nº 9.870, de 23-11-1999)

Parágrafo único. Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amstras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.

.....  
.....

Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre Outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

.....  
.....

§ 1º As multas de mora decorrentes do inadimplimento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação.(Redação dada pela Lei nº 9.298, de 1º-8-1996).

.....  
.....

(À Comissão de Constituição, justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes, tendo sua tramitação iniciada em 1º de agosto próximo.

Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 385, DE 2003**

**Convoca plebiscito sobre o porte e a guarda de arma de fogo, a se realizar conjuntamente com as eleições de 2004 e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É convocado plebiscito de âmbito nacional, nos termos do art. 49, XV, da Constituição Federal, e da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para consultar o eleitorado sobre o direito de portar arma de fogo e o de guardar arma de fogo em residência.

Art. 2º O plebiscito de que trata este decreto legislativo realizar-se-á na data das eleições municipais previstas para 2004 e constará de duas consultas separadas, a que o eleitor deverá responder sim ou não, versando as seguintes questões:

I – o cidadão deve ter o direito de andar com arma de fogo?

II – o cidadão deve ter o direito de guardar arma de fogo em casa?

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

**Justificação**

A proposição que ora submetemos à apreciação dos ilustres colegas tem o objetivo de convocar plebiscito para que o eleitorado se pronuncie sobre tema dos mais relevantes e atuais.

Trata-se de saber qual a opinião dos brasileiros sobre o porte e a guarda de arma de fogo.

Com efeito, há hoje expressiva discussão, tanto na sociedade civil, quanto nos meios especializados, bem como nos meios de comunicação e também no Parlamento, sobre se o cidadão deve ter o direito de transitar com arma de fogo e, ainda, se deve ter o direito de guardar tal espécie de arma em sua residência.

Muitos entendem que tais prerrogativas contribuem para aumentar a violência urbana e as estatísticas dos crimes praticados com arma de fogo, inclusive homicídios.

Já outros tantos defendem o direito de o cidadão portar armas de fogo e o de as ter em casa, para proteger a si próprio e a sua família, sob a alegação de que o Poder Público não tem cumprido com o seu dever de garantir o direito à segurança.

Enfim, as opiniões se dividem e diante dessa divergência nada mais adequado do que ouvir o que a cidadania tem a dizer.

Desse modo, a realização do plebiscito, além de auferir a manifestação da opinião pública, proporcio-

ará a realização de amplo debate sobre o assunto, pois a lei que regulamenta a consulta popular assegura aos partidos políticos às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, com o fim de divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta (art. 8º, IV, da Lei nº 9.709/98).

Ademais, o mesmo art. 8º, no seu inciso III, preceitua que compete à Justiça Eleitoral expedir instruções para a realização de plebiscito ou referendo.

Por pertinente, devemos ainda lembrar aqui que, nos termos do art. 10, também da lei em pauta, o plebiscito será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples.

Por outro lado, vale lembrar que a Constituição Federal de 1988 consagrou os institutos da democracia direta ao estatuir que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, por meio de referendo, plebiscito, ou iniciativa popular (art. 1º, parágrafo único, combinado com art. 14, **caput**).

Outrossim, o art. 49, XV, da Constituição Federal estatui ser da competência exclusiva do Congresso Nacional a autorização de referendo e a convocação de plebiscito.

Esse exercício da democracia direta sob a égide da Constituição de

1988, e por intermédio de plebiscito, já ocorreu uma vez, por ocasião da consulta popular que ratificou a opção nacional pela República e pelo Presidencialismo, em 1993.

À medida que vivemos momento histórico de mudanças rumo a uma maior democratização de nossa sociedade e de suas instituições, entendemos que devemos favorecer a participação popular nas decisões mais importantes que afetem os destinos do País. E o plebiscito é dos instrumentos que operacionalizam essa ampliação da democracia.

Como conclusão, em face do exposto e tendo em vista a relevância e o interesse público na matéria, solicitamos o apoio dos ilustres colegas para a aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Comissões – **Hélio Costa – Mão Santa – Pedro Simon – Roberto Saturnino – Luiz Otávio – Almeida Lima – Patrícia Saboya Gomes – Duciomar Costa – Renan Calheiros – Reginaldo Duarte – Íris de Araújo – Tião Viana – Juvêncio da Fonseca – Mozarildo Cavalcanti – João Capiberibe – Gilberto Mestrinho – Sérgio Zambiasi – Edson Lobão – Eduardo Suplicy – Jonas Pinheiro – Heloísa Helena – Demóstenes Torres – Romero Jucá – Eurípedes Camargo – Teotônio Vilela Filho – Amir Lando – Jefferson Péres.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA  
SUBSECRETARIA DE ATA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....  
XV – autorizar referendo e convocar plebiscito;  
.....

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

**Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.**

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....  
Art. 8º Aprovado o ato convocatório, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

I – fixar a data da consulta popular;

II – tornar pública a cédula respectiva;

III – expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV – assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.  
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sua tramitação a partir de 1º de agosto próximo.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte

**MENSAGEM Nº 142, DE 2003**

(Nº 312/2003, na origem)

**Junte-se ao processado da Mensagem nº 2, de 2003, à publicação em 8-7-2003**

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 9 a 17 de julho de 2003, para realizar visitas de Estado a Portugal e Espanha e visita oficial ao Reino Unido para participar da Reunião de Cúpula da Governança Progressista.

2. Em Portugal, entre 9 e 12 de julho, serei recebido pelo Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, pelo Primeiro-Ministro da República Portuguesa, José Manuel Durão Barroso, receberei a chave da cidade de Lisboa, visitarei a sede da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, participarei de seminário empresarial e de Sessão Solene na Assembléia da República.

3. No Reino Unido, nos dias 13 e 14 de julho, participarei, na cidade de Londres, da Reunião de Cúpula da Governança Progressista, juntamente com líderes de mais de 15 países.

4. Na Espanha, nos dias 15 e 16 de julho, serei recebido por Suas Majestades, o Rei Juan Carlos e a Rainha Sofia, pelo Presidente de Governo, José Maria Aznar, abrirei encontro empresarial, receberei a chave de ouro da cidade de Madri e realizarei visita ao Congresso dos Deputados.

5. As Visitas de Estado a Portugal e Espanha, bem como minha participação, no Reino Unido, na Reunião de Cúpula da Governança Progressista, deverão oferecer importante contribuição à intensificação e à diversificação do diálogo com aqueles países, parceiros significativos do Brasil no cenário internacional.

Brasília, 7 de julho de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Aviso nº 695 – Supar/C. Civil

Em 7 de julho de 2003

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Romeu Tuma  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Viagem a Portugal, Espanha e Reino Unido

Senhor Primeiro Secretário,  
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de

9 a 17 de julho de 2003, para realizar visitas de Estado a Portugal e Espanha e visita oficial ao Reino Unido para participar da Reunião de Cúpula da Governança Progressista.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O expediente será juntado ao processado da Mensagem nº 2, de 2003.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

### **PARECER Nº 722, DE 2003**

**Da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Aviso nº 50, de 2002, (nº 1.636/02, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 649, de 2002, do Tribunal de Contas da União, bem como os respectivos relatórios e voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Programa de Saúde da Família, com o objetivo de verificar se há evidências de alteração nos vínculos de co-responsabilidade entre os profissionais de saúde junto ao Sistema Único de Saúde e aos usuários do programa.**

Relator: Senador **Leomar Quintanilha**

#### **I – Relatório**

Por meio do Aviso nº 50, de 2002, o Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 649, de 2002, adotada por aquele tribunal, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Programa de Saúde da Família, no período de 24 de setembro a 5 de outubro de 2001, abrangendo os exercícios de 1999 e 2001. Acompanham-na os respectivos relatório e voto que a fundamentam.

O objetivo da auditoria era o de “verificar se há evidências de alteração nos vínculos de co-responsabilidade entre os profissionais de saúde junto ao Sistema Único de Saúde e aos usuários do programa”.

A metodologia empregada foi a de estudo de caso, implementada por meio de observação direta e questionários, aplicados a coordenadores estaduais e municipais, membros das equipes e usuários do programa. Analisaram-se, no total, 444 questionários.

Foram selecionados, para o estudo, quatro estados da Região Nordeste (Ceará, Paraíba, Alagoas e Pernambuco), em razão de esta região possuir o maior número de equipes do programa implantadas e de ser destinatária de 47% dos recursos do mesmo.

Para a escolha dos municípios, adotaram-se critérios de tempo de implantação do programa – priorizando os mais antigos, o que permitiria “mensuração de resultados”, – e cobertura, selecionando-se os com maior relação entre o número de equipes e o tamanho da população, o que permitiria melhor atribuir alterações de indicadores à intervenção representada pelo programa.

Os principais problemas constatados e que estão prejudicando o desempenho do programa são:

- dificuldade para a contratação de médicos para as equipes do programa e elevada rotatividade desses profissionais;
- falta sistemática de medicamentos, principalmente os destinados ao tratamento de diabetes e da hipertensão;
- número excessivo de famílias por equipe; expansão
- acelerada do programa sem desenvolvimento adequado de infra-estrutura;
- desinformação da população sobre o programa; desconhecimento da filosofia do programa pelos componentes das equipes; sobrecarga de trabalho dos agentes comunitários de saúde;
- insuficiência dos serviços e mecanismos de referência e contra-referência; supervisão, monitoramento e avaliação insuficientes;
- ausência de treinamento para gestores do programa;
- inconsistência dos dados do Sistema de Informação da Atenção Básica.

Ressalta, no entanto, o relatório, que esses problemas não são generalizados, existindo alguns municípios que, isoladamente, mantêm equipes que conhecem e praticam a filosofia do programa, desenvolveram adequada infra-estrutura nas unidades do programa, e possuem coordenações bem estruturadas. Nesses casos, as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças são exitosas, resultando em melhoria dos seus indicadores de saúde.

Diante das razões expostas pelo relator, o Tribunal Pleno faz um conjunto de recomendações ao Ministro de Estado da Saúde, ao Departamento de Atenção Básica, à Gerência Técnica de Assistência Farmacêutica do Departamento de Atenção Básica, à

Diretoria de Programas Estratégicos da Secretaria Executiva e ao DataSUS, do Ministério da Saúde;

às secretarias estaduais de saúde, e aos presidentes dos conselhos estaduais de saúde.

Entre essas recomendações destacam-se:

I – ao Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde:

- realizar estudos para o estabelecimento de novos parâmetros de cobertura das equipes do PSF (número máximo de famílias ou pessoas assistidas por equipe) e encaminhamento à apreciação da Comissão Intergestores Tripartite, com vistas à implementação;

- realizar estudos de viabilidade da instituição de adicional na parte variável do Piso de Atenção Básica para implementação de equipes de suporte nos municípios com PSF implantado e encaminhamento à apreciação da Comissão Intergestores Tripartite, com vistas à implementação;

- realizar estudos de viabilidade de modificar a forma de incentivo financeiro federal (parte variável do Piso de Atenção Básica), para que leve em consideração não apenas critérios quantitativos de cobertura, mas também aspectos qualitativos, em especial adicionais por tempo de permanência do médico na equipe, pela existência de unidade de Saúde da Família, e por desempenho técnico da equipe;

- implementar ações educativas de reforço da filosofia do programa dirigidas às equipes, com ênfase na supressão da marcação de consultas mediante fichas e ampla divulgação das boas práticas adotadas no programa;

- estabelecer e regulamentar novos critérios e requisitos para qualificação de municípios ao incentivo do programa, que contemplem – e assegurem – a existência da infra-estrutura adequada às unidades do programa e a qualidade do atendimento;

- elaborar e distribuir às secretarias municipais de saúde manual contendo sistemática de supervisão e monitoramento;

II – ao Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde em conjunto com as secretarias estaduais de saúde:

- elaborar “material ilustrativo” sobre a filosofia do programa, destinado a seus usuários, para serem utilizados pelos agentes comunitários de saúde;

- adotar providências para que sejam fornecidos uniforme, crachá e meios de proteção contra o sol aos agentes comunitários de saúde;

- redimensionar as áreas de cobertura das unidades do programa e o número de famílias atendidas, para evitar sobrecarga das equipes;

- incorporar um servidor da área administrativa ao quadro das unidades do programa com população adstrita superior a 3.500 pessoas;

- uniformizar a sistemática de referência e contra-referência;

- identificar meios legais que possibilitem a contratação de profissionais para as equipes do programa, em especial de agentes comunitários de saúde;

- adotar as providências necessárias para a promoção de cursos de capacitação dos coordenadores estaduais do programa;

III – à Gerência Técnica de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde e às secretarias estaduais de saúde:

- adotar providências para que não faltem, nas unidades do programa, medicamentos utilizados na atenção básica, em especial os destinados ao tratamento de hipertensos e diabéticos;

IV – ao Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde em conjunto com o DataSUS:

- promover a conscientização dos gestores municipais e estaduais sobre a importância da informatização das unidades do programa, da capacitação do pessoal para a utilização de equipamentos e programas e da manutenção do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB);

- produzir rotinas padronizadas de análise dos dados do Siab para uso das unidades do programa e de suas coordenações estaduais e municipais;

V – aos presidentes dos conselhos estaduais de saúde:

- acompanhar e fiscalizar as transferências de recursos dos estados aos municípios, em atenção ao disposto no § 3º do art. 77 do Ato das Disposições Transitórias, adicionado à Constituição pela Emenda nº 29, de 2000.

Além disso, reitera à Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, a orientação expedida na Decisão nº 955/1999-Plenário, que determinou a promoção de estudos para acompanhar e avaliar a implementação dos Programas de Agentes Comunitários de Saúde e de Saúde da Família.

Determina, por fim, que o Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde remeta, ao TCU, no prazo de sessenta dias, plano de ação con-

tendo as medidas necessárias à implementação das recomendações contidas na decisão em apreciação.

## II – Análise

O Programa de Saúde da Família (PSF) constitui a estratégia básica de “consolidação da política de Governo voltada à transformação do modelo de atenção à saúde no País” – segundo documentos oficiais –, e tem demonstrado ser de grande valia na redução da mortalidade infantil, no controle de endemias e na promoção da saúde de comunidades rurais e das periferias urbanas.

Criado em 1994, pelo Ministério da Saúde, a partir de experiência bem sucedida do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, iniciado em 1991, o PSF é proposto como uma estratégia para reorientação do modelo assistencial em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde, em substituição ao modelo tradicional de assistência, centrado no hospital.

Imprimindo uma nova dinâmica à atenção básica de saúde, objetiva aumentar sua resolutividade, humanizar o atendimento e servir de porta de entrada para os demais níveis de complexidade assistencial no sistema de saúde.

No Ministério da Saúde, o setor responsável pelo PSF é o Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Políticas de Saúde, mas o programa é executado de forma descentralizada, sob coordenação municipal.

Atualmente, o PSF atende 55 milhões de pessoas com 16 mil equipes. Os planos do Ministro da Saúde incluem a ampliação desses números, neste ano de 2003, em mais 13 milhões de pessoas atendidas por novas 4 mil equipes do programa.

Além de seus objetivos imediatos de melhoria da assistência à saúde e dos indicadores de saúde das comunidades alcançadas, o programa gera 58 mil empregos diretos e 8 mil indiretos.

Apesar do crescimento do programa, relata o TCU que há indícios de que não ocorreu, realmente, a propalada alteração do modelo, e a auditoria buscou, então, avaliar:

- se as equipes de Saúde da Família estão efetivamente implantadas e em atuação;
- se o programa está sendo supervisionado, acompanhado e avaliado pela esfera estadual; e
- como têm evoluído os indicadores de saúde nas localidades onde o programa está implantado.

Os resultados encontrados parecem indicar que a implementação do PSF se faz, atualmente, com uma série de problemas que estão prejudicando o seu desempenho e podem vir a comprometer seus resultados e o alcance de seus objetivos, conforme o relatório apresentado e anteriormente resumido por nós.

## III – Voto

Em vista da importância estratégica do Programa de Saúde da Família para a conformação e consolidação do Sistema Único de Saúde e do aqui exposto, o voto é pela apresentação de requerimento de informações sobre as providências adotadas pelo Ministro da Saúde para dar cumprimento às recomendações do TCU referentes às decisões nº 955, de 1999; e 649, de 2002, e resultados alcançados.

Sala da Comissão, – **Leomar Quintanilha**, Relator.

### REQUERIMENTO Nº 539, DE 2003

Nos termos do § 1º do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a Decisão nº 649, de 2002, do Plenário do Tribunal de Contas da União, bem como os elementos do relatório e do voto que a fundamentam, requeremos sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações:

a) providências tomadas por aquela pasta para dar cumprimento às recomendações da Decisão nº 955, de 1999, do Tribunal de Contas da União, que determinou a promoção de estudos para acompanhar e avaliar a implementação dos Programas de Agentes Comunitários de Saúde e de Saúde da Família, e resultados obtidos;

b) providências tomadas por aquela pasta para dar cumprimento às recomendações da Decisão nº 649, de 2002, do Tribunal de Contas da União, referentes à correção de problemas na implantação e implementação do Programa de Saúde da Família que estão prejudicando o seu desempenho, e resultados obtidos.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2003. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Leomar Quintanilha**, Relator – **Eurípedes Camargo** – **Flávio Arns** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Serys Slhessarenko** – **Mão Santa** – **Íris de Araújo** – **Papaléo Paes** – **Romero Jucá** – **Antero Paes de Barros** – **Leonel Pavan** – **Augusto Botelho** – **Osmar Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29,  
DE 13 DE SETEMBRO DE 2000

**Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.**

ATO DAS DISPOSIÇÕES  
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Artigo incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 13-9-00:

“Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:”(AC)

“I – no caso da União:”(AC)

“a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento;”(AC)

“b) do ano 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB;”(AC)

“II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e”(AC)

“III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b, e § 3º.”(AC)

“§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que apliquem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento.”(AC)

“§ 2º Dos recursos da União apurados nos termos deste artigo, quinze por cento, no mínimo, serão aplicados nos Municípios, segundo o critério populacional, em ações e serviços básicos de saúde, na forma da lei.”(AC)

“§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art. 74 da Constituição Federal.”(AC)

“§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo.”(AC)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O expediente lido vai à publicação.

**O Requerimento nº 539, de 2003**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Aviso nº 50, de 2002, vai à Mesa para decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Turma.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 723, DE 2003**

**Da Comissão de Assuntos Sociais, ao Diversos nº 42, de 1997 (Aviso nº461-SGS– TCU/97, na origem), que encaminha ao Senado Federal cópia de Decisão adotada pelo Tribunal de Contas da União referente a atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genoveva, no bairro de Santa Tereza, bem como em outras casas geriátricas do Rio de Janeiro.**

Relator: Senador **Leomar Quintanilha**

**I – Relatório**

É submetido à deliberação desta Comissão de Assuntos Sociais o Diversos nº 42, de 1997 (Aviso nº461-SGS-TCU/97, na origem), em que o Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão adotada por aquela Corte referente a atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia ocorrida na Clínica Santa Genoveva, localizada no bairro de Santa Tereza, bem



como em outras casas geriátricas sediadas no Rio de Janeiro.

O Presidente do TCU encaminhou ao Presidente do Congresso Nacional, para conhecimento, cópia da Decisão no 634, de 1999, adotada na Sessão Ordinária do Plenário de 15 de setembro de 1999, e também dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentaram.

Foram igualmente anexados os Relatórios de Planejamento de Execução de Auditoria realizada no Escritório da Representação do Ministério da Saúde, no Estado do Rio de Janeiro, e nas entidades hospitalares para as quais foram destinados recursos do Sistema Único de Saúde – SUS para atendimento a pacientes crônicos naquele Estado.

## II – Análise

No presente caso, o objetivo era a verificação do uso e destinação dos recursos pagos às clínicas e casas geriátricas que acolhiam os denominados pacientes fora de possibilidade terapêutica, ou pacientes crônicos, contratadas pelo SUS no Município do Rio de Janeiro, em confronto com a qualidade e a quantidade dos serviços prestados.

Cumprir destacar que o trabalho realizado pelos órgãos competentes designados para tal fim não envolveu somente a análise dos custos. Ele foi muito mais amplo e abrangeu também o exame da compatibilidade entre esses últimos e as instalações físicas das clínicas, os equipamentos, os medicamentos utilizados, os procedimentos e as rotinas médicas, as técnicas de enfermagem, as condições de higiene e limpeza, os sistemas de informações médicas, a alimentação e outros.

Detectou-se, então, à época, que a responsabilidade pela situação encontrada não cabia somente às instituições auditadas, mas também ao setor público responsável pela aplicação dos recursos do SUS e sua fiscalização. O TCU decidiu reiterar ao Ministério da Saúde a determinação para elaborar normas de fiscalização para os gestores estaduais e municipais do SUS, de modo a facultar a aplicação de sanções aos prestadores conveniados, quando do cometimento de irregularidades.

Ficaram evidenciadas falhas na política governamental de assistência aos idosos e seqüelados por traumas e doenças crônico-degenerativas. Ficou patente a necessidade de verificação da continuidade das condições de atendimento por parte das Unidades Prestadoras de Serviços – UPS que já se encontravam no SUS e de realização de um novo cadastramento das UPS.

Constatou-se, igualmente, a necessidade de uma reavaliação e atualização dos valores vigentes na tabela de procedimentos do SUS, de modo a compatibilizá-los com a realidade dos custos desses procedimentos. O exame das receitas e despesas de um hospital público com perfil semelhante ao das clínicas auditadas permitiu ao TCU constatar as disparidades entre os valores pagos a ambos, e detectar que a diária paga pelo SUS às clínicas em questão não cobria sequer o somatório dos custos que cada paciente representava, ainda que do total das despesas fossem expurgados os custos com pessoal.

A análise da decisão adotada pelo TCU, ora em questão, assinala que:

- determinações várias foram encaminhadas ao Ministério da Saúde, ao Escritório de Representação do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro, à Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, à Secretaria de Saúde do Município do Rio de Janeiro, ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro;

- recomendações diversas foram feitas à Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social e à Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro;

- ciência dos fatos apurados foi dada ao Congresso Nacional e a diversos órgãos do Poder Executivo e do Poder Judiciário, nas três esferas de governo.

Na ocasião, o Tribunal decidiu reiterar ao Sr. Ministro de Estado da Saúde a determinação de “elaborar normas de fiscalização para os gestores estaduais e municipais do SUS”, de modo a possibilitar a verificação do atendimento das condições mínimas determinadas para a prestação dos serviços médicos e assistenciais no âmbito do SUS e a facultar a aplicação de sanções aos prestadores conveniados, quando do cometimento de irregularidades. Tais normas coibiriam irregularidades como as que ocorreram na Clínica Santa Genoveva, onde, em virtude da não constatação da contaminação dos depósitos de água e a conseqüente propagação e virulência de doenças de veiculação hídrica, inúmeros pacientes morreram.

No Senado Federal, o Diversos nº 42, de 1997, do TCU, foi submetido ao exame da Comissão de Fiscalização e Controle, tendo seu Parecer, o de nº 251, de 2001, elaborado pelo Senador Ney Suassuna.

Após procedidas as comunicações determinadas pelo Parecer nº 251, de 2001 da CFC, a Presidência da Casa comunicou ao Plenário que, em atendimento às conclu-

sões nele contidas, foram expedidos os Ofícios nº 492, de 2001, à Procuradoria-Geral da República, nº 493, de 2001, ao TCU, e nº 494, de 2001, ao Ministério da Saúde.

Em resposta, a Procuradoria-Geral da República informou, por meio do Ofício nº 367, de 2001, que encaminhou cópia do referido Parecer à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, para as providências cabíveis.

Importa assinalar, no presente caso, que o voto do Relator do Parecer da CFC recomendou, em sua letra **a** que o processado retome a esta Comissão, dada a estreita relação entre o conteúdo da matéria e as prerrogativas regimentais da CAS, à qual compete opinar sobre seguridade social, normas gerais de proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências e proteção dos idosos, bem como sobre a competência do SUS (art. 100, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal).

Assim, conforme reza o Parecer nº 251, de 2001 da CFC, a presente matéria retomou à Comissão de Assuntos Sociais, para conhecimento.

## II – Voto

Tendo em vista que a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União identifica inúmeras irregularidades que devem merecer toda atenção desta Comissão, e que ainda se desconhece as providências que foram tomadas pelo Ministério da Saúde para sanar as falhas apontadas e para cumprir as recomendações do TCU, nosso voto é pelo encaminhamento de um Requerimento de Informações ao Ministério da Saúde.

Sala da Comissão, Presidente, – **Leomar Quintanilha**, Relator.

### REQUERIMENTO Nº 540, DE 2003

Requeiro, com base no disposto no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Saúde pedido de informações sobre as providências tomadas ou a tomar, por parte daquele Ministério, em cumprimento da Decisão nº 634, de 1999, adotada pelo Tribunal de Contas da União referente a atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Geneveva, no bairro de Santa Tereza, bem como em outras casas geriátricas do Rio de Janeiro.

### Justificação

Tendo em vista o fato de, após exame dos esclarecimentos e informações encaminhadas pelo Minis-

tério da Saúde ao Tribunal de Contas da União, a Unidade Técnica do TCU ter considerado que as respostas sobre as providências adotadas por aquele Ministério não atendem integralmente às deliberações contidas no referido **decisum**, creio necessário ser dirimida a questão.

Entre as determinações constantes da Decisão do TCU, em 1998, destaca-se aquela que deixou de ser cumprida e foi renovada em 1999.

Textualmente, a mencionada Unidade Técnica do TCU julgou que:

“Embora o ministério considere que a determinação contida no item 8.1.1 esteja cumprida, ainda não existem normas de fiscalização que os gestores estaduais e municipais do SUS possam utilizar para aplicar sanções aos prestadores conveniados que incorram em irregularidades”.

“Esse fato é importante, uma vez que, em face da inexistência desses normativos, não há como os gestores estaduais e municipais exercerem seu poder-dever de polícia, aplicando sanções aos estabelecimentos que não estejam oferecendo um serviço dentro das normas médicas e sanitárias. Nestes casos, restariam como únicas opções à diminuição das quotas de internações dos infratores pelo município ou seu descredenciamento pelo estado, prejudicando mais a população do que a unidade prestadora”.

Segundo a mencionada Decisão do TCU, havia também necessidade de se verificar se as determinações objeto dos itens 8.2, 8.3 e 8.4 da Decisão nº 88/98-Plenário foram cumpridas por intermédio da auditoria sugerida pela SECEX/RJ, juntamente com a relativa à contida no item 8.1.1 já comentado.

As razões expostas fundamentam o presente Requerimento.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2003. – **Lúcia Vânia**, Presidente – **Leomar Quintanilha**, Relator – **Eurípedes Camargo** – **Flávio Arns** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Serys Slhessarenko** – **Mão Santa** – **Juvêncio da Fonseca** – **Íris de Araújo** – **Papaléo Paes** – **Romero Jucá** – **Antero Paes de Barros** – **Leonel Pavan** – **Augusto Botelho** – **Osmar Dias**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O expediente lido vai à publicação.

O **Requerimento nº 540, de 2003**, de iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Diversos nº 42, de 1997, vai à Mesa para decisão.

O **SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 724, DE 2003**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy que restabelece a Resolução nº 8, de 2001, do Senado Federal (Autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB a contratar operação de crédito externo no valor de US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas – PEM).**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**

#### **I – Relatório**

Está em pauta o Projeto de Resolução nº 27, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que propõe seja restabelecida a Resolução nº 8, de 2001.

A referida Resolução autorizou o Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB a contratar operação de crédito externo no valor de US\$150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas – PEM.

O PEM tem como objetivo aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas situadas na mesma área de atuação do Banco do Nordeste, que compreende os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo e Minas Gerais. Os recursos do empréstimo junto ao BID complementariam fontes de financiamento e ações estratégicas de desenvolvimento econômico regional implementadas pelo governo e que contribuiriam para eliminar obstáculos enfrentados pelo setor produtivo e para o melhor aproveitamento das oportunidades de negócios rela-

cionadas com recursos naturais ou capacidades tecnológicas existentes, mediante a dinamização das cadeias produtivas.

Em vista de sua complexidade e abrangência, previu-se, na concepção do PEM, que sua execução contaria, além do próprio BNB, com a participação de co-executores tais como o Ministério da Ciência e Tecnologia, Sebrae, Senai e instituições financeiras intermediadoras do crédito, com os quais deveriam ter sido firmados convênios. A despeito do progresso já alcançado na elaboração dos acordos e convênios com as referidas entidades, condições necessárias para que fosse firmado o contrato de empréstimo com o BID e que se encontram em fase final de negociação, não foi possível concluí-los dentro do prazo concedido pela Resolução nº 8, de 5 de julho de 2001, do Senado Federal.

Assim sendo, o PRS nº 27, de 2003, vem propor que a Resolução nº 8, de 2001, seja restabelecida com novo prazo de trezentos dias para o exercício da autorização.

#### **II – Análise**

As justificativas apresentadas para o restabelecimento da Resolução nº 8, de 2001, são convincentes. Vários fatores contribuíram para que houvesse um atraso na contratação da operação financeira autorizada pelo Senado Federal.

As dificuldades para obtenção das condições necessárias à contratação ocorreram principalmente em função do número de instituições participantes do programa, das modificações na estrutura político-administrativa do País, bem como do cenário econômico que precedeu o período eleitoral que provocou constantes flutuações na cotação da moeda norte-americana, desestimulando a participação de instituições financeiras intermediárias.

Felizmente tais dificuldades já foram contornadas. O momento vivido pelo Brasil é de muito mais estabilidade política e econômica do que no ano passado. A desconfiança do mercado relativa à eleição do Presidente se mostrou infundada. Tomou posse um Governo Federal comprometido com a estabilidade fiscal, monetária e cambial. As condições macroeconômicas voltaram a ser propícias à contratação do empréstimo em questão.

Além disso, nunca é demais lembrar que o PEM é um programa meritório. Estudos técnicos do Banco do Nordeste, relativamente à relação custo-benefício e ao interesse econômico e social, comprovam a viabilidade financeira do Programa e indicam uma taxa interna de retorno estimada em 16,3% ao ano, na hi-

pótese de ser cobrado, pelo Banco, um *spread* de 1% a.a. sobre as operações.

As condições da operação financeira são, também, muito favoráveis. O custo efetivo do empréstimo junto ao BID está estimado em 6,87% ao ano, com prazo de retorno de 20 anos, incluindo-se carência de 54 meses, a partir dos desembolsos. Tais condições financeiras são bem mais favoráveis do que o Brasil obtém em média no mercado internacional.

### III – Voto

Em face do exposto, concluímos o Parecer pela aprovação do Projeto de Resolução nº 27, de 2003.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003. – **Mão Santa**, Presidente – **Patrícia Saboya Gomes**, Relatora – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Antonio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Garibaldi Alves Filho** – **Romero Jucá** – **João Alberto Souza** – **Valdir Raupp** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Rodolpho Tourinho** – **Lúcia Vânia**.

#### PARECER Nº 725, DE 2003

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 137, de 2003 (Mensagem nº 279, de 26 de junho de 2003, na origem), que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no âmbito do Segundo Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público – Reforma Fiscal (PSAL).”**

Relator: Senador **Fernando Bezerra**

#### I – Relatório

O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 137, de 2003 – nº 279 de 26 de junho de 2003, na origem, solicita ao Senado Federal autorização para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no âmbito do

Segundo Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público – Reforma Fiscal (PSAL).

Conforme a anexa Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda, “a presente operação de crédito foi oferecida à República em reconhecimento da implementação da segunda fase do programa de reforma fiscal, que visa à sustentabilidade fiscal e ao aperfeiçoamento da gerência das despesas e obrigações financeiras públicas”. O Ministro ressalta que “os recursos do empréstimo passarão a compor as reservas externas do País e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros externos. da República, o que permitirá um ganho fiscal adicional.”

O empréstimo compreende as seguintes características:

- a) *mutuário*: República Federativa do Brasil;
- b) *mutuante*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);
- c) valor: equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América);
- d) *finalidade*: empréstimo em reconhecimento da implementação da segunda fase do programa de reforma fiscal, que visa à sustentabilidade fiscal e ao aperfeiçoamento da gerência das despesas e obrigações financeiras públicas, e cujos recursos passarão a compor as reservas externas do País e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros externos da República, o que permitirá um ganho fiscal adicional;
- e) *prazo de desembolso*: até 31 de dezembro de 2003;
- f) *carência do principal*: seis anos;
- g) pagamento do principal: em dez parcelas semestrais, com início em 1º de maio de 2009 e término em 1º de novembro de 2013, sujeitas essas datas a alteração em função da data em que vier a ser celebrado o contrato, mas mantidas as periodicidades aqui previstas;
- h) *juros*: pagos semestralmente à Taxa Libor de 6 meses para o Dólar norte-americano mais **spread** de meio por cento ao ano, incidentes sobre o saldo devedor do principal a partir de cada desembolso, com primeiro pagamento previsto para 1º de novembro de 2003 e último pagamento previsto para 1º de novembro de 2013, sujeitas essas datas a alteração em função da data em que vier a ser celebrado o contrato, mas mantidas as periodicidades aqui previstas;
- i) *comissão de compromisso*: oitenta e cinco centésimos por cento ao ano sobre os saldos não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas

datas do pagamento dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e setenta e cinco centésimos por cento ao ano, em diante;

j) *comissão à vista*: um por cento sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

Acompanham a Mensagem a Exposição de Motivos nº 121/2003 – MF, de 5 de junho de 2003; os Pareceres nos PGFN/COF/Nº 941/2003, de 5 de junho de 2003 e nº 149/STN/COREF/GERFI, de 22 de maio de 2003, respectivamente, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional; o Ofício DECEC/DIOPE/SUCRE-2003/130, de 23 de maio de 2003, a Carta nº 003/03, de 9 de maio de 2003, do Ministro da Fazenda ao Presidente do Banco Mundial; informações sobre os limites de endividamento da União; cópias do Acordo de Empréstimo, tendo como parte integrante as “Condições Gerais Aplicáveis aos Acordos de Empréstimo e Garantia para Empréstimos de Margem Fixada do BIR, datadas de 1º de Setembro de 1999”; assim como outros documentos do Ministério da Fazenda atestando o cumprimento das formalidades legais para a contratação.

## II – Análise

A presente solicitação satisfaz as exigências contidas na Resolução nº 96, de 1989, que dispõe sobre os limites e condições para a contratação de operações de crédito interno e externo, de interesse da União e de suas entidades.

Com efeito, tanto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional como a Secretaria do Tesouro Nacional manifestaram-se favoravelmente à contratação: a minuta do contrato de empréstimo contém cláusulas admissíveis, segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o disposto no art. 5º da mencionada Resolução nº 96, de 1989; há dotações no Orçamento Geral da União de 2003 para fazer face aos encargos da operação e foram observados os limites de endividamento da União. Por outro lado, o Banco Central do Brasil autorizou o credenciamento do empréstimo.

Segundo o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o presente empréstimo do BIRD está inserido no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil – Segundo Empréstimo Programático de Ajuste ao Setor Público – Reforma Fiscal (PSAL), cujos recursos serão destinados ao financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional. O primeiro empréstimo ao programa foi firmado em 5 de junho de 2001. Com efeito, em 29 de maio de 2001, o Senado Federal au-

torizou a contratação no valor de US\$757,8 milhões junto ao BIRD.

Cabe ressaltar as seguintes informações da STN, às fls. 11 e 12 do processado:

“Tendo em vista as reformas que já foram empreendidas pelo Governo Brasileiro, e aquelas que estão sendo implementadas com vistas à Reforma Fiscal e Tributária, o Banco Mundial concorda em conceder o referido empréstimo como reconhecimento dos avanços obtidos pelo Brasil nas áreas de política fiscal e gerenciamento do risco da Dívida Pública Federal, bem como com a implementação de ações visando a redução das distorções no sistema de tributação e o reflexo na economia nacional.

Conforme os procedimentos adotados pelo BIRD em empréstimos programáticos, os recursos da operação não serão destinados a novos investimentos, mas sim para compor as Reservas Internacionais do País e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros externos da República Federativa do Brasil.

Portanto, os desembolsos estão vinculados ao cumprimento de metas e ações governamentais. No caso em questão, foi encaminhada ao BIRD, Carta de Política Setorial assinada pelo Ministro da Fazenda (Carta ME nº 03/03, de 9 de maio de 2003), por meio da qual são descritos a situação macroeconômica do país e um programa de ações, objetivos e políticas para as reformas fiscal e tributária. A propósito, o Anexo 2 da minuta do Acordo de Empréstimo relaciona as ações já efetuadas, segundo a carta de política setorial, correspondendo à chamada “Segunda Fase” do citado programa de ações, objetivos e políticas.” (grifo nosso).

Destarte, nos termos do Contrato de Empréstimo referente a esta operação de crédito (fls. 134-155 do processo), o BIRD proporcionou assistência ao governo do Brasil em apoio à primeira fase do programa composto de medidas, objetivos e políticas para a reforma fiscal, englobando sustentabilidade fiscal, gerenciamento de despesas públicas e gerenciamento de passivos públicos, conforme tal programa foi descrito na carta da Tomadora ao Banco, datada de 20 de dezembro de 2000”; o BIRD recebeu a citada Carta do Ministro da Fazenda, de 9 de maio de 2003: (i) descrevendo o seu arcabouço

macroeconômico e o Programa conforme revisado após a data da citada Carta de 20 de dezembro de 2000, sendo tal Programa composto de ações tomadas nos termos da primeira fase citada acima, medidas tomadas conforme descritas no Anexo 2 a este Acordo (a Segunda Fase do Programa), e medidas e políticas que o governo brasileiro pretende tomar e adotar no futuro; (ii) declarando o compromisso do governo com os objetivos do Programa e (iii) solicitando a assistência do Banco em apoio ao Programa durante a sua execução.

Dentre as vinte e uma medidas a que se refere o citado Anexo 2, qual seja a Segunda Fase do Programa, destacam-se: o reconhecimento do cumprimento das metas de superávit primário no período 1999-2002; o reconhecimento do aumento no número de estados que vêm cumprindo os parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; o estabelecimento de meta anual para o superávit primário de 4,25% do PIB em cada um dos referidos anos e especificação de claro objetivo de médio prazo de redução da dívida como parcela do produto interno bruto; a edição das Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, pelo Senado Federal, que tratam dos limites globais e da regulamentação das operações de crédito interno e externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; o estabelecimento de limites para as operações de crédito entre instituições financeiras e os três níveis de governo; a publicação da consolidação das contas públicas pela STN; a incorporação de valor substancial de passivos não divulgados anteriormente, equivalente a 2,3% do PIB e a inclusão de passivos contingenciados no Projeto de LDO; diversas medidas organizacionais e gerenciais junto à STN, quanto a metodologias para a apuração e divulgação das estatísticas, planos anuais de contratação de dívida pela União e responsabilidades pela emissão de dívida pública; o estabelecimento de acordo entre o Banco Central e a CVM determinando a partilha de informações e cooperação entre si; a promulgação da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, determinando que as contribuições ao PIS/PASEP sejam transformadas parcialmente em impostos de valor agregado e, finalmente, a remessa ao Congresso Nacional da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, que trata da reforma tributária.

Segundo estimativas de dispêndio, às fls. 16 do processo, o custo efetivo orçado do empréstimo é de 1,82% ao ano, “constituindo-se em indicativo favorável se comparado com operações da mesma natureza já realizadas pelo Governo Brasileiro, bem como emissões de títulos da República.”

A operação visa, portanto, ao fortalecimento das reservas cambiais do País e, simultaneamente, ao financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional, na medida em que os recursos poderão ser utilizados para saldar compromissos externos, cujos custos de rolagem são maiores que os da presente operação, permitindo, assim, um ganho fiscal adicional.

Registre-se que, na instrução processual, consta apenas o Acordo de Empréstimo, não acompanhado do documento “Condições Gerais Aplicáveis aos Acordos de Empréstimo e Garantia para Empréstimos de Margem Fixada do BIR, datadas de 1º de Setembro de 1999”. Por tratar-se de documento padrão do BIRD, utilizado em todas as operações daquela instituição nesta modalidade de empréstimo, consideramos que essa lacuna não traz problemas quanto à solidez e a segurança jurídica da operação sob exame.

### III – Voto

Diante do exposto, votamos pela aprovação do pleito nos termos do seguinte

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2003

**Autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no âmbito do Segundo Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público – Reforma Fiscal (PSAL).**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no âmbito do Segundo Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público – Reforma Fiscal (PSAL).

Parágrafo único. Os recursos do empréstimo a que se refere o **caput** serão destinados à implementação da Segunda Fase do Programa de Reforma Fiscal, que visa à sustentabilidade fiscal e ao aperfeiçoamento da gerência das despesas e obrigações financeiras públicas, passarão a compor as reservas exter-

nas do País e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros externos da República.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o artigo anterior contém as seguintes características:

I – mutuário: República Federativa do Brasil;

II – mutuante: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – valor: equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

IV – prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2003;

V – carência do principal: seis anos;

VI – pagamento do principal: em 10 parcelas semestrais, com início em 1º de maio de 2009 e término em 1º de novembro de 2013, sujeitas essas datas a alteração em função da data em que vier a ser celebrado o contrato, mas mantidas as periodicidades aqui previstas;

VII – juros: pagos sernestralmente à taxa Libor de seis meses para o dólar norte-americano mais **spread** de 0,5% (meio por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo devedor do principal a partir de cada desembolso, com primeiro pagamento previsto para 1º de novembro de 2003 e último pagamento previsto para 1º de novembro de 2013, sujeitas essas datas a alteração em função da data em que vier a ser celebrado o contrato, mas mantidas as periodicidades aqui previstas;

VIII – comissão de compromisso: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas do pagamento dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, em diante;

IX – comissão à vista: 1,00% (um por cento) ao ano sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003. – **Mão Santa**, Presidente – **Fernando Bezerra**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Antonio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Garibaldi Alves Filho** – **Romero Jucá** – **João Alberto Souza** – **Valdir Raupp** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** –

**Rodolpho Tourinho** – **Lúcia Vânia** – **Patrícia Saboya Gomes**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002

**Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.**

**PARECER Nº 726, DE 2003**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas nºs 2 a 5 – PLEN ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2002, (nº 4.828/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências.**

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

Relator *ad hoc* : Senador **Rodolpho Tourinho**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2002, (PL nº 4.828, de 1998, na origem) que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo, após ter sido aprovado nessa Comissão, recebeu, em Plenário, as seguintes emendas, todas de autoria do Senador Pedro Simon.

**Emenda nº 2 – PLEN (de redação)**

Dê-se ao inciso XVIII, do art. 2º, a seguinte redação:

Art. 2º .....  
.....

XVIII – Fiscalização: exercício de poder de polícia, visando coibir atos em desacordo com os dispositivos desta lei e de sua regulamentação, a ser realizado pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimen-

to ou através de seus equivalentes nos Estados e no Distrito Federal.

A justificação apresentada pelo autor foi a de “dar melhor redação ao dispositivo”.

#### **Emenda nº 3 – PLEN (de redação)**

Dê-se ao inciso XXXVII, do art. 2º, a seguinte redação:

Art. 2º .....

.....  
 XXXVII – Responsável Técnico – engenheiro agrônomo, engenheiro florestal e técnico agrícola, registrado no respectivo Conselho de Fiscalização Profissional, a quem compete a responsabilidade técnica pela produção, beneficiamento, reembalagem ou análise de sementes, em todas as suas fases.

Na justificação, consta que foram incluídos os técnicos agrícolas, pois a Lei nº 5.524, de 1968, e os Decretos regulamentadores nºs 90.922/1985 e 4.560/2002 permitem que assumam a responsabilidade técnica pela produção de sementes e mudas.

#### **Emenda nº 4 – PLEN (de modificação)**

Dê-se ao Parágrafo único do art. 43:

Art. 43.....

Parágrafo único. A multa pecuniária será fixada no Decreto de regulamentação.

A justificação apresentada considera a multa excessiva e argumenta, também que, se incluída no corpo da lei será difícil alterá-la posteriormente.

#### **Emenda nº 5 – PLEN (de supressão)**

Suprima-se o parágrafo único do art. 44.

Art. 44.....

Parágrafo único. (Suprima-se)

De acordo com o **caput** do artigo, o responsável técnico será penalizado se descumprir a legislação e o parágrafo único, que tem por objetivo remeter-lo a mais punições, seria, no entender do autor, um exagero, razão pela qual foi proposta sua supressão.

### **II – Análise das Emendas**

A Emenda nº 2, que modifica a redação do inciso XVIII, do art. 20, não altera substancialmente o disposto na redação original, mas pela complexa natureza da matéria, com seus desdobramentos nos avan-

ços tecnológicos que já se vislumbram, entendemos que a norma deva ser mais precisa, centrando no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a fiscalização, e portanto, não podemos acatá-la.

A Emenda nº 3, que altera o inciso XXXVIII, do mesmo artigo, inclui, dentre os responsáveis técnicos os técnicos agrícolas, categoria que não foi incluída na proposta original. Analisada a questão, concluímos que a responsabilidade técnica deva ser mantida no nível proposto originalmente, o dos engenheiros agrônomos e florestais. Reconhecemos que os técnicos agrícolas de 2º grau podem, por força de lei, participar do processo de produção de mudas e sementes, mas a responsabilidade técnica do processo de produção, que termina na alimentação humana, necessita de uma formação mais completa, que é aquela conseguida no nível superior da profissão. Assim, entendemos que as emendas mencionadas não devem, pois, ser acatadas.

A Emenda nº 4 determina, no parágrafo único do art. 43, que a multa pecuniária será fixada no decreto que regulamentará a lei. Cabe observar que a crítica sobre o valor das multas pecuniárias não procede, pois a expressão constante no texto informa apenas o limite máximo das mesmas. Sua transferência para a regulamentação enfraqueceria o rigor pretendido pela legislação proposta. Assim entendemos que não devemos acatá-la.

A Emenda nº 5 suprime o parágrafo único do art. 44, que trata das penalidades a que estarão sujeitos os responsáveis técnicos pelo descumprimento da lei. Embora o **caput** do artigo já discorra sobre as punições, entendemos que parágrafo único seja necessário para que o Conselho de Fiscalização Profissional tome conhecimento da eventual falta e aplique a sua regulamentação, caso julgue necessário, e assim não devemos acatar a emenda.

### **III – Voto**

Diante do exposto, o voto é pela rejeição das Emendas de números 2, 3, 4 e 5.

Sala da Comissão, – **Mão Santa**, Presidente – **Eduardo Azeredo**, Relator – **Rodolpho Tourinho**, Relator *ad hoc* – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Antonio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Garibaldi Alves Filho** – **Romero Jucá** – **João Alberto Souza** – **Valdir Rupp** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Lúcia Vânia** – **Patrícia Saboya Gomes**.



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.524, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1968

**Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio.**

DECRETO Nº 90.922,  
DE 6 DE FEVEREIRO DE 1985.

**Regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau.**

DECRETO Nº 4.560,  
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002.

**Altera o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau.**

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Os expedientes lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Parecer nº 724, de 2003**, da Comissão de Assuntos Econômicos, lido anteriormente, conclui favoravelmente ao Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que restabelece a Resolução nº 8, de 2001, do Senado Federal (Autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB a contratar operação de crédito externo no valor de cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas – PEM).

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Parecer nº 725, de 2003**, da Comissão de Assuntos Econômicos, lido anteriormente, conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 29, de 2003 (MSF nº 137/2003), que

*autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no âmbito do Segundo Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público – Reforma Fiscal (PSAL).*

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Voltamos à lista de oradores.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, quero associar-me à Bancada da Paraíba, em nome do povo baiano e também como nordestino, quando o Estado perde seu ex-Governador Tarcísio Burity, e apresentar as minhas condolências à família e a todo o povo paraibano.

Sr. Presidente, a economia brasileira, nos últimos tempos, tem convivido com resultados pouco expressivos. Entretanto, alguns setores e empresas em particular têm-se destacado. A Petrobras talvez seja a principal delas. A empresa é motivo de orgulho nacional e possui atualmente papel preponderante na economia nacional, em especial no setor de energia.

Neste pronunciamento, gostaria de chamar a atenção desta Casa para pontos que considero importante analisar em relação à Petrobras.

1) **Interligação dos Gasodutos Sudeste-Nordeste**, a interligação entre o Espírito Santo e a Bahia. Primeiramente, quero registrar, com muita satisfação, a assinatura, no dia 1º de julho, terça-feira passada, em Nova Iorque, pela Petrobras, de contratos para viabilizar o financiamento no valor de US\$1 bilhão para a implantação do Projeto Malhas, ou seja, a expansão das malhas de gasodutos das Regiões Sudeste-Nordeste. O projeto ampliará a capacidade de transporte de gás natural no Nordeste, em 9 milhões de metros cúbicos/dia nos próximos dois anos.

A ampliação da Malha Nordeste prevê a implantação de sete gasodutos e ramais, com 962km de extensão, a construção de oito **citygates** e a instalação de duas estações de compressão na Bahia, nos Municípios de Candeias e Catu. Esse projeto vai possibilitar o atendimento à demanda de gás natural já contratada naquela região. As obras de ampliação da Malha Nor-

deste deverão ter início também no segundo semestre, com término previsto para meados de 2005.

Com financiamento de cerca de 40% do Japan Bank for International Cooperation – JBIC, US\$394 milhões, o Projeto Malhas contará ainda com financiamento de aproximadamente US\$256 milhões do BNDES, mais US\$250 milhões de um **pool** de bancos internacionais, além do aporte de recursos pelas **tradings** japonesas.

A assinatura desses contratos – e aqui é importante chamar a atenção – torna necessário, inevitável e irreversível o projeto de interligação dos gasodutos entre o Espírito Santo e a Bahia, o chamado Gasoduto Sudeste-Nordeste, o que certamente deverá ser anunciado, proximamente, pela Petrobras. As principais conseqüências desse gasoduto e do Projeto Malhas são as seguintes:

- atendimento aos mercados atuais e a serem desenvolvidos no Nordeste;
- única solução viável para a expansão de geração de energia elétrica para a Região por meio das termoeletricas, assunto abordado aqui pelo Senador Garibaldi Alves, sobre a importância da conclusão da TermoAçu, no Rio Grande do Norte (agora inteiramente viável e possível);
- solução para o transporte e desenvolvimento dos campos de gás descobertos na Bahia, na região de Valença-Caramuru, estimados em mais de 5 milhões de metros cúbicos diários;
- possibilidade de ampliação futura do Pólo Petroquímico da Bahia, com a utilização de gás natural, face às limitações do fornecimento da nafta;
- promoção da redução das desigualdades regionais.

Estima-se que, com a implantação do projeto, serão gerados mais de 10 mil empregos diretos, durante a construção dos gasodutos, sendo superior a 70% o conteúdo nacional do empreendimento.

A interligação da Bahia ao Espírito Santo, a interligação Sudeste–Nordeste, permitirá que as reservas de gás boliviano e as novas descobertas da Petrobras na Bacia de Santos e na Bahia estejam conectadas ao mercado da Região Nordeste.

Defendi a interligação, como Ministro, e também em maio passado, em pronunciamento desta tribuna, e vejo com enorme satisfação a concretização de nossa proposta neste momento.

Trata-se de uma mudança estrutural para a Região. Seus efeitos, difíceis de serem percebidos neste

momento, são fundamentais para o desenvolvimento futuro dos Estados nordestinos.

O Presidente José Sarney fez, ontem, em importante pronunciamento desta tribuna, uma retrospectiva dos principais problemas que afligiam e afligem a Região Nordeste. Na área de energia, destacou que “os gasodutos projetados no País convergiram na direção inversa da pobreza”.

É verdade. Possivelmente, agora, com o Projeto Malhas e o Gasoduto Sudeste-Nordeste, estaremos iniciando a correção dessas distorções. A ampliação da rede de Gasodutos Sudeste e Nordeste é o primeiro de uma série de projetos que prevê a inserção mais intensa do gás natural na matriz energética brasileira.

É preciso, agora, cuidar dos projetos que levarão o gás natural ao Piauí, ao Maranhão, ao Distrito Federal, a Goiás e a Tocantins, e resolver o caso de Rondônia, hoje às voltas com insondáveis obstáculos ambientais.

A utilização do gás natural na ampliação da oferta do combustível e também como matéria-prima para a indústria petroquímica reforça ainda mais essa iniciativa, o que leva ao segundo ponto que desejo tratar hoje e que ressaltarei, desta tribuna, nesta semana: o retorno da Petrobras ao setor petroquímico.

## 2) Presença na Petroquímica.

A saída da Petrobras do setor foi lastimável e precipitada, além de danosa. No momento em que o setor petroquímico precisa ser mais competitivo, para aumentar sua inserção no mercado internacional, o retorno da Petrobras tem um imenso caráter estratégico, sobretudo quando se analisa a garantia do fornecimento da nafta. Mas deve ser visto, repito, dentro de uma visão estratégica e não como diversificação de investimento em várias empresas.

No mesmo sentido, gostaria de trazer à reflexão da Casa, em especial do Governo Federal, a participação da Petrobras em outro setor, na distribuição do GLP no varejo, já que a granel isso já é feito.

## 3) A distribuição do gás GLP no varejo.

Penso que somente com a atuação da Petrobras como distribuidora do gás de cozinha, os preços praticados atualmente no mercado poderiam ser mais realistas.

Tem sido noticiado no mercado que a Ultragaz estaria finalizando a compra da Shell Gás, a distribuidora de GLP do Grupo Shell. Ao que tudo indica, a notícia é verdadeira, mesmo porque, em passado recente, essa mesma multinacional vendeu vários postos de gasolina em algumas regiões do País.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com essa aquisição, a Ultragaz passaria a deter cerca de um quarto do mercado. Além disso, noticia-se que a Petrobras perdeu a disputa para o Grupo Ultra nessa compra.

Defendo a entrada da Petrobras nessa área como forma de se fazer algum tipo de regulação num mercado tido como livre, mas sujeito à cartelização e a vários tipos de abuso. Na medida em que possa a Petrobras participar na condição de concorrente no setor de distribuição de GLP, as suspeitas em torno das práticas cartelizadas de preço tenderiam a desaparecer.

É preciso que a população mais carente do País tenha algum tipo de proteção contra abusivos aumentos de preço do gás de cozinha, até porque o vale-gás já não propicia essa proteção, devendo, inclusive, ser aumentado – a sua área de atuação deverá ser ampliada.

Convém lembrar que a BR Distribuidora, a Petrobras Distribuidora, possui cerca de 5,2 mil postos de gasolina com sua bandeira, aproximadamente 20% dos 27 mil postos de venda de combustíveis no País.

Essa capilaridade seria de enorme importância para regular o mercado, trazendo os preços do gás de cozinha para o nível que deveria ser, tornando, assim, mais fácil a vida da população mais pobre do Brasil.

4) Da mesma forma e motivado pelos mesmos argumentos, defendo também a **presença da Petrobras na venda de combustíveis no varejo**, operando por meio de postos próprios.

Atualmente, em razão de portaria da ANP, é vedado às distribuidoras operar a venda de combustíveis diretamente ao consumidor comum. Operam por meio de terceiros, os revendedores, e não diretamente.

Os fatos que temos presenciado, evidenciando as dificuldades encontradas pelo Governo Federal em tornar sensível à população as reduções de preços no setor de combustível, demonstram a necessidade de ações mais contundentes.

Temos visto, com freqüência, reduções no preço da gasolina na refinaria que não têm se refletido nos preços praticados nas bombas de gasolina na proporção esperada. Em contrapartida, nos momentos em que sobe o preço na refinaria, os reajustes nas bombas são praticamente imediatos.

Quando titular do Ministério de Minas e Energia, tentamos fazer com que as distribuidoras de combustível pudessem operar postos próprios, dentro de regras e percentuais definidos em relação a cada rede de distribuição. O objetivo era o de regular o mercado, mostrando ao consumidor qual era o justo preço da

gasolina. O Ministério de Minas e Energia, todavia, recebeu, em resposta, inúmeras críticas do setor de revenda. A argumentação era, e ainda é, frágil e sempre uniforme, viesse de onde viesse a informação: que acabaria com os pequenos empresários, que haveria concorrência desleal, que possibilitaria a prática de **dumping**, que promoveria o desemprego, que possibilitaria a formação de oligopólios, que possibilitaria a cartelização – como se ela já não existisse – e que contrariava a Constituição.

Nada disso era verdadeiro. O que o setor não queria, e não quer, é que o mercado tivesse algum instrumento que viesse a balizar preços ou a ter uma referência. Queria ficar livre de qualquer tipo de vigilância.

Os revendedores conseguiram, à época, por meio de forte pressão no Congresso Nacional, impedir essa medida, que dependia, como depende, de mera resolução da Agência Nacional do Petróleo.

Decidiu-se, então, implantar Postos Escola da BR Distribuidora, para formação de pessoal, e, ao mesmo tempo, fazer com que eles servissem de referência de preço para a população. O primeiro deles seria em Salvador, até por já existir o posto próprio da Petrobras Distribuidora.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que seria algo aparentemente simples levou três anos para ser inaugurado. Pronto para funcionar, ficou paralisado por meio de inúmeras medidas judiciais, obtidas com as famosas liminares, por todo esse tempo. Só conseguiu operar a partir de abril de 2003, mas os efeitos já são visíveis, mesmo sendo um só posto para servir de referência para toda a cidade de Salvador.

Experiência semelhante foi concretizada na cidade de Porto Seguro, a partir de maio deste ano. Em menos de dois meses, o preço da gasolina caiu cerca de 10%. Porto Seguro era conhecida como a cidade com maior preço no País (à exceção das mais distantes), e cartelizada. Hoje, está dentro da média de mercado.

Devo registrar que outros postos escola estão funcionando em outras cidades brasileiras e a BR Distribuidora pretende ampliar essa atuação.

Acredito que, vencida a batalha de Salvador, que, repito, durou três anos, a BR Distribuidora deveria ser mais agressiva e buscar cada vez mais essa solução, além, naturalmente, de insistir na utilização de postos próprios. Terá, certamente, o apoio da população.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, concluo este pronunciamento exaltando os resultados que a

Petrobras tem proporcionado ao País, alguns mais visíveis, como o combustível da Williams, na Fórmula 1, e os grandes avanços na tecnologia de prospecção em águas profundas, mas também cabe a ela auxiliar o Governo e a população neste momento.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex<sup>a</sup>, como é de praxe e é sua característica, faz uma análise técnica e profunda sobre a questão dos preços dos derivados de petróleo no País, apresentando algumas soluções, já encetadas pela própria Petrobras e suas subsidiárias, como a BR Distribuidora. Também propõe outras soluções que, sem sombra de dúvida, trarão alívio à economia popular deste País. Vejo que V. Ex<sup>a</sup>, como especialista e ex-Ministro, está preocupado em acompanhar **pari passu** esses assuntos. No entanto, pediria a V. Ex<sup>a</sup> que trouxesse algum tipo de luz ao assunto dos preços dos derivados de petróleo neste País, porque assistimos, recentemente, à Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, anunciar uma provável redução. Logo em seguida, outras áreas do Governo Federal disseram que não seria possível a redução do preço do combustível. Agora, fala-se até numa provável alta, em função de uma greve que estaria havendo no país africano da Nigéria, produtor de petróleo, deixando inquieta toda a população brasileira com relação aos preços dos combustíveis e dos derivados de petróleo, de modo geral. Sabemos da eficiência da Petrobras, da maneira como se tem comportado, prospectando novos poços e tendo sucesso procurando a auto-sustentabilidade do País. No entanto, sabemos também, Senador Rodolpho Tourinho, que a Petrobras tem sido utilizada pelo Governo para geração de caixa, levando a uma certa preocupação de que isso impeça a empresa de praticar preços menores para determinados derivados. Sabemos que a nafta, por exemplo, no Estado da Bahia, tem sido um problema sempre a ser resolvido para ampliação do pólo petroquímico. Sabemos que, recentemente, houve problemas com o gás de processo na Usiba, pois a alta muito elevada de preços traz desânimo para aqueles que estão trabalhando na usina, procurando ampliar a produção de aço no nosso Estado. Portanto, há a necessidade do País de ter preços menores de combustíveis e derivados, e de gás de cozinha, o grande problema da economia popular, enquanto a Petrobras tem lucros cada vez maiores, que dão solução até a problemas econômicos do Governo. Assim, como ficará o País, Senador Rodolpho Tourinho, diante dessas duas situações? V. Ex<sup>a</sup>, um estudioso do assunto, mais uma vez apresenta, no seu discurso, soluções e traz esperan-

ças de que tenhamos, efetivamente, preços mais compatíveis com a economia popular do Brasil.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Senador César Borges, agradeço o seu aparte. O que V. Ex<sup>a</sup> colocou tem muita propriedade, e eu não teria tempo para lhe responder tudo isso. Eu apenas lhe diria que, realmente, a Petrobras é muito importante, porque quase todo o superávit primário obtido pelo Governo Federal vem das estatais. A principal delas, e a única que tem condições de contribuir com isso efetivamente, é a Petrobras. Em segundo lugar, os lucros da Petrobras e o fato de que o Governo Federal é o seu maior acionista também foram abordados por V. Ex<sup>a</sup> com muita clareza. Evidentemente, esses dois aspectos impelem o Governo Federal a evitar que a Petrobras pratique uma política de preços de mercado, os quais podem subir ou descer, quando teriam que descer, como agora.

Então, não tenho dúvida de que isso é necessário e possível de ser feito – aliás, é feito no Chile há mais de vinte anos – por meio de um mecanismo regulatório, que pode ser a Cide. No entanto, é complicado tratar de tema tão amplo neste momento.

Estou certo de que são muito pertinentes as suas observações e tenho a convicção de que, na questão do gás de cozinha, enquanto a Petrobras não entrar na distribuição, não só a granel, como já existe, mas no mercado de revenda no varejo, dificilmente teremos um preço justo para o consumidor, sobretudo o da população de baixa renda, que hoje sofre com a falta de cobertura do vale-gás.

Concluo, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte e dizendo outra vez que as conquistas da empresa no mercado externo têm fortalecido...

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Pois não, Senador Garibaldi.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Senador Rodolpho Tourinho, comungo inteiramente com o que disse, há pouco, o Senador César Borges. V. Ex<sup>a</sup> está acompanhando atentamente tudo o que está ocorrendo com os preços de derivados de petróleo e com o novo modelo energético a ser implantado no País, com a experiência de quem foi Ministro e conhece o assunto. Queria manifestar a minha intransigência, que deve ser a de todos os brasileiros, quando se fala, novamente, em apagão. Por que falar em apagão se tivemos a oportunidade de adotar várias medidas, inclusive preventivas, durante aquele período de crise, no Governo passado? Infelizmente, deixo interro-

gações que sei que V. Ex<sup>a</sup> não terá como discutir na tribuna, porque o tempo de V. Ex<sup>a</sup> parece que está a se encerrar, mas, se pudesse me tranquilizar, não o faria somente a mim, mas a todos os brasileiros.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Senador Garibaldi, lamentavelmente, não poderia tranquilizar V. Ex<sup>a</sup>, porque a Ministra das Minas e Energia não trouxe essa tranquilidade, e também por uma razão muito simples, as causas que ocasionaram o problema de 2001 continuam presentes: a falta de uma legislação clara, que seja confiável para os investidores; condições de atração de investimentos, sobretudo externos. Hoje, como antes, falta investimentos no setor. A persistir essa falta investimentos e o País apresentar crescimento, não teremos maior oferta de energia e, conseqüentemente, como disse a Ministra de Minas e Energia, haverá problemas. S. Ex<sup>a</sup> conhece o assunto, está acompanhando o desenvolvimento do sistema, inclusive apresentando um novo modelo para assegurar o fornecimento de energia.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Romeu Tuma, 1º Secretário e Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eurípedes Camargo, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de 5 minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 5 minutos.

Em seguida, a Casa ouvirá as palavras do seu Presidente, Senador José Sarney.

**O SR. EURÍPEDES CAMARGO** (Bloco/PT – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, meu pronunciamento, hoje, se deve a um fato da maior gravidade que vem atingindo não apenas a população do Distrito Federal, mas também a moradores das cidades vizinhas que utilizam o sistema público de saúde do nosso Estado.

Como é do conhecimento de todos, o Sistema de Saúde do Distrito Federal vem se destacando no cenário nacional em função do caos que se instaurou.

A falta de condições de funcionamento das unidades hospitalares, a falta de remédios, que tem ocasionado o agravamento do quadro de saúde de vários pacientes, e as denúncias amplamente veiculadas de

desmandos, corrupção e desvio de recursos destinados à saúde, têm caracterizado a gestão da área de saúde no Distrito Federal.

Em função da gravidade das denúncias, o Ministério da Saúde, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, criou um grupo para averiguar a situação e solicitar providências imediatas que, se não atendidas, deveriam resultar na perda da gestão plena do Sistema de Saúde do Distrito Federal.

O descalabro da situação suscitou investigações também por parte da Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que concluiu o relatório sobre as condições de funcionamento do Hospital de Base de Brasília. O relatório indica a intervenção federal na unidade de saúde, tendo em vista a gravidade do quadro e pela inoperância da Secretaria de Saúde em sanar os problemas no prazo estabelecido pela vigilância sanitária.

A inspeção da Agência foi realizada por uma equipe de 19 técnicos das áreas de controle de infecção hospitalar, infra-estrutura de serviços de saúde e hemoterapia, entre os dias 18 de fevereiro e 19 de março. Sessenta e cinco itens com problemas que abrangem desde a falta de equipamentos adequados até limitações do corpo funcional foram levantados pelos fiscais, que indicaram ações corretivas com prazos pré-fixados de 20, 60 e 120 dias para serem adotadas, de acordo com o risco sanitário de cada uma delas.

Finalizando os dois primeiros prazos para a adoção das ações, e considerando-se o baixíssimo índice de resolução dos problemas, a Anvisa resolveu indicar a intervenção federal no Hospital de base de Brasília.

Para que não paire dúvida sobre a gravidade da situação, elenco aqui algumas das irregularidades apontadas:

- falta de esterilização de material hospitalar;
- quadro de pessoal insuficiente para desempenho adequado das funções;
- falta de manutenção na central de gases medicinais;
- falta de equipamento de proteção individual para funcionários; ausência de controle do prazo de validade dos medicamentos usados nos pacientes (havia medicamentos vencidos);
- acondicionamento inadequado dos resíduos hospitalares; risco de incêndio na unidade de internação para cirurgia cardíaca;

– falta de manutenção dos elevadores.

Sabemos que um dos agravantes geradores do atual quadro foi o desmantelamento do sistema de saúde preventiva, com ênfase para a medicina curativa, que, como sabemos, é menos eficaz e eficiente.

É necessário que todos os homens públicos deste País estejam em sintonia com o momento em que vivemos, entendendo que é preciso reconstruir o Brasil, promovendo justiça social. Não podemos mais conviver com a corrupção e o mau uso do dinheiro público, já tão escasso para atender à nossa população pobre, vítima da concentração de renda que gera a fome e adocece nosso povo.

Como morador da periferia de Brasília, usuário do sistema público de saúde, e pelo compromisso que tenho com a população pobre de Ceilândia, cidade onde resido, e com os demais usuários desse sistema, moradores de diversas cidades, solicito às autoridades responsáveis que exijam a imediata solução para essa situação. Presto, ainda, minha solidariedade às milhares de vítimas anônimas atingidas por essa verdadeira calamidade.

São essas as considerações que faço, neste momento, pedindo providências urgentes pela gravidade dos fatos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney, do PMDB do Estado do Amapá, por permuta com o Senador Mão Santa.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores:

Por maiores que sejam as minhas responsabilidades, não quero deixar de exercer a função que há mais de 40 anos exerço, a minha atividade de parlamentar.

É nesse sentido que hoje apresento ao Senado Federal um projeto de lei que considero da maior importância, porque nele, pela primeira vez, estamos colocando na nossa legislação uma figura que até hoje passou em branco, que não está colocada no devido lugar quando se fala de violência no Brasil: a vítima. Precisamos proteger as vítimas.

Esse projeto procura assegurar às vítimas da violência um tratamento digno e compatível com a sua condição por parte dos órgãos e autoridades públicas. Por ele, as vítimas passam a ter o direito de serem informadas sobre os principais atos do inquérito policial e do processo judicial referente à apuração do

crime, bem como obterem cópias das peças do seu interesse, serem orientada quanto ao exercício oportuno do direito de queixa, de representação de ação penal subsidiária e de ação civil por danos materiais e morais, peticionarem as autoridades públicas para manifestarem a sua opinião e preocupação quanto ao andamento e deslinde do processo, e obterem rapidamente a restituição dos seus objetos e pertences pessoais apreendidos pela autoridade policial.

O art. 3º – o projeto será publicado – define, para os efeitos desta lei, a vítima como pessoa que suporta, direta ou indiretamente, os efeitos da ação criminosa consumada ou tentada, vindo a sofrer danos físicos, psicológicos, morais ou patrimoniais. O ordenamento jurídico brasileiro ressente-se de um diploma que reúna, de forma clara e objetiva, os direitos da vítima, da violência e da criminalidade.

Pretendemos preencher esta lacuna, seja oferecendo tratamento sistemático ao tema, seja inovando o conjunto de direito das vítimas.

Inspirei-me nos documentos internacionais sobre o assunto, especialmente na Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, Resolução nº 40/34, de 29 de novembro de 1985.

Sr. Presidente:

Já havia preparado este projeto quando, hoje pela manhã, tive a noção exata do que significa o enfoque novo que estamos dando à legislação brasileira sobre as vítimas da violência.

Realizamos, esta manhã, aqui no Senado, uma reunião entre Senadores e Deputados para tentarmos um ajuste nos procedimentos acerca de projetos que tramitam na Câmara e no Senado a respeito de armas de fogo, seu porte, sua posse e sua comercialização. Houve uma longa discussão sobre o problema da violência no Brasil e chegamos a algumas estatísticas terríveis.

Em primeiro lugar, constatamos que o Brasil tem 3% da população mundial e 9% dos crimes de homicídio cometidos no mundo. Na década de 90, três milhões de pessoas foram assassinadas no mundo inteiro. No Brasil, foram duzentos e setenta mil. Esse é um dado que deve merecer uma profunda reflexão de todos nós.

Em cada dez homicídios, sete são praticados com armas de fogo. Em São Paulo apenas 30% dos crimes são investigados – apenas para citar São Paulo, o maior Estado do Brasil e que tem muito mais instrumentos do

que os outros Estados para combater a violência. E unicamente 1,7% desses processos é resolvido.

Tivemos também a oportunidade de comentar foi o problema dos efeitos da violência na mocidade. Entre 10 e 14 anos, 54% dos nossos jovens já têm conhecimento de armas de fogo. Por isso as vítimas também são jovens, o que significa que a juventude está matando e morrendo.

Criou-se a idéia no Brasil de que há impunidade só no que diz respeito a crimes contra a administração pública. A consciência quase geral do País é essa, quando, na realidade, a grande impunidade que existe no País é a que esses números revelam. A terrível da falta de respeito pela vida humana faz com que tenhamos essa paisagem.

Mas verificamos que todos no Brasil se preocupam muito com o sistema penitenciário; preocupam-se todos com os direitos dos presos; preocupam-se com a qualidade de vida dessas pessoas. Existem várias associações que têm essa preocupação com os presidiários, com os autores de crimes. Existem as pastorais das penitenciárias, dos presos, mas não se vê neste País – e é este o ponto principal desse projeto – uma preocupação com as vítimas, aqueles que são diretamente atingidos pelo crime e que constitui a grande legião dos injustiçados. Que pena quando vemos, na televisão, pessoas que perderam um parente; uma mulher que teve o seu filho morto; ou que teve o seu esposo assassinado, dizendo, entre lágrimas – quantas vezes ouvimos isso, quase todo dia -: não tenho outro sentimento, não há justiça que possa reaver um ente querido, mas quero que se faça justiça. E estamos vendo que, de acordo com as nossas estatísticas, estamos longe de alcançar essa justiça.

Vou ler o que a nossa Constituição diz a respeito dos direitos do criminoso:

Art. 5º (.....)

LXI – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII – a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

Mas não se fala sobre a vítima. Não acontece nada. Nem a família pode ser comunicada. Mas se assegura isso na Constituição.

Vejamos o que diz o inciso LXIII:

LXIII – o preso será informado dos seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV – o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

Não sou contra isso. Os Direitos Individuais são conquistas que, ao longo da história da humanidade, foram assegurados a todos os homens. Estou a favor. Mas quero dizer que há uma lacuna extraordinária. Não há uma palavra sobre o direito da vítima. Não há uma palavra sobre esta que é o alvo principal; aquela que, no sistema de violência que existe no País, sem dúvida alguma, é a que mais sofre e que diretamente é mais alcançada. A única referência é a do art. 245, que diz que o poder público dará assistência à vítima, e que estamos procurando atender aqui, como ponto importante para alterar essa paisagem de violência que estamos vendo, que tem a vítima como uma entidade ausente, da qual não se fala, que fica no esquecimento e só permanece na lembrança das pessoas que são atingidas diretamente por essa violência.

Este projeto que estou apresentando, baseado em princípios internacionais, pretende colocar esse problema entre nossas preocupações. Calculem, V. Ex<sup>as</sup>, Senadores e Deputados, que, no Brasil, chegamos ao absurdo de quem pratica um crime de homicídio, que tira a vida humana – o mais grave de todos os crimes que podem ocorrer, porque, quem tira uma vida, tira o direito não somente de um destino, como também do das pessoas que estão ao seu lado, de sua família -, poder fazer sua defesa em liberdade, poder ficar solto no dia seguinte ao crime. A pessoa que tem o seu parente vitimado, a sua esposa, o filho que tem um pai assassinado, vê o assassino na rua, em qualquer lugar, defendendo-se, solto. Isso não existia na legislação brasileira; isso não existe na maioria, na quase totalidade dos processos penais do mundo inteiro.

Entretanto, nós, aqui, temos essa regra, o que se mostra também, de certo modo, um certo esquecimento, uma falta de respeito para com as vítimas de crimes. Pergunta-se: “– Mas, o Sr. Senador está falando isso agora?” “– Não”. Esse problema de autor de crime de homicídio defender-se solto foi introduzido na legislação brasileira para proteger o Delegado Fleury. O Senador Romeu Tuma está aqui, no plenário, e pode ser testemunha daquele tempo, em que havia

um regime de arbítrio. O Delegado Fleury era o chefe da repressão e, em determinado momento, ele fez tantos crimes que se levantaram contra ele, em São Paulo, a opinião pública, a magistratura, o Ministério Público e a própria polícia, e ele foi denunciado por crime de homicídio. Foi feita então uma lei exclusivamente para o delegado Fleury, chamada Lei Fleury, na qual ele podia defender-se solto. Apresentei, logo depois, aqui no Parlamento, um projeto de lei acabando com ela. Como Presidente da República também lutei para que a Constituinte derrubasse o princípio, que considero um mau exemplo e que estimula a violência. Infelizmente, também durante o período da Constituinte, não tive sucesso, porque várias pressões o defenderam. Temos hoje, portanto, esse tipo de comportamento em relação ao autor do crime e, pior ainda, de esquecimento da própria vítima.

Por princípio de justiça social, entendemos que o Estado deve expressar concretamente sua solidariedade para com as vítimas de crimes violentos.

É indiscutível que a sociedade convive com um enorme déficit de segurança pública. Esse quadro atingiu proporções alarmantes, colocando em causa a própria autoridade do Estado e sua capacidade de intervir no problema. Seja como for, o debate público sobre segurança pública tem omitido a questão da assistência às vítimas da violência, preferindo refugiar-se nas tradicionais estratégias de repressão policial. Se essas medidas tornaram-se necessárias, certamente são insuficientes. O Parlamento e o Poder Executivo não podem mais se descurar da pessoa que suporta os efeitos concretos da violência.

Cito Antonio Garcia Pablos de Molina, que diz: “A vítima do delito experimentou um secular e deliberado abandono, desfrutou do máximo protagonismo, sua idade de ouro, durante a época da justiça privada, sendo, depois, drasticamente neutralizada pelo sistema moderno legal. Talvez porque ninguém quer se identificar com o perdedor, a vítima suporta os efeitos do crime, físicos, psíquicos, econômicos e sociais, assim como a insensibilidade do sistema legal, o rechaço e a falta de solidariedade da comunidade e a indiferença dos poderes públicos. No denominado Estado Social de Direito, ainda que isso pareça paradoxal, as atitudes reais em favor da vítima do delito oscilam entre a compaixão e a demagogia e entre a beneficência e a manipulação.”

Não podemos ignorar o preceito do art. 245 da Constituição Federal, que dispõe sobre hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes de pessoas vitimadas por crime doloso. Aí está um princípio ordenador des-

ta proposta, que pretende fazer com que o poder público saia do silêncio confortável, demonstrando em termos objetivos sua solidariedade para com os reais sujeitos do conflito. Desse modo, esperamos contribuir com uma agenda positiva para o tema da segurança pública, partindo das seguintes premissas: primeira, a segurança dos cidadãos é como nunca uma questão central da vida política brasileira; segunda, a vítima merece a solidariedade do Estado, não a sua piedade ou comiseração; terceiro, os gastos orçamentários com segurança pública devem contemplar de forma crescente a assistência às vítimas de crimes violentos ou herdeiros dependentes carentes.

A proposta que faço, devo esclarecer, não fixa responsabilidade objetiva do Estado, que pressupõe ação ou omissão danosa, mas cuida de um novo modelo de assistência financeira, baseado em princípios de solidariedade social, ficando a União sub-rogada no direito de indenização da vítima contra o autor do crime até o montante da quantia repassada.

Esse é outro ponto importante. Os autores de crimes também devem ter punições pecuniárias duras e devem reverter essas sanções em benefício de um fundo de proteção às vítimas. O que existirá, portanto, é uma ajuda para minimizar as conseqüências graves do crime. Ainda que modesta essa ajuda contribuirá e concorrerá para a efetiva divisão social dos custos da violência.

Esse modelo assistencial – se diz – é coisa nova? Não, absolutamente. Não estamos inovando nada. Nos baseamos numa declaração que foi assinada pelas Nações Unidas em 1985.

Vários países já adotam essa legislação e cada vez mais tentam aprimorá-la, como o Reino Unido, como a Espanha, como a Austrália. Dir-se-á: são países ricos! Não, também países pobres, como a Costa Rica, já implantaram esse sistema. Eles entenderam que o combate ao crime se faz igualmente pelo combate aos seus efeitos concretos sobre as vítimas. Daí a necessidade de criação entre nós de um Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos. Nada mais razoável do que destinar as receitas provenientes das multas e fianças para as vítimas de delitos, seus herdeiros e dependentes carentes.

Devo dizer também que nesse projeto também estamos atendendo e acolhendo a hipótese da chamada “bala perdida”, em que o cidadão, de repente, se vê vítima de uma violência. O Estado, nesses casos, também tem obrigação de dar assistência a essas pessoas.

Finalmente, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, penso que esse assunto deve despertar a maior



atenção de todos nós, está inserido dentro do contexto do painel da violência e é um novo enfoque que estou propondo ao País, de que tenhamos a motivação moral, de todos nós, de não olharmos só para os criminosos, também de olharmos para a vítima, que é realmente a pessoa mais desprotegida dentro desse processo da violência no Brasil, e até hoje ficamos todos focalizados na direção do criminoso, esquecendo a outra parte, a vítima.

Na reunião de que participamos hoje com o Sr. Ministro da Justiça, tivemos oportunidade de tratar deste assunto. E mais ainda, achar que podem ser adotadas algumas medidas que não sejam só de natureza filosófica, que não sejam só de natureza conceitual.

Por exemplo, esse problema das armas. Hoje estamos nos reunindo e vamos ver se damos uma contribuição – o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal – vamos fazer todos um esforço, junto a nossas Bancadas, a nossos companheiros, para que, numa união, neste período de julho tenhamos a satisfação de sairmos com um projeto resolvendo esse problema de armas, que é permanente, dentro das nossas casas. Temos 57 projetos de lei tratando desse tema. A Comissão já está constituída para fazer um projeto único, prejudicando todos os outros, uma vez que esse seria de consenso. Não vamos com isso pensar que estamos desprezando a iniciativa legislativa. Sabemos perfeitamente o que significa para cada legislador ter a iniciativa de um projeto de lei, mas, dentro desse projeto comum, colocaríamos as idéias que estão em circulação nas nossas Casas.

É claro que hoje temos que tomar uma providência drástica sobre o problema das armas. Verificamos que 75% – vou repetir – dos crimes existentes no País são resultantes de armas de fogo, que às vezes estimulam o crime, porque uma pessoa armada – e há uma aliança entre a arma e o álcool, muitas vezes, mostram as estatísticas – é levada a cometer crimes, ainda mais sabendo que pelos crimes cometidos os homicidas podem defender-se soltos e as vítimas são condenadas a um esquecimento total e não têm proteção de nenhuma natureza.

Por outro lado, também solicitamos ao Sr. Ministro da Justiça – e foi uma idéia do Congresso proposta ao Ministro – que façamos, enquanto a lei sobre armas não chega, um mutirão nacional, um dia por mês, dos Estados, Municípios, Governo Federal, para revista, apreensão, busca de armas. Acredito que uma providência dessa natureza, embora pareça pequena dentro do problema global, ajudará muito a diminuirmos o número

dos armados e de armas a serviço do crime no País. Evidentemente que o problema do crime organizado é muito mais complexo, merece ações muito mais heróicas, que certamente estão sendo equacionadas pelo Governo e pensadas por todos nós.

Ouçó o Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Sr. Presidente, sei que o aparte não poderia mais ser concedido, mas agradeço a V. Ex<sup>a</sup> por esta oportunidade. Ainda hoje, tivemos a reunião sobre o problema das armas, a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, na qual foram tratadas algumas variantes sobre o aumento da violência e a execução da legislação vigente, que depende do Estado. O projeto de V. Ex<sup>a</sup> – é claro que temos de aprofundar o estudo – é estimulante. Primeiro, no art. 3o, V. Ex<sup>a</sup> já define o que é a vítima. Até hoje, em meus 50 anos de trabalho, embora saiba o que é uma vítima, nunca vi um estatuto trazer a definição de vítima. E V. Ex<sup>a</sup> cuida disso. Então, trata-se de um estatuto de defesa da vítima da violência, porque entra por todos os meandros, permitindo que o cidadão de bem, ao sofrer qualquer tipo de agressão, qualquer tipo de violação da legislação penal, não mais tenha grande dificuldade em fazer a queixa e acompanhar de perto a evolução do processo daquele que o fez vítima. V. Ex<sup>a</sup> cuida disso e cuida, inclusive, da possibilidade de simulação em informações ou documentos falsos; a reversão do processo. Portanto, é um brilhante estatuto de proteção às vítimas. Sabemos que a Vitimologia é um estudo recente dos criminólogos, que agora começaram a estudar o que é a vítima e quais as suas dificuldades no enfrentamento da criminalidade. Creio que temos de dar urgência a esse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. V. Ex<sup>a</sup> leu na Constituição os direitos do preso. A Subcomissão de Segurança – criada pelo Senador Edison Lobão – tem feito um trabalho brilhante. Criou a Certidão do Tempo de Cumprimento de Pena, para atender a uma das grandes reclamações dos presos, que não sabem quando terminam as suas penas, há quanto tempo as estão cumprindo e se têm ou não direito a algum benefício. É claro que, em determinados tipos de crime, não se pode responder em liberdade, porque um criminoso, um homicida, que pratica latrocínio, tem, no mínimo, uma pena de 30 anos para cumprir. Como essa é a soma total que ele terá de cumprir, tudo o que ele fizer, quaisquer outros crimes que praticar, serão lucro.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Para concluir, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e pedir urgência, pedir que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania mande a Plenário, o mais rápido possível, esse projeto.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que tem o aval da brilhante carreira de um homem dedicado justamente à segurança pública deste País. V. Ex<sup>a</sup> conhece essa área e faz uma revelação que é a síntese de todo o projeto que apresentei: não existe, na legislação brasileira, uma definição sobre o que é a vítima. Isso mostra o quanto desprezamos essa figura, que é o objeto total da violência.

Este projeto está apenas levantando um debate, que considero útil, sobre o problema da violência, para que uma pessoa que comete um ato criminoso não pense apenas que está em um ato isolado contra um outro, mas que pense: “com esse ato que estou praticando, esse ato criminoso, estou liquidando uma vida, estou destruindo uma família”.

Entendo importante criar-se neste País a concepção do dano que está sendo feito, o que, sem dúvida, passará a ser também um instrumento contra a violência.

Sr. Presidente, peço licença a V. Ex<sup>a</sup>. Eu também costume ser rígido no tempo, mas não quero desmerecer os meus Colegas. Pedindo que sejam breves, ouvirei os aparte dos nobres Senadores Aloizio Mercadante e Fernando Bezerra.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. *Fazendo soar a campanha.*) – A Mesa reputa de grande importância não só a apresentação do projeto, como o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, Presidente José Sarney, e pede apenas aos apartes – que são muitos – que todos se mantenham dentro do prazo de dois minutos. Assim, logo em seguida, poderemos ouvir a conclusão do importante pronunciamento do Presidente José Sarney e o pronunciamento do Líder Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente José Sarney, em primeiro lugar, parablenizo V. Ex<sup>a</sup>, inicialmente, por assumir, junto com o Governo do Presidente Lula, a tarefa, na Convocação Extraordinária, de estabelecer uma nova legislação. O Estatuto do Desarmamento busca proibir o porte de armas e restringir, de forma severa, a posse doméstica das armas, inibindo a comercialização e combatendo, de forma corajosa, o contrabando de armas, para construir uma cultura de paz, inclusive o mutirão pelo desarmamento. Neste momento, eu quero parabenizá-lo ainda por propor a regulamentação do art. 245 da Constituição. Quando terminou a Segunda Guerra Mundial, os horrores dos campos de concentração criaram dois movimentos fundamentais na segunda metade do século XX: o movimento de defesa

dos direitos humanos e o movimento de proteção às vítimas. É verdade que, na administração Nixon, houve uma dissociação desses dois movimentos, porque a campanha republicana conservadora tratava a luta pelos direitos humanos como aliança com o bandido e contra as vítimas. Hoje, no Brasil, há um esforço recente, com o compromisso do Governo, que seguramente dará prosseguimento à iniciativa que V. Ex<sup>a</sup> propõe: estamos promovendo um reencontro do movimento dos direitos humanos com o movimento de proteção às vítimas. Desde 1985, a Resolução nº 4.043, da ONU, estabelecia exatamente as prerrogativas das vítimas, um conjunto de direitos e responsabilidades do Poder Público frente às vítimas. Reforço o que foi dito: o Canadá, em 1988; Portugal, em 1991; Espanha e Reino Unido, em 1995; Bélgica, em 1997; Austrália e África do Sul, em 1998; França, em 1999; Israel e Austrália, em 2001, estabeleceram estatutos de proteção às vítimas. O Brasil está atrasado nessa iniciativa, mas, em boa hora, o projeto estabelece o direito à informação sobre o processo, à assistência médica, à reparação pelos danos morais e patrimoniais sofridos, põe o foco no conflito que gerou o crime doloso. Que não aconteça apenas a prisão do criminoso, mas que haja um conjunto de políticas que resgatem o direito das vítimas perante a sociedade. Essa é uma dimensão de cidadania, um tema fundamental que deve fazer parte do grande compromisso do Governo Lula com a Secretaria de Segurança Pública, com o aumento do efetivo da Polícia Federal em 1.500 homens, a construção dos presídios de segurança máxima, a criação do sistema nacional de segurança.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) – Concluo, Sr. Presidente. Precisamos abandonar essa estatística estereotipada segundo a qual o Brasil hoje tem entre 9% e 13% dos homicídios do planeta, tendo apenas 2,8% da população. As vítimas que aí estão abandonadas passarão a ter um estatuto legal, um amparo e uma política firme da sociedade brasileira, para sua defesa, buscando esse reencontro promissor entre os direitos humanos e o movimento de proteção às vítimas. Parabéns pela iniciativa, que contará seguramente com todo o apoio e empenho do Governo do Presidente Lula, para que possamos estabelecer esse novo estatuto, que será um passo decisivo nessa cultura de paz, de combate à violência e resgate dos direitos de cidadania das vítimas da violência na nossa sociedade.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP) – Agradeço, Senador Aloizio Mercadante, o seu aparte, que enriquece profundamente o meu discurso. Peço que

meus Colegas sejam breves, porque eu não quero ser transgressor daquilo que tantas vezes peço a todos, que é respeitar o tempo.

Concedo o aparte ao Senador Fernando Bezerra; em seguida, ao Senador Renan Calheiros, autor de um projeto brilhante também nessa direção, proibindo a comercialização de armas no Brasil, projeto que tem minha grande simpatia. Hoje, é quase um consenso nesta Casa que ele seja submetido a um plebiscito nacional.

Concedo o aparte ao Senador Fernando Bezerra.

**O Sr. Fernando Bezerra** (Bloco/PTB – RN) – Presidente José Sarney, certamente não tenho as condições técnicas aqui mostradas pelo Senador Romeu Tuma na discussão do projeto. Com minha formação de engenheiro, isso não seria possível, mas tenho sensibilidade para cumprimentar V. Ex.<sup>a</sup> pela iniciativa do projeto. Ainda ontem, eu via no noticiário da televisão uma brutal violência cometida contra um cidadão por rapazes de classe média alta do Rio de Janeiro. Fiquei a imaginar que esses rapazes, como V. Ex.<sup>a</sup> colocou, devem estar, depois de prestar o depoimento inicial, livres, enquanto a vítima certamente vai ficar paralítica, trazendo uma série de problemas à sua família. Eu próprio fui vítima dessa violência quando perdi, de maneira brutal, um sobrinho e vejo quanto sofrimento isso causou a minha irmã e sua família. De modo que cumprimento V. Ex.<sup>a</sup> para dizer do apoio integral que lhe damos. Sugiro que deva tentar novamente a revogação da Lei Fleury. Vamos todos apoiá-lo para que discutamos a questão das armas e da violência que hoje domina grande parte da sociedade brasileira.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra pelo seu aparte.

O Senador César Borges havia solicitado um pouco antes, mas estava olhando nesta direção e não quero ser injusto com S. Exa.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Presidente José Sarney. Quero parabenizá-lo pela iniciativa que traz e que, com certeza, preencherá uma lacuna na legislação brasileira. Nesse momento tão importante em que o País exige um combate intransigente à violência e ao crime organizado, V. Ex.<sup>a</sup> traz uma feição nova. V. Exa fala em proteger a vítima que, muitas vezes, tem necessidade de receber assistência médica e psicológica porque são arrimos de família que são retirados. Cumprimento-o também por tratar dos recursos a serem gerados pela criação do Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos. Sugiro a V. Exa que nesse fundo fossem

também alocados recursos dos agressores, principalmente dos integrantes do crime organizado, os quais, de certa forma, seriam seqüestrados pelo Estado para dar assistência às vítimas. De qualquer forma, parabeno V. Ex.<sup>a</sup> pela iniciativa. V. Ex.<sup>a</sup> começa a desfaldar essa bandeira, criando a Comissão que hoje pela manhã se reuniu. E agora, com o projeto de combate à violência, no sentido de dar mais tranqüilidade à população brasileira. Parabéns, Presidente José Sarney.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador César Borges. A V. Ex.<sup>a</sup> que nesta Casa tem sido um estudioso no assunto digo que também essa hipótese está contemplada no projeto. Trata-se de uma fonte de recursos prevista no futuro fundo.

Ouço o Senador Renan Calheiros.

**O Sr. Renan Calheiros** (PMDB – AL) – Presidente José Sarney, parabeno-o pela iniciativa do projeto e pela maneira como V. Ex.<sup>a</sup> se preocupa com as vítimas, oferecendo-lhes reparação, assistência médica e proteção. Não fazia sentido algum que nada existisse em nossa legislação com relação ao tema. O Líder Aloizio Mercadante já o disse muito bem. O mundo avançou bastante nesse sentido. Precisamos avançar também. Da mesma forma que, de público, cumprimento-o pela maneira como tem conduzido o tema de segurança pública, especialmente em relação à restrição da venda e do uso de armas no Brasil. Os progressos alcançados ocorreram em função da condução de V. Ex.<sup>a</sup>, que instalou uma Comissão Mista. Avançamos muito no sentido de podermos votar brevemente um substitutivo congregando o que há de melhor em todos os projetos que tramitam no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Parabéns.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros. Já tive a oportunidade de elogiar a participação de V. Ex.<sup>a</sup> no debate em relação ao assunto. Agradeço a todos os Srs. Senadores. Esse não é um projeto acabado, é apenas o início, a colocação de um tema no debate sobre a violência no Brasil. E, de acordo com meu temperamento e com minha visão, coloco o lado humano, que o cotidiano da violência embrutece em cada um de nós, olhando apenas o lado das armas, o lado cruel em que as pessoas se digladiam, esquecendo o ponto fundamental, que é o ser humano, a vítima de todas as vítimas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Continuando no critério de intercalar os Líde-

res e os oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL, por cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos sabem que não é de hoje que a revista **IstoÉ** procura atacar-me, e de modo injusto. Um dia, desta própria tribuna, direi os motivos, que são graves. Mas hoje desejo apenas dizer que o Juiz Casem Mazloum, célebre em São Paulo por decisões que esta Casa bem conhece, que nem sempre recebe a credibilidade da imprensa brasileira, achou por bem julgar uma difamação e uma calúnia de redatores da **IstoÉ** contra mim.

Quem lê a sentença fica escandalizado como isso pode acontecer, razão por que hoje já está entrando no Tribunal Regional Federal a apelação do Advogado Luiz Vicente Cernichiaro. Mas é triste. É pena que eu não possa ler a sentença oferecida, numa demonstração de que ninguém quer tolher a liberdade de imprensa. Mas não há dúvida de que algo importante tem que ser feito nesse setor para que a calúnia, a infâmia e a difamação não fiquem impunes, como infelizmente ocorre em todo o Brasil.

Quem quiser ir à Justiça, evidentemente, dificilmente vence a causa. Mas insisto sempre. Vou apelar e vou ganhar, a não ser que não haja justiça no Brasil.

Esse é o primeiro ponto que quero tratar nesta sessão.

O segundo ponto diz respeito ao Governo Federal. Sou um homem que proclamo que as qualidades do Presidente Lula, sobretudo as humanas, são valiosas. Do pouco que o conheço, mas conheço razoavelmente bem, posso dizer que se trata de um homem bom. Entretanto, muitos líderes do PT traçaram um programa ruim para o Brasil e para ele. Embora outros líderes do PT tenham tido muito bom-senso em colocar a situação dos sem-terra. Mas estamos chegando a um ponto da maior gravidade. Com minha experiência, chamo a atenção dos Srs. Senadores, porque a guerrilha urbana está se casando com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ambos se unindo, o que levará a economia do País a uma situação difícilíssima.

Portanto, não estou aqui para reclamar, mas para chamar a atenção do Presidente da República. Sei que ele quer acertar. Sei que há companheiros seus que querem acertar, mas há também uma parte que deseja que quanto pior, melhor, o que não vai ser bom para o Brasil.

De modo que penso ser essa uma situação grave, gravíssima, e o Senado Federal não pode ficar silencioso quanto a isso. Não é para impedir a reforma agrária; ela é necessária e deve ser feita, mas não pode ser feita como está sendo porque criará uma situação difícilíssima para o progresso do País.

O caso célebre do boné é um outro. Se o Presidente Lula estivesse num acampamento do MST, evidentemente se poderia tolerar o célebre boné, mas no Palácio do Planalto não. O Presidente José Sarney, que é aliado do Presidente Lula, sempre lutou com decência e muita correção pela liturgia do cargo, e a liturgia do cargo não permite procedimentos dessa ordem. Se assim continuar, dificilmente haverá a própria hierarquia nas autoridades.

Não faço um discurso de críticas, não tenho interesse em criar dificuldades para o Presidente da República, mas penso que é meu dever sugerir aos Líderes do Governo nesta Casa que conversem com Sua Excelência com toda a intimidade e tenham uma palavra de sensatez. Dois ou três ministros tiveram-na e dois não.

Faço este apelo ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e, principalmente, aos Líderes do Partido dos Trabalhadores, que têm responsabilidade para com o Governo e que, evidentemente, têm obrigação de chamar a atenção do Presidente, dentro dos princípios de normalidade e de educação e, sobretudo, de coragem, a fim de fazer com que o País não caminhe por esses rumos, que são totalmente errados e que não podem, de modo nenhum, ajudar no progresso do País. A situação econômica do Brasil é difícil e será cada vez mais difícil, à medida que fatos como esse que ocorreu venham a se repetir.

É um dever de todos nós, Governo e Oposição, encontrarmos caminhos para uma reforma agrária decente, mas não uma que venha a perturbar a vida do País, tornando-o até mesmo ingovernável.

Portanto, Sr. Presidente, quero, nesse período, sem ultrapassar o meu tempo, pedir a V. Ex<sup>a</sup> que leve ao conhecimento do Presidente da República, do Chefe da Casa Civil e dos Líderes nesta Casa, em particular, dos Líderes Tião Viana e Aloizio Mercadante, cujas posições sensatas merecem até que eu diga que estão num bom caminho, para que, unidos, façam um trabalho no sentido de que a reforma agrária seja feita o mais rápido possível, mas não um trabalho que vá destruir a economia brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Continuarei intercalando a lista de oradores

com a de Senadores inscritos para comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan por permuta com o Senador Paulo Paim. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de fazer minhas ponderações, quero usar da tribuna para homenagear uma cidade em Santa Catarina que tem grande importância para a economia do Estado, principalmente no que diz respeito à área agrícola. Refiro-me ao Município de Treviso.

O Município de Treviso completa, no dia de hoje, apenas oito anos de fundação. Trata-se de uma cidade com povo humilde e trabalhador. Sua economia é voltada para a agricultura. A principal atividade é a produção de fumo, destacando-se ainda a de milho, banana, feijão e batata. Fica, portanto, minha homenagem ao querido Município de Treviso por sua importância para a agricultura de Santa Catarina. Parabéns ao povo de Treviso.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, queria não fazer uma denúncia, mas manifestar uma preocupação muito grande com a forma com que o Governo Federal está atuando na nomeação de cargos de confiança em empresas públicas.

Um terrorismo está sendo implantando nas instituições financeiras. Foram trocados ou demitidos 18 superintendentes da Caixa Econômica Federal, sem critérios, apenas para atender ao desejo dos sindicatos, com indicações politiquieiras, ignorando os interesses da empresa, que visa unicamente o interesse da população brasileira.

Os funcionários não foram nem estão sendo trocados por motivos técnicos ou por terem cometido algum ato ilícito, mas por raiva, por perseguições e para atender interesses pessoais. Os funcionários que foram e os que ainda estão sendo perseguidos perderam o cargo antes de uma conversa prévia.

Esses funcionários foram treinados, preparados para a função pela Fundação Getúlio Vargas e estavam aptos para o exercício dos cargos que ocupam ou que ocupavam. Vários desses funcionários de grande experiência, considerados os melhores profissionais do quadro, em virtude de um simples telefonema, viraram escriturários, com todo respeito aos escriturários da Caixa. Isso não está acontecendo apenas na Caixa Econômica, mas em diversas outras instituições. Esse tipo de procedimento contraria o discurso anterior do PT, que era contrário a persegui-

ções e terrorismo e valorizava os profissionais capacitados e preparados. Hoje, num simples “canetaço”, sem, ao menos, comunicar, está demitindo pessoas que sequer têm vínculo político, mas apenas vínculo com a instituição onde trabalham, principalmente, a Caixa Econômica Federal. Lamentamos profundamente que isso esteja ocorrendo num Governo que se dizia democrático, um Governo de ação aberta, um Governo que respeitava os princípios, a ética e, acima de tudo, os funcionários públicos.

Quero ler aqui apenas dois títulos: um, do **Jornal do Brasil** e, outro, da **Folha de S.Paulo**. Tenho admiração pela Ministra Dilma Rousseff e a considero uma das mais preparadas. Porém, tenho dito aqui que o Governo está batendo cabeça: um diz uma coisa, outro diz outra; ou até pior: uma hora, um Ministro diz uma coisa e, no outro dia, diz outra; ou pior ainda: o Presidente diz uma coisa e, no outro dia, diz que não disse, que não era bem aquilo.

Há alguns anos, o PT trabalhava de forma dura, coesa, usava politicamente um discurso contra o seguro-apagão em todos os Municípios, em todos os Estados, em programa de televisão, nas propagandas de campanha política. O PT era duro, muito duro contra o seguro-apagão.

Agora vemos o PT no Governo, e nós achamos que tudo que se falava passaria para a prática, sairia do papel, sairia do discurso e iria realmente para a ação. Mas, infelizmente, assim como a CPMF, que era duramente criticada pelo PT e hoje passou a ser mais um imposto fixo, agora leio no **Jornal do Brasil**, meu Líder Efraim Morais, que a Ministra Dilma Rousseff quer o seguro-apagão também como mais um imposto permanente. E já tínhamos falado, na Comissão e no Plenário, que o sul do País, que fugia desse quadro, dessa pena, dessa multa, que fugia desse seguro, agora está sujeito – e não apenas o resto do País – a ter o seguro-apagão como mais um tributo, podemos dizer.

Se isso realmente ocorrer será o fim, realmente, da palavra, dos compromissos. Porque dizer uma coisa na rua para arrebanhar votos, levantar eleições, criar uma expectativa com a população e, depois, estando no Governo, rasgar totalmente o discurso, lamentamos.

Sr. Presidente, há alguns dias, ouvimos dizer que seria reduzido o preço do combustível, mas estamos vendo na **Folha de S.Paulo** que será aumentado. Mas, oras! Dizem uma coisa hoje e amanhã dizem outra? Coloca-se a responsabilidade em greves em outros países. No entanto, quando isso ocorria no Go-

verno Fernando Henrique Cardoso, diziam que faltava vontade política. Agora deparamos com verdadeiras aberrações.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Concede a palavra ao nosso Líder, Senador Efraim Morais.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Senador, parabeno V. Ex<sup>a</sup> por seu pronunciamento. Parece que está ocorrendo um verdadeiro apagão na mente dos nossos Ministros, principalmente no caso da Ministra em relação ao que se está tornando taxa, quer se instituir um imposto definitivo do apagão. Da mesma forma que estão tentando fazer com a CPMF, vão fazer com o seguro-apagão. Mas há um outro detalhe: a questão do combustível. A Ministra disse que iria reduzir o preço do combustível, mas no dia seguinte a notícia foi desmentida. Não haverá redução de preço, mas sim aumento, por conta de uma greve na Nigéria. Os jornais são bem claros em dizer que se poderia baixar o preço da gasolina em até 14%. V. Ex<sup>a</sup> deve ter lido nos jornais hoje que há outra exigência do BID para o empréstimo de 8 milhões de dólares. Primeiro, o abatimento que a classe média faz com educação e saúde será retirado do Imposto de Renda; segundo, o ensino universitário será pago. Essas exigências começam a ser discutidas pelo Governo. Há, portanto, preocupação hoje da classe média, do País, de todos aqueles que já pagam impostos demais, e a tendência ainda é de aumento da carga tributária. É preciso um debate, é preciso que se discuta o que o Governo deseja sem antes consultar o Congresso Nacional, sem conversar com aqueles que pagam impostos exorbitantes. Eu parabeno V. Ex<sup>a</sup>, na certeza de que estaremos vigilantes para evitar que esses absurdos ocorram no Governo do Sr. Lula.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – É lamentável que tenhamos de usar a tribuna para justamente tentar refrescar a memória do Governo, buscando os seus compromissos assumidos em campanha. Agora, definitivamente, ele rasga todos os discursos. Nós estamos aqui justamente para cobrar aquilo que foi vendido à população que o elegeu. Nós precisamos defender o interesse da maioria. No entanto, muito rapidamente, em seis meses – já passam seis meses de Governo –, nada se fez. Rasgam-se compromissos assumidos com a classe trabalhadora, com os funcionários públicos e com a sociedade brasileira, principalmente, na questão da redução de impostos.

O Senador Antonio Carlos Magalhães falou na questão do boné. Tantas outras autoridades, bem

como jornalistas, também falaram de o Presidente haver assumido a bandeira, ou o boné, dos sem-terra. Lembra-me o Senador Eduardo Siqueira Campos que, no ano passado, parece-me, o Presidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, João Pedro Stédile, em visita a Fernando Henrique Cardoso, pediu que Sua Excelência abrisse a bandeira do Movimento, e Fernando Henrique Cardoso, educadamente, disse que, no Palácio, somente abria uma bandeira: a Bandeira Nacional, e quando o Presidente determinasse.

Então, há uma diferença muito grande entre pessoas equilibradas e que sabem que poderão criar um problema político, em relação a autoridades que tomam posição, já demonstrando a sua vocação e o seu instinto, tendo em vista até os seus compromissos assumidos no passado.

Mas, permitam-me V. Ex<sup>as</sup> fazer uma leitura e alguns comentários em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH:

#### **O Brasil sobre quatro posições no IDH**

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – é um indicador síntese do grau de desenvolvimento social da população, com grande aceitação internacional, por ser o único que permite comparações entre os países. O IDH varia de zero a um e considera três dimensões básicas: a renda, a longevidade e a educação.

Para o índice de escolaridade, são medidas a taxa bruta de matrícula e a taxa de alfabetização de pessoas com mais de 15 anos. Para medir a longevidade, é considerada a esperança de vida ao nascer. Para medição de renda, é usado o PIB **per capita**.

Desde o início da divulgação do IDH, em 1975, o Brasil subiu 16 posições, passando de um índice de 0,63 para 0,77. Somente no último ano de 2002 para 2003, no Governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil subiu quatro posições, passando da septagésima terceira posição para a sexagésima nona posição.

Essa posição favorável do Brasil, em um ano em que vários países apresentaram resultados negativos, só foi possível graças às políticas sociais implementadas durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Apenas para citar alguns exemplos, a taxa de matrícula no Brasil, que era de 87% no início da década de 90, aumentou para 97% em 2000, ou seja, quase 100% das crianças brasileiras, de 7 a 14 anos, têm sua vaga garantida em escolas públicas. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, que era de quase 20% no início da década, caiu para 13%

em 2000. O atendimento escolar das crianças do quinto de renda mais baixa da população aumentou de 75% para 94%.

A redução da mortalidade infantil foi outro item que apresentou resultados significativamente mais favoráveis: em 1990, de mil crianças nascidas vivas, 60 morriam antes de completar um ano. Em 2001, esse número caiu para 36.

O Brasil foi um dos poucos países que adotou o IDH como indicador para nortear as suas políticas públicas. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, durante os últimos três anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, estabeleceu que o uso dos recursos públicos devia atender prioritariamente às áreas geográficas com menor desenvolvimento humano.

Ressalto também que, no Brasil, o número de matrículas nas escolas aumentou muito em relação aos outros anos, o que ocasionava prejuízos enormes para a sociedade brasileira. No período de 1990 a 2000, o percentual de matrículas passou de 87% para 97%.

Outro exemplo foi a implementação do Projeto Alvorada, que adotou, de forma prioritária, políticas voltadas para a educação, saúde e geração de renda naqueles Municípios onde o IDH era mais baixo.

Lamentavelmente, essa prática foi abandonada pelo Governo do Presidente Lula, que, segundo as palavras do Frei Betto, optou por adotar critérios menos técnicos e mais eleitoreiros.

O uso do IDH na LDO para 2004 só foi possível graças à intervenção da Senadora Lúcia Vânia, do PSDB, que fez uma emenda propondo o restabelecimento desse critério. Finalmente, para concluir, digo que o Brasil não apenas melhorou o seu Índice de Desenvolvimento Humano como também tem cumprido, de forma favorável, outras metas de desenvolvimento do milênio, que devem ser cumpridas até o ano de 2014. Exemplo disso é a evolução da taxa de matrícula, que deve atingir 100% – hoje, já atende 97%.

O Brasil já cumpriu a meta de igualdade entre os sexos em todos os níveis de ensino. O número de mulheres matriculadas já supera o dos homens. O percentual de domicílios com acesso a água potável no Brasil já é de 87%.

Finalizo dizendo que torço profundamente para que o Governo do Presidente Lula encontre o rumo da sua política social, até então bastante confusa, e não ignore a “herança bendita” do Governo Fernando Henrique Cardoso. Os dados estão aí para comprovar que o rumo estava certo, e não podemos abandoná-lo.

Sr. Presidente, abordei esse tema para mostrar ao Brasil e ao Governo que não se deve mudar o que

deu certo e que poderia continuar dando certo, caso fosse dada continuidade aos projetos reconhecidos hoje no Brasil e no mundo.

Falamos, outras vezes, que o Governo Federal tem-se beneficiado de prêmios, até com recursos, em virtude das conquistas sociais que o País alcançou nos últimos tempos, tanto na educação como no investimento com a criança, com a família, com a saúde e também com a geração de emprego. No início, o Governo Fernando Henrique Cardoso enfrentou alguns problemas em razão da enorme inflação, mas conseguiu colocar o País nos eixos, no rumo. Porém, de repente, querem apagar e esquecer tudo, sem dar continuidade aos projetos, reconhecidos no mundo inteiro, que elevaram o nível social do Brasil.

Hoje, ao abrir os jornais, verifica-se que, para concurso de gari, existem de 15 a 17 mil pessoas inscritas nas filas. O Governo afirmou, nas campanhas eleitorais, que criaria 10 milhões de empregos, demonstrou, por meio de gráficos, que isso era possível com os recursos existentes e que seria implementado já no primeiro dia de gestão. Também disse que o Brasil sentiria a nova forma de governar e que as pequenas, médias, grandes e microempresas produziram e exportariam mais, gerando mais empregos.

Lamentavelmente, atualmente, outras 700 mil pessoas estão desempregadas. O Governo tem uma dívida 10,7 milhões de empregos, o que traz desconforto e desesperança para o povo brasileiro.

Querido amigo, Presidente Romeu Tuma, muitos estudantes estão telefonando para Deputados e Senadores pedindo bolsas de estudo ou até mesmo ajuda para pagar mensalidades escolares. Não têm mais como pagar, porque perderam o emprego e não têm novas oportunidades. Procuram os Parlamentares e os órgãos públicos para conseguir recursos ou uma bolsa de estudo. Lamentavelmente, muitos abandonam os estudos por não ter emprego, nem dinheiro. Infelizmente, o Governo fica apenas no “bla-bla-blá”, jogando a culpa no Governo anterior pela herança deixada. Já faz seis meses – não um, dois ou três meses, mas meio ano – que governam e, na verdade, não vimos uma ação concreta, positiva, firme, que realmente venha a gerar uma esperança de que todos tenham, futuramente, seus empregos.

Para finalizar, Sr. Presidente, o pagamento de R\$100,00 ou R\$200,00 a empresas, para favorecer a geração do primeiro emprego, não é o caminho, porque apenas 200 mil pessoas serão beneficiadas. Se dividirmos esse número por cerca de 5,5 mil Municípios no Brasil, teremos no máximo em torno de 20 empregos por cidade. Isso não é solução. Só São Paulo

já ultrapassa dois milhões de desempregados. Imagine o Norte, o Nordeste, regiões que estão à procura de oportunidades. Esperamos que haja uma posição firme, concreta, segura. Gera-se emprego fortalecendo as médias, pequenas, grandes e microempresas, fortalecendo a produção, para que o Brasil realmente dê trabalho, e não migalhas de R\$50,00, para matar a fome. Precisamos é de trabalho. Como já disse: o povo quer trabalho, quer ganhar dinheiro com seu suor; não quer apenas esmola, como está sendo prometido, e, mesmo assim, não está acontecendo.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente, pelos Srs. Heráclito Fortes, 3º Secretário e Romeu Tuma, 1º Secretário.*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Bloco/PSB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Bloco/PSB – AC) – Como Vice-Líder do Bloco, peço a palavra pela Liderança de meu Partido, PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Se V. Exª permitir, o Senador Mão Santa está na frente e falará para uma comunicação urgente, por cinco minutos. Em seguida, V. Exª, como Líder, usará da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, e nobre Senador Geraldo Mesquita, serei breve.

Ouvimos atentamente as palavras vibrantes do Senador Leonel Pavan. Gostaria de acentuar aqui a contribuição do Piauí na melhoria do IDH. Éramos o 69º e passamos para o 65º. O jornal **Folha de S. Paulo** diz do exemplo que o Piauí dá ao Brasil:

“O Piauí não é só Guariba, Acauã. É um povo capaz de ser a luz para este País”.

A ONU diz, transcrito na **Folha de S. Paulo**:

No tema desigualdade, o Piauí é citado como Estado exemplo na distribuição de terra para os pequenos agricultores. Segundo o relatório deste ano, a reforma agrária no Estado ajudou a diminuir a pobreza e a desigualdade de renda na região, além de ter aumentado o número da terra plantada.

Governamos o Piauí e entendemos que a terra é de quem nela nasce, quem nela mora, quem nela trabalha, quem ela cultiva e quem nela vive. Fizemos uma reforma agrária pacífica, reconhecida pelos piauienses que nos fizeram Senador, e reconhecida no trabalho de pesquisa da ONU sobre o desenvolvimento do IDH.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho aqui manifestar a gratidão pela indicação do economista Avelino Neiva para ocupar a Delegacia Federal de Agricultura no Estado do Piauí.

O Piauí é um Estado com perspectivas invejáveis para alimentar o Nordeste, o Brasil e o mundo. Nos últimos anos, a produção de soja durante o nosso Governo aumentou de dez mil toneladas para quatrocentos mil toneladas, de tal maneira que foi possível implantar uma fábrica de beneficiamento de soja, a Bungle, que começará a funcionar em agosto, no sul do Estado do Piauí, nas terras de Uruçuí.

Além da sua força na produção de grãos, temos a caprinocultura, a pecuária, a fruticultura, a cajuicultura. Hoje o Piauí tem uma multinacional com a segunda mais moderna fábrica de castanha do mundo e perspectivas invejáveis no desenvolvimento da carcinicultura.

Era o Equador o maior pólo de exportação de camarões, mas aconteceu uma praga, uma patologia, que deixou o camarão de lá anêmico e esbranquiçado. Então, as condições de luminosidade, do ar e de salinidade do Nordeste identificam-se com perspectivas invejáveis de tomar o lugar do litoral do Equador na produção e exportação do camarão.

O Piauí destaca-se também pela apicultura. Com sua vocação primária da agricultura, nós agradecemos a nomeação e a indicação do técnico e economista Avelino Neiva, um homem empreendedor e realizador, para Delegado do Ministério da Agricultura. Entendemos, como Padre Antônio Vieira diz: “As palavras vão ao ar; as obras entram no coração”. Como o Apóstolo Paulo diz: “A fé, sem obra, já nasce morta.” E a nossa fé tem de ser acompanhada de obra”. O profissional indicado tem um passado de empreendedor e realizador, quer como bancário que o foi, quer como técnico da Companhia Energética, onde ocupou todas as posições, de Diretor a Presidente. Ele também foi chamado várias vezes pela Prefeitura de Teresina, na Administração Joel Ribeiro, para ajudar no desenvolvimento de nossa Capital. E, no nosso Governo, foi o Diretor-Presidente da Condepi – Companhia de Desenvolvimento do Piauí, e, sob sua orientação, dezenas de açudes foram concluídos, muitos deles, Sr. Pre-



sidente, que estavam em obra há 50 anos. Todos foram concluídos na sua administração.

Gostaria, então, de dizer que o Piauí agradece, porque acredita na ação empreendedora do indicado pela nossa Bancada Federal do PMDB, Avelino Neiva.

Sem dúvida alguma, indicações como essa vão dar ao Governo Lula aquilo que está precisando: capacidade empreendedora de realização. São essas as nossas palavras, com a certeza de que a indicação e a nomeação do técnico e economista Avelino Neiva será fator de progresso na agricultura e no desenvolvimento do Piauí.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Pela Liderança do Bloco/PSB, Senador Geraldo Mesquita Júnior; em seguida, usará da palavra o Senador José Jorge, como inscrito.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Bloco/PSB – AC. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho, com satisfação, à tribuna, na tarde de hoje, para anunciar aos meus nobres Pares, que os juros, os famigerados juros que assustam a sociedade brasileira, estão caindo, na verdade despencando. Pelo menos foi o que aconteceu no meu querido Estado do Acre. A intervenção corajosa e determinada do Governador Jorge Viana fez com que o Banco do Brasil reconsiderasse os juros de empréstimos concedidos ao funcionalismo do meu Estado, e as taxas anteriormente cobradas, que chegavam até 8,5% ao mês, não passarão de 2,9% nas novas renegociações.

Se isso pode ser creditado como uma grande vitória política do Governo do Acre, também tem mérito o Banco do Brasil, pela sensibilidade em atender aos reclamos de um Estado pobre que tem pelo menos 56% dos seus 35 mil servidores públicos “pendurados” com dívidas e com dificuldades para arcar com seus compromissos. Os juros tornavam as dívidas autênticas bolas de neve e o Governo do meu Estado, sempre atento aos reclamos da sociedade acreana, teve que intervir. As dívidas são decorrentes de empréstimos do tipo CDC – Crédito Direto ao Consumidor: os chamados cheque-salário, cartão de crédito e cheque especial. Mesmo tendo o Governo aumentado a folha de pagamento substancialmente e vir pagando os salários dos servidores rigorosamente em dia, isso não se refletia no comércio nem na indústria ou no setor de serviços. É que a liquidez estava ficando com o Banco do Brasil para o pagamento dos juros desses empréstimos.

Os reclamos sobre a situação foram feitos, inicialmente, pelos setores organizados da sociedade acreana, como a Associação Comercial, a Federação das Indústrias e os sindicatos dos servidores públicos, como o Sinteac, que representa os trabalhadores em educação.

Como autêntico líder dos acreanos, o Governador Jorge Viana levou o problema ao Banco do Brasil com um questionamento: o Governo do Acre, desde que teve seu banco estadual (o Banacre) fechado pela incúria de Governos anteriores, adotou o Banco do Brasil como seu principal parceiro, centralizando ali suas contas, inclusive para o pagamento dos servidores públicos estaduais. Não é nada, mas, só em relação aos servidores públicos, o Banco do Brasil movimentava por mês mais de 40 milhões. E com uma garantia: o pagamento sai rigorosamente em dia, o que dá ao Banco a certeza de que qualquer empréstimo a servidor estadual será resgatado, com os devidos juros e correções. Então, é um bom negócio emprestar dinheiro para servidor, que é pago em dia. O problema é que, o que seria um bom negócio para o Banco do Brasil, era ruim para os servidores e para a economia do Estado, o que levou o Governador Jorge Viana a intervir de forma enérgica para resolver o problema.

Chamados ao Acre, os diretores do Banco do Brasil, na pessoa do Vice-Presidente Ricardo Conceição e dos diretores Édson Monteiro e João Matos, mostraram-se sensíveis aos pleitos do Governador e decidiram, em comum acordo com o Governo do Estado, que as taxas de juros serão doravante cobradas a 2,9% ao mês.

Isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é uma demonstração de que a economia brasileira está melhorando e que em breve, muito em breve, poderemos comemorar a redução das taxas de juros em todo o País. Se o Banco do Brasil, por intermédio de seus diretores, toma a decisão de reduzir juros lá no distante querido Acre é porque têm em seu horizonte perspectivas reais de redução das taxas de juros.

Eu gostaria de tratar, também, Sr. Presidente, de um requerimento que protocolei na Presidência desta Casa, dirigido ao eminente Senador José Sarney, Presidente do Senado, que passo a ler:

Transcorrendo no dia 17 de novembro deste ano o centenário da assinatura do Tratado de Petrópolis entre o Brasil e a Bolívia, marco histórico que convalidou juridicamente a incorporação do Acre ao Brasil, materializada pela ação dos brasileiros que pacificamente e de boa-fé ocuparam e povoaram aquele território, sustentando-a pelas

armas quando esse recurso se tornou inevitável, sob a liderança e por iniciativa de Plácido de Castro, vimos requerer a Vossa Excelência, na condição de Presidente do Congresso Nacional, mediante entendimentos com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, designar aquela data para a realização de sessão solene do Congresso Nacional comemorativa dessa efeméride, também dedicada à ação diplomática do Barão do Rio Branco que coroou a tradição de nosso País de resolver, por meios pacíficos, a fixação de suas fronteiras e a solução de suas divergências com nossos vizinhos.

Quero, inclusive, agradecer a iniciativa do Sr. Presidente do Senado, que já enviou ofício ao eminente Presidente da Câmara dos Deputados sobre a viabilidade da realização da sessão. Aguardaremos a designação daquela data para as comemorações do centenário do Tratado de Petrópolis.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador José Jorge.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JOSÉ JORGE, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.**

*Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao eminente Senador Romeu Tuma, por cinco minutos, como Líder, para uma comunicação inadiável, de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tentarei ser bem rápido, porque sei que há outros inscritos que precisam se manifestar.

Eu não poderia deixar passar em branco a ocorrência havida ontem em São Paulo. Ousadamente, criminosos tentaram resgatar dois presos de alta periculosidade no Presídio Adriano Marrey, em São Paulo. Havia um antecedente: cerca de um ano atrás, da mesma forma, um helicóptero resgatou um preso

sem sofrer nenhuma reação dos policiais que se encontram nas muralhas.

Recentemente, o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, resolveu criar o Corpo de Guardas de Muralha e substituiu, depois de preparados esses jovens, a Polícia Militar, que fazia a guarda de presídios e foi devolvida à atividade de polícia ostensiva, que é a estabelecida pela Constituição como missão da Polícia Militar. E, praticamente em todos os presídios, em razão da primeira ação criminosa com uso de helicóptero, foram colocados fios de aço para impedir o pouso em seus pátios. Mas quem fez a tentativa frustrada de fuga foi um membro do PCC, não o PCC propriamente dito – Primeiro Comando da Capital –, pois essa organização criminosa, depois de um trabalho eficiente da Secretaria de Segurança Pública, por meio de seus policiais, foi desbaratada e teve diminuída, em grande parte, a sua possibilidade de ação coordenada.

No ano passado, antes da desmontagem do PCC, seus integrantes conseguiram realizar uma ação criminosa de levante em mais de 20 presídios, na mesma hora e ao mesmo tempo, comandados por um de seus líderes por intermédio de celulares e outros meios de comunicação que possuíam em seus xadrezes.

Contudo, existe algo bastante amargo a lamentar no episódio de ontem: o piloto foi seqüestrado em vôo. Infelizmente, as empresas não verificam os que locam um helicóptero. Não haviam buscado os antecedentes nem outro meio de identificação mais preciso, como a filmagem dos que estavam alugando o helicóptero. Uma das mulheres da quadrilha saiu do aeroporto e pousou num prédio na Av. Faria Lima, próximo à Av. Paulista. Era o prédio da Dacon, que é usado por empresários. Estranhamente, os dois marginais tiveram acesso a esse local de pouso de helicópteros, subiram e tomaram o destino que queriam com armas pesadas, levando o piloto a um pouso arriscado na plataforma do presídio, em razão de não poder pousá-lo no pátio. O marginal, numa “visita íntima”, arrombou a porta que dava para uma sala de aula e, com uma “teresa” – corda feita de lençóis –, conseguiu acesso à essa plataforma. Ele e outro bandido – dois marginais, ladrões, seqüestradores, que praticaram latrocínio e todo tipo de crime e que foram condenados a aproximadamente 20 anos de prisão – foram ao helicóptero, que desceu com alguém atirando nos guardas do presídio. Portanto, não era um seqüestro. Sei que é triste e profundamente amargo que o piloto – um seqüestrado e não participante da quadrilha – tenha sido vítima de tiros que colocaram sua vida em

risco. E, com justa razão, o Presidente da Associação dos Pilotos protesta, pois queria que se tratasse como se fosse um seqüestro.

Os marginais usaram armas pesadas, posteriormente identificadas, e chegaram atirando nos guardas de muralha. Há uma ordem do Secretário da Administração Penitenciária de São Paulo, Nagashi Furukawa, de que qualquer aeronave que se aproxime do presídio numa tentativa de resgate deve ser recebida a tiros. E não é possível mudar essa lei, senão os marginais matarão os guardas de presídio e os de muralha e tranquilamente resgatarão, a todo tempo, os bandidos mais perigosos que fazem parte de suas quadrilhas.

Consta do art. 3º de um projeto apresentado pelo Presidente José Sarney: "Considera-se vítima, para os efeitos desta lei, a pessoa que suporta, direta ou indiretamente, os efeitos da ação criminosa consumada ou tentada, vindo a sofrer danos físicos, psicológicos, morais ou patrimoniais ou quaisquer outras violações de seus direitos fundamentais". Está inserido perfeitamente nessa descrição de vítima o piloto do helicóptero. Essa lei, em bom tempo, visa proteger as vítimas.

Ontem, o Dr. Bittencourt, do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic), esclareceu que continuam investigando o crime. Deve haver outros envolvidos nessa ação, evitada, graças a Deus, pela pronta ação dos guardas, que estavam preparados. O Dr. Furukawa foi muito claro ao dizer que os guardas de muralha não usam armas como perfumes, mas prontas para atirar em qualquer marginal que tente ingressar ou fugir do presídio. Quando ocorre uma fuga, a autoridade policial fica desmoralizada. Portanto, a ação da polícia foi legítima, e é claro que deve ser dada toda assistência ao piloto.

Apelamos às empresas locadoras de aeronaves que não loquem helicópteros para qualquer pessoa, mas exijam sua identificação e busquem saber qual é o objetivo do voo. A mulher disse simplesmente que faria um passeio turístico para conhecer a cidade de São Paulo. É estranho. Ela desceu no heliporto, pegou dois marginais fortemente armados e sujeitou o piloto a uma ação que pôs em risco sua própria vida.

Muito obrigado pela tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, dia 8 do corrente, terça-feira, às dezenove horas, no plenário do Senado Federal, destinada à leitura de mensagens presidenciais.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Gostaria de me inscrever, como Líder do PPS, para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – V. Exª fará uso da palavra após os inscritos, ou seja, após a palavra do Senador Eduardo Suplicy, que dispõe de vinte minutos para seu discurso.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Eu já tinha pedido a palavra pela Liderança, mas aguardo, tenho paciência. Ouvirei o meu querido amigo, Senador Eduardo Suplicy. Ficarei até meia-noite ouvindo S. Exª. Apenas gostaria de ter a mesma oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Em respeito a V. Exª, informo que há o critério de alternância: após um Senador que fala pela Liderança, o próximo será um dos inscritos. Temos hoje 19 Senadores inscritos. Então, por isso, tentamos atender aos inscritos e às Lideranças, como o Regimento nos determina.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Srªs e Srs. Senadores, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem ponderado sobre a importância de nos debruçarmos sobre os entendimentos que o Brasil está realizando para fortalecer o Mercosul, a integração dos países da América do Sul, e para acompanharmos de perto tudo aquilo que se refere à proposta da Área de Livre Comércio das Américas. Inclusive acordamos, na nossa última reunião, que em agosto iremos iniciar uma seqüência de reuniões para acompanhar isso de perto. A primeira reunião destinar-se-á, obviamente, a ouvir o Ministro Celso Amorim sobre as negociações do Mercosul e da Alca.

Há duas semanas, quando o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, esteve nos Estados Unidos da América e assinou uma declaração, junto com o Presidente George Bush, dos Estados Unidos, foram muitos aqueles que demandaram esclarecimentos sobre quais foram os entendimentos relativamente à formação ou não da Alca a partir de 2005. Dessa forma, nós Senadores consideramos da maior importância a vinda do Ministro Celso Amorim ao Senado, à Comissão de Relações Exteriores, para nos esclarecer a respeito.

Mas, no dia de hoje, na **Folha de S. Paulo**, o Ministro Celso Amorim, publicou um artigo intitulado "A Alca Possível", que considero da mais alta qualidade, primoroso. Será da maior importância que S. Exª nos possa esclarecer cada um dos pontos levantados nesse artigo, que gostaria de ler, para bem registrar e comentar as observações do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim:

Ao assumir o comando da Nação, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que as negociações comerciais são hoje de importância vital para o Brasil. Além de um esforço interno, de aumento da competitividade dos nossos produtos e de diversificação da nossa pauta exportadora, deixou claro que não poderíamos prescindir do combate, no plano internacional, pela abertura de novos mercados e por regras mais justas, respeitado o direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

Nesse espírito, o Governo Lula tem procurado reforçar o Mercosul, promover a integração da América do Sul, explorar novas parcerias comerciais, sobretudo com os grandes países em desenvolvimento, e participar ativamente dos exercícios negociadores em curso na OMC, no processo da Alca e entre o Mercosul e a União Européia.

No que se refere à Alca, deparamos com um contexto negociador complexo do ponto de vista dos interesses brasileiros, sujeito a um calendário que nos deixava escassa margem para uma eventual correção de rumos. Tal como vinha-se desenvolvendo nas negociações, o projeto da Alca ia muito além do que denota a expressão "livre comércio" em sentido estrito. Com efeito, as propostas em discussão incluíam aspectos normativos para serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual, que incidem diretamente sobre a capacidade reguladora dos países.

Por outro lado, não pareciam encorajadoras as perspectivas de obtenção de livre acesso ao maior mercado do hemisfério para os produtos em que detemos vantagens comparativas (sobretudo, mas não apenas, agrícolas). Excluíram-se das negociações aspectos de importância prioritária para o Brasil, como os subsídios agrícolas e as medidas **antidumping**. As discussões sobre acesso a mercados haviam sido, de fato, fragmentadas, de modo que, ao Mercosul, fora reservado tratamento menos favorável, com prazos de aberturas mais longos do que os oferecidos a outros países do continente.

Deve-se lembrar, porém, que já dispomos de canais negociadores para levar adiante uma agenda de integração com os países latino-americanos, no âmbito da Aladi, Associação Latino-Americana de Integração, em especial os da América do Sul. Essas tratativas beneficiam-se da cobertura jurídica da chamada cláusula de habilitação da OMC, que autoriza a troca de preferências comerciais entre países em desenvolvimento. Assim, o maior interesse em negociarmos uma Alca reside na expectativa de acesso ao mercado norte-americano, o qual, por sua dimensão

e dinamismo, não pode ser ignorado. Trata-se, pois, de encontrar o equilíbrio adequado entre nossos objetivos, para assim dizer, "ofensivos", vistos a partir de uma perspectiva, a um só tempo, combativa e realista, e da necessidade de não comprometer nossa capacidade de desenhar e executar políticas de desenvolvimento social, ambiental, tecnológico etc.

Após um processo de reflexão no Governo, que não deixou de envolver debates com o Legislativo e a sociedade civil, o Presidente Lula aprovou as linhas mestras do posicionamento sobre a Alca. De forma sucinta, essa posição, obviamente sempre sujeita a alguns ajustes no processo de negociação, pode ser descrita da seguinte forma: 1) a substância dos temas de acesso a mercados em bens e, de forma limitada, em serviços e investimentos seria tratada em uma negociação 4+1, entre o Mercosul e os EUA; 2) o processo Alca propriamente dito se focalizaria em alguns elementos básicos, tais como solução de controvérsias, tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, fundos de compensação, regras fitossanitárias e facilitação de comércio; 3) os temas mais sensíveis e que representariam obrigações novas para o Brasil, como a parte normativa de propriedade intelectual, serviços, investimentos e compras governamentais, seriam transferidos para a OMC, a exemplo do que advogam os EUA em relação aos temas que lhes são mais sensíveis, como subsídios agrícolas e regras **antidumping**.

Esse enfoque redimensionado em "três trilhos" foi objeto de estreitas consultas com nossos sócios do Mercosul e foi exposto aos nossos parceiros norte-americanos. Foi também debatido na reunião ministerial de "Wye Plantation", em maio passado, e será apresentado nesta semana em El Salvador, por ocasião da 14ª Reunião do Comitê de Negociações Comerciais da Alca.

Representará a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e o Senado Federal nessa reunião, por designação do Presidente José Sarney, o Senador João Capiberibe. Ressalto que será propósito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional acompanhar e participar ativamente dessas reuniões, e cada Senador que delas faça parte fará relato do ocorrido, pois é nosso desejo conhecer os esforços do Itamaraty nessas negociações.

Diz ainda Celso Amorim:

A visão brasileira foi também levada pelo presidente Lula à recente reunião de cúpula com os presidentes da Comunidade Andina, na Colômbia. O debate substantivo sobre a Alca, que se seguiu à exposição do presidente, contribuiu para um início de coor-

denação entre as posturas negociadoras dos países da América do Sul. Ainda que reconheçamos que há diferenças importantes entre o Mercosul e os países da Comunidade Andina, o diálogo entre nós é fundamental não só para as negociações da Alca, mas para a própria integração sul-americana, nossa principal prioridade.

Assim, em vez de nos prendermos a concepções irrealistas de uma Área de Livre Comércio das Américas, em torno das quais o consenso se afigura inatingível, preferimos nos concentrar na “Alca possível”, que concilie da maneira mais produtiva os objetivos necessariamente diferenciados dos 34 países participantes. Foi a partir desse enfoque consistente e realista que a declaração conjunta na reunião dos presidentes Lula e Bush em Washington expressou o entendimento de que os dois países cooperarão pela conclusão exitosa das negociações nos prazos previamente acordados.

São 34 os países participantes, mas gostaria de registrar que, em breve, teremos 35, pois realizaremos esforços – destacadamente o Brasil –, junto aos Estados Unidos, para que também Cuba esteja entre os que integrarão à Alca.

Dando prosseguimento ao artigo de Celso Amorim:

Mas prazos, como temos dito repetidamente, não podem prevalecer sobre conteúdo. E “negociações exitosas”, no caso do Brasil, significam preservar espaço para decidir de forma autônoma nossas políticas socioambientais, tecnológicas e industriais e obter melhores condições de acesso para os setores em que mais somos competitivos – e que enfrentam as mais elevadas barreiras protecionistas. O governo do Presidente Lula não aderirá a acordos que forem incompatíveis com os interesses brasileiros, mas explorará, soberanamente, todas as alternativas para a promoção de nosso comércio e a aceleração de nosso desenvolvimento.

Cumprimento o Ministro Celso Amorim pela clara exposição do seu ponto de vista. Aproveito para reiterar o convite a S. Ex<sup>a</sup> para que, em agosto, compareça à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para aprofundar o tema.

Também agradeço aos Líderes Tião Viana e Aloizio Mercadante pelo empenho para que seja examinado, durante a convocação extraordinária, o Projeto de Lei nº 189, de 2003, que define os objetivos, métodos e modalidades da participação do Governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais referentes ao mandato negociador. O projeto se encontra em tramitação na Comis-

são do Mercosul. Em seguida, virá para o Senado e, depois, voltará à Câmara dos Deputados. Essa proposição concederá legitimidade às negociações do Governo brasileiro, como ocorre quanto aos episódios citados pelo Ministro Celso Amorim em seu artigo.

Gostaria de informar o adiamento da audiência que tínhamos ontem, eu e a Senadora Iris de Araújo, com a Embaixadora dos Estados Unidos, Donna Hrinak, para amanhã às 14 horas e 30 minutos. Na ocasião, levaremos a preocupação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com um jovem brasileiro de 23 anos que, instado por organizações cujo lema é “venha fazer a América atravessando a fronteira americana pelo México”, foi conduzido por “coiotes” a matagais, onde ficou sem alimentação e sem água por três a cinco dias. Ao chegar à fronteira, quase sem força e 17 quilos a menos, atravessou o rio a nado. Já do outro lado, foi abordado por policial americano e contou-lhe que era brasileiro, de Goiânia.

Os pais do jovem Geraldo Augusto, que se encontra detido desde meados de maio, solicitaram-nos ajuda. E o Senado Federal, em caráter humanitário, levará a solicitação à Embaixadora Donna Hrinak, a fim de que S. Ex<sup>a</sup> possa ajudar na resolução do problema.

Esse drama humano, em verdade, tem relação com a finalidade de o Governo americano formar a Área de Livre Comércio das Américas. Se formos efetivamente integrar as nações do Alasca à Patagônia, teremos de pensar não apenas na livre movimentação do capital, dos bens e serviços através das fronteiras, com a possibilidade da participação de empresas de Teresina, lá do Piauí, em licitações em Brasília, em igualdade de condições com qualquer pequena ou média empresa brasileira, mas também na liberdade de movimentação prioritária do ser humano, que deverá ser concedida.

É com esse espírito que dialogaremos com a Embaixadora Donna Hrinak, para que possa haver um melhor entendimento e empenho.

Ainda gostaria de mencionar a interessante entrevista de um professor da Universidade de Harvard, publicada nas páginas amarelas da revista **Veja** desta semana, sobre o que se passa do Alasca à Patagônia e no mundo inteiro. O professor indiano sugere que, no Iraque, seja instituído um sistema semelhante ao do Alasca – refiro-me ao Fundo Permanente do Alasca.

Conforme registrei, recomendei a Sérgio Vieira de Mello, representante especial da ONU no Iraque, que faça sugestão semelhante às autoridades iraquianas. Minha proposta foi formulada em 26 de maio.

No dia 23 de junho de 2003, o próprio Paul Bremer, administrador norte-americano no Iraque, propôs, no **World Economic Forum**, fórum econômico mundial realizado na Jordânia, que seja seguida a forma de dividendos do Fundo Permanente do Alasca, proposta semelhante à formulada a Sérgio Vieira de Mello e à do professor Fareed Zakaria, publicada nas páginas amarelas de **Veja**.

Ao concluir, Sr. Presidente, gostaria de informar que, na próxima semana, eu e o Senador Ney Suassuna estaremos em Israel, a convite do Embaixador daquele País, para participar de um colóquio de parlamentares latino-americanos para estudar a situação do Oriente Médio. Irei com o propósito de que possam lá israelenses e palestinos conviver em paz como fazem, na minha cidade, os árabes e os judeus. Espero poder colaborar.

Gostaria de ir para Israel com esse espírito de melhor entendimento entre israelenses e palestinos e com a consciência tranqüila de ter colaborado para o entendimento na Casa no âmbito do PT. Portanto reitero o apelo aos meus companheiros Senadores para que dialoguem com muita tranqüilidade a respeito desse assunto.

Senador Paulo Paim, faço um apelo aos nossos 14 Senadores. Vamos conversar! Se vamos propor paz aos israelenses e palestinos, se o Presidente Lula é capaz de promover o melhor entendimento entre os Presidentes George Bush e Hugo Chávez, o que efetivamente ocorreu, se Sua Excelência vai a cada uma dessas reuniões de cúpula, inclusive entre israelenses e palestinos, será que aqui, no PT, não vamos conseguir compreensão entre a companheira Heloísa Helena e os três ..?

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, permite-me um aparte antes que termine seu tempo?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Tive todo o cuidado com o tempo e ainda restam sete segundos. Senador Suplicy, estou no plenário aguardando o término do seu pronunciamento, pois gostaria muito de entabular um diálogo, inclusive com a Senadora, na perspectiva real – acredito – de que possamos encontrar um bom termo antes mesmo de sua viagem a Israel. Estou aguardando V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Vou de pronto concluir meu discurso porque quero que a paz seja efetivada no Brasil, no PT e no Oriente Médio.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, como Líder do PPS, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

Solicito ao nobre Senador que cumpra, rigorosamente, com seu tempo porque temos que dar oportunidade ao Líder do PMDB, Senador Hélio Costa, e à Senadora Serys Slhessarenko. Além disso, haverá sessão do Congresso, às 19h, neste plenário.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PPS – ES. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, serei o mais breve possível.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para fazer um apelo veemente aos Exm<sup>os</sup>. Srs. Ministros do Transporte, Anderson Adauto, e da Previdência, Ricardo Berzoini, para que se restabeleça, o mais rápido possível, a assistência médico-hospitalar aos aposentados e pensionistas do Ministério dos Transportes.

Há cerca de quatro ou cinco meses, aqueles trabalhadores aposentados e viúvas – um mil só no meu Estado do Espírito Santo e mais de 43 mil em todo o País – não recebem qualquer assistência médica decorrente do plano de saúde contratado pelo Governo Federal.

Sei, Sr. Presidente, das dificuldades, sobretudo do Ministério dos Transportes, sem dotação orçamentária suficiente para fazer face às despesas médico-hospitalares. É verdade que o contingente de beneficiários cresceu bastante, vez que aquele Ministério “herdou” os servidores, aposentados e pensionistas do extinto DNER. Mas isso não deve implicar exclusão e, conseqüentemente, resultar na morte de milhares de pessoas, em sua grande maioria na terceira idade.

Apesar dos esforços do Ministério dos Transportes, o que se vê até agora são idosos morrendo à míngua. Ex-servidores e pensionistas, que sempre contribuíram para um plano de saúde, hoje se vêem tolhidos em seu direito fundamental de assistência médica. Pessoas que, além de lutar contra males da saúde, lutam contra hospitais e clínicas, via expedientes judiciais, para que permaneçam internados ou possam se submeter a cirurgias urgentes ou, ainda, dar continuidade a tratamentos imprescindíveis. Lutam para sobreviver. E, se sobreviverem, terão de lutar ainda para conseguir os devidos ressarcimentos pelo Ministério.

Estou ciente das dificuldades burocráticas, da insuficiente dotação orçamentária, das negociações dos Ministérios envolvidos, como a que diz respeito à celebração de convênio entre o Ministério dos Transportes e a Fundação Grupo Executivo de Assistência Patronal, ora dependendo de homologação pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência.

Sei da boa vontade e da capacidade dos titulares daquelas Pastas. Mas sei também dos milhares de ex-servidores e pensionistas do Ministério dos Transportes, no Estado do Espírito Santo e em todo o País, que continuam sucumbindo diante da insensibilidade de dirigentes de hospitais e de clínicas que só falam a linguagem dos números e que batem as portas ao sofrimento alheio.

Espero que os Exm<sup>os</sup> Srs. Ministros dos Transportes e da Previdência possam, o mais rapidamente, dar uma solução a esse tão grave problema. E lembro S. Ex<sup>as</sup> de que, a cada dia, pessoas sofrem e morrem devido à falta de assistência médica a que têm direito.

Registro aqui meu apelo à vida, especialmente, à vida de cidadãos que dedicaram seus dias de saúde ao Poder Público; que destinaram seus dias de produtividade, mesmo sem perceber remuneração condizente, a servir o próximo, por meio das ações do Ministério dos Transportes. E esses mesmos servidores esperavam, pelo menos, a garantia de assistência médico-hospitalar digna, na reta final de suas vidas. Sempre pagaram impostos e contribuíram tanto para a Previdência quanto para planos de saúde. Não contribuíram para um plano que lhes abreviasse a vida de modo tão mesquinho.

E aproveito o ensejo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para mencionar algumas matérias, veiculadas em jornais, que retratam bem a situação:

**Notícia Agora – Rede Gazeta** (Espírito Santo), 16 de abril de 2003:

Atendimento suspenso – foi o que aconteceu com a pensionista Maria Nunes Pimentel, 75 anos. Ela estava internada no Hospital Metropolitano há mais de uma semana devido a um problema na vesícula e no pâncreas.

Segundo a família, ela precisa de uma cirurgia, mas recebeu alta dos médicos porque a Unimed Brasília não repassou o pagamento. Por causa disso, o hospital se negou a dar continuidade ao atendimento.

**O DIA** (Rio de Janeiro), 14 de maio de 2003:

O drama da falta de assistência médica ganhou contornos trágicos no Rio. O aposentado Mário Sampaio Guimarães e seu colega dos Transportes, Boaventura Malafaia Corrêa, portadores de doenças crônicas, sofreram humilhações para receber atendimento, mês passado. Os dois morreram lutando para que o plano de saúde pagasse suas despesas médicas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na abertura dos trabalhos desta tarde no Senado, foi lido o projeto que apresento com relação à proposta de um plebiscito nacional, a ser realizado no próximo ano juntamente com as eleições municipais, a respeito da questão do desarmamento.

Essa questão está sendo o foco principal dessa reunião extraordinária do Congresso em que analisaremos, pelo menos, cinco propostas diferentes relativas à posse e ao porte de armas. Iremos apreciar desde uma proposta do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, que prevê quase a extinção da posse, do porte e até mesmo da fabricação de armas, ao substitutivo do então Senador Pedro Piva, que englobou as propostas existentes no Senado até há dois anos e produziu o seu substitutivo, segundo o qual o porte é proibido, mas a posse é discutível, ou seja, ela pode ser aceita.

O assunto é tão grave que, hoje à tarde, o Presidente José Sarney apresentou um belíssimo trabalho, que espero seja coroado nesta Casa, relativo – S. Ex<sup>a</sup> deixou isso muito claro – aos direitos das vítimas de ações criminosas. O projeto tem o objetivo de regulamentar o art. 245 da Constituição Federal e cria o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos.

Tenho absoluta convicção de que esse será o mais importante assunto a ser debatido nesta convocação, além, é claro das reformas conduzidas na Câmara dos Deputados neste momento – a reforma da Previdência e a reforma tributária. Enquanto aguardamos o momento de começar a discutir as reformas, o

desarmamento do cidadão e da cidadã é o assunto mais importante para nós, no plenário do Senado.

Foi por essa razão, Sr. Presidente, que apresentei a minha proposta do plebiscito. Se discutirmos este assunto nos próximos meses e não chegarmos a um consenso e, mesmo que, debatendo essa questão do armamento, chegemos a um consenso, ainda assim seria importante que a sociedade fosse ouvida, que todo cidadão tivesse o direito de opinar para sabermos se é justo permitir que alguém carregue uma arma na cintura em qualquer lugar deste País ou se é injusto que um cidadão que mora no interior, num lugar afastado não tenha o direito de possuir arma para defender-se.

É muito comum o plebiscito nos países industrializados – e mais uma vez, vou citar o exemplo americano. Nas últimas eleições para Presidente dos Estados Unidos, em uma única cidade – na época, eu estava no País como observador –, estavam sendo realizados 16 plebiscitos, simultaneamente. Como em nosso processo eleitoral usamos urna eletrônica que permite a votação e a apuração de forma tão rápida, inserir mais uma, duas ou três perguntas numa eleição municipal, em que serão eleitos prefeitos e vereadores, não é absolutamente nenhum problema. Foi por essa razão, Sr. Presidente, que apresentei a proposta do plebiscito que espero seja votada e aprovada no plenário do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concede a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

S. Ex.<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

**A SR.<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vamos falar hoje sobre a questão do cooperativismo.

Mas, antes eu queria registrar...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> fazer uma correção: tem V. Ex.<sup>a</sup> sete minutos para o seu pronunciamento.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Sr. Presidente. Infelizmente, o tempo sempre é pouco.

Temos falado, freqüentemente, nesta tribuna, sobre a questão das estradas. E, mais uma vez, infelizmente, estamos aqui para anunciar mais um acidente que ceifou vidas lá no nosso Estado, Mato Grosso, por causa das estradas.

A BR-163 está realmente em péssimo estado, e os acidentes são muitos. No domingo passado, morreram dois jovens, Caroline Ferlin, de 15 anos, e Rafael Piccini, de 18 anos, em um acidente na BR-163, próximo a Rosário Oeste. Um dos jovens era do Município de Sorriso e o outro, de Lucas do Rio Verde. Muitas vidas que são ceifadas por conta de uma estrada totalmente esburacada.

Precisamos, como digo sempre desta tribuna, buscar a solução para a recuperação dessas estradas. Se não temos dinheiro, se não temos recursos para fazer mais estradas, para asfaltar mais estradas, para pavimentar mais estradas federais, precisamos ter as condições mínimas para restauração das existentes. E aí volto novamente à questão da Cide. Vou falar até dia 31 de dezembro, se tivermos tribuna aqui no Senado, sobre a liberação de recursos para as rodovias. O recurso da Cide, criado para restauração e pavimentação de estradas, está retido. Precisamos encontrar uma forma de liberar esses recursos, porque vidas estão sendo ceifadas e a produção do Estado de Mato Grosso não consegue ser escoada como devia.

No trecho do Pará nem se fala, porque lá sequer tem asfalto. Está sendo organizado um consórcio, com algumas questões discutíveis, para fazer o asfaltamento da BR-163, na região do Pará. Em Mato Grosso, ela precisa de restauração.

Quero falar rapidamente daquilo que estou chamando de força-tarefa para o cooperativismo.

“O Presidente Lula determinou em solenidade comemorativa realizada no dia 04 de julho no Palácio do Planalto a criação do Dia do Cooperativismo – o Dia Internacional do Cooperativismo é 5 de julho –, e a formação de uma força-tarefa composta de dez Ministérios mais o Banco Central e o BNDES.

Essa atitude, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é inédita e reveste-se de importância fundamental para o setor. É a primeira vez que um Presidente da República do Brasil convida o setor para, juntos, celebrar a data.

O objetivo desse grupo de trabalho é criar condições concretas que possibilitem a modernização do cooperativismo nacional, com viabilidade de fusões e incorporações, para dar competitividade ao setor, bem como criar mecanismos de apoio às exportações das cooperativas. O Presidente Lula afirmou ainda que o outro objetivo é “elaborar propostas para a atualização da lei das sociedades cooperativas para desobstruir gargalos que dificultam o avanço do cooperativismo no Brasil”.



São inúmeros os progressos da iniciativa do Governo Federal, sobretudo, porque vem acompanhada de ações concretas, como, por exemplo, a possibilidade do uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para que o setor se capitalize. O Ministério do Desenvolvimento Agrário está alocando recursos no valor de R\$14,8 milhões para a criação de estruturas adequadas às cooperativas de assentados, de agricultura familiar, visando desenvolver a agricultura e dar aos produtores condições de acesso a mercados que até então estavam marginalizados. Além disso, o Ministério da Agricultura, por meio do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop), disponibilizará R\$15 milhões para programas de desenvolvimento humano, prioritariamente na área internacional e na de comercialização interna, sendo que já para a safra 2003/2004 os recursos para investimento em cooperativas foram aumentados em 80%.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Senadora Serys Slhessarenko, peço licença a V. Ex<sup>a</sup> para prorrogar a sessão por cinco minutos, a fim de que conclua seu pronunciamento.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

É a pujante fase do cooperativismo nacional, que pretende ser, em larga escala, a defesa da paz e da democracia, num novo modelo de relação, mais humana, mais eficaz, já que representa uma solução para a fome no Brasil, para o resgate da cidadania dos brasileiros, constituindo-se em instrumento eficiente para reduzir as desigualdades sociais. Talvez esteja aí o começo do milagre do desenvolvimento.

Representantes de cooperativas de produção e de crédito – enfim, de todo tipo de cooperativa – reuniram-se com o Presidente da República e falaram das dificuldades que o sistema capitalista vem trazendo para desenvolver as relações na sociedade, para se conseguir a construção de uma sociedade em que o resgate da cidadania da população esteja na ordem do dia e em primeiro lugar. Acredito que seja possível a instalação do cooperativismo. Eu diria, Senador Romeu Tuma, que assume a Presidência neste momento, que temos no modelo de cooperativismo a alternativa para uma via que realmente possa e deva construir a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, tornando a distribuição de renda justa para todo o povo brasileiro. É gigantesca a taxa de marginalizados em nossa sociedade, e a saída está muito difícil de ser encontrada. Com certeza, o cooperativismo, a organização em torno de cooperativas, poderá ser a solução.

Agradeço, Sr. Presidente, a prorrogação do prazo, para que eu pudesse, pelo menos, fechar minha fala na questão do cooperativismo. Comprometo-me a voltar, em outro momento, a discutir este que acredito ser um assunto relevante. Por isso é fundamental que as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores participem desta discussão.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 22, de 2003** (nº 952/2003, na origem), de 25 de junho último, do Tribunal de Contas da União, comunicando, conforme Acórdão nº 130/2003-TCU-Plenário, que aquela Corte de Contas, ao examinar os relatórios de gestão fiscal referentes ao 2º quadrimestre de 2002, objeto do TC-018.701/2002-2, decidiu recomendar aos órgãos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que continuem informando o limite provisório no 1º e 2º quadrimestres, da forma como vem sendo feito, para fins de transparência e acompanhamento daquele Tribunal e do Congresso Nacional.

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 1.175/2003**, na origem, de 18 de junho passado, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 731, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre representação referente a apuração de eventuais irregularidades praticadas no Tribunal Superior do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Distrito Federal, consistentes na incorporação da vantagem denominada “quintos” após sua extinção, em 1997, até outubro de 2001 (TC – 013.092/2002-6).

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 200, de 2001, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 978/2003**, na origem, de 3 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 706/2003–TCU-Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a pedido de reexame interposto contra a Decisão nº 657/2001-TCU-Plenário,

prolatada em relatório de auditoria realizada no Senado Federal (TC – 005.835/2001-0).

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 177, de 2001, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Presidência recebeu do Supremo Tribunal Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, os seguintes Ofícios:

– **Nº S/20, de 2003** (nº 120/2003, na origem), de 2 do corrente, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 190264, que declarou a inconstitucionalidade do inciso VII do artigo 77 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (assegura aos classificados em concurso público, dentro das vagas fixadas em edital, o provimento no cargo no prazo máximo de cento e oitenta dias, contado da homologação do resultado);

– **Nº S/21, de 2003** (nº 121/2003, na origem), de 2 do corrente, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e dos acórdãos proferidos por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 275480, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 39 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná (assegura aos prejudicados pelos atos institucionais o restabelecimento de todas as vantagens e direitos de que foram privados);

– **Nº S/22, de 2003** (nº 117/2003, na origem), de 27 de junho último, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Reclamação nº 595, que declarou incidentalmente, a inconstitucionalidade da expressão “*Federal ou da*”, constante da alínea *c* do inciso I do art. 106 da Constituição do Estado do Sergipe (incompetência do Tribunal de Justiça para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal); e

– **Nº S/23, de 2003** (nº 122/2003, na origem), de 4 do corrente, encaminhando cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Cível Originária nº 621, que decla-

rou incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei nº 10.851, de 10 de julho de 2001, do Estado de São Paulo (dispõe sobre a desvinculação do Estado de São Paulo do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasesp e dá outras providências).

Os Ofícios vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 316/2003

Brasília, 8 de junho de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa

Excelência o remanejamento dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Romero Jucá, para a suplência e titularidade, respectivamente, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

Ofício nº 83/2003 – GLDBAG

Brasília, 8 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Venho por meio deste indicar o Senador

Eurípedes Camargo para integrar, na qualidade de titular, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em substituição à Senadora Ideli Salvatti.

Atenciosamente. – **Tião Viana**, Líder do PT, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 541, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Justiça informações a respeito das ações que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) vem realizando referentes aos recentes aumentos autorizados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) nas tari-

fas praticadas pelas empresas prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).

### Justificação

Apesar de estribados em disposições estatuídas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral das Telecomunicações), em particular no art. 19, VII, que concede à Anatel competência para controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços praticados no regime público, podendo fixá-las nas condições previstas nesta lei, bem como homologar reajustes, bem como na cláusula 11.1 dos contratos de concessão celebrados pela União com as empresas prestadoras do STFC, os aumentos concedidos revelam-se totalmente incompatíveis com a realidade brasileira e afrontam os esforços que o governo brasileiro vem empreendendo para manter sob controle a inflação.

A flagrante discrepância entre os atuais índices de inflação apresentados pela economia brasileira e os índices de reajuste concedidos justifica uma rigorosa ação fiscalizadora, por parte dos órgãos competentes do Poder Público, sobre as planilhas de custo apresentadas à Anatel pelas empresas prestadoras daquele serviço, para afastar possíveis evidências de abuso de poder econômico, em sintonia com o que dispõe a própria Lei Geral das Telecomunicações em seu art. 6º, que determina que os serviços de telecomunicações serão organizados com base no princípio da livre, ampla e justa competição entre todas as prestadoras, devendo o Poder Público atuar para propiciá-la, bem como para corrigir os efeitos da competição imperfeita e reprimir as infrações da ordem econômica.

Nos termos do art. 7º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, compete ao CADE decidir sobre a existência de infração à ordem econômica e aplicar as penalidades previstas em lei (inciso II) e requisitar informações de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades e entidades públicas ou privadas, respeitando e mantendo o sigilo legal quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício das suas funções (inciso IX).

Estamos convencidos da oportunidade de as autoridades públicas encarregadas da prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica virem a público esclarecer os fatos a que nos referimos e informar quais providências estão sendo tomadas para sanear eventuais irregularidades.

Cumpramos salientando estarmos interessados em saber das ações destinadas à avaliação do aumento, e não solicitando que providências sejam tomadas, o

que feriria o disposto no inciso II do art. 262 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Sala das Sessões, 8 de julho de 2003. – **Luiz Otávio.**

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Turma) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 542, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 372 combinado com o de nº 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, que “Altera os artigos 14 e 82 da Constituição Federal, para aumentar o prazo do mandato do Presidente da República e proibir a reeleição”, com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 10, 70 e 97 de 1999, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2003 – **Fernando Bezerra.**

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Turma) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 543, DE 2003

**Manifesta integral apoio à decisão do governo brasileiro de não assinar acordo bilateral com os EUA para eximir cidadãos norte-americanos da jurisdição do Tribunal Penal internacional.**

Nós, Senadores da República,

Conscientes de que a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) se constituiu num passo de enorme relevância para a defesa dos direitos humanos e da democracia em todo o mundo;

Assinalando que o Tribunal Penal Internacional representa o coroamento dos esforços de todos aqueles que acreditam que a defesa dos direitos fun-

damentais da pessoa humana deva estar acima de interesses específicos de grupos ou países;

Convictos de que a alegação do governo dos EUA, segundo a qual o Tribunal Penal Internacional poderia ser usado para perseguir pessoal militar norte-americano por motivos políticos, é falaciosa, uma vez que Estatuto de Roma, que criou o TPI, assegura, especialmente pelo disposto em seu artigo 67, amplo direito de defesa e tratamento humanitário para os acusados de crimes contra a humanidade;

Salientando que o Estatuto de Roma prevê explicitamente que o Tribunal só poderá condenar alguém se a sua culpa for provada além de quaisquer dúvidas razoáveis, o que inviabiliza, de antemão, tentativas de usar política e indevidamente o TPI;

Destacando, da mesma forma, que é equívoco afirmar que o artigo 98, § 2, do Estatuto de Roma fornece base jurídica para a celebração de acordos bilaterais que assegurem imunidade a nacionais de quaisquer países, como quer fazer crer o governo dos EUA;

Recordando que os artigos 86 e 89 do Estatuto de Roma determinam que os Estados Partes têm o dever de cooperar com o Tribunal Penal Internacional, inclusive no que tange à entrega de pessoas acusadas de crimes contra a humanidade e crimes de guerra que estejam em seu território, quaisquer que sejam as suas nacionalidades;

Constatando que a estratégia norte-americana de impor acordos bilaterais que eximam da jurisdição do TPI os cidadãos dos EUA, definidos pela Anistia Internacional como “acordos de impunidade”, solapa a defesa internacional dos direitos humanos, o princípio jurídico da igualdade entre os Estados e o multilateralismo como força moderadora dos conflitos mundiais;

Enfatizando que Brasil, consoante às tradições de sua diplomacia, teve papel de relevo na criação do TPI; e

Repudiando as pressões exercidas pelo governo dos EUA, inclusive mediante a suspensão das atividades de cooperação na área militar, sobre o Brasil e outros países para que revejam as suas dignas posições de não assinarem acordos bilaterais que enfraqueçam o TPI;

Manifestamos integral apoio à decisão do governo brasileiro de não assinar acordo bilateral com os EUA para eximir cidadãos norte-americanos da jurisdição do Tribunal Penal Internacional.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2003. – **Aloizio Mercadante**, Líder do Governo.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Turma) – O requerimento lido será publicado e despachado para exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 544, DE 2003**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a retirada do Requerimento nº 516, de 2003, de minha autoria, para reformulação e redirecionamento.

Sala das Sessões, 8 de junho de 2003. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Turma) – A Presidência, com base no art. 256, § 2º, I, do Regimento Interno, defere a retirada do requerimento.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 545, DE 2003**

**Requer Voto de Aplauso ao ex-Deputado Federal e ex-Ministro do TCU, Thales Ramalho, pelo transcurso de seu 80º aniversário.**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso pela comemoração do 80º aniversário do Dr. Thales Ramalho, ex-Deputado Federal por Pernambuco e ex-Ministro do Tribunal de Contas da União. Também repórter e professor de literatura, Thales Ramalho é uma das mais significativas figuras da vida política do Brasil, à qual dedicou longos anos para o exercício de mandatos parlamentares. Ainda hoje presente entre nós, Thales já agora afigura-se como acreditado orientador-maior de militantes da cena político-partidária e sobretudo democrática.

De exemplar participação nesse cenário, do qual se afastou pela idade, mas, como ele próprio diz, sem se afastar da cidadania, continua a representar, além de modelo de patriotismo, um dos mais autênticos exemplos de democracia.

O ilustre político pernambucano é urna das mais importantes figuras do processo de transição que pôs fim ao regime discricionário. É também um dos fundadores, juntamente com Tancredo Neves, do Partido Popular, posteriormente reformulado para dar origem a outras legendas partidárias.

### Justificação

As homenagens que ora formulamos justificam-se pelo significado de Thales Ramalho na vida política do País, atividade que exerceu com dignidade, patriotismo e empenho.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2003. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Mesa encaminhará o voto de aplauso solicitado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 546, DE 2003

**Requer ao Exmº Sr. Ministro da Saúde informações sobre as ações dos órgãos jurisdicionados a essa pasta, em relação a um surto de pneumonia atípica em Manaus, AM.**

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que a Mesa solicite ao Exmº Sr. Ministro da Saúde informações por escrito acerca de surto de pneumonia atípica em Manaus, especialmente quanto a medidas adotadas pelo Governo Federal para, em conjunto com as autoridades sanitárias do Amazonas, identificar o vírus dessa moléstia.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2003. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 143, de 2003** (nº 313/2003, na origem), de 07 do corrente, do Presidente da República, solicitando a retificação da Mensagem nº 119, de 2003 (nº 224/2003, na origem), a fim de que a indicação do Sr. *Luiz Alberto Esteves Scalope* para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE –, do Ministério da Justiça, seja para mandato de dois anos, a partir de 18 de setembro de 2003.

O expediente, anexado ao processado da Mensagem nº 119, de 2003, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Arthur Virgílio, Efraim Moraes, Romero Jucá, Papaléo Paes e Amir Lando enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup>. serão atendidos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna essa tarde para comentar o editorial do jornal **Folha de S.Paulo** intitulado “Exportações em risco”, publicado em 4 de julho do corrente ano.

O texto, que solicito seja inserido nos Anais do Senado, ressalta que as exportações brasileiras já começam a ser afetadas pela valorização do real, o que pode vir a comprometer o resultado das contas externas do País nos próximos meses.

Sr. Presidente, em segundo lugar, desejo comentar neste momento o artigo intitulado “Lupa nos cacós do presidente”, de autoria do presidente nacional do PSDB, José Aníbal, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 7 de julho do corrente ano.

O artigo, o qual solicito a inserção nos Anais do Senado, destaca que o governo Lula precisa encontrar logo seu rumo, para que traga mais eficiência e menos palanque à administração federal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desejo ainda comentar um aspecto relevante da nossa economia, baseado na matéria “Venda de veículos tem pior junho em 10 anos”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 5 de julho do corrente ano.

A matéria, que solicito seja inserida nos Anais do Senado, destaca a recessão que se avizinha, causada pelos juros elevados e anunciada pela queda na produção e nas vendas e pelos sinais de deflação.

Sr. Presidente, finalmente, desejo comentar o artigo Intitulado “Cadê o paz e amor”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 27 de junho do corrente ano.

O artigo, cuja inserção solicito seja feita nos Anais do Senado, ressalta que o novo Lula, pós-posses, tem muito pouco a ver com aquele apresentado durante a campanha presidencial.

São os seguintes os textos que passo a ler para que façam parte integrante deste pronunciamento:

### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

## EXPORTAÇÕES EM RISCO

**A** ADVERTÊNCIA do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de que as exportações brasileiras começam a ser afetadas pela recente valorização do real merece atenção. Descontando os efeitos sazonais, o instituto estima que as exportações de junho tenham sido 7,4% inferiores às de maio.

Ponto frágil da economia brasileira, as contas externas têm apresentado melhora considerável. Estimuladas pela forte alta do dólar em 2002, as exportações e a substituição de importações geraram superávit comercial de mais de US\$ 20 bilhões nos últimos 12 meses. O arrefecimento das importações, num quadro de desaquecimento econômico, contribuiu para o saldo. Essa redução da chamada vulnerabilidade externa foi fundamental para que empresas e bancos voltassem a ter acesso ao mercado financeiro mundial.

É preciso, no entanto, criar condições para que esse cenário evolua. Políticas que aumentem a oferta de crédito aos exportadores e minorem a carga fiscal sobre as exportações são desejáveis — assim como o estímulo à produtividade das empresas e à venda de produtos mais sofisticados.

Há, porém, outro elemento básico nessa equação: o câmbio.

É difícil dizer ao certo qual a taxa de câmbio ideal, que beneficie as exportações, mas não torne proibitivos importação e o pagamento de compromissos em dólar. Assiste-se recentemente a uma considerável valorização do real. Embora surja aos olhos de muitos como uma “coquiquista”, ela resulta de uma situação mais ampla. Como escreveu o economista Delfim Netto no jornal “Valor”, estamos “surfando” numa onda de capitais de curto prazo que, diante da baixa remuneração nos países ricos, encontram aqui ótimas oportunidades. De janeiro a junho, Brasil propiciou ganhos de 44%, em dólar, ao investidor estrangeiro.

É impossível desconsiderar os riscos desse quadro. O Banco Central começa, timidamente, a dar indicações de que pode usar mais ativamente os instrumentos de que dispõe para impedir a excessiva valorização do real. É preciso, de fato, estar alerta para que o setor exportador — um dos poucos ainda em movimento no atual quadro de estagnação — não venha a ser atingido de forma danosa para o país.

## *Lupa nos cacos do presidente*

JOSE ANIBAL

O TIMISTA incorrigível quando o assunto é Brasil, tenho esperança de que nem tudo esteja errado na frase juanina do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o tal espetáculo do crescimento. Afinal, há ingredientes naquelas palavras que, bem catados, podem levar o governo do PT a viver dias melhores. É a maneira com que o ocupante do Planalto se manifesta obriga o brasileiro a saber catar os cacos do presidente — expressão que uso no sentido de improviso, como no teatro, bem entendido.

Na retórica presidencial, a verdade está em cacos. O presidente Lula e seu governo alternam clímax e anticlímax, renegando amanhã o que dizem hoje. O jeito é botar lupa no improviso para tentar decifrá-lo. Há algo mais revelador do que dar biscoito na boquinha de um líder do MST em dia de invasão de prefeitura, tomada de companhia elétrica, sequestro de funcionários, bloqueio de estradas e saques a caminhões? O presidente tirou o chapéu para o descumprimento da lei e botou no lugar o boné do MST. Nenhum pronunciamento lido em ato oficial seria tão transparente e, por isso mesmo, perturbador.

Procurando algum alento para o brasileiro inquieto, vamos nos deter no improviso espetacular sobre o crescimento. Primeiro, a frase. “Esperem, que o mês de julho será o do espetáculo do crescimento. É o mês em que a gente vai começar a fazer a curva que deve ser feita”, afirmou o presidente dia 26 último.

É verdade que, à primeira vista, o discurso parece uma bravata, digamos, “gradativa”. O Banco Central acaba de rever a previsão de expansão da economia para este ano, que já foi de 2,8% e agora passou a magro 1,5%. O ministro Furlan prevê para os próximos seis meses estagnação nas exportações. Economistas próximos ao governo enxergam risco de recessão até o fim do ano. E o cidadão sente no bolso sua incapacidade de consumir, com a renda achatada em 15% e o desemprego no patamar de 20%. Mas há detalhes promissores nessa peça da oratória presidencial.

Comecemos pelo “esperem”. Na oposição, o candidato Lula dizia que tudo resolveria num passe de mágica, com a varinha de condão da “vontade política”. Endossava o pensamento do sociólogo Betinho, parecendo concordar que “quem tem fome tem pressa”. Cheliava um partido que gritava “Fora FHC” nem bem o então presidente havia sido reeleito em primeiro turno. Agora, a gente sente, Lula está diferente. O uso do verbo esperar e os repetidos pedidos de paciência são a melhor prova disso. Tanto melhor. Podemos esperar que o

### *O governo Lula está para começar. Chega de “saltimbancar”, é hora de governar, parece querer dizer o presidente*

presidente tenha se conscientizado da complexidade dos problemas nacionais, que pedem soluções consistentes, distantes da retórica de palanque.

“Julho.” Vamos imaginar que o uso presidencial do sétimo mês do calendário não foi escolha aleatória. Nessa hipótese, o presidente realmente pensa que é hora de seu governo começar, passados 12,4% do mandato. É ótima notícia. Podemos esperar que o governo pare de se esconder atrás de desculpas inconsistentes sobre a herança que recebeu e trabalhe. Inclusive enquadrando os inativos — os do ministério, claro.

Agora, falamos sobre a expressão “espetáculo do crescimento”. Ok, não temos crescimento significativo, mas vamos concordar que não falta espetáculo. Discursos, eventos, encontros, reuniões, visitas, viagens; o governo vive de exposição na mídia. Os programas lançados até agora não têm compromisso com datas e resultados concretos. Seus nomes, porém, são espetaculares. Fome Zero — alguém é contra zerar a fome? Primeiro Emprego — um achado, quase faz a gente esquecer que o que importa mesmo é o décimo milionésimo emprego, promessa do candidato Lula. Quem gosta de espetáculo pode estar certo de que o terá, pelo menos enquanto o governo crer que isso evita tombos maiores na popularidade presidencial.

Passemos o foco para o sujeito da segunda frase: “a gente”. Um substantivo coletivo. Bom augúrio vindo de manda-

tário que pensa inexistir chuva, geac terremoto, cara feia, Congresso ou Judiciário que sejam obstáculo à sua missão. É indicação de que o sentimento de um predestinado, alguém que pode ser zinho “salvar este país” está cedendo. Melhor para as instituições, submetidas a solavancos vocabulares que criam uma nação um clima de insegurança.

“Vai começar a fazer.” Aqui, um predicado que traz a confirmação: o governo Lula está para começar. Chega de “saltimbancar”, é hora de governar, parece querer dizer o presidente. Talvez desconfiando de que nenhum governo falastrão passou impune, a exemplo da gestão de Fernando Collor. Essa passagem do discurso presidencial permite imaginar que não vamos mais conviver com frases como “O Brasil saiu da UTI” e “Recebemos uma herança maldita”. Haverá menos arrogância e mais ações a cumprir a promessa implícita.

Analisemos, finalmente, “a curva que deve ser feita”. É o trecho que traz a melhor novidade. Havia relativo consenso entre os candidatos no segundo turno da eleição sobre a curva a ser feita. É preciso estimular o crescimento e criar empregos, incentivar exportações e enfrentar a vulnerabilidade externa. É preciso investir com eficiência em ações sociais e combater de fato a violência urbana e o crime organizado. O governo Lula esqueceu seus compromissos ou não sabe como fazê-los virar realidade. Pautado pelo imobilismo e ineficácia.

Humor à parte, o país precisa que o governo Lula ache seu rumo e faça logo a curva que deve ser feita. Que os cacos presidenciais e seus efeitos tragam tempos de mais eficiência e menos palanques à administração federal.

José Anibal, 55, é presidente nacional do PBT. Foi secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (veremos Coras e Alekmin).

12 sábado, 5 de julho de 2003

◆ INHEIRO

FOLHA DE SPAIN

**PERDOME** *Queda foi de 7% ante o mesmo mês de 2002; montadoras podem ampliar férias coletivas, diz presidente da Anfavea*

# Venda de veículos tem pior junho em 10 anos

## SESSÃO

### COMERCIAL

As vendas de veículos no merca-

do interno tiveram o pior resulta-  
do para um mês de junho em uma  
década. No mês passado, o setor  
comercializou 100.102 unidades.

Em junho de 1993, foram vendi-  
dos 97,7 mil veículos.

Os dados foram divulgados on-  
tem pela Anfavea (Associação

Nacional dos Fabricantes de Veí-  
culos Automotores).

Com a queda das vendas, o pre-  
sidente da Anfavea, Ricardo Car-  
valho, disse que as montadoras  
—que já concederam férias cole-  
tivas neste ano— estudam am-  
pliar ou até dar um novo descanso  
para os funcionários, 4 fim de re-  
duzir os estoques.

A queda nas vendas em relação  
a junho do ano passado foi de 7%.  
Se forem comparados os dados de  
junho e maio, a queda nas vendas  
é de 6,1%. Em maio, haviam sido  
vendidas 106.643 unidades.

No primeiro semestre deste  
ano, o recuo foi de 8,2% em rela-  
ção ao mesmo período de 2002.

Para avaliar quantos carros e ca-  
minhões foram vendidos no mês,

a Anfavea utiliza os dados do Re-  
gistro Nacional de Veí-  
culos Automotores).

A produção de veículos tam-  
bém caiu. Foram fabricadas  
141.545 unidades no mês passado,  
contra 144.221 no mesmo período  
do ano passado, uma queda de  
1,9%. Em maio, as montadoras  
produziram 165.316 veículos.

As exportações continuam sen-  
do o destaque. Em junho, as ven-  
das externas chegaram a  
US\$ 504,6 milhões, o que repre-  
senta alta de 60,7% em relação ao  
mesmo período do ano passado.

Carvalho afirmou, porém, que o  
aumento das exportações não é  
suficiente para compensar a que-  
da das vendas no mercado inter-  
no. Segundo ele, o mercado não

tem condições de absorver, ade-  
quamente, as exportações.

“As montadoras e a indústria  
nativas, continuam utilizando as  
promoções e os juros para ad-  
vancar as vendas, mas não in-  
está dando muito resultado.”

Em junho, os estoques das fi-  
bricas e concessionárias apresen-  
tavam 161.057 unidades, número  
suficiente para suprir todo o mês  
seguido por 49 dias.

O presidente da Anfavea afir-  
mou também que, se as vendas  
continuarem baixas, a indústria  
automobilística não tem condi-  
ções de recuperar a produção até  
agora. “Os juros continuam  
em patamares elevados e não há  
queda mais acentuada poder  
elevar as vendas.”



FOLHA DE S. PAULO

A. 2 sexta-feira, 27 de junho de 2003

ELIANE CANTANHÊDE

## Cadê o “paz e amor”?

BRASÍLIA -Lula avisou informalmente que iria à posse dos três novos ministros que ele próprio nomeou para o Supremo Tribunal Federal, mas, na véspera, já no final da tarde, a assessoria do Planalto ligou para a assessoria do Supremo desmarcando a presença.

Horas antes, Lula havia dito publicamente que nem Judiciário nem Legislativo têm poder para atrapalhar seus próprios planos. “Só Deus.”

Lula também avisou que iria ontem à Fiesp. Mais uma vez, cancelou em cima da hora e deixou os caras perplexos, até porque foi logo depois de empresários de todo o país se reunirem em Brasília para fazer marcha pedindo algo razoável: que as reformas não aumentem a carga tributária deles, já altíssima (como a nossa também, aliás).

Esse novo Lula, pós-posse, parece ter muito pouco a ver com aquele da campanha, que dava a outra face, engolia em seco, só abria a boca para fazer promessas e falar o que tinha certeza. É o Lula que deixa de lado o discurso escrito, libera o inconsciente,

recria a história do “aquilo roxo” e diz o que efetivamente pensa do Congresso e do Judiciário. É o que desmarca compromissos em represália.

Dizem por aí que o poder corrompe, o que significa uma enormidade de coisas. No caso do novo presidente, o poder parece estar soterrando o “Lulinha paz e amor” e apresentando à nação o “Lula todo-poderoso”, assessorado por “Dirceu, o rancoroso”.

Por mais que as reformas tributária e da Previdência sejam necessárias, Lula e Dirceu sempre souberam que há enormes conflitos de interesse, direitos (justos ou injustos) adquiridos e grupos de pressão prontos para reagir. Há que negociar. O que não faz parte é o presidente se achar o único detentor da verdade e do bem, o único a saber o que é melhor para o país.

Presidentes devem medir as palavras e evitar gafes uma atrás da outra. Devem também ouvir, compor e eventualmente ceder. Além, é claro, do básico: comparecer a compromissos oficiais nos quais são ansiosa e justamente aguardados.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, leio, para que conste dos Anais, o artigo de autoria do Presidente do PSDB, José Aníbal, publicado ontem na **Folha de S.Paulo**, no qual é feita uma análise do Governo Lula nesses primeiros seis meses, para salientar que já é hora de começar efetivamente a governar.

A íntegra do artigo é a seguinte:

#### TENDÊNCIAS/DEBATES

**José Aníbal**

#### **Lupa nos cacos do presidente**

***O governo Lula está para começar. Chega de “saltimbançar”, é hora de governar, parece querer dizer o presidente***

Otimista incorrigível quando o assunto é Brasil, tenho esperança de que nem tudo esteja errado na frase junina do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o tal espetáculo do crescimento. Afinal, há ingredientes naquelas palavras que, bem catados, podem levar o governo do PT a viver dias melhores. E a maneira com que o ocupante do Planalto se manifesta obriga o brasileiro a saber catar os cacos do presidente -expressão que uso no sentido de improviso, como no teatro, bem entendido.

Na retórica presidencial, a verdade está em cacos. O presidente Lula e seu governo alternam clímax e anticlímax, renegando amanhã o que dizem hoje. O jeito é botar lupa no improviso para tentar decifrá-lo. Há algo mais revelador do que dar biscoito na boquinha de um líder do MST em dia de invasão de prefeitura, tomada de companhia elétrica, sequestro de funcionários, bloqueio de estradas e saques a caminhões? O presidente tirou o chapéu para o descumprimento da lei e botou no lugar o boné do MST. Nenhum pronunciamento lido em ato oficial seria tão transparente e, por isso mesmo, perturbador.

Procurando algum alento para o brasileiro inquieto, vamos nos deter no improviso espetacular sobre o crescimento. Primeiro, a frase. “Esperem, que o mês de julho será o do espetáculo do crescimento. É o mês em que a gente vai começar a fazer a curva que deve ser feita”, afirmou o presidente dia 26 último.

É verdade que, à primeira vista, o discurso parece uma bravata, digamos, “gradativa”. O Banco Central acaba de rever a previsão de expansão da economia para este ano, que já foi de 2,8% e agora passou a magro 1,5%. O ministro Furlan prevê para os próximos seis meses estagnação nas exportações. Econo-

mistas próximos ao governo enxergam risco de recessão até o fim do ano. E o cidadão sente no bolso sua incapacidade de consumir, com a renda achatada em 15% e o desemprego no patamar de 20%. Mas há detalhes promissores nessa peça da oratória presidencial.

Começemos pelo “esperem”. Na oposição, o candidato Lula dizia que tudo resolveria num passe de mágica, com a varinha de condão da “vontade política”. Endossava o pensamento do sociólogo Betinho, parecendo concordar que “quem tem fome tem pressa”. Chefiava um partido que gritava “Fora FHC” nem bem o então presidente havia sido reeleito em primeiro turno. Agora, a gente sente, Lula está diferente. O uso do verbo esperar e os repetidos pedidos de paciência são a melhor prova disso. Tanto melhor. Podemos esperar que o presidente tenha se conscientizado da complexidade dos problemas nacionais, que pedem soluções consistentes, distantes da retórica de palanque.

“Julho.” Vamos imaginar que o uso presidencial do sétimo mês do calendário não foi escolha aleatória. Nessa hipótese, o presidente realmente pensa que é hora de seu governo começar, passados 12,4% do mandato. É ótima notícia. Podemos esperar que o governo pare de se esconder atrás de desculpas inconsistentes sobre a herança que recebeu e trabalhe. Inclusive enquadrando os inativos -os do ministério, claro.

Agora, falemos sobre a expressão “espetáculo do crescimento”. Ok, não temos crescimento significativo, mas vamos concordar que não falta espetáculo. Discursos, eventos, encontros, reuniões, visitas, viagens; o governo vive de exposição na mídia. Os programas lançados até agora não têm compromisso com datas e resultados concretos. Seus nomes, porém, são espetaculares. Fome Zero -alguém é contra zerar a fome? Primeiro Emprego -um achado, quase faz a gente esquecer que o que importa mesmo é o décimo milionésimo emprego, promessa do candidato Lula. Quem gosta de espetáculo pode estar certo de que o terá, pelo menos enquanto o governo crer que isso evita tombos maiores na popularidade presidencial.

Passemos o foco para o sujeito da segunda frase: “a gente”. Um substantivo coletivo. Bom augúrio vindo de mandatário que pensa inexistir chuva, geada, terremoto, cara feia, Congresso ou Judiciário que sejam obstáculo à sua missão. É indicação de que o sentimento de ser um predestinado, alguém que pode sozinho “salvar este país” está cedendo. Melhor para

as instituições, submetidas a solavancos vocabulares que criam na nação um clima de insegurança.

“Vai começar a fazer.” Aqui, um predicado que traz a confirmação: o governo Lula está para começar. Chega de “saltimbançar”, é hora de governar, parece querer dizer o presidente. Talvez desconfiando de que nenhum governo falastrão passou impune, a exemplo da gestão de Fernando Collor. Essa passagem do discurso presidencial permite imaginar que não vamos mais conviver com frases como “O Brasil saiu da UTI” e “Recebemos uma herança maldita”. Haverá menos arrogância e mais ação, eis a promessa implícita.

Analisemos, finalmente, “a curva que deve ser feita”. É o trecho que traz a melhor novidade. Havia relativo consenso entre os candidatos no segundo turno da eleição sobre a curva a ser feita. É preciso estimular o crescimento e criar empregos, incentivar exportações e enfrentar a vulnerabilidade externa. É preciso investir com eficiência em ações sociais e combater de fato a violência urbana e o crime organizado. O governo Lula esqueceu seus compromissos ou não sabe como fazê-los virar realidade. Pauta-se pelo imobilismo e ineficácia.

Humor à parte, o país precisa que o governo Lula ache seu rumo e faça logo a curva que deve ser feita. Que os cacos presidenciais e seus efeitos tragam tempos de mais eficiência e menos palanque à administração federal.

*José Aníbal, 55, é presidente nacional do PSDB. Foi Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (governos Covas e Alckmin).*

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, freqüentemente esquecemos, em nosso País, a importância das pequenas coisas. Como os problemas nacionais parecem ser proporcionais ao nosso território, temos a tendência de só enxergar os grandes números, as grandes despesas, as grandes ações, jogando para segundo plano as ações de menor porte.

Isso tem sido um problema para nossos governantes. O Governo Federal tem um porte considerável, com atuação fundamental em praticamente todas as áreas da vida nacional. E é esse gigantismo que muitas vezes não é apreendido e compreendido em sua totalidade, especialmente quando temos um grupo novo administrando o País.

O resultado disso é um velho conhecido nosso: o primeiro ano de governo é um ano de enganos, de desacertos, de esquecimentos e de tropeços. As grandes questões nacionais são abordadas como se

pudessem ser resolvidas logo, enquanto os pequenos problemas são ignorados até o momento em que se compreende que existem funções, aparentemente banais, que não podem ser interrompidas, sob pena de paralisar a máquina estatal.

Estou ocupando hoje esta tribuna para alertar o Governo Federal sobre mais um desses “esquecimentos”, ou dizendo melhor, um grave equívoco que pode custar caro ao País.

O Governo Federal reteve no Tesouro Nacional as verbas destinadas a manter o funcionamento da Rede Básica Hidrometeorológica Nacional, mais conhecida como “Rede Hidrométrica”.

Explicando de maneira simples, trata-se de um conjunto de 4.841 estações de monitoramento de dados relacionados com o acompanhamento e gestão das águas do nosso País. Essas estações produzem relatórios diários sobre chuvas, níveis d’água, medições de descarga líquida, medições de descarga sólidas, qualidade das águas, perdas por evaporação, clima e alerta de previsão de cheias.

Já escutamos vários colegas Senadores, nos últimos anos, trazerem para esta Casa o aviso de que a água tornou-se um bem muito valioso, que deve ser gerido de forma estratégica, com visão de longo prazo. Não é mais possível considerá-la, como em outros tempos, um bem farto e inesgotável. E mesmo tendo as amplas reservas desse líquido, a cautela manda que as providências para evitar a escassez futura sejam tomadas de imediato.

Nunca é demais lembrar que a importância da água ultrapassa a questão da agricultura e da disponibilidade de água potável. No Brasil, a gestão da água está intimamente ligada à gestão energética, uma vez que a maior parte das atividades nacionais depende da geração feita nas usinas hidrelétricas.

Dessa forma, as atividades de monitoramento permitidas pela existência da Rede Hidrométrica são fundamentais para o planejamento de nossa matriz energética, de nossa agricultura, do abastecimento de água das cidades, residências e indústrias, assim como o controle de atividades potencialmente danosas aos mananciais nacionais, chegando até à questão da segurança das populações ribeirinhas.

Todo o esforço que tem sido feito para controlar esse bem precioso pode ser posto a perder porque o Governo atual ainda não entendeu a importância de manter a atividade de monitoramento. As transferências do Tesouro estão suspensas desde dezembro de 2002 e a Agência Nacional de Águas (ANA) não conseguiu ressarcir os custos das várias entidades exe-

cutoras de serviços, que paralisaram as atividades desde o dia 1º de maio.

Durante o ano de 2002, segundo a Agência, foram realizadas mais de doze mil e setecentas visitas de inspeção, seis mil e seiscentas medições de descarga líquida, quase mil e setecentas medições de descarga sólida e mil e setecentas coletas de amostra de qualidade da água, com levantamento de oito mil e quatrocentas informações.

E quanto custa o serviço, afinal? De quanto dinheiro estamos falando? O custo anual programado para o quadriênio 2002-2005 é da ordem de 16 milhões de reais, pouco mais de três mil e trezentos reais por ano, em média, para cada estação do sistema. Aliás, essa quantia, segundo especialistas da Agência Nacional de Águas, deveria ser três vezes maior.

Só para efeito de comparação, os Estados Unidos têm uma rede semelhante, composta de 7 mil estações, para as quais existe um orçamento anual de cerca de 90 milhões de dólares, 85% dos quais aportados por agências governamentais. Aliás, essa é uma das áreas nas quais a atividade privada é tradicionalmente reduzida, dependendo, em nível mundial, da ação pública.

E o que é que essa economia – os 16 milhões de reais previstos para 2003 – vai trazer de bom para o país? Absolutamente nada.

Trata-se praticamente de verba carimbada, oriunda do Fundo de Compensação Financeira do Setor Elétrico, que distribui os **royalties** pagos pelas empresas que operam as hidrelétricas nacionais. De acordo com a Lei 8.001, de 1990, que deu forma final à compensação financeira, o pagamento deveria ser efetuado, mensalmente, até o último dia útil do mês subsequente ao fato gerador, estando vedada a aplicação dos recursos em pagamento de dívidas e no quadro permanente de pessoal.

As oito instituições que operam o sistema não têm condições de retomar as atividades se não for regularizado o fluxo financeiro que, a essa altura do ano, já deveria ter alcançado 50% do recurso programado. Trata-se de um conjunto de entidades públicas, lideradas pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), empresa federal, responsável pela operação de mais de 80% da Rede.

Todas as unidades da Federação estão sendo afetadas pela paralisação dos serviços, pois a Rede está presente em todos os Estados e no Distrito Federal, monitorando as oito grandes bacias hidrográficas definidas no território nacional.

Em vez de contingenciar os recursos, o Governo deveria estar preocupado em permitir o aperfeiçoamento das atividades da Rede.

A Rede Hidrometeorológica tem uma história um pouco confusa do ponto de vista de sua constituição. A atividade de coleta desse tipo de dados, depois de assumida pelo setor público, no início do século XX, já esteve sob a responsabilidade do antigo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio da década de 1920; do Ministério da Agricultura desde Vargas até o início dos anos 1960; e do Ministério de Minas e Energia, sob as mais variadas denominações – comissões, diretorias, departamentos ou serviços – e subordinções administrativas, até a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 1996, que ficou provisoriamente com a responsabilidade de manter funcionando o sistema.

A partir desse momento, a situação ficou complicada, pois os decretos que regulamentaram a Aneel – a chamada Lei das Águas e mesmo a Lei criadora da Agência Nacional de Águas (ANA) – foram omissos quanto à responsabilidade de gestão e manutenção da Rede.

Atualmente o sistema está sob gestão da ANA, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, por meio de convênio assinado em finais de 2001, mas continua pertencendo, legalmente, ao Ministério de Minas e Energia.

É necessário que sejam resolvidos esses cruzamentos de atribuições, para evitar tanto o duplo comando quanto, o pior dos males, a dupla omissão, que pode ter facilitado essa situação crítica e a parada das atividades.

É necessário liberar os recursos retidos e retomar o fluxo financeiro normal antes que a quebra das séries históricas de dados produza efeitos irreversíveis para as outras atividades de planejamento que dependem delas.

É necessário estudar modificações na legislação para evitar o efeito deletério de novos contingenciamentos nessa e em outras atividades essenciais colocadas sob a responsabilidade do poder público.

Mais do que isso, é necessário prover recursos que permitam o crescimento das atividades, a modernização do sistema e a normalização dos processos operacionais da Rede. Precisamos consolidar o Sistema Nacional de Informações em Recursos Hídricos, colocado sob a responsabilidade da ANA pela própria lei que a instituiu. É esse sistema que permite a transformação dos dados brutos recolhidos pelas

estações em informação útil para a gestão estratégica das águas.

Enfim, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, é necessário conhecer a existência e a valorizar o papel desse e de outros pequenos serviços públicos essenciais, cuja presença no orçamento da União muitas vezes sequer é notada, mas cuja ausência ou mau funcionamento são capazes de inviabilizar a consecução dos maiores objetivos nacionais.

É o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, a Zona Franca de Manaus tem sido muito criticada, principalmente devido aos setores industriais, beneficiados durante muitos e muitos anos, com uma política econômica protecionista, que atingia empresas que operavam com custos elevados, ineficiência operacional e barreiras tributárias e administrativas que impediam ou tornavam proibitiva a concorrência.

Além de impossibilitar a concorrência, esse tipo de protecionismo criava uma espécie de **clientela cativa**, praticamente sem opções em relação a diversos bens, geralmente vendidos a preços elevados e com baixo nível de qualidade.

Certamente, a livre concorrência é benéfica para o consumidor, que poderá adquirir, com uma mesma soma de recursos, mais bens por melhores preços, em melhores condições e com melhor qualidade.

A nova Superintendente da Zona Franca de Manaus, a economista Flávia Grosso, afirma que

A atração de novas empresas, preferencialmente as fornecedoras de componentes, é essencial para tornar a Zona Franca mais competitiva e equilibrar sua balança comercial, hoje deficitária.

Essa é, certamente, uma importante linha estratégica adotada pela Suframa para acelerar o desenvolvimento, não apenas do **Pólo Industrial de Manaus**, mas de toda a região Amazônica, que será beneficiada pela interiorização do desenvolvimento, decorrente do maior dinamismo econômico regional.

Atualmente, o **Pólo Industrial de Manaus** é um dos mais importantes da América Latina, com 430 empresas instaladas, produzindo TV em cores, telefones celulares, motocicletas, aparelhos de som, rádios gravadores, aparelhos de ar-condicionado, videocassetes, receptores-decodificadores de sinal digitalizado, relógios de pulso e de bolso, CDs (“compact disc”), bicicletas e microcomputadores.

O **Pólo Industrial de Manaus** fatura atualmente dez bilhões de dólares por ano, gera mais de 50 mil empregos diretos e estáveis, tendo exportado um bilhão de dólares em 2002, e a meta de exportação para 2003 é de um bilhão e trezentos milhões de dólares.

Mantida a atual tendência de crescimento de exportações, em taxas superiores ao crescimento das importações, estima-se que em 2005 a Zona Franca de Manaus será superavitária em sua balança comercial.

Isso, conjugado com o elevado nível de inovação tecnológica que vem sendo incorporado aos seus processos produtivos, faz do **Pólo Industrial de Manaus** um dos mais importantes instrumentos de desenvolvimento econômico e social da Amazônia.

É importante registrar o estudo realizado pela Suframa, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, sobre as **Potencialidades Regionais**, identificando oportunidades economicamente viáveis, facilitando a implantação de novos projetos de investimento e oportunidades de negócios na região Amazônica.

A Zona Franca de Manaus continua atraindo investimentos, conta com uma oferta de mão de obra treinada muito favorável para absorver novas tecnologias e contribui com mais de 60% do total da arrecadação tributária da Região Norte, o que demonstra que não se trata de um **paraíso fiscal** nem, tampouco, de zona beneficiária de favores descabidos.

O **Pólo Industrial de Manaus** representa um modelo de desenvolvimento econômico e social que deve ser apoiado e incentivado por todos nós que temos responsabilidade política, que queremos o desenvolvimento da Amazônia e o desenvolvimento do Brasil.

Em termos de diversidade de produção, de inovação tecnológica, de treinamento de mão de obra, de interiorização de benefícios, de qualidade de vida, de projetos estratégicos para o desenvolvimento regional, de geração de emprego, renda e receita tributária, para ficarmos apenas em alguns indicadores essenciais, podemos afirmar que o **Pólo Industrial de Manaus** merece o respeito de todos nós, devendo ser apoiado e incentivado.

Tenho plena convicção de que o Governo Federal e, particularmente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior dará todo o apoio necessário ao desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Aos eminentes membros do Senado Federal, peço o apoio decidido para esta causa, que é a causa do desenvolvimento da Amazônia e do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a falta de sensibilidade das autoridades responsáveis pela gerência da nossa saúde pública não querem enxergar a grave crise que vem afetando o setor da hemodiálise, mais especificamente, a rede de centros e clínicas conveniadas com o SUS, levando-os à falência em virtude dos baixos repasses de valores percentuais que continuam sendo aplicados aos procedimentos patrocinados pelo Sistema Único de Saúde – SUS para o atendimento aos pacientes de doenças renais crônicas.

Sr. Presidente, só nos resta lamentar que esta triste herança do governo que passou, até a presente data, não tenha conseguido sensibilizar o atual governo; que, eleito sob a égide da esperança, parece não querer tomar conhecimento da realidade, considerando-a apenas como mais um problema de caráter meramente secundário.

Essas minhas palavras, Sr. Presidente, que representam a mais pura expressão de angústia de todos aqueles profissionais de tão importante setor da Medicina, que, em cada momento, assumem com determinação, coragem e risco, a nobre responsabilidade de salvar vidas humanas, delegando-me a responsabilidade para, em nome de toda a classe, aqui fazer este apelo ao nobre Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no sentido de determinar urgentes providências junto ao Ministério da Saúde, para que se dê um basta nesta dramática situação que vem acarretando inevitáveis e persistentes dificuldades para o atendimento dos pacientes providos pelo SUS, colocando-os em risco de perderem suas vidas, como outrora aconteceu em lamentável episódio, nos idos dos anos 90, na cidade de Caruaru – Estado de Pernambuco, como já tivemos oportunidade de lembrar nesta tribuna.

Mais, Sr. Presidente, no governo passado, o Ministério da Saúde, de forma paliativa, concedeu por intermédio de Portaria de nº 1.188, de 26 de junho de 2002, uma correção de valores em consultas médicas em 196%, passando de R\$2,55 para R\$ 7,55, já que o referido valor estava literalmente congelado desde de 1996, bem como, reajuste dos atendimentos de urgência e emergência de R\$3,16 para R\$8,16 e, ainda, para as consultas com observação do paciente de R\$7,47 para R\$ 12,47.

No entanto, quanto aos honorários médicos pagos pelo SUS, para atendimento de quatro horas por um paciente em hemodiálise, continuam congelados em valor próximo a R\$6,00! Convenhamos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa inadmissível re-

muneração que bem demonstra a falta de sensibilidade evidenciada pelo Governo anterior e lamentável conseqüente acomodação do atual governo, para com o setor e os profissionais desta importante área da saúde, não poderá persistir pois se caracteriza como uma afronta e humilhação, notadamente para aqueles profissionais que labutam cotidianamente com esmero, dedicação e alta qualificação técnica.

São valores, como já disse, inadmissíveis, Sr. Presidente! Preço como este só comparado o serviço de hemodiálise aos serviços de um engraxate para lustrar um par de sapatos em apenas cinco minutos.

O Presidente Lula não pode e não deve concordar com a continuidade deste estado de coisas, daí a nossa presença, nesta tribuna, para levar a manifestação e o repúdio da nossa perplexidade, como forma de protesto de uma categoria de profissionais que luta, no dia a dia, na defesa da vida humana e, diante desta situação, se sentem humilhados e enxovalhados.

A classe médica brasileira, e principalmente os especialistas no ramo da nefrologia, através deste Parlamentar, desejam, com esta manifestação, expressar o seu descontentamento por esse tratamento de forma discriminatória. Mesmo assim, esses profissionais continuam atendendo, não obstante o pagamento vil que sequer garante as suas próprias sobrevivências.

A adequação da tabela de honorários profissionais no setor da hemodiálise é uma providência urgente, até para garantir uma qualidade dos procedimentos médicos aos pacientes do SUS, para que os mesmos não se deteriorem, ou, simplesmente, os nefrologistas sejam compulsoriamente obrigados a abandonar a sua profissão.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não vejo nisso uma ameaça, mas simplesmente uma colocação realista diante de fatos concretos. A situação está cada vez mais se tornando insustentável!

Continuando, Sr. Presidente, apesar dos múltiplos aumentos de insumos importados, salários de funcionários, tributos, água, luz, telefone, etc., os centros e clínicas de diálise não receberam absolutamente nenhum acréscimo de percentuais em 2002, quem investiu, quem se sacrificou, quem se qualificou e modernizou-se perdeu, pois hoje se paga financiamento em dólar a R\$3,10, quando anteriormente era R\$1,70.

Quem assumiu compromissos de pagamentos mensais, reajustados pelo câmbio, junto às multinacionais que dispõem de competentes advogados de cobrança para executar nefrologistas e clínicas endi-

vidadas, ficou com problemas. A situação tornou-se mais precária.

Como entender tal trabalho? Sr. Presidente, o nefrologista necessita recorrer a bancos oficiais, a financeiras, ou até mesmo a agiotas para obter capital de giro para financiar sua clínica, sob pena de ser tachado de omissor, de irresponsável e de outros qualificativos, ou ter o seu equipamento apreendido por inadimplência, operar no vermelho, colecionar prejuízos e dívidas cada vez maiores.

Citamos como, por exemplo, uma clínica de Porto Alegre – CLINIRIM – devedora de um milhão de reais ao INSS, tendo feito Refis para parcelar seu enorme débito. Ocorre que a Clínica paga 1,2% do seu faturamento bruto ao INSS, de acordo com as regras do Refis, mas sua dívida é corrigida pela taxa Selic de 1,8% ao mês. Assim a dívida não pára de crescer, mesmo com amortização de 1,2% de sua receita bruta mensal.

O exemplo acima ilustra, Sr. Presidente, a situação de quem atrasa o INSS para se financiar sem recorrer a bancos. Já o que busca o banco padece taxas mensais de juros de 5 a 8 % ao mês, que inviabilizam qualquer entidade séria.

E há os que já não têm mais crédito bancário e são financiados pelas multinacionais de equipamentos, também pagando juros extorsivos.

Finalmente, há os que não vão a bancos, não compram equipamentos a prazo de multinacionais, tendo como parceiros do infortúnio os fornecedores de materiais descartáveis, que são pagos de forma possível, quando o são, até a ocasião em que o crédito lhes é cortado. A falta de materiais campeia, com sorte, por vezes obtidos por empréstimo de uma clínica amiga, mas tudo sob enorme tensão pelo embaraçoso clima criado. Há milhares de vidas a serem preservadas e, também, credores que encaminham para Cartório de Protestos, títulos não pagos em todo o santo dia. Mas será, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma situação compatível com o trabalho de quem se dedica a profissão de salvar vidas humanas? Aceitar essa situação parece-nos masoquismo de quem não tem mais nada a fazer, senão aguardar a morte chegar.

Por outro lado, Sr. Presidente, o nosso apelo sugere as condições para a busca da melhoria e da qualidade do tratamento dispensado pacientes renais crônicos e a sobrevivência dos Centros de Diálise que prestam serviços ao SUS.

O que nos preocupa, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, como Membro deste Parlamento, é o pro-

cesso de exclusão social e de abandono em que estão os pacientes renais crônicos, à proporção em que ocorre um significativo aumento dos insumos usados em diálise, dos tributos e dos custos ocasionados pelos atrasos permanentes com folhas salariais, sem que se processe a necessária recomposição de valores em tabelas por parte do Ministério da Saúde para encontrar a solução adequada a esse grave problema.

O que nos preocupa é que grande parte dos equipamentos, peças de reposição, dialisadores, linhas de medicamentos usados em diálise são importados, cotados em dólar, tendo sido vítimas de substancial majoração com a recente desvalorização do real frente ao dólar. Outros custos do tratamento também vêm sofrendo majoração, gerando uma situação insustentável. Em Brasília, duas Unidades situadas em hospitais públicos (Hospital Regional de Sobradinho e Hospital Regional de Taguatinga) estiveram na iminência de cerrar suas portas por falta de condições materiais para continuar o atendimento. São várias as cidades brasileiras, Sr. Presidente, que vêm noticiando essa situação caótica do verdadeiro estado de insolvência das clínicas especializadas em hemodiálise, em especial aquelas conveniadas com o SUS.

A persistir esse estado de coisas, certamente ocorrerão tragédias. Um contingente considerável de profissionais labutam nos 550 centros de diálise, desde médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, atendentes, pessoal administrativo, limpeza, manutenção e segurança, todos testemunham a exaustão financeira das suas unidades, e a concretização de uma tragédia tantas vezes proclamada, mas que agora está prestes a acontecer: o encerramento das unidades de diálise causadas por insolvência financeira, ou seja, por falta de condições para o pagamento de fornecedores e funcionários.

Diante desse quadro, o Ministério da Saúde insiste em alegar a escassez de recursos, só que tais recursos não faltaram para a recomposição de custos em outras áreas da saúde pública que obtiveram recentes reajustes.

A responsabilidade social dos nefrologistas brasileiros, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ainda está conseguindo impedir o pior, não querendo de modo nenhum interromper as atividades profissionais, pois respondem por mais de 55.000 vidas no País. Mas até quando haverá essa capacidade financeira?

Para finalizar Sr. Presidente, sem uma correção imediata com valores adequados da tabela de hemodiálise, corre-se o risco deste tão importante setor ser inviabilizado, um setor que tanto investiu em qualidade acreditando que o Ministério da Saúde cumprisse

o seu papel, honrando compromissos adequados à recomposição de custos com todo o sistema. As pequenas e médias clínicas que hoje são responsáveis pela grande maioria do atendimento ao renal crônico brasileiro, encontram-se absolutamente descapitalizadas, exauridas e pedem socorro para continuar sua missão de dar uma melhor qualidade de vida a milhares de pacientes renais crônicos e renais agudos, que, sem uma diálise próxima e eficaz, vão procurar a rede hospitalar para internação; mas não encontram a hemodiálise, com certeza encontrarão a morte.

As audiências públicas realizadas foram revertidas de objetividade e de relevantes proposições, razão pela qual o relatório do eminente Senador Mão Santa acata tais proposições para o bem de todos aqueles que necessitam da hemodiálise para viver.

Daí o meu apelo como médico e Senador da República ao nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em quem sempre confiamos e depositamos as nossas esperanças.

Era o que tinha a dizer

Muito obrigado.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à Tribuna desta Casa para no dia de hoje, 8 de julho de 2003, prestar a minha homenagem aos 21 anos de existência da UNIR – Universidade Federal de Rondônia, criada pela Lei nº 7.011, de 8 de julho de 1982. Instituição, Senhor Presidente, pluridisciplinar, formadora de quadros profissionais, de pesquisa, de extensão e, de cultivo do saber humano tem contribuído durante a sua trajetória com um admirável trabalho a serviço do saber científico puro e aplicado ao progresso da sociedade do meu Estado de Rondônia.

A UNIR – é o resultado do esforço de uma sociedade amazônica que mesmo na época em que Rondônia ainda Território, presentes estavam alguns movimentos de atividades universitárias o que viriam se caracterizar como sementes do ensino superior da nossa universidade.

Nos idos dos anos 70, várias universidades de outros estados estiveram no então Território Federal de Rondônia, desenvolvendo cursos de licenciatura, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, formando professores para as áreas de Geografia, Letras, Artes Plásticas e Ciências.

Importante, também destacar, a presença da Universidade Federal do Acre que ministrou cursos de Licenciatura Curta em Pedagogia, no Município de Guajará Mirim, atuava também, na realização de con-

ursos vestibulares, em Rondônia, para alunos bolsistas que pretendiam cursar aquela universidade na cidade de Rio Branco capital daquele Estado.

Contudo, a mais efetiva das atuações se deu com a implantação do Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará, desenvolvendo atividades acadêmicas de forma permanente.

Era o início de tudo, o ritmo de crescimento da população acelerava-se de forma substancial no antigo Território na década de 70, onde se registrava um dos maiores fluxos migratórios da época.

Com base na grande necessidade de mão-de-obra especializada para o processo de desenvolvimento do então Território que caminhava a passos largos para a sua emancipação política institucional, foi criada na cidade de Porto Velho, por meio de Lei Municipal nº 108, de 8 de julho de 1975, modificada pela Lei nº 125, de 1º de dezembro de 1976, a Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia – FUNDACENTRO, supervisionada pela Prefeitura Municipal de Porto Velho.

Esta Fundação após conseguir a sua regularização perante o Ministério da Educação obteve inicialmente autorização para o funcionamento dos Cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, sendo oferecidas 150 vagas, contando inicialmente com um quadro docente de 72 professores, contratados sob o regime da CLT.

Com o advento do Estado de Rondônia pela Lei Complementar nº 47, de 22 dezembro de 1981 – cresce a imperiosa necessidade da criação da Universidade Federal de Rondônia, que nasce um ano depois sob a égide do desejo continuado de ser uma Universidade livre autônoma e diferenciada, atenta aos interesses amazônicos, compromissada com a responsabilidade da crescente busca do aprimoramento, do conhecimento humano e social, e, da pesquisa científica-tecnológica voltada para as ações democráticas, econômicas e da justiça social.

A Unir incorporou os cursos já existentes e o patrimônio da Fundacentro, como também, seus estudantes, professores e todo seu quadro técnico-administrativo.

Com a sua criação, as atividades do Ensino Superior até então desenvolvidas pelo Núcleo da Universidade Federal do Pará, foram se extinguindo gradativamente, tendo a Unir acrescentado ao seu currículo acadêmico os Cursos de Licenciatura Plena em Educação Física, Pedagogia, Matemática, Geografia, História, e Letras, no sentido de atender às ne-



cessidades do Estado, no que se refere à área educacional.

A Unir – Senhor Presidente, durante a sua trajetória tem saboreado vitórias e enfrentado inúmeras dificuldades, porém, sem nunca ter deixado de obedecer com responsabilidade seu compromisso inabalável de servir aos interesses de Rondônia, da Amazônia e do Brasil.

Para a sociedade do Estado de Rondônia a Unir simboliza a força incontida e a firmeza do propósito dos seus desbravadores; como se fosse a guardiã e o reduto do pensamento amazônico que dispensa cartilhas pela imposição de valores e de condutas. Nela, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, trilha com certeza o futuro da Amazônia e da soberania nacional.

A incansável luta pela melhoria de suas condições passa, portanto, por dois níveis: um, enquanto integrante da comunidade universitária brasileira, esvaziada por interesses alheios para quem não interessa o desenvolvimento de nossos cérebros; outro, pelas suas especificidades, pela sua localização e por se tratar de um projeto ainda incipiente e com vasto potencial de desenvolvimento.

A Unir terá que ser integrada no contexto de uma atenção especial. Incorporada no cenário amazônico, ela já demonstrou ter condições de se tornar um centro de excelência de conhecimento de uma região que desperta interesses externos nem sempre atrelados ao nosso projeto de país enquanto nação independente.

A nossa história e o futuro da nossa geografia dependem do ardor dessa mocidade que hoje ao passar pelos bancos acadêmicos da Unir deseja pôr em prática os seus imensos potenciais. A crise nas universidades públicas brasileiras e a míngua da UNIR podem significar abrir mão dessa mesma história e dessa geografia. Porém, as gerações do futuro não nos perdoarão.

Hoje a nossa universidade completa a sua maioridade, – “21 anos de existência”, tem à frente o Doutor Ene Glória da Silveira, como seu Reitor, eleito democraticamente pela vontade da comunidade universitária, aliás, pela segunda vez, é bem verdade, que os problemas enfrentados nessa sua nova gestão e nesses novos tempos são complexos em virtude da atual conjuntura nacional. Porém, dentro do possível tem procurado gerenciar com exuberante zelo os 19 (dezenove) Cursos de Graduação, nas áreas das ciências, exatas, médicas, humanas e sociais distri-

buídos no **Campus** Central de Porto Velho e, em mais cinco **Campus** regionais em outras cidades.

A graduação da UNIR reúne mais especificamente, 4.710 estudantes nas diferentes áreas, sendo que a pós-graduação atende a 130 estudantes, contando com 338 docentes que desempenham funções permanentes e provisórias dos quais 27 doutores, 109 mestres, 108 especialistas e 94 graduados tendo um o apoio técnico– administrativo de 328 servidores e estagiários acadêmicos. Contando ainda, com uma biblioteca de um acervo de quase 60 mil livros, além, dos quase 2.000 periódicos que se prestam a atualizar os estudantes e os docentes e demais profissionais com o que de mais moderno tem sido produzido nas diferentes áreas do ensino e da pesquisa.

Apesar de todo o hercúleo esforço em manter a nossa UNIR de pé e em intenso movimento, não podemos nos furtar à funesta realidade que ameaça o horizonte das universidades públicas.

O desapareço pela universidade pública brasileira se insere em um processo mais abrangente, o do desmonte do Estado e a transferência do patrimônio público para as mãos do mercado.

Portanto, neste aniversário é um momento feliz para dizer à Nação aqui desta tribuna do que desejam os alunos, os professores e os servidores da nossa universidade, nada mais, do que a nossa universidade possa continuar a buscar o conhecimento que permita a manutenção no futuro, da integridade nacional; espero que aqueles que compõem a UNIR continuem a manter a forte correlação com as características do processo de ocupação de Rondônia como um Estado da Amazônia e síntese do nosso País.

Ao encerrar estas palavras, quero expressar o meu testemunho e admiração pela Universidade Federal de Rondônia; pela força de luta dessa grande comunidade, tendo a certeza de que o novo Governo do Presidente Lula levará em conta, principalmente, os benefícios de uma universidade viva, presente, atuante, amazônica e, sobretudo, brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. – **Amir Lando**.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

**ORDEM DO DIA**

1

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161,  
DE 1989-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 523, de 2003 – art. 336, II)  
(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da  
Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de  
1989 – Complementar (nº 1/91-Complementar, na-  
quela Casa), que dispõe sobre o Imposto Sobre  
Serviços de Qualquer Natureza, de competência  
dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras  
providências, tendo

Parecer sob nº 688, de 2003, da Comissão de  
Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero  
Jucá, pela aprovação parcial do Substitutivo da Câ-  
mara, e pela rejeição de expressões e dispositivos  
que relaciona.

2

**MENSAGEM Nº 70, DE 2003**

Escolha de Chefe de Missão Diplomática  
(Votação secreta)

Mensagem nº 70, de 2003 (nº 102/2003, na ori-  
gem), pela qual o Presidente da República submete à  
deliberação do Senado a escolha do Senhor *Marcelo  
Andrade de Moraes Jardim*, Ministro de Primeira  
Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Perma-  
nente do Ministério das Relações Exteriores, para  
exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Re-  
pública da Polônia.

3

**MENSAGEM Nº 110, DE 2003**

Escolha de Chefe de Missão Diplomática  
(Votação secreta)

Mensagem nº 110, de 2003 (nº 216/2003, na ori-  
gem), pela qual o Presidente da República submete à  
deliberação do Senado a escolha do Senhor *Carlos  
Augusto Rego Santos Neves*, Ministro de Primeira  
Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Especial  
do Ministério das Relações Exteriores, para, cumula-  
tivamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto  
à Federação da Rússia, exercer o de Embaixador do  
Brasil junto à República do Cazaquistão.

4

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 10, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decre-  
to Legislativo nº 10, de 2003 (nº 1.488/2001, na Câ-  
mara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo  
sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomá-  
ticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos  
Países Membros da Comunidade dos Países da Lín-  
gua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de ju-  
lho de 2000, tendo

Parecer favorável, sob nº 588, de 2003, da Co-  
missão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,  
Relator: Senador Eduardo Azeredo.

5

**REQUERIMENTO Nº 524, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº  
524, de 2003, do Senador Juvêncio da Fonseca, soli-  
citando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Se-  
nado nº 202, de 2003, com os Projetos de Lei do Se-  
nado nºs 292, 386 e 614, de 1999, que já se encon-  
tram apensados, por regularem a mesma matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Está en-  
cerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 35  
minutos.*)

**(OS 14967/03)**

-----

## Ata da 7ª Sessão Deliberativa Ordinária em 9 de julho de 2003

### 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Demóstenes Torres, da Sra. Íris de Araújo e do Sr. Garibaldi Alves Filho*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,  
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.  
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Aloizio Mercadante – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Iris de Araújo – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Mão Santa – Marco Maciel – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Renildo Santana – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Teotonio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2003

**Dá nova redação ao § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal **per capita** seja inferior a 1 (um) salário mínimo.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

A Lei Orgânica da Previdência Social (LOAS) de que trata a Lei nº 8.742, de 7-12-1993, determina, em seu art. 20, que “o benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la promovida por sua família.”

E o seu § 3º define essa família como sendo aquela cuja renda **per capita** seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo ou seja: R\$60,00 (sessenta reais), atualmente.

Ora, consagrar em lei, que uma família possa se manter com importância mensal inferior a R\$60,00 por indivíduo é, no mínimo, maldade. E, se essa família ainda conta, entre seus membros, com um idoso de mais de 70 anos ou com um deficiente, é uma perversidade.

Aos 70 anos, além de ser reconhecida como incapaz de prover sua própria manutenção, é comum que uma pessoa esteja a consumir medicamentos

além de outros cuidados, o que aumenta o seu custo. A manutenção do deficiente é ainda mais custosa, dependendo da natureza e do grau de sua deficiência. E quando a pessoa associa as duas condições – a de idoso e deficiente –, o que não é tão raro?

A reforma da Previdência em exame no Congresso Nacional, com certeza, irá prover os meios necessários a que sejam corrigidas tais injustiças, contribuindo para uma melhor destinação dos seus recursos.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Pedro Simon.**

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA  
SUBSECRETARIA DE ATA.*

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

**Dispõe sobre a organização da  
Assistência Social e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

§ 1º Para os efeitos do disposto no **caput**, entende-se por família a unidade mononuclear, vivendo sob o mesmo teto, cuja economia é mantida pela contribuição de seus integrantes.

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal **per capita** seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o da assistência médica.

§ 5º A situação de internado não prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao benefício.

§ 6º A deficiência será comprovada através de avaliação e laudo expedido por serviço que conte com equipe multiprofissional do Sistema Único de Sa-

úde (SUS) ou do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), credenciados para esse fim pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 7º Na hipótese de não existirem serviços credenciados no Município de residência do beneficiário, fica assegurado o seu encaminhamento ao Município mais próximo que contar com tal estrutura.

Art. 21. O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

§ 1º O pagamento do benefício cessa no momento em que forem superadas as condições referidas no **caput**, ou em caso de morte do beneficiário.

§ 2º O benefício será cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.

*(À Comissão de Assuntos Sociais –  
decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Os requerimentos lidos serão votados após a Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 547, DE 2002**

Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para as Emendas de Plenário nº 2, 3, 4 e 5 apresentadas ao PLC nº 105, DE 2002, que “Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências”.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003. – **Mão Santa**, Presidente – **Roldolpho Tourinho**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Antonio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Garibaldi Alves Filho** – **Romero Jucá** – **João Alberto Souza** – **Valdir Raupp** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Lúcia Vânia** – **Patrícia Saboya Gomes**.

**REQUERIMENTO Nº 548, DE 2003**

Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para o PRS no 27, de 2003, que “Restabelece a Resolução nº 8, de 2001, do Senado Federal (Autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB a contratar operação de crédito externo no valor de US\$150,000,000.00 (cen-

to e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas – PEM”.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003. – **Mão Santa**, Presidente – **Patrícia Saboya Gomes**, Relatora – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Antonio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Garibaldi Alves Filho** – **Romero Jucá** – **João Alberto Souza** – **Valdir Raupp** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Rodolpho Tourinho** – **Lúcia Vânia**.

#### REQUERIMENTO Nº 549, DE 2003

Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para a MSF nº 37, de 2003, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no âmbito do Segundo Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público - Reforma Fiscal (PSAL)”. Projeto de Resolução nº 29, de 2003.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003. – **Mão Santa**, Presidente eventual – **Fernando Bezerra**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Antonio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Garibaldi Alves Filho** – **Romero Jucá** – **João Alberto Souza** – **Valdir Raupp** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Rodolpho Tourinho** – **Lúcia Vânia** – **Patrícia Saboya Gomes**.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 550, DE 2003

**Solicita informações sobre estudo contratado pelo BNDES.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja en-

caminhado, ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o seguinte pedido de informações:

Em junho de 2002, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir de acordo efetivado com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contratou, por meio de licitação, a realização de estudos para a identificação e avaliação estratégica dos potenciais impactos ambientais e socioeconômicos agregados de investimentos nos Eixos da Amazônia – Madeira/Amazonas e Arco Norte – e no Eixo Oeste. Na época, entendeu-se que se fazia necessária a análise mais detalhada dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento no que se refere aos impactos decorrentes da implantação do conjunto de investimentos previstos principalmente para a Amazônia. Nessa análise mais detalhada, a dimensão ambiental seria elevada ao mesmo nível dos parâmetros socioeconômicos. A intenção era que o estudo contratado pelo BNDES resultasse em um portfólio aperfeiçoado dos Eixos, incorporando eventualmente alterações nos projetos originais e ações mitigadoras dos impactos ambientais identificados.

Diante do exposto e, no uso da atribuição do Congresso Nacional de acompanhamento permanente das políticas públicas a cargo do Governo federal, requeiro deste Ministério, ao qual se vincula o BNDES, que me sejam informados:

1. se o supracitado estudo já foi finalizado;
2. em caso de resposta negativa ao item 1, as razões pelas quais o estudo não foi ainda finalizado;
3. em caso de resposta afirmativa ao item 1, os resultados completos do estudo (cópia na íntegra do produto final do estudo contratado).

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senadora **Roseana Sarney**.

(À Mesa para decisão).

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência designa os Srs. Senadores Almeida Lima e Augusto Botelho para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a referida Comissão, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 113/03 – GLPDT

Brasília, 8 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram designados para compor a Comissão Mista Especial, “Destinada a fiscalizar, em todo território nacional, a posse, o porte e a comercialização de armas e munições, como titular o Senador Almeida Lima e como suplente o Senador Augusto Botelho”.

Ao ensejo renovo protesto de elevada estima e consideração. – Senador, **Jefferson Péres**, Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência designa os Srs. Senadores Almeida Lima e Augusto Botelho para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a referida Comissão, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 718L-PFL/03

Brasília, 8 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Marcos Abramo deixa de integrar, como membro suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”.

Atenciosamente, \_ Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

OF/GAB/I/Nº 613

Brasília, 9 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Hermes Parcianello deixa de integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as responsabilidades sobre Evasão de Divisas do Brasil, no período de 1996 a 2002.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, concedo a palavra ao 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento em que V. Exª entender adequado. Obrigado.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar como Líder, após a Ordem do Dia.

**O SR. EURÍPEDES CAMARGO** (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Eurípedes Camargo, V. Exª tem a palavra.

**O SR. EURÍPEDES CAMARGO** (Bloco/PT – DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável. Ontem, fiz uma troca com a Senadora Ideli Salvatti, que a cedeu, e fiquei com o compromisso de fazer o mesmo por S. Exª. Se V. Exª permitir, faço este pedido.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Ficam inscritos os Senadores Paulo Paim, Eurípedes Camargo, para cessão a outro Senador, e o Senador Leonel Pavan, em terceiro lugar, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Fica devidamente inscrito o Líder Mozarildo Cavalcanti para usar a palavra após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro.

S. Exª dispõe de até vinte minutos.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o noticiário de ontem da imprensa dá conta de um progresso modesto, nada que seja motivo de grande satisfação, na classificação do Brasil no chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apurado pela ONU. Trata-se, realmente, de uma melhoria que, aliás, vem ocorrendo desde 1975, quando começaram essas apurações. O Brasil tem feito crescer o seu Índice de Desenvolvimento Humano, especialmente naquilo que decorre do acesso à educação, que, realmente, em nosso País, tem progredido de forma confortadora e promissora.

Mas, trata-se, na verdade, de um crescimento muito modesto ainda dentro de um quadro que é assustador, que mostra uma sociedade profundamente doente, vítima de uma doença monstruosa, teratológica, que é a deformidade da distribuição de renda e de riqueza em nosso País. Uma sociedade que continua colocando à margem de todo progresso que se realiza – e há progresso sendo realizado no Brasil – cerca de 80% da sua população mostra que se trata de uma sociedade inviável. Quer dizer, é inviável pensar-se numa descontinuidade desse processo sem que as causas dessa teratologia sejam removidas e a sociedade brasileira se reencontre com um conceito mínimo de justiça.

E é possível resolver isso? Claro que é possível. O Governo começa a dar os primeiros passos importantes nessa direção, procurando incluir na economia uma margem enorme de pessoas. Em torno de 20 a 30 milhões de brasileiros que estavam completamente fora do processo econômico começam a ser incluídos, com a criação dos fundos para microcrédito, com um financiamento melhor à agricultura familiar, enfim, uma série de medidas que são concretas, objetivas e muito importantes.

No entanto, o elemento fundamental é o crescimento econômico. Há vinte anos o Brasil não tem crescimento econômico e, sem crescimento, não é impossível, mas é extremamente difícil melhorar este quadro social. Seria quase exigível que houvesse uma revolução que tirasse de uns para dar para outros. Isso sabemos que é impossível obter-se num regime democrático sem cometer injustiças imprevisíveis e muito grandes.

O fato é que a economia brasileira, que já obteve um crescimento de 7%, 8%, durante muito tempo, que foi a campeã do crescimento econômico nos anos 50 e 60, entrou num compasso de espera que não é inexplicável, que se deve exatamente à retração do

Estado. Trata-se desse preconceito, este conceito ditado de fora para dentro, sobre a intervenção do Estado. O Brasil nunca havia se pautado nesse preconceito em relação à presença do Estado; muito ao contrário, o Estado sempre foi parceiro da iniciativa privada. A criação das empresas mistas e das empresas estatais, que combinam capital privado e público, foi um êxito extraordinário, foi uma das alavancas no processo de crescimento do Brasil. Mas, do final dos anos 80 para cá, deu-se essa freada, essa retração do Estado, do investimento público, do gasto público e, em função disto, a economia entrou em recesso.

Há uma série de fatores, inclusive culturais, que são importantes. A cultura empresarial, a cultura do processo econômico tem raízes muito profundas na sociedade. E, nesse quadro de cultura econômica, o gasto público e o investimento do Estado, especialmente em infra-estrutura da economia, são como um sinal, uma senha para o desenvolvimento do próprio investimento privado, nacional e estrangeiro, porque até mesmo os investidores estrangeiros esperam essa senha, esse sinal dado pelo Estado no avanço do investimento público especialmente em infra-estrutura. O Brasil, nessa caminhada de retirada do Estado, privatizou setores essenciais, fundamentais, imprescindíveis, retirando-se, em matéria de investimento, dos setores de transporte, de energia elétrica, de telecomunicações. Essas privatizações foram desastrosas.

Ainda hoje estive com o Ministro Miro Teixeira, e as queixas de S. Ex<sup>a</sup> em relação ao comportamento das empresas telefônicas é algo muito preocupante. Esse também é o caso da energia elétrica. O transporte ferroviário está se revelando como outra fonte de engargalamento da economia brasileira por causa das privatizações realizadas sem compromisso e sem a presença do Estado, sem a presença do investimento estatal como senha promotora, estimuladora do investimento privado. Esses investimentos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não serão feitos. É necessário, então, recuperar a capacidade de investimento do Estado, recuperar urgentemente, para retomar o crescimento não a 3.5%, 4%, mas a 5% ou 6%. Assim, estaremos gerando oportunidades de emprego necessárias para conter essa tensão, que hoje se fala que está no campo, mas está também na cidade.

Há muito se vem falando em geração de comportamentos de criminalidade. Isso, no fundo, reflete uma tensão na sociedade, nessa sociedade monstruosa, que é a brasileira. Essa tensão só se resolverá com um crescimento grande, que parta das decisões governamentais de investir em infra-estrutura especialmente.

Na verdade, esse gasto público no Brasil e o investimento público têm sido trancados por alguns fatores que o Governo está procurando destrancar para ter condições, ter disponibilidade de investimento. São especialmente três fatores que hoje estão trancando o gasto público, trancando o orçamento da Nação, impedindo que ela se volte para a retomada dos investimentos, especialmente em transporte e energia. Um deles é o grande gasto da Previdência. Não há como deixar de concordar com isso. Pode-se ficar discutindo se há ou não o déficit na seguridade social, mas o fato é que os gastos com a Previdência são muito grandes, e isso está trancando a capacidade de investir recursos públicos em infra-estrutura no Brasil. Esse é um fator que está sendo resolvido agora, é motivo de negociações. É claro que o governo vai ceder em relação ao que propôs. Entretanto, é necessário reconhecer que é imperioso reduzir-se o gasto com a Previdência, a fim de liberarem recursos para investimento público, gerador de empregos, gerador de melhoria salarial, gerador de justiça social neste País.

A outra tranca muito forte no gasto público e no orçamento é o dispêndio com juros. Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, isso é uma calamidade! Há uma expectativa geral de toda Nação no sentido de que se confirme aquela tendência à redução dos juros – que não só se confirme como se acentue a tendência ao decréscimo dos juros. Claro que não pode haver um corte abrupto e violento, mas uma manifestação firme de decisão política, que não é técnica, que não pode ficar submetida a trancamentos inteiramente teóricos, que tem que considerar a realidade do País, que é o desemprego crescente. O bicho-papão deste País não é a inflação, mas o desemprego, é exatamente essa face teratológica da nossa sociedade, das monstruosidades em matéria de distribuição. Esse é o bicho-papão. O bicho-papão é a teratologia na conformação da sociedade brasileira; não é a inflação.

Evidentemente, nenhum de nós quer que o processo de inflação retome aquele enlouquecimento que teve no passado; e é preciso controlar isso, sim. O governo esteve ameaçado nos primeiros meses de uma verdadeira desestabilização, teve que aplicar com mão firme os freios monetários e fiscais para impedir a explosão desse processo, mas agora é chegado o momento de reduzir os juros, sim, e possibilitar não só uma melhoria na microeconomia das empresas brasileiras, mas especialmente liberar recursos orçamentários, recursos públicos que estão sendo hoje desviados num processo de transferência de renda brutal para o setor financeiro, para os rentistas de um modo geral, não só os bancos, mas toda aque-

la minoria de brasileiros – 1% ou menos – que aplica dinheiro e obtém rendimentos enormes nessa aplicação meramente financeira e especulativa. Essa é, portanto, a segunda tranca que tem que ser destrancada. Toda a sociedade brasileira, toda a população e a opinião pública estão esperando. Acredito firmemente no que já declarou o Ministro da Fazenda e o próprio Presidente da República: a queda dos juros é processo irreversível a partir da próxima reunião do Copom.

O terceiro fator de trancamento, Sr. Presidente, é o chamado superávit primário, que também tem razão de ser. Concordo em que o governo tinha que, neste caso, puxar com força, com violência e com firmeza o freio do gasto público na medida em que a relação dívida pública/PIB estava muito elevada. Chegou ao fim de dezembro acima dos 65%. Quer dizer, é inviável o prosseguimento desse processo. Era necessário estancá-lo, foi estancado, mas, agora que essa relação caiu para níveis suportáveis e razoáveis, está na hora, também, de, a partir do próximo ano, projetar um superávit fiscal, um superávit primário menor do que esses 4,25%.

Há uma expectativa nacional também nesse particular, porque essa é a terceira tranca que está impedindo a retomada dos investimentos, jogando a economia brasileira num quadro de insuficiência de infra-estrutura de transporte e possível insuficiência de suprimento de energia elétrica em três ou quatro anos, o que constitui, aí sim, um gargalo fundamental.

Ainda hoje, assistimos a uma exposição magnífica do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento mostrando, com clareza, que há todas as condições de manutenção de um processo vigoroso de crescimento da nossa produção agropecuária. O Brasil se tornou, efetivamente, uma potência agrícola do mundo, mas tudo isso está ameaçado pelos gargalos no setor de transportes, que estão impedindo a realização do seu enorme potencial de crescimento.

O Brasil ainda tem por ocupar, economicamente, na agricultura, uma área maior do que ocupa atualmente – em torno de 55 milhões de hectares. O Brasil pode, em termos de área, duplicar a sua produção, sem contar com os expressivos aumentos de produtividade, à custa exatamente dos investimentos feitos em produtividade, a partir da nossa empresa voltada para a pesquisa agrícola, a Embrapa.

Sr. Presidente, creio que é a hora propícia para esta discussão, porque estamos votando e decidindo a redução de gastos na Previdência; estamos decidindo a redução de juros; e temos de começar a decidir, para o ano próximo, a redução também do superá-



vit fiscal, que não pode continuar no nível em que está, porque não tem mais sentido, na medida em que a relação da dívida com o PIB também já ganhou outro patamar mais baixo.

Dessa forma, basta destrancar o Orçamento, elevar o gasto público e orientá-lo para a infra-estrutura econômica, que vamos assistir, sim, ao chamado espetáculo do crescimento. É quase uma relação matemática, uma conseqüência certa de uma ação governamental que está, a essa altura, à nossa disposição para ser tomada.

O Brasil tem vocação e crescerá certamente a 6 ou 7% ao ano, com capacidade de gerar empregos e aliviar toda essa tensão, que não está preponderantemente no campo, mas que está principalmente nas grandes cidades. Com isso, temos de continuar tomando e acentuando as chamadas medidas redistributivas, incorporar uma multidão de brasileiros – microempresários, empresários, pessoas físicas – que vão ter agora, pela primeira vez, o microcrédito à disposição, a juros razoavelmente baratos para esse tipo de atividade. Microcrédito em todo o mundo tem juros muito altos, de 3% a 4% ao mês. Aqui, esses juros vão ser rebaixados a 2%, o que vai facilitar enormemente a agregação de uma multidão de brasileiros, assim como na agricultura familiar e na criação de fundos de microinvestidores. Quer dizer, agregando ao mercado de capitais, também, brasileiros modestos que não têm recursos para participar dos grandes fundos, mas vão participar dos fundos voltados para microinvestidores.

E é claro que a retomada do chamado crescimento vai estimular também a geração de empregos. É importante reafirmar o compromisso do Presidente Lula com a geração de dez milhões de empregos. Nós não vamos abrir mão desse compromisso, que é factível e viável; não é nenhum sonho ou proposta demagógica, não.

Agora, existe, sim, um crescimento substancial. Com 3% a 3,5% ao ano de crescimento, é claro que não se atingirá essa meta. Mas, com crescimento de 6%, 6,5% a 7% ao ano, atingiremos, sim. E isso é viável, desde que se retome o investimento público; que o BNDES continue a ser a alavanca desenvolvimentista que é; que a Petrobras continue orientando a produção para o território nacional; e que a nossa pesquisa científica e tecnológica ganhe também as dimensões que está começando a ganhar. É inteiramente factível, um compromisso que temos de reafirmar, e o fazemos com muito gosto e com muita con-

vicção, na medida em que seja destrancado o gasto público e o Governo volte a investir naqueles setores fundamentais.

Também, é claro, dentro do mesmo propósito e da mesma diretriz da redistribuição, a reforma agrária. A reforma agrária hoje está em pauta porque, passados seis meses sem que houvesse uma correspondente retomada do investimento na reforma agrária, o Movimento dos Sem-Terra protestou, compreensivelmente, com toda razão. Coube, então, ao Presidente fazer o que fez: chamá-los para uma conversa e reafirmar o compromisso de aceleração da reforma agrária.

Entretanto, reforma agrária também exige gasto público; não é um investimento barato; é um investimento caro, que precisa de recursos, de um Orçamento destrancado, com a redução dos gastos da Previdência, com a redução dos gastos com juros e com a redução do chamado superávit primário, que perdeu o sentido na medida em que a relação da dívida com o PIB chegou a um patamar razoável.

Era isso, Sr. Presidente, que queria dizer hoje desta tribuna, agradecendo a boa vontade de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa aproveita o ensejo para agradecer a presença, na tribuna de honra, da assistência e também, nas galerias, daqueles que aqui comparecem para assistir às sessões do Senado e também aos telespectadores que nos acompanham pela nossa TV Senado.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, do PFL da Bahia. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na segunda-feira próxima passada, estive aqui desta tribuna falando sobre o crime organizado; o tráfico ilegal de drogas; a maneira como as nossas fronteiras estavam desguarnecidas – nosso espaço aéreo e nossos portos; e a necessidade iminente de as Forças Armadas entrarem neste controle, inclusive colocando em vigor a Lei do Abate, aprovada pelo Congresso Nacional em 1998, e que até hoje não foi regulamentada.

No entanto, Sr. Presidente, é necessário distinguir o crime organizado, o tráfico de drogas e o tráfico ilegal de armamentos para este País da violência urbana, que, infelizmente, traz também intranquilidade à população brasileira, ceifando milhares de vida de jovens brasileiros de 16 a 24 anos.

Por isso, volto à tribuna nesta tarde para dar seguimento a essa discussão. Trata-se de tema relevante, que, felizmente, vem merecendo a consideração e a reflexão de todos os Parlamentares desta Casa. A violência social é um problema que envolve muitos aspectos da sociedade e, hoje, felizmente, o próprio Presidente desta Casa, Senador José Sarney, em conjunto com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, constituiu uma comissão mista das duas Casas para, em regime de urgência urgentíssima, apresentar um substitutivo às matérias que tramitam no Senado Federal. O objetivo é que, ainda neste período de convocação extraordinária, possam ser apresentadas medidas legislativas que dêem tranquilidade aos cidadãos, que façam efetivamente o combate à violência urbana. Essa é uma questão que não pode mais esperar. A população exige providências imediatas que permitam a construção de uma sociedade livre, mais justa e mais solidária.

É preciso, em primeiro lugar, diferenciar crime organizado de violência social. Nossos índices de violência são preocupantes, alimentam-se do crime organizado, mas seu combate exige estratégia diferenciada.

Tanto quanto no combate ao crime organizado, também aqui enfrentamos uma situação de emergência que dispensa medidas paliativas ou mesmo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, a omissão dos homens públicos, em particular, dos parlamentares.

Segundo estudo do IBGE que o Brasil apresentou, em agosto do ano passado, no Fórum Mundial Rio + 10, em Joanesburgo, a taxa de assassinatos teve aumento de 37%, somente entre 1992 e 1999. O índice de mortes por 100 mil habitantes saltou de 19,12 para 26,18 nesse mesmo período, afetando sobretudo os nossos jovens, que estão matando e morrendo, principalmente na faixa etária de 16 a 24 anos.

O relatório do IBGE apresenta dados que exigem cruzamentos para melhor entendimento. No Nordeste, por exemplo, há índices que alcançam 55 homicídios por 100 mil habitantes em Pernambuco, passando por 20 em Alagoas, e apenas 7 na Bahia. Do mesmo modo, Santa Catarina tem a metade, 7,36, da taxa de homicídios do Rio Grande do Sul, que é de 15 por 100 mil.

Também Estados com índices de violência parecidos, como Pernambuco, Rio e Espírito Santo - entre os mais altos do País, na faixa de 51 a 55 homicídios por 100 mil habitantes -, apresentam nível de renda bastante diferenciado.

Apresento esses números para dizer que independe da riqueza ou pobreza de um determinado Estado o número de homicídios. Percebe-se isso claramente: a violência não está marcada pela pobreza, porque há regiões pobres com baixo índice de homicídios, e ricas, como é o caso do Estado de São Paulo, com altos índices, mas em todo o Brasil há, como vimos, uma clara elevação da violência social, sem que se tenha uma estratégia clara, definida, objetiva e persistente dos poderes públicos, especialmente do Poder Executivo, para combatê-la, para enfrentá-la.

De certeza, temos que todo o País vive uma devastadora elevação da violência social, sem que exista uma estratégia nacional para enfrentá-la.

Em 2001, o Governo Federal apresentou o Plano de Prevenção da Violência Urbana, que seria operado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, prevendo ações nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória, com prioridade para a faixa etária abaixo de 24 anos, a mais atingida pela violência. Entretanto, não soubemos de nenhuma ação efetiva desse tal plano.

As Nações Unidas, por outro lado, têm proposto, nos últimos congressos, a necessidade do controle das armas de fogo para prevenir a delinquência e garantir a segurança pública, buscando incentivar a questão através de campanhas públicas permanentes e também através de uma permanente atualização da legislação.

O Brasil avançou na parte de legislação, criando em 1997 o Sinarm, o Sistema Nacional de Armas de Fogo, cujo principal objetivo foi criminalizar o porte ilegal de armas, ainda que tolerando sua concessão a pessoas comuns, que poderiam ter a sua arma com o devido registro.

A legislação, entretanto, não freou o aumento da violência urbana, porque não tocou no cerne do problema, que é a relativa facilidade de acesso a armas através de uma livre comercialização, inclusive sob o manto da ilegalidade. Além disso, a criminalização do porte ilegal não intimidou os usuários ilegais, que sequer ficaram presos após o flagrante - mesmo com o flagrante eles não podem ficar presos, face à pena que existe na legislação do Sinarm, a Lei nº 9.437.

Em função disso, a Subcomissão de Segurança Pública do Senado - em boa hora instalada sob a inspiração do Senador Tasso Jereissati, seu Presidente, e do Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania -, da qual tenho a honra de fazer parte, ao lado de mais sete senadores, achou por bem aprovar o Projeto de Lei nº 138, de 1999,

que melhora a legislação do Sinarm, com emenda minha acabando com a liberdade provisória para os flagrantes de porte ilegal e tráfico de armas. O projeto também foi aprovado em caráter terminativo na CCJ e será encaminhado à Câmara dos Deputados.

A Subcomissão de Segurança Pública, em sintonia com a sociedade, também aprovou recomendação para que o Senado priorize os projetos que restringem a posse de arma, entre eles o substitutivo ao PLS nº 292/99, que acaba com o porte de armas e mantém somente o porte funcional e o porte institucional.

A propósito, Sr. Presidente, a presente convocação extraordinária está calcada no problema da segurança. Os Projetos de Lei nºs 138, 292, 202 - este de autoria do Senador Renan Calheiros - estão na pauta desta convocação extraordinária. Se o Congresso Nacional aprovar esses projetos, o cidadão comum terá direito somente a manter em casa arma registrada, mas isso apenas se estiver habilitado e não tiver ficha criminal, e desde que assuma os riscos de acesso à arma por parte de crianças e pessoas não-habilitadas de sua própria família, sob pena de responder criminalmente por eventual acesso indevido à arma de fogo sob sua responsabilidade. O projeto do Senador Renan Calheiros, o mais recente, impede a fabricação e comercialização de armas no Brasil.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, alguns desses projetos estão no Congresso há três ou quatro anos, com a tramitação travada. Quantas mortes teriam sido evitadas se esses projetos tivessem sido aprovados e implementados?

A decisão do Presidente Sarney de criar a Subcomissão Mista de Segurança Pública durante a convocação extraordinária do Congresso representa oportunidade ideal para uma ampla e rápida discussão de todas essas matérias.

Quero conceder um aparte ao nobre Senador Romeu Tuma, que é um especialista no assunto e membro da subcomissão criada pelo Presidente José Sarney.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Senador César Borges, eu gostaria de testemunhar a qualidade do trabalho que V. Ex<sup>a</sup> tem desenvolvido nesta Casa no que diz respeito à segurança. Poderia me surpreender o fato de que V. Ex<sup>a</sup> tem trabalhado em profundidade na busca de pelo menos se aproximar do ideal para dar mais tranquilidade e segurança à população tão amedrontada nos nossos dias se eu não soubesse da qualidade do seu trabalho à frente do Governo da Bahia no que diz respeito à segurança pública. V. Ex<sup>a</sup> traz um histórico importante para esta Casa, e é

importante que todos tenham conhecimento das comissões de que V. Ex<sup>a</sup> tem participado na busca de uma legislação mais correta para enfrentar a situação atual. V. Ex<sup>a</sup> rebuscou nesta Casa projetos que estavam dormitando - às vezes há mais de três anos - e os trouxe à baila para interligá-los e extrair o que é essencial para a população. Por que é importante a legislação nesses aspectos que V. Ex<sup>a</sup> levanta? Porque o Ministério Público e o Poder Judiciário têm que se basear em uma força da constituição da prova e em uma matéria jurídica elaborada pelo Legislativo que forneça meios para a acusação e a condenação correspondente. Caso contrário, fica-se num processo de prender e soltar o criminoso. Futuramente, a responsabilidade será diluída, ninguém saberá por que o bandido volta a delinquir praticamente no dia seguinte ao que foi solto, mesmo respondendo a dez ou quinze processos ou inquéritos policiais. Portanto, quero aplaudir, com emoção, o trabalho de V. Ex<sup>a</sup>, porque tenho certeza de que um homem com a seriedade de V. Ex<sup>a</sup> está fazendo o melhor, sem demagogia e sem buscar os holofotes. E vou apoiar as soluções que V. Ex<sup>a</sup> tem apresentado nas comissões das quais tenho o prazer de fazer parte, e naquelas que acompanho pela televisão, pois delas não posso participar por ser membro da Mesa.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte. Esse é um trabalho de vários Senadores e Deputados interessados no assunto, como o Presidente da Subcomissão de Segurança, o Senador Tasso Jereissati, e vários de seus membros, dentre os quais destaco o Senador Demóstenes Torres, que tem relatado vários projetos, principalmente o da Lei de Execução Penal. Temos obtido avanços.

Essa questão ganhou dimensão nacional, redundando na criação, pelo Presidente José Sarney, da subcomissão que irá acelerar a análise desses projetos de lei, de forma que, ainda neste mês - esse é o desejo do Presidente Sarney -, possamos ter um substitutivo.

Na próxima terça-feira, o Presidente dessa comissão mista, o Senador Edison Lobão, e o Relator, o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, apresentarão uma síntese de todos esses projetos.

Creio que a sociedade nos exige isso e estaremos cumprindo o nosso papel no momento que dermos ao Executivo e ao Judiciário essa legislação aperfeiçoada que trará mais tranquilidade à população brasileira.

Portanto, precisamos encontrar um consenso no Congresso para que as discussões do tema progridam.

dam. Neste instante, é importante reduzirmos as diferenças entre os que defendem, com um pouco mais ou com um pouco menos de intensidade – mas que defendem –, a circulação de armas na sociedade.

Sem o fortalecimento desse consenso, não haverá o avanço que a sociedade espera. Preocupam-me as reações que já estamos observando às primeiras iniciativas apresentadas nesta Casa, como se tudo estivesse correndo muito bem na situação atual, como se o **status quo** fosse satisfatório para a população brasileira.

O **lobby** das armas já volta a atuar com seus velhos argumentos. Um deles é o de que a arma do crime não é a arma do cidadão. Recentemente, uma pesquisa do Iser, que presta serviço para Ministérios e para a Unesco, analisou quatro mil armas apreendidas no Rio de Janeiro e constatou que 25% delas, ou seja, pelo menos uma em cada quatro armas, tinham registro legal. Isso quer dizer que armas legais foram usadas em ações criminosas ou estavam sob mãos não-credenciadas, e por isso mesmo foram apreendidas.

Essas armas chegam às mãos dos bandidos depois de roubadas de pessoas que as compram imaginando que vão se defender, ou, então, são desviadas por empresas ditas de segurança ou até pela própria polícia. Só em São Paulo, em cinco anos, mais de 70 mil armas registradas foram roubadas.

Não podemos esquecer, também, que quase metade dos assassinatos é cometida por pessoas sem antecedentes criminais. Dezenas de pessoas perdem a vida, todos os dias, em situações banais: em brigas de trânsito, em bares, ou assassinadas dentro de casa pelos familiares, de forma acidental ou não. Sabemos que é muito difícil evitar que esses conflitos ocorram, mas se conseguirmos reduzir o número de armas, com certeza, reduziremos o número de agressões, o que, muitas vezes, impedirá que homicídios e assassinatos ocorram.

Outra falsa verdade é a de que a sociedade precisa se proteger e, por isso, precisa se armar. O mesmo Iser examinou fichas de ocorrência policial e verificou que, nos casos de reação armada a assalto, o índice de morte da vítima que reagiu chegava a uma para cada 3,6 roubos. Entretanto, se a vítima não reagia e não estava armada, a possibilidade de morte era quase duzentas vezes menor, de uma morte a cada 668 roubos. Então, não é o cidadão despreparado para enfrentar a criminalidade, que, armado, vai se defender. A tarefa de defender a sociedade e de de-

sarmar o criminoso é do Estado – das Polícias Cíveis e Militares, da Polícia Federal, do Governo Federal –, que tem que encetar campanhas permanentes para o desarmamento da criminalidade. Aí, sim, estaremos dando segurança ao cidadão.

Também há movimento contra mudanças na Lei de Execuções Penais, agora acusada de terrorista. Quer dizer, a qualquer mudança para dar mais segurança há uma reação daqueles que querem a manutenção do **status quo**, em função de uma série de falsos argumentos.

Portanto, Sr. Presidente, em meio a esse embate entre o que pede a sociedade e o avanço a que estamos assistindo da violência e da criminalidade, sobressai o silêncio, infelizmente, concessivo do Governo Federal, que não conseguiu, até agora, ter uma posição clara, definida, sobre estes importantes assuntos, o controle de armas e o combate ao crime organizado. O Senador Antonio Carlos Magalhães já solicitou desta tribuna que medidas fossem tomadas, e já apresentei projeto para que as Forças Armadas pudessem se incorporar ao combate ao crime organizado no nosso País.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apelo ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, àqueles que não acreditam na solução do cada um por si, ao Brasil que quer uma sociedade segura, para que também se manifestem, se posicionem, para que possamos avançar nesse grande debate nacional, fazendo com que, acima de tudo, vença o interesse da vida e da cidadania.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, como Líder, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos, Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero pedir a transcrição nos Anais desta Casa do artigo publicado hoje, no **Correio Brasileiro**, pelo Dr. Paulo Brossard, ex-Senador, que honrou esta Casa como poucos, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, jurista emérito, homem de história política impecável, opositor que foi sempre do regime militar.

No artigo intitulado “A Embrapa e o MST”, Paulo Brossard lamenta profundamente o estado em que se

encontra a Embrapa, um centro de excelência no País, responsável, em grande parte, pelos avanços na agricultura brasileira. Não seríamos hoje o segundo produtor mundial de soja não fosse a Embrapa, os cerrados não teriam sido conquistados pela agricultura não fosse a Embrapa, e a empresa está em situação precaríssima.

Vou ler alguns trechos do artigo do Ministro Paulo Brossard:

(...) segundo notícia recente, a Embrapa agoniza sob a tenaz de dificuldades materiais insuportáveis. Parece até que a administração superior não reconhece a importância que lhe é inerente, a alta benemerência que lhe é congênita. Verbas curtas liberadas sem regularidade e oportunidade. (...) Parece que o desinteresse atual não começou hoje, mas agora excede todos os limites. A miséria generalizada atinge até a luz e o telefone e atinge mesmo a excelência dos trabalhos da empresa.

Se fosse necessário justificar a benemerência do serviço diversificado pelas regiões do país, e daí seu caráter nacional, bastaria lembrar o papel que a exportação dos produtos rurais tem desempenhado entre nós, responsável pelo afastamento dos riscos da sua vulnerabilidade externa.

É a agricultura que está, atualmente, salvando a economia deste País. Todos sabem disso, Sr. Presidente. O saldo na balança comercial se deve, principalmente, à exportação do excedente agrícola.

Mas aí estranha o ex-Senador Paulo Brossard:

Como é sabido, aos frutos da terra a nação deve a tranqüilidade nas contas externas. Aliás, a incongruência ainda cresce quando se considera que ao contributo salvador da agricultura, denominado a âncora verde da nação, se junta a demência que a fúria ideológica, retardatária e reacionária envolve a atividade rural (...). O que falta à entidade benemérita sobeja largamente para movimentos ilegais e antissociais, paramilitares que enfrentam e desafiam o próprio poder do Estado.

Saliente-se que o Brasil é um dos poucos países que tem reservas intocadas aptas a alargar suas fronteiras agrícolas, coisa de setenta milhões de hectares, que carecem de uma Embrapa forte e eficaz e têm

como rivais esbulhadores das propriedades trabalhadas e produtivas, incendiários inimigos públicos da lei e da ordem.

Não sei se me engano, mas há nítido paralelismo entre a anemia da grande Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a expansão da poderosa entidade que, embora afronte a autoridade da lei e do próprio Presidente da República, por ele é recebida festivamente em audiência e de reiterar que não cede a seus apelos. Isso não pode terminar bem...

Sr. Presidente, peço a inserção nos Anais da Casa do artigo do Senador Paulo Brossard e me permito considerar que estou voltando do Amazonas, onde passei o fim de semana. Encontrei lá a mesma preocupação generalizada, para não dizer inquietação, com essa impunidade crescente do MST, sob os olhares complacentes das autoridades públicas.

Assisti, estarrecido, ao novo Procurador-Geral da República dizer que, se a terra não cumpre a sua função social, é lícita a invasão. Sr. Presidente, quem decide se determinada terra cumpre ou não a sua função social? É o MST invasor? É esse Movimento que escolhe e decide que determinada terra é improdutiva e que, se a terra não cumpre a sua função social, pode invadi-la? E se, amanhã, o Movimento dos Sem-Teto entender que uma casa que não está ocupada, porque está desalugada temporariamente, não cumpre a sua função social? Esse Movimento terá o direito de invadi-la e ocupá-la, no entendimento do Procurador-Geral da República? Se o empresário em dificuldade tem sua fábrica fechada e está à espera de comprador para vendê-la, operários podem ocupá-la porque ela não cumpre a sua função social?

Sr. Presidente, isso é a subversão de todo o ordenamento jurídico do País. Essa situação está inquietando a todos e, realmente, não pode continuar.

Espero que o Governo Federal comece a rever a sua posição complacente diante desse Movimento, que não é social coisa nenhuma. Pelos seus líderes, é um movimento político, de cunho revolucionário e subversivo.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR JEFFERSON PÉRES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

DOCUMENTO A QUE SE  
REFERERADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.  
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica  
Presidência da República

JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
CORREIO BRAZILIENSE	09	JUL/2003	OPINIÃO	1º	17A

## A Embrapa e o MST

PAULO BROSSARD

*Advogado, é ministro aposentado do STF*

**A**o tempo em que exercia atividade política, como senador e ministro, estive em todos os estados e, nessas andanças, sempre que me foi dado, visitei estações da Embrapa — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Folgo em registrar que a impressão recolhida foi a melhor. Cada uma delas estava especificamente a serviço da região onde se situava, de modo que a adequação ao meio e suas peculiaridades era cabal. Resumo minhas impressões repetindo o que disse então: o futuro do Brasil encontra-se nos muros e cercas da Embrapa. O tempo não me fez mudar de opinião. Continuo a pensar assim.

Ocorre que, e esta a razão deste artigo, segundo notícia recente, a Embrapa agoniza sob a tenaz de dificuldades materiais insuportáveis. Parece até que a administração superior não reconhece a importância que lhe é inerente, a alta benemerência que lhe é congênita. Verbas curtas liberadas sem regularidade e oportunidade. Ora, a rotina da empresa, o cumprimento de seus planos de trabalho e a continuidade das pesquisas a que se dedica, não se sujeitam às regras adotadas segundo o interesse da Fazenda, cegamente aplicadas e que, na sua irracionalidade, pode pôr em risco ou a perder uma experimentação em curso, pois exatamente onde o trabalho se desdobra no convívio com as leis naturais, o tempo perdido não se recupera. Passado o seu momento próprio, a liberação atrasada em trinta ou sessenta dias esteriliza a utilidade do recurso. Parece que o desinteresse atual não começou hoje, mas agora excedeu todos os limites. A miséria generalizada atinge até a luz e o telefone e atinge mesmo a excelência dos trabalhos da empresa.

Se fosse necessário justificar a benemerência do serviço diversificado pelas regiões do país, e daí seu caráter nacional, bastaria lembrar o papel que a exportação dos produtos rurais tem desempenhado entre nós, responsável pelo afastamento dos riscos da sua vulnerabilidade externa. Como é sabido, aos frutos da terra a nação deve a tranquilidade nas contas externas. Aliás, a incongruência ainda cresce quando se considera que ao contribuinte salvador da agricultura, denominado a âncora verde da nação, se junta a demência que a fúria ideológica, retardatária e reacionária, envolve a atividade rural a despeito de o Brasil ostentar progressos impressionantes no setor agrícola, fato que autoriza afirmar que suas possibilidades são altamente promissoras quando a Embrapa atuar a tempo e hora, a socorrer a nação com a segurança do seu preparo científico e técnico. Ainda mais. O que falta à entidade benemérita sobeja largamente para movimentos ilegais e antissociais, paramilitares que enfrentam e desafiam o próprio poder do Estado.

Saliente-se que o Brasil é um dos poucos países que tem reservas intocadas aptas a alargar suas fronteiras agrícolas, coisa de setenta milhões de hectares, que carecem de uma Embrapa forte e eficaz e têm como rivais esbulhadores das propriedades trabalhadas e produtivas, incendiários e públicos inimigos da lei e da ordem.

Não sei se me engano, mas há nítido paralelismo entre a anemia da grande Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a expansão da poderosa entidade que, embora afronte a autoridade da lei e do próprio presidente da República, por ele é recebida festivamente em audiência e de reiterar que não cede a seus apelos. Isso não pode terminar bem, pois ninguém pode colocar-se acima da lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, próxima oradora inscrita.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, até imaginei que o assunto já estaria um pouco vencido no plenário, porque toda a polêmica se deu na semana passada, mas parece que ele ainda não está vencido.

Portanto, é bom que conversemos um pouco a respeito dos chapéus e das cabeças. Precisamos refletir sobre o que há dentro das cabeças, sobre como as pessoas pensam. As pessoas enxergam além dos chapéus e bonés que usam, até porque há vários chapéus e bonés que as pessoas não usam, mas as suas idéias, que estão dentro das suas cabeças, são muito fortes.

Queria comentar uma reportagem publicada na **Folha de S.Paulo**:

O Presidente Nacional da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antônio Nabhan Garcia, 45, afirma temer que o campo brasileiro caminhe “para uma conflagração”, pela falta de atitude do Governo Lula. Nabhan Garcia afirma que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) não quer fazer reforma agrária e “sim tomar o poder, com a transformação de um sistema político vigente”.

Ou seja, é dito que o MST não quer terra, não quer um local para trabalhar, mas, sim, a revolução, o poder, que eles querem tomar conta do País e modificá-lo.

É bom jogarmos francamente. Quem é que não sabe, neste País, que terra é poder? Quem não sabe que quem detém a posse da terra, que os donos da terra mandam, mandaram e vão querer continuar mandando neste País? O poder está diretamente ligado à posse da terra ao longo de toda a História brasileira.

Talvez seja importante fazermos uma retrospectiva histórica de como a terra foi obtida neste País, como muitas pessoas acumularam grandes extensões de terras. Aliás, o Presidente Nacional da UDR é filho e neto de fazendeiros, possui 1.060 hectares em Sorriso, no Mato Grosso, onde produz soja e milho e tem pecuária de cria, e outros 366 hectares em Sandovalina, no Pontal do Paranapanema, São Paulo. Portanto, não é nenhum pequeno proprietário; é um imenso proprietário de terra.

Vejo o Senador César Borges me observando.

Fui leitora atenta de Jorge Amado. Em seus romances, ficava muito claro como se acumulou terra no Brasil, como determinadas famílias, grupos, pessoas se apossaram da terra. Existe até um termo – grileiro, grilagem – cujo significado vim a descobrir depois de muito tempo. Por que é que se dá o nome de grileiro? A informação que me deram era a de que, para se regularizarem terras, colocavam-se os papéis nas gavetas com grilos para que amarelecem e ficassem com a aparência de velhos. Era dessa forma que se regularizavam as terras absolutamente ilegais.

Aliás, ocupar, resistir, produzir, que é o lema dos sem-terra, é e sempre foi o lema de muita gente com terra, que ocupou, resistiu e produziu. Portanto, se vamos falar dos bonés, vamos falar das cabeças, vamos falar da História. Vamos falar como é que este País patrimonialista, concentrador de terra e de renda, criou-se, constituiu-se.

**A Sra. Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Já lhe concederei o aparte, Senadora.

O problema é o MST? Querem fazer análises a respeito dos comportamentos do MST? Tenho várias questões que posso abordar. Mas querer escamotear que o problema é que 1% dos proprietários de terras no Brasil detêm 50% de toda a terra brasileira é tentar esconder o crime absoluto de não permitir que, no País que tem a maior extensão de terra agricultável do planeta, pessoas consigam um pedaço de terra para trabalhar.

Com prazer, seguindo a ordem, ouço o aparte da Senadora Serys Slhessarenko, do Senador Roberto Saturnino e, depois, do Senador Demóstenes Torres.

**A Sra. Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Senadora Ideli Salvatti, foi muito bom V. Ex<sup>a</sup> ter levantado esse assunto neste momento. Ouvindo assim, fica parecendo que a situação é desesperadora para algumas pessoas por aí, um drama que, do meu ponto de vista, não procede de jeito nenhum. Em primeiro lugar, não fazer a reforma agrária é a coisa mais burra do mundo, porque os países tidos como “avançados”, “desenvolvidos” – uso as aspas porque, para mim, desenvolvimento não é bem o que eles fazem –, já fizeram a reforma agrária há muito tempo, enquanto neste País não querem fazer a reforma agrária. É a defesa da “sacrossanta” propriedade privada, que vai estar mais assegurada ainda ao se fazer a reforma agrária para valer. Esse é o item um. Item dois: gostam de

fazer uma confusão muito grande com o MST. Há realmente movimentos que não são qualificados, que promovem badernas e outras atitudes impróprias, mas o MST é um movimento organizado, sim, e reconhecido internacionalmente. Como é apenas um aparte, não tenho tempo para comentar mais. Item três: o grande desespero dos que se apossaram de terras públicas é a política do Governo Lula, Presidente da República, de resgate das terras públicas para fins de reforma agrária. Ninguém tomará terra de ninguém; aliás, creio que nem lá no meu Estado de Mato Grosso será necessário desapropriar terra. Talvez os grandes fazendeiros, que estavam querendo ter suas terras desapropriadas por preços exorbitantes, estejam chateados porque acreditam que não será mais preciso desapropriar terra. São tantas as terras públicas de que os grileiros se apossaram que, com o resgate delas, não será necessário mais desapropriar. Em Mato Grosso, dá para fazer reforma agrária com as terras públicas e ainda sobram terras. É óbvio que os grileiros de terras públicas estão apavorados, porque vão perder. E espero que percam, porque quem pegou terra pública, que deve ter fim social, tem que perder. Muito obrigada.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Senadora Serys Slhessarenko, pelo aparte. Concedo um aparte ao Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli Salvatti, hoje, parece que é o MST que assusta. Há quarenta anos, eram as Ligas Camponesas. E mais assustadores ainda eram os discursos que se faziam no Congresso Nacional sobre o perigo das Ligas Camponesas. Lembro-me de um Deputado da UDN de Minas Gerais, que era padre, que dizia: “Eu deveria falar aqui no preceito de Cristo, “Amai-vos uns aos outros”, mas digo: “Armai-vos uns aos outros, porque a guerra está começando”. A guerra era representada pelas Ligas Camponesas. O Deputado Bilac Pinto e os conservadores do Congresso falavam da “guerra revolucionária”. O que aconteceu foi que veio a ditadura militar, passaram-se 40 anos e não se fez a reforma agrária. É necessário fazer a reforma agrária. Agora o nosso Governo vai fazer, tenho absoluta certeza. Então, podem todos se acalmar porque a reforma agrária vai ser feita, e a tensão no campo, evidentemente, vai se aliviar. Mas a tensão é muito maior na cidade do que no campo. Essa também é outra verdade que precisa ser dita.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Senador Roberto Saturnino, pelo aparte.

Concedo o aparte ao Senador Demóstenes Torres.

**O Sr. Demóstenes Torres** (PFL – GO) – Senadora Ideli, primeiramente, gostaria de externar o meu reconhecimento pelo trabalho formidável que V. Exª vem realizando nesta Casa. Vou tratar, em meu pronunciamento ainda hoje, do mesmo tema que V. Exª está abordando. É preciso deixar bem claro que o Brasil atrasou um processo de reforma agrária que os países europeus fizeram há 200 anos, com o fim do regime feudal. Somente na década de 60 é que regulamentamos a Constituição de 1946, propiciando a desapropriação para fins de interesse social. E acabamos fazendo, no Brasil, uma espécie de assentamento muito complicado, porque, na realidade, houve a distribuição de terra, mas sem os mecanismos para fixação do homem no campo. Então, digamos o seguinte: o Governo Fernando Henrique, durante os oito anos de governo, distribuiu mais terra do que em todos os anos anteriores e gastou R\$30 bilhões em reforma agrária. Não se pode, então, dizer que ele não investiu em reforma agrária. Agora, se foi utilizado um modelo correto, adequado, que tenha efetivamente propiciado uma justiça social no campo, creio que não. Mas, Senadora, o grande problema que vejo em relação ao Movimento dos Sem-Terra, que é organizado, que merece respeito, que luta efetivamente pela consecução e realização da reforma agrária no Brasil, são os métodos que vem utilizando. Esses métodos acabam por se assemelhar aos mesmos que os fazendeiros utilizaram na década de 80 e que nós reprovávamos, o que quer dizer que não interessa o lado. O Brasil precisa fazer reforma agrária? Precisa. O Governo Lula precisa melhorar inclusive o que os governos anteriores fizeram? Sim. E digo, como uma pessoa que não participou do Governo Fernando Henrique e que pela primeira vez exerce um cargo político, que temos que reconhecer que alguma coisa foi feita em termos de distribuição de terra, mas nada foi feito para procurar segurar esse homem lá. Sabemos que, só distribuindo terra, acabamos por propiciar que esse homem termine vendendo a própria terra por não ter mecanismos para permanecer ali. Não escutei o início da discussão, mas o que reprovamos, hoje, são os mecanismos utilizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Considerava legítimos os métodos utilizados antes, de pressão, de discussão, de exposição do movimento. Mas, agora, a prática da violência pode levar a um recrudescimento desnecessário no campo. Reprovo o uso de métodos violentos pelo MST, da mesma forma como fiz na década de 80 em relação à atuação dos fazendeiros, que utilizavam ar-



mas e métodos arcaicos. Acredito que isso não contribui para a efetivação de uma reforma agrária pacífica em nosso País.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Senador Demóstenes Torres, pelo aparte.

Temos que ter clareza, calma e tranquilidade para resolver esse problema. A questão agrária no Brasil se arrasta há mais de 500 anos e representa uma situação de injustiça social que, por si só, é insustentável, inconcebível e inadmissível. Portanto, precisamos entender que, se os que se rebelam contra essa situação excedem-se em alguns momentos, em algumas circunstâncias, isso é fruto da injustiça cristalizada na estrutura fundiária brasileira. No Brasil, volto a afirmar, 1% dos proprietários de terra são donos de mais da metade das terras agricultáveis do País. Isso, por si só, já representa uma violência inominável. É algo mais violento do que qualquer ato violento de resistência a essa situação.

Ouçó a Senadora Ana Júlia Carepa.

**A Sra. Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Ideli Salvatti. Parabéns-a pela abordagem do tema. Neste Senado, na semana passada, foi apresentado um pedido de criação de CPI para investigar o MST. Eu pergunto a todos, Senadora, se, em sã consciência, queremos realmente fazer a reforma agrária neste País ou se há alguns que apenas querem fazer barulho e se contrapor a uma reivindicação cuja justeza não se discute. Reforma agrária é algo básico para qualquer país se desenvolver. O que se fez foi uma “favelização” agrária e alguns acham que podem investigar apenas o MST. Não vou negar que excessos possam ter sido cometidos aqui ou ali. Mas o MST é um movimento de trabalhadores organizados que surgiu exatamente por conta da omissão e da falta de perspectiva de acontecer a reforma agrária no País. Quero saber, Senadora Ideli, se também vai haver a mesma vontade política de se investigar a grilagem de terra. Quero saber se vai haver a mesma vontade política para se investigar o trabalho escravo que muitos desses fazendeiros praticam, inclusive no meu Estado, o Pará, que, infelizmente, concentra 80% de todas as apreensões e posterior libertação de trabalhadores escravos ou em condições análogas. Ou se investigam a grilagem de terra e o trabalho escravo, que são crimes, ou não haverá, na verdade, a paz no campo. Ou se tem o objetivo de levar a paz ao campo, além de condições de sobrevivência para o trabalhador rural assentado, pois

muitos não têm luz, casa, água, assistência técnica e acesso à estrada, como na maioria dos assentamentos no Estado do Pará – também o que concentra maior quantidade de assentamentos –, transformando-os em produtores rurais, ou vai-se apenas atacar, mais uma vez, a organização dos trabalhadores. Penso que não deva ser assim, pois queremos fazer a reforma agrária. Por isso, parabéns V. Ex<sup>a</sup> pela abordagem do tema e quero dizer que a UDR não vai mudar Ministro em nosso Governo. A UDR, coisíssima nenhuma, não muda Ministro em nosso Governo.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Foi por isso, Senadora Ana Júlia, que comecei o meu pronunciamento – V. Ex<sup>a</sup> não estava presente – falando a respeito de “bonés” e “cabeças”. Os bonés colocados podem ser uma atividade momentânea, uma gentileza, mas não o que está dentro da cabeça das pessoas, a forma como enxergam essa realidade fundiária brasileira absolutamente injusta e como se posicionam.

O Presidente da República colocou o boné do MST? Colocou e creio que tem todo o direito de fazê-lo, como colocou inúmeros outros chapéus e esteve, por exemplo, em atividades dos grandes produtores rurais e em solenidades com o agronegócio brasileiro. Aliás, o Governo vem mantendo e ampliando esse importante setor da economia brasileira, reconhecendo a sua relevância. Hoje de manhã, o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, esteve com a Bancada de apoio ao Governo, mostrando-nos, exatamente, todo o potencial que está permeando esse setor, com grandes possibilidades de se ampliarem as nossas exportações, os recursos, a mão-de-obra e os empregos.

Todavia, não vamos escamotear. Quem quer fazer a defesa da injustiça fundiária, que não escamoteie, que coloque o chapéu. Já tive a oportunidade de dizer que não há nenhum problema nisso. Que cada um assuma o que defende. Estou sendo processada no Supremo porque disse que determinada figura política era lobista de banqueiro. Não há nenhum problema em ser lobista do que for. Eu sou lobista de professor, da educação pública, de que faço a defesa intransigente e não tenho vergonha. Temos vários lobistas, de inúmeros setores. Contudo, é preciso assumir, é preciso colocar o chapéuzinho de acordo com a idéia que está dentro da cabeça.

O Governo de Lula não só está dando apoio e condições para que o agronegócio continue em ex-

pansão no Brasil, como, ao mesmo tempo, está privilegiando a agricultura familiar. Pela primeira vez e prioritariamente, a dívida dos pequenos agricultores e assentados da reforma agrária está sendo negociada; o Plano Safra contém inúmeras novidades, especificamente para esse setor, simplificando-o, e existem o Cartão Pronaf, o Pronaf Mulher, o Pronaf Jovem Trabalhador Rural, o Pronaf Turismo Rural e o Pronaf Pesca, que ampliam os valores dos contratos e dão condições para a reforma agrária.

Como diz o Senador Saturnino, temos plena convicção de que essa reforma será feita pelo Governo de Lula, da mesma forma corajosa como o Presidente tem enfrentado inúmeras questões. Ela será feita dentro do respeito à lei e das condições democráticas do País, mas também dando condições para que os trabalhadores assentados possam viver com dignidade. Se o Presidente da UDR diz que o MST não quer reforma agrária, mas o poder, digo que os trabalhadores sem terra querem o poder, sim, mas o poder de viver com dignidade, criar sua família, ter um local para trabalhar e de onde tirar o seu sustento, de serem reconhecidos não como estando à margem da sociedade, mas como cidadãos brasileiros com direito a viver.

Sr. Presidente, agradeço e peço desculpas por ter ultrapassado alguns minutos.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Prorrogo o tempo destinado à Hora do Expediente para que possamos ouvir os Senadores inscritos para comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de me inscrever pela Liderança do PFL, após a Hora do Expediente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito em segundo lugar para falar após a Ordem do Dia, em seguida ao Líder Mozarildo Cavalcanti, primeiro a pedir a palavra.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de in-

teresse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ontem fui apanhado de surpresa por uma declaração bombástica do Sr. Ministro José Dirceu, sustentando ter havido corrupção farta em Governos recentes. Assim, eu tinha que responder, sobretudo pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Antes de tudo, duas explicações bem claras, nada escuras: se há corrupção, o Ministro domina e não diz quem roubou o quê, de quem e quanto, o Ministro é cúmplice de roubo neste País. O segundo ponto, bem claro também, bem direto, bem frontal: se houve irregularidades em relação à privatização das teles, é bom chamarmos às falas o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, que arquivou a Comissão Parlamentar de Inquérito solicitada por número suficiente, legal e regimental de Deputados, e, portanto, começaríamos apenas a repor a verdade e o bom senso.

Eu fiquei, Sras. e Srs. Senadores, a meditar sobre por que o Ministro José Dirceu teria dito isso, se S. Ex<sup>a</sup> é tão raposa e se porta sempre com tanta cautela. No dia seguinte, a simples leitura dos jornais me mostrou o porquê: **O Globo**: “Dirceu: “Grevistas terão de assumir o ônus”” – de apoiador contumaz de greve de servidores públicos, virou capitão-do-mato -; **Folha de S. Paulo**: “Lula diz que greve é direito, mas ameaça punir grevistas” – é a mesma linguagem de capitão-do-mato -; um analista de **O Estado de S. Paulo** de hoje: “PT prometeu demais”, referindo-se ao conflito do campo; **O Estado de S. Paulo** de hoje: “Querem sugar o nosso sangue, diz delegado da Polícia Federal”; **Correio Braziliense** de hoje, pelo colunista de Economia Antônio Machado: “O Governo está com os nervos à flor da pele”; **O Globo** de hoje: “Sem apoio da CUT, servidores vão a Lula, Dirceu e Berzoini em protestos”; **O Globo** de hoje – vamos para o quadro de recessão econômica, que se instala de maneira perversa no País, sob o olhar complacente e cúmplice do Governo de Lula -: “Menos fôlego em toda a indústria: produção caiu 3% em maio e crise se espalha pela cadeia produtiva. Emprego recua”; **Folha de S. Paulo** de hoje: “Dados da Confederação Nacional da Indústria confirmam estagnação industrial”; **O Globo** de hoje: “A elite dos servidores vai à greve”; **Folha de S. Paulo** de hoje: “Até 40% dos servidores aderem

à greve, diz Governo”; **Folha de S.Paulo** de hoje: “IBGE apresenta indústria parada” – quem diz, agora, sou eu: o que representa o aumento dos índices de desemprego que são cruéis neste País -; **Folha de S.Paulo**: “Indústria parada em maio, diz o IBGE”; **O Globo** de hoje: “Papéis trocados: Polícia Federal lidera greve e CUT é vaiada”; **O Estado de S. Paulo** de hoje – com o Ministro José Dirceu novamente, já numa posição mais cândida -: “Meta é elevar a renda de dez milhões de famílias.”

Senador Jefferson Péres, recebi um **e-mail** bem demonstrativo do que tem sido este Governo. Um e-mail, de um cidadão brasileiro, que me diz o seguinte: “Senador, continue a luta” – mas isso não é o mais importante. O que ele me diz de importante é: “Este Governo não passa o filme, só passa o **trailer**”. Ou seja, promessas renovadas, críticas, quadro de des-governo, e o Ministro acha que pode, levemente, dizer que houve corrupção no Governo anterior e, com isso, desviar a atenção, desviar o foco do não-governo! Porque há governos, e a gente critica o governo por ser bom, se a gente não gosta da boa linha dele, a gente critica por ser mal, se a gente não gosta da linha que se julga ruim dele, mas está havendo, agora, algo parecido com um não-governo, um Governo que não diz a que veio, e começo pelo Programa Primeiro Emprego, que não tem uma lei a legalizá-lo, a regulamentá-lo. Essa lei, se porventura existisse, eu não a conheço, não faz parte da prioridade desta convocação extraordinária. Ou seja, o Primeiro Emprego não é importante, não é fundamental. Se o fosse, o Governo teria tomado a atitude de agilizá-lo. Corre, hoje, Senador Efraim Morais, algo que não é piada – a não ser de humor negro –, em que o filho chega para o pai e diz – estou falando, agora, do primeiro emprego -: “Papai, tenho duas notícias: uma boa e outra ruim. Começo por qual, papai?” E ele diz: “Meu filho, comece pela boa, notícia ruim já tem demais nos últimos seis meses”. E o filho diz: “Papai, a notícia boa é que arranjei um emprego. Puxa, meu filho, que bom! E qual é a ruim? A ruim, papai, é que é o seu emprego; vou trabalhar no seu lugar, porque vai ser possibilitada essa mudança, que é prejudicial à sua vida, em função de um projeto mal-estruturado, que foi lançado, como se fosse um foguete de Cabo Canaveral, sem a certeza do retorno desse foguete a sua base”. Portanto, devo dizer que compreendi muito bem as razões do Ministro José Dirceu. Já não estou ofendido com S. Ex<sup>a</sup> pois se ele tivesse, na verdade, certeza de corrupção no Governo passado, teria dito,

repito, o nome do ladrão ou dos ladrões, quanto o ladrão ou os ladrões roubaram, de quem o ladrão ou os ladrões roubaram, sob pena de S. Ex<sup>a</sup> ser cúmplice de quem teria assaltado os cofres públicos deste País. A outra coisa é que S. Ex<sup>a</sup> continua passando o **trailer**, continua prometendo cada vez mais, enquanto não realiza. S. Ex<sup>a</sup>, na verdade, o que queria, e aí tem o jogo tático, pode não ser ético, limpo, correto, mas é um jogo tático, que, imagino, possa até ser justificável, se pensarmos em termos da mediocridade política que se pratica por aí, era desviar a atenção desse calhamaço que tenho em mãos, (ergue-os, mostrando ao Plenário) que prova que o Governo não está implantando um ritmo administrativo adequado, que está transferindo o Risco Brasil do macroeconômico para o microeconômico, haja vista a atitude desastrosa em relação às agências e a fuga de investidores. Denuncio, Srs. Senadores, que está havendo fuga de capitais deste País! Denuncio que o IED, Investimento Estrangeiro Direto, está significando saída de empresas deste País sem que outras venham para o lugar, porque tem havido essa agitação no campo, que perturba o investidor, têm havido, sem dúvida, esse titubeio e esse desastre em relação às agências, e tem havido aquilo que os brasileiros já se perguntam do porquê: tem havido algo que não é fácil de criticar. A gente critica o que existe. O que não existe a gente diz: que exercício duro que pedem da Oposição quando este Governo tem dentro das próprias hostes uma oposição interna tão forte! Que exercício duro se pede da Oposição, quando a Oposição teria que ser treinada e preparada para atacar governos. Denuncio que a nossa Oposição está sendo cobrada na função sofisticada, exigente – (o Sr. Presidente, fazendo soar a campainha) e já encerro, Sr. Presidente –, de criticar o não-governo, a inércia, a inação, a incompetência e essas coisas que, na verdade, para mim, não são éticas – não estou falando de roubo – é alguém dizer que há corrupção no País sem dizer quem roubou, apenas para desviar a atenção do quadro efetivo de des-governo que se implanta no País.

Sr. Presidente, gostaria de solicitar a transcrição, nos anais da Casa, de algumas manchetes dos periódicos acima citados.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM  
SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno)*

# O ESTADO DE S. PAULO

DATA: 04/07/2003 PÁGINA: \_\_\_\_\_

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

## Meta: elevar renda de 10 milhões de famílias

*Para Dirceu, programas sociais permitirão ao País atingir compromissos firmados com a ONU*

SANDRA SATO



DATA: 04/07/2003 PÁGINA: \_\_\_\_\_

## Dirceu acusa governos passados de corrupção

Titular da Casa Civil critica privatização. PSDB, em nota oficial, afirma que melhora do Brasil no IDH revolta P

REFORMAS: Chefe da Casa Civil diz que governo e Congresso têm mostrado disposição de negociar com servidores

## Dirceu: grevistas terão de assumir o ônus

Uma greve nunca é coisa agradável de se enfrentar, ainda mais vinda de companheiros', diz João Paulo

Isabela Abdala, Isabel Braga e Adriana Vasconcelos

**Dirceu:** O chefe da Casa Civil, José Dirceu, advertiu ontem que os servidores grevistas terão de arcar com as consequências da greve, mas não etalhou que consequências são essas. Ele disse que cabe ao ministro do Planejamento, Antônio Mantega, falar sobre assunto.

— A greve é um direito dos trabalhadores, está na lei, mas evidentemente eles têm que assumir as consequências administrativas do movimento.

Perguntado novamente sobre o assunto, respondeu:

— Não falei de consequências administrativas. Falei dos



DATA: 09/07/03 PÁGINA: \_\_\_\_\_

## Lula diz que greve é 'direito', mas ameaça punir grevistas

Presidente cogita cortar salário de servidor; governo negocia reformas

# O ESTADO DE S. PAULO

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: \_\_\_\_\_

## Para analista, PT prometeu demais

*Conflito no campo só  
será dissipado após  
cumprimento de  
promessas, diz Abrucio*

DENISE ABARCA  
e RITA TAVARES

# O ESTADO DE S. PAULO

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: \_\_\_\_\_

**'Querem sugar  
nosso sangue', diz  
delegado da PF**

*Em protesto, categoria  
foi à Santa Casa e  
fez doação 'para quem  
realmente precisa'*

# CORREIO BRAZILIENSI

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: \_\_\_\_\_

**BRASIL S/A**

por Antônio Machado  
cidadebiz@correioweb.com.br

Os nervos à  
flor da pele

**O GLOBO**

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: \_\_\_\_\_

*REFORMAS: Em São Paulo, um enterro simbólico da proposta do governo*

## Sem apoio da CUT, servidores vão Lula, Dirceu e Berzoini em protestos

Funcionários do BC aderem, jogam dominó e têm aulas de bordado



DATA: 09/07/2003 PÁGINA: \_\_\_\_\_

# Menos fôlego em toda a indústria

Produção caiu 0,3% em maio e crise se espalha pela cadeia produtiva. Emprego recua



**FOLHA DE S. PAULO** 80

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: \_\_\_\_\_

**Dados da CNI confirmam estagnação industrial**



DATA: 09/07/2003 PÁGINA: \_\_\_\_\_

# A elite dos servidores vai à greve

Lula diz que paralisação não atrapalha reforma: 'Prejudicaria se deputados parassem

**FOLHA DE S. PAULO** 80

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: \_\_\_\_\_

**PRIMEIRA GREVE** Sindicatos afirmam que 45% dos 880 mil funcionários públicos federais pararam trabalho contra reforma da Previdência

**Até 40% dos servidores aderem à greve, diz governo**



# FOLHA DE S. PAULO 80

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: \_\_\_\_\_

**MARCHA LENTA** *Produção industrial cai 0,3% na comparação com o mesmo mês de 2002 e fica estável em relação a abril*

## IBGE apresenta indústria parada em maio



DATA: 09/07/2003 PÁGINA: \_\_\_\_\_

## Papéis trocados: PF lidera greve e CUT é vaiada

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. (Paraná.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, para uma comunicação inadiável.

S. Exª dispõe de até cinco minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, em nome do Líder do Bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A palavra será concedida a V. Exª juntamente com outros Líderes já elencados.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho à tribuna trazer uma preocupação da parte produtora do Brasil.

O **Correio Braziliense** destaca, hoje, em uma extensa matéria, no Caderno de Economia, que o

Brasil passou a ser, nesses últimos doze meses, o maior vendedor de carne do mundo.

Sr. Presidente, isto quer dizer que o Brasil vem dando certo, o Brasil do meu Tocantins, o de Goiás, o de Mato Grosso, o Brasil da produção, o Brasil que conseguiu escapar da febre aftosa, o Brasil que fez o controle e a defesa animal de forma eficiente, colocando-nos como produtores aceitos pelos mercados mais importantes do mundo.

Sr. Presidente, é deste Brasil que venho falar, porém, trazendo alguma preocupação.

Destaca ainda o **Correio Braziliense** que o custo dos pecuaristas subiu 7% e que o preço do boi gordo caiu 10%.

Mas, Sr. Presidente, o que me preocupa ainda mais – e transformo essa preocupação em um apelo direcionado ao grande Ministro Roberto Rodrigues –, é a questão dos recursos para a defesa animal junto àqueles Estados que, a exemplo do Tocantins, conseguiram adquirir o Certificado de Zona de Exclusão da Febre Aftosa.

Sr. Presidente, para dar idéia da importância desse certificado, basta dizer que ele foi emitido em Paris e entregue às autoridades tocantinenses como reconhecimento pelo trabalho realizado pelo nosso



Estado, tendo em vista não haver detectado nenhuma ocorrência de casos da febre aftosa. Aliás, no Tocantins, também estamos trabalhando para o desenvolvimento de tecnologias, que são acompanhadas pelos produtores com o objetivo de obtermos a cada dia uma carne da mais alta qualidade. Sr. Presidente, as nossas portas estão abertas rumo ao Mercado Comum Europeu, ao mercado russo e o da China, além de outros mercados.

O **Correio Braziliense** destaca ainda o mal da vaca louca, mencionando que uma importante decisão foi tomada pelo Ministro Roberto Rodrigues no sentido de rastrear as 4.500 rezes, importadas pelo Brasil, oriundas dos Estados Unidos e do Canadá.

Sr. Presidente, parabênz S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro, por tal medida e solicito de S. Ex<sup>a</sup> que requeira à Delegacia Federal do Ministério da Agricultura no Tocantins os pedidos protocolados naquela Delegacia, para que não paralisemos os programas que estão em andamento no Estado do Tocantins. Custou tempo, dinheiro ao produtor tocantinense – o que não foi ainda atingido por outros Estados – para obtermos a condição de zona livre da aftosa e de outras doenças e males. Para isso, Sr. Presidente, veículos foram adquiridos, técnicos foram contratados, além de serem formados verdadeiros esquemas de mobilização entre os produtores rurais, além de cobranças de implantação de novas tecnologias. Recentemente, missões europeias visitaram fazendas e frigoríficos de Tocantins, atestando que o nosso Estado atingiu a excelência na produção de carne, sendo, hoje, um dos grandes exportadores de carne deste País.

Portanto, para darmos prosseguimento a todo esse programa, não podemos abrir mão de convênios junto ao Ministério da Agricultura, a fim de que o Tocantins continue a ser considerado uma área livre da febre aftosa – uma luta, como disse, de mais de dois anos.

Por fim, Sr. Presidente, a informação que temos do nosso Secretário da Agricultura é que, mesmo reconhecendo ser o Ministro Roberto Rodrigues um grande Ministro deste Governo, um homem do setor, um homem que conhece a pecuária e a agricultura brasileira, um homem que, hoje, está anunciando que vai rastrear o gado importado do Canadá e dos Estados Unidos, reiteramos a S. Ex<sup>a</sup> que não se esqueça de um Estado tão importante como é o do Tocantins, que conseguiu controlar a febre aftosa de maneira eficaz, além do reconhecimento que obtivemos junto aos mercados externos, para que possa o

produtor tocantinense continuar tranqüilo e apto a exportar a carne do nosso Estado para os mercados mundo afora.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do PFL.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero fazer uma reflexão positiva sobre as últimas atitudes do Governo.

Esta Casa recorda, porque faz muito pouco tempo que o fato ocorreu, da chegada do Presidente Lula ao plenário da Câmara dos Deputados, acompanhado de um séquito composto por Governadores e praticamente todo o Ministério, e pastas e pastas que continham as propostas de reforma tributária e previdenciária. Era como se uma barragem tivesse arrebentado e a água invadido o Congresso. Era como se a vontade do Brasil estivesse chegando naqueles pacotes cuidadosamente amarrados e transportados pessoalmente por Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ocorre que, naqueles pacotes, estão escritas coisas que, no entendimento do PFL e – estou seguro – do PSDB, são danosas e inconvenientes ao interesse da sociedade brasileira.

É uma reforma tributária que pereniza como proposta a CPMF, que foi aprovada com o meu voto não para viger eternamente, mas para existir até o final do ano que passou e este ano está vigendo com 0,08%. Trata-se de uma reforma tributária que elimina a possibilidade de os Estados fazerem a política de atração de investimentos pelo estabelecimento de cinco alíquotas imutáveis para a taxaçoão do que hoje é o ICMS. Aliás, a reforma tributária proposta é basicamente a perenizaçoão da CPMF e a intervençoão em impostos estaduais. De resto, é perfumaria.

O pacote traz algo que reputo profundamente desinteressante à sociedade no que tange à reforma da Previdência: a não paridade entre o salário do trabalhador na ativa e na aposentadoria, a taxaçoão do aposentado, o aumento da idade mínima para 60 e 65 anos para homens e mulheres, respectivamente, e por aí vai. Mas, pelo rio que desaguava, com a presença do Presidente Lula, dos Governadores e dos Ministros no Congresso, parecia que aquilo era o produto, a expressáo da vontade nacional, o que não é verdade.

Estou para fazer uma constatação, o que faço com prazer. A voz das ruas, os argumentos da Oposição estão começando a se fazer sentir, porque o Governo, pela suas vozes mais autorizadas, começa a declarar que a negociação está posta e que partes importantes das reformas serão negociadas. Creio que está se encerrando a fase da truculência, que foi por nós, da Oposição, diversas vezes denunciada. Porque o regime democrático não admite, não aceita a truculência como prática política. Acredito que a voz das ruas, a cobrança da coerência, a cobrança do compromisso tomado e da prática efetiva de governo está começando a sensibilizar o próprio Governo, que está sendo encostado no canto da parede. Os números do começo do Governo estão cedendo espaço para os números reais, que são perversos e que foram apresentados pelo Senador Arthur Virgílio. Esses números representam a dura realidade que o Brasil está vivendo, de desemprego, de recessão, de dificuldade no campo social, de desentendimento no campo, que é um barril de pólvora, para cuja explosão a Oposição não vai contribuir. Pelo contrário, como aqui já se manifestou, vai ajudar.

A par de fazer essas constatações, Sr. Presidente, chamo a atenção para um fato que me preocupa. As nossas cobranças estão começando a fazer efeito, a voz das ruas está começando a produzir resultados sobre aqueles que ontem eram truculentos e que estão agora começando a ceder espaço à lógica, ao racional. Refiro-me ao entendimento e à negociação em torno do interesse da sociedade.

Está anunciada a recriação da Sudene, da Sudam e da Sudeco, mas ao lado da tramitação de uma proposta de reforma tributária que suprime dos Estados a capacidade de atrair investimentos pela prática de uma política de incentivos, que entendo legítima. É a capacidade de emulação entre os Estados que está em jogo. É a capacidade do pobre de lutar para deixar de ser pobre e é a subtração, pela via do incentivo, de retirar do rico a capacidade de, pela inércia, perenizar-se ou perpetuar-se como rico.

Está, portanto, colocada a proposta de reforma tributária que suprime da Sudene, conforme órgão tradicional, a sua capacidade de agir como instrumento de execução de política regional. Com a informação de que estão sendo recriadas a Sudene, Sudeco e Sudam, quero voltar a cobrar um fato que já solicitei desta tribuna por duas vezes. Esta é a terceira vez que o faço. A reforma tributária será apreciada. O

PFL tomará posição e exigirá que a nova Sudene, a nova Sudeco e a nova Sudam surjam dentro de um modelo moderno. Se a política tributária decorrente da reforma tributária não der condições aos Estados de praticarem a política de desenvolvimento regional, é preciso que o Governo, com a criação da nova Sudene, proponha o novo modelo de política de desenvolvimento regional.

Recebi a informação de que a nova presidente da Sudene virá ao Congresso para discutir com Deputados e Senadores o modelo daquele órgão.

Aqui quero dar, como manchete, uma sugestão. A modernidade recomenda, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, que a Sudene não seja apenas um órgão analisador de projetos e aplicador de incentivos fiscais. A nova Sudene tem que ser, dentro da organização global das nações, do capital globalizado, o órgão que vai identificar, Estado por Estado, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, quais são as maiores vocações de cada Estado. Identificadas as vocações competitivas no plano nacional e internacional, fazer atração de capitais privados, nacionais e internacionais, para aí, sim, juntar aos recursos de incentivos fiscais, para viabilizar os empreendimentos que sejam trunfos nas economias dos Estados das regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

Faço essa cobrança porque está em tramitação os projetos de reforma previdenciária e tributária, e o PFL, na hora em que a reforma tributária chegar a esta Casa, vai exigir a apresentação de um projeto real de retomada do desenvolvimento regional em termos modernos, como se pratica nos países modernos do mundo.

Sobre isso quero fazer uma lembrança. Sua Excelência o Presidente Lula está viajando para a Europa, a Europa moderna: Portugal, Espanha e Inglaterra. Portugal governado por um integrante do PSD e a Espanha governada por um integrante do PP. Partidos centro-reformistas, coligados do PFL na IDC – Internacional Democrata Cristã, partidos que estão em Portugal e na Espanha construindo nações novas pela via da modernidade, na prática de uma formulação política centro-reformista, a exemplo do que prega o Partido da Frente Liberal. E na hora em que cobram a proposta da nova Sudene em termos modernos, quero dizer a esta Casa que o PFL vai ficar de ouvidos bastante abertos para ouvir o que o Presidente Lula vai dizer em Portugal e na Espanha, países em que os Primeiros-Ministros Durão Barroso e

José Maria Aznar, nossos companheiros da IDC, governam, e governam bem.

*Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Item 1:

#### **SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 1989-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 523, de 2003 – art. 336, II)

#### **(Votação nominal)**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar (nº 1/91-Complementar, naquela Casa), que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 688, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá, pela aprovação parcial do Substitutivo da Câmara, e pela rejeição de expressões e dispositivos que relaciona.

Discussão do Substitutivo da Câmara, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos dos art. 287 do Regimento Interno, o substitutivo da Câmara a projeto do Senado é considerado série de emendas, e votado separadamente por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – É sobre esta matéria?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – É sobre a votação.

Sr. Presidente, apresentei um substitutivo ao projeto que veio da Câmara. Fiz uma série de modificações.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Está incluído no relatório que a Mesa está fazendo à Casa.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 551, DE 2003**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 287 do Regimento Interno, requeiro votação, em globo, dos dispositivos do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989-Complementar (nº 1/91-Complementar, naquela Casa), que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal dá outras providências, que receberam parecer favorável.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador **Romero Jucá**.

#### **REQUERIMENTO Nº 552, DE 2003**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 287 do Regimento Interno, requeiro votação, em globo, dos dispositivos do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989-Complementar (nº 1/91-Comp1ementar, naquela Casa), que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências, que receberam parecer contrário.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador **Romero Jucá**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação o primeiro requerimento que foi lido, para votação, em globo, dos dispositivos do Substitutivo da Câmara com parecer favorável.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

**O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza.

**O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA** (PMDB – MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, há dois destaques de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Eles serão lidos no momento oportuno.

**O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA** (PMDB – MA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação o segundo requerimento, para votação, em globo, dos dispositivos do Substitutivo da Câmara, com parecer contrário.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência esclarece ao Plenário que, conforme os arts. 286 e 287 do Regimento Interno, a aprovação dos requerimentos de votação em globo não invalida o direito das Sras e dos Srs. Senadores de apresentarem requerimentos de destaque para votação em separado de qualquer dispositivo do Substitutivo da Câmara.

Nesse sentido, há sobre a mesa requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 553, DE 2003**

**Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado do § 2º do art. 7º do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.**

#### **Justificação**

A Câmara dos Deputados, ao aprovar o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar, suprimiu um importante dispositivo que constava no texto do projeto aprovado por esta Casa.

Trata-se do § 2º do art. 3º do projeto original, que tinha por função evitar a dupla cobrança do ISSQN sobre os serviços de construção civil, no caso de existência de empreitada com posterior contratação de subempreitadas para a execução do mesmo serviço. Pela sistemática adotada no projeto original, o valor das eventuais subempreitadas seria deduzido da base de cálculo do imposto devido pela empreitada.

Com a supressão do dispositivo na Câmara, o ISSQN passará a ser cobrado tanto na empreitada como nas sucessivas subempreitadas, o que levará a uma situação de especial iniquidade para os empresários do setor, além de provocar, ao final, elevação no preço dos imóveis, afetando toda a população.

O mesmo § 2º do art. 3º do projeto original também previa que na base de cálculo do ISSQN não se incluía o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços de construção civil. Idêntica previsão consta na legislação atual (§ 2º do art. 9º do Decreto-Lei nº 406/68) e se trata de disposição lógica, uma vez que os materiais utilizados na construção civil estão sujeitos ao pagamento do ICMS, já que constituem, obviamente, mercadorias, e não prestação de serviço.

Faz-se necessário, portanto, o restabelecimento do § 2º do art. 3º do projeto aprovado inicialmente no Senado, a fim de que seja evitada a dupla cobrança do ISSQN sobre um mesmo serviço, bem como a cobrança concomitante de ISSQN e de ICMS sobre uma mesma operação.

Para tanto, requeremos o destaque para votação em separado do § 2º do art. 7º do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar, artigo este que trata da base de cálculo do ISSQN, para que, com sua rejeição, seja restabelecido em seu lugar na proposição e com as devidas adaptações, o § 2º do art. 3º do projeto aprovado por esta Casa, que trata igualmente da base de cálculo do imposto.

As referidas adaptações envolvem apenas correções na redação do parágrafo, substituindo-se as alíneas **a**, e **b**, por incisos I e II, de modo a atender aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis, bem como a expressão “itens 36 e 37 da lista do art. 1º desta Lei” por “subitens 7.02 e 7.06 da Lista Anexa a esta Lei”.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2003. – **Romeiro Jucá.**

#### **REQUERIMENTO Nº 554, DE 2003**

Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado do § 3º do art. 7º e respectivo subitem 4.23 da lista anexa do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

#### **Justificação**

O texto original dessa matéria não previa a inclusão como base de cálculo para fins de aplicação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, de competência dos municípios sobre os serviços prestados pelas cooperativas de saúde. Por ocasião se sua tramitação na Câmara dos Deputados, foi apresentado substitutivo ao referido Projeto de Lei do Senado estendendo a aplicação daquele imposto às

cooperativas de saúde e esse dispositivo integra o texto ora em apreciação no Senado Federal.

O disposto no § 3º do art. 7º do PLS nº 161, de 1989-complementar, ora em apreciação, não observa o adequado tratamento tributário dispensado ao ato cooperativo, conforme preceitua a Constituição Federal, em seu art. 146, inciso III, alínea c.

No caso, a cooperativa de trabalho médico, ao administrar um plano de saúde, o faz como sociedade auxiliar, sem que ela seja diretamente responsável pelos serviços prestados e seja beneficiária dos recursos arrecadados. Assim, a cooperativa presta serviços ao cooperado, seu usuário, sem auferir vantagem patrimonial para si.

Isso porque, do valor arrecadado do usuário do plano de saúde, a cooperativa de trabalho não tem uma receita própria e o valor recebido pelo serviço prestado não é destinado à cooperativa e sim ao cooperado, como retribuição do seu trabalho.

A cooperativa é portanto uma mera depositária e o verdadeiro prestador dos serviços é o médico associado.

Essa é a essência e a lógica da sociedade cooperativa, consagrada mundialmente.

Por isso, forçosa é conclusão de que o contribuinte de ISS deve ser o médico cooperado e não a sua cooperativa.

O dispositivo constante do texto ora em apreciação colidem com esse princípio e desconsideram o ato cooperativo.

Dessa maneira, eles são passíveis de questionamentos no campo constitucional e a sua supressão do texto, além de respeitar os princípios previstos na Constituição Federal, não prejudicam a essência do projeto e a sua qualidade.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Jonas Pinheiro.**

#### **REQUERIMENTO Nº 555, DE 2003**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão “9º” contida no art. 10 do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

#### **Justificação**

O Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar, ao estabelecer normas gerais relativas ao imposto dos Municípios sobre serviços de qualquer natureza, buscou,

em seu art. 7º definir amplamente a base de cálculo do imposto.

Porém, a despeito do esmero do autor, que se utilizou de três parágrafos, além do **caput**, o texto do substitutivo deixou de abranger hipóteses, hoje, largamente utilizadas, como a relativa aos serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, e outras particularidades, como a redução ou acréscimo da base de cálculo no caso de prestação de serviços de manutenção de rodovia mediante a cobrança de pedágio.

Por essas razões faz-se necessária a supressão do trecho do substitutivo que revoga o art. 9º do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Fernando Bezerra.**

#### **REQUERIMENTO Nº 556, DE 2003**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado das expressões “de imagem”, “de expressão, de textos” e “de demais direitos autorais e de personalidade”, contidas no subitem 3.3 da Lista de Serviços anexa ao Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

#### **Justificação**

A cobrança de impostos sobre atividade ligada às artes ou a literatura contraria o papel atualmente conferido ao Estado de assegurar condições permanentes de continuidade da criação artística, sobretudo em condições extremamente competitivas das sociedades de mercado.

De nada adiantaria a existência de leis que concedem incentivos à produção artística e cultural, como a sucedânea da “Lei Sarney”, a “Lei Rouanet” (Lei nº 8.313, de 1991) ou a Lei de Incentivo às Atividades Audiovisuais (Lei nº 8.685, de 1993), além de muitas outras leis estaduais e municipais, se, ao lado delas, existirem outras leis tributárias que extraíam recursos do setor artístico, anulando, na prática, os efeitos das primeiras.

O dever do Estado moderno, no campo artístico-cultural é o de proteção, o de incentivo, assumindo moralmente a função, outrora desempenhada pelos mecenas, de estimular a produção e difusão de bens culturais formadores e informadores de conhecimento, de cultura e de memória. Por essa razão, a atividade artística deve ser gravada o mínimo possível de impostos que, ainda indiretamente, lhe embarquem o desenvolvimento.

No caso das atividades literárias, a tributação é ainda menos aceitável. A importância da literatura na formação cultural e no desenvolvimento de um povo, bem como o direito inviolável à livre manifestação do pensamento, levaram nossas últimas Constituições a vedar expressamente a imposição de qualquer imposto sobre livros, jornais e periódicos. Com isso, admitir a tributação da cessão de direito de uso de expressão, de textos e demais direitos autorais seria afrontar a imunidade constitucional, reduzindo o alcance que lhe é próprio. A par disso, provocaria elevação no preço final dos livros e demais publicações, dificultando ainda mais o acesso das camadas menos favorecidas da população à educação e à cultura, motivo pelo qual entendemos que a incidência, ainda que indireta, do ISSQN sobre os livros deve ser eliminada do ordenamento jurídico pátrio.

Em face do exposto apresentamos este requerimento de destaque para votação em separado, com o objetivo de rejeitar as expressões “de imagem”, “de expressão, de textos” e “de demais direitos autorais e de personalidade”, contidas no subitem 3.03 da Lista de Serviços do projeto.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Romeiro Jucá.**

#### **REQUERIMENTO Nº 557, de 2003**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do subitem 10.2 do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 1-A, de 1991, do Senado Federal (PLS nº 161/89 - Complementar na Casa de origem), que “define os serviços de qualquer natureza sujeitos ao imposto de competência dos municípios, previsto no inc. IV do art. 156 da Constituição, e estabelece suas alíquotas máximas”, visando a supressão do mesmo.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **João Alberto Souza.**

#### **REQUERIMENTO Nº 558, DE 2003**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da expressão “e Futuros” no subitem 10.5 do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 1-A, de 1991, do Senado Federal (PLS nº 161/89 - Complementar na Casa de ori-

gem), que “define os serviços de qualquer natureza sujeitos ao imposto de competência dos municípios, previsto no inciso IV do art. 156 da Constituição, e estabelece suas alíquotas máximas”.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **João Alberto Souza.**

#### **REQUERIMENTO Nº 559, DE 2003**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão “distribuição”, contida no subitem 13.1 da Lista de Serviços anexa ao Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

#### **Justificação**

O Parecer da CAE sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar concluiu pela rejeição do termo “distribuição” constante no subitem 13.01 da Lista de Serviços anexa à proposição.

Na época, entendeu-se que a distribuição de filmes, *video-tapes*, discos, fitas cassete, *compact disc*, *digital video disc* e congêneres fosse mera operação relativa à circulação de mercadorias, sujeita, portanto, à incidência do ICMS.

Porém, após a aprovação do Substitutivo na CAE, com as devidas rejeições, o exame mais acurado da matéria revelou que, assim como a produção e a gravação, a distribuição se trata, na verdade, de atividade de prestação de serviços, razão pela qual faz-se necessária correção, em tempo, do equívoco anterior, devendo ser mantido o texto aprovado na Câmara dos Deputados para o subitem 13.1 da Lista.

Com isso, a distribuição dessa espécie de mercadoria permanecerá no campo de incidência do ISS, tal qual determina a legislação atual – item 63 da Lista de Serviços Anexa ao Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com alterações posteriores.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Romeiro Jucá.**

#### **REQUERIMENTO Nº 560, DE 2003**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão “setor gráfico em geral”, contida no item 13 da Lista de Serviços anexa ao Substitutivo ao

Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

### Justificação

A mudança proposta para o setor gráfico na lista de serviços sujeitos ao ISS demonstra claramente que, ante a carência de recursos públicos, nossos governantes não hesitam em propor, de imediato, aumento de impostos, quase sempre sem um exame mais acurado das conseqüências que a tributação mais pesada acarretará ao universo de contribuintes chamados ao sacrifício.

Atualmente, em um ambiente de legislação que não é a ideal, a confecção de impressos gráficos somente está sujeita ao pagamento de ISS quando o material impresso não for objeto de saídas subsequentes, pois, do contrário, o impresso está sujeito à incidência do ICMS. Isto se deve ao fato de que o ICMS é imposto não-cumulativo, de modo que o valor pago pela indústria gráfica pode ser inteiramente abatido no imposto devido posteriormente pelos revendedores ou industriais adquirentes dos impressos.

Ocorre que o Substitutivo dispõe que qualquer impresso gráfico estará sujeito apenas ao ISSQN, imposto que incide em cascata, e que não poderia ser aproveitado como crédito do ICMS. Com isso, eleva a carga tributária de todos os impressos destinados a revenda e de todos os produtos que necessitem de rótulo ou embalagem, acarretando a cobrança de imposto sobre imposto e tornando nosso sistema tributário ainda mais cumulativo.

Visando a corrigir essa distorção, e garantir, pelo menos, a manutenção da situação atual, apresentamos o presente requerimento DVS, para permitir a rejeição da expressão “setor gráfico em geral em geral”, no item 13 da Lista de Serviços.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador, **Leonel Pavan**.

### REQUERIMENTO Nº 561, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão “impressão gráfica em geral, inclusive serviços de finalização e acabamento como corte, vinco, colagem e congêneres, ainda que venham a integrar de qualquer forma produtos destinados à comercialização ou industrialização”, contida no subitem 13.05 da Lista de Serviços anexa ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

### Justificação

A mudança proposta para o setor gráfico na lista de serviços sujeitos ao ISS demonstra claramente que, ante a carência de recursos públicos, nossos governantes não hesitam em propor, de imediato, aumento de impostos, quase sempre sem um exame mais acurado das conseqüências que a tributação mais pesada acarretará ao universo de contribuintes chamados ao sacrifício.

Atualmente, em um ambiente de legislação que não é a ideal, a confecção de impressos gráficos somente está sujeita ao pagamento de ISS quando o material impresso não for objeto de saídas subsequentes, pois, do contrário, o impresso está sujeito à incidência do ICMS. Isto se deve ao fato de que o ICMS é imposto não-cumulativo, de modo que o valor pago pela indústria gráfica pode ser inteiramente abatido no imposto devido posteriormente pelos revendedores ou industriais adquirentes dos impressos.

Ocorre que o Substitutivo dispõe que qualquer impresso gráfico estará sujeito apenas ao ISSQN, imposto que incide em cascata, e que não poderia ser aproveitado como crédito do ICMS. Com isso, eleva a carga tributária de todos os impressos destinados a revenda e de todos os produtos que necessitem de rótulo ou embalagem, acarretando a cobrança de imposto sobre imposto e tornando nosso sistema tributário ainda mais cumulativo.

Visando a corrigir essa distorção, e garantir, pelo menos, a manutenção da situação atual, apresentamos o presente requerimento DVS, para permitir a rejeição da expressão “impressão gráfica em geral, inclusive serviços de finalização e acabamento como corte, vinco, colagem e congêneres, ainda que venham a integrar de qualquer organização produtos destinados à comercialização ou industrialização” contida no subitem 13.05 da Lista de Serviços.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Leonel Pavan**.

### REQUERIMENTO Nº 562, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado das expressões “gráfico” e “impressão gráfica”, contidas, respectivamente, no item 113 e no subitem 13.05 da Lista de Serviços anexa ao Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

### Justificação

Ao definir na lista de serviços as atividades ligadas à indústria gráfica, o Substitutivo da Câmara dos Deputados define os impressos gráficos de qualquer natureza como sujeitos ao ISS, avançando, a nosso ver, no campo de incidência do ICMS.

Atualmente, em face do texto lacunoso da legislação, construiu-se o entendimento de que confecção de impressos gráficos somente está sujeita ao pagamento de ISS quando o material impresso não for objeto de saídas subseqüentes, pois, do contrário, o impresso está sujeito à incidência do ICMS. Isto se deve ao fato de que o ICMS é imposto não-cumulativo, de modo que o valor pago pela indústria gráfica pode ser inteiramente abatido no imposto devido posteriormente pelos revendedores ou industriais adquirentes dos impressos.

Ocorre que o Substitutivo dispõe que qualquer impresso gráfico estará sujeito apenas ao ISSQN, imposto que incide em cascata, e que não poderia ser aproveitado como crédito do ICMS. Com isso, eleva a carga tributária de todos os impressos destinada a revenda e de todos os produtos que necessitem de rótulo ou embalagem, acarretando a cobrança de imposto sobre imposto e tomando nosso sistema tributário ainda mais cumulativo. Visando a corrigir essa distorção, em nosso relatório aprovado na CAE, opinamos pela rejeição das expressões “setor” e “em geral”, contidas no item 13 da Lista, e “em geral, inclusive serviços de finalização e acabamento como corte, vinco, colagem e congêneres, ainda que venham a integrar de qualquer forma produtos destinados à comercialização ou industrialização”, contida no subitem 13.05 da Lista.

Porém, analisando mais detidamente o texto do substitutivo, verificamos a necessidade de serem suprimidas adicionalmente as expressões “gráfico”, contida no item 13, e “impressão gráfica”, contida no subitem 13.05 da Lista, a fim de que as indústrias gráficas não venham a correr o risco de ser alvo de injustificada duplicidade de exigência fiscal, tanto por parte dos Estados como por parte dos Municípios.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Romeiro Jucá.**

### REQUERIMENTO Nº 563, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão “de seguro desemprego, de loterias”, contida no subitem 15.01 da Lista de Serviços

anexa ao Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 — Complementar.

### Justificação

O subitem 15.01 da Lista de Serviços anexa ao Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar tipifica como fato gerador do ISSQN o serviço de administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados, de seguro desemprego, de loterias, de crédito educativo, do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de Previdência Social e congêneres.

Examinando a matéria, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer propondo que fossem suprimidos da Lista os serviços de administração de crédito educativo, do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de Previdência Social.

A proposta de supressão teve origem no entendimento de que não seria justo instituir tributo incidente sobre recursos pertencentes a programas relevantes. Entre tais programas insere-se também o seguro-desemprego, razão pela qual a referência a ele deve ser eliminada da Lista de Serviços, a fim de que sejam preservados os recursos a ele destinados.

As loterias, por sua vez, já são oneradas por várias contribuições sociais, cuja receita reverte-se em prol de programas governamentais de especial relevância, como os relativos ao desenvolvimento do desporto, ao Fundo Penitenciário e, sobretudo, à seguridade social. São elas:

1ª. Contribuição da renda líquida de concursos de prognósticos para a seguridade social;

2ª. Contribuição sobre os prêmios de concursos de prognósticos;

3ª Contribuição e adicional sobre a receita de concursos de prognósticos para o desenvolvimento do desporto;

4ª Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos para o Indesp;

5ª Contribuição do adicional a receita de concursos de prognósticos para o Indesp;

6ª Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos para o Funpen; e



7ª Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos e prêmios prescritos.

Com todas essas contribuições, cuja receita é vinculada a ações governamentais relevantes, já onerando as receitas das loterias, não julgamos conveniente a instituição de mais um tributo sobre a referida atividade.

Por essas razões, requeremos o destaque para votação em separado, e conseqüente rejeição, da expressão “de seguro desemprego, de loterias”, contida no subitem 15.01 da Lista de Serviços.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Romeiro Jucá**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votação, em globo, dos requerimentos de destaque que acabam de ser lidos.

As Sras e Srs. Senadores que os aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 69 da Constituição, combinado com o do art. 288, inciso III, letra “a”, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares, para que possamos proceder à votação.

Votação, em globo, dos dispositivos do Substitutivo da Câmara, de parecer favorável, ressalvados os destaques.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a orientação é o voto “sim”, aprovando o relatório que apresentei.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Como orienta a Bancada do PMDB?

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conversamos bastante, nas últimas horas, e chegamos a um acordo possível em torno do relatório, do Substitutivo do Senador Romero Jucá, com o fundamental compromisso, assumido por todas as Lideranças, de que, com relação ao sistema financeiro, se precisarmos aprimorar algo mais, nós o faremos daqui para a frente.

Resolvemos outros problemas, sobretudo dos artistas, a questão dos direitos autorais, de modo que

a recomendação do PMDB é o voto favorável, em função do acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, Líder do Bloco de apoio ao Governo.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco recomenda o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Algum outro Líder deseja orientar a sua Bancada? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, o substitutivo do Senador Romero Jucá é consensual. A recomendação do PDT é o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o competente relatório do Senador Romero Jucá ressalva o direito autoral, e, na verdade, ele e a lei não aumentam carga tributária; eles são mais disciplinadores do que arrecadadores. Por tudo isso, pelo acordo feito, pelo trabalho desempenhado muito competentemente por todas as Lideranças, a começar pela Liderança do Governo e passando por todos os demais Líderes, recomendo à minha Bancada o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, do PFL.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, essa matéria vem sendo discutida há anos, e reputo que esteja 95% madura. Há alguns pequenos reparos que, pelo encaminhamento dos destaques, vão ficar claros. No entanto, penso que a questão encaminhada pelo Sindicato da Construção Civil e a questão dos direitos autorais foram corretamente negociadas pelo Relator, que desejo cumprimentar pelo substitutivo apresentado, que vai merecer o voto “sim” do Partido da Frente Liberal.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PPS – ES) – Sr. Presidente, o PPS parabeniza o Senador Romero Jucá e também recomenda o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, do PTB.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, muito embora o Líder do Bloco já se tenha manifestado, pela participação que tivemos na discussão do projeto, quero registrar o magnífico trabalho feito pelo Senador Romero Jucá e recomendar o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, cumprimento o excelente trabalho do Senador Romero Jucá, sem o qual não teria sido possível votar matéria tão complexa. Quero destacar que o projeto, basicamente, atualiza a base de tributação do ISS, que era de 1968. Muitos novos serviços surgiram, e, agora, essa atualização vai permitir ampliar a base de arrecadação, reduzindo-se, em alguns serviços, a alíquota, porque há uma sobrecarga de impostos.

Sr. Presidente, destaco ainda que o Sr. João Alberto Souza e a Bancada do PMDB, na pessoa do Líder Renan Calheiros, têm um papel muito importante em todo esse processo. Abordam algumas questões relacionadas ao mercado financeiro, sobretudo o Mercado de Futuros, que, eventualmente, não seria objeto de tributação do ISS.

O Governo está disposto a analisar essa questão, bem como a reivindicação dos Prefeitos, que, sobretudo nos grandes centros financeiros, tecem argumentos sobre o limite de 5%, que é necessário. Em boa parte dos Municípios, só há agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Se não houver um teto, haverá abuso de tributação. E os bancos públicos já têm prejuízo na sua função. O Governo quer estudar com mais detalhe a questão do ISS no âmbito do sistema financeiro. E aí poderíamos incorporar a preocupação do Senador João Alberto Souza.

Há também a preocupação do Senador Jonas Pinheiro em relação às cooperativas, matéria também relevante que precisa ser analisada. Com isso, concluiríamos os trabalhos.

O Relator teve ainda papel fundamental em dois pontos. Atendeu à classe artística, porque o direito autoral deve receber tratamento semelhante ao do bem imóvel, não podendo ser tributado na condição de ISS. É uma renda, é um patrimônio, assim como a propriedade e o aluguel, que não é objeto de tributação do ISS. Isso foi acatado pelo Relator, e o Presidente José Sarney tem papel muito importante nesse diálogo com os representantes do setor da cultura.

Quanto à indústria da construção civil e à indústria gráfica, houve a separação necessária entre ISS, mercadoria e serviço.

O projeto foi discutido com rigor, cuidado e profundidade. Creio que o relatório é muito promissor, restando, portanto, fundamentalmente, a questão do cooperativismo e do sistema financeiro para dialogar com as prefeituras. Com a preocupação expressa pelo Senador João Alberto Souza, vamos sentar e dialogar. Temos seis meses para fazê-lo, porque, só no próximo ano, essa base de tributação passará a vigorar.

Por tudo isso, parabeno os Líderes do Senado por este momento importante para os Municípios, de atualizar a base de recolhimento do ISS, ampliando-o para os setores que não pagavam, permitindo assim reduzir a carga tributária.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

Peço às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário. Estamos procedendo a uma votação nominal. (Pausa.)

*(Procede-se à votação nominal.)*



Senado Federal

# VOTAÇÃO NOMINAL

## DISPOSITIVOS DE PARECER FAVORÁVEL, SUB. AO PLS 161, DE 1989 - COMPL.

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 9/7/2003

Num.Votação: 1  
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 9/7/2003 16:18:05  
Encerramento: 9/7/2003 16:25:47

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	AMIR LANDO	SIM	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM				
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	SIM				
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM				
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	SIM				
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	SIM				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM				
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM				
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM				
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	SIM				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM				
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	SIM				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM				

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 62  
Votos NÃO : 00  
Votos ABST. : 00  
Total : 62

Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votaram SIM 62 Srs. Senadores.

Não houve voto NÃO.

Não houve abstenção.

Total: 62 votos.

A matéria foi aprovada. (Palmas.)

Recomendo às galerias que não se manifestem.

Vamos proceder, agora, à votação dos destaques.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço que V. Ex<sup>a</sup> faça constar em ata o meu voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O Senador Luiz Otávio manifesta que votaria favoravelmente ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, qual é o dispositivo? São vários destaques, e não tenho o número do destaque. Que dispositivo está sendo votado?

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – É o § 2º do art. 7º do substitutivo da Câmara.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse destaque visa restabelecer no corpo do projeto as ressalvas que já estão, na prática, vigendo hoje, que são exatamente o abatimento para base de cálculo de ISS do valor total das notas fiscal, o material de construção empreendido na obra e a subempreitada, que já paga ISS. Esse dispositivo já está valendo, mas estava omissa no texto, sendo incluído no texto da Câmara.

Portanto, a orientação é restabelecer o texto da Câmara, votando “não” ao texto do meu relatório, retomando o texto da Câmara.

Pergunto se esse seria o entendimento?

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Se V. Ex<sup>a</sup> deseja manter o texto da Câmara, o voto será “sim”.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Então, desejo manter o texto da Câmara, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Fica esclarecido ao Plenário de que a orientação é a de que se mantenha o texto da Câmara.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Aliás, Sr. Presidente, a orientação é para se manter o texto original do projeto. Então, encaminho o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Se V. Ex<sup>a</sup> deseja manter o texto original do projeto, o voto é “não”.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, recomendo o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Os Srs. Líderes podem orientar suas Bancadas.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco recomenda o voto “não”.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL vota “não”, para evitar dupla tributação.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, novamente homenageando o Senador Romero Jucá, a orientação do PMDB é o voto “não”.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, o PDT recomenda o voto “não”.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, o PTB recomenda o voto “não”.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Governo recomenda o voto “não”, por entender que as matérias-primas não podem ser objeto de serviço.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Os Srs. Senadores já podem votar.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, o PSDB orienta o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O PSDB recomenda o voto “não”.

Peço às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que agilizem a votação, porque ainda há 11 votações nominais em face dos destaques pedidos. (Pausa.)

Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (Pausa.)

Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.)*



Senado Federal

# VOTAÇÃO NÔMINAL

## § 2º DO ART. 7º, DO SUB AO PLS 161/1989-COMPL.

Num. Sessão: 1  
Data Sessão: 9/7/2003

Num. Votação: 2  
Hora Sessão: 14:30:00

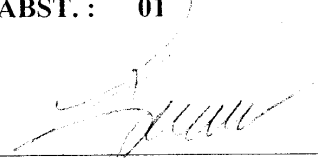
Abertura: 9/7/2003 16:29:00  
Encerramento: 9/7/2003 16:31:52

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO
PMDB	RO	AMIR LANDO	NÃO
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	NÃO
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	NÃO
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLICY	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	NÃO
PFL	PI	HERACLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	NÃO
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	NÃO
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	NÃO
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN	NÃO
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PFL	PE	JOSÉ JÓRGE	NÃO
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	NÃO
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	NÃO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PFL	SE	RENILDO SANTANA	NÃO
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO
PMDB	RR	ROMERO JUCA	NÃO
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	ABST.
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	NÃO

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	NÃO
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 04  
Votos NÃO : 58 Total : 63  
Votos ABST. : 01

  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votaram SIM 04 Srs. Senadores; e NÃO 58.

Houve uma abstenção.

Total: 63 votos.

A matéria foi rejeitada, e restabelecido o texto original do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votação do destaque para votação em separado. Nos termos regimentais, o Senador Jonas Pinheiro requer destaque para votação em separado do § 3º do art. 7º e respectivo subitem 4.23 da lista anexa do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989-Complementar.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro, para justificar.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por favor, gostaria de retificar meu voto, que seria “não” e, por engano, votei “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Ata registrará a retificação do Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, orientei a Bancada a votar “não”, elogiei o parecer do Senador Romero Jucá, mas acabei equivocadamente votando “sim”. É a companhia que continua não sendo muito recomendável. (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Ata registrará o equívoco de V. Exª, Senador Renan Calheiros.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo mesmo motivo, por equívoco, apertei a tecla “abstenção”, quando na verdade o voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Senador Sérgio Cabral, a Ata registrará o voto de V. Exª.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também votei por engano.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Também o Senador Romeu Tuma.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que há alguma coisa no painel, porque encaminhei o voto “não” e saiu “sim” no painel. Meu voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A culpa é do painel, Senador José Agripino. (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro, para justificar seu requerimento de destaque.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero chamar a atenção dos Líderes Aloizio Mercadante, José Agripino, Jefferson Péres, Arthur Virgílio, Fernando Bezerra, Tião Viana, Renan Calheiros, João Batista Motta e do Relator, Romero Jucá, para esse pedido de destaque. Por que o pedimos?

O texto original que votamos no Senado não previa a inclusão como base de cálculos para fins de aplicação do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, o ISS, de competência dos Municípios, sobre os serviços prestados por associados de cooperativas de saúde. Na sua tramitação, na Câmara dos Deputados, foi-lhe apresentado substitutivo para estender a aplicação daquele Imposto às cooperativas de saúde. Esse dispositivo integra o texto ora apreciado no Senado Federal.

O disposto no §3º do art. 7º do PLS nº 161, de 1989-Complementar, não observa o adequado tratamento tributário dispensado ao ato cooperativo, Sr. Presidente, conforme preceitua a Constituição Federal no seu art. 146, inciso III, alínea “c”.

No caso, Srs. Líderes, a cooperativa de trabalho médico, ao administrar um plano de saúde, o faz como sociedade auxiliar, sem que ela seja diretamente responsável pelos serviços prestados, nem benefi-

ciária dos recursos arrecadados. Assim, a cooperativa presta serviço ao cooperado, seu usuário, sem auferir vantagem patrimonial para si.

Isso posto, a cooperativa de trabalho não tem receita própria, e o valor arrecadado do usuário no plano de saúde pelo serviço prestado não é destinado à cooperativa e sim ao cooperado, como restituição do seu trabalho. A cooperativa é, portanto, mera depositária do valor recebido do usuário, sendo o médico associado o verdadeiro prestador dos serviços.

Então, Sr. Presidente, se o médico pagar e a cooperativa também pagar, haverá bitributação. Essa é a essência e a lógica da sociedade cooperativa, consagrada mundialmente. Por isso, forçosa é a conclusão de que a contribuição do ISS deve ser do médico cooperado e não da sua cooperativa. O dispositivo, incluído na Câmara dos Deputados, constante no texto ora em apreciação, colide com esse princípio e desconsidera o ato cooperativo inserido em nossa Constituição. Dessa maneira, ele é passível de questionamento no campo constitucional e a supressão dele do texto, além de respeitar os princípios previstos na Constituição Federal, não prejudica a essência do projeto e a sua qualidade.

Portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, estamos trazendo esse assunto à baila porque fomos verificar, por último, e notamos que é injustiça cobrar o ISS do médico prestador de serviço e da cooperativa, que é mera prestadora do serviço daqueles médicos.

Peço a compreensão dos Srs. Líderes para voltarmos a conversar sobre esse assunto, principalmente, ao Sr. Relator, porque aqui está embutida uma bitributação no caso das cooperativas, que têm o ato cooperativo que as protegem.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Relator.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, apesar de entender a preocupação do Senador Jonas Pinheiro, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos que considero importantes.

Primeiramente, no texto da proposta, no art. 7º, § 3º, menciona-se o seguinte:

§ 3º Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 4.22 e 4.23 da lista anexa, quando operados por cooperativa...” – por-

tanto, contratados e atuados pela cooperativa – “... deduzir-se-ão da base de cálculo os valores despendidos com terceiros pela prestação de serviços de hospitais, laboratórios, clínicas, medicamentos médico, odontólogos e demais profissionais de saúde.

O que determinam as relações 4.22 e 4.23? O seguinte:

4.22. Planos de medicina de grupo ou individual e convênios, para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23. Outros planos de saúde que cumpram, através do serviço de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano, mediante indicação do beneficiário.

Colocar da forma como pretende o Senador Jonas Pinheiro, retira-se da tributação planos de saúde e uma série de serviços que efetivamente devem pagar. Não estamos aqui tributando o ato cooperado, mas, em tese, tributando e abatendo dessa tributação os serviços da área de saúde quando contratados por cooperativas.

Essa questão do ato cooperado entendo – e aí o Senador Aloizio Mercadante pode se posicionar pela Liderança do Governo – pode ser discutida quando formos tratar especificamente da complementação do sistema financeiro na questão do ISS. Agora, entretanto, meu parecer é contrário ao destaque do Senador Jonas Pinheiro, pela manutenção do texto da forma como apresentei no substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Para a manutenção do texto, o voto será “sim”, de acordo com o parecer do Senador Romero Jucá.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer que, se for suprimido do texto, cairá toda a tributação de planos de saúde. São mais de 40 milhões de pessoas e é um serviço efetivo. O texto já tem o cuidado de excluir da definição do cálculo do ISS todas as outras atividades vinculadas – hospitais, materiais – para não haver a bitributação.

Qualquer tributação sobre ato cooperativo será tratada à parte, não haverá ambigüidade da lei. Esse é o compromisso de trabalharmos nessa direção, não o que está escrito nesse texto. Estamos tratando aqui de planos de saúde, excluindo todas as atividades em

que poderia incidir a bitributação. Não podemos evidentemente tirar esse serviço, um serviço importante na receita dos Municípios, que têm imensas responsabilidades.

Por isso, há o compromisso de tratar a questão cooperativa à parte, e como eu disse, também quanto a algumas questões pendentes no aspecto do sistema financeiro, vamos negociar no mérito. O ato cooperativo está previsto na Constituição e não é objeto dessa discussão neste momento.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a orientação é do voto “sim”, para manter o texto do meu substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Mesa explicou que, para manter o texto do projeto de acordo com o parecer do Relator, o voto será “sim”, contra o destaque, portanto.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar. As Lideranças já podem orientar suas Bancadas.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, recomendo o voto “sim”.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, quero reconhecer o mérito da preocupação do

Senador Jonas Pinheiro, que é total, igualmente as implicações do Relator, Senador Romero Jucá, e guardar o compromisso tomado taxativamente pelo Líder do Governo de considerar esse fato na época oportuna.

Por essa razão, o PFL recomenda o voto “sim”.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, a orientação para a Bancada do PMDB é o voto “sim”.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, na excelente companhia do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, o voto para o PSDB é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

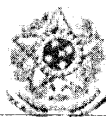
Peço aos Srs. Senadores que agilizem os seus votos, uma vez que ainda teremos nove votações.

O esforço do Senado justifica-se, estamos votando um excelente projeto, esperado pela sociedade há tanto tempo, um trabalho feito pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Todos os Senadores já votaram? Vou proceder à apuração. (Pausa)

*(Procede-se à apuração.)*





Senado Federal

## VOTAÇÃO NOMINAL

## § 3º DO ART. 7º, SUBITEM 4.23, DO SUB. AO PLS 161, DE 1989 - COMPL.

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 3 Abertura: 9/7/2003 16:40:45  
 Data Sessão: 9/7/2003 Hora Sessão: 14:30:00 Encerramento: 9/7/2003 16:44:38

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	SIM
PMDB	RO	AMIR LANDO	SIM	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM				
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	SIM				
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM				
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	SIM				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	SIM				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	SIM				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM				
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM				
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM				
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM				
PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	SIM				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	SIM				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM				
PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM				
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	SIM				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM				

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 60  
 Votos NÃO : 03 Total : 63  
 Votos ABST. : 00

Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votaram SIM 60 Senadores; NÃO 03.

Não houve abstenção.

Total: 63 votos.

O destaque foi rejeitado, aprovado o texto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Destaque nº 3. Pede a votação em separado da expressão “nono”, contida no art. 10 do substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 161. Assinado pelo Senador Fernando Bezerra.

Com a palavra o autor para justificar seu pedido de destaque.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (Bloco/PTB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a razão do destaque e da emenda para que se reponha o art. 9º é no sentido de evitar a bitributação. O art. 9º do Decreto-Lei nº 406 fazia a separação clara entre os materiais e a prestação de serviços. Nesse sentido, já nos entendemos com o Relator, Senador Romero Jucá. Com o aperfeiçoamento feito por S. Exª no art. 7º, creio que atende o sentido de que seja tributado apenas a prestação de serviço. São minhas explicações, Sr. Presidente.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Relator.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a posição do Relator é favorável ao destaque e, portanto, à supressão quando se fala do art. 9º no art. 10. O pare-

cer é para retirar a menção ao art. 9º. O voto é “não” porque o que está sendo votado é o art. 9º. Para se retirar o art. 9º, o voto é “não”, acompanhando a indicação do Senador Fernando Bezerra, que complementa o entendimento feito com a área de construção civil para não haver bitributação nessa matéria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O parecer é no sentido de aprovar o pedido de destaque e votar “não” para a supressão no texto da lei da expressão destacada.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL vota “não”.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O PSDB vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – PSDB vota “não”, PFL vota “não”, PDT vota “não”, PMDB vota “não”.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Se todas as Sras e todos os Srs. Senadores já votaram vou proceder à apuração.

*(Procede-se à apuração.)*



Senado Federal

VOTAÇÃO NOMINAL<sup>tr</sup>

## EXPRESSÃO "9", ART. 10, SUB PLS 161/1989 - COMPL.

Num.Sessão: I Num.Votação: 4 Abertura: 9/7/2003 16:46:10  
 Data Sessão: 9/7/2003 Hora Sessão: 14:30:00 Encerramento: 9/7/2003 16:47:44

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO				
PMDB	RO	AMIR LANDO	NÃO				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	NÃO				
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	NÃO				
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	NÃO				
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO				
Bloco-PTB	PA	DÚCIOMAR COSTA	NÃO				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	NÃO				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	NÃO				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO				
PMDB	MG	HELIO COSTA	NÃO				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	NÃO				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	NÃO				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO				
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN	NÃO				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	NÃO				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO				
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO				
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO				
PMDB	RS	PÉDRO SIMON	NÃO				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO				
PSDB	CE	RÉGINALDO DUARTE	NÃO				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	NÃO				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO				
PFL	BA	RÓDOLPHO TOURINHO	NÃO				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO				
PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO				
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO				
PSDB	PE	SÉRGIO GUÉRRRA	NÃO				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	NÃO				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO				

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 00  
 Votos NÃO : 60 Total : 60  
 Votos ABST. : 00

Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votaram NÃO 60 Srs. Senadores.

Não houve abstenções.

Total: 60 votos.

Rejeitada a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Destaque de autoria do Senador Romero Jucá, Relator, pedindo que sejam votadas em separado as expressões “de imagem”, “de expressão” e “de textos” “e demais direitos autorais e de personalidade”, contidas no subitem 3.03 da Lista de Serviços anexa ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 161.

Com a palavra o Relator, autor do destaque.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse destaque coroa o entendimento realizado hoje, no Gabinete de V. Ex<sup>a</sup>, na Presidência, com diversos artistas e empreendedores culturais, no sentido de não tributar com ISS (Imposto sobre Serviços) o direito de imagem, o direito autoral e uma série de questões ligadas à propriedade intelectual.

A posição do Relator é ajustar o termo da forma como foi feito o entendimento e por isso votamos para a retirada dessas expressões que constam no substitutivo. Portanto, a orientação de votação é “não” para a retirada dos textos mencionados.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O parecer do Relator é pela retirada dos textos, portanto, pela supressão. A orientação é “não”.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Peça a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto “não”.

Destaco a importância do Presidente da Casa, Senador José Sarney, que sempre teve muita sensibilidade quanto ao tema da cultura na construção deste acordo. A Senadora Roseana Sarney tem participado ativamente de todos os temas relacionados à cultura, assim como o Líder Renan Calheiros e o Senador Romero Jucá. Entendo que a cultura tem que ser tratada com excepcionalidade, portanto a autoria de uma obra não pode ser considerada como serviço e, sim, como renda.

Finalmente, destaco que o Governo continuará prestigiando o Senador Romero Jucá como Relator, não só pela competência, mas porque o Senador Arthur Virgílio está tendo uma recaída governista muito oportuna ao Senado e aos desafios que temos pela frente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, nenhuma razão de oposição me faria votar contra a cultura brasileira. Portanto, em defesa dela, o PSDB recomenda o voto “não”, com o Relator e com o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Legitimado por esse setor, agradeço a expressão sobre a cultura.

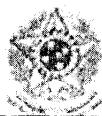
**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – O PFL vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (Bloco/PTB – RN) – O PTB vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal.)*



Senado Federal

## VOTAÇÃO NOMINAL

## EXPRESSÃO "DE IMAGEM" SUBITEM 3.03, SUB PLS 161/1989-COMPL.

Num. Sessão: I Num. Votação: 5 Abertura: 9/7/2003 16:48:30  
 Data Sessão: 9/7/2003 Hora Sessão: 14:30:00 Encerramento: 9/7/2003 16:51:06

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO				
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO				
PMDB	RO	AMIR LANDO	NÃO				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	NÃO				
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	NÃO				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	NÃO				
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO				
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	NÃO				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	NÃO				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	NÃO				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	NÃO				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	NÃO				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	NÃO				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO				
PMDB	PA	LUIZ OTAVIO	NÃO				
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO				
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	NÃO				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	NÃO				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO				
PMDB	RR	ROMERO JUCA	NÃO				
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	NÃO				
Bloco-PT	AC	SIBA MACHADO	NÃO				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO				

Votos SIM : 00  
 Votos NÃO : 56 Total : 56  
 Votos ABST. : 00

Primeiro-Secretário

Presidente: JOSÉ SARNEY

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissor: 9/7/2003 16:51:07

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votaram NÃO 56 Srs. Senadores.

Não houve abstenção.

Total: 56 votos.

Rejeitada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Passa-se à apreciação do Destaque nº 05, para votação em separado do Subitem nº 10.02, do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 01 – A, de 1991.

Subscritor: Senador João Alberto.

Com a palavra o autor do requerimento de destaque, Senador João Alberto.

**O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA** (PMDB – MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o destaque refere-se a agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

Nos termos do art. 153, inciso V, da Constituição Federal, compete à União Federal a instituição de impostos sobre operações relativas a títulos ou valores mobiliários.

Mas, Sr. Presidente, ouvi a palavra do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, comprometendo-se, assim como quanto ao outro destaque que redigi, a manter um entendimento na execução, para que não se criem problemas à aprovação desse projeto.

Assim sendo, Sr. Presidente, solicito a retirada do meu destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Senador João Alberto, peço a V. Ex<sup>a</sup> que formalize a retirada do seu destaque – a Mesa levará até V. Ex<sup>a</sup> o documento para esse fim.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a V. Ex<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, na votação imediatamente anterior, o meu voto é “não”, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O Senador João Alberto Souza está assinando o requerimento no sentido de retirada dos dois destaques que apresentou. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 564, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 557, de 2003.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador **João Alberto Souza**.

#### REQUERIMENTO Nº 565, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 558, de 2003.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador **João Alberto Souza**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação os requerimentos.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Os destaques foram retirados.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Passa-se à apreciação do Destaque nº 7, de autoria do Senador Romero Jucá, para votação em separado da expressão “distribuição”, contida no Subitem nº 13.01, da Lista de Serviços, anexo ao Substitutivo.

Com a palavra o Relator, para justificar a exclusão da expressão “distribuição”.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a idéia é a inclusão da expressão “distribuição”, contida no texto da Câmara. Ou seja, incluiremos a palavra “distribuição” exatamente para resolver o problema da distribuição de filmes, vídeos e CDs, que, com a retirada desse termo, poderia ser tributada pelo ICMS, o que geraria um prejuízo muito grande.

Então, a proposta é votar “sim”, recuperando, do texto da Câmara, a palavra “distribuição”, que havia saído no meu substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – V. Ex<sup>a</sup> recomenda a manutenção da expressão no substitutivo do Senado?

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, desejo incluir a palavra “distribuição” no substitutivo do Senado, oriunda do texto da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Então, o voto será “sim” para a inclusão da expressão “distribuição”.

Os Srs. Senadores que a aprovarem votarão “sim”.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – O Bloco recomenda o voto “sim”, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votaram SIM 59 Srs. Senadores; e Não 1 Sr. Senador.

Não houve abstenção.

Total: 60 votos.

Foi incluída a expressão “distribuição”, na forma requerida no parecer do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Passa-se à apreciação das matérias destacadas pelos Requerimentos nºs 560 e 561, de autoria do Senador Leonel Pavan, a quem concedo a palavra.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a retirada dos meus destaques porque o Relator apresentou um similar. Em homenagem ao Senador Romero Jucá, Relator, solicito a retirada dos meus destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Mesa aguardará a formalização do pedido de retirada dos dois destaques apresentados por V. Ex<sup>a</sup>. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 566, de 2003**

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 560, de 2003.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador **Leonel Pavan**.

**REQUERIMENTO Nº 567, DE 2003**

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso II, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 561, de 2003.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador **Leonel Pavan**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação os requerimentos de retirada dos Destaques referentes aos Requerimentos nºs 560 e 561.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Passa-se à apreciação da matéria destacada pelo Requerimento nº 562. Relator e autor: Senador Romero Jucá, que pede a votação em separado das expressões “gráfico” e “impressão gráfica”, contidas no item nº 13 e no subitem 13.05 da lista de serviços 13.5 ao substitutivo da Câmara do Projeto de Lei do Senado nº 161.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o objetivo do pedido de destaque é exatamente retirar do texto do substitutivo do Senado a expressão “gráfico” e “impressão gráfica”, o que vem fechar e coroar o entendimento com toda a indústria gráfica brasileira. Dessa forma, pela primeira vez, teremos definido o que é Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Imposto sobre Prestação de Serviços. Não haverá mais essa zona cinzenta que, efetivamente, tem apenas a indústria nacional. Portanto, pretende-se retirar os dois termos e a votação é “não”, a fim de que os termos sejam retirados.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Como se trata de retirada da expressão, a votação será “não”.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal.)

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL vota “não”.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB vota “não”.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AP) – Sr. Presidente, o PDT vota “não”.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco vota “não”.

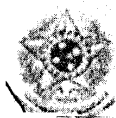
**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – As Sras e os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

Vou proceder à apuração.

*(Procede-se à apuração.)*





Senado Federal

## VOTAÇÃO NOMINAL

## EXPRESSÃO "SETOR GRÁFICO EM GERAL" ITEM 13, SUB PLS 161/1989-COMPL.

Num.Sessão: **I** Num.Votação: **7** Abertura: **9/7/2003 16:59:16**  
 Data Sessão: **9/7/2003** Hora Sessão: **14:30:00** Encerramento: **9/7/2003 17:00:51**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO	<b>Votos SIM : 00</b>	<b>Votos NÃO : 56</b>	<b>Total : 56</b>	<b>Votos ABST. : 00</b>
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO				
PMDB	RO	AMIR LANDO	NÃO				
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	NÃO				
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO				
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	NÃO				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	NÃO				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	NÃO				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	NÃO				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PPS	ES	JOÃO BATISTA MÓTTA	NÃO				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	NÃO				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO				
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO				
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	NÃO				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO				
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	NÃO				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	NÃO				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO				
PMDB	RR	ROMERO JUCA	NÃO				
PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO				
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	NÃO				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO				
PMDB	RO	VÁLDIR RAUPP	NÃO				

*[Assinatura]*  
Primeiro-Secretário

Presidente: JOSÉ SARNEY

Operador: HÉLIO FERREIRA UIMA

Emissão: 9/7/2003 17:00:54

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votaram NÃO 56 Srs. Senadores.

Não houve voto favorável.

Não houve abstenção.

As expressões foram excluídas do texto.

A Presidência constata que a Lista de Votação está epigrafada com a expressão “setor gráfico em geral”, quando o correto é “gráfico” e “impressão gráfica”, contida no item 13 e no subitem 13.05 da lista de serviços ao substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto “não”.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, na votação anterior, deveria ser o voto “sim” e votei “não” por equívoco de digitação. Eu gostaria que fosse corrigido esse voto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Ata registrará as manifestações de V. Ex<sup>as</sup>, e pede a Mesa desculpas, porque o painel está se comportando hoje com muita deficiência.

**A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto “não”.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, na votação anterior eu gostaria de registrar o meu voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Mesa registrará as manifestações de V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, a Mesa não registrou meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Qual seria o voto de V. Ex<sup>a</sup> para a Ata anotá-lo?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Voto “não”.

**O SR. EURÍPEDES CAMARGO** (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto nesta votação: “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Mesa registrará as manifestações de V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação o último destaque, referente ao Requerimento nº 563, do Senador Romero Jucá, que pede a votação em separado da expressão “de seguro desemprego e de loterias”, da lista 15.01 de serviços, anexa ao substitutivo.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa solicitação é fruto de entendimento com o Governo no sentido de não penalizar o seguro desemprego e a própria loteria, que são, de certa forma, encaminhados pela Caixa Econômica Federal. Então, a posição é retirar do texto do Substitutivo do Senado o termo “de seguro desemprego e de loterias”. Portanto, o voto é “não”, retirando do texto a expressão votada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O PSDB vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – O Bloco vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, o PTB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Comunico ao Plenário que, embora este seja o último destaque, haverá mais três votações nominais em seguida.

Procederei à apuração. (Pausa.)

Senadora Lúcia Vânia, infelizmente a Mesa já vai proclamar o resultado, mas a Ata registrará a posição de V. Ex<sup>a</sup>.

*(Procede-se à apuração.)*



Senado Federal

## VOTAÇÃO NOMINAL#

## EXPRESSÃO "DE SEGURO DESEMPREGO..." SUBITEM 15.01, SUB PLS161/89-COMP

Num. Sessão: **I** Num. Votação: **8** Abertura: **9/7/2003 17:02:55**  
 Data Sessão: **9/7/2003** Hora Sessão: **14:30:00** Encerramento: **9/7/2003 17:03:48**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO				
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	NÃO				
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	NÃO				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	NÃO				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	NÃO				
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	NÃO				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	NÃO				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	SIM				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	NÃO				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	NÃO				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	NÃO				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	NÃO				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	NÃO				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO				
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO				
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	NÃO				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO				
PMDB	RR	ROMERO JUCA	NÃO				
PFL	SP	ROMÉU TUMA	NÃO				
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	NÃO				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO				

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : **01**  
 Votos NÃO : **56** **Total : 57**  
 Votos ABST. : **00**

Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votou SIM

1 Sr. Senador; e votaram NÃO 56.

Não houve abstenções.

Total de votos: 57.

A expressão será retirada do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votação, em globo, dos dispositivos do substitutivo da Câmara dos Deputados, com parecer contrário.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Pergunto ao Relator se deseja orientar as Bancadas. (Pausa.)

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o meu voto, na votação anterior, é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Ata registrará o voto de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votação, em globo, dos dispositivos do substitutivo da Câmara

dos Deputados, com parecer contrário, do Senador Romero Jucá, a quem concedo a palavra.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, o parecer contrário é para rejeitar essa parte do substitutivo da Câmara dos Deputados.

Portanto, o voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Voto “não”.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco vota “não”.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O PSDB vota “não”.

Como vota o Líder do PTB?

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, voto “não”.

*(Procede-se à apuração.)*

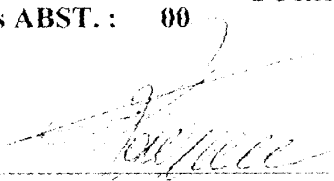
## VOTAÇÃO NOMINAL

### DISPOSITIVOS DE PARECER CONTRÁRIO, SUB. AO PLS 161, DE 1989 - COMPL.

Num.Sessão: 1      Num.Votação: 9      Abertura: 9/7/2003 17:04:10  
 Data Sessão: 9/7/2003      Hora Sessão: 14:30:00      Encerramento: 9/7/2003 17:05:50

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO				
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO				
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	NÃO				
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	NÃO				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	NÃO				
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	NÃO				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLÍCY	NÃO				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	NÃO				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	NÃO				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	NÃO				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	NÃO				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	NÃO				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	NÃO				
PFL	PE	JOSE JORGE	NÃO				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	NÃO				
PMDB	P	MÃO SANTA	NÃO				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	NÃO				
Bloco-PT	RS	PAUL PAIM	NÃO				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	NÃO				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO				
PFL	BA	RÓDOLPHO TOURINHO	NÃO				
PMDB	RR	ROMERO JUCA	NÃO				
PFL	SP	ROMÉU TUMA	NÃO				
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	NÃO				
Bloco-PT	MT	SERYS SHESSARENKO	NÃO				
Bloco-PT	AC	SIBA MACHADO	NÃO				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO				
PMDB	RO	VALDIR RAUPE	NÃO				

Votos SIM : 00  
 Votos NÃO : 55      Total : 55  
 Votos ABST. : 00

  
 Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votaram Não 55 Srs. Senadores.

Não houve abstenção.

A matéria foi rejeitada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Senador Pedro Simon, qual o seu voto para a Ata registrá-lo?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, voto “não”.

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, voto “não”.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Sr. Presidente, voto “não”.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, voto “não”.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Ata registrará as manifestações de V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 727, DE 2003**

(Comissão Diretora)

**Redação final do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar (nº 1-A, de 1991 – Complementar, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar (nº 1-A, de 1991 – Complementar, na Câmara dos Deputados), que define os serviços de qualquer natureza sujeitos ao imposto de competência dos Municípios, previsto no inciso IV do art. 156 da Constituição, e estabelece suas alíquotas máximas, consolidando as alterações propostas pelo relator e aprovadas pelo Plenário e promovendo adequações redacionais necessárias à compatibilização do texto.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de julho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Heráclito Fortes** – **Paulo Paim**.

**ANEXO AO PARECER Nº 727, DE 2003**

**Dispõe sobre o Imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 2º O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º desta Lei Complementar;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X – da execução dos serviços de saneamento ambiental, purificação, tratamento, esgotamento sanitário e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa;

XI – do tratamento e purificação de água, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XVI – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XXII – do porto, aeroporto, ferroponto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 4º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 5º Contribuinte é o prestador do serviço.

Art. 6º Os Municípios e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir de modo expresso a respon-

sabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, são responsáveis:

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa.

Art. 7º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 2º Não se incluem na base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza:

I – o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei;

II – o valor de sub-empregadas sujeitas ao imposto sobre serviços de qualquer natureza.

§ 3º Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 4.22 e 4.23 da lista anexa, quando operados por cooperativas, deduzir-se-ão da base de cálculo os valores despendidos com terceiros pela prestação de serviços de hospitais, laboratórios, clínicas, medicamentos, médicos, odontólogos e demais profissionais de saúde.

Art. 8º As alíquotas máximas do imposto sobre serviços de qualquer natureza são as seguintes:

I – jogos e diversões públicas, exceto cinema, 10% (dez por cento);

II – demais serviços, 5% (cinco por cento).

Art. 9º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogados os arts. 8º, 10º, 11º e 12º do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968; os incisos III, IV, V e VII do art. 30 do Decreto-Lei nº 834, de 8 de setembro de 1969; a Lei Complementar nº 22, de 9 de dezembro de 1974; a Lei nº 7.192, de 5 de junho de 1984; a Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987; e a Lei Complementar nº 100, de 22 de dezembro de 1999.

#### **Lista de serviços anexa à Lei complementar**

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 – Programação.

1.03 – Processamento de dados e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – Locação de bens móveis.

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.



- 4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
- 4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
- 4.04 – Instrumentação cirúrgica.
- 4.05 – Acupuntura.
- 4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
- 4.07 – Serviços farmacêuticos.
- 4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
- 4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
- 4.10 – Nutrição.
- 4.11 – Obstetrícia.
- 4.12 – Odontologia.
- 4.13 – Ortopédica.
- 4.14 – Próteses sob encomenda.
- 4.15 – Psicanálise.
- 4.16 – Psicologia.
- 4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
- 4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.
- 4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
- 4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
- 4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
- 5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.
- 5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.
- 5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
- 5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.
- 5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.
- 5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
- 5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
- 5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
- 6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
- 6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
- 6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
- 6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
- 6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
- 6.05 – Centros de emagrecimento, **spa** e congêneres.
- 7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
- 7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
- 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
- 7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
- 7.04 – Demolição.
- 7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
- 7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede,

vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 – Saneamento ambiental, inclusive purificação, tratamento, esgotamento sanitário e congêneres.

7.15 – Tratamento e purificação de água.

7.16 – Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service**, **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

- 11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
- 12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
- 12.01 – Espetáculos teatrais.
- 12.02 – Exibições cinematográficas.
- 12.03 – Espetáculos circenses.
- 12.04 – Programas de auditório.
- 12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
- 12.06 – Boates, **taxi-dancing** e congêneres.
- 12.07 – **Shows, ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
- 12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.
- 12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
- 12.10 – Corridas e competições de animais.
- 12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
- 12.12 – Execução de música.
- 12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, *shows, ballet*, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
- 12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
- 12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
- 12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, *shows*, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
- 12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
- 13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
- 13.01 – Produção, gravação, edição, legendagem e distribuição de filmes, videotapes, discos, fitas cassete, *compact disc, digital video disc* e congêneres.
- 13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
- 13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
- 13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.
- 13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia, fotolitografia.
- 14 – Serviços relativos a bens de terceiros.
- 14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao JCMS).
- 14.02 – Assistência Técnica.
- 14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.
- 14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
- 14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 14.07 – Colocação de molduras e congêneres.
- 14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
- 14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
- 14.10 – Tinturaria e lavanderia.
- 14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
- 14.12 – Funilaria e lanternagem.
- 14.13 – Carpintaria e serralheria.
15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.
- 15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
- 15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
- 15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
- 15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
- 15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (*leasing*) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (*leasing*).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou camês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive de-

pósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, por qualquer meio.

17.08 – Franquia (**franchising**).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuação e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroviários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, aeroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, servi-

ços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.

24.01 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.

25 – Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franquadas; **courrier** e congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou

valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 – Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 – Obras de arte sob encomenda.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria foi aprovada e vai à sanção.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Desejo ressaltar que a Casa acaba de votar projeto da maior importância e do maior interesse público.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – **Item 2:**

#### **MENSAGEM Nº 70, DE 2003**

Escolha de Chefe de Missão Diplomática  
(Votação secreta)

Mensagem nº 70, de 2003 (nº 102/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Marcelo Andrade de Moraes Jardim*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

O Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – Lê parecer.

#### **PARECER Nº 728, DE 2003-CRE**

A indicação do nome do Sr. *Marcelo Andrade de Moraes Jardim*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia, obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

A Presidência determina à Secretaria-Geral da Mesa que prepare o computador de votação. (Pausa)

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores já podem votar.

Encerrou-se a outra matéria, com a seqüência de votos “não”. Agora temos outro tipo de votação.

*(Procede-se à votação nominal e secreta.)*

**VOTAÇÃO SECRETA****MENSAGEM Nº 70, DE 2003 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

O Sr. MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA POLÔNIA

Num. Sessão: 1  
Data Sessão: 9/7/2003

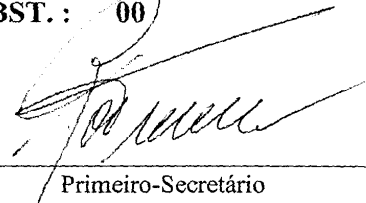
Num. Votação: 10  
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 9/7/2003 17:07:16  
Encerramento: 9/7/2003 17:09:26

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou	PFL	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	Bloco-PTB	AC	TIÃO VIANA	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
Bloco-PT	MS	DELCEÍDIO AMARAL	Votou				
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou				
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PMDB	PJ	MÃO SANTA	Votou				
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	Votou				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou				
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou				

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 61  
Votos NÃO : 03      Total : 64  
Votos ABST. : 00

  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votaram SIM 61 Srs. Senadores e NÃO 3.

Não houve abstenção.

Total: 64 votos.

A indicação do nome do Sr. *Marcelo Andrade de Moraes Jardim* foi aprovada e será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – **Item 3:**

**MENSAGEM Nº 110, DE 2003**

Escolha de Chefe de Missão Diplomática  
(Votação secreta)

Mensagem nº 110, de 2003 (nº 216/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Carlos Augusto Rego Santos Neves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.

O Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL-SP) – Lê parecer.

**PARECER Nº 729, DE 2003-CRE**

A indicação do nome do Sr. *Carlos Augusto Rego dos Santos Neves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

A Presidência determina à Secretaria-Geral da Mesa que prepare o computador de votação. (Pausa)

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

*(Procede-se à votação nominal e secreta.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Se todos os Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras já votaram, procederei à apuração. (Pausa.)

*(Procede-se à apuração.)*



## VOTAÇÃO SECRETA

### MENSAGEM Nº 110, DE 2003 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

O Sr. CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO

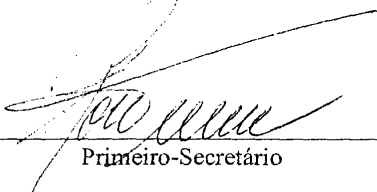
Num. Sessão: <b>1</b>	Num. Votação: <b>11</b>	Abertura: <b>9/7/2003 17:09:43</b>	
Data Sessão: <b>9/7/2003</b>	Hora Sessão: <b>14:30:00</b>	Encerramento: <b>9/7/2003 17:11:32</b>	

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAÚJO	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PÁVAN	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	RÉGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PFL	SE	RENILDO SANTANA	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou

Presidente: JOSÉ SARNEY

**Votos SIM : 52**  
**Votos NÃO : 05**      **Total : 57**  
**Votos ABST. : 00**

  
 Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votaram SIM 52 Srs. Senadores e NÃO 5.

Não houve abstenção.

Total: 57 votos.

A indicação do nome do Sr. *Carlos Augusto Rego Santos Neves* foi aprovado e será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de votar SIM, mas a votação foi encerrada. Quero que seja considerado o meu voto. Portanto, são 53 votos SIM.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e a da Senadora Roseana Sarney.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – O meu voto também é SIM.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – E também a do Senador Augusto Botelho.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – **Item 4:**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

##### **Nº 10, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2003 (nº 1.488/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos Países Membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de julho de 2000*, tendo

Parecer favorável, sob nº 588, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de um acordo de grande importância para os governos dos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para se isentar, reciprocamente, a necessidade de visto consular nos passaportes de pessoal diplomático e dos funcionários de modo geral dos países- membros.

Na verdade, seria importante que pudéssemos dar um passo mais além: que toda a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não mais exigisse visto,

como já acontece entre Brasil e Portugal. Entretanto, recentemente houve problemas em Portugal com brasileiros, que terão a oportunidade de um diálogo com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sua visita, nesta semana, a Lisboa.

A propósito, Sr. Presidente, eu gostaria de falar como seria importante ter a liberdade de poder ir a qualquer país. Na União Européia já existe a livre circulação de pessoas pelos países que fazem parte da Comunidade. Talvez um dia cheguemos a isso aqui nas Américas.

Sr. Presidente, eu gostaria de informar que a Senadora Iris de Araújo e eu, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, fizemos há pouco uma visita à Embaixadora Donna Hrinak, para levarmos o ofício, assinado por todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que trata do jovem brasileiro Jorge Geraldo Pinto, de 23 anos, que encontra-se detido na fronteira dos Estados Unidos com o México desde maio, após tentar ultrapassar, a nado, a fronteira do México com os Estados Unidos.

Ele ficou cinco dias sem alimentação e mesmo sem água para beber, emagrecendo 17 quilos. Após ter se entregado às autoridades norte-americanas, esse jovem de Jaraguá, interior de Goiás, fez um apelo para que pudessem seus pais, sua família e a comunidade tomar as providências a fim de que retornasse ao seio de sua família. Seu pai procurou a Senadora Iris de Araújo, que tomou as providências cabíveis. Podemos agora dar a notícia de que a Embaixadora Donna Hrinak e os funcionários responsáveis pelo Serviço de Imigração da Embaixada dos Estados Unidos nos informaram que está prevista para amanhã uma audiência de Jorge Geraldo Pinto com o juiz. Confirmando o desejo de retornar ao Brasil e tendo a família informado à Embaixada norte-americana que se responsabilizará pelas despesas de sua passagem, será uma questão de dias para que tudo seja providenciado e Jorge Geraldo Pinto possa voltar ao Brasil.

Cumprimento a Senadora Iris de Araújo pela iniciativa tomada. Felizmente, esse brasileiro de Goiás poderá, nos próximos dias, estar de volta ao seio de sua família.

Sr. Presidente, quero informar que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional receberá oito membros do Parlamento sul-africano às 18 horas. Informo aos Senadores daquela Comissão e aos interessados que quem desejar dialogar com os Deputados sul-africanos deverá comparecer à sala da Comissão de Relações Exteriores às 18 horas. Serão todos bem-vindos.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Continua em discussão o **Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2003**.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, também desejo expressar meu entendimento sobre a importância dessa matéria. O Senador Suplicy não só faz uma manifestação da maior importância sobre o tema em plenário, como tem dedicado, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, enorme atenção e destaque a esse tipo de situação, de brasileiros nas suas relações internacionais, de brasileiros que estão fora do País e que precisam de um modelo de relacionamento diplomático distinto. Sem dúvida alguma, essa matéria significa um avanço concreto na busca de uma relação melhor entre os povos.

Pessoalmente, tenho visto um belíssimo exemplo de avanço obtido no Mercosul entre os países sul-americanos. Entendo que precisamos avançar mais, para um dia alcançarmos um estágio em que o ir e vir dos cidadãos nos países vizinhos seja livre, de respeito, apenas pela condição humana, inclusive com a existência de atividades profissionais em países vizinhos. Penso que essa matéria ainda é limitada, porque é restrita ao campo diplomático.

Quero registrar também que o Presidente José Sarney tem sido um árduo defensor, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do avanço de uma melhor cooperação entre os países de língua portuguesa.

Portanto, o meu encaminhamento é favorável a essa matéria. E, com entusiasmo, acredito que é um avanço significativo para os países de língua irmã.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Duciomar Costa, em continuidade à discussão da matéria.

**O SR. DUCIOMAR COSTA** (Bloco/PTB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, primeiramente, de destacar o brilhante trabalho que vem sendo feito na Comissão de Relações Exteriores pelo Presidente Senador Eduardo Suplicy. Gostaria também de dizer da satisfação de poder votar uma matéria como essa.

Em segundo lugar, quero registrar que, recentemente, estivemos em Portugal e pudemos constatar que esses acordos bilaterais nem sempre funcionam. Agora mesmo, com todo esse namoro por parte de Portugal com a questão da Comunidade Européia, o que pudemos constatar da nossa visita àquele país foi um tremendo descaso em relação à questão dos brasileiros que hoje lá se encontram.

Fizemos um relatório e o entregamos à Comissão de Relações Exteriores. E espero que, agora, com a visita do Presidente Lula a Portugal, Sua Excelência possa resolver todas essas dificuldades.

O Parlamento português aprovou, em março de 2003, uma lei unificada para toda a Europa, que deixa os brasileiros em Portugal numa situação muito difícil.

Faço esse registro e voto favoravelmente à matéria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o **Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2003**. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, para encaminhar.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é um avanço que fazemos no campo diplomático, especialmente com os países de língua portuguesa, que representam hoje quase 300 mil seres que falam a nossa língua, esparramados por quatro continentes.

Tive oportunidade, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, de iniciar esse procedimento. Foi sob a nossa Presidência que discutimos amplamente a questão da importância e da necessidade de se facilitarem as entradas e saídas daqueles que estão trabalhando pelos seus respectivos governos, portadores de passaportes diplomáticos, nos países de língua portuguesa, como o Brasil.

Acrescento a observação feita pelo Líder do Bloco, Senador Tião Viana, da importância de estendermos essa relação com os países da CPLP, principalmente no próximo ano, se pudermos iniciar a discussão, para que todos os residentes nos países de língua portuguesa possam ter esse mesmo privilégio de poder transitar entre um país e outro sem a necessidade do visto diplomático.

Portanto, Sr. Presidente, pela Liderança do PMDB, o voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Em votação a matéria.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 10, DE 2003**

(Nº 1.488/2001, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto do Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos Países-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de julho de 2000.**

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos Países-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de julho de 2000.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) A íntegra do texto do acordo encontra-se publicada no **DSF**, de 18-3-2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – **Item 5:**

**REQUERIMENTO Nº 524, de 2003]**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 524, de 2003, do Senador Juvêncio da Fonseca, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nºs 292, 386 e 614, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

A Presidência esclarece ao Plenário que a aprovação do requerimento acarretará a perda do caráter terminativo atribuído ao Projeto de Lei do Senado nº

202, de 2003, tendo em vista a apresentação do Recurso nº 09, de 2001, às demais matérias.

Em votação o requerimento, em turno único. (Pausa.)

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2003, perde seu caráter terminativo e passa a tramitar em conjunto com os de nºs 292, 386 e 614, de 1999.

A Presidência esclarece ao Plenário que, apesar de os Projetos de Lei do Senado nºs 292, 386 e 614, de 1999, já estarem instruídos e dependerem apenas de parecer sobre as emendas de plenário, em face da aprovação da tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2003, todos retornarão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Posteriormente, irão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para exame.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se agora à apreciação do **Requerimento nº 547, de 2003**, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2002.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Passa-se agora à apreciação o **Requerimento nº 548, de 2003**, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 27, de 2003.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Passa-se à apreciação do **Requerimento nº 549, de 2003**, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 29, de 2003.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício SF/GSHH nº 198/03

Brasília/DF, 9 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tendo em vista o que estabelece o artigo 13, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37/95, informo a Vossa Excelência que, inobstante estar presente na sessão ordinária de hoje, dia 9-7-03, tive que me ausentar antes do início das votações nominais ocorridas, razão por que solicito seja considerada como falta justificada minha ausência no decorrer das referidas deliberações.

Pela atenção dispensada ao assunto, antecipadamente agradeço.

Atenciosamente, – Senadora **Heloísa Helena**.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – O expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Líder do PPS.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, a cidade de Boa Vista, capital do meu Estado, completa 113 anos de sua fundação. Portanto, quero fazer o registro desta data, que é muito importante para todos os Senadores do Estado de Roraima. Gostaria de ler uma matéria publicada no jornal **Folha de Boa Vista** a respeito da data.

O Município de Boa Vista completa hoje 113 anos. De 1890 até agora muitas mudanças ocorreram, e a cidade bucólica e pacata cedeu lugar ao centro das decisões políticas, econômicas e sociais do Estado do Roraima.

No bojo das mudanças, é possível observar que com o desenvolvimento urbano, que melhorou a qualidade de vida do boa-vistense, vieram também os fatos negativos que deixaram a sociedade estarecida, como por exemplo o aumento da criminalidade.

O crescimento populacional desordenado pode ser medido nos dados do último censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), quando registrou no Município uma população de

200.568 habitantes, dos quais 197.098 estão distribuídos nos 50 bairros da capital.

A história de Boa Vista se confunde com a do Estado, porque sua formação tem origem no século XIX, quando inúmeras fazendas de gado estabeleceram-se ao longo dos rios que compõem a bacia do rio Branco.

O pequeno povoado foi batizado como Freguesia de Nossa Senhora do Carmo. Por volta de 1830, uma fazenda do Império chamada Boa Vista originou o pequeno núcleo populacional formado nas terras ao redor e deu nome definitivo ao lugar.

Construída em área plana, a imagem da cidade chama atenção pelo seu plano urbanístico moderno e arborizado. As principais avenidas que convergem para o centro são amplas e, vistas do alto, formam um leque.

Com o crescimento populacional e a expansão do lado oeste da cidade, a principal rodovia de acesso, a BR-174, ficou dentro da cidade. É através dela que se tem acesso ao vizinho Estado do Amazonas e também a Venezuela.

Com uma área de 5.117 km<sup>2</sup>, o equivalente a 2,26% do total do Estado, a capital de Roraima tem um clima tropical quente e úmido, com temperatura média variando de 21 a 36 graus.

Os moradores da capital são na maioria jovens e têm renda média de R\$ 1.000,00. As estatísticas do IBGE mostram que a renda média mensal do boa-vistense, no valor de R\$ 1.041,00, é considerada excelente, confrontada com as de outras capitais. Os dados do censo de 2000 mostram também que a capital tem uma população jovem. Dos 200.568 habitantes do município, 91.312, o equivalente a 45% têm até 19 anos de idade.

Levando-se em consideração que o restante está distribuído entre as faixas etárias de 20 a 59 anos, pode-se afirmar que mais da metade da população é jovem.

Apesar de existir apenas 6% da população acima de 60 anos, esse percentual é considerado elevado em relação ao restante do mundo. Essa resistência da terceira idade é atribuída, logicamente, ao avanço da ciência e ao maior acesso à informação, que

têm também elevado a expectativa de vida das pessoas.

Sr. Presidente, sem desmerecer as demais capitais do Norte do Brasil, posso dizer, com certeza, que é a mais bela capital devido ao seu traçado. Antes mesmo de começar seu povoamento mais denso, ela foi planejada, sendo uma das poucas cidades planejadas no Brasil.

Por fim, Sr. Presidente, peço que faça parte integrante do meu pronunciamento, para que conste

dos Anais, o poema "Ode a Boa Vista", do poeta Jaber Xaud, que faz realmente um apelo poético e uma homenagem muito justa aos 113 anos do nosso Município de Boa Vista.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

ODE A BOA VISTA

Jaber Xaud

I  
Na solidão verde da Amazônia  
Na planura dos campos gerais  
Tu nasceste radiante e bela  
Sob o manto dos teus ancestrais

II  
Teu cenário de serras ondulantes  
Teus rios, lagos e buritizais  
Os olhos do migrante encantaram  
E viram o agreste nos muricizais

III  
Pelos campos verdejantes das planícies  
Nos garimpos de variados metais  
Plantastes uma civilização pura  
Roraimense de sonho e ideais

IV  
Nestes anos de trabalho fecundo  
De glórias, lutas e conquista audaz  
Construiste um Estado progressista  
Roraima, Eldorado, bendito da paz

V  
Ao imigrante saudoso tu deste  
Terra, trabalho, esperança e pão  
Ele lembrando sua terra distante  
Te ama com fé, amor e paixão.

VI  
Hoje o teu lindo traçado urbano  
De estrutura radial e linear  
Encanta o visitante estrangeiro  
Que vem ver a Amazônia secular.

VII  
Ao olhar a paisagem do Rio Branco  
Inácio Magalhães se deslumbrou  
Chamou de Boa Vista, sua Fazenda,  
Assim "Meu Cantinho" se imortalizou.

VIII  
Tuas terras foram muito pesquisadas  
Humbolt, Ricce, Rondon e outros mais,  
Disseram que teu subsolo era rico  
Em ouro, diamante e metais

IX  
Sob o signo da cruz te iniciaste  
Benedictinos, Evangélicos tu amaste  
A todos eles teus filhos entregaste  
Para que em Deus acreditassem

X  
Teus filhos que sempre trabalharam  
Numa luta muitas vezes desigual  
Conquistaram com trabalho fecundo  
Este "Inferno Verde", lindo, colossal

XI  
Ao garimpeiro tu deves a coragem  
De desbravar o teu lindo sertão  
Ao pecuarista tu deves a guarda  
Das fronteiras deste Setentrão

XII  
Ao índio tu deves a gênese  
Mistura pura de várias nações  
Uapixanas, Xirianas, Ianomârnis,  
Ingaricós, Macuxis, nossos irmãos

XIII  
Ao migrante tu deves o solo  
Conquistado com determinação  
Eles construíram tuas vilas  
E teus municípios, progressistas são

XIV  
Com a luz da ciência acendeste  
O farol bendito da Educação  
Com Capristano aprendeste a ler  
Com Diomedes completaste a lição

XV  
Hoje fazes aniversário  
E quero te homenagear  
Teu passado foi lindo e puro  
O teu hoje, o amanhã dirá

XVI  
Todos nós te adoramos  
E queremos muito ajudar  
A desenvolver este novo Estado  
Para o Brasil e o mundo encantar.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Demóstenes Torres.*

**O SR. PRESIDENTE** (Demóstenes Torres) – V. Exª será atendido nos termos regimentais.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho o maior respeito pela Mesa na condução dos trabalhos, mas testemunho um fato ocorrido hoje, que me chama a atenção e que exige um posicionamento crítico, na minha condição de Líder de Bancada.

A Senadora Ideli Salvatti solicitou a palavra como Líder e à frente dela estava apenas inscrito o Senador José Agripino. Subi até a Mesa, testemunhei o fato e disseram-me que eu aguardasse porque haveria uma alternância ainda com uma breve comunicação. Mesmo sabendo que a força do Regimento se impõe sobre tal situação, acolhemos de maneira democrática, mas, infelizmente, a lista de inscritos que está posta sobre a mesa exclui o nome da Senadora Ideli Salvatti. Não me parece uma atitude correta da Mesa do Senado Federal neste momento. Fica o meu registro crítico de completa insatisfação e de reprovação a esse tipo de procedimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Demóstenes Torres) – Senador Tião Viana, defiro a palavra, de acordo com o Regimento, pela ordem de inscrição. Segundo me passa a assessoria da Mesa, a palavra será deferida, primeiramente, ao Senador Romeu Tuma; depois, à Senadora Ideli Salvatti, a mim, à Senadora Iris de Araújo e, por último, ao Senador Sérgio Guerra, obedecendo à ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Registro que S. Exª estava inscrita à frente. Comunicarei o fato por escrito ao Presidente do Senado Federal.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Exª permitiria que eu cedesse a palavra à Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, usasse da palavra? Pelo respeito que tenho ao Senador Tião Viana, aguardo a minha vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Demóstenes Torres) – Com muito prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Demóstenes Torres) – Por cessão do Senador Romeu Tuma, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do PT.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, lamento essa situação. Não é a primeira vez que ocorrem alguns problemas de encaminhamento com relação à Mesa.

Inscrevi-me e, inclusive, aguardei a presença do nosso Líder, Tião Viana, que chegou ao plenário quando estava fazendo pronunciamento o Líder do PSDB. Consultei o Líder se poderíamos falar em nome do Bloco para respondermos, com as nossas ponderações, o que estava sendo explicitado pelo Senador Arthur Virgílio. Quando há uma polêmica no plenário, é usual os Líderes falarem. É estranho, pois vou falar depois de quase duas horas do pronunciamento do Senador Arthur Virgílio sobre o que S. Exª falou. De qualquer forma, não podemos deixar passar essas situações. Por isso fiz questão de manter a inscrição e de falar, porque o Senador Arthur Virgílio veio a esta tribuna – de forma muito eloqüente e empolgada, como sempre se manifesta – trazendo inúmeros recortes de jornais de hoje a respeito de posicionamentos de personalidades e de autoridades do nosso Governo com relação à greve dos servidores.

Esta tribuna tem sido palco de reiteradas manifestações legítimas de quem exerce a Oposição, mas é importante sempre ressaltarmos, em primeiro lugar, que temos pouco mais de seis meses de Governo, administrando uma herança muito pesada, muito difícil, com situações realmente complexas para serem resolvidas pelo atual Governo.

Cito a questão do reajuste das tarifas de telefone, que foi fruto de contratos assinados, de questões acordadas e assinadas pelo Governo anterior. O novo Governo agora deve administrar a situação, encontrar uma alternativa que não seja tão pesada para os usuários de telefone do nosso País e empreender todas as tentativas de negociação, porque há um compromisso de não romper contratos, tendo em vista que, nas áreas de comunicação e de energia elétrica, em todos os setores da infra-estrutura, ou se respeitaram contratos ou não há investimento no setor. Contudo, cumprir o contrato não significa não tentar encontrar uma saída, uma alternativa que não seja tão pesada para a população.

Há outras questões, como a função e o trabalho das Agências Reguladoras, que são necessárias, mas cuja existência e maneira de atuar também são herança. Temos de administrar como funcionam ou deixam de funcionar essas Agências Reguladoras.

Muitas questões – eu poderia ficar 30 ou 40 minutos listando aspectos da herança – parecem não ser lembradas pelo Líder do PSDB, como se não tivessem relação com a realidade do nosso País, mas serão equacionadas pelo Governo do Presidente Lula.

A sensação que tenho é de que todas as semanas algo tem de ser inventado, porque as teses, teorias e prognósticos vão-se desmontando. Previu-se o caos, que não ocorreu. Está aí a economia sob controle, com todos os índices macroeconômicos, com todos os indicadores extremamente positivos. Disseram que não iria haver representatividade. E a representação internacional está aí, crescente, reconhecida. Há representatividade interna, com governabilidade, com condições de aprovação no Congresso Nacional dos principais projetos do Governo.

Quanto aos investimentos a que o Senador Arthur Virgílio se referiu, eu mesma fui porta-voz, na tribuna, há uma ou duas semanas, de mais de uma dúzia de grandes empresas nacionais que estão tirando da gaveta projetos de investimento da ordem de mais de US\$14 bilhões exatamente para serem iniciados já no segundo semestre e no início do ano que vem.

Na semana retrasada, o Banco do Brasil e a Petrobras fizeram negociações internacionais para investimentos, para empréstimos. No caso da Petrobras, será mais de meio bilhão de dólares, pela primeira vez, sem nenhuma exigência de garantia em troca. Por quê? Porque todas as análises referentes à economia brasileira mostraram uma economia sob controle, que não causa preocupação, como já causou há poucos meses.

A própria questão dos juros – parece que se esqueceram de falar dos juros – desapareceu. Era o grande assunto. Não tinha dia em que não havia pronunciamento sobre a queda dos juros. Como a curva dos juros é decrescente – já estão aí as projeções sobre a possibilidade de a taxa Selic virar o ano abaixo de 20% –, os juros já saíram do cenário, não estão mais na pauta. Então, inventaram o boné do MST. Nesta semana, fala-se do autoritarismo com relação à greve. O que virá na semana que vem?

É importante nós termos essas lembranças a respeito da mudança do tom das críticas e do seu alvo, porque elas têm demonstrado uma capacidade de tentar encontrar justificativa para o desmonte de todas as teorias negativas que armaram com relação ao Governo Lula e que vêm se desmanchando como nuvens pelo ar.

Gostaríamos ainda de registrar que o Senador Arthur Virgílio tratou aqui de duas questões que vale a pena serem ressaltadas. A primeira foi com relação ao primeiro emprego. O Presidente Lula tomou uma iniciativa muito louvável, porque não fez o projeto Primeiro Emprego por medida provisória, mas por projeto de lei, para que todo o Congresso Nacional – Deputados e Senadores – possa aperfeiçoar o programa. Todos nós sabemos que esse programa é fundamental para a juventude brasileira, pois o grande número de brasileiros atingidos pela chaga social do desemprego encontra-se exatamente na faixa de 16 a 24 anos. É nessa faixa etária que estão os índices mais alarmantes. Portanto, é muito importante uma política de primeiro emprego, um projeto que possa ser aperfeiçoado por todos e que não tenha paternidade.

O Senador Arthur Virgílio precisa ler o projeto, pois fez aquela piada de mau gosto de que o filho substituiria o pai. Pelo projeto, a empresa que fizer a substituição de mão-de-obra cai fora do programa, deixa de receber o benefício, o subsídio para a contratação. E, se o Senador tiver algum mecanismo mais eficiente e eficaz para impedir a substituição, é muito simples: basta S. Ex<sup>a</sup> emendar o projeto quando este chegar no Senado Federal.

Por último, pondero sobre as manifestações de autoridades brasileiras acerca da greve. Como funcionária pública que sou, fiz muita greve na minha vida e defendo esse direito dos servidores. A greve é um direito que possui regras e está regulamentado. Há questões que precisam ser observadas, mas o Poder Judiciário brasileiro já tem deliberações sobre vários pontos relacionados a paralisações de servidores. Portanto, as autoridades que se pronunciaram, de forma muito especial, o Ministro José Dirceu, fizeram-no sobre a ótica de respeito ao regramento jurídico e respeito ao Judiciário brasileiro.

Contudo, é engraçado. Quando o Presidente da República diz que nem geada, nem frio, nem isso nem aquilo, nem o Poder Judiciário nem o Poder Legislativo vão impedir de se colocar o Brasil na rota do desenvolvimento, aí é “afronta aos Poderes constituídos; o Presidente Lula não dá importância, não respeita os demais Poderes”. Agora, quando um Ministro de Estado diz claramente que o regramento jurídico será observado e que as deliberações do Poder Judiciário sobre a questão serão acatadas, aí é autoritarismo.

Então, seria importante também haver coerência entre as críticas. Quando fossem feitas, que pelo menos fossem no mesmo tom e na mesma linha.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Mais uma vez, peço desculpas por ter criado...



**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT SP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT SC) – Pedi a palavra como Líder, Senador Eduardo Suplicy. Regimentalmente, não há condições de apartes. Desculpe-me!

Agradeço ao Senador Romeu Tuma pela gentileza em permitir-me falar.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT SP) – Apenas quero sugerir a V. Ex<sup>a</sup> que insira como parte de seu pronunciamento o excelente artigo “O boné frígio”, de Carlos Heitor Cony, cuja leitura recomendo a todos, porque cabe muito bem no seu pronunciamento.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB RR) – Quero solicitar a minha inscrição pela Liderança do PMDB, assim que for possível, para um pequeno comunicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Demóstenes Torres) – Sr. Senador, comunico a V. Ex<sup>a</sup> que a Senadora Iris de Araújo está inscrita pela Liderança do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, um dos princípios que defendo desta tribuna, desde o meu ingresso no Senado da República, há nove anos, é de que o grau de evolução política de um povo corresponde ao nível de liberdade desfrutada por todos os cidadãos. Por consequência, somente se deve considerar democrático o País que garanta, pela via constitucional, a existência prática das franquias expressas na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Relembro isso, nobres Pares, para ressaltar o valor da Revolução Constitucionalista de 1932 na caminhada do Brasil rumo ao Estado Democrático de Direito, hoje consagrado em nossa Constituição Cidadã. Ao comemorar o 71º aniversário desse movimento no dia de hoje, reverenciamos um dos grandes marcos da liberdade e da evolução política conquistadas com o sangue generoso de milhares de brasileiros neste meio milênio de nossa existência como Nação.

Foi um movimento armado heróico, destinado a conscientizar a ditadura da irreversibilidade do anseio do povo por uma Constituição que lhe era negada. Representou uma batalha perdida na “Guerra Cívica”, como a chamam renomados autores, que gerou a

Constituição de 1934 e nela expressou a conquista de importantes direitos, a exemplo do voto feminino.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Estado de onde venho dedica ao Nove de Julho o culto reservado aos maiores acontecimentos de nossa história. Não é para menos. Sua capital, São Paulo, fora mutilada por bombardeios e pela metralha, na década anterior, durante a Revolução de 1920 e 1924. Ao serem chamados para nova contenda que viria a situar-se nas raízes da democracia brasileira, os paulistas natos ou por adoção ainda pranteavam os filhos civis e militares tombados naquelas refregas.

Há quem atribua caráter elitista ao movimento, mas pesquisadores isentos afirmam o contrário. Encontra-se a síntese dessas opiniões na *A Revolução de 32*, do notável escritor e jornalista Hernani Donato:

Nunca, em nenhum outro movimento brasileiro, registrou-se tamanha unanimidade entre uma população envolvida na defesa de seus ideais. Sempre existe alguém que discorde de alguma idéia, mas, na Revolução de 1932, apenas 1% ou 2% do povo de São Paulo, se tanto, não apoiou o movimento.

Síntese abalizada, fruto de demoradas pesquisas e que secundou a afirmação feita pelo não menos ilustre, revolucionário e historiador Paulo Nogueira Filho, em *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista: A Guerra Cívica 1932*. Dizia ele:

Poucas vezes, na história de nossos tempos, um povo soube, com tanto vigor e clareza, revelar a executar sua vontade. Foi um fenômeno de psicologia coletiva que, a seu tempo, não escapará às cogitações da ciência.

O apelo à constitucionalização do País empolgou os poderes estaduais e as tropas federais sediadas no meu Estado, a ponto de até o Judiciário paulista se distinguir no movimento como destacou o Desembargador Álvaro Lazzarini em artigo publicado na **Folha de S. Paulo**. E transformou antigos inimigos da Revolução de 1924 em heróis de 1932, como aconteceu com Júlio Marcondes Salgado.

Major de Cavalaria, Júlio Marcondes Salgado comandara a defesa legalista de uma usina elétrica, em 1924, e fizera as tropas revolucionárias do Tenente Cabanas retrocederem pela primeira vez. Em 1932, comandando a Força Pública paulista – atual Polícia Mili-

tar –, morreu num teste de morteiro e transformou-se em um dos grandes vultos de nossa História.

Desagrada-me mencionar nomes em pronunciamentos sobre episódios heróicos pelo temor de olvidar algum e, com isso, cometer injustiça. No presente caso, porém, não há como respeitar essa regra pessoal, ainda mais porque sinto necessidade de resgatar figuras ímpares que se desvaneceram ao longo do tempo. É o caso, por exemplo, do saudoso jornalista Cásper Líbero, que engajou no movimento um dos maiores jornais paulistas da época – **A Gazeta** – e pagou caro por isso. Cásper Líbero viu seu jornal ser invadido e destruído por simpatizantes da ditadura. Precisou exilar-se, primeiro nos Estados Unidos e depois na França, por dois anos. Retornou em 1934, foi indenizado pelo Estado e reconstruiu o império jornalístico com a mais moderna tecnologia existente na época, antes de o transformar na fundação que leva seu nome. Foi de sua iniciativa, entre outras coisas, a criação da primeira escola de jornalismo da América Latina, hoje Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero.

O elenco de vultos históricos produzidos pela Revolução Constitucionalista é imenso, a par da infindável menção a heróis anônimos gerados pelos ferozes combatentes. Evidentemente, como sucedeu em movimentos congêneres, nada seria possível sem a presença de fortes lideranças representadas por tribunos, radialistas, jornalistas, radioamadores, políticos e militares do porte de Ibrahim Nobre, Nicolau Tuma, Júlio de Mesquita Filho, José Cardoso de Almeida Sobrinho, Paulo e César Yazbek, Pedro de Toledo, Isidoro Dias Lopes e Euclides de Figueiredo. Cada qual a seu modo e mediante os meios que possuía encarou o sublime ideal da liberdade.

Dizem que as disputas bélicas são motores do progresso tecnológico. Concordo apenas em parte, pois os senhores da guerra só dinamizam em grande escala as técnicas que a ciência inspira em tempos de paz. Graças a esse tipo de massificação, as novas tecnologias acabam avultando como subprodutos de interesses bélicos. Assim foi também em 1932, quando o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo chamava-se Laboratório de Resistência de Materiais da Escola Politécnica (LEM) e apoiava especialmente a construção civil, no campo do concreto armado, desde 1926. O LEM atuava também na metalurgia e, com a Revolução, dedicou-se a pesquisas voltadas para a fabricação de armamentos, como carros blindados e granadas. Seu histórico oficial registra:

Terminada a Revolução, ficou como resultado o grande salto tecnológico da indústria paulista. A experiência adquirida com o rigoroso controle de peças e de materiais, exigidos na produção de armamentos, abriu caminho para a criação, dois anos mais tarde, da Seção de Metrologia do IPT.

Todavia, quão doloroso foi esse salto tecnológico para ambos os lados contendores! Em 23 de julho de 1932, custou-nos até a existência do maior símbolo da aerodirigibilidade e da aeronáutica, o incomparável brasileiro Alberto Santos Dumont, Pai da Aviação. A mente conturbada por absurdo complexo de culpa, ante a visão do bombardeio aéreo contra o cruzador Bahia defronte ao litoral do Guarujá, levou-o a imolar-se aos 59 anos de idade, na maior manifestação antibelicista já vista em solo pátrio, como se responsável fosse pelo uso da aeronáutica a serviço da destruição. **Eu inventei a desgraça do mundo**, disse angustiado ao cocheiro que o levava a passear pela última vez ao longo da praia. Mas nem o luto nacional de três dias por sua morte, decretado pelo Presidente Getúlio Vargas, bastou para arrefecer os combates.

Pelos registros históricos, notadamente os da Força Aérea Brasileira, verifica-se que os rebeldes de 1932 haviam ocupado o Campo de Marte paulista no dia 10 de julho e tomado quatro aviões militares, antes que mais dois aparelhos fossem levados a São Paulo por pilotos simpatizantes da Revolução. Outras nove aeronaves particulares foram colocadas à disposição dos revoltosos por seus proprietários, o que perfazia 15 aviões rebeldes contra 68 aparelhos de reconhecimento, bombardeio e caça inimigos. Posteriormente, os revolucionários requisitaram um avião cargueiro à empresa francesa Aéropostale para ser usado como bombardeio e importaram quatro aeronaves do Chile.

Apesar da evidente desproporção de forças, os rebeldes foram autores da primeira derrubada de um avião em combate nos céus latino-americanos. Essa mesma desproporção levou-os a praticar o primeiro ataque aéreo noturno da América Latina, em Resende, sem causar prejuízos apreciáveis, mas acabou facilitando o bombardeio da Fortaleza de Itaipu, em Praia Grande, pelos aviões governistas, nos dias 3 e 5 de setembro, com danos pessoais e materiais de monta entre os derradeiros revolucionários.

Passara-se pouco tempo e a Revolução Constitucionalista já estertorava. Todavia, os fatos históricos que lhe deram origem eram anteriores a 1932 e have-

riam de desembocar na democracia brasileira como a temos hoje.

Desde o fim do Império, o poderio político-econômico de dois Estados prevalecia na chamada “política do café com leite” – café representando São Paulo e leite, Minas Gerais. Alternavam-se paulistas e mineiros na Presidência da República, embora com exceções, como a do paraibano Epitácio Pessoa, em 1919, eleito Presidente entre os mandatos do paulista Rodrigues Alves e do mineiro Artur Bernardes.

O então Senador e ex-Governador de São Paulo Washington Luiz Pereira de Souza chegou à Presidência em 1926 com o lema “governar é abrir estradas”. Fez muito pelo País, mas enfrentou grande insatisfação popular em decorrência de crescente desemprego e restrições à liberdade de imprensa e de reunião, assim como da repressão às greves operárias que se sucediam.

As dificuldades socioeconômicas agravaram-se, refletindo a crise mundial de 1929, que atingiu toda a economia brasileira, especialmente a monocultura cafeeira. A oposição cresceu quando o Presidente Washington Luiz rompeu com a “política do café com leite”: não escolheu para sucedê-lo o Governador mineiro Antonio Carlos e indicou o Governador paulista Júlio Prestes. Com isso, atraiu o rancor do chefe político de Minas, que proclamou: “Se o próximo Presidente não for mineiro, não será paulista!” Na seqüência, Antonio Carlos lançou a candidatura do Governador gaúcho Getúlio Vargas, sendo candidato a Vice-Presidente o Governador da Paraíba João Pessoa.

O resultado das eleições realizadas em 1º de março de 1930, vencidas por Júlio Prestes, não foi respeitado por Getúlio Vargas, que lançou manifesto para tachar o pleito de viciado e verberar o Presidente eleito. Entrementes, a 26 de julho, o ex-candidato a Vice-Presidente João Pessoa foi assassinado, por motivos pessoais, numa confeitaria do Recife. Era o “mártir” que faltava à oposição para produzir agitação popular e o movimento militar contra o Governo Washington Luiz.

Em 3 de outubro, eclodiu a Revolução de 1930, comandada por Getúlio. Sem resistência, o Presidente foi deposto e Getúlio assumiu a chefia do Governo Provisório, com o compromisso de realizar eleições e elaborar uma nova Constituição.

Entretanto, a decepção viria imediatamente para quem almejava a prática democrática. Getúlio suspendeu a Constituição de 1891, dissolveu o Congresso Nacional e outorgou poderes ilimitados a si mesmo, por decreto. Nomeou interventores federais,

como substitutos dos governadores e da maioria dos prefeitos. O Estado de São Paulo, com seus sete milhões de habitantes, sentiu-se refém da Legião Revolucionária e do Partido Popular Paulista, ambos às ordens da ditadura, que se apossaram dos postos de comando da política local e passaram a hostilizar as lideranças estaduais.

A insatisfação transformou-se em revolta devido a decepções, sofrimentos e humilhações, como diziam os manifestos da época. E a revolta desembocou em movimentos de massa.

Em 25 de janeiro de 1932, no Lago da Sé, uma multidão manifestou seu anseio por liberdade. Em 17 de fevereiro, surgiu a Frente Única de partidos políticos, para lutar pela constitucionalização do Brasil, num claro indício de que já se conspirava contra a ditadura. Ato contínuo, foi organizada uma comissão composta de militares e civis para coordenar, em todo o Estado, os esforços em prol de uma revolução constitucionalista.

Em 21 de maio, anunciou-se a chegada do Ministro da Fazenda Osvaldo Aranha, em meio à mobilização popular contrária, feita por rádios e jornais que apontavam arbitrariedades do Governo Vargas. No dia seguinte, a agitação espalhou-se por ruas e praças. A população manifestava abertamente desagrado com a visita do ministro. Inflamados oradores discursavam em vários pontos da cidade, clamando por armas para o povo e a derrubada do governo central, cuja sede estava no Rio de Janeiro.

Tamanha fora a comoção que o amanhecer de 23 de maio encontrou o comércio liberando os empregados para participar das manifestações que recrudesciam por toda parte. Começaram os choques entre os manifestantes e os militantes da Legião Revolucionária e do Partido Popular Paulista, logo degenerando em clima de guerra civil. Tiros foram desferidos contra a fachada do jornal governista **Correio da Tarde** pelo mesmo grupo extremado que, pouco depois, empastelou o periódico **A Razão**, pertencente à família de Osvaldo Aranha. Outros manifestantes abriram à força casas de armas e munições das Ruas Boa Vista e Libero Badaró, no centro da cidade, e dirigiram-se à esquina da Praça da República com a rua Barão de Itapetininga, onde se situava a sede do Partido Popular Paulista. Das janelas e do telhado do prédio, partiu o revide: nutrido fogo de fuzis e metralhadoras. Manifestantes tentaram incendiar a sede partidária, arremessando coquetéis molotov. A resposta veio com granadas.

Na madrugada seguinte, ao final da fuzilaria, jaziam no solo da praça Mário Martins de Almeida, estudante de Direito; Antônio Américo de Camargo Andrade, casado, com três filhos menores; Euclides Miragaia, estudante em São José dos Campos; Dráusio Marcondes de Souza e Amadeu Martins, todos com 21 anos de idade. Deles originou-se a famosa sigla MMDC, de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, com que foi batizada a organização inicial do movimento. Tropas do Exército, deslocadas de outras cidades, restabeleceram a ordem na capital paulista, que aparentava calma nos dias seguintes. Não se sabe ao certo quantos feridos morreram depois do tiroteio.

Foi então que Getúlio nomeou o General Espírito Santo Cardoso, reformado havia dez anos, para ser Ministro da Guerra. Surgiram protestos, engrossados por uma manifestação assinada pelo General Bertholdo Klinger, comandante militar de Mato Grosso, que precipitou a Revolução. A revolta eclodiu às 23 horas de 9 de julho, mas Klinger não cumpriu, entre outras, a promessa de levar seis mil homens em armas de Mato Grosso para São Paulo. Mesmo assim, começava o maior conflito militar em solo brasileiro no século XX.

A senha “Sergipe” e a contra-senha “37” circularam rapidamente entre os batalhões clandestinos arregimentados pelo MMDC, as fileiras da Força Pública e as guarnições do Exército sediadas no Estado de São Paulo.

A população paulista ficou sozinha, mas empenhou-se nos sangrentos combates, especialmente nas divisas com Minas Gerais e Rio de Janeiro. Manifestos, artigos em jornais e discursos nas vias públicas e no rádio clamavam incessantemente por uma Constituição que garantisse liberdade e democracia, com novas eleições para Presidente e Governadores.

Na chamada Frente Norte, onde se localiza o Vale do Paraíba, havia 135 mil voluntários e soldados constitucionalistas, um acontecimento marcou o alvorecer do dia 7 de setembro. Os revolucionários hastearam o Pavilhão Nacional, ao som de clarins, no ponto mais alto de suas trincheiras. Todos os rebeldes que se achavam nas proximidades colocaram-se de pé em posição de sentido, à borda das trincheiras, expondo-se ao fogo inimigo. Mas, imediatamente, a fuzilaria cessou e as tropas governistas também deixaram as trincheiras em continência à Bandeira. A batalha só recomeçou depois da cerimônia.

A 2 de outubro, quando as últimas posições paulistas estavam sitiadas entre as cidades de Lorena e Guaratinguetá, terminava a Revolução, com o armistício assinado na cidade de Cruzeiro.

Os registros oficiais dizem que 830 rebeldes haviam morrido na luta. Na maioria, os despojos estão sepultados no Monumento-Mausoléu do Soldado Constitucionalista de 1932, construído no Parque Ibirapuera sob um obelisco de 72 metros de altura, a contar do andar térreo, ou 81 metros, considerando-se a cripta subterrânea.

Hoje, Senadora, em São Paulo, pela manhã, um desfile militar em comemoração ao 71º aniversário da Revolução, outros corpos foram trasladados para esse mausoléu.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ainda naquele dia 2 de outubro, conciso manifesto subscrito pelas maiores autoridades civis revolucionárias comunicou o fim das hostilidades. Na ortografia da época, dizia o manifesto “Ao Povo de São Paulo”, entre outras coisas:

“Sem desfalecimento, fez São Paulo tudo quanto o engenho de sua gente e a capacidade de sua indústria e da sua lavoura permittiram para o abastecimento dos exercitos, amparo e soccorro da população civil, salvaguarda de todos os direitos individuaes e collectivos, mantendo, a todo o transe, a ordem juridica e social, assegurando, assim, todos os elementos da victoria.

“Com altaneria de espirito e serenidade e razão, demonstrou o povo paulista nesta epopéa sem igual, a firmeza do seu pulso, a largueza de suas vistas e a amplitude de seu sentimento nacional. A pagina, que agora coloriu com o seu sangue, ha de permanecer, immortal aos olhos de todo o Brasil, como a mais inequivoca demonstração da sinceridade de sentimentos com que se entregou á causa da rapida constitucionalisação do paiz.”

O documento recebeu a assinatura do Governador aclamado pelos paulistas – o maçom e ex-Grão Mestre do Grande Oriente Estadual de São Paulo, Pedro de Toledo –, além de Waldemar Ferreira, Paulo de Moraes Barros, J. Rodrigues Alves Sobrinho, F.E. da Fonseca Telles, Francisco da Cunha Junqueira, Godofredo da Silva Telles, Joaquim A. Sampaio Vidal e Thyrsó Martins. Após três meses de embates desproporcionais e sangrentos, era o final da Revolução Constitucionalista, cujo 71º aniversário comemoramos neste Nove de Julho.

Viva a Constituição.

*Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Demóstenes Torres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Íris de Araújo.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Iris de Araújo) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, pela Liderança do PFL .

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, “A gente sabe mais de um homem é o que ele esconde”, Guimarães Rosa.

O agronegócio projeta para este ano o resultado mais espetacular de todos os tempos. Nunca o Brasil foi tão competitivo em um segmento econômico a ponto de atrair a atenção e a fúria protecionista dos parceiros comerciais. Para 2003, o setor projeta crescimento de 5,35%, o suficiente para assegurar que o País não se afunde na recessão. A agricultura e a pecuária representam cerca de 7,3% do Produto Interno Bruto e acumularam, nos últimos dez anos, um saldo líquido próximo dos US\$170 bilhões. O superávit, nos cinco primeiros meses deste ano, alcançou US\$9,3 bilhões, e não é preciso entender de economia para inferir que se trata do grande garantidor da moeda e da estabilidade política do Brasil.

Ainda que o País tenha um parque industrial respeitável, a soberania nacional está sendo mensurada nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) a partir da estatura do agronegócio. Os Estados Unidos têm motivo para tanta preocupação. De acordo com relatório do Departamento Americano para Agricultura, a soja brasileira não é hoje somente mais competitiva do que a americana, mas apresenta capacidade de expansão de 200% nos próximos 50 anos se mantido o nível atual de tecnologia. Para concorrer com o agricultor brasileiro, no ano passado, a União Européia e os Estados Unidos concederam aos seus produtores subsídios que somaram US\$202 bilhões. Mesmo assim, em patamar desnivelado de competição, com rodovias em estado lastimável, carga fiscal exorbitante, custo portuário elevado e insegurança jurídica quanto ao futuro próximo, o segmento continua a dar alegria aos brasileiros.

O produtor, que superou o atraso tecnológico e tornou economicamente viável o setor primário depois do interregno que se seguiu à Crise do Café da década de 1930, agora parece que está sendo penalizado por ter feito tão bem ao Brasil. Eu não gostaria de crer, mas percebo que há algo tramando contra o sucesso do agronegócio nacional e esta Casa não pode se omitir. A reforma agrária precisa ser realizada, os avanços quantitativos foram importantes na distribuição de terras nos últimos oito anos, mas me parece temerário simular a solução de um problema social por intermédio da desestabilização do setor primário.

O Brasil foi um dos últimos países do Planeta a formular política de reforma agrária, mas aprendeu muito pouco com as nações que ousaram superar o conflito fundiário em diversos momentos históricos e seguir rumo à civilização. Os europeus, por exemplo, há mais de 200 anos souberam fazer a transição do arcaísmo feudal para novo modelo de aproveitamento da terra e chegaram ao topo do mundo. Após a Segunda Guerra Mundial, no leste asiático, Japão, Coreia do Sul e Taiwan redesenharam a distribuição da pouca terra disponível e despontaram no cenário internacional. O Chile, na década de 1970, fez reforma agrária profunda, sepultou os traços do latifúndio e se tornou a única nação latino-americana preparada para ingressar no Primeiro Mundo.

Já este País, obliterado pela tradição colonial-escravagista, postergou o problema agrário até a beira do insuportável e o lema tacanho do “quanto pior, pior” se confirmou. Hoje, há notória incapacidade de o Estado brasileiro formular política fundiária sustentável, enquanto as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, impacientes, não querem mais ter o chão e lançar a semente, mas alimentar de material carburante o conflito rural.

A reforma agrária representa o esforço estatal de redistribuição do domínio da terra com a finalidade de promover o desenvolvimento, imprimir o crescimento econômico, elevar os indicadores sociais e apaziguar as tensões políticas, com reflexo em toda a sociedade. São inúmeras as vantagens da providência. Um programa sustentável de reforma agrária, no caso do Brasil, corrigiria injustiça histórica e promoveria espetacular ajuste de contas com o passado. Do ponto de vista econômico, significaria criação de emprego a baixo custo. A unidade produtiva de um assentado é capaz de gerar três postos de trabalho a um valor individual médio de R\$6 mil. Se se considerar que o Movimento dos Sem-Terra quer assentar um milhão de pessoas nos próximos quatro anos, estamos falando na amortização de 40% do estoque de 10 milhões de empregos que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, prometeu criar em seu mandato.

O módulo da pequena propriedade advinda de programa de reforma agrária propicia ainda a produção do alimento ao consumo interno, talvez até com nível de excelência visando ao comércio exterior, com a obtenção de divisas, o incremento da atividade macroeconômica e a elevação da receita tributária. No aspecto social, reforma agrária faz o que o Presidente Lula proclama “ensinar a pescar”, pois torna o homem produtivo, orgulhoso da sua raiz cultural e longe dos

ciclos migratórios que deterioraram a qualidade de vida nas cidades. Politicamente, confere estabilidade às relações institucionais, elemento essencial para que cada um possa executar o próprio projeto de vida e vislumbrar a grandeza do Brasil.

Apesar de os equívocos do modelo fundiário remontarem aos primeiros dias da colonização portuguesa no Brasil, só no ano de 1964 foi “outorgada” a primeira autorização constitucional à União para promover desapropriação por interesse social, o que ensejou o Estatuto da Terra. Daquele ano até o Governo Fernando Henrique Cardoso, criaram-se órgãos gestores da política agrária em profusão, houve desastrosa substituição de siglas governamentais, planos romanescos foram encetados, mas os resultados não vieram porque não se pretendia fazer reforma agrária de verdade. Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, recordem que durante a Constituinte o temário foi um dos mais contraditórios, mas as discussões resultaram estéreis, deram azo ao acirramento do conflito enquanto prosperava a desigualdade na distribuição da posse da terra.

Sr. Presidente, no Governo FHC, sem dúvida, foi empreendido o maior esforço de reforma agrária do Brasil. Os resultados são positivos quando observada a expressão matemática das políticas desenvolvidas de parcelamento do latifúndio improdutivo. Entre os anos de 1995 e 2002, foram repartidos 20 milhões de hectares e quase dois milhões de sem-terra instalados em assentamentos. O indicador é cheio de superlativos e representa número superior ao dobro do que foi realizado nos 30 anos anteriores. Caso sejam somados os custos de desapropriação, instalação, concessão de crédito para assentamentos e fomento à agricultura familiar, o valor convertido se aproxima dos R\$30 bilhões em oito anos. Infelizmente, em que pese aos vultosos recursos despendidos e à numerosa massa de trabalhadores assentados, foi bastante tímido o desconto no passivo agrário brasileiro. Veja o caso de Goiás: foram assentadas aproximadamente 8 mil famílias em uma área de 442 mil hectares. O Incra tem um planejamento de imitar na posse outras três mil famílias em 2003. Mas a lógica do movimento é perversa e opera em escala exponencial. Em dezembro de 2002, havia quatro mil famílias acampadas, hoje superam sete mil. Se assentar três mil, vão continuar sobrando os mesmos quatro mil. De janeiro para cá, surgiram novos 26 acampamentos no Estado. Decididamente, assim, a equação não será decomposta nunca.

A razão deve ser endereçada à irresponsável capacidade do Movimento dos Sem-Terra de repor o exército de maltrapilhos nos acampamentos, mas não

pode deixar de se considerar que o modelo executado produziu números expressivos, mas de baixa densidade quando é examinado o conteúdo da política executada pelos governos anteriores.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no ano passado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Universidade de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com apoio da FAO, órgão das Nações Unidas para a agricultura, realizaram um estudo para aferir a qualidade dos assentamentos criados entre 1985 e 2001. Foram pesquisados 4.340 projetos de reforma agrária, representando um universo que ultrapassa as 450 mil famílias, e realizadas quase 14.500 entrevistas. Seis indicadores de qualidade dos projetos de assentamento e outros oito parâmetros de inserção do modelo de reforma fundiária realizado no País foram medidos. Os resultados, grosso modo, não são nada bons, exceto no que se refere à intervenção do Governo na alteração da estrutura fundiária. Em 26 anos de política de reforma agrária, a iniciativa só foi aprovada no quesito que avaliou a ocupação efetiva dos projetos de assentamento. Como se verá, o Governo e as organizações de trabalhadores sem terra vão bem quando se trata de ocupar a terra, mas não sabem o que fazer para semear a sustentabilidade.

De acordo com a pesquisa, quando é avaliado o índice de qualidade de vida, tendo como requisitos a moradia, a água potável, o esgoto, a rede de eletricidade, a educação e a saúde, os resultados gerais apontam que os valores médios foram baixos, sendo o período de 1985 a 1994 um pouco superior aos assentamentos da era Fernando Henrique. Mesmo assim, apenas “alguma coisa a mais do que a metade dos fatores foi satisfeita”. Contribuiu decisivamente para mandar o índice à lona o acesso à saúde, à água e ao esgoto doméstico. Os indicadores de eletrificação dos projetos de reforma agrária cresceram, por exemplo, caso comparados os dois períodos, mas continuam na faixa de metade da demanda total. Já o índice de articulação de organização social, utilizado para medir a reivindicação dos assentados por benefícios sociais e arregimentação ao incremento do sistema produtivo, demonstrou que, após realizado o assentamento, as famílias optam por individualizar a produção, mas permanecem relativamente unidas para cobrar providências. Apenas em 9% dos casos houve parcerias para produzir e comercializar e, em 57% dos casos busca de benefícios coletivos. O índice de parceria com agroindústria e de formação de cooperativas foi respectivamente de 33% e 50%.

Se o dado anterior indica que o MST – antes um movimento social – é bom para promover o baderna-

ço pela terra, mas nada eficiente para fazê-la dar frutos, o indicador de ação operacional do Estado demonstra que, no intervalo de 1995 a 2001, menos da metade dos compromissos de levar infra-estrutura, liberar crédito e titular as propriedades foi cumprido.

Há torpeza bilateral nas relações dos agentes da reforma agrária, assim entendidos Governo e sem-terra, e seria muito oportuno que se aclarassem as intenções maldosas e as omissões claudicantes para que o País pudesse eleger um modelo eficiente de repartição da terra. Esta Casa poderia investigar como foram despendidos os recursos destinados ao financiamento da iniciativa, bem como o grau de eficiência dos assentamentos realizados.

Observem, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a pesquisa, ao avaliar a renda das famílias, demonstra que os projetos estão distantes de conferir a sustentação propugnada nos projetos de reforma agrária. A média familiar nos assentamentos do período de 1985 a 1994 é de R\$232,00, caindo para R\$198,00 por família nos realizados durante o Governo FHC. Em outros indicativos, o estudo deixou claros alguns pontos que demonstram que já não existe no Brasil estoque incommensurável de latifúndios improdutivos a repartir, principalmente nas regiões do Centro-Sul. Em decorrência do fato, há uma tendência de localizar os projetos de assentamento em área de baixa densidade populacional, onde a agricultura familiar é menos representativa.

Sr. Presidente, conforme vários Senadores manifestaram desta tribuna, vejo com extrema preocupação a série de chantagens ideológicas que as lideranças do MST estão patrocinando com a finalidade de criar impasse institucional e assim impor a sua fantasia marxista. O Governo do Presidente Lula definitivamente não pode tratar com biscoitinho na boca quem se vale da aglutinação oportunista de miseráveis para intentar ações delirantes em direção à ditadura do campesinato. Esse tempo passou. Cabe ao Poder Executivo definir um projeto de reforma agrária consistente para o País em vez de ficar compartilhando com os josés rainhas da vida as milongas do materialismo dialético. Acredito, sim, que precisamos redefinir esse novo modelo de reforma agrária, contribuir para selar a paz no campo e, realmente, assentar na terra quem tem vocação para debulhar o trigo e fazer o pão. Muito pão.

Muito obrigado, Sr.<sup>as</sup> Srs. Senadores.

*Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, a Sra. Íris de Araújo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, recorro ao discurso de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para as devidas correlações com esse momento efervescente que vivemos hoje, seis meses depois.

Sem meias palavras, o Presidente dizia: “Meu Governo terá a marca do entendimento e da negociação. Da firmeza e da paciência (...) Continuaremos a ter atuação decidida no sentido de unir as diversas forças políticas e sociais para construir uma Nação que beneficie o conjunto do povo. Vamos promover um pacto nacional pelo Brasil (...) e escolher os melhores quadros para fazer parte de um Governo amplo, que permita iniciar o resgate das dívidas sociais seculares”.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no momento em que o País se vê diante da ameaça de enveredar por uma crise política de graves proporções, em função dos últimos acontecimentos no cenário nacional, basicamente representado pelo conflito no campo, essas palavras ditas pelo Presidente, no início de sua gestão, soam como uma espécie de profecia que precisa, como nunca, se cumprir agora, quando brotam as angústias e incertezas a respeito do futuro da Nação.

Desde a minha estréia nesta tribuna, há pouco mais de quatro meses, tenho sido voz insistente e perseverante no sentido de fazer cumprir esse que é o único caminho viável para um país com tanta diversidade como o Brasil: o caminho do dar as mãos, da ação coletiva, da cooperação, do agrupamento de esforços para domar as dificuldades e construir o verdadeiro crescimento, que nada mais é do que o repartir justo e digno das riquezas produzidas por todos.

O Presidente Lula falou, nos primórdios, em governar com as diversas forças políticas e sociais, bem como em promover um pacto nacional pelo Brasil. Agora que a realidade vem com toda a intensidade de sua crueza, agora que os arautos do confronto ampliam seus espaços, creio que finalmente chegou a hora de se apostar para valer nesse projeto, que, sem dúvida, representa a vontade maior de nosso povo.

Pertenço a um partido que construiu a sua trajetória com uma coerência ímpar, mas muitas vezes pouco reconhecida pelos agentes públicos! O que é a coerência ímpar do PMDB? Em todos os momentos da vida nacional, independentemente das incompreensões e das acusações fúteis, essa legenda jamais

se furtou a realmente colaborar para que a governabilidade se viabilizasse, para que as instituições fossem integralmente respeitadas, para que a Nação pudesse dar um passo à frente a partir do imprescindível equilíbrio e maturidade.

O PMDB sempre atuou dentro dos intocáveis padrões democráticos e jamais se deixou levar pelos caminhos de fogo; antes, procurou impedir qualquer tentativa que, de repente, acabasse por levar a Nação a um cenário de mais tormenta ou dor.

Muitas vezes, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o PMDB se apresenta, sim, disposto ao sacrifício e à remissão, a fim de que o Brasil possa cumprir as suas etapas históricas dentro da possível normalidade, o que significa permitir ao seu povo a paz social, para que encontre um lugar ao sol no processo produtivo, para ver atendidas as suas necessidades básicas, para que, enfim, prospere a cidadania como expressão maior das relações sociais realmente justas.

Faço essas observações porque estamos no início de um perigoso debate, na medida em que se busca maximizar situações que podem ser naturalmente controladas por meio da única via admissível no sistema democrático, que é o diálogo, o entendimento e a razão.

É bem verdade que a economia brasileira vive momento de estagnação, de retração dos investimentos, de desemprego em alta. Os excessos da política monetária naturalmente produziram efeitos colaterais próprios da administração em altas dosagens do medicamento aplicado, mas também não é verdade que estejamos à porta do caos. Como contrapartida ao cenário da estagnação, o dilema inflacionário parece ter sido domado, a alta desenfreada do dólar cede a uma via de racionalidade, o risco país aponta à curva descendente, os negócios no campo prosperam e a credibilidade internacional do Brasil não está afetada. Portanto, temos pesos e medidas que certamente não apontariam para uma celebração exacerbada e muito menos para um pessimismo alarmante.

A questão central, neste momento, é a perigosa ênfase na batalha política, quando as nossas atenções deveriam estar voltadas para a aplicação das alternativas viáveis – seja por meio das reformas, seja por meio da adoção de um choque administrativo capaz de fazer deslanchar os inúmeros projetos que estão na órbita dos Ministérios apenas no papel e cheios de boas intenções.

Em função do vazio administrativo substituído pelos excessos de palavras e pelos excessos de gestos que emanam do Palácio do Planalto, de repente, se forja um ambiente perigoso no centro das institui-

ções – ambiente alimentado por um aspecto conjuntural representado pelas ações do MST e pela sua contrapartida, qual seja, a formação de grupos armados por partes dos grandes proprietários rurais.

Veja bem, Sr. Presidente, que o Brasil não está à beira da fornalha, mas determinadas situações forjam as condições para que se aproxime dela. E é nesse cenário que o PMDB mais uma vez se apresenta para fazer o alerta e, sobretudo, colocar-se à disposição do Brasil com determinação para o equilíbrio, para a consciência e para a maturidade, porque a nossa vocação é, sobretudo, a vocação democrática, berço e origem do PMDB. Como muito bem afirmam os registros oficiais do Partido, “surpreende que o PMDB tenha resistido a tantas pressões de governos ditatoriais, divisões internas, esvaziamento, crescimento, novas divisões e se mantenha como a legenda de maior base no território nacional. (...) A história do PMDB, Srs. Senadores, é a história do Brasil que continuou pulsando a partir de 1964 (...) Hoje, para contar com um pouco da história do PMDB é preciso não só falar da História do Brasil, mas de praticamente todos os Partidos, à sua esquerda ou à sua direita.”

Oficialmente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o PMDB nasceu MDB, teve a sua fundação em 24 de março de 1966 com o registro na Justiça Eleitoral. Era um dos resultados da extinção dos partidos imposta pelo AI-2 e a instalação do bipartidarismo. Mas ao invés de sua hipotética destinação servil, o que se viu foi o nascimento de uma legenda aguerrida, corajosa, destemida, patriótica, guerreira, disposta a lutar pelo Brasil – o nosso País.

Sou desta geração, Sr. Presidente, que não se curva, que não se dobra diante das dificuldades, que persegue o ideal democrático com garra e temperança, mas colocando o coração em tudo o que se faça. Persistir no ideal democrático hoje é não permitir que sejamos outra vez reféns dos excessos e dos radicalismos que, sob a justificativa da defesa de seus argumentos próprios, acabem fomentando um ambiente perigosamente inquietante, perigosamente explosivo.

Para que alimentar argumentos a pau e pedra, Sr. Presidente? Precisamos, sim, é de alternativas práticas, factíveis, viáveis, para tirar a economia da letargia e gerar emprego para o povo – porque enquanto discutimos o MST, os chamados radicais do PT e o último boné ou discurso do Presidente Lula, o nosso povo vê aumentar sua fome de pão, de arroz e de feijão!

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?



**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Senadora Iris de Araújo, V. Ex<sup>a</sup> tem autoridade de sobra para falar sobre o PMDB, sobre o País e sobre a Administração Pública. V. Ex<sup>a</sup> foi Primeira-Dama várias vezes. Cuidou dos pobres, da sociedade do seu Estado e deu exemplos ao Brasil. Sou testemunha disso. À época em que Iris Rezende, ex-Senador da República e seu marido, era Ministro da Agricultura e eu aqui era Senador, S. Ex<sup>a</sup> aumentou a produção de grãos no País, elevando a nossa taxa de grãos de 60 bilhões de toneladas para aproximadamente 80 bilhões. Enviei-lhe um telegrama.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Senador Alberto Silva, tendo em vista que o tempo da sessão ordinária se esgotou, prorrogo a sessão por mais quinze minutos.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Senadora Iris de Araújo, não quero tomar o tempo do belo discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Quero apenas dizer-lhe – V. Ex<sup>a</sup> é testemunha – que estamos montando um esquema do nosso Partido, o PMDB, para apresentar ao Presidente da República uma solução para consertar as nossas estradas. V. Ex<sup>a</sup> ouviu, aprovou o projeto, e tenho certeza de que o Partido também o aprovará. Além disso, ontem tive um encontro com o Ministro Ciro Gomes para dizer que é possível, com três hectares, darmos salário de mil reais a um lavrador do semi-árido do Nordeste. Apresentarei esse segundo projeto, contando também com o apoio de V. Ex<sup>a</sup> e do Partido. Vamos oferecer o apoio do PMDB para gerar emprego e dar sossego e paz à população brasileira. Parabéns, Senadora Iris de Araújo.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Senadora Iris de Araújo, lamento informar que V. Ex<sup>a</sup> dispõe de apenas mais cinco minutos.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, procurarei ser breve.

Nobre Senador Alberto Silva, agradeço o aparte. Conheço o projeto de V. Ex<sup>a</sup> e penso que faz muito bem em apresentá-lo, com o nosso apoio.

Temos uma responsabilidade pública. O PMDB a tem. E não se furta a colaborar com suas idéias, com seu projeto de desenvolvimento, com sua larga experiência administrativa, com seus reconhecidos talentos e quadros para simplesmente ajudar o Brasil – sem interesses nem segundas intenções.

Está o Senado da República mais uma vez comandado por um ex-Presidente da República que é a voz da ponderação, da lealdade, que é a própria ex-

pressão do mais fervoroso amor à Pátria, que é o nosso Presidente José Sarney. Estão aí o Líder do Governo no Congresso, Amir Lando, e o Líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros. Todos integralmente dedicados a amar este País e sempre dispostos a colaborar para o bem nacional. Tantos valores tem esse Partido, de Norte a Sul do País, que podem espontaneamente disponibilizar as suas experiências tendo em vista incrementar um novo horizonte para este País! Homens de história, de fibra, de elevado espírito público, como Mão Santa, Pedro Simon, Ney Suassuna, Alberto Silva, Ramez Tebet, Hélio Costa, Sérgio Cabral, Maguito Vilela e tantos outros dentro e fora do Senado.

Esse Partido tem história, Sr. Presidente, tem serviços prestados, tem a cor deste País. Mas temos, sobretudo, essa capacidade prática de realizar a coisa concreta. Outro dia, aqui mesmo, apresentava um vídeo do mutirão, instrumento barato e eficaz para resolver o drama da falta de moradias.

No momento em que o Brasil se perde no redemoinho das palavras, o PMDB pode perfeitamente fazer a diferença no sentido de convocar a Nação para um imprescindível mãos à obra contra a fome, contra a miséria, contra o desemprego.

Todos nós queremos não apenas assistir, mas participar do espetáculo do crescimento, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Um levantamento recente feito pelo Portal iG computou que o Presidente Lula, desde sua posse, já pronunciou mais de 200 mil palavras, superando os 160 mil verbetes da última versão do dicionário Aurélio. E o que tantas palavras geraram? Mais inquietação do que tranquilidade, infelizmente, fornecendo combustível para os que se encontram ao redor da fornalha.

O PMDB não quer saber de fomentar essa ladainha, Sr. Presidente. O PMDB quer trabalhar com seriedade, denodo, compromisso e amor em favor do Brasil e de seu povo.

Está na hora de reunirmos as melhores idéias, os melhores projetos e começar a viabilizar o Brasil dos nossos sonhos. Jamais o Brasil da instabilidade, do retrocesso, do desrespeito à ordem e à lei, da ingovernabilidade. Mas, sim, o Brasil da construção, das grandes realizações, do crescimento econômico e da justiça social.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade e por sua paciência.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas encaminhar à Mesa um pronunciamento sobre o desemprego, na visão de uma série de entidades da sociedade, inclusive do próprio Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra pela Liderança do PSDB. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, há cerca de um mês, aprovamos no Senado Federal o Estatuto dos Torcedores, uma lei em parte contestada, mas que representou, estou convencido, um avanço no que se refere à modernização, ao crescimento e ao desenvolvimento mais integral dos esportes no Brasil.

Novos acontecimentos são relevantes para o nosso País nessa área e sobre eles eu gostaria de dar uma palavra hoje.

Primeiro quero saudar, em nome do meu Partido, a escolha do Rio de Janeiro para disputar o direito de sediar as Olimpíadas de 2012.

Sem dúvida, esta conquista, a vitória do Rio de Janeiro, sem subestimação de outros eventuais candidatos, comprova a caracterização do Rio como cartão-postal do nosso País e, da mesma forma, o reconhecimento de um trabalho de qualidade do Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia. Os dois, o Rio e o seu Prefeito, o seu Governo de uma maneira geral, estão de parabéns. Mas este não é um ato isolado, e é sobre isso que eu gostaria de falar um pouco hoje à noite.

O Brasil é um País de imensas potencialidades. Uma das suas grandes potencialidades, que o povo reconhece, mas que não é organizada, diz respeito à capacidade brasileira nos esportes, que pode e deve ser associada à expansão de uma outra capacidade: a capacidade brasileira de produzir o turismo, trazendo empregos, negócios e distribuir renda.

Em 2004, as olimpíadas serão em Atenas. Em 2008, candidata-se e deverá ser aprovada para sediar outra olimpíada. O projeto dos chineses é fazer uma imensa olimpíada, algo que comprove para o mundo o lançamento da China como grande potência deste século.

A expectativa é que seja, de todas, no século, a mais relevante das olimpíadas internacionais. O Brasil se candidata pelo Rio de Janeiro a fazê-lo em

2012. Em 2012, as olimpíadas serão disputadas por vários países e cidades do mundo inteiro.

Sobre a possibilidade brasileira faço alguns comentários realistas. Primeiro, antes de qualquer coisa, nós brasileiros sempre encontramos um pretexto para subestimar as nossas possibilidades, mas elas são grandes. O conceito mais atual de olimpíada moderna incorpora a idéia de áreas isoladas que podem ser organizadas e nas quais se pode garantir segurança, eficiência e conforto.

A Barra da Tijuca é seguramente no Brasil e no mundo, uma bela paisagem com excelente situação para um programa desse tipo. Investimentos terão que ser feitos, mas são irrelevantes diante da potencialidade desse projeto.

Sendo a Barra da Tijuca uma grande vocação para o projeto, uma outra vantagem brasileira parece ser a questão da segurança. A segurança sob o ponto de vista atual e não a segurança sob o ponto de vista convencional.

O que se entende, hoje, depois especialmente do 11 de Setembro, é que não existe mais apenas um problema de segurança diluído, mas um problema de segurança associado à questão política relevante e à questão do terrorismo internacional.

Cidades como Nova York ou Berlim não são mais seguras nessa perspectiva do que o Rio de Janeiro, e é essa perspectiva que conta. Portanto, o Rio de Janeiro é um endereço possível, assim como o Brasil, para a realização da Olimpíada Internacional em 2012.

Além do mais, é claro que essa atuação brasileira seria relevantemente favorecida, se os brasileiros acreditassem nela, se, desde agora, um esforço fosse feito, um convencimento fosse difundido, o País pudesse acreditar, investir e organizar essa solução.

Temos alguns dados concretos, por exemplo: em relação às Olimpíadas, a decisão tenderá ser por um país do Terceiro Mundo atual, ou melhor, provavelmente das Américas. Há um certo reconhecimento disso.

Além do mais, o Brasil já tem um calendário provável que consolida ainda mais essa expectativa. Em 2007, os Jogos Pan-Americanos serão realizados no Rio de Janeiro. Esta cidade sediará um dos mais importantes eventos do esporte internacional. Para este acontecimento, investimentos já serão feitos. Em torno dele, uma opinião pública internacional será mobilizada, atraída.

O Brasil, por outro lado, tem uma grande possibilidade de ter, em 2014, a Copa do Mundo; em 2006,

será a Alemanha; em 2010 há uma tendência para que seja na África. Há uma confirmação de que para 2014 se realize num país sul-americano. A confirmação é absolutamente favorável para o Brasil, uma vez que não haverá, provavelmente nessas condições, nenhum país sul-americano com a capacidade brasileira organizada com tal finalidade.

A combinação dessas atuações: os Jogos Pan-Americanos; a possível definição do Brasil para uma olimpíada que vai se realizar em 2005, que é a data prevista para essa solução, e uma Copa do Mundo em 2014 significam muito mais do que um sonho para os que gostam de esportes. Significam, de maneira concreta, um projeto econômico e social para o Brasil, e é o que devemos ter em vista. Se o Brasil reproduzir tais iniciativas, será um país com novas possibilidades de atrair investimentos e não apenas turismo, um endereço para os esportes internacionais, uma situação crescentemente consolidadora da nossa liderança na América Latina e nas Américas. Apostar e confiar no Brasil passa pela determinação de acreditar em projetos como esses para os quais o Brasil tem vocação, capacidade humana, capacidade técnica e capacidade de mobilizar capitais. Que não se alegue que investimentos para essa finalidade não são prioritários. São. Prioritário no Brasil é, sobretudo, a organização econômica que reproduza emprego, e o faça de forma distribuída.

O Rio de Janeiro está de parabéns. E devemos no Congresso Nacional tratar do assunto com responsabilidade, com organização, de maneira a que em médio e longo prazo o Brasil se consolide na liderança e melhore as condições de vida da população.

**O SR PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 568, DE 2003**

**Requer Voto de Aplauso ao município de Manacapuru, Estado do Amazonas, pelo transcurso de seu 71º aniversário de criação.**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso pelo transcurso, no dia 11 de julho de 2003, do 71º aniversário de instalação do município de Manacapuru, no Amazonas. Localizado a 86 quilômetros de Manaus, Manacapuru é

um dos mais importantes municípios do Amazonas, com expressivo índice de crescimento. As comemorações incluem um Festival Folclórico com apresentação de grupos amazonenses, incluindo espetáculos da dança de rua “Gueto Boys” e da Academia Rucilene. No dia 15 de julho, serão atrações às cirandas dos Guerreiros Mura, Tradicional e Karamtade. No dia 16, será inaugurado o Museu da Restauração, implantado em antiga loja e residência da família Ventura. Requeiro mais que o Voto de Aplauso seja comunicado ao Prefeito Municipal de Manacapuru, Ângelos Figueira.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – A Mesa encaminhará o voto de aplauso solicitado.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Sérgio Zambiasi, Valmir Amaral, Reginaldo Duarte, a Srª Senadora Lúcia Vânia, e os Srs. Senadores Pedro Simon, Romero Jucá, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o editorial da edição de hoje de **O GLOBO**, ao analisar a divulgação do novo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, salienta que “a melhoria do País no **ranking** do IDH serve para aplacar uma certa sofreguidão dos responsáveis pela política social do Presidente Lula. Pois está claro que o atual Governo não detém o monopólio das preocupações sociais com o povo; sua salvação não depende exclusivamente do PT. Nem ele precisa ser salvo. Por estar no poder, cabe ao partido aperfeiçoar o que foi feito, mas sem a visão messiânica de que tem de partir do nada e que só ele sabe os caminhos da redenção.

Eis aí um oportuno conselho do grande jornal brasileiro ao Presidente Lula e a toda sua equipe. Por isso, solicito que o editorial passe a constar deste pronunciamento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Rio, 9 de Julho de 2003

### Usina de injustiça

As estatísticas das Nações Unidas sobre o quadro social brasileiro confirmam que, já há algum tempo, políticas corretas aplicadas na educação e na saúde têm conseguido resgatar parte da pesada dívida da sociedade com as parcelas menos favorecidas da população.

A melhoria do país no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, serve para aplacar uma certa sofreguidão dos responsáveis pela política social do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Pois está claro que o atual governo não detém o monopólio das preocupações sociais com o povo; sua salvação não depende exclusivamente do PT. Nem ele precisa ser salvo. Por estar no poder, cabe ao partido aperfeiçoar o que foi feito, mas sem a visão messiânica de que tem de partir do nada e que só ele sabe os caminhos da redenção.

Muito já se andou nessa estrada – como se constata pela pesquisa – mas o país não pode permanecer no nível médio de desenvolvimento. E para avançar terá de atacar em duas frentes. Uma, onde são visíveis os progressos, é a frente dos gastos sociais em si. No final do governo passado, já estavam sendo aplicados na área social R\$ 30 bilhões por ano, tanto quanto é arrecadado pelo Imposto de Renda da pessoa física.

Na outra frente – essa mais desafiadora e onde pouco se tem avançado – é preciso fazer com que os recursos públicos de fato favoreçam os pobres. Por deficiências estruturais e históricas, boa parte desses gastos tem beneficiado as classes mais abastadas. Sem precisar ir muito longe no tempo, lembre-se dos subsídios do Banco Nacional da Habitação, uma das maiores transferências de dinheiro público para a classe média já feitas no país.

Debelar a grave deficiência nacional da distribuição de renda, apontada pelo trabalho da ONU, implica rever de forma radical a maneira como o Estado gasta o dinheiro do contribuinte. Não deixa de ser uma poderosa usina de concentração de riqueza o sistema previdenciário. Bem como o próprio ensino público universitário, no qual 93% dos estudantes estão entre os 40% mais ricos da população. São inúmeros os exemplos. Falta tomar consciência da extensão do problema.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (Bloco/PTB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente,

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma das grandes questões que a democratização das sociedades e a revolução industrial colocaram, a partir do século XVIII, foi a da relação entre o capital e o trabalho. Dessa dualidade surgiram alguns dos grandes conflitos ideológicos e bélicos da humanidade nos séculos XIX e XX. Socialismo, comunismo e demais “ismos” tentaram se contrapor ao radicalismo da exploração do homem pelo homem pelo poder do capital dos primórdios do capitalismo, metamorfose do poder senhorial e feudal em nova forma dominação, conforme a história sobejamente nos ensinou.

Com a evolução das sociedades modernas, as relações em seu seio começaram a mudar, acarretando a busca de um novo equilíbrio entre os que detêm o capital e os que emprestam seu trabalho para a produção de riqueza. Todavia, e apesar de toda a evolução político-social vivida, ainda não granjeamos, aos olhos dos agentes sociais, uma harmonia aceitável entre capital e trabalho.

Nessa tentativa de conquista de equilíbrio, passos importantes têm sido dados com as diversas versões de participação de funcionários no capital das empresas em que trabalham, o que já ocorre no Brasil, mas principalmente nos países onde o mercado acionário é mais ativo. Contudo, mesmo essa meritória forma de redistribuição de renda e de democratização do capital não tem sido facilmente realizada ao longo das décadas de evolução do conceito de participação do trabalhador na empresa e de sua prática social.

Hoje, Sr. Presidente, desejo falar, pois, de um “Programa de Participação do Funcionário no Capital da Empresa em que Trabalha”, que eu chamarei aqui, para efeitos de oratória de PARCAPE, mesmo que não seja possível classificá-lo, no estrito senso legal, na categoria de programa. Trata-se de uma proposta que desejo ver debatida, aperfeiçoada e tornada realidade em favor da melhoria das condições de vida de todos quantos trabalham e colaboram para transformar o capital de alguns em riqueza para toda a sociedade.

Os objetivos do PARCAPE que proponho são os de:

a) estreitar e melhorar as relações entre o empregado e sua empresa, além de proporcionar um ambiente mais fraterno de trabalho;

b) fazer com que - existindo interesse e participação maior do funcionário – a empresa apresente melhor desempenho, se fortaleça e, dessa forma,

produza melhores resultados, beneficiando ambas as partes;

c) ensinar ao empregado a formação ou ampliação de seu patrimônio;

d) proporcionar, através do recebimento de dividendos, uma renda adicional ao funcionário quando se aposentar - renda e direitos derivados que permanecerão inalterados para a viúva e sucessores após o falecimento do empregado.

A consequência subsidiária de aporte de capital à empresa não pode ser encarada como objetivo do programa, já que aos empregados, pela legislação trabalhista atual, não cabe assumir os riscos de empreendimento, ônus exclusivo dos controladores da empresa.

Tal integração do empregado ao capital da empresa se fará pela possibilidade de utilização de parte de seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e/ou por incentivos oferecidos pelos governos federal, estaduais e municipais às empresas que adotarem o PARCAPE. Outras formas de incentivar a participação do trabalhador no capital da empresa poderão também ser articuladas dentro do quadro legal brasileiro.

Garantias de que o programa não se torne um grande engodo devem ser dadas para o caso de haver solução de continuidade no funcionamento da empresa. Para motivar a participação dos empregados, as ações que adquirirem terão preferência no recebimento de dividendos. Como garantia de estabilidade, as ações não poderão ser negociadas pelo empregado nos dez primeiros anos de aquisição. Em contrapartida, se o funcionário tiver recebido, como é o caso hoje de diretores, participação acionária expressiva por força de seu cargo, deverá vender sua posição se deixar a empresa, desde que não seja por aposentadoria.

Sr. Presidente, o BNDES, como gestor do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, cujos recursos poderão ser em parte utilizados no projeto, poderá, também, encarregar-se do programa, em parceria com a Caixa Econômica Federal, gestora do FGTS, o que dará um maior aporte ao programa.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acabo de apresentar, de modo resumido, o que se pode considerar como as linhas gerais de um programa de participação de empregados no capital das empresas em que trabalham. Tal proposta não exclui nem invalida iniciativas já existentes em empresas específicas. A elas deve somar-se e fazer prosperar o conceito de que a distribuição da renda é um objetivo social a ser alcançado.

Sr. Presidente, uma das tarefas mais nobres do poder político é o de regular as relações na sociedade, de modo a beneficiar o maior número de cidadãos. Uma outra tarefa é a de criar condições que possibilitem a geração de empregos, a distribuição da renda e o aumento da participação dos empregados na renda das empresas para as quais emprestam sua força de trabalho.

Creio, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que já está definitivamente encerrada a era em que os que detinham o capital não tinham qualquer compromisso com o restante da sociedade. Estamos entrando na era da integração social entre pessoas e entidades. Não se concebe mais uma empresa que esteja desvinculada da proteção ambiental, da valorização de seus empregados, da qualificação continuada de seus quadros. Estamos entrando na era em que empreender não é apenas negócio. É também promoção humana e contribuição social, além da econômica.

Sr. Presidente, meus nobres Pares, faço votos que esta minha proposta possa prosperar em benefício dos que, à custa de seu esforço, contribuem para a construção das empresas brasileiras e da economia nacional. Este será, se concretizado, um passo importante na elevação do padrão socioeconômico de todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com imenso regozijo que o Brasil toma conhecimento das novas políticas de saúde, às quais o Governo do PT se associa para gerenciar os problemas do País. Refiro-me, mais especificamente, às notícias veiculadas, há bem pouco, sobre redução da carga tributária de medicamentos. Para a satisfação do cidadão, tal medida se refletirá naturalmente sobre a composição dos preços finais nas farmácias. Com o barateamento dos remédios, surge uma nova esperança de vida para a população mais carente e menos assistida de nossas cidades.

Em termos gerais, o plano consiste em expandir a lista de remédios que, atualmente, estão isentos da cobrança do PIS/Cofins. Segundo o Ministro Humberto Costa, a idéia é de incluir também naquela lista aqueles rótulos mais caros, principalmente os de uso contínuo, analgésicos e antibióticos. A expectativa do Governo Lula é de que o impacto da diminuição de impostos sobre os preços finais dos medicamentos alcance a faixa redutora dos 10%.

Isso corresponderia a uma economia bastante significativa no bolso da população mais afetada por enfermidades de natureza mais complexa, como o câncer, a diabetes e a hipertensão.

São, na verdade, cerca de três mil novos medicamentos na lista daqueles cuja alíquota zero tem sido aplicada para efeito de pagamento de determinados impostos. Cumpre destacar que, dois anos atrás, quando o antibiótico Bactrim e o tranqüilizante Lexotan foram enquadrados como isentos, seus preços no mercado sofreram reduções de 10% à época. A partir dessa experiência, criou-se, assim, um feliz precedente para que se adotasse mais tarde uma política mais abrangente de medicamentos. No fundo, aguarda-se que os populares analgésicos, como Aspirina, Tylenol e Arcoxia, sejam agora inscritos na categoria dos isentos.

Mais auspicioso, ainda, foi o anúncio da alta probabilidade de o Governo vir a acentuar a baixa da carga tributária dos medicamentos, via redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o setor farmacêutico. As boas novas saem, igualmente, pela voz do Ministro da Saúde, quando faz questão de esclarecer que tudo depende de uma negociação mais estreita com os Estados, por cuja perda na arrecadação exigiriam, em troca, palatáveis compensações. Hoje, as alíquotas de ICMS dos Estados para medicamentos variam de 12% a 19%.

Em todo caso, o que o Brasil espera é que as indústrias farmacêuticas repassem para os consumidores os benefícios que obtiverem com a redução da carga tributária. Isso se torna, neste exato momento, plenamente factível, visto que, diante da baixa do dólar, os custos das matérias-primas importadas pelos fabricantes caíram consideravelmente. Todavia, embora a Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica apóie declaradamente as novas medidas, faz uma pequena ressalva, no sentido de o Governo vir a apreciar a proposta de reduzir os pesados encargos do imposto sobre a renda da sociedade brasileira.

Por outro lado, na linha da regularização do mercado farmacêutico, o PT acerta em estimular a criação de farmácias populares, em cujas prateleiras remédios mais baratos poderão ser ofertados à população. Na verdade, a medida segue de perto experiências exitosas desenvolvidas por administrações municipais do partido nos últimos anos. Trata-se, em suma, de bancar o abastecimento de remédios populares, mediante a produção dos mes-

mos em laboratórios oficiais do Estado. Vale ressaltar que as três esferas da Administração Pública respondem pela compra de 40% de toda a produção nacional.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, qualquer imposto sobre medicamento implica, no fundo, uma taxação sobre o próprio doente, o que demonstra ser algo desprovido de qualquer senso de juízo e de justiça. Não é à toa, portanto, que a própria OMS, com base em estudos, recomende aos governos que cortem a carga tributária incidente sobre os remédios. No Brasil, por exemplo, para garantir um mês de tratamento de úlcera com um medicamento de marca, o paciente vai ser onerado em 25 dias de trabalho de um trabalhador médio.

Enfim, para que tal quadro de injusto ônus seja, em definitivo, expurgado de nossa história, julgamos da maior relevância as medidas que o Ministério da Saúde anuncia para baratear os medicamentos. Nessa ordem, tenho convicção de que a população brasileira aguarda, ansiosamente, pela implementação da redução da carga tributária sobre os remédios, para que o cuidado com a saúde não seja mais considerado, neste País, objeto de poucos e para poucos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, na tarde de hoje, para fazer um breve comentário sobre o artigo intitulado “O ABC da miséria”, de autoria do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) publicado no jornal **O Globo**, edição de 9 de julho do corrente ano.

Ao solicitar que a matéria seja inserida nos Anais do Senado, destaco que o PSDB apóia qualquer iniciativa no sentido de buscar um país mais justo e equilibrado socialmente.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

Quarta-feira, 9 de julho de 2003

## O ABC da miséria

EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

**N**os últimos dias, dois eventos ganharam as manchetes dos jornais. O primeiro, pela força das imagens — a fila dos candidatos a gari da Comlurb, no Rio. O segundo, pela força dos números — a divulgação pelo IBGE dos índices de desemprego em seis regiões metropolitanas.

Poucas imagens foram tão chocantes quanto as da fila da Comlurb. No primeiro dia de inscrição, 20 mil se espremeram e se acotovelaram. Submeteram-se a bombas de efeito moral e granadas de gás. Envolveram-se num empurrá-empurra com policiais. Tudo para inscreverem-se à primeira fase de um processo de seleção de nove dias.

Para quem pensava que aquilo era tudo, a surpresa: as 20 mil pessoas eram só o início do processo de seleção. Além do sonho do emprego, estavam unidas pelas iniciais. Todos ali se chamavam André, Armando, Arnaldo, Bruno, Bruna, Ana, Alda, Alfair, Adelaide, Bárbara, Belchior... Só os nomes começaram por A e B.

Era o ABC da tragédia brasileira, da falta de perspectiva. A materialização de anos de concentração de renda. E o que existe de mais comvente e ao mesmo tempo devastador é constatar a esperança de tanta gente. A esperança depositada num emprego de gari. Um candidato chegou a dizer que aquele era mesmo seu sonho. Nada contra a profissão, evidentemente. É uma atividade honrada, digna — como qualquer outra. Mas recolher lixo nas ruas não pode ser a primeira opção de ninguém.

O aterrador em tudo isso é constatar que nenhuma capital brasileira estaria livre do "teste da Comlurb". Os números estão aí para varrer qualquer idéia de que o fenômeno é carioca. A taxa de desemprego no Brasil em maio de 2003 foi de 12,8%, contra 11,9% em maio de 2002. O rendimento médio real das pessoas ocupadas foi de R\$ 841,00, queda de 14,7% em relação ao mesmo mês de 2002. Apenas em São Paulo, a taxa de desemprego cresceu de 12,2% para 14,6% no

período. Há hoje 1,3 milhão de desempregados na região metropolitana, 30,5% acima do que havia um ano atrás. A renda caiu 14,9% por lá; acima portanto da média nacional.

Ou seja, São Paulo não passaria no teste da Comlurb. O Brasil não passaria. Até porque a fila da Comlurb é o Brasil. É São Paulo. É o Rio. É Londrina, onde 17 mil pessoas acabam de inscrever-se em recrutamento para o serviço funerário.

As imagens do Sambódromo devem ficar gravadas na retina dos formuladores da política econômica. Com o perdão de Drummond, havia uma fila no meio do caminho. Nada pode ser tão importante para um governo de viés social do que varrer as filas da Comlurb para a lata de lixo da História.

Quem se inscreveu no concurso da Comlurb acredita no Brasil. O concurso, neste sentido, não é para uma vaga de gari. É para uma vaga de cidadão. Se puder olhar para trás, em quatro ou oito anos, e acenar com a redução drástica do desemprego, o governo Lula terá cumprido boa parte do que se esperava dele. O importante é fazer. Uma certeza todo mundo tem: crescimento e empregos só virão com queda expressiva das taxas de juros e reformas constitucionais como as da Previdência e do sistema tributário. O governo do PT se comprometeu com esta agenda positiva. Nas filas, nas vilas, favelas, é o que todo brasileiro espera de Lula.

O PSDB já manifestou seu apoio às reformas. Tem cobrado a redução dos juros. O partido estará atento aos movimentos do governo até o final de 2003. Um ano é tempo suficiente para que algumas decisões sejam tomadas. Uma coisa é combater a inflação; outra é correr o risco de paralisar o país. Está na hora de virar a página da concentração de renda, da exclusão social, do crescimento às colherinhas. O PSDB começou a inventar um novo Brasil, mais justo e equilibrado socialmente. O PT não pode fazer menos do que radicalizar esta transformação.

EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS é senador pelo PSDB-TO.

A **SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho neste momento a esta tribuna para, novamente, destacar matérias que tratam da ocupação de terras, pelo MST, desta vez nos Estado de Pernambuco e Paraná.

As matérias, de extrema atualidade, pelo que entendo que a inserção nos Anais do Senado é oportuna, e que foram publicadas nos jornais **Folha de S. Paulo** e **O Globo**, ressaltam mais uma vez a necessidade de uma providência por parte do governo Lula para evitar a situação de tensão permanente que permeia a questão agrária no Brasil.

Os textos, que passo a ler, para que fiquem integrando este pronunciamento, são os seguintes:

1 – Polícia retira sem-terra de engenho em PE – **Folha de S. Paulo** - A6 – 04.07.03”;

2 – MST acusa dirigente da UDR se ser mandante – **O Globo** Caderno 1 – 5A – 05.07.03”.

### DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

**CONFLITO AGRÁRIO** *PM mobiliza 385 homens, mas não encontra resistência; tratores destroem as lavouras dos unaseiros*

## Polícia retira sem-terra de engenho em PE

FÁBIO GUIBU

DI: AGENCIA FOLHA, EM RECIFE

Os 1.500 sem-terra acampados no engenho Prado, em Tracunhaém (PE), foram despejados ontem pela Polícia Militar, por ordem judicial. A operação, que durou 12 horas, mobilizou 385 policiais e resultou na detenção de três lavradores, dois deles acusados de porte ilegal de armas.

Não houve confronto, mas foram feitas várias denúncias de truculência policial. Os sem-terra afirmam que a líder do grupo, Luiza Cavalcanti, foi espancada antes de ser presa, acusada de desacatar os PMs em serviço. Até o fim da tarde, os despejados permaneciam próximos às áreas, às margens da rodovia, alegando não ter para onde ir. Tratores destruíram seus barracos e cultivos.

O despejo ocorreu um dia após o encontro dos líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não obteve promessa de trégua para as invasões e saques.

O engenho Prado, invadido há sete anos por integrantes da CPT (Comissão Pastoral da Terra), braço agrário da Igreja Católica, foi palco de uma das ações mais violentas do MST neste ano.

No dia 19 de maio, cerca de mil lavradores invadiram a sede da propriedade, depredaram e incendiaram casas, galpões e tratores. O movimento classificou o ataque como "um ato de solidariedade" aos acampados.

No dia seguinte, os trabalhadores rurais perseguiram dois seguranças da Usina Santa Teresa, dona do engenho, incendiaram suas motos e os tomaram como reféns.

Ontem, os 180 barracos dos três acampamentos montados no engenho (Chico Mendes 1, 2 e 3) foram destruídos. Os tratores derubaram ainda quatro igrejas dos colonos e passaram por cima de lavouras e pomares que já estavam em período de colheita.

Adultos e crianças choraram. "Perdi mil pés de inhame, alface, macaxeira, milho, feijão e cebolinha", disse a agricultora Maria José Monteiro, 49, há sete anos

acampada no local. "Para onde vamos agora?", perguntou.

O comandante da operação, coronel da PM Romero Queiroz, disse que os sem-terra poderiam ir "para onde quisessem". Afirmou também que toda a ação foi pacífica e negou a acusação de truculência e agressão contra a líder do acampamento.

Segundo ele, a agricultora "gritava, esperneava e desacatava" os policiais. Ainda de acordo com o coronel, os outros dois detidos portavam espingardas artesanais, conhecidas por "soca-socas".

#### Helicóptero e caminhões

Além de 385 homens armados com escopetas, pistolas e bombas de efeito moral, a PM contou com o apoio de um helicóptero da Secretaria da Defesa Social do Estado e 17 caminhões e ônibus cedidos pelo proprietário das terras para a remoção dos lavradores.

O secretário da Defesa Social, Gustavo Lima, negou que o despejo tenha conotação política: "Cumprimos o que a Justiça determinou". Lima afirmou que o efetivo policial "foi o necessário para a manutenção da ordem".

A operação começou às 5h30, com a interdição de nove quilômetros da rodovia PE-41, que passa em frente aos acampamentos. O trabalho só terminou no final da tarde, com a suspensão, pela Justiça, do despejo de 38 famílias (180 pessoas) que vivem em outro engenho, o Penedinho, também pertencente à Usina Santa Teresa.

Segundo o superintendente do Inera (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Recife, João Farias de Paula Júnior, a área não pode ser alvo de ações de reintegração de posse por se tratar de um assentamento.

Não é o caso dos acampamentos no engenho Prado, cujas áreas estão em processo de vistoria. O pedido de reintegração dessas glebas foi feito em 1997, mas a liminar só foi concedida pela Justiça na terça-feira. O gerente-geral da Usina Santa Teresa, José Mário Santos, disse que as áreas invadidas (cerca de 400 ha dos 800 ha do engenho) serão usadas para o plantio de cana-de-açúcar.





RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.  
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica  
Presidência da República

JORNAL

O GLOBO

DIA

5

MÊS/ANO

JULHO 2003

EDITORIA

O PAÍS

CADERNO

12

PÁGINA

5A

## MST acusa dirigente da UDR de ser mandante

Presidente da entidade nega e diz que funcionários de fazenda foram tocados

• NOVA ESPERANÇA (PR). O Movimento dos Sem Terra (MST) acusou ontem o presidente da União Democrática Ruralista (UDR) do Paraná, Marcos Prochet, de ser o mentor do ataque aos acampamento de sem-terra anteontem à noite. Ontem, Prochet visitou as fazendas Roma e Pitanga e acompanhou as operações policiais na região. Irritado, parou diante da porteira da Fazenda Roma e tentou convencer os policiais de que a revista na propriedade seria uma vergonha. Pouco depois disse que iria embora para não ser preso por desacato.

Segundo o MST, as recentes declarações do presidente da UDR em defesa da formação de milícias armadas e outros atos de violência, mostram que ele seria o "mentor da ação terrorista". Prochet nega a acusação.

— O que houve lá foi uma armação do MST e eu não deixaria de ir às fazendas prestar solidariedade aos produtores rurais. O que aconteceu foi que dois funcionários foram tocados dentro da Fazenda Roma e os policiais não tiveram sequer a coragem de revistar o acampamento do MST, que está sempre carregado de armas — disse Prochet.

O ruralista já foi acusado pelo MST do assassinato do sem-terra Sebastião Camargo, numa violenta desocupação

promovida pelas milícias da UDR em fevereiro de 1998, no município de Marilena. O fazendeiro argumenta que foi ele quem foi ameaçado por militantes sem-terra.

### MST acusa UDR de várias violações a direitos humanos

O MST argumentou que durante o governo Jayme Lerner, a PM e as milícias da UDR protagonizaram várias violações de direitos humanos em despejos ocorridos na região noroeste do estado. Também datam dessa época os assassinatos dos sem terra Sétimo Garibaldi (1998) em Marilena, de Eduardo Anghinoni (1999), e de Sebastião da Maia (2000), em Querência do Norte.

O MST e a ONG Terra de Direitos encaminharam uma representação ao Ministério da Justiça e à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos para que o caso seja investigado.

O presidente da UDR do Paraná disse ainda que os fazendeiros agem na defesa de seus direitos ao usarem seguranças armados em suas propriedades.

— Eles (os militantes do MST) invadem propriedades e querem levar o quê? Lanchinho? — perguntou o dirigente da UDR. (S.A) ■

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: recentemente, pedi a inclusão nos Anais do Senado Federal de alguns textos que elaborei em meados da década de 90 e que acabaram servindo quase sempre como base para pronunciamentos que fiz na Tribuna do Senado Federal ou que acabaram sendo publicados, como artigos, em jornais de circulação. Pedi a inclusão nos anais dessas reflexões - distribuídas em dez textos - porque, ao relê-las, notei que todas tratavam de temas sociais ainda hoje candentes. O que eu posso dizer é que, de uma maneira geral, o Brasil pouco avançou nos últimos cinco ou dez anos, em especial no campo social.

Analisando aqueles antigos textos percebi que vários deles tratavam de um tema que tem sido central na minha atividade política: o combate sem tréguas à corrupção.

Num desses trabalhos escrevi: “decomposição, devassidão, perversão, depravação, putrefação. Palavras comuns, não apenas em suas rimas, mas, principalmente, na repugnância de seus significados. Quem corrompe, decompõe, devassa, perverte, deprava. E, quem é corrompido é pervertido, depravado, estragado, podre. Não me inspiro na insistência do noticiário sobre a malversação de recursos públicos com o custo de oportunidade da miséria, da fome, da doença e do analfabetismo de milhões de brasileiros”. Mantenho a assertiva.

A corrupção, julgo eu, é fonte original de muitas das mazelas brasileiras. É a responsável direta – por exemplo – pelas filas dos hospitais, pelo desemprego, pela fome e pela miséria. Se os recursos públicos não fossem drenados pela corrupção avançaríamos bem mais rápido no campo social. Por isso, sempre julguei que era preciso dar prioridade às ações de Estado que tinham como objetivo combater a corrupção. “Trata-se de uma missão que deve ser incorporada por todos aqueles que se dizem cristãos ou que se manifestaram como tal para galgar postos de comando político”, escrevi em um daqueles textos.

Também lamentei nesses textos, como o fiz inúmeras vezes da Tribuna, a extinção da Comissão Especial de Investigação – CEI, que deveria investigar atos de corrupção na Administração Pública. Essa comissão foi criada pelo ex-Presidente Itamar Franco, tão logo por mim proposta, e fulminada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, já no 19º dia de seu mandato.

Em trabalho que elaborei sobre o financiamento das campanhas eleitorais brasileiras afirmo que “na verdade, o que se percebe é que as sucessivas mu-

danças na lei eleitoral facilitam a adaptação dos interesses momentâneos às pressões exercidas pelo poder econômico”. Essa anomalia se mantém até hoje. A prática política nacional tem mostrado que financiar campanhas políticas tornou-se um grande “negócio”, nos dias atuais. “É negócio pautado por contratos, ainda que informais e que chegam a movimentar cifras das mais significativas, a ponto de já se tornar hábito relacioná-las, percentualmente, com o próprio Produto Interno Bruto do País”.

As CPIs Collor/PC e do Orçamento mostraram ao País “como se materializam os financiamentos de campanha e das relações promíscuas que ocorrem entre doadores e tomadores após as cerimônias de posse. Não é à toa que as leis eleitorais parecem propiciar maiores dificuldades a quem procura obedecê-las do que punição a quem não as cumpre”.

Reuni, agora, neste bloco, dez trabalhos que têm como princípio o combate à corrupção. Mas trato também neles do lucro exorbitante dos bancos, que continua a crescer ainda no ano 2003; da privatização indevida da Companhia Vale do Rio Doce e outros temas correlatos. Esses são os textos que gostaria de ver registrados nos Anais da Casa.

### Origens da Corrupção

Quem diria, o primeiro ato de corrupção virou notícia já no terceiro capítulo do Livro Gênesis, exatamente o que revela a criação do universo e, conseqüentemente, do homem. Isso significa que os seres humanos mantiveram-se incorruptíveis por, apenas, dois capítulos da Bíblia Sagrada. Não fossem os encantos da serpente maligna, estaríamos todos, hoje, no pleno gozo do paraíso. E, quem sabe, a Bíblia se circunscreveria ao capítulo II, o que não seria nada desagradável, pois ali se trata do paraíso terrestre e, como se algo ainda faltasse, da criação da mulher.

Não sei em que parte desse paraíso estaríamos hoje. Quem sabe, numa destas ilhas paradisíacas ao som de “O Thaiti é aqui”. Todos, incluindo os milhões de brasileiros que não conseguem mais o pão, nem com o suor dos próprios rostos.

Como se vê, muito pouco tempo depois de sua criação, o homem não se contentava mais nem mesmo com o paraíso criado por Deus. E, depois de um longo, tumultuado e velho testamento, Ele, em sua infinita bondade, houve por bem enviar à Terra o seu único Filho, para pregar o amor, a paz, a união entre os povos, os princípios éticos, a liberdade, a igualdade, a fraternidade a decência e a probidade. Pois é, venderam-No por trinta dinheiros.

Deus fez o homem à sua imagem e, parece, nem todos se mantiveram à sua semelhança. Por isso, combater a corrupção significa resgatar, no homem, a concepção que Deus fez dele. A luta contra a corrupção é, portanto, um sacerdócio.

A corrupção é o grito de dor nas filas dos hospitais. É a escuridão do analfabetismo. É o desemprego, a fome e a miséria. Como contraponto, combatê-la se torna, portanto, algo como contribuir no resgate do projeto divino de construção do paraíso.

É por essa razão que não me cabe implorar prioridade para as ações que encarnem o objetivo de combater a corrupção. Trata-se de uma missão que deve ser incorporada por todos aqueles que agora se dizem cristãos ou que se manifestaram como tal para galgar postos de comando político.

É bem verdade que as orações de combate à corrupção têm sido, ultimamente, pouco comunitárias. E são poucos os "sacerdotes" que ainda inspiram fé. Não é à toa que se baixam, tanto e cada vez mais, os olhos, quando os jornais estampam os gráficos com índices de popularidade. É o povo que não se contenta mais em responder unicamente amém.

De minha parte, jamais economizei orações. Aliás, tenho sido, talvez, dos oradores que mais ocuparam as tribunas para conclamar o combate à corrupção. E o coral do povo tem sempre me acompanhado, em uníssono.

Creio, firmemente, que ainda é possível estancar esse tumor mal curetado que teima em minar as resistências da alma brasileira. E tal operação exige a assepsia de homens que se inspiram na imagem do Criador: devem ser probos, íntegros, livres de qualquer má suspeição. Essa é, a propósito, a imagem que inspirou o Presidente Itamar Franco, ao instituir a Comissão Especial de Investigação (CEI). Queria ele que a CEI fosse totalmente isenta, no sentido de investigar todas as denúncias de corrupção que teimava em manter-se corroendo as entranhas da dignidade nacional.

A CEI revolveu inúmeros pecados mortais cometidos pela Administração Pública. Mas, essa mesma Administração teve poder suficiente para transformá-los, no máximo, em veniais. Mais do que isso: proclamou o auto-perdão, sem qualquer penitência.

A extinção da CEI se constituiu em um dos primeiros atos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não tenho o poder de adjetivar esse pecado da assessoria do Sr. Presidente. Curvo-me, entretanto, à grandeza do arrependimento e do perdão. A CEI pode ser recriada. Sustentação institucional não lhe faltará.

O Projeto de Lei autorizativo, de minha autoria, já tramita na Câmara dos Deputados, após aprovação consagrada pelo Senado Federal.

Há tempo e condições, portanto, do Sr. Presidente sanar esse erro que acredito ser fruto de má assessoria. Afinal, serpentes também crescem e se multiplicam.

### Os muitos nomes da corrupção

Decomposição, devassidão, perversão, depravação, putrefação. Palavras comuns, não apenas em suas rimas, mas, principalmente, na repugnância de seus significados. Quem corrompe, decompõe, devassa, perverte, deprava. E, quem é corrompido é pervertido, depravado, estragado, podre. Não me inspiro na insistência do noticiário sobre a malversação de recursos públicos com o custo de oportunidade da miséria, da fome, da doença e do analfabetismo de milhões de brasileiros.

Na verdade, estes são, exatamente, os termos utilizados pelo Mestre Aurélio Buarque de Holanda para definir corrupção, corruptor e corrupto. Do Latim, *corruptione*, *corruptore*, *corruptu*. Portanto, pode-se afirmar que, para se investigar, por completo, a perversão ou a depravação no uso dos recursos públicos, há que se examinar não apenas os pervertidos ou os podres. Há que se diligenciar, também, sobre quem deprava ou putrefaz.

Podem parecer palavras, exageradamente, fortes, mas elas carregam o tamanho da indignação popular frente à malversação de recursos públicos, crime que, infelizmente, não tem passado pelas páginas policiais, mas que tem ocupado os espaços mais privilegiados das manchetes dos jornais. Aos olhos da população, não há diferença significativa entre corruptor e corrupto: para ela, ambos são devassos, depravados e podres.

A corrupção se fundamenta em relações pessoais. Por isto, ela contamina. E, no caso, é a população que exige dos governos o uso de preservativos. Porque a população sabe que a corrupção é um mal que já causou efeitos colaterais em 30 milhões de brasileiros que sobrevivem abaixo dos limites da pobreza.

O Sr. Murilo Mendes, presidente da Construtora Mendes Júnior, em entrevista à revista Istoé, de 14.02.96, afirmou que as propinas podem chegar a 20% do faturamento das empresas. Isto significa que um em cada cinco reais gastos em obras públicas se perdem pelos ralos da corrupção, enquanto um em cada cinco brasileiros vive na pobreza e morre de miséria.

Esta contaminação também tem os seus carnavais, e se utiliza de fantasias como os orçamentos públicos, as concorrências, as licitações, as tomadas de preços, que, contraditoriamente, cometem a imoralidade de esconder o essencial.

Como um mal que corrói as estruturas e mina as resistências, a corrupção não pode ser tratada como se fosse, apenas, febre passageira. Há que se atacá-la em suas causas. E, há que se encontrar antídoto que impeça a sua proliferação.

Em, pelo menos, três momentos, a população brasileira encheu-se de esperança de que a corrupção teria suas raízes abaladas. O primeiro se deu com a CPI Collor/PC. A CPI não apenas "isolou o vírus" da corrupção, ela cuidou, também, de afastá-lo. Entretanto, enquanto "prontuário", o Relatório Final da CPI Collor/PC mostrou-se incompleto e parcial. Outros elementos de investigação deveriam ser incluídos no trabalho. Não se tocou, como deveria, na questão dos corruptores que, certos da impunidade, mantiveram sua ação contaminadora.

A CPI do Orçamento constitui o segundo momento. De repente, percebeu-se que o próprio ambiente onde se investigava atos de corrupção, também se achava contaminado. Promovida a "auto-curetagem" com a cassação e o afastamento de parlamentares, parecia estar, ali, a oportunidade de revelar à população as verdadeiras dimensões da corrupção no País. Mas, se percebeu, também ali, que a corrupção tem fortes "autodefesas" e que não poderiam ser transpostas no tempo estipulado para a execução dos trabalhos da CPI. A opção foi a de "purificar" o ambiente e partir, então, para uma investigação profunda sobre os agentes corruptores.

O terceiro momento se caracterizou com a criação, pelo então Presidente Itamar Franco, da Comissão Especial de Investigação - CEI. Constituída por cidadãos brasileiros de reconhecida probidade e competência, a Comissão produziu extensa documentação sobre denúncias de desvios de recursos e de dilapidação do patrimônio público no Brasil.

Portanto, já se constituem suficientes todos os elementos introdutórios à instalação da CPI dos Corruptores. Na CPI do Orçamento, inclusive, foi aprovado Requerimento, de minha autoria, que recomenda a criação da nova Comissão.

Mas o título idealizado para a nova CPI, o de investigar "agentes corruptores" não poderia ser mais apropriado. Os fatos não só reforçaram a robustez das tais "autodefesas" da corrupção, como explicitaram o quanto são, igualmente, vigorosos os seus agentes. Na Câmara dos Deputados, a CPI foi bom-

bardeada com a negativa ou a retirada de assinaturas. No Senado Federal, apesar das 30 assinaturas de Senadores apostas ao meu Requerimento, a Comissão foi minada pela não indicação de integrantes pelos Senhores Líderes do PFL e do PSDB.

Apesar do entendimento de que tal lacuna poderia ter sido preenchida pelo Senhor Presidente do Senado, recorrendo-se ao Regimento Comum do Congresso Nacional, a CPI foi extinta, formalmente, em 15.12.95, sem, ao menos, ser instalada.

Não foi diferente o destino da Comissão Especial de Investigação do Governo Federal, fulminada pelo Decreto nº 1.376, de 19 de janeiro de 1995, um dos primeiros atos do atual Presidente da República, que, além de extingui-la, transferiu o seu acervo documental para o Ministério da Justiça e determinou que os procedimentos e investigações sobre atos e fatos ali expostos se constituíssem de responsabilidade de um órgão subalterno do Ministério da Fazenda. Tal documentação jaz em alguma prateleira, fria e escura, da Esplanada dos Ministérios.

Portanto, não são fatos novos, nem a corrupção, nem as boas intenções de investigá-la. Mas não se pode negar que são, cada vez mais, fortes as barreiras contrárias à descoberta de antídotos que permitam extirpá-la.

De nada adianta o discurso de que a corrupção não é, apenas, febre, se, na prática, ela é tratada como meros soluços. E, no caso, não parece suficiente a sabedoria popular de que soluços se curam com água fria ou com sustos. Porque há que se banir a possibilidade de um "susto institucional", pois, aí, poderá não haver água fria o bastante para impedir uma possível ebulição. Nem antídoto suficiente para evitar a devassidão. Sinônimo de corrupção. E de podridão.

### **Economês, dialeto indecifrável para os mortais**

A recorrência de fatos ligados à economia brasileira tem me colocado, nos últimos tempos, em contato mais constante com os economistas. Em primeiro lugar, confesso a minha dificuldade em termos lingüísticos. Parece-me que eles falam uma espécie de esperanto: mistura da língua de suas respectivas origens, do inglês e de um dialeto indecifrável para os mortais. Tudo indica ser o tal do economês. São evasivos. Se questionados, recorrem ao "de um lado, isto; do outro, aquilo".

Embora sonho da maioria, alguns poucos buscam especialização em grandes universidades fora do País. Preferem Harvard, Vanderbilt ou Manchester. Por isso, estabelecem, com seus pares, um verdadeiro *apartheid* curricular. Durante anos, os países me-

nos desenvolvidos exportaram suas melhores cabeças para cursos de mestrado e de doutorado no exterior, normalmente com bolsas de estudos e passagens aéreas pagas com dinheiro público. Afinal, era o próprio País investindo na sua *inteligência*.

Intriga-me como este conhecimento de primeiro mundo é repassado para a realidade dos países de origem, quando do retorno destes novos mestres e doutores. Se o País é extremamente pobre, devem estar, hoje, em desvio de função. Ou, quem sabe, lecionando em alguma faculdade de ciências econômicas local, alimentando novos sonhos de partida. Se são de países em desenvolvimento, as disparidades regionais e pessoais de renda propiciam-lhes campo fértil de atuação exatamente como economistas: ali encontram realidades próximas às de primeiro mundo, cujas elites não são, significativamente, diferentes.

Neste último caso, trabalham, normalmente, para os respectivos governos. Fazem parte das chamadas "equipes econômicas". Aqueles que dominam com maior fluência o economês, vão para os respectivos bancos centrais. Afinal, lá, na maioria das vezes, exige-se que eles se comuniquem, apenas, entre si.

Nada é culpa do acaso. A geração de novos economistas plantados em postos-chaves dos governos de países em desenvolvimento foi, cuidadosamente, preparada no chamado primeiro mundo. Lá se produziu o receituário. Lá se aprendeu o economês. Não é à toa que, independente do país e das diferenças locais, as chamadas "medidas econômicas", adotadas por suas respectivas equipes econômicas, são semelhantes. E tomem "globalização", "desindexação", "privatização", "flexibilização", "âncora cambial", "desaquecimento", "bolhas de consumo". Aqui, ou na Argentina, no México, no Paraguai, na Venezuela, na Colômbia, no Peru... Tudo isto, com seus respectivos *trade-offs*, discutidos, exaustivamente, em "proveitosos" *brain stormings*.

Não se trata, apenas, de uma questão de linguagem. O primordial é o conteúdo. E, para que ele seja assimilado, quase que compulsoriamente, pelos países em desenvolvimento, tornaram-se desnecessárias as desgastantes e pesadas pastas dos representantes de agentes financeiros internacionais sediados no primeiro mundo, a bisbilhotarem nossas contas e a nos ditarem normas e procedimentos. Basta implantá-lo na inteligência de nossas melhores cabeças. Portanto, também não é à toa que foram, exatamente, essas melhores cabeças as escolhidas para se aperfeiçoarem nas grandes universidades do primeiro mundo.

Não importa se estes países possuem situações próximas às de Botswana, se é possível "globalizar" interesses de cidadãos que se aproximam da realidade da Suíça. É por isto que se salvam os bancos, mesmo que em detrimento da fome, da pobreza e da miséria de milhões. Tudo em nome da "credibilidade do sistema financeiro". Tudo em defesa da integridade do sistema capitalista. Pode-se manter, como tal, as "botswanas", para que vivam as "suíças". Tudo em nome da chamada "globalização".

Não creio ser necessário aprender o economês para entender os economistas. Acho, ao contrário, que os economistas deveriam ter maior sensibilidade política para traduzir, na prática, o economês. E isto significa dizer que a língua mais apropriada para expressar a realidade de cada um desses países é, com certeza, a língua pátria.

### A essência das contrapartidas

"A Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição". O texto é da Constituição de Brasileira em seu artigo 18. A intervenção da União em assuntos político-administrativos dos Estados e do Distrito Federal é, a não ser em casos especiais, quando de possíveis riscos à integridade nacional ou quando as próprias unidades da federação descumprem determinações constitucionais.

A autonomia dos Estados enseja-lhe a adoção de um planejamento de modelo clássico, onde a primeira e a mais importante etapa é o conhecimento de sua própria realidade, a partir do qual se diferem os objetivos, as estratégias, as ações e os mecanismos de controle e de avaliação.

Mas, o que se observar, principalmente nas duas últimas décadas, foi a total inviabilidade deste modelo de planejamento. A falta de recursos estaduais impossibilitou o financiamento das ações propostas, por melhores que fossem os objetivos. O chamado "planejamento participativo" surgiu, então, como uma solução caseira para mobilizar recursos latentes dos próprios Estados. Escudado na proposta de democratização da ação pública, o planejamento participativo procurou a mobilização das comunidades diretamente envolvidas. Sem descurar a importância, em termos políticos, desta mobilização e as honrosas exceções em níveis locais, mais uma vez a falta de financiamento transformou este novo modelo de planejamento em peças de retórica.

A busca de alternativas de financiamento fora de âmbito dos estados, principalmente através de

agências internacionais deu contornos ao que se convencionou chamar “planejamento para a negociação”. São desta época as caudalosas “missões” do Bird, do BID, como versões menores do FMI, a bisbilhotar números e a ditar regras e a mobilizar equipes estaduais de planejamento. Surgiram, então, os programas de cidades médias, entre outros. Ocorre que esses agentes internacionais, se propunham financiar apenas ações típicas de investimentos, em contrapartida à alocação de recursos estaduais para custeio. Mais uma vez o estrangulamento do orçamento estadual inviabilizou estes programas. Ou nos casos em implementação os investimentos foram, efetivamente, realizados, as ações se restringiram, quase sempre, ao período formal dos programas.

Não é a toa que, ainda hoje, não são raros os equipamentos ligados à educação, à saúde, ao armazenamento de produtos agrícolas, financiados com recursos externos e fechados por falta de recursos de manutenção.

Pior ainda, diferente do planejamento clássico pressupõe autonomia para implantar ações mais condizentes com a realidade local, o “planejamento para negociação” retirar dos Estados a sua capacidade de elaborar os seus próprios diagnósticos. A realidade a ser transformada não era mais aquela que o planejamento estadual apontava como a mais emergente, mas aquele que melhor se adaptava aos exógenos. E o planejador em nível estadual se comportava assim como o médico que, mesmo sabedor do diagnóstico que atestava, por exemplo, problemas intestinais em seu cliente, receitava-lhe remédios cuja terapêutica indicava dores de cabeça ou no máximo, problemas dermatológicos. Tudo porque era esse o único remédio à disposição nas “farmácias do BIRD e do BID. Não tão raros, pôr exemplo, programas para pequenos produtores rurais, em regiões típicas de latifúndio.

Como se sabe, além de não receberem os recursos esperados e de não assistirem às transformações desejadas, os Estados se obrigaram a investir seus próprios recursos escassos para o pagamento de “taxas de comportamento”, calculadas, ironicamente, sobre os valores disponíveis para o financiamento e não utilizadas por falta de contrapartida ou, simplesmente pela impossibilidade de realizar as ações propostas, muitas vezes frutos de verdadeiras traduções de manuais dos tais organizarmos de financiamento.

Mas, até aqui, ainda não se discutiu, em profundidade a questão mais crucial da negociação nos termos aqui expostos: a essência das contrapartidas, ou seja, o que se coloca por trás das exigências de quem financia.

No caso dos organismos financeiros internacionais, seria inocência imaginar que a seleção de regiões, de ações e de estratégias ocorrem ao saber do acaso. Os interesses que envolveram tais financiamentos compõem uma história ainda pouco exploradora.

Pouco se fala, hoje, sobre FMI ou BID. Os jornais têm publicado inclusive, que sobram recursos nas carteiras de financiamento destes organismos. Atribuiu-se ao fato exatamente a incapacidade dos Estados financiarem novos custeios. Mas, os Estados continuam negociando recursos.

Os jornais dão conta da negociação dos Estados com a Caixa Econômica Federal que atinge uma cifra aproximada de U\$1 bilhão. O que chama a atenção mais uma vez, não são os valores, dos respectivos financiamentos nem as cláusulas de garantias neles embutidas, mas as “obrigações adicionais”, exigidas como contrapartida. Demissão de funcionários, proibição de novas contratações, privatização de bancos estaduais de outras empresas estatais são algumas destas “obrigações”, cujas listagens atingem 28 itens em Santa Catarina, 44 no Rio de Janeiro, 44 em Minas Gerais, 47 no Rio Grande do Sul, e assim por diante.

O endividamento não parece ser o melhor modelo de planejamento estadual. Além da necessidade de saber quais os remédios disponíveis, antes da elaboração do diagnóstico, exige-se agora e a priori, que o paciente se comprometa a se tornar doador de órgãos.

Espera-se que o Governo Federal não encaminhe ao Congresso Nacional proposta de emenda Constitucional que suprima a expressão “todos autônomos” do artigo 18 da Constituição Brasileira.

#### **A “reciprocidade” nas campanhas políticas**

É tema recorrente na mídia, principalmente nos períodos eleitorais, a discussão que envolve as formas de financiamento das campanhas políticas. Enganam-se aqueles que imaginam ter o País uma lei eleitoral estruturada capaz de ditar as normas para as eleições em seus diferentes níveis e propiciar uma visão de futuro que exceda, simplesmente, os períodos correspondentes aos respectivos mandatos.

Ao contrário, a cada momento que antecede as disputas eleitorais, evidencia-se um verdadeiro alvoroço em torno de mudanças na lei que regerá o próximo pleito. O discurso explícito procura transmitir a esperança de uma maior transparência e de um maior rigor na apuração dos gastos de campanha, quanto às suas origens e ao montante de recursos efetivamente envolvidos.

Na verdade, o que se coloca, no discurso político e nas expectativas da população, é a própria legitimidade dos seus representantes na formulação das leis que constróem a história do país, na tentativa de aperfeiçoar, cada vez mais, o sistema de representação no processo democrático.

Entretanto, a própria prática tem mantido distância do discurso político. Na verdade, o que se percebe é que as sucessivas mudanças na lei eleitoral facilitam a adaptação dos interesses momentâneos às pressões exercidas pelo poder econômico.

E, é essa mesma prática que tem mostrado que financiar campanhas políticas tornou-se um grande negócio, nos dias atuais. Negócio pautado por contratos, ainda que informais e que chegam a movimentar cifras das mais significativas, a ponto de já se tornar hábito relacioná-las, percentualmente, com o próprio Produto Interno Bruto do País.

As CPIs Collor/PC e a do Orçamento são o retrato mais recente de como se materializam os financiamentos de campanha e das relações promíscuas que ocorrem entre doadores e tomadores após as cerimônias de posse. Não é à toa que as leis eleitorais parecem propiciar maiores dificuldades a quem procura obedecê-las do que punição a quem não as cumpre. É por isso que as informações oficiais sobre cada uma das eleições não passam, efetivamente, de um exercício de ficção.

É bem verdade, também, que essa não é uma marca que se registra unicamente no Brasil. Já no relatório final da CPI Collor/PC há informações de que na França, por exemplo, os recursos despendidos nas campanhas políticas possuem o traço da velocidade. Lá, os gastos com as campanhas presidenciais em 1974, 1981 e 1988 subiram os degraus de 40, 150 e 260 milhões de francos, respectivamente. E, foi a partir deste diagnóstico que o parlamento francês adotou, em dezembro de 1994, medidas radicais que proíbem doações de pessoas jurídicas a candidatos e partidos políticos.

O mesmo relatório mostra que, aqui, a ordem de grandeza dos números também exige maior reflexão. Em 1990, pelo menos 80 parlamentares eleitos para a Câmara Federal gastaram, cada um, mais de um milhão de dólares. Em 1992, nas eleições municipais das grandes cidades, estimava-se que o custo de campanha para as prefeituras atingiu os US\$ 20 milhões e a média de gastos para eleger cada vereador não foi inferior a US\$ 100 mil. Se esses dados espelham a verdade, não há como acreditar nos dados oficiais da última campanha presidencial, que demonstram gastos totais, de todos os candidatos, da ordem

de US\$ 51 milhões. Por tudo isso é que o capítulo dedicado ao financiamento de campanhas, tornado público naquele histórico dia da leitura do relatório da CPI, principalmente pelo contexto ao qual ele se inseria, não mereceu, da população, a devida atenção.

Se os quantitativos veiculados pela imprensa são, no mínimo, duvidosos, por não espelharem a realidade, a questão se torna mais dramática quando se conhece as formas de atuação dos verdadeiros doadores de campanha e o que eles exigem, em troca. A *Folha de S. Paulo*, na edição de 08 de outubro último, sob o título "*Folha revela como empreiteiras e bancos financiam o jogo eleitoral*", explicita a promiscuidade que marca as ligações entre os financiamentos de campanha e a alocação de dinheiro público, via orçamento, rubricada exatamente pelos respectivos tomadores de tais recursos privados. Nunca é demais notar que o quadro ali divulgado é povoado por boa parte das empresas que, segundo investigações da CPI Collor/PC, contrataram assessoria fictícia do Sr. Paulo César Cavalcanti Farias no período anterior ao *impeachment* do Sr. Fernando Collor. Até mesmo o então presidente, em sua defesa, alegou tratar-se de "doações de campanha".

Embora "doar" signifique transferir "gratuitamente" e "generosamente" a outra pessoa a propriedade de um bem, na prática essas contribuições constituem algo mais que doações generosas: são verdadeiros investimentos, cujo retorno é a inserção de emendas no orçamento da União, de interesse dos "doadores". A mesma *Folha de S. Paulo* revela que, nas últimas eleições, o cruzamento de informações sobre contribuições de campanha com os dados da Comissão Mista de Orçamento demonstra que as doações feitas a determinados parlamentares foram retribuídas pela apresentação de emendas para obras de interesse das empreiteiras. Isso sem contar a questão do superfaturamento das obras públicas. O Banco Mundial estima que, no Brasil, estas obras chegam a custar o dobro daquelas realizadas em outros países. Também não é à toa que o Brasil foi considerado, recentemente, o quinto país onde se pratica mais corrupção, numa lista de 41.

Doação significa, pois, bem mais que "generosidade". Significa obter créditos futuros junto àqueles a quem se doou. A "doação generosa", muito bem caracterizada por Marcel Mauss, em seu clássico "Ensaio sobre a Dádiva" impõe uma reciprocidade entre "dar", "receber" e "retribuir". Impõe obrigações múltiplas entre os parceiros envolvidos. Favores passados ou por vir fazem parte deste intrincado jogo do poder onde as eleições, muitas vezes, constituem-se

no primeiro passo da caminhada rumo à corrupção. Favores outros como preenchimento de cargos públicos, aprovação de projetos de lei transformando interesses individuais em coletivos, são outros compromissos, obrigações que a reciprocidade impõe.

Embora o ideal e eticamente mais correto fosse que as doações ocorressem a partir de uma identidade de idéias, de defesa de princípios e de um programa a ser desenvolvido, a prática mostra que elas se constituem em um verdadeiro negócio, onde o poder econômico oferta e recebe, como troca, o passaporte para grandes investimentos.

Não há, portanto, como negar que é necessário encontrar mecanismos que permitam que o financiamento de campanhas políticas deixe de ser uma das formas mais perversas de corrupção, ao condicionar o resultado das eleições ao uso e ao abuso das estruturas de poder econômico, o que leva à descaracterização da legitimidade das disputas eleitorais e à distorção da representação política no processo democrático.

O que não se admite é o silêncio com odor de cumplicidade. É necessário repensar o uso do verbo “negociar”, tão em voga nos últimos tempos, em substituição ao de “discutir”, especialmente no Congresso Nacional. O próprio Congresso tem a sua “obra inacabada”, ao silenciar sobre a continuidade das investigações sobre os “agentes corruptores”. Ainda bem que, pelo menos, a obra divina não é inacabada. Se o fosse, não existiriam os homens...

### **Mau uso de dinheiro público**

De pouco adianta o controle remoto da televisão. Do primeiro ao último canal, o tema é recorrente no noticiário do horário nobre: o mau uso do dinheiro público, justificado pelos restos de campanha, pela proximidade do poder ou, até, pela “ajuda de Deus”.

Creio não ser essencial, no tratamento do tema, citar nomes, mesmo que eles tenham povoado a imprensa nos últimos tempos. Não que eu queira esquecer os escândalos recentes, omitindo os nomes dos inesquecíveis Paulo César, comandante Bandeira ou o outro Fernando. Não quero e não devo cercar-me do varejo, emendado pelos anões do orçamento, ou me afogar nos cheques-fantasmas da Rosinete.

São três as razões que me levam a não especificar casos como os do bingo paulista ou do jogo-do-bicho carioca. Em primeiro lugar, porque não tenho o monopólio da página deste jornal para listar tantos nomes e tantos fatos. Em segundo lugar, porque, por ser tão repetitivo, o assunto poderia suscitar bocejos ali pelo oitavo nome ou décimo caso. Em terceiro lu-

gar, porque não devo persistir no erro de considerar cada caso ou nome como um fato isolado. Este, inclusive, parece ter sido o grande equívoco(ou, quem sabe, a grande estratégia) nas investigações sobre malversação de recursos públicos no Brasil: considerar que a cassação ou, mesmo, a cômoda renúncia do “anão” ou a exoneração do funcionário público alcançassem a plena magnitude do problema.

Não se quer menosprezar a importância dos frutos de tais investigações. Nem das milhares de folhas de documentos compulsados durante os trabalhos das comissões de inquérito. Mas, não se pode negar que pouco ou nada se conheceu, até aqui, sobre as verdadeiras raízes da corrupção no Brasil.

Esse parece ser, hoje, o tema central de discussão nacional. Há, inclusive, uma contradição evidente quando se debruça sobre questão de tamanha relevância: enquanto os jornais parecem repetitivos nas manchetes diárias sobre o mau uso do dinheiro público, é escassa a bibliografia capaz de aprofundar a análise compreensiva sobre o assunto. Basta recorrer às pesquisas bibliográficas para perceber que esse não é um tema prioritário para autores e editoras, nem mesmo para traduções sobre estudos de casos considerados, mundialmente, emblemáticos. Como as editoras, certamente, baseiam suas decisões sobre novos lançamentos em pesquisas de mercado, tudo indica que o frenesi das manchetes de primeira página não chega a despertar a necessidade de um conhecimento mais aprofundado da população sobre o tema, pelo menos daquela que, ainda, adquire livros.

O que parece difícil negar é que a corrupção se institucionaliza, cada vez mais, no aparelho do Estado, apesar das boas intenções deste ou daquele governante ou da sucessão de CPIs. Mais, e pior: a repetição de casos de corrupção sem se aprofundar nas suas verdadeiras causas e sem propor medidas mais severas de combate e punição às práticas corruptas parece ter incutido na população um sentimento de impotência e uma sensação anestésica, que tende a minar, até, a sua capacidade de indignação e de auto-defesa, como se fosse natural ou normal uma certa dose de corrupção.

Mas, o que, também, ainda não mereceu a devida atenção é a durabilidade do efeito dessa “anestesia” numa população que sofre nas filas de hospitais públicos sem recursos nem mesmo para combater as verdadeiras febres, que chora a morte de milhares de crianças desnutridas e miseráveis, que troca o lápis e o livro didático pelo revólver e pelo Código Penal, que abarrota ruas, praças, pontes, viadutos e celas de carceragem, em um país onde há, cada vez menos,



vagas, não só na obra da construção civil ou na capina da roça, mas, também, na sala de aula, na cadeia, na enfermaria ou, até, sob as pontes.

O médico sabe que o controle da febre não cura a doença; o promotor público está consciente de que o maior número de celas não extingue o crime e o arquiteto também reconhece que a solução do problema habitacional não está no alargamento de pontes e calçadas ou na proliferação de viadutos. Assim, também, não se combate a corrupção apenas com o ataque a casos isolados, numa sucessiva numeração de comissões especiais ou de inquérito.

Em primeiro lugar, há que se reconhecer a existência da corrupção e se ter vontade política para combater as suas causas, aniquilando estruturas e redes de relações pessoais que permitem as práticas de corrupção. Em segundo lugar, há que se observar que não há, ainda, democracia na distribuição dos recursos públicos no Brasil. O dinheiro “do povo e para o povo” se submete a um “regime de exceção”: continua a ser, em tese, para o povo, mas é, na prática, para poucos. E a razão principal é que os “governos democráticos” se submeteram à “administração autoritária” dos recursos. É por isso, por exemplo, que os recursos públicos que faltam para a educação, a saúde, a segurança e o bem-estar da população foram, aos cântaros, para o sistema financeiro. No caso, a saúde pública, no seu sentido mais amplo, é trocada pela saúde financeira dos bancos, no seu sentido mais estrito.

Independente de governos, o Estado brasileiro encontra-se privatizado. E os governantes passaram a se constituir em administradores de interesses privados. E, o que causa maior apreensão é que, mesmo nos casos em que a corrupção é extirpada, não parece se constituir, na verdade, em defesa dos interesses públicos: trata-se de interesses privados hegemônicos ameaçados por intromissões de grupos exógenos que poderiam atrair a atenção e a ira da opinião pública. Não é à toa que, nas investigações já efetivadas, a figura dos corruptos era mutante, mas se mantinham as mesmas indicações dos agentes corruptores. Também não é por acaso que estes últimos mantêm-se incólumes a qualquer investigação. O próprio Estado cuida de mantê-los longe dos holofotes das inquirições porque, neste momento, eles se confundem: investigá-los significaria escancarar as entranhas do próprio Estado.

É por isso que, repito, procuro não incorrer no erro de, apenas, reavivar, na memória do leitor, certas figuras que foram acometidos pela febre da corrupção e podem, passados os “intervalos antitérmicos” das CPIs, retornar, em temperaturas ainda mais elevadas,

corporificados, quem sabe, em outros “comandantes”. As “infecções”, entretanto, persistem incólumes e perigam tornarem-se “septicemias” de difícil controle. No lugar dos “antitérmicos” há que se prescrever, urgentemente, os melhores “antibióticos”...

### Preservar os avanços da Lei de Licitações

Há vários meses, o titular do Ministério da Administração e Reforma do Estado vem divulgando a intenção governamental de enviar ao Congresso projeto de lei modificando, substancialmente, a atual Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), que, no seu entender, é “a pior lei do mundo”. Objetivamente, são apontados como inconvenientes graves dessa lei o aumento do custo das compras e serviços contratados pelo Estado, a formação de cartéis para a cotação de preços muito superiores aos de mercado, a aquisição de bens e serviços de qualidade inferior em face da prevalência do critério de menor preço no julgamento das propostas e cotação de preços altos pelos participantes das licitações em razão da demora do Estado em honrar seus compromissos (*Jornal da Tarde* de 06-04-96, pág. 6A).

Conheço, nos seus pormenores, a Lei nº 8.666/93, pois fui relator, no Senado Federal, do projeto que lhe deu origem. Apesar do tempo decorrido, ainda lastimo que o Substitutivo que a ele ofereci, então prontamente acolhido pelo mesmo Senado, não tenha merecido idêntico destino na Câmara dos Deputados. Afinal, tratava-se de texto que era fruto de criterioso trabalho de equipe, produzido a partir de valiosos subsídios colhidos em audiências públicas e outros mecanismos de escuta dos meios especializados. Contudo, ainda que persista no entendimento de que o texto de minha autoria tratava mais adequadamente a matéria, jamais endossaria as críticas que o titular do Ministério da Administração vem opondo à Lei de Licitações.

De início, parece-me incorreto atribuir-se à lei o aumento de custos das compras e serviços contratados pelo Estado. Entendo, ao contrário, que uma das virtudes da nova lei é, precisamente, colocar ao alcance do bom gestor mecanismos que impedem contratações a preços superfaturados. Basta verificar que a lei em questão determina que já conste do próprio edital o critério de aceitabilidade dos preços (art. 40, X), o que impõe à Administração a realização de prévia pesquisa de preços.

Além disso, ainda nos termos da mesma lei, cabe à Administração verificar a conformidade de cada proposta com os preços de mercado ou, quando for o caso, fixados por órgão competente, corren-

do-lhe ainda o dever de desclassificar as propostas desconformes ou incompatíveis com tais preços(art. 43, IV, c/c art. 48, II).

Por aí se vê que só contrata a preço superfaturado aquele que efetivamente o desejar. Tanto isso é verdade que, poucos meses após a promulgação da lei, o então titular do Ministério dos Transportes, segundo foi amplamente noticiado, anunciou a sua intenção de renegociar os preços de boa parte dos contratos então administrados por aquela pasta, ao argumento de que os preços ofertados nas novas licitações haviam caído a quase a metade!

Também inconsistente, a meu ver, é a alegação de que a nova lei propiciaria a formação de “cartéis de fornecedores” a fim de elevar preços. Basta ver que, a par de utilizar os mecanismos referidos no parágrafo anterior, a Administração pode ainda abrir o prazo de oito dias para a apresentação de novas propostas escoimadas dos vícios que motivaram a desclassificação(art. 48, parágrafo único), ou contratar diretamente, atendidas as formalidades legais, quem ofereça preços compatíveis com os praticados no mercado(art. 24, VII).

Também não se sustenta a afirmação de que o Estado é impelido a adquirir bens e serviços de qualidade inferior em razão do julgamento das propostas pelo critério de menor preço. Ora, é óbvio que o objeto da licitação deve ser pormenorizadamente descrito no edital, com especificação não apenas dos requisitos técnicos indispensáveis, mas, principalmente, dos padrões mínimos de qualidade aceitáveis.

O que ocorre, em verdade, são editais lançados, de regra, com descrição deficiente do objeto da licitação, o que deixa a Administração à completa mercê dos caprichos dos licitantes.

O mesmo se diga, por fim, do sobrepreço decorrente da mora da Administração em solver seus compromissos. Além de a causa decorrer exclusivamente do mau funcionamento da Administração, note-se que a lei impõe como condição prévia para a abertura de licitação a existência de previsão orçamentária de recursos suficientes ao adimplemento das obrigações a serem assumidas(art. 7º, § 2º, III e IV), o que significa dizer que, sem recursos, não há sequer como iniciar o procedimento licitatório.

Como se vê, os apontados males da Lei nº 8.666/93 decorrem principalmente dos problemas gerenciais hoje comuns à Administração, que, por não investir no aprimoramento e profissionalização dos recursos humanos necessários, há muito se ressentem da falta de bons quadros, notadamente em funções

cujas tarefas impõem razoável conhecimento técnico, como é o caso dos procedimentos licitatórios.

Entendo que é preciso a máxima cautela ao pretender introduzir qualquer alteração substancial na nova Lei de Licitações, pois, embora possa apresentar eventuais inconvenientes, contém ela, inegavelmente, valiosos avanços se comparada ao antigo Decreto-lei nº 2.300/86.

Um desses avanços está na livre concorrência instaurada a partir de sua promulgação, especialmente porque não são mais admissíveis exigências descabidas na fase de habilitação dos licitantes, como ocorria com as antigas solicitações de apresentação dos famigerados “atestados de capacidade técnica”, objeto de oportuno veto do Presidente Itamar Franco.

Alterá-la impensadamente, da forma e pelos motivos até agora alegados, é sobretudo legítimar novos atentados ao bem público, ressuscitando antigas formas de assalto ao Erário.

### **A morte do homem que sabia demais**

Escrevo essas linhas no momento em que ainda pairam sérias dúvidas sobre a autoria do crime que eliminou o mais completo arquivo de informações da história recente da corrupção no País. Sei que, mais horas, menos dias, é possível que o nome do assassino do Sr. P. C. Farias venha a ecoar nas salas de milhões de telespectadores, ávidos por decifrar mais este final infeliz.

Não sabemos quais foram os reais motivos que levaram à consumação do fato mas estou certo que razões haviam para silenciar “o homem que sabia demais”. Para muitos, mais importante que o coração emudecido pela bala que atingiu o Sr. P. C., é a sua morte cerebral.

Se por crime passional – o que não acredito – ou por motivo torpe, P.C. é, hoje, um arquivo morto. O silêncio que hoje jaz no Campo das Flores, em Maceió, é o mesmo de inúmeras salas frias, onde descansam em paz não menos volumosas pastas que um dia o pó irá sepultar. São inqueritos cuja *causa mortis* é, quase sempre, a esclerose múltipla do poder público, debilitado precocemente por esforço repetitivo e que teima em transformar tapetes em tumbas.

As CPI's PC/Collor e do Orçamento cuidaram de levantar as bordas deste tapete como que numa “perícia” do esqueleto da corrupção no Brasil. Através da quebra do sigilo bancário, montou-se o “corruptograma”.

Depois de cassado o Presidente, sob a culpa de “mandante”, em ato contínuo à posse, o Sr. Itamar Franco criou a Comissão Especial de Investigação

para apurar todos os atos lesivos ao Patrimônio e aos recursos públicos. A CEI era composta de cidadãos de ilibada reputação e de reconhecida competência em suas áreas de atuação. Insuspeitos, debruçaram sobre milhares de páginas de documentos, ouviram dezenas de pessoas e produziram análises e recomendações em todos os níveis. Para a CEI, a corrupção jamais poderia ser tratada, apenas, como mais uma página virada.

Não se sabe, ao certo, quem participou das cerimônias póstumas de arquivamento da documentação produzida pela CEI. Sabe-se, apenas, que ela é, hoje, mais um arquivo morto e, até aqui, foram vãs as tentativas de sua exumação. Mais do que isso, não se tem conhecimento exato de onde ela usufrui da desmerecida paz.

Tal e qual o destino da documentação da CEI, em algum lugar do Senado Federal também descansa o acervo consultado e produzido durante as duas CPI's mais importantes instaladas no Congresso Nacional. São informações que propiciaram a decisão histórica do *impeachment* e a cassação de parlamentares cúmplices nos atos de corrupção no orçamento público. Mas, todas as investigações deram conta de que faltava, ainda, a "CPI dos Mandantes".

Foi exatamente este o espírito que me propiciou energias para a coleta de assinaturas necessárias à instalação da "CPI dos Corruptores". Recomendada por votação unânime e constante do Relatório Final da "CPI do Orçamento", tal CPI se fundamentaria, portanto, em fatos mais do que determinados.

Mas, os mesmos interesses que sepultaram a documentação da CEI e, quem sabe, o Sr. PC Farias, cuidaram de abortar a CPI dos Corruptores. Não foram indicados todos os seus integrantes, isto é, não se desenvolveu por absoluta falta de membros.

Como já disse, ainda não sei quem matou o Sr. PC Farias. Mas sei que sobram motivos para o seu silêncio eterno. Sei, também, que são os mesmos que condenaram os trabalhos da CEI ao esquecimento, que calaram a CPI dos Corruptores e outras investigações sobre fatos cada vez mais recorrentes na mídia.

Mas, eu ainda sei que a impunidade tem como contraponto a indignação. Como na TV, a população brasileira está a exigir, cada vez mais, desfechos e, conseqüentemente, quer decidir sobre os finais. E, como se percebe nas ruas, nas praças e nas esquinas, a população também está consciente de que a corrupção é uma novela cujos capítulos se arrastam repetitivamente e que, portanto, "não vale a pena ver de novo".

### Privatização da Companhia Vale do Rio Doce

O parágrafo primeiro do artigo 13 da Constituição de 1988 dispõe que são símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais. No capacete do corredor, na camisa do atleta, na farda do militar e na voz "dos filhos deste solo" está o Brasil, representado nas cores que simbolizam suas maiores riquezas.

Ao longo dos tempos, o País foi incorporando outros emblemas, verdadeiros novos símbolos nacionais que representam a luta, a soberania e a própria história de um povo. São exemplos típicos o Banco do Brasil, a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, cujas bandeiras sempre suscitaram os mais fortes sentimentos de nacionalidade. Mudar estes símbolos requer o envolvimento de toda a população. É por isso que venho defendendo, na tribuna do Senado, a instituição do *referendum*, fórmula através da qual a sociedade pode externar o seu pensamento naqueles assuntos considerados essenciais.

Este instituto se reforça no regime presidencialista, onde todos os representantes da população são eleitos por prazo determinado, dificultando a explicitação da vontade popular e a conseqüente legitimidade de propostas de ação. O mundo oferece ricos exemplos da prática do *referendum*. Em passado recente, o Tratado de Maastrich foi amplamente discutido nos países do Mercado Comum Europeu. Na Itália, a questão do aborto mereceu o devido debate com a população, entre outros casos.

Como se sabe, uma das discussões mais importantes que ocorre hoje no País refere-se ao Estado Brasileiro, quanto ao seu papel e ao seu tamanho. O principal marco legal relativo ao tema se consolidou na Lei nº 8.031, que criou o Programa Nacional de Desestatização. Como resultado, foram privatizados os setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes. Não há como negar que o debate sobre tema de tamanha relevância se circunscreveu aos limites dos gabinetes técnicos. À população coube, apenas, informações muitas vezes maquiadas em peças publicitárias bem produzidas e, nem sempre, pouco tendenciosas.

Passada a primeira etapa das desestatizações, o País se debruça, hoje, sobre uma questão de fundamental importância: a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, a CVRD.

A discussão sobre a proposta de privatização da CVRD não pode ser desviada para aspectos meramente quantitativos, extraídos de indicadores frios e determinados pela tecnocracia. A CVRD, enquanto

empresa emblemática, é parte integrante do desenvolvimento do próprio País e, em nome da população, manipula materiais estratégicos para a consolidação de sua soberania. A privatização da CVRD significa, para mim, privatizar o subsolo brasileiro. Significa a forte possibilidade de abrirmos mão de nossas reservas de ferro, ouro, manganês, bauxita, potássio, cobre, caulim, prata, titânio, entre outros metais nobres. Significa, também, interromper programas de desenvolvimento regional e social implementados pela empresa, que aloca parte de seu lucro líquido nas áreas de influência dos municípios onde atua.

É por isso que os números da Vale não se limitam aos seus aspectos puramente quantitativos. São números que assumem dimensões econômica, social e política.

A Vale do Rio Doce é, com certeza, o outro nome do Brasil, pois ela é a guardiã de riquezas nacionais estratégicas das quais as grandes potências são, sensivelmente, carentes. A Vale contabiliza, em nome do povo brasileiro, em toneladas: 41,2 bilhões de minério de ferro; 1,1 bilhão de bauxita; 1,2 bilhão de cobre; 131 milhões de manganês; 65 milhões de caulim; 563 de ouro, fora as descobertas mais recentes, além de enormes reservas de potássio, titânio, nióbio, etc. São 36 empresas controladas ou coligadas, mais as participações minoritárias. Produz quase um terço do minério de ferro do mundo, é a maior produtora de ouro da América Latina, possui duas ferrovias que somam 7% da malha ferroviária do País, mas sobre cujos trilhos são transportados dois terços da carga ferroviária brasileira. Responde por 40% do movimento portuário nacional, os navios da Docena-ve transportam 30 milhões de toneladas de carga por ano. Suas florestas comerciais se estendem por 560 mil hectares de terras brasileiras. Do outro lado, os Estados Unidos, os países europeus e o Japão são, total ou quase totalmente, dependentes de nióbio, manganês, alumínio, titânio, estanho, cobre, cobalto, cromo, platina, níquel... Deste lado, a Vale (ou o Brasil) ainda não se permitiu conhecer os montantes de suas gigantescas reservas minerais. Sabe-se, entretanto, que somente as reservas de minério de ferro, sob a responsabilidade da Vale do Rio Doce, garantem o consumo, em níveis atuais, até a Copa do Mundo de 2.398.

Fica evidente que a CVRD, apesar destes números grandiosos, não pode ser representada, aos olhos do público, pelo paquiderme que deu publicidade aos leilões de privatização, em período recente. Trata-se de uma empresa lucrativa, estratégica, que avança o desenvolvimento regional.

São estas as razões que respaldam a minha postura contrária à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, nos termos propostos. Curvo-me, única e exclusivamente, se esta não for a vontade popular. E, é aí que se justifica e se reforça a proposta de consulta ao povo brasileiro. Afinal, privatizar a CVRD sem ouvir a população seria o mesmo que, à sua revelia, trocar o amarelo da bandeira ou suprimir o "gigante pela própria natureza" do hino.

### 1996 - O ano dos bancos

Para as instituições públicas, parece não existir o cidadão brasileiro na sua inteireza. Ele é o doente para o Ministério e as Secretarias de saúde, o analfabeto para os órgãos encarregados da educação, o desempregado para os responsáveis pelo trabalho, e assim por diante. Para estas instituições, tudo indica que se perdeu a idéia horizontal de cidadão e se assumiu, frente a ele, uma postura vertical, enquanto carente. E, assim, o cidadão, com todos os seus direitos fundamentais, passa a ser o carente de saúde, de educação, de emprego produtivo, de alimentação, de segurança, dependendo do "balcão" onde se identifique.

Com isso, os grandes problemas nacionais passam a ser encarados, também, como fatos isolados e, como tal, questões conjunturais, passíveis de intervenção com o anúncio de novos programas setoriais. E a implantação destes programas, cujos recursos tendem a permanecer, em parcela significativa, na manutenção da própria máquina administrativa, realimentam a postura maquiavélica de dividir o cidadão em supostas diferentes carências.

O que é mais preocupante é que essa postura não se limita aos órgãos que se assumem como setoriais. O planejamento brasileiro, em todos os níveis, tem sido, principalmente nos últimos anos, míope e segmentado. Assim, parece não haver, para o Governo, correlação entre a questão dos sem terra e a crise econômica, as endemias e epidemias e a falta de saneamento básico, a renda familiar e o analfabetismo. Pior ainda, à busca de mais recursos no Planejamento, os órgãos setoriais chegam a disputar os "carentes", porque, aí, antes de serem cidadãos, eles são indicadores estatísticos que justificam maiores fatias do "bolo" orçamentário. E isso alimenta o tal círculo vicioso da setorialização.

Mas, são exatamente os mais recentes dados estatísticos que devem estar preocupando os tomadores de decisão na esfera pública. Porque os números dizem por si mesmos. E porque a crise econômica aguça, nas pessoas, a sua percepção enquanto

cidadãos, isto é, elas passam a sentir-se em uma dimensão mais compreensiva e, principalmente, mais coletiva.

É por isso que os governos não podem insistir na contra-mão da história, sob pena de serem abalroados pelos números que a ilustram. O país mudou de pista e os governos teimam em manter-se, apenas, nos desvios.

São milhões de desempregados, vítimas de uma crise ainda mal dimensionada. São quase quarenta milhões de brasileiros que não comem, não se vestem e nem moram adequadamente, quase a metade deles miseráveis, que não têm nem mesmo o que comer, vestem-se de trapos e vivem ao desabrigado das pontes.

Aliás, parece não haver mais espaço suficiente, nem mesmo sob as pontes e os viadutos. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, elaborada pelo IBGE, em 1993, e somente agora divulgada, merecem reflexão.

Nos três anos que separam esta pesquisa da anterior (1990), quase 4,5 milhões de pessoas se somaram à categoria dos "ocupados", mais de 90% deles na agricultura. Isso significa uma reversão na tendência observada em quase meio século de história do País.

Até o início desta década, as luzes da cidade atraíam. Hoje, elas andam assim como na penumbra. Portanto, se há quase 17 milhões de famintos (e outros tantos mal alimentados), se há escassez de alimentos, se o País ostenta a dádiva de possuir todos os microclimas do planeta, se as migrações internas se revertem no sentido urbano-rural, se a cultura originária da população brasileira é rural e se o desemprego é o grande fantasma que ronda quase todos os lares brasileiros, não seria lógico que a maior parcela dos recursos públicos disponíveis fossem carreados para o incentivo à produção agrícola?

Segundo a mesma PNAD, quase a metade da população que retornou para o campo encontra-se na categoria dos "não-remunerados", o que é reforçado pela diminuição do número de "assalariados rurais". Isso significa que, aproximadamente, dois milhões de trabalhadores ou se transformaram em "unidades familiares de produção", à espera de uma melhor alternativa, ou trocaram as pontes e os viadutos pelas margens das estradas. Isso também não justificaria priorizar recursos para a agricultura?

Tudo indica que a destruição de empregos urbanos está ligada a causas estruturais, diferente-

mente de outros períodos anteriores de crise, caracterizados por desempregos cíclicos. Ainda isso não instigaria o governo federal a colocar a agricultura como prioridade nacional?

Não parece, a não ser no discurso. "1996 é o ano da agricultura" foi a manchete dos jornais de 23 de fevereiro último, baseada no programa "Palavra do Presidente" do dia anterior. Pois bem, o "ano da agricultura" chega ao final com uma safra de grãos quase 10% menor do que a do período anterior, com um decréscimo de área cultivada de 4% em relação ao último ano agrícola e uma queda de produtividade em torno de 2,5%.

É inacreditável e, até, inconcebível que o "país de todos os microclimas", importe, no seu "ano da agricultura", arroz, feijão, milho, trigo e outros alimentos básicos. Pior: em 1989, ano anterior ao penúltimo levantamento da PNAD, a área agrícola cultivada no Brasil era da ordem de 54,8 milhões de hectares. Em 1993, quando da última pesquisa, esse número caiu para 45,2 milhões. Portanto, no mesmo período em que quatro milhões de trabalhadores brasileiros procuravam novas ocupações no campo, enxotados pelo desemprego nas cidades, a área cultivada decresceu quase dez milhões de hectares. Trata-se, portanto, de uma relação inversa e perversa.

O erro talvez esteja nas manchetes dos jornais. O melhor título deveria ser "1996 é o ano dos bancos". Ou, quem sabe, no significado da sigla. O PROER não é o Programa de Recuperação Organizada da Economia Rural. Mesmo porque, se o fosse, não seriam liberados, até aqui, os R\$ 13,3 bilhões para recuperar a agricultura brasileira. E, se isso ocorresse, seriam utilizados todos os meios de comunicação para dar retumbância ao fato, obviamente, em horário fora da calada de uma noite de sexta-feira.

Pelo visto, o produtor rural brasileiro continuará a ser, ainda por muito tempo, o carente de saúde para o Ministério da Saúde, o carente de educação para o Ministério da Educação, o carente de trabalho para o Ministério do Trabalho. Para os banqueiros, parece não ser necessário criar um novo Ministério dos Bancos. Seria, apenas, uma questão de nomenclatura.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, numa oportuna iniciativa do Tribunal de Contas da União (TCU), por sua Secretaria de Fiscalização de Desestatização, da Secretaria-Geral de Controle Externo, acabam de ser divulgadas rele-

vantes informações sobre os setores elétrico, de petróleo e gás natural, submetidos ao controle externo das Agências Reguladoras.

Conforme esclarece o Ministro Valmir Campelo, Presidente daquela Corte, a grande discussão sobre o desempenho daqueles órgãos é reveladora do complexo desafio posto ante o Estado, sobretudo quanto à definição das relações governamentais com as empresas prestadoras de serviços públicos e a sociedade.

O Tribunal, frente às mudanças da gestão pública, atua, de forma intensa, no controle externo da delegação desses serviços. Para tanto, criou e mantém, desde 1998, a Secretaria de Fiscalização de Desestatização (SEFID), unidade técnica incumbida do exame dos processos de privatização e do controle das atividades dos órgãos reguladores.

A fiscalização desses processos é exercida com amparo no sistema de controle estabelecido pela Carta Magna, obedecendo a práticas internas consagradas, e em respeito, igualmente, às diretrizes universais estabelecidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

O Tribunal, nesse processo, estabeleceu métodos específicos de controle, direcionados ao acompanhamento das privatizações, concessões, permissões e autorizações de serviços estatais, nas etapas de outorga e acompanhamento dos contratos, assim garantindo, quando for o caso, a prática de medidas de correção julgadas necessárias.

Ademais, o TCU desenvolve, com a colaboração de órgãos internacionais, o processo de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, contribuindo, de forma cada vez mais construtiva, para o aperfeiçoamento da Administração Pública.

Assim, acompanha os setores responsáveis pelos serviços de energia elétrica; telecomunicações; correios; portos; rodovias, ferrovias; transportes de passageiros interestaduais e internacionais; portos secos; petróleo e gás natural. A variedade e complexidade dessas áreas, como é fácil perceber, determinam a utilização de equipes técnicas altamente especializadas, que, por sua vez, requerem total empenho das áreas de capacitação de pessoal.

Entre outras impropriedades, observou-se que o Conselho Nacional de Política Energética “não tem atuado como proponente de uma política energética integrada” e que falta “planejamento da

indústria do petróleo”, bem como uma política que oriente a exploração e produção de petróleo e gás natural.

No setor elétrico, verificou-se “falta de transparência no processo de revisão tarifária periódica” e de “aferição dos dados fornecidos pelo concessionário para a definição da base remuneratória utilizada na revisão”. Além disso, registraram-se “inconsistências no cálculo do custo de capital” e a “inexistência de mecanismos de repasse, aos consumidores, do ganhos auferidos com receitas alternativas ao objeto da concessão”.

A publicação refere-se, finalmente, à necessidade de “aprimoramento do método de cálculo do preço de outorgas”; de “aprimoramento do processo administrativo relativo à aplicação de penalidades aos concessionários”; e de revisão das “metas constantes do contrato de gestão União-ANEEL, a fim de que os indicadores passem a refletir produtos e não processos”.

Em resumo, com a oportuna publicação de “O Controle Externo das Agências Reguladoras”, compreendendo, como dissemos, os setores elétrico, de petróleo e gás natural, a Corte de Contas do País oferece inestimável colaboração, quer para o contínuo aperfeiçoamento da atividade regulatória do Poder Público, quer para o processo de crescimento de áreas de fundamental importância para o desenvolvimento do País.

Era o que tínhamos a dizer.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna na tarde de hoje para comentar o artigo “Eu me elejo, nós tungamos, eles pagam”, de autoria do colunista Elio Gaspari, publicado no jornal **O Globo**, edição de 9 de julho do corrente.

O texto, que solicito seja inserido nos Anais do Senado, destaca como os trabalhadores da iniciativa privada serão prejudicados pela reforma da previdência, muito embora o governo Lula insista em dizer que isto não acontecerá.

O artigo, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é a seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

# Eu me elejo, nós tungamos, eles pagam

ELIO GASPARI

O governo insiste em dizer que o seu projeto de reforma da Previdência não mexe com o bolso do trabalhador da iniciativa privada. O último cambonão dessa lrotia foi o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha. Ele diz que "nenhum, nenhum, nenhum trabalhador da iniciativa privada será afetado".

Empulhação. A reforma do governo embute uma tunga que lhe permitirá tirar cerca de R\$ 1,5 bilhão anuais do bolso dos trabalhadores da iniciativa privada. Logo eles, que nada têm a ver com o sistema de previdência dos servidores públicos.

Aos fatos. Hoje o trabalhador desconta 11% de seu salário até R\$ 1.869 e se aposenta recebendo, no máximo, esse teto. Quem ganha acima de R\$ 1.869 paga R\$ 205 por mês ao INSS. A reforma de Lula eleva o teto da aposentadoria (e da contribuição) para R\$ 2.400. Isso significa que cerca de 1, 2 milhão de pessoas que ganham acima

de R\$ 2.399 pagarão R\$ 264 mensais. Uma diferença de R\$ 59 por mês.

A charanga governista às vezes argumenta que o aumento do teto (e da contribuição) só afeta os trabalhadores para melhor. Tome-se o exemplo de alguém que ganha R\$ 1.869 e vai se aposentar em dezembro do ano que vem. Receberá R\$ 2.107, um ganho de R\$ 237, ou 13%. O primeiro cheque de R\$ 2.400, porém, só sairá do INSS daqui a 24 anos.

O aumento do teto dos trabalhadores da iniciativa privada é uma mistificação hipócrita colocada a serviço do autoritarismo presunçoso do governo de Lula. E mistificação porque diz que os trabalhadores não serão afetados. É hipócrite porque tunga a patuléia dizendo que faz isso em seu benefício, quando, na realidade, quer apenas fazer caixa. O truque permi-

tirá uma arrecadação imediata três vezes superior ao que se espera juntar com a contribuição dos inativos do serviço público.

A tunga é autoritária porque é mandatória. Se houvesse tolerância e respeito pelo bolso dos trabalhadores, o governo poderia pulverizar todas as agrumentações contrárias (inclusive esta) informando que a mudança de teto seria voluntária. Quem quiser ficar com o teto de R\$ 1.869, fica. Quem não quiser, passa para o regime de R\$ 2.400.

Imagine-se um trabalhador (Ricardo Gushiken) de 25 anos. Pela reforma do Planalto, ele poderá se aposentar aos 60, com R\$ 2.400, depois de 35 anos de contribuição. Suponha-se que ele tem um irmão, Luís Berzoini, que preferiu ficar como está e decidiu botar os R\$ 59 mensais da tunga num plano pri-

vado (o PGBL do Banco do Brasil). Ele pode escolher três caminhos. No mais conservador (6% ao ano), depois de 35 anos, receberá R\$ 515 mensais. Somando o cheque do INSS ao do BB, receberá R\$ 2.384. Perderá R\$ 16 por mês. No intermediário (9%), receberá R\$ 1.012, embolsado um total de R\$ 2.881. No mais agressivo (12%), serão R\$ 2.056. Nesse caso, somará R\$ 3.925. Em todos os casos, depois de 35 anos poderá sacar seu dinheiro, coisa que no INSS não acontece. Dependendo da agressividade escolhida, o BB calcula um mínimo de R\$ 79 mil e um máximo de R\$ 316 mil. Nada mal.

O autoritarismo é presunçoso porque os doutores de Brasília acham que devem ensinar à patuléia o que ela deve fazer com seu dinheiro. Gertite esquisita essa: quer jogar os servidores numa modalidade de previdência privada e quer obrigar os trabalhadores a enfiar mais um pé na previdência pública.

ELIO GASPARI é colunista do GLOBO

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho neste momento a esta tribuna para comentar o artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 27 de junho do corrente, intitulado “O que explica o déficit crescente do INSS”.

O artigo é de extrema atualidade, pelo que entendendo que a sua inserção nos Anais do Senado é oportuna e serve, inclusive, para alertar que grande responsável pelo déficit nas contas previdenciárias não foi o reajuste do salário mínimo, como alega o Ministério da Previdência, mas sim a queda da receita,

em função do crescimento do desemprego e a diminuição da renda dos trabalhadores.

O texto, que passo a ler, para que fique integrado este pronunciamento, é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

## OPINIAO

# O que explica o déficit crescente do INSS

A desaceleração da economia faz agravar as contas previdenciárias: para um mês de maio, nunca houve, como este ano, um resultado tão ruim na história do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O déficit alcançou R\$ 1,779 bilhão. Os números são piores do que os esperados pelo governo e levaram o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) a retazer, pela segunda vez, suas estimativas de déficit para este ano, que passaram de R\$ 23,8 bilhões, em fevereiro, para R\$ 25,7 bilhões, em abril, e, agora, para R\$ 26,1 bilhões. O déficit foi de R\$ 17 bilhões, em 2002, e de R\$ 12,8 bilhões, em 2001.

O desequilíbrio, em maio, resul-

tou de uma arrecadação de R\$ 6,046 bilhões, muito inferior às despesas de R\$ 7,825 bilhões. O déficit superou em 37,8% o do mesmo mês do ano passado e atingiu, nos primeiros cinco meses de 2003, R\$ 7,776 bilhões, 19,8% maior do que em idêntico período de 2002.

O secretário da Previdência Social do MPAS, Helmut Schwarzer, disse que o vilão das contas do INSS foi o salário mínimo, que aumentou 20%, passando de R\$ 200,00 para R\$ 240,00. Ele estimou em R\$ 501 milhões o impacto do novo mínimo nas contas de maio, número que se deverá repetir nos próximos meses. Cerca de 14 milhões de segurados do INSS recebem um benefício igual

ao salário mínimo. Como enfatizou Schwarzer, 83% do déficit de R\$ 7,7 bilhões acumulado este ano decorre dos benefícios pagos aos trabalhadores rurais, que receberam R\$ 6,4 bilhões, sem terem contribuído.

Mas o grande vilão é a queda da receita: em maio de 2003, o INSS arrecadou R\$ 621,5 milhões a menos do que em maio de 2002. Isto se deve ao crescimento do desemprego entre os trabalhadores com carteira assinada e a diminuição da renda dos trabalhadores.

Entre março e abril, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve queda de 0,7% no número de empregados com carteira assinada e de

5,4% no número de empregadores, categorias que recolhem a contribuição previdenciária. Mas aumentou em 1% o número de empregados sem carteira assinada, que não recolhem o INSS. A renda real dos trabalhadores declinou, em média, 14,7%, entre os meses de maio de 2002 e de 2003, como o IBGE divulgou ontem.

Novas pressões surgirão em julho, quando passará a ser pago o reajuste de 19,71% aos aposentados com vencimentos superiores ao salário mínimo.

Mas um déficit do INSS de R\$ 26,1 bilhões, este ano, corresponderá a cerca da metade do desequilíbrio de mais de R\$ 50 bilhões dos regimes especiais da União, Estados e municípios.



**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho neste momento a esta tribuna para comentar o editorial “Classe média em retirada”, publicado no jornal **Zero Hora**, edição de 7 de julho do corrente ano.

O texto, que solicito seja inserido nos Anais do Senado, comprova a importância do jornal **Zero Hora** para a formação da opinião pública, sobretudo nos Estados do sul.

Desejo, ainda, tratar de outro assunto, Sr. Presidente.

Localizada no litoral norte de Santa Catarina, a cidade de Itajaí completou neste mês 143 anos de história e preservação da cultura açoriana, sem perder a jovialidade que cerca as grandes cidades. É uma cidade de contrastes, onde a arquitetura moderna convive harmoniosamente com prédios do início do século passado.

A cidade oferece atrações para os mais diferentes tipos de turistas, desde os que buscam os encantos das praias até os que preferem história e cultura. A herança açoriana é marcante na gastronomia e no artesanato. Em outubro, as atenções são voltadas à Festa Portuguesa e do Pescado: a Marejada atrai milhares de turistas durante os mais de 15 dias de festa com muita comida, música e dança típicas.

Itajaí está se consolidando, aos poucos, como rota dos navios de cruzeiros. Na última temporada de verão, três navios de passageiros atracaram na cidade, que tem o único **pier** turístico do País que está fora do terminal comercial do porto. E as belezas das praias itajaienses são um motivo a mais para o turista que participa dos cruzeiros deixar o navio e conhecer a cidade. A praia de Cabeçudas é a mais procurada, concentra os bares, restaurantes e a elite de Itajaí, toda urbanizada, com alamedas cercadas belíssimas mansões.

A praia do Geremias guarda o principal cartão postal da cidade: o Bico do Papagaio. Quando a estrada para Cabeçudas foi aberta, a detonação de uma das rochas esculpiu um gigantesco pássaro: uma escultura da natureza com uma mãozinha do homem. Seguindo o roteiro das praias estão Atalaia e Brava. As duas são excelentes para a prática do surfe. Na praia do Morcego, a água tem alta concentração de iodo, muito procurada para uso medicinal.

#### JUVENTUDE E CULINÁRIA

O grande **point** dos jovens são as praias Bravas e dos Amores, já no limite com Balneário Camboriú. No verão, é fácil encontrar beldades e artistas desfilando elegância e beleza pela areia. Na dos Amores, a água é cristalina, mas agitada e a areia é fofa e

branca. Os quiosques com barracas de palha dão um charme extra ao lugar. A praia dos Amores ainda conserva os traços agrestes, apesar da explosão imobiliária. No inverno, é tranqüila e convida a um passeio sem compromisso pelas areias.

Em relação à gastronomia, Itajaí dá um **show**. Na Avenida Beira-rio concentram-se os mais diferentes tipos de restaurantes. Desde os mais simples, ideais para comer um petisco e jogar conversa fora com os amigos, no final de tarde, até os mais sofisticados com comida internacional. Os restaurantes têm vista privilegiada do Saco da Fazenda, uma das mais importantes áreas de procriação da Foz do Vale do Itajaí: garças, gaivotas e outros pássaros dão um toque de encanto ao lugar.

Sr. Presidente, quero também aproveitar meu tempo para homenagear uma cidade de Santa Catarina que têm grande importância para a economia do Estado, principalmente no que diz respeito à área agrícola e o Turismo Ecológico: Botuverá.

O Município de Botuverá completa, no dia de hoje, quarenta e um anos de fundação. Trata-se de uma cidade que tem um povo humilde e trabalhador. Com a economia voltada para a agricultura e ao turismo ecológico.

Botuverá pode ser considerado um paraíso natural. Suas paisagens naturais encantam todos aqueles que apreciam paisagens formadas por montanhas, colinas, vales, riachos de águas cristalinas formando, juntamente com os pássaros, a música que encanta e acalma.

Para aqueles que passam a semana atarefados com trabalhos e estudos e sem tempo e espaço para a vida, Botuverá num simples final de semana, oferece a oportunidade para o descanso merecido e revitaliza energias. Uma simples viagem pelas estradas do município, com olhos naturais, o milagre que só a natureza é capaz de realizar, acontece.

As paisagens naturais, suas belas montanhas e colinas, os vales e riachos com suas cachoeiras e, sobretudo a existência das mais belas e surpreendentes cavernas.

Fica, portanto, minha homenagem ao querido Município de Botuverá pela sua importância na agricultura e no Turismo de Santa Catarina.

Parabéns povo Botuveraense.

Muito obrigado.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

## MÍDIA IMPRESSA

EDITORIAL

7

JULHO

ZERO HORA

12

## Classe média em retirada

**D**uas pesquisas recém difundidas, uma efetuada pelo Ibope e outra pela Unilever e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), concluíram que a forte retração da demanda – decorrência do aumento do desemprego e da corrosão dos salários – atingiu em larga escala a camada de maior poder aquisitivo no Brasil, que passou a se sentir mais pobre. Cresceu também, significativamente, o número de pessoas em situação econômica mais grave do que há um ano. Essas constatações encontram amplo amparo tanto no dado mais recente sobre a renda do trabalhador no país, que despencou 14,7% em maio, no comparativo com idêntico período de 2002, quanto na taxa de desocupação, que bateu em 12,8%, a maior em 14 meses, segundo o IBGE. O que nem sempre transparece nesses números é o impacto sofrido por um contingente de brasileiros que é aquele que faz girar a roda da economia nacional, já que responsável pelo grosso do que se consome neste país.

A classe média, tantas vezes exaltada como a base dos valores da sociedade, termômetro da estabilidade das instituições e núcleo formador de opiniões e idéias, está no Brasil em franca retirada. Isso é ruim para a nação. Quando essa camada social, que representa não mais que 23% do total de nossa população, é afetada por uma crise, não se limita a experimentar-lhe as conseqüências adversas. É levada a multiplicá-las. Dados publicados pela revista *Veja* indicam que a quantidade de cheques sem fundo emitidos aumentou em maio 18,1% em relação ao mesmo mês de 2002, as

academias de ginástica perderam em média 8% de sua clientela este ano, o turismo externo caiu à metade em seis anos, os inscritos em planos de saúde, que eram 41 milhões em 1999, diminuíram para 35 milhões em 2003, a venda de computadores decresceu 7,5% no comparativo com 2001 e o total de alunos que freqüentam escolas particulares declinou 15% desde 1997.

Ora, quando um vasto extrato social deixa de adquirir bens ou de contratar serviços, reduz-se o movimento do comércio, despencam as encomendas à indústria, mingua a procura por atividades consideradas dispensáveis ou mesmo supérfluas, pois a precedência passa a ser de um orçamento doméstico enxuto. Esse conjunto de fatores concorre para deprimir ainda mais uma economia estagnada. Não custa lembrar, a esse respeito, que a atividade produtiva no Brasil foi impulsionada por uma expansão anual de

*A desmobilização de bens, o cancelamento de sonhos, a decadência social dificilmente têm volta*

7% em média nos 30 anos seguintes ao término da II Guerra Mundial. Tal incremento alargou as potencialidades de poupança e investimento e, em resultado, evoluímos da posição de 49ª economia do planeta para o oitavo lugar. Esse salto só encontra paralelo mais modernamente no desempenho dos chamados Tigres da Ásia. Hoje, no entanto, decaímos para o 12º posto.

Internamente, no entanto, o retrocesso é mais dramático. É evidente que os segmentos mais carentes são os que suportam mais duro choque de conjunturas difíceis. Mas é na classe média que os efeitos costumam ser mais duradouros, pois desmobilização de bens, o cancelamento de sonhos e a decadência na escala social dificilmente têm volta.

**O SR. TEOTONIO VILELA FILHO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, encontro-me aqui nesta tribuna – confesso-o – na dúvida se devo iniciar este pronunciamento pela citação do livro do Eclesiastes, segundo o qual “nada há de novo sob o sol”, ou o provérbio popular que afirma não haver “nada como um dia após o outro”. Parecem, de fato, enunciar coisas contrárias, mas eis que, na presente circunstância, convergem e exprimem a sensação que estes primeiros meses da administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva produzem no espírito de qualquer observador mais informado e atento da vida pública brasileira.

Se as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores me conferem a devida licença, lembrarei outra frase, esta dos tempos do Segundo Império, quando se dizia “nada haver mais parecido com um saquarema que um luzia no Poder”. Significava, no vocabulário político daquele tempo, que os membros do Partido Liberal – que, então, eram a “esquerda” –, quando assumiam o Governo, que era parlamentar, agiam de maneira indistinta da dos integrantes do Partido Conservador, ou seja, a “direita”.

Bem, o término da Monarquia deu-se há mais de 112 anos e, no entanto, por toda esta Esplanada, *luzias* estão agora a atuar e, principalmente, a falar como *saquaremas*. Referendam, com certeza inconscientemente, a sabedoria imortal do autor daquele texto bíblico e também a mordacidade de Holanda Cavalcanti, lúcido observador político do Império. Se recolhermos, em jornais e revistas nem tão antigos, e nas atas das duas Casas deste Congresso Nacional, as declarações dessas mesmas pessoas que hoje ocupam os Ministérios e as Secretarias do Planalto, pronunciadas quando eram oposição, veremos a diferença que um dia – o da eleição ou o da entrada em exercício, não importa – produziu em suas posturas e atitudes.

Ressalve-se a existência dos dissidentes, dos chamados *radicais*, como aqui a Senadora Heloísa Helena, que têm a elogiável coragem de ser coerentes, e penam por isso. Neste passo, a propósito, cabe também recordar como o Presidente Fernando Henrique, ao longo de seus dois mandatos, foi insistentemente condenado por incoerência, sempre sob a peca, sempre tendo como prova a citação da frase, a ele atribuída, “esqueçam o que escrevi”.

Dou-me conta de que é mais uma citação, mais uma frase em que incorro neste discurso. O problema é que a questão a ser abordada, neste como em outros momentos históricos, não se reduz a um jogo de

palavras – ou de frases, como quiserem. Há custos econômicos e sociais embutidos nesse vaivém, e não são desprezíveis.

A esse respeito, o ex-Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Cláudio Considera, publicou em maio um artigo no diário carioca **O Globo**, em que faz estimativa do que seria o valor da dívida do atual Governo para com os brasileiros. O cálculo parte da seguinte premissa: o bloqueio das reformas, feito pelo Partido dos Trabalhadores durante o Governo passado, está na origem das atuais dificuldades econômicas, tendo causado o atraso da retomada do desenvolvimento, do crescimento econômico e da geração de empregos.

Considera calcula em 701 bilhões, 762 milhões e cem mil reais a perda total no Produto Interno Bruto ao longo desses últimos anos, causada pela não-realização das reformas previdenciária, tributária e das leis trabalhistas. A resistência às privatizações estaria igualmente na origem da deficiência das agências reguladoras, pois foram as ações da então oposição que as impediram de formar um quadro de pessoal concursado e regulamentado. Isto quer dizer que até mesmo os problemas que hoje enfrentamos com as concessionárias dos serviços públicos privatizados, sempre brandidos como argumentos contra a desestatização, na verdade não existiriam, não fora pelos obstáculos interpostos pelos partidos de oposição ao Governo passado.

A conta de Considera pode ser criticada por subentender um ritmo de crescimento econômico que ninguém pode dizer que seria atingido caso todas as reformas houvessem sido feitas. Mas serve como parâmetro para avaliar o tamanho do passivo do País causado pelo PT.

Entretanto, a questão do equilíbrio fiscal talvez seja aquela que mais nos faz pensar em luzias, em saquaremas e no pregador do Eclesiastes. Até outro dia, as metas de inflação, as taxas de juros e toda a política monetária regida pelo Ministro Malan eram entreguistas, quando não simplesmente demoníacas. Hoje, as autoridades econômicas do Governo impõem taxas de juros ainda mais elevadas, tomam a iniciativa de propor ao Fundo Monetário Internacional metas de inflação ainda mais apertadas e obrigam a economia a um crescimento pífio do PIB, com a camisa-de-força de um controle monetário mais realista que o próprio real.

Nós, do Partido da Social Democracia Brasileira, vamos apoiar, naturalmente, as reformas trabalhista, previdenciária e tributária, como o queríamos fazer no Governo passado, e fomos impedidos. Com

isso a administração petista pode contar. Mas não contem com a nossa amnésia, até porque nos lembramos de um tempo em que as esquerdas nos chamavam *saquaremas*, com intenção pejorativa, e, sempre que chegavam ao Poder, esqueciam tudo o que haviam dito e o que haviam feito. Nada como um dia após o outro, e nada de novo sob o sol.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, pesquisas que medem variações de preços divulgadas hoje pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) confirmam que a inflação está sob controle, possibilitando, como afirmamos em pronunciamento feito ontem nesta Casa, uma imediata e substancial redução nas taxas de juros praticadas no mercado interno.

De acordo com o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) recuou 0,06% em junho após registrar alta de 0,99% em maio. O INPC, que mede a variação de gastos das famílias com renda de um a oito salários mínimos, foi puxado para baixo pelos preços dos alimentos, que caíram 0,51% em junho depois de aumentarem 0,61% em maio.

Já o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado pelo Banco Central para acompanhar os objetivos estabelecidos no sistema de metas da inflação, registrou em junho deflação de 0,15%, contra a alta de 0,61% em maio. Esta é a primeira deflação registrada desde novembro de 1998.

Segundo o IBGE, a queda do IPCA de maio para junho ocorreu em consequência principalmente da significativa oferta de alimentos no período, da redução do preço da gasolina nas refinarias e da queda do dólar ao longo do ano.

Mas se festejamos vitórias no combate à inflação, temos a lamentar a redução da produção industrial brasileira. Segundo a Confederação Nacional da Indústria, essa redução arrastou o emprego industrial do país, que registrou em maio a sua maior queda desde agosto de 2001.

O número de trabalhadores em maio recuou 0,34% em relação a abril – a primeira taxa negativa do ano, com reflexo direto na renda do trabalhador. Segundo a CNI, a folha salarial registrou queda de 7,67% em comparação a maio passado e de 7,04% em relação a janeiro e maio de 2002.

Essa redução na folha salarial dos trabalhadores da indústria tem ainda um impacto negativo muito grande nas contas da Previdência Social. Embora o

setor industrial não seja mais o maior empregador do país, ele continua sendo o mais qualificado e o que melhor remunera, fazendo com que uma redução no nível de emprego ou de renda provoque imediata redução na arrecadação previdenciária.

De acordo com o IBGE, a produção industrial de maio ficou 0,3% menor do que no mesmo período do ano passado. Esse resultado de maio surpreende porque se trata de um mês tradicionalmente marcado pela melhora na atividade industrial, principalmente com relação ao emprego, o que não aconteceu neste ano.

O resultado de maio remete a produção industrial brasileira ao patamar de janeiro de 2002. De acordo com o IBGE, isso se deve à diminuição do poder de compra da população, que tem na queda da renda, na escassez do crédito, e no desemprego seus principais motivos. Para a CNI, esse desaquecimento mais uma vez aponta para as taxas de juros que vêm contendo o desenvolvimento da economia.

Não fossem as exportações e o setor agrícola, que registraram as maiores taxas de crescimento em relação a maio de 2002, o resultado teria sido pior. A produção de máquinas e equipamentos para agricultura, que no período cresceu 45,4% foi a salvação da lavoura.

A queda do desempenho industrial revela um quadro de estagnação da atividade, e isso é preocupante. Em maio, em relação a abril, a produção ficou estável: alta de 0,1%. Nos primeiros cinco meses do ano, a expansão foi de 0,6%.

E o futuro não parece promissor. A Sondagem Industrial de julho, pesquisa da Fundação Getúlio Vargas feita entre 360 indústrias, mostra que os industriais estão insatisfeitos com o desempenho de seus negócios no início do terceiro trimestre deste ano e não acreditam que possa haver uma retomada do crescimento econômico até setembro.

Segundo o levantamento, 45% dos entrevistados consideraram que os negócios estão fracos em relação ao mesmo período do ano passado. Em contrapartida, 12% avaliaram que a situação melhorou. A FGV informou que a diferença entre as duas respostas positivas e negativas, de 33 pontos percentuais, é a maior dos últimos três anos.

Outro resultado que confirma o clima de pessimismo dos empresários foi o nível de demanda global, avaliado como fraco por 43% e forte por apenas 9% dos pesquisados. A diferença de 34 pontos percentuais é a menor da década.

A Sondagem Industrial de abril mostrava um clima mais otimista entre a indústria. Naquele mês, 50% dos entrevistados acreditavam que as demandas interna e externa seriam melhores no segundo trimestre deste ano e 13% falavam em redução.

A saída para esta grave situação que o País atravessa, sem nenhuma dúvida, está no levantamento da política econômica restritiva, focada nas taxas de juros elevadas para o controle dos preços.

Uma prova dessa possibilidade está nos contratos de juros que vêm sendo negociados na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Ainda ontem, na BM&F, os contratos DI futuro para janeiro fecharam com taxa anualizada de 22,15%, contra os 26% ao ano da SELIC, hoje. Isso deixa claro que o mercado já derrubou os juros, faltando apenas o Banco Central oficializar essa redução.

Portanto, como venho afirmando, o Banco Central já tem condições de promover uma redução substancial, que seja de alguns pontos percentuais nas taxas de juros, para o encontro da condição que falta ao Brasil para retomar o crescimento econômico.

Se o governo fizer uma imediata revisão de sua política monetária, certamente haverá tempo para corrigir a projeção do Banco Central para o crescimento econômico entre 1,5% e 1,8% este ano, reconhecidamente insuficiente para produzir os empregos que o País precisa.

Se houver um esforço do governo, um voto de confiança do Banco Central na sociedade, poderemos avançar nessa projeção, atingir melhores índices de crescimento econômico e com isso devolver o otimismo dos empresários, o crescimento da indústria e os empregos dos trabalhadores.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Antes de encerrar a sessão, esta Presidência quer se congratular com o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que, por meio de decreto, criou um grupo de trabalho que será encarregado de estudar aspectos da transposição de águas para Estados do Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Garibaldi Alves Filho) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que amanhã, às 14 horas e 30 minutos, haverá sessão não deliberativa, dentro desta convocação extraordinária do Poder Legislativo.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 47 minutos.)*

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL  
(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
	<b>PERNAMBUCO</b>	PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUI</b>	PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
 E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

## 1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

**TEMPORÁRIA**  
(07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)**  
**Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
<b>PMDB</b>	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

\*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



## 1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

**TEMPORÁRIA**  
(07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)**  
**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: sscmcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR  
A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**  
TEMPORÁRIA  
9 (nove) titulares  
9 (nove) suplentes  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(29 titulares e 29 suplentes)

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes\* (PMDB-AP)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cludes Boaventura Farias Nery  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscmcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)  
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)  
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1.
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1.
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscmcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)  
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)  
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha	1.
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1.
<b>PPS</b>	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscmcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)**  
**Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1.
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1.
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscmcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes\*(PMDB-AP)**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)**  
**Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Vago	1.
Vago	2.
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
<b>PFL</b>	
Renildo Santana	1.
<b>PSDB</b>	
Reginaldo Duarte	1.
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1.

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.  
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscmcas@senado.gov.br

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

\* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003.  
Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: sscmcj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO**

**(7 titulares e 7suplentes)  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati**

**Vice-Presidente: Pedro Simon**

**Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
<b>PT</b>	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
<b>PSDB</b>	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
<b>OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)</b>	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA  
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)  
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	2. (vago)

\* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV  
PERMANENTE  
9 (nove) titulares  
9 (nove) suplentes  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO  
PERMANENTE  
7 (sete) titulares  
7 (sete) suplentes  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE  
PERMANENTE  
7 (sete) titulares  
7 (sete) suplentes  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**



**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
(17 titulares e 9 suplentes)

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)**  
**Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)  
Vice-Presidente: (aguardando eleição)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**  
**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

**Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA** <sup>2</sup>

**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES** <sup>2</sup>

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana <sup>4</sup>	SE	1306
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) <sup>7</sup>			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
sscop@senado.gov.br  
www.senado.gov.br/etica

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR  
(Resolução nº 17, de 1993)**

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**

Telefones: 311-4561 e 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

**PROCURADORES**

Senadores	UF	Ramal
<b>PMDB</b>		
<b>PFL</b>		
<b>PT</b>		
<b>PSDB</b>		
<b>PDT/PTB/PSB/PL/PPS</b>		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-3265

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

**Presidente: Senadora Serys Slhessarenko<sup>4</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior<sup>4</sup>**

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo <sup>1</sup>	GO	3148
PFL <sup>6</sup>		
Senadora Roseana Sarney <sup>1</sup>	MA	3070
PT <sup>5</sup>		
Senadora Serys Slhessarenko <sup>1</sup>	MT	2291
PSDB <sup>6</sup>		
Senadora Lúcia Vânia <sup>1</sup>	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho <sup>3</sup>	RR	2041
PTB <sup>5</sup>		
Senador Papaléo Paes <sup>1-5</sup>	AP	3253
PSB <sup>5</sup>		
Senador Geraldo Mesquita Júnior <sup>2</sup>	AC	1078
PL <sup>5</sup>		
Senador Magno Malta <sup>1</sup>	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes <sup>1</sup>	CE	2301

**Atualizada em 7.5.2003**

**Notas:**

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>5</sup> Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>6</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>7</sup> Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
sscop@senado.gov.br



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
<b>AMIR LANDO</b>		<b>ANTONIO CARLOS VALADARES</b>	
Fala do discurso de Valdir Raupp, sobretudo quando aponta a solução da energia solar para atender às pequenas comunidades isoladas do país. Aparte ao Senador Valdir Raupp.....	345	Encaminha votação dos requerimentos N <sup>os</sup> 517 e 518, de 2003.....	80
Fala da relação existente entre democracia, meio ambiente e Amazônia. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcante. ....	350	Pressão dos Governadores pela retirada da obrigatoriedade dos estados aplicarem 20% da sua arrecadação oriunda do CPMF e da Cide nas áreas de educação e saúde, conforme prevê a proposta da Reforma Tributária. ....	84
Declara a sua associação ao comitê que objetiva preservar a vida de Amina Lawal. ....	351	Requerimento N <sup>o</sup> 522, de 2003, que requer a inserção em alta de voto de pesar pelo falecimento do Comunicador Hilton Lopes, ocorrido dia 28/06, na cidade de Aracaju/SE, para ser enviado à família enlutada e ao Sistema Atalaia de Comunicação. ..	98
Análise do modelo fundiário brasileiro. ....	360		
<b>ANA JÚLIA CAREPA</b>		<b>ARTHUR VIRGÍLIO</b>	
Congratulação ao Governo Lula pela criação de fundo de compensação para estados exportadores.....	52	Repúdio às manifestações do Presidente da República contra o Governador Joaquim Roriz e sua vice, Maria de Lourdes Abadia. ....	46
Fala da construção da unidade na diversidade do partido dos Trabalhadores a favor do Brasil. ....	118	Requerimento N <sup>o</sup> 514, de 2003, que solicita informações ao Ministro da Casa Civil sobre a investigação do Ministério público no caso do jogo clandestino.....	61
<b>ANTERO PAES DE BARROS</b>		Requerimento N <sup>o</sup> 515, de 2003, que solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre a investigação do Ministério público no caso do jogo clandestino.....	61
Comentários sobre os artigos dos jornais Folha de S. Paulo de 22 de junho passado e gazeta Mercantil de 23 de junho sobre o papel dos bancos no crescimento econômico e do comportamento autoritário do Governo Lula. ....	67	Requerimento N <sup>o</sup> 516, de 2003, que requer que a Mesa solicite algumas informações por escrito ao ministro-chefe da Casa Civil. ....	62
<b>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</b>		Considerações acerca da atuação do Governo Federal.....	66
Homenagem pelos 180 anos de independência da Bahia.....	96	Apresentação de requerimentos para criação de comissão parlamentar de inquérito com a finalidade de averiguar a questão da tensão no campo. Tolerância do Presidente da República com o MST.....	89
Apelo para o governo Lula para liberação de recursos para metrô de Salvador/BA.....	96	Requerimento N <sup>o</sup> 519, de 2003, que requer informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil, so-	

	Pág.		Pág.
bre os estudos de Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, vinculado à Presidência da República, acerca do tratamento e controle de capitais de curto prazo aplicado ao Brasil.....	97	Comentários às afirmações do Senador Aluizio Mercadante, líder do governo do Senado, sobre a CPI da terra. ....	404
Fala da decisão louvável do Senador Tião Viana, de convocar os Senadores para a sessão extraordinária e ao longo de todo exercício legislativo. ....	311	AUGUSTO BOTELHO	
Fala do MST. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. ....	114	Comemoração do Dia do Corpo de Bombeiros.....	150
Pede abertura de uma CPI. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. ....	114	CÉSAR BORGES	
Altos juros praticados pelo Governo Lula. ...	138	Apelo ao Governo Federal para a liberação de recursos visando a conclusão do metrô de Salvador/BA. ....	92
Apresentação do requerimento de criação de CPI com o objetivo de investigar invasões de terra praticadas pelo MST. ....	219	Requerimento Nº 525, de 2003, que requer a tramitação em conjunto dos Projetos de Resolução nºs 65, de 1999, e 18, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria –indicação a outro poder. ....	127
Leitura do artigo do jornalista Otávio Frias Filho, da Folha de São Paulo, sobre postura do Presidente da República.....	219	Fala da defesa feita pelo Senador Garibaldi Alves Filho em relação à polêmica da instalação de mais uma refinaria no país, na região nordeste e do combate às desigualdades regionais. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. ....	415
Apresentação de requerimento de criação de CPI com o objetivo de investigar invasões de terras praticadas pelo MST. ....	272	Ameaça do crime organizado ao estado de direito. Defesa da Cooperação das Forças Armadas no combate ao crime organizado. ....	417
Registro de matérias "A bola está com Lula" e "Oposição que CPI contra invasões de terras", do jornal Correio Braziliense; e dos artigos "O boné da insensatez", do Senador Jorge Bornhausen e "Emprego para sobrinho" do jornalista Lucio Vaz.....	272	DELCÍDIO AMARAL	
Transcrição de artigos veiculados na imprensa a respeito da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o crescimento de invasões de terras no País.....	312	Anúncio da reestatização, pelo Estado de Mato Grosso do Sul, da antiga ferrovia Noroeste do Brasil, agora denominada Ferroeste.....	127
Defesa da exclusão da cobrança do ISS sobre as produções cinematográficas e direitos autorais. ....	340	DEMÓSTENES TORRES	
Apelo ao Presidente Lula para que faça um pedido de clemência em favor da cidadã nigeriana condenada à morte por ter tido um filho sem ter contraído o matrimônio. ....	340	Denúncia relativa à execução orçamentária do Ministério da Saúde. ....	88
Requerimento Nº 532, de 2003, que requer, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, algumas homenagens pelo falecimento do ex-deputado e Ministro da Saúde, Carlos Santana. ....	346	Necessidade de intervenção das Forças Armadas no combate ao narcotráfico no Brasil. ....	231
Encaminhamento de votação do requerimento nº 532, de 2003. ....	346	Parecer Nº 720, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a Lei nº 9.504, de 1997, e a Lei nº 10.408, de 2002, para implantar o registro digital do voto. ....	293
Registra com agrado a posição do Senador José Jorge, de democrata e de cidadão profundamente ligado no humanismo. Aparte ao Senador José Jorge. ....	354	EDISON LOBÃO	
Defesa da construção rodovia que ligará o município de Envira/AM à cidade de Feijó, no Estado do Acre. ....	371	Homenagem pelos 40 anos de existência do Centro de Integração Empresa-Escola –CIEE.....	280

## EDUARDO AZEREDO

Comenta as privatizações das ferrovias e a utilização das ferrovias de Minas Gerais. Aparte ao Senador Delcídio Amaral..... 131

Fala da atuação da Senadora na Comissão Assuntos Sociais, da importância do estágio e da educação que significa uma melhor condição na busca de empregos e melhor preparo contra a violência. Aparte à Senadora Vânia Lúcia..... 137

Homenagem pelo centenário de nascimento do escritor mineiro Pedro Nava. .... 402

Preocupação com a extinção do fundo à cultura, proposta preconizada com a reforma tributária..... 402

Homenageia Tales Ramalho pelos 80 anos. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho..... 413

## EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

Homenagem pelo transcurso dos dias do Pescador e dos Caminhoneiros, comemorados dias 29 e 30 de junho, respectivamente. .... 64

## EDUARDO SUPLICY

Alerta o Governo para a necessidade de acompanhar com muito cuidado o Programa Primeiro Emprego. .... 24

Considerações sobre a decisão do PT de afastar a Senadora Heloisa Helena. .... 113

Iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de receber representantes do MST, hoje, no Palácio do Planalto. .... 113

Trata de assuntos importantes relacionados ao comércio como o Mercosul, a ALCA. Aparte ao Senador Hélio Costa. .... 226

Defende Lula como pessoa e como presidente. 271

Solicita de pronto o conteúdo do requerimento de CPI que trata da questão da Reforma Agrária e dos conflitos do campo. .... 271

## EURÍPEDES CAMARGO

Comenta a violência no Rio de Janeiro. .... 419

## FÁTIMA CLEIDE

Requerimento Nº 513, de 2003, que requer nos termos do art. 224 da Constituição Federal, combinado com os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que o projeto de Decreto Legislativo 223, de 2003, que "Aprova o ato que ou-

torga concessão à Fundação Comunidade Cristã, para executar serviço de radiodifusão na cidade de Goiânia, Estado do Goiás", seja submetido à apreciação do Conselho de Comunicação Social. .... 60

## FERNANDO BEZERRA

Projeto de Lei do Senado Nº 267, de 2003, Autoriza o Poder Executivo a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), nos termos que especifica e dá outras providências. ... 108

## GARIBALDI ALVES FILHO

Parecer Nº 712, de 2003, da Comissão de Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (nº 1.083/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, que trata da Lei nº10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003. .... 2

Parecer Nº 712, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (nº 1.083/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, que trata da Lei nº10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003. .... 3

Parecer Nº 714, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas no prazo único, previsto no art. 122, II, b, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, perante a primeira Comissão a que foi despachado (CCJ). .... 4

Pedido de cautela ao Governo de Luiz Inácio Lula da Silva..... 59

Requerimento Nº 528, de 2003, que requer a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de investigar as sucessivas e violentas invasões de terras, praticado pelo chamado Movimento dos Sem Terra –MST..... 152

Dificuldades enfrentadas pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias –Embrapa. .... 243

Requerimento Nº 531, de 2003, que requer que seja designada comissão, composta de três Senadores, para averiguar as causas das crises

	Pág.		Pág.
de recursos por que passa a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, bem como propor soluções para referida crise. ....	271	HELOÍSA HELENA	
Homenagem pelo transcurso de 80 anos de nascimento do ex-deputado Thales Ramalho.....	413	Agradecimentos ao Senador Eduardo Suplicy pelo empenho e garantir uma nova reunião da bancada do PT no Senado, para discutir sobre a situação de S. Ex <sup>a</sup> como integrante daquele partido. ....	119
Comentário ao artigo do consultor Jean Paul Prates sobre a instalação de uma refinaria de petróleo no nordeste.....	413	IDELEI SALVATTI	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR		Necessidade de um crescimento econômico com inclusão e distribuição.....	30
Parecer Nº 715, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003 (nº 1.084, de 2003, na Casa de origem), de Iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.....	6	Fala da proposta de Desvinculação das Receitas dos Estados e diz que estas são passíveis de serem aceitas na Reforma Tributária. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.....	87
Parecer Nº 716, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003 (nº 1.084, de 2003, na Casa de origem), de Iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. ....	7	Requerimento Nº 521, de 2003, que requer voto de aplauso ao diretor-presidente do jornal "A Notícia", de Joinville, o senhor Moacir Thomazi, ao jornalista Luiz Fernando Assunção e ao Fotógrafo Pena Filho, em função da série de reportagens que vem sendo publicadas sobre os mortos da ditadura militar em Santa Catarina.....	98
Parecer Nº 717, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas nºs 1 e 2 apresentadas no prazo único, previsto no Art.122,II,b, combinado com o art. 375, I, do regimento Interno perante a primeira Comissão a qual foi despachado (CCJ). ....	9	Apelo para que se encontre uma alternativa que viabilize a audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com representante da Nova Parceria para Desenvolvimento da África – NEPAD, antes da viagem do Presidente Lula àquele continente. ....	237
Republicação do discurso do dia 23-06-2003, que trata da preocupação com a qualidade da produção do legislativo, para que neste constem as tabelas e os gráficos 1-A, 1-B e 1-C.....	283	ÍRIS DE ARAÚJO	
HÉLIO COSTA		Considerações sobre o agronegócio e sua importância para o desenvolvimento regional brasileiro.....	48
Apelo à Ministra das Minas e Energia pela realização de estudos sobre a viabilidade de prospecção de Petróleo e Gás Natural na Bacia do rio São Francisco, em Minas Gerais.....	27	Requerimento Nº 517, de 2003, que requer que seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do líder político goiano, o ex-prefeito de Goiânia e o ex-deputado estadual Hélio Seixo de Brito, apresentado condolências à Família.....	79
Cumprimenta o Senador pela defesa da cidade de Brasília, criada por Juscelino. Aparte ao Senador Paulo Octávio.....	57	Encaminha votação dos requerimentos Nºs 517 e 518, de 2003. ....	79
Postura do Presidente da República, nos primeiros meses de governo.....	224	Diz que tem que haver a união do PMDB, PT e partidos aliados para oferecer propostas viáveis para que o País se transforme no país que queremos. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	230
Preocupação com as conseqüências para o Brasil em decorrência da formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).....	224	Requerimento Nº 530, de 2003, que requer que seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar de falecimento do General-de-Exército Adhemar da Costa Machado, apresentando condolências ao Comando do Exército e à família. ....	270

	Pág.		Pág.	V
<b>JEFFERSON PERES</b>				
Pedido de explicações ao governo a respeito de denúncias de corrupção no Ministério dos Transportes. ....	28	de professores na Amazônia. Assinatura, pelo Ministro Roberto Amaral, de convênio com a USP para fornecimento de bolsas para cursos de doutorado nas Universidades da Amazônia. ....	35	
Considerações sobre conjunto de projetos aprovados nesta casa, enviados a Câmara, que constituem a reforma dos sistemas eleitoral e político-partidário. ....	63	Comunica a realização da reunião da Comissão Franco-Brasileira, nos próximos dias 07 e 08, em Paris, que decidirá sobre o encaminhamento de obras na BR-156 e a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, que interligará o Brasil à Guiana Francesa. ....	236	
Agravamento dos desmatamentos na Amazônia. ....	89	Trata do desemprego e da reforma agrária, que é uma fonte inesgotável de emprego. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	339	
<b>JOÃO BATISTA MOTTA</b>				
Análise da Proposta de Reforma Tributária encaminhada ao Congresso Nacional. ....	121	Participação de S. Ex <sup>a</sup> na 14ª reunião de Comitê de Negociação da Área de Livre Comércio das Américas, em El Salvador. ....	341	
<b>JOSÉ AGRIPINO</b>				
Projeto de Lei do Senado Nº 263, de 2003, que dispõe sobre a isenção de Imposto sobre os Produtos Industrializados na aquisição de equipamentos e materiais para o exercício de fotógrafo profissional. ....	13	<b>JOÃO RIBEIRO</b>		
Preocupação com a questão agrária do País. ....	45	Parecer Nº 721, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2003 (nº 1.910/6 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Carnavalesca 25 horas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista das Missões, Estado do Rio Grande do Sul. ....	396	
Defesa da inclusão da Reforma Política na convocação extraordinária do Congresso Nacional. ....	95	<b>JUVÊNCIO DA FONSECA</b>		
<b>JOSÉ JORGE</b>				
Ressalta a importância da Reforma do Judiciário. Aparte ao Senador Papaléo Paes. ....	217	Requerimento Nº 524, de 2003, que Apensamento do PLS nº 202, de 2003, aos apensados PLS nºs 386, 292 e 614, todos de 1999, por regularem sobre a mesma matéria. ....	127	
Gestão do PFL para inclusão da Reforma Política na pauta de convocação extraordinária do Congresso Nacional. ....	218	Desmistificação da relação entre o aumento da compra de armas de fogo e o aumento da criminalidade. ....	242	
Posicionamento contrário à votação da Reforma do Judiciário no período da convocação no Congresso Nacional. ....	218	Faz reflexão sobre o desarmamento. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. ....	242	
Descabimento da proposta do Ministro José Dirceu da criação de um novo partido político para abrigar parlamentares que se desfilaram da sua legenda. ....	218	<b>LEONEL PAVAN</b>		
Ressalta que atualmente muitas ONGs são criadas para mobilizar recursos do Governo e fala da relação existente entre as ONGs e o Governo Lula. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcante. ..	349	Considerações sobre a prática da agricultura familiar. ....	16	
Comentários sobre o seminário "Carvão Mineral e Combustível do Século XXI". ....	353	Fala da preocupação com o êxodo rural devido à falta de investimentos no homem do campo. Aparte à Senadora Iris de Araújo. ....	51	
<b>JOÃO CAPIBERIBE</b>				
Agradecimentos ao Ministro Cristovam Buarque pela decisão de número diferenciado de vagas		Fala da importância da Subcomissão de Turismo para o Brasil. Aparte ao Senador Paulo Octávio. ....	58	
		Falta de recursos para investimento no setor de turismo em Santa Catarina. ....	81	

## VI

	Pág.		Pág.
<b>LEOMAR QUINTANILHA</b>			
Requerimento Nº 518, de 2003, que requer homenagens pelo falecimento do Dr. Hélio Seixo de Brito, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.....	79	Importância de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveite a experiência partidária do PMDB no seu governo. ....	227
Considerações a respeito da política agrária do Governo Federal diante dos atos praticados pelo MST. ....	138	Desemprego no Brasil. ....	337
<b>LÚCIA VÂNIA</b>			
Comentários à matéria publicada no jornal o Estado de S. Paulo da edição de 20 de junho do ano corrente sobre ocupação de terras pelo MST.....	69	Ressalta a competência e dedicação do setor energético. Aparte a Senador Valdir Raupp. ....	344
Discute a matéria sobre o Projeto de Lei Câmara nº 42 de 2003. ....	111	<b>MARCO MACIEL</b>	
Preocupação com a retirada de recursos destinados à educação e saúde. Voto de pesar pelo falecimento do Dr. Hélio de Brito.....	135	Comunica sua participação, como palestrante, no Congresso Brasileiro de Propriedade Intelectual, realizado em Recife, nos dias 3 e 4 deste mês.....	405
Comentários sobre o Programa Primeiro Emprego, lançado nesta semana pelo Governo Federal. ....	135	Apelo ao governo para fortalecimento do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual –INPI. ...	405
<b>LUIZ OTÁVIO</b>			
Parecer Nº 718, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a mensagem nº 127, de 2003 (nº 248/2003, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a retificação da Resolução nº 25/1997, referente a operação de crédito externo, de principal, contratada entre a República Federativa do Brasil e o Export-Import Bank of Japan (Japan of Cooperation –JBIC), destinado a financiar, parcialmente, o Projeto do Trem Metropolitano de Fortaleza –METROFOR, a cargo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos –CBTU.....	70	Associa-se a homenagem feita a Tales Ramalho pelos seus 80 anos. Aparte ao Senador Marco Maciel. ....	413
<b>MÃO SANTA</b>			
Diz que o Banco Popular do Banco do Brasil não vai dar certo segundo sua opinião e experiência. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	26	<b>MOZARILDO CAVALCANTI</b>	
Fala do Governo do Partido dos Trabalhadores e do desemprego no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Octávio. ....	57	Preocupação com a aquisição de terras no Brasil por fazendeiros norte-americanos. ....	148
Diz que o PMDB não deve se comportar como base e que o que se tem que fazer é melhorar a equipe do governo que está parada. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. ....	60	Apelo para a constituição de comissão de Senadores para verificar a questão fundiária em Roraima. ....	235
Fala da energia e do transporte rodoviário e ferroviário. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ...	130	Requerimento nº 529, de 2003, que requer que seja criada a comissão temporária externa, composta de cinco Senadores, com a finalidade de ir a Roraima inteirar-se das questões fundiárias daquele estado. ....	255
		Atuação das Organizações não Governamentais no Brasil. ....	347
		Fala das fronteiras do País que são completamente sem a presença adequada nem da Polícia Federal, nem das Forças Armadas. Aparte ao Senador César Borges. ....	418
		<b>NEY SUASSUNA</b>	
		Ressalta a importância da Ciência e da Tecnologia e diz que precisamos fazer satélites e colocá-los em órbita. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. ....	39
		Comentários ao pronunciamento do Sr. Arthur Virgílio.....	48
		Fala sobre a isenção de impostos de empresas e do capital de giro. Aparte à senadora Iris de Araújo.....	49
		Manifesta sua opinião sobre o discurso do senador Antonio Carlos Valadares a respeito da Reforma Tributária. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares. ....	86

	Pág.		Pág.
Comentários à determinação de retirada de todos os portões e cabines de segurança dos condomínios do Rio de Janeiro. ....	87	PAULO PAIM	
OSMAR DIAS		Projeto de Lei do Senado Nº 262, de 2003, que dispõe sobre a proibição do uso de métodos e recrutamento de pessoal que possam causar dano a honra e à dignidade do trabalhador. ....	12
Fala do Projeto Primeiro Emprego, de sua autoria e com o aperfeiçoamento do Senador Eduardo Suplicy. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. ....	26	Comentários sobre o seminário "A Empregabilidade da pessoa Portadora de Deficiência" realizado no Recife. ....	20
Recessão econômica no Brasil. ....	29	Transcrição nos anais da Casa das reivindicações que constam no Manifesto do Esporte. ....	21
Sugestão de mudança no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições de Micro e pequenas Empresas (SIMPLES). ....	29	Considerações sobre artigo publicado no Correio Braziliense, edição de 27 de junho, do Diretor-Geral do Senado, Dr. Agaciel da Silva Maia, intitulado "O Ministro Joaquim Barbosa"; e sobre a matéria "Preconceito e fé: a imagem que mudou de cor".....	93
Preocupação com o crescimento de famílias acampadas no Paraná aguardando serem assentadas. ....	421	Requerimento Nº 520, de 2003, que requer a retirada do Projeto de Lei o Senado Nº 179, de 13-05-2003, de sua autoria. ....	98
PAPALÉO PAES		Trata da iniciativa de uma reunião que busca a unidade do Partido dos Trabalhadores, em especial no que se refere à Reforma previdenciária. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. ....	117
Críticas a falta de Critérios no controle de medicamentos no país. ....	70	Fala sobre a fusão das empresas aéreas: Varig e Tam. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. ...	117
Considerações a respeito da reforma do judiciário. ....	216	Ressalta a importância da Reforma do Judiciário. Aparte ao Senador Papaléo Paes. ....	218
PEDRO SIMON		Cumprimentos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter incluído na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional o projeto que institui o Estatuto do Idoso. ....	238
Constatação do pouco que se avançou no País na área social, nos últimos 10 anos. ....	140	Diz que o carvão é fundamental como energia e que o seu tema de pronunciamento é a questão do desemprego e, para haver desenvolvimento tem-se que ter cada vez mais o potencial da energia. Aparte ao Senador José Jorge. ....	356
PATRÍCIA SABOYA GOMES		Uso do boné do MST, pela Presidência da República. ....	363
Registra a entrega a ONU do relatório governamental brasileiro sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. ....	18	Importância do programa Primeiro Emprego. ....	363
PAULO OCTÁVIO		Solidariedade à nigeriana Amina Lawal, condenada à morte por apedrejamento por um tribunal religioso da Nigéria. ....	363
Necessidade do governo federal de investir no eco-turismo brasileiro. ....	54	Cumprimento ao Ministro das Relações Exteriores pela viabilização de vinte bolsas-prêmio de vocação para diplomacia a candidatos de afro-descendentes interessados no acesso à carreira. ....	410
Projeto de Lei do Senado Nº 264, de 2003, que altera a redação dos arts. 50 e 52 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento urbano e dá outras providências. ....	99	Sugestão para a contribuição de trabalhadores do setor informal de economia à Previdência Social. ....	410
Apresentação, oportunamente, de Projeto de Lei que altera os artigos da Lei nº 6.766/79, no sentido de desacelerar a proliferação de novos condomínios e loteamentos irregulares em áreas públicas. ....	151		

## VIII

	Pág.		Pág.
<b>RENAN CALHEIROS</b>			
Empobrecimento da classe média brasileira.....	34	de um novo modelo onde se deve inserir o carvão. Aparte ao Senador José Jorge.....	356
Leitura de nota da Comissão Executiva Nacional do PMDB refutando qualquer tentativa de afastar do cargo o Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz.....	121	Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-ministro Carlos Sant'Anna. Apelo pela continuação das obras do Metrô de Salvador/BA.....	359
Ressalta que o Governo está vivendo sua primeira grande crise e que não há como deixar de fazer a reforma agrária e por fim fala da relação de sustentação exercida pelo PMDB. Aparte ao Senador Amir Lando.....	362	Fala do nordeste que é onde se deve localizar a nova refinaria de petróleo, e da relação dessa refinaria com o Caribe e a Venezuela. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.....	415
Associação às manifestações de solidariedade à nigeriana Amina Lawal.....	371	<b>ROMERO JUCÁ</b>	
Saúda o Senador no que diz respeito à regulamentação da Lei do Abate. Aparte ao Senador César Borges.....	420	Registra participação brasileira nos jogos Paraolímpicos, no próximo mês de setembro de 2004.....	65
<b>ROBERTO SATURNINO</b>			
Análise da estagnação da economia brasileira e expectativas de seu crescimento.....	36	Apelo ao Governo federal para que reveja a decisão de reduzir os preços da gasolina e do gás de cozinha devido à greve de petroleiros na Nigéria.....	227
Transcrição nos anais do Senado, de discurso proferido pelo Ministro Roberto Amaral, por decisão da posse de Celso Furtado na Academia Brasileira de Ciências.....	36	Registro da Participação de S. Ex <sup>a</sup> em evento patrocinado pelo Fórum Econômico Mundial, realizado em São Paulo/SP.....	227
Fala das privatizações do setor ferroviário. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.....	130	Atuação da Companhia Vale do Rio Doce.....	280
<b>RODOLPHO TOURINHO</b>			
Transcurso dos 180 anos de independência da Bahia e dos 25 do Pólo Petroquímico de Camaçari.....	91	Manifestação de solidariedade do PMDB no sentido de pedir a absolvição da nigeriana e mulçumana Amina Lawal, condenada à morte naquele país.....	352
Leitura do Projeto de Lei Nº 14, de 2003 – CN.....	154	Apresentação de proposta à Comissão de Assuntos Econômicos para diminuir as taxas de juros no Brasil.....	352
Leitura do Projeto de Lei Nº 15, de 2003 – CN.....	159	<b>SÉRGIO ZAMBIASI</b>	
Leitura do Projeto de Lei Nº 16, de 2003 – CN.....	167	Requerimento Nº 527, de 2003, que requer que sejam encaminhados votos de Congratulações ao Comandante Geral da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, pelo transcurso, na data de hoje, do "Dia do Bombeiro", bravos heróis que cotidianamente arriscam-se para salvar vidas pela integridade de nosso patrimônio.....	137
Leitura do Projeto de Lei Nº 17, de 2003 – CN.....	171	<b>SERYS SLHESSARENKO</b>	
Leitura do Projeto de Lei Nº 18, de 2003 – CN.....	211	Diz que no Partido dos Trabalhadores não há nada feito às escondidas e que é com democracia que o País Avançará. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	118
Projeto de Lei do Senado Nº 268, de 2003, que altera a redação dos artigos 6º e 49º da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e dá outras providências.....	214	Ressalta a importância das Forças Armadas na defesa da integridade do território nacional, principalmente da Amazônia. Aparte ao Senador Demóstenes Torres.....	233
Manifesta seu entusiasmo e o seu apoio aos estudos feitos para uma revisão completa das normas e do sistema elétrico brasileiro, para a formação			



	Pág.		IX Pág.
Considerações a respeito do crime organizado e narcotráfico no Estado de Mato Grosso. Aparte ao Senador César Borges. ....	419	Requerimento Nº 526, de 2003, que requer urgência, para o PDL nº 382, de 2003. ....	134
<b>SIBÁ MACHADO</b>		Parecer Nº 719, de 2003, de Plenário, sobre o PDL nº 382, de 2003. ....	134
Comenta que é impossível as ações do PT ficarem apenas em suas instâncias e diz que o PT precisa dizer até aonde vai a elasticidade da tolerância da disciplina. ....	118	Fala das Forças Armadas do Brasil e da união dos Senadores na construção e no fortalecimento dos instrumentos que permitam a defesa mais estruturada do país. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. ....	233
<b>TASSO JEREISSATI</b>		Resalta a importância dos idosos na sociedade. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	238
Projeto de Lei do Senado Nº 265, de 2003, que altera o art. 49 da lei nº 8.171, de 17/01/1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios e os condomínios de produtores rurais, bem como os quilombos. ....	100	Diz que o sucesso da Embrapa está expresso hoje na expansão das exportações brasileiras, mas é preciso melhorar o orçamento para esse órgão. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. ....	244
Projeto de Lei do Senado Nº 266, de 2003, que altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo de Garantia-Safra. ....	103	Fala da convocação extraordinária, feita pelo Presidente da República, para o mês de Julho. ...	311
<b>TEOTÔNIO VILELA</b>		Relações do Governo com o MST. ....	336
Comentário sobre os artigos "A incoerência populista" e "A ousadia necessária", dos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, respectivamente; e sobre as reportagens "Contrato recorde", da revista IstoÉ e "O declínio da renda e do emprego", do jornal O Estado de S. Paulo, respectivamente. ....	275	Consolidação da política social econômica do Governo Federal. ....	336
<b>TIÃO VIANA</b>		Encaminhamento de votação do requerimento nº 532, de 2003. ....	346
Esclarecimentos ao pronunciamento do Sr. José Agripino. ....	96	Informa que o Presidente Lula está sensibilizado com a situação da nigeriana e mulçumana Amina Lawal e confirma que reforçará o pedido e a determinação do Governo Brasileiro de solicitar asilo para a condenada, caso haja sensibilidade por parte do residente da Nigéria. Aparte ao Senador José Jorge. ....	353
Comenta o desafio do Presidente Lula em recuperar as ferrovias que foi um dos setores que mais perdeu com as privatizações. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ....	130	Comenta a repercussão do uso do boné do MST, pelo Presidente Lula e faz uma associação ao gesto de simbolismo e respeito à história tradicional dos povos indígenas do Dr. Ulisses Guimarães, ao colocar um cocar na cabeça, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	364
		Sensibilidade do Governo Lula com as necessidades das Forças Armadas Brasileiras. ....	409
		<b>VALDIR RAUPP</b>	
		Importância do Programa de Desenvolvimento Energético dos Municípios –PRODEEM. ....	342